



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. AO Nº 165 – QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Aníbal Diniz- (PT-AC) ^(8,9)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (27) Aníbal Diniz (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (33) Flexa Ribeiro (7,31) Lúcia Vânia (34) Mário Couto (35) Paulo Bauer (5,32) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,32) Flexa Ribeiro (7,31) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 14 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 7 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)		PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.1.1 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2012.....	2	Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2012..... 208
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de setembro de 2012.....	19	Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2012..... 240
1.1.2 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2012..... 253
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2012.....	37	Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2012..... 271
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2012.....	74	Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de setembro de 2012..... 298
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2012.....	98	Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de setembro de 2012..... 333
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2012.....	147	Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 2012..... 369
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de agosto de 2012.....	179	Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2012..... 401
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2012.....	196	Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2012..... 438
		Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de setembro de 2012 (realizada em conjunto com a 38ª reunião da CMA) (Vide item 1.1.1)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO
ÀS COMISSÕES PERMANENTES**ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 15H30, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.**

Às dezesseis horas e vinte e seis minutos do dia treze de setembro de dois mil e doze, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, ASSIS GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES** e **RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, destinada a debater a realidade do Bioma Cerrado. Comparecem os seguintes convidados: Pedro Antônio Arraes, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Maria Nice Machado Aires, Representante do Movimento Interestadual de Quebradoras de Coco-Babaçu; Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Bráulino Caetano dos Santos, Coordenador Geral da Rede Cerrado; Donizete Tokarski, Presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação – ECODATA; Hiparidi Xavante, Coordenador Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC; Francisco José Barbosa de Oliveira Filho, Diretor do Departamento de Políticas para o Combate do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente – MMA; e Tephrot, Major da Aldeia do Ponto do Maranhão. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **JORGE VIANA**. Os grupos folclóricos Terno de Moçambique e Congo de Catalão fazem uma apresentação com música, dança e roupas típicas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sou-

sa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO
DE 13/09/2012**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião tem por finalidade debater a realidade do Bioma Cerrado.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. Pedro Antônio Arraes, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; a Srª Maria Nice Machado Aires, representante do Movimento Interestadual de Quebradoras de Coco-Babaçu; o Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Donizete Tokarski, Presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata); o Sr. Hiparidi Xavante, Coordenador-Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado; o Sr. Francisco José Barbosa de Oliveira Filho, Diretor do Departamento de Políticas para o Combate do Desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Bráulino Caetano dos Santos, Coordenador Geral da Rede Cerrado; e o Sr. Tephrot, major da Aldeia do Ponto, do Maranhão. (*Palmas.*)

Quero registrar e agradecer a presença do Sr. Paulo Fiúza, representante do Movimento Cerrado Vivo; do Chefe-Geral da Embrapa Cerrados, o amigo Peres; do representante do Rede Terra, de Goiás, José Luiz Simion; da Subsecretária de Políticas Ambientais, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF, Maria Sílvia Rossi.

E registro, com muita alegria, a presença de representantes das etnias Krahô, Krahô-Canela, Apinajé, Bororo, Krikati, Xavante, Canela-Escalvados, Canela-

-Porquinhos, Enawenê-Nawê, Pareci, Xerente, Xacriabá, Guarani, Terena.

Registro também representantes do Parque Vivençial do Gama; da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge; do Sr. Juliano Basso; do Vereador do Município de Alto Paraíso, o amigo Dada; de representantes do Cerrado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, DF, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Piauí, Maranhão, São Paulo.

E cumprimento todas as amigas e os amigos da Rede Cerrado, representados pelo nosso querido amigo Brulino.

Quero convidar para a Mesa, também, a Deputada Érika Kokay. (*Palmas.*)

Também quero registrar – e dar a notícia – que estamos prestes a criar o 47º Jardim Botânico do Brasil. Essa notícia foi trazida pelo Sr. João Neves, da Rede Brasileira de Jardins Botânicos, e pelo Sr. Antônio Melo de Alencar, Secretário de Meio Ambiente do Município de Cavalcante. E esse Jardim Botânico se dará na cidade de Cavalcante, Goiás. (*Palmas.*)

Eu quero aqui, também registrar, com muita alegria, a presença do Sr. Vincent Larrouze, representante da Embaixada da França.

Minhas amigas e meus amigos, representantes dos povos do Cerrado, eu quero registrar que muitos ainda estão entrando e todos terão oportunidade de participar desse debate.

Quero agradecer a todos os nossos convidados e quero dizer que, em meu um ano e oito meses de mandato como Senador representando o Distrito Federal, a Capital da República, que está no centro do Cerrado brasileiro, eu nunca vi uma emoção tão grande como a que vivi hoje, ao receber os povos do Cerrado. (*Palmas.*)

Sinto-me muito feliz em ver o Senado brasileiro ocupado pela diversidade dos povos do cerrado, alguns deles ocupam essa região há milhares de anos e souberam conviver em harmonia com a natureza; povos que, com certeza, têm muito a nos ensinar. Se há algo que devemos valorizar no nosso País é a nossa diversidade cultural e a nossa biodiversidade. Entendo que o debate de hoje se reveste de muito simbolismo e de muito significado, especialmente no momento em que estamos sediando o VII Encontro dos Povos do Cerrado e em que, no dia 11, comemoramos o Dia Nacional do Cerrado.

Já tive oportunidade de dizer e vou reiterar: entendo que a reflexão sobre o Cerrado, que o Cerrado brasileiro é uma das regiões mais importantes do planeta. É uma questão de inteligência, é uma questão de bom-senso, é uma questão de compromisso com o futuro e de compromisso com as futuras gerações cuidar e preservar o Cerrado. Por diversos motivos:

pela sua imensa biodiversidade, biodiversidade que certamente tem que ser explorada de forma inteligente, de forma sustentável, garantindo a repartição dos benefícios para todos os povos do Cerrado, especialmente para as comunidades tradicionais. (*Palmas.*)

Precisamos preservar o Cerrado pelas suas águas, já que o Cerrado é o berço das águas, águas fundamentais para o abastecimento das nossas cidades, para a dessedentação de animais, para a sustentabilidade da nossa agricultura, para a produção de energia, para o lazer, enfim, para usos múltiplos que a água propicia, sendo que a água é a própria vida.

Temos de preservar o Cerrado pela sua diversidade cultural, como temos que aprender uns com os outros como é bom termos e respeitarmos a diversidade cultural existente no Cerrado.

Os nossos desafios na produção de alimentos, na produção de agroenergia. E como é bom estarmos aqui, neste momento, com a presença da Embrapa, porque temos imensos desafios tecnológicos, e, se já temos mais de 50% da área do Cerrado convertida, desmatada, a inteligência, o bom-senso, a prudência manda que possamos ampliar a produção de alimentos e de energia nas áreas já antropizadas, já convertidas, para que não precisemos avançar em novas áreas preservadas de Cerrado. (*Palmas.*)

Temos muitos desafios, como incluir na Constituição Federal o Cerrado como Patrimônio Nacional. Nada justifica que o Cerrado ainda não esteja alçado à condição de patrimônio nacional na Constituição Federal, a exemplo do que já ocorre com a Floresta Amazônica, com a Mata Atlântica, com o Pantanal, com a Serra do Mar e com a Zona Costeira. Portanto, esse deve ser um dos nossos objetivos. Como também avançar na construção de uma Lei do Cerrado, a exemplo do que já acontece com a Lei da Mata Atlântica, depois de um amplo debate em que toda a comunidade, todas as populações que vivem no Cerrado possam se manifestar livremente, exaustivamente, para que possamos construir um marco legal que represente efetivamente a importância estratégica do Cerrado.

Temos que ampliar a implementação de unidades de conservação no Cerrado brasileiro, embora os nossos índices de desmatamento sejam um dos maiores do País. Esse bioma é o bioma, hoje, em que temos os maiores índices de desmatamentos, embora ainda tenhamos um pequeno percentual das terras do Cerrado protegidas por unidades de conservação, como também temos que demarcar as terras indígenas – fundamental para que essas populações possam viver com dignidade. Agora mesmo tive a oportunidade – e quero aproveitar esse momento para fazer uma homenagem aos irmãos Villas-Bôas –, a convite da Fundação Darcy

Ribeiro, estar na Comunidade Iaualapiti, e quero aqui cumprimentar o Anuiá que está aqui representando o povo Iaualapiti, pude perceber a importância que foi, há 50 anos, a demarcação do Parque Nacional do Xingu para que várias populações indígenas pudessem estar ali vivendo em harmonia com suas famílias, em harmonia com a natureza. Por isso, devemos lutar sim pela demarcação das terras indígenas, todas, de todos os povos indígenas do Brasil, mas aqui especialmente do Cerrado brasileiro.

Portanto, os nossos desafios são muitos e são imensos, mas só vamos conquistar com a união de todos os povos do Cerrado; e mais do que nunca vocês precisam ser ouvidos, até porque, como mostrou a nossa querida Nice ontem, os povos do Cerrado têm muito que dizer e esse é o nosso objetivo com esta audiência pública: dar oportunidade para que vocês possam ser ouvidos por todo o Brasil. *(Palmas.)*

Vamos iniciar a nossa audiência pública ouvindo o Presidente da Embrapa. Como tivemos um atraso, porque nós decidimos só começar esta audiência pública depois que todos vocês, da Marcha do Cerrado, estivessem aqui, mas, em função de outros compromissos, vou passar a palavra para o Presidente da Embrapa, depois para o Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e, em seguida, para os demais representantes da Mesa. ,

Quero dizer que o nosso tempo hoje é para ouvir os povos do Cerrado, por isso teremos todo tempo necessário para ouvir os povos do Cerrado.

Um grande abraço. Sejam muito bem-vindos. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Sr. Pedro Arraes, Presidente da Embrapa.

O SR. PEDRO ANTÔNIO ARRAES – Boa tarde a todos. É um prazer estar com toda essa comunidade tão diversa e tão rica desse bioma tão maravilhoso que o Brasil tem e também alguns países africanos e outros países da América Latina – inclusive estão aprendendo bastante com a gente em relação ao nosso bioma.

O Cerrado, como bioma, realmente tem uma riqueza muito grande, mas ele ajudou muito o Brasil, ajudou muito o mundo também. Sabemos, como o Senador Rollemberg – o qual queria cumprimentar por esta iniciativa e todos os demais membros da Mesa – que, durante a exploração, nesses últimos 50 anos, talvez algumas feridas tenham sido feitas no nosso bioma do Cerrado, mas acho que ainda temos, diferentemente de outros países, de outros biomas que países europeu e o próprio Estados Unidos têm, que fizeram feridas que são muito difíceis de cicatrizar, no nosso caso aqui eu acho que a gente ainda tem todas as condições de fazer com que o Cerrado possa efetivamente ser um

celeiro do mundo, porque ele não é só um celeiro do Brasil, ele é um celeiro do mundo. E este ano mesmo, com a crise mundial de alimentos que nós tivemos, com a seca que nós tivemos em alguns continentes, por muito pouco, nós não tivemos comida suficiente para alimentar a população global.

Então eu acho que essa é uma responsabilidade à qual nós não podemos fugir, como entes globais que todos nós somos. Mas temos que fazer com que a exploração do cerrado seja de uma forma totalmente sustentável, ela seja em harmonia com a natureza e nós temos certeza de que isso é possível. Isso só será possível, cada vez mais, com ciência, com tecnologia, com conhecimento e todos os tipos de conhecimento. O conhecimento dos povos que estão aqui são conhecimentos muito antigos e muito importantes e também o conhecimento da nova ciência. Não tem porque essas coisas não andarem conjuntamente em benefício das pessoas que aqui vivem.

A Embrapa se propõe, tem um centro inclusive dedicado ao bioma Cerrado, que é o nosso Centro do Cerrado, que está bem pertinho de Brasília. Esse centro tem uma diversidade muito grande de atuação. Ele lida com o extrativismo do Cerrado, ele lida com pequenas culturas, ele lida com o processamento de frutos do cerrado. Há uma série de ações interessantes com o baru, com uma série de outros produtos que realmente vem dessa biodiversidade fantástica; e todos aqueles outros que a gente ainda não sabe que existem e ainda não estudou.

Então, eu acho que o mais importante, o que a Embrapa pode fazer efetivamente é continuar trabalhando, gerando conhecimentos, gerando informações, passando para a extensão rural, que, Senador, é uma das coisas que nós temos que mais uma vez enfatizar muito, que é ter um sistema de extensão rural forte para que os conhecimentos possam chegar aonde eles têm que chegar.

O papel nosso, como braço tecnológico do Governo brasileiro – porque é isto que a Embrapa é, o braço tecnológico da agricultura –, é continuar estudando e ouvindo dos senhores as demandas que possam existir. Já que os senhores é que vivem, muitos de vocês vivem no Cerrado, em pequenas propriedades, as demandas que possam vir para que a Embrapa ajude a pesquisar e a entender conjuntamente com os senhores as soluções que a gente possa prover, no sentido de aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida de todos vocês, mantendo o nosso Cerrado intacto e sustentável.

Então, o que eu gostaria de dizer aqui e enfatizar é que a Embrapa tem um olho muito especial nesse bioma; esse bioma é muito especial para a Embrapa e

praticamente tudo que a gente sabe de agricultura tropical foi esse bioma que nos deu. Acho que a Embrapa tem uma dívida muito grande ainda com esse bioma e se coloca efetivamente à disposição dos senhores para poder inserir novas linhas de pesquisa que possam efetivamente dar soluções para aquelas pessoas que moram nesse bioma maravilhoso.

Eram essas as observações que eu queria fazer, Senador, e coloco-me à disposição. Vou pedir desculpa adiantado, mas o Dr. Peres, que é o nosso chefe da Embrapa Cerrados, ficará aqui no meu lugar para responder a qualquer questionamento e colher alguma demanda que possa existir aqui de parte dos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Pedro Arraes.

Quero dizer que, quando eu tive a oportunidade de visitar o povo Krahô, tive oportunidade de conhecer também o projeto de etnodesenvolvimento, desenvolvido pela Embrapa, em parceria com a comunidade, com o povo krahô, na aldeia Mangabeira. Já tive oportunidade de registrar que, ali no recebimento daqueles troncos de buriti, eu me senti particularmente emocionado, porque tive a honra de ter sido batizado pelo povo Krahô e receber o nome de Krowajô, que significa “palmito de buriti”. (*Palmas.*)

Portanto, fico muito feliz e honrado e emocionado de receber esses buritis simbolizando a biodiversidade do Cerrado e simbolizando também a força das águas do Cerrado.

Nós vamos ouvir agora a Sr^a Maria Nice Machado Aires, representante do Movimento das Quebradeiras de Coco. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA NICE MACHADO AIRES – Boa tarde a toda a plateia. Companheiros competentes, escolhidos para esta Mesa; o meu nome de luta é Nice; o nome de documento é Maria Nice Machado Aires; e me orgulho da minha cor, que é preta; a minha raça é negra. (*Palmas.*)

Estou representando aqui o Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco, um movimento que é composto por quatro Estados: o Pará, o Maranhão, o Piauí e o Tocantins, e é também representado por 400 mulheres diretas, mas sabemos que temos mais de 80% indiretas, porque o Brasil é muito grande e não dá para trabalharmos com todas as quebradeiras, mas nós consideramos todos os extrativistas do Brasil e do mundo.

Também sou quilombola, extrativista e agricultora familiar. A nossa vinda aqui é para reforçar a luta do Cerrado, porque também nos consideramos como povo do Cerrado.

Quero agradecer a esta Casa. É a terceira vez, Senador, que eu faço parte aqui desta Mesa. Já vim aqui em tempos passados. Quero dizer também que esta Casa nos pertence, porque os Deputados Federais, os Senadores, o Presidente da República e muitos representantes do Governo, às vezes, são indicados por nós. Embora não nos representem, mas contribuímos também para estarem aqui. (*Palmas.*)

Quero agradecer pela oportunidade de estarmos falando por todos os extrativistas do Brasil e do mundo. A nossa vinda aqui é para também, na saída, deixar um documento que está sendo construído entre todos os povos. Nesse documento estão todas as reivindicações trabalhadas com todos os movimentos. Embora alguns movimentos não estejam aqui, mas também contribuíram para indicar pessoas para virem aqui somar.

Quero dizer para o Brasil, para o mundo, porque aqui é o lugar de nós falarmos, o lugar de dizermos a verdade, a realidade e não termos medo de falar. Aqui é o lugar feito para falarmos, embora, às vezes, não tenhamos oportunidade. Mas é para isso.

Quero dizer que para nós termos um Cerrado digno, uma floresta viva, com água, com nossas populações sadias, precisamos ter respeito pela nossa luta, pelo que somos.

Sabemos, como coloquei ontem à noite, que o Brasil é muito grande, e é muito distante daqui. Aqui é Brasília. Aqui é para reivindicarmos e levar daqui as decisões tomadas de bem, para que nos deem satisfação. E o fim do Brasil é lá onde nós estamos, onde as nossas populações estão sendo despejadas, ameaçadas, quilombolas sendo assassinados, indígenas, agricultores familiares e todos os extrativistas que lutam em defesa do mundo e em defesa da vida. Para isso, para termos hoje um Brasil para todos, um Brasil livre, temos que dar o primeiro passo: ver e respeitar as nossas posições.

Eu gosto de dizer que a terra é para todos, mas para aqueles que sabem viver na terra. Aqueles que não têm respeito pela terra não vale a pena viver na terra, porque a terra é a nossa mãe, sem ela ninguém vive. (*Palmas.*)

Queria dizer aqui, nesta Casa e também nesta mesa de representantes competentes, para que sejamos um Brasil livre, um Brasil sem miséria, a primeira coisa que tem que ser feita é a legalização, titulação, demarcação e sinalização das áreas indígenas, das áreas quilombolas, das reservas extrativistas, das áreas que se dizem do Estado serem transferidas para agricultores familiares.

Hoje, sabemos que ninguém vive sem a terra. Mas temos muitos companheiros do movimento organiza-

do ainda despejados e acampados. Isso é muito triste, muito doído para nós que vivemos no Brasil.

O que queremos dizer aqui, para que tenhamos uma vida digna, é que precisamos ser respeitados. E todo o Brasil sabe que os quilombolas e o indígena... O Brasil tem uma dívida conosco muito grande. Nunca recebemos essa indenização. Nós precisamos dessa indenização. Sem ela não somos ninguém. (*Palmas.*)

O Movimento das Quebradeiras de Coco é um movimento que sempre somou e defendeu o que está embaixo da terra, o que está em cima da terra, a terra e o que está no ar. Quando se fala nisso, estamos falando para o mundo, defendendo o mundo inteiro. Então, essa é a nossa luta de defender a população do Brasil. O Movimento das Quebradeiras de Coco é um movimento de mulheres, de mulheres de coragem, de mulheres de fibra. O que nós não conseguimos muitas vezes na lei, somos obrigadas a ir na marra para ver se o Brasil olha para nós. (*Palmas.*)

Nós não queremos mais voltar aqui para reivindicar esses direitos. Nós queremos voltar aqui para homenagear os nossos projetos que vão ser aprovados e votados por esses representantes desta Casa, pelo Legislativo, pelo Executivo e também pelo Judiciário. Nós sabemos que um Governo só não dá conta de governar, mas com a conjuntura entre nós poderemos fazer tudo. Temos de deixar um recado: nós somos a maioria no Brasil. (*Palmas.*)

Para aquilo que precisarem, no que depender de nós, viremos, sim, para cá. Essa manifestação que nos trouxe para cá é uma briga social de reivindicação dos nossos direitos, aquilo que é nosso. Nós não estamos tomando o lugar de ninguém, queremos o nosso lugar. (*Palmas.*)

Esse é o recado que a gente deixa aqui. Este ano já vim para cá, com manifestações, quatro vezes. Tivemos manifestações com 10 mil companheiros. Se precisarem de mais força política e social, nós somos capazes de trazer 800 mil representantes de movimentos sociais para cá, se for de força social que se está precisando. Nós viremos sim porque nós estamos organizados. Temos, no Brasil, mais de 200 movimentos organizados. Mas precisamos, também, ser vistos como cidadãos, como gente. E o ponto principal, quando se fala na terra... hoje, até para você adquirir seus direitos sociais você tem de pedir para alguém assinar para você. Essa é uma das piores coisas. Quem não tem terra não é nada. Sem a terra ninguém vive. Para nós termos o pão na mesa para sustentar toda a nação, nós precisamos, sim, nos somar com essas populações extrativistas, quilombolas e com os agricultores familiares, com os indígenas, todos os movimentos que estão aqui e que foram criados por uma luta. Ne-

nhum movimento é criado à toa, todos foram criados com um porquê. Por isso estamos aqui.

Nós queremos deixar aqui uma coisa para ser resgatada. Hoje a gente vê uma fala muito grande sobre o agronegócio. O agronegócio, para nós, tem deixamos despejo, morte, conflitos e não tem nos alimentado. O nosso alimento é a agricultura familiar, é aquilo que a gente tira para o sustento da terra, daquilo que vem da natureza. Sabemos que há grandes empresas que hoje estão despejando muita gente. Os companheiros mesmos estão colocando: será que para fazer qualquer projeto desses grandes temos de analisar e, às vezes, 300 mil famílias são despejadas para fazer um grande projeto. Às vezes, nem trazem tantos resultados. Acho que a preservação ambiental traz energia, traz riquezas. Não precisamos da invasão de outros países para cá. O agronegócio, muitas vezes, não serve para a nossa mesa. Às vezes, é exportado para outro lado. Precisamos investir na gente. Temos um desafio. Esse agronegócio tem, também, levado uma boa parte das nossas reivindicações, como sendo agricultura. Mas para nós não é agricultura. Muitas coisas nós não comemos. Nós não comemos eucalipto, não comemos soja. (*Palmas.*)

As grandes empresas só vêm fazer despejo, trazer os nossos filhos para serem escravos na cana de açúcar. A gente fez um levantamento, tem mais de 300 mil pessoas espalhadas nesse mundo afora na busca de condição de vida, porque as terras são tomadas. Enquanto nós não temos um hectare, às vezes tem uma roça de soja, de eucalipto de 400 mil hectares. Isso é muito doído! Muita terra na mão de pouca gente, e quem precisa preservar, produzir e permanecer nela não tem direito, muitas vezes é excluído da sociedade.

Então, essa é a fala da gente, para somar aqui nesta Casa e para que a gente volte aqui novamente para nos prestigiar e dar parabéns aos nossos projetos, que vão ser entregues hoje ou amanhã aos companheiros competentes daqui da Casa. Essa é a minha fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Nice. É uma alegria poder ouvi-la com toda essa autenticidade.

Nós queremos aqui registrar e agradecer a presença do Jorge Streit, Presidente da Fundação Banco do Brasil, instituição que apoia o VII Encontro dos Povos do Cerrado.

Obrigado, Jorge, pela sua presença e pelo apoio ao evento. (*Palmas.*)

Também gostaríamos de registrar a presença da escritora e poeta Larissa Maltz, autora do livro *Fogo Ardente, Água Corrente*, recém-lançado na Câmara Legislativa do Distrito Federal; do representante do

Senador Casildo Maldaner, da Rede Sujeitos de Direito, com a Marlete Queiroz e a Maura Piemonte; dos representantes da etnia cigana Calon.

Quero concordar com a Maria Nice que a gente muitas vezes ouve alguns representantes atrasados da elite, quando se fala na demarcação de terra dos povos indígenas, como disse o grande jurista Dalmo Dallari, muitas vezes as pessoas se referem como se fosse muita terra para pouco índio; e essas mesmas pessoas não falam nada quando temos grandes, imensas propriedades rurais nas mãos de um único proprietário. O que nos permitiria dizer também que é muita terra para pouco branco. (*Palmas.*)

Com a palavra o Prof. Roberto Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, um grande sujeito na luta em defesa da biodiversidade das florestas e especialmente do Cerrado brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Senador e D. Maria Nice, depois da sua fala acho que o resto vai ser um anticlímax, porque a Sr^a, em poucos minutos, cobriu todos os grandes temas que realmente nos colocam à frente agora, no futuro imediato, e a longo prazo, do Cerrado. (*Palmas.*)

Eu tinha trazido dois arquivos de PowerPoint, mas acho que não vou usar nenhum dos dois. Simplesmente vou colocar algumas coisas, Senador Rodrigo Rollemberg. Primeiro eu queria saudar o grande público. Aliás, como já falei em mais de um evento desses do Cerrado, fico na dúvida se é para sentar do lado de cá da mesa ou do lado de lá, porque, assim como o Sr. Senador e colegas, todos nos conhecemos realmente aqui e somos trazidos juntos por essas causas comuns, como a senhora nos colocou agora.

Eu queria formalmente saudar o Senador. Muito obrigado pelo convite. Tenho visto, Senador, que o senhor é superassíduo. Há duas semanas o senhor está num calendário incansável de agenda do Cerrado, carregando todos nós juntos. Há duas semanas começou, no Jardim Botânico, com o lançamento do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Jardim Botânico; depois, na Câmara Legislativa, com a abertura formal deste Encontro dos Povos, em que estão todos aqui representados; em seguida, aqui mesmo, na Biblioteca do Senado, o lançamento e abertura de uma belíssima exposição; ontem à noite, no Memorial; e acho que temos uma agenda ainda muito intensa pela frente.

Basicamente, acho que os representantes aqui da Mesa cobrem, como a senhora colocou, grandes especialistas e pessoas que realmente se dedicam à causa. Se a gente for resumir quais são os desafios que se colocam para o Cerrado, o Cerrado, na realidade, não é só o ponto de encontro das culturas e dos povos do

Brasil, mas é o grande ponto de encontro de todos os biomas brasileiros, é o bioma que faz a costura entre a Amazônia, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal. E justamente a formação biológica do Cerrado, que é de altíssima biodiversidade, como eu digo, resultante no fato de que a América do Sul foi uma ilha durante dezenas de milhões de anos, então a origem realmente da biodiversidade reflete esse paraíso tropical muito diferente, em que a América do Sul é. A reunião da América do Sul, via istmo do Panamá, com a América do Norte é uma coisa muito recente e não reflete realmente a história. Então, o que nós encontramos na América do Sul é isto: essa biota absolutamente única e uma população humana que está aqui desde as estimativas de entre 30 a 50 mil anos.

Então, realmente, o Cerrado, por definição, é esse ponto de encontro e a própria biologia do Cerrado mostra isto: o mosaico, não é assim só floresta, tem de tudo – campos úmidos, campos de altitude, campos rupestres, cerrado, cerradão, os buritizais, aliás, dos quais nós vimos aí hoje a memória, um testemunho vivo, trazido até aqui, as matas secas, calcárias e toda essa interligação que forma o Cerrado. Isso também nos dá a coexistência com todos os tipos de culturas, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais de todas as descrições e essas comunidades humanas se espalham no Cerrado da mesma forma que a biologia, num mosaico.

Então, Senador, na hora em que nós temos aí à frente, no Legislativo, um projeto de lei da sua iniciativa, a Lei do Cerrado, eu acho que isso nos ilumina um pouco sobre qual é o caminho que uma lei do Cerrado deve valorizar. É o mosaico biológico e o mosaico humano que representa o Cerrado, em que os direitos, as responsabilidades, as características únicas de todas as populações e de todos os tipos de uso da terra, lembrando, como sempre sabemos, que nós dependemos absolutamente da biologia e da biodiversidade natural.

Temos aqui colegas que vão falar de queimadas, da água. E a água é aquele exemplo clássico: aqui no Cerrado só chove seis meses por ano e os rios correm doze meses. Por quê? Justamente, são as paisagens naturais, os campos, as grandes esponjas do Cerrado, que abastecem não só o Cerrado, mas que formam a Amazônia, a Mata Atlântica... Aqui em Brasília nós temos as Águas Emendadas, que representam esse encontro de bacias. E as iniciativas do Cerrado, iniciativas de sustentabilidade do Cerrado, representam isso.

Eu trouxe aí uma apresentação, que eu não vou fazer, por exemplo, sobre Centro UnB Cerrado, mas esse Centro UnB, que, aliás, o Sr. Senador e outros têm apoiado incessantemente, desde a fundação, é um centro que nasceu, não de cima para baixo; na reali-

dade, foi a comunidade regional dos vários Municípios da Chapada dos Veadeiros que veio cobrar, demandar, que fosse criado um centro de estudos, ensino e pesquisa na Chapada dos Veadeiros.

Então, quando isso foi aprovado no Conselho Universitário da Universidade de Brasília, foi algo absolutamente inédito: foi um centro que, em vez de nascer de dentro para fora, foi uma demanda externa que se assemelha à própria fundação da UnB. A lei da criação da UnB surgiu aqui do Congresso Nacional, ainda em 1961, 1962, mas esse tipo de reflexão e de engajamento sobre o futuro do Cerrado hoje é eminentemente multi-institucional e multipessoal.

E queria, Senador, colocar aqui que, ontem, como parte desse ciclo aí de eventos, tivemos a reunião — aí agora eu vou pôr o meu chapéu representando o Ministério por um momento —, da Comissão Nacional do Cerrado, que é um órgão do Ministério do Meio Ambiente e que tem representantes de todos os setores: científico, a própria Rede Cerrado aqui representada está lá também, os quilombolas, os grupos indígenas, o setor empresarial... E que, ao tomar conhecimento, iniciar a discussão da nova Lei do Cerrado, que está sendo proposta, o Conacer, que é assim a sigla, se coloca, Senador, inteiramente à sua disposição para apoiar, no que for necessário, a discussão com esses setores, das propostas da Lei do Cerrado.

E queríamos estender um convite, que eu sei que o senhor já aceitou de antemão, de vir se fazer presente na próxima reunião da Comissão Nacional do Cerrado, para apresentar a visão do Legislativo sobre projeto de lei e realmente receber todos os subsídios e sugestões e demandas que possamos colocar na sua mesa. Então, estamos à disposição do Senador, do Senado e do Legislativo.

Muito obrigado e é uma honra estar aqui com todos vocês.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. Roberto Cavalcanti, que tem sido um grande parceiro.

Quero apenas registrar que esta nossa iniciativa de apresentar um projeto de lei de desenvolvimento sustentável do Cerrado é para colocar o tema em debate. Queremos debater exaustivamente com o conjunto da sociedade brasileira, especialmente com os povos do Cerrado, como fizemos algumas audiências públicas no âmbito da Comissão e, para iniciar este debate, apresentamos uma proposta e queremos ouvir a todos para que possamos enriquecer com a contribuição, com a experiência de vida de todos vocês, para que possamos oferecer, efetivamente, uma lei que proteja o Cerrado brasileiro.

Quero registrar aqui a presença do Antônio Barreto, representando a Associação dos Servidores do Ibran, também dos representantes da etnia Guató canoeiros do Pantanal; registrar a presença da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, na pessoa do Subsecretário de Desenvolvimento Rural, José Nilton Campelo; e não poderia deixar, por uma questão de justiça, de agradecer e cumprimentar o Vereador Dada, da Cidade de Alto Paraíso, pela luta em defesa do Centro de Estudos do Cerrado, localizado na Cidade de Alto Paraíso. (*Palmas.*)

Ele, como representante da população daquele Município, nos procurou pedindo o nosso apoio para esse Centro de Pesquisa que considero da maior importância. Portanto, Dada, parabéns a você pela iniciativa e pela sua visão de futuro.

Muito obrigado.

Vamos ouvir, agora, o Sr. Braulino Caetano dos Santos, Coordenador-Geral da Rede Cerrado. (*Palmas.*)

O SR. BRAULINO CAETANO DOS SANTOS

– Gente, boa tarde! Em primeiro lugar, em nome da Mesa, em nome do Senador, eu queria cumprimentar todos os companheiros e companheiras.

Em primeiro lugar, eu queria deixar aqui um apelo ao Senado e também ao Legislativo e a todos os órgãos competentes. A gente vem lutando, deve ter mais ou menos aqui uns seis, sete anos, para poder botar a PEC do Cerrado em pauta de votação, da maneira que estamos querendo, e ela está engavetada. (*Palmas.*)

Em primeiro lugar, eu queria pedir o apoio aqui do Senador e de todos dessa Bancada que se interessa, pelo menos, por essa questão das populações tradicionais do Cerrado, o nosso bioma Cerrado, que colocasse uma pressão para ver se o nosso Cerrado vira patrimônio da União, digo assim, patrimônio da humanidade, não é totalmente nem patrimônio da União, porque o Cerrado, pelo menos para nós, é a coisa mais interessante que temos.

Eu queria dizer que estamos aqui hoje considerando, pelo menos, uma festa muito interessante, mas não viemos aqui por uma festa. Este pessoal que está aqui, fazemos parte, acho que não estão aqui totalmente os 14 Estados que fazem parte do bioma Cerrado, mas ao menos 12 Estados estão aqui que fazem parte do bioma Cerrado, este povo está aqui por uma reivindicação que estamos buscando da preservação do nosso Cerrado para o nosso povo, porque, na verdade, queremos o Cerrado em pé, e nosso povo dentro do Cerrado, porque todas essas áreas ainda que estão preservadas no bioma Cerrado, somos guardiões dessas áreas. Na verdade, desapropria, temos um exemplo, essas grandes empresas que vêm aí, a desertificação que chega ao Cerrado, diz que vem trazer o progresso

para o Cerrado, desmata toda a nossa vegetação nativa e traz a monocultura, e coloca lá, expulsa nosso povo, sejam os indígenas, quilombolas, todo o nosso pessoal, porque, aqui, estamos hoje, temos aqui o vazanteiro, o geraizeiro, o catingueiro, os vargeiros, os floristas, os catadores de flores, que estão aqui também procurando abrigo, porque estão sendo desabrigados no seu território.

Então, gente, é muito interessante esse povo estar aqui, mas, na verdade – e eu acho que eles têm muito a fazer – inclusive faltou muita liderança aqui hoje, pelo menos com que a gente está acostumado com elas aqui, que não estão, porque um período eleitoral todo mundo está querendo reivindicar para ver se coloca uma pessoa melhor no seu Município, que defenda a nós. Muitos deles estão lá lutando para poder colocar.

Então, o meu apelo, que eu quero deixar para o pessoal aqui... isso é um apelo muito sério que nós queremos colocar aqui, Sr. Senador, porque, na verdade, eu acho que está faltando uma pressão das comunidades, uma luta – como diria assim – uma unificação de luta, porque eu acho que o Cerrado é muito grande, mas tem uma luta muita diversificada: os indígenas lutam, os quilombolas lutam, vão lutando uma luta separada. Eu queria que nós tivéssemos uma unificação de luta e juntar – eu estou convidando o povo, nós temos hoje um pessoal do Conselho Nacional dos Seringueiros, que está aqui; nós temos aqui os ciganos; nós temos o pessoal de Mato Grosso, que faz parte das populações também; nós temos os caiçaras, nós temos variedades de pessoas, e nós estamos unificando essa luta para trabalhar em defesa do nosso povo.

Eu fico assim muito pensando que a luta da Rede Cerrado tem 20 anos, e, na verdade, nós trabalhamos e, nesses 20 anos de luta, nós avançamos em muitas coisas. Muita consciência política. A educação, hoje, melhorou bastante, nós temos muitos companheiros das populações tradicionais que hoje são pessoas formadas. Agora, só que a verdade é que o passo que nós demos para segurar a devastação no nosso bioma vai cada vez só recolhendo para trás, porque, na verdade, se você avaliar hoje, um exemplo do norte de Minas: lá havia desertificação, que era a questão do eucalipto e do pinus, que acabou pelo menos com a metade, aí ficaram os relevos que nós temos no norte de Minas, que não podem ser desmatados, porque as máquinas não andam para plantar... Agora chegou a questão do minério, e aí está acabando.

Nós estivemos com a Presidência agora, a Dilma Rousseff esteve agora no Rio Pardo de Minas, levando um projeto da saúde. O nosso Governador, Antonio Anastasia, estava com ela. Ele colocou – foi

muito interessante – a questão da saúde, que o norte de Minas ia avançar muito com essa questão da saúde.

Mas vocês ainda estão atrasados, eu vou trazer um projeto para vocês que é a redenção do norte de Minas. Eu vou trazer uma empresa mineradora para cá, para poder ser a redenção do norte de Minas. Agora, eu pergunto: o resto das nossas populações que estão nos grotões, que ainda existem lá, a mineradora chegando, acabando com o resto das nossas águas, acabar com tudo. Eu acho que isso é interessante, então, por isso, a gente está fazendo um apelo aqui, porque, com o nosso território, Senador, que é uma coisa interessante, o povo não reconhece, por exemplo, o extrativismo do Cerrado, o nosso território do Cerrado, eles acham que é muito pouco para poder fazer uma área de preservação, porque o Cerrado só ter o restante. Mas eu acho que, se nós não aproveitarmos o resto que nós temos... porque, quando você tem o nosso território, o pessoal tem sua casa – quando digo sua casa, é porque tem seu território –, o pessoal tem força política para lutar para sua educação, uma educação de qualidade, do jeito nós queremos, porque, na verdade a educação melhorou, mas não há educação do campo ainda, é uma dificuldade.

Se você vai discutir no Município uma educação melhorada, você tem o maior entrave, eles não aceitam, para ver se cria uma faculdade pelo menos.

No seu Município, pelo menos, é muito mais fácil criar uma escola pequena para educação do campo, você começar na escola, da base poder você subir até chegar ao outro nível, porque a legislação não permite você criar uma escola diferenciada, ela tem o currículo certinho daquela maneira deles, não aceita você ter mudança, é com muita luta.

E eu gostaria muito de que, na verdade, a gente conseguisse, essa companheirada que está aqui, gente, conseguisse que nós tivéssemos hoje, amanhã ou depois, o nosso território, a saúde para o nosso povo, para nossas crianças, para nossos idosos, e nós tivéssemos uma segurança alimentar à altura, porque a segurança alimentar não é você encher a barriga com cesta básica, porque eu acho que o companheiro que está no campo receber cesta básica, isso, para o Brasil, não é o que eles estavam falando, o Brasil Sem Miséria, é o Brasil de miséria. (*Palmas.*)

Eu falo com vocês abertamente, porque nossos companheiros do campo, companheiro, precisam de uma política agrícola pura para poder trabalhar. (*Palmas.*)

Nós não precisamos de cesta básica. Nós podemos ter cesta básica, talvez, para repassar para vários companheiros que estejam na periferia e que tenham perdido os seus territórios; mas o trabalhador que está

no campo tem coragem de trabalhar e, se tiver o seu território, ele tem a sua soberania alimentar, porque a segurança alimentar é você ter um produto de qualidade para o nosso povo, para as nossas populações tradicionais.

Por isso, quero deixar aqui um apelo para que façamos uma unificação de luta. Quero que a gente não deixe cair no chão. Amanhã ou depois, se precisar, nós vamos voltar e reivindicar no Congresso, no Senado, na Presidência, no Ministério do Meio Ambiente, porque acho muito interessante, Secretário – é Secretário, não é?. Ele foi embora, mas não devia ter ido. No Ministério do Meio Ambiente, porque essa parte é muito interessante. Vamos discutir. Na verdade, devíamos ter uma política agrícola sustentável para o nosso povo, que garanta o nosso território.

O nosso extrativista do Cerrado não é reconhecido como tal, porque o extrativista do Cerrado, além de extrativista, é pescador, é agricultor, é tudo na vida, porque ele não vive só do extrativismo, mas o extrativismo do Cerrado é sustentável, porque o ecossistema do Cerrado tem uma biodiversidade muito interessante. Hoje, no problema do pivô central, chega numa área lá... Agora mesmo, lá no norte de Minas, tem um prefeito que derrubou mais de 500 pequizeiros. Ele foi multado, mas essa lei diz que você pode derrubar, mas tem de plantar do outro lado. Uma árvore centenária, de 300 anos ou mais, você derruba... Um pé de pequi, até dar de novo... Acho que isso é uma brincadeira, porque colocaram um pivô central para plantar soja e feijão para exportar e não para matar a fome do nosso povo.

Então, gostaria muito de deixar esse apelo para a nossa companheirada. (*Palmas.*)

Vamos dar as mãos.

Eu agradeço muito, Senador, de você ter aberto a porta para nós no primeiro dia em que fomos fazer esse evento. Nós fomos ao seu gabinete e você deu o maior apoio. Agora, confio que você vai dar apoio, vai ser o nosso representante nessas instâncias, que nós vamos contar com a sua presença. (*Palmas.*)

Estou confiando, em nome de um caboclo, que a gente possa ligar para você e perguntar: “Que dia será?” Falar assim: estou precisando de 1.000 pessoas para nós irmos lá e fazer um manifesto para votar a tal lei no Congresso. Estamos aqui presentes, pelo menos. Espero que esse povo já está conhecendo bastante, vai ser o representante do nosso povo. (*Palmas.*)

Talvez eu não possa ficar aqui até o momento final, pois temos uma reunião com a Ministra Izabella. Nós vamos lá, vamos conversar com ela, mas espero, companheirada, que esta audiência pública seja uma porta aberta para o prosseguimento dos nossos projetos que estão empacados. Eu gostaria muito que a

companheirada desse as mãos e saíssemos daqui... Há 40 anos estou lutando e não sei que tempo tenho mais para lutar. Fico muito aborrecido de mudar para o altar de cima e deixar o Cerrado da maneira que está. Eu queria ter um Cerrado sustentável para olhar lá de cima.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Braulino. Agradeço suas palavras e quero dizer que o meu gabinete está de portas abertas para todos os povos do Cerrado e que também, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos colocamos à disposição para que possamos fazer outras audiências públicas para que possamos fazer mobilizações em defesa do bioma Cerrado.

Quero convidar para a Mesa um grande companheiro, lutador das causas ambientais deste país, grande defensor da Floresta Amazônica, amigo, companheiro do Chico Mendes, nosso amigo, Senador Jorge Viana. (*Palmas.*)

Passo a palavra neste momento ao amigo Donizete Tokarski, Presidente do Conselho da Ecodata, Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação.

O SR. DONIZETE TOKARSKI – Boa tarde a todas e a todos. É um prazer enorme estar aqui, Senador Rodrigo Rollemberg, a quem eu agradeço pela oportunidade de debatermos a questão do Cerrado. Eu sou Presidente do Conselho da Ecodata, entidade que representa as organizações não governamentais no Conselho Nacional de Meio Ambiente, juntamente com César Vítor, que também participa do Conama.

Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Jorge Viana, cumprimento as autoridades do Governo Federal que estão aqui, o Dr. Peres, o Dr. Francisco, que estão representando aqui a Embrapa e o Ministério do Meio Ambiente. Gostaria de cumprimentar todos os representantes, essas lideranças que se deslocaram dos seus Estados de origem para estarem aqui, debatendo o Cerrado, esse bioma que merece o reconhecimento, primeiro pela aprovação da PEC do Cerrado; o Hiparidi, o Sr. Braulino, a D. Maria Nice, com quem há poucos dias eu estive lá em Imperatriz, a D. Maria Querubina, outra grande liderança também das Quebradeiras de Coco, onde eu tive a oportunidade de ouvir as demandas das Quebradeiras de Coco, lá da região do sul do Maranhão. Quero cumprimentar aqui também o Tephoto, que é da Aldeia do Ponto, lá do Maranhão, e todas as Sr^{as} e os Srs., lideranças que participam desta audiência pública.

Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, o Cerrado precisa, imediatamente, de propostas concretas para que

possamos sair da discussão. Nós, que participamos dessa luta do Cerrado, há muitos anos, já estamos calejados das propostas. É preciso, Senador, que o Governo Federal, através de seus representantes aqui do Ministério do Meio Ambiente e da Embrapa, coloque em prática essas propostas que já estão sendo colocadas há anos para avançar no desenvolvimento sustentável do Cerrado. Eu dividi aqui em três eixos essas questões. Uma delas é a base legal e operacional, e um dos pontos muito sensíveis foi colocado aqui pela D. Maria Nice, que é a questão da regularização fundiária das áreas do Cerrado, porque, hoje, os grandes projetos de empreendimentos que estão vindo à região do Cerrado, quando chegam a esses pequenos produtores, agricultores familiares, se eles não têm a documentação das áreas, eles são enxotados para outras regiões. É fundamental essa questão da regularização fundiária. (*Palmas.*)

Sr. Senador, além disso, como já falamos aqui, nós precisamos de contar com o Senador Jorge Viana, esse amazônida, juntamente com o Sr., e chamar a atenção dos demais parlamentares que aqui habitam, mesmo que seja por alguns dias do ano, para a aprovação da PEC do Cerrado. O bioma Cerrado não pode ficar sem esse reconhecimento.

O Sr., Senador Rodrigo Rollemberg, já conhece os detalhes do bioma Cerrado, vem falando isso com frequência. Nós representamos o grande centro produtor de águas do Brasil. E eu digo: se nós não conseguirmos sensibilizar as autoridades e sensibilizar a sociedade para a questão da biodiversidade do Cerrado, nós temos que mostrar a biodiversidade do Cerrado a partir de outros olhos, que são os olhos d'água, as nascentes do Brasil, aqui estão as nascentes do Brasil, no Cerrado, e, por conta disso, eu apresentei, ontem, Senador, no Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente, um projeto que cria o Arco das Nascentes do Brasil. Por que isso? Porque nós temos aprovado, há mais de dois anos, o PPCerrado – Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado. Entretanto, a implementação desse programa está tímida, extremamente tímida. Onde estão as unidades de conservação que estão inscritas, aqui, neste plano? Onde estão as unidades de conservação implementadas? Onde estão as reservas extrativistas para que aqueles que a habitam e vivem na sociedade, lá na ponta, como foi falado pela Maria Nice, lá no começo do Brasil, onde estão essas unidades de reservas extrativistas, criadas para assegurar a tranquilidade do uso dos produtos do Cerrado por esses agricultores familiares?

O Senador Jorge Viana acompanhou, quando fui diretor do Incra, em 1989, nós criamos os primeiros assentamentos...

Em 1989, nós criamos os primeiros assentamentos extrativistas do País, antes da Eco 92, há mais de 20 anos. Naquela oportunidade, começamos a construir a política do assentamento extrativista e, até hoje, definitivamente, não foi assegurada a essas famílias a possibilidade de viver nas áreas rurais com segurança e a tranquilidade de ter aquela área reconhecida.

Muito pouco está sendo feito, por isso propusemos aqui o arco das nascentes, semelhante ao que foi feito na Amazônia, o arco do desflorestamento, que pôde priorizar uma região para atuação imediata, consequente efetiva, alocando recursos para imediatamente implementar as unidades de conservação, as áreas prioritárias de conservação, as áreas prioritárias para conservação de recursos hídricos, as áreas degradadas, as nascentes onde estão grande parte das voçorocas, que estão açoreando os rios, que estão trazendo miséria e pobreza às populações.

Nesse arco das nascentes que temos que concentrar nossas forças. Assim como, Senador, o senhor propôs esse Projeto de Lei nº 214, aqui no Senado – isso é extremamente importante para todos nós, que temos no Cerrado o nosso ambiente, o nosso bioma. A partir dessa discussão, já que o Congresso Nacional não aprovou a PEC do Cerrado, que adormece, às vezes, sendo negociada por Parlamentares que não têm o compromisso com o Cerrado, aqui, no Projeto de Lei, nessa Lei do Cerrado, vamos estabelecer o modo de uso consequente de conservação para o cerrado.

Nós precisamos que todos participem dessa discussão, fortalecendo esse Projeto de Lei. Se nós não temos a PEC, pelo menos temos o Projeto de Lei para dar segurança no uso sustentável do Cerrado. Assim como já está sendo feito, aqui no Distrito Federal, por um colega do Sr. Deputado Joe Vale, que está apresentando também um Projeto de Lei para o uso e conservação do cerrado aqui do Distrito Federal. Mas nós temos que fazer isso em todos os Estados onde tenham domínio cerrado, todos os Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Piauí, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, tem que ser feita uma lei específica para o uso do Cerrado.

O Cerrado é um bioma diferente e merece esse tratamento diferenciado. Vocês receberam os cartazes que distribuimos das fitofisionomias do Cerrado; algumas dessas fitofisionomias estão praticamente extintas porque são aquelas onde a agricultura avançou. E o Presidente da Embrapa já disse aqui: “Temos uma dívida muito grande com o bioma Cerrado”. É nessa dívida que queremos, Dr. Peres, que a Embrapa des-

tine recursos com prioridade, para assumir e garantir o cumprimento dessa dívida com o Cerrado. (*Palmas.*)

Muito foi gasto com a pesquisa do avanço da agricultura empresarial, da forma como foi colocada. Nós queremos, agora, que essa dívida seja para recuperar essas áreas degradadas, mas que o agroextrativismo, as alternativas de produção sejam incorporadas e não como atividade secundária ou paralela dentro do próprio Centro de Pesquisa do Cerrado, mas como atividade prioritária. Essa população que está presente aqui, Dr. Peres, pede isso, exige isso, cobra isso da Embrapa e espera que a Embrapa, de fato, promova essa pesquisa para avançar na segurança alimentar, como disse o Brulino, aqui.

Há poucos dias realizamos o curso para 2.700 famílias, em diversos Estados da Federação; e lá em Araguaína um senhor, Brulino, falou para mim e falou: “Sr. Donizete, por que a Ecodata não veio aqui antes dar curso para nós? Porque se tivéssemos recebido o curso para usar os produtos do Cerrado, eu não teria passado fome com a minha família com tanta riqueza”. Falta ainda conhecimento, falta conhecermos o uso, como usar essas 13 mil espécies de plantas do Cerrado.

Senador Jorge Viana, o Cerrado tem praticamente a mesma biodiversidade da Amazônia: a Amazônia tem 400 milhões de hectares e 40 mil espécies de plantas, o Cerrado tem 200 milhões de hectares e quase 20 mil espécies de plantas já. (*Palmas.*)

Não podemos fechar os olhos quando vemos a Amazônia sendo queimada, mas o cerrado está sendo torrado. São milhares de focos de incêndio acontecendo neste momento. E as políticas públicas para o combate a incêndios florestais estão extremamente tímidas. Precisamos avançar nesse processo.

Outra questão é a do consumo consciente: nós precisamos trabalhar capacitação para o uso consciente dos produtos do Cerrado. Mas para usar os produtos do Cerrado é preciso que a Conab, com seus programas de aquisição de alimentos, efetivamente coloque o valor que seja compensador para o trabalhador rural coletar as frutas do Cerrado. Nós não podemos trabalhar com a cagaita a R\$2,00 o quilo. Esse é apenas o custo de colheita desse produto. Mas ele tem que ser armazenado, tem que ser transportado, tem que ser embalado. É preciso que os preços de aquisição dos produtos da Conab sejam preços razoáveis, significativos, justos, que deem retorno econômico.

Há alguns anos atrás, a Conab enchia seus silos de produtos, às vezes comprando em grande quantidade, que sobravam e apodreciam em seus armazéns. E nós não queremos que apodreçam os produtos do Cerrado. Nós queremos que a política seja avançada, para garantir às creches, às escolas, aos hospitais, aos

órgãos públicos o fornecimento de produtos do Cerrado, que são saborosos; para que haja sua exportação; para que eles sejam trabalhados e industrializados, como nós já estamos vendo em diversas oportunidades. E basta ir à feira para ver a quantidade, a qualidade e a diversidade desses produtos que podem ser usados na alimentação humana.

Sr. Senador, outra questão fundamental que eu gostaria de colocar aqui é a questão da pesquisa. Já falei sobre a pesquisa, mas nós temos que ampliá-la. Nós temos que diversificá-la e levá-la aos agricultores, trabalhar com assistência técnica qualificada.

A assistência técnica que é dada hoje aos agricultores familiares é uma assistência que faz de conta que está dando assistência aos agricultores familiares e os agricultores familiares fazem de conta que estão recebendo assistência; e o Incra e o MDA fazem de conta que estão dando assistência técnica.

É preciso qualificar as pessoas, desde as universidades, ensinamentos técnicos; formá-las para que realmente conheçam o Cerrado, e não apenas os pacotes tecnológicos orientados para a produção em larga escala. Quando a assistência técnica chegar ao produtor rural, ao agricultor familiar, tem que ver a propriedade como um todo. E quando o agricultor conhece o Cerrado, quando se capacita para o Cerrado, conhece os frutos do Cerrado e ele pode tirar seu sustento dali, ele melhora, Senador Jorge Viana, suas relações com seu vizinho; as relações sociais aumentam, a fraternidade e a solidariedade aumentam e aumentam também o associativismo e o cooperativismo. É preciso formar, além de técnicos, agentes públicos, para que entendam desse negócio que está surgindo no Brasil, que é o negócio do agroextrativismo, que é o negócio dos produtos do Cerrado.

Nós já temos a possibilidade de plantas como o babaçu e a macaúba produzirem energia, ou biocombustíveis. A macaúba é uma das plantas que tem a melhor contabilidade energética. Será que nós temos que ficar dependendo de uma ou de outra cultura, enquanto nós temos já tecnologia para produção desses produtos usando agricultura familiar, aumentando a produção, conservando o Cerrado, conservando as nascentes, conservando a água e conservando, acima de tudo, a cultura do povo do Cerrado? É isso que nós precisamos: políticas que realmente estabeleçam metas.

Senador, nós queremos que o senhor cobre do PPCerrado a prestação de contas do que foi feito nesses 2 anos. Aqui, no decreto de criação do PPCerrado, o último artigo diz o seguinte: “Fica estabelecido o prazo de vinte e quatro meses para a realização do macrozoneamento ecológico-econômico do Bioma Cerrado, a ser coordenado pela Comissão...”.

Isso foi assinado no dia 15 de setembro de 2010. Vinte e quatro meses – hoje é dia 13 – é depois de amanhã. Eu gostaria de saber: cadê esse macrozoneamento do Cerrado? Nós precisamos de planejamento, mas nós também precisamos de execução.

Viva o Cerrado! Viva os povos do Cerrado!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Donizete Tokarski.

Passo agora a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, gente, boa tarde – quase boa noite.

Eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente, por esta audiência pública. Cumprimentar e dizer que cheguei e pude ouvir ainda a explanação do Sr. Braulino, e me impressiona a força que vem desse povo brasileiro, das populações que trabalham no campo, das populações tradicionais. E o Rodrigo me disse que a Dona Maria Nice, que tinha falado um pouquinho antes, foi ovacionada aqui por vocês todos, pela maneira verdadeira, cheia de energia e de sabedoria. E, nessas duas figuras, com todo respeito aos demais, nossos irmãos índios também, nossos parentes, eu queria cumprimentar a todos que estão fazendo esta audiência sobre o Cerrado ganhar força aqui no Senado, no Congresso Nacional.

Acredito que essa é a força maior deste evento que o Senador Rodrigo Rollemberg está realizando; ele, que é um lutador pela causa do Cerrado. Aqui dentro, a todo o momento – é meu testemunho –, quando se trata de Cerrado, o Rodrigo Rollemberg pula na frente, para estar junto, buscar soluções, buscar recursos, proteger. Penso que isso é uma conquista interessante.

Mas, aqui, numa audiência como essa, cria-se uma sinergia, uma força que a gente já viveu na Amazônia. A Amazônia foi tida durante muito tempo – e, lamentavelmente, os danos ficaram, as cicatrizes ficaram – como um grave problema. A gente não tinha voz, não tinha vez. Foram as pessoas simples do nosso povo, lideranças criadas nas dificuldades que lideraram o processo de começar a pôr um pouco de juízo no Brasil em relação à Amazônia. E o resultado é que, de algum jeito, nós conseguimos estancar as políticas que estavam ocupando a Amazônia. Estancamos, mas, como era muito verdadeira a nossa luta lá – na época liderada por muitos, mas eu citaria Chico Mendes, que deu a vida pela causa –, nós não só queríamos pôr fim, frear aquela política da Amazônia como também nós começamos a construir propostas para a nossa região.

Esta é uma diferença importante. Dizer “ó, eu sou contra” não é suficiente, e é bom que não o seja. Mas,

além de sermos contra aquilo que estava sendo feito, começamos a construir.

Há uma diferença enorme, como disse o Donizete, do Cerrado para a Amazônia. Falo como engenheiro florestal.

A maior parte da riqueza da Amazônia está exposta, está acima da terra. Se você praticamente dividir tudo o que a Amazônia tem debaixo do chão e acima do chão e dividir por três, dois estão na parte de cima e só um na parte de baixo, nas raízes e tal. Porque lá uma árvore está escorando outra. É uma riqueza visível.

E aqui no Cerrado, como que é? É uma riqueza, boa parte dela, invisível.

A maior parte das riquezas do Cerrado está debaixo do chão. Se você dividir tudo o que há de biomassa no Cerrado, se fosse os cinco dedos de uma mão, quatro estão debaixo do chão, só um está visível.

O fogo é o maior inimigo da Amazônia. No Cerrado, o fogo é seu maior aliado; mas não um fogo criminoso. O fogo manejado é parte da ecologia do Cerrado. E nem na lei brasileira havia previsão de usar isso, que é um recurso que o Cerrado usa. E a natureza é perfeita, por isso que ela põe tudo lá embaixo. Quando o fogo passa, surge mais bonito ainda.

Mas o que está acontecendo, ultimamente, no Cerrado brasileiro, nos nossos parques? Por ausência de uma política adequada, o fogo passou a ser o maior inimigo e nós estamos perdendo a nossa fauna toda por conta da falta de manejo do próprio fogo. O Senador Rodrigo Rollemberg fez várias audiências nesse sentido.

Então, em 1934, foi feito o primeiro Código Florestal, por causa do desastre que estava ocorrendo na Mata Atlântica. Sobraram 6% da Mata Atlântica brasileira – só 6%, e é o que nós temos hoje. Foi feito um código lá atrás tentando pôr freio nisso, e não puseram.

Em 1965, foi feito um novo código. Sabe por que ele foi feito? Por conta do que estava começando a ocorrer fortemente no Cerrado e na Amazônia brasileira. Então, pessoas comprometidas foram lá tentando pôr freio, e não puseram.

As décadas de 70, de 80 e também de 90 foram muito danosas para esses dois biomas especificamente: Cerrado e Amazônia.

Nosso País, lamentavelmente, não enxerga a riqueza do Cerrado e vê a Amazônia como um problema. É um problema, não é um ativo importante que faz o diferencial do Brasil, positivamente, diante dos outros países do mundo. Quem é que tem uma Amazônia igual a nossa? Lá nós temos 25 milhões de pessoas; aqui, não sei exatamente qual é a população total do Cerrado, mas são dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras ocupando esta região. E é a região que

cerca o poder na República, mas a República não a enxerga pelos vitrais. Terminamos nos isolando nas caixas de ar condicionado e não sentimos nem o clima do Cerrado.

Então, do fundo do coração, acho que lamentavelmente o nosso País – e queria concluir com isso – tem desafios muito bonitos nesse começo do século XXI, mas o lamentável é que boa parte das ideias que estamos apresentando para o século XXI são ideias do século XX, ideias velhas, do século passado. Acho que, se mergulharmos no conhecimento da população tradicional, que atravessou o tempo, conhecimento que virou sabedoria, e aproximarmos com jovens estudantes, pensadores, cientistas, técnicos, com pessoas comprometidas, como o Rodrigo Rollemberg, poderemos influenciar nas políticas pública. E, se a gente começar a influenciar nas políticas públicas, a gente vai poder responder ou nos associarmos ao que o Dr. Bráulio colocou para nós – ele é doutor mesmo, porque ele é que tem o conhecimento. Porque a gente ouve uma figura como esta e aprendemos muito mais do que se passarmos um mês ouvindo outras figuras que têm poder dentro do próprio Senado. A gente aprende mais com ele.

Tenho o privilégio de aprender sempre que estou indo para o Acre – e estou indo hoje à noite – com pessoas iguais a ele, que temos também lá.

Portanto, acho que uma audiência pública como esta é a possibilidade de colocarmos os dois pés no século XXI e assumirmos essa região como região estratégica. Ela é estratégica, sim, para a produção do que o mundo mais quer hoje, que é o alimento. Ela é estratégica, só precisamos organizar para que ela ganhe duas vezes: ganhe porque está produzindo alimentos; e ganhe porque está sendo reconhecida, conservada e preservada sua riqueza. É isso o que o Brasil tem que fazer. E o Cerrado tem que ser o primeiro a ser atendido, porque está aqui do lado do poder.

Parabéns, Rodrigo. Você sabe que estamos juntos para muitas batalhas.

Sei que tem muita gente que olha para o Rodrigo, olha para mim, olha para outros colegas e falam: mas vocês, quando chega na hora do Código... Gente, a causa ambiental, lamentavelmente, aqui é minoritária, não tem voto nesta Casa, não tem voto na Câmara. E quem põe as pessoas aqui é a sociedade brasileira.

Lamentavelmente, temos, na Câmara, ampla maioria de pessoas que não tem interesse em uma conversa como essa, em temas tratados aqui. O negócio deles é outro. E aí, quando chega na hora de decidir a lei que pode prejudicar ou ajudar o Cerrado, a Amazônia, qual é a lei que é aprovada? A que prejudica, e não a que ajuda.

Então, aqui é uma luta permanente pelo menos ruim; é uma luta para não piorar muito; é uma luta para evitar o desastre e por uma coisa razoável. Mas não sou pessimista. Já passamos por situações muito piores no Acre e vencemos. Não tenho nenhuma dúvida de que a classe política, de que setores do Parlamento brasileiro podem ser atrasados, mas a sociedade brasileira, a juventude, os estudantes, os movimentos sociais estão à frente dos governos e à frente de muitos e muitos partidos políticos e até mesmo de parlamentares.

É isso que me motiva a achar que vamos vencer. Lamentavelmente, vamos precisar de mais tempo, mas é com audiências como esta que criamos combustível para fortalecer a luta, não deixarmos que coisas ruins aconteçam e que possamos encontrar as coisas boas que o Brasil precisa ter e viver no Cerrado brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, amigo e Senador Jorge Viana, grande companheiro de luta.

Quero aqui registrar a presença da pesquisadora Teresinha, da Embrapa, que está ali quietinha, responsável pelos projetos de etnodesenvolvimento lá na aldeia krahô.

Quero aproveitar para pedir, aos povos indígenas que trouxeram as duas toras de buriti, autorização para, ao final desta reunião, levar essas toras para o meu gabinete para transformá-las em mesas do meu gabinete, como lembrança da luta em defesa do Cerrado.

E quero, agora, passar a palavra ao Hiparidi Xavante, Coordenador-Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado.

O SR. HIPARIDI XAVANTE – Boa noite, parentes. Boa noite, companheiros.

Primeiramente, eu queria informar ao Senador Jorge Viana que no Cerrado moram 25 milhões de pessoas, como o Amazonas, e 15% da população nacional, distribuída em 1,33 mil Municípios. Estamos aí. (*Palmas.*)

Quero pedir permissão para quebrar o protocolo para ficar em pé, estou há muito tempo sentado já.

Não sei se há mais coisas para falar. Os outros companheiros já falaram; o Sr. Bráulio, a senhora já falou, e os demais; Donizete falou bonito, era isso que precisávamos cobrar.

Agora, tradicionalmente, parece que o Governo fala e sai fora, não quer mais ouvir a gente. Estamos falando para nós mesmos. (*Palmas.*)

Então, os Senadores estão aí, para levar esse recado para o secretário que saiu, com compromisso.

Primeira coisa, eu gostaria de dizer para os companheiros, para os Senadores que estão aqui na Mesa e para os demais companheiros, que a cada dia que

passa a cultura indígena e o conhecimento estão morrendo. Como?

Tem uma pesquisa que saiu, da Universidade Federal de Goiânia, em relação aos Akwê Xerente. Cada folha que desmata, cada pé do Cerrado que desmata, desaparece. Ou seja, o Governo brasileiro, este País está assumindo, está praticando etnocídio, genocídio, está assumindo que está preparado para acabar com os povos indígenas, em vez de se orgulhar com a riqueza da nossa cultura.

Então, o Cerrado, para nós e para os demais companheiros tradicionais, quilombolas e os outros, é importante para a nossa sobrevivência. Eu fico imaginando aqui sempre que se fala que é importante preservar, a importância do Cerrado para dar dinheiro, para a economia. Nunca se fala da importância do Cerrado para as culturas sobreviverem, para que as culturas sobrevivam. Não se fala isso.

Se você olhar todos os boletos que nós recebemos durante esses dias, a primeira coisa que eu olho: cadê os povos indígenas, cadê as comunidades tradicionais, cadê os agricultores familiares? Aonde vão? Onde estamos?

É importante cobrar isso também. Nós estamos falando para nós mesmos o que a gente já ouviu várias vezes. Esta audiência pública é importante, muito importante, mas estamos falando para nós mesmos.

Outra coisa que é interessante chamar... Se olharmos os parentes hoje, eu estava vendo a feira onde os parentes vão vender, vemos que é muito raro ver hoje cocar do tipo do parente que está sentado, namibiquara. Não é isso?

Agora, a maior parte que nós estamos vendendo para nós mesmos, para os companheiros que estão aí, é pintada, falsificada. Aí eu fico imaginando: cadê o nosso companheiro do Ibama, que proibiu? Não se vendem mais os cocares, não se pode mais produzir. Meu amigo indígena aqui está há 15 anos com o mesmo cocar. Se fosse outra época, teria que fazer uma vez por mês. Hoje, trinta anos já.

E as pinturas, meus companheiros, Kaiowás e Xavantes estão aí, eu vi as pinturas e fiquei envergonhado também. Nos pequenos detalhes nós reparamos, mas nos demais não dá para reparar. Eles colocaram o carvão de qualquer jeito, ou seja, não tem urucum, não tem outro, não é fácil achar.

Essa tora que está aí, por exemplo, foi tirada hoje, numa fazenda, não sei. Os pares estão aí. O Ibama vai nos multar por termos tirado a tora? Vai acabar com a nossa cultura? Não podemos mais correr com a tora?

Não trouxemos das nossas terras, de propósito inclusive. Queremos tirar. Está aqui no Cerrado. Não estamos no meio do Cerrado? Vamos tirar. Tiramos daqui.

Eu fico imaginando... Eu vim andando e me perguntando: mas até aonde vamos com isso?

Então, concordo quando o Donizete diz que é importante ter mais pesquisas para o Cerrado, mas que cheguem nas comunidades, que cheguem nos quilombolas, que cheguem nas comunidades tradicionais. Nós temos de ser beneficiados por isso.

Há muita burocracia para nós. Se você fala do MDA e da Emater, tem vários processos de que as organizações indígenas não dão conta. Não temos condições. Estamos inadimplentes para pegar esses financiamentos.

Então, no Cerrado, temos de começar a pensar em como beneficiar as populações tradicionais indígenas, os raizeiros, como o Sr. Braulino fala muito.

Eu fico imaginando, também, que os companheiros que estão aí, das comunidades tradicionais raizeiras e quebradoras de coco, ajudem a gente, porque vocês perceberam que os nossos produtos... Estamos vendendo artesanatos, não estamos vendendo produtos do Cerrado, porque nós não tiramos do Cerrado para vender.

Então, precisa de mais pesquisas. Eu fico imaginando as pesquisas que estão sendo faladas... Nós não temos universidade, não temos cursos superiores, não temos doutores ainda. Como é que nós vamos aproximar as comunidades?

É muito fácil falar que o programa é bonito.

Eu fiquei imaginando, ontem, no Conacer, quando o Secretário falava: “Eu estou buscando 10 milhões, no Banco Mundial, para o GEF – Cerrado”.

Lembro, companheiros nossos, que com o GEF – Cerrado nós perdemos. As populações indígenas não estão sendo beneficiadas com isso.

Estão dizendo que estão aí, que 8 milhões ainda precisam ser gastos. Nós não temos condições de concorrer com isso.

Então, companheiros que estão aí, é importante dar atenção a pequenos detalhes. Estou falando do lado mais indígena que represento, de que faço parte junto com o companheiro Braulino.

A Rede Cerrado, hoje, comemora, depois de muitas lutas, essa diversidade, presenças indígenas, nossas presenças falando de igual para igual. Isso é uma coisa importante para a coordenação da Rede Cerrado.

O Sr. Braulino gosta de dizer: “Eu sou caboclo, eu não tenho conhecimento”. É isso que faz a gente ser diferente. É muito bonito. Imitar os outros, imitar vocês é muito simples.

Então, quanto mais pesquisas tiverem, quanto mais apoio para nós, isso brota uma semente dentro da gente. Ser indígena, ser diferente é difícil, mas é bonito. Tem de ter força.

Companheiros que estão aí, é importante contar com vocês, é importante ter uma aproximação com as Mesas em que nós estamos. É importante.

É importante, também, que o PEC Cerrado seja aprovado, senão... (*Palmas.*)

Então, companheiros que estão aqui, a gente precisa voltar para nossa feira, para ter uma troca de cultura entre nós. É importante o Senador Jorge Viana ir lá, para conhecer os sabores, comer os doces do Cerrado. Lá tem várias culinárias, tem diversidade lá. É importante ir lá saborear não só a Amazônia.

Para terminar, para o Senador Jorge Viana, que luta tanto pela Amazônia, é importante a luta dele.

Para nós, ser indígena do Cerrado e se autoafirmar é muito complicado, porque nós não temos financiamentos, nós não temos apoio institucional para isso – para a Amazônia é mais fácil. Então, espero que os senhores nos ajudem nesse processo, que, para nós, indígenas, é muito importante. Precisamos também de mais apoio para as pesquisas que chegam nas áreas indígenas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Parabéns ao Hiparidi Xavante. Como é bom poder ouvi-lo!

Eu comentava aqui com o Senador Jorge Viana que nós devemos mobilizar toda essa energia dos povos do Cerrado para que, em breve, nós possamos ter aqui no Congresso Nacional, representando os povos do Cerrado, pessoas como o Hiparidi Xavante, como Braulino Caetano dos Santos, como Maria Nice. Como seria bom ter essas pessoas representando os povos do Cerrado aqui no Congresso Nacional!

O Braulino e o Hiparidi vão precisar sair para ir a uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, assim como o Senador Jorge Viana, que vai viajar para o seu Estado.

Nós também já estamos chegando ao final da nossa audiência pública. Daqui a pouco nós teremos oportunidade de ouvir o Terno de Moçambique e o Congo de Catalão, ao final.

Nós vamos ouvir agora o Sr. Francisco José Barbosa de Oliveira Filho, Diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Acho que já posso dar boa noite a todos, já são 6 horas da tarde.

Senador Rodrigo Rollemberg, demais colegas que permanecem na Mesa, eu vou ser bastante breve, até porque acho que já falamos bastante, e o Senador disse que nós viemos aqui, acima de tudo, para ouvir – refiro-me àqueles que me antecederam, especialmente

àqueles que representam os povos do Cerrado. Então, na minha fala, vou me ater a poucos pontos.

Estou à frente de um trabalho que busca, acima de tudo, conduzir um plano de prevenção, citado pelo Donizete aqui. Para entender como esse plano surge, é preciso entender o contexto em que ele é concebido e, para isso, vamos para a Política Nacional de Mudanças do Clima, por meio da qual o Governo brasileiro assumiu um compromisso de redução das emissões, um compromisso voluntário. Esse compromisso voluntário é traduzido num plano que, por sua vez, tem um conjunto de planos setoriais e, dentre esses planos setoriais, nós temos dois que estão diretamente relacionados aqui à nossa conversa.

Um deles – o Senador Jorge Viana lembrou bem – é o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, que desde 2004 vem se traduzindo num trabalho contínuo e intenso – de 2004 a 2012, já são 8 anos de um plano que busca reduzir as taxas de desmatamento. E nós podemos, a partir do que colocou o próprio Senador Jorge Viana, com seus eixos...

Esse plano vem atingindo, vem logrando o seu objetivo de reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia, mas isso foi conseguido com muito trabalho, trabalho de todos aqueles que vivem na Amazônia, seja os governantes, seja as populações que estão lá presentes, como bem disse o Senador. Nós fizemos um esforço muito grande para estancar o desmatamento e, ao mesmo tempo, promover as atividades sustentáveis fundamentais para que o desenvolvimento acontecesse.

Eu comecei falando na Amazônia porque foi ela que propiciou esse plano que há 8 anos vem andando. Pensamos que poderia ser um modelo a ser replicado para os demais biomas. Foi aí que surgiu o plano mencionado pelo Donizete aqui: o Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos e Queimadas para o Cerrado.

Esse plano respeita a mesma lógica do plano da Amazônia, no qual temos um eixo de monitoramento e controle por meio do qual você busca estancar os maiores problemas e, num segundo eixo, trabalhar a questão das áreas protegidas – bem lembradas aqui –, que precisam ser ampliadas de forma clara para o bioma Cerrado, e também a questão do ordenamento territorial. E um terceiro eixo trata do fomento às atividades sustentáveis. Muitas delas foram mencionadas aqui e estão organizadas dentro desse Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado. Esse plano tem uma meta de reduzir em 40% o desmatamento nesse bioma, e aí faço um paralelo entre o que está acontecendo no Cerrado e o que aconteceu no início do Plano de Prevenção e Controle da Amazônia. Ele, no começo, teve suas dificuldades na

Amazônia; começou a atingir resultados mais concretos a partir do seu terceiro ano. Basta olhar as taxas de desmatamento que a gente observou e que foram acontecendo ao longo dos anos.

E isso traz para a gente uma realidade em que se conseguiu fazer esse processo avançar lá, e a gente tem um compromisso muito grande, dito aqui pelo próprio Senador: hoje, o bioma Cerrado tem um desmatamento maior que o da Amazônia, e é uma preocupação muito grande do Ministério do Meio Ambiente. Além disso, a maior concentração de queimadas acontece também no bioma Cerrado neste momento. Sabe-se que 55% das queimadas que estão acontecendo no País estão ocorrendo no bioma Cerrado. Essas queimadas vão, provavelmente neste ano – e agora a gente entra no período mais crítico – agravar-se. Pelas informações do Inpe, as condições climáticas neste ano estão indicando que teremos mais uma vez o fenômeno El Niño, e todos aqueles que vivenciaram, de 2007 a 2010, sabem que isso traz uma necessidade de atenção maior dos governantes, da população que está no campo, com cuidado na hora de colocar o fogo, que é muitas vezes a sua ferramenta.

Então, o PPCerrado tem 2 anos, sim. Acima de tudo, a gente fez uma avaliação dessa primeira fase do PPCerrado, e conseguiu, de fato, um resultado ainda tímido para o que queremos. Por isso mesmo, a gente tem feito essa análise e conseguimos, das ações postas nesse plano, atingir 40% daquilo que a gente queria. Estamos longe de conseguir o que queremos.

Portanto, faz-se necessária uma revisão desse plano que se inicia a partir de agora. Estamos fazendo uma revisão desse plano Cerrado e haverá momentos para discussão com a sociedade, da mesma forma que fizemos com o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia, em que houve uma discussão no governo, e isso foi ampliado para a discussão com os Estados e também com a sociedade.

Então, vamos entrar em uma fase – todos estão convidados a contribuir para que a gente possa fazer um plano aprendendo com aquilo que não funcionou na sua primeira fase, avançar com novas ideias e trazer e fazer a grande aproximação que é necessária.

O Plano busca acabar com a dicotomia de que não é possível desenvolver e conservar ao mesmo tempo. O Plano busca fazer uma sincronia cada vez maior dessas duas coisas, desses dois itens que permeiam e permearam as falas de todos aqui que me antecederam.

Por fim, acho que a gente tem no Plano Cerrado, sim, uma fortaleza para avançar. E, especificamente, Donizete, sobre o MacroZEE do Cerrado, ele, de fato, tinha de ter sido concluído agora em setembro. Não o

foi, mas está em andamento e nós devemos concluí-lo agora no final do ano. Já há estudos contratados dos mapas temáticos, os diagnósticos já estão em andamento. É um atraso, mas o compromisso de que ele seja concluído continua. E, de fato, ele é um grande instrumento para que o Plano avance e para que o nosso olhar para o Cerrado seja diferenciado.

Então, com isso, a gente tem hoje esse Plano em andamento e, agora, passando por essa grande revisão. E acho que a gente tem, acima de tudo, de olhar e pensar o Cerrado como um grande espaço para fazer o que a gente vem observando na Amazônia neste momento em que se está conseguindo algo muito mais razoável. Ainda não chegamos à meta que foi compromisso brasileiro até 2020, que é chegar a um patamar de 3.900 km² desmatados apenas, mas isso tudo visa a reduzir as emissões de gases de efeito estufa que nos estão afetando, não só ao Brasil, mas ao Planeta como um todo.

Então, com isso, eu gostaria de encerrar, usando as palavras aqui da Dona Maria Nice, dizendo que o fundamental aqui para nós é respeitar a terra, e trazendo uma fala do Chico Mendes que há pouco ouvi em um documentário. O que fazemos hoje e temos de fazer pelo Cerrado e que já vem sendo feito também é ter em mente que aquilo que fazemos no nosso local, no nosso espaço onde vivemos, tem um reflexo naquilo que acontece em nosso País e em nosso Planeta. Temos sempre que olhar para isso. A fala do Chico Mendes sobre isso, nos idos de 1980, foi o seguinte: “primeiro, pensei que eu estava preservando as minhas seringueiras; depois, o meu País; e, agora, estou vendo que o que estamos fazendo é contribuir para manter o nosso Planeta”. Então, algo que começa lá no local tem um reflexo global.

Com isso, encerro minha fala bastante breve.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Francisco José Barbosa de Oliveira Filho.

Vamos ouvir agora o Tephot, major da Aldeia do Ponto, no Maranhão, e, em seguida, teremos a apresentação do grupo Congo de Catalão.

Com a palavra Tephot.

O SR. FRANCISQUINHO TEPHOT – Boa noite a vocês todos que são amigos e amigas.

Nós que somos povos indígenas de cada etnia estamos aqui, neste momento, no Senado, no Legislativo, para percebermos os nossos direitos, porque a Presidente do Brasil está muito esquecida de nós, de cada etnia do Brasil.

Por que estamos esquecidos?

Primeiro, os recursos que saem de Brasília, do Senado, do Legislativo, que vão para educação não chegam. (*Palmas.*) A educação do povo indígena, a escola está péssima. Não chega material didático, material novo. (*Palmas.*) Não chega merenda escolar simples; merenda chega, mas merenda quase vencida.

Segundo, a saúde também está péssima. Não chegam também medicamentos, não chegam médicos na aldeia, que é onde está a selva, o povo indígena, a muita distância da cidade, do Município, que fica na selva, lá dentro da mata. Cobra cascavel já matou vários índios. Por que foram mortos? Porque não tem assistência, não tem soro para o veneno de cada cobra venenosa. Não existe.

Terceiro, Cerrado. Por que nós, o povo indígena, não produzimos bastante como o branco, que produz... Porque brancos desmatam tanto, matas, Cerrado, plantas, madeiras, eucaliptos, destroem as nossas plantas que existem no Cerrado, plantas e frutas, como o pequi, como o puçá, mangabas, juçaras, cajuinhos. Eles desmatam bastante, acabam com essas coisas, destroem nossas áreas. Fazem também carvoeiros, e o coitado do povo indígena fica cheirando aquela fumaça, aquele ar que fica envenenado, e o povo indígena fica com o nariz entupido, como quando tem gripe. Isso não está servindo. Esse que é o meu clamor.

Aqui dentro desta Casa, do Senado, do Presidente... Eu quero que o Presidente Rodrigo Rollemberg – o nome dele é como na língua inglesa; estou vendo isto, é um tipo inglês. E também Donizete é um tipo inglês. (*Palmas.*) Mas eles dois têm de dar apoio, segurança para nós, que somos o povo indígena, dar muito apoio e também tomar providências... Enviar práticos para lá, técnicos mesmo, para melhorar, nos ensinar mais. Para isso que o branco nos ensinou a tomar – também eu falo um pouco a língua exterior – o *coffee*... *Coffe* também é uma palavra estrangeira. Para nós, para a língua dele, café. (*Risos.*)

Eles têm de se juntar com o Presidente da República e dar assistência para nós, que somos o povo indígena. Todos nós que estamos aqui, do Cerrado, de cada etnia, de cada canto da terra, nós já estamos aqui com o maior luto, com a maior dificuldade, sofrimento, de ônibus – nada de avião –, sofrimento de toda maneira. E, como hoje, que já estamos aqui, quero que ele vá dar cobertura, apoio, segurança, proteção, encaminhar, esclarecer, para acabar esse conflito dentro de nós. O branco respeitar (*exposição em língua indígena.*) a língua deles, respeitar, considerar. Nós, indígenas, também respeita... (*Exposição em língua indígena.*) Continuem a ensinar o português, que é dos brancos, a nós. O branco ensinou “nós veste camisa”... (*Exposição em língua indígena.*) Os brancos

ensinaram para nós a leitura, alfabetizaram: a, b, c, d, e; 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. Agora, na nossa língua, é... (*Exposição em língua indígena.*) O branco continua a estudar com a gente porque tem interesse. Nós, povo indígena, também temos interesse em aprender com eles. (*Palmas.*)

Por quê? Por que o branco não continua a capacitar o povo indígena para o povo indígena ficar também conhecido como cidadão, ser médico, ser autoridade, prefeito, vice-prefeito? Por que o branco não ensina? Por que o branco não continua a ensinar a nós? Tem que continuar. Não pode negar. Ele mostrou, tudo bem para nós. Nós precisamos e eles também precisam. Nós, povo indígena, e o povo branco temos que ter amizade e ser amigos. Amizade... (*Exposição em língua indígena.*) Eles querem um documento assinado entregue para cada representante, como eu. Eu sou representante da etnia do Maranhão, Kraolândia, Krahô, Apinajé. A língua dos tupis já é outra. Não entendemos e eles também não entendem, porque no mundo foi entregue cada vivência para sobrevivência de cada etnia. A nossa língua é uma; a língua tupi é outra; guarani, outra; xavante, outra, mas sentimento, sangue é a mesma coisa. O ser humano não tem diferença.

Isto é que apresento.

Muito obrigado, na presença do Presidente, Senador Rodrigo, e muito obrigado também na presença do Donizete.

Muito obrigado a vocês todos, que são meus amigos e irmãos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Tephot, pela sua colaboração.

Estamos chegando ao final. Antes de chamar o Terno de Moçambique, apenas quero fazer um agradecimento a todos que nos honraram com suas presenças.

Quero registrar que considero este um momento histórico em defesa do Cerrado, da luta dos povos do Cerrado. Percebo que estamos construindo uma convergência.

Quero ressaltar aqui a presença da Embrapa e o trabalho que a Embrapa vem desenvolvendo na recuperação das sementes originais das populações tradicionais, a importância dessas pesquisas, do banco de germoplasma, o esforço e o desenvolvimento que ela vem tendo nos últimos anos para a melhoria de tecnologias sociais que vão servir ao conjunto das populações indígenas. Há também o esforço que o Governo vem fazendo por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, embora saibamos que o papel do movimento social é o de cobrar, com rigor – não apenas do Governo, mas de nós próprios –, para que possamos avançar nas políticas públicas.

E se nós vivemos um momento de adversidade, como disse aqui o Braulino, na luta dos povos do Cerrado, nossas dificuldades, nós devemos aprender com o próprio Cerrado. E nós temos aqui em nossa Brasília um exemplo do que o Cerrado pode produzir em plena adversidade, no auge de uma seca, que já atinge a cidade por mais de 100 dias: a beleza e a pujança dos exuberantes ipês amarelos que explodem belamente em nossa cidade, trazendo-nos um convite de alegria para receber todos os povos do Cerrado. Nós devemos aprender com os ipês que conseguem florir em plena adversidade. Nós temos de nos unir na adversidade para construirmos as vitórias dos povos do Cerrado.

Quero agora, com muita alegria, convidar o Terno de Moçambique e o Congo de Catalão para fazerem o encerramento de nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Procede-se à apresentação dos grupos folclóricos Terno de Moçambique e Congo de Catalão.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 35 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 28ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (39ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (53ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 8h30, NA SALA Nº 6, ALA SENADOR NILO COELHO.

Às nove horas e sete minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas comissões. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que

são dadas como aprovadas. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de debater a implantação de políticas públicas promotoras da acessibilidade dos deficientes auditivos, especialmente no tocante à disponibilização da comunicação em Libras pelos diversos órgãos públicos. Antes de passar a palavra aos convidados, a Presidência lê ofício enviado pelo Senhor Senador **LINDBERGH FARIAS**. Comparecem os seguintes convidados: Roberto John Gonçalves da Silva, Coordenador Geral do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD; Sueide Miranda Leite, Diretor Presidente do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil – ICEP Brasil; e Felipe Fritz Braga, Procurador da República no Distrito Federal. O Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, do Tribunal do Trabalho da Nona Região, justificou a ausência. Concede-se ainda a palavra a Waldimar Carvalho da Silva, Professor de Libras; Aline Mendes Abreu, Representante do Sindicato dos Intérpretes de Libras; e Isaías Leão, Assessor da Gerência da Central de Intérpretes de Libras – GECIL da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque para tecer comentários e questionamentos. Os convidados respondem as perguntas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos e Altair Gonçalves Soares, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e Legislação Participativa.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 18/09/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 53ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores da CMA e da CDH.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico o recebimento dos seguintes ofícios, os quais estarão à disposição para consulta na Secretaria da CMA.

Ofício Circular da Aneel nº 377/2012, que convida os membros da Comissão para participar de audiência pública, na cidade do Rio de Janeiro, em 19 de setembro, para tratar da proposta de regulamentação de pré-pagamento e pós-pagamento eletrônico de energia elétrica.

Ofício nº 527/2012, do CMBio, que encaminha aos membros da CMA o relatório de gestão de 2011 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, encaminha a cartilha *Crédito & Cidadania*, sobre os direitos do consumidor em relação ao crédito e serviços bancários.

Comunico ainda, nos termos do Ato nº 02, de 2009, da CMA, o recebimento de aviso do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 250, que encaminha acórdão sobre monitoramento das ações do Ministério do Esporte, relacionados à Copa de 2014;

Aviso nº 1.161, que trata sobre relatório de acompanhamento das obras de mobilidade urbana, na cidade de Recife, para a Copa do Mundo de 2014.

Informo que os avisos do TCU serão autuados e distribuídos para a apresentação de relatório.

Passemos à pauta.

A presente reunião tem por finalidade discutir a implantação de políticas públicas promotoras da acessibilidade dos deficientes auditivos, especialmente no tocante à disponibilização da comunicação em Libras pelos diversos órgãos públicos.

Convido para compor a Mesa o Sr. Roberto John G. da Silva, Coordenador Geral do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Sr. Sueide Miranda Leite, que já se encontra conosco, Diretor Presidente do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep-Brasil); o Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República do Ministério Público Federal do Distrito Federal.

Antes de passar a palavra aos convidados, vou ler ofício encaminhado pelo Senador Lindbergh Farias, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, do Senado Federal.

Sr. Senador Rodrigo Rollemberg,

Parabenizo o senhor e o Senador Paulo Paim pela iniciativa e realização desta audiência pública sobre tema tão central ao movimento de luta em defesa dos direitos humanos: os direitos à informação, à comunicação e à expressão.

Afinal, as políticas inclusivas destinadas às pessoas com deficiência auditiva – em especial aquelas voltadas à disponibilização da comunicação em Libras – língua brasileira de sinais – pelos órgãos públicos do País, nada mais são do que o cumprimento e a concretização desses direitos fundamentais.

De acordo com o Censo-IBGE, de 2010, mais de 5% da população brasileira tem alguma deficiência auditiva, tornando cada vez mais importante a atuação do profissional intérprete de Libras nas atividades mais básicas para qualquer cidadão, desde uma consulta médica, acompanhamento de uma aula, até o exercício da cidadania por meio de informações sobre o processo político e da participação popular.

Com isso em mente, apresentei o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2011, que visa a garantir a acessibilidade na comunicação e na expressão de pessoas com deficiência auditiva no Senado Federal, tornando obrigatória a presença de intérprete, tradutor e guia-intérprete de Libras nas atividades oficiais do Senado Federal, sessões, reuniões das Comissões, audiências públicas, TV Senado, Instituto Legislativo Brasileiro, Interlegis e nas dependências do edifício da Casa.

O Projeto de Resolução nº 40, de 2011, foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e agora aguarda distribuição de relatoria na Comissão Diretora desta Casa.

Embora já exista a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Libras e garante, por parte do Poder Público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão das Libras, ainda é muito difícil para os surdos encontrarem esses profissionais nos órgãos públicos brasileiros.

Importante destacar que o Senado Federal foi o pioneiro, entre as Casas Legislativas de todo o País, contratando profissionais de Libras para garantir o atendimento dos surdos. Contudo, estamos novamente correndo o risco de perder esses profissionais, caso seus contratos não sejam renovados

Na “feliz contramão” do que tem sido feito o Senado, a Câmara dos Deputados segue avançando nessa luta, com a contratação de mais profissionais, além de garantir, em toda a programação da TV Câmara, a chamada “janela de Libras”.

Vale lembrar que a Câmara dos Deputados não tem uma comissão específica de pessoa com deficiência, tal como existe a CAS/DEF nesta Casa, de modo que torna ainda mais imperioso o nosso respeito a Libras e a nossa atenção aos recursos de acessibilidade em geral.

No entanto, tenho a preocupação de que esta Casa possa dar a impressão de que, para as pessoas com deficiência, somente interessam os assuntos que imediata, direta e expressamente sejam referentes a elas. Isso porque, diversamente do que ocorre na Câmara, aqui no Senado somente contamos com o trabalho do intérprete de Libras nas audiências públicas, nas comissões e no plenário, quando consta da pauta a expressão “pessoa com deficiência”.

Fora isso, parece que os trabalhos desenvolvidos nesta Casa – e que ganham a atenção de todo o País – não irão interessar às pessoas com deficiência.

Ocorre que, infelizmente, às vezes nem com isso contamos. Como muitos dos presentes sabem, no ano passado, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF –, que orgulhosamente presido, organizou uma audiência pública para tratar dos direitos dos surdos, recebendo cerca de duas mil pessoas.

Contudo, apenas os surdos presentes puderam contar com a tradução feita pelos profissionais da Casa. Quem acompanhou pela TV Senado, simplesmente não compreendeu o debate, uma vez que, na própria audiência sobre surdos não houve tradução de Libras, pois a TV Senado não possui o serviço de intérpretes em tempo integral.

Ora, senhores, qual mensagem esta Casa deseja passar aos cidadãos que representa? Que, na verdade, representa apenas parte da população brasileira? Ou que existe uma subcategoria de cidadãos brasileiros que não pode tomar conhecimento das atividades desenvolvidas por seus representantes?

O Senado Federal não pode regredir na luta pela real e efetiva inclusão de todos os cidadãos brasileiros!

Por fim, tomo a liberdade de deixar meus sinceros cumprimentos aos companheiros de luta presentes nessa audiência, nas pessoas dos convidados Antônio José Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade; e Sueide Miranda Leite, Presidente do Instituto Cultural, Educacional

e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil – Icep Brasil.

Faço votos pelo êxito na condução dos trabalhos e que esta audiência seja proveitosa para o contínuo avanço da concretização dos direitos fundamentais.

Assina Lindgergh Farias, Senador da República.

Bem, quero dar bom dia a todos e agradecer a presença dos nossos convidados.

Vamos determinar o tempo de 15 minutos para cada convidado. Quero registrar que o objetivo desta audiência pública é ouvir representantes do Governo Federal, da sociedade civil e do Ministério Público Federal acerca da implementação de políticas públicas de acessibilidade das pessoas com deficiência, especialmente a utilização da língua brasileira de sinais, as Libras, pelos órgãos públicos brasileiros, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva, surdos e mudos.

O Brasil avançou muito na sua legislação. O Senado Federal deu uma contribuição importante, ao aprovar, com status constitucional, a Resolução da ONU, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa convenção muda os paradigmas de relação da sociedade com as pessoas com deficiência e especialmente do Poder Público, criando obrigações ao Poder Público de acessibilidade em relação às pessoas com deficiência.

É claro que essa luta não é apenas das pessoas com deficiência ou das entidades representativas das pessoas com deficiência. A luta pela acessibilidade é de todos os brasileiros que querem construir um País mais justo, mais generoso, com oportunidades iguais para todos. Daí a importância desta audiência pública.

Portanto, vamos iniciar, com a palavra dos nossos convidados. Repetindo, vou conceder o tempo de 15 minutos para cada convidado, começando pelo Sr. Sueide Miranda Leite, Diretor Presidente do Icep Brasil.

O SR. SUEIDE MIRANDA LEITE – Bom dia a todos. Quero agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me, Sr. Sueide. Quero fazer um registro de que esta audiência pública é conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e agradecer ao Senador Paulo Paim que hoje não pôde, em função de outros compromissos, estar presente nesta audiência pública, presidindo-a conjuntamente.

Quero registrar a luta do Senador Paulo Paim, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em defesa das pessoas com deficiência, aliás, de todos os segmentos menos favorecidos da sociedade; mas especialmente o Senador Paulo Paim tem marcado a sua atuação no Senado em defesa das pessoas com

deficiência e em defesa da implementação de políticas públicas em benefício das pessoas com deficiência.

Portanto, quero aqui registrar o nosso agradecimento ao Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Sr. Sueide Miranda Leite.

O SR. SUEIDE MIRANDA LEITE – Quero agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, que requereu esta audiência pública, a fim de que possamos tratar de um assunto que considero da maior relevância: a comunicação que leva à inclusão das pessoas surdas do nosso País. Quero agradecer, em nome dele, aos demais membros da Mesa.

Trabalho com pessoas com deficiência há 23 anos, aqui no Distrito Federal. Juntamente com o segmento organizado das pessoas com deficiência, temos conseguido, de fato, avançar bastante.

Todos nós sabemos que o Brasil tem as melhores leis do mundo, mas, infelizmente, aqui essa legislação não é cumprida. Quero ser bem prático – talvez nem use o meu tempo todo – para dizer que é lamentável, como Presidente do Icep Brasil, estar hoje no Senado Federal, por mais que seja a Casa do povo, que oferece as discussões mais acirradas em prol da sociedade, porque justamente esta Casa vive distante da Câmara Federal no que diz respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência. Por quê? Por falta de legislação? Não. Por falta simplesmente de decisões pessoais de alguns administradores ou diretores desta Casa que, por falta de conhecimento técnico, não promovem a acessibilidade, tão importante para a inclusão das pessoas com deficiência.

Há cinco anos, conseguimos, aqui no Senado Federal, uma parceria que permitiu inserir no Senado o serviço de tradução em Libras, para que os surdos pudessem entender o que esta Casa estivesse discutindo. Aí foram inseridos quatro intérpretes que trabalhavam na interpretação, nas Comissões e, depois, na TV Senado.

De uma hora para outra, tomamos conhecimento de que não mais interessa a esta Casa esses serviços, porque os intérpretes de Libras estão ociosos. Então, acho que isso demonstra claramente a falta de compromisso por parte de quem tomou de fato essa decisão.

Nós que lutamos para garantir a criação e a aprovação de uma língua oficial no Brasil, que é a Libras, Língua Brasileira de Sinais, aprovada pela Lei nº 12.319, em 2010; nós que conseguimos lutar para regulamentar a profissão do intérprete de Libras, agora temos que, infelizmente, viver esse retrocesso aqui no Senado, a Casa do povo.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Lindbergh Farias, que inclusive apresentou, nesta Casa, mais uma legislação que venha de fato garantir a aces-

sibilidade para as pessoas com deficiência e especificamente para os surdos. S. Ex^a é uma pessoa comprometida com a causa das pessoas com deficiência.

Então, quero apenas fazer proposições aqui, no sentido de discordar com aquilo que a direção desta Casa pensa, por tomar uma decisão que acaba com o serviço de Libras aqui no Senado.

Primeiro, o contrato que existe hoje aqui tem cinco anos. Conforme a legislação, a Lei nº 866, o contrato pode ser renovado por cinco anos, pode ser renovado excepcionalmente e ainda de forma emergencial. Então, se a direção do Senado Federal quer acabar com esse serviço, quer fazê-lo por vontade própria e não por instrumentos que impeçam a manutenção desse contrato.

Eu gostaria de informar a vocês, só para ver a questão da programação, que o Senado tem uma programação extensa de televisão a que todo o País tem acesso.

Temos, como disse o Senador Lindbergh Farias, em seu documento, em torno de 5% de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, quase 10 milhões de pessoas. Quantos desses são oralizados? Quantos desses são analfabetos? E quantos são os que usam, incluem-se, ou se comunicam através da língua brasileira de sinais? Não sabemos, porque, de fato, não existe um levantamento profundo para podermos saber, inclusive, qual é a real necessidade da legenda oculta ou do *closed caption*? E qual é a real necessidade da Libras?

Na minha opinião, eu que luto pela inclusão dentro do modelo universal, defendo que há a necessidade tanto da legenda oculta quanto da Libras, porque pensamos em atender e incluir a todos. Mas esta Casa não pensa desta forma.

Quanto, financeiramente, custa manter o contrato de Libras? Quanto, realmente, custa oferecer o serviço de *closed caption*? Se esta Casa estiver pensando na parte financeira, o *closed caption* é quatro vezes mais caro do que o serviço oferecido por Libras, sem considerar que esta Casa não tem de estar vendo questões financeiras, porque aqui não é uma empresa privada que vende serviço e auferir lucros. Aqui é a Casa do povo, que é sustentada pelo pagamento dos impostos do povo brasileiro.

Então, esta Casa deve estar, de fato, cumprindo a legislação brasileira. Se, de fato, trabalho com pessoas com deficiência é para lutar efetivamente para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

Portanto, Senador Rodrigo Rollemberg, gostaria que daqui saísse uma moção em que pudéssemos solicitar ao Ministério Público Federal, através de uma ação civil pública, que efetivamente se traga essa questão,

a fim de que o surdo não venha a perder ferramentas tão importantes para o seu processo de inclusão.

Então, a minha proposta é exatamente esta: que nós possamos sair daqui com uma moção encaminhada ao Ministério Público Federal, para que este, através de suas ferramentas, se uma ação civil pública ou outro instrumento legal, impeça que aconteçam ações como esta. E mais ainda: que todos os órgãos do Governo Federal possam cumprir o Decreto nº 5.626, que é de qualificar 5% de seus servidores em Libras, para promover ou facilitar a comunicação entre o surdo e o seu chefe imediato ou o consumidor do serviço público, o que, de fato, hoje não acontece.

Assim, queria agradecer mais uma vez a V. Ex^a, Senador, que conheço há bastante tempo e sei do compromisso que tem com o segmento das pessoas com deficiência desde a Câmara Distrital.

Quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Sueide.

Quero apenas dar um esclarecimento. Há a informação, em função de contato que fiz com a Diretoria-Geral desta Casa quanto a essa preocupação, de que não há nenhuma decisão tomada por parte da Direção da Casa de extinção do trabalho de intérprete de Libras. Há um processo em curso, em função da proximidade do encerramento do contrato.

É importante registrar que, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e também por estar em contato com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos Paulo Paim, é nosso entendimento e oficiaremos à Diretoria-Geral que consideramos importante o intérprete de Libras nas atividades da Casa.

Tenho certeza de que o Senado Federal, pela sensibilidade e pelo compromisso que tem demonstrado na evolução da legislação sobre pessoas com deficiência, será, mais uma vez, sensível e não apenas garantirá a continuidade desse serviço, mas a sua ampliação. Até porque nós, como Casa Legislativa, temos a obrigação de ser um exemplo, de ser uma grande referência. E como disse aqui, no início, o Senado aprovou recentemente, com *status* constitucional, a Convenção, da ONU, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Quero registrar que neste processo – e é importante esse debate – existe muita desinformação. Muitas pessoas acham que simplesmente a legenda colocada na tela de televisão permitiria suprir essa lacuna e garantiria acessibilidade por parte das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas surdas. Essa é uma verdade parcial. Eu mesmo tive a oportunidade

de viver essa experiência. Toda vez que íamos fazer essas inserções em programas eleitorais partidários, sempre a produtora de televisão considerava mais fácil colocar legenda. E nós achávamos que com aquilo estávamos contemplando a totalidade da comunicação com as pessoas surdas. Na verdade, ali estávamos cumprindo a lei, porque a lei coloca a alternativa da língua brasileira de sinais ou da legenda. Mas depois vim saber, em contatos com as entidades representativas de pessoas com deficiência e com os próprios surdos, que aquela comunicação era parcial, porque uma parcela significativa dos surdos que não eram alfabetizados não tinha acesso àquela comunicação por legenda. Portanto, é fundamental a língua brasileira de sinais para garantir a comunicação.

Registro, antes de passar a palavra ao Sr. Felipe Braga, Procurador da República, a minha total confiança de que a direção do Senado será sensível a essas questões colocadas aqui e manterá e até ampliará a oferta desse serviço fundamental para garantir a plena acessibilidade das pessoas surdas ao que se discute, debate e delibera no Senado Federal.

Com a palavra o Dr. Felipe Braga.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Ex^{mo} Senador Rodrigo Rollemberg, muito grato pelo convite ao Ministério Público Federal para participar desta audiência pública.

Pode passar, por favor.

Brevemente, o Ministério Público tem por função exclusivamente a defesa da ordem jurídica, regime democrático, interesses sociais e individuais indisponíveis. Não temos atribuição para direitos individuais, mas, sobretudo, direitos coletivos. Direitos individuais somente aqueles indisponíveis.

O direito das pessoas com deficiência entra em três categorias: defesa do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Daí a nossa forte atuação em todo o País na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O princípio basilar da nossa atuação nesta matéria é o princípio da isonomia. No art. 5º da Constituição da República, todos são iguais perante a lei, perante a Constituição.

Nossa atuação tem sido preponderantemente, mas não exclusivamente, em concursos públicos. São muitas as representações que nos chegam de pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência formam uma parcela da sociedade civil das maiores protagonistas de defesa de direitos coletivos – é uma categoria extremamente importante na sociedade civil – especialmente em relação a concursos públicos. Por que concursos públicos? Porque o concurso público é um espaço na sociedade em que a pessoa com deficiência não pede

que o seu direito seja reconhecido, ela exige, pois é fortemente regulado por leis, decretos, regulamentos. Então, é um espaço garantido, com direitos explícitos, claros, em que a pessoa com deficiência exige. É um espaço em que a pessoa com deficiência sente-se à vontade, reconhecida como pessoa humana.

Destacadamente, eu citaria aqui alguns casos interessantes mais de vanguarda em que nós temos atuado.

Em relação ao percentual da cota, há um problema grande no País que penso ser relevante para a Comissão. Refiro-me ao percentual em concursos de professores de universidades federais. Nesses concursos, em geral, são poucas vagas, uma ou duas vagas por Cadeira da universidade na especialidade professor; e quando se aplica o percentual de 5% a 20%, dá zero. O que faz com que há anos em muitas universidades, inclusive nas federais do País, não haja vaga reservada para pessoas com deficiência, apesar de ser serviço público e os professores serem servidores públicos.

Então, em vários Estados, nós Procuradores da República temos atuado no sentido de exigir que se realize concurso para várias categorias de professores – professores de várias especialidades – e se aplique o percentual sobre o total das vagas. Aplicado esse percentual, se sorteie em quais especialidades de professores vai haver essa reserva de vaga. Sobre tudo, o nosso grupo de trabalho de inclusão de pessoas com deficiência da PGR vem tratando isso diretamente com a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –, e também diversos procuradores da República vêm ajuizando ações civis públicas e obtendo extrajudicialmente, através de recomendação, essas reservas.

Distribuição da cota.

Tive a oportunidade de conversar com V. Ex^a, antes do início desta audiência, em relação àqueles concursos em que há, já no edital, distribuição das vagas para diversos Estados. Temos conseguido, judicialmente, que o cálculo da reserva da cota da pessoa com deficiência seja por Estado. Então, se há 10 vagas para o Estado X, 20 vagas para o Estado Y, 3 vagas para o Estado Z, o percentual tem de ser aplicado por Estado, a fim de garantir o princípio o desenvolvimento regional, o princípio constitucional.

Os juízes federais têm sido extremamente sensíveis em relação a isso. Sobre tudo em Estados mais pobres ou em que haja menos acesso da pessoa com deficiência a seus direitos fundamentais, são muito sensíveis a essa dificuldade de acesso.

Um problema grande em que nós temos atuado também são as avaliações de compatibilidade no con-

curso. Esse é um grande retrocesso. Apesar das leis modernas que nós tivemos nos últimos 20 anos, decretos, alguns concursos, muito espertamente, vêm incluindo um item, qual seja, depois de todas as provas, a pessoa com deficiência tem de passar por uma chamada avaliação de compatibilidade da sua deficiência com o cargo a ser exercido. Quer dizer, o candidato foi aprovado em todas as provas, inclusive práticas. Portanto, teria direito a sua vaga. No entanto, é submetido a uma prova feita por um médico que, muitas vezes, sequer é da especialidade da deficiência, para verificar se a deficiência é compatível com o cargo. Então, é um exame sumário, feito por pessoa desconhecida da própria deficiência e, ainda por cima, desrespeitando a lei.

Por quê? Porque a lei diz que essa avaliação tem de ser feita nos dois ou três primeiros anos do estágio probatório. E por que tanto tempo? Porque a instituição pública, nesse tempo, vai, através de uma equipe multidisciplinar, avaliar as deficiências daquele candidato, sua interação com o ambiente, com a estrutura e equipamento de trabalho, oferecer, criar meios de acessibilidade para que ele possa realizar seu trabalho, comprar equipamento de *software* necessário, móveis necessários, fazer reformas necessárias de sala para garantir a acessibilidade.

Tomadas todas as providências para conseguir que aquele servidor em estágio probatório realize suas atividades, se ficar demonstrada a inviabilidade, enfim, aí ele pode não ser efetivado no cargo.

Então, nós temos conseguido também, em recomendações e ações civis públicas, eliminar essas avaliações de compatibilidade, mas há um último âmbito em que essas avaliações continuam sendo feitas: para juízes estaduais, não sei se federais. Estamos atuando junto ao Conselho Nacional de Justiça para que isso seja alterado.

Depois, isenção da cota. O último bastião contra a cota era a Polícia Federal, nos concursos para delegado e agente, não obstante concursos para a Polícia Civil de quase todos os Estados, inclusive do Distrito Federal, já terem cota para deficiência. Este ano, através de representação que, inclusive, fui eu que assinei, conseguimos, junto ao Supremo Tribunal Federal, através da Ministra Cármen Lúcia, que a Polícia Federal realizasse as cotas. Então, esse é o primeiro concurso da história da Polícia Federal em que há cota para pessoa com deficiência para delegado e agente. Mas é necessário que a sociedade continue vigilante.

Próximo, por favor.

Diversas outras áreas de atuação, além dos concursos, embora concurso seja a área onde haja mais

representações e onde os Ministérios Públicos estejam atuando principalmente.

Mobilidade. Aí destaco uma atuação de vanguarda do MPF, em relação a outorgas de concessões e aprovações de financiamento de obras com recursos públicos: a necessidade de se criarem mecanismos no Governo Federal, que é o principal financiador de obras públicas no País, através, inclusive, das suas instituições financeiras, para que haja acessibilidade em tudo o que for construído com dinheiro público. E não é qualquer acessibilidade, é acessibilidade mesmo; não é feita por qualquer profissional, que não conhece acessibilidade. Então, os mecanismos para isso ainda estão sendo criados. Isso vem sendo discutido junto ao Governo Federal.

Saúde. Intérprete de Libras no SUS. O surdo vai ao hospital reclamar de uma dor de barriga e o médico não o deixa mais sair do leito porque não sabe qual é o problema que ele tem. Eu conheço casos reais. Isso é extremamente importante. Na época em que atuei no Estado do Mato Grosso do Sul, conseguimos que, na capital, o secretário municipal realizasse cursos consistentes de Libras, não cursos de 6 meses, mas cursos de pelo menos 3 anos, oferecendo vantagens – isso é muito importante – para o servidor que participa desse curso, para que haja estímulo e continuidade.

Educação. Destaco o problema com o Enem. O Enem contrata intérprete de Libras, mas, com frequência, esses intérpretes de Libras não são adequados para a prova. A prova do Enem é uma prova de difícil interpretação, é um texto difícil de ser interpretado, é uma prova longa, e é pago ao intérprete o mesmo que é pago para qualquer outra atividade de interpretação mais fácil. Então, o intérprete não é estimulado a participar dessa prova. Com isso, intérpretes que têm o ProLibras, o exame nacional de Libras, acabam por não ter interesse especial em participar desse exame. É muito importante que o Governo Federal estimule a formação em Libras, de intérpretes, e a participação no ProLibras para que haja uma certificação séria e adequada.

Uma área também de vanguarda é a de autoescolas. As pessoas surdas reclamam bastante: elas não contam com intérprete de Libras nas autoescolas, têm de levar intérprete próprio ou pagar valores altos para que a autoescola coloque esses intérpretes.

Problema de comunicação, assunto que já foi aqui bastante abordado por V. Ex^a e pelo Sr. Sueide também. Destaco que o País está absolutamente anacrônico em relação a esses terminais públicos, orelhões para pessoas surdas. Esses aparelhos que nós vemos, sobretudo em aeroportos, são absolutamente inúteis, porque – esse dado eu obtive junto a operadoras de

telefonia – ninguém os utiliza. Nenhum surdo os utiliza simplesmente porque todo mundo tem celular e com mensagem, o que é muito mais adequado para pessoas surdas. Desses telefones é demorado o atendimento, são inadequados e anacrônicos. É importante readequar esses aparelhos, colocando outros que sejam úteis. É dinheiro público das concessionárias de serviço público que está sendo desperdiçado.

Depois vamos ter, em esporte, as Olimpíadas. É muito importante ser ostensivo quanto à interpretação. Em Londres – não sei se vocês viram – passou na televisão o espetáculo, no estádio, com pessoas surdas, que foi algo de rir e chorar, muito bonito. Seria importante aproveitar este momento para que as pessoas conheçam a Libras como língua e a pessoa com deficiência como um cidadão que precisa de inclusão para ser integrado à sociedade.

Basicamente esses são alguns exemplos que eu queria dar.

Por gentileza, o próximo.

Coloco ali a nossa página na Internet, onde podem ser identificadas as atividades do nosso grupo de trabalho de inclusão, que vem realizando tratativas com União e com as principais instituições de âmbito nacional para a evolução do respeito ao direito da pessoa com deficiência.

Pode mudar.

Pode alterar para a próxima.

Ali tem todas as atas do nosso grupo de trabalho, que é aberto ao público.

Depois, destacadamente, foi mencionado que nós temos hoje como direitos constitucionais os direitos da pessoa com deficiência, reconhecidos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e internalizados no Brasil através do decreto ali mencionado, o que é extremamente importante, porque, primeiro, a deficiência é um conceito em evolução na Convenção e fixa alguns pontos intransigentes.

Pode passar.

Isso não é uma definição, mas os pontos mínimos. Pessoa com deficiência é aquela que, em razão da sua deficiência funcional, enfrenta barreiras, cria barreiras para a sua integração à sociedade. Por exemplo, cego monocular é pessoa com deficiência, para a convenção? Não, porque o cego monocular não encontra barreiras de integração. Ele pode dirigir moto, pode obter carteira de habilitação, e os decretos e leis não o reconhecem como pessoa com deficiência. Uma importante advogada de direitos da pessoa com deficiência no País disse para mim: “Em terra de cego, quem tem um olho é rei”. As pessoas cegas estão perdendo vagas para cegos monoculares. Por isso, o que a convenção trouxe é extremamente importante.

A União, em razão de súmula da Advocacia-Geral da União, vem colocando, nos concursos, o cego monocular como pessoa com deficiência. É um avanço. É algo que o Estado precisa cortar na própria carne: tirar os cegos monoculares do rol das pessoas com deficiência.

Pode passar, por favor.

Define esses conceitos.

Próximo, por gentileza.

É muito importante conceito nessa área, senão nós recaímos em erros graves. O pior deles é o seguinte: essa lei de isenção do IPI, que é importante. Está todo mundo comprando carro em razão da isenção do IPI. E ela isenta de IPI pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa profunda, autistas. E os surdos? Eles não estão aí. A lei, por falha de técnica legislativa, falha conceitual do profissional que a redigiu, não incluiu os surdos. Os surdos não estão tendo acesso à isenção do IPI.

Próximo.

O decreto estabeleceu esses tipos de deficiência. Se é físico, não é auditivo.

Próximo, por favor.

É isso.

O próximo, por gentileza.

Outra falha é a deficiência conceitual.

Código de Trânsito Brasileiro. “Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado: portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes.” Cadê o cego? Passou por cima do cego? Ofendeu a dignidade do cego na forma de atravessar a rua? Ele não está incluído nessa infração. Morreu atropelado atrapalhando o trânsito.

Próximo, por favor.

Portanto, erros conceituais causam exclusão aí e em outros momentos.

Entendo que em todos os Poderes da República, especialmente no Poder Legislativo, que trabalha com textos – as leis são textos e têm uma repercussão imponderável com a sua aplicação –, é extremamente importante a formação da assessoria, dos profissionais que trabalham no Parlamento, para trabalhar corretamente com esses conceitos.

Próximo.

Há muitos tipos de barreiras – barreiras arquitetônicas, de comunicação, urbanísticas –, mas aquelas de que menos se fala são as barreiras atitudinais. Além do preconceito, talvez a mais importante seja a falta de conhecimento. Acho que atualmente a grande barreira a ser vencida em todos os Poderes é a falta de conhecimento. Fiquei contente que o Sr. Sueide tenha mencionado explicitamente essa questão.

O próximo.

Por que a falta de conhecimento? Em primeiro lugar, porque quem elabora uma lei, uma ação civil pública, um decreto, um regulamento em geral não tem como se colocar na perspectiva da pessoa com deficiência; coloca-se na perspectiva do leitor da norma técnica, da NBR 9050, da lei, do decreto, da Convenção de Nova York e se esquece de coisas básicas: de que o lixo em um banheiro acessível tem que ter uma tampa que a pessoa com deficiência física possa abrir e de que o botão da descarga não pode ficar atrás da barra, senão o deficiente não consegue ter acesso. Enfim, são coisas de que só quem é deficiente ou convive com pessoas com deficiência têm conhecimento. Para isso, é necessária formação, cursos consistentes.

Por gentileza.

Então, nessa frente de batalha contra a barreira atitudinal da falta de conhecimento, os cursos são o mais importante. Curso é algo barato, muito barato. Nós realizamos um curso para 90 pessoas no Estado do Mato Grosso do Sul, com *coffee break*, que saiu por R\$7 mil. Isso para gasto público é algo pequeno, é um gasto baixo; e o curso foi ministrado por um profissional muito qualificado.

Os cursos têm de ser adequados. Então, um curso para quem vai atender público na repartição pública tem que ser formulado para aquele profissional. Não bastam cursos abertos, para quem quiser, na repartição. Tem de ser um curso, por exemplo, para os que realizam projetos de reforma, para os que compram mobiliário, equipamentos naquela instituição, que são os arquitetos, os engenheiros. Se se fizer um curso para esse pessoal, nunca mais irão comprar balcão que não tenha a altura adequada para um cadeirante, nunca mais vão reformar o banheiro acessível de forma que não fique acessível, porque isso é jogar dinheiro público fora. E nós vamos começar a ver *sites* das instituições públicas que sejam acessíveis.

O Governo Federal criou, ano passado, uma excelente norma de acessibilidade aos *sites* e ninguém está aplicando, nem o próprio Governo Federal e o Ministério Público. Há um programinha que faz o teste – inclusive colocou um programa para isso – e nenhum programa passa. A lista de inacessibilidades é imensa! Os profissionais de TI, de informática precisam passar por esses cursos adequados.

Próximo.

Já estou encerrando, Sr. Senador.

Os processos de acessibilidade, por exemplo, têm que ser democráticos. Isso a gente já fez numa Procuradoria da República aqui no Brasil. Tinha um projeto de acessibilidade para a Procuradoria. Dinheiro, previsão no orçamento. O projeto foi feito por firma especializada. Coloquei o pessoal do meu gabinete

para olhar. Tinha erros do próprio engenheiro contratado especialista no assunto que o meu assessor, que não é especialista, mas fez uns cursos adequados, viu. Realizamos, então, uma consulta pública, aberta à sociedade, mostrando o nosso projeto. Veio muita gente com deficiência, pessoas importantes da sociedade civil na defesa desses direitos e mostraram ali erros. Chamei o engenheiro, que teve que justificar para cada uma dessas pessoas porque ele fez ou não fez e o projeto saiu muito melhor do que antes.

Então, é importante aproveitar os momentos de decisão com processos democráticos.

O próximo, por gentileza. Eu acho que é o último ou o penúltimo.

Esse é extremamente importante. O conhecimento, nas instituições públicas, tem que ser especializado. É preciso criar e consolidar comissões internas de acessibilidade, de inclusão, e as pessoas que participam delas não precisam ser pessoas com deficiências, não. Seria muito bom se tiver. Mas essas pessoas devem receber formação, atualização anual. Pelo menos uma ali deve estar participando de cursos, feiras nacionais de artigos de acessibilidade, porque isso está mudando toda hora. O que era uma porta acessível há dez anos não é mais, porque já existem maçanetas muito mais modernas, portas muito mais leves e robustas para... Então, é extremamente importante.

Os tribunais regionais eleitorais num ou noutro Estado vêm criando essas comissões. Em alguns hospitais eu também sei dessas comissões. É muito importante. Muitas vezes não há recurso, mas há conhecimento sobre o que é inacessível ali; e, quando há oportunidade, a reforma é feita.

O próximo. Creio que é o último.

As evidentes campanhas de conscientização – que nem sempre são realizadas – junto à população, claro, mas também junto aos servidores públicos. O servidor público serve ao público. Então, todo mundo dentro de uma repartição pública precisa saber pelo menos regras de etiqueta em relação à pessoa com deficiência que chega ali; que, se a pessoa é tetraplégica, pode pegar na mão, pode cumprimentar; que, se a pessoa é cega, não pode chegar e ir puxando a pessoa, tem que falar, usar o instrumento da voz, que é o seu principal instrumento além do tato.

Empresários de instituições de ensino, principalmente os alunos.

O próximo.

Encerro, Sr. Senador, agradecendo a participação. O Ministério Público está à disposição de toda a sociedade civil, de instituições públicas em representações contra desrespeito às pessoas com deficiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Felipe, pela exposição extremamente valiosa para o nosso debate.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença da Associação Sócio-Cultural dos Surdos de Sobradinho, Assurs. E passo, então, agora, a palavra ao Dr. Roberto John Gonçalves da Silva, Coordenador Geral do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA – Bom dia a todos, Senador Lindbergh, Procurador Felipe, Sueide e senhores participantes.

Primeiro, quero agradecer o convite em nome da Ministra Maria do Rosário e do Secretário Antônio José, que, por motivos outros, não puderam estar, e a gente veio aqui para conversar com vocês sobre essa temática.

Nós temos uma... Vou fazer uma abordagem mais ampla a partir da própria Convenção, porque a partir do momento em que ela se transformou numa emenda constitucional levou o Brasil a adotá-la, lógico que dentro das adaptações que a própria Convenção já prevê, da razoabilidade e de tempo também, porque não se pode autoaplicar imediatamente, mas é uma emenda sem nenhum veto. Então, ela tem que ser aplicada e vamos, aos poucos, mudando algumas institucionalidades no Brasil que ainda têm uma visão conceitual sobre a questão da deficiência.

Mas nós estamos falando numa questão mais ampla, de direitos humanos, direitos da pessoa com deficiência, em todas as funcionalidades. E a convenção é abrangente e sábia pela forma como foi pensando. O Brasil a ratificou. E é isso que temos hoje como um marco legal de uma emenda com algumas leis ordinárias, algumas leis específicas sobre acessibilidade, sobre vários outros aspectos que devem ser aos poucos, dentro daquilo que a Convenção colocou, adaptados.

A gente queria também fazer um registro do papel do Ministério Público no geral, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, que têm tido um papel importante na aplicação da questão dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil, em uma atuação muito eficiente nesse sentido.

E temos um dado do Censo de 2010.

Pode ir passando aí.

São 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Imagine que esse é um quadro preocupante do ponto de vista até orçamentário, do ponto de vista da atuação da política, porque evidencia um terço da população brasileira com algum tipo de deficiência.

Quanto à deficiência visual não vou entrar na metodologia do IBGE, mas ele colocou um pouco de conceito, mudou um pouco. No de 2000, era a questão corporal; no de 2010, uma autoavaliação funcional, a função de um deficiente visual, a função de um deficiente auditivo, de um deficiente motor, intelectual e assim por diante. E ela fez essas três perguntas, talvez por isso tenha surgido essa quantidade assustadora de pessoas com algum nível de deficiência: alguma dificuldade, grande dificuldade, não consegue de modo algum e deficiência grave. Então, se vão colocar os graus de deficiência. Talvez por isso tenha surgido esse número significativo, mas temos um dado oficial.

Pode passar.

Destes, temos com deficiência visual 35,8 milhões de pessoas, 18% do total de pessoas com deficiência. Seis milhões são deficientes visuais com deficiência grave. Com deficiência auditiva são 9,7 milhões de pessoas, são 5% do total das pessoas com deficiência, dos quais 2,2 milhões com deficiência grave, não ouvem ou têm muita dificuldade.

E temos uma questão clássica, que é o ciclo da invisibilidade. Essas pessoas estão invisíveis ou não são vistas. De alguma forma não são vistas, por isso não são aceitas, nem também contempladas pela política pública, pelo serviço. Esse é o grande desafio.

O Brasil, ao assinar a convenção e o Plano Viver sem Limite, tenta suprir algumas carências no sentido de infraestrutura e serviços que levem à inclusão dessas pessoas. Esse é o grande desafio hoje. E o Plano Viver sem Limite tenta, de alguma forma, sanar os problemas. E há outras ações que a gente tem empreendido no plano da Secretaria de Direitos Humanos; algumas ações nesse sentido.

Quero passar mais rápido sobre a convenção.

Pode ir passando, porque aí já foi.

Inclusive, o Dr. Filipe já colocou o conceito; a gente não vai tratar sobre isso.

Pode ir passando.

Eu queria chegar aí. Esses princípios são gerais, então, valem para qualquer pessoa. Como estamos falando de direitos humanos, há especificidade da pessoa com deficiência, mas são princípios que estão na Convenção da ONU que rebatem imediatamente na questão dos direitos humanos: Respeito pela dignidade inerente, independentemente da pessoa, inclusive a liberdade de fazer suas próprias escolhas; a não discriminação; a plena efetivação, participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação como parte da diversidade humana; igualdade de oportunidade; acessibilidade, uma questão mais focada com que estamos trabalhando hoje aqui; igualdade entre homem e mulher; o respeito pelas capacidades

em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo seu direito de preservar a identidade.

Pode passar.

O art. 2º coloca algumas definições que vão chamar atenção para o que estamos trabalhando aqui, que são os conceitos sobre a comunicação que abrangem as línguas, a visualização de texto, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de mídia acessíveis, assim como a linguagem simples escrita ou oral, os sistemas auditivos, os meios de voz digitalizada, os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia de informação e comunicação acessíveis.

Língua, no conceito que está na própria convenção, abrange as línguas faladas ou de sinais, ou outras formas de comunicação não faladas.

Discriminação por motivo da deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência com o propósito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute, o exercício em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, no âmbito da política, do econômico, do social, cultural, civil... Então, vocês estão vendo que é uma abrangência grande, englobando todas as dimensões da vida das pessoas, e que o Brasil ratificou e a colocou como uma emenda constitucional, assumindo um compromisso, perante os preceitos da convenção, de cumpri-la.

Ainda fala sobre as adaptações razoáveis, que significam as modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional ou indevido quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Desenho universal. Aqui há um conceito importante: significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados na maior medida possível por todas as pessoas, independentemente de sua funcionalidade, de ser deficiente ou não. Esse é o grande avanço.

Agora mesmo, na 5ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas foi colocado claramente isso e os avanços que alguns países estão alcançando por superar essa questão da segmentação e pensar a política para a pessoa com deficiência, a questão das adaptações, a questão da acessibilidade, dentro do desenho universal, porque um banheiro adaptado serve não só para a pessoa com deficiência, mas para idosos e outras pessoas ditas normais que utilizam o banheiro e acham muito bom aquele tamanho mais amplo, com algumas particularidades: se escorregar, tem como se amparar... Assim, para todas as outras

questões o desenho universal é algo importantíssimo. Isso vale para casas, apartamentos, para um conjunto de coisas.

Ela não exclui as ajudas técnicas para as funcionalidades, seja para deficiência visual, motora, intelectual, auditiva e assim por diante, porque tem que ter as adaptações dentro daquele desenho universal de uma casa que *a priori* é para todas as pessoas, independentemente da sua funcionalidade.

O art. 9º da Convenção fala especificamente sobre a acessibilidade, que é exatamente essa ideia de a pessoa viver com independência, participar plenamente de todos os aspectos da vida.

Os Estados Partes – e aí o Brasil assumiu essa posição – tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas ao meio físico, ao transporte, à informação, à comunicação, inclusive ao sistema tecnológico de informação e comunicação, bem como aos outros serviços e instalações abertos ao público e de uso público, tanto na zona urbana como rural; e essas medidas que incluirão a identificação e eliminação de obstáculos ou barreiras à acessibilidade serão aplicadas, entre outras, nos seguintes aspectos: edifícios, rodovias, meios de transporte, outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho.

Vejam que a abrangência é total, pega todas as dimensões. A questão é que os países vão ter que correr e começar a aplicar e atender a essa diversidade que se coloca na dimensão humana.

Informações, comunicação e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e de emergência têm que ter acessibilidade. Tem que se dar a oportunidade da comunicação para que as pessoas possam ter igualdade de oportunidades.

Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade nos serviços públicos e de uso público – que merece também o setor privado; se é de uso público, uma loja, por exemplo, tem que ter acessibilidade. E isso está na Convenção e na nossa emenda constitucional.

Assegurar que as entidades privadas ofereçam instalações de serviços abertos ao público ou de uso público que levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para a pessoa com deficiência, independentemente da funcionalidade, seja físico, intelectual, sensorial...

Proporcionar a todos os autores envolvidos formação em relação à questão de acessibilidade. Aqui já falamos em curso, em capacitação, num conjunto de outros aspectos.

Nos edifícios e instalações abertos ao público e de uso público, informação em braille em formato de fácil leitura e compreensão. Oferecer forma de assistência humana ou animal a serviços de mediadores, incluindo guias, leitores, intérpretes de línguas de sinais para facilitar o acesso a edifícios públicos e outras instalações de uso público. Promover outras formas apropriadas de assistência, apoio – isso está na convenção.

Quero chamar a atenção para o fato de que assumimos, como Nação, esse compromisso, e os legisladores, os executivos, os técnicos, os conselhos, que têm um papel importante na sociedade civil, têm que cobrar, mas, sobretudo na esfera pública, elaborando políticas para atender a esses ditames que a convenção colocou.

Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento e a produção de sistemas e tecnologias de informação, a fim de que sejam acessíveis.

Então, os Estados Partes, no art. 12, assumiram vários compromissos.

Reafirmo que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei. Isso já foi dito aqui pelo nosso Procurador.

Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.

Então, vejo que foi um compromisso do Senado, que, num primeiro momento, aprovou a questão da convenção, que depois foi sancionada pelo Presidente da República. E o Brasil assume esse compromisso.

E há várias outras questões do art. 24 com relação à educação. Aí vamos colocando várias possibilidades de acesso, de participação efetiva da pessoa nas tecnologias, no apoio técnico e naquilo que tem que ser estabelecido.

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito.

E aí há um conjunto de situações que a educação tem que cumprir para dar esse apoio e igualdade de oportunidade.

Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade.

Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas [para facilitar] o aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação

e mobilidade, além de facilitação de apoio e aconselhamento de pares;

Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;

Já foi colocada pelo Sueide essa questão também de que temos compromissos legais a serem cumpridos. Isso vale para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário, porque há várias questões também de acesso à Justiça de desembargadores, juízes e advogados que não têm a mínima noção do que significa esse nicho ou esse segmento, da complexidade disso, do conceito para inclusive interagir com as pessoas, seja por falta de ajuda técnica no local, seja por falta de condições técnicas para lidar com isso.

Pode passar mais rápido, porque eu quero chegar à proposta que apresentamos.

Em relação ao art. 27, Trabalho e Emprego, já se falou aqui em cotas, em vários aspectos que nós temos que assegurar. Há muito problema com a aplicação da cota, porque os empresários geralmente alegam que não há pessoas com capacidade para isso; que estão disponíveis as vagas, mas não há pessoas com condição para preenchê-las porque não são capacitadas. Nós sabemos que, quando são empregados, ficam isolados em algum ponto. Assim, o Estado vai ter que assegurar essas adaptações razoáveis para que a pessoa com deficiência fique no local de trabalho e permaneça nele.

Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado de trabalho promover a reabilitação profissional, a manutenção do emprego [...]

E há vários outros aspectos previstos na lei.

Na área da Participação da Vida Cultural e em Recreação, Lazer e Esporte, no Estado,

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultura, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis [para todas as funcionalidades];

Ter acesso a programa de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis [aí vale para todas as funcionalidades]; e

Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos.

E aí há uma gama de situações que colocam a necessidade de apoio e tecnologia assistida.

Tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo também como produtores e criadores de cultura.

E aí precisam de todos esses apoios.

Diante dessa situação – o marco legal já foi colocado aqui pelo Dr. Felipe – nós temos uma legislação: o Decreto Legislativo 186 aprova o texto da Convenção; o 6.949 promulga a Convenção como emenda; o Decreto 5.296 regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098, que estabelecem as normas gerais e os critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; e a convenção, além da NBR.

Então, o Brasil, com relação às pessoas com deficiência auditiva, tem as leis específicas também, que se colocam aqui, portarias, e vem a questão mais específica, agora, da legenda oculta em TV ou qualquer outro tipo de acesso público.

A norma da portaria previa 12 horas diárias, agora houve uma mudança, já acrescentaram mais 28 horas semanais; e houve um problema de flexibilizar em horários que não são muito acessíveis. Temos a possibilidade de veiculação de no máximo 2 horas diárias para a área da pessoa com deficiência visual.

Então, o Plano Viver sem Limite coloca algumas possibilidades. Aí vamos chegar à educação, que é o ponto mais voltado e focado para a pessoa com deficiência auditiva.

Aí são as premissas do Plano, são várias situações do compromisso do Brasil com a convenção da ONU.

A ação da educação vai com o BPC na Escola, que precisa ter intérprete, professores, tecnologia, aula de recurso multifuncional. Isso está previsto e tem que haver isso efetivamente. Nós temos que incluir 378 mil matrículas no BPC na Escola. É uma ação que já está ocorrendo e tem que ter a adesão dos prefeitos.

O BPC Trabalho também já está vigorando. A gente tem que possibilitar também que o acesso ao trabalho seja colocado.

O Pronatec dá cursos e formação em vários tipos de cursos nas várias linguagens também de acessibilidade.

Sala de recursos multifuncionais. Aí já existem muitas. A meta para 2014 é 17,5 mil novas salas, com 300 kits de atualização para as várias funcionalidades, incluindo a auditiva.

Escola acessível, também, dentro do Plano Viver sem Limite: 42 mil novas escolas acessíveis, com todos os aspectos que envolvam professor regular, professor auxiliar, intérprete ou tradutor de Libras; e também brailes e sistemas de tecnologia assistível para todas as funcionalidades.

Isso já está sendo encaminhado. Há a possibilidade de 100 milhões de investimento. Em novembro, haverá transferência já para 2.866 Municípios que aderiram.

Educação bilíngue. Aí vem o que trata imediatamente com relação à pessoa surda. Há uma decisão de que serão criados, nos 27 Estados da União, nas universidades do curso de Letras, Letras/Libras e Libras/Português, com 2.700 vagas. Isso é para suprir muitos dos aspectos que o Sueide colocou aí: falta de profissionais nessa área que sirvam para o setor do Executivo, para o Legislativo, para o Judiciário. E aí vai ter que haver concurso, vai ter que haver todo um tipo de... Porque a ideia é de, até 2014, a gente disponibilizar profissionais aptos para serem intérpretes, tradutores ou professores de libras.

A meta é a criação de 12 cursos de Pedagogia. O Brasil assume a questão de um país bilíngue no sentido de ter 480 vagas em 12 cursos de Pedagogia. Estamos em negociação com o MEC, porque não está previsto o curso de Libras em Pedagogia.

Contração de 606 professores e 690 tradutores e intérpretes de Libras para as instituições federais para estarem junto com os professores, porque um grande problema é a falta desse intérprete ou tradutor nas universidades, nas escolas técnicas e também no ensino regular estadual.

Cargo de professores. Já foi criado, isso já está encaminhado.

Acessibilidade na educação superior. Aí vamos ter a infraestrutura, acessibilidade ao currículo, acessibilidade ao projeto de pesquisa nas universidades. E dentro dessa possibilidade que o Plano Viver sem Limite coloca, de ações que existem para a comunidade surda, temos, então, uma possibilidade de inclusão efetiva. Nesse sentido, o Plano Viver sem Limite já contempla algumas ações para ver se sanam algumas das necessidades que temos para que esses profissionais, intérpretes, tradutores, sinalizadores – um conjunto de outras questões – possam estar disponíveis no serviço público, nos bens e serviços disponíveis pela política pública brasileira.

Então, em princípio, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Roberto John Gonçalves da Silva, representando aqui a Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela contribuição que traz a este debate.

Tenho duas solicitações aqui – vamos quebrar o protocolo para atendê-las –, relativas à fala de um representante dos surdos e um representante do intérprete de Libras.

Antes, porém, quero apenas fazer um apelo. Vou abrir a palavra aos dois, destinarei 5 minutos para cada um, apenas peço a compreensão de S. S^{as} porque, entre 10 horas e 30 minutos e 11 horas, nós teremos de encerrar esta reunião. Infelizmente nós nos atrasamos bastante para dar início a esta audiência pública, e eu tenho outro compromisso na Comissão de Educação. Mas quero deixar registrado que daremos continuidade ao debate.

Hoje, percebemos que os nossos palestrantes trouxeram, de forma bastante elucidativa, todo o arcabouço legal relacionado às políticas, à legislação aprovada nacionalmente e o papel que cada instituição desempenha.

O Sueide Miranda, aqui, fez uma reivindicação do segmento, como Presidente de uma instituição que trabalha a capacitação das pessoas com deficiência.

Portanto, quero registrar a importância de darmos continuidade a este debate retomando o foco, que gostaríamos de ter originalmente, que é uma avaliação da implementação da legislação pelos diversos órgãos públicos brasileiros. Acho que essa é uma questão importante. E esta Comissão, como Comissão de Fiscalização de Controle, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, aprofundará esse debate.

Quero registrar que tivemos a informação de que um grupo de surdos que se dirigia para esta audiência pública, por falta de informação na portaria acabou se dirigindo para a Câmara dos Deputados, o que mostra a importância de termos aqui intérpretes de Libras em todas as entradas da Casa, a fim melhor informar adequadamente aos surdos que querem participar e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Senado Federal.

Registro aqui a presença da Associação de Surdos do Cruzeiro – sejam bem-vindos –; do Sindicato dos Intérpretes de Libras; da Associação dos Surdos de Santa Maria e da Associação de Surdos de Taguatinga.

São todos muito bem-vindos!

Portanto, vamos dar a palavra, por 5 minutos, primeiramente ao Valdimar, representando os surdos que comparecem a esta audiência pública, honrando-nos muito com suas presenças.

Com a palavra Valdimar.

O SR. VALDIMAR – Bom dia a todos vocês.

Eu estou muito feliz, satisfeito, por estarem aqui presentes os surdos, também vocês ouvintes, os intérpretes, muito obrigado pelas presenças de vocês.

Agradeço à Mesa e a essas importantes presenças.

Eu serei sucinto ao falar sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais e os seus grandes problemas... Nós diminuídos, por exemplo, inclusive já foi

explicado, e eu tive a oportunidade de pegar algumas coisas. Então, de verdade, eu gostaria de complementar alguns tópicos a respeito da importância da Língua Brasileira de Sinais, a respeito também da legenda, do curso de Libras e a importância dos intérpretes, não diminuir números, mas somar, aumentar, porque nós temos dificuldade de compreender. Por exemplo, no curso de Letras, nós não conseguimos visualizar, não temos acessibilidade a isso.

Também aqui no Senado, com respeito aos intérpretes que estão sendo deixados de lado e inclusive estão diminuindo no que diz respeito à questão da proporcionalidade e números.

Quanto à cultura surda, é importante destacar a acessibilidade. Então, nós precisamos aumentar e não diminuir.

Por esse motivo, quero destacar a importância da Língua Brasileira de Sinais para vocês ouvintes que não conhecem a importância da cultura surda, com respeito à acessibilidade. Sim, faltam intérpretes. Falta muito, de verdade, a legenda oculta. Nós nos sentimos por baixo. A nossa sensação é a de que nós não estamos sendo levados em consideração. Por exemplo, se no emprego o chefe nos chama para alguma coisa, como vamos fazer para nos comunicar? Então, estamos sendo jogados para baixo.

Com respeito à mensagem, em todos os Estados precisamos levar avante e aumentar a proporção da língua de sinais. Por esse motivo estou aqui. O Sueide me convidou, e eu estou aqui, representando todos os surdos, porque eu tenho experiência de vida e quero estimular vocês à língua de sinais, não é isso? Então, por favor, vocês que são ouvintes respeitem a língua de sinais, tão importante à nossa comunicação.

Muito obrigado por estarem aqui presentes. É isso. Muito obrigado pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Valdimar, muito obrigado pelo seu depoimento incisivo. É uma alegria ouvir o seu depoimento, que certamente enriquece muito a audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Pelas manifestações dos surdos presentes, percebemos que V. S^a representou muito bem o desejo dos surdos.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Daniel, representando os intérpretes de Libras.

O SR. DANIEL – Na verdade, de acordo com a combinação que fizemos na Comissão, a Vice-Presidente do Sindicato, Aline Mendes, irá representar os intérpretes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aline, por favor, venha para frente, para você falar daqui..

Quero dizer que estou muito feliz e me sentindo muito honrado por estar realizando esta audiência pública pela importância do tema.

Sente-se à mesa, por favor.

A SR^a ALINE MENDES – Bom dia!

Saúdo a Mesa, na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg.

Obrigada. Estamos felizes e agradecidos.

Os intérpretes estão felizes e agradecidos pela oportunidade desta abertura, porque há muito nós precisávamos de uma reunião como esta. Dentro do que já foi dito, compreendemos a posição de cada um. Hoje, vimos trazer a nossa posição, como tradutores profissionais.

Nós já falamos dos direitos dos surdos, da situação em que Língua de Sinais está. Hoje, já progredimos muito, mas ainda falta aos surdos um espaço maior. Nós agradecemos, sim, por isso, mas entendemos que a retirada de intérpretes do Senado Federal, do Congresso ou de qualquer instituição é uma regressão na luta, na militância do intérprete. Há quantos anos vimos lutando por esse trabalho! O Senado foi o pioneiro e, se for retirado, será realmente um absurdo para nossa classe.

Em primeiro lugar, quero falar sobre acessibilidade. Todos nós conhecemos a Lei 10.098. É óbvio que ela deve ser cumprida. Não temos mais que falar sobre isto, sobre a acessibilidade aos locais, no Governo. Mas o Senado ainda deixa a desejar, por exemplo, na televisão. Na TV Senado, vimos lutando há muito pela oportunidade de haver a janelinha para que os surdos tenham acesso – não em legenda...

Podemos até fazer uma enquete para saber quantos surdos aqui preferem legenda a Libras.

Legenda ou Libras?(*Pausa.*)

Óbvio, porque a legenda contempla os oralizados, e 90% dos surdos são usuários da Língua de Sinais. Os oralizados são contemplados e, ainda assim, aqueles que usam a língua de sinais a preferem, mesmo que oralizados. Então falta isso também. A língua de sinais tem características próprias que a legenda não contempla. A legenda é o português, não é estrutura linguística da língua de sinais. Ela tem referencial linguístico muito próprio, a estrutura dela é própria, então, não adianta nós embasarmos o português na Libras, porque não vai dar certo.

O Senado geralmente contrata intérpretes apenas em período de eventos. Isso não contempla também. O trabalho do Senado deveria ser intérprete integral com revezamento, horas de trabalho para cada intér-

prete, revezamento de 20 em 20 minutos, é o que as meninas fazem, e, mais, revezamento de períodos: à tarde, um grupo; pela manhã, outro.

É inadmissível que as portarias do Congresso não tenham acessibilidade. Sobre acessibilidade hoje se fala muito; acessibilidade virou um termo muito usual. Mas o que é acessibilidade? Para o surdo é a língua de sinais e ponto. Ele não precisa de nenhum outro apoio. Ele não precisa de cadeira de rodas, ele não precisa de uma bengala, ele não precisa de uma tela com legenda. Ele precisa apenas de um intérprete de língua de sinais. A dificuldade que o surdo teve de chegar a esta Comissão foi enorme. Eles não sabiam como chegar aqui. Deveria haver, em cada portaria, dois intérpretes – no mínimo dois, pois o intérprete não trabalha sozinho, a gente trabalha sempre em grupo, porque é uma língua que cansa corpo e mente, não é uma língua traduzida oralmente: é corpo, comunicação visual e mente.

(Soa a campanha.)

A SRª ALINE MENDES – Desculpa, mas eu preciso continuar. Pode ser, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pode ser. Fique à vontade.

A SRª ALINE MENDES – Outra questão que eu quero abordar é a seguinte: nós falamos do direito que o surdo tem à língua, é óbvio, claro. Mas hoje eu estou aqui representando o intérprete.

Nós tradutores e intérpretes não somos uma bengala. Nós somos gente; gente que tem família, gente que estuda para se preparar para ser um intérprete de língua de sinais, um profissional que precisa de carreira. Então, além de tudo, nós estamos aqui para lutar pelos surdos? Não. Os surdos estão aqui para lutar por eles. Nós estamos aqui para lutar por nós. Nós temos uma carreira, nós temos uma profissão, nós precisamos ser reconhecidos.

Na lei que nós tivemos agora – fomos contemplados com a Lei do Tradutor e Intérprete, fomos reconhecidos como profissão –, vários itens foram vetados, inclusive o do órgão regulamentador da nossa profissão. Como eu vou exigir de alguém que seja um tradutor e intérprete profissional, estudado se a lei retirou o item que dizia que deve existir um órgão que regulamenta a minha profissão? Se eu vir um intérprete fazendo um trabalho ruim, aonde eu vou denunciar essa pessoa que não está dentro dos padrões de um tradutor?

Nós precisamos, mais do que tudo, de respeito. O Governo, o Poder Público e a sociedade civil precisam entender que nós somos profissionais. Nós não estamos aqui apenas pela vida dos surdos; nós esta-

mos pela nossa própria vida. É uma carreira que nós estamos tentando construir e há muito tempo.

Para os surdos, nós somos a ponte entre esse universo de línguas. Mas um tradutor oral não estuda para ajudar a comunidade local do seu país; ele estuda para seguir uma carreira. Um jornalista não estuda pensando num evento que ele vai cobrir, numa guerra; ele estuda para ganhar dinheiro, para seguir uma carreira, para ser um jornalista. E eu posso dizer a vocês que eu estudo para ser um tradutor e intérprete, para ter o meu salário, para ter a minha renda fixa, para ter a minha carreira e o meu nome contemplado no futuro.

Ajudar o surdo ou não é tão claro quanto a neve. Isso é muito óbvio que vai acontecer. Mas nós tradutores e intérpretes estamos aqui pela nossa luta. Nós precisamos ser vistos. A sociedade precisa entender que nós temos carreira. Nós temos carreira e precisamos que o Poder Público nos ajude a conquistar o nosso espaço, a ser contratados, que abra concurso público para a nossa carreira, independente do surdo.

O surdo pensa. Ele é uma pessoa inteligente. Ele tem somente a língua diferente da nossa. Ele luta pelos direitos dele. E hoje eu estou aqui para nos representar, para lutar pelo nosso direito de sermos considerados profissionais de carreira, Senador. É isso que eu vim dizer ao senhor hoje.

Apesar de o tempo ser muito pequeno, tem muitas coisas para serem ditas, mas eu quero que seja salientado que nós somos pessoas que estudam, estudam sim, que se formam. A maioria dos intérpretes tem nível superior – a maioria – e hoje já existe um nível superior na nossa área, de pesquisador de língua de sinais – tradutor e intérprete.

Nós somos, muitos de nós, formados nessa área, mas os que ainda não são, são formados em outras áreas de nível superior. E nós não ganhamos como nível superior. Nós ganhamos como apoio administrativo. É inadmissível, porque nós não somos vistos como profissionais de carreira. Então, é preciso que nós sejamos vistos como profissionais de carreira. E, além disso, da comunicação; nós somos profissionais de comunicação também, como o jornalista é. Nós somos profissionais de comunicação.

Eu agradeço. Obrigada. Bom dia para todos. *(Palmas.)*

O SR. SUEIDE MIRANDA LEITE *(Fora do microfone.)* – Eu queria só...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Eu quero agradecer a sua colaboração, a sua contribuição, que sem dúvida, também enriquece bastante o nosso debate. Só uma questão: o Sr. Sueide está me pedindo a palavra aqui. Passo a palavra ao Sr. Sueide.

O SR. SUEIDE MIRANDA LEITE – Eu queria só registrar. Na reunião que o Senador solicitou à Diretora do Senado, foi dito que, inclusive, ao retirar o intérprete de Libras do Senado, que é a vontade da Diretoria, seria aberto um procedimento licitatório para contratar recepcionistas com conhecimento em inglês e espanhol para trabalhar nas recepções. Eu quero reforçar as palavras da Aline. Nós temos a Lei 12.319, que reconhece o intérprete de Libras. Por que não contratar o intérprete de Libras com conhecimento de inglês e espanhol para poder exatamente garantir, e não o inverso, fazendo o desvio de função, que é proibido por lei? É só isso que eu queria registrar.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sueide. Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que, pela informação que me chega, é o autor da lei que regulamenta a profissão de Intérprete de Libras. Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero dizer ao Presidente Rollemberg, em primeiro lugar, da minha dificuldade em chegar aqui para ouvir todos. Gostaria muito de estar desde o começo.

Também é de minha autoria a lei que coloca o ensino de Libras nas escolas, no ensino médio, como uma disciplina optativa, para qualquer pessoa que desejar, como estudar inglês, francês. Sobre isso, inclusive, eu gostaria de ouvir a opinião dos que estão na Mesa, porque eu já recebi muitas críticas de pessoas que dizem que Libras não é a única língua dos surdos e, portanto, deveria ser aberto a outras línguas.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião, se está correto ou não o projeto de lei que coloca o ensino de língua de sinais nas escolas. Volto a insistir: voluntário e optativo para a criança, o adolescente, que desejar, aquele que tiver um parente com deficiências auditivas, aquele que quiser fazer isso, como eu disse há pouco, porque quer aprender essa língua, em vez de – ou junto com – inglês, francês, e outras línguas diferentes do português. Eu gostaria de ouvir a sua opinião por causa das críticas que tenho recebido.

Agora, eu quero agradecer a reunião dessa audiência; e agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, que também representa o Distrito Federal, porque nós precisamos trazer esse problema, esse tema, esse assunto, para dentro da Casa. Tem Estado ausente. É comum eu encontrar – ela chamou de meninas – as meninas, os meninos – porque de vez em quando aparece um rapaz também – pedindo que eu interceda, porque acabou o contrato, porque o contrato não foi renovado. Quero até dizer que da última vez que eu recebi esse pedido, fui falar com o Presidente Sarney e, na hora, ele me despachou para que o assunto fos-

se resolvido. Na hora. Inclusive, Rodrigo, eu tinha feito uma carta para ele, assinada por seis pessoas, e o meu era o primeiro nome, mas estava o seu e de outros. Eu disse para ele: “Preciso ir em busca de outras assinaturas?”. Ele disse: “De jeito nenhum, não precisa”. E tomou a decisão e a Diretora, Doris, depois me ligou e disse que estava tomando providências. Então, nós precisamos trazer esse assunto para dentro da Casa.

É tão importante dar acessibilidade, sob todas as formas, quanto ter alguém gravando o que a gente fala aqui. É uma acessibilidade para a história ficarem gravadas as falas de vocês, as nossas. A acessibilidade é uma condição da democracia. Democracia exige que as pessoas tenham acesso. Sem acesso, não há democracia plena. E nós precisamos criar as condições para aqueles que são cadeirantes; nós precisamos criar condições para aqueles que não enxergam, para aqueles que não ouvem, aqueles que não falam. Precisamos criar essas condições e, lamentavelmente, a gente tende a esquecer isso.

Eu até uma vez falei que seria bom, uma vez por ano, cada Senador ficar alguns dias em uma cadeira de rodas para ver as dificuldades que se passam aqui. E digo isso porque um Senador que ficou me disse como ele descobriu outro mundo negativo, pelas dificuldades que passou porque havia quebrado uma perna e ficou cadeirante durante algum tempo. Creio que o Rodrigo Rollemberg já passou por isso aqui. E ele viu como é difícil. Então, é fundamental trazer o assunto aqui para dentro; e vocês estão conseguindo com esse debate.

Quero que saibam que, de minha parte, podem contar comigo e, tenho certeza, com o Senador Rollemberg e com um bom número de Senadores nossos. Falta a gente se juntar; está faltando alguma coisa que aglutine a gente, uma espécie de bancada da acessibilidade. Tem isso? Não acredito que tenha e se tiver, ótimo. Se não tiver, vamos criar uma bancada da acessibilidade sob todas as formas e não só para acessibilidade ao prédio do Congresso, mas para todas as partes onde for preciso facilitar o deslocamento das pessoas.

Eu quero ser membro dessa bancada e estou aqui já como tal. A única pergunta é essa: o que tem de errado no meu projeto – para que possa melhorar –, que coloca o ensino de Libras nas escolas públicas e particulares do ensino médio e fundamental, de uma forma voluntária, para aqueles que desejem aprender como comunicar-se com os portadores de deficiências auditivas? É isso, Senador Rodrigo, e parabéns pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Vou passar a palavra para quem quiser fazer um comentário a respeito da pergunta do Senador Cristovam e vou pedir para ser breve. Eu e o Senador Cristovam, como eu já havia anunciado antes, temos um compromisso na Comissão de Educação e Cultura da Casa, mas quero reiterar uma questão importante – porque a população brasileira está nos ouvindo neste momento – como um esclarecimento.

Não há nenhuma decisão tomada pelo Senado Federal de extinguir o trabalho de intérprete de Libras. O que há é o final de um processo e a manifestação de alguns setores, de forma equivocada – é o nosso entendimento na Casa –, em relação à pouca utilidade do serviço.

Mas, como foi dito aqui pela representante do intérprete de Libras, o Senado Federal é um dos pioneiros na implementação desse serviço. E com a sensibilidade e o compromisso que o Presidente Sarney tem demonstrado em relação a essa questão – é importante que se faça justiça a isso – eu não tenho a menor dúvida de que esse trabalho, esse serviço não apenas será mantido – no âmbito da Casa – como será ampliado.

Nós faremos uma manifestação formal da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que tenho a honra de presidir, e da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, com o apoio dos Senadores Cristovam Buarque e Lindbergh Farias, demonstrando a manifestação dessas comissões e desses Senadores sobre a importância não apenas da continuidade, mas da ampliação desse serviço, para que os surdos de todo o Brasil que queiram participar do processo político e se informar sobre o processo político possam fazê-lo integralmente.

E quero registrar aqui que vou sugerir à Direção da Casa a criação de uma comissão, com a participação de representantes da sociedade civil, para estudar a melhor forma de ampliar esses instrumentos de comunicação, de acessibilidade entre as pessoas com deficiência auditiva, entre os surdos, para que o Senado possa cumprir o seu papel de dar plena acessibilidade, não apenas nos programas de televisão, mas também durante o final de semana, nos roteiros de turismo cívico, durante a semana, nos acessos à Casa, enfim.

Nós temos uma determinação legal, aprovada por esta Casa, que é a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como eu disse, com *status* constitucional. Nós temos as leis que protegem as pessoas com deficiência e determinam as ações que os governos, que o Poder Público devem tomar. Nós temos a regulamentação da profissão de intérprete de Libras, a partir de um projeto do Senador

Cristovam. Então, nós temos um arcabouço legal. Esse arcabouço legal produziu mudanças de paradigmas, e nós, certamente, vamos trabalhar para que o Senado Federal seja uma referência e seja vanguarda na implementação dessa Convenção.

Portanto, gostaria de dar esta explicação a todas as pessoas que estão nos ouvindo.

É muito importante esta audiência ouvir a sociedade civil, os surdos, os representantes dos intérpretes de Libras, o Governo, as instituições da sociedade civil, o Ministério Público Federal.

E, como eu disse, nós não vamos encerrar este debate aqui. A nossa próxima fase é poder fiscalizar, avaliar o que efetivamente os órgãos públicos estão fazendo para a implementação da legislação nacional.

Portanto, pedindo brevidade nas respostas, passo aos questionamentos feitos pelo Senador Cristovam.

Passo a palavra ao Sr. Roberto da Silva.

O SR. ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA

– Senador, a questão. Para nós, eu acho que não há problema, do ponto de vista de que as escolas, regulares ou particulares, possam assumir, como optativa ou outra modalidade, o curso de Libras.

Há um plano do Governo Federal. Nós estamos instituindo, em cada universidade, o curso de Letras/Libras, em cada unidade da Federação. Então, acho que, tendo essa perspectiva... E também o curso de Pedagogia... Vai ter que mudar a lei, porque não está previsto Libras em Pedagogia, do ponto de vista da estrutura linguística, e isso está sendo colocado, além da contratação de professores e tradutores.

Em princípio, acho que é uma iniciativa louvável e que, para nós, da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é bem-vinda. E, assim como o inglês, como o francês, como qualquer outra, é uma língua reconhecida pelo Brasil, Libras. Então deve ser estimulada, porque faltam profissionais. Nós sentimos isso, no serviço público, nas estruturas de governo, seja no âmbito federal, estadual e municipal.

A Lei de Acessibilidade colocou prazo para que as instituições públicas possam cumprir a determinação da Lei de Acessibilidade. Inclusive, o Ministério Público já andou nos órgãos federais, aqui em Brasília, em vários ministérios. Há um acórdão dando prazo, inclusive, para que se cumpra aquilo que foi estabelecido em lei.

É bom quanto mais houver intérpretes e tradutores para suprir essa questão no serviço público. Aqui temos esse exemplo de hoje, em que, pela falta de intérprete, alguns companheiros da comunidade surda não puderam participar, porque não havia, na portaria, um intérprete. Então, nesse sentido, acho que é bem-vinda a proposta do Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só um detalhe: a proposta não é ter aulas *em* Libras; é ter aulas *de* Libras.

O SR. ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA – De Libras, é.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Acho que a acessibilidade de tradutor de Libras nas aulas é fundamental. O que coloquei foi algo mais: foi ensinar Libras.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Considero muito importante ouvir a palavra do representante do Ministério Público Federal. Portanto, passo a palavra ao Dr. Felipe.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Sr. Senador, em razão da minha experiência na área de cumprimento dos deveres, em relação aos direitos das pessoas com deficiência, eu diria o seguinte: toda criação de direito e dever, sobretudo nessa área, que é uma área em que a população, em geral, tem pouca conscientização, é preciso que a norma, a lei, apresente, além do dever, um plano e uma ação estratégica, na própria lei. O que é um plano, por exemplo? É um prazo para cumprimento, um prazo paulatino. Isso é extremamente importante.

E, depois, ações estratégicas. Quais são as ações estratégicas? Por exemplo, obrigação de que as comissões estaduais e municipais relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência façam esse acompanhamento. Isso é algo que um projeto de lei de iniciativa do Legislativo poderia incluir.

Uma ação estratégica muito importante, mas para a qual seria necessária a iniciativa do Executivo, seria um estímulo financeiro àqueles Municípios e Estados que colocassem no ensino fundamental ou no ensino médio o curso de Libras. Isso é muito importante. É o que se faz, hoje, no ensino indígena, por exemplo. No Município que tem escola de ensino indígena, salvo engano, há o dobro de várias rubricas do orçamento. Em Libras, poderia haver isso. Sendo a lei de iniciativa do Legislativo, por exemplo, a lei poderia prever que o Executivo municipal e o estadual poderão estimular, através de incentivos financeiros, a inclusão de Libras como disciplina na escola. Isso seria algo interessante. Seria algo facultativo, mas que seria um indicativo para os Executivos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Felipe.

Eu vou conceder a palavra – fui solicitado nesse sentido, pois ninguém melhor que o representante dos surdos para dar também a sua opinião e fazer a sua indagação – a Isaías Leão. Portanto, convido Isaías Leão, para dar a sua opinião.

O SR. ISAÍAS LEÃO – Bom dia a todos. Bom dia a toda a Mesa, também.

A matéria de Libras na escola é muito importante. Temos Português, Geografia, História e outras matérias mais, mas, se estiver incluída essa disciplina, também, para o ensino das crianças até a fase adulta, esse aprendizado da língua de sinais, vai haver, com certeza, uma inclusão de verdade. Então, onde seria feita essa inclusão de Libras? Ainda não há. Essa criança que vai aprender, até a primeira, até a quarta, até a quinta série, a Língua dos Sinais, e no segundo grau também, vai começar a ter uma sensibilidade de comunicação com o surdo, porque isso já está inserido dentro da escola.

Pois bem, faculdade. Os surdos ingressam na faculdade, em que, muitas vezes, não existe intérprete. Eu já visualizei isso. Na Unieuro, por exemplo – já trabalhei lá e tive três anos de experiência –, aconteceram muitas coisas equivocadas ali. Não havia a contratação de intérpretes. Como os surdos que ali adentravam iriam estudar? Com também a disciplina da Língua Brasileira de Sinais em Letras, Pedagogia e várias áreas. Agora, em outras, como Comunicação Social, Administração, Direito e outras disciplinas, é optativa? Não. Eu quero que essa disciplina seja colocada em todas as faculdades como uma disciplina que não seja optativa. Formou-se em Administração, vai trabalhar em empresa, então tem que ter formação em Língua Brasileira de Sinais, para que o surdo possa entender. Isso é importante. E eu peço, então, ao Senador, por favor, com carinho, que coloque a Libra em todas as faculdades, em todos os cursos, para que todas as pessoas possam ter essa comunicação.

Eu agradeço aqui a presença, o esforço. Aqui no Senado se criou a lei. Aqui se criam várias leis, mas parece que algumas pessoas desrespeitam essas leis? Mas por quê? Por exemplo, aqui no Senado. Há um intérprete, ótimo. A Lei nº 10.436 foi aprovada. Eu pergunto: por que tirar essa acessibilidade? Por que quebrar essa lei que já existe? O próprio Senado criou uma lei e a está quebrando. Isso é impossível. Por favor, vamos ter respeito e vamos seguir respeitosamente essa lei na questão dos intérpretes. E eles apoiam a nós surdos. Estamos unidos com eles. São profissionais.

Outra coisa também: nós fizemos passeata. Queremos entrar aqui e não nos liberaram para entrar. Houve uma complicação aqui. Gente, aqui tem que haver democracia, essa sensibilidade. Nós fomos barrados na entrada. Nós não podemos ser proibidos. Nós temos um direito de lutar. Somos iguais.

Por favor, vamos seguir, vamos obedecer à lei para que possamos aumentar o quantitativo de intérpretes. Já estamos ficando cansados. Dois intérpretes só, pouco salário, muito trabalho. Não é um passeio. É uma profissão. Minha esposa trabalha na Câmara, muitas vezes com tendinite também. Por favor.

Eu quero agradecer, então, o esforço de todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer ao Isaías pela contribuição que traz a este debate, contribuição muito rica. Tenho convicção de que tivemos hoje uma manhã extremamente rica, uma oportunidade, mais uma vez, de o Senado abrir suas portas para ouvir a sociedade civil, os surdos, que estiveram aqui representados diretamente através das suas entidades, os representantes dos intérpretes de Libras, o Governo, o Ministério Público. Sem dúvida, isso nos trouxe elementos bastante consistentes para ampliar a ação da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Direitos Humanos no sentido da implementação de políticas públicas que garantam o cumprimento da legislação aprovada pelo Congresso Nacional.

No que se refere à questão específica do Senado, como já disse, nós vamos reiterar, junto à direção da Casa, a importância não apenas da manutenção, mas da ampliação desse serviço; e vamos propor também a criação de uma comissão que possa estudar, com a participação da sociedade civil, como o Senado pode se transformar em uma grande referência do ponto de vista das instituições públicas no sentido de garantir a sensibilidade a todos os setores da sociedade para que melhoraremos o nosso trabalho, ouvindo todos os segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, agradeço muito a presença de todos. Sinto-me muito honrado de ter presidido esta audiência pública. Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. O Senador Paulo Paim tem sido um grande defensor desta causa aqui, no Senado Federal. Agradeço também ao Senador Cristovam Buarque, a todos os nossos convidados, a cada uma e a cada um de vocês. Peço desculpas, em nome do Senado, a todos aqueles que tiveram dificuldades de chegar aqui. Espero que essa seja a última vez e que possamos superar essa dificuldade.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 02 DE JULHO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dois de julho de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e o não membro Senador João Capiberibe. O Senador Mozarildo Cavalcanti justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 76, de 2012–CDH, aprovado em 11/06/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater a violência no campo e os assassinatos de indígenas e camponeses”. Convidados: Cléber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário; Antonio Carlos Moriel Sanchez, Delegado de Polícia Federal, Chefe do Serviço de Repressão aos Crimes contra Comunidades Indígenas, em representação ao Senhor Wellington Clay Porcino Silva; Gercino José Filho, Presidente da Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo (ficou de encaminhar solicitações a Sec. da Comissão, o Senhor Presidente acatou prontamente); Araju Sepeti, Etnia Guarani, representante da Central da União de Índios e Aldeias; Carlos Pankararu, Presidente da Associação Pankararu; Ailson Silveira Machado, Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Presidência da República (ficou de encaminhar solicitações a Sec. da Comissão, o Senhor Presidente acatou prontamente); e Luiz Carlos Marchão, Auditor-Chefe da FUNASA. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim, João Capiberibe e Randolfe Rodrigues e a Deputada Federal Janete Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Quero aproveitar este momento para falar da minha posição, que já registrei na última segunda-feira pela manhã. Acho que fui o primeiro Parlamentar, porque abri os trabalhos na segunda-feira pela manhã, que se posicionou em relação à crise no Paraguai, ao golpe ocorrido lá, embora pelas vias do Parlamento, contra o presidente daquele país.

Naquele momento, eu fiz a leitura, inclusive, de uma nota do Governo brasileiro, do Itamaraty, condenando o golpe democrático. Se a moda pega, como eu digo, em duas horas uma maioria eventual passa a demitir qualquer presidente democraticamente eleito, principalmente na nossa América Latina.

Já me posicionei na segunda-feira pela manhã, antes mesmo de iniciados os trabalhos do plenário do Senado, e quero mais uma vez me posicionar, referendando a posição do Governo brasileiro e da Cúpula do Mercosul, que, reunida, resolveu que o Paraguai não participaria do Mercosul. A Venezuela foi convidada. Até que as eleições diretas aconteçam, o Paraguai não está mais participando da Cúpula do Mercosul.

Quero dizer que hoje, em Montevideu, vai haver uma reunião do Parlasul. Devido aos compromissos assumidos aqui, quem vai me representar lá será o Senador Eduardo Suplicy, que é o meu suplente. Fizemos essa permuta para que ele estivesse lá e eu pudesse resolver as questões relacionadas à Comissão de Direitos Humanos, como os direitos dos trabalhadores, idosos e aposentados, na Comissão de Orçamento, que deve deliberar sobre o ajuste do salário dos aposentados e pensionistas. Aprovei as emendas na Comissão e agora quero aprová-las no Parlamento.

O que quero mais aqui é posicionar-me totalmente favorável. Desde o primeiro momento em que houve o golpe naquele país, com a derrubada do Presidente Lugo, eu não tive nem uma vacilação. Eu disse que, como militante dos direitos humanos, como Presidente desta Comissão, a minha posição era de total reconhecimento da nota do Governo brasileiro – e li a nota aqui.

Espero ainda ler hoje aqui documento assinado pelos presidentes dos partidos que compõem o Mercosul condenando o golpe ocorrido no Paraguai. Eu não tenho nenhuma dúvida de que foi um golpe, um golpe conservador. Usaram aquele momento, e o Presidente Lugo teve duas horas para se defender. Em 36 horas, instalaram o processo e demitiram-no.

O argumento que eu usei aqui e que rapidamente uso neste momento é que, se a moda pega, mesmo na nossa democracia, que, no meu entendimento, está consolidada na América Latina, uma maioria eventual e oportunista poderá, a qualquer momento, repito, demitir

qualquer presidenta ou presidente eleito democraticamente pela população, ou seja, pelo povo do seu país.

A minha posição, em nenhum momento, foi de vacilação, inclusive acho que fui o primeiro Parlamentar nas instâncias do Congresso, uma vez que abro, toda segunda-feira pela manhã, os trabalhos na Comissão de Direitos Humanos, a manifestar o meu entendimento, que segue a linha do Itamaraty e também a linha assumida pela Presidenta da República.

É claro que nós todos não queremos que nada traga prejuízo principalmente ao povo do Paraguai e às relações comerciais, sociais e políticas que mantemos com aquele país. Isso é uma coisa. Agora, concordar com o golpe dado pelo Parlamento e reconhecido, infelizmente, pela Suprema Corte daquele país é outra coisa. Alguns dizem: “Mas não seria uma interferência dos países do Mercosul ou mesmo do Brasil?” Ora, interferência quando a democracia está em cheque, quando o golpe é dado por via indireta, como foi o caso, conforme li e vi documentos, inclusive em espanhol, que são assustadores, quando outros golpes semelhantes a esse estariam sendo engendrados, articulados para acontecer principalmente na América Latina, só pode ter o nosso repúdio.

Tenho o maior carinho pelo povo do Paraguai, mas achamos que foi um golpe contra a democracia a decisão de depor o Presidente Lugo. Como registram os documentos que recebi, ele dispôs de apenas duas horas para se defender. Eu lembrava naquele momento e repito que, no Parlamento, mesmo quando se trata de afastamento de Deputados ou de Senadores, há um longo debate, com a participação de Senadores, de Deputados e inclusive do Supremo, como foi o caso de algumas liminares que entendemos corretas. É preciso dar ao acusado o direito à legítima defesa para recorrer a todas as instâncias possíveis até que se comprove se é inocente ou culpado. Aí é possível fazer tanto o julgamento jurídico como o julgamento político, como já aconteceu aqui, por inúmeras vezes, no período em que estou no Congresso – estou aqui há 26 anos.

Então, parabéns à Cúpula do Mercosul pela decisão.

Eu quero dizer que o Senador Capiberibe é o autor do requerimento para a realização da audiência de hoje – eu presido, mas ele é o autor – e naturalmente S. Ex^a terá aqui uma participação privilegiada.

Nós convidamos o Dr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Convidamos Cléber César Buzzato, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário. Convidamos o Dr. Antonio Carlos Moriel Sanchez, Delegado

da Polícia Federal e Chefe do Serviço de Repressão aos Crimes contra Comunidades Indígenas, que já está aqui conosco. Convidamos o Sr. Carlos Pankararu, Presidente da Associação Pankararu; Rosane de Mattos, membro da Comissão de Articulação dos Povos Indígenas (Apib); e Gercino José Filho, Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que também já está aqui conosco.

Enquanto os convidados estão chegando – eu tenho a mania de iniciar exatamente às 9 horas –, vou fazer uma rápida introdução do tema para que, depois, com os convidados presentes e com o Senador Capiberibe, nós possamos iniciar os debates aqui na Comissão.

Situando todos aqueles que estão assistindo a esta audiência pública por toda a rede de comunicação do Senado – Rádio Senado, TV Senado, Agência do Senado –, informamos que, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a violência no campo e os assassinatos que estão acontecendo contra indígenas, camponeses e quilombolas, que estão morrendo covardemente assassinados.

Documento elaborado pela Associação Boca do Acre, intitulado “Conflitos fundiários: violência e ameaça aos direitos humanos no sul do Amazonas”, mostra que os conflitos de terra e a violência no campo no sul do Estado do Amazonas são frequentes naquela região. Isso é motivado pelas frentes de expansão econômica do chamado Arco do Desmatamento da floresta amazônica brasileira.

Senador Capiberibe, V. Ex^a, que é o autor, vai liderar esta nossa audiência pública, que vou com alegria presidir. Estou fazendo uma rápida introdução sobre o tema, mas quero dizer a V. Ex^a, que acaba de chegar, que já me posicionei aqui, como fiz na segunda-feira passada, em relação ao golpe no Paraguai. Disse naquela oportunidade, na segunda pela manhã, e repeti hoje que, se a moda pega, em 36 horas, é possível instalar um processo de *impeachment* e cassar uma presidenta ou um presidente legitimamente eleito pelo seu povo. Então, essa não é uma questão de interferência. É uma posição de defesa à democracia aqui e no mundo. Por isso, na segunda passada, eu li a nota do Governo brasileiro, que condenava o golpe no Paraguai, e aqui eu fiz questão de destacar a decisão da Cúpula do Mercosul, que, reunida, também afastou o Paraguai e exige que haja as eleições diretas no tempo previsto, ou seja, no ano que vem.

Se quiser comentar o golpe no Paraguai, falar alguma coisa, V. Ex^a pode fazê-lo, senão vamos em frente, já que eu fiz uma introdução. Saber a sua opinião é, para mim, sempre muito bom.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E também para quem está assistindo à TV Senado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado pela oportunidade.

Eu fui observador das eleições no Paraguai em 2007. Estive lá pelos movimentos sociais. Convidaram-me para acompanhar as eleições, e eu vi a satisfação da sociedade paraguaia com o retorno à democracia depois de mais de 60 anos de um partido no poder, praticamente uma ditadura, afinal Stroessner terminou ficando uma eternidade e com uma enorme dificuldade de se revezar, de criar alternativas. E, aí, o Fernando Lugo lidera essa coalizão, ganha as eleições, mas com minoria no Senado e na Câmara, minoria total, e ele foi o representante dos movimentos sociais. A gente sabe que as eleições, tanto no Paraguai como no nosso País, têm uma dependência enorme do poder econômico, que é capaz de colocar seus candidatos em posição de vantagem e fazer as majorias nas Câmaras, desde os Municípios até o Congresso Nacional.

Mas vi aquela enorme manifestação, aquela explosão de alegria no dia da vitória de Fernando Lugo, e vi com muita tristeza que, a poucos meses de novas eleições, a direita paraguaia – porque essa tese de que não existe mais direita nem esquerda não é verdade, porque se vê que há certa unidade de pensamento em relação ao golpe. Na verdade, é um golpe institucional, o Parlamento não pode, do dia para a noite, destituir um presidente eleito pelo voto popular, independente da situação de aprovação ou não da gestão e desse governo. Portanto, no caso do Paraguai, trata-se de um golpe.

Acho que as posições dos vizinhos, porque não queremos abrir um precedente e nem que isso se repita em lugar nenhum porque sabemos, no Cone Sul, o que significam as ditaduras; ainda não fechamos as feridas da última ditadura no Brasil, no Chile, na Argentina, no Uruguai, e não queremos que isso volte a se repetir.

Portanto, acho que as posições têm que endurecer, forçar, adiantar essas eleições no Paraguai, para que se restabeleça a normalidade democrática. Então, quanto à questão do Paraguai, há com muita identidade, e V. Ex^a, que vive no Sul do País, mais próximo deles, deve sentir com maior intensidade o drama que vive com essa quebra, essa ruptura com a democracia e o desrespeito à vontade do povo paraguaio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Capiberibe, que bom que V. Ex^a, inclusive, pode dar um testemunho de quem acompanhou o processo eleitoral, democrático sobre o que veio a acontecer. O seu depoimento dado, neste

momento, fortalece a posição que assumimos desde o primeiro momento. Quando eu soube da notícia, ainda no domingo passado, já na segunda-feira pela manhã aqui, acabei fazendo um depoimento, estou na linha do seu pronunciamento, e fiz questão de ouvi-lo porque sabia que a sua posição não poderia ser diferente.

Então, devemos ter aí um documento produzido pela cúpula do Mercosul que podemos, inclusive, lê-lo aqui, dando todo apoio da Comissão dos Direitos Humanos do Senado, deixando claro que essa luta em defesa da democracia é uma luta de todos os homens de bem. E direitos humanos é isso, defendemos direitos humanos em qualquer parte do mundo, não importa o sistema, e todo golpe terá a nossa condenação.

Enfim, vamos, aqui, fechando, então, a nossa introdução sobre o tema de hoje. Eu, principalmente, falava do arco de desmatamento da Floresta Amazônica; os conflitos são territoriais, isto é, aqueles que ocorrem dentro de unidades de conservação e terras indígenas; os embates provocados pelo uso de recursos e os decorrentes de disputa por terras entre particulares e grupos sociais; as lutas fundiárias são as que, segundo o relatório, quase sempre resultam em violação dos direitos humanos. O que motivou esta audiência foi uma série de relatos de ameaça de morte e agressões contra líderes comunitários que são opostos a invasões territoriais, desmatamento e outros atos que atentam contra o meio ambiente e a dignidade humana, dizendo que essas informações que aqui chegaram nos foram passadas pelo Senador Capiberibe, que, em seguida, vai, comentar, junto com nossos convidados, essa realidade.

O relatório Violência do Campo, elaborado, no ano passado, pela Comissão Pastoral da Terra, mostra que o número de mortes provocado pela disputa de terras aumentou 177% em um ano. Pelo documento, há, em 18 Estados brasileiros, 347 indivíduos jurados de morte, a maior parte deles indígenas, quilombolas, ribeirinho, assentados, posseiros, pequenos agricultores ou pessoas que apoiam a luta em defesa da terra.

Quero aqui destacar que, segundo o relatório Violência do Campo, o número de mortes no Amazonas cresceu 60% em 2011. Só no Amazonas, quarenta pessoas estão ameaçadas de morte devido aos conflitos agrários; 17 delas vivem em Municípios do sul do Amazonas. Em 2010, o número de indivíduos jurados de morte era de 30; de 2007 até este ano, sete pessoas foram mortas por denunciarem os crimes ambientais e de propriedades de terra no sul do Estado do Amazonas.

Lembramos aqui, ainda, casos de violência que têm assustado a todos, com um grau enorme de brutalidade. Em 1º de abril deste ano, o extrativista Silvê-

rio Maciel, segundo a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus e Associação do Produtor Agroextrativista do Rio Ituxi – diz ele aqui – “foi abordado na rua por um homem que dizia ter recebido R\$2 mil para tirar a vida do líder comunitário Antonio Vasconcelos. Escortado pela Força Nacional desde outubro de 2011, pelo Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos também. Na madrugada de 30 de março deste ano, Dinhana Nink, de 28 anos, foi assassinada com uma bala no peito na frente do filho, em Rondônia. Ela teria denunciado pessoas envolvidas pela extração ilegal da madeira e, por isso, foi assassinada.

A situação das lideranças indígenas e camponezas no Norte do Brasil é da maior gravidade. É preciso que providências sejam tomadas pelas autoridades brasileiras, e atividades ilegais de desmatamento, além da grilagem de terra, atentam contra a própria subsistência da população local, enfim, e principalmente estão em risco suas vidas.

Essa é uma rápida introdução. Eu queria convidar o Senador Capiberibe para sentar aqui na mesa conosco, porque vai ajudar a coordenar os trabalhos aqui, dialogando com nossos convidados, a todo momento que assim entender, e expondo também o seu ponto de vista. Eu queria também já convidar Cléber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, que já está conosco aqui. Cléber César Buzatto, por favor. Eu queria convidar o Cléber para vir para a mesa. Convidar também o Delegado da Polícia Federal Dr. Antônio Carlos Moriel Sanches, Chefe do Serviço de Repressão aos Crimes contra as Comunidades Indígenas. E convidar também, que já está conosco, os outros, se chegarem, passaremos a uma segunda mesa, o Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Dr. Gercino José Filho.

Então, estão aqui os nossos convidados, está aqui o autor desta proposta de audiência pública, Senador Capiberibe, que, se quiser abrir os trabalhos, depois, vou passando a palavra para os nossos convidados.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos, especialmente aos convidados, também convidamos representantes de várias instituições, de vários órgãos da União, Secretaria de Direitos Humanos, e eu gostaria de saber, daqui a pouco, quem são os representantes presentes dessas diversas Secretarias que foram convidadas para participar desta audiência pública.

Na verdade, o nosso objetivo é muito claro com esta audiência: chamar a atenção para uma situação de calamidade existente no País. É inadmissível que

sigamos convivendo com tamanha brutalidade, Sr. Presidente. O que ocorre no campo é uma agressão à democracia, porque não estão assassinando pessoas sem legitimidade, estão sendo assassinadas lideranças, tanto indígenas como dos assentados, dos quilombolas, enfim, aqueles que são representantes de suas comunidades, eliminando-se os cabeças para tentar dominar essas comunidades, e esta situação já vem há longo tempo, não há nada de novo, os assassinatos, o genocídio das comunidades indígenas é conhecido de todos nós.

Sabemos que antes da presença europeia, portuguesa, nessa região, viveram por aqui entre 5 a 7 milhões de pessoas, que, hoje, foram reduzidas a menos de 400 mil. Então, houve, na verdade, um processo de genocídio físico e também cultural, e isso faz parte da história de violência do nosso País. Ultimamente, tivemos alguns casos que marcaram a opinião pública nacional e criaram alguns mártires em defesa de uma sociedade mais justa, de uma sociedade mais respeitosa com a natureza. E um representante deste novo Brasil, que quer uma vida decente para o seu povo e que lutou e marcou com sua vida a disposição de construir um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia é representado no assassinato brutal de Chico Mendes, em dezembro de 1988.

Chico Mendes, que, não apenas defendia a floresta, em função de ser um seringueiro e líder dos seringueiros, queria manter as seringueiras em pé e, para mantê-las, era necessário manter o conjunto da floresta em pé. No começo, ele lidava com a questão reivindicatória de sua categoria de preservar os empregos e, depois, foi entendendo que a necessidade de preservar a floresta ia muito além de preservar os seus empregos, Sr. Presidente, entendeu que era necessário preservar a floresta para preservar a vida no Planeta. Ele teve essa dimensão, e isso ainda no século passado. Hoje, sabemos, há uma consciência maior da sociedade brasileira, que o modelo de produção, de pressão exercida na natureza é insustentável.

Acabamos de fechar uma das maiores, a maior reunião sobre o tema, que foi a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em que se reuniram centenas de países, de chefes de Estado, de governantes, com exceção daqueles que, de fato, não têm o menor interesse em mudar os seus comportamentos predatórios dos países ricos, do G7, apenas François Hollande, da França, compareceu e com uma posição que merece o nosso reconhecimento e o nosso aplauso. Os Países como Estados Unidos, Alemanha, Japão se ausentaram porque continuam pensando a sociedade, o mundo para amanhã de manhã, e não para os nossos filhos e nossos netos.

Então, a Conferência deixou claro que já não há mais como contestar, a não ser um grupo raro e bizarro que surgiu nos últimos tempos que contesta – inclusive, os painéis sobre mudanças climáticas, que é algo novo também –, que se opõe a qualquer medida de restrição do consumo, de restrição desse sistema produtivo.

Chico Mendes foi um dos primeiros, não começou com Chico Mendes, mas o nome mais emblemático na luta pela preservação da Amazônia e também do Planeta começa entre nós com Chico Mendes. E, depois, foram centenas de assassinatos no campo, e isso vem-se repetindo a cada dia.

Agora mesmo, a CPT mostra os dados que o Presidente acabou de ler, alguns dados importantes: 347 pessoas estão ameaçadas de morte em 18 Estados brasileiros. E o Estado brasileiro o que faz? Tem um caso patético de cidadão ameaçado de morte que procura todas as instituições do Ministério Público à Polícia Federal, às Polícias Cíveis dos Estados, tenta se cercar de alguma defesa possível e, depois de tudo isso, termina assassinado, Sr. Presidente. Vou levantar os nomes daqui a pouco e vou trazer aqui o nome dessas pessoas que acreditaram nas instituições do Estado, que estão aí para proteger, para estabelecer o mínimo de convivência entre nós, mas, nessas regiões remotas, distantes dos grandes centros, no caso, V. Ex^a acabou de falar do sul do Amazonas, por exemplo, onde já assassinaram de 2007 para cá, sete pessoas, várias outras tiveram que deixar suas comunidades para escapar da morte. E tem vários casos famosos: o caso da Irmã Dorothy, que se tornou um caso conhecido internacionalmente por ser uma missionária de idade e de nacionalidade, dos Estados Unidos, então, o caso dela trouxe à tona a violência. E, de lá para cá, observei que esse tema saiu da pauta de discussão da Câmara e do Senado. Estou aqui desde dezembro, e senti, não só eu como tive oportunidade de ouvir o Senador Cristovam Buarque no dia em que estávamos conversando, discutindo em plenário sobre esta audiência pública e sobre violência no campo, que falou exatamente isso: olha, estou aqui e faz muito tempo que essa questão da violência no campo saiu da agenda de discussão e precisa voltar. É preciso chamar atenção não apenas das instituições do Estado, quem tem que garantir a segurança do cidadão e quem é pago para isso são as instituições públicas. Então, temos que chamar atenção da sociedade como um todo. Do mesmo jeito que se chamou atenção para o crime organizado no Rio de Janeiro, a imprensa, e, aqui, faço um alerta à imprensa do nosso País, a grande imprensa, que atente para essa questão da violência no campo. São centenas de assassinatos, e isso tem a ver com o momento que o Brasil está vivendo. Na medida em que o Brasil

se fortalece, amplia a sua base econômica, cresce a sua economia, também cresce a violência. Vê-se, no relatório da CPT, de 2011, que, em relação aos anos anteriores, o número de ameaçados cresceu 177%, então, há certa coincidência com o crescimento da economia. A violência se dá em função da selvageria, do processo de avanço sobre as terras agrícolas, as questões são fundiárias.

Eu queria destacar a presença da Deputada Janete Capiberibe, que também na Câmara, com a intenção de chamar atenção da opinião pública e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria convidá-la, se me permitir, para sentar aqui na primeira fila, para alegria de todos nós, ela que é uma militante de direitos humanos...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Ela está cumprimentando a Magna, que é uma amiga...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ... e também uma lutadora social e ambiental de muitos anos. E a Deputada propôs e realizou uma audiência pública na Câmara para ouvir as pessoas, inclusive, várias pessoas ameaçadas de morte compareceram àquela audiência que teve uma ressonância grande. Também estamos fazendo isso aqui, juntamente com o Senador Paulo Paim, porque queremos chamar atenção, temos que colocar na agenda de discussão. O Brasil como 6ª economia do mundo não pode continuar convivendo com a brutalidade em nome do capital, porque isso é feito em nome do capital, os assassinatos são feitos em nome da produção agrícola, do avanço da fronteira agrícola.

Portanto, em síntese, era isso o que eu gostaria de colocar nesta primeira intervenção minha em relação à violência no campo. Vimos muito bem que o combate à violência no Rio de Janeiro, ao crime organizado, na hora em que o Estado chegou com seu longo braço para proteger o cidadão, houve uma queda significativa na violência no Rio, que é resultado da ausência do Estado, onde não tem Estado, certamente, alguém vai exercer o poder, e quem exerce o poder vira a lei do mais forte.

Nas nossas cidades é assim: a Polícia sabe muito bem, o delegado pode até falar muito melhor do que eu, mas em todas as Cidades brasileiras o Estado está ausente de uma parcela significativa dela. Em alguns casos, nem mesmo uma pequena escola, tem casos de algumas favelas ainda hoje nos grandes centros urbanos, São Paulo, por exemplo, que não tem nenhuma escola para representar o Poder Público lá. Ora, se não tem a presença do Poder Público, alguém se arvora a comandar e se apoderar daquelas comuni-

dades, e é o crime organizado. É assim nas favelas do Rio de Janeiro, é assim nas baixadas das nossas Cidades amazônicas e é assim, imagine no campo, onde o Estado não chega mesmo, não é, nos Municípios mais distantes, nas áreas rurais dos Municípios mais distantes, o Estado não chega. Ora, quando Estado não chega vira um faroeste, a lei do mais forte. Então, acho que não podemos continuar mostrando ao mundo a imagem da truculência de uma sociedade feita pelas armas. No Brasil, existe um conjunto de legalidade, existe um Estado de direito, e todos os cidadãos, cidadãs, independente de onde vivem, têm o direito à vida principalmente.

Portanto, era isso. O objetivo desta audiência pública não para por aqui. No final, vamos ver quais são os passos que vamos dar depois de ouvirmos as pessoas que vão nos trazer informações para que possamos encaminhar novas providências.

Obrigado, Sr. Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Nossos cumprimentos, mais uma vez, ao Senador João Capiberibe, que é o autor do requerimento desta audiência pública. E V. Exª tem toda razão, temos de tratar de todos os temas, mas, hoje, vamos discutir, especificamente, a violência no campo, na sua abrangência, seja quanto a brancos, a negros, a índios, a todos aqueles que são torturados, assassinados, presos e ameaçados de morte. Eu queria dizer também que estamos ao vivo, para que todos que participam do debate fiquem sabendo, pela TV Senado para todo o País, pela Rádio Senado, pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Quero dizer também da nossa alegria de ter conosco aqui a Deputada Janete Capiberibe, que é uma lutadora dos direitos humanos, para quem peço também os cumprimentos aqui neste gesto das palmas, que é meio típico já nesta Comissão. e que V. Exª, Deputada, usará a palavra no momento em que entender mais adequado. V. Exª é nossa convidada e, no momento que entender, participará dos debates promovidos aqui no dia de hoje pelo Senador João Capiberibe e que fiz questão de estar presente.

Vamos aos nossos convidados. Na primeira mesa, então, teremos uma segunda mesa, passamos a palavra para o Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, o Sr. Cléber César Buzatto, que já esteve aqui em outra oportunidade conosco falando de outros temas e já fazia também essa denúncia e, hoje, vamos ter uma audiência específica. Seja bem-vindo, Cléber.

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZATTO – Bom dia, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, da Mesa, Senador Capiberibe, proponente desta audiên-

cia, demais membros da Mesa, Sr. Gercino, Sr. Antonio Carlos, Deputada, demais presentes, no último dia 13 de junho, o CIMI lançou, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, dados de 2011. E é com base neste relatório que pretendo apresentar, digamos assim, algumas informações. O CIMI vem divulgando esse relatório já há alguns anos, e a primeira impressão que fica, tendo presente esse relatório último, de 2011, é que a violência contra os povos indígenas continua muito forte, muito alta e crescendo. Os números mostram isso com muita evidência. O relatório é dividido em três capítulos fundamentalmente. Um capítulo da violência contra o patrimônio, outro da violência contra a pessoa e também um capítulo que reflete tipos de violência por omissão do poder público.

Vou destacar um ou dois casos de cada um desses capítulos. No caso da violência contra o patrimônio, tivemos o registro de 99 casos no País em 2011. Destes, eu destaco o tipo omissão e morosidade na regularização de terras indígenas. Foram 47 casos registrados, e isso é importante ser destacado no campo político porque, na nossa avaliação, o fato de que os procedimentos de demarcação, de regularização, de reconhecimento da tradicionalidade das terras indígenas andar de forma muito vagarosa ou estarem muitos casos parada ela potencializa outros tipos de violência, inclusive violência contra a pessoa, no caso, assassinatos. Depois vamos citar um caso típico dessa situação. Num primeiro momento, só destacar esse aspecto da violência contra o patrimônio e, no caso, a omissão e morosidade na regularização de terras indígenas.

No caso da violência contra a pessoa, nós tivemos 378 casos. E aí desde abuso de poder, ameaças de morte, ameaças várias, assassinatos, homicídios, lesões corporais, racismo, tentativas de assassinato. Destaco dois aspectos dentro desse capítulo. Em 2011, foram 51 indígenas assassinados no Brasil, 51 indígenas assassinados, sendo que, desses 51, 32 foram no Mato Grosso do Sul. Em 2011, 51; dos 51, em âmbito nacional, 32 foram no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2011, só em 2011. Além disso, foram registradas 94 situações, 94 tentativas de assassinato contra indígenas, contra indivíduos, pessoas, povos indígenas no Brasil, em 2011. Desses 94 casos de tentativa de assassinato, 85 foram registradas no Mato Grosso do Sul. Então, chamamos a atenção para esses dois tipos de violência no caso da violência contra a pessoa – 378 casos, sendo 51 assassinatos e 94 tentativas de assassinato no Brasil em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São 378 casos de...

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZATTO – De violência contra a pessoa. Além disso, nesse caso dos assassinatos, queremos chamar a atenção – e acho que todos aqui têm lembrança, tiveram conhecimento, do assassinato do líder indígena Nísio Gomes, de Tekoha Guaiviry, no Estado do Mato Grosso do Sul também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ficou uma dúvida aqui entre nós. Acho que a população fica mais esclarecida quando a gente pergunta. Quantos foram assassinados no Mato Grosso em 2011?

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZATTO – Em 2011, no Mato Grosso do Sul, 32 indígenas foram assassinados, de acordo com os dados do relatório divulgado pelo CIMI – 32 pessoas.

Desses casos, nós destacamos o caso do Nísio Gomes, que teve repercussão nacional, internacional, lá no Tekoha Guaiviry, perto do Município de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. O corpo do Nísio ainda não foi localizado. Ele foi levado pelos assassinos, enfim, e o corpo dele, até o momento, não foi localizado. Portanto, quero destacar que, nesse relatório, nós temos uma entrevista com o filho do Nísio, Valmir, que também estava no local, e os próprios Guaranis falam que, nesses casos, eles não consideram como seres humanos pessoas que matam e levam o corpo da liderança.

Além desses casos de assassinatos e tentativas de assassinato, nós também registramos – e é importante destacar isso – que houve 61.988 casos de violência por omissão do Poder Público em 2011 contra povos e comunidades indígenas. Dentre esses casos, nós destacamos que teve uma elevação bastante significativa e que para nós é um dado extremamente alarmante, preocupante, é o número de crianças mortas em 2011, crianças menores de cinco anos. Então a mortalidade infantil entre os indígenas aumentou muito em 2011, chegando, no caso, nós registramos 126 casos de crianças indígenas menores de cinco anos que foram a óbito em virtude de causas, doenças e situações que seriam facilmente tratáveis, caso houvesse um cuidado, caso houvesse uma atenção devida. Por não haver, essas situações acabam se agravando e levando a óbito. Causas como diarreia, desnutrição, vômitos, questões que poderiam ser tratadas com facilidade se houvesse uma presença efetiva do Estado junto às comunidades e que houvesse o atendimento dentro do tempo, dentro das condições adequadas. Então, 126 crianças menores de cinco anos morreram, em 2011, devido à omissão do Poder Público, como dissemos.

Além disso, outros 44 casos – aí não de crianças, mas de adultos – morreram por desassistência à saúde. Aqui entram várias situações, mas principalmente

situações em que a pessoa está doente e não tem o atendimento ou não tem um transporte para levar a um local para fazer o atendimento. Então, situações várias que a gente classifica como morte por desassistência à saúde. Nessa categoria, nesse tipo de violência foram 44 casos, além de 26 suicídios que foram registrados em 2011.

Fazendo uma soma, para dizer da gravidade da situação de violência contra os povos indígenas, em 2011, entre assassinatos, suicídios, mortalidade infantil e morte por desassistência à saúde foram 247 mortes, 247 óbitos de indígenas no País. Isso dá mais do que um a cada dois dias. A cada um dia e meio, um indígena morre ou assassinado, ou por suicídio, ou crianças por desassistência. Então, isso, o nosso entendimento, é extremamente grave.

A gente destaca também – depois fica aberta a perguntas - a questão do orçamento público da União para a questão de demarcação de terras indígenas. Muito insuficiente. Em 2011, foram gastos míseros R\$17 milhões em todo o País para essa ação de demarcação, regularização de terra indígena. Isso é uma nada na dimensão da demanda que existe. Por isso toda essa retração das demarcações acaba potencializando as violências contra a pessoa. No caso do Nísio, ele foi morto em um acampamento no interior de uma fazenda, que eles fizeram uma retomada, depois de vários anos buscando a Funai, buscando o Ministério da Justiça e outros órgãos no sentido de que fizesse o procedimento administrativo de regularização da terra, avançar na sua normalidade, de acordo com o que está previsto na própria Constituição, no Decreto nº 1.775, que regulamenta esses procedimentos.

Como isso não vem, enfim, sendo feito dentro dessas condições e dentro de um prazo razoável, as comunidades pressionadas, especialmente no Mato Grosso do Sul, em outras situações, pela situação em que vivem, em terras diminutas e muito populosas, com uma série de problemas no interior dessas terras, como é conhecido publicamente, no caso do Mato Grosso do Sul, acabam fazendo ações no sentido de tentar agilizar esses procedimentos e acabam, em muitos casos, sendo vítimas, aí sim, de violências mais graves, violências de ataques. No caso do Mato Grosso do Sul, tem se repetido isso com bastante frequência nos últimos anos, ataques a acampamentos. Teve, durante o ano passado, um ataque a um ônibus do povo Terena, no Mato Grosso do Sul, ataque com fogo, que levou à morte de uma mulher indígena, mãe de família. Era um ônibus de estudantes que voltavam. Então são várias situações assim.

Queremos chamar a atenção e aproveitar para o caso da violência – podemos dizer assim – certa

violência institucionalizada, que é a violência contra os direitos dos povos indígenas. A gente observa um ataque ferrenho, patrocinado e proporcionado pelo agronegócio, podemos assim dizer, também aqui no Congresso Nacional. No ano passado, principalmente, e já no início deste ano, queremos chamar a atenção para a tentativa da bancada ruralista e outros setores de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, que é, no nosso entendimento, no entendimento dos povos indígenas, altamente danosa aos povos indígenas, ao direito dos povos indígenas, além dos quilombolas e do próprio meio ambiente.

Trata-se da PEC nº 215, de 2000.

O último Relator foi o Osmar Serraglio, que apensou a essa proposta outras 11 PECs, outras 11 propostas de emenda constitucional. Em síntese, ela propõe que o poder de demarcação, o poder para executar as demarcações, o reconhecimento e a demarcação de terras indígenas passe do Poder Executivo para o Poder Legislativo nacional. Isso, no nosso entendimento, é muito grave, porque temos plena consciência de que é difícil esses procedimentos de demarcação de terras indígenas, estando eles sob o controle e sob a legitimidade do Poder Executivo, mas a passagem dessa prerrogativa para o Congresso Nacional, no nosso entendimento, criaria empecilhos muito maiores para que as terras indígenas fossem demarcadas, fossem regularizadas.

Então, nós queremos chamar a atenção, pedir o apoio desta Casa. Aqui, também, no Senado, existe uma PEC semelhante, que é a PEC nº 038, de 1999, que tem teor semelhante ao da PEC nº 215, que também propõe a passagem do poder de demarcação ao Senado brasileiro. A PEC nº 215 amplia, propõe que isso seja para o Congresso como um todo; então, as duas Casas do Congresso. Nós queremos chamar a atenção, pedir o apoio, a atenção desta comissão, especialmente, e de todos os Senadores para que isso não seja efetivado.

Para finalizar, Senador Paim, nós queremos chamar a atenção, também, para a situação dos povos indígenas que vivem em acampamentos em beiras de estradas, ou, em alguns casos, em áreas de preservação no interior de fazendas, que são reivindicadas por esses povos. Somente na Região Sul, são mais de 60 grupos indígenas que vivem em acampamentos em beiras de estrada, mais de 60 casos, que estão em situações-limite. Vivem sob barracos.

O senhor conhece muito bem as situações climáticas da Região Sul. No inverno, frio forte; no verão, calor naquela situação embaixo de lona. Então, é importante destacar isso porque potencializa outras for-

mas de violência, inclusive mortes por desassistência e assim por diante.

Nós destacamos, também, no relatório, a situação do Vale do Javari, que é extremamente grave em termos de falta de assistência à saúde, com uma situação de endemia em casos de hepatites. São cerca de 80% dos indígenas acometidos de hepatite, que tem levado a óbito um número muito grande de indivíduos adultos, jovens, que tem causado uma situação extremamente grave naquela região. São vários povos que vivem na terra indígena Vale do Javari, além de ser nessa terra onde está localizado o maior número de povos indígenas sem contato. No mundo, é naquela região que existe o maior número. São oito povos, já reconhecidos pela própria Funai, existentes e que não tem contato.

Há um grande risco. Na semana passada, uma equipe do CIMI, que atua com povos isolados esteve em Brasília, em audiência na Funai, na 6ª Câmara, para chamar atenção em relação a isso, que essa situação da saúde em relação aos povos contatados pode, naquela região, ser ampliado para esses outros grupos, o que causaria, certamente, a morte prematura e o desaparecimento desses povos.

Por último, chamar a atenção, no caso também do Mato Grosso do Sul, para outra situação que é inaceitável. O caso de mortes de indígenas por atropelamentos nas rodovias do Mato Grosso do Sul, e em outros Estados também. Mas, no Mato Grosso do Sul, é um caso que, entendo, mereceria uma atenção toda especial desta comissão, Senador Paim, Senador Capiberibe.

Nesses últimos dez dias, para vocês terem uma ideia, foram três pessoas que morreram atropeladas no Mato Grosso do Sul – e não são quaisquer pessoas, mas se fossem também... São líderes inclusive de comunidades que são atropelados lá.

O Tekohá Apyka'i, que fica bem próximo ao Município de Dourados, é um acampamento em beira de estrada, em que a comunidade aguarda a demarcação da terra. A líder desse acampamento é a Srª Damiana Guarani Kaiowá. Ela teve, em 2001, um de seus filhos morto, atropelado na rodovia que passa ao lado do acampamento. Na semana passada foram outros dois filhos dela atropelados. Um deles foi atropelado, segundo informações da própria comunidade, por um funcionário da usina de cana que tem lá e que, segundo a própria Damiana, teria esse funcionário estado no acampamento que ela lidera e tentado atear fogo, com óleo diesel, nos barracos. E na semana passada, então, foi atropelado o Agnaldo e, em seguida, o Wagner. Ambos morreram no local e foram enterrados junto ao outro filho da Damiana, o Wagner Freitas Guarani Kaiowá, que foi atropelado e morto em 2011. Então,

três filhos da Dona Damiana foram atropelados ali, no Mato Grosso do Sul, no Acampamento Apyka'i.

É uma situação grave. Eu passei por lá. É uma espécie... No Sul a gente chama de lançante, uma descida. Não há indicativo nenhum, não há nenhuma iniciativa por parte das autoridades locais, apesar de todas essas mortes, de algum quebra-molas ou de alguma coisa. Então, há uma situação de gravidade permanente ali, de risco permanente.

E também morreu ontem o Cacique José de Almeida Barbosa. Ele era cacique do Tekoha Laranjeira Nhanderu, que também fica ali próximo de Dourados, uma área que está em litígio, está em processo de demarcação. Os guaranis ficaram vários anos na beira da rodovia e também tiveram várias crianças mortas nessa beira de rodovia, por atropelamento. No ano passado eles ocuparam, retomaram uma parte da fazenda, uma área de preservação no interior da fazenda, que está localizada na terra que é reivindicada. Felizmente, até o momento, o próprio Poder Judiciário tem dado direito a essa comunidade de permanecer nesse local. Mas eles para se deslocarem, para fazerem pequenas compras nos Municípios, precisam se deslocar pela BR. E o Zezinho, como é conhecido, nós estivemos junto durante a Cúpula dos Povos, a Rio+20, no Rio de Janeiro, na semana anterior, retornou, é uma das grandes lideranças do Mato Grosso do Sul, da Atiguaçu, que é a organização dos Guarani Kaiowás, lá no Mato Grosso do Sul; é um dos líderes dessa organização dos guaranis, cacique inclusive da comunidade de Laranjeiras Nhanderu, estava e bicicleta pela rodovia, foi atropelado, ficou em coma alguns dias, e ontem, infelizmente, também veio a óbito.

Então, nós queremos chamar a atenção para essa situação de extrema gravidade, que é potencializada pela omissão, pela demora nos procedimentos de regularização dessas terras, dessas situações também fundiárias.

Nós lançamos uma campanha há poucos dias também junto com a Associação de Juízes para a Democracia. E a gente pede, então, que todos participem, ajudem e se associem de alguma forma para que a gente chame a atenção da sociedade brasileira, da sociedade internacional e, principalmente, das autoridades, dos órgãos públicos brasileiros dos três Poderes do Brasil para essa situação vivida pelos povos indígenas, especialmente no caso da PEC da 215, essa questão das demarcações, essa questão das violências. E é possível fazer assinatura *on-line* assinatura *on-line* pela página www.causaindigena.org. Então, é possível cada um assinar essa petição. A cada 400 assinaturas, é despachada uma moção para as autoridades, inclusive aqui para o Senado, para que

a gente consiga criar uma situação mais favorável para o enfrentamento de todos esses casos de violência contra os povos indígenas no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Cléber César Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário, que dá dados, números, fatos reais e concretos, eu diria, do verdadeiro genocídio que se está cometendo contra os povos indígenas.

Mas o Senador Capiberibe queria lhe fazer uma pergunta antes que eu passasse para o próximo, ou passo? Ok.

Então, vamos direto para o Delegado da Polícia Federal, Chefe do Serviço de Repressão ao Crime em Comunidades Indígenas, Dr. Antonio Carlos Moriel Sanchez.

V. S^a está com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MORIEL SANCHEZ

– Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Senador João Capiberibe, em nome do qual saúdo os outros integrantes da Mesa e os demais presentes; é uma satisfação estar aqui presente nesta Casa e poder apresentar alguns trabalhos realizados pela Polícia Federal.

É óbvio que é do conhecimento dos senhores que os desafios são muitos. Nós temos nos desdobrado para cumprir a nossa missão e ela não é fácil, tendo em vista até as características geográficas do nosso País.

Eu queria pedir permissão ao senhor para fazer a apresentação rapidamente de alguns trabalhos que nós temos desempenhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique à vontade;

O SR. ANTONIO CARLOS MORIEL SANCHEZ

– Eu coloquei inicialmente ali só umas questões de atribuições nossas. Essa é uma questão que tem sido muito levantada hoje por conta principalmente daquilo, inclusive, que o nosso colega do CIMI nos apresentou sobre a violência nas terras indígenas. Hoje nós temos um problema de definição de atribuição para policiamento ostensivo, preventivo dentro das áreas indígenas. E esse é um problema muito particular do Estado do Mato Grosso do Sul, inclusive, porque nós temos áreas indígenas praticamente dentro dos centros urbanos que não têm a presença permanente de trabalhos preventivos policiais. A Polícia Federal tem desempenhado alguns trabalhos, mas essa função de policiamento preventivo, ostensivo, dentro das áreas indígenas, não é uma atribuição da Polícia Federal; ou seja, circular com viaturas; isso é uma atribuição das polícias militares. Só que por ser uma área da União as polícias militares também entendem que também

não é uma atribuição delas. E isso cria um hiato e é onde acontece ausência do Poder Público, como já foi mencionado.

Como eu estava falando para o senhor, nós temos nos empenhado em aprimorar o nosso trabalho frente à temática indígena. Eu sou o chefe do Serviço de Repressão ao Crime contra os Indígenas e também substituto da Divisão de Assuntos Sociais e Políticos que cuida também dos conflitos agrários.

Tentando fazer esse aprimoramento, nós firmamos, no ano de 2010, um acordo de cooperação técnica com a Funai, tendo em vista a realização de atividades conjuntas, de cessão, de apoio mútuo em termos de estrutura administrativa, porque a gente tem trabalhado inclusive na definição de estratégias conjuntas. Muitas das atribuições da Funai, como, por exemplo, a parte de regularização fundiária, ela depende de apoio policial para ser executada.

Então, nós já estamos nos antecipando e, inclusive, para este ano de 2012, nós trabalhamos no estabelecimento das prioridades de forma conjunta. O que nós poderíamos fazer com objetivos palpáveis.

Nós temos hoje algumas orientações; nosso serviço também é responsável por passar algumas orientações para as unidades descentralizadas, para os Estados e delegacias do interior. Por exemplo, como fazer atuação em comunidades indígenas. Nós temos uma condicionante do Supremo, que é a Condicionante 6, que fala que a Polícia Federal e as Forças Armadas têm acesso às áreas indígenas, independentemente de consulta às comunidades indígenas, só que essa condicionante tem uma interpretação dada pela AGU de que essa consulta não limita a comunicação. Então, o que fazemos hoje? Quando essa ação, nas áreas indígenas, tiver qualquer influência com a organização social, com os costumes, tradições que afetem a comunidade, ela tem que ser obrigatoriamente comunicada, de forma prévia, à comunidade indígena. Nós nos articulamos junto à Funai e fazemos essa articulação com a comunidade indígena.

Nós temos, desde 2010, um projeto de aprimoramento como já falei, de atuação do DPF envolvendo comunidades do interesse indígena. Eu tomei a liberdade de reproduzir um *e-mail* que recebi de um cacique da terra indígena Kapot Ninore que está em processo de reconhecimento que fica na divisa entre os Estados do Pará e Mato Grosso.

Esse projeto de aprimoramento visa atuar de forma preventiva. Nós temos um grupo especializado aqui em Brasília que atua exclusivamente na temática indígena e nós, dentro dessa atuação, percorremos o País, de forma planejada e articulada junto com a Fundação Nacional do Índio, identificando locais que

potencialmente poderiam vir a sofrer ilícitos, trabalhos de forma preventiva em relação à violência no campo e, a partir daí, vamos fazendo essas visitas, fazemos diagnósticos, colhemos as informações e apresentamos propostas para a solução dessas situações.

Essa questão que reproduziu decorreu de um conflito que houve entre os índios e fazendeiros nessa região em que foi incendiado um veículo da Funai e um índio foi agredido, foi torturado. Tivemos presentes lá, fizemos a atuação junto aos órgãos públicos e a comunidade indígena ficou bastante satisfeita com essa nossa atuação. Reputo, talvez, essa ação preventiva como a mais importante porque não atuamos somente na prevenção de ilícitos com relação danos contra a integridade física, mas também contra o patrimônio. Então, identificar ilícitos ambientais principalmente porque hoje é uma grande dificuldade que temos em razão da dificuldade de acesso às áreas indígenas.

Temos uma articulação também com a nossa Coordenação-Geral de Polícia Fazendária que é a responsável por coordenar os trabalhos da operação defesa da vida, anteriormente conhecida como a operação Arco de Fogo e temos realizado várias ações conjuntas para inibir os ilícitos ambientais.

Então, dentro dessa nossa atuação, temos desenvolvido algumas ações. Eu listei alguns casos mais conhecidos e emblemáticos recentes. Temos a região sul da Bahia como é de conhecimento de todos os senhores. Tivemos recentemente um julgamento do Supremo que reconheceu a terra indígena Caramuru/Catarina/Paraguassu. Na verdade, ele apenas anulou os títulos e tivemos alguns conflitos decorrentes, mas temos uma equipe policial há mais de noventa dias na região, ou seja, desde quando houve o julgamento do Supremo, temos equipes trabalhando exclusivamente com essa situação para evitar conflitos agrários na região e o Delegado que me substitui aqui em Brasília ficou 60 dias trabalhando lá nessa situação e, graças a Deus, desde o início das nossas ações, não tivemos mais o registro de nenhum conflito na região.

Essa é terra indígena Urubu Branco. Ela fica no Município de Confresa, é uma terra indígena que está regularizada. Nós temos algumas pessoas que estão autorizadas judicialmente a permanecer na área e isso tem gerado certa instabilidade na região porque outros que saíram eles desejam voltar e acabam tentando invadir a terra indígena. A Funai tem um posto dentro da terra indígena. Nós os apoiamos várias vezes lá, inclusive com permanência durante quase seis meses nesse posto.

Aquela viatura é uma viatura da Funai e os posseiros colocavam pregos nas pontes, a viatura passava, furava os oito pneus e, quando iam buscar ajuda, eles

incendiavam a viatura. Também tivemos uma atuação junto a essa comunidade, ouvindo a comunidade e apoiando a Funai nesse trabalho.

Agora recentemente fizemos uma viagem de 10.200 km pelo interior do País, visitamos oito aldeias indígenas cumprindo nosso cronograma de atuação preventiva. E, desses 10.200 km, 1600 km são de estrada sem pavimentação. Então, essa é apenas para ilustrar é a aldeia Piaraçu, fica na terra de Capoto/Jarina, etnia Caiapó. Nós fizemos uma fiscalização com o Ibama junto a pousadas que atuam irregularmente na região, com pesca predatória.

Pode passar.

Na mesma terra indígena, se alguém conhece, é o Cacique Raoni, a aldeia Mentutire que também é da etnia Caiapó.

Pode passar.

Esse é o Parque Indígena do Xingu que fica próximo. Essa etnia Yudjá, os Jurunas e tivemos a grata sorte de passar próximo ao Dia do Índio. Eles estavam em festividade e foi bastante proveitoso enxergar os índios em uma manifestação mais pura da sua cultura.

Pode passar.

Ainda sobre aquele trabalho. A nossa expedição teve por finalidade principal evitar os conflitos que foram decorrentes dessas situações do Kapot Ninore que fica lá no... Nós visitamos essas quatro aldeias próximas inclusive com pernoite nas aldeias colhendo informações. É obvio que também visitamos os fazendeiros, tivemos conversar com os fazendeiros.

Esses aí são alguns trabalhos que estão sendo realizados na terra indígena lanomâmi, combate à extração ilegal de ouro que estão sendo realizados atualmente.

Com relação até ao que foi mencionado na regularização de terras indígenas. Nós temos um trabalho articulado com a Funai, desde o ano 2010, para proceder a desintrusão da terra indígena Apyterewa que fica localizada no Município de São Felix do Xingu no Pará. Viemos trabalhando desde o ano de 2010, mas desde 28 de fevereiro de 2011, instalamos bases operacionais dentro da terra indígena para facilitar o processo de desintrusão. A instalação dessas bases teve por finalidade coibir os ilícitos ambientais, servir de estrutura logística para apoiar a desintrusão e impedir novas invasões da terra indígena.

Pode passar.

Então, em amarelo, é a terra indígena Apyterewa. Em vermelho, um pouco mais abaixo, é a Fazenda Belauto que está na posse do Incra e que é destinada ao reassentamento dos colonos – está sendo desintrusada a terra indígena Apyterewa – que sejam clientes da reforma agrária. No mês de julho, estamos realizando

– essa Fazenda Belauto tem uma pequena invasão – uma reintegração de posse nessa fazenda, no mês de julho, para iniciarmos o reassentamento dessas famílias que estão lá. Temos um efetivo de cinquenta policiais cuidando dessa questão, entre policiais federais e da Força Nacional de Segurança Pública.

Pode passar.

Uma foto da aldeia Apyterewa, das crianças. É uma reunião com os colonos porque também temos que fazer um processo democrático e ouvir todas as partes. Essa é uma audiência que houve lá no ano de 2010.

Esse é um acampamento que os nossos policiais ficaram durante três meses, enquanto nós montávamos uma base dentro a terra indígena. Eu fiquei em torno de quarenta dias nesse acampamento aí.

Pode passar.

Os acessos dentro da terra indígena só para ilustrar a dificuldade que é a realização desse trabalho.

Pode passar.

Essa é uma das bases que temos lá. A outra base que temos, um local muito bonito. Essa base tem capacidade para 32 pessoas, com escritório, cozinha industrial, banheiros. Ela está sendo custeada pela Norte Energia porque Apyterewa é uma condicionante da licença ambiental da Belo Monte.

Fruto de nossas ações preventivas, temos realizado algumas operações também. Então, essa foi realizada no ano de 2010 e visou combater um garimpo ilegal dentro da terra indígena Caiapó. O garimpo tinha 5 km de extensão e causava uma grave degradação ambiental inclusive a contaminação pelo mercúrio está afetando de forma bastante acentuada as comunidades indígenas.

Pode passar.

Esse é o garimpo e essas marcações são só os focos principais e acampamentos. Havia em torno de 500 pessoas dentro desse garimpo. O acesso é dado exclusivamente por via aérea. Há algumas fotos. Essa é uma foto de julho de 2010.

Pode passar para o próximo.

O mesmo local em outubro de 2010 só para exemplificar como é a degradação ambiental. Essas queimadas são feitas para abrir novas cavas de garimpo. Então, eles desmatam, queimam para abrir novas cavas de garimpo.

Pode passar.

Fotos lá de dentro. Essa é uma cava daquelas.

Pode passar o próximo.

A questão de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Nós temos consciência, temos conhecimento da gravidade da situação do Mato Grosso do sul. Realmente, é uma situação bastante singular porque temos a segunda maior população indígena do País que só

perde para o Estado do Amazonas com terras indígenas bastante diminutas que causam confinamento territorial das comunidades indígenas e, aliado a isso, que vai contra os costumes dessas tradições, especialmente a etnia Guarani, aliando-se ao fato do processo demarcatório que está vivendo na região, atualmente que causa uma grande instabilidade social principalmente no Cone Sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

No ano passado, nós realizamos uma operação principalmente na reserva indígena de Dourados em que há uma média de homicídios de quatro vezes a média nacional. Isso era causado principalmente pela ausência do poder público porque ocorriam os crimes lá dentro, os índios prendiam os infratores, tinham que levar para fora da terra indígena senão a polícia não atuava. Então, tínhamos um campo fértil para a proliferação de crimes. Então, imaginem treze a catorze mil índios morando num bairro de uma cidade – que pode ser assim considerado – sem qualquer tipo de policiamento lá dentro principalmente preventivo e ostensivo. Então, é um campo para proliferação do tráfico de drogas e outros delitos. E também é uma situação grave porque ela não é tanto questão de polícia, mas favorece muito o alcoolismo. Existem comunidades indígenas que é um dos maiores fatores de suicídios que temos hoje.

Pode passar.

Esse é um acampamento da terra indígena. Essas são umas fotos da atuação dessa operação que nós atuamos centralizadamente na reserva de Dourados, mas também com grupos móveis que percorreram dezenas de acampamentos e outras áreas indígenas colhendo informações e procedendo às questões de polícia judiciária quando necessário.

Pode passar.

Eu queria só pedir licença para passar um pequeno vídeo que é decorrência de uma semana de trabalho lá só para mostrar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTONIO CARLOS MORIEL SANCHEZ

– Em quatro meses houve uma redução de 75% nos homicídios lá dentro da reserva de Dourados e, coincidentemente, redução de 60% nos atendimentos hospitalares, como conclusão da operação.

É óbvio que o trabalho, o papel da polícia, principalmente no caso de Mato Grosso do Sul, ele não é o principal, porque nós temos ali uma série de questões, talvez à polícia fosse uma das últimas.

Nós temos as questões étnicas e de desenvolvimento, temos a questão dos direitos sociais, a questão da educação, da saúde e de lazer.

Estive lá por vários dias e tive a oportunidade de presenciar vários trabalhos comunitários que são feitos, inclusive por voluntários, principalmente voltados para o lazer e para o esporte. Nós temos escolhinhas de futebol que as pessoas vão lá, até as crianças que estão praticando esporte. Elas não se envolviam em nenhum tipo de atividade que não fosse a escolar ou de esporte.

É uma questão bastante importante.

A polícia, infelizmente, atua contra o crime e, então, ela não tem às vezes a função de evitar uma ocorrência. Como, por exemplo, o que ocorre lá no Mato Grosso do Sul, onde nós, como já falei, temos uma série de fatores que propiciam a ocorrência de crimes dentro e contra as comunidades indígenas.

A questão do racismo também é uma questão muito emblemática lá. As comunidades têm poucas opções de trabalho, as terras são pequenas e elas não têm como tirar o seu sustento das terras e elas ficam em uma encruzilhada.

Eu aproveitando a questão do Mato Grosso do Sul, quero apenas falar sobre o que o colega falou da questão levantada lá.

Primeiro em relação ao caso Nísio Gomes.

Nós temos uma equipe destacada desde o final do ano passado, desde que ocorreu o delito e está atuando exclusivamente nessa questão. Nós, inclusive, realizamos ações em cooperação com a Polícia Paraguaia e, por conta da proximidade, podemos ter alguma consequência ou envolvimento de pessoas do Paraguai. Nós estamos envidando todos os esforços e esse caso do Nísio, tornou-se uma questão de honra para o Estado do Mato Grosso do Sul e para a Polícia Federal como um todo.

Nós temos colocado todo o aparato na elucidação desse caso. Tudo que está sendo possível fazer nós estamos fazendo. Infelizmente, nós ainda não conseguimos elucidá-lo de forma completa.

O inquérito corre em segredo de justiça e eu não posso divulgar informações, mas só deixar isso aqui consignado, de que a Polícia Federal está se empenhando ao máximo e colocando todo o seu aparato, as perícias, para a elucidação desse caso. Não só desse caso, mas de outros também. Esse caso é especial, nós criamos uma equipe que trabalha exclusivamente com esse caso.

Então, é um delegado, um escrivão e agentes da Polícia Federal tratando só desse caso.

Inclusive essa questão do Nísio tem uma decorência de entendimento com o Ministério Público Federal. Temos um efetivo da Força Nacional de Segurança Pública, em Paranhos, que tem a responsabilidade de atuar no Acampamento de Ipoí e de Guaivirí, fazendo

o policiamento ostensivo e preventivo nessas áreas, exatamente para evitar o cometimento de novos delitos nessas áreas. Só quero frisar que, em relação ao homicídio do Nísio, nós não tivemos a conclusão, mas, em relação aos outros delitos de lesão corporal, às outras ações delituosas, informo que já foram devidamente apuradas e já tivemos várias pessoas indiciadas por essas questões. Só o homicídio do Nísio que ainda não conseguimos ainda embora estejamos nos esforçando, esclarecer; não conseguimos alcançar êxito na sua apuração.

Lá, na região Norte, acerca da questão do vale do Javari, estamos iniciando um trabalho – não tanto na região do Javari, mas em Tabatinga – com os índios ticunas, que sofrem um problema semelhante ao que ocorre no Mato Grosso do Sul, de violência dentro das áreas indígenas, disseminação de alcoolismo entre os indígenas. Estamos iniciando um trabalho preventivo dentro daquelas áreas da região de Tabatinga, que abrange, se não me falha a memória, oito terras indígenas, ali, em Benjamin Constant e, como disse, Tabatinga.

Finalizando a parte do Mato Grosso do Sul, no início deste ano, foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o Ministério da Justiça para a realização desse policiamento nas áreas indígenas, como forma de prevenção de ilícitos. Esse acordo de cooperação técnica foi publicado em março de 2012 e se encontra em vigor. Estamos aguardando a avaliação do Estado do Mato Grosso do Sul acerca do plano de trabalho, que foi entregue no mês de fevereiro ao Governo do Mato Grosso do Sul.

Próximo, por favor.

Aqui temos apenas algumas fotos de alguns indígenas.

Finalizando, eu gostaria apenas de frisar a questão da atribuição da Polícia Federal na questão indígena, principalmente nos delitos.

Como órgão do Governo Federal, atrelado ao que é a nossa atribuição segundo a Constituição Federal, atuamos quando há interesse coletivo da comunidade indígena como um todo. Quando há conflitos individuais – temos, inclusive a Súmula nº 140, do STJ, que trata desse assunto – a atribuição para apuração seria da Justiça estadual. Mesmo havendo esse entendimento da nossa Corregedoria, temos realizado operações como essa no Estado do Mato Grosso do Sul. Noventa por cento das ocorrências que atendemos eram ligadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à Lei Maria da Penha, ou seja, delitos que não seriam atribuições nossa, mas, mesmo assim, atuamos nessas situações, cumprindo um outro papel nosso que é

exatamente o de preservação da ordem, da harmonia e principalmente da vida dos indígenas.

Temos participado, juntamente com a Funai, da definição de estratégia de atuação. Temos participado desse processo desde o início não somente quando diz respeito à atuação policial, mas também em questões étnicas e de desenvolvimento, como mencionei anteriormente. Temos que atuar em todos os campos de forma conjunta. Não adianta atuarmos de forma repressiva a algum tipo de delito se não tivermos, junto, a atuação do campo social para evitar que esse delito volte a ocorrer.

Eu também faço parte – sou substituto – da Divisão de Assuntos Sociais e Políticos e integro a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, cujo presidente é o Desembargador Gercino, aqui presente.

Nessa qualidade e também cumprindo nossas funções, também temos atuado nos conflitos agrários. A atribuição era um pouco diferente porque, se não estiver evidenciada a questão do conflito agrário, que arrasta essa competência para a Justiça Federal, essa atribuição é da Justiça estadual, e, em consequência, das polícias civis. Em alguns casos, temos atuado nessa área por determinação do Ministro da Justiça, como foi o caso do Pará e de Rondônia. Nesses casos, também temos envidado todos os esforços possíveis para sua elucidação.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para perguntas posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o Delegado da Polícia Federal, chefe do Serviço de Repressão aos Crimes contra as Comunidades Indígenas, Dr. Antonio Carlos Moriel Sanchez, que aqui fez uma radiografia da atuação da Polícia Federal. Ele enfatizou, com muita convicção, que a Polícia Federal é o último passo. É preciso que as questões no campo da saúde, no campo da educação, no campo fundiário sejam adotadas para que a Polícia Federal só intervenha quando for chamada para uma solução de evitar o conflito. Foi muito boa sua exposição, mostrando que fizemos muito, mas que temos muito por fazer.

Passamos agora ao Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Sr. Gercino José Filho.

O SR. GERCINO JOSÉ FILHO – Bom dia a todos. Vamos falar inicialmente sobre as causas de violência no campo, o que precisa ser feito para diminuí-la e quais as medidas que estão sendo executadas no momento pelo Governo Federal também para diminuir o número de homicídios no campo, principalmente daqueles decorrentes de conflitos agrários. Então, de acordo com os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, as causas

principais de violência – existem outras causas – são, primeiramente, a grilagem de terras públicas.

Isso evidencia, e muito, a situação do sul do Estado do Amazonas, em que existem muitas terras públicas griladas, principalmente por fazendeiros do Estado de Rondônia e do Estado do Acre haja vista que, como todos sabem, o sul do Amazonas fica na divisa com o Estado de Rondônia e com o Estado do Acre. Então, essa grilagem de terras públicas, principalmente no sul do Estado do Amazonas, vem aumentando tanto no número dos conflitos agrários quanto na violência no campo.

De acordo com os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, nos últimos dez anos, no sul do Amazonas, houve dez homicídios de trabalhadores rurais que pleiteiam reforma agrária seja nos assentamentos, seja pela regularização de terras quilombolas, seja a própria regularização através do Terra Legal ou ainda no que se refere às terras indígenas. Outra causa, também de acordo com os documentos da Ouvidoria Agrária Nacional, de violência no campo são os despejos sem ordem judicial. Por incrível que pareça, isso ainda acontece. Alguns fazendeiros fazem despejos sem buscar a prestação da tutela jurisdicional. Isso, evidentemente, causa violência, porque o trabalhador rural que está ocupando aquela área, evidentemente, não concorda, e nem pode concordar, que seja despejado de uma área que está ocupando sem a tutela do Poder Judiciário. Outra causa de violência no campo é a impunidade. E isso é muito sério porque as pessoas que cometem a violência no campo, confiando na impunidade, praticam outros crimes, outros assassinatos. Isso é muito ruim, porque os dados da Ouvidoria Agrária Nacional apontam, principalmente no Estado do Pará, no Estado de Rondônia e no Estado de Mato Grosso, um grande número de inquéritos policiais e alguns processos judiciais em tramitação, que dificilmente chegam à autoria das pessoas que praticaram os delitos na zona rural. Repito: principalmente aqueles que são decorrentes de conflitos agrários. Então, é mais uma causa de violência no campo.

Outra causa de violência no campo é a extração ilegal de madeira. Isso está comprovado. Por exemplo, há o caso da morte do casal no Município de Nova Ipixuna, na região sudeste do Estado do Pará no projeto de assentamento Praia Alta. O casal lutava principalmente contra a extração ilegal de madeira no projeto de assentamento Praia Alta e também contra a ocupação irregular. Isso os levou à morte. Essa extração ilegal também já provocou várias mortes no sul do Estado do Amazonas. Com referência ao sul do Amazonas, antes que eu me esqueça, quero dizer que a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo esteve

recentemente no sul do Amazonas, mais propriamente na cidade de Lábrea, onde fizemos audiência pública. Fizemos vários encaminhamentos às autoridades competentes, principalmente ao Ibama, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e uma ação concreta para diminuir a violência no campo. Foi uma parceria entre a Ouvidoria Agrária Nacional, Polícia Militar e Polícia Civil no sentido de que sejam encaminhados, com urgência, policiais militares e policiais civis para garantir a segurança pública na região sul do Estado do Amazonas e apurar os casos que já aconteceram. Esses policiais deverão chegar brevemente lá na região sul conforme foi acertado com o Comandante do policiamento do interior do Estado do Amazonas, Coronel Frota, e também com o Chefe do GGI, Delegado Frederico, sendo que, para facilitar a atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil, a Ouvidoria Agrária Nacional está pagando as diárias desses policiais, contribuindo, dessa forma, o Governo Federal na realização da segurança pública e da integridade física dos trabalhadores rurais.

Outra causa de violência no campo é a reconcentração de lotes em projetos do Incra. De acordo com os dados existentes na Ouvidoria Agrária Nacional, existem muitos e muitos lotes irregularmente ocupados em projetos de assentamento do Incra, e isso provoca violência no campo, porque os assentados, com razão, não concordam com essa ocupação irregular, ilegal, e, às vezes, quando o Incra demora na atuação, eles agem por conta própria. Ultimamente, o Incra está com um processo de fazer uma grande retomada, principalmente na região de Marabá, para recuperar aproximadamente dez mil lotes que estão nas mãos de pessoas que não têm o perfil da reforma agrária em todo o Estado do Pará e destinar esses lotes para quem efetivamente preenche os requisitos da legislação agrária.

Outra causa de violência no campo é a existência de armas de fogo. Essa arma de fogo está presente em todas as áreas. Toda vez que a Ouvidoria Agrária Nacional pede uma busca e apreensão seja nas fazendas, seja nos acampamentos, seja nos assentamentos, a Polícia Federal, a Polícia Civil ou a Polícia Militar encontra uma grande quantidade de armas de fogo nesses imóveis, com os fazendeiros, com os assentados e com os acampados.

Outra causa de violência no campo é a presença de pistoleiros. Isso também está comprovado, segundo dados da Ouvidoria Agrária Nacional. Cito como exemplo o último caso que aconteceu no Município de Eldorado dos Carajás, envolvendo pessoas contratadas pela empresa de segurança Atalaia, contratada pela Santa Bárbara. São pessoas que se dizem vigilantes e

que os trabalhadores sem terra chamam de pistoleiros. Quando esses trabalhadores rurais sem terra, ligados ao MST, faziam uma mobilização em frente à Fazenda Cedro, mobilização decorrente da Rio+20, os vigilantes atiraram contra os trabalhadores rurais sem terra, que estavam desarmados. Atingiram doze pessoas. A sorte é que atiraram de longe e com armas de fogo de chumbeiras, que provocaram ferimentos, mas não mataram nenhuma pessoa. Mas, se tivessem atirado com armas potentes e mais de perto, poderíamos ter uma repetição de Eldorado dos Carajás.

Outra causa de violência no campo é a ocupação de terras públicas. Essa ocupação é diferente, não é aquela que ocorre dentro do projeto de assentamento. É aquela em que a pessoa ocupa uma área pública, seja área pública federal, seja estadual. Isso também é motivo de violência no campo porque coloca em posições antagônicas aquele grileiro de terra pública e a pessoa que busca a incorporação desses imóveis grilados ao Programa Nacional de Reforma Agrária, seja em assentamento, seja em território quilombola, seja em território indígena, seja na forma de regularização através do Programa Terra Legal.

Vou falar agora das medidas que precisam ser adotadas para combater a violência no campo. Também de acordo com os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, urge, para diminuir a violência no campo e o número de conflitos agrários, que o Programa Terra Legal agilize a regularização de terras públicas federais haja vista que essa não regularização provoca a ocupação irregular, fazendo voltar àquela situação antagônica que acabei de falar: fazendeiros ou não fazendeiros ocupando grandes áreas de terras públicas enquanto trabalhadores rurais pleiteiam a incorporação dessas áreas ao Programa Nacional de reforma Agrária, provocando, conseqüentemente, violência no campo.

Outra coisa que precisa ser feita para diminuir a violência no campo são os mutirões para julgar os processos criminais e também mutirões para agilizar o andamento dos inquéritos policiais. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, de acordo com os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, no Estado do Pará, existem aproximadamente 180 inquéritos policiais e processos em tramitação, que o precisam ser julgados ou, no caso dos inquéritos, precisam ser finalizados possibilitando, assim, a prestação da tutela jurisdicional e a responsabilização das pessoas que praticaram assassinatos na zona rural, acabando, em consequência, com a sensação da impunidade que impera no seio da sociedade. Essa situação do Pará se repete também no Estado de Rondônia, onde temos, aproximadamente, setenta inquéritos e processos em tramitação, que precisam ser finalizados. A mesma coisa ocorre no Estado de

Mato Grosso, onde temos aproximadamente quarenta inquéritos e processos em tramitação, que precisam ser julgados.

Outra situação que diminuiria a violência no campo é a fiscalização do Ibama para acabar com a extração ilegal de madeira. Vários conflitos agrários e algumas mortes e assassinatos têm como motivação a extração ilegal de madeira. Então, urge, é necessário que o Ibama intensifique essa fiscalização para diminuir e até, se possível, acabar com a extração ilegal de madeira.

Outra providência necessária é a retomada de lotes irregularmente ocupados em projetos do Incra, porque, como eu disse anteriormente, essa ocupação irregular provoca violência, e o Incra está tomando providência. Como eu disse, só no Estado do Pará, existem aproximadamente dez mil lotes ocupados irregularmente, mas o Incra está agora tomando essas providências.

Um caso concreto foi no projeto de assentamento Praia Alta, no Município de Ipixuna, onde aconteceu o assassinato do casal ambientalista. O Incra interveio e já recuperou todos os lotes irregularmente ocupados nesse projeto de assentamento Praia Alta, o que, evidentemente, vai contribuir para diminuir a violência no local e o número de conflitos agrários.

A outra proposta, outra medida que precisa ser feita é a retomada de áreas públicas irregularmente ocupadas. Disso já falei. Então, essas são as medidas que precisam ser adotadas.

Vamos ver agora o que o Governo Federal tem feito para diminuir a violência no campo e o número de assassinatos.

A Ouvidoria Agrária Nacional elaborou o manual de diretrizes nacionais para execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse coletiva. Esse manual foi aprovado pelos representantes das Polícias Militares, aqui, em uma reunião em Brasília, na sede da Ouvidoria Agrária Nacional no dia 11 de abril de 2008. E esse plano, Sr. Presidente, vem sendo adotado por todas as Polícias Militares do Brasil, exceto a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, que não concordou e não concorda com sua adoção. Esse plano é fundamental para evitar novas mortes e novos conflitos agrários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Um momento, por favor. Falou em Rio Grande do Sul, e eu já fiquei atento. Pergunto: só o Rio Grande do Sul não aceitou?

O SR. GERCINO JOSÉ FILHO – Só o Rio Grande do Sul não aceitou quando nós o convidamos para participar da reunião. Eles disseram que não iam participar porque não concordam com o plano e não mandaram representante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este ano?

O SR. GERCINO JOSÉ FILHO – Não. Isso foi em 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, está bem! Porque é bom alertar. Agora, como mudou o governo, vamos trabalhar com o Governador Tarso Genro para que haja essa integração, já que é um plano que vai no combate à violência, ao assassinato do nosso povo.

O SR. GERCINO JOSÉ FILHO – Se a Brigada Militar do Rio Grande do Sul adotar esse plano, vai ser muito importante. Porque, inclusive, o senhor sabe muito bem, foi o único Estado que teve um homicídio decorrente de cumprimento de mandado de reintegração de posse depois de Eldorado dos Carajás, que foi aquele homicídio lá em São Gabriel, ocorrido durante o cumprimento do mandado de reintegração de posse.

Esse plano, Sr. Presidente, prevê várias medidas que precisam ser adotadas pelo Governo Federal, pelo Executivo Federal e pelos Executivos Estaduais para a execução do mandado judicial. Hoje acabou aquela história de que o mandado judicial tem que ser cumprido imediatamente e de qualquer jeito. Hoje é pacífico o entendimento de que cabe ao Poder Judiciário o cumprimento das ordens judiciais possessórias. Mas cabe ao Executivo Federal e Estadual disponibilizar as condições de execução desse plano. E esse manual assegura os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais sem terra, quando são requeridos; dos indígenas, quando são requeridos. Ou seja, de qualquer requerido, desde que seja uma reintegração de posse coletiva. E como a polícia militar adota esse manual, todo mandado que ela recebe ela comunica à Ouvidoria Agrária Nacional e nós, então, fazemos os contatos, tomamos as medidas necessárias para o cumprimento da ordem, porém com respeito aos direitos fundamentais, ressaltando que a polícia federal também adota o mesmo procedimento. Está aqui o Delegado Moriel, que é inclusive membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que é presidida por nós. A polícia federal, da mesma forma, quando recebe os mandados judiciais de reintegração de posse coletiva, faz a comunicação à Ouvidoria Agrária Nacional e nós tomamos as medidas necessárias.

Outra proposta em execução pelo Governo Federal é a atuação da Operação Defesa da Vida nos conflitos agrários emblemáticos. É uma determinação da própria Presidenta da República no sentido de disponibilizar todos os órgãos federais para, principalmente, fazer a preservação da vida.

A outra medida em execução, Sr. Presidente, é o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo.

Nesse plano são quinze ações, mas as principais são aquelas da especialização dos órgãos agrários.

Então, desde quando nós começamos a executar esse Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, doze Estados progrediram nessa área da especialização dos órgãos agrários. Hoje nós temos doze Estados que têm varas agrárias federais, vara agrárias estaduais, promotorias de Justiça agrárias, delegacias de polícia agrária, polícia militar agrária, defensoria pública agrária, e isso é fundamental para diminuir a violência no campo.

Para o senhor ter uma ideia, onde existem esses órgãos especializados, o requerente da ação possessória só terá a liminar deferida se ele comprovar que a sua área cumpre a função social prevista na Constituição Federal nos seus quatro itens. Ou seja, tem que ser produtiva, não pode provocar violência, não pode haver degradação ambiental e tem que haver respeito social. Se não preencher todos esses requisitos, o juiz indefere a liminar e o requerente não terá o direito de despejar os trabalhadores rurais. Então, essa especialização é fundamental.

A outra proposta que infelizmente está ainda muito no nascedouro, é a criação dos fóruns agrários, que é a reunião no mesmo prédio de todos esses órgãos agrários. E o único Estado que fez essa reunião foi Alagoas, onde existe o fórum agrário.

Essas são as medidas que o Governo Federal adota no momento.

Vou apresentar rapidamente, Sr. Presidente, a relação dos homicídios decorrentes de conflitos agrários, em todo o Brasil.

De acordo com este gráfico que os senhores podem ver, os homicídios decorrentes de conflitos agrários – não estou falando de todo homicídio que aconteceu no campo, mas daqueles que têm motivação agrária – diminuíram, e diminuíram muito. Para os senhores terem uma ideia, em 2003, houve 42 homicídios de trabalhadores rurais sem terra, com motivação agrária, em todo o Brasil. Vem diminuindo, diminuindo e, agora, em 2011, houve 12 homicídios, em todo o Brasil, com motivação agrária. E no ano de 2012, até o momento, nós temos três homicídios decorrentes de conflitos agrários. Então, é a demonstração clara e inequívoca de que essa especialização, esse conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal vem surtindo efeito.

O próximo gráfico, Sr. Presidente, aponta os Estados mais violentos no Brasil, onde nós temos crimes decorrentes de conflitos agrários: o Estado do Pará, onde houve 64 homicídios desde 2001; o segundo Estado é Rondônia, com 29 homicídios; e o terceiro Estado, Mato Grosso, com 20 homicídios. Então, são

os Estados mais violentos e que merecem muita atenção de todos nós.

Sr. Presidente, essas são as informações que temos a apresentar ao senhor e aos demais Senadores e a todos aqui presentes, na qualidade de ouvidor agrário nacional, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que é essa comissão criada pelo Governo Federal através dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o Dr. Gercino José Filho, Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e ouvidor agrário do Governo, vinculado a diversos órgãos.

É muito bom ter o senhor aqui conosco apresentando esse relato. O pior de tudo é quando convidamos os representantes de órgãos e eles acabam não vindo. Parece-me que a Funai, mais uma vez, não veio. Até me disseram que estaria vindo, mas não veio. A Funai, toda vez em que há esse tipo de audiência pública, esse debate com a sociedade organizada, não se faz presente e ninguém entende por quê.

Aqui a Funai teria um fórum privilegiado para mostrar o que está fazendo, o que fez e o que não fez, as dificuldades, mas, mais uma vez, Senador Capiberibe, ela não se faz presente. E o tema aqui está voltado, eu diria, quase que principalmente, essa questão dos conflitos no campo, na área rural, aos povos indígenas, não somente, mas também. E a Funai, mais uma vez, não se fez presente.

Alguém me disse que a Funai estaria vindo, mas depois não confirmou.

A Funasa está vindo, mas a Funai não justificou, não mandou representante nem, pelo menos, mandou algum documento dizendo que estaria à disposição.

Bem, terminamos a primeira Mesa e vamos agora, a não ser que o Senador Capiberibe tenha alguma colocação a fazer, passar para a segunda Mesa.

Vou anunciar a segunda Mesa: Aílson Silveira Machado, Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Presidência da República; Carlos Pankararu, Presidente da Associação de mesmo nome; Rosane Mattos, membro da Comissão de Articulação dos Povos Indígenas; Arajú Sepeti, etnia guarani, representando a Central da União dos Índios e Aldeias. Ainda teremos, provavelmente, que dizem que está vindo, Luiz Carlos Marchão, auditor-chefe da Funasa, e teremos também a participação da Deputada Janete Capiberibe.

O SR. LUIZ CARLOS MARCHÃO – Sr. Presidente, é apenas para registrar a presença do Luiz Carlos Marchão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está presente. Seja bem-vindo, Luiz Carlos Marchão, auditor-chefe da Funasa. Meus cumprimentos e esta salva de palmas é para ver se a Funai segue o seu exemplo. *(Palmas.)*

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, depois de ouvir os expositores, eu gostaria de levantar uma questão, porque logo após vamos ouvir as lideranças indígenas.

Os conflitos nas áreas indígenas foram bastante caracterizados e também os conflitos no campo, inclusive com alguns encaminhamentos que nós faremos contar em relatórios e que vamos encaminhar não só a quem de direito na União Federal, mas também nos Estados. Parece-me que é necessário implicar os Estados nesta questão.

Um dos fatores que me parece decisivo para a violência no campo é a falta de uma reforma agrária mais efetiva. O Brasil é um país que resiste à reforma agrária. O Brasil, na América Latina, é o único país que não viveu um processo de reforma agrária até os dias de hoje. Há uma tentativa, mas ainda é muito lenta e que termina provocando essas centenas de acampamento, não só entre os trabalhadores rurais sem terra, mas também sobre os povos indígenas.

O processo de ocupação das terras indígenas foi secular e também das terras quilombolas. E para recuperar esse direito é uma luta intensa que termina levando à violência e à resistência.

Nós tivemos o caso da Bahia agora, no Supremo Tribunal Federal. Um processo que se iniciou em 1982 e que só agora teve o desfecho final, com a desocupação por parte dos fazendeiros que ocuparam as terras indígenas naquele Estado. Então, quando se trata das populações mais vulneráveis, há sempre um atraso muito grande. Esse me parece um ponto que a gente precisa caracterizar.

A ausência de reforma agrária é o ponto fundamental, a causa fundamental da violência no campo. Na verdade, aproveito a presença do Delegado Moriel aqui. Eu já estive conversando com alguns delegados da polícia federal e soube que essas ações da polícia federal são esporádicas nas áreas indígenas – não é isso? Nós temos áreas espalhadas no Brasil todo. Não seria o caso – eu até conversei particularmente aqui com o Delegado Moriel – de se criar uma polícia comunitária indígena vinculada à polícia federal? Assim, nós teríamos a presença permanente do Estado Federal nas áreas indígenas, num trabalho integrado.

Até porque a minha preocupação também está voltada para as nossas fronteiras. As nossas fronteiras são muito isoladas. Nós temos milhares de quilômetros de fronteiras com os países vizinhos, desde os países do platô da Guiana, passando pela Venezuela, Colômbia, Bolívia, que precisam efetivamente de uma presença maior do Estado brasileiro.

Talvez nós comecemos a discutir essa possibilidade e parece-me que já há algumas experiências de polícia comunitária. A meu ver, seria uma polícia muito integrada à Polícia Federal, com estatuto que seria definir um processo de discussão, talvez mais à frente, chamar mais gente para debater essa questão sobre a necessidade de uma polícia comunitária capaz de fazer a ponte permanente com a Polícia Federal. Talvez fosse importante ouvir o Delegado para saber um pouco da opinião dele nesse sentido.

O que o senhor acha, Sr. Presidente? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor coordena junto comigo esta Mesa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vamos ouvir o Delegado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tanto faz perguntar agora como na segunda Mesa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado pela deferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MORIEL SANCHEZ – Senador, nós temos um projeto piloto no Estado do Mato Grosso do Sul, de policiamento comunitário nas áreas indígenas, inicialmente na região de Dourados.

Na verdade, o policiamento, a função de segurança pública é uma função que pertence ao Estado, o Estado não pode delegar essa função. O policiamento comunitário tem como princípio uma aproximação dos órgãos policiais às comunidades.

No caso, por exemplo, do Mato Grosso do Sul, que é o projeto piloto, a Polícia Militar, a Polícia Federal, dentro das suas atribuições também, atuaria em conjunto com um conselho indígena, que seria o responsável por fazer essa aproximação. Os índios, conhecedores do seu território, da sua área, da sua terra, serviriam como um elo para mostrar e indicar as áreas que são mais suscetíveis à ocorrência de delitos e as pessoas que são estranhas àquela comunidade ou que estariam cometendo ilícitos ali.

Então, o policiamento comunitário tem como pressuposto uma aproximação, uma atuação conjunta entre os órgãos policiais e a comunidade. Em todos os Estados, um policiamento fora de comunidade indígena tem sido implementado, tem alcançado muito sucesso. Nós temos então o início desse projeto no Mato do Grosso do Sul, que já tem um acordo de cooperação técnica com o Estado, e já foi apresentado

o plano de trabalho para início da execução porque ele pressupõe capacitação de policiais, com atuação junto à comunidade indígena, que é diferenciada, essa atuação, e meios para a realização desse policiamento comunitário.

Nós estamos também começando um projeto dessa natureza no Estado do Amazonas, na região de Tabatinga. Nós já tivemos umas reuniões preliminares com a Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, com vistas a iniciar esse processo de policiamento comunitário nas áreas indígenas, que, para nós, concordo com o senhor, é uma solução bastante eficaz para essa problemática da violência nas áreas indígenas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador, o senhor fala a hora que quiser, Senador, não precisa nem olhar para mim, pega a palavra e fala.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Estou satisfeito, eu gostaria de pedir ao Delegado que nos mandasse um relatório porque acho que, pelo menos vamos debater isso, vamos discutir essa possibilidade.

A minha ideia de polícia comunitária indígena seria de fato a presença do Estado dentro das áreas indígenas, mas numa relação direta com o sistema de segurança como, no caso, uma relação direta com a Polícia Federal, e com um estatuto claramente definido em lei.

Essas experiências poderão se transformar talvez, um pouco, vamos buscar a experiência dos Estados Unidos, eles têm uma polícia tribal, que age dentro das comunidades indígenas, composta pelos indígenas. E agora quero estudar é a relação dessa polícia com a polícia nacional. Essa relação que, eu acho, precisa ser claramente definida num projeto de lei, junto com Governo e com o Ministério da Justiça, que já tem uma grande experiência nessa área, acumula muita informação, para produzir um projeto consistente, capaz de fazer, de melhorar, digamos, a convivência e a relação das comunidades indígenas com a sociedade envolvente e internamente dentro dessas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe, que é o autor do requerimento que provocou este audiência pública para discutir a violência no campo, sejam os sem-tetos, índios, quilombolas, enfim, todos aqueles envolvidos.

Eu ia convidar agora, não, vou convidar os nossos três painelistas, que retornem à primeira fila, de preferência, e depois vão participar do debate da mesma forma. E convido para a Mesa, para a nossa segunda Mesa, o Dr. Ailson Silveira Machado, coordenador de mediação de conflitos agrários, da Presidência da

República, o Carlos Pankararu, que é Presidente da Associação que leva o mesmo nome, o Aaju Sepeti, etnia guarani, representante central da União de Índios e Aldeias, convidar o Luís Carlos Marchão, auditor chefe da Funasa.

Peço à Assessoria que providencie mais algumas cadeiras.

E também vou convidar a Deputada Janete Capiberibe, para que venha para a Mesa.

Então nesta Mesa teremos cinco convidados em vez de três, o Dr. Ailson, o Sr. Carlos, o Sr. Aaju e a Deputada Janete Capiberibe.

Só peço que se aproxime um pouco mais, Carlos, colocada mais uma cadeira. Já resolvemos.

Por isso é que o Senador que está coordenando os trabalhos com a gente aqui.

Segunda Mesa. Vamos, de imediato, pela ordem que recebi, da Secretaria-Geral dos trabalhos... Não, pode ser, vamos inverter, não tem problema. Vamos para passar para o Carlos Pankararu, Presidente da Associação...

O SR. CARLOS PANKARARU – Associação Pankararu Fonte da Serra e Líder do movimento indígena.

O Sepeti quer falar primeiro? Inicie, inicie você, você iniciando, eu iniciando, dá na mesma. (Risadas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inicia pelo Carlos?

Ele está propondo que você inicie. Então, vamos lá. Vocês que decidem. Para mim, é indiferente.

Então, fala neste momento o Aaju Sepeti, que é da etnia guarani, e representante da Central da União de Índios e Aldeias.

O SR. ARAJU SEPETI – Alô, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como a Mesa foi ampliada e no início eu não estava dando tempo, Carlos, eu vou, Aaju Sepeti, vou dar dez minutos com mais cinco, para que a gente possa depois dar um tempo para o debate.

O SR. ARAJU SEPETI – Bom dia a todos, bom dia o Senador Paulo Paim, o Senador João Capiberibe, a Deputada, que também é indígena, Janete Capiberibe, é um orgulho muito grande dela estar aqui junto com a gente, e o Senador também de origem indígena.

E nós estamos aqui para representar a todos os indígenas do Brasil e toda a população, brancos e negros também. Eu me sinto aqui honrado de estar na Mesa.

Eu vejo muito a violência que tem acontecido com nós indígena, tanto na base, lá nos territórios indígenas e aqui na cidade. Eu fui tremendamente agredido, não só eu como o Carlos Pankararu e outros indígenas que estava com a gente, no STF, Supremo Tribunal Federal,

26 de abril de 2012, lá estava discutindo sobre cotas raciais. Nós não somos cotas raciais, mas nós somos contra a forma da cota como eles colocam.

É uma vergonha muito grande a Funai não estar aqui presente porque ela deveria ser uma forma de nos ajudar, ao contrário, nós não somos contra o Funai, mas o sistema que funciona a Funai, tem muita gente lá que só serve para discriminar.

Nós ficamos acampado, no Acampamento Indígena Revolucionário, 2010, do mês de janeiro até agosto, para que não viesse a acontecer tudo isso que está acontecendo. Um decreto que eles colocaram, 7.056, fechando postos nas aldeias, também as administrações. O índio na Funai não tem direito nem de entrar na Funai, chegando lá, se o índio entrar dez vezes, é dez vezes identificado, se alguém lá em cima autorizar, o índio entra, se não autorizar, não entra.

Então nós não queremos aqui trazer polêmica, mas, sim, soluções. As pessoas que, de fato, deveria ser os nossos representantes eles deviam empenhar mais um pouco e saber de tudo que está acontecendo.

Dezembro de 2009 aconteceu um fato lamentável. A Funai por causa desse Decreto, foi colocado que os indígenas que estavam lá retirassem. E tinha um indígena que morava lá, no estacionamento da Funai, dentro de uma Kombi, mais de três anos, ele veio para tratar de um problema que ele tinha no olho e uma aposentadoria, e a Funai ficava jogando para cima da Funasa, jogando para cima do Governo de Brasília e ninguém resolvia, até um ponto que mandou desocupar, ele foi para a Ceilândia, procurar os amigos que lá ele tinha. E como a gente estamos falando em violência, ele estava bêbado, andando na rua, foi tremendamente assassinado, com requintes de crueldade. Juntando cinco pessoas do sexo masculino e uma mulher, colocou dentro de um porta-mala de um carro, jogaram e mataram na maior covardia.

Nós procuramos a Funai para que a Funai tomasse posição, se a Funasa não fosse lá, ele tinha sido enterrado como indigente ou como não existisse.

Nós, indígena aqui em Brasília porque nós somos reconhecidos mais de sete mil, mas nós somos mais, nós que lutamos para que essas pessoas fossem para a cadeia, conseguimos colocar na cadeia dois, uma pessoa chamada Leidiésio, chamado pezão, e também uma pessoa chamado Átila, conhecido por Thiago. Eles foram para o tribunal de júri e pegaram 16 anos de prisão.

E assim que a Funai não reconhece nenhum índio aqui em Brasília, diz que não tem índio em Brasília. E nós fica triste porque a Constituição é para ser respeitada. A Constituição diz, não diz você negro ou você índico, diz você de origem indígena ou afro-brasileira

tem direito de fazer parte da civilização deste País. Eu sou um civilizado, eu sou de origem indígena. Então tem que respeitar a todos.

E a gente vem aqui a falar para toda a população de Brasília, do Brasil e até fora do Brasil. A violência começa, é como o Senador Capiberibe estava falando, começa nas fronteiras. Os nossos índios da etnia Guarani, nas fronteira de Paraguai, Argentina, Bolívia e Colômbia, eles são vítimas de traficantes, de madeireiros, muitos entram em alguma coisa errada inocentemente. Eles pedem para carregar alguma coisa em troca de mixaria porque quem deveria estar lá protegendo ou pelo menos conscientizando seria esses funcionários da Funai que nos discriminam, e lá eles não estão. Aí eles pegam carregando alguma carga, aí, quando vai ver, é tráfico de droga, que eles não conhecem. O que ocorre? Vai para a cadeia, fica lá jogado como lixo porque nem animal não é tratado assim porque eu conheço animais que vai para curral, e fica lá, é bem tratado.

Mas, da forma que trata o indígena no Brasil, é uma vergonha, é uma tristeza, é lamentável, não respeita o índio na aldeia e não respeita o índio aqui na cidade. A gente estamos aqui para pedir os parlamentares desta Casa, encarecidamente, que vocês tenha mais um pouco de compaixão e um pouco de reconhecimento com as populações e as pessoas indígenas, independe de onde que elas estejam porque nós estamos vulnerável e estamos desprovidos. Somos discriminados, lá na aldeia não respeitam, não respeitam na cidade, diz que já está na cidade, não é mais índio, não respeita a Constituição, não respeita a legislação. Então nós temos aqui a Deputada Janete Capiberibe, que nós falamos, é indígena, Tiririca e Miriquinho, queremos que eles reúnem e faz aqui na Câmara e o Senador Wellington Dias, que é indígena, do Piauí, e o Senador João Capiberibe do Amapá, reúna a todos e faça igual tem no Panamá, que faça que nos Estados Unidos, Canadá e México, uma frente que é representada pelas pessoas de origem indígenas, que eles possam ter mais uma consciência e o coração voltado à causa indígena porque a gente está cansado de ter babás de falar pela gente e nada nos representar, mas essas pessoas que eu citei para vocês, eu creio, sim, que eles podem, sim, nos representarem aqui no Senado e na Câmara.

E todos que aqui estão façam por favor, não deixa o que está acontecendo, eles estão querendo fazer mineração em terra indígena, já está tendo invasão de garimpeiros, de traficantes, de pessoas que tira madeiras e criador de gado.

A criança indígena no Brasil tem menos valor do que uma saca de soja, a mulher indígena tem menos

valor do que um metro de madeira. Então a gente tem que acordar enquanto é tempo porque a Rio+20, no modo de nós indígenas ver, foi uma vergonha porque eles não chegaram um ponto fundamental, não respeitando a forma dos povos originários, os nativos de cada continente. Que nós conhecemos de tudo, aonde nós nascemos e criamos.

A floresta, é bom ser protegida porque eles fizeram o Código Florestal, mas o certo seria código ambiental, para proteger os rios, nascentes, florestas e tudo que ali encontra, a fauna e a flora. A preocupação, igual muitos falaram aqui, tem bancada ruralista, bancada de todos os segmentos, mas cadê a bancada indígena? Essas pessoas que eu falei formam uma bancada indígena para que a gente possa ter voz e eles falarem também porque senão fica nessa forma.

Foi uma alegria tão grande, sempre fico feliz quando tem audiência pública aqui voltada à causa humana, mas essa aqui eu estou muito emocionado porque nunca fui bem tratado e nós indígenas tão bem tratado como estamos sendo agora. E eu espero que esse respeito mútuo, que nós têm tido com toda a população, respeitamos a todos, e também que igual que vocês estão respeitando a gente aqui nessa Casa.

O Senador Paim, é um imenso prazer estar ao lado do senhor, o Senador João Capiberibe, parabéns para o senhor, é um prazer muito grande pela iniciativa, Deputada Janete Capiberibe, nossa guerreira, continua nessa luta, que nós, populações indígenas, pessoas indígenas, estamos do lado da senhora. Que naquilo que nós conversamos, a senhora sabe muito bem, a Constituição e a legislação é bem clara, nós não vamos aceitar ninguém discriminar ninguém porque se a Funai tiver aqui para nos representar, beleza, se não tá, não venha nos discriminar.

A legislação diz, não é porque você usa roupa, tem tecnologia e fala o português que deixa de ser indígena. Então como eles falam muito em raça negra, raça branca, nós somos raça indígena, nós temos origem, nós temos uma forma de onde nós viemos. Então por tudo, eu quero pedir para vocês e clamar, que nós queremos uma pátria livre, livre do preconceito, livre do racismo porque o art. 5º da Constituição é bem clara, é voltada para toda pessoa brasileira, não importa se seja negro, índio ou branco, mas não está sendo usado dessa forma. O art. 5º não está sendo respeitado.

E quero que todos aqui que estejam, parabéns a vocês que esteve aqui na primeira Mesa, gostei muito da fala de vocês, foi bem voltada naquele assunto que seria preciso. Porque eu não tô aqui para levantar bandeira de partido nenhum, mas esse Governo ele tem que abrir os olhos porque não podemos aceitar a forma dessa política que está voltada à política indígena.

Nós estamos aqui com um projeto da CNDI, que chama-se Conselho Nacional de Direitos Indígenas porque eles estão querendo colocar uma CNPI, CNPI não nos representa porque é Conselho Nacional de Políticas Indigenista, nós estamos cansados de indigenistas, nós queremos uma coisa voltada aos direitos indígenas. O maior homem branco que defendeu os indígenas, Orlando Villas Boas, ele não foi chamado de indigenista, era sertanista ou pessoa defensor da causa indígena.

Então eu clamo aos Senadores que aqui estão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ARAJU SEPETI – Só resumindo aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vá lá, tranquilo.

O SR. ARAJU SEPETI – O projeto está na mão do Senador Cristovam Buarque, que é um homem muito respeitado em Brasília, e que vocês apóiam ele, e para que passe a CNDI, Conselho Nacional de Direitos Indígenas.

Em nome de Tupã agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (Palmas) Esse foi o Araju Sepeti, de etnia guarani, representante da Central da União de Índios e Aldeias.

Agora vamos para o Carlos Pankararu, Presidente desta Associação,

O SR. CARLOS PANKARARU – Associação Pankararu Fonte da Serra e Líder fundador do movimento que o Sepeti falou, Movimento Indígena Revolucionário, o qual ficamos acampados aqui em Brasília e é um movimento criado por lideranças de várias partes do Brasil, acho que muitos aqui tiveram conhecimento, ficamos mais de sete meses acampados em frente ao Congresso Nacional e Ministério da Justiça. Por nossa culpa, até as árvores que tinham de frente do Ministério da Justiça perderam a vida, cortaram, se cortaram as árvores que estavam de frente ao Congresso Nacional e Ministério da Justiça e não houve punição, não fizeram nada, imaginem nossas florestas, nossas caatingas, nossos cerrados.

Um bom dia para todos, para os nossos parlamentares que aqui se encontra, nossa Deputada Janete Capiberibe, nosso Senador João Capiberibe, e todos que aqui se encontram, Senador Paulo Paim e todos.

Meu nome é Carlos Pankararu, sou um líder do Movimento Indígena Revolucionário, sou Presidente da Associação Pankararu Fonte da Serra, da minha aldeia Pankararu, aldeia Brejo dos Padres, em Pankararu, no Estado de Pernambuco.

Tenho viajado várias partes do Brasil, tive até no Mato Grosso do Sul, quando o nobre Delegado teve mostrando a filmagem e tudo, tenho conhecimento daquilo ali que ele mostrou, aliás, da história, não da filmagem que ele fez, mas da história e tudo que tá lá porque eu tive lá. Esses dias tive também em Manaus, estive em Mato Grosso, hoje, provavelmente, eu viajo para Roraima.

O que eu venho falar e buscar, quero sair daqui atendido, onde se haja, onde seja ouvido e não fique simplesmente na mente das pessoas ou arquivado numa fita que depois vá para uma gaveta e não tenha resultado. Eu quero que seja coisas que aqui seja tratado, ouvido, documentado e tocado para frente porque ultimamente o que a gente tem visto, quando uma liderança chega a lutar pelos seus direito, pelo direito do seu povo, eles não são, não vê se progredir, não vê andar.

Aquilo que o Governo diz: olha, nós queremos que seja feito lei assim, assim, em dois, três mês se passa do Senado, vai para a Câmara dos Deputados, se aprova e vai para a Constituição e acaba, e assim vai daí por diante; se começar por lá, também passa lá, vem aqui para o Senado Federal, se aprova tudo, vai para a Constituição e a coisa anda. Mas quando se trata de índio, a coisa sempre é travada. Isso desde o início do Brasil, da Coroa portuguesa até hoje.

Como o Sepeti falou: não, agradecer o Governo de hoje, está muito bom. Para mim, está muito ruim, péssimo, tem que melhorar porque a coisa não tá boa.

Assassinato em terras indígenas. Hoje a gente vê muito isso. Eu passei mais ou menos há uns dez meses atrás, eu estive em Mato Grosso do Sul, eu vi no correr de uma semana, mais ou menos os cinco assassinato, a maioria mulheres. Mas isso não quer dizer que é só lá, isso está acontecendo em várias partes do Brasil. Isso é como nosso Delegado falou agora, é ausência do Poder Público, é ausência da própria Funai, que hoje aqui não se encontra. Se fosse só hoje era bom. Ela ainda vai vim várias vezes aqui porque quando nós tava com o Movimento Indígena Revolucionário lutando por nosso direito elas nunca pisaram o pé aqui, fizeram coisas absurdas contra nós, como botando força nacional, para que nós não tivessem acesso à Funai, mandava seus assessores aqui, como o Paulo Pankararu, como o Procurador-Geral lá. Esqueci o nome dele agora, o Dr. Salmeirão, vinha levar porrada dos índios aqui, porque o presidente da Funai não tinha coragem de botar a cara. Não quero dizer porrada de mão, mas porrada de boca. Ouvir o que ele não devia estar ouvindo, porque quem tinha que estar ouvindo era o presidente da Funai por causa da corrupção dele, da forma como ele agiu.

A violação dos direitos indígenas começa pelos governantes deste País. Se aqueles que são considerados pais da humanidade, que têm o dever de cumprir com o papel de cuidar dos índios do Brasil, não fazem nada, deixam eles à míngua, como a própria Funai vem fazendo, imaginem os posseiros, imaginem os invasores de terra, imaginem os grileiros de terra! Se um pai não trata do seu filho, por que os outros vão tratar?

Então, para começar a ordem, ela tem que começar por aqueles que têm obrigação, daqueles que têm o dever, que ganham para isso.

Temos o Estatuto do Índio, que está em tramitação. Está em tramitação o Estatuto do Índio. O Estatuto antigo fala que desde a Constituição de 98 nós já não somos mais tutelados. Que o índio tem mais a tutela. Mas se ele não tem a tutela, pelo velho Estatuto, da Lei 6.001, por qual Estatuto ele está sendo defendido? Isso porque não se votou o novo. O antigo não prevalece. Então, qual é a lei que nos dá proteção? Nós estamos igual à lei do homem branco. Nós não temos mais Estatuto, nós não temos lei, porque pelo Estatuto antigo, desde a Constituição de 98, nós perdemos a tutela. Não temos o novo Estatuto aprovado ainda. Então, está complicada a coisa para nós indígenas.

Temos a questão da demarcação de terras, onde se fala bem assim: “As demarcações de terras serão regulamentadas por lei.” Se passar essa aprovação, onde for território indígena. Quando é que uma terra indígena vai ser regulamentada através de tribunas, através de votação, no Congresso Nacional? Quando vai ser? Nossas terras têm que ser demarcadas por decreto e não por votações, não por votações. Em primeiro lugar, se for por votações, está cheio de Senadores, está cheio de Deputados, todos fazendeiros, muitos até dentro de território indígena. Quando não são eles são primos, sobrinhos, familiares. E vão puxar por quem? Vão puxar para nós índios ou vão puxar para os seus familiares? Então, se for por votação quando nós iremos ter terra demarcada?

Então, somos contra isso. Não somos a favor dessa regulamentação por lei.

Outra coisa, nós somos, do meu ponto de vista – eu queria fazer essa pergunta para os Senadores e para o pessoal das organizações que aqui se encontram -, nós somos considerados, os verdadeiros sem terra que existem. Hoje o MST ou quaisquer outras pessoas que lutam por suas terras, quando eles ganham, elas são deles. Ali se demarca e, se eles depois quiserem vender para qualquer pessoa, eles vendem, e é deles. Mas nós indígenas, se não mudarmos essas leis que hoje nos regem, nós continuaremos verdadeiros sem terras. Isso porque se diz “terra da União”. Se é da União não é nossa. Se é terra da União, ocupada por indígena.

Quer dizer, quem sabe o que é uma ocupação? Acho que todos aqui sabem o que é uma ocupação. Quem sabe o que é uma ocupação? Quem já foi numa ocupação, seja de terra, seja de prédio público, seja do que for? Ocupação é aquele que ocupa, mas só que muitas ocupações, até ocupações, quando ganham, são deles. Mas nós somos aqueles que ocupam algo que nunca vai ser nosso. Ocupamos algo que nunca vai ser nosso.

Eu quero entender essa questão terra da União e não terra indígena. Isso é porque nós éramos incapazes? Porque se nós éramos incapazes, nós agora somos capacitados. Só que somos capacitados... Nós não somos capacitados para assumir a presidência da Funai, para assumir a presidência da Funasa, para assumir a educação indígena, para assumir as organizações criadas para índio, como a presidência do Cimi, como a presidência do ISA, parte que trata da questão indígena. Somos simplesmente capacitados para respeitá-los, mas não para ser respeitado por eles.

Então, que quero saber o seguinte: se é terra da União porque nós não éramos capacitados, agora nós somos. Entreguem nossas terras para nós. Entreguem nossas organizações para nós. Por quê? Porque nós já somos capacitados para assumir aquilo que nos pertence. Se nós somos capacitados, entreguem isso para nós, ou então expliquem qual é o modo da capacitação.

Outra coisa, a questão da mineração em terras indígenas. Nós indígenas não somos contra a mineração, desde o momento em que ela seja dominada por nós. Nós somos donos da mineração porque nós estávamos ali. Seja terra da União ou não, este Brasil era nosso, este Brasil era nosso, esta terra é nossa. Agora, se ali onde estiver demarcado era terra da União, as riquezas que estão lá só estão lá porque nós estávamos. Só estão ali porque nós estávamos.

Nós só poderemos lutar de igual para igual com o homem branco quando os nossos CNPJs forem respeitados, as nossas organizações, nossas cooperativas e nós sermos pessoas jurídicas para brigar como empresários de igual para igual e dizer assim: as nossas riquezas minerais serão exploradas por nós, em parceria com os empresários. Mas não as lavras minerais serem aprovadas pelos empresários, a miséria ficar para o nosso povo, o mal ficar para nosso povo e nós ganharmos apenas 3%, como querem aprovar. Querem aprovar 3% .. O finado Valverde quinze anos atrás, tinha essa proposta. O feijão aumenta, o arroz aumenta, menos aquilo que é para beneficiar o índio no Brasil.

Queremos nos tornar empresários para sermos respeitados, porque se nós estivermos no teto do poder, um poderoso respeita o outro. Agora, quando um

tem um *status* alto e o outro não tem *status* nenhum é uma briga desigual. Se as riquezas minerais que nós temos neste País forem distribuídas da forma que eu estou colocando aqui agora, aí nós estaremos numa situação de igual para igual, porque o poder estará dos dois lados.

Os 3% que o Governo nos oferece, eu faço uma contraproposta: aumentaremos 5%. Esses 5%, eu garanto que todos os índios do Brasil, se eu levar essa proposta, irão aceitar, porque nós ficaremos com 95% e daremos 5% para a saúde, para cuidar da saúde indígena, já que a Funasa não cuida, já que o Ministério da Saúde não cuida. Daremos 1%, vamos dar até mais, 1,5% para as polícias, tanto federal como civil, terem suas diárias para estarem junto conosco dentro dos territórios, fazendo a defesa tanto de empresários como de índios que ali estejam; mais 1% vai para os orfanatos, para cuidar das crianças indígenas, e assim por diante. Daremos 5% em vez dos 3% que o Governo quer dar para nós em nossos próprios territórios.

Só seremos respeitados quando nos tornarmos empresários igual a vocês, igual a muitos que aqui estão, porque nós temos *status* para isso. As riquezas deste País estão em nosso território. Por que é que hoje teremos que dar tudo nosso para o homem branco, para o Governo, e o que é que vem para nós? Tem o Pré-sal ali no Rio de Janeiro, tem o Pré-sal ali e quanto por cento tiraram? Tiraram 50% especificamente para os índios, igual têm as cotas na UnB, igual têm as cotas nas faculdades, que é cota para negro, cota para índio? Tiraram pelo menos uma cotinha específica para o índio no pré-sal? Por que querem tudo do índio?

Por isso, eu não sou de acordo... Eu não sou contra a mineração. Nós, índios do Brasil, não somos contra, mas seremos contra da forma que o Governo está colocando.

Temos um projeto de lei que tramita aqui, nesta Casa. Estamos criando o Conselho Nacional de Direitos Indígenas. Tramita, nesta Casa, também um projeto chamado CNPI, que é criado pelas organizações e alguns órgãos do Governo. Eu não quero aqui dizer que sou contra a CNPI ou que sou contra projeto que aqui tramite. Só quero dizer que o que tramita aqui, Senador Paulo Paim, está aqui, na Comissão de Direitos Humanos e cria o Conselho Nacional de Direitos Indígenas, que é formado por todas as lideranças indígenas do País. É totalmente diferente da CNPI, que é criado pelas organizações. Eu não quero dizer que ela não exista. Que vá para frente, mas só vai para frente a CNPI se a CNDI também for. Se não for, não vamos deixar passar a CNPI. Eu quero deixar isso claro para os nossos organizadores, para as organizações que aqui se encontram, e para os nossos Senadores que

apoiam a CNPI. Se o conselho formado por índios, por lideranças... Nós, unidos, teremos forças; nós, desunidos, teremos força quebrada, como nada nosso vai para frente. Não vai, porque não tem um conselho desse nacional. Mas saiu daqui, foi para a revisão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS PANKARARU – Já estou terminando. Já vou passar a palavra.

Foi para a Senadora Ana... Esqueci o nome dela agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ana Rita.

O SR. CARLOS PANKARARU – Ana Rita. Voltou para cá. Para o gabinete do Senador Cristovam Buarque, foi duas vezes, está lá parado e ainda ouvi falar que está sofrendo pressão das organizações para que não solte. Se não soltarem o Conselho Nacional de Direitos Indígenas para andar, o CNPI também não vai andar, porque quem barrou o CNPI, quando ia ser votado dentro da plenária da Câmara, no salão verde, para vir para o Senado, fomos nós. Nós barramos uma vez e barramos dez, se preciso for. Se nossos direitos não forem respeitados, os outros também não vão.

Como o meu tempo limitou, eu agradeço e passarei a palavra para os nossos nobres Senadores, os demais que aqui se encontram. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Carlos Pankararu, que usou o tempo de 15 minutos – eu dei mais 3 e deu 18. Eu tinha acertado mais ou menos isto com esta mesa: 10 com mais 5. Mas todos terão oportunidade ainda, Carlos, na rodada final, de usar a palavra.

Sobre o projeto de que você fala, eu tenho colocado na pauta todos os projetos cujos relatórios chegam aqui. Por mais polêmico que seja, não tem um que eu não coloque. Às vezes, uns gostam, outros não gostam. Por isso, você tem razão em exigir que venha para a pauta. Nós vamos dialogar com o Senador Cristovam, que é um democrata e um Senador que eu tenho elogiado publicamente pelas suas posições, para ver se conseguimos colocar a matéria, já na próxima reunião de pauta desta Comissão. OK? Tenha certeza de que o Cristovam é parceiro de todos nós.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, muito bem. O meu Senador, que divide a mesa comigo aqui e é um dos coordenadores, está presidindo junto e lembrou que o Senador Randolfe Rodrigues está aqui conosco, um grande Senador, um lutador pelos direitos humanos no Brasil e no mundo. Uma salva de palmas para o Senador Randolfe Rodrigues. *(Palmas.)*

O mais jovem Senador do Congresso Nacional, acumulando sabedoria dos mais antigos, até porque sou um dos mais antigos e, então, homenagem, por mim, você. Muito bem, meu querido Senador.

Passamos a palavra agora para o Dr. Ailson Silveira Machado, que é Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Presidência da República, da Secretaria de Direitos Humanos. Da nossa querida Maria do Rosário?

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Uma grande Ministra.

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Bom dia a todos.

Eu estou aqui representando o nosso Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Bruno Teixeira, que, por motivos médicos, não pôde estar aqui, nesta mesa, mais cedo.

Eu faço parte da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e, juntamente com o Desembargador Gercino, nós temos feito diversas reuniões, diversas audiências públicas neste Brasil inteiro sobre a violência no campo.

Nesse nosso trabalho, o que tenho sentido é que uma das principais causas da violência é a impunidade. Diversos crimes são cometidos e a demora do julgamento ou nem a apuração não tem dado resultado.

No ano passado mesmo, quando houve os assassinatos dos dois ambientalistas, o Zé Cláudio e a Maria do Espírito Santo, e, posteriormente, na mesma semana, do Adelino, nós atuamos no sentido de apurar o crime. Nos inquéritos que foram feitos... Nesse caso, houve a atuação muito grande da Polícia Federal, do Governo do Estado do Pará e do Governo do Estado de Rondônia. E conseguimos, com nossa ação, a apuração desses crimes, não com a urgência que queríamos, mas, por exemplo, os assassinos do Zé Cláudio e da Maria do Espírito Santo estão presos e estão aguardando julgamento. Nesses casos, realmente, houve a punição rápida e a apuração dos crimes rapidamente.

O que me preocupa muito e que foi falado pelo Desembargador Gercino é no sentido de que, em outros crimes que aconteceram no Pará - no caso, 217 assassinatos de 2001 a 2010 -, somente 5 casos foram a julgamento, ou seja, mais de 95% dos casos de assassinatos ainda não foram julgados nem apurados. Realmente, a impunidade é muito grande nesse Estado. Em Rondônia também, há essa demora na apuração dos casos, sendo que, de 71 assassinatos, parece-me que apenas 10 casos que foram apurados e julgados nos últimos anos. Isso vem demonstrar que precisamos usar mecanismos de diminuir a violência no campo.

Eu tenho acompanhado o índice nacional de violência em geral, de assassinatos. Um dos dados mais impressionantes é que, nas áreas dos Municípios onde há mais desmatamento, que chamamos de Arco do Fogo da Amazônia, é onde existem os maiores índices de criminalidade do País. Para se ter uma ideia, Marabá tem em torno de 120 assassinatos por cada 100 mil habitantes, um dos maiores índices de criminalidade do mundo. Outros Municípios, como Novo Progresso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – 120 assassinatos por 100 mil, um dos maiores índices do mundo. Itupiranga, que é lá perto, também está em torno disso.

Percebemos que esse Arco, que vai de Novo Progresso, Itupiranga, Tailândia, toda essa área que tem maior desmatamento, é onde têm os maiores índices de criminalidade. Inclusive, fizemos a relação com isso. Onde há grilagem de terra e desmatamento legal, há mais crimes e há mais violência.

Temos feito um trabalho na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos no sentido de solicitar que esses crimes sejam apurados com rapidez. A Maria do Rosário, nossa grande Ministra, tem encaminhado diversos ofícios aos governos solicitando agilidade na apuração dos crimes. Inclusive, o Disque 100, que é Disque Direitos Humanos, hoje, tem recebido também denúncias da parte de crimes rurais. Tem sido uma ferramenta com que a gente tem acompanhado a apuração desses crimes.

Na Secretaria de Direitos Humanos, para vocês terem ideia, temos um programa chamado Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos que são aqueles líderes que são protegidos, que são ameaçados de morte, e que a gente dá um acompanhamento a essas pessoas para evitar que sejam assassinadas e consigam fazer o seu trabalho.

No nosso Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos existem 307 pessoas sendo acompanhadas. Para vocês terem ideia, 70% é da área rural. Então, das 307, em torno de 70% é da área rural, de líderes ameaçados de morte. O que vem salientar a importância que tem do Estado fazer ações concretas para diminuir essa violência.

O Desembargador Gercino já falou diversas ações do que poderiam ser feitas. Uma das que considero mais importante é, primeiro, diminuir a impunidade. Acho que esse é o principal motivo da violência no campo. Segunda coisa: demarcação das terras indígenas e também o caso dos laudos antropológicos dos quilombolas, agilizar esses processos.

O terceiro caso que acho de grande importância é a regularização fundiária que o Desembargador falou, principalmente na Amazônia, das terras públicas federais, terras públicas estaduais em que há uma demora muito grande na questão fundiária e isso provoca conflito e provoca disputa dessas terras.

Outra coisa também importante que tem que ser feita e que temos combatido muito, o Desembargador tem feito isso, é agilidade do Poder Judiciário no julgamento dessas questões porque a gente sente que há demora no julgamento desses casos de reintegração de posse, de desapropriação, os processos demoram, os recursos infinitos no caso de desapropriação do programa de reforma agrária, agilidade no processo de reforma agrária principalmente na parte judicial para haver mais rapidez desses casos.

Achamos que, se esses casos forem acompanhados, diminuiria a violência no campo. Então, achamos que precisamos agilizar as políticas públicas da reforma agrária, da demarcação das terras indígenas, agilizar também no caso das propostas dos vulneráveis quilombolas para que haja a diminuição da violência no campo e que tenhamos um Brasil mais justo com os trabalhadores rurais, os quilombolas, os índios, essas populações mais vulneráveis.

Achamos que essas ações de políticas públicas serão de grande importância para a gente diminuir a violência no campo e ter um País mais justo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Aílson Vieira Machado, Coordenador de Mediação dos Conflitos Agrários da Presidência da República ligado à Secretaria de Direitos Humanos.

Parabéns ao Aílson que traz dados e números importantes para a nossa posição que será tomada mediante os encaminhamentos finais como já anunciou aqui o Senador Capiberibe.

Passo a palavra agora para o Auditor-Chefe da Funasa, Luiz Carlos Machão.

O SR. LUIZ CARLOS MACHÃO – Bom dia. Bom dia, Srs. Membros da Mesa, aos senhores presentes, hoje era para estar aqui o Presidente da Funasa e fui, de certa forma, pego de surpresa pelo convite e até me perguntei logo no início, na Presidência, exatamente o papel da Funasa na questão da violência da saúde indígena porque fazendo um breve histórico das relações da Funasa com a questão do índio, a Funasa atuou de 92 até 2010 na política de saúde prestada às comunidades.

E quando a gente faz uma comparação nesse tempo em que houve atuação do Estado por intermédio da Funasa na assistência à saúde indígena, até o

início dessa prestação de serviço, a gente tinha nas comunidades – e, quando a gente fala da questão da violência –, até um risco de diminuição da própria população indígena no Brasil. Isso era o elemento que o Estado detinha e que o próprio Ministério e a Funasa, na época, tinham essa informação e, 15 anos depois, tivemos – apesar de todos os pesares – a Funasa, com algumas dificuldades em termos de logística, em termos de execução da política de atenção –, melhorias substanciais nos indicadores de saúde da comunidade indígena inclusive melhorias e elevação da população indígena e, hoje, há uma população indígena, diria, em estado crescente.

A Funasa atuou na saúde indígena, como eu disse, até 2010, objetivamente. Em 2011, houve a transferência dessas ações para nova Secretaria que foi criada, a Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai. O que nos resta ainda, nesse momento, é a execução de algumas atividades que ficaram ainda no processo de transição em responsabilidade da Funasa, especialmente no que se refere às questões relacionadas ao saneamento, à construção de pequenos sistemas de abastecimento pra as comunidades indígenas.

Eu, objetivamente, não trouxe nenhum dado, nenhuma informação estatística da questão da atenção, até porque no que se refere a essas questões da violência com as comunidades, temos muitas interfaces das comunidades com a sociedade e, nessas várias interfaces, cada uma tem uma participação. Quando a gente fala na questão da ocupação da terra, há um aspecto da violência colocado. Quando a gente fala na questão da mineração, tem outro aspecto.

Hoje, a gente tem um problema muito sério na questão da violência que se refere ao uso de drogas, enfim, a exposição que as comunidades vêm sofrendo. O uso abusivo de álcool e drogas de modo em geral. Isso decorre da própria relação das comunidades com a sociedade e temos isso também na nossa sociedade que tem sofrido muito com isso.

Enfim, a minha fala é bastante reduzida e é só para reforçar que o Estado, por intermédio da Funasa, quando fez a sua atuação na questão de assistência que hoje considero importante estar presente aqui também e, ao que vejo não foi convidado, seria um representante da Sesai para poder falar da assistência.

O que foi possível ter sido feito à época e, com o apoio que a Funasa recebeu, a Funasa conseguiu fazer. Muita coisa havia necessidade de ser feita, há muita coisa a ser feita, mas a gente considera um papel relevante que foi prestado e uma melhoria que foi alcançada na prestação de serviços.

Meu muito obrigado e estamos aqui para eventuais colocações que a plateia entender pertinente e a Mesa também. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Auditor-Chefe da Funasa, Luiz Carlos Marchão que dá a sua contribuição e fica aberto ao diálogo, ao debate e vamos passar a palavra para a Deputada Janete Capiberibe.

O Senador Randolfe Rodrigues, quando quiser usar da palavra, fique bem a vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Primeiro sou ouvinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero só, uma vez que o senhor me concedeu a preliminar, cumprimentar o Senador João Capiberibe pela belíssima iniciativa dessa audiência. Um tema mais que pertinente, atual e lamentável. Depois de 500 anos ainda estarmos debatendo violência contra povos indígenas em nosso país. Depois de tanto que na colonização portuguesa fizemos contra as populações originárias dessa terra.

Quero, então, cumprimentar o Senador Capiberibe pela belíssima iniciativa do debate atual e da mesma forma a Deputada Janete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Valeu Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe, que é militante dos direitos humanos e tem tratado desse tema com carinho especial lá na Câmara dos Deputados.

Seja bem vinda Deputada.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Obrigada Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado; agradeço sua generosidade na minha participação nesta sessão de audiência pública; parabenizar o Senador Capiberibe, pela iniciativa desta audiência pública; saudar as lideranças indígenas, do Governo Federal que se encontram aqui na Mesa, as lideranças que fizeram parte da primeira Mesa, o Cimi e o Governo Federal; saudar o Senador Randolfe – do meu Estado, eleito pelo Amapá -, Senhoras e Senhores: O motivo de eu participar desta reunião de audiência pública, Senador Paulo Paim, é que nós realizamos na Câmara dos Deputados, na Comissão da Amazônia e na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 19 de junho, juntos com o Deputado Domingos Dutra – que Preside a Comissão de Direitos Humanos ali naquela Casa –, para debatermos sobre os conflitos agrários, ameaças de mortes e os assassinatos que vitimam os camponeses, os assentados, os extrativistas e mais pontualmente no sul do Estado

do Amazonas. Aquela região que foi projetada e que faz fronteira com um pedaço do Estado de Rondônia e com o Estado do Acre, aonde as ameaças de morte são crescentes, elas aumentaram 60% em 2011. Existem 40 pessoas ameaçadas de morte; e de 2007 para cá sete lideranças foram assassinadas. R Recebemos no início do mês de junho, na Câmara Federal, várias lideranças e aí junto, a Comissão Pastoral da Terra também clamando por debate, por divulgação, por visibilidade à situação que vive o povo que está nessa reunião.

O resultado da audiência pública das duas comissões foi altamente positivo. Assim como o senhor coloca que a FUNAI não comparece, ali também o INCRA não compareceu e o MDA não compareceu; os outros órgãos do Governo Federal que convidamos se fizeram presente, foi o ICMbio, IBAMA, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Que quero fazer um registro aqui a nossa Secretária e colega Parlamentar, Maria do Rosário ela tem uma atuação de muito compromisso, ela corre atrás do prejuízo tratando de arregimentar o Governo Federal, para apresentar soluções para que a impunidade à ausência da reforma agrária no campo precisamente, que é o que se debate aqui, venha acontecendo.

Como resultado, Senador Paulo Paim e Senador Capiberibe, dessa audiência pública aonde, entre as 40 pessoas ameaçadas de morte, estava a líder comunitária Nilcilene Miguel de Lima, de 45 anos, moradora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Gedeão – e que colocou de uma forma que sensibilizaria a qualquer cristão, qualquer pessoa nesse mundo de todas as vezes que ela foi espancada ali onde ele estava morando.

Contando também do assassinato, no dia 30 de março, de Diana Nique, de 28 anos, líder comunitária também, que foi morta com um tiro no peito, na frente do seu filho de seis anos.

Então, é uma situação muito difícil.

Quero dizer que nós, no final do debate, na presença das autoridades do Governo Federal, da CPT, da liderança, da Nilcilene, que fez um depoimento muito difícil. Nós tomamos as seguintes decisões.

O Governo da Amazônia teve também muito boa participação e propusemos a ele o congelamento dos planos de manejo, expedido pelo Governo do Amazonas, porque eles estavam sendo utilizados ilegalmente por aqueles que solicitavam exatamente para a extração da madeira. São os madeireiros aí que ameaçam a vida das pessoas. Também o aprimoramento da inteligência dos órgãos de segurança e dos órgãos federais do estado para estancar o financiamento das atividades ilegais e uma ação conjunta das secretarias de segu-

rança dos três estados. Chegou-se à conclusão que é necessário também que a Interpol participe.

Algumas decisões judiciais que dão reintegração de posse de terras públicas da União também nos preocupam muitíssimo.

Também a conclusão de inquéritos policiais, que o representante do Governo do Amazonas apresentou aí, relacionados aos crimes de direitos humanos e é necessário que isso seja acelerado.

Ainda o financiamento às atividades ilegais dos madeireiros, na região, acontece porque não se chega à conclusão dos inquéritos que o próprio Governo do Amazonas está tomando. Então, está sob sua responsabilidade e está agindo. Foi-nos entregue um mapa da ação do Governo do Estado.

Queria propor, Senador Paulo Paim, que o Senado Federal participe, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, do grupo de trabalho.

No final o Deputado Domingos Dutra criou um grupo de trabalho entre todos os órgãos federais que estavam na audiência pública, para buscarmos as soluções para os problemas, para agilizarmos e acelerarmos as possíveis soluções para os problemas que foram ali debatidos.

Amanhã, no dia três de julho, às 15 horas, na sala da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, nós faremos uma reunião entre a Câmara, o Governo Federal e convidamos o Senado para que participem. O Senador Capiberibe, o Senador Paim, vossas assessorias, é importante, se não puderem fazer se apresentar, para que avancemos nas duas comissões.

Para terminar, que uma comitiva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Deputada, respondendo na hora para senhora – a senhora vai continuar com a palavra – já conversamos aqui com o Senador Capiberibe. Ele, então, passaria, oficialmente, em nome da Comissão de Direitos Humanos, nessa comissão. Claro que numa eventualidade de votações aqui ele poderia mandar um assessor correspondente.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Muito obrigada Senador, isto aí é uma decisão muito positiva.

E ainda, dessa reunião, foi proposto uma viagem a área de conflito, que é de difícil acesso, mas nós vamos conseguir chegar lá para ouvir os assentados, os extrativistas, os camponeses que estão ali aterrorizados pela ação dos madeireiros, enfim, dos diferentes criminosos que atuam ali, naquela região. Provavelmente essa idéia para cidade de Humaitá.

Seria a realização conjunta da Câmara e do Senado com os órgãos federais e a população local. A presença física é muito importante. Essa ação não está

ainda com uma data marcada, mas, provavelmente, a partir da reunião de amanhã nos teremos a marcação.

Para concluir, quero também colocar ao Carlos e às lideranças indígenas que aqui se encontram presente, que nós fazemos parte da Frente Parlamentar Indigenista da Câmara Federal, da Comissão que discute, debate a mineração em terra indígena, a comissão especial. Ali priorizamos a oitiva — escutar, ouvir — dos índios e nos Estados, nas regiões onde estão as populações indígenas, assinamos um abaixo-assinado contra a PEC 215, porque temos certeza de que assim como foi o resultado da votação do Código Florestal no Congresso Nacional será, fatalmente sobre a demarcação e homologação de terras indígenas em nosso País.

Eu sou contra, nós somos contra essa PEC, porque ela vem por parte, com certeza, daqueles que ambicionam a terra para dela tirar o lucro máximo sem benefício para aqueles que vivem nas terras brasileiras.

Obrigada, Senador Paulo Paim e Senador Capi.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora...

Já comecei a chamá-la de Senadora pela sua fala. Muito bem, Deputada Janete Capi.

A Presidência assina embaixo do seu pronunciamento. Vamos fazer um trabalho conjunto com esse objetivo muito bem definido aí por V. Exa.

Agora, devido ao nosso tempo, vamos às considerações finais de cada um dos nossos convidados, começando pelo Senador Randolfe Rodrigues, seguido por aqueles que falaram na primeira mesa e depois pelos convidados da segunda mesa. O Senador João Capiberibe, como autor do requerimento dessa audiência pública, vai fazer a fala de encerramento.

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero cumprimentar o Senador Capiberibe pela iniciativa, pelo debate. Esse casal de políticos honra, e muito, o Estado do Amapá por ter uma trajetória política que inspira gerações (palmas) no Amapá, pela atuação política que eles tiveram na resistência à ditadura.

Capi e Janete, ontem eu estava vendo um *trailer* de um documentário que, parece, teremos em agosto, sobre Marighela. É inevitável ver qualquer coisa de Marighela e não lembrar da atuação política de vocês. Não tenho dúvida de que a atuação política de vocês e a atuação política pautada por temas como esse são fundamentais e indispensáveis, em especial, para nós da Amazônia.

A Deputada Janete chamou a atenção para algo que eu considero importante e chamo a atenção das lideranças aqui presentes e, em especial, do Conselho Indigenista e das lideranças indígenas para a Proposta

de Emenda Constitucional que procura alterar a demarcação de terras indígenas..

Lamentavelmente, ela passou pela Câmara e há um insistente pedido de urgência para que venha a ser levada de imediato ao plenário do Senado. Essa proposta de emenda constitucional é um retrocesso brutal. Os senhores sabem disso.

É tão grave e, diria, pior e mais grave do que foi o retrocesso da legislação ambiental brasileira com a aprovação do Código Florestal, portanto, é necessário...

Recentemente, numa reunião de Líderes se tentou colocar em apreciação. Não foi possível porque houve a resistência, notadamente nossa, pela Liderança do PSOL e da Liderança do Partido dos Trabalhadores e da Liderança do PSB nessa reunião líderes. Portanto, é importante, fundamental, uma mobilização presente para impedir que isso venha a se concretizar.

Essa proposta de emenda constitucional – reitere – é uma ameaça a tudo que foi conquistado no Brasil em relação aos direitos dos povos indígenas nos últimos anos.

Eu queria somente, se o Presidente assim me permitir, agora, na apresentação das considerações finais, ouvir do representante da Funasa as informações que ele tem. Algo, em especial, me preocupa em relação às populações indígenas e me parece que há uma ausência. A existência de nós brancos já é, por si só, há 500 anos, uma violência colonizadora sobre os povos indígenas.

Além dessa violência, há uma decorrência de violências seguidas, como o acultramento, a invasão dos valores da nossa cultura. Nós temos notícia de povos inteiros que cometeram suicídio em virtude do choque cultural com os valores dos brancos. Eu tenho curiosidade em saber. Acho que uma das mais graves violências, dos piores tipos de extermínio que podemos cometer contra os povos indígenas é através do acultramento. Eu tenho curiosidade e gostaria de ter informações da Funasa sobre qual a política de saúde mental, de atendimento aos povos indígenas em relação ao choque, notadamente psicológico, de que eles são vítimas diariamente em virtude do contato com outras culturas, notadamente com a cultura branca.

Então, eu teria esses questionamentos. Se o Presidente me permitir, assim, nas considerações finais, gostaria de obter alguma informação da Funasa em relação a esse tema.

Por fim, quero reiterar os cumprimentos à CDH, que não deixa livres esses espaços das segundas de manhã. É importante que nas segundas de manhã nós nos tornemos aqui num palco, através da TV Senado e da Rádio Senado, de debates de temas centrais para a cidadania, que, criativamente, só podem ser pau-

tados para a segunda-feira, porque é o dia de menor movimento no Congresso nacional e, em especial, aqui no Senado. Esse debate trazido aqui pelo Senador Capiberibe e pela Deputada Janete é necessário ser despertado e mobilizado em virtude das ameaças que transitam, em especial, no Congresso Nacional, sobretudo relacionado com os povos indígenas, notadamente a Proposta de Emenda Constitucional que já foi citada. Por isso que é atual e necessária a mobilização dos senhores e das senhoras e por isso, que é fundamental e necessária a realização dessa audiência pública proposta pelo Senador Capiberibe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues, brilhante como sempre e o Dr. Luis Carlos Marchão, que é auditor chefe da Funasa, nas suas considerações finais, responderá ao nosso Senador.

Vamos dar três minutos, no máximo, cinco, a cada um dos nossos convidados para suas considerações finais.

Passo a palavra neste momento ao Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cléber César Buzzato.

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZZATO – Obrigado, Senador,

Para finalizar, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, ao Senador Capiberibe e cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, a Deputada Janete, assim como os demais participantes, debatedores e lideranças indígenas e demais debatedores das mesas, os presentes, ouvintes, todos os que acompanharam ou estão acompanhando pela TV Senado esta audiência pública de suma importância, em nosso entendimento, para que possa transmitir, dar visibilidade, que entendemos ser um instrumento importante também, a esse trabalho necessário, urgente, de acionar todos os instrumentos políticos de que dispomos nos sentidos de sensibilizar, fazer com que os órgãos públicos que têm responsabilidades no Estado brasileiro possam ter as condições políticas e de instrumento de estrutura para fazer o trabalho bem feito, a fim de evitar essa sangria – podemos dizer assim – de violência contra os povos indígenas e as populações do campo brasileiro. Como disse na minha fala, somando indígenas assassinados aos que se suicidaram e crianças indígenas mortas por falta de assistência e mortes por desassistência à saúde, nós chegamos, de acordo com o relatório do Cimi, a 247 indígenas mortos em 2011.

Isso é inaceitável, de toda e qualquer forma e natureza.

Apenas quero reforçar essa nossa preocupação, Senador Randolfe, em relação às PECs que tramitam aqui no Senado e na Câmara dos Deputados – a PEC

38, de 1999, e a PEC 215, de 2000, especialmente. Precisamos do envolvimento de todos os senadores e deputados que têm sensibilidade para com a causa indígena, a quilombola e a ambiental no país.

Precisamos fazer frente, fazer esse enfrentamento, somar forças às dos povos indígenas, às dos quilombolas, às dos defensores do meio ambiente neste País para fazer frente a esse ataque ferrenho que a bancada ruralista, infelizmente, está tentando, mais uma vez, emplacar nestas duas Casas.

Então, mais uma vez, agradecemos a oportunidade e nos colocamos sempre à disposição para outras oportunidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi Cléber César Buzzato, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, que pode contar com o apoio desta Comissão em relação às duas PECs citadas, ou seja, pela rejeição delas.

Passamos a palavra agora...

Falo como Presidente da Comissão; não posso falar por cada Senador, mas vou trabalhar junto com os Senadores por esse objetivo.

Agora passamos a palavra ao Dr. Antonio Carlos Moriel Sanchez, delegado da Polícia Federal, chefe do Serviço de Repressão aos Crimes contra a Comunidade Indígena.

O SR. ANTONIO CARLOS MORIEL SANCHEZ

– Exmo. Deputado Paulo Paim...

Desculpe, fiz a troca como o senhor lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema. Foram quatro mandatos de Deputado Federal e tenho orgulho de ter trabalhado lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MORIEL SANCHEZ

– Senador Capiberibe, Deputada Federal Janete, agradeço a oportunidade de estar aqui presente, de expor um pouco do trabalho da Polícia Federal.

A Polícia Federal tem atuado, trabalhado no aprimoramento e aperfeiçoamento da sua atuação, frente a essa temática dos conflitos rurais e da temática indígena.

Nós temos realizado cursos de capacitação para os nossos servidores, temos difundido diretrizes de atuação, de forma que esses policiais que trabalham nessa temática tenham entendimento diferenciado em relação a essa atuação frente às comunidades indígenas. Um dos nossos pilares é exatamente enxergarmos a comunidade indígena sob a ótica da comunidade indígena. Não adianta querermos entender a comunidade indígena sob a nossa forma de pensar. Temos que entendê-la sob o ponto de vista deles.

Nós temos um grupo móvel, um grupo que atua exclusivamente nessa questão indígena. Nós estamos trabalhando no reforço desse grupo, que são policiais capacitados, policiais que estão acostumados a trabalhar nessa temática, exatamente para otimizar ainda mais a nossa atuação. Nós temos trabalhado nessa aproximação das comunidades indígenas, como eu disse na minha apresentação. Isso tem sido fundamental para prevenirmos conflitos e, inclusive, ilícitos. Essa nossa aproximação tem nos proporcionado saber dos problemas antes que eles ocorram. Isso tem sido muito positivo para nossa atuação.

Agradeço a presença.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Antonio Carlos Moriel Sanchez, que aqui falou em nome da Polícia Federal, mostrando o trabalho que está sendo feito.

Passamos agora a palavra ao Dr. Gercino José Filho, que fala como Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e também ouvidor agrário do Governo Federal.

O SR. GERCINO JOSÉ FILHO – Sr. Presidente, quero aproveitar o momento para solicitar, respeitosamente, que a CDH oficie aos Estados no sentido da criação de órgãos especializados em questões agrárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Gercino, para ganhar tempo, já está o encaminhamento feito, a Presidência acata a sua orientação e já fica a Secretaria-Geral com a decisão de que vamos cumprir a sua solicitação.

O SR. GERCINO JOSÉ FILHO – Excelente.

Vou fornecer a V. Exa. a relação dos Estados que ainda não têm essa especialização. Prometo que remeto, por escrito, com urgência.

A segunda proposta é também solicitar o apoio de V. Exas. no sentido de criação – aliás, é a proposta do Senador Capiberibe, – de polícia comunitária federal. Essa é uma bandeira que eu defendo há bastante tempo, porque nós, da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo temos visto que nós vamos lá, tomamos as providências, restabelecemos a paz, a Polícia Federal permanece no local... Enquanto ela está lá, está tudo bem. Basta a Polícia Federal afastar ou, então, a Polícia Estadual afastar, que os ilícitos voltam a acontecer.

A proposta do Senador é excelente, e nós a apoiamos integralmente.

A última é no sentido de a CDH pedir a agilização do projeto de lei, cujos dados vou fornecer também, que disciplina a concessão de liminares em ações possessórias coletivas.

São essas as minhas propostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Gercino José Filho! Suas propostas já são acatadas pela Mesa e, naturalmente, junto com o Senador Capiberibe, que é autor da proposta original, daremos todo o apoio a elas.

Fique tranquilo em relação aos três encaminhamentos.

Agora passamos a palavra ao Sr. Ailson Silveira Machado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com sua permissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Vou pedir ao Desembargador Gercino que nos ajude na formulação.

A contribuição da Comissão pode ser muito útil para a gente avançar. Eu estou esperando algumas contribuições de várias fontes e a gente junta tudo e pode trabalhar uma proposta para essa comissão conjunta – Governo Federal, Senado e Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Passamos a palavra, então, ao Dr. Ailson Silveira Machado, Coordenador de Mediação de Conflitos Agrários da Presidência da República, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. AILSON DA SILVEIRA MACHADO – Senador Paim, Senador Capiberibe, primeiramente, queria passar uma informação para a Deputada Janete: a Nilcilene já está no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Já está protegida e já estão encaminhadas todas as solicitações daquelas audiências.

Em nome da Ministra Maria do Rosário e em nome do nosso ouvidor nacional de direitos humanos, Bruno Renato Teixeira, gostaria de informar que a Secretaria de Direitos Humanos tem o Disque 100, referentes às violações dos direitos humanos que são cometidas no Brasil inteiro.

Esse instrumento das violações dos direitos humanos... As violações dos direitos humanos não só nas áreas rurais, mas também as ocorridas em todas as áreas do País podem ser denunciadas, 24 horas por dia, no Disque 100 não somente os crimes contra crianças e adolescentes, mas todos os crimes de violação de direitos humanos.

Eu gostaria de agradecer à Comissão a oportunidade de fazer nossa apresentação aqui no sentido do combate à violência no campo. A atuação da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal é

muito importante para nós – não é, Desembargador? –, o apoio às nossas ações no sentido de melhorar as áreas rurais e as demais áreas do País.

Eu queria solicitar também Senador, se possível, que a Comissão de Direitos Humanos...

Nós temos uma área indígena sobre a qual houve muitas denúncias na Secretaria de Direitos Humanos, que é área Tupinambá, lá em Ilhéus, Serra do Padeiro. Seria de grande importância – esse processo está no Ministério da Justiça, acho que na mesa do José Eduardo – a agilização da portaria da demarcação dessa área lá em Ilhéus, que é de grande importância para evitar mais violência no campo.

Nesse sentido, agradeço o apoio da Comissão. Esperamos uma próxima oportunidade.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Dr. Ailson Silveira Machado, quanto à sua recomendação, à sua solicitação, peço-lhe que comunique depois à nossa Secretaria-Geral da Comissão, para que a gente faça um ofício solicitando que seja agilizado esse processo.

OK?

Muito bem.

Agora passamos a palavra ao Carlos Pankararu, Presidente da Associação que leva o mesmo nome.

O SR. CARLOS PANKARARU – Associação Pankararu Vão da Serra.

Nobres Parlamentares que aqui se encontram e os demais, eu tenho aqui uma portaria que eu esqueci de falar sobre ela. É a Portaria nº 566, de 8 de abril de 2010. Essa Portaria foi um pedido do Presidente da Funai, Márcio Mendes, ao Ministro Paulo Barreto. Fizeram uma portaria dando poderes à Força Nacional pra atirar em índios, na Funai. Se por acaso, quisessem os índios entrar na Funai. Onde botaram a Força Nacional, passando, mais ou menos, três meses.

A Portaria diz: “O prazo no qual serão realizadas atividades da Força Nacional será de 60 dias, prorrogáveis, se necessário”...

Quer dizer, prorrogável por mais sessenta, no caso. Dá para entender, mais ou menos, isso.

“O uso de armas letais destinadas à legítima defesa dos policiais e de terceiros.” Quer dizer, agindo como se nós do movimento indígena fôssemos bandidos, fôssemos assassinos por lutarmos por nossos direitos.

Então, aqui dá para vocês entenderem que a violência vem começando por aqueles que nos governam, como eu falei.

Se quiser dar uma olhada, Senador...

Ao nosso Senador Randolfe Rodrigues, agradeço-lhe o apoio. Acho que até agora tinham falado sobre

a questão desse projeto de lei que você citou ainda agora, da regulamentação da lei, demarcação a ser regulamentada por lei. Eu só não sabia que tinha partido da Câmara para cá. Eu não sabia que tinha vindo. Quer dizer, as coisas estão andando, como eu disse em minha fala ainda agora, aquilo que é a favor do índio não anda aqui, aquilo que é projeto que o índio faz não anda, mas aquilo que é contra o índio anda rápido demais.

Então, aqui deixo meus agradecimentos a todos que aqui estão. É isso mesmo. É por aí.

A questão da Funasa, eu gostaria de falar para o amigo que, como ele falou que a Funasa melhorou. Não é isso que a gente vê nas aldeias, não. A gente conhece a situação da Funasa nas aldeias e não é por aí.

Então, queremos o apoio para que esse projeto que veio da Câmara não passe daqui. Tem que haver negociações com os indígenas, que acabem com essas violações das leis do País. A Constituição brasileira diz que tudo de que vai se tratar tem de consultar os índios no Brasil. A Convenção 692 fala a mesma coisa, mas, infelizmente, isso não está acontecendo dessa forma. Os nossos direitos estão sendo violados. Está desse jeito. Então vamos dar um basta a isso aí.

Há a questão do nosso Conselho, do Conselho Nacional de Direitos Indígenas. Queremos também que ele ande nesta Casa. É isso.

Essas são as minhas palavras.

Deixo meus agradecimentos a todos que aqui se encontram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos! (*Palmas.*)

Carlos Pankararu é Presidente da Associação que leva o mesmo nome e faz aqui suas solicitações, entre elas que barremos esse projeto e outra, que ele enfatizou, que é referente ao Conselho Nacional de Direitos Indígenas.

O SR. CARLOS PANKARARU – Há também a questão da mineração, ouvindo os povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, permita-me, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tranquilo. Aqui todos sabem que os Senadores e os Deputados usam da palavra no momento em que eles entenderem mais adequado.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu acho que nós poderíamos, após essa audiência pública, além das resoluções já encaminhadas pelo Senador Capiberibe e pelo senhor, eu queria apre-

sentar mais uma sugestão: Acho que dessa audiência pública poderia sair uma moção, ou qualquer diploma legislativo similar, contrária à apreciação aqui pelo Plenário da Proposta de Emenda Constitucional nº038, que transfere a demarcação das terras indígenas, que transfere para a autorização do Senado e da Câmara a demarcação de terras indígenas.

Essa é uma sugestão para, também, sair como resultado dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência a acata e tenho certeza de que o Plenário também a acata. Eu só queria que você ajudasse na formulação da moção.

Já está tomada a decisão.

Será uma decisão dessa audiência pública.

Vamos agora dar a palavra a Araju Sepeti, etnia guarani, representante da Central da União de Índios e Aldeias, que terá três minutos com mais dois, se necessário.

O SR. ARAJU SEPETI – Eu quero aqui agradecer, primeiramente, a Tupã, em segundo lugar ao Senador Capiberibe e ao Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, à nobre Deputada Janete Capiberibe e ao nosso amigo e Senador Randolfe Rodrigues, a todos os membros da Mesa e a todos os presentes e a toda a população de Brasília e do Brasil.

Eu venho reforçar tudo que os parlamentares têm falado. Nós líderes indígenas temos lutado incansavelmente contra toda discriminação, independentemente de qual ela seja, de indígena, negro, branco – não importa.

A gente está aqui...

Temos de lembrar que nós somos povo brasileiro. Não temos que levantar bandeira nem de negro, nem de índio, nem branco; o que a gente tem de levantar é a bandeira dos direitos humanos.

Reforçando tudo isso, nós estamos junto com vocês. A gente lamenta muito duas perdas que tivemos nesta Casa: o Deputado Valverde, que era um incansável lutador pela causa indígena, que faleceu em acidente; e a nossa amiga Marinor – tenho conversado com o nobre Senador Randolfe –, que é do partido dele.

Espero que ele levante essa bandeira no lugar dela, porque ela foi uma verdadeira representante que sempre lutou aqui em defesa de populações indígenas.

No mais, agradeço a todos.

Dia 9 de agosto é o Dia Internacional de Índio. Nós da Central da União de Índios e Aldeias sempre temos feito uma marcha, que chama: Marcha Indígena contra Discriminação Racial e Étnica.

Estou convidando todos os Parlamentares aqui presentes e todas as pessoas aqui presentes, para que a gente se reúna na Praça dos Três Poderes e faça

uma marcha, para que não aceite mais violência nem discriminação. Ela é realizada pela Central da União de Índios e Aldeias, apoiada pelo Sidsep – Sindicato dos Servidores do Distrito Federal –, Movimento Indígena Revolucionário e pelo movimento da consciência da luta da raça indígena e o movimento estudantil e toda a população também tem apoiado.

No mais, eu agradeço.

Que Tupã abençoe todos e dê muita sabedoria a todos aqueles que têm o coração bom!

Amém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Araju Sepeti, etnia guarani, mostra na sua fala que essa luta é uma luta de todos – negros, brancos, índios e de todos os segmentos sociais que têm compromisso com os direitos humanos.

Passamos a palavra neste momento e já respondendo ao Senador Randolfe Rodrigues, ao Sr. Luis Carlos Marchão, auditor chefe da Funasa, e em seguida à Deputada Janete Capiberibe.

O SR. LUIS CARLOS MARCHÃO – Senhores, agradeço ao Senador Paulo Paim o convite que foi feito a Funasa para participar desta audiência; e ao Senador João Capiberibe, pelo evento.

O Senador Randolfe Rodrigues me dirigiu um questionamento sobre o processo de trabalho da Funasa.

O que a gente tem a comentar sobre esse assunto é que a Funasa, inicialmente, teve muita dificuldade no processo de implementação da política de saúde indígena, até por que era um evento novo para o Estado, inexistente. Então, Carlos Pankararu disse que a coisa não melhorou. Eu trouxe informações. São dados.

Até por uma questão de tempo, eu não consegui trazer objetivamente esses dados, mas, objetivamente: acréscimo da população indígena. Tem acontecido, e isso é um fato que nos indica que está havendo assistência. Quer dizer, menos índios devem estar morrendo, mais índios estão nascendo e mais índios estão conseguindo ter uma qualidade de saúde.

Objetivamente, em relação à questão que o Senador Randolfe Rodrigues colocou sobre política de saúde ambiental, aliás, saúde mental – desculpe –, a Funasa procedeu a alguns eventos durante o processo de atenção à saúde indígena, para tratar objetivamente desse assunto até por que é um assunto bastante complexo. Quando a gente tem que associar essa assistência aos cuidados que precisa haver com as comunidades em função de suas culturas, mas a Funasa não conseguiu implementar isso até a entrega desse serviço ao Ministério.

Hoje é a Sesai que cuida, aliás, a partir de 2010, a Sesai assumiu essa atividade. A Funasa já não tem a responsabilidade em relação à questão da saúde indígena. Eu não posso trazer aqui, objetivamente, elementos que nos posicionem hoje sobre a questão da assistência no que se refere à política de saúde mental das comunidades.

Eu gostaria que o Senador, se possível, oficiasse à Sesai e verificasse como está esse assunto. O processo de transferência foi feito com a estrutura logística que foi montada pela Funasa com o quadro de pessoal que foi treinado pela Funasa e com toda a história da saúde indígena que foi construída, que foi montada. Tudo isso foi transferido da responsabilidade do Ministério da Saúde em 2010. Então, hoje, objetivamente, se a gente precisar levantar essa informação, vai ter que buscar isso junto à Sesai.

Era isso que a gente tinha a esclarecer.

E, eventualmente, a Funasa se põe à disposição do Parlamento, do Congresso, para aquilo que for possível, aquilo que estiver na sua alçada de competência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi Luis Carlos Marchão, auditor chefe da Funasa.

Agora passamos a palavra à Deputada Janete Capiberibe para suas considerações finais.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu quero parabenizá-lo pela realização desta audiência pública, parabenizar também o Senador Capiberibe pela sua preocupação com as populações indígenas, extrativistas, assentadas.

Senhoras e senhores, eu quero dizer que saio desta audiência pública com a sensação de que ganhamos tempo, que estamos dando encaminhamentos concretos. Saíram daqui informações e encaminhamentos concretos para que eliminemos – é essa a palavra – as ameaças e as mortes que acontecem no campo, nas áreas indígenas, enfim, nas florestas, nas águas do nosso País.

Quero dizer que esta iniciativa é decisiva para que encaminhe em conjunto, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e a Comissão de Direitos Humanos do Senado, as soluções para essas questões tão dramáticas para as populações que vivem no interior do nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Deputada Janete Capiberibe, que deu uma grande contribuição à nossa audiência pública, inclusive algumas recomendações e sugestões que ela aqui apresentou nós já acatamos.

Vou passar a palavra agora ao Senador João Capiberibe.

Já combinamos que, além do que já foi dito aqui, depois, vamos fazer uma síntese de todas as sugestões e dar-lhes o devido encaminhamento.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, autor do requerimento para esta audiência pública.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente,

Obrigado por acatar nosso requerimento e por conduzir dessa forma tão justa e democrática esta audiência pública.

Eu queria, inicialmente, considerar aqui uma forma prejudicial à audiência: a ausência da Funai, do Incra e do MDA.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – O MDA está; é a ouvidoria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Está certo. Então, retiro o MDA e deixo o Incra e a Funai, principalmente a Funai, porque estamos tratando de questões que são relativas às suas funções.

Eu observei que Janete, na audiência pública da Câmara, destacou a ameaça que pesava, e pesa, sobre a Nilcilene. Agora ela já está, como foi dito aqui, sob proteção do Estado, através do Programa de Proteção às Testemunhas.

Eu peguei um caso que gostaria de destacar, porque vamos formar uma comissão do Senado, da Câmara e do Governo Federal para dar andamento a várias questões levantadas, porque senão morre tudo, volta à estaca zero, e nós não avançamos.

Eu vou considerar um caso que peguei de um artigo da Eliane Brum, cujo título é: “Amazônia, segundo um morto e um fugitivo”, o que vai nos permitir...

Essa pessoa poderia, inclusive, ter sido convidada para estar aqui, mas antes disso, do diagnóstico...

Nós temos um claro diagnóstico da violência dos assassinatos no campo. Entre as causas que foram levantadas aqui, com precisão, uma é a ausência da reforma agrária e a outra é a impunidade.

A impunidade que prevalece no País não apenas em relação aos assassinatos no campo, mas também em outros casos. No Pará há 175 inquéritos que não andam. Se o inquérito não anda, nunca chega ao Judiciário. E quando chega ao Judiciário há morosidade. Isso faz com que ninguém seja punido. Mas isso também ocorre na política, nas investigações, nas grandes ações da Polícia Federal que investiga desvios fantásticos de recursos públicos, que acontecem no País como um todo. A polícia age com eficiência e depois que chega ao Judiciário tampouco acontece nada. Eu acho que deve ser um enorme desestímulo também para os policiais que arriscam suas vidas, se

expõem fazendo as investigações e no final a investigação não dá em nada.

A impunidade nesse caso de corrupção, de desvio de recursos públicos e de envolvimento de políticos e de agentes do Estado, é gravíssima, porque a sociedade fica impedida de separar o joio do trigo na hora das escolhas. Então se vê que há uma generalização na sociedade, que coloca todos nós políticos como se tivéssemos exatamente o mesmo comportamento. É a impunidade que leva a isso. A impunidade leva a essa enorme confusão na cabeça das pessoas em relação aos políticos. Ora, se ninguém é punido, é por que todos são iguais, não há nenhuma diferença entre um e outros. Isso me parece uma tragédia para a sociedade brasileira. Toda vez que se fala da impunidade se destaca o excesso de recursos.

Não teremos uma maneira de encurtar esse caminho da punição?

Eu acho que nas próximas audiências públicas, já que a impunidade é uma das causas do desrespeito aos direitos humanos, poderíamos trazer para cá uma discussão sobre como acabar com a impunidade, não é?

A impunidade leva ao crime e leva ao desrespeito dos direitos humanos. Então, acho que...

Senador Paim, já estou sugerindo que a gente traga aqui um amplo debate sobre a impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma questão de direitos humanos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pelo menos para mim ficou claro que se trata de uma questão de direitos humanos.

Por último, vamos ver aqui, para bem caracterizar uma pessoa sob ameaça de morte, vamos ler este texto de Eliana Brum.

Não sei se vou chegar até o final, porque o texto é um pouco longo:

Dois homens denunciaram aos quatro órgãos federais e dois estaduais uma milionária operação criminosa que rouba ipê de dentro de áreas de preservação da floresta amazônica, no Pará”. Depois da denúncia, um foi assassinado e o outro foge pelo Brasil com a família, sem nenhuma proteção do governo. A partir do relato desses dois homens, é possível unir a Amazônia dos bárbaros à floresta dos nobres. João Chupel Primo é o morto. Júnior José Guerra é o que luta para se manter vivo, depois de pedir e não receber proteção das autoridades. Eles denunciaram o que pode ser uma das maiores operações criminosas de roubo de madeira na Amazônia. Segundo testemunhas, as quadrilhas chegaram a transportar, em um único dia, cerca de 3.500 metros cúbicos,

o equivalente a 140 caminhões carregados de toras e 3, 5 milhões de dólares brutos no destino final. A maior parte da produção é ipê, hoje a madeira mais valorizada pelo crime organizado pelo potencial de exportação para o mercado internacional. Toda a operação passa por uma única rua de terra de um projeto de assentamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), controlado por madeireiros: o Areia, localizado entre os municípios de Trairão e Itaituba, no oeste do Pará. Pelo menos 15 assassinatos foram cometidos na região nos últimos dois anos por conflitos pela posse da terra e controle da madeira. Este é o começo da explicação de por que João Chupel Primo morreu e Junior José Guerra precisa fugir para não ter o mesmo destino.

Os dois denunciaram a operação criminosa de extração de madeira no mosaico de unidades de conservação da região da BR-163 e da Terra do Meio para os seguintes órgãos federais: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Polícia Federal e Secretaria Geral da Presidência da República. Também fizeram denúncias ao Ministério Público Federal e também ao Estadual, além da Polícia Civil do Pará. Pouco aconteceu, além da execução de Chupel.

Na tarde de 20 de outubro de 2011, João Chupel Primo detalhou o esquema em uma reunião com o procurador Cláudio Terre do Amaral, que durou 1 hora e 20 minutos, na sede do Ministério Público Federal em Altamira. Participaram dessa reunião várias pessoas, entre elas uma representante da Secretaria Geral da Presidência da República. Na reunião, Chupel afirmou que decidiu procurar o Ministério Público Federal de Altamira porque já denunciara para outros órgãos e nada havia acontecido. Nos dias 6 e 8 de setembro, por exemplo, ele e Junior haviam dado um depoimento, em Itaituba, à Polícia Federal e ao ICMBio, autarquia do governo federal responsável por fiscalizar e proteger as unidades de conservação. Depois de fazer mais uma vez a mesma denúncia, Chupel afirmou: “Daqui, eu só tenho um caminho”. Fez uma pausa antes de continuar: “Pro céu”. Menos de dois dias depois, em 22 de outubro, João Chupel Primo foi executado com um tiro na cabeça, dentro de sua oficina mecânica, em Itaituba, à beira da Transamazônica. Junior trancou-se com a mulher e os dois filhos, de 12 e 14 anos, dentro da sua casa, no municí-

pio de Trairão, nas proximidades da BR-163, e postou-se com uma espingarda na mão. Às 6h da manhã seguinte, uma viatura da Polícia Rodoviária Federal finalmente alcançou a porta de sua casa. Ao ouvir as portas do carro batendo, Junior empunhou a espingarda. Sua mulher chorava: “Você acha que vai conseguir nos defender com uma espingarda? Você nunca deveria ter denunciado”. Ao perceber que quem estava ali era a PRF, Junior jogou a espingarda embaixo da cama. Ele e a família foram levados a Santarém e, de lá, Junior foi a Brasília, para, mais uma vez, fazer as mesmas denúncias.

Ao voltar da capital federal, Junior viajou a Itaituba para recolher provas e documentos na casa de João Chupel Primo. Lá, foi perseguido por um pistoleiro conhecido como “Catarino”. Conseguiu escapar. Mesmo assim, Junior não foi aceito no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Neste programa, pessoas ameaçadas de morte vivem sob escolta, mas continuam atuando em suas comunidades. Para Junior foi oferecido ingressar no Provita. Um programa onde testemunhas com risco de morte trocam de identidade, rompem todos os laços e passam a viver em outra região do país e sem contato com a vida anterior. Junior recusou. “Eu quero proteção para voltar lá no Areia e ajudar a criar uma estrutura em que a comunidade tenha condições de trabalhar na legalidade e viver em paz”, afirma. “Por que eu tenho de me esconder e perder tudo o que eu construí na minha vida, e os bandidos continuam lá? O governo quer me esconder para continuar não fazendo nada”.

É difícil compreender por que Junior José Guerra foi entregue à própria sorte. Se não fosse por razões humanitárias, pelo menos deveria contar o serviço que prestou ao Brasil. Segundo Ubiratan Cazetta, procurador-chefe do Ministério Público do Pará: “As denúncias são as mais detalhadas e concretas já feitas sobre aquela região”. Segundo Rômulo Mello, presidente do ICMBio: “Essa foi uma denúncia qualificada, que nos permitiu chegar a dados importantes. A partir das informações de Chupel e Junior, o ICMBio fez duas operações na região. Na segunda, apreendeu 5 mil metros cúbicos de madeira – 90% deles ipê – e seis tratores, além de aplicar multas no total de R\$6,4 milhões. Segundo André Villas-Bôas, secretário-executivo do Instituto Socioambiental, organização não

governamental com maior atuação na Terra do Meio: “O ISA trabalha diretamente com a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio e acompanha a agonia dos moradores em ver os recursos naturais serem saqueados, ano após ano, sem ter informações que explicitem esses esquemas. As denúncias permitiram que isso acontecesse. Junior Guerra apresentou informações muito qualificadas e seria absurdo não proteger essa testemunha, sujeitando-a ao assassinato”.

Dias antes do Natal, fui procurada por Junior José Guerra por meio de uma pessoa em comum. Ele pegaria o primeiro dos muitos ônibus de uma nova rota de fuga quando conversamos pela primeira vez. Ponderei que seria perigoso ele expor sua identidade em uma reportagem. Junior manteve-se irredutível. “Quem quer me matar conhece muito bem a minha cara e tem fotos minhas. Já fiz denúncias em todos os lugares e, mesmo assim, ninguém está preso. Minha única chance de permanecer vivo é fazendo com que o Brasil conheça a minha história”.

Antes de empreender uma viagem da qual não sabia se desembarcaria vivo, Junior me repasou os documentos que entregara aos órgãos do governo e ao Ministério Público Federal, gravações feitas por João Chupel Primo e também suas fotos para publicar na reportagem. Tudo o que está dito aqui é de conhecimento das autoridades, há meses, desde o tempo em que Chupel ainda respirava. Neste exato momento, o que está em jogo é a vida de Junior José Guerra. E o que está em suspenso é a capacidade do governo de proteger a floresta e os brasileiros que vivem nela.

O começo da história

A trajetória de João Chupel Primo, 55 anos, e de Junior José Guerra, 38, evoca duas perguntas intrigantes. Como o ipê é tirado, em grande volume, de dentro de unidades de conservação protegidas por decreto federal?

Essa é uma pergunta que tem de ser respondida por nós.

Eu trouxe essa questão aqui porque há essas perguntas. Nós temos obrigação, Senador Presidente da Comissão, de responder a essas perguntas que estão sendo feitas aqui.

Eu acabei me perdendo aqui. *(Pausa.)*

Como Chupel e Junior denunciam uma operação criminosa a autoridades de diversas ins-

tâncias, e, mesmo assim, um é assassinado e o outro é obrigado a fugir?

Também essa é uma questão que eu acho que a gente precisa responder.

A Comissão pode solicitar informações a todas essas entidades a que o Junior prestou esses depoimentos. Que informe á Comissão o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos esses encaminhamentos, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – No início de 2004, a situação no oeste do Pará era crítica. Grileiros dominavam a região pela força, ameaçando a sobrevivência da floresta e dos povos da floresta. Naquele momento, o interesse era botar a mata abaixo...

Bom, eu vou encerrar por aqui porque essa é uma das questões que eu acho que nós temos obrigação de responder.

Outra é localizar – essa é uma reportagem do início deste ano – o Junior, para saber se ele continua vivo até hoje, porque já se passaram tantos meses...

A gente precisa localizá-lo.

Tem alguma resposta?

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Senador, esse caso foi analisado pelo Ministério Público, pela Secretaria de Direitos Humanos, inclusive o próprio Cláudio, do Ministério Público...

O irmão dele, o Joel, está sendo protegido porque ele atende aos requisitos básicos da legislação. O Junior não atende. Há algumas coisas que eu não gostaria de dizer. Há um relatório lá e...

Ele está vivo. O irmão dele, sim. Ele não encaixaria no nosso sistema de defensor dos direitos humanos; só o irmão dele que está.

Nessa região, realmente, do Riozinho do Anfrísio, a situação é muito grave. Está muito isolada. Há muitos crimes lá. A Polícia Federal tem acompanhado isso lá, o ICMBio também. É um caso grave, mas no caso do Junior, eu posso, com certeza, reafirmar que ele continua vivo.

Está bom?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado.

Para encerrar, eu gostaria ...

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senador Capi, Senador Paim, uma vítima citada aqui pelo Cléber César Buzzato, do Cimi, é o índio Nísio, que foi assassinado. Então, é também uma tarefa nossa, do Governo, do Parlamento, localizarmos, através de todas as armas que nós temos – não digo armas de atirar –, descobriremos o Nísio para que sua esposa, sua família, possa sepultá-lo.

O Sr. Ailson Silveira citava aqui a nossa companheira Nilcilene, que está sob a proteção do programa de testemunhas...

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Não. Defensores de Direitos Humanos.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – É um desafio nosso irmos atrás da causa que faz com que a Nilcilene esteja nesse estado, porque ela chora, ela chora desesperadamente, porque ela quer voltar para a terra dela, quer voltar para o meio da família dela, dos companheiros de trabalho.

Esse é mais um desafio, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Realmente é bizarro 5.000 m³ de madeira saírem por uma única estrada sem que haja qualquer apreensão.

Eu acho que...

Pois não. Vamos ouvir aqui.

Estou falando em nome do Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tranquilo.

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – É só para reafirmar isso e colocar mais um caso. Em outra ocasião falei sobre essa situação, que tem a ver também com o que o senhor disse antes, que é a invasão e a retirada de madeiras também de terras indígenas.

Nós não entendemos como ainda não se resolveu essa situação em várias regiões do país.

Nós temos chamado a atenção e, mais uma vez, eu reforço – está citado também aí no relatório de violência – o caso das terras indígenas no Estado do Maranhão. Existe uma situação, inclusive, de um povo indígena, o povo Awá-Guajá. Há grupos recém-contatados, mas há grupos ainda sem contato com a sociedade. As áreas onde eles residem, sobrevivem, no interior de terras indígenas demarcadas, estão sendo objeto de invasão, há bastante tempo, para retirada de madeira.

No início deste ano, teve repercussão o fato, depois comprovado, de que pequenos locais em que vivem esses grupos de isolados foram... Passaram por cima com trator... Há uma série de questões....

É uma situação de extrema gravidade. Temos chamado a atenção. Há poucos dias, novamente, tivemos...

É importante que se tome iniciativa estruturante que combata a invasão de territórios e a retirada de madeiras desses espaços.

Isso é extremamente violento e incompreensível por que isso ainda não foi combatido eficazmente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Por último, eu gostaria de falar sobre a visita a essa área de conflito. Eu acho que é muito importante a

nossa presença nessas áreas porque ela inibe, ela termina fortalecendo as instituições do Estado, mas também inibe a violência.

Quem sabe com essa atitude a gente possa salvar algumas vidas que hoje estão correndo sérios riscos nessas regiões de conflito.

Portanto, eu queria, finalmente, agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, que aquiesceu ao nosso pedido, nosso requerimento, e nos conduziu com absoluta liberdade e nos permitiu todo esse debate importante.

Também queria dizer-lhes que a manhã vamos estar na Comissão que reúne o Governo Federal, o Senado e a Câmara. Vou estar lá representando a Comissão, representando o Senado, para que gente possa, a partir de todas essas informações, tirar elementos capazes de reduzir, pelo menos mitigar, essa situação de violência em que vive o campo brasileiro.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Senador João Capiberibe, autor do requerimento desta importante audiência pública.

Quero agradecer a presença conosco aqui do Cléber César Buzzato, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário; do Antonio Carlos Moriel Sanchez, Delegado da Polícia Federal, que falou aqui pela Polícia Federal; do Gercino José Filho, Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo; o Ouvidor Agrário do Governo, que falou aqui pelo MDA; quero cumprimentar Ailson Silveira Machado, Coordenador de Conflitos Agrários da Presidência da República, e também ligado, naturalmente à Secretaria de Direitos Humanos, da mesma Presidência; Carlos Pankararu, Presidente da Associação que leva o mesmo nome; Araju Sepeti, etnia guarani, representante da Central União de Índios e Aldeias; Luis Carlos Marchão, Auditor Chefe da Funasa; Deputada Janete Capiberibe; Senador Randolfe Rodrigues; Senador João Capiberibe.

Quero lamentar, mais uma vez, a não presença da Funai. Eu não consigo entender como é que Funai funciona bem com os índios se nem em uma audiência pública sobre os direitos humanos ela se faz presente. Acho que os índios estão com a razão. Se eles não têm competência para mandar um representante aqui...

Veja bem: somos uma comissão que não exige. Quando o Ministro é convidado e não pode vir ele manda um representante. A Comissão, tranquilamente, entende e faz o debate. A Funai não consegue mandar um representante para a audiência seja aqui, seja na Câmara. Nem um representante...

Alguna coisa está errada na Funai. Com todo respeito que tenho àqueles que dirigem a Funai.

Eu queria, ainda, anunciar que na próxima segunda-feira, vamos ter audiência pública para debater o meio ambiente e a questão aquática, ou seja, as águas, principalmente após a Rio + 20.

Vão estar conosco ou o Ministro de Estado da Pesca e da Agricultura, Marcelo Crivella ou o representante dele, que já confirmaram; a Ministra do Meio Ambiente, Isabela Mônica Vieira Teixeira, ou sua representante; o Presidente da ONG Proteção Ambiental, Prof Dirceu Raiser; o Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Roberto Vizentin; Marina Silva, ex-Senadora e ex-candidata à Presidência da República, ou sua representante; e Yana Sobral, Assessora Extraordinária Adjunta para a Conferência Rio + 20, do Ministério do Meio Ambiente; Ana Lúcia Travassos Romano, Diretora da Faculdade de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Eduardo Resende Secchi, oceanógrafo, professor de Oceanografia da Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande do Sul; Deputado Federal José Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; Wendell Stoll, Diretor-Geral Voluntário do Instituto Guardiões do Mar.

Quero dizer que esse Instituto foi um dos que provocou essa reunião a partir do momento em que nos interferimos, em nome da Comissão, em relação a um de seus militantes que estava preso no Canadá por defender a água, os mares, enfim, mediante um movimento realizado fora do seu país de origem.

Quero, além desse anúncio, como eu iniciei esta reunião primeiro cumprimentando todos, dizer que esta Comissão de Direitos Humanos reafirma sua posição concordando com o que foi decidido pela cúpula do Mercosul, que decidiu suspender temporariamente o Paraguai, até as novas eleições presidenciais do país, em 2013, e afirmou que a Venezuela será incorporada ao bloco como membro de pleno direito, em 31 de julho.

Os anúncios foram feitos pela Presidenta argentina, Cristina Kirchner, ao fechar o encontro da semestral da Cúpula do bloco na cidade argentina de Mendoza.

“O Mercosul”, diz a Presidenta, “suspendeu temporariamente o Paraguai até que leve a cabo o processo democrático que novamente instale a soberania popular naquele país”.

Disse isso a Presidenta argentina ao lado da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e do Presidente do Uruguai, José Mujica.

As medidas contra o Paraguai ocorrem em resposta ao processo de *impeachment do Presidente*

Fernando Lugo ocorrido na semana passada e que foi repudiado pelos países latino-americanos.

O Mercosul confirmou o que havia sido adiantado na véspera pelo chanceler brasileiro, Antonio Patriota, suspendendo o Paraguai, mas sem aplicar sanções econômicas que pudessem castigar a população daquele país. Segundo Cristina, a suspensão não diminuiu o compromisso do bloco com o desenvolvimento econômico do Paraguai.

Termina ela, dizendo:

De acordo com o estabelecido no protocolo, à plena vigência democrática é condição essencial para o processo de integração”, diz a resolução da cúpula. “O espírito do protocolo é o restabelecimento da institucionalidade, sem que ele menoscabe o funcionamento do bloco.” Nenhum representante do novo governo paraguaio, agora presidido por Federico Franco, ex-vice de Lugo, participou da cúpula.

Por fim, só informamos a todos que ao final da reunião, Cristina Kirchner transferiu a presidência do bloco para a Presidenta brasileira, a nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Com isso, esta comissão reafirma, mais uma vez, a sua posição de ter considerado um golpe pelo Parlamento do Paraguai dado na cassação, eu diria, do Presidente Lugo. *(Palmas.)*

Terminamos aqui a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE JULHO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia nove de julho de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador Paulo Paim e o Deputado Federal José Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião. A presente reunião, organizada em duas partes. Primeira Parte. Audiência Pública. Pauta: Item único. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 68 e 79 de aditamento, ambos de 2012–CDH, aprova-

dos em 24/05/2012 e 14/06/2012, respectivamente, de autoria do Senador Paulo Paim, para “Debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático, a perseguição a ativistas ambientais, e também a defesa do ecossistema após a conferência Rio + 20, na perspectiva do desenvolvimento sustentável no Planeta”. Convidados: Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Deputado Federal José Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados; Yana Sobral, Assessora Extraordinária Adjunta do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio + 20; Wendell Estol, Diretor Geral Voluntário do Instituto Guardiões do Mar Brasil; Filipe de Oliveira Chaves, Professor Doutor do Departamento de Oceanografia Biológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – em substituição a Diretora Ana Lucia Travassos Romano. São exibidos dois vídeos: o primeiro, produzido pela TV Senado, e o segundo vídeo, fornecido pelo Gabinete do Deputado Federal José Sarney Filho “Fauna Marinha”. O Senhor Wendell Estol, Diretor Geral Voluntário do Instituto Guardiões do Mar Brasil encaminha à mesa documento solicitando providências ao Senado Federal para efetivar uma moratória da pesca de tubarões na costa brasileira por dez anos. Segunda Parte. Pauta Deliberativa. Item 1. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 84, de 2012, que requer a realização de audiência pública para fazer um balanço das audiências realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao longo do primeiro semestre de 2012. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater os direitos das pessoas idosas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 86, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o serviço exterior brasileiro. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 87, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema PSICOFOBIA É UM CRIME. É sugerido convidar os seguintes especialistas: ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; WAGNER GATTAZ – Professor Titular da Faculdade de Medicina da USP; IANE KESTELMAN – Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA (Representante dos Pacientes); LEANDRO MALLOY DINIZ – Professor de Psicologia da UFMG, Presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicolo-

gia; DOUGLAS PARRA – Presidente da Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais - AFDMSO e Vice-Presidente da AFDM Brasil (Representante dos Familiares); ROBERTO TIKANORI – Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Aatoria do Projeto: Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 88, de 2012, que requer a realização de audiência pública para discutir denúncias sobre os graves delitos cometidos por associações de falsos condomínios. Os falsos condomínios surgem quando alguns moradores de determinada rua ou loteamento, reunidos em grupos, a pretexto de prover maior segurança, criam uma associação, à revelia de muitos dos proprietários, cercam a área com muros, colocam portões, constroem guaritas e portarias dotadas de cancelas e proíbem a circulação de pedestres e de veículos considerados indesejáveis. São o exemplo mais eloquente da privatização do espaço público. Para discutir esse assunto, de notório interesse público, indicamos, como convidados: Fernando Massote, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e organizador do Movimento Portas Abertas contra os Falsos Condomínios em Minas Gerais; Francisco do Arembepe, representante do Movimento de Defesa contra Falsos Condomínios em Camaçari, no Estado da Bahia; José Carlos de Freitas, promotor de justiça de São Paulo na área de Habitação e Urbanismo; Marcia Saraiva de Almeida, coordenadora do Movimento Nacional de Defesa das Vítimas dos Falsos Condomínios; Roberto Mafulde, advogado especializado e atuante na luta contra os falsos condomínios; Rodolpho Mello, coordenador do Movimento Cidade Democrática, em Cotia-SP; Sandra Paulino da Silva, advogada e moradora no município de Embu das Artes, São Paulo; Saulo César Paulino e Silva, professor universitário e morador no município de Embu das Artes, São Paulo; Sidney Rosa, coordenador do Grupo de Combate aos Falsos Condomínios no Estado do Rio de Janeiro. Aatoria do Projeto: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 6. Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa nº 89, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a criação do Instituto Nacional de Oceanografia, nos moldes dos grandes institutos oceanográficos existentes no mundo, voltados para o ambiente e a exploração dos mares. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Aatoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Usa a palavra o Senador Paulo Paim e o Deputado Federal José Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, *Altair*

Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco em votação.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública. Nos termos do Requerimento 68 e 79 de aditamento, ambos de 2012, da CDH, aprovado em 24/05/2012 e 14/06/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático, a perseguição a ativistas ambientais e também a defesa do ecossistema e, naturalmente, comentando a Rio+20, na perspectiva dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável do Planeta.

Nós convidamos para este evento, já confirmado, Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, está conosco; Wendell Estol, Diretor-Geral voluntário do Instituto Guardiões do Mar do Brasil, e também Filipe de Oliveira Chaves, Doutor Professor do Departamento de Oceanografia Biológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que substitui aqui a diretora Ana Lucia Travassos Romano; Yana Sobral, Assessora Extraordinária Adjunta do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio+20.

Nós pretendemos desenvolver o nosso trabalho no dia de hoje, vamos ter, logo após a audiência, a aprovação de requerimentos, entre eles um que vai tratar sobre uma audiência pública para debater os direitos da pessoa idosa. Está presente conosco, aqui está inclusive, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – tinha um cartão aqui, estou procurando; que tinha, tinha. Está aqui: está presente Neusa Pivatto Müller, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Diretora de Promoção de Direitos Humanos e Coordenação Geral dos Direitos dos Idosos.

O requerimento vai ser aprovado após a audiência pública e vamos combinar, inclusive, os painelistas. Esta audiência nossa de hoje vai se desenvolver com

o seguinte roteiro: eu farei uma leitura rápida de um texto sobre a importância desta audiência, em seguida eu vou convidar a Mesa, esperamos que tenha a Mesa 1 e a Mesa 2 aí – está aqui já, valeu, obrigado – e depois vamos passar um vídeo, feito aqui pelo próprio Senado, programa Eco Senado, produção TV Senado, 12 minutos, tema: Pesca da lagosta em Beberibe, no Estado do Ceará. Esse programa vai ao ar ainda no próximo sábado, às 6h30, às 12h e às 19h30. Aos domingos, vai ter reprise às 6h30 e também às 8h15, e depois 16h45.

Nós estamos no ar, só para situar os nossos painelistas, pela TV Senado para todo o Brasil, pela Rádio Senado, com cobertura da Agência Senado, e pela Internet, pelos canais, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Antes de formatar a Mesa e passar o vídeo, eu já convidaria os primeiros três convidados. Quero convidar para a Mesa aqui, é uma alegria tê-lo conosco, Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Seja bem-vindo.

(Palmas.)

Sei que é uma viagem longa para estar aqui conosco.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou convidar também Wendell Estol, Diretor-Geral voluntário do Instituto Guardiões do Mar do Brasil.

(Palmas.)

E Filipe de Oliveira Chaves, Doutor Professor do Departamento de Oceanografia Biológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que aqui substitui a Diretora Ana Lucia Travassos Romano.

Tem mais dois convidados. Se os outros dois convidados chegarem, nós já estamos com a Mesa aqui, a primeira Mesa, em condição de iniciar os trabalhos.

Eu vou fazer uma introdução, e vocês vão ver que essa introdução vai estar localizada mais na figura do trabalho dos Guardiões do Mar do Brasil. Por quê? Porque foram eles que nos trouxeram aqui a situação de um ativista que estava preso no Canadá, e aí começamos a conversar, dialogar, sobre o tema e, pela sua importância, enfim, hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a proteção à fauna marinha e ao meio ambiente aquático e à perseguição a ativistas ambientais. E aqui é simbólica a presença do representante do Instituto Chico Mendes. Todo mundo sabe: se ele quiser, ele pode mais uma vez resgatar o assassinato do nosso grande líder Chico Mendes com quem eu tive a alegria de conviver em alguns congressos da CUT.

O que motivou esta audiência pública foi uma provocação feita num primeiro momento: a prisão no mês de abril do capitão canadense Paul Watson, um

dos mais ativos e importantes ativistas do Planeta, líder da ONG internacional Sociedade de Conservação Pastores do Mar, focada na defesa dos oceanos e da vida marinha no mundo todo e defensor dos animais, contrário à caça ilegal das baleias, golfinhos e focas.

Aliado a isso, há várias manifestações e debates em todo o mundo que tratam da perspectiva do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental da fauna e da flora. Só aqui tivemos, no caso da Rio+20, conferencistas da ONU para definir, com líderes mundiais, participantes do setor privado, ONGs, enfim mais de 140 países se não me engano, presentes naquela atividade, como é possível reduzir a pobreza, promover a justiça social e a proteção do meio ambiente em um planeta cada vez mais habitado.

A presença marcante da sociedade civil na Cúpula dos Povos demonstrou a crescente conscientização e também a mobilização em torno da agenda ambiental. Tenho certeza de que, a partir de agora, os governos serão pressionados a se manifestarem com maior sensibilidade, unindo à questão do meio ambiente o social, e por isso nós estamos fazendo este debate aqui hoje na Comissão de Direitos Humanos.

Faço aqui um breve relato pela luta, pela preservação ambiental no Planeta. Lembramos aqui, neste caso específico, que aqui eu citava antes, do capitão: ele foi eleito pela revista *Time* um dos heróis da ecologia do século XXI. Também foi co-fundador da ONG internacional Greenpeace. Em 2002 ele filmava um documentário sobre uma operação ilegal em uma embarcação na Costa Rica. Teria, segundo autoridades costa-riquenhas, violado o tráfego marítimo em alto-mar e feito com que um navio pesqueiro se batesse com outro perto da Guatemala. Isso é o que eles dizem e seria feito o motivo da prisão. O capitão foi preso em 14 de abril e mandado para a prisão. O mandado da prisão do Paul foi emitido na Costa Rica em outubro de 2011.

Bom, aqui há uma série de dados sobre a luta desse militante, que não é diferente de outros. O Brasil não pode calar-se diante desse fato. A indústria pesqueira no Japão, Noruega, Rússia, Coreia do Sul e China, países de forte influência internacional que encontram na pesca uma forma de ganho econômico, exatamente festejam a prisão desse militante e de outros. Temos um dos litorais mais ricos em diversidade marinha do Globo, o nosso aqui, as águas brasileiras despertam o interesse da indústria pesqueira mundial – nada contra a pesca, de forma alguma, porém tudo contra a pesca ilegal e a destruição da biodiversidade marinha. Repito: não podemos nos calar, pois essas verdadeiras máfias já estão atuando em águas brasileiras, principalmente na Região Norte e Nordeste do

Brasil. Não por acaso, a apreensão de barbatanas de tubarão, que seriam contrabandeadas para a Ásia, crime que está se tornando mais frequente aqui no Brasil.

Existem diversos questionamentos que devemos fazer acerca dessa questão, e um deles é: não gostaríamos de ver nossos pescadores artesanais serem engolidos pelas grandes organizações pesqueiras internacionais, enfim pessoas como o capitão Paul lutam para que isso não ocorra. Lembramos que a Sociedade de Conservação Pastores do Mar, da qual Paul faz parte, possui um braço em solo brasileiro, responsável pela proteção da costa brasileira e a sua diversidade marinha, atuando frente às questões relacionadas à pesca ilegal, derrame de petróleo, agressão do meio ambiente, e por aí vai. Bom, isso aqui é um resumo rápido de como é que se iniciou o debate na Comissão a partir do movimento dessa ONG, pedindo socorro para que a Comissão de Direitos Humanos se manifestasse. Eu fiz um documento em nome da Comissão, li no plenário e encaminhei também para a Embaixada do Canadá e para outros órgãos, conforme me foi solicitado na perspectiva da liberdade desse militante. Só falei de um, mas são milhares de militantes, e muitos são agredidos, presos, e por que não lembrar o assassinato covarde do Chico Mendes. Só pela simbologia que tem o Chico Mendes aqui para todos nós, é mais do que justo lembrá-lo. E eu proporia que a gente iniciasse de imediato – está pronto o vídeo aí da TV Senado? Passamos o vídeo e depois vamos ao debate com os nossos convidados.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns à TV Senado pelo trabalho construído e aqui apresentado.

Eu quero já cumprimentar quem está conosco aqui, eu agradeço muito ao Deputado José Sarney Filho, sua presença é um prestígio para esta Comissão. Então, uma salva de palmas para ele, como demos para os outros convidados. E dizer que a Yana Sobral também está conosco. Yana Sobral é Assessora Extraordinária Adjunta do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio+20 e ela preferiu se manter no plenário. Então, uma salva de palmas também para a Yana. *(Palmas)* O pessoal está pedindo para a Yana se levantar, só para localizá-la. *(Pausa)* Ela deu uma saída, acho que foi dar uma entrevista ali fora.

Então, nós combinamos aqui na mesa, que o Roberto Vizentin, que é Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que podemos iniciar com ele a primeira exposição. Ou seja, ele é o primeiro expositor. Quer dizer que todos estão

com liberdade total, se tiver algum material para passar, também, na tela pode usar e cada um vai dispor do tempo máximo de vinte minutos. Eu normalmente dou dez, dou mais cinco e, se o convidado assim entender, mais cinco, chegando no máximo a vinte para falar do tema: biodiversidade, defesa dos mares e dos oceanos, enfim.

Está com a palavra Roberto Vizentin.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Muito bom dia a todos e a todas, uma saudação muito respeitosa ao Senador Paim, ao Deputado Sarney Filho, ao nosso companheiro Felipe e Wendell, que compartilham aqui esta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Senador, ao agradecer o convite, quero dizer que nos acompanha aqui, além da assessoria parlamentar, o nosso colega Hugo, que é coordenador e um dos responsáveis pelos planos de proteção às espécies ameaçadas e que poderá contribuir com o nosso debate também aqui.

Nós preparamos uma apresentação que até pode ser projetada, mas eu, a partir da sua abertura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para o Deputado Sarney, que chegou depois, o tema ficou amplo: debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático, a perseguição de ativistas ambientais, a defesa do ecossistema, a Rio+20, enfim, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no Planeta.

Então, todos fiquem bem à vontade para falar do tema que entenderem mais adequado, desde que fiquem na linha do meio ambiente ou direitos humanos, que é a defesa da vida.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Perfeito. É isso aí.

Agora, francamente, pelas motivações iniciais da audiência, nós percebemos que há um foco exatamente nesse quadro de violência, de perseguição, de disputa pela apropriação dos recursos naturais, especialmente, no caso aqui, os recursos do mar, da zona costeira. Então, deixo a apresentação como uma contribuição, para ficar como registro e, mais para frente, a gente mostra algumas informações, alguns dados mais focados na questão da zona costeira e dos recursos do mar.

Eu faria, então, no tempo que nos é reservado, uma abordagem mais ampla, para a gente poder situar concretamente essa questão que motiva a audiência.

O Senador Paim fez referência, na forma de uma homenagem, ao lutador Chico Mendes, que, com muita honra, denomina o nosso instituto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

No dia 23 de junho passado, sábado, ainda no eco da plenária final da Rio+20, no Estado do Rio de Janeiro, na Baía da Guanabara, próximo a uma área de proteção ambiental denominada Guapimirim, dois

pescadores comunitários, lideranças da comunidade dos pescadores da Baía, foram encontrados assassinados e com todos os indícios realmente de uma execução: estavam com suas mãos e pés amarrados. E não foram, infelizmente, as duas únicas vítimas. Já nesse mesmo contexto, no final do ano passado, uma outra liderança da associação dos pescadores Homens do Mar, assim denominados, também foi assassinada.

Nós poderíamos, evidentemente, chamar à memória aqui uma série de outras lideranças, trabalhadores, trabalhadoras, ativistas socioambientais que, na sua luta em defesa do meio ambiente, dos seus direitos territoriais, das suas comunidades, sofreram a ação de forma mais brutal com a perda da vida.

Isso naturalmente denota o que está por trás desse quadro de violência, que às vezes ganha mais ou menos visibilidade na opinião pública, no próprio aparelho de Estado, que é exatamente um processo de luta e de disputa pela apropriação do território e dos seus recursos. Outrora foram as florestas, na luta do Chico Mendes; hoje, em boa medida, é o território costeiro marítimo.

Todos reconhecemos que a grande fronteira em termos de recursos do século XXI realmente são os oceanos. Em vários sentidos, não só pela sua biodiversidade, centenas de espécies que têm um potencial tremendo do ponto de vista econômico, mas também para a segurança alimentar de milhões de pessoas que vivem na zona costeira, mas também por outros recursos naturais, petróleo, minerais. Então, é muito oportuno, entendo eu, que se realize esta audiência pública, porque o Deputado Paim e seus pares aqui desta Comissão, assim como o Deputado Sarney Filho faz na Câmara dos Deputados, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, ao trazer este tema aqui, naturalmente, coloca em evidência esta realidade e chama o Poder Público e o Executivo para um balanço, digamos assim, da implementação das próprias políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável no nosso País.

No caso concreto aqui, com esse foco para a zona costeira e os recursos do mar, seria muito oportuno que nós tivéssemos, numa próxima oportunidade, além dos que estão aqui nesta Mesa hoje, por exemplo, a comissão coordenadora, o grupo executivo do Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro – PNGC.

Esse plano instituído por decreto, mas também como resultado de uma política nacional de gerenciamento costeiro, congrega praticamente todos os órgãos públicos federais, com a participação dos Estados e da sociedade civil, responsáveis por ações de ordenamento e gestão da zona costeira. E é um plano que considero dos mais estratégicos que o País construiu.

Há todo um marco jurídico normativo contido nele em relação ao acesso, à repartição, à apropriação dos recursos, à forma de planejar a ocupação do espaço costeiro, e talvez nós pudéssemos, a partir dele, fazer uma série de considerações no sentido de potencializar as ações coordenadas, integradas do Poder Público, da sociedade, da iniciativa privada também, em relação ao espaço costeiro, que concentra grande parte da população brasileira. Assim como também é importante – e já está lá nesse comitê gestor do PNGC – a presença do Ministério da Pesca, que tem uma série de competências, atribuições e responsabilidades que antes estavam concentradas no Ibama, no Ministério do Meio Ambiente; agora são executadas pelo Ministério da Pesca. Então, é um ator fundamental, por esses aspectos todos de regulação, de promoção de políticas indutivas, das formas sustentáveis de potencializar.

Aqui no vídeo, nós vimos, por exemplo, o depoimento e a reivindicação que cobra uma política pública diferenciada para os pequenos, para as comunidades extrativistas. É bem verdade que, assim como acontece em outros setores, nesse território também há uma disputa que envolve atores coletivos sociais, sujeitos cujas relações de poder são muito assimétricas.

Eu queria lembrar agora mesmo uma iniciativa malsucedida da nossa parte: quando fomos promover os debates, as audiências públicas, para ampliar o Parque Nacional de Abrolhos. Mas estava contida nessa proposta de ampliação a criação também de um mosaico de unidades de conservação no litoral do Nordeste. E quando fomos fazer a audiência pública no sul da Bahia e no Espírito Santo, um determinado grupo hegemônico por setores da indústria pesqueira contrário aos interesses das comunidades extrativistas, inviabilizou de forma absolutamente violenta e antidemocrática a própria audiência pública. Então, evidentemente, essa é uma situação absolutamente inaceitável dentro de um quadro de Estado de direito democrático e que traz reflexões. Seguramente, essa denúncia feita aqui que motivou esta audiência pública chamada pelo Senador Paim revela um aspecto inserido num contexto maior.

Então, além do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, uma outra iniciativa muito importante que também procura estabelecer uma política efetiva de ordenamento e gestão ambiental e territorial dos recursos costeiro e marítimo é o próprio zoneamento ecológico-econômico. E o Ministério do Meio Ambiente, que coordena esse instrumento de planejamento, está, precisamente neste momento, fazendo um zoneamento ecológico-econômico da zona costeira do País. Então, no momento adequado, parece-me oportuno também que esse zoneamento seja aqui debatido.

O zoneamento é um instrumento de planejamento e gestão e traz consigo também um conjunto de recomendações, de diretrizes que têm caráter normativo. Então, é no âmbito desse zoneamento que nós poderemos, por exemplo, estabelecer áreas prioritárias no litoral brasileiro para criação, entre outras finalidades, de unidades de conservação. Aí é exatamente um campo de intervenção que é próprio do Instituto Chico Mendes.

Como sabem, o ICMBio é responsável, junto com o Ministério do Meio Ambiente, pela criação e pela gestão das unidades de conservação. Nós temos, Deputado Paim, 61, 62... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Fora do microfone.*) Não esquentar.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Não. Já foi Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Fora do microfone.*) Para mim é uma bela lembrança.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Perfeito. Se eu tivesse chamado o Deputado Sarney de Senador, ele acharia que o estava promovendo. Mas será também, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um processo natural. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Perfeitamente. Será, seguramente.

De tal forma que essas 60 unidades de conservação que estão situadas na zona costeira – na apresentação que vai ficar aí para os Anais, pode-se situar lá, para que se tenha uma ideia – já contemplam, em boa medida, as reservas extrativistas. As reservas extrativistas são...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Fora do microfone.*) Mais dez minutos.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Mais dez minutos. Em cinco, a gente conclui.

Elas são criadas a partir de uma demanda das comunidades, da sociedade. E uma vez verificada a pertinência da reivindicação, são criadas por ato do Poder Executivo. Mas o mais importante não são apenas essas 60 ou 61 unidades de conservação na zona costeira, de sul a norte do País; são as mais de 150 propostas de criação de novas reservas extrativistas que estão com processos abertos no ICMBio. E boa parte dessas propostas e reivindicações de criação de novas reservas extrativistas são realmente demandas apresentadas por essas comunidades que hoje, em boa medida, enfrentam essa situação de tensão e de conflito na zona costeira. A zona costeira que passa, seguramente, é a parte do território nacional que sofre maior intensidade de vetores de pressão, pressão sobre

o seu território, sobre suas comunidades, sobre sua população e sobre os ecossistemas marinhos também.

Então, há todo um esforço, neste momento, buscando essa integração das macropolíticas. Por isso, eu me referi ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, ao zoneamento ecológico-econômico para chegar às unidades de conservação, porque é aí que nós aterrissamos.

As diretrizes gerais do PNGC e do zoneamento são traduzidas, no caso concreto, nas unidades de conservação, com a criação dessas unidades de conservação. Além disso, um outro marco fundamental que aí está sendo projetado são exatamente as áreas prioritárias para conservação. Elas estão projetadas não só para a área territorial, mas também para plataforma continental. E nesse momento, o Ministério do Meio Ambiente, valendo-se dessa base de conhecimento que indica as áreas prioritárias, está concluindo, e será anunciada – outra vez será muito importante o debate aqui no Congresso Nacional – a estratégia nacional de conservação da biodiversidade, com o horizonte temporal 2012-2020. E nessa estratégia, estão estabelecidos os territórios prioritários. Está contido nessa estratégia um plano bienal que vai indicar metas concretas para serem atingidas em termos de criação da área de conservação. De tal maneira que o grande objetivo da Ministra Izabella Teixeira, ao estabelecer essas prioridades dentro do Ministério e aos seus órgãos vinculados, no caso concreto o ICMBio, mas também o serviço florestal e o Ibama, é ampliar o debate na sociedade brasileira na esteira da Rio+20, toda a discussão realizada lá, esse grande desafio que é fazer a transição dos objetivos do milênio para os objetivos do desenvolvimento sustentável, depois, talvez, a Yana possa trazer uma contribuição aqui, porque ela, como Assessora Especial do Ministério para a Rio+20, copilou todo um conjunto de informações, resultado das negociações da Rio+20. Então, esse momento, agora, que estamos considerando como legado da Rio+20, traz grandes desafios no contexto da agenda global mas também nacional, porque no que pese a crise financeira internacional, o Brasil, mais ou menos, está numa trajetória ascendente de crescimento. E uma coisa é fazer a gestão ambiental numa situação de economia estagnada, outra coisa é fazer a gestão ambiental num período histórico de crescimento. E que bom que seja assim por um lado, mas por outro, evidentemente, isso implica em novas pressões e novos conflitos sobre os recursos.

Todos os investimentos, por exemplo, no PAC na Zona Costeira, o esforço que se faz hoje no âmbito do Governo, do setor empresarial é para que essas obras de infraestrutura e de logística resultem em processos

virtuosos de desenvolvimento, de inclusão socioprodutiva das comunidades e não apenas pelo lado negativo dos seus impactos. Então, mitigar os impactos ambientais e fazer dessas grandes obras do PAC, oportunidade de crescimento e de geração de emprego e renda, estão no centro da implementação dessas obras de infraestrutura, de tal maneira que eu tenho comigo que dentro do que cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – a gestão das unidades criadas, o desafio de ampliar as unidades de conservação – nós temos que nos valer e nos situar e nos movimentar dentro da leitura dessas grandes transformações que acontecem no território nacional.

Esses aspectos aqui associados à perseguição, seja na Amazônia ou no Cerrado... A gente fala muito da Amazônia, mas é sempre bom lembrar que hoje o grande bioma afetado, além dos ambientes costeiros, é o Cerrado! A taxa de desmatamento no bioma Cerrado, Senador Paim, já é duas vezes maior do que a taxa de desmatamento na Amazônia.

Então, nós temos aqui, no âmbito do Ministério e do Instituto, integrada nesses marcos das políticas públicas mais amplas, uma contribuição concreta que são as unidades de conservação. Associado a essas unidades há todo um campo – para concluir – de pesquisa. Aí são os nossos centros, voltados para diferentes tipos de... Tem uma divisão...

Apenas para esclarecer os presentes, quando se trata de espécies ameaçadas – estava numa lâmina anterior – tem uma divisão apenas em termos de trabalho. Na política estão integradas. Aqui fala sobre as espécies ameaçadas, incluindo a fauna marinha. Vejam que são 85 divididos pelos seus grupos e para cada espécie dessa ameaçada, além de outras medidas existe um plano de proteção da espécie. Esse plano é elaborado com base no que tem na vanguarda do conhecimento científico, com a contribuição da academia, dos pesquisadores, dos quadros dos institutos. E parte desse conhecimento em relação a essas espécies é gerado pelos nossos centros de pesquisa de primatas, de aves, de mamíferos.

Há um centro nacional de populações tradicionais sediado no Estado do Deputado Sarney Filho, o Centro Nacional de Populações Tradicionais, que desenvolve todo um conjunto de pesquisa de investigação também participativa com as comunidades tradicionais, incluindo as comunidades costeiras mais propriamente ditas.

Esse conhecimento que gera esses planos de proteção também dialoga naturalmente com o contexto socioeconômico em que essas espécies estão inseridas. Evidentemente, elas não estão apartadas de um entorno em que se reproduzem, envolvendo as populações humanas. Então, são planos de ação que

dependem muito da capacidade de envolvimento da área técnica, mas também da população.

Eu digo, para concluir, que esse contexto que o País está vivendo, esses desafios que estão colocados da agenda transição para sustentabilidade, implicam também uma compreensão política de que nós não teremos como avançar nessa agenda socioambiental se não ampliarmos também a interlocução com o conjunto da sociedade, mas, em particular, ampliando a participação protagonista dessas populações que dependem diretamente dos territórios e dos recursos naturais.

Bem; fico por aqui, porque depois vamos para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Deputado Sarney aqui apenas fez um questionamento.

Os convidados podem, entre si, fazer algum tipo de consideração. Fiquem bem à vontade.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – É breve. Primeiro, Presidente, eu quero parabenizá-lo pelo seu lúcido discurso, pela sua visão sobre as unidades de conservação e sobre o Instituto Chico Mendes.

É importante que tenhamos à frente desse importante instituto uma pessoa como o senhor, que tem essa visão socioambiental e realística da emergência ambiental em que vivemos hoje e da importância das nossas relações e direitos que temos de manter com as futuras gerações, porque acho que hoje ao se falar na questão ambiental, estamos falando também no direito intergeracional, o direito que as futuras gerações, que os netos dos nossos netos têm de desfrutar o mundo, pelo menos do jeito que estamos desfrutando hoje. Ser melhor é o nosso desejo, mas que não piore, que não se deixe um legado de destruição.

Eu sempre tenho dito... É importante falarmos dentro do discurso, por isso pedi a palavra agora. Eu não quero precedência, não, Presidente. Estou tranquilo aqui. Hoje é uma segunda-feira, estamos tranquilos aqui e é importante discutirmos essa questão das águas.

Primeiro, é uma questão que não se restringe somente à luta de florestas, essa luta daqueles que defendem os direitos difusos da sociedade contra aqueles que defendem interesses – não direitos – concretos, individuais ou de grupos. Isso se dá no campo, na floresta, no mar também. Então, é muito difícil. Aí, é preciso que tomemos muito cuidado, porque existe uma evidente contradição na intenção do Ministério da Pesca e Aquicultura e na visão do desenvolvimento socioambiental.

Eu fui um derrotado até, na discussão da criação do Ministério da Pesca, porque não queria tirar determinadas prerrogativas do Ibama, que acabaram saindo. A aparente contradição diz respeito ao seguinte: en-

quanto o discurso do Ministério da Pesca é o aumento da produção, é nós incentivarmos, criarmos barcos de pesca, darmos linhas de financiamento à pesca, a nossa preocupação da parte ambiental é justamente: “Será que nós ainda temos esse tanto de peixe?” Nós temos exemplos, aqui, concretos, de diminuição tremenda de estoques pesqueiros ao longo de anos. Eu vou me referir a isso mais tarde, ali na nossa palestra. Então, é preciso que alinhavemos. Isso, dentro do Executivo.

E também dentro do nosso Legislativo, estamos vendo como é difícil fazer frente a esses interesses concretos, Senador Paim, e como está a nossa atual legislação, que favorece o Executivo que é mais instrumentalizado para criar unidades de conservação, para balizar a política de desenvolvimento sustentável.

Nesse momento, o Congresso, a Câmara dos Deputados, discute. Nós perdemos, na Comissão de Constituição e Justiça, a retirada da prerrogativa do Executivo de criar unidades de conservação, de criar áreas de quilombola, de criar reservas indígenas, que passariam ao âmbito do Congresso, o qual não tem sociólogos adequados para isso, não tem capacidade técnica de fazer um estudo adequado para essas criações.

Mas isso tem um intuito, que é de interromper a criação. Simplesmente. Nós não somos crianças aqui. Ninguém é besta de pensar que querem colocar para o Congresso, porque o Congresso é mais capacitado, porque o Congresso é mais ágil. Ao contrário. Uma lei ambiental aqui no Congresso dura doze anos, em média, se forem a favor, porque se forem contra, rápido ela é votada.

Eu queria somente aproveitar esse gancho. Precisam pedir. Talvez fosse o caso da representante do Ministério do Meio Ambiente, que veio da Rio+20, nos dizer... Voltando ao tema, que ela nos dê uma breve palavra sobre os avanços. Parece-me que a única meta que saiu da Rio+20 foi no que diz respeito a plásticos em oceanos. Não está muito clara essa questão da Rio+20 em relação aos oceanos.

Então, se V. Ex^a concordar, seria bom que ela desse esse esclarecimento para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – No momento em que a Yana Sobral quiser usar a palavra, estará à disposição dela.

Yana, você quer usar agora? (*Pausa.*)

Pode. Se quiser responder agora?

A SR^a YANA SOBRAL – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Então vamos lá, Yana. Vamos lá.

A SR^a YANA SOBRAL – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Só assim dá uma dinâmica aqui nos nossos trabalhos.

A SR^a YANA SOBRAL – Está joia.

Bom dia a todos e a todas.

Se os senhores me permitirem, eu vou fazer só uma breve leitura do que foi realmente a Conferência, do que ela significa em termos internacionais e de como devemos fazer a leitura de seus resultados.

A Rio+20, pela primeira vez na história das Nações Unidas, é uma conferência convocada por países em desenvolvimento e que teve, na gestão de seus resultados e de suas negociações, a participação marcante dos países em desenvolvimento. Isso mostra uma nova dinâmica internacional de fôlego, de participação dos países em desenvolvimento não apenas como seguidores de agenda, mas também e principalmente como propositores de agenda.

Além disso, também do ponto de vista de resultados da Conferência, entendemos que a Conferência e seus resultados devem ser analisados sob duas óticas principais. A primeira delas como seus resultados formais, a que o Deputado Sarney Filho se referiu, a questão dos oceanos especificamente. E não só a questão dos oceanos, mas temos outros processos importantes ali aprovados. Mas também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a YANA SOBRAL – Claro; claro. E temos também que analisar à luz dos debates extraoficiais que aconteceram fora do Riocentro, que tiveram grande qualidade.

Bom, do ponto de vista de resultados da negociação formal, do documento final, alguns pontos importantes saíram de lá. A primeira questão é a coordenação da agenda de desenvolvimento sustentável dentro do Sistema ONU. Ou seja, gerou-se o mandato para a criação de um fórum de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável, com a ideia de coordenar as ações da ONU na área ambiental, social e econômica. Ou seja, a ideia é que não apenas a área ambiental da ONU, não apenas o Pnuma seja submetido às decisões de desenvolvimento sustentável, mas que todos os outros órgãos da ONU, órgãos econômicos e sociais da ONU estejam submetidos às mesmas diretrizes.

Isso não existia e a Rio+20, então, cria um fórum de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável, com a ideia, justamente, de que a partir de decisões, de diretrizes sobre sustentabilidade, todos estejam sujeitos às mesmas diretrizes e orientações. Então, foi um resultado concreto da Conferência.

Criou-se esse fórum e a partir de agora a Assembleia Geral da ONU vai determinar como será sua

funcionalidade, sua periodicidade, quem serão seus componentes, as suas regras de funcionamento, mas o fórum fica criado.

De igual maneira, a Rio+20 adotou o plano de dez anos de produção e consumo sustentável. Nunca antes se tinha adotado um plano dessa magnitude. É um plano de dez anos para que países se comprometam com padrões sustentáveis de produção e de consumo.

De igual forma, como o Presidente Roberto Vizentin falou, a Rio+20 adotou a criação de objetivos do desenvolvimento sustentável. Então, a partir de agora, de setembro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, um grupo de trinta especialistas vai conduzir a elaboração desses objetivos, acordando nos números, nas metas, na forma de implementação, nas áreas temáticas. E esses objetivos estarão vigentes a partir de 2015.

O grande mérito desses objetivos é que ao contrário dos objetivos de desenvolvimento do milênio, os objetivos do desenvolvimento sustentável valem para países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Os objetivos do milênio tinham validade apenas para países mais pobres. Então, a partir disso, os objetivos do desenvolvimento sustentável valem para toda comunidade internacional, partindo-se do pressuposto de que não apenas países pobres contribuem para a questão do desenvolvimento sustentável, mas principalmente países desenvolvidos também têm os seus papéis, independentemente do fato de terem ou não populações abaixo da linha de pobreza. Mas todos podem contribuir com o desenvolvimento sustentável. Todos têm a sua função e a sua parcela de contribuição.

Além disso, a Rio+20 também criou a necessidade e já determinou à Comissão de Estatística da ONU a criação de métricas alternativas ao PIB.

Com relação à questão de oceanos, que foi a mais mencionada pelo Deputado Sarney Filho, a Rio+20 tomou a decisão de se negociar um instrumento adicional à Convenção sobre o Direito do Mar, das Nações Unidas, para proteção da biodiversidade e dos recursos naturais em áreas além da jurisdição nacional.

A ideia é de que seja um tratado à Convenção sobre o Direito do Mar, da ONU, que é o instrumento da ONU capaz de gerenciar o mar fora das áreas nacionais. Os países passaram um tempo negociando se esse instrumento deveria ser atrelado à Convenção sobre o Direito do Mar, ou se seria atrelado à Convenção de Diversidade Biológica, mas esta não tem mandato para trabalhar em áreas fora da jurisdição nacional. A Convenção de Diversidade Biológica tem a prerrogativa e o mandato para trabalhar em áreas nacionais.

Então, o instrumento-mãe desse novo protocolo que sairá sobre questão de oceanos será a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a in-

tenção é que esse documento... o mandato claro dado pela Rio+20 é de que esse documento deverá estar negociado e fechado até 2015.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – E sobre lixo no mar? Objetivamente não teve uma decisão sobre isso?

A SR^a YANA SOBRAL – Sobre lixo no mar? Tudo isso será objeto desse protocolo, Deputado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Não teve uma objetiva sobre plástico, na declaração?

A SR^a YANA SOBRAL – Não. Acredito que não. Tudo isso será, na verdade, objeto desse protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra volta, agora, para o Roberto Vizentin, para que ele faça o encerramento dessa parte. E o debate continua. Tanto a Yana pode usar a palavra a qualquer momento, como o Deputado e os outros convidados.

Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Só vou agregar duas informações e já ampliamos aqui a participação.

Seria importante também, Deputado e Senador, considerar que pela primeira vez nós temos, no PPA, Plano Plurianual, um programa inscrito voltado para o mar. O programa chama-se Mar, Zona Costeira e Antártida. Portanto, ele consigna recursos efetivamente no Orçamento da União para as ações de desenvolvimento sustentável desses territórios, desses espaços.

A outra informação é que fiz menção aos assassinatos que aconteceram no Rio de Janeiro. Dia 10 e 11 agora, portanto amanhã e depois, talvez um dia mais para frente, a Ministra Maria do Rosário estará com a Secretaria de Direitos Humanos, essa comissão que ela coordena também, exatamente no Rio de Janeiro, para fazer com que o crime seja evidentemente apurado em suas últimas consequências.

Então, eu fico à disposição, Senador, para na sequência entrarmos no debate e esclarecermos eventualmente o que...

(Interrupção do som).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) da biodiversidade, que também falou aqui, eu poderia dizer, também pelo Ministério do Meio Ambiente, pela indicação que eu tive da própria Yana, que também se posiciona claramente, na sua visão em relação à Conferência Rio+20.

Eu vou passar a palavra, agora, a Wendell Estol, Diretor Geral Voluntário do Instituto Sea Shepherd Brasil (Instituto Guardiões do Mar), que é daqueles que me procuraram para que eu intercedesse junto ao Canadá, em nome da Comissão de Direitos Humanos, em relação ao capitão que estava preso lá por defender os mares.

O SR. WENDELL ESTOL – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite para trazer uma ONG para a Mesa, aqui. É a primeira vez que esse gesto chega até nós, do Instituto Sea Shepherd para o Brasil. E num momento importante chegou esse convite, quando a Rio+20 fracassou na questão da discussão sobre os oceanos. Nós entendemos que não houve avanço nenhum. Simplesmente deixaram para 2015 a decisão sobre algo nos oceanos. E hoje sabemos que os oceanos, não só no Brasil mas no mundo, estão sendo controlados – desculpem; perdão pela palavra – por verdadeiras máfias. Não é uma questão de desenvolvimento sustentável ou o que quer que seja.

O Deputado Sarney Filho fez referência a grupos que têm interesse particular. São grupos mundiais, Deputado. Não é um grupo de interesse local brasileiro, é o mundo inteiro. E o ambiente marinho não suporta mais isso.

Quanto à prisão do Paul Watson, ele ainda está restrito à Alemanha e não pode sair da cidade de Frankfurt; e é mais uma das atividades meramente de articulação política para barrar simplesmente a pessoa que está conseguindo fazer com que o Japão cace somente 20% da cota de baleias na Antártida. Ou seja, há quatro anos consecutivos a indústria baleeira japonesa tem tido prejuízos astronômicos e o próprio povo japonês começa a questionar o Governo japonês quanto aos subsídios à indústria de caça às baleias, no próprio Japão, coisa que não era permitida.

Então, estamos falando aqui de um ativista, assim como outros, que desde 1971 milita num movimento ambientalista, iniciado juntamente com a famosa atriz Brigitte Bardot. E desde 1977 atua exclusivamente sobre vida marinha.

O motivo de prisão do capitão Paul Watson é o mesmo que tem levado os estoques pesqueiros brasileiros à míngua. Hoje nós temos 8% do nosso estoque pesqueiro original. Nós estamos com estoque de pesca super reduzido no Brasil.

Então, essa questão de pesca trazida pelo Roberto não condiz muito com a realidade. Não se tem nem espaço mais para reserva extrativista. Hoje, a atitude que nós brasileiros devemos tomar para a conservação da nossa vida marinha é mais drástica, tem que ir um pouco mais além, porque em 2015 ou 2020, quando tivermos essas unidades de conservação, não vai ter o que ser conservado.

Eu vou trazer para vocês, rapidamente, um apinhado dentro do tema, procurando abordar cada uma das questões. Da Rio+20 falta o texto final mais objetivo, ou seja, jogou-se para 2015. Discussão muito superficial sobre a criação de áreas protegidas marinhas; áreas internacionais.

Um ponto que poderíamos ter discutido na Rio+20, por exemplo, seria a criação do santuário do Atlântico Sul de proteção às baleias, que não foi colocado.

O papel do Brasil, nessas discussões globais, mostrou a morosidade do País em criar unidades de conservação marinha. E aqui faço novamente a referência a Abrolhos, pois se perdeu essa chance de aumentar a área de preservação justamente por conta desses interesses que o Roberto citou antes, da indústria pesqueira e da indústria petroleira. Sabemos que próximo a Abrolhos há um campo de gás natural enorme que estaria dentro da área de amortecimento da zona marinha de Abrolhos.

Para vocês terem uma ideia, dessas unidades de conservação ele estava mostrando algumas zonas aqui. E eu estive em uma delas há pouco, em Torres, no Rio Grande do Sul. É a única unidade de conservação marinha do Estado inteiro do Rio Grande do Sul. É o segundo Estado em extensão costeira do Brasil, atrás somente da Bahia. E nós temos uma única unidade de conservação marinha, com dois quilômetros quadrados de extensão. Não tem mais nenhuma. No restante dos nossos seiscentos e poucos quilômetros de costa não há mais nenhuma.

O Brasil tem-se omitido, nesses últimos anos, apesar de nós participarmos e termos um canal aberto com o Itamaraty para as questões da Comissão Internacional Baleeira, o Brasil tem fugido do papel de liderança da América Latina e dos países conservacionistas na questão de proteção às baleias.

Esse papel – pasmem! – na última comissão, no Panamá, foi assumido pelo Equador, como o principal país conservacionista da América Latina.

Nisso se discute a própria questão da caça às baleias na Antártida e em outros territórios e não se discute a questão da criação do santuário de baleias no Atlântico. E o Brasil é o País que teria o maior peso, sim, na criação desse santuário, até por conta das suas águas territoriais e por conta do pedido de aumento de 200 para 300 milhas das suas águas territoriais, por conta até da questão do pré-sal.

Então, a nossa obrigação também aumentou com essas 100 milhas, no que diz respeito à questão de conservação da vida marinha.

E a gente vê falar sobre criação de unidade de conservação e reserva extrativista, só que nunca se ouve falar de zonas, no litoral brasileiro ou na área marinha brasileira, de exclusão de pesca industrial, exclusão zero pesca industrial.

Há diversos pontos – e vou trazer algumas fotos para vocês – que são importantíssimos para a conservação das espécies, inclusive, que são economicamente exploradas pela pesca e que estão com zero

proteção. Algumas práticas ilegais... Então, aqui, onde a gente consegue encontrar...

Se você pudesse baixar um pouco mais a luz para poder dar um pouco mais de detalhe nas fotos...

A realidade brasileira da pesca industrial no Brasil e que a gente fala de desenvolvimento sustentável.

Essas fotos, pessoal, foram feitas na beira da praia; nenhuma delas embarcado. Isso é arrasto, proibido por lei; arrasto, proibido por lei federal; arrasto costeiro, as pessoas na beira da praia e as embarcações arrastando.

O arrasto, Senador Paim, para o senhor ter uma ideia, falando do nosso Estado, no nosso Estado o arrasto só é permitido a três milhas náuticas da costa, cinco quilômetros e meio, a trezentos metros da praia.

Fiscalização zero.

Arrasto, arrasto. Todas da beira da praia, gente, as fotos.

Tudo pesca industrial.

E o detalhe aqui, gente, um dos raros momentos de fiscalização. A grande maioria do peixe tirado daí não é para consumo brasileiro. Não chega à mesa do brasileiro. Não barateia o preço do peixe para o brasileiro. Isso atende a interesses exclusivamente asiáticos.

Essa foto aqui, por exemplo, mostra a rede sendo puxada, paralela, isso não é arrasto, mas ela está paralela à linha costeira, o que é proibido também por lei, a 200 metros da praia e está puxando na rede uma arraia. As arraias são protegidas. Não se pesca arraia no Brasil. É proibido.

Resultado da pesca industrial brasileira: lobos e leões marinhos, como vocês podem ver, amarrados, mortos a tiros. Isso é resultado da pesca industrial brasileira.

Baleias. Choque com embarcação pesqueira: pinguins, filhotes de arraia.

Isso é só para vocês entenderem um pouco do cenário da pesca brasileira. E o principal deles, a questão do *finning*, que foi o que levou o Paul Watson à prisão.

Hoje, no mundo, existe uma máfia, comandada principalmente por Taiwan, que estimula países a praticarem o *finning*. O que é o *finning*, pessoal? O *finning* é a retirada das barbatanas de tubarões, com o animal ainda vivo, e devolver o animal ao mar. Ou seja, retiram-se só as nadadeiras. O animal volta ao mar para morrer literalmente afogado, porque ele não nada mais. Um quilo de barbatanas de tubarão, hoje, no mercado negro, está custando em torno de R\$90 dentro do Brasil, ela seca; enquanto que por 1 quilo de cação, que chega ao supermercado, o pescador recebe em torno de R\$10, R\$12, R\$. R\$8.

Essas barbatanas, gente, aqui no Brasil, elas estão sendo comercializadas praticamente sem pudor

nenhum. Cada vez mais a gente tem visto um aumento da apreensão dessas barbatanas, porque a própria indústria de pesca se sente tão à vontade em comercializar as barbatanas que ela não se preocupa tanto em esconder essas barbatanas. Isso está em cima de telhados de casas, secando. Isso está dentro dos próprios galpões de beneficiamento de pescado, é exportado do Brasil como resto de peixe para produção de ração, com o valor de R\$1,28, quando eles pagaram R\$90. Tem evasão de divisas aí, do contrabando.

Todos os grandes portos mundiais, para vocês terem uma ideia do que eu estou falando, todos os grandes portos mundiais têm participação da indústria pesqueira asiática. Hoje 80 a 90% do capital pesqueiro mundial é asiático. Boa parte dele está ligado a Taiwan, boa parte dele ligado a Taiwan.

Para nossa surpresa, Senador e Deputado, a China que é o maior mercado consumidor das barbatanas, proibiu, em banquetes, a sopa de barbatana de tubarão. A China tomou esse passo. Países ambientalistas como o Brasil, como outros países, até mesmo a própria Costa Rica, ainda não tomaram essa decisão. A China, que é o maior mercado consumidor, já tomou.

Essa prática da retirada de barbatana é crime ambiental. Ela é proibida no Brasil por lei, porém a lei é dúbia. Ela pede que as barbatanas sejam desembarcadas no porto presas ao restante do corpo do animal. Em Natal, Rio Grande do Norte, eu presenciei as barbatanas sendo grampeadas ao corpo do animal para justificar o cumprimento da lei. Ou seja, tinham mais barbatanas no animal do que normalmente teriam.

Uma outra coisa, pessoal que ocorre - o tempo é muito curto e aqui são anos de trabalho em cima disso -, para vocês terem uma ideia, agora há pouco, e aí vai de encontro ao que o Deputado Sarney Filho levantou sobre a questão do Ministério da Pesca, pouco tempo atrás, 17 embarcações de grande porte, japonesas, foram arrendadas pelo Ministério da Pesca para estimular a pesca de atum no Rio Grande do Norte. Qualquer engenheiro de pesca, qualquer biólogo, qualquer pessoa que trabalhe nesse meio sabe que quem quer produzir atum não vai ao Nordeste brasileiro. Vai à Região Sul e Sudeste. Qual é o real objetivo de tu teres 17 embarcações de grande porte, atuneiras, pescando, no Nordeste brasileiro, sendo que essa pesca de atum, dada com espinhel, captura acidentalmente tubarões?. Então, o objetivo maior é a pesca de tubarões.

Só como dado, pessoal, e aí entra uma questão de direitos humanos que eu gostaria de trazer para vocês, na indústria pesqueira, quem trabalha embarcados, o tipo de trabalho é semiescravo, recebe menos de um salário mínimo por mês. Esses atuneiros que

são arrendados lá ou outros atuneiros têm como estratégia deixar que o lucro das barbatanas vá direto para a tripulação; assim, ela complementa a renda, porque eles pagam R\$200,00, R\$300,00. O espaço de gelo para conservação é reduzido nessas embarcações e, para conseguir remunerar mais ou pagar algo aos tripulantes, eles estimulam que os tripulantes cometam o crime do *finning*, para ter remuneração, porque a própria indústria não os remunera.

Quem andar pelo litoral do Rio Grande do Sul – e falo do Rio Grande do Sul porque eu conheço melhor – verá o descaso e a pobreza em que estão as comunidades tradicionais pesqueiras no Rio Grande do Sul e no litoral brasileiro, por já não têm mais o que pescar.

Isso é o *finning*. Essas são barbatanas sendo secas.

Só no Brasil 67% das espécies de tubarões e arraia estão correndo algum risco de extinção, em algum grau de extinção ou com sobre-exploração de pesca. Esse dado foi apresentado, em agosto do ano passado, na reunião da Sociedade Brasileira de Estudo de Elasmobrânquios, em Rio Grande. Isso está em trabalhos científicos e já foi colocado inclusive em livros e em projetos financiados pelo próprio Governo Federal, indicando espécies que deveriam ser protegidas.

Detalhe, gente: essa carne não chega à mesa de vocês, essa carne não chega à mesa do brasileiro. Os animais que estão sendo mortos estão sendo mortos somente por isso aí.

No Brasil, então, o *finning* é uma máfia. Nós mesmos, numa dessas nossas ações no Pará, tivemos de contratar segurança pessoal. Para fotografar embarcações no Rio Grande, boa parte das vezes nós fomos recebidos com jatos de água, e isso é recorrente. Algumas das pessoas que trabalham conosco trabalham infiltradas e disfarçadas para poder terem acesso às informações, como, por exemplo, na Ceagesp, em São Paulo. Em um ano e meio de trabalho, nós descobrimos a rota que traz, ilegalmente, as barbatanas de tubarão a São Paulo para serem distribuídas para o exterior.

Só para vocês terem uma ideia, como estou falando de máfia no Brasil todo, hoje nós, do Sea Shepherd, temos em andamento 17 ações civis públicas movimentadas contra a indústria pesqueira. Peguei algumas como exemplo: a parte ré Dom Matos Pescados tem um nome bem italiano, mas quatro dos sócios – dos quais nós conseguimos bloquear 3 penhorar os bens para o pagamento da ação – são descendentes de japoneses, e ou outros dois nem cédula brasileira de identidade têm. Isso é o no Rio Grande.

Ação civil pública no Amapá: o réu Jonan Queiroz Figueiredo matava golfinhos no Amapá para servir de isca para embarcações estrangeiras e brasileiras que

pescavam tubarões em águas brasileiras. O golfinho era isca para pegar tubarões. Depois dessa ação civil pública, em que ele, em julgamento, admitiu que era para a prática do *finning*, a Polícia Federal fez uma apreensão de grande porte de barbatanas de tubarão que estavam sendo despachadas para o Panamá.

Há outra em que o sobrenome é bem característico: Nakashima Tuzuki, assim como outras ações em que os réus são descendentes de asiáticos ou asiáticos. Essa ação também é em Rio Grande e em Santa Catarina.

Então, só para vocês entenderem como isso está pelo Brasil inteiro. Isso não é algo exclusivo da Costa Rica, isso não é algo exclusivo de Galápagos, isso não é algo exclusivo das Ilhas Cocos. A América do Sul – principalmente o litoral brasileiro – já está dominada por essa máfia. I

Inclusive, existe, deputados, um problema de evasão de divisas. Boa parte das indústrias pesqueiras brasileiras não desembarca os peixes nos portos. Em alto mar fazem o transbordo – e isso eu presenciei – para navios-fábrica coreanos e japoneses, que entram em águas brasileiras sem autorização. Levam, as embarcações de pesca arrastam próximo da costa, enchem os porões e levam até essas embarcações. De lá, eles fazem o transbordo para as embarcações, que seguem rumo à Coreia e ao Japão, sem deixar um centavo no Brasil. Então, o caso é muito mais sério do que isso.

Essa é uma apreensão em Rio Grande. Isso é Brasil. Aquela outra era na Costa Rica; isso é Brasil. Três toneladas e meia de barbatanas foram apreendidas em Rio Grande. E o que eu falei para vocês: não se preocupam em esconder; as caixas em que estão sendo armazenadas têm as iniciais da empresa. Não há preocupação. Olhem a estrutura montada! Precisa ser escondido? Isso é profissional. Há desumidificador, telas. Isso é trabalho profissional, isso não é pouco dinheiro.

Nós estamos falando do *finning*. Hoje, o *finning* no mundo movimentava cerca de US\$17 bilhões/ano só com a venda ilegal de barbatana de tubarão.

Para finalizar aqui e entrarmos na discussão, a solução para o Brasil na questão dos tubarões é a moratória da pesca dos tubarões por, pelo menos, vinte anos na costa brasileira.

Estou com um pedido aqui, Senador, e gostaria de deixá-lo com o senhor essa inicial do pedido de moratória da pesca dos tubarões em águas brasileiras por um período mínimo de 20 anos. É uma inicial. Eu gostaria que a gente começasse a construir essa ideia, porque aqui a gente não está falando de uma atividade pesqueira tradicional, nós não estamos falando aqui

de uma atividade pesqueira legal que gera renda, que gera emprego. Esse tipo de pesca, esse tipo de captura de tubarões, ao contrário, gera pobreza ao País. Eu não estou atingindo aqui o pescador artesanal, eu não vou atingir aqui a indústria pesqueira, que é séria, que não faz esse tipo de prática. Eu vou atingir criminosos que agem dentro do nosso País livremente, dos quais poucos são punidos.

Senadores, Deputados, demais presentes, o que acontece na costa, no litoral brasileiro e nos mares brasileiros só é comparável à exploração que os portugueses fizeram quando chegaram aqui e simplesmente evadiram todos os nossos recursos naturais. A exploração que foi feita, a partir de 1500, das nossas riquezas naturais pelos portugueses está acontecendo agora, só que não são portugueses; são os asiáticos que estão levando todo o nosso recurso marinho, toda nossa vida marinha está indo para a Ásia através de contrabando. É só um evento dessa magnitude na história que eu tenho para comparar ao que está acontecendo hoje no Brasil.

Muito obrigado.

Fico aberto a questionamentos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Wendell Estol, voluntário e Diretor-Geral do Instituto Guardiões do Mar do Brasil, que me passa o documento a que ele se referiu para que a gente possa se somar nesse encaminhamento e que faz uma séria de denúncias da maior gravidade.

Essa, por exemplo, pega o meu Estado: 3,5 toneladas só no porto do Rio Grande. É isso?

O SR. WENDELL ESTOL – Só de barbatana seca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De barbatana seca de tubarão.

Fala do trabalho escravo, do *finning* e deixa uma proposta de moratória.

Vamos, de imediato – para depois abrir o debate – e seguindo a sequência, ao Dr. Filipe de Oliveira Chaves, Professor do Departamento de Oceanografia Biológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O Deputado José Sarney Filho fechará esta Mesa, e iremos ao debate.

O SR. FILIPE DE OLIVEIRA CHAVES – Queria cumprimentar todos da Mesa. O Senador Paulo Paim fez um convite bastante oportuno por conta do que aconteceu no Rio, já colocado pelo Roberto.

De forma importante eu gostaria de destacar que a minha posição, claro, não é de legislador, mas de pesquisador, ou seja, de uma pessoa que vive na ponta, com pesquisa, com as preocupações levanta-

das aqui pelo Deputado José Sarney Filho sobre as questões de capacidade dos ecossistemas em termos de se eles realmente comportam tamanho volume de atividades sendo feitas na linha de costa. E vou chamar a atenção um pouco para o ecossistema com que trabalho: o manguezal. Assim, vou falar um pouco da linha de costa.

A minha fala será toda dirigida à pesquisa, claro, e um pouco à parte da gestão das unidades de conservação, que é o que tem mais preocupado o nosso grupo de pesquisa.

Primeiro, na verdade, compartilho da preocupação com a pesca, com relação a esses recursos pesqueiros, com a situação da população tradicional com relação ao que ainda precisa ser mudado em termos de pensamento, em termos de apropriação de recursos na zona costeira. Acredito que existe uma lacuna muito grande de pesquisa, sendo necessário um avanço muito grande em termos de pesquisa, principalmente quando começam a haver fatos como o aquecimento global, mudança climática. Apesar de ainda estar em discussão, a verdade é que os ecossistemas irão mudar, e a gente ainda como eles irão mudar. Então, é importante buscar essas respostas, até para que haja uma luz nova de unidades de conservação ou uma discussão nova de unidades de conservação, pensando nisso de forma gerencial, pensando dentro dessa nova lei.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é realmente a questão da gestão da unidade de conservação. Como pesquisador que procura manter uma linha de pesquisa de longo prazo, ou seja, de monitoramento de longo prazo, a gente tem o cuidado muito grande na hora de montar a pesquisa em procurar unidades de conservação. Por quê? Porque é um mecanismo legal que nos garante, pelo menos por certo tempo, que aquela pesquisa ou que aquele tipo de leitura do ambiente se manterá.

Aí, começam alguns problemas que temos observado. As apropriações estão se dando de forma muito rápida nessa linha costeira e elas estão colocando realmente em xeque ou uma duplicidade entre pescadores artesanais e a atividade industrial ligada àquilo que você falou de uma nova projeção de crescimento do Brasil. Claro que isso tem de ser pensado e, como esta é uma audiência pública voltada para o debate, trago a necessidade de realmente pensar que tipo de crescimento é esse que a gente está procurando, qual o tipo de projeto para o futuro do Brasil que a gente está querendo realmente, porque é preocupante que as unidades de conservação, em termos gerenciais, tenham problemas como esse da perseguição a pescadores, colocado pelo Roberto.

Por frequentar conselhos de unidades de conservação, conheço algumas dessas pessoas. Eu compartilho e vejo o quanto isso é uma medida de força desigual, quanto um empreendedor ou alguma atividade em determinada região da costa tem mais poder dentro dessa lógica do que realmente tem um pescador artesanal. E isso acaba deixando as coisas meio desequilibradas na linha da costa.

Então, para alimentar essa discussão, eu gostaria de finalizar, dizendo que acho o Brasil realmente está perdendo um momento importante de se tornar líder na questão do meio ambiente. A Rio+20 foi um projeto, e fiz uma palestra lá pelo MMA. Realmente às vezes a gente fica sem algumas respostas sobre como operacionalizar coisas que a gente está vendo que não estão dando certo. Como gerenciar uma unidade de conservação de forma mais eficaz se a gente não consegue nem dar conta da pesquisa? Essa é uma aflição do pesquisador. Muitos pesquisadores não ficam apenas na academia; querem contribuir com a sociedade e procuram espaços como este, como o de um conselho gestor, como o de uma organização para poder contribuir.

Na verdade, a contribuição é bem essa. Eu queria só levantar a bola para a gente começar realmente a pensar em soluções mais práticas para o pessoal que está na ponta mesmo, em algumas mais diretas, porque não há muito tempo para se ficar discutindo. As coisas estão acontecendo. Os ambientes estão se degradando, a pesca está diminuindo. Há alguns casos de mortes que, obviamente, têm de ser investigados, apurados, mas as coisas estão acontecendo de forma muito rápida por conta do crescimento por que a gente está passando.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Filipe de Oliveira, que é Professor do Departamento de Oceanografia Biológica da Universidade do Rio de Janeiro.

Agora, o Deputado Federal José Sarney Filho, que se dedica, eu diria, pelo menos no período em que estou aqui no Congresso, grande parte da sua vida a essa causa.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Senador Paim.

É uma alegria grande poder participar desta audiência pública. Este ano já é a segunda audiência pública, sob seu comando, de que participo aqui. A primeira foi muito produtiva; ainda estávamos na discussão do Código Florestal, que, infelizmente, não resultou, se-

gundo o meu entendimento, numa boa coisa. Mas é outra discussão.

A história do Brasil está intrinsecamente relacionada com o mar. Todo o processo de colonização portuguesa teve início e se concentrou no litoral. Nas últimas décadas, as fronteiras de ocupação têm se expandido para o interior até a Amazônia, no entanto o mar mantém o seu papel fundamental na economia brasileira. E não poderia ser diferente, pois possuímos uma extensa costa de mais de oito mil quilômetros, cerca de 80% da população brasileira vive a menos de 200 quilômetros do litoral e 95% de todo o comércio exterior ocorre pelo mar.

A prospecção de petróleo *off shore* indicada que existe uma província geológica entre Santa Catarina e o Espírito Santo na camada do pré-sal, com reservas acima de 50 bilhões de barris de petróleo. Foram encontradas também jazidas de manganês, ferro, níquel, cobre, cobalto e carvão mineral.

A Zona Costeira corresponde à área de transição entre os ambientes terrestres e marinhos e é constituída por um mosaico de ecossistemas de grande fragilidade, aí incluídos manguezais, restingas, dunas, praias arenosas, costões rochosos, lagoas, estuários e recifes de coral. Muitas espécies desses ambientes são endêmicas, e algumas estão ameaçadas de extinção.

O art. 225, §4º, da Constituição Federal inclui a Zona Costeira entre os biomas considerados patrimônio nacional, cuja utilização deverá desenvolver-se em condições que assegurem a preservação ambiental.

Só um parêntese: estamos lutando para colocar aí também o Cerrado e Caatinga, que não fazem parte desse artigo, para se dar maior segurança jurídica.

Essa determinação constitucional, entretanto, não logrou impedir a degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos. O brasileiro vê o mar como fonte de alimentos e lazer, mas não percebe sua importância estratégica nem a necessidade de conservação dessa imensa riqueza. Essa percepção baseia-se, pelo menos em parte, na ideia de que o ambiente marinho é um espaço sem dono e que os seus recursos são inesgotáveis. É um antigo cacoete da sociedade brasileira. Assim se pensava também sobre a nossa floresta, sobre nossa biodiversidade, e ela se revelou mais tarde muito sensível; agora, nós estamos correndo risco com a Amazônia.

O mar é tratado como via de escoamento de esgotos e de afluentes industriais, lixo, agrotóxicos, fertilizantes e petróleo. A carga excessiva de nutrientes acarreta a eutrofização da água do mar. Empreendimentos urbanísticos e turísticos, portos e outras obras de infraestrutura implantadas sem planejamento adequado provocam a destruição dos *habitats* marinhos e

a perda de biodiversidade. Esses impactos associados à sobre-exploração estão levando ao esgotamento dos estoques pesqueiros. No Brasil, 80% desses estoques encontram-se comprometidos.

Some-se à sobrepesca a captura incidental de animais sem valor comercial. Todos os anos as redes de arrasto, que nós acabamos de ver, os espinhéis e outras técnicas inadequadas utilizadas pela frota pesqueira brasileira ou estrangeira matam inúmeras espécies, como aves, golfinhos, tartarugas e alguns tipos de peixes.

A rede de arrasto de fundo captura todos os peixes e espécies marinhas na área varrida por ela e revira o fundo do oceano, arrasando os substratos, os recifes de corais. Grandes quantidades de peixes jovens, espécie protegidas e espécies sem interesse comercial são descartadas mortas ou moribundas conforme a gente pôde até atestar ali na exposição do Sea Shepherd.

Merecem destaque também, dada a gravidade da situação atual, as ameaças que pairam sobre nossos recifes de coral. Um recife de coral é uma estrutura rochosa rígida, resistente à ação mecânica das ondas e correntes marítimas, formada por corais e outros organismos marinhos, animais e vegetais, portadores de esqueleto calcário.

No Brasil, os corais e comunidades coralíneas se distribuem por, aproximadamente, 2.400 quilômetros da costa, do norte do Maranhão a Cabo Frio, no Rio de Janeiro, com espécies de corais recifais, podendo chegar a Santa Catarina. No nosso País, estão localizadas as únicas formações coralíneas relevantes do Atlântico Sul. Considerando todos os tipos de corais, praticamente metade das espécies registradas no Brasil só ocorre em nossas águas. De 46 espécies, 21 são endêmicas, exclusivas do Brasil.

No litoral sul do Estado da Bahia, estão localizados os maiores e mais ricos recifes de corais da costa brasileira, favorecida pelas ótimas condições de temperatura, salinidade e profundidade de suas águas. Além disso, ocorre ali uma formação coralínea única no mundo: o chapeirão. Chapeirões são colunas recifais isoladas que crescem com formato de cogumelo. A base é estreita e o topo se expande para os lados; apresentam variadas alturas e variadas dimensões laterais e podem ser observadas em diversos estágios de desenvolvimento. Os gigantes bem desenvolvidos chapeirões do banco dos Abrolhos podem alcançar até 20 metros de altura e em torno de 50 metros de diâmetro no topo.

A expansão imobiliária no litoral, o turismo predatório e a indústria vêm causando severos danos aos recifes de corais costeiros do Brasil. Os recifes de corais são ecossistemas com maior concentração de

vida marinha. Eles oferecem alimento e abrigo para um grande número de espécies que se inter-relacionam de forma complexa. O rompimento desse equilíbrio normalmente representa o início de uma sequência de danos ao meio ambiente, com reflexo também para a pesca artesanal e para o turismo, que utiliza o mergulho em recifes como opção nas viagens ao litoral.

Além desses danos causados pela ação humana direta, os corais enfrentam outra ameaça grave, denominada branqueamento, um fenômeno associado a vários estresses, especialmente ao aumento das temperaturas das águas do mar causado pelo aquecimento global. O branqueamento severo e prolongado pode conduzir à mortalidade de corais em grande escala. O branqueamento do coral é causado pelas elevadas temperaturas da superfície do mar e pelos elevados níveis da luz solar, que afetam a fisiologia do coral e causam o efeito branqueamento. Essa perda de cor deve-se à perda de algas simbióticas – zooxantelas, das quais o coral depende para obter a maior parte do alimento. O professor deve entender bastante disso. O prolongamento do branqueamento por mais de dez semanas pode conduzir à morte do coral.

O branqueamento dos recifes de coral não é o único dando causado à biota dos oceanos pelo aquecimento global. Em torno de três quartos da superfície da Terra são cobertos pelos mares, que absorvem um terço das emissões de gás carbônico lançadas na atmosfera atualmente pelo homem. A absorção dá-se pela transformação do CO₂ em ácido carbônico, em meio aquoso. Desse modo, o mar minimiza os efeitos da concentração de CO₂ sobre o clima.

Os nossos oceanos são os maiores absorvedores de gases de efeito estufa, porém a capacidade dos oceanos como sumidouro vai se comprometendo à medida que as emissões de dióxido de carbono aumentam. Estima-se que essa capacidade vem se reduzindo a cerca de 0,8% ao ano; o aumento da concentração do gás carbônico na água do mar provoca a dissolução do carbonato de cálcio, o que afeta diretamente os corais, os moluscos e o plâncton calcário, que dependem dessa substância para sobreviver. A água marinha acidificada corrói as estruturas calcárias desses organismos e compromete a sua sobrevivência. Estima-se que a acidez das águas marinhas aumentará três vezes até 2100, se não houver redução das emissões de gás carbônico.

Esse fenômeno, conhecido como acidificação dos oceanos, afeta toda a cadeia biológica e reduz ainda mais os estoques pesqueiros tendo em vista que muitas espécies de peixes dependem dos recifes de coral para se reproduzirem e para se alimentarem. A acidificação dos oceanos, a poluição e a eutrofização e a

sobrepesca impactam a base alimentar de cerca de 1 bilhão de pessoas que têm no pescado sua principal fonte de proteína.

A produção pesqueira mundial atingiu seu ápice na década de 80 e vem decrescendo desde então. Apesar de sua importância estratégica, social e ecológica, a proteção dos ecossistemas marinhos tem sido bastante negligenciada no mundo e no Brasil. Conforme as metas do Plano Estratégico 2011/2020, acordadas durante a COP 10 da Convenção sobre Diversidade Biológica, os Estados deverão proteger, até 2020, pelo menos 10% das áreas marinhas e costeiras, especialmente aquelas de especial importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Considera-se que as áreas protegidas são essenciais para a conservação da biodiversidade, a manutenção da produtividade e a recuperação dos estoques pesqueiros. No entanto, mais de 5 mil áreas protegidas existentes, das mais de 5 mil áreas protegidas existentes no mundo, somente mil e trezentas abrangem ecossistemas costeiros e marinhos. No Brasil, as unidades de conservação marinhas federais e estaduais não chegam a 1% da área da zona econômica exclusiva.

A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) abrange a faixa de 200 milhas medidas a partir da costa. Na ZEE o Estado brasileiro tem direito de soberania para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos vivos e não vivos, do leito, do subsolo e das águas sobrejacentes. Além das 200 milhas, o País tem também jurisdição sobre 950 mil km² correspondentes às áreas em que a Plataforma Continental ultrapassa a ZEE. Com esse acréscimo, as águas jurisdicionais brasileiras abrangem 4,5 milhões de km², território que vem sendo denominado Amazônia Azul. Portanto, são grandes as responsabilidades dos brasileiros na gestão desse imenso patrimônio. O mar não pode continuar a ser visto somente como via de acesso, área de lazer ou fonte de alimento. O Brasil já dispõe de um razoável quadro normativo – as normas estão aqui elencadas e não vou ler para não perder tempo. Não poderíamos deixar de citar, também, outras leis fundamentais para a conservação dos ambientes costeiros e marinho, como a lei que institui o sistema nacional de unidade de conservação, a lei do saneamento básico e a lei dos resíduos sólidos e a lei dos crimes ambientais.

Com o intuito de aprimorar ainda mais essa base legal, apresentei o Projeto nº3.855, neste ano de 2012, que altera a Lei nº11.959, Lei da Pesca, para declarar os recifes de coral área de preservação permanente nas quais é proibida a pesca amadora e comercial, bem como quaisquer atividades que possam causar a sua degradação ou destruição.

Esperamos, Presidente Paim, o seu apoio. E já quero antecipar o meu apoio à proposta de vocês. Está correto. Vamos ver se a gente pode, até, regimentalmente, legalmente, fazer algum tipo de indicação. Poderíamos fazer uma indicação conjunta, das duas comissões, porque daria mais força a essa possibilidade de proibição. Esperamos, com a aprovação dessa proposta, promover a adoção de medidas concretas, por parte do poder público, no sentido de coibir atividades que ameaçam a permanência desses importantes ecossistemas marinhos.

Quero finalizar manifestando minha preocupação com o fato de que o Brasil precisa estabelecer com urgência uma política mais sólida, efetiva, de conservação e exploração sustentável dos ecossistemas costeiros, da plataforma continental e da massa líquida oceânica. Na prática, o que se observa é que a pesca comercial, em geral, não atua de modo a permitir a reposição dos estoques pesqueiros. O respeito à regra, como cotas de captura, uso de técnicas não predatórias, tamanho mínimo dos indivíduos pescados e proibição de pesca em áreas e períodos de reprodução das espécies demandam um esforço muito maior dos Estados para serem observados. Dos Estados e da sociedade também. Acredito, Presidente, já encerrando, que sobre dois temas a gente não pode deixar de falar nessa nossa audiência pública. Um é sobre a Rio+20.

A Rio+20 demonstrou uma coisa muito clara: que o protagonismo da defesa da sustentabilidade não é dos governos, mas da sociedade. As forças vivas da sociedade fizeram com a Rio+20 não se tornasse uma catástrofe em termos de frustração. Foram mais de 3 mil reuniões em torno do Rio, no centro, em torno do Rio. Eu mesmo estive em Niterói, em Angra dos Reis, participando de alguns debates, um sobre animais, outro sobre sustentabilidade. Então, foi uma beleza! A Rio+20 pode ser considerada em duas partes. A parte oficial, que sem ela não existia a parte não oficial, termos de reconhecer. Ela foi o vetor desse movimento.

Da parte oficial, pessoalmente, não esperava muita coisa, como realmente não saiu. Uma convenção internacional dessa que tem de ter unanimidade em suas propostas, incorporando países tão diversos, é muito difícil. Agora, o grande avanço foram os compromissos assumidos deliberadamente por forças sociais. O C 40, que hoje gira em torno das 74 maiores cidades do mundo, reunido no Rio de Janeiro – evento paralelo a Rio+20 – resolveu ter metas de diminuição de emissões de gases do efeito estufa. Foi uma deliberação concreta, surgiu em função da Rio+20. Não foi uma deliberação oficial, foi uma deliberação dos prefeitos, da sociedade. Então, esse é um exemplo claro disso. Outro, aquela das bolsas de valor, das quatro maiores

bolsas de valor do mundo que vão considerar, agora, o ativo ambiental na contabilidade das empresas, o ativo socioambiental da economia verde, na contabilidade das empresas. Também foi um ganho muito importante.

Então, acredito que ficou claro que se nós formos depender de governos, meu caro Senador Paim, nobres colegas da mesa, não vamos avançar. É a sociedade que tem de pressionar, são as forças vivas que têm de avançar. Aí, sim, os governos vão atrás. Então, isso aí ficou bem claro. Foi muito importante, foi fundamental. Acho que foi um marco. Até discordo de alguns ambientalistas, meus colegas, que acham que aquilo ali foi um fracasso total. Não! Foi um marco, modificou a maneira de a gente perceber como é que vamos enfrentar esse desarranjo ambiental, essa emergência climática. Nós vamos enfrentar com a participação das forças vivas da sociedade, tendo os governos como coadjuvantes nesse processo. Eles vão ter de seguir as forças da sociedade, vão ter de se dobrar a essas forças. A Federação das Indústrias estava lá com novos comprometimentos. Enfim, estava todo mundo lá avançando nessas questões.

Já finalizando, diria que os ecossistemas costeiros e marinhos constituem um patrimônio de todos os brasileiros das presentes e das futuras gerações. Portanto, o País precisa desenvolver a capacidade técnica de gerir esse patrimônio dentro dos princípios da sustentabilidade ecológica, econômica e social.

Presidente, antes de encerrar – e acho que temos um pouquinho de tempo – pediria, agora mudando radicalmente o tema, que a gente pudesse... O tema sobre o qual fui convidado para falar, evidentemente, trata de direitos humanos.

Uma parte que me tocou muito na questão dos direitos humanos. Foi o assassinato do José Cláudio e de sua mulher. Com relação a isso tem um documentário que agora concorreu, na ONU, como o melhor documentário ambiental. Ele ficou entre os primeiros. Vou fazer um resumo dele, inclusive porque aparece o Parlamento, nossa responsabilidade. Então é importante. São sete minutos, no máximo, que a gente vai resumir.

Se der para a gente passar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deve passar. Se tiver um tempo maior também não há problema. Se precisar usar doze ou quinze minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – José Cláudio e Maria do Espírito Santo foram executados a tiros no dia em que votamos o Código Florestal aqui na Câmara. Nesse dia, registrei isso pela manhã. Fui vaiado, na hora do registro, por parte do plenário e pela

platéia, que era formada basicamente pelos ruralistas que vieram fazer pressão.

Agora, pode avançar. Avance para o congresso. *(Pausa.)*

Esse documentário é muito bom. Expressa de maneira muito realista a problemática do desmatamento, da agricultura, do latifúndio. Pode ir passando. Pode voltar. Volte um pouquinho.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Esse foi o momento em que anunciei a morte deles, dos dois.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Acho que pode encerrar.

É meio chocante. Triste!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Deputado José Sarney Filho por sua exposição e pelo vídeo que mostra a realidade do que acontece com aqueles que defendem o meio ambiente.

Estamos ao vivo pela *TV Senado* para todo o Brasil, também pela *Rádio Senado* e pelos canais 1,2,3,4, 5, 6,7 e 8 da Net, na Internet. É importante observar que aquelas duas pessoas que deram depoimento antes, exatamente no dia da votação do Código Florestal, foram assassinadas. Isso mostra a realidade da violência contra os militantes. Nós, nesta sessão de hoje, na verdade, os estamos homenageando.

Vou passar a palavra agora para Yana Sobral, que está aqui na minha lista. Yana, se quiser fazer algum comentário, o momento é este. Assim mesmo, estamos à disposição pelo tempo de cinco minutos.

A SR^a YANA SOBRAL – Muito obrigada, Senador.

Apenas gostaria de reiterar o entendimento do Deputado Sarney Filho de que, realmente, a conferência teve momentos diferentes com dinâmicas muito particulares. Concorro com o senhor e acredito que esse também é o entendimento de muitas das pessoas que estiveram lá, no sentido de que a conferência, em seus diversos eventos paralelos, foi bastante inovadora, bastante concreta, audaciosa, no sentido positivo de gerar novas agendas, de aumentar a mobilização da sociedade. Foram diversos eventos, não só com prefeitos, mas com governadores, com legisladores, com juristas, tiveram lugar na Rio+20. Acreditamos que isso gera aí um caldo positivo de mobilizar, de mover uma agenda.

Agora, apenas alguns esclarecimentos. Não é que a Rio+20 deixe a discussão para 2015 na maioria de suas decisões oficiais. Na verdade, instrumentos como esses, no caso do protocolo sobre a proteção

da biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional, estão sendo negociadas. O processo negociador já começa agora. Então, o processo negociador já vai começar agora a partir da próxima Assembléia Geral das Nações Unidas e você terá um prazo de alguns anos, para que ele seja aprovado em 2015. Não é que a discussão ficará para 2015, mas a aprovação do instrumento. Então, a Rio+20, como uma reunião de cúpula, dá mandato para que a Assembléia-Geral negocie. Então, não poderia ser diferente pela própria dinâmica do Direito Internacional das Nações Unidas. Não poderia ser diferente. Confesso que entendo, de certa forma, a frustração de algumas pessoas que gostariam de ver resultados mais rápidos, mas a dinâmica internacional impõe esses passos. Você dá um mandato, confere um mandato, os chefes de estado conferem um mandato, para que se execute. Então, foi assim feito na Rio+ 20, foi conferido um mandato concreto de negociação de um instrumento internacional e, a partir de então, os países vão negociar no seu habitat multilateral, que é a ONU. Então, todos os países vão negociar essa convenção nos próximos dois anos, nos próximos três anos, para aprovação em 2015, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram as palavras finais da Assessora Extraordinária Adjunta do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio+20, Dra. Yana Sobral.

Quero dizer ao plenário que chegou aqui uma informação. O Assessor Parlamentar do Ministério da Pesca, Leinaldo Queiroz, justificou a ausência do Ministro Marcelo Crivella por conta de uma reunião de emergência para a qual S. Ex^a foi chamado. O Ministro Marcelo Crivella havia confirmado que viria, que teria todo o interesse de estar aqui conosco hoje para discutir esse tema. Inclusive, os técnicos e principais assessores de S. Ex^a também não puderam vir porque estão trabalhando no projeto Safra das Águas, que deve ser entregue amanhã à Presidente Dilma Rousseff. Portanto, colocam-se inteiramente à disposição para uma outra oportunidade, tanto o Ministro quanto seus assessores mais diretos, para tratarem desse tema.

Vamos, agora, às considerações finais do Doutor e Professor do Departamento de Oceanografia Biológica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Dr. Filipe de Oliveira Chaves.

O SR. FILIPE DE OLIVEIRA CHAVES – Queria terminar, na verdade, minha participação nesta audiência pública agradecendo, claro, a oportunidade de representar a Faculdade de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro que tem um papel importante, que está tendo um desenvolvimento bastante interessante nessa área de participação na pesquisa, mas também voltada a essa participação junto

com a sociedade na defesa do meio ambiente, nessa estruturação das unidades de conservação, nossa participação maior. Fico muito feliz que alguns dos assuntos bem polêmicos, bem delicados, como a morte de sindicalistas, de ambientalistas, estão sendo tratados aqui de uma forma bem verdadeira. É uma verdade que ninguém quer esconder essa história de que há pessoas realmente morrendo por conta da proteção ao meio ambiente.

Fico muito feliz e agradecido por estar participando. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Filipe de Oliveira Chaves, que representou a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Oceanografia Biológica.

Vamos, de imediato, ao Wendell Estol, Diretor-Geral Voluntário do Instituto Guardiões do Mar do Brasil, também para suas considerações finais.

O SR. WENDELL ESTOL – Eu gostaria de agradecer e dizer para vocês, pessoal, que o pouco que eu trouxe aqui hoje não é para fazer terrorismo com ninguém nem para deixar as pessoas sobre a pressão de que o mundo está acabando. Mas o que eu trouxe para vocês aqui foi com a intenção de mostrar a vocês o que acontece, um pouco do que acontece nos mares brasileiros.

Como o Deputado Sarney falou hoje, cerca de um milhão de pessoas dependem e têm como fonte de proteína na sua alimentação o pescado. No Brasil, nós não temos o hábito do consumo do pescado até porque ele nos falta, nossos estoques já estão reduzidos.

Algumas coisas para justificar esse certo alarmismo, a Sea Shepherd como um todo procura ou prefere pecar por excesso, e não por omissão. Ela é uma organização assim: nós não esperamos as coisas acontecerem; nós vamos fazer as coisas acontecerem. E situações extremas como essa que nós estamos vivendo no Brasil, principalmente na questão dos tubarões, merecem, sim, medidas extremas. Não se combate a extinção com discussão. Esses animais não têm mais cinco anos, dez anos, vinte anos pela frente para a discussão. Isso precisa ser feito agora. Isso bate à nossa porta agora. Bate à porta da sociedade brasileira neste momento.

E só para vocês terem uma ideia, uma vaga ideia do que são os tubarões para o ambiente marinho, esses animais estão nos oceanos há 400 milhões de anos. Toda a vida marinha que a gente conhece hoje foi criada vamos dizer a partir dele, foi moldada pela presença dos tubarões, porque eles já estavam lá antes da maioria dos animais que hoje existem. A vida no mar como ela é hoje foi moldada pelos tubarões, é como se eles fossem os arquitetos dos oceanos.

Tirar aqueles que moldaram a vida como ela é nos oceanos é pedir para o sistema inteiro ruir. E, quando não houver mais vida nos oceanos, bom, aí sim, desesperem-se, porque o nosso fim ficará bem próximo. Sem vida nos oceanos, a vida no continente também terminará por se extinguir. Então, é para hoje, não é para 2015, não é para depois.

Então, como sociedade brasileira, juntem-se e exijam esse tipo de posicionamento não só do Governo, mas das empresas as quais vocês estão acostumados a consumir o pescado, a comprar o seu pescado; fiscalizem.

O grande desafio do século XXI, Senadores e Deputados aqui presentes, é a fiscalização. Instrumenta-se leis, não se fiscaliza. O principal fiscal das leis somos nós cidadãos e a sociedade civil organizada.

Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Wendell Estol, Diretor-Geral Voluntário do Instituto Guardiões do Mar do Brasil, que, entre uma série de sugestões, deixou aqui encaminhado ao Senado brasileiro, estou resumindo: “A entidade vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, requerer o pedido de moratória à pesca de tubarões de qualquer espécie na costa brasileira e a criação de duas unidades de conservação denominadas Parcel da Solidão e Parcéis de Mostardas, pelos motivos expostos a seguir”, que houve já o aval aqui, eu diria o reconhecimento do Deputado Sarney Filho e que a gente possa assumir, as duas comissões, esse pedido de moratória, dentro do Regimento, enfim, do procedimento que faremos aqui na Casa. Ok?

Então, passamos, de imediato, a palavra para o Roberto Vizontin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Obrigado, Senador.

De pronto, recepcionar essa solicitação que o Wendell nos apresenta aqui e convidar também a sua organização, se assim for da vontade e do interesse, para a gente aprofundar o debate no âmbito do instituto. Seria uma satisfação tê-lo conosco, com a nossa equipe técnica, e vis-à-vis a essa proposta à moratória que eu tenho comigo que poderemos construir também essa posição no âmbito do Governo ver o conjunto das outras medidas que estão sendo adotadas e implementadas de proteção a essas e demais espécies ameaçadas.

Eu queria fazer um comentário de ordem geral e, depois, dois ou três mais pontuais que tenho comigo. Está na ordem dos desdobramentos da nossa audiência aqui.

O de ordem geral é que há temas, há questões que acho que nós devemos encará-las não como uma questão de governo, de oposição, de sociedade civil ou de Estado. Elas dizem respeito ao conjunto da sociedade brasileira e devem ser debatidos assumidos com toda a responsabilidade. Acho que, quando se trata da questão ambiental, a grande questão realmente é o projeto de desenvolvimento que nós queremos para o nosso País. É nesse grande debate que está contido, eu diria assim, os elementos centrais de uma estratégia de desenvolvimento que possa incorporar mais ou menos a dimensão da sustentabilidade.

E é verdade que, sobretudo no campo socioambiental – com certeza o Deputado Sarney haverá de concordar –, nós vivemos uma certa fragmentação da discussão no âmbito da sociedade e no próprio Governo. Há um rebaixamento do debate ambiental e da própria sustentabilidade no âmbito dos próprios partidos políticos – permito-me dizer isso, porque sou militante de um partido e vejo como, Senador Paim, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, estabelece um lugar secundário para este debate. Imagino que eu que tive a oportunidade de vir a Brasília a convite, trazido pelo nosso companheiro, companheiro de todos nós aqui, o Deputado Juney Viana, sabemos como é dura essa luta para vertebrar, digamos assim, no seio de um partido ou dos partidos políticos que são portadores de projetos para a sociedade, toda essa discussão que aqui ela se reflete, por exemplo, questão muito concreta que estamos fazendo hoje.

Então, antes de reagir, imagino que seria uma cegueira política e científica até negar os atos que foram trazidos aqui. Eu tenho que nós devemos enfrentá-los com tranquilidade, com coragem e com ousadia também, porque disse o colega Wendell aqui que um desafio é a fiscalização e é bom lembrarmos também que nós passamos, neste momento, por um processo profundo de descentralização da gestão ambiental no País. Essa Lei Complementar nº 140, recentemente aprovada, que dá atribuições aos Estados, faz com que os Estados tenham cada vez mais responsabilidade inclusive sobre a fiscalização. Então nós não teremos como enfrentar essa realidade aqui apresentada se não for dentro do pacto federativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente, o Sisnama, e com um protagonismo muito forte, uma participação ativa dos Estados, que têm dificuldades também, porque há um descompasso entre a descentralização formal das competências com um empoderamento desses Estados para poderem fazer frente. Então, há aí todo um desafio, realmente, que é uma das questões centrais que regem hoje a gestão do próprio Ministério do Meio Ambiente, sob a liderança lá da nossa Ministra Isabella Teixeira.

Eu queria reconhecer também que há um baixo conhecimento, sim, sobre a realidade dos estoques da biodiversidade, dos recursos do mar, e nós estamos, nesse exato momento, recebendo, Senador, Deputados e colegas, os quatro centros de pesquisa de peixe, que, ainda nessa divisão do IBAMA com o ICMbio, tinham ficado sob a guarda do IBAMA e passam ao Instituto Chico Mendes. E nós vamos inseri-lo dentro de um projeto de pesquisa muito integrado com as universidades, com os centros de investigação, para que eles cumpram realmente sua finalidade, para poder, inclusive, orientar as políticas públicas da pesca.

O Ministro Crivella justificou sua ausência, está preparando um plano, o Plano Safra da Aquicultura e da Pesca. Mas quem informa esse plano? Em boa medida, o conhecimento, que tem que ser gerado, produzido no âmbito das instituições, para que não seja apenas um plano – não estou me referindo ao plano concreto, que certamente haverá de ter essa precaução –, mas não pode ser um plano que responda apenas a demanda de um setor por mais importante que seja, seja o setor industrial ou mesmo toda a pesca artesanal, que tem um potencial extraordinário.

Por último, sem maiores delongas, ocorre-me aqui, quando se falou dos asiáticos nessa pesca predatória, descontrolada, que o Congresso Nacional já constituiu, e foi também o Deputado Juney Viana, na época, que presidiu a comissão especial que investigou a presença e a ação das madeireiras asiáticas na Amazônia brasileira. Um relatório muito importante que contribuiu...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Foi meu colega na comissão... *(Fora do microfone.)*

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Foi colega do senhor, por isso que eu estou fazendo referência aqui exatamente pelo trabalho que o senhor sempre realizou e realiza.

Evidentemente que isso é uma questão do Parlamento, mas, se a magnitude da intervenção dos asiáticos possa de alguma maneira ser comparada com o que aconteceu na indústria madeireira, talvez fosse o caso de uma ação mais ativa do próprio Parlamento em relação a isso.

Da nossa parte, então, ao agradecer, eu queria, mais uma vez, colocarmo-nos à disposição para o Senador, para a Comissão, para o Senado, para o Congresso Nacional, assumir aqui o compromisso também de prontamente encaminhar a V. Ex^a todos os nossos planos de proteção das espécies ameaçadas, e o farei também em relação ao Deputado Sarney, aos colegas das organizações, da universidade e, mais uma vez, colocarmo-nos em linha realmente com essa iniciativa, porque temos muito claro que, fora desse amplo

debate, desse envolvimento com o Congresso Nacional, nós teremos maiores dificuldades para enfrentar o desafio de consolidar e ampliar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação em nosso País. Se não for fortemente uma demanda que emerja da opinião pública, da sociedade – há muito que fazer aí também, porque muitas vezes, concluo em definitivo, nós temos dificuldade mesmo de fazer esse envolvimento, de fazer com que a opinião pública, a sociedade, o sindicato, as associações, os formadores de opinião compreendam qual é o papel das unidades de conservação. Ou seja, da nossa parte também, ou a gente terá a capacidade de inseri-las e elevá-las ao centro do debate sobre o desenvolvimento do País, ou faremos uma política marginal, com dificuldade inclusive da consolidação das já criadas. Porque não é demais lembrar que nós temos um passivo extraordinário, por exemplo, no que diz respeito à regularização fundiária dessas unidades já criadas.

Então, nós vamos entregar à Ministra Isabella, nos próximos dias – até o final do mês é o prazo que ela nos deu –, dois planos: um plano que é de regularização fundiária, com toda a transparência para fazer o debate aqui no congresso, mostrar o tamanho dessa conta; e outra proposta também que parte de um mapeamento de todos os conflitos associado, as unidades de conservação e seu entorno, às questões ambientais. Essa geografia dos conflitos, poderíamos assim dizer, tem como objetivo finalístico exatamente não apenas fazer um diagnóstico, mas indicar, concretamente, ações para o enfrentamento e solução desses conflitos, de tal maneira que me parece que aqui é um local muito apropriado para apresentar, em primeira mão, o resultado desse trabalho.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Vamos para as considerações finais e os comentários que entender necessários agora do Deputado José Sarney Filho, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Presidente Paim, colegas aqui da Mesa, senhoras e senhores, acho que esta discussão foi muito apropriada. Ela abre aqui dentro do Congresso e no Senado a possibilidade de que a gente venha seriamente a enfrentar o problema dos nossos mares. É lógico que a nossa questão não se restringe só aos nossos mares, temos também um problema sério relacionado às nossas águas internas, justamente na área onde temos a maior con-

centração de população, que é na Mata Atlântica. A gente sabe, hoje, que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro têm problemas de abastecimento e vão ter mais ainda, porque, da maneira como está se tratando o bioma Mata Atlântica, é evidente que não há como ele consiga continuar prestando os serviços ambientais que vinha e que vem prestando. A qualidade das águas está realmente degradando, e a possibilidade de, com essas modificações anunciadas do Código Florestal que sinalizam uma flexibilização na nossa legislação, ela também vai comprometer os nossos cursos d'água internos.

É evidente que não existe rio grande se não existir rio pequeno, e nós estamos tirando a proteção dos rios pequenos. Um rio de pouca largura, de menos de dez metros, que atravessa diversas propriedades com diversos tamanhos pode ter diversos tratamentos. Então, hoje, relacionado justamente a isso, a gente sabe que na Mata Atlântica, por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente, as APPs servem, hoje, como um corredor ecológico, fazendo a ligação entre maciços isolados, que é só o que existe hoje, tirando a serra, e ali ela faz com que esses maciços não morram pela inter-relação, pela troca genética tão necessária para dar continuidade.

Então, isso tudo está sendo ameaçado agora e, com isso, evidentemente, nós estaremos ameaçando também os nossos cursos d'água. É apenas um dos diversos problemas.

Mas eu fico feliz em ouvir aqui que a prioridade agora do Instituto Chico Mendes, primeira, vai ser a regularização fundiária.

Quando eu fui Ministro, Dr. Roberto, eu me ocupei com a regularização fundiária. Mas, naquela época, ainda no século passado, a nossa preocupação primeira era o enfrentamento do desmatamento. Então, primeiro a gente tinha que fazer o parque, a reserva; depois, a gente ia discutir o resto. Esse momento já passou. Agora, o problema fundiário das unidades de conservação, principalmente dos parques, está afetando a própria integridade dos parques.

Eu mesmo, na Comissão do Meio Ambiente da Câmara, da qual faço parte – eu propus a criação e faço parte desde a criação da Comissão do Meio Ambiente da Câmara –, eu tenho colocado recursos para o Instituto Chico Mendes para regularização fundiária. Sempre a comissão vota umas três emendas da comissão, e uma delas é esse recurso. E também fui um entusiasta dos Parques da Copa, achei que isso poderia ser uma maneira de a gente regularizar, quer

dizer, fazer a regularização fundiária de alguns parques importantes, fazer um atalho nessa questão, fazendo os Parques da Copa. Eu não sei realmente como ficou essa possibilidade, como ficou essa questão. Mas acho que é fundamental que, nessa relação agora de terra, se faça a regularização fundiária.

Já no mar nós não temos esse problema, a gente tem que enfrentar mesmo esses poderes, essas forças econômicas aí que não são nem nacionais mesmo, a maioria delas, e peitar. Acho que, agora, é a gente, o Congresso junto com a sociedade, forçar e dar apoio para o Governo, para o Executivo peitar. Agora não se sabe até que ponto há uma política de Governo voltada para isso. Tem que ter. Não adianta o Ministério do Meio Ambiente postular uma coisa, o Ministério da Pesca postular outra, o Ministério da Agricultura postular outra, porque aí a gente não vai andar e vai ficar difícil.

Acho que, agora, nós devemos voltar também nossas preocupações para as nossas áreas costeiras, nossas zonas costeiras. Há preocupações com essa mudança que poderá haver, ainda no Código Florestal, no que diz respeito aos apicuns, à utilização dos apicuns junto aos manguezais. Esse é um ecossistema frágil. Um incentivo à carcinicultura é perigoso.

Hoje, quem come caranguejo em Fortaleza, em Salvador, em Aracaju, em João Pessoa, em Maceió não come caranguejo pescado, colhido lá no litoral dos seus Estados. O caranguejo que vai hoje para aquela região já vem do Maranhão e do Pará. Por quê? Em razão das pragas, da pesca sem regulamento. O regulamento existe, mas não há cumprimento da legislação. Então, isso tudo faz com que hoje, cada vez mais, o caranguejo consumido no Nordeste venha de outras regiões, como do Maranhão e do Pará e, daqui a pouco, do Amapá também, onde há grandes manguezais. Essa nova legislação, ao invés de ser restritiva, pode incentivar a derrubada de 10% dos manguezais na Região Norte. Eu acho que é muito perigosa essa discussão que nós estamos fazendo aqui.

Era isso, Sr. Presidente.

São vários os problemas. Então, vamos tentar enfrentá-los aos poucos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Federal, ex-Ministro e Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, José Sarney Filho.

Eu queria cumprimentar todos. Acho que os senhores deram aqui uma verdadeira aula para grande

parte dos brasileiros que assistiram à nossa audiência pelas redes de comunicação do Senado, porque esta reunião foi transmitida ao vivo para todo o Brasil.

Com certeza, nós vamos dar os encaminhamentos necessários às propostas aqui apresentadas, como essa da moratória, naturalmente, e, conforme conversávamos aqui, integrados com a Comissão da Câmara dos Deputados...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Quando à proposta de criação de áreas de preservação permanente dos corais, já existe inclusive um projeto de lei em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica assegurado esse encaminhamento feito agora pelo Deputado José Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, como também a regularização fundiária, porque é intenção fazermos outra audiência pública nesse sentido.

O Senador Pedro Simon, que só não está aqui porque está hospitalizado para fazer alguns exames, mandou uma contribuição. Eu queria ver com vocês se nós poderíamos debater a proposta do Senador Simon no mesmo dia em que discutiremos esses dois projetos aqui apresentados e também aprofundar a questão da moratória.

O Senador Simon mandou uma contribuição pelo seu assessor, que está aqui presente. S. Exa. defende a criação do Instituto Nacional de Oceanografia, que, segundo diz, já existe na Espanha, nos Estados Unidos e em outros países.

Eu vou aqui fazer uma rápida leitura.

Diz ele, defendendo o Instituto Nacional de Oceanografia:

Nos moldes dos grandes institutos oceanográficos existentes no mundo, voltados para o ambiente e a exploração dos mares, esse seria [diz o Senador Pedro Simon] a continuidade natural do excelente trabalho científico e ambiental desenvolvido, por exemplo, pela FURG, uma atividade cuja excelência e o pioneirismo são reconhecidos internacionalmente. Outra vantagem é que a cidade do Rio Grande [na visão dele] está no coração do Mercosul, além de servir de base para as expedições à Antártida, onde o Brasil tem uma base de pesquisa [argumenta o Senador].

Fiz aqui uma síntese. Essa proposta já recebeu os elogios, por exemplo, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que criou o Instituto de Ciências do Mar, na cidade de Santos, São Paulo. Quem manda os elogios é um professor.

Então, nós poderíamos, nessa futura audiência pública, por sugestão do próprio Pedro Simon, convidar todos que estão na Mesa e, naturalmente, alguns outros companheiros que tratam da questão do meio ambiente, para que possamos aprofundar ainda mais esse tema.

Assim, eu encerro esta parte da nossa audiência pública. Haverá ainda um segundo momento, em que vamos aprovar alguns requerimentos.

Agradeço muito a todos e já os libero. Quero uma salva de palmas para todos aqui, antecipadamente: José Sarney Filho, Roberto Vizentin, Wendell Estol, Filipe de Oliveira Chaves e Yana Sobral.

(Palmas.)

Muito obrigado a todos.

Vamos para a segunda etapa da nossa audiência pública, em que será feita a leitura dos requerimentos, inclusive esse proposto pelo Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Nesta segunda parte da nossa audiência pública, procederemos à deliberação sobre alguns requerimentos.

ITEM 1 REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para fazer um balanço das audiências realizadas pela Comissão de Direitos Humanos junto com a sociedade civil a se realizar ainda nesta semana.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim e outros.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Faremos, então, na próxima quinta-feira, um balanço sobre o nosso trabalho durante esse período, junto com a sociedade civil.

Todos concordam? *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2 REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater os direitos das pessoas idosas.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Quero dizer que esse requerimento foi apresentado por sugestão de uma equipe que esteve aqui presente e também da Neusa Pivatto Müller, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso, ligada à Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República. Repito: Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Coordenação Geral dos Direitos do Idoso. Faço questão de dizer isso na presença dela neste momento.

Se eu não me engano – você pode ajudar aqui, Neusa, só para complementar –, quando decidimos realizar essa audiência pública, estavam três Ministérios presentes. Neusa, você pode ajudar no encaminhamento.

A SRA. NEUSA PIVATTO MÜLLER – (*Intervenção fora do microfone.*) (...) e a Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chegamos ao entendimento de que poderíamos fazer...

A SRA. NEUSA PIVATTO MÜLLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... essa audiência pública para debatermos os direitos da pessoa idosa em geral, porque debatemos mais aqui a questão do aposentado e do pensionista, em razão dos temas que eu trato com muita firmeza aqui na Casa e dos projetos que estão lá na Câmara para ser votados. Sou o autor do Estatuto do Idoso e, é claro, tenho um carinho muito grande também por esse tema. Por isso, poderíamos depois acertar a data e a montagem da Mesa.

A SRA. NEUSA PIVATTO MÜLLER – Na verdade, a temática seria o envelhecimento como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRA. NEUSA PIVATTO MÜLLER – No Brasil e, sob alguns aspectos, na América Latina e no Caribe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Inclusive você me deu um documento, que eu registrei em plenário.

A SRA. NEUSA PIVATTO MÜLLER – A Carta de São José.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Carta de São José aponta caminhos.

A SRA. NEUSA PIVATTO MÜLLER – Aponta caminhos e traz o que os 33 países subscrevem e o que precisam executar nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Contamos com a ajuda, em defesa do requerimento, da Neusa Pivatto Müller.

Vamos à votação.

Aqueles que aprovam o teor desse requerimento lido por mim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 3 REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o serviço exterior brasileiro. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim e outros.

Na verdade, será essa audiência pública para debater a situação dos trabalhadores que prestam serviço nas embaixadas no exterior. Esse é o teor do requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não discutiremos apenas a questão dos trabalhadores que estão no exterior, mas também daqueles trabalhadores brasileiros que prestam serviço nas embaixadas aqui no Brasil.

Já fizemos uma audiência pública em que houve todo um processo de negociação. Nessa próxima audiência pública, vamos ver a que entendimento chegaram com o Itamaraty, porque a situação é muito delicada tanto lá fora como aqui dentro.

Explico a situação, porque participei das reuniões. Criou-se um impasse: os direitos trabalhistas dos trabalhadores brasileiros que estão no exterior, como aposentadoria, devem ser assegurados de acordo com a lei do país em que estão trabalhando ou devem seguir a legislação brasileira? Há toda uma controvérsia.

Vamos dar um exemplo. A pessoa trabalha na França, e a Embaixada da França contrata alguns trabalhadores para um serviço interno na Embaixada. Para aqueles que vão daqui para lá o que prevalece? Para mim, deveria prevalecer o que fosse mais pró... Eu sempre sou daqueles que, na dúvida, preferem *pro reo* ou *pro misero*. Deveria prevalecer a legislação mais adequada aos trabalhadores, mas esse é um debate que vamos continuar fazendo, inclusive em relação àqueles que prestam serviço aqui e em muitas embaixadas de outros países no Brasil, porque, de uma hora para outra, quando muda o embaixador, trocam-se os funcionários sem indenizar ninguém. Isso infelizmente está acontecendo. Não vou citar país nenhum para não dar aqui um exemplo negativo, mas, em qualquer país, ou da Ásia ou da América ou da África, ao mudar o embaixador, demite-se todo mundo e manda-se cobrar lá. O trabalhador não recebe nunca. Essa é uma

situação gravíssima que vamos ter que aprofundar, e, quem sabe, talvez seja necessário mexer na própria legislação.

Então, aqueles que aprovam o requerimento nos moldes que eu aqui advoguei permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requero a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater sobre o tema Psicofobia é um crime. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Antônio Geraldo da Silva – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Wagner Gattaz – Professor Titular da Faculdade de Medicina da USP; Iane Kestelman – Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA (Representante dos Pacientes); Leandro Malloy Diniz – Professor de Psicologia da UFMG, Presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia; Douglas Parra – Presidente da Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais – AFDMSO e Vice-Presidente da AFDM Brasil (Representante dos Familiares); Roberto Tykanori – Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Davim.

Trata-se de audiência destinada a desmistificar os aspectos negativos que envolvem os transtornos mentais e o estigma que pesa sobre as pessoas que sofrem de psicofobia.

Eu assino o requerimento de autoria do Senador Paulo Davim, porque ele não está aqui presente.

Aqueles que aprovam o requerimento para a realização dessa audiência pública, conforme lido, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5, do meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy.

Vou ler todo o requerimento, até para que eu possa ter domínio sobre a matéria.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2012

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir denúncias sobre os graves delitos cometidos por associações de falsos condomínios.

Os falsos condomínios surgem quando alguns moradores de determinada rua ou loteamento, reunidos em grupos, a pretexto de prover maior segurança, criam uma associação, à revelia de muitos dos proprietários, cercam a área com muros, colocam portões, constroem guaritas e portarias dotadas de cancelas e proíbem a circulação de pedestres e de veículos considerados indesejáveis. São o exemplo mais eloquente da privatização do espaço público. Para discutir esse assunto, de notório interesse público, indicamos, como convidados: Fernando Massote, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e organizador do Movimento Portas Abertas contra os Falsos Condomínios em Minas Gerais; Francisco do Arembepe, representante do Movimento de Defesa contra Falsos Condomínios em Camaçari, no Estado da Bahia; José Carlos de Freitas, promotor de justiça de São Paulo na área de Habitação e Urbanismo; Marcia Saraiwa de Almeida, coordenadora do Movimento Nacional de Defesa das Vítimas dos Falsos Condomínios; Roberto Mafulde, advogado especializado e atuante na luta contra os falsos condomínios; Rodolpho Mello, coordenador do Movimento Cidade Democrática, em Cotia-SP; Sandra Paulino da Silva, advogada e moradora no município de Embu das Artes, São Paulo; Saulo César Paulino e Silva, professor universitário e morador no município de Embu das Artes, São Paulo; Sidney Rosa, coordenador do Grupo de Combate aos Falsos Condomínios no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria do Projeto: Senador Eduardo Suplicy.

Eu assino junto com o Senador, porque ele não está presente.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta do Senador Pedro Simon. Eu assinarei o requerimento, como Presidente

da Comissão de Direitos Humanos, porque o Senador está hospitalizado.

ITEM 6
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, Requeiro a realização de audiência pública para debater a criação do Instituto Nacional de Oceanografia, nos moldes dos grandes institutos oceanográficos existentes no mundo, voltados para o ambiente e a exploração dos mares. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Observações: Aprovado aditamento durante a reunião. Texto do aditamento a formalizar.

Eu faço um adendo aqui. Nessa mesma reunião, nós vamos discutir a regulamentação, a regularização fundiária e também a proposta aqui apresentada pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Deputado Sarney Filho, que se refere aos corais.

Eu vou aprovar esses dois adendos e, depois, colocar a caneta.

Portanto, vamos discutir na mesma audiência pública três temas: a criação, conforme propôs o Senador Simon, do Instituto Nacional de Oceanografia – carro-chefe –, a regularização fundiária e também a questão dos corais, que tem tudo a ver com a situação das águas, dos mares e oceanos.

Quem concorda com o teor do requerimento extrapauta para a realização dessa audiência pública, com os dois adendos que fiz, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento extrapauta.

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido, neste momento, do Senador Pedro Simon. Eu só assino o requerimento, porque S. Exa. não se encontra presente neste momento.

Está encerrada a nossa audiência pública desta segunda-feira, 11h53 da manhã.

Muito obrigado a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como? Pode perguntar.

A SRA. *(Não identificada.)* – *(Intervenção fora do microfone.)* – E sobre a reunião na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na reunião de quinta-feira, vamos fazer um balanço geral dos nossos trabalhos nesse período, com

a presença da sociedade civil organizada, para saber se estamos no caminho correto, se é necessária alguma mudança. Enfim, sempre é bom ouvir a sociedade civil aqui, fazendo o papel inclusive de conselheira desta Comissão.

Assim, encerramos os trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Que Deus nos ilumine!

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JULHO DE 2012,
QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 09, DA ALA
SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENA-
DO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia doze de julho de dois mil e doze, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Casildo Maldaner e Paulo Davim. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 84, de 2012–CDH, aprovado em 09/07/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “fazer um balanço das audiências realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao longo do primeiro semestre de 2012”. Convidados: José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores-NCST; Luiz Antonio Festino, Coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; Omar José Gomes, Presidente da Confederação nacional dos Trabalhadores em transportes Terrestres; Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em representação ao Presidente Ophir Cavalcante; Mário Theodoro, Secretário Executivo da SEPPIR, em representação a Ministra Luiza Bairros da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho; Maria Rita Sabo de Assis Brasil, Diretora de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Médicos, em representação ao Senhor Geraldo Ferreira Filho – Presidente; Neilton Araujo de Oliveira, Adjunto de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em representação ao Diretor-Presidente Dirceu Brás Aparecido Barbano; Marcos Avilques Campos, Representante da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas – APIB; Carlos Penna Brescianini, Representante do Blog Ambiente Transporte; Álvaro Sólón de França, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Moacyr Roberto Tesch Auversvald, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro; Raimundo Nonato Lopes de Souza, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade; Wilson Veleci, Movimento Negro Unificado; Marlete Queiroz, Representante da Rede Sujeito de Direito; Nelson de Miranda Osório, Diretor Financeiro da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; e Eloi Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Comunicado:

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio de ofício, comunica a instalação da Comissão Permanente de articulação Federativa e Parlamentar daquele Conselho, que terá como missão intensificar o diálogo e estreitar a legislação entre os Poderes Judiciário e Legislativo, em favor do interesse público.

Manda esse documento o Exmo. Sr. Conselheiro Bruno Dantas, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Tenho aqui o documento, que fica nos Anais da Casa, cumprimentando esta Comissão pelos trabalhos realizados ao longo deste semestre.

Temos aqui também um comunicado da Sra. Graziella Baggio, diretora de assuntos previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas e, também, da Federação Nacional dos Aeronautas e Aeroviários. Como ela estava em outro compromisso, fez questão de mandar aqui esta pequena carta:

“Exmo. Sr. Paulo Paim, Comissão de Direitos humanos, agradecemos muitíssimo o convite para participar de audiência pública, nesta quinta-feira, na qual será realizado um balanço do primeiro semestre dos trabalhos por esta Comissão. Contudo, infelizmente, estaremos participando do congresso nacional Concut e, por essa razão, não poderemos comparecer à audiência. Ressaltamos a atuação desta Comissão, que tem sido [Senador Paulo Davim, como ela diz aqui] de extrema relevância para todos os trabalhadores brasileiros. Esperamos contribuir em breve em nova oportunidade. Temos certeza de que o trabalho desenvolvido pela CDH tem valor inestimável: a luta dos trabalhadores aposentados e pensionistas do Brasil

Esperamos que suas pautas contribuam, ainda mais, com as transformações esperadas por todos. Agradecemos, especialmente, o interesse da Comissão na questão que aflige os trabalhadores do setor aéreo, incluindo os aposentados e pensionistas Aerus e Aeros. Permanecemos otimistas na certeza de que, apesar das dificuldades, é fundamental persistirmos em nossas lutas, muitas delas debatidas no Congresso Nacional.

O trabalho da CDH tem sido de enorme valia para garantir a legitimidade, a democracia necessária e o avanço na melhoria das condições de vida do nosso povo e da nossa gente. Esperamos que os debates continuem avançando e dêem conta da complexidade desses assuntos, para que, quem sabe, no caso Aerus, a gente resolva até o fim do ano.

Desde já, nos colocamos à disposição para quando formos convidados a estarmos aí.”

Enfim, recebi com uma série de justificativas, inclusive das Centrais Sindicais – não vou ler todas elas.

Li só uma, específica, do Aerus, falando um pouco do trabalho da nossa Comissão.

Embora eu tenha aqui um resumo da Comissão, que é o livro – naturalmente, eu não vou ler esse livro –, só vou fazer uma introdução das duas primeiras folhas, antes de convidar os nossos primeiros palestrantes do dia de hoje. Enfim, para situar aqueles que estão assistindo pelo Canal 3, Internet e canais alternativos e, também, Rádio Senado e Canal 2, hoje é mais um dia para nós muito importante. Estamos concluindo as atividades deste semestre aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Senador Paulo Davim, V. Exa., que é um dos Senadores mais atuantes desta Comissão e, com certeza, o Senador que mais relatou projetos, é aqui o número um em matéria de relatoria de projetos. Como está sempre presente, além de inúmeras iniciativas de próprio punho, como autor de projetos, V. Exa. também assumiu a relatoria de dezenas de projetos, conforme a análise que a Comissão fez do trabalho aqui, todos projetos de interesse social e de combate a todo tipo de preconceito. Meus cumprimentos a V. Exa.

Enfim, é a segunda vez que comando a CDH. O primeiro mandato que exerci aqui foi em 2007/2008 e, em março deste ano, assumimos a comissão. A CDH tem sido um palco para todos os debates – negros, índios, ciganos, deficientes, empresários, aposentados, pensionistas, jovens, mulheres, idosos, trabalhadores de todas as correntes, de todos os matizes, que aqui sempre tiveram seu espaço. Os imigrantes, os motoristas – e vejo aqui, agora, um dos líderes dos motoristas aqui conosco. Vejo os líderes das centrais, das confederações, enfim, das mais variadas áreas, que estão aqui conosco e vão poder usar da palavra no momento adequado.

Só para resumir, eu diria que a Comissão de Direitos Humanos realizou, no decorrer deste semestre, só nesse período de fevereiro a julho – com esta e teríamos ainda mais outra –, 33 audiências públicas; 60 proposições foram colocadas em pauta, e 37 foram aprovadas – e aí poderíamos destacar uma série de projetos que nós aqui aprovamos, relevantes para a sociedade, muitos já transformados em lei, como, por exemplo, o projeto que aqui foi apresentado, e fruto de um grande acordo, da regulamentação da profissão dos motoristas – só como exemplo. Eu poderia também falar do projeto dos autistas, que passou por aqui, como também, Moacir, o projeto dos comerciantes; como aqui fizemos o debate dos ciganos, tão importante, dos povos indígenas, enfim, de todos os setores da sociedade que aqui pediram e tiveram espaço, inclusive os trabalhadores brasileiros que prestam serviço diplomático no exterior, ou seja, os que trabalham nas

embaixadas no exterior, que aqui tiveram espaço e que avançou na negociação junto ao Itamaraty.

Eu só quero agradecer a todos, a presença aqui de inúmeras lideranças para dialogarmos um pouco sobre esse momento por que passa o País na sua amplitude e, principalmente, a situação sobre a qual nós todos nos debruçamos, que é a situação dos trabalhadores no campo, na cidade, dos aposentados, dos pensionistas, dos micro e pequenos empreendedores, onde mais gente atua nessa área, nessa linha dos direitos humanos, entendendo que o crescimento do País é bom, naturalmente, para todos nessa – não é, Senador Paulo Davim, nosso relator especial de dezenas de matérias aqui?

Então, nós vamos, de imediato, passar a palavra para o nosso Senador Paulo Davim e, em seguida, vamos formatar a Mesa e estabelecer um diálogo com todos os nossos convidados que estão aqui no plenário.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero saudar V. Ex^a, quero parabenizá-lo. Tenho um carinho muito especial por esta comissão.

A Comissão de Direitos Humanos é tudo, tudo. E a história de V. Exa. se confunde com as lutas em defesa dos direitos do cidadão. E o resultado desse balanço positivo reflete, o empenho desta comissão reflete a competência e a dedicação dos servidores que trabalham aqui nesta comissão, os servidores da Casa, mas, sobretudo, reflete a capacidade de aglutinação que V. Exa. tem, a competência e a sensibilidade em trazer para esta comissão debates importantes para a sociedade.

Portanto, parabenizo V. Exa., Presidente desta comissão, pelo balanço positivo, no final do semestre, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Sou muito orgulhoso de participar desta comissão, sou muito orgulhoso de ter um Presidente como V. Exa. e fico feliz em saber que eu fui um dos Senadores que mais relatou matérias nesta comissão que tenho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi o Senador que mais relatou matérias.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois é. Então, eu fico muito satisfeito, porque tenho um carinho muito especial por esta comissão.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para divulgar um livro que eu publiquei aqui, através da Gráfica do Senado, e já encaminhei para o gabinete de todos os Senadores, que tem como título *O Que Defendi*, que traz meus pronunciamentos, apresentações de projetos de lei e defesa de temas que para mim são muito caros, como, por exemplo, todos os temas que defendem a melhoria na saúde pública; os temas que defendem a preservação do meio ambiente;

e também algumas bandeiras que, para mim, são bandeiras eternas, como a defesa e proteção da criança, do adolescente e do idoso. São lutas que, para mim, fazem parte da minha trajetória política, desde a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte até aqui no Senado Federal. Já o encaminhei para o gabinete de V. Exa. e para o gabinete dos demais Senadores aqui presentes.

Por último, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer o registro do falecimento, agora, no final da semana passada, do poeta Ronaldo Cunha Lima.

O Ronaldo Cunha Lima, escritor, poeta, paraibano, recebeu todos os diplomas que o Tribunal Regional Eleitoral poderia entregar a um político: foi Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal e Governador do Estado da Paraíba. Tenho por ele uma admiração muito grande, conheço sua obra, tive oportunidade de ouvi-lo em algumas de suas palestras. Tenho uma admiração pela obra que o poeta Ronaldo Cunha Lima deixou.

Em sua homenagem, peço permissão para fazer a leitura de um trabalho dele que o notabilizou como poeta e que ficou conhecido como *Habeas Pinho*, uma história muito interessante. Em 1955, numa madrugada de junho, um grupo de rapazes estava curtindo a madrugada, na boemia, fazendo seresta, e aí a polícia prendeu esse grupo. No dia seguinte, eles foram liberados, mas o violão foi detido, foi apreendido, permaneceu preso. O recém-formado advogado Ronaldo Cunha Lima fez uma petição ao juiz em versos, muito interessante, e eu gostaria de fazer a sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu acho que é uma justa homenagem – permita-me, antes de V. Exa. fazer a leitura. Foi um grande Senador da República, e eu tive a alegria de, além de conviver com ele um período aqui – porque eu estou aqui há tantos anos, não precisa dizer os anos –, tive a alegria também de conviver com o Parlamentar Constituinte mais jovem da Assembleia Nacional Constituinte, que é o Cássio Cunha Lima, seu filho, que, naquela época, já mostrava ser um grande Parlamentar, foi Governador, e hoje é nosso colega aqui no Senado.

Acho que é uma justa homenagem. Acho que V. Exa. foi muito feliz, nós iniciarmos esta reunião da Comissão de Direitos Humanos – com a presença agora do Calixto também, um líder sindicalista histórico, está sempre à frente nas lutas. Faz favor, Calixto, sente aqui na frente, na primeira fila, com a gente aqui.

Mas permita-me que eu faça mais esse complemento, dizer que, naquela época, ao conviver com ele e com o Cássio, eu já tinha um enorme respeito. Eu gosto muito de poesia e eu o conheci também como poeta.

Então, é com muita alegria que a Comissão de Direitos Humanos – esse é o gancho que quero dar – inicia os trabalhos fazendo uma homenagem ao Senador e poeta falecido, do qual todos nós temos uma imagem muito bonita, e ele vai continuar com os seus ideais, com as suas propostas muito vivas junto a todos nós.

Por favor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pois bem.

Então, escreveu o poeta e advogado Ronaldo Cunha Lima:

“Sr. Dr. Juiz,

Roberto Pessoa de Sousa.

O instrumento do crime que se arrola

Neste processo de contravenção

Não é faca, revólver ou pistola,

Simplesmente, Doutor, é um violão.

Um violão, doutor, que em verdade

Não feriu nem matou um cidadão,

Feriu, sim, mas a sensibilidade

De quem o ouviu vibrar na solidão.

O violão é sempre uma ternura,

Instrumento de amor e de saudade,

O crime a ele nunca se mistura,

Entre ambos inexistente afinidade.

O violão é próprio dos cantores,

Dos menestréis de alma enternecida,

Que cantam mágoas que povoam a vida

E sufocam as suas próprias dores.

O violão é música e é canção,

É sentimento, é vida, é alegria,

É pureza e é néctar que extasia,

É adorno espiritual do coração.

Seu viver, como o nosso, é transitório.

Mas seu destino, não se perpetua.

Ele nasceu para cantar na rua

E não para ser arquivo de Cartório.

Ele, Doutor, que suave lenitivo

Para a alma da noite em solidão,

Não se adapta, jamais, em um arquivo

Sem gemer sua prima e seu bordão.

Mande entregá-lo, pelo amor da noite,

Que se sente vazia em suas horas,

Para que volte a sentir o terno açoite

De suas cordas finas e sonoras.

Liberte o violão, Doutor Juiz,

Em nome da Justiça e do Direito.

É crime, porventura, o infeliz

Cantar as mágoas que lhe encham o peito?

Será crime, afinal, será pecado,

Será delito de tão vis horrores,

Perambular na rua um desgraçado,

Derramando nas praças suas dores?

Mande, pois, libertá-lo da agonia,

A consciência assim nos insinua.
Não sufoque o cantar que vem da rua,
Que vem da noite para saudar o dia.
É o apelo que aqui lhe dirigimos,
Na certeza do seu acolhimento,
Juntada desta aos autos, nós pedimos,
E pedimos, enfim, deferimento.”

E aí, Sr. Presidente, o Juiz Roberto Pessoa, por sua vez, despachou na mesma linguagem do poeta. Até porque existe uma profusão de poetas no Nordeste. E o Juiz despachou da seguinte maneira:

*Recebo a petição escrita em verso
E, despachando sem autuação,
Verbero o ato vil, rude e perverso,
Que prende no Cartório, um violão.
Emudecer a prima e o bordão
Nos confins de um arquivo em sombra imerso
É desumana e vil destruição
De tudo que há belo no Universo.
Que seja o sol, ainda que a desoras,
E volte à rua, em vida, transviada,
Num esbanjar de lágrimas sonoras.
Se grato for, acaso ao que lhe fiz,
Noite de lua, plena madrugada,
Venha tocar à porta do Juiz.” (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem! Bela homenagem, bela lembrança, Senador Paulo Davim!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Faço esta homenagem, até porque também gosto de poesia, e essa poesia, esse despacho, não só do juiz, mas a petição, foi uma demonstração genuína do espírito do poeta que era Ronaldo Cunha Lima.

Diz-se que o poeta não se faz em universidade, nas fábricas; não existem escolas para poetas, até porque o poeta nasce feito. O poeta não precisa ter mãos que escrevam bem, o poeta não precisa ter uma cabeça que pense bem; o poeta, sobretudo, precisa ter um coração sensível, coração de poeta.

Fica aqui a minha homenagem ao poeta Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que seja uma grande homenagem ao Senador e poeta Ronaldo Cunha Lima com uma grande salva de palmas de todos. (Palmas.)

Devo conversar com vocês sobre o encaminhamento da nossa audiência pública. A minha intenção, pelo caráter desta audiência pública... Praticamente todos que estão aqui no plenário são pessoas que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram conosco ao longo desse período. É claro que não dava para convidar todos, fizemos alguns convites, mas eu gostaria

de ouvir cada um sobre os trabalhos da Comissão e o que esperam daqui para frente. Falem à vontade, falem o que sentirem vontade.

O meu querido Senador Paulo Davim já iniciou, declamando uma poesia que fala do nosso querido Senador falecido e fala do violão. E o violão tem essa imagem da liberdade, da saudade, da boemia. Por que não lembrar a nossa adolescência? Poucos adolescentes estão aqui na sala, mas todos fomos adolescentes. Ele começou muito bem. Mas cada um vai falar o que quiser, no momento adequado, do tema que assim entender. Porque aqui é uma relação humana mesmo, neste encerramento deste semestre.

Eu tinha pensado o seguinte: nós faríamos com todos usando o espaço aqui, porque tem que estar aqui na mesa. Então, eu convidaria dois; esses dois fariam e voltariam para o plenário; depois, viriam outros dois, de forma tal que todos sejam convidados. Pode ser?

Não importa quem vai iniciar falando. Deixo bem claro isso, é só uma questão de iniciarmos os trabalhos.

Se vocês concordarem, vou iniciar da esquerda para cá. Então, o Calixto e o Festino são os dois primeiros convidados a virem à mesa.

Convido o nosso querido Calixto, Presidente da Nova Central e da CNTI, e o Festino, que é um grande dirigente dos movimentos sociais, principalmente dos motoristas.

Vou chamar o Omar também. Vamos quebrar o protocolo já. Eu monto uma regra e já mudo. Porque o Omar é ligado ao mesmo setor do Faustino, é ligado aos motoristas. Ele é pela idade. Você fica, Tigrão, porque você não tem a idade dele, mas vai falar em outro momento.

O Omar tem vindo sempre às reuniões, mas ele fica sempre ali, nunca vem para a mesa. Hoje você vai falar aqui para a gente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Tigrão!

Pessoal, nós temos tempo, e é importante lembrar a todos que estamos ao vivo pelos canais de comunicação do Senado. Estamos conversando um pouco sobre a importância das políticas de direitos humanos, o movimento social, os trabalhadores da área pública e da área privada, em todas as suas instâncias, esse é o objetivo. Os ciganos, os negros, os índios, todos terão direito aqui de expressar o seu ponto de vista, inclusive apontando o que entendem que seria fundamental para o segundo semestre.

Quem é presidente de central tem esta vantagem ou esse ônus: tem que iniciar a abertura dos trabalhos. Então, vamos iniciar com o Calixto, Presidente da Nova

Central Sindical dos Trabalhadores e também Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. E já foi, inclusive, ministro da nossa Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho.

Calixto com a palavra.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Bem, como ele disse, há as vantagens e as desvantagens também.

Meu caro Senador Paim, meus companheiros de Mesa, caros Senadores, parlamentares presentes, convidados, companheiros dirigentes sindicais das centrais, das confederações, primeiro, eu queria agradecer a oportunidade do convite que me foi dirigido para participar desta reunião.

Confesso, a bem da verdade, eu diria não como justificativa, mas os inúmeros afazeres terminam atropelando um pouco a vida da gente e eu não fiz um apanhado geral de tudo que tem acontecido nesta Comissão sob a direção do Senador Paim. Mas tive a oportunidade, ainda, de elencar 33 audiências públicas – não sei se faltou alguma –, todas elas de importância fundamental. A Nova Central participou de seis dessas audiências, emprestando aqui a sua colaboração.

Entre todas as audiências públicas, e todas com o destaque natural, nós chamamos a atenção para uma, que se refere exatamente à prevenção dos acidentes de trabalho e à saúde do trabalhador. E estive participando dessa reunião meu companheiro que falará em seguida.

Tivemos a oportunidade também de participar de outra que nós destacamos, que se referia à decisão do Tribunal superior do Trabalho, permitindo que o cadastro de inadimplentes seja utilizado como critério, não para contratação do empregado. Participamos dessa reunião por intermédio do nosso Secretário-Geral, o companheiro Moacyr.

Tivemos ainda num grande debate numa dessas audiências, que se referia ao fim do fator previdenciário, o reajuste salarial dos aposentados, e estive aqui o nosso colega Celso Amaral participando dessa discussão nesta Comissão.

Outra que destacamos foi exatamente uma audiência para discutir os planos de saúde privados no Brasil.

Ainda outra de que nós participamos dizia respeito ao registro eletrônico do emprego.

Dessas nós participamos diretamente, e muitas delas nós acompanhamos, porém sem manifestação a respeito.

Então, para nós é essencial dizer – naturalmente todos aqui vão se referir à mesma coisa – da importância desse trabalho, o desprendimento que o Senador tem demonstrado durante todo o seu mandato – e nós

o acompanhamos como Deputado e seguidamente como Senador.

É evidente que, nesta reunião de hoje, está se chamando a atenção para um semestre. Então, vejam que, dentro de um semestre apenas, com todas as implicações da Casa, o que é natural dela, foram 33 audiências, e foram audiências praticamente desafiantes, porque foram realizadas no primeiro horário e às vezes em dias que nem sempre se encontram as pessoas para essa finalidade aqui em Brasília, nas segundas-feiras. E nós estamos aqui. O Senador, nesse aspecto, como chamamos normalmente, é caxias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é porque eu nasci em Caxias do Sul.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Então, o mandato é para ser cumprido na íntegra, e ele assim o faz. E quando ele nos convida para essas audiências, ele convida também com aquela expectativa de que os dirigentes sindicais das centrais, das confederações têm a mesma responsabilidade de cumprir o seu mandato na sua integridade.

Então, para nós – e costume dizer isso nas minhas andanças por aí – não tem dia de semana, não tem feriado, não tem domingo, não tem dia santo, porque todos os dias são dias de trabalho para nós. Até porque o dirigente sindical, especialmente aquele que está na sua base – e nós comparamos um pouco essa organização sindical com o próprio Congresso Nacional: você tem o sindicato, que lida diretamente com os trabalhadores lá na base, lá na fábrica, no balcão da loja; você tem o dirigente da federação, que já tem outra atividade, de coordenar as ações daquelas entidades que são filiadas a ela; as confederações, que coordenam no plano federal, ou seja, aqui em Brasília, lidando com o Congresso Nacional, com os ministérios, com o governo diretamente, e assim sucessivamente, mais ou menos como o vereador, o deputado estadual, o federal, o Senador.

Então, o dirigente sindical, especialmente o dirigente de base, não tem dia nem hora para trabalhar.

Quantas vezes, eu lembro, dirigindo o Sindicato dos Metalúrgicos de Recife, eu ia a um batizado, por exemplo, e lá um colega me chamava para saber alguma coisa de um processo que estava tramitando a respeito de um trabalho que ele tinha realizado. Quer dizer, você chega a um batizado, a um aniversário, às vezes até na missa, e o colega o chama para ver algum problema da sua entidade. Então, é assim que a gente entende o movimento sindical, que não é muito diferente dos mandatos dos parlamentares de modo geral.

Como nós conhecemos o Senador já há bastante tempo, ainda desde as suas lutas na sua cidade como metalúrgico, nós ficamos muito mais à vontade para

falar sobre a sua atuação, talvez de forma um pouco suspeita, porque construímos uma relação muito grande de amizade, mas, acima de tudo, de respeitabilidade, porque procuramos trabalhar com ética, com respeito às opiniões. Conseguimos esse entendimento muito direto com o Senador Paulo Paim. Então, não é difícil para nós falarmos a respeito da sua trajetória, talvez até com um pouco de cumplicidade, porque, sempre que podemos, nós o acompanhamos nas suas lutas para a sua própria carreira política.

Senador, nós não preparamos muita coisa para falar neste momento, mas queria parabenizá-lo por este semestre, embora nós o parabenizemos todos os dias, inclusive porque ele é um Senador do Partido dos Trabalhadores e é aquele que está mais ligado à classe trabalhadora de modo geral, independentemente do partido. É um partidarista, digamos assim, que, creio, tenho certeza, muitas vezes deve ter sido criticado, censurado pelo seu próprio partido em face das posições que tem tomado em benefício de um sistema, não apenas do partido a, b, c ou d, em benefício do sistema sindical brasileiro, quer dizer, a ligação direta com os trabalhadores aposentados, e assim sucessivamente.

Então, este momento, para mim, é de muita significação porque estou tendo a oportunidade de, mesmo de forma ainda não bem concatenada digamos assim, não bem organizada, falar um pouco a respeito da atuação do Senador Paulo Paim neste semestre, com as 33 audiências que enumeramos. Não sei se tem mais, mas enumeramos 33 delas e, dessas 33, de meia dúzia nós participamos diretamente.

Agradeço mais uma vez o convite e parabenizo-o por toda a sua atividade parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical, que aqui deu uma visão do que o conjunto das centrais tem do nosso trabalho de forma resumida.

Eu vou manter mais ou menos a ordem combinada, mas o Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho teve um problema de voo e, logo após os três oradores, será chamado. Ele aqui representa a nossa querida OAB, tão defendida por todos nós.

Então, passamos de imediato a palavra ao Luiz Antônio Festino, dirigente da CNTT, para os seus dez minutos. Vou pedir que cada um fique em torno de dez minutos para que todos possam falar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos. Mais uma vez a gente está presente, o que é um prazer, porque é um espaço, que, para nós, é muito restrito. O Movimento Sindical, na Câmara dos Deputados, mesmo no Senado, tem

um espaço bem restrito. Se formos falar na mídia, é mais restrito ainda. O Senador Paim tem dado a oportunidade desta participação.

Tive oportunidade de participar de três audiências só este ano, três audiências com uma grande relevância. O principal assunto que tratamos este ano foi a questão da saúde e da segurança no trabalho pelas centrais sindicais. No ano passado, o Senador abriu o espaço para essa discussão, inclusive para a discussão do dia 28 de abril, Dia Mundial dos Acidentes de Trabalho. Com isso, estamos conseguindo fazer uma grande divulgação do que as centrais estão fazendo, não só a Nova Central, da qual sou dirigente, além de participar da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte, e sou dirigente especificamente na área de saúde e segurança no trabalho.

E nessa abertura que foi dada, já na primeira audiência, que foi sobre a prevenção dos acidentes de trabalho e a saúde do trabalhador, nós tivemos espaço para divulgar o Brasil também lá fora, que foi a participação na Conferência da OIT sobre saúde e segurança no trabalho, quando a gente divulgou o vídeo “É com prevenção que se faz”. Então, são coisas que a gente não vê normalmente. A divulgação desse vídeo, para nós, na confederação e na central, teve um grande reflexo. Houve solicitação desse vídeo, *MV view*, o senhor deve estar lembrado, e o Brasil foi premiado sobre a saúde e segurança, e em outra área, a área da multimídia.

Nesse debate, houve também importante discussão sobre o acidente de trabalho do frigorífico Seara, onde quatro operários morreram intoxicados, e nós tivemos oportunidade de debater esse acidente. Por quê? Porque, naquele momento, a empresa colocou que a culpa foi do motorista, que o motorista, ao descarregar o caminhão, colocou no bocal errado. Aí a gente conseguiu mostrar a importância do projeto que estamos com o Senado, que é o Estatuto do Motorista, a discussão da dupla função. Não a dupla função só do motorista do transporte urbano, mas também do motorista do caminhão, que também tem de ter regras para essa dupla função. Ele não pode ser obrigado a fazer todas essas funções. Naquele momento houve uma fatalidade, mas a culpa não foi do motorista, porque não era ele quem tinha de estar preparado. Foi um bom momento para mostrarmos essa questão da dupla função.

Nesse mesmo debate, nós tivemos oportunidade de denunciar uma pesquisa que estava sendo feita. Nós recebemos uma denúncia de que a Fundacentro estava fazendo uma pesquisa sobre a vibração de corpo inteiro, e isso pegando as diretrizes europeias. A Europa passa por um momento econômico de crise, e o que

é que eles fizeram? Aumentaram o nível de vibração para também aumentar o tempo de trabalho das aposentadorias especiais. E, não sei como, isso chegou para estudo da Fundacentro. Fizemos a denúncia, por coincidência o Presidente da Fundacentro estava presente, e conseguimos levar isso aí para a Comissão tripartite, além da Fundacentro, e hoje já está sendo discutida. Ontem nós já protocolamos a nossa análise, do nosso técnico, no Ministério do Trabalho, que vai dar uma abertura na questão da NR 15. Então, já foi mais um avanço que houve nessa primeira audiência que a gente participou.

Tive a oportunidade também de participar da situação de transporte coletivo e a mobilidade urbana. Por coincidência, estava quase na fase de votação da regulamentação da profissão na Câmara dos Deputados. E a gente aqui tem que parabenizar o Senador, porque eu acompanho o projeto sobre transporte do Senador Paim, o primeiro sobre regulamentação, desde 1990, ainda na Câmara dos Deputados. E esse projeto foi um grande consenso, como o Senador colocou: um grande consenso de Senado, Câmara, Ministério Público – teve a grande participação do Ministério Público –, empresários e trabalhadores. Só do Estatuto do Motorista – o Tigrão está aí – nós tivemos 31 audiências, 31 audiências não só aqui no Senado; as audiências foram levadas para os Estados, onde foram mais 8 audiências, discutindo essa situação dos trabalhadores em transporte. E, finalmente, conseguimos a vitória de termos aprovado a regulamentação da profissão.

Infelizmente, tivemos 19 vetos, e ontem nós tivemos uma reunião com o Ministro do Trabalho, quando colocamos nossa posição. Esses vetos surgiram de onde? Da falta de discussão com o Executivo. A mesma discussão que aconteceu no Senado, Câmara, Ministério Público, com empresários e trabalhadores, não aconteceu no Executivo, chegando ao ponto de um pronunciamento do Senador Paim, que colocava o que estava havendo no submundo dos Ministérios, por que é que não se está discutindo os vetos, por que é que não discute com quem discutiu durante muito tempo. Então, foi nessa audiência que a gente conseguiu também cobrar do Governo, tivemos mais duas ou três audiências com o Governo, mas infelizmente não apresentaram ordem técnica nenhuma, mas aí a Presidente Dilma fez 19 vetos. Entre os piores, o pior veto é a questão dos pontos de parada. Então, o trabalhador – nós conseguimos aprovar aqui no Senado – a cada 200 km tem um ponto de parada com alojamento, com local para refeição, e isso está na Constituição, está na CLT, que é a questão dos locais de trabalho a céu aberto. Foi aprovado o que já está na Constituição – a obrigatoriedade de ter –, mas infelizmente foi

vetada a construção desses pontos de parada por uma questão econômica. Quando o Governo não verificou que o custo dos acidentes – 42 mil mortes por ano no Brasil – é um custo muito maior do que a construção de um ponto de parada a cada 200 km. Mas continuamos ainda a discussão, vamos ver qual é a saída, não é?

Tivemos também ainda naquela oportunidade o informe da aprovação de uma importante lei, que é a política de mobilidade urbana. Estava presente o pessoal da ANTP, e também é outra política que foi discutida várias vezes aqui no Senado, a política de mobilidade urbana e a questão dos acidentes.

E, por último, nós tivemos, no dia 26, a violência no trânsito e o Estatuto do Motorista. A violência no trânsito, não há necessidade nem de falar a importância desta discussão, mas a gente quer discutir isso em torno do Estatuto do Motorista, cuja discussão estamos retomando. Já foram criados subgrupos, vamos discutir por área, porque, quanto à regulamentação da profissão, foi feita uma regulamentação de um modo geral para todos os motoristas, mas só que a categoria tem diversos setores, com diferenças de atuação. O transporte de carga tem mais de 20, 30 setores de atuação, que não são a mesma situação. O transporte de carga perigosa é uma situação, o transporte de gênero alimentícios é outra, o transporte urbano, o transporte de fretamento e turismo também tem suas diferenças. Então, a importância de a gente estar retomando a discussão no Estatuto, que visa regulamentar o mercado de trabalho. Tivemos a regulamentação da profissão e agora o Estatuto visa regulamentar o mercado de trabalho.

Então, nesses poucos seis meses, foi feita muita coisa, principalmente aqui na Comissão. É um espaço que a gente agradece e espera continuar com a oportunidade de apresentar as situações que a gente tem vivido no dia a dia. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Agradeço ao Luiz Antônio Festino, da CNTT, pela sua fala.

Eu queria já registrar a presença do Presidente da Fundação Palmares, que é o companheiro Eloi, aqui conosco, permitam-me. (*Palmas*).

O Mário Theodoro, que é o Secretário Executivo da Seppir, e também adjunto, representa aqui a Ministra Luiza Bairros. (*Palmas*).

E vamos, de imediato, à palavra ao Omar, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Bom, meu ilustre Senador, senhores e senhoras presentes, tudo o que já foi dito aqui pelo meu presidente da Central e o representante de nosso grupo de trabalho eu não vou

repetir. Apenas quero homenagear este grande Senador, que, em todas as audiências públicas de qualquer assunto realizado neste Senado, realizado pelo grande Senador, é de um... Gente, eu nem tenho palavras para dizer, porque Senador dessa estirpe é muito difícil hoje existir dentro deste Senado. É um Senador que, na parte dos trabalhadores, nós só temos que elogiar.

Portanto, Senador, as audiências aqui realizadas pelo senhor, todas elas, não só neste semestre não, todo o seu mandato é uma coisa especial. Portanto, eu quero deixar aqui, não vou repetir o que os dois dirigentes antes falaram, porque é a verdade do que foi dito.

Portanto, Senador, o senhor está de parabéns. *(Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito obrigado ao Omar, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Então, neste momento eu desfaço a Mesa, mas lembrando que o Omar, que falou aqui – eu o chamo direto Omar, não é senhor, não é nada, é Omar, porque o conheço há muitos e muitos anos de luta –, sabe que idade o Omar tem? Permita-me que eu diga, Omar, porque acho que é um orgulho para ti, para o nosso povo e todos os seus familiares.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Perfeito, 93.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem 93 anos e está aqui, militando pela causa! *(Palmas)*.

Isso é um exemplo para ser seguido. A idade do Calixto eu não vou dizer, eu vou deixá-lo livre dessa.

Vamos para a Segunda Mesa, então. Eu só vou de novo fazer um apelo ao Plenário, porque há alguns convidados nossos que vão ter que sair por motivo de voo. O primeiro deles que me solicitou aqui na Mesa é o Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – que substitui aqui o Presidente Ophir Cavalcante.

Por favor, venha para a Mesa *(Palmas)*.

Quero dizer que a OAB tem sido parceira nossa aqui em todos os momentos. O próprio presidente esteve aqui conosco e, quando ele não pode, sempre faz questão de que tenha aqui um dos seus quadros principais, representando a OAB na nossa Comissão. E dizer que a OAB foi uma das poucas entidades que assumiu abertamente a defesa da PEC 50, que é para acabar com o voto secreto em todas as votações no Parlamento. Não por ser uma PEC de minha autoria, mas essa acabava com todas as situações. A OAB foi a que mais produziu material, documentou, fez audiência, inclusive nos Estados. Teve uma audiência em Canoas, na minha cidade, em que a OAB, além de mandar um documento para lá, pedindo apoio à PEC

50, mandou o seu representante estadual lá, que fez a defesa. E esta semana foi comunicado que a Câmara de Vereadores de Canoas, que não tinha o voto aberto, já aprovou o voto aberto em todas as situações, como no Rio Grande do Sul a Assembleia já aprovou, São Paulo, e há diversos Estados que já aprovaram.

Eu ainda sonho que um dia o Congresso aprove ainda, não só para cassação ou não de Parlamentar, mas em todas as situações, para que o voto de cada Parlamentar seja sempre, sempre, transparente. Eu sempre dou o exemplo do veto aqui, para o movimento sindical, por exemplo. Nós apreciamos mais de 5 mil projetos, porque eu estou aqui há tantos anos que tenho o texto da contabilidade, foi pesquisa. Aprovados por unanimidade os projetos, pelo voto aberto, e os 5 mil foram derrotados no voto secreto. Então, 5 mil vezes alguém mentiu. Aquela história de Cristo, não é? Como é que é? Não dá para falar porque alguém já falou ontem: “Três vezes me negarás”, não é? Então, você vota 5 mil projetos por unanimidade e depois rejeita os 5 mil quando o voto é secreto. Isso não pode continuar, independentemente de quem seja o governo, se é este ou aquele governo. Então, nós vamos voltar essa campanha de que o voto aberto seja em todas as situações.

Mas me pediu também aqui, e foi o pedido que veio à Mesa, se o Plenário concordar, o Secretário Executivo da Seppir, que tem uma reunião com a Ministra em seguida, para discutir, inclusive, uma pauta que vamos ter que enfrentar – e é bom que se fale aqui, se possível, que o Secretário Executivo da Seppir, companheiro nosso aqui, que foi Consultor do Senador, depois é que o levaram embora daqui, ajudou-nos na construção do Estatuto da Igualdade Racial. Então, uma salva de palmas ao Mário Theodoro. *(Palmas)*.

E também o outro que nos pediu, por motivo de voo, é o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Luiz Schmidt, que eu queria convidar também para a Mesa. Espero que todos entendam. *(Palmas)*.

Nós vamos levar nossa audiência tranquilamente aqui, pelo tempo que for necessário. Então, eu peço o entendimento de todos, para que eu possa, de imediato, passar a palavra. Inclusive aqueles que falarem, se tiverem problema de voo, em seguida estão liberados. Eu falo pelo doutor, passo para o Dr. Marcus Vinicius, que aqui fala em nome da OAB e foi o primeiro que solicitou fosse permitido que ele falasse devido a seus compromissos já assumidos.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO

– Bom dia a todos.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao

Senador Paulo Paim, não apenas por sempre convidar a Ordem a participar desses importantes momentos do Congresso Nacional, como também e principalmente pelo seu desempenho parlamentar e por sua vida pública, que é um exemplo para toda a sociedade brasileira. O Senador Paulo Paim é desses Parlamentares que justificam a existência do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alguns dizem que eu chego a ser chato, porque quando eu pego uma matéria eu vou até...

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – À mercê de vários temas, como, por exemplo, a questão dos aposentados, do salário mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O salário mínimo foi uma bonita...

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – É uma história que não é de hoje, é uma história que já tem décadas de sua atuação, nós acompanhamos como cidadão brasileiro e também como dirigente da Ordem. De fato, precisamos dessa visão republicana na atuação do mandato.

E a PEC 50 é um desses exemplos. De fato, muito diferentemente do que acontece com o cidadão quando ele vota no sufrágio universal – nesse momento o voto deve ser secreto para proteger o cidadão contra o abuso de poder. O cidadão, quando vota na urna eletrônica, no momento de escolher o seu representante, o voto secreto é uma conquista da humanidade, para evitar justamente esses abusos de poder econômico ou político. Mas o voto do representante do povo deve ser aberto sempre, para que o povo possa controlar aquela sua opção política. Quer dizer, o representante do povo não fala em nome próprio; ele fala como representante, ele exerce o mandato em nome do povo.

Então, muito diferentemente do que acontece com o cidadão comum, o Parlamento deve ter voto aberto, e a PEC 50 tem realmente o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Federal. É uma das medidas que vêm em favor da democracia e do regime republicano, que deve ser o regime da transparência. Dentro da democracia, não há espaço para o segredo dos negócios públicos.

Tanto que uma outra lei que deve ser comemorada é a Lei de Acesso à Informação. Há um dispositivo que – estamos na Comissão de Direitos Humanos – é um dispositivo absolutamente importante: não pode haver segredo, não pode ser negada nenhuma informação que diga respeito à violação dos direitos humanos. Há esse dispositivo na lei que precisa ser efetivado. Quer dizer, não pode, havendo... Se a alegação for de violação de direitos humanos, ainda que o documento seja considerado especial ou de informação privilegiada, ou de sigilo, esse documento não pode

ser sonegado, para proteção do direito fundamental da pessoa humana. Porque há aquela lógica de que o Estado, Senador Paim, não é um fim em si mesmo. O Estado possui como finalidade proteger os direitos da pessoa humana. Se o Estado não se desincumbe desse papel, ele de fato não justifica a sua existência.

Portanto, a Lei de Acesso à Informação vai ao encontro deste espírito republicano que a PEC 50 quer implantar, de voto aberto a todos os Parlamentares.

E também gostaria de destacar, neste balanço que se faz acerca do trabalho da Comissão – mais de 30 audiências já foram destacadas –, mas queria falar de uma em especial, que é a discussão, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Comissão da Verdade. Quer dizer, a Comissão da Verdade é outra conquista da sociedade brasileira, com aquele intuito de que não podemos esquecer para jamais repetir.

E a Comissão da Verdade foi discutida, estive presente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passou aqui, inclusive.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – ...de forma ampla, o Senador Paim nos convidou, estiveram presentes todas as entidades e personalidades envolvidas com o tema. De fato, a Comissão foi criada, todos sabemos, mas precisamos continuar acompanhando o funcionamento, para que ela se desincumba de forma adequada com o seu mister.

Então, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil poderia relatar outros trabalhos em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, com o mandato do Senador Paulo Paim. Por exemplo, a própria Lei Ficha Limpa, que é a Lei Complementar 135, também uma conquista da sociedade brasileira, que a Ordem dos Advogados do Brasil, junto com a CNBB, junto com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, com diversas outras entidades – do Ministério Público do Trabalho, dos Magistrados, inclusive –, tivemos oportunidade de colher assinaturas e é uma conquista da sociedade brasileira também.

É uma prova a Lei Ficha Limpa, como também a Lei da Compra de Voto, no final da década de 90, em 1998, foi a lei que criou a captação ilícita de sufrágio, que justamente diz que a pena para quem compra voto, promete uma vantagem em troca de voto é a cassação de mandato, e essa lei resultou na cassação de mandato de vários políticos, que não conseguem eleição com base, como faz o Senador Paim, com voto de opinião, com prestação de serviços, portanto, a conquista da vontade de votar de forma livre, mas que usa de forma abusiva, praticando atos de abuso de poder político e

econômico. E a lei foi a primeira lei de iniciativa popular aprovada na década de 90.

Tivemos também uma outra lei aprovada de iniciativa popular, que foi a Lei da Moradia, do Sistema da Habitação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma lei em que a OAB ajudou muito foi a Lei Maria da Penha.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

– A Lei Maria da Penha, além de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Queria convidá-lo, já para o dia 7, vamos ter uma audiência pública aqui para discutir a Lei Maria da Penha.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

– No dia 7 de agosto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em 7 de agosto.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

– Digo já: a Ordem estará presente, obrigado, Senador, pelo convite.

E a Lei Maria da Penha, a Ordem, além de participar no Congresso, tivemos a oportunidade, no Supremo Tribunal Federal, de sustentar em favor da aplicação da lei com aquela ideia antiga, que não é nova, desde Rui Barbosa, entre nós, de que o princípio da igualdade é tratar igualmente os iguais, mas desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desiguam para fazer as ações afirmativas, no sentido de que temos que dar um tratamento protetor àqueles que, na cadeia social, na corrente social, estejam em situação de desigualdade, para que tenhamos uma igualdade de fato.

Não adianta apenas a igualdade formal prevista na lei; é preciso uma igualdade material, uma isonomia plena. E a Lei Maria da Penha traz a isonomia efetiva para o interior do ambiente familiar ao proteger a personagem da família que ainda é mais fragilizada no sistema. Portanto, o Supremo Tribunal Federal, com essa tese, verificou que a Lei Maria da Penha, ao invés de contrariar a igualdade como estava argumentando, aplicava o princípio da igualdade. Como, da mesma forma, as cotas raciais constituem outra conquista da sociedade brasileira, e a Ordem dos Advogados do Brasil teve oportunidade de sustentar no Supremo Tribunal Federal no mesmo intuito de que, ao invés de ferir o princípio da igualdade, o que as cotas raciais fazem é cumprir o princípio da igualdade com as ações afirmativas que os Estados da América já fizeram e que o Brasil tem mais é que fazer. (*Palmas*).

E, para concluir, eu queria convidar todos, em especial ao Senador Paim, a participar da Conferência Internacional de Direitos Humanos, que a OAB realizará entre os dias 15 e 17 de agosto em Vitória, Espírito Santo. Estarão vindo palestrantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer que eu já recebi o convite, a OAB não esqueceu de mim.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

– Obrigado, Senador. E fica também o convite pessoal, no sentido de que, se pudéssemos agendar a participação de V. Exa. pelo menos no encerramento, que é sexta à noite, em Vitória, seria muito honroso para a Ordem tê-lo. A Comissão da Verdade estará presente, o coordenador atual, o Ministro Gilson Dipp estará presente, fazendo o encerramento, outros membros da Comissão também estarão presentes. Se V. Exa. puder nos honrar com sua presença... E a todos, será um momento importante esta Conferência Internacional de Direitos Humanos, para discutirmos esse tema que não pode sair da agenda de nosso País. Esse tema é fundamental, é central.

Não podemos nos esquecer jamais, portanto, para concluir, que o Estado possui esta missão de colocar o ser humano no centro gravitacional de suas atenções. O ser humano não pode ser só um mero detalhe. Ou ele é cuidado com devida adequação – o ser humano trabalhador, o ser humano cidadão, o ser humano em todos os seus momentos de vida –, ou fazemos isso, ou realmente o Estado não estará dizendo a que veio, não estará se justificando.

Então, a Ordem reafirma o seu compromisso com a sociedade brasileira, com a Comissão do Senado de Direitos humanos, para construirmos esta democracia autêntica, este regime republicano, que deve ser o regime da transparência e de proteção à pessoa humana.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Dr. Marcus Vinicius Furtado, Secretário-Geral nacional da nossa OAB.

Dr. Marcus, eu agradeço muito a parceria que nós temos feito com a OAB. A OAB, digamos, está sempre à frente, eu diria, do nosso tempo. A OAB é sempre uma entidade que eu tenho aprendido, no longo desses meus – como disse aqui o Omar – não 93 ainda, mas o meu sonho é eu poder um dia chegar aqui e dizer: “Estou com 93 anos”. Há alguns que não gostam de ficar velho, eu não tenho problema nenhum. Omar, se um dia eu puder dizer que estou com 93 anos, eu estou realizado na vida. Mas, ao longo dos meus 62, que eu já estou com 62, eu sempre tive uma companhia muito forte da OAB. Talvez nem os mais jovens saibam, mas, mesmo no meu tempo de sindicalista, no momento mais difícil, na época da ditadura, quem estava ao meu lado, como sindicalista, sempre foi a OAB.

Essa entidade eu sempre guardei: nos momentos difíceis, a OAB estava lá, inclusive numa época que eu saía do Brasil com um dossiê para denunciar na

Europa o que estava acontecendo aqui, aí eu fui preso em São Paulo, e não sei como, em alguns minutos, estava lá o representante da OAB, o dossiê ficou, mas eu fui. Não perdi o avião e consegui ainda viajar. Claro que tem de chegar lá duas, três horas antes, naquela época, e no fim de uma hora e meia, alguém lá da OAB disse: “Ó, pode ir, pega o teu avião, vai embora. Deixa o dossiê aí, tem que ter na cabeça, e fala lá, fala o que acontece aqui”. Então, uma salva de palmas à nossa OAB, nunca vou esquecer de cada momento dessa história! (*Palmas*).

Doutor, se tiver que se retirar, fique bem à vontade.

Eu vou passar de imediato a palavra para o Mário Theodoro, Secretário Executivo da Seppir, que também tem uma reunião com a Ministra em seguida.

Então, seus dez minutos.

O SR. MÁRIO THEODORO – Obrigado, Senador. Eu queria saudar a Mesa, por intermédio do Senador Paim, os colegas de Mesa, saudar também os colegas que estão na plateia, e falar da nossa satisfação de estar aqui hoje. Eu estou aqui trazendo um abraço fraterno da Ministra Luiza Bairros, na perspectiva de fazer um balanço não só da atuação da Comissão, mas também da atuação do seu Presidente, que é o Senador Paim, fundamental nessa atuação da Comissão.

A Constituição de 1988 abriu uma perspectiva muito interessante com relação à participação popular. O Congresso e o Senado em particular eram Casas muito fechadas, e o máximo que se tinha era, às vezes, audiências técnicas com especialistas ou com algumas figuras importantes, mas a maioria das vezes o Senado discutia internamente, trazia internamente as suas deliberações.

A Constituição trouxe a perspectiva da consulta popular. Isso foi um grande avanço, mas eu posso dizer isto não só como Secretário Executivo da Seppir, mas também como funcionário desta Casa: poucos Senadores utilizaram tão bem essa consulta popular como o Senador Paim. Esse balanço que foi feito aqui com relação às 33 audiências num semestre, o que significa mais de uma audiência por semana – na verdade, se nós formos contar o número de semanas que contam o semestre legislativo –, é a demonstração de quanto o Senador tem aproveitado esta possibilidade, esta riqueza que é a consulta popular a partir das audiências públicas, para trazer aqui não só a visão do técnico, mas também a visão dos segmentos, a visão dos movimentos sociais, inclusive dos políticos que eventualmente não estejam aqui dentro, para que a gente possa fazer uma discussão que não seja apenas técnica, mas balizada também pelo interesse político, que é fundamental.

Então, a minha primeira observação a fazer é saudar essa possibilidade que o Senador tem utilizado com muita presteza e dizer que, por conta disso, o Senador sempre foi um grande aliado da Seppir.

Todos os temas aqui candentes com relação à questão racial tiveram no Senador um baluarte, um defensor dessas posições. Não vou nem falar aqui do Estatuto, que foi talvez a peça mais importante a ser votada aqui. Creio que o meu amigo Eloi vai falar um pouco mais sobre isso, até porque ele preconizou, juntamente com o Senador Paim, essa atuação, na defesa e na aprovação do Estatuto.

Mas eu queria falar de outro ponto também importantíssimo com relação ao balanço deste semestre, que foi a passagem pela comissão do Projeto de Lei nº 180, que estabelece cotas para estudantes negros, estudantes pobres, nas universidades federais.

Esse projeto tramita há mais de uma década nas duas Casas e foi resgatado pelo Senador Paim. O Senador Paim foi muito importante nessa tramitação, e o projeto está chegando agora à deliberação do Plenário, o que deve acontecer na primeira semana de agosto. Acho que, do ponto de vista da Seppir, fazendo um balanço deste semestre, Senador, talvez isso tenha sido a coisa mais importante, não da Comissão, mas da nossa área especificamente, e queremos saudar isso. Queremos falar que contamos com a Comissão como parceira fundamental na mudança. Como eu estava dizendo, o projeto estava parado, há quase uma década ou pouco mais, e agora ele conseguiu, a partir desse esforço do Senador e da Comissão, ser levado adiante e está prestes a ser votado.

Eu reputo isso como um marco comparável ao que foi a votação da questão das ações afirmativas no Supremo Tribunal Federal ainda neste semestre. A importância daquela posição do Supremo vai ser agora respaldada na votação que o Senado vai fazer com relação às cotas. Eu expressaria isso do ponto de vista da questão racial, das políticas de igualdade racial como os dois marcos que vão balizar a ação da Seppir daqui para frente. O primeiro foi a votação favorável, unânime do Supremo Tribunal Federal com relação às cotas, e o segundo, com certeza, vai ser a votação e, esperamos, a aprovação do Projeto nº 180, que estabelece cotas para as universidades federais.

Desse ponto de vista, nós agradecemos muito o empenho do Senador não só nesta Comissão, mas durante toda a tramitação do projeto, a quem temos como um grande baluarte, um grande aliado.

Eu gostaria aqui, mais uma vez, de trazer o abraço fraterno da Ministra. Venho aqui em nome dela, ela me incumbiu disto, da satisfação de termos aqui esse aliado e contem conosco sempre.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Secretário Executivo da Seppir, o Mário Theodoro.

Depois eu vou falar um pouquinho mais sobre esse tema, Mário, mas deixe-me dizer primeiro da importância da Seppir, da Fundação Palmares.

E esse debate da política de cotas, pessoal, a sociedade já assimilou. Vejam bem, o Supremo já decidiu, mais de 140 entidades no Brasil todo já decidiram, estão aplicando tranquilamente, e os alunos brancos, negros e índios vivem muito bem, graças a Deus, apesar dos pessimistas.

Entenderam que têm que dar oportunidade. A Câmara aprovou por unanimidade esse projeto. O projeto que saiu daqui da Comissão de Educação do Senado era muito mais radical: só a cota era de 50% e não tinha cota social; a Câmara construiu um meio termo, colocou a cota racial e social, 50% de alunos de escola pública, 25% com o corte étnico-racial, negros, pardos e índios, e outros 25% para alunos de escolas públicas pelo corte social, de um e meio salário mínimo.

Eu estou aproveitando o momento em que você está aqui para falar um pouquinho mais sobre isso, mas eu percebo que já há unanimidade na sociedade. Não há mais motivo nenhum para que o projeto não seja aprovado. Eu estou muito otimista que agora, naquele esforço da primeira semana que agosto – se não me engano 7, 8 e 9, o esforço concentrado –, nós vamos votar a matéria.

Nós conversamos ontem com todos os líderes, todos concordaram que matéria seja votada. O próprio Aloysio Nunes – tive uma boa conversa com ele, foi muito produtiva a conversa com ele – está sensível ao tema. Ele tinha que viajar – inclusive ontem nós respeitamos isso, não botamos em votação porque queremos que ele esteja presente. Entendo-o como uma pessoa comprometida com as causas sociais também. Foi uma bela conversa com ele e estou muito esperançoso, porque nós votaremos a matéria.

E repito: se todos os setores da sociedade assimilaram – as universidades do Rio, de Brasília, da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo, do Paraná – e me dizia o Presidente da Comissão de Educação, o Requião: “Lá, Paim, aplicamos há muito tempo, não há problema nenhum, não vejo por que essa polêmica.”

Acho que a grande mudança, a grande revolução de que falam tanto, que passa pela educação, para mim, passa por esse projeto. Ele vai dar oportunidade, vejam só isso, para que os pobres possam sonhar em ser doutores, porque eles têm direito, 50% das vagas para os estudantes das escolas privadas – que bom

que eles podem pagar –, e os outros 50% – o resumo é esse – são para as escolas públicas, permitindo que os mais pobres efetivamente tenham acesso à universidade.

Isso vai dar um salto de qualidade enorme. Acho que vai combater a violência, combater inclusive as drogas, porque os meninos, as meninas vão ver que eles poderão rapidamente ter nível superior. Isso, no fundo, é o que está em jogo, que alguns não entenderam ainda, que vai ser a grande revolução no Brasil.

Até percebo que um ou outro fica assim, parece-me que com ciúmes. Eu quero dizer que o projeto não é meu, viu, o projeto não é meu! Se fosse meu... Não, é do Paim! Não é meu coisa nenhuma. Eu só defendo a proposta porque acredito, estou convencido de que vai ser a grande revolução no nosso País, de integração definitiva do nosso povo, da nossa gente, com espaço na sociedade a partir da educação.

Por isso fiz questão de dar esse enfoque, reforçando o seu ponto de vista.

E vamos, de imediato, para o Dr. Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

E eu disse para você, mas vou dizer aqui para passar-lhe a palavra: olha, um dos momentos mais bonitos da minha vida, eu confesso para vocês – alguém poderia dizer que vou falar das greves de que ele participou ou da greve de fome que fiz ou do tempo que eu disse que ia para fora, enfim, em que fui revistado –, foi quando eu participei do Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, lá em Natal...

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Em João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lá em João Pessoa. Olha, eles me emocionaram porque eu defendia as teses em que acredito, e permitam que eu diga isso, o pessoal vai entender, e quando eu vi eu estava sendo aplaudido como se fosse um grande intelectual. E não sou, sou um operário metalúrgico que tem orgulho de fazer, de defender as causas em que acredito. E quando vi aqueles juízes todos, daquela maneira tão carinhosa, abraçando-me, eu senti que estava cumprindo um papel importante, de alguém que vem de uma família de dez irmãos; ganhavam salário mínimo meus pais e ambos eram analfabetos – os dois já faleceram.

Enfim, está com a palavra.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Senador Paim, emocionados ficamos nós, no evento que realizamos em João Pessoa, aliás, o qual fazemos a cada dois anos, com a presença de uma pessoa da estirpe, da idoneidade moral e da capacidade de trabalho do Senador Paim.

Eu, pessoalmente, conheço o Senador Paim da época em que ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em Canoas e eu trabalhava como professor no Senai, do ladinho ali. Aliás, numa das primeiras greves feitas por aquele pessoal, usou-se o sindicato como base. Foram interessantes aqueles tempos de caminhadas das greves gerais, enfim.

Senador, eu estou aqui também, na verdade, em nome da Anamatra, para agradecer o espaço que tem sido dado para a Anamatra nesta Comissão: para debates de temas mais relevantes nós estivemos aqui não sei em quantas oportunidades, com os mais diferentes colegas, na questão do ponto eletrônico, na questão do Funpresp, na discriminação, na precarização, na terceirização. Enfim, houve várias audiências em que cá estivemos. E podemos dizer aqui da legitimidade que a Anamatra se impõe para ombrear com os setores mais avançados da sociedade, porque está, nos seus estatutos, a sua obrigação e dos diretores que lá estão de pugnar pela melhoria da condição social do trabalhador e da preservação e ampliação do direito do trabalho como instrumento de resgate de cidadania e de melhoria da condição social do trabalhador. Achamos nós que pelo trabalho é que as pessoas efetivamente abrem mais espaço para elas progredirem na vida, educarem seus filhos e envelhecerem com dignidade.

Houve um momento importante aqui, a respeito do voto aberto, Senador. Queremos dizer que a Anamatra está estudando uma provocação ao Supremo para que, no âmbito do Supremo, haja o entendimento de que todos os regimentos, regimentos internos... *(Palmas.)* E isso inclui, obviamente, os conselhos regionais e federais, inclui o CRM, vai incluir a OAB, porque hoje sabemos quando os juízes são punidos e como são punidos, mas nós não sabemos como, por exemplo – aliás, nem nós nem ninguém, a não ser o próprio advogado – as razões e quem são os punidos pela Ordem. E a Ordem pune muito. Os médicos, da mesma forma.

E é por isso que nós apoiamos, Senador, essas tentativas sérias todas de efetivamente abolir o voto secreto nessas matérias disciplinares – especifica e especialmente nessas matérias –, porque a sociedade tem que conhecer o que está acontecendo.

A respeito do balanço, Senador Paim, aqui, desta Comissão, acho que é desnecessário dizer tudo que foi feito, porque muitos de nós participamos, muitos que estamos vendo e ouvindo também, e vários aqui na Mesa já falaram. Mas acho que a gente poderia apontar para frente um pouquinho. E apontar para frente significa enxergar no horizonte qual é o principal problema na área do direito do trabalho, na área sindical, enfim, que nós divisamos no horizonte. E, para mim, são os

projetos e tentativas sérias de – entre aspas – “precarização” dos direitos trabalhistas. Isso passa, especialmente, pelos projetos de terceirização e também, por incrível que possa parecer, Senador, do Simples Trabalhista. Porque nós vamos acabar criando, por lei, porque já existe de fato, mas agora vamos ratificar, por lei, o trabalhador de primeira e de segunda categoria. O que acho é uma iniquidade o que nós vamos fazer. Eu acho que nós temos que estar atentos a isso.

Por isso, Senador, a Anamatra até traz formalmente aqui, para esta Comissão e para o senhor, na condição de Presidente, para o segundo semestre, num dia estratégico amplamente divulgado, com presença de peso, da área do Executivo inclusive, que se faça aqui uma audiência pública para tratar especificamente da precarização do direito do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria já que a assessoria dos trabalhos acatasse essa primeira sugestão direta de uma outra audiência pública para tratar da precarização dos direitos dos trabalhadores. OK, já fica acertado.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Notadamente, Senador, pelos projetos de terceirização e Simples Trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Botando na pauta terceirização e o Simples Trabalhista.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Então, agradeço, Senador, o encaminhamento. Acho que nós temos que ser também propositivos em auxílio à Comissão. Esse é o sentido.

Na questão da Lei da Transparência, Senador, a Anamatra tem uma posição amplamente favorável ao processo de transparência. É por isso que, inclusive, defende o voto aberto em matérias disciplinares. Agora, nós também achamos – e isso é uma posição muito pessoal – que a transparência é como gravidez: não poder haver meia transparência nem meia gravidez. Isso não existe.

Então, pensamos – e penso eu especificamente – que esse processo de abertura da sociedade deve alcançar todos os setores da sociedade em que é permitida a concessão de serviço público. Por exemplo, eu acho que isso deve alcançar a imprensa, porque nós todos reputamos a importância da imprensa na sociedade democrática. Agora, a imprensa também tem que ser transparente e não pode ser refratária à interação com a sociedade. Nesse sentido, nós saudamos a edição da lei. Achamos que ela vai contribuir muito e esperamos que ela efetivamente alcance toda a sociedade, não apenas o setor público.

Em relação, Senador, especificamente à atuação da Anamatra aqui no Parlamento, há muito tempo que a Anamatra tem proposições trazidas para cá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, o aviso prévio.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – É, inclusive o aviso prévio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só aconteceu pela pressão do projeto que a Anamatra não nos entregou.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Exatamente. Ainda antes, quando se criaram as comissões de conciliação prévia, a Anamatra também entendeu que ela não poderia ser compulsória; como de fato o Supremo veio a reconhecer que ela não poderia ser.

Nesse sentido, Senador, várias matérias tramitam aqui na Casa – e não só aqui, mas também na Câmara – em que nós postulamos também o reconhecimento da condição de cidadão do próprio juiz. Ela acredita nisto: o juiz não pode votar nos dirigentes dos tribunais. Não vota o juiz de primeiro grau, de segundo grau. Nos tribunais, só votam os juízes de segundo grau; os de primeiro grau não votam. Então, é uma reivindicação da magistratura que haja efetivamente eleições diretas também nos tribunais. Ainda não estamos achando que o juiz de primeiro grau deva dirigir os tribunais, mas que deve votar deve.

Então, Senador, essas seriam as considerações que nós trazemos, agradecendo muito o que já fizemos juntos e nos colocando à inteira disposição para aquilo que a Comissão entender.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Paulo Luiz Schmidt, que falou em nome da Anamatra. O Mário Theodoro, Secretário Executivo, falou em nome da Seppir e o Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho falou em nome da OAB.

Eu solicito que retornem ao plenário. Vamos chamar a terceira Mesa. Aqui a terceira Mesa, a quarta e a quinta foram montadas na visão daqueles que estavam com problemas de voo porque muitos vieram para essa atividade. E o primeiro da terceira Mesa é o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima. Também aqui, nesta segunda Mesa – seja bem-vindo, Dr. Carlos –, a Sra. Maria Rita Sabo de Assis Brasil, Diretora de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Médicos, representando o Presidente, Sr. Geraldo Ferreira Filho.

Está aqui a Maria Rita... *(Pausa.)* Se a Maria Rita não estiver... Ah, está aqui presente. Seja bem-vinda Maria Rita. *(Palmas.)*

Agora o Neilton Araujo de Oliveira, Adjunto do Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a nossa querida Anvisa, pela qual tenho o maior carinho e o maior respeito, representando aqui o seu Diretor Presidente, Dirceu Brás Aparecido, grande Dirceu, que tem feito, no meu entendimento, um belíssimo trabalho na Anvisa, com toda a sua equipe.

Nós temos aqui a quarta e a quinta Mesa, se algum dos companheiros tem problema de horário.

O Solano tem problema de horário, Solano?

Então ele entraria na próxima Mesa.

Então, vamos já de imediato a esses três, o Moacir eu sei que tem um pouquinho mais de tempo. Não é Moacir? E o Elói ... Tudo no seu tempo. Não é Elói?

Vamos, de imediato, ao Carlos Eduardo Azevedo Lima, que é Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Aqui eu uso doutor para todos. Então o senhor, advogado, doutor está com a palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA

– Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores aqui presentes, para a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a ANPT, entidade de classe que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o País, é sempre motivo de honra, Senador Paim, vir a esta Comissão, e, já de pronto, agradecemos as oportunidades que tivemos para discutir temas de mais alta relevância, notadamente na área de atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho, o que traz implicações, traz consequências para a vida da sociedade como um todo, notadamente a classe trabalhadora em seus mais variados segmentos.

Então podermos participar dessas audiências públicas sempre foi motivo de grande honra até por que são oportunidades para passar a nossa vivência, a nossa visão dessas matérias, a visão dos membros do Ministério Público do Trabalho. E foi exatamente nesse sentido que participamos de audiências, algumas aqui já mencionadas pelo Dr. Paulo Schmidt, de que a Anamatra participou em conjunto conosco, algumas só a ANPT, outras só a Anamatra, mas temas como o da terceirização, e realmente a terceirização, acredito, que é uma questão que preocupa todos aqui, e com um projeto que atualmente tramita na Câmara dos Deputados a nossa preocupação se torna ainda maior, e louvamos e aderimos também à proposta. Já vimos com bastante satisfação que já foi objeto de aceitação, a sugestão da Anamatra, objeto de aceitação da Mesa do Senador Paulo Paim.

A discussão de temas como esses: precarização das relações de trabalho, levando em consideração, por exemplo, o projeto que permite terceirizar tudo, inclusive

atividades fins, dentre uma série de outras questões que poderíamos abordar de maneira mais detalhada. Esperamos ter essa oportunidade na audiência que deverá ser realizada, questões como o próprio Simples Trabalhista também aqui mencionada. Só para se ter uma ideia, Senador, quando o Paulo Schmidt falava da criação de trabalhadores de segunda categoria, eu recordava que o projeto traz, só um pequeno exemplo, traz o depósito do FGTS dos trabalhadores empregados de microempresas e empresas de pequeno porte, ao invés de 8% será de 2%. Pequeno exemplo, dentre várias outras coisas, que esses trabalhadores, direitos que terão em condições bem inferiores às dos demais trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Abaixa para 2%?

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA – Para 2% durante um período de até cinco anos.

Dentre várias situações, o pagamento décimo terceiro poderá ser parcelado, se não em engano, em até seis vezes, dentre várias questões extremamente preocupantes.

Então realmente louvamos a atitude da Comissão de Direitos Humanos ao trazer essas questões para serem aqui debatidas. Questões do trabalho em frigorífico, do meio ambiente de trabalho como um todo, questões de segurança, saúde do trabalhador inclusive nessa dos frigoríficos. Lembramos que V. Exa passou trecho de um vídeo, de um documentário já premiado em que a ANPT teve a oportunidade de apoiar a produção desse documentário, que foi o *Carne e Osso*, que retrata justamente essas condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós o passamos aqui na Comissão, por sugestão de vocês.

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA – Recordo, inclusive fazemos este registro e os agradecimentos desse reconhecimento de V. Exa.

A questão do ponto eletrônico voltará a ser discutida agora no segundo semestre também aqui nesta Comissão. Enfim, são várias as questões que têm sido debatidas, a ANPT tem tido a oportunidade e pretende sempre que, assim que for convocada, não diria nem convidada, mas convocada, estará, sem dúvida nenhuma, aqui. Até por que se pegamos somente as metas institucionais da atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho sem dúvida nenhuma, já veremos uma relação verdadeiramente umbilical com os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos do Senado, tão bem presidida por V. Exa.

A própria questão do meio ambiente do trabalho, aqui já mencionada, a discriminação nas relações de trabalho, por todas as razões. Eu acredito que foi o Dr.

Calixto que mencionou há pouco a questão. Há até uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho, da discriminação em razão de trabalhadores, a não admissão de trabalhadores que tenham nomes negativados em cadastros restritivos de crédito. Temos inúmeras outras questões por raça, gênero, opção sexual, opção religiosa, enfim. Infelizmente, são inúmeros os motivos utilizados, para discriminar trabalhadores e certamente esta Comissão está atenta a isso, fraudes trabalhistas, nos seus mais variados aspectos, irregularidades trabalhistas na Administração Pública, que também tem uma ligação muito grande com a questão da terceirização, aqui já abordada, liberdades sindicais, e temos vários dirigentes sindicais, centrais sindicais aqui presentes, é sempre uma satisfação poder debater com os senhores e com as senhoras.

Enfim, todas essas questões têm uma ligação muito grande com a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho, que são representados pela ANTP e, por isso, nos colocamos, Senador, sempre à disposição, para contribuir naquilo que for possível. E tomando a liberdade também, na linha do que já foi feito pela Anamatra, já mencionou o tema, à guisa de sugestão, a ANPT também gostaria de sugerir um tema, se fosse possível discutir.

Entendemos que ele tem uma pertinência muito grande com a Comissão de Direitos Humanos, aliás, não conseguira ver uma pertinência maior do que com esta Comissão específica, com quem já tratamos, e é um tema que não podemos deixar de tratar em nenhum momento, até por que o Brasil tem metas audaciosas para a erradicação dessa verdadeira chaga, essa palavra é gasta, mas não tenho como usar outra, é realmente uma chaga a questão do trabalho infantil, mas, especificamente, se possível também, uma nuance do trabalho infantil, acredito, uma das mais perversas, se não a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, já fica, também, Roberto, atendendo pedido do Procurador Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, uma audiência específica neste segundo semestre. E as audiências nós as faremos não importa o processo eleitoral, nós faremos inclusive na segunda-feira, que é uma ação, digamos, coletiva com todo o Brasil, que a partir da Comissão, a segunda-feira, nós estaremos ao vivo, tanto pela TV Senado, Rádio Senado e todos os canais alternativos, que são mais dez. Então vamos fazer uma audiência específica além da precarização, que será também numa segunda, do trabalho infantil.

Ok, doutor?

O SR. CARLOS EDUARDO AZEVEDO LIMA – Perfeito, Senador, já agradecendo de pronto. E, como

abordava, uma questão específica do trabalho infantil que o Brasil reconhece, aliás, a própria convenção da OIT, da Organização Internacional do Trabalho, e já adentrou o nosso ordenamento jurídico, ratificado pelo Brasil há bastante tempo, que é a 182, que trata das piores formas de trabalho infantil, e, dentre essas piores formas, trata justamente da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, questão das mais preocupantes, cada vez mais preocupante, ainda mais num cenário de pujança econômica, de grandes eventos internacionais, que teremos a honra de sediar em nosso País, essas questões se tornam ainda mais preocupantes.

Se pudermos tratar de questões como essa, será certamente de grande valia e reiteramos ao agradecimentos a V. Exa., e nos mais, colocarmo-nos à disposição para outras questões como trabalho escravo, enfim, todas as questões relacionadas ao trabalho, às irregularidades cometidas no mundo do trabalho, e se pudermos contribuir na linha da atuação, do pensamento e da visão dos membros do Ministério Público nessa seara certamente estaremos à disposição, agradecendo, mais uma vez, e parabenizando pelo trabalho de V. Exa., na condução da Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que já deixou aqui a sua sugestão inclusive de trabalho para esta Comissão, para o segundo semestre,

Vamos, de imediato, agora, para a Diretora de Direitos Humanos da Federação Nacional dos Médicos, em representação ao Sr. Geraldo Ferreira Filho, que é o Presidente, a Dr^a Maria Rita Sabo de Assis Brasil. Ela me entregou aqui, que achei muito interessante, já este *folder*, Direitos Humanos e a Saúde no Brasil, que mostra a luta por um direito fundamental, os pilares do SUS.

Enfim, parabéns, a gente recebe e está junto nessa caminhada.

Com a palavra a Dr^a Maria Rita.

A SRA. MARIA RITA SABO DE ASSIS BRASIL

– Bom dia, Senador Paim, muito obrigada pelo convite, bom dia a todos.

Nós temos desenvolvido sistematicamente há alguns anos uma luta que considero da maior importância, que é a luta por direitos humanos na saúde no nosso País. Nós já entendemos, fica muito claro que a luta por direitos humanos é um balizador importante, fundamental de uma sociedade. E nós que vivemos, eu sou médica emergencista, participo cotidianamen-

te da vida dos meus hospitais, enfim, nós sabemos o que significa hoje a saúde no nosso País.

Na verdade, hoje, nós temos um acesso a todos os brasileiros, a todos que vivem no Brasil, acesso universal e gratuito à saúde; mas, na verdade, em que pese que o Sistema Único de Saúde tenha alta tecnologia, profissionais de altíssimo nível, enfim, tudo é possível de ser feito através do Sistema Único de Saúde, o acesso do usuário ao Sistema Único de Saúde é um acesso bastante insuficiente. E as pessoas hoje vivem muitas vezes amontoadas nas emergências, quando precisam de uma internação, sendo então violados os direitos humanos dessas pessoas que se encontram lá. Junto com isso, nós temos também violação de direitos humanos com relação aos profissionais de saúde. Nós, eu sou médica, mas também os demais profissionais de saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem e assim por diante, não suportamos mais trabalhar da maneira que trabalhamos. Não é possível a gente ver uma pessoa sendo atendida daquela forma.

Infelizmente, o meu convite chegou de última hora, por parte da presidência da Fenam, senão eu poderia ter trazido material extenso, que aliás já foi levado ao Fórum Social Mundial do Senegal, ao Fórum Social Mundial, o último, do Rio Grande do Sul. Temos levado a todos os fóruns possíveis, onde podemos ser ouvidos. Aqui, sem dúvida, é um desses canais importantíssimos. Porque a situação de saúde no nosso País é muito séria. E nós sabemos que, com a regulamentação da Emenda Constitucional 29, nós não temos ainda a possibilidade de que o cidadão brasileiro tenha o acesso à saúde que tem direito pela Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Doutora, se me permitir, nós já marcamos e aprovamos uma audiência pública para discutir planos de saúde, enfim, a saúde. Vou convidá-la. Portanto, está convocada para vir nesse dia. Vamos marcar a data. Nós vamos discutir não só os planos de saúde, mas a precariedade deles. Nós vamos discutir a saúde no seu todo.

Já existe o requerimento aprovado. Será uma reunião conjunta de duas comissões: Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, por iniciativa minha e do Presidente Jayme Campos, da outra comissão. Então, nesse dia, V. S^a poderá trazer o material acumulado, inclusive para falar da situação dos planos de saúde, mas também do conjunto da situação da saúde no Brasil, com este título que é interessante: Direitos Humanos e Saúde no Brasil.

Descontarei o tempo do aparte que dei.

A SRA. MARIA RITA SABO DE ASSIS BRASIL

– Outra questão que faz parte de tudo isso é o que foi

falado aqui anteriormente: são as relações precárias no trabalho, a precarização das relações de trabalho na área da saúde, que tem reflexos importantíssimos. Primeiro, os trabalhadores que trabalham de maneira não reconhecida adequadamente, com situações, como a gente diz, aquém da CLT, que tanto nós criticamos e reavaliamos, assim por diante.

Hoje nós temos uma desresponsabilização do Estado, do ente público com relação ao atendimento da saúde, levando então a constituição de organizações sociais, a constituição de cooperativas de fachada, de autarquias, das fundações hoje tão em moda.

Na verdade, o Estado brasileiro, através dos Municípios, dos Estados e da União, tem se desresponsabilizado no atendimento à saúde dos brasileiros. Então, esta é uma pauta fundamental na área de saúde, é uma pauta que os médicos desejam, sim, discutir aprofundadamente, e também desejamos sempre discutir de que forma nós somos ligados e de que forma nós oferecemos atendimento médico à população.

Nós precisamos, na área da saúde, de um atendimento com uma carreira nacional. Poderíamos chamar, talvez não corretamente, como uma carreira de Estado. Mas a exemplo do Exército brasileiro, do Ministério Público, do Judiciário, enfim, uma carreira que pudesse levar aqueles que proporcionam atendimento médico à população, proporcionam saúde e atendimento a suas doenças nos lugares mais recônditos do nosso País.

Essa é uma pauta dos trabalhadores da saúde, da Federação Nacional dos Médicos, da qual eu sou a Secretária de Direitos Humanos. E precisamos deste espaço aberto, Senador – muito obrigada –, para que possamos, aqui também, que é uma comissão de alta qualidade e importância política, levar essa pauta, que não é só dos trabalhadores da saúde do nosso País, mas é uma pauta necessária aos usuários do sistema público e até privado de saúde no Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Maria Rita. Pela importância do tema, eu vou mudar o meu encaminhamento primeiro, porque a audiência que já está marcada é especificamente dos planos de saúde, que de fato também estão um caos. Mas faremos aqui uma audiência específica, e vamos discutir a formatação e o debate, para discutir direitos humanos e saúde no Brasil, porque aí entra a situação também dos profissionais. Não se trata de só olhar para a população, que vamos olhar naturalmente, mas vamos olhar também a situação dos profissionais que atuam na área pelos fatos que aqui a doutora relatou. Então, faremos uma audiência específica com este título, se você permitir. O título da audiência pública será: Direitos Humanos e a Saúde no Brasil. O.k.?

A doutora concorda com esse encaminhamento? Porque já fica como sugestão para o segundo semestre.

Quero dizer que, no segundo semestre, o esforço concentrado para votação acontecerá em duas semanas em agosto e uma em setembro. Mas eu, como sou caxias porque nasci em Caxias, farei sempre na segunda. Então, venho no domingo à noite, fazemos a nossa audiência na segunda e, na terça, na quarta e na quinta, eu participo do debate dos fóruns. Então, faremos, com certeza, uma audiência pública na primeira semana de agosto, outra audiência pública na segunda semana de agosto e faremos mais uma ou duas também, apesar do período eleitoral, no mês de setembro. Já fica praticamente encaminhado.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Neilton Araújo de Oliveira, adjunto da Anvisa, que representa aqui o Diretor presidente, nosso amigo Brás Aparecido Barbano.

Naturalmente, o Dr. Neilton já esteve aqui diversas vezes e deu uma bela contribuição ao debate. É uma alegria ouvi-lo neste momento.

O SR. NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador; bom dia, Maria Rita, Carlos. É uma alegria compartilhar desta Mesa.

Acho que a organização desta audiência foi muito feliz ao colocar temas tão correlatos: o direito de trabalhadores, a questão da assistência de maneira específica e a questão da saúde de maneira mais integral, que é o que eu quero abordar.

Queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa desta audiência, que é uma oportunidade de não só reforçarmos alguns temas que são priorizados no nosso dia a dia, na relação da Comissão de Direitos Humanos, mas vemos tantos temas também juntos, porque vamos vendo a correlação de uns com os outros.

Quero aqui trazer os cumprimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, de toda a sua diretoria colegiada, dos seus três diretores, e lamentar que estamos há quase um mandato da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sem a indicação de um cargo a diretor. E agora estamos com dois cargos vagos, o que prejudica sobremaneira não apenas o trabalho que realizamos, mas os resultados que produzimos para a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para a gente poder ajudar, digamos. Por que a não indicação? Qual o motivo? Se é culpa do Senado, a gente vai trabalhar.

O SR. NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA – Essa é uma pergunta para a qual a gente ainda não encontrou resposta.

Quem indica é o Ministro da Saúde, é a Presidente da República concorda ou não, ou reformula a indicação, e quem a aprova é o Senado através de uma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Senado, mas a indicação não veio ainda.

O SR. NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA – Não veio a indicação para o Senado. O que os Senadores todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No momento que indicarem, pode saber que a gente vai trabalhar para agilizar.

O SR. NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA – Claro, mas uma coisa que eu acho que não só o Congresso, Deputados e Senadores, mas a sociedade de uma maneira geral pode fazer é solicitar agilização na indicação, seja qual for.

A gente sabe que há indicações políticas, há indicações técnicas, mas naturalmente esse é um dado que reflete em todos os segmentos, não só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer uma solicitação, fruto da audiência de hoje, encaminhada ao Executivo, pela importância do tema.

O SR. NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA – Nós estamos com o cargo vago, Senador, há dois anos e seis meses e um outro vago há quatro meses. Estamos apenas com três dos cinco diretores.

Mas eu queria falar, fundamentalmente, dos temas que considero que são priorizados nessa relação, nessa dimensão de saúde integral, de saúde e qualidade de vida, saúde e direito de cidadania, e do trabalho aqui, principalmente da Comissão de Direitos Humanos, na liderança e na clareza que o Senador Paim tem tido ao longo desses anos.

Nós fizemos, recentemente, aqui no Congresso Nacional, a Primeira Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional. E para a nossa felicidade, a gente propôs um tema muito ousado para abrir a semana, e o Senador Paim adotou, imediatamente, a responsabilidade e a condução da abertura dessa semana, discutindo, numa audiência pública nesta Comissão, sobre consumo seguro e saúde. É um tema completamente novo, é um determinante social da saúde que poucas pessoas ainda alcançam, enxergam, compreendem a sua importância. Mas há uma questão preliminar que eu queria abordar com vocês todos, que é a própria dimensão da saúde.

A saúde é, de um lado, um direito humano; é um direito político e social, a partir da Constituição de 1988; e de outro lado é uma mercadoria. Então, nós vivemos nesse conflito, nessa contradição o tempo todo. E os interesses econômicos em volta, em torno, dentro do

setor saúde, da área da saúde são extremamente poderosos e culturalmente legitimados, a ponto de até 1988 a saúde no Brasil ser de um lado uma questão de poder aquisitivo, de quem podia comprar; uma questão de seguro, para quem tinha carteirinha do INPS; e uma questão de caridade, com um trabalho fantástico que as santas casas e hospitais filantrópicos fizeram ao longo dos 500 anos do Brasil.

Então, a inauguração da Constituição de 1988 colocou saúde como um direito, em uma frase de que todos nós lembramos: “A saúde é direito de todos e dever do Estado”. Mas poucos de nós, médicos, magistrados, procuradores, Senadores, Deputados, dirigentes, lembramos do complemento dessa frase.

Os artigos 196 a 200, que tratam da questão da saúde, falam de maneira muito clara que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais, econômicas; e ações de proteção, promoção e recuperação da saúde.

Quando falamos de saúde, a maioria de nós enxerga a saúde como uma questão de doença, de remédio, de hospital, que não é menos importante, mas não é apenas isso. Se pegarmos os cursos da área da saúde, os cursos médicos, de enfermagem, nutrição, farmácia, odontologia, todos vão trabalhar na lógica da saúde mercadoria; do peso e da influência, ainda, da indústria farmacêutica.

Eu queria pedir licença a vocês para fazermos uma pequena brincadeira. Nós estamos falando de saúde e do SUS, que é a maior conquista do povo brasileiro do ponto de vista social, de cidadania, de inclusão social; a maior política de reforma do Estado e exemplo para o mundo. E fomos criticados duramente em várias iniciativas: na própria implantação do SUS, no programa da Aids, no controle do tabaco. Mas hoje somos citados como exemplos. Tivemos de enfrentar isso com muita dificuldade e graças a muitos que apoiaram, dentro do Congresso, dentro das universidades, da sociedade. Nós tivemos partidos políticos comprometidos com todas essas formulações, como tivemos também partidos políticos contrários a elas.

Quando nós falamos de saúde integral, lembramos que o Brasil é o único País do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que está construindo um sistema universal. É o único com mais de 100 milhões.

Os Estados Unidos estão fazendo uma reforma, agora, extremamente importante não só para o povo americano, mas para a luta da saúde mundial, para assegurar direito da sociedade de ter um plano de saúde. Não é a conquista que já tivemos aqui.

E para voltar na brincadeira que eu queria fazer, quando falamos da integralidade, das dimensões, etc, etc, quando falamos da importância do SUS, muita

gente fala que o SUS é muito importante, mas não é na prática o que era na teoria ou na formulação. É verdade! A democracia também ainda não é, na prática, aquilo que formulamos e divulgamos e defendemos. É da natureza da própria democracia ser um processo de construção. Os direitos sociais e os direitos humanos da mesma forma. E a saúde não poderia ser diferente. É um processo em construção.

Cada vez mais estamos vendo claramente os pontos prioritários e relevantes. A carreira do Estado, que a Dr^a Maria Rita traz aqui, ou carreira nacional é uma condição importante para melhorar a qualidade e a gestão do SUS.

A questão do financiamento é importante, mas não é o mais importante. A formação de recursos humanos, não só de médico, de odontólogo, mas de todos os profissionais da área da saúde identificados com as necessidades do serviço e com as necessidades de saúde da população é um determinante importante que temos de enfrentar. Então, às vezes ficamos numa falsa polêmica achando que o problema é somente financiamento. Não é. Há a questão da gestão, da transparência. Do mesmo jeito que estamos lutando por transparência no voto aberto, no Congresso, por mais acesso à informação – e agora aprovamos uma lei recentemente –, é preciso também termos mais transparência na gestão pública, inclusive na área da saúde.

Eu pergunto a todos vocês que estão aqui – quero pedir a colaboração de vocês – quem usou o SUS nos últimos seis meses? Levantem a mão, por favor. Nos últimos seis meses?

Quem usou o SUS hoje levante a mão, por favor? Somente eu?

Essa é a compreensão equivocada que nós todos ainda temos. Nós todos pensamos no SUS, pensamos a saúde na área da doença, do hospital, do remédio e do médico, como eu disse no início.

Todos vocês tomaram o café da manhã aqui hoje. Não tem ninguém em jejum aqui hoje.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Pois vocês puderam fazer isso em segurança graças ao SUS.

Todos vocês usaram ou um perfume, ou um sabonete, ou um desodorante e só puderam fazer isso com segurança graças à ação efetiva do SUS.

Essa é a dimensão mais importante da saúde, a qual nós ainda não damos visibilidade, que é a dimensão da proteção à saúde.

Nós falamos muito da assistência e já estamos falando mais da promoção, quando falamos da questão do trânsito, da escola, de alimentação saudável, exercícios físicos, etc. São todas ações de promoção

da saúde. Mas quanto às ações de proteção à saúde, nós ainda estamos sendo muito mais bombardeados pelo peso do interesse econômico do que pelo peso da defesa dos direitos sociais e dos direitos humanos.

A Anvisa é chamada aqui e convocada para discutir agrotóxico sob a importância e o interesse da indústria produtora de agrotóxico. O Brasil é o primeiro País consumidor de agrotóxico do mundo. E não somos a maior população do mundo.

Nós somos questionados o tempo inteiro, inclusive pelo Congresso, quanto à questão do tabaco, mas novamente sob o interesse da indústria tabaqueira, inclusive muitas vezes mobilizando agricultores, dizendo que eles vão ser os prejudicados. E, na verdade, eles já estão há muito tempo prejudicados. Em nome da liberdade de o cidadão escolher se pode fumar ou não, impõem, através de propaganda e de tudo o mais, um vício que é o único produto que mata se for usado exatamente como é recomendado.

Se nós falarmos de álcool, se falarmos de alimento, estamos agora recebendo uma pressão para recolhermos uma conquista que fizemos, que é o controle da propaganda de alimentos e propaganda de medicamentos.

Era muito bonito ver o Pelé falar da importância de um certo medicamento. E tivemos de enfrentar dificuldades de resistência do próprio Governo, da AGU e tudo o mais, porque eles diziam: “Não, isso fere a liberdade de expressão”. E nós conseguimos vencer isso com uma medida.

Então, o mesmo ator ou autor ou sujeito que fizer a divulgação dos benefícios do medicamento tem que também falar das contraindicações e das suas reações adversas.

Já imaginaram o Pelé falando: “Use esse comprimido que é bom para dor de cabeça, mas cuidado que ele pode estragar o seu estômago; cuidado que ele vai afetar o seu fígado”. Por isso tiraram o Pelé da propaganda. E para alcançar essa conquista muitos anos foram gastos, enquanto poderia ter uma medida muito simples e mais rápida se a maioria de nós compreendesse que saúde também é proteção da saúde, que o SUS também é nosso.

Todos vocês que estão aqui, todos nós que estamos aqui somos beneficiários do SUS cotidianamente, pela vigilância que nós fazemos nos supermercados, nos alimentos, nos medicamentos.

Os medicamentos que cada um de nós usa – muitos aqui usam medicamentos diários – só podem ser usados se forem avaliados, registrados na Anvisa. E o mais importante: o conhecimento é tão grande e tão rápido hoje que muitas vezes nós não damos conta de avaliar toda a sua segurança e eficácia no pré,

nós precisamos ter um trabalho forte de acompanhamento, de monitoramento do que nós chamamos de pós-mercado.

Quais são os determinantes da saúde? A visão nossa ainda é predominantemente microbiológica. Antes da microbiologia desenvolvida por Pasteur, Oswaldo Cruz e tantos outros, as doenças eram provocadas por algo meio desconhecido chamado de “miasmas”. Quando veio a microbiologia, nós olhamos claramente as causas, os micróbios, as bactérias, os vírus. E estamos ainda olhando. Mas ainda estamos vendo quase somente isso.

Hoje, as doenças crônico-degenerativas provocadas por radiações, seja da luz elétrica, seja de celular, seja de microondas, seja de qualquer outro equipamento, nós ainda estamos por conhecer.

Há as novas tecnologias. E graças a elas há qualidade de vida e estamos prolongando a vida das pessoas. Todos nós ficamos com inveja de ver aqui o senhor com 93 anos ainda ativo, lúcido, ainda militante. Essa, de certo modo, tem que ser a referência e o nosso ideal. Mas se olharmos televisão, jornais, as universidades, vamos ver muito mais ainda a defesa da qualidade de vida enquanto bem material e principalmente a saúde ou a felicidade enquanto bem particular, individual. Aí, em nome desse bem individual, dessa visão individual nós sobrepomos os interesses coletivos.

Senador Paim e todos vocês que estão aqui, essa é uma questão que nos tem preocupado muito, a de além de agir dentro dos limites que a lei nos confere, como podemos mobilizar mais a sociedade para defender a saúde, o SUS? Porque se a sociedade toda não se mobilizar, nós não vamos vencer ainda os adversários do SUS, ou da saúde-qualidade de vida, da saúde-cidadania, porque muitos querem ainda a saúde apenas mercadoria.

Muitas doenças no Brasil já poderiam ter sido enfrentadas e vencidas se nós tivéssemos mais fortemente essa visão de qualidade e não só a visão do interesse econômico por trás dessa questão.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – E para terminar eu queria solicitar que o senhor nos convocasse também, ou convidasse para essa audiência que o senhor acabou de anunciar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está convocado.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – ...de direitos humanos e saúde. Mas que pudéssemos também tratar de outros temas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Porque essa talvez seja a Comissão que seria a maior caixa de ressonância para essa visão que eu estou trazendo aqui.

Eu queria fazer esse convite a todos vocês para debaterem isso nas suas entidades, com seus colegas. Como nós, dentro da nossa ação, podemos... Nós não somos...

Só para vocês terem um exemplo, quando fazemos o controle de um medicamento ou de um produto e o empresário chega para nós e fala que está demorando muito o registro desse medicamento e está demorando muito o registro desse produto, tem um ano para isso, nós estamos dizendo que ele é muito complexo e muitas vezes é um remédio...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Eu estou encerrando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui é automático. É um minuto e vai dando o toque automático. Eu não estou apertando campanha, não.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – É muito importante isso, mas devemos ter segurança dos conhecimentos, para liberarmos um registro desses, porque a hora em que liberamos, estamos dando um aval de segurança e de eficácia. E muitas vezes os próprios Senadores, os próprios Deputados, Governadores, outros políticos nos pressionam para liberar isso com rapidez. E na hora em que a Anvisa liberar com rapidez sem a segurança da eficácia e da proteção dos consumidores sobre aquele produto, no primeiro problema que houver relacionado àquele produto a Anvisa será acionada pelos mesmos que de nós exigiram brevidade, para dizer que a Anvisa não cumpriu a sua tarefa.

Então, essa é a complexidade do trabalho que fazemos, pois não é apenas um trabalho administrativo e burocrático, mas um trabalho para assegurar a confiança para os consumidores.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – E hoje estamos dizendo que é para o próprio empresário, porque ele terá mais segurança do seu negócio, mais certeza do seu lucro se tiver uma agência ágil, competente e transparente nas suas ações.

Esse é o esforço que estamos fazendo e não temos recusado nenhum convite, seja para debater na lógica do interesse econômico ou na lógica do interesse social, para vir conversar, debater, ouvir, acatar aquilo que puder colaborar para maior agilidade no nosso trabalho, mas principalmente ajudar também a

sociedade a compreender a urgência e a relevância dessa dimensão chamada proteção à saúde.

Na minha avaliação, nós esgotamos a nossa capacidade de mobilizar a sociedade em torno da assistência, porque quando chegamos para a sociedade e falamos que precisa melhorar isso, precisa ter mais recursos, precisamos mobilizar para modificar o orçamento e tudo o mais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – A sociedade vai dizer: olha, está faltando remédio, médico; eu demoro três ou quatro meses para conseguir um exame; estou na fila há não sei quanto tempo. Então, há a perna da assistência, que também é muito importante, mas ela perdeu de certo modo a sua capacidade de mobilizar a sociedade. A área da proteção não.

Isso que eu estou trazendo para vocês aqui provavelmente para alguns é uma novidade, mas para todos vocês é um incômodo, para se falar: gente, eu não tinha pensado nisso.

Se nós não assegurarmos proteção à saúde, não há dinheiro no mundo que dê conta de tratar as consequências da falta de saúde. Se nós não enfrentarmos a epidemia do acidente de trânsito na lógica da proteção e da promoção, não há dinheiro no mundo, não há profissionais no mundo que dêem conta de montar UTIs para atender não só às gravidades, mas muitas vezes aos mortos que ali chegam. E o pior: a maior causa de mortalidade hoje na faixa de 15 a 23 anos é acidente de trânsito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Isso é proteção da saúde, isso é promoção da saúde, isso é trabalho de todos nós e não apenas dos profissionais de saúde.

Então, a Anvisa se coloca com essa compreensão, com esse compromisso e com essa disposição, Senador, de ajudar em todos os temas que o senhor trouxe aqui e com os quais possamos contribuir, para avançarmos mais ainda na melhoria da saúde da nossa população.

Muito obrigado gente! E eu fico sempre muito emocionado com essas oportunidades. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, que aqui falou também em nome do Presidente Dirceu Brás.

Parabéns pela sua contribuição e já está convocado para as outras duas audiências que faremos.

Nesse momento, desfazemos a mesa e convocamos a próxima mesa.

Já está aqui Marcos Avilques Campos, Representante da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas.

Está aqui Álvaro Sólón de França, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

E também o Representante do Blog Ambiente e Transporte, Carlos Penna Brescianini, que por motivo de viagem pediu para ser incluído nesta mesa. Então, eu fiz aqui uma adaptação. Em seguida, vamos para a última mesa, ok?

Tudo tranquilo? Está tranquilo aí o pessoal? Então, vamos lá.

Passamos de imediato a palavra para Marcos Avilques Campos, Representante da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas.

O SR. MARCOS AVILQUES CAMPOS – Meu cumprimento não à mesa, mas às pessoas aqui presentes.

A Apib é a articulação dos povos indígenas no Brasil e tem como sua base a Arpinsul, a Apoinme, a Coiab, a Aty Guasu, a Arpipan e a Arpinsudeste. São as suas organizações regionais. E pediu que eu, Marcos Sabaru, aqui com esta Comissão e com o Paim, que a gente renovasse e fortalecesse esse compromisso com essa Comissão, especialmente com Paim.

Nós, Paim, os povos indígenas do Brasil, temos dificuldade de termos uma liderança. Nós não temos um cacique geral ou uma liderança geral. Mas, assim, antes de vir para cá, eu tive oportunidade de conversar com alguns dirigentes das organizações e todos eles têm um grande apreço pela sua pessoa. Estarei dizendo que V. Exa. é uma pessoa em que nós acreditamos para estar nos representando nesta Comissão.

Bom, o que nós esperamos desta Comissão? Nós esperamos que esta Comissão continue fazendo os debates, as audiências. Percebemos que ela tem uma grande sensibilidade para com os povos indígenas, porque sempre que nós estamos aqui no ATL, o Acampamento Terra Livre, que sempre se concentra aqui em Brasília – este ano nos deslocamos para o Rio de Janeiro –, o Paim sempre nos recebe. Todo o acampamento. E aí não uma ou duas lideranças. A gente lota as salas. E o ATL, o Acampamento Terra Livre, é bem recebido sempre por esta Comissão. Então, nós vemos com bons olhos esta Comissão liderada pela pessoa do Paim.

O que queremos? Que esta Comissão continue fazendo o debate, o diálogo, no direito ao direito, porque os povos indígenas no Brasil infelizmente não têm direito ao direito.

Nos artigos da Constituição não temos direito à aplicação das convenções. Cito a Convenção 169,

que apesar de ratificada, nós não temos direito que ela se aplique, porque não se aplica. Por exemplo, as obras do PAC 1 e 2 vieram, passaram, ocuparam as comunidades indígenas; a transposição do São Francisco, Belo Monte, rodovias e ferrovias e outras; e em nenhum momento a Convenção 169 foi aplicada. A consulta prévia, a consulta de boa-fé não aconteceu.

Então, a nossa esperança é de que esta Comissão faça o debate, para que nós indígenas tenhamos o direito ao direito, aos artigos da nossa Constituição que falam do direito à terra. Em vez do direito à terra, o que nós temos são lideranças caçadas, mortas e com muitos mandados, não só entre os indígenas, mas entre os quilombolas também, entre outros segmentos, pescadores, sem-terras, ciganos e outros.

Então, nós chamados de minoria, que na verdade somos a minoria neste País, queremos o direito ao direito.

Um pedido que os dirigentes de organizações me pediram para fazer aqui foi primeiro dizer que nós queremos refazer essa aliança, Paim, fortalecer, dizer que vemos com bons olhos; e essas 33 audiências que aconteceram a gente espera que se prolonguem e aconteçam mais. E dizer que enxergamos essa Comissão como ferramenta de luta.

Na verdade, a Comissão de Direitos Humanos para nós, os indígenas, é mais uma ferramenta de luta. É um espaço que temos para sermos ouvidos. É um espaço que temos. E há sempre a sensibilidade de Paim, não sei se por seu sangue negro, seu sangue que tem nas veias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu diria que é o sangue dos excluídos, que é dos negros, dos índios – e ela me olhou, lá – e dos ciganos – diga aí.

O SR. MARCOS ALVIQUES CAMPOS – E dos ciganos.

Então, temos Paim aqui nesta Casa como um aliado. Não direi como um Tuxaua, um pajé, mas uma das nossas lideranças.

E nós os indígenas sabemos bem quem pode nos representar ou não. Então a Paim é entregue esse cocar, esse espaço de estar nos representando. E a gente avalia que sempre que se coloca tem nos representado.

Então, nesta Comissão, o nosso principal objetivo – estamos sempre participando e observando – é que nós a vemos como ferramenta de luta. Queremos que esta Comissão nos ajude a ter direito ao direito, porque ainda somos excluídos, não temos uma saúde de qualidade.

Quando o colega falou do SUS, quero lembrar que o SUS não foi montando pensando nos povos in-

dígenas. E aí quando chegamos ao hospital, aquele índio está pintado de Urucum ou Jenipapo e aí o médico fala: “Mas eu não posso aplicar um medicamento porque ele está pintado”. Não entende, ainda.

Algumas lideranças precisam de uma sala, precisam que o pajé visite aquele doente. E lá não tem espaço para que um pajé chegue. Então, o SUS de certa forma nos exclui.

Não temos uma educação de qualidade. Os livros que vão para as aldeias ainda falam de Poseidon, da Grécia, da Mesopotâmia e não falam de Sapé Tiaraju, de Marçal Guarani, de Mário Juruna, de Ângelo Cretã, de Maninha Xucuru. Então, uma merenda totalmente fora dos padrões daquela comunidade, pois se traz comida enlatada para uma comunidade que só come peixe. A educação também nos exclui.

A questão do acesso à terra. Então, nós os povos indígenas somos os excluídos neste País. Mediante isso, o que temos como medida é fazer aliança com outros excluídos: os ribeirinhos, os sem-teto, os sem-terra, os ciganos, os negros, os quilombolas, as comunidades de terreiro, entre outros que aqui não vou citar, porque posso esquecer.

Esta Comissão também é de todos nós. Eu assim acredito e vejo. Esse é o recado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib, em nome da Arpinsul, Apoinme, Coiab, Aty Guasu, Arpipan e Arpinsudeste, dizendo que estamos aqui e estaremos sempre. No próximo ano, novamente estaremos nessa... Não estou anunciando, mas dizendo, nesse gramado, nessa esplanada, com o acampamento Terra Livre, para que todos ouçam a voz dos excluídos. E esta Comissão eu espero que novamente nos receba, para travarmos esse debate tão importante.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marcos Alviques Campos, Representante da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas. E já fica assegurado, se assim vocês entenderem, que no período do Terra Livre nós nos colocamos à disposição para fazer uma audiência pública aqui, para que não fique só lá fora.

Vamos trabalhar para fazer uma sessão de homenagem no plenário, mas o bom debate aqui na Comissão. Vocês vêm com uma representação só para apresentar aqui nesta Comissão as reivindicações dos povos indígenas, ok?

Então, vamos, em seguida – ele vai ter que viajar, estava com problema e me pediu que eu o colocasse nesta mesa – ouvir Carlos Penna Brescianini, Representante do Blog Ambiente e Transporte, que participou aqui em muitos debates conosco sobre a violência no trânsito, a mobilidade, enfim.

Você está com a palavra para os seus dez minutos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, obrigado. Eu lhe saúdo em nome de todos os presentes, dos seus convidados, da audiência e dos espectadores. Enfim, de todos que aqui estão trabalhando ou assistindo à audiência.

Bom-dia, Senador. Bom-dia a todos.

Eu vou fazer uma apresentação expressa, para garantir o melhor tempo possível a todos os meus colegas que se seguirão a mim.

O Senador Paim tem tido a grata ideia de trazer a questão da mobilidade urbana para dentro da CDH, porque o direito de ir e vir, o direito de se locomover, o direito de viver – principalmente porque hoje em dia a maior parte da população brasileira mora em cidades –, a questão da mobilidade urbana se tornou muito importante.

Vamos lá.

Nós temos, nas grandes cidades, que o principal meio de transporte hoje, o melhor, mais eficiente hoje são os trens e metrô.

Próxima.

Abaixo dos trens e metrô nós temos os ônibus. Eu estou mostrando ônibus do padrão brasileiro mesmo, está ok, pessoal? Ônibus de 50, 70 pessoas; ônibus com piso alto, ônibus movidos por motor a diesel.

Próximo.

Vans, que são uma realidade no trânsito brasileiro, precisam ser consideradas e terão sua função se forem bem utilizadas.

Próximo.

Automóveis e motocicletas. Para quem não sabe, as motocicletas hoje são o maior número de veículos produzidos individualmente, de aumento proporcional. Ou seja, compra-se mais motocicleta hoje, proporcionalmente, do que automóveis. O motivo principal é o aumento da renda da população por conta dos planos econômicos, que começaram a dar certo há oito, nove, dez anos. Então, o que houve? A população que antes não tinha condição de ter o seu veículo, o primeiro veículo automotor que compra em grande parte é motocicleta.

Próximo.

Bicicletas. As bicicletas são uma das garantias de transporte fácil, quase barato, para as populações de até três salários mínimos. Então, está longe bicicleta ser um hábito de pequenos burgueses em final de semana. A bicicleta representa hoje, no Brasil, uma alternativa de transporte para grande parte da população de baixa renda. É muito importante o planejador público se lembrar da bicicleta, do ciclista.

Adiante.

Nós temos o pedestre. Eu acho muito significativa essa imagem sob a chuva no sentido de que a gente não garante, não pensa no pedestre como uma pessoa que está se locomovendo e se transportando dentro das cidades.

Eu gosto de utilizar o conceito de que o transporte começa quando você põe o corpo fora da sua casa. Se você não tiver uma calçada lisa, rampas, calçadas, sinalizações, uma estrutura urbana ou mesmo suburbana ou rural pensando que as pessoas têm suas dificuldades de se locomover, nós excluímos outra parcela importante da população.

Adiante.

O pão é uma boa referência, porque o pão é um produto que quando o salário está melhor, quando existe maior poder aquisitivo as pessoas consomem mais. Então, se você aumenta R\$0,50 numa passagem de um ônibus, um trem, um metrô, uma van, é como se a pessoa deixasse, no final do mês, de comprar cem pães. É uma diferença para a pessoa entender o quanto importante é o transporte na qualidade de vida da pessoa. Ela escolhe se quer se transportar ou se quer comer. É um dilema que o trabalhador tem de pensar sempre, quando vai se locomover, quando vai de um lugar a outro.

Próxima.

Essa é uma senhora de uma matéria do jornal falando que se ela não tivesse vaga num colégio perto de casa, ela não poderia pagar o transporte do filho para estudar. Ou seja, você condena a pessoa à pobreza, não é? Você não dá condições de a pessoa se desenvolver.

Isso é interessante. É o aumento da frota de veículos. Isso é quase igual em quase todos os Estados do Brasil. O aumento da frota de veículos é superior ao aumento da população. Ou seja, a quantidade de veículos está crescendo mais do que o número de habitantes.

Nós estamos caminhando para uma situação surreal de em 40, 50 anos termos quase o mesmo número de automóveis do que de população. Isso não cabe, pessoal. Isso não cabe dentro da cidade. É impraticável! Ninguém está dizendo que as pessoas não devam ter automóveis, mas estamos dizendo que não dá para ter tanto automóvel dentro do mesmo lugar. Não cabe. É simplesmente impraticável.

A solução para isso é termos um transporte público de qualidade, para que a pessoa aceite abrir mão do uso do seu transporte, do seu veículo confortável para ter outro veículo confortável que o transporte para suas necessidades. Se a pessoa quiser usar seu transporte individual naquele dia, nos outros dias, pode usar, sem problema. Mas precisamos ter a garantia desse

transporte público, porque senão as cidades e o País vão parar. As pessoas não vão conseguir se locomover.

Trânsito não é um problema só das cidades e de cada um de nós, é um problema nacional.

Vamos lá. Adiante.

Adiante, por favor.

Isso significa que 35% dos brasileiros que moram em grandes cidades financeiramente não conseguem ter acesso ao transporte público, por isso ele é muito importante.

Se os planos econômicos têm garantida a inclusão de uma parcela de pessoas que estava fora do mercado, fora do sistema, o transporte público pode incluir mais outra parcela dessa população.

Vocês já imaginaram a gente conseguir retomar índices de crescimento de 4%, 5%, 6% ao ano? Isso não é sustentável em vários anos, mas é possível dar pequenos pulos, no Brasil, a partir da melhoria do transporte público. E cresceríamos de maneira sustentável.

Adiante.

Essa foto eu acho ilustrativa, porque estamos incluindo um cadeirante dentro de um trem de metrô. O que eu quero dizer com isso? Os cadeirantes são uma categoria altamente excluída do transporte público. Vá andar de cadeira de rodas em qualquer cidade brasileira, por favor. Diga-me se é possível, se é fácil. Experimentem.

Adiante, por favor.

Um dos melhores testes que eu faço é convidar adversários da questão da mobilidade a vendarem os olhos e andarem como cegos, ou usarem cadeira de rodas. A gente põe uma pessoa dessas fazendo isso durante duas horas e já teve gente que chorou. Chorou, chorou copiosamente dizendo: Eu não sabia, eu não sabia, eu não sabia!

Adiante.

Essa é a situação a que as cidades brasileiras estão chegando. Pistas de seis vias, de seis espaços... vamos dizer, ruas, avenidas de seis pistas lotadas, porque não cabe.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Vamos lá.

Vamos lá.

É o seguinte, quantos mais veículos no Brasil, mais acidentes.

O Representante da Anvisa citou a questão do trânsito como uma das maiores causas de mortalidade.

Eu vou falar não só de fatalidades como mortalidade, mas também de aposentadorias.

O que está aumentando de aposentadorias, pensões que o Estado tem de pagar por conta do trânsito é superior à média do planejamento. Então, você está criando um prejuízo à saúde pública, à previdência pública. Ou seja, o Governo acha que vai acabar com o fator previdenciário. Por exemplo, o Senador Paim é um dos árdios defensores do final do fator previdenciário. Aí, ele está negociando no Ministério do Trabalho, no Ministério da Previdência Social, a negociação parece que está boa e de repente chegam os dados de que aumentou assustadoramente o número de aposentadorias em função de quê? Dos acidentes automobilísticos. E aí lá se vai mais uma vez a proposta de suspensão, diminuição, enfim, de se acabar com o fator previdenciário. Por quê? Porque nós temos um fator, que está contribuindo para a queda da qualidade de vida da população brasileira, chamado trânsito.

E não é só o trânsito. Vou pegar outro fator: emissão do gás carbônico. Dióxido de carbono e outros gases.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Adiante.

Essa imagem eu acho significativa, porque é o seguinte, se as pessoas que ficam prejudicadas ou inutilizadas para o trabalho forem o principal provedor financeiro da casa? Como fica a casa?

Vamos adiante.

Vamos lá.

Nós temos mais acidentes que quase qualquer outro país do mundo, proporcionalmente. Como disse o Representante da Anvisa, Dr. Neilton, é a maior *causa mortis* entre pessoas de 16 a 24 anos; e a segunda *causa mortis* de 25 até 30 anos. Quer dizer, nós estamos tendo mais ou menos uma guerra da Bósnia somada a uma guerra do Vietnã, diariamente, dentro das estatísticas brasileiras. Isso faz bem ao País? Com certeza não.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Adiante.

Vamos lá.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Nós temos a questão da impermeabilização.

Acho que em cinco minutos termino.

Quando nós chegamos na cidade e impermeabilizamos para construir ruas...

Vamos lá.

Nós vamos diminuindo a capacidade de a cidade absorver água. Quem vem do campo sabe que a gente não impermeabiliza área verde. Agora, quem não vem do campo não sabe disso, em geral.

Adiante.

O que acontecem? Inundações.

Vamos lá, adiante.

Então, para termos uma melhor solução, já que vamos viver em cidades, temos de impermeabilizar o mínimo possível e melhorar o transporte público, para que as pessoas não exijam a construção de novas ruas para novos automóveis.

Vamos lá, adiante.

Eu peguei essa imagem de Porto Alegre.

Porto Alegre, hoje, só na cidade tem 1,4 milhões de habitantes. Se somar toda região geoeconômica se chega a 3,5 milhões de habitantes. Como você integra essa região inteligentemente? Metrô.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Reparem que a linha do metrô de Porto Alegre que ultrapassa Porto Alegre, já chega a Novo Hamburgo, a São Leopoldo é linear e ainda não fechou um círculo. Percebam isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Carlos?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu faço questão de registrar a presença do Senador Casildo Maldaner, um Senador que – podem escrever – é comprometido com todas as cláusulas sociais.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pessoal que está aí preocupado com o direito dos trabalhadores, o direito do pessoal da área do transporte, enfim, todas as áreas. Com o movimento negro, o movimento índio, o dos sem-teto, dos sem-terra, dos agricultores. Enfim, com todos os movimentos sociais esse ex-Governador de Santa Catarina é muito firme.

Mesmo com relação à questão do relógio eletrônico, quero dizer que ele tem nos ajudado muito e feito uma parceria, porque é um tema que preocupa a muitos que já falaram hoje aqui. Eu tenho combinado com ele os encaminhamentos.

Eu quero dar uma grande salva de palmas para ele, que tem sido meu parceiro em todos os momentos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, na política de cotas ele disse: “Comi-

go não tem tempo ruim; diga qual é o melhor que eu estou junto”.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Perdoe-me, Presidente. O senhor está fazendo uma exposição.

Hoje, na Casa, são diversos temas. Um dos temas é o Código Florestal, que está sendo votado em uma comissão, agora. Na outra, Senador Paim, no auditório Petrônio Portella, estão os suinocultores do Brasil inteiro, os representantes discutindo com o Ministro da Agricultura, que por sinal também é gaúcho.

Está lá a Senadora Ana Amélia, que é colega do Senador Paim. Estão lá. Eu acabei de vir de lá e vou para a discussão do Código Florestal, agora. Mas não podia deixar de passar aqui para dar um abraço no meu guru, como se diz na gíria; o nosso papai Paim – todo mundo diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Papai Paim? Foi boa essa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas é. Todo mundo diz isso. Eu tinha que trazer aqui aos senhores que participam uma análise do que foi o primeiro semestre nesta Comissão de Direitos Humanos, uma Comissão muito importante que mexe com as pessoas no Brasil. E sempre sob a Presidência do nosso Senador Paulo Paim. Não tem segundas-feiras, sextas-feiras. E quando ele pode, nos fins de semana ele vai pelo Brasil afora, não só no Estado dele, Rio Grande do Sul. Não só no meu Estado, Santa Catarina. Ele é requisitado em todos os lugares.

Eu tinha de trazer esse meu abraço muito rápido, interrompendo o debate. Mas não poderia deixar de fazê-lo. Inclusive, houve um encontro muito rápido da terceira idade, dos aposentados do Brasil na cidade de Nova Trento, que tem a Santa Paulina, hoje, em Santa Catarina. E lá tem aquele monumento extraordinário. É muito grande aquilo lá. É uma basílica. E chega o Paulo Paim e me diz: “Estou indo lá em Nova Trento. Os aposentados do Brasil me convidaram. Eu tinha uma agenda, mas estou indo lá para prestigiar, num domingo de manhã”. Eram umas 10 e meia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estava lá comigo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aí chego lá, mas na hora de anunciarem o Senador Paulo Paim no encontro dos aposentados, estava cheia a basílica. E Santa Paulina. E quando falaram do Paulo Paim, ele foi mais aplaudido que a santa. Mas é uma loucura!

Eu trago esse testemunho aqui porque tinha que fazê-lo, mas cumprimentando o Senador Paulo Paim e os senhores do debate do primeiro semestre. E eu

não pude deixar de fazê-lo, neste momento, quando estamos concluindo os primeiros seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E quero lhe agradecer, Senador Paulo Paim. E aos senhores como convidados. E peço perdão por não poder ficar aqui para ouvir e sentir, mas sei que depois pegamos os detalhes. Mas eu tinha de deixar isso como catarinense, como subordinado do meu irmão, o nosso chefe, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o grande Casildo Maldaner!

Obrigado, Senador, por tudo. V. Exa. sabe que a palavra “subordinado” aqui não colou, não. Acho que eu que sou seu subordinado. É meu parceiro em todas.

A palavra volta para Carlos Penna Brescianini.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado, Senador.

Agradeço a presença do Senador Casildo Maldaner. Obrigado, Senador. E espero que faça um bom trabalho na comissão do Código Florestal. Sabemos que a briga não está fácil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podem saber que a posição dele é uma posição de equilíbrio; é uma das melhores.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Ótimo. Senador, obrigado.

Voltando, então, eu peguei essa imagem de Porto Alegre para que as pessoas percebam. Olhem o quanto os prédios ocupam agora a área de Porto Alegre. Percebam que Porto Alegre é quase ao nível do rio Guaíba. Estão vendo o rio Guaíba. Estão vendo o rio Guaíba lambendo, coxeando a cidade inteirinha? Reparem como o rio é praticamente ao nível. É o quê? Um metro? Dois metros abaixo do nível da cidade, provavelmente.

Quer dizer, são cidades tipicamente de influência da água, com grande proximidade da água. E se houver um mal planejamento e não se permitir a arborização e a absorção das águas da chuva, a cidade alaga, com certeza.

Vamos adiante.

Vamos lá.

Pode dar um *enter*, que vamos mais rapidamente.

Isso daí é rapidamente, só para poder explicar. É o seguinte: o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, das Nações Unidas, IPCC, publicou um relatório que foi motivo de choro...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Em muitos locais, que foi a comprovação de que o gás carbônico emitido pelos veículos é uma das principais causas do efeito estufa e um dos principais motivos de poluição.

Vamos adiante.

Esse efeito estufa somado à impermeabilização das cidades provoca isso que a imagem deve estar revelando, se estamos conseguindo mostrar, que é o alagamento urbano.

Então, o alagamento urbano é perfeitamente previsível e evitável. E quando fazemos isso, não somente prejudicamos por algumas horas as cidades. Se as áreas alagadas forem para dentro das casas, estarão levando doença. Olhem novamente a questão sanitária! Então, nós temos problemas de tifo, cólera, dengue, esquistossomose; toda uma série de doenças associadas ao pós inundações.

Vamos adiante.

Vamos adiante.

Isso são mais imagens de inundação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Pequenas soluções: piso permeável. Em locais de média e baixa circulação você usa o piso permeável, você tem uma área em que pode circular um automóvel uma vez ou outra e você absorve água da chuva.

Vamos adiante.

Isso é Seul. Na imagem superior temos Seul em 1980. Era uma cidade lotada de viadutos com alto nível de impermeabilização. Por conta da Copa do Mundo e das Olimpíadas, Seul entrou num programa de recuperação urbana, derrubou os viadutos, acabou com as avenidas e colocou todo mundo para usar metrô e transporte público de qualidade. O que houve? Recuperação da qualidade de vida da cidade.

Então, esse rio que estava altamente poluído e escondido foi trazido à mostra e virou local de vida. Se a imagem puder mostrar, por favor. Na imagem do canto inferior à direita nós temos as pessoas em volta do rio. Tornou-se um programa normal das famílias, em final de semana, irem para as margens do rio, usufruindo novamente do rio da cidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Vamos lá.

Isso é somente para fazer uma comparação rápida. As vans podem transportar até 20 pessoas. Um ônibus normal, até 50 pessoas.

Vamos lá.

Um ônibus articulado, 120 pessoas. Um biarticulado, 160 pessoas.

Vamos lá.

O veículo elétrico leve sobre pneus, que é o ônibus elétrico moderno, leva até 180 pessoas. O veículo leve sobre trilhos, o antigo bonde que foi modernizado, o elétrico, até 380 pessoas.

Vamos lá.

O monotrilho até 1.000 pessoas. E o metrô, 1.840 pessoas, no modelo de seis vagões, que é o comum no Rio de Janeiro, em São Paulo. Em Recife, se não me engano, também são seis vagões.

Agora, eu queria atentar para o seguinte: estão vendo o monotrilho? O monotrilho, que está sendo levado como novidade para São Paulo, por conta de uma linha que vai ligar o aeroporto...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Também já existia em Porto Alegre, há quase vinte anos atrás, chamado de aeromóvel. Então, vejam como nós, no Brasil, temos várias vezes boas políticas de transporte que são esquecidas, são paradas, são congeladas e nós, várias vezes, perdemos o bonde. E o que acontece? Temos de sair correndo atrás, como se nunca tivéssemos tido essa ideia. E nós temos de recuperar o tempo perdido ao custo da qualidade da saúde.

Vamos lá. Adiante.

Nós defendemos muito a integração dos bilhetes, a integração tarifária, em que com uma única passagem se possam fazer várias viagens ao mesmo tempo. Isso é uma condição fundamental para que as pessoas usem menos o transporte público no sentido de fazer uma longa viagem. A pessoa vai de um, troca para outro, troca para mais outro. E no final do dia, com o computador, que hoje é o que existe no mundo, o dinheiro é repartido entre todos aqueles que transportaram aquele passageiro.

De novo. O passageiro pega um bilhete...

Vamos adiante, na imagem.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Ele pega o bilhete, passa na catraca eletrônica...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem mais dois minutos, meu amigo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Muito obrigado.

E adiante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E nós vamos para a última mesa.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – O que acontece? O que o passageiro utilizar é o que é pago às empresas de transporte que ele utilizou. É uma

maneira honesta de se dividir e a pessoa não precisa ocupar inutilmente o transporte público.

Isso é a escalada do gás carbônico, que desde 1800, com o advento da revolução industrial, aumentou tremendamente.

Vamos adiante.

Vamos adiante.

Isso é o nível de poluição sonora urbana.

Vamos adiante.

Isso é o nível relativo à poluição do ar, urbana, por conta do gás CO₂.

Vamos adiante.

Essas são soluções de ônibus elétricos, em que você pode utilizar o ônibus, mas você o abastece de eletricidade, para que ele não emita CO₂ nem faça barulho.

Adiante.

Esses são os veículos leves sobre trilhos, que são sucessores do bonde e que estamos recuperando. Nós usamos tanto o bonde, que fazia parte dos sambas antigos, das letras dos sambas antigos do Brasil.

Vamos adiante.

E isso é uma amostra de como você pega um bonde, um VLT, e você aumenta ou diminui a quantidade de carros dentro dele, para se aumentar ou diminuir a quantidade de passageiros que se vá transportar. Isso é uma coisa que o ônibus não pode fazer, mas o VLT pode. E, torno a dizer, não emite gás carbônico e é extremamente silencioso.

Vamos adiante.

O efeito nas cidades é que a cidade fica limpa, porque os veículos deixam de emitir CO₂ e a cidade ganha qualidade de vida.

Vamos lá.

O incentivo ao uso da bicicleta é uma das soluções mais inteligentes que podemos implementar. Em países desenvolvidos a pessoa pode ter seu automóvel, mas tem sua bicicleta e aceita usar sua bicicleta em curta distância. É muito inteligente isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Saudável.

E tem mais. Ah, mas nós somos um País tropical. Ah, tudo bem. E na França, na Bélgica e na Holanda, que faz 3, 4, 5 graus abaixo de zero, eles conseguem usar a bicicleta. Por que a gente não consegue? Então, eu acho que a gente pode repensar nossos hábitos e agir de maneira saudável.

Vejam aqui essa imagem que eu trouxe. É que os automóveis estão usando a frente da estação como estacionamento, porque as pessoas perceberam que não vale a pena ir de automóvel para o local do tra-

balho ou de estudo. Elas vão de automóvel até a sua estação, lá pegam o metrô...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E lá saltam para o trabalho.

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem um minuto, meu amigo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por mim iríamos muito mais longe, o problema é que temos quatro convidados para a última mesa.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Não, eu estava encerrando mesmo.

A solução inteligente de toda estação de ônibus ser vizinha a uma estação de metrô, uma estação de metrô ser vizinha a um ponto de ônibus, para que a pessoa possa utilizar a integração.

Adiante.

E, finalmente, cumprindo o tempo que o senhor me concedeu, Senador, dizer o seguinte: a mobilidade urbana depende da acessibilidade; quando a gente não garante integração tarifária, quando a gente não garante a capacidade de as pessoas circularem dentro da própria cidade, quando a gente não garante a qualidade do ar que as pessoas respiram ou o barulho que elas são obrigadas a ouvir – barulho é causa de estresse e é causa até de loucura –, quando a gente não garante preços baratos de transporte, quando a gente não inclui as populações que estão passando por dificuldades econômicas.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

Quando a gente não garante a essas pessoas o uso do transporte, a cidade, o País pára. Então, o transporte, mobilidade humana é um direito humano fundamental, é quase como direito à vida, se ela não tiver capacidade de se locomover ela não consegue viver ou sobreviver. Então, esta Comissão, quando traz esse assunto à baila, traz uma discussão extremamente moderna, extremamente antiga, extremamente atual à sociedade.

Senador, muito obrigado pelo espaço que o senhor concede. Espero estar sempre aqui no que me for possível poder ajudá-lo em tudo o que o senhor precisar nessa luta em prol da mobilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço, Carlos. *(Palmas.)*

Carlos Penna Brescianini, que fala aqui pelo *Blog Transporte Ambiente*, tem nos dado uma grande contribuição aqui. Eu quero agradecer muito a você. Ele vem sempre com um trabalho que prepara acumulado, às vezes o tempo que nos prejudica, mas voltará outras vezes, marcamos uma já, só para discutir a questão da acessibilidade e o transporte.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Muito bom. Não esqueça de, quando for possível, fazer diligências em algumas cidades, que foi uma sugestão que colocamos, podíamos ver a sua agenda qual o dia da sua agenda é mais tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos juntos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – A gente pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos combinar.

Agora o Álvaro Sólón de França, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, da Receita Federal do Brasil.

Deixa que eu agradeça também, como fiz aqui para juízes, a recepção belíssima que eu tive no teu congresso.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Em Natal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em Natal, aquele foi em Natal, eu troquei João Pessoa com Natal.

Com a palavra Álvaro e depois vamos à última mesa, com os nossos quatro últimos convidados.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Senador Paulo Paim, eu gosto muito de dizer, quando venho à Comissão de Direitos Humanos, que a Anfip tem participado de várias audiências públicas, tanto na Câmara como no Senado, e muitas delas são audiências públicas para tratar de projetos ou propostas de emenda à Constituição que restringem direitos dos trabalhadores e da sociedade brasileira. E aqui na Comissão de Direitos Humanos temos participado sempre de audiências públicas que tratam de restabelecimento de direitos ou de ampliação dos direitos, regulamentação dos direitos que estão incertos na Constituição da República Federativa do Brasil e que ainda não foram implementados ou que foram esquecidos. Há muitos direitos que estão na Constituição, mas ainda não atingiram a sociedade brasileira. Aqui na Comissão de Direitos Humanos temos tratado do restabelecimento desses direitos e da ampliação dele e da regulamentação daqueles que estão na Constituição e que não alcançaram ainda a sociedade brasileira. Assim, participamos aqui, numa retrospectiva, sobre o fator previdenciário.

A Anfip, através de seus estudos, entende que essas é uma das maiores injustiças que foram perpetradas contra os trabalhadores brasileiros (*Palmas*). O que ocorre é que o fator previdenciário não é de natureza previdenciária, ele foi criado numa época para tratar de ajuste fiscal, ajuste fiscal das contas públicas à custa dos trabalhadores e aí foi inventado o fator previdenciário.

Eu digo sempre o seguinte, eu não acredito em nada que não seja jabuticaba e que só tem no Brasil. O fator previdenciário só existe no Brasil, é uma fórmula matemática em que pegaram um sistema previdenciário brasileiro, que está estampado na Constituição, que trata de solidariedade entre as pessoas e instituíram uma capitalização individual. Penaliza os trabalhadores que começam a trabalhar mais cedo, penaliza aqueles que trabalham em situações insalubres, perigosas, penosas e, sobretudo, penaliza muito as mulheres, que têm em torno de redução de quase 40% do seu benefício, por ocasião da concessão do referido benefício.

Nós discutimos isso e eu creio que hoje há uma maturidade no diálogo feito entre o Parlamento, as centrais sindicais, as confederações e Associação dos Aposentados, a Confederação Brasileira dos Aposentados. Creio que hoje a matéria está extremamente madura para ser votada na Câmara e depois vir ao Senado.

Eu acho que todas as questões que deveriam ser discutidas já foram discutidas e eu creio que, Senador Paulo Paim, nesse segundo semestre há todas as circunstâncias e oportunidades para que haja uma legislação que substitua o fator previdenciário, quiçá, talvez, pela fórmula 9585, que haja um acordo entre a sociedade, o Governo e o próprio Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu diga, nós estamos ao vivo, naturalmente, neste momento, estamos pelos canais aqui do Senado. Quando a gente fala 9585, Carlinhos, alguns confundem como se fosse idade mínima, de 85, 95, eu sempre repito e você pode repetir o que é 9585, rapidamente, porque eu já disse mil vezes. É bom que outra pessoa também diga.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – É a soma do tempo de contribuição, mais a data da idade na época da requisição do benefício.

Então, o que ocorre? Poderíamos ter essa legislação e que continue o fator previdenciário, quem quiser que faça a opção por aquele benefício que for melhor ou que melhor conviver. O que não podemos é ter somente essa situação ou essa opção para que os trabalhadores possam requerer os seus benefícios.

Discutimos aqui também a desoneração da folha de pagamento em várias oportunidades. E fruto das discussões, a Anfip construiu esse livreto, que foi

distribuído ao plenário – estão com o nosso jornalista Márcio alguns exemplares -, se os exemplares não forem suficientes é só entrar em contato com a Anfip que enviará gratuitamente.

A desoneração da folha de pagamento tem sido feita de maneira muito indiscriminada, trazendo prejuízo para o custeio da seguridade social, em detrimento de alguns ramos da atividade econômica, em contrapartida não tem gerado os empregos necessários, fruto dessa desoneração.

Somente com essas novas medidas, neste ano de 2012, teremos uma desoneração de R\$7 bilhões do Sistema de Seguridade Social Brasileiro. Também discutimos aqui sobre o financiamento a seguridade social, em que pessoas ligadas a políticas de ajuste fiscal e neoliberal têm dito que o Sistema de Seguridade Social Brasileiro é um sistema que não tem recurso suficiente para a sua destinação. Temos provado, e tem mais esse livreto que está sendo distribuído aí, da análise da seguridade social.

Em 2011, quando provamos, com as contas do próprio Governo, que há um superávit na Seguridade Social de R\$77 bilhões. Por que nós dizemos isso? Porque muitas vezes, quando se discute o Sistema Previdenciário Brasileiro, pensam que as fontes de custeio são somente as contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, o que não é verdade. O art. 195 da Constituição diz que nós temos outras fontes de financiamento como contribuição sobre o financiamento da Seguridade Social – Cofins –, como a contribuição sobre o lucro líquido das empresas, pessoas jurídicas, entre outras. Esse conjunto de fontes de financiamento, em cotejo com as despesas de 2011, resultou num superávit de R\$77 bilhões. Então há espaço para que possamos investir em saúde, em prevenção, como foi dito aqui por muitos colegas que me antecederam, que é o grande mal do Brasil, porque o Brasil trata a doença, não trata a prevenção. Isso eu até brinco muito com os economistas, se eles também pensassem do ponto de vista meramente econômico veriam que é muito mais importante investir em prevenção do que investir na cura da doença.

Isso é fruto de outra matéria que discutimos aqui, que trata da precarização das relações de trabalho. Esse é um assunto que precisa ser discutido com bastante profundidade e tendo penalidades rígidas contra os maus empresários. Por quê? Porque quando não há a prevenção, quando não há boas relações de trabalho, quando há uma precarização ou uma terceirização feita de maneira desordenada, quem paga a conta é a sociedade brasileira, à custa da aposentadoria por invalidez, do auxílio doença, da restrição daquelas pessoas que saem do mercado de trabalho às vezes

não conseguem nem auxílio doença nem aposentadoria por invalidez, mas vão ao SUS.

Então, há que se verificar uma discussão também muito importante: qual é a função social da empresa? A função social da empresa deve ser vista como está estampada na Constituição, empresa não é somente para a capitalização ou para o lucro desenfreado, é para o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira. E essas discussões foram trazidas aqui também da precarização das relações de trabalho.

Temos dito que o Brasil precisa de empresários, de bons empresários, não daqueles que querem usufruir da força de trabalho, das benesses do Governo para angariar lucros a qualquer preço.

Fruto dessa discussão, estamos apoiando um projeto relatado, na Comissão Especial na Câmara, pelo Deputado Carlos Zarattini, que trata da punição para as empresas que corrompem agentes públicos inescrupulosos. Muitas vezes temos visto que agentes públicos inescrupulosos são pegos em situações ilícitas, são penalizados – e devem ser penalizados –, mas os agentes corruptores não são penalizados.

Esse projeto, encaminhado pelo Governo em 2010, está parado na Comissão Especial e aqui eu peço a todos que nos ouvem e assistem, e todos os colegas de plenário, que possamos fazer uma mobilização para que esse projeto possa ser aprovado. O agente econômico que corrompe o agente público deve ser penalizado, deve ser banido, porque isso provoca uma concorrência desleal entre os bons empresários, que tentam ter a sua vida fiscal regular perante o Estado, com aqueles maus empresários, que sonégam e corrompem agentes públicos.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

A corrupção e a sonegação é uma via de mão dupla. Não existe agente público inescrupuloso, penalizado, se em contrapartida o corruptor deixasse de existir, é isso que a sociedade brasileira tem que ter a concepção.

Essa matéria todas foram discutidas aqui e eu trago uma preocupação à Comissão que é do quadro de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil hoje. Temos um quadro, autorizado por lei, de 20.420 auditores. Isso depois da fusão dos fiscos, da antiga Secretaria da Receita Previdenciária, mais a Receita Federal, houve uma fusão na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

Hoje nós temos um quadro de menos de 12 mil auditores, oito mil auditores a menos. Digo sempre que o Brasil, Senador Paulo Paim, é o único País que em guerra contra a sonegação economiza bala, quer

dizer, economiza auditor fiscal, para que a sociedade possa ter os recursos necessários para a construção da sociedade que todos nós almejamos, uma sociedade livre, justa, solidária, onde todas as etnias e todos os povos possam ter os mesmos direitos porque devemos ser iguais em oportunidades e direitos, como está estampado na Constituição Brasileira.

Aqui peço à Comissão que trate desse assunto, porque hoje nós temos, por uma medida de restrição orçamentária e de opção governamental, um quadro que vai diluindo. Isso quem está rindo à toa é o sonegador, porque a cada cinco anos se ele não é fiscalizado e têm suas contas auditadas, há um processo de decadência, e ele enriqueceu ilicitamente a custas do erário, a custas da sociedade brasileira e a custas de bons serviços que deveriam ser retornados à sociedade, que paga os seus tributos em dia.

São essas as considerações, Senador, que eu gostaria de dizer aqui. E dizer a todos que a Anfip continua à disposição da Comissão, porque, felizmente, a entidade de que hoje tenho o prazer de ser presidente do Conselho Executivo, não é uma entidade que olha somente para si e seus interesses corporativos, nós olhamos para o conjunto da sociedade brasileira, porque ela que paga os nossos salários e a ela que devemos o melhor de nossos esforços.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Álvaro Sólon de França, Presidente do Conselho Executivo da Anfip.

Eu quero só dar esse testemunho. No debate que travei durante anos aqui do salário mínimo, a Anfip contribuiu e muito com dados, com números para provar que o salário mínimo poderia, sim, chegar ao que é hoje, de US\$350.

Muito obrigado.

Agradeço ao Marcos Avilques Campos, da PIB, e ao Álvaro, da Anfip.

Agora vamos à última mesa.

Convido aqui, um dos primeiros a chegar, Moacyr Roberto Tesch, Diretor Presidente da Confederação Nacional do Transporte, Turismo e Hospitalidade; companheiro Eloi Ferreira De Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro; Marlete Queiroz, representante da Rede Sujeito de Direito, representa o povo cigano; por fim, o último convidado desta mesa, Wilson Veleci, do Movimento Negro Unificado.

Todos os convidados estão, neste momento, participando da mesa de encerramento.

Permita-me, Moacyr, vou começar com você. Pode aproximar um pouco mais.

Está chegando o Orlando, da Cobap.

Fiquem tranquilo, todos farão uso da palavra, conforme combinado.

De imediato, passamos a palavra ao Moacyr Roberto Tesch, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, companheiro que sempre nos acompanhou aqui, não só neste momento, mas nos vinte e seis anos que esteve na vida pública como Calixto e outros.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim, mais uma vez e agradecer a oportunidade de estarmos presente. Gostaria também de cumprimentar o movimento sindical, através do nosso Presidente companheiro José Calixto Ramos, aqui presente; companheiro Omar, nessas figuras o movimento sindical.

Gostaria de cumprimentar as associações que aqui estiveram presentes, na figura do Álvaro França, da Anfip, o qual tem dado uma contribuição muito grande ao movimento sindical, às questões sociais.

As mulheres aqui, eu queria cumprimentar você, Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos, pois temos uma simpatia muito grande pela luta de vocês, luta, como pouca gente sabe, de ser cidadão, de ter direito ao registro de nascimento. Pode ter certeza, Marlete, inclusive já tivemos oportunidade de estar falando com o Secretário Geral da Presidência, vendo a possibilidade, inclusive com o Feijó também, de a gente começar, fazer uma discussão interna dentro da Presidência da República, da Secretaria-Geral, para vermos como a gente pode, através da nova central sindical, envolvida nesse processo, para ver como a gente pode ajudar a solucionar essa questão de cidadania. Com certeza, com apoio do Senador Paulo Paim, que nunca tem nos deixado em mãos.

Senador Paulo Paim, eu gostaria, ao início praticamente da nossa fala, lembrar de que há dias atrás, nove de julho, foi o falecimento do último escritor, último autor da CLT, Arnaldo Sussekind.

Autor, um dos autores da CLT, que faleceu aos 95 anos, a CLT que foi escrita há tanto tempo, tão criticada por tanta gente, mas tão sábia que muitos dos seus artigos ainda hoje não conseguimos colocar em prática. Sussekind teve essa visão que até nos dias de hoje – e V. Ex^a que é um dos defensores da nossa barreira, da nossa trincheira, em defesa da CLT. Então, eu gostaria de fazer a nossa homenagem a essa figura que nos deixou. O Brasil perdeu muito com a sua... Arnaldo Sussekind, que era nosso jurista e um dos autores da CLT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitirem, neste momento, o Moacyr me comunicou, outros dirigentes me comunicaram quando ele faleceu; eu fui à tribuna, fiz um pronuncia-

mento relatando a sua história, o que ele representou, encaminhamos um voto de pesar, de solidariedade à família, da tribuna do Senado.

Agora peço uma grande salva de palma ao trabalho, à história e à figura dele e aos seus familiares. Palmas.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Senador Paulo Paim, eu fiz até um encaminhamento aqui de algumas ações de que participamos e que V. Ex^a comandou. Algumas questões aqui já foram levantadas e eu seria repetitivo, a exemplo do fator previdenciário, reajustes aos aposentados para quem já se aposentou, que ganha acima de um salário mínimo, questão da desoneração na folha de pagamento, as barreiras. Gostaria de citar aqui a questão das barreiras criadas com a Argentina – e que V. Ex^a foi muito importante naquele momento difícil da questão. A questão do porteiro eletrônico que V. Ex^a também esteve junto conosco. Enfim, houve diversas ações.

Inclusive algumas coisas ainda nós vamos talvez solicitar a V. Ex^a que não arria a bandeira, entre elas a questão da assistência social, assistencial sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero aproveitar este momento, eu sei que a questão da contribuição assistencial ainda há uma pendenga com o Ministério Público do Trabalho. Poderíamos marcar e ficar entre as recomendações uma audiência específica para discutir aqui na Comissão com o Ministério Público do Trabalho essa questão da contribuição assistencial. Eu continuo não aceitando – e eles sabem da minha posição, já debati no Rio Grande do Sul com eles –, e me comprometi no momento em que fosse convocado a discutir aqui no cenário da Capital Federal. Mas quero saber que na Comissão eles venham também e tenho respeito enorme pelo trabalho, mas há uma discordância nesse ponto, a forma como o Ministério Público do Trabalho tem tratado as entidades sindicais em matéria desse direito legítimo e assegurado. No meu tempo, em que eu era sindicalista, ninguém complicou isso, isso existe desde lá a chamada contribuição do dissídio. Não é, Calixto? Nunca houve problema nenhum e de uma hora para a outra começaram a barrar o direito de uma decisão soberana da assembleia dos trabalhadores em relação à abrangência da contribuição assistencial.

Vamos deixar, se vocês concordarem, Calixto, uma audiência aqui e eu quero estar como convidado.

Eu boto a minha Vice-Presidente a presidir e quero estar aqui para fazer a defesa da contribuição assistencial. Podemos encaminhar assim? E eu estarei como convidado e não como presidente.

O SR. MOACYR ROBERTO TESS – Com certeza.

Outra questão que a gente pede para manter a trincheira alerta é a questão da estabilidade do dirigente sindical, que é um problema gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Outro problema gravíssimo. Nós aprovamos aqui no Senado e está na Câmara.

O SR. MOACYR ROBERTO TESS – Está na Câmara e acho que V. Exa. é a nossa chama acesa para provocar essa discussão.

Mas entre algumas coisas que eu gostaria de agradecer por parte da nossa confederação, por parte da Nova Central inclusive, é a grande mexida que conseguimos fazer e os encaminhamentos na questão da jornada criminosa do McDonald's. Eu gostaria de agradecer em nome do Presidente Calazans, em nome de todos os dirigentes sindicais da área de turismo e hospitalidade, porque nós conseguimos abrir um caminho, estamos em negociação, inclusive nossos dirigentes chegaram e fizeram uma homenagem a V. Exa., mas as coisas andam muito devagar. Para que V. Exa. tenha uma ideia, com aquela audiência pública, nós tivemos outra audiência pública na Câmara, e, por incrível que pareça, muita gente disse que não tem nada a ver. Mas as ações na Bolsa do próprio McDonald's teve reflexo em função da denúncia feita aqui na Comissão de Direitos Humanos.

A gente, muitas vezes, não tem a dimensão, porque tem pouca gente no plenário e tal, mas a divulgação, o desdobramento que têm essas audiências públicas, Senador Paim, é de um valor extremo.

Gostaria também de agradecer, em nome do nosso companheiro Artur, da CNTA, as três audiências públicas que aqui se realizaram com a preocupação na questão da alimentação. Houve também aquela dos acidentes ocupacionais, a morte daqueles trabalhadores no frigorífico em Mato Grosso – e V. Exa. teve participação muito importante não só na verificação, nas questões que foram se dando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Moacir, depois da discussão que tive aqui com os assessores do Senado, e é bom que a Anvisa esteja aí, eu entrei com projeto de lei proibindo aquele tipo de produto nos curtumes. Espero que a Casa aprove porque é um produto que mata as pessoas. Se for em ambiente fechado, o produto, tendo algum tipo de escape, de vazamento, em três minutos mata todos os que estiverem ali naquele momento. Veja a gravidade dos fatos. E é usado na curtição, no trabalho que se fazem com o couro cru.

O SR. MOACYR ROBERTO TESS – É usado no dia a dia deles. Inclusive foi divulgado o vídeo que aqui já foi colocado a questão da carne...?

Nosso tempo está acabando, e eu gostaria talvez mais pedir do que fazer essa avaliação porque essa avaliação foi quase desnecessária. Acho que a avaliação é mais para nós valorizarmos nosso dia a dia e valorizar este espaço em que V. Exa. é Presidente para que a gente possa dar continuidade valorizando o dia a dia.

Mas eu ainda volto a pedir a sua trincheira. Estão falando que volta a ser discutida a questão do negociado em cima do legislado. E V. Exa. foi mais uma vez a nossa trincheira na oportunidade, lá nos idos do Fernando Henrique, que a gente até deveria esquecer. Mas estão voltando os 618, estão voltando os 618. Naquela oportunidade, V. Exa. foi talvez o estopim que nos trouxe aqui para o Senado, foi o seu comprometimento. Na oportunidade, nos disse assim: nós perdemos aqui na Câmara, mas eu vou lá no Senado e vou continuar a nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi o primeiro ato em que nós conseguimos a vitória.

O SR. MOACYR ROBERTO TESS – E foi o primeiro ato em que V. Exa. derrubou o 618. Está novamente sendo discutido. Pessoas que no passado nos deram guarida enquanto estávamos lá fora discutindo hoje em dia são as mesmas pessoas que defendem a questão do negociado/legislado.

Nós também, na área de turismo e hospitalidade, Senador, gostaríamos de pedir algumas coisas mais. Nós estamos com a discussão da questão da taxa de serviço dos garçons, que está aqui no Senado, está próximo a uma discussão. Não sei se seria demais pedir uma audiência pública para tratar desta questão da taxa de serviço que é importantíssima para nós da área de turismo e hospitalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está encaminhado ali com a assessoria.

O SR. MOACYR ROBERTO TESS – Nós também temos um projeto no âmbito da confederação que estipula o dia nacional dos trabalhadores em turismo e hospitalidade. Nós já temos o Dia Nacional do Turismo, a Copa do Mundo está chegando, e nós só queremos ter a data marcada, como uma homenagem aos trabalhadores, sem feriado, sem nada, sem custo nenhum.

Gostaria também de pedir a V. Exa. que continue na trincheira no que se refere às 40 horas. O ministro esses dias atrás andou falando que talvez não seja o momento adequado para discutir as 40 horas, que o Brasil não está preparado. Se nós temos quase o pleno emprego, as empresas estão ganhando dinheiro como nunca, por que não a efetivação das 40 horas?

Para finalizar, gostaria de colocar esta imagem ali e pedir, se possível, uma audiência pública. O setor público de educação, inclusive, quase 28 universidades

estão paradas, não há negociação, não há um canal de negociação com o Ministério do Planejamento, o Ministério da Educação não tem autonomia para tanto. Como V. Exa. sempre foi o nosso articulador nesses movimentos sociais, se pudéssemos fazer uma audiência pública, chamando as partes, talvez a gente possa tentar encontrar um norte.

Para finalizar, Senador, a nossa confederação, junto com a Nova Central, estamos lançando uma campanha que sempre lançamos na época das eleições para as pessoas valorizarem o voto, nós não jogamos o nosso voto no lixo. O futuro do Brasil está em nossas mãos. Nós, quando depositamos o nosso voto, estamos dando uma procuração assinada em branco para as pessoas. Essa procuração assinada em branco nós temos passado a V. Exa., que tanto tem nos honrado e tem dado um grande exemplo para o Brasil. Essa responsabilidade nós estamos trazendo para nós entidades sindicais, para que o movimento sindical faça o dever de casa, indicando aos seus eleitores quem efetivamente está comprometido com os trabalhadores.

Muito obrigado, que Deus os abençoe. Pode continuar trabalhando com a gente, com a Nova Central, com a nossa confederação, com as confederações que ela agrega. Somos seus soldados para as ações de V. Exa. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Moacyr Roberto Tes, diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Só peço que essas suas solicitações sejam encaminhadas para o Roberto, todas elas eu acatarei e Farei o devido encaminhamento, inclusive na greve dos servidores públicos da União, enfim, e principalmente educação. De forma tal que, se necessário for, chamaremos uma audiência pública fora do período, em caráter de urgência, para ajudar na mediação de encaminhamento da greve. A greve preocupa todos. Já vai para quantos dias?

O SR. MOACYR ROBERTO TES – Mais de trinta dias.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Disseram que era mais de 40 dias. É preciso uma mesa de negociação para se construir um entendimento com o Executivo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESS – Vai atrapalhar a grade e as férias escolares.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como diz o Moacyr aqui, a grade escolar, as férias tudo será prejudicado se não houver um entendimento.

Fica aqui então a nossa posição na busca de construir esse acordo. Vamos nos somar a tantos outros que eu sei estão se movimentando.

Por fim quero cumprimentar também a Nova Central por este cartaz. O cartaz não é partidário. Vejam bem, não é um cartaz partidário; é apenas para que cada homem, cada mulher deste País valorize o seu voto nas eleições de 2012.

Vejam o que diz: Eleições 2012, o futuro está em nossas mãos. O voto é uma procuração assinada em branco.

Acho que é mais do que justo esse movimento. Casualmente, eu li uma matéria hoje nos principais jornais do País que dão conta de que está no Brasil hoje um dos principais sindicalistas dos Estados Unidos. Ele diz em outras palavras o que vocês estão dizendo. Não vou entrar no mérito. Ele diz que os trabalhadores, o movimento sindical não pode fazer de conta que a política não existe. Essa é uma forma correta, não partidária, mas de valorização do voto, porque nós não podemos votar naqueles que vêm para o Senado, para a Câmara para retirar direitos dos trabalhadores e aposentados ou pregar aqui políticas preconceituosas, como foi dito aqui, contra os índios, os negros, os sem-terras, os pobres.

Que bom que chegou a Cobap, estava sentindo falta hoje, mas está aqui o nosso companheiro da Cobap, o Nelson.

Mas quero cumprimentar vocês por essa iniciativa. O povo brasileiro, cada vez mais, tem que valorizar o seu voto. Toda a Mesa aqui concorda. Vejam que não estou falando em partidos. Escolha o seu partido, mas vote. Agora, tu não vais escolher alguém que vai trabalhar contra você. Não é, Nelson? Vamos votar em alguém que vem aqui votar contra nós? É atestado de burrice, desculpe a expressão. Temos que ter clareza de quem são os candidatos que de fato estão do lado do nosso povo, da nossa gente. Por isso, parabéns pela iniciativa.

Mas, vamos lá.

O Moacyr tem que se retirar. Uma salva de palmas para o Moacyr, que já cede o espaço para o Nelson, representante da Cobap nesta Mesa.

Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil caminhoneiro, quero te cumprimentar. Você tem viajado o Brasil todo buscando a construção do estatuto do motorista, do qual tenho o orgulho de ser o autor, para que a gente, de uma vez por todas, construa um grande guarda-chuva que proteja o trabalhador, o empreendedor, o autônomo. Sei que você luta muito. Eu já te encontrei nessas andanças pelo Brasil mais de cem vezes, eu acho. É uma alegria enorme te ver neste dia aqui.

O SR. NEORI TIGRÃO – Muito bom dia a todos. Sempre é muito importante estarmos sentados com lideranças deste País, lideranças que dão orgulho para

o País, que orgulham o seu Estado e que orgulham as pessoas com trabalho digno, sério, com responsabilidade.

Eu poderia fazer uma injustiça aqui e dizer, Senador Paulo Paim, o Senador dos caminhoneiros. Eu seria injusto. Eu teria que dizer Senador Paulo Paim é o Senador do povo brasileiro, do povo trabalhador, do povo mais humilde. Quem sabe, é o Senador mais humilde deste Senado. Mas eu teria que dizer, quem sabe, com coragem, sem discriminação, o Senador que mais trabalha nesta Casa porque eu tenho acompanhado e tenho visto. Só não pode marcar presença, infelizmente, na capital do Estado do Paraná, porque passou mal, pela carga de horário de trabalho demais! E não pode estar junto comigo. Mas nós nos orgulhamos, Senador. Temos orgulho de representar os caminhoneiros aqui nesta Casa, sem vaidade, com trabalho, com dedicação, deixando nossos afazeres com dificuldade. Mas sabemos do grande compromisso que assumimos com esse Senador, que muito tem nos honrado e prestigiado e aberto a porta desta Casa para que nós conseguíssemos discutir e melhorar o setor de transporte que hoje é um dos mais importantes deste País, mas está entrando em uma grande crise, um colapso. Nós precisamos e vou escalar o senhor, Senador Paulo Paim. Eu quero que o senhor interfira junto à Casa Civil, junto à nossa Presidência porque está programada a parada nacional do setor de transporte. Este País vai parar dia 25, não temos dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em que dia?

O SR. NEORI TIGRÃO – Dia 25 de julho, dia de São Cristóvam, dia do padroeiro do caminhoneiro. Em vez de festejar o nosso dia, vamos marcar com uma grande manifestação. E precisamos mudar algumas regras do jogo, algumas leis que vieram. Nós temos o compromisso, nós somos o Governo e temos que procurar o diálogo. E este Governo tem um compromisso conosco. Nós queremos fazer de tudo para mudar, mas se nada for feito... Nós tivemos reunião com o Ministro Paulo Sérgio, nosso amigo, companheiro, está pronto para nos ajudar; tivemos uma reunião na agência ontem, mas temos que encontrar a solução porque se não o País está decidido.

Antes de vir para esta reunião... Os empresários, os grandes empresários são solidários a nossa parada. Então, não temos dúvida nenhuma. Se não intervier, Senador, e se não encontrarmos uma solução, o País vai parar dia 25 de julho, em âmbito nacional, os caminhoneiros. O setor de transporte: autônomos, empresários, todo o setor está se unindo porque precisam de mudanças. As leis estão aí e algumas coisas mudaram.

Alguna coisa aconteceu, o setor de transporte autônomo mudou; naquela lei que veio para o Senado, ela teve uma mudança interna. A carga horária do caminhoneiro autônomo; ele não é empregado. E depois, aqui dentro, mudou-se a lei aqui. O Ministério do Trabalho, o Ministério Público, a Polícia Federal, o caminhoneiro foi incluído na mesma carga horária. E aqui estava uma pessoa representando nesse momento que não participou das nossas audiências públicas, que representou o autônomo naquele momento sem o nosso aval. Então, nós gostaríamos de pedir aqui, de repente, que o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, os direitos humanos revissem essa situação. Quem sabe, o caminhoneiro autônomo pudesse trabalhar das seis da manhã até as nove ou dez da noite, tivesse um horário diferenciado. Porque ele é diferenciado. E na lei que veio nós fomos enganados aqui dentro. Então houve alguma coisa. E nós também temos a certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me só dizer, Tigrão, que temos aqui pela TV Senado e os canais para todo o Brasil. É bom lembrar o que estou repetindo sempre. Essa lei, quando chegou aqui na comissão para votação, e foi isso que os Senadores receberam... Eu critico mesmo o Plenário do Senado, mas o Plenário do Senado votou tudo na plena confiança do que nos foi dito. Chegaram aqui representantes dos empresários e dos trabalhadores – o Omar está aqui, ele se lembra – foi nos entregue um texto e disseram o seguinte: este texto é o grande entendimento, é o acordo. Daí, eu e o Ricardo Ferraço fomos os porta-vozes no plenário. Eu me lembro do que eu disse lá: este texto é um amplo acordo de empresários e trabalhadores que estiveram nas comissões e por isso estamos pedindo aprovação. Depois houve alguns vetos. O que aconteceu a partir daí? À luz da verdade... Você sabe que estou falando a verdade e que sou totalmente favorável aos ajustes necessários, inclusive na situação do autônomo. Então, sou parceiro, sou companheiro nesta jornada, mas quero dizer que os Senadores e Senadoras votaram em plena confiança no que foi falado para eles no plenário. E quero repetir aqui: o movimento social nos procurou, nós retratamos no plenário e por isso foi aprovado por unanimidade. A impressão que me deu foi que a partir dos vetos houve problemas.

Tigrão – Nos vetos, Senador, nos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E aí nós temos que preservar. Eu quero esclarecer porque estou cuidando também com o mesmo carinho. Eu fui a Uruguaiana num grande evento lá. E qual foi a minha posição? Devia chamar a câmara setorial, que é o caminho que vocês estão fazendo, e no que eu me disponho a estar junto, para fazer o ajuste,

uma preocupação que todos estamos tendo com a questão do autônomo. Eu me lembro que o Senador Zambiasi também quero fazer justiça, ele sempre assiste aos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, meu amigo ex-Senador Zambiasi também me procurou com a mesma preocupação. Paim, estou recebendo lá, e o pessoal lá acha que você pode ajudar. E eu quero de fato ajudar. Estou disposto a contribuir, sei que o Omar também, o Calixto, da Nova Central, todos querem ajudar. Nós poderíamos reunir a câmara setorial, ver uma regulamentação ou, se necessário for, até uma medida provisória e ajustar para que o autônomo não tenha prejuízos nessa formulação final. Quero dizer que sou parceiro teu, estou do teu lado, sei dos teus compromissos.

O Sr. Tigrão – Fico muito agradecido. Eu sabia que o Senador não nos deixaria pelo carinho que ele tem, o carinho que nós estamos recebendo aqui, eu tinha certeza.

Então, Senador, essa é a nossa grande preocupação nesse momento. E nós também temos batido muito em cima da estrutura deste País. Existem grupos... Por isso que eu gostaria que estivessem aqui a CNT, a ANTT, os órgãos que regulamentam o setor de transporte, porque é de fundamental importância. As nossas rodovias, com as mudanças dos nossos empresários que muitas vezes colocam a preocupação, o dinheiro, o capital em primeiro lugar, ninguém se preocupa com as nossas rodovias, as cabeceiras de pontes, não temos estrutura para transformar um caminhão, um bi-trem que carregava 37 mil quilos, para carregar 57. As grandes construções de rodotrens, o País não está estruturado para isso. Daqui a alguns dias, nós vamos ter caminhões de 25, 28, 35, 40 metros, mas não vamos ter rodovias para andar com nossos automóveis, caminhões. Os próprios caminhoneiros não vão ter onde andar. Lá no interior do Paraná, numa cidade chamada Telêmaco Borba, onde existe uma das maiores empresas de papel do mundo hoje, dá para dizer, as cabeceiras de ponte estão todas danificadas, estão colocando lá peso máximo, permissão máxima de 57 mil quilos! Então isto nos preocupa muito, Senador, a estrutura deste País, a segurança das nossas famílias, a segurança do caminhoneiro.

Quando vejo o cara falar da vigilância sanitária, pena que ele não está presente, eu queria questioná-lo sobre algumas coisas porque a primeira pessoa que veio a falecer neste País com a gripe suína era para ser um caminhoneiro; não sei se foi, mas na mídia foi um caminhoneiro. Então se nós pegarmos hoje – e eu quero convidar o pessoal da vigilância sanitária –, se nós formos para dentro das grandes empresas, das multinacionais e vemos a estrutura que oferecem ao

irmão caminhoneiro na hora da descarga, os banheiros e a qualidade de vida, é desumano!

Então nós estamos aqui, Senador, eu estou aqui com amor, com carinho, estamos aqui para realmente falar a verdade. Que este Governo nos ajude porque nós queremos ajudar o Governo. A Casa Civil, a Senadora Gleisi, a Ministra hoje, é nossa amiga. Então nós precisamos de reunião urgente para que este País não venha a cair num caos. Eu sei o que é greve, nós já participamos, e a única categoria que realmente para este País é o caminhoneiro. Temos uma estrutura hoje montada de 500 caminhões aqui em Brasília, cadastrados, se acontecer a greve. Mas nós não queremos isso, Senador, nós queremos o diálogo, nós precisamos rever alguns projetos. A carga tributária vai quebrar o setor de transporte. Os compromissos assumidos, os financiamentos do próprio caminhoneiro, existem caminhoneiros desesperados, as esposas pedindo “pelo amor de Deus, Neori, ajude nós! Nós vamos perder o nosso patrimônio.” Então, a preocupação hoje é muito grande, e o setor de transporte hoje representa 15% de toda a produção interna do País.

E nós estamos aqui nesta mesa, com grande orgulho hoje porque há pessoas com dignidade que sabem dar valor ao trabalhador deste País. Este Senador merece ser honrado. E nós temos a certeza de que, quando precisarmos, ele sempre está do lado de quem trabalha. Ele já provou isso. Então, Senador Paulo Paim, eu tenho orgulho de estar do seu lado e sei que nós vamos levantar a bandeira do caminhoneiro. Nós vamos constituir a bandeira do caminhoneiro. Nós precisamos disso. Nós precisamos criar um fórum sem interesse, esquecer a palavra eu e dizer nós vamos construir um Brasil para todos, um setor de transporte com dignidade, sem excesso de peso, sem prejudicar ninguém, dar valor ao frete, como precisamos fazer.

Então, eu estou aqui, eu sou seu parceiro e gostaria que o senhor, se puder, urgente, marcasse esta reunião com a nossa ministra porque é de fundamental importância. Nós precisamos dessa reunião porque temos alguns pontos para que seja evitada, de repente, a paralisação. Hoje eu não tenho dúvida: o Brasil inteiro está falando que vai parar dia 25. Isso já está certo. Se não acontecer nada, se a agência em que estivemos ontem não tomar providências junto com o Ministro e se a nossa Ministra não tiver uma reunião para nós conseguirmos dispor sobre algumas coisas, eu não tenho dúvida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Neori Tigrão, líder e presidente do movimento “União, Brasil Caminhoneiro”, fica decidido que a Comissão, por intermédio do seu Presidente, fará um pedido de audiência com a nossa amiga e

Senadora que está licenciada Gleisi Hoffmann, que é Ministra Chefe da Casa Civil. Eu sei da sensibilidade dela, estive recentemente com ela na questão do Fundo Aeros. Ela foi muito sensível e dentro do possível faria também a mediação. Eu sei que nessa situação dos caminhoneiros ela também está acompanhando...

O SR. NEORI TIGRÃO – Tanto ela como a Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, com certeza.

O SR. NEORI TIGRÃO – Porque a Presidenta Dilma também tem uma consideração muito grande pelo setor de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É, mas estou me referindo mais à Ministra Gleisi porque...

O SR. NEORI TIGRÃO – Porque nesse momento é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...é o mais fácil acesso para nós.

O SR. NEORI TIGRÃO – Ela é a intermediária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se eu dissesse que nós vamos marcar uma reunião com a Presidenta estaria até faltando com a verdade, mas com a Gleisi é mais fácil. Eu entendo a situação da Presidenta Dilma. Ela tem milhares e milhares de pessoas.

Vou passar em seguida para o Omar, pedir para comentar essa situação, mas que fique, Roberto, assegurado que nós vamos marcar essa audiência com a Ministra Gleisi para discutir essa questão específica.

Quero dizer que acompanhei a sua luta, acompanho. Infelizmente não pude estar em Curitiba naquela data, mas depois voltei a Curitiba, não é, Calixto. Você estava lá comigo. Voltei a Curitiba um mês atrás, num grande evento promovido pelo movimento sindical e me comprometo a ir ao seu evento específico. Fica acertado?

O Omar pediu a palavra para um aparte.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – O senhor sabe também que nós estamos sempre do seu lado, em qualquer circunstância, só que em todas as reuniões de que eu participei com os empresários como representante dos autônomos todos disseram que houve reunião entre eles e que lá o pessoal dos autônomos discutiu tudo aquilo que nós apresentamos aqui, que é a nossa regulamentação. Há 40 anos eu luto por isso, para conseguir regulamentar a nossa categoria, agora também acho que os autônomos têm o seu direito, mas são eles que podem lutar junto aos empresários que os representam. Talvez o moço ali tenha as suas razões, agora devia lutar lá, porque houve reuniões lá, e diversas reuniões, entre a confederação de que

eu sou presidente e a confederação do Senador Clésio Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Clésio Andrade, que estava junto. Vieram aqui à Comissão.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Estava junto e foi tudo realizado em comum acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Festino estava junto, o senhor...

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Desculpe e obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É importante, porque o senhor está reafirmando que o documento que eu e o Ferraço recebemos foi fruto daquele amplo acordo. E eu e o Ferraço fomos ao plenário e colocamos. Inclusive, lá na Câmara, depois, foi dado esse mesmo depoimento e houve um amplo acordo.

O que o Neori Tigrão está levantando é que a partir de alguns vetos nós teríamos que examinar com muito carinho a questão específica do autônomo, o que faremos com tranquilidade, buscando esse caminho que não traga prejuízo para a regulamentação da profissão e que, ao mesmo tempo, aponte caminhos para o autônomo.

O SR. NEORI TIGRÃO – Sr. Omar, eu tenho uma grande consideração pela sua pessoa, o senhor é um dos grandes astros de todo esse trabalho que nós conseguimos fazer. Nós temos honra em relação à regulamentação da lei. Do jeito como a lei veio, mudou alguma coisa nas emendas. É só a isso que estou me referindo. Nós não somos contra a lei de maneira alguma. Estamos junto com o Clésio, dentro da confederação. Não é esse o caso. É alguma coisa que mudou e é nessa parte que nós queríamos que o Senador nos ajudasse, porque de repente pode ser mudada na emenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazer uma ponte ali na questão dos autônomos.

Quero dizer que ontem ainda, casualmente, o Senador Clésio conversou comigo e reafirmou tudo o que o senhor disse, Dr. Omar. Daí eu falei dessa questão específica dos autônomos, porque temos que fazer algum ajuste. E vamos tentar trabalhar junto à Casa Civil nesse sentido.

O Senador Clésio tem sido parceiro, tem tido uma postura muito transparente, muito clara, muito nítida em defesa de todo o setor. De público, reconheço e elogio o trabalho do Senador Clésio Andrade, Tigrão.

Vamos lá então. No final passaremos aos encaaminhamentos.

Vou passar a palavra agora ao Raimundo Nonato Lopes de Souza, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade.

Aqui na Comissão, temos uma preocupação com a pessoa com deficiência. É uma alegria enorme recebê-lo aqui para dar o seu depoimento.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUZA – Obrigado, Senador Paim. Queria pedir permissão para em seu nome parabenizar a Comissão e saudar todos os membros da Mesa. Trago o abraço do Presidente do Conade, o Sr. Moisés Bauer, que é inclusive seu conterrâneo, lá do Rio Grande do Sul. Ele, infelizmente, não pode comparecer, porque se encontra em viagem, em missão no exterior, mas pediu para que agradecêssemos à Comissão de Direitos Humanos desta Casa pelas grandes contribuições que trouxe e vai trazer ainda para essa luta árdua em defesa do movimento das pessoas com deficiência. Também o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Antônio José, da SDH manda um abraço para todos da Comissão, agradece o apoio que têm dado e pelas últimas ações que têm sido desencadeadas em nome do Conade, sobretudo as ações que estão sendo incluídas no plano Viver sem Limites, do Governo Federal, porque o Conade tem uma grande responsabilidade nesse processo de monitoramento e acompanhamento dessas ações para as pessoas que tanto necessitam, sobretudo as pessoas com deficiência, que têm uma grande vulnerabilidade social.

Um dos pontos bastante relevantes que trazemos aqui é a questão do BPC, incluído nesse plano de Viver sem Limites, o BPC na escola, o BPC no mercado de trabalho.

Sabemos que o Senador Paim, o Senador Lindbergh e outros Parlamentares das duas Casas travaram uma luta bastante significativa nas alterações dos parâmetros para incluir esse benefício que traz um grande alento para as pessoas com deficiência.

O Conade, junto com a SDH, está agora organizando a III Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência, que será realizada no início de dezembro e queria estender o convite a todos para participar dessa grande conferência, que será de fundamental importância para o segmento das pessoas com deficiência.

Queremos dizer que os Parlamentares das duas Casas, nesse processo, têm sido parceiros, participando das reuniões ordinárias do Conade, construindo essas propostas que vêm do movimento das pessoas com deficiência, no sentido de garantir os seus direitos e avançar nesse processo.

No mais, queria colocar o Conade à disposição da Comissão de Direitos Humanos, Senador, no que for possível, no que pudermos contribuir, e pedir o apoio

que V. Ex^a tem dado, sobretudo na defesa e na promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Raimundo Nonato Lopes de Souza, que aqui representou o Conade.

Quero lhe dizer, Nonato, da minha satisfação e do apoio que o Conade tem dado ao Estatuto da Pessoa com Deficiência. Você sabe que essa é uma luta antiga nossa. Temos esse projeto há mais de quinze anos. E cumprimentar a Ministra Maria do Rosário, que chamou uma comissão especial para discutir o Estatuto à luz da convenção internacional.

Então você está de parabéns, o Conade está de parabéns e a Ministra Maria do Rosário, também. Agora acho que a coisa vai. Essa é uma comissão de especialistas da qual o Conade faz parte. E nós fomos convidados também, não eu, porque seria impossível estar lá e aqui, mas indicamos uma pessoa que vai nos representar lá, que é o Luciano. Como todos sabem, o Luciano é um deficiente visual que trabalha no meu gabinete e vai ser o nosso representante lá no debate do Estatuto.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUZA – Perfeito. Isso é de fundamental importância, porque o Estatuto da Pessoa com Deficiência está parado há quase dez anos. Agora a Ministra Maria do Rosário criou um grupo de trabalho que tem o prazo para resgatarmos isso e rediscutir esse Estatuto à luz da convenção.

Então acreditamos que agora finalmente vai sair essa legislação, que é um grande anseio do movimento das pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Uma salva de palmas para você e para todas as pessoas com deficiência pela sua luta. Conforme o IBGE, o último censo, se não me engano, são 44 ou 45 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência, algumas mais e outras menos graves.

Meus cumprimentos.

Vamos de imediato ao Wilson Veleci, que representa aqui o Movimento Negro Unificado.

O SR. WILSON VELECI – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado e ao Senador Paulo Paim e só fazer uma correção: na verdade, sou militante do movimento negro. Militei durante 15 anos no MNU e hoje ajudo a Educafro, o MNU, o Negro. Eu sou um instrumento da raça. Onde estiver a questão negra eu estou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é bom. Parabéns. Achei bonita a sua explicação, porque você não estaria aqui representando somente o Movimento Negro Unificado, mas falando

pelo conjunto do movimento e pela sua avaliação como militante da causa.

O SR. WILSON VELECI – Isso.

A minha fala, na verdade, é para fazer duas denúncias graves de discriminação e de violência, uma referente aos estudantes da Guiné Bissau que estão aqui no Brasil e outra ao Quilombo do Rio dos Macacos.

Antes disso eu gostaria de falar sobre a votação que foi adiada ontem, a respeito da questão de cotas. É lamentável. Vou fazer um pequeno resumo.

A minha mãe tem 86 anos e só tem a quarta série. Ela é igual à mãe de várias pessoas negras que estão aqui. Meus avós não tiveram, foram analfabetos. A maioria dos avós de pessoas negras foram analfabetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu dou o mesmo testemunho.

O SR. WILSON VELECI – A minha mãe, que tem 86 anos, e o meu pai só chegaram até a quarta série. Por quê? Porque houve leis do Estado brasileiro que proibiam a população negra de ter acesso à educação. E minha mãe foi vítima dessa lei. Ela me falou: eu só pude estudar até a quarta série porque a lei dizia isso. Se quisesse estudar depois, só à noite.

Então eu gostaria, Senador, que se fizesse um levantamento nesta Casa de várias leis que proibiram a população de negra de ter acesso à educação. Foram várias. A população negra no Brasil só teve acesso ao ensino público mesmo em 1960. De lá para trás várias leis dificultaram o acesso da população negra à educação.

Então é uma obrigação desta Casa corrigir, reparar essa perseguição do Estado à população negra, reparar não só a mim, que sou consequência dessa perseguição, mas a minha mãe e os demais cidadãos negros que não tiveram acesso à educação. Do mesmo jeito que o Estado perseguiu durante o regime militar, e agora está reparando, ele perseguiu a população negra lá atrás e tem que reparar.

Em agosto, eu gostaria que o senhor mostrasse essas leis e dissesse: a nossa obrigação é corrigir esse erro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você me permitir, depois descontarei o tempo, ajustei ontem com todos os líderes que nós vamos votar na primeira semana de agosto.

Queria fazer um apelo, aproveitando este aparte que você me dá, para que o movimento social, brancos, negros e índios, todos que têm compromisso com a igualdade e com a liberdade, tivesse uma delegação aqui, porque essa, como eu sei que você diria e o Eloi vai dizer, é uma luta de todos, de brancos e negros. Não é uma luta só dos negros, não é? Eu diria que a votação desse projeto vai ser uma grande revolução,

porque 50% dos alunos de escolas públicas, onde estão os pobres, terão direito à federal. Os outros 50% serão para aqueles que vêm da escola privada, que têm maior poder econômico. É uma questão de justiça. Aí vem o corte de 25% social e racial.

Por isso pode certeza de que os líderes vão cumprir o acordo. Nós adiamos três vezes, mas já me disseram: Paim, calma porque nós vamos votar. Nós garantimos que vamos votar nos dias 7, 8 e 9. Será o primeiro ponto da pauta.

O SR. WILSON VELECI – E nós estaremos aqui.

Agora vou partir para as denúncias. Além de fazer as denúncias, eu gostaria de pedir à Comissão de Direitos Humanos uma espécie de intervenção, de ajuda.

O primeiro caso são alunos africanos da Guiné Bissau. Vou resumir a história. É o seguinte: duas faculdades, a Faculdade Evolução e a Faculdade Fátene, ambas do Ceará, são faculdades particulares que foram à Guiné Bissau, e fizeram um convênio com o governo para os alunos da Guiné Bissau virem ao Brasil e fazerem faculdade. Fizeram propaganda, prometeram estágio, moradia, prometeram tudo. E a prestação teria um preço que estivesse ao alcance das famílias deles. Vieram mais ou menos 500 para cá, chegaram em 2009.

Chegando aqui não era nada daquilo. Eles não tiveram direito à moradia, a prestação que prometeram é muito alta para eles, dez vezes mais cara do que foi prometido e varas coisas.

O que está acontecendo? Eles tiveram que se virar, estão espalhados lá pelo Ceará, estão sofrendo discriminação racial – estou aqui com um documento, porque eles mandaram um relatório – por parte dos funcionários, dos professores e da direção. E o mais grave é que passaram orientações culturais, legais e regimentais para uma boa estada no Brasil.

Quero dizer que esse documento só é direcionado aos alunos africanos. Aqui estão alguns pontos, como a higienização pessoal deles: tomar banho três vezes ao dia. Eles têm que tomar banho de manhã, quando forem para a faculdade e à noite. Cheiro do corpo: passar creme e não sei o quê. Está aqui, vou entregar. Nem os nazistas foram tão bem. Fungos, falando dos fundos deles, vestuário. Eles não podem vestir as suas roupas africanas, porque dizem que fedem e não sei o quê. Tem aqui limpeza do nariz e da garganta também e do rosto. E também tem a postura e elegância: “que tal costas retas, queixo erguido e aquele ar de que está sempre de bem com a vida?” Eles têm que estar assim. Simpatia, têm que ser sempre simpáticos com o pessoal, bom humor, não comer chicletes e não fazer gestos.

Então, só lendo. É uma agressão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu faço questão de que você deixe comigo.

O SR. WILSON VELECI – Aqui está o relatório deles.

Eu gostaria que houvesse essa intervenção, porque o que está acontecendo?

Como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos encaminhar, em primeiro lugar, à Secretaria da Presidência da República, para a Ministra Maria do Rosário, e vamos fazer o devido encaminhamento para outros órgãos.

O SR. WILSON VELECI – O que está acontecendo?

Eles não estão conseguindo pagar essas faculdades, e o visto deles no Brasil depende de um documento dessas faculdades para que eles permaneçam no Brasil. Como eles não estão conseguindo, as faculdades não estão liberando esses documentos para o visto de permanência no Brasil. Para se ter uma ideia, duas meninas da Guiné Bissau foram presas para serem deportadas. A Polícia Federal resolveu deportá-las porque eles estão ficando ilegais no Brasil, já que a escola não libera um documento para dizer que eles estão estudando. Eles estão se tornando ilegais no Brasil e a Polícia Federal começou a persegui-los para deportá-los. E todo mundo sabe que a Guiné Bissau saiu de uma guerra civil agora. A coisa lá ainda está...

Então gostaria que a Comissão entrevistasse nesse assunto.

Terça-feira estavam dizendo, Senador, que duas foram presas pela Polícia Federal.

O outro assunto é sobre o Quilombo Rio dos Macacos, que fica na Bahia. O que está acontecendo?

A Marinha do Brasil ocupou essa área, e esse pessoal está há mais de 100 anos nessa área. A Marinha do Brasil, em 1954, ganhou do Estado uma área e se alojou lá. Segundo a Marinha, houve uma desapropriação e eles foram indenizados, mas isso não ocorreu. Está aqui um relatório em que eles dizem que não houve isso. Na área desapropriada a Marinha criou uma vila militar lá dentro do quilombo. Para se ter uma ideia, até os quilombolas ajudaram a construir essas casas da vila militar.

Com isso a Marinha conseguiu uma ordem judicial para o despejo deles e no dia 1º de agosto a Marinha vai retirar os quilombolas de lá.

Os quilombolas estão sofrendo ameaça psicológica e física, porque a Marinha criou um verdadeiro campo de concentração. Ameaçam pessoas idosas e crianças com fuzis até na cabeça, agridem fisicamente os quilombolas e os proíbem de desenvolver a sua agricultura, dizendo que eles estão desmatando

a área. Se ainda existe mata virgem é porque os quilombolas estavam lá. E que eles estão poluindo o Rio dos Macacos. E os quilombolas dizem que não, que quem está poluindo é a vila com o esgoto.

Então está havendo essa perseguição, essa opressão sobre os quilombolas, por último houve essa ordem judicial, que pode ser revertida. E a Marinha também não está deixando ninguém entrar na área nem sair. Para entrar ou sair do quilombo só com a autorização da Marinha.

O movimento negro está fazendo uma mobilização e no dia 30 vão chegar várias caravanas de quilombolas na área para tentar reverter esse quadro de expulsão dos quilombolas. Então gostaríamos de contar com o apoio e a intervenção da Comissão de Direitos Humanos do Senado, porque infelizmente a Marinha do Brasil não aprendeu com João Cândido nem com a revolta das chibatas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Wilson Veleci, que traz ao debate dois fatos graves e deixa uma série de documentos.

A Comissão fará o encaminhamento necessário, ao seu alcance.

O Presidente da Fundação Palmares, Eloi Ferreira de Araújo, que está conosco, também está acompanhando a situação e vai expor o seu ponto de vista na hora do seu pronunciamento.

Agora vamos passar a palavra para Marlete Queiroz, representante da rede Sujeitos de Direito, que já esteve conosco em diversas oportunidades, explicando, defendendo e alertando principalmente pela situação do povo cigano.

Seja bem-vinda mais uma vez, Marlete.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Obrigada, Senador, pela sua recepção e acolhida.

Desejo boa tarde às senhoras e aos senhores e ao nosso queridíssimo e caríssimo Senador Paulo Paim.

Senador, queria explicar a todos o que é a rede Sujeitos de Direito.

É uma rede nova, que surgiu pela necessidade dos ciganos que estão organizados em associações, com foco principal nos ciganos calões, que são os ciganos dos ranchos, os ciganos dos acampamentos em busca de cidadania, dignidade e respeito.

Por enquanto a nossa rede está composta pela Ananke – Associação Cultural Cigana Guarulhos – SP, cujos responsáveis são Albino Granado e Jaime Calon, o Centro de Estudos e Discussões Romani (Cedro), tendo como responsáveis Carlos Calon e Maura Ney, em Peruíbe, São Paulo, a Associação das Mulheres Ciganas do Rio Grande do Sul, onde a Lori Emanoela é a responsável, a União Cigana do Rio Grande do Norte, onde o Antonio Calon e a Adriana Alexandria

são os responsáveis, e a Associação dos Ciganos de Pernambuco, pela qual responde o Enildo Soares, e a Anec – Associação Nacional das Etnias Ciganas, com sede aqui em Brasília, da qual eu sou presidente administrativa, o Vanderlei da Rocha é o presidente executivo e o Artur Prade, o presidente financeiro.

Querido Senador, aqui nesta Comissão de Direitos Humanos é onde nós, ciganos, nos sentimos acolhidos verdadeiramente, uma vez que este ano, no mês de maio, nós tentamos uma audiência pública, porque dia 24 de maio é o Dia do Cigano, instituído em 2006 pelo nosso Presidente Lula. E não conseguimos essa audiência pública na Câmara dos Deputados. Então aqui tem sido o nosso espaço. O senhor se comprometeu em construirmos o Estatuto Nacional dos Ciganos.

Quero lhe dizer, Senador, que nós não nos esquecemos. Nós não tínhamos uma associação nacional, agora temos, estamos unidos nessa rede Sujeitos de Direitos para que possamos conversar e, enfim, realizar esse sonho, esse estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para as pessoas entenderem, aquelas que assistem a nossa rede de comunicação do Senado, qual é a proposta que eu sugeri e o movimento liderado principalmente pela Marlete acatou.

Eles, mais do que ninguém, sabem quais são os problemas do povo cigano. Esse Estatuto do Povo Cigano, ela registraria, por isso ela falou de uma entidade de nível nacional, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Vou indicar o relator ou avocar para mim mesmo e passaremos a debater o Estatuto do Povo Cigano para que se transforme em lei o mais rápido possível, sempre com a orientação do povo cigano e conforme a legislação do nosso País.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Então, Senador, para nós, ciganos, o senhor significa esperança. Igualdade, justiça e liberdade são mais do que palavras para nós, são perspectivas.

Dentro das nossas perspectivas para o futuro, quero ler um breve trecho que nós preparamos e também um anteprojeto com a proposta de orientação para políticas públicas. É a nossa primeira proposta para começarmos a trabalhar, para que, Senador, um dia nós deixemos de passar por situações tão difíceis, como disse muito bem o Moacir, porque nós ainda, para alguns ciganos, buscamos certidão de nascimento, e evitar acontecimentos como o de Santo Amaro, no dia 4 de junho de 2012.

Em Santo Amaro, a sete quilômetros de Salvador, a população ateou fogo em 50 barracas ciganas, simplesmente porque um cigano discutiu com um funcionário de um lava-jato e o assassinou. Então, sem nenhuma prova ou investigação, a população ateou

fogo em 50 barracas, que, para nós, são 50 casas, 50 famílias. E nada foi feito.

No dia 18 de abril de 2012, na Rede Bandeirantes, no chamado “Primeiro Jornal”, houve uma reportagem dizendo que quatro ciganos foram presos falsificando documentos para burlar o INSS. A reportagem foi exibida. Em seguida, o Sr. Luciano Faccioli, em rede nacional, chamou a repórter, pegou a mão dela e disse: eu vejo aqui na sua mão, leio na linha da sua mão que você acorda cedo, trabalha muito e é honesta. Dentro do meu conhecimento, eu sabia que ciganos só andavam aí pela rua lendo as mãos, não sabia que falsificavam documentos. Mas tenho certeza de que as mulheres ciganas não tomam banho e fedem muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vejam só a coincidência dos reacionários, conservadores e do que eu chamo de escravocratas, com o documento que o Wilson mostrou e agora você dá um depoimento semelhante.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Do Sr. Luciano Faccioli, quero deixar aqui bem claro, em rede nacional. Ele não se preocupou, em rede nacional, de fazer um comentário tão desagradável e discriminatório.

Então vamos, Senador, ao nosso pequeno texto, que eu começaria assim:

Indefiníveis, violáveis e quase visíveis, mas o dia 24 de maio passou sem a devida importância, ao contrário do que ocorre com outras minorias. Contudo esse dia é representado como a grande célula formadora de identidade cultural, sem o devido respeito às diferenças existentes. Todavia tornou-se importante para os três distintos grupos ciganos existentes no Brasil. Calon, Rom e Sinti em nosso país são tratados como um todo. Tente explicar a qualquer cientista social que os índios são todos iguais. Definir por grupos a chegada temporal do cigano ao Brasil seria classificar e ignorar a importância de cada um na breve história de uma grande nação.

Triste realidade essa, não diga dos ciganos, pois de tanto serem violados, tornaram-se fortes e resistentes. Digo sobre nossa República Federativa e aqueles que deviam defender os interesses dos povos, por exemplo, nossos Senadores. Por ironia o trabalho está sendo desenvolvido pelos representantes dos Estados, os nossos Senadores, na figura do ilustre Senador Paulo Paim.

Senhores representantes de nossa nação, peço uma breve gentileza. Digam a esses desamparados pela bandeira nacional o que significa o termo política pública. Em nosso País, grandioso por natureza, emergente por classificação e rico à custa de um povo faminto, quando se ouve falar em políticas públicas, observa-se uma esperança de mudança na estrutura

social, um fôlego de ar sob a forma de um desespero vivenciado cotidianamente. Sendo bem honestos, conseguimos suportar muito mais imprudências, intolâncias e esquecimentos por parte do governo.

Somos resistentes e fortes por natureza, como qualquer brasileiro que honra o seu País. O que estamos tentando demonstrar aqui é há muito estamos nessas terras, desde 1574. Por isso exigimos a palavra, o direito de sermos observados e escutados por V. Ex^{as}. Antes de a pedra fundamental se postar nesse lugar, aqui estávamos comercializando e adentrando locais até então desconhecidos pela grande nação. Nossa cultura e direitos se definham, devido ao sentimento de invasão que a sociedade sente quando nos aproximamos.

Caso não haja o cuidado com as minorias, ocorrerá o mesmo que houve em outros países. Seremos expulsos do único lugar em que possuímos sentimentos.

Relatamos que sentimos pena de nossos representantes por não possuírem o completo conhecimento de nossa Carta Maior, a Constituição Federal, acabando por induzir aqueles que mal sabem ler a equívocos sobre sua cidadania.

Cegos guiados por cegos.

O que é necessário a todos os ciganos, no Brasil, já está elencado em nossa Carta Magna. Precisamos de alguém que interprete nossos direitos de acordo com o art. 5º.

Como poderemos exigir políticas públicas sem ao menos conhecermos os nossos direitos?

Ser cigano não é ser objeto de curiosidade. É triste observamos que nossas causas não se enquadram dentro de um sentimento social e, sim, em uma curiosidade por aqueles que nos desconhecem.

Somos tão brasileiros quanto as outras minorias. Queremos a tão sonhada isonomia, esta que, por sua vez, trata os iguais de forma igual e os desiguais em suas desigualdades.

Pensamos que essa seja a orientação para a elaboração de políticas públicas. Todavia, o sentimento de desamparo que nos norteia é muito grande.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, declara direitos de que nunca usufruímos devido à falta de informação que possuímos e à intransigência daqueles que nos abordam com excesso de poder.

Com isso, tomamos a liberdade de demonstrar por onde deve ser iniciado um processo de políticas públicas para os ciganos.

Em primeiro lugar, a conscientização da sociedade e de agentes públicos sobre a existência de isonomia para todos e a explicitação dos direitos existentes no art. 5º da Constituição Federal também aos ciganos.

Se não houver, Senador, essa conscientização dos direitos e deveres antes das promoções de políticas públicas, todo o trabalho será dificultado e, no pior dos casos, esquecido.

Para concluir, nós, ciganos, deixamos o nosso muito, muito obrigado ao senhor por este espaço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Marlete Queiroz, representante da Rede Sujeito de Direito, que deixa, aqui, a primeira contribuição para a proposta que por eles foi sugerida – como tivemos, e temos, o Estatuto dos Povos Indígenas, que está aí, está em debate, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Deficiente, o Estatuto da Cidade, de forma abrangente –, de que também se tenha o mesmo olhar para o povo cigano, baseado no que diz o art. 5º.

Parabéns mais uma vez.

Quero dizer que eu recebi um telefonema do Rio de Janeiro muito gostoso, para mim, de ouvir, muito prazeroso, como dizia um amigo meu, o Olívio Dutra, sobre a possibilidade de um encontro, no Rio de Janeiro, do povo cigano em que eu estivesse presente. Falaram, inclusive, no seu nome.

A SRA. MARLETE QUEIROZ – Seria uma honra para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Farei de tudo para estar lá.

Agora, vamos, então, à palavra de Nelson de Miranda Osório, da Cobap, que é o diretor financeiro da Confederação, de que eu tenho a alegria de ter participado junto durante anos e anos.

Ainda nesta semana, apresentamos uma emenda na Comissão de Orçamentos. Depois, apresentei uma outra, ainda, vinculando aquela ideia, Nelson, quero lhe dizer, e está na mão do relator, de que o aumento real seja vinculado ao crescimento da massa salarial, para os aposentados que ganham um pouquinho acima do salário mínimo. Eu digo um pouquinho porque a maioria fica de 5 salários mínimos para baixo.

Está com você a palavra, Nelson.

Um abraço ao Varlei, que é o presidente, também, que me ligou dizendo que você estaria aqui e, de fato, você chegou.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSÓRIO – Senador Paim, companheiros de Mesa, nossos companheiros, de longa tradição dos movimentos sociais. Tenho orgulho de ver aqui o nosso companheiro Calixto, um homem de uma história belíssima no movimento sindical brasileiro. Eu falo que tenho orgulho de ter a sua amizade e o seu companheirismo.

Eu devo dizer, Senador Paim, que nesses momentos me sinto orgulhoso de ser brasileiro, de pertencer a este País, ter nascido, sido criado e estudado nesse imenso País chamado Brasil e que agora, com esse crescimento estupendo até em nível de conceito no meio das nações mundiais, está se redescobrimo.

Eu vejo aqui a consciência dos movimentos sociais das minorias, trazendo à luz os seus anseios e ao conhecimento da Nação os problemas de que estão tomando consciência.

Eu vejo isso aqui nesta Comissão de Direitos Humanos. E a grande importância da Comissão é essa, pois tem trazido audiências públicas que levam ao conhecimento da Nação os problemas enfrentados pelas minorias e até pelas majorias que não são reconhecidas dentro do nosso País.

Isso, Senador, é muito importante. Nós estamos tomando conhecimento. E isso está gerando para nós até o reconhecimento como Nação. Quer dizer, eu estou me sentindo orgulhoso de ser brasileiro, vendo que o meu País começa a reconhecer as mazelas que existem dentro dele e as injustiças praticadas ao longo de sua história.

Numa reunião recente, ali estava presente a nossa Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. E ela dizia que durante o ano passado foram recebidas 44 mil denúncias de maus tratos ao idoso. Eu tenho orgulho de ser partícipe da questão do idoso. A nossa entidade é uma grande defensora dos idosos.

Ela dizia que recebeu 44 mil denúncias. E eu, no uso da minha palavra, falei que queria também fazer uma denúncia à Ministra de oito milhões de aposentados e idosos que hoje estão sendo discriminados pelo Governo Federal na concessão dos aumentos das aposentadorias e pensões. São oito milhões de aposentados e pensionistas que na hora de serem contemplados com o mesmo aumento dado ao salário-mínimo, são discriminados. Estão sofrendo discriminação, tortura praticada pelo Governo Federal, que não contempla com o mesmo índice de aumento do salário-mínimo esses oito milhões de aposentados e pensionistas. E eu fiz essa denúncia. E, Senador, continuo aqui com essa denúncia de que somos oito milhões de aposentados que não recebemos o mesmo tratamento dado quando da valorização do salário-mínimo.

Nós, ao longo da nossa vida laboral, contribuímos para que quando estivéssemos na hora do deleite das nossas contribuições, recebêssemos o mesmo tratamento. Mas não recebemos, Senador. Então, fica aqui a nossa denúncia de que somos vítimas de discriminação, Senador. E o senhor, que é o nosso grande porta-voz e vem sendo ao longo dos anos o grande defensor das minorias sociais no Brasil, das entidades

que trabalham no sentido de trazer justiça a este País, receba de nós o nosso parabéns pelo seu trabalho.

Nós dizemos, Senador, que estamos na Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas levantando não só a bandeira dos aposentados, mas também a bandeira de luta dos idosos deste País.

Senador, muito obrigado pelo convite e o nosso reconhecimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Nelson de Miranda Osório, que falou aqui pela Cobap, representando o Presidente Darlei, como sempre com uma bela oratória e falando dessa situação que todos nós conhecemos, que é real e fato. Eu sempre digo que nós temos uma dívida histórica com os negros, com os índios, com os ciganos e com os aposentados. A situação dos aposentados, de fato, é grave. Calcule uma pessoa pagar ao longo da sua vida sobre três salários mínimos, quatro salários mínimos durante 35 anos e, de repente, o seu valor virou um salário mínimo. Como vai pagar o plano de saúde?

Eu levei um dado à Comissão do Orçamento nesta semana, que é o seguinte, só para dar um exemplo do quanto é grave. Digamos que o cara ganhasse quatro, cinco salários mínimos e, de repente, passou a ganhar um, e o plano de saúde que ele tinha – digamos que ele pagasse um salário mínimo de plano de saúde – e o crescimento de custo foi de 165%, e a inflação deu para ele em torno de 114%. Ou seja, ele teve um prejuízo de 50% só em relação ao que ele pagava pelo plano de saúde. Cinquenta por cento! Não tem quem aguentar.

Então, eles fazem uma projeção, se continuar a mesma lógica – a entidade correspondente fez um cálculo –, daqui a 30 anos esse aposentado, que lá atrás pagava um décimo do seu salário para o plano de saúde vai pagar a metade do que ele recebe para o plano de saúde, se conseguir pagar, porque quem ganha um salário mínimo não consegue pagar nada. Vai só sobreviver.

Vamos em frente. Essa luta continua. Vou continuar peleando, inclusive no Orçamento da União para ver se conseguimos incluir esta proposta que a Cobap levantou, fruto de um debate em grupo de trabalho dentro do Ministério: que a massa salarial do aposentado seja pelo menos o correspondente ao crescimento medido pelo FGTS da massa salarial em todo o País. Esse é o resumo da emenda que nós lá apresentamos a pedido da Cobap.

Vamos, de imediato, para o nosso último convidado – e fiz questão que fechasse o dia de hoje –, o Dr. Eloi Ferreira de Araújo, ex-Ministro da Seppir e, hoje, Presidente da Fundação Cultural Palmares, homem

que nos ajudou muito na elaboração, na discussão e na aprovação do Instituto da Desigualdade Racial, alguém que está nos ajudando muito no enfrentamento, no bom debate, eu diria, das políticas afirmativas com as cotas e que está fazendo um brilhante trabalho na Presidência da Fundação Palmares.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Muito obrigado, Senador, pelas palavras e pela oportunidade de comparecer a essa sessão que o senhor organiza e que tem esse propósito de analisar, de discutir um pouco do que foi a ação, os trabalhos desta Comissão ao longo deste primeiro semestre.

Então, cumprimentando V. Exa., quero cumprimento todos os demais companheiros desta Mesa e a todos senhoras e senhores que acompanham no plenário desta Comissão esta sessão e todos os ouvintes e telespectadores que acompanham esta sessão em todos os recantos, em todos os lugares do nosso País.

Senador, a Fundação Cultural Palmares, como todos bem sabem neste ano irá completar 24 anos, no dia 22 de agosto. Foi uma iniciativa singular, porque foi o primeiro momento em que o Estado brasileiro trouxe o debate da questão racial, o debate com a responsabilidade que o Estado brasileiro tem. Ele tem que tratar da questão da população negra de forma diferenciada.

E ela nasce no ano de 1988, ano do centenário do fim da escravidão. Mas ela não nasce do acaso; ela nasce como resultado de um tanto de ações internacionais e ações internas. Ações internacionais, das quais destaco a Conferência de Durban, que teve um papel preponderante e importantíssimo na constituição da Fundação Cultural Palmares, e ações internas especiais do Movimento Negro Brasileiro.

Podemos destacar, dentre algumas entidades, mas a entidade que neste mês está comemorando 35 anos, que é o Movimento Negro Unificado, uma organização que tem uma importância muito especial para os negros e para as negras, porque... Na verdade, minto; ela tem importância para toda Nação, porque a contribuição de trazer o debate e de influenciar tantas organizações do movimento negro a debaterem de forma a colocar para a sociedade o grande desafio que a Nação precisa percorrer, precisa resolver e que o Estado brasileiro tem a responsabilidade de resolver que diz respeito à questão da igualdade de oportunidades entre negros e não negros.

E o senhor, Senador Paim, que é um amigo querido do coração e para sempre, não é o único Senador negro num universo de 81 Senadores da República. O senhor não é apenas um representante da causa negra, como a gente vê. O senhor é um representante de todos os interesses dos trabalhadores e das minorias de direitos, como disse a Sra. Marlete Queiroz, que fez um

relato muito bonito e que nos remete à responsabilidade que o Estado brasileiro tem para com as populações ciganas, para com todos os segmentos minoritários de direitos, os ciganos, os indígenas e, seguramente, com certeza, a população negra. Mas não apenas são os aposentados, são os rodoviários, é um mandato que nos orgulha. Nós nos orgulhamos muito, o Brasil se orgulha de ter um representante da sua qualidade, porque sabemos que o Senado representa uma Casa de revisão, uma Casa com perfil conservador e uma Casa que exige um parlamentar da sua qualidade para poder conseguir dialogar com todos os seus pares de maneira ampla. E foi esse diálogo que permitiu que o senhor conseguisse aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, porque, com uma matéria dessa dimensão – notem as senhoras e os senhores –, o Brasil teve um marco extraordinário, um marco político fantástico que foi colocar fim à escravidão naquele ano de 1888. Do ano de 1888 até o ano de 2010, não houve uma legislação sequer, não houve meia legislação que tratasse da construção de um ambiente de igualdade de oportunidades entre os negros e os imigrantes europeus, todos constituintes da nossa brasilidade, os indígenas, os negros, os imigrantes europeus.

Mas, em relação à população negra, especialmente, é preciso destacar que de 1888, quando a escravidão é encerrada, o 14 de Maio é uma data que sempre nos preocupa. Eu sou daqueles, o Senador também é, nós festejamos efusivamente o 13 de Maio, que foi o resultado de uma luta de toda a Nação brasileira. Foram todos às ruas. Todos, abolicionistas negros, não negros, indígenas, todos que queriam por fim à escravidão. Mas o dia 14 de maio nos preocupou, de fato nos preocupou, porque não houve nenhuma movimentação e coube ao Senador Paim construir um ambiente de diálogo no Senado e na Câmara dos Deputados, no Congresso brasileiro, para que fosse aprovada essa lei de sua iniciativa, que é o Estatuto da Igualdade Racial, que é a primeira lei desde 1888. Eu digo que é a primeira lei que trata da construção de ambiente de igualdade de oportunidade porque – notem as senhoras e os senhores – não é uma lei que trata de matéria penal. Tem um dispositivo que faz a abordagem penal, mas ela trata da construção de um ambiente de igualdade para que todos e todas possam acessar os bens econômicos e os bens culturais de forma igual, porque foi a população negra que, na condição de escrava, aqui, no nosso País, alavancou o nosso País para ser a sexta economia do mundo moderno. Foi a mão-de-obra escrava que fez essa pujança do nosso País contemporâneo, não foi outra coisa, porque foi aquele trabalho de sol a sol, com sacrifício das vidas e sem o acesso aos bens.

O nosso companheiro do movimento negro, o Wilson, situou no campo da educação o desafio que nós temos. Esse desafio é um desafio que precisa ser vencido não apenas pelos negros e negras, como o Senador Paim acentua, mas tem que ser vencido pela Nação. Acessar o bem econômico que é a educação não é mais só um direito, ela é um bem econômico, porque através da educação nós vamos conseguir avançar para acessar os bens econômicos e bens culturais. E a população negra teve essa dificuldade de acessar a educação, acessar a terra, mesmo quando da Lei de Terras de 1850, porque ela de fato é um marco de proibição para que o negro tivesse acesso à terra. Mas passa o século XIX, o século XX, e a gente vem para o Estatuto da Igualdade Social que dá o avanço, o avanço para a gente poder acessar todos os bens.

E a política de cotas é um marco, um marco porque ela tem o simbolismo de trazer um grande debate. A população negra ficou afastada, impedida de acessar a universidade brasileira. Nós já dissemos isso outras vezes, mas nunca é demais repetir, é que na década de 60 houve uma lei de cotas no Brasil e que durou até a década de 80, meados da década de 80, que estabeleceu uma política de cotas no Brasil, cotas que ficaram conhecidas como a Lei do Boi, Lei do Boi que estabelecia que 50% das vagas dos cursos de Ciências Agrárias, nas universidades públicas brasileiras, eram destinadas aos proprietários de terras ou àqueles que tivessem estudado nas escolas técnicas agrícolas.

É bem verdade que os registros que temos, Senador, é que 100% daqueles jovens que ingressaram na universidade não tinham terras ou tinham estudado em escolas técnicas, mas não tinham a melanina que nós temos.

Então, ficaram impedidos... Essa era uma forma de impedir que os negros e negras tivessem acesso à escola superior. E a política de cotas, quando ela veio a ser implantada, vamos festejar uma década, os resultados frustraram aqueles que diziam que nós iríamos fazer um banho de sangue nas universidades, que os estudantes ofenderiam o mérito, que não haveria acolhida da sociedade, que os estudantes negros e negras não teriam aproveitamento escolar, não conseguiriam aprender.

Ora, tudo caiu por terra. Os resultados que nós temos hoje apontam que as notas, o desempenho dos estudantes cotistas têm sido, na pior das hipóteses, pior que digo é no bom sentido, mas igual, porque, via de regra, têm sido melhor que o dos estudantes não cotistas.

Em todos os índices apurados, os da permanência, do relacionamento na universidade, da frequência, os estudantes cotistas, os estudantes negros e negras

têm tido resultados extraordinários. E o resultado, talvez aquele que nos deixa assim mais orgulhosos da nossa brasilidade, é a acolhida por todo o Brasil. A Nação abraçou a política de inclusão dos estudantes negros e negras. Não existem registros de que houve algum mal-estar, Senador. Os registros são, ao contrário, como na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e tenho um orgulho muito grande de ser do meu Estado e minha filha estuda lá, isso também me deixa muito feliz, faz o curso de Direito, no curso de Direito... Algumas escolas que não adotaram a política de cotas tentando diminuir falam assim: “Não, aqueles ali são do Congo”. E aí eles se declararam, como disse o Ministro Fux, no período passado, naquela sessão histórica do Supremo Tribunal Federal, quando acolheu a política de cotas... O Ministro Fux falou: “Eu sou do Congo [porque ele é da Uerj], e com orgulho.” Ao dizerem “do Congo” era uma tentativa de diminuir, de diminuir não com uma referência elogiosa ao continente africano que é também parte formadora imprescindível de toda a nossa brasilidade. Mas era com o intuito de desqualificar. E aqueles estudantes da Uerj... A Uerj é outra escola. É uma escola em que se entra nela e se sabe que não se entrou numa escola europeia. Sabe-se que entrou numa escola...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De brasileiros.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – ...de brasileiros. Têm negros, negras, indígenas, ciganos, brancos.

Então, é uma escola bonita, é uma universidade maravilhosa e que forma... É uma das melhores universidades do País. Aquela política de cotas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como da primeira universidade federal, a Universidade de Brasília, tem produzido resultados extraordinários, fantásticos.

E o STF, nesse ano, com aquela sessão maravilhosa, sessão histórica, uma sessão histórica de um homem de uma sensibilidade extraordinária, de um Ministro que fez aquele voto, proferiu o voto que todos acompanharam. O Ministro Ricardo Lewandowski fez um voto que está inscrito na história em letras de aço. Aquilo nunca mais vai sair. Os registros de S. Exa. para poder justificar por que a política de cotas era constitucional – e é constitucional; por que a política de cotas vai ao encontro de reparar a perversidade da escravidão; por que a política de cotas não deixa o Brasil com vergonha de olhar no espelho da história, como disse o Ministro Ayres Britto. Porque ela redime, ela é justa. (*Palmas.*)

E isso tudo teve com certeza, Senador Paim, a sua contribuição. Seu nome também está inscrito em aço na história do nosso País e nos corações e mentes

não apenas dos negros, mas de todos os brasileiros, porque é uma contribuição singular aquela que o seu mandado oferece à Nação no sentido de se encontrar a serenidade.

O senhor disse no início da sua fala alguma coisa a que eu tenho me reportado sempre. É que um País como o nosso para encontrar o caminho da paz tem que encontrar o caminho da superação das desigualdades, das graves desigualdades, dessas graves assimetrias que são históricas no nosso País e que colocam os negros e negras na base da pirâmide social.

O ingresso na universidade, o acesso à educação pública é um caminho, é um passo importante. Talvez, como o senhor diz, seja um passo revolucionário para a superação das desigualdades e com certeza celebrar a paz, celebrar a justiça social brevemente em nosso País. Essa política vai produzir os seus resultados intensamente.

Esse não é um caminho para se percorrer com negros e negras. Quem aprovou o Estatuto da Igualdade Racial foi o Senado da República com apenas esse homem negro. Mas aprovou por unanimidade, e é uma lei de toda a Nação. Então, o caminho da igualdade, o caminho da justiça social é um caminho que a Nação tem que percorrer junto, dar passos largos, porque, passados 124 anos do fim da escravidão ainda precisamos fazer uma longa caminhada. E essa longa caminhada, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para ajudar o teu raciocínio que está brilhante. Eu estou até meio emocionado. Você não pode fazer isso. Nego veio emocionado...Bah! um nego veio desses aí de novo emocionado...! É uma bela fala, sem sombra de dúvida.

Mas só para dizer, só uma referência, quando nós aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial você precisava ver os editoriais que eu vi: "Criaram uma lei que agora vai dividir todo mundo. E é negro para um lado e branco para outro." Fizeram um grito. Está aí o Estatuto há quantos anos?

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Há dois anos e

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há dois anos, tranquilo, tranquilo...

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – E sendo acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acolhido, a sociedade assimilando, sem problema nenhum. Mas deu a impressão de que aquele Estatuto ia ser o divisor do País. E está o Estatuto aprovado.

Com a política de cotas é a mesma coisa. Inclusive pelo teu pronunciamento... A sociedade assimilou, o Supremo assimilou, a Câmara dos Deputados,

onde são 513, aprovou-a por unanimidade. Por isso é que eu estou...

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...muito animado, muito animado. E a tua fala que está perfeita, no meu entendimento, vai ajudar, porque os Senadores acabam assistindo ao que acontece nas Comissões e com certeza essa tua fala vai contribuir muito para a aprovação da política de cotas na primeira semana de agosto.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Com relação a essa política de cotas, Senador, eu gostaria de me reportar – o senhor falou de emoção -, mas assisti, na semana que passou, pela terceira vez, a um filme que me emocionou muito, chorei muito. Estava ainda com a lembrança do livro de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, que é um livro extraordinário e quem ainda não o leu, precisa ter acesso a esse livro, que é um livro de história, documento, um livro maravilhoso de uma autora brasileira, carioca, radicada na Bahia, e que depois produziu... É *Um defeito de cor*, da Editora Record, É um livro maravilhoso, maravilhoso. E eu ainda com a reflexão do livro, com a memória do livro, assisti pela terceira vez, já tinha chorado com o livro, chorei pela terceira vez vendo *Amistad*, que é um filme muito bonito e vi três vezes, pensei que na terceira vez... Mas não, eu chorei de novo, porque é um filme muito bonito do cineasta americano. *Amistad* é um filme bonito.

Reporto-me a este filme porque foi uma decisão da mais alta corte americana, do supremo tribunal, no sentido de que se iria ou não dizer "não" àqueles negros que tinham sido escravizados, e buscava-se fraudar a legislação naquela ocasião. Como o STF de lá acolheu a causa dos negros, que estavam entrando escravizados, o nosso Supremo Tribunal Federal acolheu a política de cotas, e eu tenho certeza que esta Casa, como aprovou o estatuto da igualdade racial haverá nos dias 6, 7 e 8 de agosto de aprovar esta política de cota do projeto da Deputada Nice Lobão e, seguramente, nós estaremos dando um passo mais largo, mais importante na conquista de direitos e na construção da igualdade se superação de graves assimetrias que o nosso País experimenta.

Mas eu gostaria também, Senador, se o senhor me permitir, de dizer rapidamente, que este episódio relatado pelo Wilson acerca dos estudantes da Guiné, que aqui estão, tem um recorte de um racismo profundo. Parece-me que tem conduta tipificada no Código Penal aqui. Aqui há crime. É preciso que essas denúncias – penso – sejam encaminhadas ao Ministério Público, para que o Ministério Público instaure o competente inquérito para poder apurar as responsabilidades.

Porque, aqui, da forma como está sendo demonstrado, pode-se configurar até mesmo tráfico de pessoas, para poder se auferir vantagens de jovens negros africanos. Se este cenário de configurar é preciso que o Ministério Público seja oferecido isso aqui e ofereça... Porque o Ministério Público tem a competência para poder tratar e, seguramente, nós temos a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, temos esta Comissão de Direitos Humanos que, com certeza, está à frente disto.

É preciso observar o Rio dos Macacos. O Rio dos Macacos, seguramente aquela situação que ali ocorre não é uma situação que interessa aos brasileiros e brasileiras, tampouco interessa aos Quilombolas e tampouco interessa à Marinha do Brasil. Aquela situação não interessa a ninguém.

O Governo brasileiro, nós estamos empenhados, sob a orientação do Ministro Luís Inácio Adams, que está conduzindo esse processo de construção do diálogo com todos os demais Ministérios acerca daquela situação, porque há um interesse conflitante. Ali há o interesse da Marinha, que precisa ter aquele espaço, que fica na divisão das Regiões Sul, Norte e o Nordeste, no meio do Brasil. É uma área de segurança, é uma área estratégica para a Marinha e para o Estado brasileiro. Interessa-nos, à Marinha, às nossas Forças Armadas, ter suficiente espaço e adestramento para proteção da nossa longa costa. Claro que nos interessa. E nos interessa, sobretudo, buscar as condições de políticas públicas que reparem e dêem dignidade aos nossos irmãos Quilombolas, herdeiros da mais pura e legítima herança do havido no nosso País ao longo de quase 400 anos de escravidão. Então, as 34 famílias de quilombolas que ali residem, seguramente há mais de um século, ou mais que isto, precisam de um tratamento diferenciado. E o Estado brasileiro tem este compromisso; é o compromisso da Presidenta Dilma, é o compromisso de todos os órgãos do Governo.

Resolver um conflito, ali, será necessário construir um cenário de ganha, ganha, em que ganham os quilombolas e a Marinha. Não há que se construir nenhum cenário de ou ganham os quilombolas, ou ganha a Marinha, ou perde-se tudo. Acreditamos que é preciso se intensificar, e o Ministro Luís Inácio Adams está nesta linha de buscar a construção do ambiente, do diálogo, de trazer os quilombolas ao diálogo, de trazer a Marinha ao diálogo e encontrar o caminho porque não é possível que no século XXI nós ainda tenhamos dificuldades de encontrar caminhos negociados. E os caminhos negociados são possíveis, nós temos a certeza disso. Não temos dúvidas na Fundação Cultural Palmares...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – ... de que é possível produzir benefícios mútuos, até porque o Estado não pode dar as costas, viu o Estatuto da Igualdade Racial, via todos os documentos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, não pode se negar a acolher as demandas das comunidades quilombolas. Eu acredito que estamos próximos de encontrar uma solução que contemple aquelas comunidades quilombolas de uma forma única e que assegure a sua preservação cultural, a sua produção de seus fazeres e dos seus direitos e, ao mesmo tempo, que a Marinha possa também ter a sua perspectiva de estar num ambiente que possa assegurar a proteção do nosso pré-sal e de todo nosso litoral contra qualquer ofensa que possa um dia acontecer, esperamos que não aconteça nunca, nosso País tem o signo da paz e isso que nos orienta.

Também gostaria de comentar que vi o vídeo que a Sr^a Marlete Queiroz colocou do que houve lá. Aquilo foi muito desagradável, aquilo não poderia acontecer no nosso País, foi uma barbaridade. As pessoas foram instadas ali de uma forma criminosa. Eu espero que o Estado brasileiro repare as comunidades ciganas daquilo havido, porque, como eu disse, se nós somos do signo da paz, aquilo que – o Brasil é do signo da paz – houve lá não pode ser acolhido pela sociedade e, seguramente, não é acolhido. Nós todos repelimos aquilo.

E, por fim, Senador, nesse mesmo diapasão que nós trabalhamos, o Estatuto da Igualdade Racial ficou – ao meu juízo, que eu digo e insisto sempre – um documento de musculatura, um documento muito forte e, a cada minuto em que ele vai sendo apropriado pela sociedade, a sociedade vai cobrando do Estado e o Estado vai tendo que se movimentar para poder cumprir com seu papel de reparar, de construir as ações de igualdades de oportunidades. Mas faltou no Estatuto um dispositivo, que é aquele das cotas nas chapas eletivas das eleições. Foi o único dispositivo que faltou explicitamente ou implicitamente. E essa campanha que o companheiro nos apresentou aqui é uma maravilhosa campanha, tomara que ganhe todos os lares, todas as casas, porque ela chama a que nós tenhamos mais homens e mulheres da qualidade do Senador Paim e mais gente comprometida com as boas causas, comprometida com o bom combate para construção de um país mais justo e mais fraterno.

Então, Senador Paim, neste ano vamos iniciar... Tivemos em 2011 o ano dos povos afrodescendentes conforme a resolução da ONU e não conseguimos avançar muita coisa, porque foi um ano difícil. E a ONU, insatisfeita porque em 2011 não deu para poder fazer uma grande ação, decidiu por uma década, uma década para os povos afrodescendentes, que terá início

em dezembro deste ano. A Fundação Cultural Palmares está debruçada na construção de um plano decenal da cultura afro-brasileira, destacando os temas da cultura afro-brasileira.

Vamos destacar entre algumas iniciativas, algumas ações, como 2013, que será o ano da capoeira, 2014, ano da gastronomia afro-brasileira e assim por diante, algumas ações e trabalhar nas diversas manifestações da cultura afro-brasileira, nós vamos trabalhar com esse recorte para o plano decenal, que a gente... E nós vamos, Senador, assim como todos acabaram por instá-lo aqui, que a Comissão...

Nós vamos também instá-lo para que, conosco, nesse plano decenal, nesse plano da cultura afro-brasileira, que o senhor seja como sempre é, com um mandato atuante, mas também tem um protagonismo intenso nas ações de proteção da cultura afro-brasileira e da cultura brasileira, da cultura negra. Porque nós temos a certeza de que todo esse cenário que nós pudemos presenciar hoje aqui da avaliação da Comissão é um cenário que acelera, como insisto, os passos nessa longa caminhada para a superação das desigualdades e para a construção de um país mais justo. O senhor trabalha como ninguém e nos orgulha, como todos já disseram aqui.

Muito obrigado a todos e a todas. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o nosso ex-Ministro da Sesp e Presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araujo, que orgulha a todos nós. Eu me lembro de uma oportunidade em que havia falecido a sua mãe – e nós sabemos o carinho que ele tinha – e, assim mesmo, ele participou de um evento, no dia subsequente, para o qual eu o convidei. Ele disse: “olha, Senador, saí praticamente do velório da minha mãe – acompanhou, claro, o enterro –, mas achei que era importante estar com você neste dia. E veio e fez a defesa dos seus pontos de vista em relação ao combate a todo tipo de preconceito.

Mas me deixe dizer uma coisinha para vocês aqui que surgiu, Eloi, durante a sua fala. Quando a gente pergunta se alguém é preconceituoso, é racista, a pessoa diz que não, mas, às vezes, está meio no subconsciente da pessoa por uma coisa que veio quase, não vou dizer milenar, centenária. Eu queria perguntar para aquelas pessoas que ainda são contra que cigano, índio, negro e pobre tenham acesso à universidade. Pergunte para você mesmo que está assistindo, agora, à TV Senado e reflita comigo: você é a favor ou contra que negro, índio, cigano e pobre tenham acesso à universidade? Porque é esse o projeto que está em debate aqui, no Senado. Se você é

contra, você é racista. Você vai ter que assumir, tem que dizer: não, eu sou racista, porque não pode. Como alguém pode ser contra que aqueles que não tiveram oportunidade ao longo da sua vida tenham acesso a uma universidade? E o nome já diz: universidade pública. Eles têm direito à escola pública. Eles têm que ter cursado o ensino básico na escola pública. Se eles podem estar na escola pública antes de chegar à universidade, por que não podem também estar em uma universidade pública?

Esses dias, vieram aqui os dirigentes de entidades de caráter nacional, que me disseram: “Paim, lá na nossa universidade, a maioria veio de escolas privadas.” A maioria. Não chega a 10% os que vieram de escola pública. Isso é justo? Não é justo. Eu estou convencido. Por isso, eu disse, Eloi, que este projeto não é de minha autoria. O projeto foi construído, iniciou aqui, no Senado. Eu sou obrigado a dizer a origem – e não é pejorativo; pelo contrário, é muito positivo. Foi a Ministra Ideli Salvatti, ex-Senadora, que, na Comissão de Educação do Senado, aprovou. O Senador Cristovam era o Presidente, e eu fui o Relator. E aprovamos aqui que eram dos alunos de escolas públicas 50% das vagas na universidade federal pública; e demos aí só 25% para o corte étnico racial. O projeto foi para a Câmara dos Deputados, onde foi fundido com o projeto da Nice Lobão, que já estava lá. O número do projeto da Ideli não está, mas é o mesmo projeto. Já passou por aqui, só que a Câmara chegou ao entendimento e deu o corte também social – que bom! – para que ninguém dissesse que não tinha o corte social. Então, ficou o corte social e racial: 25% para os pobres oriundos de escolas públicas e outros 25% para a questão dos índios, negros e pardos. Então, deixando bem claro essa questão, pessoal... E é claro que aí entram também os ciganos, naturalmente, porque estamos falando da cor da pele neste caso, não é pela procedência histórica. Estamos falando da cor da pele. Eu acho que quem está assistindo, neste momento, por amor de Deus, ninguém está intervindo...

Eu vou lembrar dois fatos aqui ainda. O Presidente Sarney, há mais ou menos 15 anos – eu tenho o projeto –, aprovou, por unanimidade, aqui, no Senado e foi para a Câmara. Eu era Deputado. Um projeto que garantia cotas de 50% também no serviço público, nas universidades privadas e públicas. O Senado já aprovou isso. Eu tenho o projeto comigo. Eu vou mostrar na tribuna no dia do debate.

Então, já existe um precedente histórico aqui, e esse é bem menor, é bem menos amplo do que o próprio projeto aprovado na época pelo ex-Presidente da República e, no caso, pelo Presidente do Senado hoje, o Presidente Sarney.

Os fatos estão aí. Os dados estão aí. E, sobre esse outro projeto, alguém me disse que não havia passado na Educação. Eu fui Relator aqui na Comissão de Educação. O projeto é o mesmo. Só que os Deputados foram mais flexíveis. Amenizaram o projeto. Acho que ele ficou bom. Cinquenta por cento para escolas públicas. O ProUni adota praticamente isso, e ele está dando certo em todo o País. Então, não há motivo nenhum. Cerca de um milhão de jovens entrou na universidade com o ProUni e com a iniciativa das universidades que já fizeram isso, o que ultrapassa mais de cem.

Portanto, o momento é propício, é esse. Acho que é um grande momento. É uma questão quase que revolucionária, eu diria, esse entendimento.

Eu vou encerrar nossa reunião, claro, agradecendo a todos. Mas me mandaram aqui uma contribuição – está chegando aqui – que tem tudo a ver, no fim, com a natureza, com a defesa do meio ambiente, da igualdade, da liberdade. É de uma senhora que remeteu para nós o seguinte documento. Diz ela – e não tem nada a ver quase com o que falei aqui, mas acho que é importante –:

“Nasci em Seberi, Rio Grande do Sul. E, por necessidade, quando eu tinha treze anos de idade, mudamos para Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná, em busca de sobrevivência. De lá, transferi-me para Foz do Iguaçu, onde trabalhei na Itaipu, binacional, por dezessete anos. Em 2000, atendendo a um convite para coordenar os trabalhos da criação do Comitê do Rio Canoas, um dos formadores do Rio Uruguai, me transferi para Curitiba. Em janeiro de 2002 me estabeleci em Florianópolis para dar andamento à elaboração da proposta de criação dos corredores turísticos náuticos, juntamente com o Oscar [de que ela fala]. Nessa ocasião [só essa parte que vou falar], quero agradecer muito, muito ao meu amado Rio Grande do Sul, pela iniciativa, através de pessoas conscientes, de fazer [não sei se vocês viram na televisão] a chamada ‘chuva de pinhões’ para reflorestar o País. Que, ao nascerem essas sementes, possam também atrair novamente a gralha-azul, que, segundo a história, é responsável pelo reflorestamento das araucárias.

Obrigada, Rio Grande do Sul, por promover a ‘chuva de pinhões’ para reflorestar o nosso Estado.”

Está aqui a foto da chuva de pinhões, jogada de um avião, que vai apontar nesse sentido.

Por que eu achei interessante? Um fato como esse, para mim, é bonito. É lindo. Significa o quê? Você buscar o encontro do homem com a natureza. Esse reflorestamento, além de melhorar todo o ecossistema, o pinhão é um alimento de um potencial enorme. For-

tales as florestas, voltarão as araucárias, os pássaros terão também o pinhão como alimento.

E por que eu relaciono isso com direitos humanos? Porque direitos humanos têm tudo a ver com a questão do meio ambiente, do ecossistema. Tem tudo a ver com a vida.

Por isso, com essa pequena frase, “muito obrigada pela chuva de pinhões para preservar a araucária”, eu vou terminar esta nossa audiência.

Porém, antes, vou fazer a leitura dos seguintes requerimentos, que foram frutos, muitos deles, inclusive, desta audiência pública:

“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, em comemoração ao sexto ano da vigência da Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha”.

Sabe-se que, infelizmente, a violência contra as mulheres em nosso País tem aumentado. Então, nós vamos fazer um grande evento, no dia 7 de agosto, para lembrar a importância da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340.

Requeiro também, com o mesmo fundamento, audiência pública para debater a aplicação de concepções organicistas sobre distúrbios e transtornos no campo da educação no tratamento de dificuldades de crianças na escolarização, bem como consequente utilização de larga escala, no Brasil, do medicamento Metilfenidato tarja preta. Quem propôs foi o Senador Paulo Davim, debate que é fundamental, também, para as nossas crianças.

Requeiro, também, de acordo com o Regimento Interno, audiência pública para debater a precarização dos direitos dos trabalhadores, que foi tanto falado aqui, terceirização e o Simples trabalhista. Os convidados serão indicados.

Requeiro, ainda, audiência pública para debater os direitos humanos e a saúde no Brasil.

Os participantes serão convidados posteriormente.

Esses são alguns dos requerimentos que eu entendo que tenham o aval total desta Comissão. Simbolicamente nós os aprovamos aqui, como extrapauta. Sei que todos concordam com o mérito, mas votaremos, em outra sessão oficial, no dia 6, os mesmos requerimentos.

Enfim, meus amigos, cumprido todo o nosso ritual desta Comissão, agora no final muito mais formal, eu queria dizer para vocês que fiquei muito feliz. Foi uma sessão, para mim, que mexeu com as nossas emoções. Nós fizemos aqui uma viagem no tempo, no longo das nossas vidas, lembrando dos negros, dos índios, dos ciganos, de todos os trabalhadores, do campo e da cidade, da importância dos estatutos que aprovamos

juntos, todos eles, e, também, a importância que vai ser a aprovação, tenho certeza absoluta, nos dia 7, 8 e 9, daquele projeto que vai garantir que brancos pobres, negros pobres – porque tem o corte social ali –, índios pobres e ciganos pobres passarão a ter acesso à universidade. E poderemos aqui dizer, enfim, que filho de pobre também pode ser doutor.

Uma salva de palmas a todos vocês. *(Palmas.)*

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9h3min, a reunião é encerrada às 13h54min.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 6 DE AGOSTO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia seis de agosto de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador Paulo Paim. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 82, de 2012–CDH, aprovado em 28/06/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “instruir o Projeto de Lei nº 8046 de 2010 (PLS 166/2010), novo Código de Processo Civil e sua relação com os Direitos Humanos”. Convidados: Ana Maria Amarante Brito, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Sérgio Cruz Arenhart, Professor Adjunto da UFPR e Procurador Regional da República - 4ª Região – RS; Luiz Guilherme Marinoni, Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP), relator do PL 8046/2010; Daniel Francisco Mitidiero, Professor Adjunto de Direito Processual Civil da UFRGS; Antonio Sérgio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos; Paulo Henrique dos Santos Lucon, Advogado, Professor e Membro da Comissão de juristas do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, em substituição a Professora Ada Pellegrini Grinover, Doutrinadora. 2ª Parte. Pauta. Deliberativa. Item 1. Requerimento da

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 90, de 2012, que requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em comemoração ao sexto ano de vigência da Lei nº 11.340 – a Lei Maria da Penha, a realizar-se no dia 7 de agosto de 2012. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: aprovado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 91, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater os dez anos do Estatuto das Cidades, junto com Conselho das Cidades. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Usa a palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 82, de 2012–CDH, aprovado em 28/06/2012, de autoria deste Senador e de outros, para discutir e instruir o Projeto de Lei nº 8.046, de 2010 (PLS nº 166, de 2010), o novo Código de Processo Civil e sua relação com os direitos humanos.

Foram convidados para esta audiência pública, em que estamos ao vivo pela Rádio Senado, TV Senado, Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, Ana Maria Amarante Brito, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Se não me engano, a Desembargadora Ana Maria vai ter problema de voo. Então, convido-a, de imediato, para tomar assento à mesa, com os nossos cumprimentos já por ter vindo contribuir para este debate. *(Palmas.)*

Vou seguir aqui a linha e vamos fazer duas mesas. Convido também já para a mesa o Dr. Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da 4ª Região, Rio Grande do Sul, e o Dr. Luiz Guilherme Marinoni, Professor Titular de

Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. (*Palmas.*)

Tive a satisfação de estar num evento em que ele foi o palestrante principal. Depois que ele explicou tudo, eu só fiz o discurso; ficou mais fácil, que era sobre a questão da técnica de todos os fatos.

Parabéns pela palestra lá. Eu falei mais politicamente, em nome do Senado.

Teremos na segunda mesa os nossos outros três convidados.

Vou fazer uma rápida introdução, Doutora, já que a senhora está com mais pressa, só para situar...

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Não estou com pressa, é questão de sessão mesmo que tenho hoje da Câmara do meu Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, muito bem. A que horas é essa sessão da Câmara?

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Não, eu teria que estar lá à 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, está bom. Então, não vai haver problema nenhum.

Vou apenas fazer uma introdução a favor, para que os que estão assistindo à TV Senado entendam um pouco o objetivo desta audiência pública. Foi uma construção feita aqui pela assessoria da Comissão e de que vocês têm todo direito de discordar, porque vocês é que são os especialistas. Aqui é rápido. Enfim, hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater o novo Código de Processo Civil. A proposta do novo código consta do texto do Projeto de Lei nº 8.046, de 2010, que modifica o Código de Processo Civil atual, em vigor desde 1973, e determina normas para o trâmite dos processos judiciais.

Um dos objetivos do novo Código de Processo Civil é, segundo o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que os processos tenham uma duração razoável. A perspectiva é que haja uma redução de 50% na duração dos processos normais, usuais, e 70% na duração dos processos de massa, aqueles impetrados por uma que englobam a gama de multidão de pessoas. O novo texto que está na Câmara dos Deputados tem como tese principal a justiça tardia, a justiça que falha; foi elaborado por uma comissão de juristas de todo o Brasil e presidida pelo Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

Audiências públicas estão sendo realizadas nas cinco regiões do País. Juristas e especialistas do Direito estão estudando propostas para as novas normas que incidirão sobre os processos. Uma das novidades que constam do texto em análise pela Câmara é o chamado incidente de coletivização de demandas que determina que os casos de ações que tratem de *cases*

semelhantes como as que versam contra a prestação de serviços de telefonia seria proferida somente uma decisão para ser aproveitada para todas as ações.

Bom, essa introdução já mostra o objetivo do debate, e aqui, claro, vamos focar na linha da repercussão nos direitos humanos. Não precisamos ler todo o texto. Melhor que o texto são os nossos convidados.

Então, de pronto, passo a palavra para a desembargadora Dr^a Ana Maria Amarante Brito, do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, para sua exposição sobre o tema O Novo Código de Processo Civil e Suas Relações Com os Direitos Humanos, com o tempo de 10 minutos, mais cinco e mais cinco, se necessário.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Muito obrigada. Quero cumprimentar os novos colegas participantes da Mesa, o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, os demais juristas aqui presentes. Quero dedicar especial atenção ao Dr. Luiz Guilherme Marinoni, que é, sem dúvida alguma, o doutrinador de maior repercussão na atualidade que considero, até sem detrimento dos demais, se formos na boa fonte doutrinária muitas das ideias que hoje vamos expressar.

Entendo, em primeiro lugar, que o novo Código de Processo Civil já superou aquela fase dos debates sobre a necessidade ou não do novo código. Pessoalmente, até me posicionei – quero ser bem honesta – de forma até contrária; entendia que aquele outro caminho com minirreformas, com um diálogo constante com a realidade, colhendo aquele *feedback*, talvez também fosse um caminho viável. Enfim, triunfou, é vontade do povo, os representantes do povo eleitos já apreciaram, o Senado já aprovou, foi para a Câmara, está voltando com muitas alterações. De modo que entendo que a necessidade já é ponto pacífico, assim decidi a maioria e vamos respeitar. Vamos agora debater alguns pontos porque o código traz louvavelmente uma principiologia constitucional que é realmente o papel do legislador infraconstitucional: concretizar aqueles princípios que estão na Constituição Federal. E temos dentre esses princípios então aquele norte maior de se realizar o devido processo legal. A partir daí vamos buscar celebrar a segurança jurídica, o princípio da igualdade do qual decorre ainda o direito à participação no processo, porque a República Federativa do Brasil é um Estado democrático de direito, então todos têm que participar, e vamos buscar sempre aquele direito a uma tutela jurisdicional adequada. O novo projeto concretiza até de forma admirável esses princípios e na busca ainda do ideal maior da duração razoável. Foi esse o mote maior que fez com que a balança pendesse favoravelmente para a reforma.

Mas, debate vai, debate vem, passa pelo Senado, vem substitutivo, vai para a Câmara, então vem outra

avalanche de mudanças. Vemos que aos poucos este ideal de duração razoável pode estar prejudicado, porque os outros segmentos – afinal somos uma sociedade pluralista – fizeram valer também os princípios que melhor atendam os seus interesses. Cada vez que se aprofunda, por exemplo, o princípio do contraditório, o direito a maior participação no processo, tal se opera em detrimento da duração razoável. Essa é a verdade.

Princípios constitucionais estão em alto grau de abstração. Isso é mais do que cediço. E não se deve desconhecer que a relação entre ambos é de tensão: um puxa para um lado, outro puxa para outro, e fica bem retesado mesmo o cordão. Se puxar muito, como num cabo de guerra, para se celebrar o contraditório, a ampla defesa, a maior participação, ou, só para dar uma rápida pincelada, o direito a sustentação oral, também, no agravo de instrumento, quando nós sabemos, aqui na prática diuturna da administração da Justiça, que sustentações orais são muito bem-vindas, ajudam a esclarecer. Mas acolhê-las também, no agravo de instrumento, será inviabilizar o funcionamento de tribunais. Vamos ter sessões todas as tardes. Enquanto estamos ali, não estamos analisando processo, estamos julgando. Ah! Sobrarão as manhãs. Quantas? E o volume, que aumenta cada dia mais?

Então, veja bem. Cada vez que se amplia a concretização de um princípio, tal vai prejudicar outro. O que temos que buscar? A lógica do equilíbrio, da ponderação de valores, para verificar que não podemos perder de vista o norte maior, que é o da duração razoável. E vamos debater, então, por exemplo, à luz dessa maior prestação que estão exigindo de nós, da Justiça, se há sempre necessidade do contraditório antecipado. Isso vai retardar bastante o andamento de um processo. E está celebrado no art. 10.

É claro que o contraditório jamais se eliminará, mas o contraditório pode ser antecipado, pode ser diferido, como, por exemplo, quando há o recurso que provoca aquele efeito regressivo que concede o juiz de retratação. Então, deixa de ser celebrado *a posteriori*, ou então, ainda, o contraditório eventual, que vai depender da iniciativa da parte de provocá-lo, como é o contraditório incidente lá no processo de execução. Então, vamos ponderar um pouco se não pode ser mitigada essa exigência do art. 10 de sempre o contraditório ser antecipado. Vejam uma petição inicial, por exemplo, que esteja padecendo de todos os vícios possíveis, sem nenhuma chance de emenda razoável a torná-la aproveitável.

Uma vez – eu comentava até com o Dr. Luiz Guilherme Marinoni –, deparei-me com uma petição inicial que realizava um fato raro: desatendimento das três condições da ação ao mesmo tempo. É a quina

da loto. É preciso muito esforço para, realmente, conseguir desatender todas elas. Em sete laudas, eu indeferi a inicial. Bom, há juiz de retratação, a apelação pode ensejar que o juiz se retrate. Então, é o típico contraditório diferido e entendo tão razoável quanto antecipado, em termos de celeridade. Seria essa a primeira ponderação.

Vamos sopesar esses valores em tensão de tal sorte que não avulte a observância de um, perdendo-se de vista a finalidade maior que é a da duração razoável do processo, sem prejuízo, claro, da ampla defesa, sem prejuízo do debate, sem prejuízo da participação. É que, se deixada a iniciativa para os advogados, é claro que eles vão sobrelevar aqueles valores que melhor atendam os seus interesses. E pouco se ouviu de magistrados no decorrer desses debates. O nosso problema aqui é administrar a Justiça, é atender esse reclamo do povo, é simplificar o processo. Em muitos momentos, verifica-se que se perdeu de vista esse norte maior.

Estava eu consultando oficiais de justiça, que vêm a ser nossos pulmões, nossos vasos comunicantes, indagando deles que dificuldade encontram, o que melhorou para eles. Bom, melhorou nada. E eles indagavam de mim: por que na citação por hora certa mantém-se a exigência de ida três vezes ao endereço, para só então construir aquela convicção de que a parte citanda está se escondendo para evitar o ato? Às vezes fica nítida, na primeira oportunidade, essa situação. Todavia, o Código exige pelo menos três idas ao mesmo lugar, até que se consolide.

Que ideal está se atendendo aí? O da segurança, não há dúvida. Melhor seria, então, sopesarmos esses valores para, então, caminharmos na direção do valor maior, que foi inclusive aquele fiel da balança para a edição do novo Código e a superação do atual. Então, seriam essas as primeiras considerações a fazer.

Há outros valores. Quando se sobrelevar um, devem ser observados os outros, a fim de que a velha proporcionalidade nos traga, então, uma resposta mais consensual, porque valores constitucionais que estamos concretizando não estão submetidos a lógica do tudo ou nada. Não é assim que se deve enfocá-los. Não é só contraditório, e para-se, então, a celeridade; ou só celeridade, e vamos, então, sacrificar o contraditório, vamos sacrificar a segurança. Não é isso. Não é essa lógica do tudo ou nada. Os valores em alto grau de abstração na Constituição são produto de debate de uma sociedade pluralista com muitos valores em posições antagônicas, que devem ser compostos porque são produto de um consenso, do consenso a que foi possível chegar. Então, o que eu tenho a dizer é que

o Judiciário, do qual se exige tanto para celebrar esse ideal da duração razoável, seja mais ouvido.

Outra questão interessante: busca-se a redução de 50%. Está-se criando uma falsa expectativa. Lamento dizer, uma falsa expectativa. E, ao final, vão chegar à conclusão de que será a inércia, a incúria dos magistrados que estaria, então, atrapalhando a aplicação do novo Código. Do jeito que está a proposta, não há nenhuma garantia dessa redução de 50%. Temos uma sociedade altamente litigante, cada vez mais conscientizada. Aqui se litiga demais da conta, e no Distrito Federal então é o mais litigante de todos. Não há essa garantia de redução de 50%, não com esse aprofundamento de contraditório, de participação no processo. Vamos continuar enfrentando os mesmo problemas de sempre.

Quanto ao problema da solução coletiva de litígios já temos alguns avanços para mostrar para os senhores. Espero há mais de três anos, por exemplo, a solução de alguns para os quais já veio o recado do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo para parar, porque estão resolvendo recurso repetitivo. Nossas Cortes não têm estrutura para essa solução tão rápida das causas repetitivas. Não têm, não estamos vendo isso. Do que se pôde ter de prática até agora, não é verdade que se possam reduzir para 70% as causas repetitivas com esse recursos. Os problemas dos entraves da Justiça são mais profundos. Lembrando uma abordagem multidisciplinar, são mais complexos. Não é com a penada da lei que vamos conseguir resolvê-los. Com a estrutura atual, com a falta de mais filtros para recurso especial na direção do STJ ou de recurso extraordinário para o Supremo, vamos ver essas Cortes atravancadas. E, pior, o Código elimina alguns filtros, como, por exemplo, o do pré-questionamento, e, quando a Constituição diz que caberão esses recursos extremos – recurso especial e recurso extraordinário – das causas decididas, por causa decidida se entende causa decidida, o que foi decidido, o que foi apreciado. Portanto o fato de o embargo de declaração, ainda que não provido, já atender ao ideal do pré-questionamento, atende sim a reclamos dos advogados e não, assim, da administração da Justiça.

Meu tempo já se esgotou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Você tem mais cinco.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Beleza!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São dez, cinco mais cinco.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Falou.

Então, esses cinco e mais cinco seriam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é um metodologia Paulo Paim. Dez mais cinco mais cinco.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Sem nenhuma interrupção? Nem precisa de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois teremos um debate.

Você tem mais cinco minutos.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Na Súmula nº 211, do Superior Tribunal de Justiça, que obviamente irá para o espaço com o novo Código, está lá o pré-questionamento como exigência impostergável. Ainda que a parte maneje um embargo de declaração e não seja provido, não se entenderá pré-questionada da matéria. Com o novo Código, fica superado o entendimento dessa súmula, e a exigência do pré-questionamento se considerará atendida com a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Agora só tem mais cinco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora tem mais cinco e terminou.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – A exigência do prequestionamento, se considerada atendida, com o simples manejo dos embargos de declaração. Com isso, vai ser a pá de cal para sepultar de vez a possibilidade de alguma operacionalidade dessas cortes.

Eu fico até admirada de que nenhuma voz ainda tenha se levantado de forma mais clara contra a eliminação de filtros. E vejam bem os senhores: nós temos que nos preocupar com a garganta final dos processos no STJ e no Supremo. É aí que nós temos que nos preocupar. Temos 33 Ministros em um e 11 em outro e não dá para multiplicá-los assim, não. Basta dizer que o que um Ministro do Supremo decide em menos de um mês é o resultado do trabalho da Suprema Corte norte-americana num ano. É mais ou menos essa a proporção. Lá há nove e aqui há onze. Dois a mais não vão justificar essa superação. Nós temos que começar a nos preocupar com os gargalos finais também, porque, quando nós adotamos o recurso extraordinário, seguindo o modelo norte-americano – só para ver o problema do brasileiro a copiar esses institutos, mas sem verificar o problema na prática –, quando nós copiamos, era para fazer valer a autoridade da lei federal

e da Constituição. Era assim que vinha o nosso modelo norte-americano. A Constituição de lá com sete artigos e a daqui com quantos? Duzentos e cinquenta. Sete artigos, até hoje, e vinte e sete emendas. Fala-se muito na vigésima oitava, mas ainda estão decidindo qual vai ser. Não há vigésima oitava, são vinte e sete emendas. Nós, aqui, no Brasil, já estamos em qual Constituição? Então, tudo aqui é constitucional.

Nossa Constituição é analítica. Não seguimos o modelo sintético norte-americano. Foi a nossa opção.

E, depois, a questão: para fazer valer a lei federal, a coisa ficou tão grave, que daí se bipartiu. “Vamos deixar a matéria federal para o REsp. Vamos deixar, então, só a matéria constitucional para o RE”. Pois bem. O que é federal aqui? Tudo. A União, aqui, no nosso federalismo, que foi federalismo por segregação... A nossa tendência ainda é centrípeta, atração pelo centro... Foi a nossa opção, também democrática: tudo é federal. A União legisla sobre processo civil, processo penal, direito civil, direito penal, direito comercial. Alguma coisa para a legislação concorrente? Pouco: tributário, financeiro, urbanístico, econômico... Mas muito mesmo para a legislação privativa da União, enquanto que, nos Estados Unidos, dificilmente vamos ter, na massa dos casos julgados, regência por lei federal. Lá, as leis que regem essas matérias são estaduais.

Então, vejam bem: copiamos modelos, mas não nos preocupamos com filtros, e vamos aplicar numa realidade diferente. Aqui a matéria federal é ultrapredominante. Então, vamos nos preocupar com o filtro. Sei que muitos desses casos vão envolver competência mesmo para emenda constitucional, mas o legislador infraconstitucional já tem que estar preocupado com esses aspectos, porque, sem filtros recursais, não vai funcionar a Justiça, nem com o Código em vigor, nem com o futuro, nem com outro que venha. Sei que isso contraria interesses de advogados, porque querem discutir à exaustão suas causas, claro. Compreendemos isso. Se mais terra houvera, lá chegara, não é? Vamos parafrasear o Camões: se mais recurso houver, vamos manejar, à exaustão. Mas nós, aqui, da administração da Justiça, estamos preocupados com o ponto final, com a segurança da coisa julgada.

Então, eu trago só mais esses problemas para apreciação dos senhores, sem nenhuma pretensão de ter a verdade final, mas trago essa problemática toda de maior equilíbrio na observância desses magníficos princípios. Nós temos uma Constituição maravilhosa, que agora estão albergados no Código de Processo Civil, e eu, que leciono na Escola da Magistratura exatamente processo civil e direito constitucional, fico até muito feliz com essa síntese magnífica trazida.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. ANA MARIA AMARANTE BRITO – Agradeço a atenção e peço só que pondere um pouco o lado de cá também, o lado da justiça, que quer prestar tutela em tempo razoável, com a margem de erro menor, a menor possível – é obra humana, tudo que realizamos –, para que consigamos, então, caminhar um pouco mais na direção desse combate à morosidade da justiça.

Agradeço a atenção.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Ana Maria Amarante Brito, Desembargadora do Tribunal de Justiça do DF e Territórios.

Já está conosco o Deputado Paulo Teixeira, sem sombra de dúvida, um dos Líderes do PT não só na Câmara, mas em âmbito nacional; é também – permita-me que eu lembre apenas – Vice-Presidente da CPMI do Cachoeira e relator desse projeto. Então, eu ia pedir para ele que ficasse na Mesa, se ele puder, as duas Mesas que vamos formatar. Ele falaria na última fala. Falam três e, após, ele fala e, depois, vamos para os comentários.

Quero dizer também que aqui todos têm liberdade. Se entenderem que, a certo momento, devem fazer um questionamento, todos os convidados podem fazer ao painalista.

Então, dou uma salva de palmas para o Paulo – é uma alegria tê-lo aqui –, por ter vindo prestigiar a Comissão de Direitos Humanos nesta segunda-feira, pela manhã, e a todos aqueles que assistem à TV Senado e os canais alternativos, já que nós estamos ao vivo para todo o Brasil. *(Palmas.)*

Seguindo aqui, chamamos, neste momento, o Dr. Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da 4ª Região, Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO CRUZ ARENHART – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar todos os colegas que estão participando da Mesa, o Deputado Paulo Teixeira, a Dra. Ana Maria, o Prof. Luiz Guilherme Marinoni, Prof. Paulo Lucon, Prof. Daniel Mitidiero, senhoras e senhores, e dizer que para mim é uma honra muito grande e um enorme prazer poder participar desta reunião de hoje com V. Exas.

Quero dizer que, para mim, é motivo de muito orgulho saber que o Senado da República se preocupa com um tema que para nós, processualistas, não é tão cuidado assim, que é o tema da relação entre os direitos humanos e o Direito Processual. A gente acaba se embrenhando em tecnicismos, muitas vezes se esquecendo daquilo que talvez seja o mais fundamental de tudo, que é justamente o fato de que o Direito Pro-

cessual também se presta como instrumento de proteção de direitos fundamentais e de direitos humanos.

A abordagem que eu queria tratar, nesta manhã, é um pouco diferente daquela da Dra. Ana Maria, que não é tratar do processo como um direito fundamental, como um direito humano, mas tratar do processo como um instrumento para a proteção de direitos humanos e de direitos fundamentais. Porque vejo que, tanto na ótica do projeto de Código de Processo Civil como no Código de Processo Civil que nós temos hoje, como na legislação em geral que nós temos no Direito brasileiro, há muito pouca preocupação de uma adequação da legislação processual às peculiaridades de direitos fundamentais e de direitos humanos. Nós temos um processo que normalmente é feito para a proteção de qualquer tipo de interesse, como se o processo fosse alguma coisa neutra em relação ao direito, quando, a rigor, ele não poderia ser assim. Ele teria que tomar em consideração as necessidades do direito material protegido e se adaptar a essas necessidades.

E vejo que esse fato não foi, exatamente, nem cuidado no projeto do Código de Processo Civil nem em outros projetos que temos que visam tratar de algumas técnicas de proteção de direitos.

V. Exa. falou até, em sua fala inicial, do problema do incidente de resolução de demandas repetidas. Esse instrumento, de fato, foi pensado como um instrumento de aceleração de processos, de maneira a resolver, de uma vez só, várias questões idênticas que existem em vários processos diferentes. Isso tem em vista também, muitas vezes, a proteção de direitos fundamentais e de direitos humanos não só em si mesmo, quer dizer, isso é uma forma de realizar o direito à duração razoável do processo também, mas também serve, de certa maneira, como um instrumento para a proteção de direitos humanos de várias pessoas, em várias situações diferentes, de uma maneira um pouco mais célere do que aquilo que se obteria por processos individuais separados.

Porém, essa técnica, a par de uma série de problemas que ela tem do ponto de vista geral – quer dizer, na minha opinião, eu guardo muitas reservas a esse instrumento, acho que ele não é o melhor instrumento, não é o melhor caminho, e a forma como ele foi introduzido na legislação brasileira também não é a melhor. Cito apenas dois defeitos que vejo nesse instrumento, na forma como ele foi colocado na legislação brasileira.

O primeiro deles é que acho um equívoco a maneira como se pretende incluir esse instrumento, que é atribuição... a oferta dessa competência para os Tribunais de Justiça, porque isso vai gerar, em vez de uma decisão unificada sobre a questão, uma série de decisões diferentes, uma em cada Estado, a respeito

do mesmo problema, para só depois, num segundo momento, a partir de um recurso para um tribunal superior, podermos ter uma uniformização sobre o entendimento daquela questão.

Acho que esse sobrepasso em relação a essa discussão atrapalha mais a discussão dessa questão, atrasa mais a discussão dessa questão. E mais: isso gera um segundo defeito, que talvez seja o maior de todos, que é, enquanto essa questão não é resolvida, esses processos não tramitam, não andam. E, porque não andam, ficamos com “n” processos, com milhares de processos no Brasil todo, esperando uma decisão do Poder Judiciário, que pode demorar, às vezes, dois, três, quatro anos, porque, enquanto não houver decisão pelo Tribunal de Justiça, com a possibilidade de um efeito suspensivo, quer dizer, de continuarem parados esses processos, até a decisão do tribunal superior... Até que haja decisão final de um tribunal superior a respeito dessa matéria, esses processos podem ficar todos parados, muitas vezes tratando de direitos fundamentais, de direitos importantíssimos, que não terão a sua tramitação, à espera de uma decisão de um tribunal superior.

E é claro que o tribunal superior não vai decidir só uma questão. Ele vai ter “n” questões – questões comuns – para decidir. De forma que, mesmo a tramitação prioritária desse incidente vai acabar sendo obstada pelo fato de que o Tribunal vai continuar sendo abarrotado, agora de questões coletivas, para serem examinadas.

Por isso, vejo, com certa reserva, esse incidente. Mas o que vejo como mais relevante em matéria de proteção de direitos humanos é que esse instrumento não serve, de forma adequada, para a proteção de direitos humanos de maneira geral. Há outros instrumentos que cumpririam a mesma função do incidente com muito mais vantagem para a proteção de direitos fundamentais, o que é o caso, por exemplo, da tutela coletiva.

Cito um exemplo que talvez seja, hoje, muito comum na jurisprudência brasileira, que é o problema da proteção de medicamentos, das ações de medicamentos.

Quem trabalha no foro sabe que hoje a Justiça federal é abarrotada de ações judiciais em que um indivíduo pretende uma medicação específica que não é contemplada pela lista do SUS.

Isso é tratado normalmente, na via judicial, como uma ação individual. Quer dizer, para o Poder Judiciário é como se eu sozinho tivesse interesse em obter um medicamento “x” em relação à União. E aí o que acontece? Acontece que, muitas vezes, essa discussão, que é comum a várias pessoas, porque a grande

maioria são medicamentos que várias pessoas demandam – em matéria de câncer, por exemplo, isso é muito comum... Para o Poder Judiciário, para o juiz, é como se aquela fosse a única causa que ele tem de examinar. Então, uma série de argumentações que, por exemplo, a União apresenta, uma série de argumentações que a própria parte apresenta acabam sendo menosprezadas por conta de uma visão individual daquela questão.

Dou um exemplo bem simples: a União normalmente se defende com a alegação de que não tem orçamento para atender à demanda daquele medicamento “x”, porque aquele medicamento custa muito caro, etc. e tal.

O que o juiz vai dizer? “Bem, o medicamento custa R\$5 mil, e o orçamento é de não sei quantos milhões. Claro que não vai fazer diferença nenhuma. Pode dar o remédio para essa pessoa.” Acontece que o juiz, num caso como esse, não vê – e não pode ver, porque o processo ali não foi feito para isso – que aquela mesma demanda se repete “n” vezes e que, portanto, o impacto orçamentário não é o impacto daquele caso determinado, mas o impacto geral, de todo mundo que está pleiteando não só aquele medicamento, mas vários medicamentos.

Então, uma visão dentro do processo coletivo dessa questão traz para o juiz uma outra dimensão do problema e faz com que ele também tenha uma outra argumentação em relação ao problema. Ele vai ter de dizer: o problema agora não é um problema de R\$6 mil, de R\$10 mil, de R\$30 mil, mas um problema de alguns milhões de reais.

Será que é melhor eu determinar que o Poder Público forneça esse medicamento para essa gama de pessoas ou é melhor determinar outro tipo de política pública, que também atenda a essa população de outra forma? Ou será que eventualmente essa possibilidade fica obstada de fato por uma limitação orçamentária? Enfim, há outro âmbito de argumentação, que se abre dentro de uma tutela coletiva, que não cabe numa ação individual.

Então, vejo que essa é uma questão comum, que, se resolvida, por exemplo, dentro desse incidente de resolução de questões comuns, vai gerar uma solução totalmente inadequada, por o que o Poder Judiciário vai fazer? Vai fazer uma análise em tese e dizer o seguinte: há o direito à saúde e o problema orçamentário. O que deve valer mais? Em tese, o direito à saúde ou essa alegação geral do Poder Público de que não tem orçamento possível, de que não pode ser constrangido a oferecer um medicamento específico, de que não pode ser limitado na sua atuação de escolha de políticas públicas, etc. e tal? Essas questões, quando

abertas, quando gerais, têm uma dimensão, têm um peso. Quando examinadas dentro de um caso concreto, elas têm outra dimensão, têm outra abordagem.

Então, acho que falta a gente priorizar esse instrumento coletivo de proteção de direitos. A gente vai ter uma série de situações hoje trabalhadas no plano individual que poderiam ser resolvidas de forma muito melhor, muito mais adequada do ponto de vista coletivo.

Havia o Projeto de Lei nº 5.139, da Câmara dos Deputados, que visava reformar a Lei da Ação Civil Pública, que é a lei principal que trata de tutela coletiva, e foi arquivado. Nele havia muitas modificações que – acho eu – seriam importantes para que a gente pudesse atualizar essa proteção coletiva, dar para ela um perfil muito mais moderno dentro daquilo, inclusive, que se coloca no plano internacional. Então, acho que talvez fosse o caso de se repensar alguns desses instrumentos. Aliás, algumas daquelas regras que haviam sido colocadas nesse projeto foram incorporadas ao Código de Processo Civil, mas outras tantas não foram colocadas e continuam atravancando a proteção desses direitos coletivos. Então, talvez essa outra perspectiva de proteção fosse muito mais interessante para que a gente pudesse ter uma proteção desses direitos de maneira mais adequada, uma proteção dos direitos humanos de forma mais efetiva e mais adequada, porque, como digo, uma coisa é examinar o direito à saúde, o direito à educação, o direito à habitação, o direito à associação no plano individual; outra coisa é examinar isso de forma coletiva.

Vejam V. Exas. que, por exemplo, no plano individual, é muito difícil saber até que ponto um indivíduo que demanda em seu nome próprio tem condições de demandar alguma coisa que vai ter uma repercussão geral. Quer dizer, quando um sujeito ajuíza uma demanda para, por exemplo, obter um regime de cotas numa universidade pública quando não é previsto aquele regime de cotas, isso tem uma dimensão individual muito simples. Eventualmente, para o juiz examinar aquilo é uma questão muito específica para ponderar. Agora, isso tem outra dimensão no plano coletivo, no plano geral. O juiz se coloca em outra dimensão também. Então, vejo que essa, talvez, fosse uma ideia para se pensar, para se desenvolver – esse outro plano de proteção, que, na minha opinião, anda hoje um pouco mal examinado, maltratado até do ponto de vista legislativo.

Uma segunda ponderação que eu faria, que também entra no mesmo tema e que tem uma repercussão mais direta no projeto do Código de Processo Civil é que a proteção de direitos humanos, sobretudo, exige do juiz uma postura também diferenciada quanto à forma de proteção que se pode oferecer dentro de um processo.

No Brasil, temos o chamado princípio da demanda, um princípio fundamental pelo qual o juiz só pode julgar nos limites do pedido da parte. Ele não pode extrapolar o pedido da parte. Ele não pode dar alguma coisa fora daquilo que a parte pretende. Isso serve, funciona bem para a grande maioria dos direitos comuns, digamos assim: para os direitos patrimoniais, para os direitos individuais. Essa ideia está muito vinculada à noção de que, se sou titular de um direito, cabe a mim escolher o que quero do Poder Judiciário. Se eu não quero tudo, o problema é meu. Se eu tenho direito a receber um crédito de um milhão e peço para receber 100 mil, o problema é meu se eu não quero receber o resto do dinheiro. Agora, no campo dos direitos fundamentais, no campo dos direitos humanos, essa vinculação que traz o princípio da demanda acaba pondo o juiz em certas situações em que acaba sendo impossível dar uma proteção adequada ao direito.

Eu dou um exemplo que aconteceu no Estado do Paraná e que ilustra bem esse problema. Há muitos anos, o Ministério Público do Trabalho no Paraná ajuizou uma ação civil pública contra o Hospital de Clínicas do Paraná, que é o maior hospital público do Paraná, pedindo a demissão dos servidores terceirizados de enfermagem e de bioquímica. De acordo com a legislação trabalhista, de fato, aquela terceirização era ilegal e, portanto, eles tinham, realmente, que ser demitidos. O problema é o seguinte: a universidade, na sua defesa, trouxe um quadro demonstrando que mais da metade dos servidores dessas áreas do Hospital de Clínicas do Paraná eram terceirizados, de maneira que, se eles fossem demitidos, o Hospital de Clínicas ia fechar, porque, como é um órgão vinculado à Universidade Federal do Paraná; não tinha como abrir concurso, porque não havia vaga para concurso público; não teria como repor esses terceirizados. Aliás, alguns desses terceirizados, inclusive, haviam ingressado por ações civis públicas do Ministério Público Federal, que tentava aparelhar melhor o Hospital de Clínicas para que este pudesse funcionar.

Enfim, a discussão era essa: do ponto de vista do direito formal, realmente, a terceirização era ilegal e o juiz tinha que determinar a exoneração desses empregados; contudo, do ponto de vista material, essa decisão do juiz, que estaria correta segundo a legislação trabalhista, geraria um problema material absoluto, qual seja, o fechamento do Hospital de Clínicas, que não poderia mais funcionar, posto que não teria mais um corpo funcional, isso com uma repercussão enorme em termos de saúde pública para o Paraná.

Por sorte, o juiz do trabalho responsável por aquele processo conseguiu fazer um acordo entre as partes de maneira a estipular metas de demissão

para a Universidade e uma reavaliação dessas metas a cada dois anos. Então, por conta de um acordo, a questão foi resolvida.

Todavia, notem que, se essa questão fosse levada a uma decisão final, a uma sentença, muito provavelmente o juiz julgaria favoravelmente à pretensão do Ministério Público, demitiria todo mundo do Hospital de Clínicas, o que provocaria o seu fechamento geraria um problema enorme para a saúde pública.

Essa situação faz com que se pense em instrumentos diferenciados de proteção. Essa figura já existe há muito tempo nos Estados Unidos, por exemplo. A gente ouve falar muito sobre uma decisão famosíssima da Suprema Corte norte-americana no caso *Brown versus Board of Education*. Este foi o caso em que a Suprema Corte decidiu sobre o problema da não discriminação em escolas públicas. Porém, pouca gente lembra que a Suprema Corte decidiu duas vezes essa mesma questão.

Houve uma primeira decisão da Suprema Corte norte-americana sobre essa matéria em que ela declarou que os Estados não poderiam segregar negros e brancos em escolas públicas. Entretanto, um ano depois, houve uma segunda decisão da Suprema Corte, no mesmo caso, quando foi levada ao conhecimento da Suprema Corte a dificuldade que alguns Estados estavam encontrando em se adequar a essa diretriz da Suprema Corte. Então, a partir do primeiro julgado, a Suprema Corte declara, examinando as peculiaridades de cada Estado, vendo que cada Estado está, de fato, tentando implementar essa nova política que ela, Suprema Corte, determinou, que, se alguns Estados têm esse tipo de dificuldade, se outros Estados têm tal tipo de dificuldade, se esses Estados estão mais avançados e esses outros estão menos avançados, mas estão tentando se desenvolver, então, será estipulada uma meta para cada Estado cumprir e que cada tribunal local será responsável por fiscalizar o cumprimento dessa meta,

Surgem, aí, no Direito norte-americano, as chamadas *structural injunctions*, que seria como ordens estruturantes de um sistema, onde o Judiciário, além de dar uma decisão impondo uma certa prestação, dá as formas para você tentar atingir aquilo. Prevê as metas para você cumprir e atingir o objetivo e fiscaliza esse cumprimento da prestação.

Isso, no Brasil, nós não temos. No Brasil, essa possibilidade não existe, porque a nossa ideia é de que a sentença tem que ser uma resposta ao pedido. Se, no pedido, não houver a formulação desse esquema, o Judiciário não tem como oferecer um cumprimento paulatino ou estabelecer, por exemplo, uma meta de cumprimento passível de revisão a cada período “x”

de tempo ou uma meta de cumprimento passível de uma reapreciação depois para saber se o objetivo foi atingido ou se se está tentando atingir aquele objetivo. Enfim, essa abertura para esse sistema não existe.

Em outros sistemas muito próximos ao nosso, como é o caso da Argentina, por exemplo, como é o caso da Colômbia, há esses instrumentos, criados até pela própria Corte Constitucional desses países, a fim de que, em certas situações, sobretudo nessas em que envolver políticas públicas, permita-se ao juiz ou dizer qual é o objetivo a ser atingido, deixando ao Estado a eleição da forma para se atingir aquele objetivo, ou seja, como é que ele vai atingir aquele objetivo, ou, então, pelo menos, que o Judiciário crie mecanismos de fiscalização para o atingimento desses objetivos, ou, então, que dê as formas e o instrumental para se atingir esses objetivos.

Essa possibilidade, a rigor, no nosso Código, é até, de certa forma, vedada, mas me parece que essa técnica que o direito argentino chama de “microinstitucionalização da tutela jurisdicional”, ou seja, a criação de um aparato que acompanhe a execução da sentença, que acompanhe a efetivação da sentença, é alguma coisa extremamente importante, extremamente interessante e atual sobretudo para a proteção dos direitos humanos. Deixar o juiz manietado ao pedido da parte em ações individuais ou em ações coletivas, que tratam dos direitos humanos, é algo muito perigoso, porque gera também essa reação do Poder Judiciário. Muitas vezes, diz-se o seguinte: “olha, desse jeito eu não vou dar. Se fosse de outra forma, eu até pensaria em dar, mas, da forma como você pediu, não há como eu oferecer essa proteção”.

Há algum tempo, no tribunal da 4ª região, vi uma sentença de um magistrado, que foi justamente assim: eram pessoas que brigavam a respeito da posse de um bem público federal, de uma área federal, e o juiz, então, julgou a ação improcedente, dizendo: “não, você não tem razão naquilo que está pedindo, mas, para evitar novas discussões sobre essa área aqui, vou determinar à União que dê uma destinação adequada a esse bem público, arrume esse imóvel”. Era um imóvel abandonado, que estava sendo objeto de invasões. A União recorreu ao tribunal, dizendo: “isso não foi pedido em primeiro grau”. E não foi mesmo, porque o que havia sido pedido era a devolução do imóvel para um fulano específico. A decisão do tribunal foi dizer: “realmente, a sentença extrapola o pedido, ela é nula, não se pode fazer isso”. Então, o que aconteceu? Esse juiz, a rigor, fez uma coisa que, do ponto de vista social, do ponto de vista de justiça material, era correta. “Olha, para evitar futuras agressões a esse bem, para evitar novos litígios sobre o problema, faça alguma coisa

nesse imóvel”, mas, do ponto de vista formal, do ponto de vista da técnica processual, é algo que não existe no Código brasileiro.

Então, me parece que certa flexibilização do princípio da demanda nesses termos, sobretudo quando se trata da proteção de direitos humanos, é, hoje, uma exigência. Seja por uma alteração do projeto de Código de Processo Civil, seja pela criação de um projeto específico para a proteção de direitos humanos, seja pela criação do procedimento especial dentro do Código, ou fora, para a proteção desse tipo de interesse, há algumas peculiaridades – e citei só uma, poderia ter citado outras – na proteção dos direitos humanos, que exigem uma adequação desse procedimento padrão que temos na legislação tradicional que são típicas da exigência desses direitos e da relação que eles têm com políticas públicas, com alguns interesses sociais e econômicos determinados.

Parece-me que falta atenção a esses detalhes da proteção disso no nosso sistema. Não quero me alongar, Excelência, e agradeço mais uma vez a oportunidade de participar desta sessão, o que muito me honra.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Cruz Arenhart, que apontou caminhos e atentou para a importância de que a legislação avance na questão também da política dos direitos humanos. Foi uma bela exposição. Meus cumprimentos.

Vamos, de imediato, ao Dr. Luiz Guilherme Marinoni, professor titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da universidade Federal do Paraná.

O SR. LUIZ GUILHERME MARINONI – Senador Paulo Paim, antes de tudo, quero louvar, de forma efusiva, o seu trabalho aqui no Senado Federal. A sessão que hoje fazemos e da qual participamos é exemplo disso e da sua grande preocupação com a proteção dos direitos humanos e com a efetiva tutela dos direitos não patrimoniais e fundamentais, ou seja, os direitos que são imprescindíveis para uma organização social realmente justa.

Cumprimento as autoridades que estão à mesa, o Deputado Paulo Teixeira, a Desembargadora Ana Maria, que já conheço há algum tempo e que também exerce trabalho muito importante no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e, por fim, o meu amigo e colega na Universidade Federal do Paraná, o Professor Sérgio Cruz Arenhart, também Procurador Regional da República.

Cumprimento a todos os colegas e autoridades que aqui estão presentes. Passo diretamente ao meu tema, ao tema que me traz aqui.

Por incrível que pareça, tenho tranquilidade para falar, de forma direta, que o Código de Processo Civil e o projeto do Código de Processo Civil não servem para a tutela dos direitos mais importantes do homem.

O Código de Processo Civil é um código antigo porque modelado a partir de valores que têm a ver com uma época passada, e isso pode ser demonstrado de forma detalhada, olhando-se para as próprias normas do Código de Processo Civil.

Ora, temos que ter em mente que o Código de Processo Civil, de 1973, foi estruturado para dar tutela contra o ilícito danoso, deixando-se de lado aí a sentença declaratória e a constitutiva que agora não nos interessa. Foi estruturado para permitir a tutela contra o ilícito que produz dano, contra o ilícito que gera dano, o que significa se preocupar apenas com o ilícito que gera dano. Significa supor que todo direito tem um valor econômico que pode ser traduzido a partir do dano sofrido pelo bem jurídico. Ou seja, a tutela civil contra um ilícito que necessariamente tem que ser danoso repete o dogma romano de que o direito é uma coisa dotada de valor de troca, é uma coisa dotada de valor de troca que, portanto, pode ser recomposto em dinheiro. Em outras palavras, o direito civil, do qual nós nos servimos ainda hoje, é um direito civil que supõe que os direitos podem ser tutelados pelo ressarcimento em pecúnia, pelo ressarcimento pelo equivalente pecuniário.

Se o Direito Civil supõe que os direitos podem ser tutelados pelo ressarcimento em pecúnia, o Código de Processo Civil, obviamente, tem de se estruturar de modo a viabilizar a tutela pelo ressarcimento em dinheiro. Tanto isso é verdade que o Código de Processo Civil foi estruturado com o processo de conhecimento, onde se investiga a existência do direito, seguido por uma execução por expropriação, que é uma execução que tem por objetivo permitir e certamente a recomposição do valor devido ao autor daquele que obteve êxito na ação de conhecimento.

Esse Código de Processo Civil não foi estruturado de modo a permitir a tutela preventiva contra a violação dos direitos. Na verdade, existe ali uma ação cautelar que é uma ação cautelar que se liga ao processo de conhecimento e ao processo de execução; portanto, a uma forma de tutela ressarcitória. Ora, é óbvio, é pouco mais do que evidente que uma ação realmente preventiva não pode ser ligada a um instrumento ressarcitório ou de cunho repristinatório.

De modo que o verdadeiro problema é o de que não se percebe ainda hoje que é imprescindível uma tutela jurisdicional que faça valer o desejo da norma editada pelo legislador para proteção dos novos direitos.

O processo civil antigo foi feito para outorgar tutela aos direitos patrimoniais que foram submetidos a dano, tanto é verdade que a ação cautelar, nessa perspectiva, servia para proteger contra a probabilidade de dano. Entretanto, a partir do momento em que se deixa de lado a ideia de direito fundamental como o direito de liberdade como o direito de defesa, o seja, como um direito que tem por objetivo simplesmente impedir o Estado de interferir na esfera jurídica do particular, seja violando a sua liberdade, seja violando a sua propriedade, temos que ter em mente que os direitos fundamentais, até antes do pós-guerra, eram direitos de liberdade, eram direitos de impedir o Estado simplesmente de interferir sobre a liberdade, de interferir sobre a propriedade. Não existiam direitos delimitados, que hoje são vistos como imprescindíveis para permitir a organização da sociedade democrática. Não existiam direitos tais como o direito ao meio ambiente, o direito à saúde, o direito à educação. Esses direitos não eram definidos ainda como direitos fundamentais. Ou seja, os direitos fundamentais tinham como função, repito, evitar a violação da liberdade e da propriedade e tão somente isso.

Não existiam direitos fundamentais que necessitavam de prestações fáticas e prestações normativas do Legislativo para poder frutificar. O direito à saúde, o direito ambiental só podem frutificar caso sejam protegidos por prestações de fato e, especialmente, caso sejam protegidos por prestações normativas, por normas. É por isso que se fala que a função dos novos direitos, que a função dos direitos fundamentais do pós-guerra, as funções dos direitos fundamentais do Estado constitucional contemporâneo são funções que principalmente geram ao Estado um dever de proteção. Basicamente, o direito fundamental gera ao Estado o dever de proteção aos direitos fundamentais. Como os direitos fundamentais são protegidos? Ora, todos sabem: especialmente, mediante normas do legislador. O problema é que nós não temos uma ação processual, uma ação judicial que viabilize a tutela da norma. Essa é a questão. Nós não temos uma ação judicial que viabilize a tutela contra a violação da norma ou que viabilize a tutela para permitir a remoção dos efeitos concretos derivados da violação da norma e que ainda assim não implicam em dano.

Como exemplo, um exemplo bem conhecido, o direito fundamental ao meio ambiente só frutifica porque o legislador edita normas de proteção ao direito ambiental, dizendo: aqui não pode construir, lá pode; aqui não pode ser jogado lixo tóxico, lá pode, e assim por diante.

O direito do consumidor como direito fundamental só existe porque existem normas que impedem a

venda de produtos com determinada composição, por exemplo, ou a exposição à venda de produtos com determinada composição, por exemplo.

Mas o fato é que as normas, como podem, obviamente, ser violadas, fazem ver que o dever de proteção do legislador aos direitos fundamentais não é capaz de dar guarida de forma plena aos direitos fundamentais. Resta aí, então, a atuação do Judiciário. O Judiciário vai atuar exatamente quando a norma não observada pelo particular para a proteção, para a realização do direito fundamental é inobservada. Daí, então, surge como necessária a propositura de uma ação judicial.

Acontece que, se nós estamos pensando numa ação judicial destinada a proteger a norma, nós temos que ter uma ação judicial destinada a impedir a violação da norma e destinada a simplesmente remover os efeitos concretos derivados da violação da norma que não produzem dano. Ou seja, nós temos que ter uma ação judicial que não tenha entre seus pressupostos nem o dano nem a probabilidade do dano. E o Código de Processo Civil só oferece a possibilidade de exercício da ação para a hipótese de existência de dano ou de probabilidade de dano. Só nessas duas situações, embora isso não seja percebido.

Agora vou dar um exemplo que vem até do Ministério Público Federal. É exposto à venda um produto cuja composição viola uma norma e que, claro, traz danos à saúde do consumidor, por exemplo. Você pensaria em propor uma norma para pedir ao juiz a busca e apreensão desses produtos alegando que o produto pode trazer dano à saúde do consumidor, ou seja, que há probabilidade de dano. Essa seria a única alternativa que um advogado vislumbraria para pedir uma tutela liminar ou uma tutela antecipada numa ação destinada à obtenção da busca e apreensão de produtos que estão sendo vendidos em desautorização a uma norma de proteção a um direito fundamental, alega-se probabilidade de dano. Entretanto, a probabilidade de dano nada tem a ver com essa situação porque, nesse caso, já foi violada uma norma. O que basta para a obtenção da busca e apreensão é simplesmente a alegação de violação da norma e demonstração de que aquele produto que está exposto à venda realmente viola a norma, e basta e ponto. Não é, obviamente, necessário se investigar se a composição do produto causa ou não dano à saúde do consumidor. Por quê? Porque as normas de proteção aos direitos fundamentais são normas que definem condutas positivas ou omissivas que podem trazer danos. Se o legislador define que, em determinado local, não é possível construir um posto de gasolina é porque a construção nesse local pode trazer dano ao meio ambiente, é porque a conduta pode trazer dano ao meio ambiente. De modo

que é necessário se fazer valer o desejo do legislador contido na norma que proíbe a conduta, pouco importando se, da conduta, vai surgir dano ou não.

Outro exemplo: recentemente, ouvi um caso em que o Ministério Público Federal pede liminar numa ação civil pública para impedir a continuação da construção de um posto de gasolina à beira do mangue. O juiz concede a liminar. O advogado da companhia de petróleo interpõe recurso de agravo. Alega que, antes da licença de autorização, não é possível se pensar em dano ao meio ambiente porque o posto não estará funcionando. Então, o posto pode continuar a ser construído até que se veja se a licença de operação pode ou não ser concedida e o posto funcionar!

Qual é o grande equívoco, qual é o problema? É que o sujeito está raciocinando como se a conduta pudesse trazer dano ou não ao meio ambiente. Entretanto, a questão de se saber se a construção nesse local pode trazer dano ou não ao meio ambiente já foi valorada pelo legislador quando proibiu a construção. O legislador disse: “Ali não pode construir”. Se ele constrói, e o Ministério Público pede a interdição da obra, não há como o juiz não conceder a liminar, determinando a interdição da obra! Ele não tem de investigar a probabilidade de dano ao meio ambiente! Isso está vedado ao juiz! Não cabe ao juiz se sobrepor à autoridade do legislador, que já definiu que a conduta pode trazer dano, porque, se isso for possível, jamais o legislador poderá dar proteção aos direitos fundamentais! Basta que o advogado do réu alegue: “Não, mas a conduta que já foi proibida pela norma não causa dano, a meu ver. E, justamente porque não causa dano, eu quero perícia. Eu quero que V. Exa., juiz, nomeie um perito para que se verifique, então, se a conduta traz ou não traz dano ao meio ambiente.”

Ou seja, com isso, o advogado do particular consegue com que um perito privado, que não se sabe de onde saiu, se sobreponha à autoridade do Poder Público, que definiu a conduta como proibida. Isso é o fim da picada! Isso não existe em nenhum país! Se o legislador representa a vontade da maioria e define a norma, como é que o juiz pode questionar a norma e determinar que o aspecto técnico envolvido na norma, e que foi definido por um corpo de funcionários do Poder Público, seja substituído por um perito privado, que, muitas vezes, tem muito mais acesso do particular do que do representante do Ministério Público que propõe a ação? Isso é gravíssimo!

O mesmo ocorre em caso de remédios. O Ministério Público propõe uma ação para buscar e apreender remédios que causam câncer. O Ministério Público propõe uma ação para impedir a venda de transgênicos. O réu contesta e diz: “Não, não! O remédio não causa

câncer. Eu quero perícia.” Quem é que vai fazer a perícia? É o Joãozinho lá da esquina que vai dizer se o remédio causa ou não causa câncer, após os órgãos do Ministério da Saúde já terem definido, através de cientistas, que o remédio causa câncer!

Não há racionalidade, não há razoabilidade nisso. E por que isso se faz? Porque se supõe que sempre é possível discutir a probabilidade do dano na ação judicial, ou seja, não se compreende isso porque não se percebe que a ação judicial deve existir simplesmente para atuar a norma do legislador, pouco importando se a conduta traz ou não dano. O dano só importa quando eu quero ressarcimento pelo equivalente. Quando eu quero impedir uma conduta, basta que eu aponte para a norma violada! Essa é a questão. Ou seja, nós precisamos, no plano do Direito Civil, no plano da teoria, reconstruir o conceito de ilícito civil. O ilícito civil não contém em si o fato danoso; o ilícito civil é um ato contrário ao Direito, que pode ou não gerar dano. A doutrina no Direito Civil confunde ilícito com dano por duas razões: em primeiro lugar, porque só se importa com os direitos patrimoniais na maioria das vezes e, portanto, supõe que se o ilícito não causa dano o problema é do Processo Penal, não é do Direito Civil. Isso é uma mentira, porque o Sérgio, por exemplo, propõe todo dia ação pública para tutela do meio ambiente no direito do consumidor, onde não importa o dano, importa a violação da norma. Então, o problema não é do Processo Penal, o problema é, sim, do Processo Civil. Cabe ao Processo Civil dar a atuação às normas de proteção aos direitos fundamentais, como eu dizia no início. E também porque, do ponto de vista cronológico, quase sempre o ilícito é praticado no mesmo momento em que o dano é concretizado. Mas isso nem sempre ocorre, nem sempre é verdade que o ato contrário ao Direito gera, num mesmo instante, um dano. Basta supor a exposição à venda de produto nocivo à saúde do consumidor. Expor à venda é ilícito, expor à venda é ilícito! Só que expor à venda não traz dano, é óbvio! O dano concreto só vai surgir a partir do momento em que o consumidor comprar e sofrer prejuízo na sua saúde.

Portanto, nem sempre o ilícito produz dano; portanto, é errado supor que o ilícito civil traz, necessariamente, como consequência, o dano. Isso significa, repito, que é preciso uma tutela contra o ato contrário ao direito, uma ação inibitória, que seja capaz de impedir a violação da norma, onde exista como pressuposto não a probabilidade de dano, mas a probabilidade de ato contrário ao direito, tão somente o ato contrário ao direito. E ainda, uma ação posterior à conduta ilícita, que também não tenha como pressuposto o dano. Por exemplo: se eu peço a busca e a apreensão de produ-

to exposto à venda, eu estou pedindo tutela ressarcitória? Eu estou pedindo indenização contra o dano? Se eu peço ao juiz busca e apreensão dos remédios que estão expostos à venda, eu estou propondo uma ação inibitória que impeça a violação da norma? Claro que não, porque a norma já foi violada e o sujeito já expôs o produto à venda. Eu estou pedindo indenização? Claro que não! O que eu quero é a remoção dos efeitos concretos derivados da conduta ilícita que ainda não geraram dano. Isso é fundamental por quê? Porque com isso eu posso proteger todos aqueles que possam vir a sofrer dano caso a compra do remédio proibido pela norma se concretize. É por essa razão que é imprescindível se fazer valer o desejo da norma de proteção ao direito fundamental.

Qual é o desejo do legislador quando edita a norma? Proteger a saúde; não pode vender esse remédio. Mas o que eu quero é proteger a saúde. Se o remédio está sendo vendido, eu tenho que apreender o remédio, não porque alguém sofreu um dano, mas sim porque alguém pode comprar o remédio e sofrer um dano.

E mais, nesse caso eu deixo claro que o pressuposto não é o dano nem a culpa. De modo que eu enxugo o processo e o torno muito mais fácil aos olhos do juiz. Para o juiz deferir a busca e a apreensão do remédio exposto à venda, basta que ele constate que a norma proíbe a exposição. Ele não precisa indagar nem sobre dano, nem sobre culpa.

Agora, como consequência da falta de ação civil adequada para tutela da norma, sabem o que acontece? Acontece a parafernália que vemos todos os dias; juízes criando direitos a partir de direitos fundamentais não regulados. Os direitos fundamentais muitas vezes carecem de tutela do legislador. Não existe lei para densificar o direito fundamental. O que faz o juiz, como no caso do remédio, que o Sérgio se referiu há pouco? O juiz, então, toma em consideração o direito fundamental e determina que o Poder Público conceda ao particular, por exemplo, um remédio que, pelo legislador, não é definido como devendo ser-lhe entregue. Ou seja, o juiz atua como se o legislador tivesse se omitido na proteção do direito fundamental. Isso é gravíssimo. Por quê? Porque nesses casos o juiz faz um controle de inconstitucionalidade por omissão através de um modelo difuso.

Ora, todos sabem que o controle de inconstitucionalidade por omissão, o controle da falta de lei, da ausência de lei revela, exige da doutrina e dos tribunais, principalmente do Supremo Tribunal Federal, uma cautela muito grande, basta se pensar no modo como é utilizado o mandado de injunção, a cautela requerida para a utilização do mandado de injunção. O mandado de injunção é utilizado de forma muito cautelosa.

Entretanto, parece que ninguém percebe que o juiz de primeiro grau todo dia supre a omissão de lei sem sequer dizer na sua motivação que ele está tratando de aplicar diretamente um direito fundamental e que, portanto, isso lhe é permitido, segundo ele, porque falta lei do legislador para dar proteção ao direito fundamental.

Isso é gravíssimo, porque não cabe ao juiz de primeiro grau criar Direito, não cabe ao juiz de primeiro grau suprir a omissão do legislador no caso de ausência de densificação do Direito fundamental. E mais grave é isso, mais grave se torna isso quando nós vemos que no Direito brasileiro não existem precedentes vinculantes. Ou seja, não existe uma forma que, a partir de definida, por exemplo, uma determinada questão por um tribunal superior, obrigue os juízes de primeiro grau a decidir do mesmo modo.

Se é possível a um juiz de primeiro grau suprir a falta de lei diante de um direito fundamental, o fato é que hoje no Direito brasileiro, na prática do Direito brasileiro tem juiz que supre, tem juiz que não supre no mesmo corredor do fórum. Ou seja, nós temos múltiplas constituições na prática civil brasileira.

Parece-me muito curioso que nós possamos trabalhar com um Código de Processo Civil sem nos preocuparmos com o fato de que hoje nós permitimos a existência de várias constituições numa mesma cidade, num mesmo fórum, criadas pelos juízes diante da falta de tutela específica da norma e da falta de precedentes judiciais.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais três minutos, os 20 e mais três.

O SR. LUIZ GUILHERME MARINONI – Então, basicamente, deixando de lado agora então a questão da diferença entre ilícito e dano, é preciso ter em conta a necessidade de se ter precedentes obrigatórios no Direito brasileiro. Supõe-se que precedentes obrigatórios é coisa de americano. Supõe-se que precedentes obrigatórios é algo que diz respeito ao *common law*, isso porque também se supõe que os precedentes implicam criação judicial do Direito.

Precedente obrigatório não tem nada a ver com criação judicial do Direito. Precedente obrigatório, sim, tem a ver com a necessidade de se dar direito a decisões iguais em casos similares. Ou seja, a necessidade de obrigar os juízes a decidir casos iguais de forma similar tem a ver com o direito à igualdade, tem a ver com a coerência do ordenamento jurídico e tem a ver com a segurança jurídica.

Eu acho que uma das coisas mais terríveis para qualquer cidadão deve ser a falta de previsibilidade

acerca das duas condutas. O que se pode esperar de um direito? O que se pode esperar do direito de uma ordem jurídica? O que pode esperar do Estado? O que se pode esperar do Estado é que ele, ao decidir, entregue ao cidadão uma resposta jurisdicional na qual ele possa confiar, na qual ele possa prever, porque qualquer sujeito para se comportar da forma como o Direito requer tem que saber o que Direito exige, o que o Direito quer. Eu só posso me comportar em um Estado de direito sabendo o que o Direito quer de mim. Entretanto se o Direito vivo, o Direito concreto pronunciado pela boca dos tribunais, eu preciso saber o que os tribunais querem que eu faça. Eu preciso saber, eu como empresário, como trabalhador, preciso saber o que os tribunais exigem de mim. E essa previsibilidade tem um valor moral imprescindível para qualquer pessoa viver em um Estado de direito, advém dos precedentes obrigatórios.

Eu agradeço muito a oportunidade. E novamente louvo o excepcional trabalho do Senador Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os cumprimentos ao Dr. Luiz Guilherme Marinoni, Prof. Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, e que – permita-me que eu lembre isso – fez uma palestra brilhante no Congresso de juízes, onde falei após ele ter falado. Só que ele foi tão feliz em sua fala que só faltou dizer: “Paim, faça um discurso político agora, que o resto todo já fiz aqui”.

Então, quero agradecer a sua presença hoje aqui. Com certeza a sua fala para o Brasil todo foi brilhante, apontando caminhos da importância da legislação, sendo a base fundamental do Direito.

Eu quero também registrar a presença dos acadêmicos de Direito de diversos Estados, que foram selecionados para o programa de visitas técnicas, conhecendo o STJ, e fizeram questão de via assistir aqui à exposição dos senhores.

Uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

E vocês receberão depois o documento comprovando a presença neste debate. Inclusive, peço que seja colocado o nome de todos os painelistas também, para que recebam o documento registrando a presença deles.

Agora, vamos ter a satisfação de ouvir o relator do Projeto de Lei 8.042/2010, PLS 166, de 2010, do Novo Código de Processo Civil, e a sua relação com esse momento, enfim, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Passamos a palavra ao Deputado Federal do PT, de São Paulo, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero parabenizá-lo pela realização desta audiência, porque creio que V. Ex^a dá uma contribuição fundamental a esse debate. E vou logo a frente comentar as razões desse meu entendimento.

Antes, porém, quero cumprimentar, ainda que não esteja aqui, a Desembargadora Ana Maria Amarante Brito, que fez uma brilhante colocação e trouxe aqui as suas preocupações.

Quero cumprimentar também o Procurador Dr. Sérgio Cruz Arenhart, que também deu contribuições importantes e trouxe questões que pretendo comentá-las adiante muito importantes.

E também o Prof. Luiz Guilherme Marinoni, que faz um diagnóstico, na minha opinião, muito interessante e traz questões, que teremos que enfrentá-las aqui adiante, da maior importância e gostaria de comentá-las também.

Eu cumprimento todos e todas e especialmente os professores Paulo Henrique dos Santos Lucon, que é professor na Universidade de São Paulo, que conosco trabalha na elaboração desse projeto, e Daniel Mitidiero, que é professor adjunto de Direito Processual Civil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ambos constituem um grupo que está ajudando na elaboração do projeto do Código de Processo Civil.

Eu tenho uma formação em Direito, sou advogado, sou mestre em Direito. Não tenho formação em Processo Civil, ainda que tenha tido boas notas em Processo Civil, porém gostaria de abordar esses temas aqui trazidos, talvez não numa ótica e numa linguagem processual, mas buscando trazer essa reflexão à luz das preocupações em relação à abrangência do código que pretendemos elaborar.

Preliminarmente, eu gostaria de dizer o seguinte: eu sou relator há muito pouco tempo. O relator que trabalhou todo esse processo foi o Deputado Sérgio Barradas Carneiro, da Bahia, que fez um brilhante trabalho de elaboração e de consulta, visitando quase que o Brasil inteiro, ouvindo sugestões em relação ao Código de Processo Civil. Ele deixou de ser relator porque está na condição de suplente, e eu trabalhei três meses nessa proposta.

O Sergio volta agora e eu devolverei a relatoria a ele, porém nós temos uma combinação, a de que eu ajudarei na composição e no fechamento desse trabalho, já que nesses três meses também coube a mim ouvir certos segmentos da nossa sociedade.

E assim nós estabelecemos uma relação com o Poder Judiciário, inclusive hoje nós teríamos uma audiência no Superior Tribunal de Justiça, promovida pelo Presidente do Tribunal, Ministro Ari Pargendler. Nós teremos também uma reunião com a Ordem dos

Advogados do Brasil – nós devemos tê-la nos próximos 20 dias. Também teremos uma audiência com a Associação dos Magistrados do Brasil, e quem está incumbido dessa audiência é o Dr. Antonio Carlos Marcato, que é juiz aposentado, desembargador aposentado e também professor de Processo Civil.

Estamos dialogando com a Defensoria Pública, teremos uma audiência com a Defensoria Pública. Recebemos movimentos sociais. E assim estamos tentando, neste momento, a partir do trabalho bem feito pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro, assessorado por um grupo de juristas, nós estamos tentando agregar essas contribuições àquele trabalho já feito. Portanto, aquele trabalho não é um trabalho, digamos, concluído. Estamos buscando concluí-lo.

E nós teremos no dia 23 de agosto, se não me engano, nos dias 22 e 23, uma rodada com juristas. Vou pedir autorização ao Presidente Fábio Trad para convidar esses que hoje aqui puderam falar, tendo em vista a contribuição que deram.

Mas o que eu acho importante? Em primeiro lugar, a reflexão trazida aqui, que eu gostaria de trabalhar em alguns vieses. O primeiro viés é que o Código de Processo Civil costuma ter uma vertente privatista, do Direito Privado, do direito de propriedade. Como você trabalha as demandas relacionadas ao Direito Privado? Têm pouca relação com o Direito Público. Portanto, esse é um problema.

Um segundo problema é que o Código de Processo Civil tem baixa relação com os novos direitos, os direitos fundamentais, essas novas gerações de direitos. E ele também costuma dar guarida àqueles relações, àqueles conflitos individuais. Ele tem pouca abertura para ações coletivas.

Então, quando terminarmos esse processo, nós teríamos que inovar, na minha opinião, em relação às demandas coletivas, em relação aos novos direitos, em relação ao abrigo dos direitos humanos.

Vou dar um exemplo que muito me incomodou: recentemente um conflito fundiário em São Paulo ficou muito conhecido como o caso do Pinheirinho. No caso do Pinheirinho, o Governo Federal diz o seguinte: olha, eu posso ofertar as casas para que essas pessoas tenham as suas casas e que elas não sejam despejadas. O Governo Federal não pôde ser, nesse caso, polo nessa ação. A defensoria, igualmente, dizia: olha, se tem uma solução, por que nós vamos despejar aquelas famílias? Aquele terreno não cumpria função social, ele é da propriedade de um mega especulador e, ainda que seja mega especulador, tem o direito seu que deva ser realizado, porém temos que sopesar o seu direito e o direito daquelas famílias, previsto na Constituição Federal, de ter sua moradia digna atendida.

Qual foi o resultado da ação judicial e da ação do Poder Judiciário? Ele pendeu para o direito individual do proprietário, que não implementava a função social da sua propriedade e que quis reaver aquele terreno que, inclusive, não satisfazia sequer um processo de falência daquela massa falida.

Essa é a justiça que nós queremos implementar no Brasil, em que o Código de Processo Civil anterior e futuro poderá inverter essa ordem, permitirá que ações como essa atendam a um direito fundamental, que é o direito à moradia daquelas famílias. Então, não podemos produzir um novo código sem conseguir conciliar esse tema dos direitos fundamentais.

Aqui foi dito pelo ilustre Procurador Sérgio Cruz Arenhart, também refletido pelo Professor Luiz Guilherme Marinoni, a questão dos medicamentos. Nós vivemos hoje, digamos, um desequilíbrio nesse tema. O primeiro aspecto é: a pessoa vai à justiça e reivindica um medicamento de última geração e muitas vezes o juiz concede esse direito. Evidentemente, poderíamos pensar: o juiz não deveria conceder? Ora, o juiz fica pensando: e se eu não conceder, será que eu não posso prejudicar a saúde daquela pessoa que teria, eventualmente, direito àquele medicamento? E, se tivesse acesso àquele medicamento, poderia evitar a perda da sua vida. Ao mesmo tempo, o peso dessas decisões no orçamento público começou a ficar muito grande, inviabilizando às vezes o atendimento à saúde coletiva, porque esses medicamentos têm alto custo, eles pesam no orçamento e isso inviabiliza o atendimento, ao que já, de maneira corriqueira, se faz no Brasil.

E o Estado às vezes pergunta: esse medicamento é o adequado ou deveríamos ter um protocolo que dissesse quais medicamentos devem ser dados nesses casos específicos? Isto é, também o juiz, ao conceder o medicamento, pode se equivocar, na medida em que ele pode conceder medicamento que pode ter um similar; ele poderia também, digamos, ceder a algum movimento da indústria de medicamentos.

Então, como é que nós conseguimos evoluir para ações que possibilitem resultados mais equilibrados à sociedade brasileira, que é, na verdade, ao final, quem vai pagar por esse custo.

Então, na minha opinião, teríamos que produzir alguma solução no processo civil, algum instrumental que fosse capaz de equacionar essa questão; que fosse capaz de dar conta destas questões: o direito fundamental, a sua proteção, a proteção da vontade do legislador, como foi dito aqui; também de ações coletivas e de possibilidades que nós não temos no atual e no que está sendo pensado.

Em relação ao que está sendo pensado, acho que também queremos dar celeridade à justiça. E par-

te da prestação judicial não precisa ser por meio da judicialização dos conflitos. Nós podemos prestigiar – e aqui se pretende prestigiar – a mediação; prestigiar métodos alternativos de solução de conflitos, e que não seja apenas por via da judicialização. Acho que isso aqui nós temos de construir.

Nós convidamos o Prof. Kazuo Watanabe, a Prof^a Ada Pellegrini Grinover e o Prof. Cândido Rangel Dinamarco para comporem também esta comissão. Mas o Prof. Kazuo Watanabe disse o seguinte: em São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil – e assim cumprimento também os estudantes que estão fazendo parte dessa audiência – a Ordem dos Advogados do Brasil remunera os advogados por atos judiciais que eles pratiquem na ação. Então, ela remunera cerca de 50 mil atos judiciais praticados por advogados da ativa por mês, no Estado de São Paulo. E, se não me engano, não são 50 mil; são 500 mil no Brasil inteiro.

São 300 mil no Brasil inteiro, não prestigiando assim outros atos que pudessem evitar a judicialização, como ações de composição, mediações, etc. Então, eu teria de remunerar atos não judiciais, pré-judiciais, que evitassem a demanda judicial.

Então, nós hoje, no Brasil, temos, digamos assim, uma série de posturas e incentivos à judicialização também. Não é só – a Dra. Ana Maria está aqui – a vontade do advogado para isso. Nós temos uma estrutura que estimula a judicialização. Se nós organizarmos, estruturarmos melhor, prepararmos o tema da conciliação, da mediação, da arbitragem, nós podemos evitar assim uma série de ações judiciais, não é verdade? Portanto, isso se pretende fazer. Em parte já está proposto, mas podemos evoluir nessa proposição, na fase final de discussão e votação desse projeto de lei.

Outro aspecto que se fala é sobre esse incidente de demandas repetitivas.

Dr^a Ana Maria, com a sua presença aqui, há uma parte do meu debate que não tenho como recuperá-lo, porque ele é longo. Mas eu já o fiz, como aqui bem disseram o Prof. Luiz Guilherme e o Procurador Sérgio Cruz Arenhart. Mas sobre o que a senhora disse, quero dizer que nós pretendemos, em primeiro lugar, prestigiar a conciliação, prestigiar a mediação, prestigiar a arbitragem, para evitar número tão grande de conflitos que são judicializados. Isto é, conseguirmos erigir com mais força no Brasil instituições – que nos Estados e na Europa funcionam muito bem – de conciliação, de ações pré-judiciais; inclusive, dentro do processo, a possibilidade de conciliação anterior à judicialização. Esse é um primeiro aspecto que entendemos que pode diminuir o número de ações na Justiça.

Eu estava trazendo aqui o exemplo de que a Ordem dos Advogados do Brasil remunera os advoga-

dos por atos judiciais. Então, na verdade, em defesa dos advogados, o que acontece é que nós teríamos que buscar a remuneração por atos que não fossem somente os atos judiciais, prestigiando assim que o advogado recebesse pela conciliação, pela mediação, pela arbitragem, não só por atos que ele pratica no processo. Então, nós, pela estrutura que temos de remuneração dos advogados, quase que estimulamos essa excessiva judicialização que temos.

Há outro aspecto que eu queria refletir: primeiro, nós não pretendemos eliminar o contraditório, esse aspecto democrático do processo brasileiro. Então, vamos ainda avaliar todos os instrumentos ali propostos, mas nós não queremos tirar esse aspecto democrático e também de preparo. Temos que avaliar melhor esse conjunto de instrumentos que estão sendo propostos ali.

Em relação a esse incidente de demandas repetitivas, temos que precisá-lo. Em que situação nós vamos usar e como nós vamos precisar. O que eu quero dizer aqui é que, enfim, nós precisamos, concluindo, dialogar o tema do Processo Civil com os direitos fundamentais. Acho que esta reunião, Senador Paim, dá uma contribuição fundamental. Eu até me perguntava hoje de manhã por que o senhor estava realizando esta reunião. E me passou pela cabeça que talvez fosse essa demanda da sociedade civil que ficou muito assustada com o que aconteceu no Pinheirinho, em São Paulo. Ali foi uma decisão judicial não condizente com os tempos que nós estamos vivendo. Não são contemporâneas as preocupações da sociedade brasileira que poderiam ter resolvido aquele conflito de uma maneira mais madura. Então eu pensei que fosse essa a motivação inicial, mas percebi ainda que esta modificação deva estar implícita. O senhor trouxe aqui uma reflexão conceitual muito importante para que nós possamos introduzi-la neste momento, já que intuitivamente eu tinha esta preocupação, mas hoje aqui consegui enxergar uma formulação mais madura dessas preocupações.

Quero agradecerê-lo e pretendo solicitar que esses convidados de hoje possam fazer essas contribuições por escrito, que eles possam fazer por escrito. E eu poderei chamá-los em algum momento para, se eles assim concordarem, trazerem essas contribuições.

Concluo, Desembargadora, dizendo que depois que foi concluído este anteprojeto pelo Relator Sérgio Barradas Carneiro eu estou fazendo uma rodada de conversas com algumas instituições: com a Associação dos Magistrados do Brasil, que designou o Prof. Antonio Carlos Marcato para conversar conosco; com o Superior Tribunal de Justiça, o Dr. Ari Pargendler nos convidou para uma conversa que deveria ser no dia de hoje, mas ele pediu que mudássemos o dia; com

a Ordem dos Advogados do Brasil; com a Defensoria Pública; com o Ministério Público, enfim, com outras instituições porque eu entendi, desde aquele momento que recebi a relatoria, que deveríamos colocar aquele projeto à prova. É isso que estamos fazendo, a crítica da sociedade. Ele tem uma série de qualidades, mas pode receber, por que não, sugestões e críticas. É isso que estamos fazendo neste momento para não entregar um projeto incompleto.

Por último, dizer que nós temos que mudar o Processo Civil brasileiro. Em parte há um descontentamento na sociedade. Talvez o que nós não possamos é mudar os instrumentos de maneira equivocada, mas há uma situação hoje que não depende só da lei, depende da maturidade das nossas instituições, como a senhora falou. Mas a lei também precisa se atualizar neste momento.

Eu tenho ouvido muitas críticas daqueles que são contrários à mudança no Código de Processo Civil; tenho ouvido críticas daqueles que são contrários ao projeto entregue aqui no Senado; tenho ouvido críticas daqueles que são contrários ao anteprojeto, como ele está posto, mas eu me convenci de que o Código de Processo Civil tem que sofrer modificações, porque esse descontentamento também permeia o conjunto dos operadores do Direito no Brasil.

Então, o que nós esperamos fazer é um amadurecimento correto. Uma calibragem, digamos, mas precisa e de maneira experimental, de tal sorte que a gente reflita o que está acontecendo no Judiciário, e consiga também, ao tempo, avaliar se aquelas mudanças foram corretas.

Portanto, é isso o que pretendemos fazer para melhorar a Justiça, e não atrapalhar, digamos, esse trabalho tão importante da Justiça brasileira e dos operadores do Direito, que contribuem para isso.

Então, são essas as palavras, Senador Paim.

Agradeço muito a realização desta audiência e o convite para participar dela.

Eu teria aqui também o Deputado Sérgio Barradas Carneiro. Estamos neste momento em transição, e ele viria, mas acho que eu errei, porque eu disse que a audiência do STJ havia sido cancelada. Mas eu deveria ter afirmado: “mas pelo menos vamos comigo ao Senado”.

Mas, certamente, ele terá acesso às degravações desta audiência e poderá participar desta forma do conteúdo que foi trazido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele não está em Brasília?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Ele não está em Brasília, e sim na Bahia. Mas eu vou dividir com

ele. E, como vamos fazer a quatro mãos esse debate, vou levar a ele os conteúdos do que foi proposto aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos o Deputado Paulo Teixeira, Relator da matéria.

Fica já ajustado que vamos pegar cópia desta nossa audiência pública e vamos remeter a V. Ex^a, para que remeta, então, ao outro seu colega que também está na relatoria.

Neste momento, vou liberar os meus painelistas. O Deputado Paulo Teixeira terá de ficar um pouco mais, para que retorne ao Plenário, sem prejuízo do debate.

Neste momento, convido os outros três painelistas.

Então, peço uma salva de palmas para os meus amigos. (*Palmas.*)

Peço que fiquem na primeira fila e já convido o professor adjunto de Direito Processual Civil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Daniel Mitidiero. Convido também o coordenador executivo da ONG Terra de Direitos, o Sr. Antônio Sérgio Escrivão Filho. Convidamos também o professor da USP, o Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon.

Já estão providenciando as mudanças das placas. O Paulo fica comigo, porque fará os comentários finais aqui, depois da fala dos nossos painelistas.

Respondendo ao nosso Relator sobre o porquê da iniciativa de realizar essa audiência pública, nós trabalhamos muito com as redes sociais, e cada audiência pública que faço é resultado da demanda que a população faz à Comissão de Direitos Humanos. Uma das que foi mais solicitada foi exatamente esta: “Paim, por que você não faz uma audiência pública relacionando essa questão do novo Código Civil e os Direitos Humanos, já que vai tratar com a vida das pessoas, para melhor ou para pior” – pior para quem cometeu algum tipo de delito e terá de responder.

Então, por isso fizemos o encaminhamento. Fiquei feliz por você ter dado o exemplo do Pinheirinho, cujo resultado, como todos nós sabemos, foi trágico.

Vamos seguir, para ganhar tempo. Eu estarei mais mediando do que conversando, porque senão quando nos entregam a palavra, começamos a conversar e não soltamos a palavra mais. O importante para todos que estão assistindo pela TV Senado e pelos canais alternativos essa audiência pública é ouvir os nossos convidados e o Relator.

Então, eu vou de imediato passar a palavra ao Professor de Direito Processual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Daniel Mitidiero.

O tempo disponível é de dez minutos mais cinco, e mais cinco, se necessário.

O SR. DANIEL FRANCISCO MITIDIERO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Gostaria de iniciar a minha participação nesta sessão louvando igualmente o trabalho de V. Ex^a e, com isto, também gostaria de cumprimentar o Deputado Federal Paulo Teixeira, louvando também o seu trabalho na Câmara dos Deputados.

É para mim motivo de grande alegria poder contribuir com o debate verdadeiramente democrático da construção do direito processual civil no nosso País. Gostaria de cumprimentar a todos presentes que aqui se encontram para participar deste importante evento e, em especial, gostaria de cumprimentar os meus colegas de Mesa: o Professor Paulo Lucon, caro amigo; Desembargadora Ana Maria Amarante Brito; Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos, Antônio Sérgio Escrivão Filho; Professor Sérgio Cruz Arenhart, caríssimo amigo de longa data; e também o nosso querido amigo comum, Professor Luiz Guilherme Marinoni.

Eu pretendo apresentar a minha intervenção aqui neste momento tratando, no primeiro momento, da dimensão internacional do Processo Civil. Ou seja, inserindo como um elemento que compõe o rol de direitos humanos e, portanto, também compõe na dimensão doméstica brasileira o rol dos direitos fundamentais.

Dentro desta linha, pretendo situar o direito fundamental ao processo justo como um dever do legislador infraconstitucional, ou seja, situar o processo justo como um direito à organização de um processo idôneo para a tutela dos direitos, e com isso analisar o projeto do código do processo civil, que iniciou aqui no Senado Federal e depois seguiu para a Câmara dos Deputados.

A minha ideia é que nós possamos analisar o projeto do Código de Processo Civil em duas grandes linhas: uma primeira linha tratando no plano da formação da norma judiciária, ou seja, quais foram aqueles mecanismos que foram imaginados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados – o Deputado Paulo Teixeira está aqui e certamente posteriormente falará a respeito do tema –, quais foram os mecanismos que foram imaginados no Senado e na Câmara dos Deputados para fazer com que as decisões judiciais sejam cada vez mais gestionadas em um ambiente democrático. É um direito humano, é um direito fundamental que todos possam participar da formação das decisões do Estado, de modo que é fundamental que nós tenhamos presente o que o projeto do código traz para o plano da formação da norma. E, nesse particular, eu pretendo enfrentar o problema da colaboração no processo e, em especial, o destaque que o contraditório recebeu no projeto do código civil em um primeiro momento e de que modo o incidente de resolução de

demandas repetitivas pode ser compatibilizado com as exigências de um debate amplo, aberto e ponderado de toda a sociedade civil que tem interesse na produção de decisões justas.

Em um segundo momento, pretendo enfrentar o tema do projeto do Código do Processo Civil no plano da vigência da norma. São dois planos distintos: o plano da formação da norma, o processo hoje trabalha com a formação do direito e, em um segundo momento, o projeto também tem que se ocupar do plano da vigência da norma, ou seja, em outras palavras, de que modo o Direito produzido no Brasil ganha o seu império, ganha imperatividade, ganha autoridade através, mediante a atuação do Código de Processo Civil. E, nesse particular, eu pretendo tratar dos precedentes, em algumas breves menções, e do problema da efetividade na tutela jurisdicional, analisando aqui, em termos propositivos, em especial, o que na Câmara dos Deputados vem sendo desenvolvido a partir dos trabalhos do Senado Federal a respeito desses instrumentos.

Antes de iniciar, no entanto, gostaria de fazer um registro que é um registro importante, principalmente porque estamos aqui com vários acadêmicos e estamos ao vivo para todo o Brasil.

É preciso que se tenha presente a dimensão do debate que está sendo realizado, no Congresso Nacional, sobre o Código de Processo Civil. O Congresso Nacional dá um grande exemplo de democracia e de debate efetivo das ideias do processo quando vem, reiteradamente, convocando a sociedade civil para ser ouvida a respeito daquilo que é necessário mudar para que nós tenhamos um processo idôneo pela tutela dos direitos.

Muitas vezes, o cidadão comum, a pessoa comum não tem a dimensão do trabalho que é realizado pelo legislador brasileiro. Muitas vezes, se imagina que a política pode ser traduzida em politicagem, e é preciso que se diga, é preciso que se dê o testemunho de que se trabalha muito seriamente. Eu, particularmente, venho acompanhando esse trabalho naquilo que toca o processo civil, e gostaria de, realmente, enfatizar esse aspecto democrático das discussões que estão sendo travadas em torno do projeto do Código de Processo Civil.

Eu lembro aqui não só o trabalho do Senador Walter Pereira, quando, no Senado Federal, da primeira participação do projeto, mas também, da Câmara dos Deputados, de todos os Deputados Federais envolvidos no projeto, em especial o Deputado Jerônimo Goergen, Deputado Paulo Teixeira, Deputado Sérgio Barradas Carneiro e, aqui no Senado, agora, também, o trabalho do Senador Paulo Paim, que muito, aliás, honra os parlamentares gaúchos. E o Brasil, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É meu amigo. (*Risos.*)

O SR. DANIEL FRANCISCO MITIDIERO – Muito bem. O Direito Processual Civil tem uma dimensão, que nós costumamos dizer, transnacional. De uns tempos para cá, alguns temas ganharam um destaque especial porque se chegou à percepção de que, seja na tradição do *common law*, Estados Unidos, Inglaterra, seja na tradição ocidental, continental romano-canônica da Europa e dos países da América Latina, nós temos exatamente os mesmos problemas para serem enfrentados. Esses problemas que devem ser enfrentados são muitas vezes enfrentados com institutos semelhantes. Isso fez com que eclodissem várias normas internacionais de proteção dos direitos consagrando aquele mínimo essencial que compõe um processo que tende a ser chamado como processo justo.

O que aqui nos interessa analisar do ponto de vista do projeto do Código é que nós temos que ter presente que nenhuma ordem jurídica pode ser considerada uma ordem jurídica justa se não tratar todas as pessoas que sob ela se encontram de maneira igual. Nenhuma ordem jurídica pode ser considerada justa se ferir o princípio básico, a norma formal mais evidente do Direito, que é tratar aqueles que tem casos iguais de forma igual. Isso é básico. E é por essa razão que as convenções internacionais, os tratados internacionais de direitos humanos consagram como direito básico o direito à igualdade de todos, sem discriminação de qualquer sorte.

Isso, obviamente, é proclamado no plano geral, mas também se aplica no ponto do processo civil. Isso tem a ver com a natureza do próprio Direito. Desde que o Direito é Direito, ele se coloca como uma ordem que traz em si a ideia de igualdade, de um lado. De outro lado, também constitui um direito básico de todo e qualquer cidadão, na ordem interna, de toda e qualquer pessoa participar da formação das decisões que acarretam prejuízo aos seus interesses.

Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que é essencial ao Direito do Estado constitucional a possibilidade de participação na formação das decisões. Isso nos remete ao problema da formação da decisão judicial e o problema da vigência do Direito no Brasil a partir de um marco do Estado constitucional. E aqui, então, eu gostaria de lembrar aos colegas que o Estado constitucional é, antes de mais nada, um Estado fundado na pessoa humana.

Isso está longe ser simplesmente uma proclamação retórica. Na verdade dizer que o Estado constitucional é um Estado fundado na pessoa humana significa trazer uma perspectiva de análise dos problemas jurídicos. E o que significa dizer isso? Significa dizer

que a primeira preocupação de quem quer que esteja empenhado na construção do Direito deve ser uma preocupação de primeiro pensar na pessoa e nos seus direitos, e depois pensar na ótica do Estado. O Estado, em outras palavras, tem o dever de ser organizar para dar tutela aos direitos. Em outras palavras, se existe um direito, esse direito deve conformar a atuação do Estado e não ser conformado por ela. E isso foi o que fez eloquentemente Constituição brasileira quando primeiro tratou dos direitos fundamentais, art. 5º, e depois tratou da organização do Estado, invertendo a lógica das constituições anteriores.

Por que estou dizendo isso? Eu estou dizendo isso porque a nova estruturação do contraditório no Processo Civil não é uma invenção do legislador e não é também ao que possa ser assimilado a uma opção técnica banal. O direito ao contraditório no Processo Civil decorre da transformação da característica do direito no Estado constitucional. No plano das fontes do Direito, o Direito mudou. Há 50 anos, o Poder Judiciário não trabalhava com princípios, porque quem trabalhava com os princípios era o legislador; há 50 anos, o Poder Judiciário não trabalhava com conceitos indeterminados e com cláusulas gerais, porque a técnica legislativa não o consentia; há 50 anos, nós imaginávamos que a interpretação do juiz era uma interpretação neutra e passiva e simplesmente declarava uma norma preexistente. Quando nós acordamos e passamos a perceber que o direito dos juízes é tão importante como direito do legislado; quando nós acordamos e percebemos que o Poder Judiciário reconstrói a interpretação da norma, nós começamos a perceber que existe uma colaboração muito intensa na produção do direito pelo legislador, de um lado, e pelo juiz, de outro.

Isso quer dizer que as partes, que a pessoa humana não pode ter simplesmente seu direito de participar na formação da norma pelos seus representantes eleitos, ele também deve ter o direito de participar da formação da norma mediante o juiz no caso concreto. E é por essa razão que o projeto do Código de Processo Civil deu especial destaque ao contraditório, colocando como um direito de influência e um dever de debate do juiz. Isso não é uma opção técnica que esteja à disposição, isso decorre da natureza do direito no Estado constitucional. Isso é importante que se tenha presente.

Muito se fala em celeridade da justiça, mas na verdade um processo justo não é um processo somente preocupado com o tempo do processo. Na verdade, o tempo do processo é fundamental para que nós tenhamos uma ação intempestiva, mas ninguém pode tolerar um processo em que não pode ser ouvido, em

que tem decisões surpresas, em que não tem condições de influenciar efetivamente nos rumos do processo. E essa é a razão pela qual eu grifo especialmente essa situação, essa é a razão pela qual o Congresso Nacional em conjunto vem dando um destaque especial ao contraditório. Isso no plano da formação da decisão. O contraditório é fundamental para que nós tenhamos decisões mais ponderadas, abertas e que consigam refletir o interesse numa decisão justa.

Do ponto de vista da vigência da norma, eu apenas gostaria de fazer dois destaques que me parecem convenientes e que também constituem uma inovação do trabalho legislativo que vem sendo realizado em relação ao direito anterior, que diz respeito a um sistema de precedentes vinculantes no direito brasileiro e que diz respeito à efetividade da tutela jurisdicional.

O projeto do Código, tal como chegou à Câmara dos Deputados, previa o dever dos tribunais velarem pela uniformidade das suas próprias decisões, e, por isso, promovia o ideal da igualdade de todos perante o Direito, e promovia o ideal da segurança jurídica que é um dos sustentáculos do Estado constitucional; no entanto, ele não previa algo que é de fundamental importância para que todos nós tenhamos condições de trabalhar com o Direito que são as técnicas necessárias para que nós possamos reconhecer o que é um precedente numa decisão judicial e aquilo que não é um precedente numa decisão judicial; em outras palavras: não previa normas que nos diziam o que é uma *ratio decidendi* e, portanto, o que vinculante numa decisão judicial e aquilo que simplesmente é um *obiter dictum*, aquilo que é dito de lado e não vincula para julgamentos futuros, também não nos trazia instrumentos de distinção entre casos, quando eu devo ou não devo aplicar um precedente e tão pouco trazia instrumentos que visavam à superação da norma do precedente, ou seja, quando o projeto chegou à Câmara dos Deputados, nós tínhamos já uma ideia bem clara de que era necessário que os tribunais seguissem os próprios precedentes, mas nós não tínhamos ainda os instrumentos necessários para que as pessoas consigam trabalhar com precedentes, e isso vem sendo realizado na Câmara dos Deputados, é uma das matérias que tem sido debatida com bastante intensidade e vem-se encaminhando à ideia de que teremos esses instrumentos positivados do Projeto do Código de Processo Civil, buscando, portanto, então, dar autoridade ao Direito como um todo.

E, do ponto de vista da efetividade da tutela jurisdicional, o Professor Marinoni bateu de maneira bastante enfática no problema da tutela específica. Todos que conhecem a sua obra sabem que esse é um dos temas da sua predileção e que foi por ele introduzido

no Direito brasileiro. Eu estou de pleno acordo com todas as observações do Professor Marinoni e tenho para mim que nós temos o dever de instituir um procedimento especial visando à tutela inibitória e à tutela de remoção de ilícito, e, aliás, essa também é uma das temáticas que vem sendo debatida pela Comissão, hoje liderada pelo Deputado Paulo Teixeira, e que se reunirá nos dias 23 e 24 para dar essa conformação final ao Projeto do Código.

Então, Senador Paulo Paim, essa preocupação com os novos direitos, com os direitos não tenham um caris patrimonial, está sendo contemplada também na Câmara dos Deputados, para que nós tenhamos esse instrumento de tutela poderoso que é a tutela inibitória e a tutela de remoção de ilícito à disposição de todos, extirpe de dúvidas na sua existência no Projeto do Código de Processo Civil.

Eu gostaria, por fim, de terminar essa minha breve exposição concordando com a Desembargadora Ana Maria, quando ela referia que não bastam leis processuais. Na verdade, para além das leis processuais, nós precisamos de uma reforma na organização judiciária no Brasil, assim como nós precisamos de mais dotação orçamentária para o Poder Judiciário, mas me parece que é fundamental que todos esses passos sejam dados. Não basta também simplesmente uma nova organização judiciária, não basta também simplesmente mais dotação orçamentária; nós temos que tomar iniciativas conjuntas para transformar o Código de Processo Civil do nosso País.

Com isso, Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer mais uma vez à oportunidade de estar aqui e dizer que, para mim, é uma grande honra, uma enorme honra ser convocado para sessões desta ordem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Professor de Direito Processual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Daniel Mitidiero, meus cumprimentos pela sua fala.

Eu falava aqui um pouquinho com o Relator Paulo Teixeira da importância da audiência pública, na visão da relatoria. Ele depois vai falar, eu só estou pegando o seu gancho, desse lado cada vez mais humano. Claro que o processo é importante, mas, na nossa ótica, o ser humano sempre em primeiro lugar, e tudo que nós fizemos na elaboração do próprio Código vai nesse sentido.

Então, vamos agora ao Antônio Sérgio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO – Bom dia. Cumprimento ao Senador Paulo Paim, mais uma vez, pela oportunidade e pela iniciativa de convocar a sociedade civil organizada para debater e discutir

os temas referentes à sua história, e isso talvez seja um dos elementos mais interessantes quando somos chamados a debater Código de Processo Civil, que também é algo que já fizemos com o Deputado Paulo Teixeira, por ocasião de sua relatoria na Câmara dos Deputados. Identificar como o processo civil e o direito brasileiro vêm interferindo e colocando-se numa tendência crescente na vida da sociedade brasileira, sobretudo na discussão dos conflitos de ordem socioeconômica, culturais e ambientais, algo que não acontecia há algum tempo, como foi muito bem colocado pelo Prof. Mitidiero.

Cumprimento, então, nesta oportunidade, o Prof. Mitidiero. É sempre um prazer e uma honra compartilhar o espaço com nomes como o de V. Sa., o Prof. Paulo Lucon, o Deputado Paulo Teixeira, assim como os que me antecederam.

Tratar no ano de 2012 sobre a elaboração, a reforma, um novo Código de Processo Civil é tratar justamente da medida do processo social em que os conflitos sociais, como eu disse, e os direitos humanos vêm sendo canalizados e desaguados quase em sua absoluta maioria no Poder Judiciário.

O fenômeno mundial que é conhecido e já foi mencionado aqui é o fenômeno da judicialização dos conflitos sociais. O que fica mais em voga no nível dos discursos é a judicialização da política. Aqui talvez seja uma outra dimensão dessa judicialização da política, não essa política no sentido estrito da elaboração legislativa, mas a política pública quando ela se refere aos direitos sociais de acesso à educação, à saúde, aos direitos individuais, de reconhecimento étnico, de orientação sexual, de raça, por exemplo.

Nesse sentido, então, é que a discussão do Código de Processo Civil se insere e é muito bem vinda a iniciativa do Senador Paulo Paim ao convocar a relação entre processo civil e direitos humanos, uma relação – repito – crescente, uma tendência crescente.

Essa relação da judicialização dos conflitos sociais muitas vezes se dá de uma maneira ativa, proativa. Muitas vezes, a sociedade reconhece um novo Judiciário, o Judiciário que reconhece a sociedade democrática; um Judiciário que conhece a Constituição cidadã e, portanto, é identificado como uma instituição de acesso à Justiça. Isso acontece, sobretudo, em algumas temáticas dos direitos humanos. Vimos avanços, sobretudo, na dimensão dos direitos sobre orientação sexual nesse sentido.

Por outro lado, infelizmente, a judicialização dos conflitos sociais também se converte em grande medida e também na medida de outras temáticas de direitos humanos em um procedimento de criminalização da luta por direitos. Quando os movimentos sociais, quan-

do os atores sociais em sua manifestação política de reivindicação de direitos são colocados, são acuados, muitas vezes, no polo passivo de uma lide, quer civil ou criminal, a fim de mitigar a sua força política, a fim de desestimular a mobilização e organização social. A criminalização, nesse sentido, também reflete o processo civil porque a criminalização não significa estritamente apenas a restrição de liberdade, mas também a repressão pela via pecuniária, também pelo interdito de acesso a devidos espaços, a devidos ambientes onde seria legítima a mobilização e organização social.

São esses dois elementos que me parecem vir a lume neste momento e muito me alegra e me tranquiliza quando chego já a esta altura do debate para poder humildemente contribuir com a questão e sou precedido por todas as falas que indicam a necessidade de enxergarmos no processo civil a legitimidade, a importância e a luta por direitos e a emancipação socioeconômica de grande parcela da população brasileira. Isso está em jogo nesse momento. O Poder Judiciário vem sendo reconhecido como um ator responsável e capaz de contribuir nessa esfera; e ele vem tomando a centralidade do processo de reconstrução da sociedade brasileira nesses últimos 20 anos. Portanto, venho praticamente fazer coro àquelas análises que indicam a necessidade de trazermos ao processo civil, talvez não necessariamente ao Código de Processo Civil, mas é uma oportunidade histórica de ser feito, trazermos mecanismos, princípios, institutos, inclusive procedimentos de execução específicos para a tutela de direitos e interesses de caráter difuso, coletivo e sobretudo em demandas de interesse social.

Havia um anteprojeto de produção de um código de processo coletivos, iniciativa de uma comissão de juristas junto com a professora Ada Pellegrini. Esse código foi afastado da realidade brasileira. Foram então transpostos os seus princípios, os seus mecanismos para a Lei de Ação Civil Pública nº 5.139, mencionada pelo professor Sérgio Arenhart, infelizmente também uma lei arquivada no âmbito da Câmara dos Deputados. Mas, já de público, fazemos um clamor aqui ao nosso nobre Deputado Paulo Teixeira no sentido de trabalharmos não a sua ressurreição porque o requerimento de desarquivamento junto à Mesa já foi aprovado, mas trata-se de trabalharmos a sua aprovação naquela Casa porque a Lei de Ação Civil Pública também trabalha e traz a lume mecanismos, princípios e procedimentos de execução para a tutela de direitos difusos, coletivos e demandas de interesse social. Sobre tudo naquilo em que o interesse social entre em conflito com o interesse público, não sendo obviamente dimensões idênticas dos direitos colocados no proces-

so social de luta e emancipação e reconhecimento da sociedade brasileira.

Trazendo um pouco para o âmbito concreto do debate realizado no Código de Processo Civil, eu apontaria estes dois elementos: de um lado essas demandas e a necessidade de reconhecer os mecanismos. Para isso, nós precisamos não apenas da contribuição valorosa de todos os professores que aqui se encontram, quer dizer, essa dimensão não apenas técnica, mas também conceitual não dogmática, mas filosófica e histórica que vem sendo trazido à mesa, mas sobretudo no sentido de os próprios professores e intelectuais que aqui se encontram contribuir neste processo de convencimento das altas Casas legislativas do nosso País, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, porque sabemos que infelizmente não são todos os nossos congressistas que comungam de ideais democráticos no sentido de incorporar a participação da sociedade e do reconhecimento das novas lutas, dos novos direitos ao rol dos direitos justiciáveis e trazer a tona o tema da justiciabilidade então dos direitos humanos, direitos sociais, econômicos e culturais.

Muito se disse no âmbito concreto da discussão do novo Código de Processo Civil sobre a celeridade. Na verdade, o discurso da celeridade foi o que motivou... E o discurso da celeridade, na verdade, enquanto discurso, foi o que deu causa ao anteprojeto apresentado a esta Casa no ano de 2010 que deu origem ao PLS 166, de 2010. Acontece que a celeridade, como já foi muito bem colocado aqui, trabalhado pelos que me antecederam, ela não pode ser focada em chegar como algo em si. A celeridade processual demanda análises e soluções que transcendem o olhar canalizado para a questão dos recursos e dos institutos passíveis de discussão em uma lei de processual.

Penso que o que há de mais moderno na sociedade brasileira, em termos de estudos e análise sobre a questão da celeridade, encontra-se nas análises inicialmente elaboradas pelo Prof. Joaquim Falcão, à época conselheiro do CNJ, hoje diretor da Faculdade de Direito da GV do Rio e, hoje, incorporadas às análises dos Instituto de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que é a questão da celeridade estar vinculada estritamente à questão dos maiores ligantes, dos grandes litigantes da sociedade brasileira. O Prof. Joaquim Falcão identifica que o problema da morosidade, portanto, a via contrária da celeridade, se encontra, em grande medida, estacionado na judicialização, como ele diz, patológica que o Estado brasileiro, ou todos os entes federativos, e como as grandes empresas e grandes conglomerados do setor financeiro, do setor de serviços, de acesso a crédito utilizam o Judiciário, a via judicial como a via

patológica e como medida econômica e não medida judicial. A judicialização dos seus contratos tem, certamente, um cálculo no seu aferimento de lucros, de juros. Nesse sentido, então, é que me parece deve ser situado o discurso sobre a celeridade e, *a contrario sensu*, a morosidade, claro, junto de todas as outras análises que foram trazidas ao debate.

Mas é importante porque isso, talvez, vá de encontro à noção do incidente de recursos repetitivos, que já foi muito bem debatido aqui nesta mesa. Então, humildemente, venho me juntar a essas análises, na medida em que o recurso repetitivo, talvez, não iniba práticas de litigância repetitiva. Na verdade, o que é preciso é a desjudicialização de certas demandas, talvez sendo levado, como colocou o Deputado Paulo Teixeira, para instâncias de mediação e conciliação, instâncias administrativas, retirando do Judiciário questões que têm caráter eminentemente econômica e não discussão contratual, porque isso é inserido nessas lides de maneira propositada.

Parece-me que a solução mais adequada para essas demandas que deságuam no Poder Judiciário também é dada pela magistratura do Rio Grande do Sul.

O Prof. Mitidiero, certamente, conhece o Prof. João Ricardo Cunha, presidente – ou ex-presidente, não tenho certeza se está na presidência da Ajuris – e também juiz titular da Vara de Tutela Coletiva de Porto Alegre, quando indica que o que é necessário é que haja a tutela coletiva que iniba a prática em si, uma tutela inibitória que iniba a prática em si de cobranças irregulares, por exemplo, de instituições financeiras que, ao cobrar dois reais de cada correntista, fazer uma cobrança indevida de cada um dos seus correntistas, em uma medida sabidamente ilícita, elas têm no Judiciário, elas têm na judicialização dessa demanda por 30% dos seus correntistas que vão recorrer dessa cobrança irregular – pensando, inclusive, que alguém recorre ao Judiciário para reaver dois reais –, essas instituições financeiras vão manter um lucro de dois reais sobre trezentos, quinhentos mil correntistas em 70% dessa sua prática. Isso é algo recorrente em todas as instituições financeiras e de serviços. A saída identificada pela Vara de Tutela Coletiva do Rio Grande do Sul seria justamente a tutela de uma ação coletiva que iniba a prática para toda e qualquer ação da instituição financeira quando ela age dessa forma, e não para um processo judicial que recorra ao dano. Parece-me, tenho impressão de que vai um pouco ao encontro do que já foi colocado aqui neste sentido.

Bom, outro elemento importante, que está em discussão no Código de Processo Civil, de suma importância, que foi muito bem trazido à Mesa pelo Deputado Paulo Teixeira, é justamente a discussão acerca

das ações possessórias. Vale sua menção, neste momento, em um país que possui uma história eminentemente agrária, um país em que, ainda hoje, o Código Florestal situou-se no centro do debate político dos anos de 2011 e 2012, um país que ainda possui uma herança colonial muito forte, e nós falamos em termos de resquícios do colonialismo e não das estruturas de instituições legais que o estruturam, resquícios culturais sobretudo da cultura política, cultura trabalhista, cultura jurisdicional, talvez. Então, é um tema que se coloca na ordem do dia.

Em janeiro deste ano, então, tivemos, infelizmente, a ação de despejo do Pinheirinho, como foi colocado, uma tragédia social completamente evitável. Evitável não no sentido da decisão judicial, de qual a motivação, de qual o instituto, mas evitável no sentido de qual a condução jurisdicional que estava apresentada ao Judiciário naquele momento. Existiam alternativas à solução do conflito. Parece-me que, quando se busca uma tutela judicial, nós estamos falando, sobretudo em caso de tutela de direitos e interesses difusos e coletivos, estamos falando da solução de uma situação de fato. Interessa mais a solução do conflito social do que o encerramento do processo judicial.

Então, novamente, vemos a celeridade se colocando. Qual a lógica que deve trazer um processo, sobretudo nesses processos... A litigância é enorme nos tempos de hoje – a Profª Maria Tereza Sadek indica que o aumento também –, a litigância é maior justamente nos centros onde há maior IDH, maior concentração do PIB, porque a judicialização está diretamente ligada realmente ao empoderamento econômico. A litigância é enorme, mas os casos em que haja interesses, direitos e sujeitos difusos e coletivos devem possuir um tratamento especial. Isso é o que não ocorre até hoje no ordenamento jurídico brasileiro. Esse é o coro que vem sendo feito nesta Mesa. E a questão das ações possessórias insere-se neste debate.

Bom, o Código de Processo Civil prevê alguns procedimentos especiais, entre eles o rito das ações possessórias. Atualmente, o rito das ações possessórias, que está colocado nos arts. 926 a 928, com alguns desfechos, prevê que o autor de uma ação possessória, um proprietário ou alguém que detenha, de alguma forma, a posse de uma área urbana ou rural ele peticiona ao Poder Judiciário, onde, apenas analisando a sua petição, na nossa cultura, na advocacia popular junto aos movimentos sociais, cotidianamente, verificamos petições sem qualquer indício de verossimilhança de fatos, petições despreocupadas em produzir o conhecimento e a convicção do juízo porque o juiz, a cultura jurisdicional já está tendente a deferir uma liminar de

reintegração de posse *inaudita altera pars*, quer dizer, sem ouvir a outra parte.

Como já foi muito bem colocado aqui – eu tenho, necessariamente, de reiterar essa questão –, a nossa cultura jurisdicional legislativa processual foi forjada em bases de outrora, ela foi forjada sobre bases sociais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO –

Quanto tempo, Deputado? Já encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem um minuto. Posso dar dois.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO

– Está ok.

Sobre bases sociais que não mais correspondem ao estágio de avanço da sociedade brasileira.

Neste sentido, as ações possessórias também... Ele traz um modelo clássico, porque esse modelo de reintegração de posse e despejo sem que seja ouvida a outra parte é um modelo fincado nos mourões da antiga propriedade individual e absoluta, em que não se dialoga e não há que se discutir qualquer elemento de função social da posse e da propriedade.

Bom, a Constituição de 1988 constitucionalizou dimensões da função social. Ela já existia no ordenamento jurídico brasileiro desde 1964, com o Estatuto da Terra, mas a Constituição inova, transforma em princípio da ordem econômica dos direitos fundamentais, enfim. É isso que deve ser trazido neste momento de modernização democrática do Código de Processo Civil.

Existem propostas que já foram apresentadas na forma de emendas na Câmara dos Deputados, que estão sob a análise do Deputado Paulo Teixeira, no sentido de alterar esse mecanismo das ações possessórias a fim de que, em vez de determinar, de plano, uma reintegração de posse, seja realizada uma audiência de mediação entre as partes a fim de solucionar o problema, não encerrar o processo. É uma audiência em que haja também um elemento estritamente necessário ao Poder Judiciário, a um sistema de justiça e a um sistema político e jurídico como um todo que todos necessitamos e queremos para o Brasil: um Código de Processo Civil nesse sentido, que insira mecanismos de diálogos institucionais também, porque para a solução de um conflito fundiário é necessário que haja a intervenção dos órgãos fundiários que regulamentam a política fundiária. O Poder Judiciário não possui capacidade técnica no sentido da sua própria função de solucionar um conflito fundiário, porque não é uma decisão... Talvez uma decisão não consiga, de maneira isolada, solucionar essa questão. Para a solução de lides dessa natureza é necessário o diálogo institucional, convocar os órgãos fundiários responsáveis pela

política agrícola e fundiária, convocar o Ministério Público, a Defensoria Pública, a sociedade e as famílias que estão envolvidas naquele litígio que ganhou uma dimensão judicial para, dessa forma, identificar se há o cumprimento da função social da propriedade, porque é isso que a Constituição quer, e poder, enfim, solucionar o conflito em questão.

Senador Paulo Paim, na data de hoje, eu entrego a V. Exa. aqui, na Comissão de Direitos Humanos, a lista de emendas que tratam sobre essas alterações, porque, certamente, elas serão aprovadas na Câmara e voltarão a esta Casa. Todo apoio dos nossos congressistas efetivamente compromissados, na sua história, com os direitos humanos será necessário nessa empreita.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Muito bem, Dr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos, que levanta aqui questões importantes como a tendência de criminalizar os movimentos sociais. Eu mesmo fui chamado, diversas vezes, a participar de mediações para evitar que isso acontecesse. Em relação à questão do interdito proibitório apresentamos projeto, que está em debate aqui, no Senado. O próprio direito de greve é um projeto agora que proíbe... O camarada escolhe essa ou aquela categoria e inventa que ele não tem mais direito a fazer greve. Eu estou pedindo para relatar esses projetos, naturalmente para dar o parecer contra. Sem nenhum motivo justo, no meu entendimento.

Bom, quero também só dizer esta frase que muitos disseram: nós todos temos interesse, é claro, em agilizar os processos, mas nunca esquecendo o direito que foi levantado por todos aqui: o direito ao contraditório, que as pessoas tenham o direito de fazer a sua legítima defesa. Isso foi colocado muito pelo Daniel e também por vocês aqui, no próprio caso de desapropriação ou mesmo de retirada desse ou daquele movimento ocupando uma área. É preciso que as partes sejam ouvidas.

Mas vamos lá. Vou deixar de falar, porque não sou advogado. Só vou dando chute para lá e para cá.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, advogado e professor da USP.

O SR. PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, gostaria de, inicialmente, cumprimentá-lo por este importante trabalho de debate aqui, no Senado Federal. Esta discussão é de vital importância para o Brasil. Quero dar também aqui o meu depoimento do espírito democrático que vejo na Câmara dos Deputados na condução do trabalho feito pelo Deputado Paulo Teixeira e, antes, também pelo Deputado Sérgio Barradas Carneiro.

Eu não tenho experiência política. Para mim foi uma surpresa muito boa verificar o debate político, como a democracia impera na Câmara dos Deputados e como o trabalho se desenvolve de maneira extremamente séria e comprometida.

Foram apresentadas mais de mil propostas legislativas em cima do projeto do Senado Federal. Foram todos eles analisados. Há ideias importantes, há necessariamente modificações que devem ser feitas, há temas que devem ser tratados, não sei se neste projeto ou em outro projeto sobre outros temas importantes como políticas públicas e processos coletivos.

Quero dizer aqui, iniciar minha exposição, e procurarei ser o menos técnico possível, falando apenas sobre alguns pontos necessários a todos para que se tenha um choque de realidade.

Segundo levantamento feito pelo CNJ, em 2010, de 100 processos entrados, 58 não tiveram baixa – isso em relação ao processo de conhecimento. Em relação à execução, de 100 processos entrados, 84 não tiveram seu desfecho. Então, nós estamos falando aqui de 16 processos findos, em 100, em um ano. Ao mesmo tempo, faltam funcionários, faltam recursos. A *Folha de S. Paulo*, de 23 de maio de 2011, noticiou um apagão dos oficiais de justiça. Segundo o diário *Folha de S. Paulo*, dos 8.801 postos para oficiais de justiça no Estado de São Paulo, 3.357 estão vagos.

Temos processos em São Paulo que estão há mais de dez anos aguardando o seu desfecho em segundo grau de jurisdição. Quer dizer, processo que entrou e não foi julgado ainda em segundo grau de jurisdição.

Por outro lado, é necessário também levarmos em conta o gasto do Estado com o Judiciário. Hoje, vindo para cá, vejo aqui no *O Estado de S. Paulo*, no avião: “Gasto dos Estados com funcionários crescem R\$55 bilhões em dois anos”.

Então, nós temos o seguinte paradoxo: o que fazer? Gastar mais? Vai chegar um momento em que a conta não vai fechar; objetivamente, a conta não fechará. Nós precisamos criar, então, mecanismos de solução fora do processo. Porque o processo não está conseguindo resolver, não dá conta.

Eu fui juiz eleitoral oito anos, desembargador. Havia sessões no tribunal em que eu tinha 60 sustentações orais, numa sessão. Ficava até de madrugada lá, ouvindo casos eleitorais. Não é das coisas mais agradáveis; ficava preocupado, tinha que julgar aí a questão dos registros dos candidatos.

No entanto, em função dessa massa de processos, o que aconteceu com o segundo grau de jurisdição? Em função de mudanças legislativas que presti-

giaram as decisões monocráticas, houve uma queda de qualidade.

Então, como solucionar toda essa problemática?

Nós estamos lá no ambiente da Câmara e ouvimos vários grupos de interesse: os magistrados, os advogados, a AGU, os movimentos sociais. Como atender toda essa demanda social legítima num Código de Processo Civil? É muito difícil, muito difícil atender todos.

Um dos pontos que foram relatados aqui foi a questão, puxa vida, do problema da sustentação oral em agravo. Trará uma demanda no colegiado? Sem dúvida nenhuma. É necessária a sustentação oral no tribunal? Pela experiência que eu tive, acho que sim; principalmente nas decisões de mérito, principalmente nas medidas de urgência. Como atender tudo isso? A questão é essa: ter, o Judiciário, meios para atender essa demanda. Porque, em um mundo ideal, seria ótimo que a demanda fosse atendida e com a qualidade que nós desejamos, porque todos nós desejamos.

Eu acho que aqui a solução é fomentar meios alternativos de solução de conflitos: fomentar conciliação, fomentar arbitragem, mediação, fomentar o diálogo de mediadores nos conflitos, principalmente nesses conflitos sociais.

Na instituição de políticas públicas. Aqui falo em meu nome e no da Prof^a Ada Pellegrini Grinover. Estamos desenvolvendo, já há alguns anos, um curso de políticas públicas, ligado ao Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Faculdade de São Paulo, estudando os casos, as causas coletivas e as causas individuais que envolvem políticas públicas – sobre como melhor solucionar, como dar decisões corretas nesses casos, porque às vezes tenho um caso individual que tem projeções coletivas. São demandas individuais com efeitos coletivos.

E uma coisa que sinto, ainda, no Código, embora esteja trabalhando lá – e isso tenho falado e repetido várias vezes: nós poderíamos introduzir no novo Código de Processo Civil, sim, algumas medidas relacionadas com o processo coletivo, aprimorando o processo coletivo, que é tão mal tratado no sistema brasileiro.

Para os senhores terem ideia, a primeira ação civil pública ajuizada no Brasil, com a lei de 1985, ou seja, ajuizada no ano de 1985, até hoje não foi julgada, não teve julgamento de primeiro grau de jurisdição. Então, nós temos acesso à Justiça, que é a porta de entrada, mas não temos a porta de saída. E não se chega à porta de saída, simplesmente porque o processo demora. E demora por razões múltiplas. Demora, porque fica parado na prateleira; porque há um excesso de demanda por parte dos clientes do Judiciário. E aqui o principal cliente é, sim, o Estado brasileiro. So-

bre isso há levantamento estatístico feito. Quer dizer, quem mais procura o Judiciário é o Estado brasileiro; quem mais o atravança é o Estado brasileiro. Em segundo lugar, há as grandes corporações, que também ganham com a demora. Não tenham dúvida de que o empresário, de que alguns empresários perceberam que vale mais a pena judicar brigado, do que procurar uma solução consensual.

A questão é, sim, econômica. E é econômica não só para o empresário como também para o Estado brasileiro, que se beneficia de todo esse sistema perverso. E, no fim das contas, estão os advogados e juízes tendo de lidar com essa situação, com essa massa imensa de trabalho, cada um defendendo seus interesses.

Há 600 mil advogados no Brasil. É um absurdo, comparativamente a outros países? Sim. Mas é a realidade brasileira. No Japão há 10 mil advogados, 12 mil advogados. Só que há soluções fora do processo.

O Deputado Paulo Teixeira relatou esse aspecto dos advogados, que ganham por ato na assistência judiciária. E, se os senhores considerarem que há mais ou menos 80% a 90% de advogados, vivendo com assistência judiciária; se considerarem que há 600 mil advogados trabalhando, isso sim dará um problema social. Isso também dará um problema social.

Então, é preciso resolver todos esses aspectos. O difícil é equalizar tudo isso. Talvez – lembrou bem o Deputado Paulo Teixeira – seja o caso de remunerar o advogado no ato do processo de mediação, da fase de mediação – pré ou dentro do processo.

No processo coletivo, estimular soluções mais rápidas. De que maneira? Com varas especializadas, com tratamento prioritário, porque não há sentido um processo coletivo demorar mais do que um processo individual. Então, o processo individual é julgado rapidamente, chega aos tribunais superiores rapidamente, dentro dessa velocidade brasileira, que são dez anos, e o processo coletivo fica parado. E ele trata exatamente do direito que está sendo discutido na ação individual. São as chamadas ações pseudoindividuais, que o Prof. Kasuo Watanabe denominou bem, ou então demandas individuais com efeitos coletivos.

Vou citar alguns exemplos: demanda individual que queira instituir uma política pública destinada a ampliar vagas numa creche, a ampliar vagas numa escola, a discutir como deve ser o tratamento daquelas pessoas acometidas de doenças degenerativas. Ou seja, às vezes, uma demanda individual tem uma projeção coletiva. Então, eu ficaria muito feliz se o novo Código de Processo Civil também desse uma tônica ao processo coletivo, mais do que já está dando, o que é extremamente importante.

O incidente de demandas repetitivas não resolverá esse problema enorme que eu já mencionei aqui, mas é um aspecto relevante. Eu gostaria até de que, quando fosse instaurado o incidente de demandas coletivas, houvesse a intimação de legitimados extraordinários, como o Ministério Público, organizações. Porque esse incidente de demandas repetitivas resolverá muitos problemas, mas é evidente que existem conflitos que até hoje não são jurisdicionalizados.

Lembrou bem o doutor escrivão aqui – não é? – que existem conflitos que não passam pelo Judiciário até hoje. É o caso do banco, da instituição financeira que aumenta um real na conta corrente dos senhores todos aqui e que os senhores nem mesmo percebem. Quem vai ao Judiciário reclamar esse um real? Ninguém! Precisamos, então, de demandas coletivas para tratar desses temas que não estão sendo cuidados devidamente.

Vejo com bons olhos, então, a necessidade de aprimoramento de certos institutos – e isso estamos tentando fazer na Câmara. Intimar os legitimados extraordinários a atuar também, porque o incidente de demandas repetitivas ocorre quando há um grupo de demandas com aquele chamado impacto de massa, para utilizar a expressão do Professor Barbosa Moreira. Então, surgido aquele impacto de massa, a questão foi levada para uma solução uniforme.

O problema será, sem dúvida nenhuma – e tenho essa preocupação –, a demora nisso. Nós sabemos, nós que somos profissionais da área, quantos casos nós temos de uniformização de jurisprudência. Quantos casos nós temos de súmula vinculante? São poucos! E mais ainda: há uma demora na elaboração desses conceitos.

Então, estou plenamente de acordo com as palavras da desembargadora: nós não conseguiremos resolver os problemas da Justiça.

Pela lei, sim, nós conseguiremos tratar de problemas muito importantes, como ressaltou o Professor Marinoni aqui, com a demanda inibitória. O Professor Mitidiero fez referência a um procedimento especial, sugerido na Câmara, de tratar da tutela inibitória, de remoção do dano, aqui, com a sugestão do Professor Sérgio Arenhart.

Então, existem mecanismos, que estão sendo tratados no projeto da Câmara, extremamente relevantes para a realização dos direitos, mas que, certamente, são insuficientes.

Precisaremos – não sei se neste momento, mas eu gostaria que fosse em certa medida neste momento no Código de Processo Civil – de um projeto de lei que trate do processo coletivo, que uniformize a legislação coletiva esparsa no Brasil, e também de outro projeto

de lei que trate de políticas públicas. Aliás, há um anteprojeto, discutido no âmbito da USP – gostaria até de disponibilizar aos colegas –, em que se coloca a discussão de políticas públicas por meio de um processo com diálogo, sem ficar adstrito ao pedido, sem ficar com aquela noção rígida de processo, em que o juiz tem que decidir o pedido, necessariamente o pedido. Uma ampliação do objeto do processo, no início do processo, com o diálogo, com a participação de representantes das várias facetas da sociedade brasileira.

Então, na verdade, o depoimento que quero dar aqui, como membro da Comissão na Câmara dos Deputados, é do trabalho relevante que está sendo feito lá, dos mecanismos importantes que estão sendo lá aprimorados e lá criados. Porém, quero dizer aos senhores que muito, muito, muito falta a ser feito.

Desse modo, aqui, quero convocar gentilmente a todos os nossos representantes e parlamentares a se preocuparem com projeto de lei que dispõe sobre políticas públicas e também com projeto de lei que trate do processo coletivo na sua integralidade. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, advogado da USP, que falou muito aqui da importância também das conciliações, fortalecendo o que o nosso Relator havia falado, e também desses dois projetos. Eu tomaria a liberdade de dizer que aqueles que quiserem fazer uma minuta, encaminhem para o Paulo, encaminhem para a Comissão. O nosso Relator pediu também que todos os nossos painelistas, se puderem, remetam, por escrito, diretamente para o e-mail dele suas observações e dúvidas. Segue o e-mail. Por favor, Paulo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – É dep.pauloteixeira@camara.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E, se puderem, aproveitando a sugestão, remetam também para a Comissão, porque termino, ao final do ano, os meus dois anos como Presidente desta Comissão, quando vamos fazer um livro das principais audiências públicas. Com certeza, a manifestação de vocês vai estar nesse livro que será produzido pelo Senado.

Neste momento, para irmos para os encaminhamentos finais, vou passar a palavra, por cinco minutos, para cada um dos convidados, começando pela Dra. Ana Maria. Ao final, o nosso Relator fará o encerramento. Passo a palavra à nossa Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Dra. Ana Maria Amarante Brito.

A SRA. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Obrigada, Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo por essa iniciativa magnífica de ampliação do

debate. É necessário que sejam ouvidos todos os lados da questão. É comum, nós, que lidamos diariamente, ouvirmos apenas uma versão. E onde está a outra, a outra face da moeda? Já se fala até em uma terceira face da moeda, se é que isso é possível.

Veja, bem, a solução para essa problemática, uma das mais importantes, foi trazida pelo Deputado Paulo Teixeira: conciliação, incentivo, fomento de meios extrajudiciais de solução de conflito. É por isso que se diz que jurisdição é poder do Estado exercido para a composição de litígio. Compõe no plano jurídico, mas no plano social, no plano individual, a briga continua – e feia! De vez em quando, o perdedor mata o vencedor, sabemos disso. Está nos Anais. Pois bem, já com a conciliação, as partes saem satisfeitas. Quando logramos conciliação em juízo, ambas as partes, muitas vezes, vêm cumprimentar o juiz. Quando eu atuava na primeira instância, na 7ª Vara Cível, tive esse primeiro contato, porque a juíza titular era a agora Ministra Nancy Andrighi. Ela mostrava que tínhamos aquele êxito em mais de 80% dos processos. Todos saíam satisfeitos. É por aí. A solução do litígio que pacifica a sociedade vem menos do Judiciário e, sim, das vias conciliatórias. É claro que estou falando em fomento, porque é cláusula pétrea a garantia constitucional, o princípio da proteção judiciária do Art. 5º, no seu inciso XXXV, da Constituição Federal.

Quer dizer, a lei não excluirá da proteção judiciária lesão ou ameaça de direito, mas nada impede que se fomentem outros meios e que, assim, as partes se interessem e rumem para as vias conciliatórias. Aí, inclusive, reflito a preocupação do Professor Paulo Henrique dos Santos Lucon acerca da questão do custo do Judiciário. Temos que pensar até na relação custo/benefício. Por isso, falei naquele assunto que não é tão simpático aos advogados, ou seja, o de criar filtros recursais. Quantas vezes, depois de uma tarde para resolver uma questão jurídica e num domingo... Senhores, aqui vos fala uma desembargadora que está zerada com processos, não tenho processo do mês passado encalhado; aqueles que estão suspensos estão aguardando recurso repetitivo, opero com o nível zero no final do mês. Essa é a minha tônica dominante, falo isso há 20 anos. Quando o CNJ pediu que mandássemos a relação dos processos anteriores a 2006, eu falei que não tinha anterior ao mês passado. O que tenho está aguardando agravo de instrumento, volta do Ministério Público, mas, comigo, concluso por excesso de prazo, não há. Atuo assim há mais de 20 anos, estou falando, portanto, de uma experiência judicial.

E digo que está cada vez mais terrível agir assim. Este mês não sei como vou conseguir, porque esta-

mos com um aumento em escala que já não é mais aritmética, é geométrica.

Mas, a relação custo/benefício, o Estado gasta muito com a estrutura do gabinete do Desembargador e por vezes eu passo a tarde para decidir um processo – pasmem – o valor – sei que tem respeito com o pobre –, R\$178,00, preferiram a justiça tradicional à dos juizados especiais, e ficou a opção deles na parte dos juizados civis. E dá vontade de espetar o dinheiro no processo – diga da oferta – não ganho tanto assim não, mas pelo menos por uma tarde de sono, quem sabe.

O problema da relação custo/benefício. Precisamos de filtros recursais, porque as custas aqui no Distrito Federal são regidas por lei federal, ao contrário, por exemplo, por exemplo, do Estado de Goiás. Quando eu falo do valor de R\$11,00 de agravo de instrumento, quando eu falo nesse valor, todo mundo se assusta, porque é muito maior, mas aqui não se elevam esses valores, e todos litigam.

Quanto ao incidente de solução de demandas repetitivas, bem trazido pelo Professor Daniel Mitidiero, é preciso que haja, primeiro, uma maior sedimentação do debate nas instâncias de origem para depois então se partir, porque quantas vezes nós vemos um pleno mudar de direção, finalmente, para uma solução melhor? Nem sempre aquela primeira solução era a mais adequada. Então, temos que ver isso, porque a nossa tradição é de debate, é de aprofundamento do debate antes da imposição, então, daquelas súmulas antes que vire uma decisão com força vinculante. Temos que dar espaço para debate, porque olhar o problema sob um ângulo não significa achar logo a solução, tem que haver, como os gregos falavam e que deu origem à palavra enciclopédia, *enquiclos paideia*, a visão *enquilos*, em círculo. Tranquilamente.

A questão do desenvolvimento da tutela específica também é outra preocupação valiosa trazida pelo nosso Professor Luiz Guilherme Marinoni. Há a possibilidade de alojá-la no Código de Processo Civil.

No tocante à tutela coletiva, com a problemática bem trazida pelo Sr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, coordenador da ONG Terra de Direitos, é super válida essa colocação sua de que as instâncias conciliatórias, a provocação a instâncias políticas tem que ser priorizada antes de uma solução judicial, porque vamos dar o direito a quem o tem – dar a cada um o que é seu. Então, se deixar para nós apenas a solução da questão possessória eu vou dar a liminar, porque não é tutela de urgência. Lembrem bem. Possessória com força nova, com o ato de esbulho, de ameaça, de turbacção de menos de ano e dia, eu dou liminar; é tutela de evidência, não é tutela de urgência. Não precisa nem mostrar o perigo. Eu concederia liminar.

Então, tragam as outras instâncias. Eu, graças a Deus, quando dou uma tutela nesse sentido, pelos menos o CPC me dá uma chance, art. 82, bendito inciso III do Código de Processo Civil. Trago o Ministério Público, chamo pelo menos o Ministério Público para estar presente àquele ato, conclamo o MP a tanto para ter pelo menos uma esperança de provocação de instâncias conciliatórias, de solução política, até para realojar aquelas pessoas. Ali há velhos, há crianças, há enfermos. São pessoas pobres. Muitas vezes até usadas como massa de manobra. Acho importante que o Estado venha.

Senhores, o meu tempo está terminando, mas eu quero mais uma vez parabenizar a todos. Estamos no caminho certo, porque estamos todos procurando o mesmo resultado. Quando eu falo em adoção de instrumentos que possibilite o melhor funcionamento da Justiça. Não estou atuando em detrimento do contraditório, da ampla defesa, que é o princípio mais caro para todos nós. Estou buscando mais o equilíbrio, para que não se avance tanto um princípio em detrimento do outro, porque é na harmonia de todos que podemos encontrar a solução para os problemas ou soluções mais consentâneas com as nossas necessidades.

Eu agradeço a grande oportunidade de trazer um pouco a fala desse mudo que é o Judiciário, tão soterrado de trabalho, que pouco vem participando dos debates.

Agradeço imensamente e fico à disposição para futuros eventos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nós que agradecemos, Dr^a Ana Maria Amarante Brito, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pela sua brilhante contribuição.

Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da 4^a Região do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO CRUZ ARENHART – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de reiterar meu agradecimento por participar aqui e minha felicidade em ver a preocupação de todos, que converge, na verdade, para praticamente as mesmas questões, e, até por provocação do Deputado Paulo Teixeira, eu gostaria de, talvez, pensar em alguma solução para aquelas ponderações que havia feito inicialmente.

V. Exa. falou que talvez, de fato, fosse útil a gente pensar em alguma solução para ser incluída no projeto de Código de Processo Civil para atender àquelas questões das demandas coletivas, ou até ao problema dessa solução binária das sentenças na legislação processual brasileira, e eu diria a V. Exa. o seguinte: na experiência internacional, basicamente, a gente pode

encontrar duas alternativas diferentes. Uma é essa que o Prof. Paulo Lucon sugeriu, quer dizer, apresentada uma questão com repercussão coletiva, uma questão que pudesse se apresentar em outras questões semelhantes, que se intimassem os legitimados do processo coletivo para que eles pudessem ajuizar um processo coletivo a respeito do tema. No projeto de lei da ação civil pública, até havia uma regra nesse sentido, e havia até um prazo para que os legitimados pudessem ajuizar uma ação civil pública sobre o mesmo objeto, e aí até se pensava em mecanismos de paralisação da ação individual para privilegiar a solução coletiva do problema. Enfim, são soluções mais políticas do que propriamente jurídicas, opções que se devem fazer para atender ou a interesse de aceleração do processo ou de preservação das garantias individuais, aí é uma questão de se ponderar qual solução seria melhor. Mas essa seria uma primeira alternativa, essa proposta pelo Prof. Paulo Lucon, que acho uma proposta bastante interessante, quem sabe pudesse ser colocada no seio do projeto de Código de Processo Civil.

E uma outra solução que se tem, e essa é a solução dos países sobretudo de origem anglo-americana, é justamente a da coletivização da ação individual, quer dizer, que aquela ação que começa individual continue como sendo coletiva, que aquela decisão não valha só para aquele indivíduo determinado, mas valha para toda a coletividade atingida.

Acho que isso potencializa a solução, e mais, contribui para evitar outro defeito do incidente de coletivização, que é o seguinte: o incidente de coletivização resolve o problema para quem ajuíza a demanda perante o Poder Judiciário; aquele que não ajuizar uma ação judicial não é favorecido pela solução do incidente. Logo, eu estímulo a ampliação da litigiosidade, do volume de demandas perante o Judiciário. Eu faço justamente o contrário daquilo que se espera, que é eliminar essas demandas repetidas do Poder Judiciário. Acho que a ideia de se privilegiar a tutela coletiva, por um mecanismo ou por outro, tem, além de tudo, essa vantagem: ajudar, pelo menos contribuir, de certa forma, para eliminar esse volume excessivo de demandas que nós temos perante o Poder Judiciário.

Em relação a outro problema, que é aquela questão do princípio da correlação, o problema da demanda, aí eu acho que talvez, de fato... E essa é uma questão complicada porque, de fato, não há muita disposição em se oferecer muito poder ao magistrado. Geralmente isso é uma questão delicada para vários segmentos da sociedade brasileira, mas acho que essa é uma opção que tem de ser feita também. Sobre tudo nesse campo dos direitos fundamentais, dos direitos humanos, é preciso que se veja que um direito fundamental, um

direito humano não pode ter o mesmo comportamento, o mesmo tratamento de um direito patrimonial, como diz o Prof. Marinoni; uma ampliação da liberdade do magistrado em dar uma solução mais consentânea com a realidade é alguma coisa absolutamente fundamental. As questões fundiárias, por exemplo. Quer dizer, eu autorizar um magistrado a deferir uma reintegração de posse, despejar uma comunidade inteira e dizer “sumam daqui e não me interessa onde vocês vão se enfiar, não é problema meu, porque o problema é resolver a reintegração de posse pedida pelo autor, logo, meu problema é dar resposta sim ou não para a pretensão do autor”, isso é criar um problema social muito maior do que aquele que eu tinha com a invasão daquela área original.

Eu me lembro até que já houve um caso, em Santa Catarina, em que a União pedia a reintegração de posse de uma ilha que havia sido ocupada por uma comunidade de pescadores, e um magistrado disse: “Eu autorizo a reintegração de posse desde que a União providencie um lugar para colocar essa população. Quando conseguir colocar, pode tomar posse de volta; até então, não vai reintegrar a posse.” Acho que a ampliação dessa margem de certa liberdade para o magistrado é fundamental para lidar com direitos humanos. Talvez fosse uma ideia que se pudesse pensar em incluir também no projeto, que, pelo menos em certos tipos de direito, esses com repercussão coletiva ou que tratassem de direitos fundamentais, que tratassem de direitos humanos, o juiz tivesse uma margem de – entre aspas – “liberdade” em relação ao pedido formulado pela parte autora na petição inicial.

De todo modo, Excelência, eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade de participar deste debate e fico à disposição de V. Exa. para o que for preciso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da 4ª Região, do Rio Grande do Sul. E permita que eu sintetize a sua fala na seguinte frase: “Entre o legal e a justiça, V. Exa. defende que se olhe para o legal, mas que nunca se esqueça a verdadeira justiça.

Meus cumprimentos pela fala também, todos muito brilhantes.

Passo a palavra, neste momento, ao professor titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Dr. Luiz Guilherme Marinoni.

O SR. LUIZ GUILHERME MARINONI – Obrigado, Senador.

Novamente, eu o cumprimento pela organização desta reunião. Na verdade, penso sinceramente que quem deve agradecer é a sociedade, pelo seu louvável

vel trabalho, e também ao Deputado Paulo Teixeira. A otimização da participação da discussão do diálogo realmente são salutares para que possamos chegar a um bom termo, num tema tão importante e delicado como é o do Código de Processo Civil. A técnica processual, como todos sabem, é imprescindível para a realização dos direitos, de tal modo que até se costuma dizer: “Os direitos pouco valeriam se não fosse um processo civil realmente capaz de atendê-los.

Em relação à minha fala, toda ela se dirige a um procedimento especial – que até por mim foi proposto na Câmara dos Deputados e está sendo desenvolvido pelo Deputado Paulo Teixeira –, que é o procedimento que diz respeito à ação inibitória e à ação de remoção do ilícito, procedimento esse que também é defendido pelo Prof. Daniel Mitidiero, pelo Prof. Fredie, pelo Prof. Lucon. É uma questão técnica complicada, mas o exemplo que nos foi trazido pelo Dr. Antônio Sérgio nos permite até deixar tudo isso mais claro.

Essa ação inibitória, como o colega falou, que é utilizada pelo juiz do Rio Grande do Sul para inibir a difusão de cláusulas contratuais abusivas em relação ao público consumidor, é exatamente a ação destinada a impedir a proliferação dos atos contrários ao Direito, pouco importando se eles produzem ou não dano. Aliás, esta ação é recomendada por uma diretiva da Comunidade Europeia e imposta a todos os Estados da Comunidade Europeia, a ação inibitória destinada ao controle da abusividade das cláusulas contratuais bancárias. Essa é exatamente uma ação que tem por objetivo impedir a violação, a simples violação. A alegação de violação é suficiente de ato contrário ao Direito.

Também, para finalizar, eu gostaria de salientar que a questão dos precedentes, embora agora seja difícil situar a questão dos precedentes obrigatórios em face desse incidente de coletivização, o fato é que o incidente de coletivização nada mais é do que uma técnica para criação dos precedentes. Para se compreender por que devem existir técnicas para a criação de precedentes, é preciso passar pela verificação de qual é a função das Cortes Superiores. Hoje a função das Cortes Superiores não é mais uma função, não pode mais ser vista como uma função reativa, uma função para o passado, uma função de resolver conflitos: as Cortes Superiores têm uma função prospectiva, uma função proativa. Elas definem precedentes, elas constroem precedentes, que têm por objetivo sedimentar o caminho dos tribunais ordinários, ou seja, colaborar com a solidificação do Direito. Por exemplo, os casos que dizem respeito a casamento de homossexuais, todas aquelas questões que precisam ser definidas para que a sociedade possa evoluir de modo mais justo.

Portanto, essa técnica que diz respeito ao incidente de coletivização é uma técnica que certamente só pode servir ao STJ, só ao STJ, não aos tribunais ordinários. Não tem sentido que um tribunal de justiça ou um tribunal regional federal detenha a possibilidade de trabalhar com incidente de coletivização de demandas. Para quê? Para criar um precedente para ele só? Os tribunais ordinários, que são tribunais de apelação, têm uma função reativa, uma função de resolver conflitos, não uma função prospectiva, de desenvolver o Direito. Quem desenvolve o Direito é o STJ, que tem a função constitucional de definir interpretação da lei federal, e o STF, que tem a função de definir o sentido da Constituição. A única razão de ser dos tribunais de apelação é resolver conflitos. Então, parece-me que essa questão passa pela análise dos precedentes vinculantes.

Agradeço, sinceramente, a oportunidade que me foi concedida e a todos nós; a oportunidade de todos nós estarmos aqui debatendo essas questões. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Professor titular de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Simplifico dizendo só que uma funcionária do meu gabinete, a Denise, que é advogada, ligou-me dizendo o seguinte: “Senador, eu vou aí embaixo pegar um autógrafo do Marinoni.” Isso mostra o carinho que as pessoas têm pela sua história e pela forma como V. Ex^a advoga, nessa linha que todos falaram aqui, na busca da justiça e do bem comum de todos. Meus cumprimentos. Ela disse que quer porque quer esse autógrafo.

Passo a palavra, neste momento, ao Daniel Mitidiero, Professor Adjunto de Direito Processual Civil da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. DANIEL FRANCISCO MITIDIERO – Obrigado, Senador. É realmente uma grande alegria poder estar aqui, registro novamente isso.

Se eu puder sintetizar muito brevemente, diria o seguinte: o debate a respeito do processo civil é um debate que está ligado à vigência e à promoção do Estado constitucional entre nós. E todos os debates que foram aqui colocados podem ser reconduzidos com muita facilidade às duas grandes linhas de força do Estado constitucional, que é a ideia de Estado de direito, de um lado – e aqui entraríamos, então, com todo o discurso a respeito da efetividade da ordem jurídica e, de conseqüente, as técnicas processuais que visam a promover a especificidade da tutela dos direitos, não só patrimoniais, os velhos direitos, mas também os novos direitos, de cunho não patrimonial, ou de cunho patrimonial com função extrapatrimonial, de um lado, e de outro, a sua segunda grande susten-

tação, que é a ideia do Estado democrático e que, portanto, está ligada à participação na administração da justiça, e não só pelas partes, mas também pelo juiz.

Permito-me fazer uma observação aqui ao que o Professor Sérgio Cruz Arenhart, caro amigo, mencionou: uma das linhas do projeto do Código é a colaboração no processo civil. Está lá elencado como um dos princípios fundamentais do Código a colaboração do juiz para com as partes. E essa ideia de termos uma conformação da causa de pedido e do pedido do objeto litigioso com uma maior ampliação da matéria judiciária pode com tranquilidade ser desumida da ideia de colaboração, a partir da ideia de dever de consulta do juiz, do dever de diálogo do juiz para com as partes e, inclusive, ser reconstruída a partir da ideia de dever de auxílio, que é algo bastante comum no processo austríaco, no processo alemão, isso desde o início do século XX, e inclusive em 1988 foi encampada pela legislação processual civil inglesa e que vem sendo então, hoje, prestigiada no processo civil brasileiro e que pode, portanto, acudir a essa preocupação de termos um processo civil mais dialogal e, portanto, conduzido com uma perspectiva prospectiva de resolver os conflitos dando uma orientação para a sociedade.

Então, eu diria muito brevemente, Excelência, isso: quem fala em processo civil fala em Estado constitucional; quem fala em Estado constitucional fala na vigência do Direito, na vigência do império do Direito de um lado e, de outro, nos meios pelos quais ele deve ser observado em juízo.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Este foi o Professor de Direito Processual da Universidade Federal do meu Estado, Rio Grande do Sul, Daniel Mitidiero. E ele me dizia aqui – não vou dizer tudo que você me disse, mas parte eu vou dizer –: “Olha, eu acompanho o seu trabalho na política e meus cumprimentos.”

Eu quero te dizer, Daniel, que eu fiquei muito orgulhoso ao ver você falar aqui com toda essa competência, com todo esse carinho, principalmente com o Direito e a responsabilidade social de todos nós.

Por isso, meus cumprimentos, como gaúcho e como brasileiro. Pode ser? Porque o brasileiro ele que enganchou aqui.

Obrigado, Daniel.

Passo a palavra, neste momento, ao Antônio Sérgio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO – Gostaria de saudar novamente a iniciativa, a disponibilidade e principalmente a disposição de todos os

nossos professores de todo o Brasil, são nossos. O que eu digo é que são os professores de todos os juristas do Brasil, não necessariamente quem esteve presente em uma sala de aula, mas, certamente, acompanha a discussão por eles elaborada.

E quero ressaltar, me pareceu – e eu espero e tenho a convicção – talvez que seja um processo irreversível essa questão do tratamento da tutela coletiva, Senador Paulo Paim, do princípio da colaboração, então, portanto, no Código de Processo Civil, sobretudo nas demandas ligadas ao tema da Mesa, que é a questão da judicialização dos direitos humanos, direitos humanos quando desaguados no Judiciário, sabendo que, quando desaguados no Judiciário, então, devemos trabalhar na medida dessas técnicas processuais.

E eu ressalto também que esse princípio da colaboração pode reivindicar o que vem sendo chamado de diálogo institucional, no sentido de que, sim, o Judiciário deve chamar a colaboração de outras instituições públicas a fim de efetivamente orientar a solução da demanda e não apenas e simplesmente o encerramento do processo judicial.

Então, realmente me parece que é um processo que, na verdade, já vinha se estabelecendo no trabalho do Deputado Paulo Teixeira, do Deputado Sérgio Baradas à frente da Comissão, da relatoria desse projeto de lei na Câmara dos Deputados. Sabemos todos que esse projeto de lei retorna ao Senado, daí também a importância de estarmos todos aqui neste momento, trabalhando em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos. Certamente teremos outras oportunidades, porque o debate volta a esta Casa e é de suma importância esse ambiente de discussão que se instala.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Este foi o Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos, Antônio Sérgio Escrivão Filho, que deixou muito claro a responsabilidade de todos nós para que de fato o Direito seja assegurado a todos.

Meus cumprimentos pela ONG que o senhor coordena.

Agora, vamos para o Professor da USP, Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, e daí o nosso Relator, Paulo Teixeira, encerra.

O SR. PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON – Inicialmente, gostaria de novamente parabenizar o Senador pela iniciativa, importante iniciativa, pela discussão que se travou aqui com todos, com a participação de muitos dos meus amigos de vários Estados. O trabalho que procuramos fazer na Câmara com o Deputado Paulo Teixeira é dos mais sérios,

procuramos dar efetivação à Constituição Federal pelo Código de Processo Civil.

Pontos altíssimos do novo Código de Processo Civil, sem dúvida nenhuma, fortalecimentos dos precedentes judiciais, um incidente de demandas repetitivas, o estímulo aos meios alternativos de solução dos conflitos, como a conciliação e a mediação, a remoção de ilícito, tutela inibitória, citarei até a ação monitória, a volta da ação monitória, que não estava no projeto de lei do Senado e que foi agora introduzida na Câmara. Mas acho que poderemos ainda evoluir no Código de Processo Civil.

Uma das preocupações que eu tenho é o processo de execução que não termina no processo brasileiro. Os senhores viram a estatística que mostrei aqui: de 100 processos, só 16 chegam ao seu final, isso relativamente à execução.

Então, acho que precisamos repensar a execução e precisamos, talvez, sugerir outro modelo, um modelo de execução extrajudicial por meio de um agente da execução, concursado e remunerado com taxas judiciais. Com isso tiraríamos esse enorme custo do Judiciário, tiraríamos a execução do Judiciário, porque não tem o menor sentido deixar isso no Judiciário. São gastos enormes suportados pelo Estado. Em outros países, acredito que todos os países de tradição romano-germânica já tiraram a execução. Refiro-me aqui a Portugal, Espanha, Itália, França, Alemanha e também os países da *Common Law*.

Então, gostaria de sugerir isso. Fica uma proposição também com compromisso de apresentar uma proposta legislativa nesse final de discussão na Câmara.

E também quero aqui reiterar aquela ideia de já intimar os legitimados extraordinários logo que o incidente de demandas repetitivas for recebido, intimação da Defensoria Pública, do Ministério Público e de outros colegitimados extraordinários que o juiz repute como relevantes para a propositura de uma demanda coletiva.

Com essas pequenas observações, acredito que chegaremos sim a um processo mais democrático e mais cidadão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, professor da USP, Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, que mostra aqui todo o seu compromisso com essa causa, inclusive ajudando na Câmara dos Deputados. E aqui foi muito incisivo, inclusive, permita-me que eu lembre aqui no momento que falou, alguns setores que têm interesse só em protelar, protelar e não pagarem o deve, inclusive se referindo ao próprio Estado brasileiro, independente de quem seja o governo.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, grandes corporações também.

Então, neste momento, para encerrar nossa audiência pública, é com muita satisfação que passamos a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, que é o Relator do projeto.

Com a palavra o Deputado e advogado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Vou para as minhas palavras de encerramento.

Inicialmente, queria parabenizar o Senador Paulo Paim. Ele é um Senador gaúcho, motivo de orgulho para todos os gaúchos, mas é motivo de orgulho para todos os brasileiros. Eu tenho, nas minhas andanças políticas, as pessoas às vezes se referem a alguns temas e me indicam a acompanhá-lo: “Olha, você precisa acompanhar o Senador Paulo Paim nesse e nesse tema”. Normalmente temas relacionados aos aposentados, temas relacionados ao salário mínimo.

Eu só queria evitar acompanhá-lo nas greves de fome, mas isso se o senhor me dispensar. *(Risos.)*

Ele é um Senador reconhecido em todo o Território Nacional. Então, ele deve ser motivo de orgulho de todos os gaúchos, mas ele é motivo de orgulho de todos os brasileiros igualmente, por várias de suas qualidades, vários de seus atributos.

Então, quero parabenizá-lo em público e dizer que é uma honra.

E dizer que esta audiência, acho que compartilho parece com o Dr. Daniel Mitidiero, Dr. Paulo Lucon, que estão trabalhando nessa comissão, mas esta audiência acresceu ao trabalho conteúdos importantes. Acho que se não tivéssemos tido essa audiência talvez, no nosso trabalho final, nós teríamos uma falha, digamos assim. Acho que essa audiência ajudou a atualizar o nosso trabalho. Eu tinha essa intuição e essa preocupação, mas, a partir desta audiência, eu tenho certeza de que ela vai agregar conteúdos importantes ao nosso trabalho.

E eu quero pedir para que os senhores e as senhoras possam enviar uma sugestão de conteúdo.

Então, peço ao Procurador Sérgio Cruz Arenhart que possa nos enviar algumas sugestões do que propôs aqui, que a Dr^a Ana Maria Amarante Brito também possa fazer com toda intensidade e garra que trabalha. E gostaria também ao Dr. Luiz Guilherme Marinoni que possa nos trazer. E também aqui ao Antônio Sérgio Escrivão Filho, e pedir, se assim me permitirem, que o Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon e o Dr. Daniel Mitidiero pudessem recepcionar comigo essas sugestões e pudessem me ajudar na organização dos trabalhos, para que nós, nos dias 22 e 23, consigamos introduzir essas preocupações na elaboração. Então, é

só para dizer que esta audiência foi fundamental para o enriquecimento deste trabalho.

Eu creio que esse Código terá tanto mais sucesso quanto mais ele conseguir dar conta dos temas da justiça brasileira. É esta história de que o Dr. Paulo Luccon falou de que a mediação não pode ser algo, digamos assim, de segunda categoria. Se nós estivermos dispostos a construir meios alternativos de solução de conflito, temos de construir igualmente instituições sólidas que dêem conta desses meios alternativos de solução de conflitos. Não pode ser, digamos assim, o sério é o Judiciário.

E essa situação, ninguém dá a ela a seriedade necessária, porque se ela não tiver assim alguma característica muito forte, o próprio cidadão vai dizer: eu não vou ali; eu vou ao judiciário, porque ele viu que o judiciário é mais sério. Então, se conseguirmos erigir instituições capazes de fazer conciliações, mediações, arbitragens, nós teremos sucesso; e elas não serão instituições a que chamo de segunda classe, porque o judiciário ocupará o papel da instituição principal. Não, para certas questões, o cidadão vai dizer: não, é melhor eu ir para lá. Para certas situações, ele vai falar: não, é melhor eu ir para o judiciário. Então, acho que temos o dever de fazê-lo.

Em segundo lugar, nós temos o dever de garantir que os direitos fundamentais, digamos assim, transitem no judiciário com *status*. Tenho a impressão de que os direitos patrimoniais têm o privilégio no judiciário. Mas nós tínhamos de dar esse mesmo *status* aos direitos fundamentais. É o segundo foco da minha grande preocupação, e acho que a gente discutiu aqui.

Em terceiro lugar, é a solução de demandas coletivas, repetitivas. Quer dizer, se parte do problema do judiciário é esse, temos de resolvê-lo de maneira correta.

Por último, aqui foi dada também a ideia de um papel para o STJ. O Supremo hoje passou a ter um papel muito visível, na sociedade brasileira, da defesa da Constituição. E nós teríamos de garantir, de prestigiar ou de fortalecer um papel diferenciado ao STJ em inúmeras questões que ele poderia, digamos assim, dizer o direito e, portanto, resolver muitas das questões da sociedade brasileira e assim ter a visibilidade que ele merece e que ele poderia ter na sociedade brasileira, além de ser uma Corte muito prestigiada. Mas eu gostaria de prestigiá-la ainda mais.

Por último, dizer que nós não queremos aqui, digamos assim, prejudicar a segurança pela celeridade, pelo debate, pela democracia do processo. Acho que nenhum de nós tem essa intenção.

Enfim, nessa fase final, espero a Deus que consigamos dar um resultado positivo para a sociedade

brasileira. E convido aqueles que participaram da audiência, que falaram na audiência, se quiserem um momento de trabalho, podíamos agora, depois da audiência, nos concentrar um pouco na organização dessas sugestões que aqui foram propostas.

Então, muito obrigado, Senador Paulo Paim. Muito obrigado a todos que participaram desta audiência e a todos que acompanharam pela TV Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse é o Deputado Federal Paulo Teixeira, relator do nosso novo código.

Para nós, Paulo, foi muito importante a sua presença – você se deslocou de São Paulo especialmente para esta audiência pública – e poder dizer ao Brasil, pela TV Senado, que você é um grande parlamentar, não só de São Paulo, mas eu diria de todo o território nacional, pela contribuição que você vem dando ao País.

Ficam aqui os meus cumprimentos.

Uma salva de palmas especial a você, por tudo que tem feito, não só pela relatoria deste projeto. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar também os estudantes. Achei bonito, muitas vezes eles vêm e quando chega a hora do almoço saem para almoçar. E agora deve ser quase uma hora, eles não saíram para almoçar, ficaram aqui até o último momento.

Uma salva de palmas aos acadêmicos de Direito que estão aqui em Brasília e escolheram hoje esta Comissão para dela participarem e ouvirem o debate, até pela qualidade dos painelistas, porque fizeram uma grande escolha. (*Palmas.*)

Por fim, eu queria ainda, se vocês me permitirem rapidamente, ler dois requerimentos:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em comemoração ao sexto ano de vigência da Lei nº 11.340 – a Lei Maria da Penha, a realizar-se no dia 7 de agosto de 2012.

Autoria: Senadora Ana Rita

Em votação o requerimento.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Amanhã, estaremos aqui com a presença de mulheres de todo o Brasil. Eu vou abrir a reunião, mas vou passar a Presidência em seguida para a nossa Senadora Ana Rita, que é a Vice-Presidente desta Comissão.

Aprovado o requerimento, palmas para a Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o projeto de Acessibilidade dos Conselhos das Cidades. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: *Senador Paulo Paim*

Aqueles que concordam com esse debate da importância do Estatuto das Cidades – lembro-me ainda quando o Olívio Dutra era Ministro, quando aprovamos o Estatuto das Cidades –, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Uma salva de palmas para o meu Olívio Dutra, que não é mais parlamentar, mas continua sendo um grande militante das causas populares. (*Palmas.*)

Assim encerramos esta nossa Audiência Pública que foi transmitida pela TV Senado para todo o Brasil, com uma audiência muito grande, só pelo número de correspondências que recebi.

Por uma questão de justiça, vou ler aqui os nomes dos que participaram como painelistas.

Agradecendo, neste momento da leitura, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado, Dra. Ana Maria Amarante Brito, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Muito obrigado, Dr. Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da 4ª Região do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Deputado e Relator da matéria, Deputado Federal Paulo Teixeira.

Muito obrigado, Dr. Luiz Guilherme Marinoni, professor titular de Direito Processual Civil da Universidade Federal do Paraná.

Muito obrigado, Daniel Mitidiero, professor de direito Processual Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Dr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, Coordenador da ONG Terra de Direitos.

Muito obrigado, Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, professor da USP.

Está encerrada a reunião.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia sete de agosto de dois mil e doze, na sala 13, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência da Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, a não membro Senadora Lúcia Vânia, os Deputados Federais Jandira Feghali, Janete Rocha Pietá, Carmen Zanotto, Erika KoKay, Benedita da Silva, Keiko Ota, Domingos Dutra, Carmen Zanotto, Jô Moraes. O Senador Cristovam Buarque Justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 90, de 2012–CDH, aprovado em 06/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, em “*comemoração ao sexto ano de vigência da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha*”. Convidados: Claudia Lira do Nascimento, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal; Deputada Federal Jandira Feghali; Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Titular da Delegacia da Mulher do Distrito Federal; Cecília Bizerra Sousa, Jornalista, representante do Grupo Pretas Candangas; Priscilla Caroline Brito, Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Álvaro Kálix Ferro, juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de justiça, em representação do Ministro Carlos Ayres Britto, Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Deputada Federal Erika KoKay, e a Deputada Federal Jô Moraes. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e as Deputadas Federais Jandira Feghali, Erika Kokay e Jô Moraes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 90, de 2012, aprovado em 6 de agosto de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita e deste Senador.

Hoje vamos lembrar o sexto ano de vigência da Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha.

Pessoal, eu não vou baixar discurso. Está aberta a audiência pública.

De imediato, antes mesmo de formar a Mesa, vou passar a Presidência para a minha querida Vice-Presidente, Ana Rita, que muito nos orgulha. Foi fundamental, durante os dois anos que presidi a sessão, o trabalho brilhante que ela tem feito aqui, ainda atuando na Comissão Mista de combate à violência em relação às mulheres.

O meu discurso eu já fiz no plenário agora – por isso, atrasei-me um pouquinho, falando exatamente de vocês e deste momento ímpar, este momento tão importante, em que, de uma forma ou de outra, lembramos a lei e a festejamos, embora estejamos tristes e indignados pela sua não aplicação na íntegra e pela violência contra as mulheres, que continua crescendo. Lembramos aqui – a Senadora Marta Suplicy lembrou no plenário – a funcionária do Senado, que covardemente foi assassinada.

Então, um “viva” muito forte, muito carinhoso, muito amoroso, com muito amor e com muito carinho a todas as mulheres.

Passo a Presidência à Senadora Ana Rita.

Uma salva de palmas para ela. *(Palmas.)*

É para você; não, para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Para você também.

Dando sequência à nossa audiência pública, vamos compor a nossa Mesa. Para tanto, convidamos a Sra. Cecília Bizerra Sousa, jornalista, representante do grupo Pretas Candangas. Seja bem-vinda, Cecília. *(Palmas.)*

Também convidamos a Sra. Priscilla Caroline Brito, Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFEMEA. *(Palmas.)*

Convidamos também o Dr. Alvaro Kalix Ferro, representando o Conselho Nacional de Justiça. *(Palmas.)*

Eu quero também convidar para a Mesa a Deputada Jandira Feghali, que foi uma das reladoras da Lei Maria da Penha e que muito nos orgulha. *(Palmas.)*

Gostaríamos muito que a Deputada estivesse aqui presente. Em nome dela, homenageamos todas as demais Parlamentares.

Inicialmente eu gostaria de dizer que esta audiência pública deverá ser breve. Nós teremos de, necessariamente, concluir os trabalhos até 15h45, porque, às 16h, nós teremos a abertura do painel de fotos, onde vamos também fazer uma homenagem não só a Maria da Penha, mas a todas as pessoas, a todas as entidades que atuam, que defendem as mulheres, que são contrárias à violência e que fazem a luta pelo enfrentamento da violência contra as mulheres. Então, faço esse registro inicialmente, porque nós teremos de ser breves, e a nossa fala, bem curta.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados e convidadas, quero aqui fazer um agradecimento especial ao meu companheiro, ao nosso companheiro, Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim é Presidente desta Comissão e quando solicitamos que marcássemos esta audiência pública, ele abriu a agenda da Comissão para que pudéssemos incluir este espaço aqui hoje. Então, muito obrigada, Senador Paim, pelo seu carinho, pelo seu compromisso e pelo respeito que V. Exª tem pelo nosso trabalho. Então, muito obrigada.

Estamos celebrando seis anos da criação da mais importante legislação de proteção aos direitos das mulheres de viverem sem violência. Mas o direito de viver sem violência é violado cotidianamente. Diariamente recebemos notícia de que alguma mulher foi morta por seu marido, companheiro ou ex, em alguma parte deste País.

No dia 25 de julho, Cristiane Yuriko Miki, servidora da Mesa do Senado Federal, foi brutalmente assassinada por seu ex-companheiro quando se dirigia ao aeroporto, após visitar sua filha de 9 anos, que se encontrava doente, em São João Del Rei, Minas Gerais.

Convidamos a Secretária-Geral da Mesa do Senado, a Dr. Cláudia Lyra, que estava aqui. Drª Cláudia, gostaríamos muito que a senhora viesse e compusesse a Mesa conosco. *(Palmas.)*

Drª Cláudia, antes de fazer uma breve palavra – se a senhora assim desejar – solicito a todos vocês que nós possamos aqui fazer um minuto de silêncio. Encontra-se no nosso meio a tia da Cristiane, a Srª Mitie Miki, que está aqui presente conosco, o amigo da Cristiane, o Sr. Márcio Cotrim, que também está aqui presente, o primo da Cristiane, o Márcio Miki, que está aí e também o irmão da Cristiane, Hiroyuki Miki, não sei se pronunciei corretamente, mas também está pre-

sente aqui. O irmão não chegou ainda, mas está para chegar. Solicito a todas e a todos que estão aqui que fiquemos de pé para fazermos um minuto de silêncio em memória da Cristiane e também em memória de todas as mulheres deste nosso País que são assassinadas. *(Pausa.)*

(Procede-se a um minuto de silêncio em memória de Cristiane Yuriko Miki.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Também quero convidar para compor a nossa Mesa da Deputada Federal Jô Moraes, que é Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando a situação de violência contra as mulheres. Solicito que coloquem mais uma cadeira à mesa. *(Pausa.)*

Então, convidamos a Secretária-Geral da Mesa, a Sr^a Cláudia Lyra, para tecer algumas breves palavras sobre a sua convivência com a servidora que trabalhava sob sua supervisão.

Depois, nós vamos dar sequência à audiência pública.

A SR^a CLÁUDIA LYRA – Boa-tarde, Presidente Ana Rita. Boa-tarde, Senador Paulo Paim. Boa-tarde a todos da Mesa e a todos que estão presentes.

Eu agradeço profundamente o convite para participar desta Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. E neste momento presto uma homenagem à servidora do Senado, Cristiane Yuriki Miki – perdoem-me a emoção –, que exerceu com maestria as suas atividades na Secretaria-Geral da Mesa, desde 2003.

A sua morte trágica encheu de indignação e estremeceu a todos e a nós que convivemos com ela, homens e mulheres. Perdemos não só uma servidora dedicada, mas também uma pessoa admirável.

Desde cedo, na sua vida ela teve de superar várias dificuldades. Trabalhou bem cedo. E talvez essa história de vida tenha contribuído para moldá-la na pessoa especial que ela se tornou.

Cursou Ciência da Computação na UnB, passou no concurso da Câmara dos Deputados e depois no do Senado. Desde sempre teve um compromisso com o trabalho que desempenhava e buscava se aprimorar.

Servidora exemplar, exigente e trabalhadora, em maio último lhe foi concedida uma promoção por mérito.

Sua morte faz refletir sobre a violência extrema contra a vida. A violência covarde, domiciliar, que além de crime pessoal se repercute, porque afeta e dilacera a vida de muitas outras pessoas: filhos, familiares, amigos, colegas. Então, não se restringe só àquela pessoa. Constitui-se, inegavelmente, uma violência contra os direitos humanos.

Nesse momento em que o Senado se debruça sobre a reforma do Código Penal Brasileiro, essa reflexão se faz imprescindível. Ela está ali prevista como circunstância agravante se o agente cometeu o crime com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, ou de coabitação, ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher.

E também está ali previsto, nesse projeto, como qualificador o cometimento do crime em contexto de violência doméstica ou familiar em situação de especial reprovabilidade ou perversidade do agente. Então, dessa forma, confere cada vez mais efetividade à Lei Maria da Penha. Ao mesmo tempo há que se buscar tornarem efetivas as medidas preventivas, para que não precisemos chegar nesse ponto.

Então, eu encerro essas minhas palavras de homenagem à Cristiane enfatizando que também nós, seus colegas, fomos atingidos. Da Cris – porque nós a chamávamos assim, no nosso dia a dia – resta-nos a forte saudade e a terna lembrança da excelente pessoa que ela foi. Então, eu peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Muito bem.

A SRA. CLÁUDIA LYRA – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Dra. Cláudia.

A todos os familiares e amigos da Cristiane todo o nosso carinho, a nossa solidariedade, o nosso respeito pelo trabalho e os nossos agradecimentos, porque o nosso trabalho aqui no Senado é importante, mas se não tiver ajuda dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos servidores e das servidoras, nós não conseguiremos fazer o nosso trabalho de forma efetiva. Então, a Cristiane com certeza nos fará falta. Mas pedimos a Deus que ilumine a sua família, para que tenha força suficiente de superar esse momento de dificuldade.

Aproveitamos também para fazer alguns registros de algumas autoridades e pessoas aqui presentes: Dra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Representante do Ministério Público e também Coordenadora Nacional do Copevid. Dra. Lindinalva, por favor, fique de pé para que possamos...

Dra. Ivana Battaglin, Promotora da Violência Doméstica do Rio Grande do Sul, Vice-Coordenadora da Copevid. *(Palmas.)*

Dra. Maria Isabel Silva, Juíza do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, representando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e também a Associação dos Magistrados do Brasil. É a senhora. Muito obrigada pela presença.

Também a Dr^a Catarina Cesin Gazele, Procuradora de Justiça, Coordenadora Estadual do Nevid, Núcleo

de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Estado do Espírito Santo. *(Palmas.)*

Dra. Hermínia Maria Silveira Azoury, Juíza de Direito, também é Coordenadora do Núcleo de Violência da Coordenadoria de Mulheres, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. *(Palmas.)*

Também registramos aqui a presença da Sra. Maria dos Anjos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade que está aqui presente. *(Palmas.)*

Aos poucos a assessoria vai colhendo também os nomes das demais autoridades presentes.

Registramos também a presença da Senadora Lúcia Vânia, a quem convido a fazer parte da Mesa. A Senadora Lúcia Vânia foi uma das Reladoras da Lei Maria da Penha aqui no Senado. A Deputada Jandira foi Relatora na Câmara dos Deputados e a Senadora Lúcia Vânia Relatora aqui no Senado, não é isso? Então, fazemos o convite para V. Exa. compor a Mesa.

Aproveito também a oportunidade para lembrar algumas parlamentares, além dessas que já citamos aqui, que apesar de não conseguir estar presente nesta audiência contribuíram para implementação da Lei Maria da Penha a Senadora Serys Slhessarenko, sempre à frente das bandeiras de gênero, principalmente no enfrentamento à violência contra mulheres e também a companheira e Deputada Federal Iriny Lopes, que contribuiu na relatoria da Lei Maria da Penha na Câmara dos Deputados. Ambas foram protagonistas nos vários debates e lutas em prol da mulher e não poderiam deixar de serem mencionadas.

Hoje, quando comemoramos o sexto aniversário da lei é importante fazer uma avaliação sobre sua implementação, os obstáculos para sua efetivação e como podemos avançar para melhorar o seu cumprimento.

Um dos objetivos desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, instalada no Congresso Nacional para investigar a violência contra mulher é investigar também a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, legislação fundamental na garantia de direito das mulheres.

Para cumprir com a sua missão, a CPMI já realizou audiências e diligências em nove Estados brasileiros: Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São Paulo e Bahia.

Farei agora um breve resumo, bem breve mesmo, da situação do cumprimento da Lei Maria da Penha verificada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Consideramos esse momento importante para apresentar um breve balanço da CPMI. Começo pelo Orçamento por uma razão básica: sem recursos não há política pública que se sustente. O pacto nacional

pelo enfrentamento à violência contra a mulher, lançado pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República em 2007, é a maior política de enfrentamento à violência contra as mulheres no País. O pacto se constitui com adesão dos Estados e prevê uma série de ações transversais. Desde o seu lançamento a SPM já distribuiu mais de R\$132 milhões em recursos para Estados e Municípios. No entanto, os Estados ainda destinam muito pouco do seu orçamento para dar continuidade a estas ações.

No orçamento dos tribunais de justiça quase inexistente verba para ampliação dos juzizados. Esse descompromisso das esferas governamentais é inaceitável. Com o pacto, a inexistência de organismos de mulheres passa a ser fundamental na coordenação dessas políticas e no fortalecimento e implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência e da Lei Maria da Penha. Esses organismos devem ter recursos e estrutura adequada para cumprir com o seu papel.

No que se refere aos juzizados especializados de violência doméstica e familiar contra mulher, o primeiro aspecto a mencionar é que os tribunais de justiça dos Estados não estão levando a sério a sua atribuição de fazer cumprir a lei, pois em todo o País existem apenas 60 juzizados especializados, grande parte deles localizados nas capitais.

A criação de juzizados especializados no atendimento a mulheres é fundamental para o cumprimento da Lei Maria da Penha e deve vir acompanhada de estrutura física e de recursos humanos adequados, além da equipe multidisciplinar, conforme determina a Lei Maria da Penha.

A CPMI também verificou que alguns juzizados não estão cumprindo a Lei Maria da Penha ou em virtude da formação religiosa dos magistrados ou magistradas, ou em virtude de descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal. Isto indica que o Conselho Nacional de Justiça precisa estar mais atento às posições individuais de juizes ou juizas que violam a lei.

No Juzizado da Violência Doméstica, de 22 de setembro de 2006 a 31 de dezembro de 2011, tramitaram seiscentos e oitenta e cinco mil e novecentos procedimentos. Este número já sinaliza a enorme dificuldade que magistradas e magistrados enfrentam para julgar e impulsionar os processos. Há um número excessivo de procedimentos para um número reduzido de juizes e juizas que não ultrapassa a 100. Se compararmos o número de juzizados especializados com o número de varas de família ou criminais, veremos que nos juzizados o número de procedimentos é muito maior. Isto requer também do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais de Justiça Estaduais medidas concretas para buscar o equilíbrio.

A Lei Maria da Penha prevê uma política integrada entre o Sistema de Justiça e a Rede de apoio de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Por isso, a integração do Sistema de Justiça com a Rede é essencial para o cumprimento da lei. E isto nem sempre acontece.

Nesse aspecto, o papel extrajudicial do Ministério Público é fundamental, pois deve contribuir para articulação desses atores. Verificou-se que o Ministério Público exerce muito pouco sua função extrajudicial. É importante que tenha um papel mais ativo, inclusive de fiscalização e exigência na criação de serviços onde não existe.

É muito importante que essas determinações sejam oriundas da direção dos Ministérios Públicos e também do colégio de Procuradores-Gerais.

Com a Lei Maria da Penha, o papel das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher foi reforçado. No entanto, observou-se que devido a pouca estrutura e à falta de capacitação, as Delegacias vêm sofrendo críticas. É necessário aparelhá-las, dotá-las de recursos humanos adequados e, fundamentalmente, capacitar os servidores e servidoras. Além disso, sua articulação com a Rede e o Sistema de Justiça deve ser fortalecida. Na maioria dos lugares há pouca integração das Delegacias à Rede e é baixa a sua articulação com o movimento de mulheres.

A situação em que vivem os Institutos Médicos Legais e os Departamentos Médicos Legais é dramática. Com estrutura física sucateada, sem material adequado, sem cursos de qualificação profissionais, os IMLs e DMLs contam apenas com o esforço dos seus profissionais.

Em quase todos os lugares que visitamos, verificamos que as casas abrigo não estão conseguindo cumprir os seus objetivos. Em geral, estão ociosas, em condições ruins de manutenção e com equipes técnicas incompletas. Isto nos leva a refletir sobre a política de “abrigamento” para torná-la mais efetiva para as mulheres.

É importante que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem investido muito nesses equipamentos, faça uma análise cuidadosa da atual situação das casas abrigo para repensar o seu papel.

Os Centros de Referência são também importantes equipamentos da Rede de atendimento às mulheres. Mas, em geral, não estão estruturados, não têm equipe e atendem poucas mulheres.

A política de assistência social vem criando muitos Centros de Referência para atendimento à família, e isto tem contribuído para o desaparecimento dos centros especializados.

É importante pensar essa política em conjunto e entender a especificidade e a importância do Centro de Referência das Mulheres.

Ao finalizar, ressalto alguns aspectos positivos gerados desde que esta CPMI foi instalada. Alguns Estados já criaram juizados, já foram também nomeados novos juízes ou juízes em vários desses juizados, já houve nomeação de mais delegadas onde havia número insuficiente, houve criação de mais núcleos dentro de alguns ministérios públicos.

Quero ainda destacar a importância da mobilização dos movimentos de mulheres para o trabalho da CPMI e na fiscalização dos órgãos públicos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha. Sem a ação das mulheres organizadas, não teríamos acesso a muitas informações relevantes para a construção de nosso relatório e a apuração da omissão dos Poderes Públicos.

Por fim, quero parabenizar o Governo da Dilma Rousseff, através da SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres, e todos os parceiros do sistema de Justiça, pelo lançamento da campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte. Campanha essa que foi lançada hoje pela manhã.

Parabenizo, então, a SPM, representando o Governo Federal, pelo lançamento dessa campanha.

E por último mesmo, quero aqui expressar aqui a todas as parlamentares e todos os parlamentares hoje representados pela Deputada Jô Moraes, Presidente; Deputada Keiko, Vice-Presidente; as demais parlamentares aqui presentes, a Deputada Carmen, a Deputada Nilda Gondim e a Deputada Janete Pietá, que têm colaborado muito para a realização dos trabalhos da CPMI, os nossos agradecimentos, ao mesmo tempo em que faço o registro da presença de vocês nesta audiência pública. Muito obrigada.

E parabéns para todas vocês pelo brilhante trabalho que estamos conseguindo fazer durante este período. (*Palmas.*)

Dando sequência, convidamos a Sra. Ana Cristina Melo Santiago, a delegada titular da Delegacia da Mulher do Distrito Federal, para compor a nossa Mesa.

Em seguida, passo a palavra para a nossa Deputada Jandira Feghali, que vai falar como relatora da Lei Maria da Penha.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) –

Cumprimento a Presidente em exercício desta audiência pública, Senadora Ana Rita; o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim; todas as nossas colegas parlamentares, entidades, autoridades presentes. E já, de imediato, quero expressar meus sentimentos à família da Cristiane Yuri Miki e dizer que foram casos como esse que nos levaram a tomar

uma atitude, dentro do Congresso Nacional, em 2006, aprovando a Lei Maria da Penha.

Considero que esta é a comissão adequada para este debate, porque, por muito tempo, nós ouvimos que a questão da violência doméstica era um problema das mulheres. Depois, todos consideraram que era um problema de homens e mulheres. Mas, na verdade, esse é um problema da humanidade, um problema da sociedade inteira. É, de fato, um problema de direitos humanos e, cada vez mais, o mundo observa e cobra das instâncias de Poder de todos os países que tomem atitudes, que aprovelem suas leis e que cumpram as suas leis.

E esta é a fase em que nos encontramos.

Tenho orgulho de ter sido relatora desta Lei na Câmara e, ao vê-la aprovada, eu tive absoluta certeza de que vale a pena estar o Parlamento brasileiro.

Há momentos em que sentimos isto: que vale a pena o esforço, os sacrifícios pessoais que fazemos por estarmos cumprindo determinadas funções. E esse foi um momento em que isso aconteceu.

A Lei Maria da Penha teve, e tem, na sociedade brasileira, uma profunda popularidade; já foi considerada como uma das leis mais conhecidas do Brasil; já foi considerada pela ONU como uma das três melhores leis do mundo nesse campo da violência doméstica, e ela foi fruto de uma grande riqueza colaborativa. Ela surge do movimento social. Na verdade, depois, ela é acolhida pelo governo federal, na época do Presidente Lula, pela possibilidade de ter vício de iniciativa. Ela vem ao Congresso Nacional, é modificada aqui, mas é modificada aqui a partir de uma decisão política tomada à época por mim, como Relatora, de girar o Brasil para ouvir. Porque nós não podemos fazer uma lei baseada na realidade de um Estado, ou de um gabinete, ou de um pensamento às vezes restrito, porque nós não conhecemos tudo. E ao rodar o Brasil, eu pude conhecer diferenças culturais, institucionais, realidade das mulheres e das instituições do País, para poder escrever aquilo que o Brasil pensava, e não o que o Rio de Janeiro, que é o meu Estado, pensava, ou o que restritivamente algumas entidades poderiam imaginar que seria uma lei adequada.

Então essa lei, na verdade, é fruto de uma riqueza da alma e do cotidiano e do desejo e do que as mulheres necessitavam naquele momento. Ela é fruto da riqueza técnica, colaborativa, de muitas pessoas. E aqui, inclusive, nesses seis anos de comemoração, eu gostaria até de citar algumas, para homenagear um conjunto. Eu citaria aqui o nome de entidades do consórcio que aqui chegou: a Dra. Leila Linhares; a Dra. Rosane Reis; a Dra. Carmem Campos; Beth Garcez; a nossa Juíza gaúcha Maria Berenice, que tanta

contribuição deu nesse processo; os advogados aqui da nossa liderança, Lúcio Dias e Paulo Guimarães; a minha chefe de gabinete e assessora, Maria Beatriz Figueiredo, aqui presente.

Eu citaria aqui dois homens que contribuíram demais, do mundo do direito, o Dr. Humberto Dalla e o Dr. Alexandre Câmara, do Rio de Janeiro.

Cito a Ministra Nilcéia Freire, que teve um papel muito importante naquele momento, de grande amplitude, de ajudar a construir um consenso.

Cito aqui as duas outras relatorias, que tiveram um papel importante em preservar o acordo que nós conseguimos construir naquele momento, que foi a então Deputada Iriny Lopes, depois Ministra, que ao relatar na Comissão de Constituição e Justiça preservou o texto e o acordo político construído por nós naquele momento na Comissão de Constituição e Justiça. E a Câmara aprovou por unanimidade o texto construído. E depois, no Senado Federal, a Senadora Lúcia Vânia também teve este cuidado de preservar aquele desejo construído por esse acordo a tantas mãos feito e deu celeridade aqui ao processo, na medida em que o Senado também avançou para aquela sanção.

Eu quero dizer que muitas novidades foram construídas nesse processo. A Lei Maria da Penha é o resultado de um projeto original vindo, mas aqui nós tomamos decisões políticas importantes.

E quero aqui apenas registrar algumas questões, para finalizar. A primeira delas foi decidir que nós tiraríamos do juizado especial criminal – isso não estava no projeto que veio do Executivo – as decisões sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Então, aquele fórum não foi o fórum que ficou na lei, e sim a criação do Juizado Especial de Violência Contra a Mulher, porque violência contra a mulher não é crime de menor potencial ofensivo e, portanto, não poderia ali ficar. E acabamos com as penalidades pecuniárias de cestas básicas e outras tantas que ali existiam.

Segundo, nós conseguimos constituir, a partir de desenhos, nas diversas audiências, a estabilidade na CLT. Constituímos um único aumento de pena, que foi para pessoas com deficiência, vítimas com deficiência, com menor possibilidade de defesa – olhe Maria da Pena e olhe tantas outras. E foi ali, na Assembleia de São Paulo.

A CLT foi a partir de uma demanda levantada no Espírito Santo, como incluir em programa de proteção à testemunha, que surgiu no Rio de Janeiro; como a mulher que depende do homem provedor, que surgiu em Minas Gerais; como a criança que está protegida na Lei Maria da Penha, que surgiu no Rio Grande do Norte; como a pena alternativa para os homens, que

surgiu na Bahia e no Rio Grande do Sul. Ou seja, a cada audiência, a demanda vinha e nós a incorporávamos, cruzando-a com a Constituição e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o Estatuto do Idoso, com o Código Civil e com o Código Penal. Eu até brinco dizendo que quase fiz prova da OAB depois que relatei essa lei.

Então nós tivemos o cuidado de dar proteção legal. E depois o Supremo Tribunal Federal nos deu a satisfação de dizer que a lei é integralmente constitucional, legal, e que não há nenhuma brecha possível de permitir, inclusive, a esses magistrados citados aqui pela Senadora Ana Rita, de questionamento da validade legal ou constitucional dessa lei. Portanto, nenhum magistrado pode dizer que não gosta dessa lei. Lei não é para gostar, é para cumprir.

Então, nós precisamos exigir – e esta é a fase: a CPMI é um instrumento importantíssimo para isso – o cumprimento dessa lei, que o povo conhece, todo mundo sabe que existe. Não tem, talvez, o conhecimento integral, a lei é muito mais completa do que às vezes as pessoas pensam. As pessoas acham que é só a lei para que bateu em mulher, a lei é muito mais ampla do que isso. A gente precisa estudar o detalhamento dela; ela é muito mais completa do que as pessoas falam, mas está na hora de a gente fazer cumprir.

A gente iniciou o roteiro feminino do poder no ano passado e a gente precisa chegar às autoridades femininas e não femininas, que têm a caneta para fazer cumprir, com orçamento e cada um na sua responsabilidade, mas, acima de tudo, mobilizar a sociedade para fazer cumprir essa lei, que é popular, que é importante, que é constitucional, que é legal, que foi fruto de uma grande rede de ação e muito rica da alma do povo brasileiro e fazer cumprir. Ela já é parcialmente cumprida, mas precisa ser plenamente cumprida em nome da vida das mulheres, em nome dos direitos humanos da sociedade brasileira e como referência, também, da humanidade do planeta. Eu acho que é essa a responsabilidade que a gente tem.

Muito obrigada.

E parabéns a todos nós. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputada Jandira Feghali.

Quero aqui fazer um registro: não tinha visto ainda a Senadora Angela Portela, que também faz parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e quero registrar sua presença. (*Palmas.*) E também da Comissão de Direitos Humanos.

Obrigada pela presença.

Quero registrar também a presença da Senadora Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente desta Casa, que muito nos orgulha e honra. (*Palmas.*)

Também registrar a presença da Mara Regina Dall Negro, 1ª Vice-Presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais. Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Deputada Jandira, sei que você tem... vou convidar uma outra parlamentar também, a Deputada Erika Kokay, que está aqui...(*Palmas.*)

A Deputada Jandira precisa sair, tem um outro compromisso. Nós agradecemos muito a sua presença aqui hoje. Muito obrigada e parabéns pelo seu trabalho.

Convidamos a Deputada Erika Kokay, que está aqui representando o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados, que também conosco realiza esta audiência pública em parceria Câmara/Senado.

Obrigada pela presença, Deputada.

Passo a palavra, então, à Senadora Lúcia Vânia, que foi também uma das reladoras da Lei Maria da Penha.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Cumprimento a Presidente da Comissão Mista, CPMI, Ana Rita. Cumprimento os senhores e senhoras parlamentares presentes. Quero cumprimentar, de forma muito especial, o Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e dizer da nossa satisfação em vê-lo à frente de todos os trabalhos relativos à questão da mulher, à questão das minorias de maneira geral e, a cima de tudo, o seu comprometimento com as questões sociais.

Em nome da Senadora Ana Rita, eu quero cumprimentar todos os componentes da Mesa.

Gostaria de dizer que tive a honra de ser a relatora da Lei Maria da Penha, aqui na Comissão de Justiça, quando ainda era Presidente dessa Comissão o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu tive o prazer de relatar uma matéria que veio amplamente discutida em todo o País, uma matéria que teve o empenho pessoal da Deputada Jandira, que aqui pôde falar com propriedade dos momentos importantes que vivemos de debate, a abertura que houve. É comum se dizer que essa lei é de autoria do Executivo. Sem dúvida nenhuma, não podemos tirar o mérito do Presidente Lula ao encaminhar a este Congresso Nacional essa matéria, mas é preciso também dizer claramente que essa matéria sofreu no Congresso Nacional ampla discussão e que pôde, com essa discussão, aprimorar os termos que hoje estão sancionados pelo Presidente. A única dificuldade que tiver aqui no Senado foi de lutar para manter o texto que veio da Câmara, que era um texto amplamente discutido, um texto que conseguiu, senão a unanimidade, pelo menos a maioria daquelas que militam nessa área.

Havia, no primeiro debate, a preocupação de que o texto não era constitucional. Foi colocado isso aqui pela Jandira e a nossa tarefa foi no sentido de abrir o gabinete, principalmente quero aqui destacar o trabalho da Secretária, na ocasião, Nilcéia Freire, que colocou toda a sua equipe, nós colocamos também, o Presidente Sarney que colocou toda a consultoria do Senado para nos subsidiar em relação a esses temas que eram questionados na comissão e com isso nós podemos dar celeridade aos procedimentos. Conseguimos relatar a lei na Comissão de Justiça, aprovada por unanimidade, e, logo em seguida, foi à plenário para que fosse aprovada.

Eu não tenho dúvida de que essa é uma grande conquista e não tenho dúvida também que esta comissão é o lócus adequado para se fazer uma avaliação correta da sua implantação.

Preocupa-nos muito a morosidade com que os governos estaduais, a própria Presidência trata a aplicação da lei. A Senadora Ana Rita começou muito bem quando colocou aqui a questão orçamentária. Para que a gente possa realmente avaliar um discurso de comprometimento é preciso, em primeiro lugar, a gente sentir esse comprometimento na lei orçamentária. No entanto, nós não temos sentido esse comprometimento e é preciso que haja uma movimentação no sentido de buscar amparar os governos, tanto estaduais, municipais, em relação à estrutura que se tem que montar.

Preocupa-nos muito a operacionalização dessa lei, uma vez que nós temos a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente sendo implementado com muita morosidade e acredito que nós não podemos deixar acontecer isso com a Lei Maria da Penha. Nós temos que avançar, continuar mobilizados no sentido de que a sua implantação seja realmente efetivada para que tenhamos um resultado efetivo nesta direção.

Agradeço a todos essa oportunidade, principalmente à Presidente desta comissão e quero dizer que o nosso comprometimento no meu Estado, o Estado que eu represento, continua o mesmo e lutando para que a implantação seja efetivada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra agora para à Dra. Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Titular da Delegacia da Mulher do Distrito Federal, pelo tempo de cinco minutos.

Antes da Dra. Ana Cristina se pronunciar, quero fazer também mais um registro: está aqui presente também, a Sra. Laudicéia Schuaba Andrade, Gerente de Políticas para as Mulheres da Casa Civil do Estado Espírito Santo e Coordenadora do Pacto Social pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Foi passada aqui uma informação – é importante fazer esse registro –, da Coordenadoria Estadual do Tribunal de Justiça do Espírito Santo que fez um encaminhamento importante no sentido de criar, de solicitar do Corregedor-Geral de Justiça, com apoio do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Pedro Valls Feu Rosa, no sentido de baixar um provimento com objetivo de nomear médicos municipais como peritos *ad-hoc* para assistir as mulheres e familiares no Centro Integrado da Mulher, CIM, recentemente criado no Espírito Santo, em Vila Velha. Então é importante destacar que esses profissionais eles podem emitir laudos no mesmo dia que a vítima procura o Centro Integrado da Mulher. Então uma iniciativa importante que merece todo nosso elogio e o nosso reconhecimento.

Muito obrigada.

Aproveito para registrar aqui a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti e também da Deputada Benedita da Silva que já está aqui no meio de nós, e o Senador Eduardo Suplicy também está aqui, presente.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

A Delegada Ana Cristina Melo Santiago.

Delegada, o prazo é de cinco minutos.

A SRA. ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Boa-tarde! Foi com muito prazer, com muito honra que nós da Delegacia Especial da Mulher aqui do Distrito Federal recebemos esse convite. Muito se fala em trabalho policial e, muitas vezes, nós não temos a oportunidade de realmente falar do nosso trabalho.

Eu estou na polícia há 16 anos e posso falar com grande conhecimento que existe uma situação antes da Lei Maria da Penha e uma situação pós Maria da Penha. Realmente foi uma lei que instituiu mecanismos mais eficazes de controle e que nos deram mais certeza, mais instrumentos para atuar, principalmente com a possibilidade de prisão em flagrante do agressor, com a possibilidade de representar por prisões preventivas. Realmente isso fez com que houvesse um trabalho policial mais sério, porque antes o que se via era as mulheres vindo muito à delegacia e, ao mesmo tempo em que elas vinham, horas depois elas desistiam daquele procedimento. E isso de certa forma até desestimulava o nosso trabalho. Hoje, não. Hoje vemos resultados com esse trabalho. A gente realmente vê mudanças com isso. Isso é muito importante.

Afora isso há a questão da visibilidade do nosso trabalho enquanto entidade que recebe a mulher naquele momento de mais fragilidade, naquele momento inicial, e o órgão também incumbido de juntar todas as provas que vão possibilitar a responsabilização final desse agressor.

Então, a Lei Maria da Penha é um instrumento primordial, essencial no trabalho da Polícia, porque é a

partir do nosso trabalho que a gente vê toda uma rede colocada à disposição dessa mulher. Por isso a importância de que a Polícia seja cada vez mais preparada, mais equipada para que atenda essa mulher com dignidade e com competência, que é o que ela precisa.

Afora isso, nós temos, o que foi outro avanço muito importante com a questão da Lei Maria da Penha, essa criação da Rede de Atendimento. E aqui eu queria destacar a presença da Dra. Dulcielly. Ela é a chefe do Núcleo de Defesa da Mulher, da Defensoria Pública do Distrito Federal; a Leila, da Cfemea, a gente está sempre junto no Conselho de Direitos das Mulheres.

Então, a gente realmente vê no nosso trabalho, no nosso dia a dia a efetividade da lei, a sua eficácia, a sua validade. Iniciativas como esta são muito importantes para reafirmar a importância de instrumentos como este que hoje aqui nós comemoramos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Dra. Ana Cristina. A senhora foi bem breve.

Aproveito para convidar a nossa querida Senadora Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente desta Casa, para compor a Mesa também, para estar conosco aqui.

Passo a palavra agora para a Cecília Bezerra Souza, jornalista, representante do Grupo Pretas Candangas.

A SRA. CECÍLIA BEZERRA SOUZA – Boa-tarde a todos e todas! Saúdo a Mesa na pessoa da Presidenta, Senadora Ana Rita.

Ouvindo todas essas falas, eu estava vendo que hoje é um dia de comemoração, mas também um dia de comemoração tripla. Primeiro por conta dos seis anos da lei, mas também pelo fato de ela ter sido uma lei que pegou, apesar da deficiência na aplicação. A gente usa muito isso. Têm leis infelizmente no Brasil que não pegam; na verdade elas não se efetivam. Um exemplo é uma lei, até anotei aqui, Lei nº 11.634, de 2007, que é de autoria da Deputada Luiza Erundina, que não está aqui, mas é uma grande parceira das lutas femininas e feministas, e é uma lei que garante à gestante o direito ao parto seguro. É a vinculação, porque desde o pré-natal ela já deveria ser vinculada à maternidade onde ela vai parir. Essa é uma lei que infelizmente não se efetiva. Na prática você vê mulheres, sobretudo mulheres negras, mulheres da periferia indo e voltando da maternidade mesmo tendo feito pré-natal certinho, porque não tem vaga, porque não foi vinculada. Ou seja, a lei não está sendo efetivamente aplicada.

A Lei Maria da Penha, apesar de todas as deficiências que a Senadora colocou, é uma lei que está sendo aplicada. Ainda não plenamente, mas foi assimilada pela sociedade. Isso também é um dado a se

comemorar. Outra comemoração é a gente fazer um debate aberto incluindo também o enfoque racial na questão da violência contra a mulher.

Se a gente for ver, nós, mulheres negras, somos submetidas a vários tipos de violência. Se eu for listar, vou passar o dia inteiro. Desde a escola, desde o salão de beleza, até no âmbito institucional. Também no âmbito doméstico. As pesquisas dão conta disso. Realmente, as mulheres negras estão submetidas à mesma subordinação de gênero de todas as mulheres, mas a questão racial também é muito forte aí. É aí que a gente ressalta a importância, também, de políticas públicas antissexistas, claro, mas também anti-racistas para que esses números se reduzam.

São números alarmantes e de todos os tipos de violência, como eu estava falando. Quero citar uma pesquisa de 2008, mas a realidade de lá para cá não mudou tanto. É sobre o número de partos normais sem anestesia: 5,1% das mulheres brancas não recebem anestesia ao mesmo tempo em que 11,1% das mulheres negras não recebem anestesia. Que critério é utilizado? É uma violência também. Essa é no âmbito da maternidade, mas posso citar milhares. Então, a questão racial coloca a mulher negra numa situação de mais vulnerabilidade, numa situação duplamente diferenciada em relação à violência. Daí a importância de incluir nas políticas públicas o combate, o enfrentamento efetivo, o enfrentamento ao racismo e também ao sexismo. O indicador de gênero e também o de raça são desfavoráveis e dificultam a efetivação dos direitos plenos das mulheres, das mulheres negras.

Precisamos comemorar mais uma vez a aplicação dessa lei, a existência de uma lei. Há dez, vinte, trinta anos, minha avó, minhas tias-avós, vítimas de violência, não teriam esse mecanismo. Estavam condenadas a se resignarem, a ficarem caladas e a acharem, realmente, que mereciam aquele tipo de tratamento. Hoje não, como a Deputada Jandira colocou, é uma questão de violação aos direitos humanos, não é só uma questão interna da casa, de marido e mulher ou da família, mas uma violação aos direitos humanos. Isso é um grande avanço.

Quero agradecer, principalmente, o fato de termos espaço para o enfoque racial, para o debate racial também, nessa questão da violência contra a mulher. Que daqui a, sei lá, cinco, dez anos, a gente esteja comemorando a aplicação plena da Lei Maria da Penha.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Cecília.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Domingos Dutra, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Deputado, por favor, venha compor

conosco a mesa. Está bem representado aqui? Então, está bom. Muito obrigado.

Passo, em seguida, a palavra para a Sr^a Priscila Caroline Brito, Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea.

A SRA. PRISCILLA CAROLINE BRITO – Olá, boa tarde a todas! Gostaria de agradecer à Senadora Ana Rita pelo convite para esta audiência e por toda a parceria que a gente vem empreendendo, nos últimos anos, em prol da defesa dos direitos das mulheres aqui no Congresso. Agradeço, também, a toda a Bancada Feminina da Câmara que veio representada pelas deputadas, especialmente pela Líder da Bancada, Deputada Janete Pietá, parceira importantíssima nessa empreitada no trabalho do CFEMEA aqui no Congresso. Também agradeço a presença de todas as minhas companheiras do Movimento Feminista aqui presentes, a todas as companheiras dos juizados, da Delegacia e de tudo o mais, de todas as instituições aqui presentes.

As Deputadas e as Senadoras deram amplo panorama do que foi a conquista da Lei Maria da Penha, a aprovação da Lei Maria da Penha, aqui no Congresso. E eu queria ressaltar o quanto foi importante para nós, enquanto movimento de mulheres, toda a mobilização em torno dessa lei. A lei, que é fruto de um anteprojeto criado por organizações feministas, debatido dentro do movimento, que foi apropriado em todos os espaços, pelos fóruns estaduais e pelos movimentos de mulheres nos Estados. E essa ampla mobilização é que fez aquela escuta que a Deputada Jandira Feghali lembrou, que permitiu que fosse uma lei tão avançada, até para o contexto da nossa sociedade brasileira e que seja uma lei que, embora ainda tenha os seus percalços, a gente se agarra nela com força, porque é realmente uma conquista do Movimento de Mulheres. A gente acredita que sem ela seria muito mais difícil.

A tarefa que me foi dada foi apresentar para vocês um pouco do trabalho do Cfemea na área de orçamento. A gente monitora o orçamento das políticas que influenciam a vida das mulheres, direta ou indiretamente, e inclusive as políticas voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

E eu só queria ressaltar que o nosso entendimento como organização que está, há mais de vinte anos, na defesa dos direitos das mulheres, é que o orçamento público, ao contrário do que muitos economistas querem nos fazer crer, não é uma peça neutra, não é uma peça isenta de conflitos, de questões que estão presentes na nossa sociedade. E neste caso a gente luta, na área de orçamento, para que as políticas para as mulheres ganhem relevância no debate, porque elas muitas vezes são esquecidas, como algumas Depu-

tadas lembraram aqui. E, lógico, que essa também é uma forma de mecanismo de exclusão.

O Estado, que Secretarias, como a Secretaria de Políticas para as mulheres, tem hoje? Tem Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Que são conquistas e vitórias dos movimentos de mulheres e movimentos negros. O fato de elas terem um orçamento reduzido em relação a outros Ministérios e dificuldades institucionais de efetivar as políticas de enfrentamento à violência, de enfrentamento ao racismo, já diz um pouco do que é essa estrutura patriarcal e racista que a gente tem hoje na nossa sociedade e o tamanho do desafio que a gente tem ainda para superar.

A SPM vem travando, junto com os outros Ministérios, um trabalho superimportante através de toda a articulação pelo pacto nacional e pelo enfrentamento da violência, através das políticas do seu programa principal, que é a política de enfrentamento à violência e promoção da autonomia. Só que a gente veio aqui hoje falar demais, de quais são os desafios, do que a gente ainda precisa crescer e de quanto orçamento a gente ainda precisa ter. Acho que o Legislativo também tem cumprido um importante papel com a CPMI da Violência. Vale destacar que esse trabalho de fiscalização do Legislativo precisa avançar para além do trabalho nacional e avançar através do pacto nacional para os Estados e Municípios, garantindo uma efetivação. A gente tem dificuldade ainda de muitos Municípios de efetivar as políticas de enfrentamento à violência.

Só queria citar uma frase da Rayane Noronha, que é do projeto de promotoras legais aqui do Distrito Federal, que publicou um texto no *site* do Cfemea de comemoração à lei Maria da Penha em que ela diz assim: É importante a conscientização de que vivemos em uma sociedade fundada em firmes estruturas capitalistas neoliberais, que determinam não só a visão e opressão de classe, como facilitam as opressões de gênero, raça e orientação sexual. É essa sociedade que serve como pano de fundo de algumas batalhas conquistadas e de outras tantas a serem travadas.

Bem, como a gente está aqui na comemoração do aniversário da Lei Maria da Penha...

Pode passar para o segundo eslide.

...a gente pode olhar ali no gráfico, a gente monitora, principalmente através do portal do *Siga Brasil*, quais são os recursos de enfrentamento à violência. E vocês podem ver que a boa notícia é que os recursos vêm crescendo. Em 2012 a gente tem mais de R\$50 milhões, quase R\$51 milhões para o enfrentamento da violência no Programa da SPM. É um dado importantíssimo, principalmente porque esses R\$50 milhões só foram atingidos graças às emendas parlamentares.

Então o nosso pedido é que as Deputadas e Senadoras, os Deputados e Senadores continuem trabalhando para que esse nível se mantenha, porque geralmente o valor que vem do projeto do Executivo é bem menor do que isso. Através das emendas parlamentares que a gente consegue recheiar mais isso.

Pode passar para o segundo eslide.

A má notícia é que esse crescimento orçamentário ainda não se reflete na diminuição das taxas de homicídios femininos. Se a gente observar, veremos – esses são os dados do mapa da violência – que há uma tendência ao crescimento dos homicídios femininos até 1996. Depois, você vê uma leve queda, com tendência à estabilidade. De 2006 a 2007, que é o primeiro ano de aplicação da Lei Maria da Penha, a gente vê uma redução significativa, para 3,9%, e depois, logo em seguida, você vê uma tendência a aumento, chegando ao último dado de que a gente dispõe, de 2010, em que a gente está no patamar, por enquanto, de 4,4%, quase o mesmo patamar de 4,6%, de 1996, que é o nosso pico. Lembrando que o Brasil é o sétimo país no *ranking* dos países com maior número de homicídios femininos.

A gente tem também uma dificuldade, nesse caso, de acessar dados completos e confiáveis em relação à violência.

Pode passar.

Esse gráfico é importante pelo que a Cecília falou. A gente queria trazer também a dimensão da raça. Nós temos a linha de cima, que é a linha dos homicídios contra mulheres negras. A linha de baixo é dos homicídios contra mulheres brancas. Vocês podem observar que a linha de baixo decai, enquanto a de cima aumenta. Nós temos várias hipóteses sobre o que significam esses dados, mas, infelizmente, a gente não tem dados confiáveis, em todo âmbito nacional, que identifiquem a raça das mulheres mortas pelos seus companheiros, vítimas de violência doméstica. Então, é outro pedido que a gente faz para que possamos garantir a efetivação da Lei Maria da Penha e, principalmente, para entender a Lei Maria da Penha. A violência sexista, na verdade, articulada com a violência racista, a gente precisa ter dados que comprovem isso.

Mas temos algumas hipóteses sobre a questão da violência contra as mulheres negras. Uma delas é que a gente enfrenta um contexto também de racismo institucional. Pode ser que as nossas delegacias, que os nossos juizados, não estejam preparados para entender a dimensão racista da violência contra as mulheres. A gente precisa avançar e entender essas políticas como articuladas para que possamos proteger as mulheres negras desse contexto de vulnerabilidade, sabendo que elas formam um contingente importante

da população pobre, inclusive, que está nas classes mais baixas, que por isso já enfrenta uma série de outras opressões.

Para enfrentar esse contexto, a gente tem feito, sim, esses avanços, que precisam ser valorizados. O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência é um deles, como já falei, mas a gente queria reivindicar também que o enfrentamento da violência continue, mas se amplie para além do trabalho, da Secretaria de Políticas de Mulheres, das Comissões de Direitos Humanos, que a gente convença os nossos companheiros que estão na Segurança Pública, o Ministério da Justiça, de que isso é prioridade.

A gente tinha um Programa importante na área de Segurança Pública, que era o Pronas, desmontado no novo modelo do PPA, 2012/2015, e que, infelizmente, teve uma diminuição dos recursos para o enfrentamento à violência dentro do Ministério da Justiça. Então, apesar de ser importante que a SPM seja o carro-chefe por ser uma Secretaria com a compreensão das demandas dos movimentos de mulheres e das questões de gênero, é importante que isso seja tratado como prioridade governamental em todos os níveis do Governo, em todo o Legislativo, que não seja, realmente, uma conversa entre mulheres. Vou tentar ir mais rápido.

A questão da estrutura, eu acho que a delegada falou muito bem, nas falas anteriores esse ponto foi muito bem colocado, a questão dos dados também, de que falei, e queria falar também que a gente sempre articula a demanda de enfrentamento à violência com a demanda de promoção da autonomia. Não dá para livrar uma mulher de um contexto de violência, de um contexto em que ela está submetida a uma série de formas de opressão, se não garantirmos uma infraestrutura adequada de creches; se não garantirmos uma infraestrutura que garanta que ela acesse o mercado de trabalho, que tenha um mínimo de autonomia econômica. Sabemos que muitas vezes essa opressão de gênero está vinculada a uma dependência financeira e ao papel que a mulher ainda ocupa na sociedade – essa sociedade que é machista, racista, como coloquei aqui, e homofóbica.

A Lei Maria da Penha é um grande avanço da sociedade brasileira. Ainda há esses problemas na efetivação dela em todos os níveis, e é preciso que a responsabilidade, então, pela sua efetivação seja de todas as esferas do Poder.

Da nossa parte, continuaremos lutando para que todas nós tenhamos autonomia e para que possamos viver uma vida com saúde e livre de violências.

Como diz o grito do Movimento, de que gosto muito, “A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer”. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Priscilla. Obrigada pelas informações.

Passo a palavra, agora, para o Dr. Alvaro Kalix Ferro, representando o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. ALVARO KALIX FERRO – Boa tarde a todos e a todas. Antes de cumprimentar a Mesa, gostaria de externar meus sentimentos aos parentes, amigos, colegas da servidora há pouco homenageada.

Cumprimento a Presidente da Mesa, Ana Rita, na pessoa de quem cumprimento os demais – a Senadora Ana Rita, perdão, na pessoa de quem cumprimento os demais presentes à Mesa e todos os presentes neste plenário.

Para começar o que tenho a falar a respeito do papel do CNJ, do Judiciário e da Lei Maria da Penha, nada mais importante do que citar aquele que me incumbiu essa tarefa, que é o Ministro Ayres Britto. O Ministro Ayres Britto, presidindo a 6^a Jornada da Lei Maria da Penha no CNJ, recentemente disse o seguinte:

A Lei Maria da Penha é uma das mais belas, boas e alvissareiras novidades legislativas do Brasil pós Constituição de 1988. Ela coíbe, com severidade, como deve ser, a violência doméstica ou a violência contra a mulher no âmbito doméstico – violência multitudinária, multifacetada, de ordem psicológica, de ordem física, sexual, de ordem moral.

É uma lei ambiciosa tematicamente, porque mais do que mudar comportamentos, muda mentalidades.

Ainda acrescenta:

Ela [a lei] tem essa virtude estruturante em refletir sobre toda uma cultura nacional, inaugurando uma era de respeito à dignidade intrínseca à mulher, ou melhor, intrínseca da mulher, uma nova era de mudança de mentalidade, porque, quando se muda a mentalidade, o que se muda são as pessoas – as pessoas, mais do que mudar seu comportamento, muda sua estrutura psíquica, sua cosmovisão, sua multividência, seu modo peculiar de conceber e praticar a própria vida.

Com essas palavras, quero começar e dizer que o Conselho Nacional de Justiça, nessa data ímpar em que se celebra mais um ano da Lei Maria da Penha, desde 2007 tem trabalhado para a sua implementação, ou melhor, tem trabalhado com jornadas da Lei Maria da Penha, ano a ano, para essa implementação, quando são chamados, no âmbito do Conselho Nacional

de Justiça, magistrados, para discutir o conteúdo da Lei Maria da Penha e também para a implementação dela em seus Estados.

A partir de então, o CNJ tem contribuído sobremaneira, inclusive para a instalação dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar, especialmente nas capitais dos Estados.

Os Juizados de Violência contra a Mulher são uma realidade em quase todas as unidades da Federação. Apenas uma delas ainda não possui – como pôde constatar a CPMI, não é verdade? – tal qual a previsão legal.

Porém, ainda ontem, eu conversava com um juiz da Corregedoria-Geral de Justiça desse Estado, que me disse o seguinte: nos próximos quatro meses, será realizada uma força-tarefa para diminuição do prazo de julgamento dos casos de violência contra a mulher nessa vara especializada, e já há estudos – o que é melhor – para a implementação desse juizado a partir do início do ano vindouro.

Aí, sim, nenhum Estado restará sem ao menos um juizado específico, exclusivo para enfrentamento dessa tormentosa violência.

Não há dúvida de que esse patamar só foi alcançado não pelo CNJ, mas com a compreensão por parte dos dirigentes dos tribunais dessa importância. Nós vamos falar ainda a respeito disso. Não se assustem.

Ainda para ordenar o fluxograma de gestão desses juizados, foi criado, em parceria pelo CNJ, um manual de rotinas e procedimentos dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher de modo a facilitar o fluxo de procedimentos relativos à Lei Maria da Penha e, também, a identificar uma estrutura material e de pessoal mínima para adequação desses juizados.

O CNJ editou ainda a Resolução nº 128, de 2011, a fim de que fossem criadas as coordenadorias nos âmbitos dos tribunais de Justiça, coordenadorias da mulher visando especialmente elaborar sugestões de aprimoramento da estrutura do Judiciário, dar suporte técnico ao magistrado e servidores, inclusive aí a equipe técnica, promover a articulação interna e externa do Poder Judiciário com órgãos governamentais ou não, colaborar com a formação inicial continuada e especializada de magistrados e servidores que atuam na área de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Sabemos – e isso foi constatado pela CPMI também, nós já estivemos juntos numa reunião da coordenação com a Senadora Ana Rita e ela nos falava exatamente isso – que algumas coordenadorias ainda padecem de funcionamento e outras ainda funcionam mal. Numa dessas reuniões, a mais recente, em meados do mês passado, foi tirado um documento dos coordenadores estaduais da mulher, do âmbito do Poder

Judiciário, que foi endereçado, através do Conselheiro Ney de Freitas, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, Ministro Ayres Britto, e já está em análise pela presidência, onde se requer que seja cumprida a Resolução nº 128 na sua íntegra e onde se requer também que sejam cumpridos pelos tribunais os termos da Lei Maria da Penha, propondo-se, inclusive, que dentro dos orçamentos dos tribunais, dentro dos orçamentos do Poder Judiciário, nos termos do art. 32, que ele passa a não ser uma faculdade, mas uma realidade em cada um dos tribunais deste País. Além disso, que eles dêem prioridade à Lei Maria da Penha.

Sabemos também – aí sim há crítica – que alguns juizados criados estão abarrotados. Há cidades capitais ou cidades de grande porte que necessitam de outros juizados, de desdobramentos desses juizados, mas, às vezes, têm apenas um. Então, é preciso que haja uma visão dos tribunais nesse sentido. O CNJ reconhece e está trabalhando para que isso seja uma realidade, ou seja, que haja um maior número de juizados nos tribunais.

Mas não podemos olvidar – e isso é sempre uma reclamação; queremos que haja priorização, não há dúvida – que o 98% ou 99% do orçamento dos tribunais são utilizados para pagamento de folha de pessoal. Então, precisamos trabalhar de forma concatenada, de forma conjunta, com o Senado Federal, com a Câmara, com a Presidência da República, com o Poder Executivo estadual, com o Poder Executivo municipal, Legislativo estadual e municipal, de forma a que possamos encontrar saídas para a implementação da Lei Maria da Penha e para a criação de fundos ou algo parecido. Isso, lógico, sem tirar a responsabilidade dos tribunais em priorizar a aplicação da Lei Maria da Penha.

Por outro lado, ainda a respeito da jornada da Lei Maria da Penha no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a par de servirem de aprofundamento da discussão acerca do conteúdo da nova lei, acabou-se por propiciar o surgimento do Fonavid, que é o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, um fórum permanente em que juízes e equipe técnica participam de discussão da Lei Maria da Penha e a melhor forma de sua implementação. Esse fórum está em pleno vigor e em novembro, de 7 a 9, em Porto Velho, Rondônia, estão convidados a participar dele todos aqueles que assim quiserem. Para tanto, entrem em contato conosco, sou vice-Presidente desse Fórum. Vamos fazer, inclusive, um convite formal à Senadora Ana Rita.

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, o CNJ tem atuado na sua divulgação individualmente através de campanhas, mas, mais do que isso, atra-

vés de parcerias com secretarias de políticas para as mulheres. Desde a primeira hora, temos sido parceiros da Secretaria de Política para as Mulheres para implementação da Lei Maria da Penha, da Secretaria de Reforma do Judiciário, Ministério da Justiça, termos de cooperação técnica com o Fonavid, Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, Colégio Nacional de Defensores Públicos, Colégio Nacional de Ministério Público, Conselho Nacional de Ministério Público, aqui também representado pela Promotora de Justiça Lindinalva.

A campanha mais recente é essa que está indo ao ar hoje, que é a participação do CNJ na campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. A lei é mais forte. Somos parceiros, e essa campanha visa, inicialmente, veja, digo inicialmente porque ela vai ser levada à sociedade também, mas, inicialmente, visa a alcançar aqueles que trabalham no sistema de Justiça, os atores do sistema de Justiça, aqueles que trabalham com a Lei Maria da Penha nas delegacias, na Defensoria Pública, no Ministério Público, na Justiça e todos os demais envolvidos, as perícias técnicas. É isto que precisamos: trabalhar de forma integrada.

Assim, essa lei será levada à sociedade, para que ela também participe, denuncie cada abuso, cada violência praticada contra a mulher. O objetivo dessa campanha é esse. Deve percorrer, inicialmente, os cinco Estados em que a violência está maior, já há uma previsão de programação para isso. Depois, deve ser estendida a outros Estados, porque, em que pese um ou outro Estado não estar colocado em um *ranking* terrível que é este da violência doméstica, mal colocado, vamos dizer assim, entre os primeiros da violência, mas, às vezes, dentro dos Estados, há cidades extremamente violentas que precisam ser visitadas por essa campanha.

Então, são ações que, mesmo que não sejam com a intensidade necessária, representam, sem dúvida, um avanço na implementação da Lei Maria da Penha. Não podemos esquecer – e aí foi dito a respeito de alguns julgados, de algumas decisões de magistrados – que o Conselho Nacional de Justiça atua dentro de suas limitações constitucionais e assim, sem dúvida, deve ser. Isso para bem de todos. É necessário que o Conselho Nacional de Justiça atue dentro daquelas atribuições que a Constituição Federal lhe dá. Dentro dessas atribuições, o Conselho Nacional de Justiça tem trabalho eminentemente administrativo, não na esfera jurisdicional. Evidentemente que, havendo abusos, desvios, todas essas condutas, inclusive algumas, já foram objeto de apreciação pelo Conselho Nacional de Justiça...E assim será, havendo logicamente alguma denúncia e lá chegando.

Não podemos esquecer de que, na última reunião das coordenadorias pela Senadora Ana Rita, foi relatado um caso que havia em um dos tribunais em razão de religiosidade e que não se aplicava à Lei Maria da Penha. Já estou concluindo, Senador e demais presentes. Essas questões, pelo que fomos informados ali mesmo, naquela reunião, já haviam sido resolvidas pelo próprio Tribunal de Justiça e já havia cessado aquela problemática.

Essas são algumas considerações dentro daquilo que, rapidamente, posso falar, pelo tempo que me foi dado. Mas peço vênica, mais uma vez, para citar aquilo que foi dito pelo Ministro Ayres Britto, na 6ª Jornada da Lei Maria da Penha:

A Lei Maria da Penha deve ser saudada, elogiada, prestigiada pelas instâncias judicantes, priorizando, a Justiça brasileira, a tramitação e o julgamento de ações ajuizadas com base na Lei Maria da Penha. Nos tribunais, nas audiências dos juízes singulares, nas delegacias de polícia, todas as queixas, denúncias, reclamações, visando à vitalização, a tonificação, a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, tudo há que transitar com prioridade, porque assim é que se concretiza a própria Constituição brasileira.

Ainda, para terminar, citando o Ministro, *“negar a Lei Maria da Penha é negar a própria Constituição”*.

O CNJ está à disposição dos senhores para receber sugestões, críticas e para trabalhar em parceria, especialmente com cada um dos órgãos governamentais ou não, para fazer com que a Lei Maria da Penha seja efetivamente implementada e, quiçá, algum dia possamos chegar à erradicação total dessa violência contra a mulher.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada ao Dr. Álvaro, obrigada ao CNJ. Queremos aqui agradecer muitíssimo a presença do senhor como parceiro, aliado. O CNJ tem sido importantíssimo no enfrentamento da violência contra as mulheres. Infelizmente o nosso tempo é curto, não dá para ampliar muito por causa do outro evento que começa às 16 horas.

Passo a palavra a seguir para a Senadora Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente desta Casa.

A SRA. MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Quero, primeiro, parabenizar a Deputada Jô, pela condução dos trabalhos na Presidência, e a Senadora Ana Rita, pela condução das relatorias. O trabalho de V. Exas. tem sido fantástico, V. Exas. têm demonstrado

determinação e o empenho, estão suando a camisa no Brasil todo para ouvir o que está acontecendo com a nossa lei.

Também quero parabenizar as Deputadas Federais, que também muito têm se empenhado, particularmente as do meu Estado. Tenho acompanhado as diligências que têm feito em todo o Estado e o empenho que tem sido colocado por elas.

Não sei se foi dito aqui – ouvi alguns dos depoimentos, mas não participo desde o início – que há uma notícia boa nesse festival de coisas ruins que estamos descobrindo com a CPMI: o Ministério da Saúde liberou hoje R\$31 milhões para incentivar notificação e prevenção. Isso é extremamente importante. Eu quero parabenizar o Ministro Alexandre Padilha porque nós sabemos que, sem a notificação, nós ficamos perdidos em relação ao que realmente ocorre. Então, ter esses recursos é um passo importantíssimo. Estados que não se têm empenhado não têm mais desculpa, porque o recurso estará lá disponível para que essa notificação ocorra.

A principal agressão notificada tem sido a física mesmo, 78,2%, seguida de violência psicológica, 32%, e sexual, 7,5%. Isso é muito sério. O que nós sabemos pelas estatísticas que temos hoje é que 38,4% são de reincidentes, e também sabemos nós que as reincidências são o prenúncio do assassinato. Primeiro apanha, depois volta a apanhar e, na quarta ou na quinta vez que apanha, morre. Temos esses números mais claros para nós vai servir para que possamos ter um discurso cada vez mais sério e exigir cada vez mais responsabilidades.

Esse assassinato com o qual nós aqui no Senado convivemos na semana do recesso, da funcionária Cristiane Miki, mãe de dois filhos, separada há dois anos de seu marido, assassinada a facadas, mostra quão perto de nós está essa violência contra a mulher.

A Lei Maria da Penha, eu não tenho nenhuma dúvida, além de ser considerada uma das três leis mais importantes do mundo, para nós, mulheres brasileiras, é, depois do direito ao voto, a coisa mais importante que nos aconteceu como lei. Infelizmente, o que estamos vendo é que apesar...

Aliás, quero parabenizar o Ministro Ayres Britto por sua condução em todos os pronunciamentos, nos quais mostra sua sensibilidade de sempre em relação à Lei Maria da Penha e a sua posição, resgatando a lei em sua plenitude.

Ela depende muito dos Municípios, mas, principalmente, dos Estados. E os Estados não se portam à altura, haja vista que sábado passado escrevi um artigo sobre isso para a *Folha de S. Paulo* e, hoje, *O Estado de S. Paulo* retruca furiosa e grosseiramente dizendo

que os números não são aqueles, porque aqueles são números absolutos. Ora, são 663 mulheres que morreram. O número é absoluto, são mulheres que morreram, não importa se São Paulo está em primeiro, em terceiro, em décimo oitavo ou em vigésimo sexto no *ranking* da mortalidade relacionada com a população. O que importa é que são mortes, e 663 mulheres mortas em um ano é muita coisa. O que é isso?

Então, nós todos aqui queremos mostrar a nossa indignação diante desses dados e dessas reações intempestivas, despreparadas e inconsequentes – não dizemos que são ridículas porque se trata da morte de mulheres, aí ficam acintosas.

Mas queria dizer que as diligências operadas no meu Estado de São Paulo, que foram no Alto do Tietê, Vale do Paraíba, litoral norte, capital, Osasco e região do ABC Paulista e Campinas, com a presença de mais de 1.500 mulheres. Os dados são estarrecedores! Eles vão além das mortes no sentido de que mostram também por que essas mulheres estão morrendo. Fora todos os aspectos que podemos falar, culturais, psicológicos etc., isso mostra a omissão do Estado. Eu quero dizer que a proposta que fazemos para a implementação no Estado de São Paulo é mais ou menos a mesma para todos os Estados, porque essa falta de empenho governamental para que a gente caminhe para a implementação é bastante séria.

Então a primeira coisa é melhorar o atendimento da delegacia dos direitos da mulher, que já foi colocado aqui, mas vou reiterar algumas coisas, como a ampliação do número de delegacia de defesa da mulher, respeitando o mapa da violência; no Estado de São Paulo, respeitando o interior. Nós temos algumas que estão, mas a gente não sabe qual o critério que elas são colocadas e algumas delas, vimos nas diligências, são colocadas em lugares do Estado onde o número é ínfimo e onde têm que ser colocadas não são colocadas. Ampliação do horário de atendimento, principalmente no fim de semana regionalmente onde elas fecham. Capacitação dos profissionais da área de segurança pública para um bom atendimento. A estruturação física e de pessoal das delegacias de defesa da mulher. A implementação das equipes multidisciplinares nas delegacias e o concurso especializado para a delegacia de defesa da mulher.

O que nós vimos, e acho que isso não deve diferir em muitos Estados, é que os inquéritos são tão malfeitos, porque as pessoas nas delegacias são tão malpreparadas para fazer esse tipo de inquérito, que, quando eles chegam no Ministério Público, eles voltam para serem refeitos, porque não dá para utilizá-los. Quer dizer, são dois gastos e, mais do que dois gastos de recurso público, é a vida daquela mulher. Quando volta

para a delegacia, ela já morreu, se for o caso de estar morrendo ou muito ameaçada. Então é muito sério!

Nós gostaríamos que fosse ampliado o número de defensores para atuar em defesa das vítimas de violência, que fossem designados defensores para atuar especificamente na defesa das vítimas de violência, no qual a mulher possa ser acompanhada do início ao fim do processo judicial. Também gostaria que fossem criadas condições para a atuação do Ministério Público de um núcleo especializado nas regiões do Estado e capacitado e sensibilizado os promotores de justiça para atuar nos casos previstos na Lei Maria da Penha.

Também garantir núcleos especializados na área da saúde da mulher. Programas da Rede Cegonha poderiam ter um atendimento das vítimas e implantação da notificação compulsória, que essa notícia hoje do Ministério da Saúde vai ajudar. A equipe multidisciplinar é muito importante porque nós temos que ter um atendimento mais geral. São várias as outras sugestões que damos.

Eu gostaria de ouvir, o tempo está curto hoje, porque tem muita coisa e muita gente querendo falar, mas eu gostaria de apresentar uma proposta de emenda à Constituição, que vou assinar e pedir para a Senadora Ana Rita ser a segunda a assinar essa proposta, que é uma PEC que, no inciso II do art. 230 da Constituição, passa a vigorar com a seguinte redação: “O amparo às crianças e adolescentes carentes e à mulher vítima de violência”. Por quê? Porque estamos falando de vulnerabilidade. E quando se fala de vulnerabilidade, a mulher vítima de violência é extremamente vulnerável. Então eu teria muita honra se a Senadora Ana Rita, nossa Relatora, pudesse assinar conjuntamente. (*Palmas.*)

A PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Agradecemos muito à Senadora Marta Suplicy pela exposição e também pela iniciativa do projeto de lei. Quero também agradecer a possibilidade de assinar conjuntamente com V. Exa. Muito obrigada.

Passo a palavra agora para a Deputada Erika Kokay, que está aqui representando o nosso Deputado Domingos Dutra, aqui presente, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Só quero lembrar que às 16h inicia o evento e as pessoas já estão nos esperando.

Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PDT – DF) – Bom, eu gostaria de desejar uma boa-tarde para cada um e cada uma de vocês, saudar a realização desta atividade, ao passo que me solidarizo, de forma muito estreita, com os familiares da servidora, que foi vítima de uma sociedade sexista, uma sociedade machista, construída

sobre essas bases, uma sociedade que ainda enfrenta dificuldade em fazer os lutos do período do colonialismo, do período da escravidão, do período da ditadura militar e que tem uma lógica patriarcal e patrimonialista. Penso eu que, antes de a faca ser enfiada dentro do corpo, nós temos a faca sendo afiada quase todos os dias por uma lógica que perpassa e que se expressa numa cultura sexista.

Penso que, quando nós estamos aqui, no dia de hoje, para louvar a Lei Maria da Penha, nós estamos reconhecendo a sua construção tecida. Ela foi tecida, eu penso, com os fios de muita dor, dor das mulheres deste País, mas foi tecida fundamentalmente com os fios da esperança e com os fios da luta e da resistência de tantas mulheres e de tantos homens neste País chamado Brasil.

Quando nós falamos que há um fenômeno cultural que precisa ser desconstruído, nós não queremos atribuir à cultura a função de um tapete espesso, debaixo do qual vamos depositando todas as violações de direitos, mas apenas para atestar que é um processo. Se é cultural, ele foi construído e pode, portanto, ser desconstruído. Ele não é natural. E uma das funções que cumpre a Lei Maria da Penha é, primeiro, identificar as relações assimétricas que existem na sociedade, a subalternização de que foi vítima a mulher e a negação da oportunidade de ela vivenciar plenamente a sua condição humana. A Lei Maria da Penha estabelece isso; estabelece e dá visibilidade a essas relações assimétricas. E, para além disso, identifica uma série de formas de violência que eram invisibilizadas porque não traziam a marca na pele ou não deixavam a marca na pele. Existem violências que deixam a marca na alma e que são violentas, desestruturantes, despersonalizantes como a violência que deixa a marca na pele. A Lei Maria da Penha tipifica uma série de formas de violência para que inclusive as mulheres e a sociedade possam identificar as formas de violência encobertas por uma lógica patriarcal e por uma lógica patrimonialista que ainda vige neste País.

E, para além disso, a Lei Maria da Penha estabelece um processo de proteção à mulher vítima de violência. Para além da discussão da punição ou para além da discussão da responsabilização, existe uma doutrina de proteção. E essa doutrina de proteção não pode ser esquecida e não pode ser secundarizada. Existe uma doutrina de proteção à mulher vítima de violência que precisa ser efetivada, e isso é função do conjunto do Estado em todas as suas representações. É preciso políticas públicas com transversalidade, como exigem as políticas públicas de qualidade, para que

nós possamos superar a situação de violência contra as mulheres.

A violência tem o mesmo efeito de uma relação de tortura. Ela vai despersonalizando, ela vai invadindo a condição humana, ela vai invadindo a subjetividade. E, muitas vezes, quando as mulheres olham dentro delas mesmas, elas percebem que já não existe nada. Elas percebem que se transformaram em espelho do desejo do próprio homem, e elas têm, portanto, a sua condição humana ferida e aviltada.

Por isso, a discussão e a luta para enfrentar a violência contra a mulher são fundamentalmente estruturantes de defesa dos direitos da pessoa humana. Por isso, a Comissão de Direitos Humanos, que aqui está representada inclusive pelo nosso Presidente e por vários companheiros e companheiras que aqui estão, na Comissão de Direitos Humanos, sentem e têm um entendimento de que a discussão do enfrentamento à violência contra as mulheres, a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres é fundamental para a construção de uma sociedade solidária, de uma sociedade em uma cultura de paz, porque isso significa estabelecer as condições necessárias para que haja o reconhecimento da humanidade e do que é humano e a descoisificação que foi atribuída à própria mulher.

Nós não temos mais, nesta etapa da história da nossa humanidade, da nossa sociedade, condições como as que aconteceram durante a Revolução Francesa, em que a revolução avança na conquista de direitos, mas provoca a decapitação das mulheres que estavam lutando para incluir na pauta da revolução as reivindicações feministas.

Ou se avança na construção de uma sociedade onde todos tenham a liberdade do exercício da condição humana e onde você desconstrua uma relação de violência que despersonaliza e que anula a existência humana, ou não se consegue avançar na construção de uma sociedade realmente livre e realmente solidária.

Para encerrar, eu apenas gostaria de citar que uma outra discussão que a Lei Maria da Penha traz é a consideração da orientação sexual, das diferenças da orientação sexual e a abrangência da própria lei para todas as relações no ambiente doméstico e de relações afetivas, independente da própria orientação sexual.

Isso é muito importante para que nós possamos, inclusive, fazer com que os operadores de direito considerem esses aspectos e outros mais que dizem respeito à necessidade de que, uma vez detectada a violência, haja um processo de investimento em políticas públicas, para que nós possamos fazer com que as mulheres provoquem a “ressignificação” de suas

próprias vidas e da sua própria trajetória de violência à qual elas foram submetidas.

Por isso, eu vou me calar e apenas lembrar uma gravação que escutei no fórum, no Fonavid. Ali, nós escutamos uma gravação de uma pessoa que pedia, desesperadamente, Jô, ajuda ao 190 da Polícia Militar.

Ela dizia: “Meu marido está com meus dois filhos, trancado dentro de casa. Está com uma faca, está me ameaçando. Eu preciso de ajuda.” Ela ligava e, em seguida, ligava de novo, e dizia: “O meu marido está com meus filhos, com uma faca e eu preciso de ajuda.” E a polícia dizia: “E onde você está exatamente?” Mais uma vez: “E onde é que você está exatamente?” E não considerava a fala dessa mulher, que vinha cheia de angústia e cheia de desespero.

Depois de meia hora de várias ligações, a mesma polícia recebe uma ligação de uma pessoa que diz: “Eu estou na frente de uma casa e tem uma mulher que foi assassinada aqui, onde eu estou.” Era o mesmo endereço que a mulher gritava para que a estrutura do Estado pudesse fazer com que se rompesse essa relação de dominação e de violência que acabou levando a sua própria vida.

A todas essas mulheres que tombaram e, particularmente, às mulheres que lutam pela conquista de uma sociedade igualitária, uma sociedade de cultura de paz, de respeito à condição humana, nós dizemos: estamos, hoje, comemorando a Lei Maria da Penha. Que tenha uma vida muito longa e que possa adentrar todas as esferas do Estado, para que possamos, enfim, dizer que temos uma sociedade que fez o luto do colonialismo, da ditadura, que fez o luto da escravidão e que fez o luto da lógica patriarcal. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Deputada Erika Kokay. Queremos agradecer também pela presença ao Deputado Domingos Dutra. Os dois estão, aqui, representando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra, em seguida, para a Deputada Jô, de forma breve, para dizer a palavra de encerramento, de fechamento desta audiência pública, para que possamos participar do próximo evento.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Boa tarde a todos.

Nas condições de encerramento, não poderei fazer considerações mais amplas. Queria apenas dizer que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem cumprido um papel fundamental para fortalecer, junto à sociedade, o debate em torno dessas questões e desse desafio, trazendo, inclusive, resultados positivos após nossa passagem.

Em segundo lugar, quero cumprimentar toda a bancada do Congresso Nacional, na pessoa da Senadora Ana Rita e nas pessoas dos Deputados aqui presentes – nossa Vice-Presidente Keiko, nossa Deputada Nilda, nosso Deputado Domingos Dutra, nossa Deputada Erika –, pela contribuição decisiva.

Eu queria, por último, dizer que existem alguns desafios, já citados.

Registro que a criação de organismos de coordenação específicos no Ministério Público, no Conselho Nacional de Justiça e na Defensoria Pública é avanço fundamental, mas há uma carência, em primeiro lugar, de uniformização das informações. Isso, nós vamos discutir junto ao Ministro da Justiça, quando da estruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública.

Eu queria dizer que a discussão sobre a celeridade, que o Dr. Álvaro coloca, depende da estrutura de cada órgão, e devemos transmitir isso através do orçamento.

Quero dizer, por último, que existe um grande desafio conceitual. Grande parte dos juízes, dos defensores e dos delgados tem a visão de incorporar a lógica da conciliação na interpretação da Lei Maria da Penha. Acho que esse é o principal adversário que nós temos. E devemos debater que, diante de um crime, não podemos entender como conciliação o entendimento entre o criminoso e a vítima.

Por isso, eu queria cumprimentar a Senadora Ana Rita e dizer que o início das palavras da Dra. Cláudia, mostrando que aqui cabia a celebração da vida da Cristiane Miki, é a demonstração que damos do compromisso do Senado e de todos nós com essa causa e com a significação de cada mulher que é vítima neste País.

Boa tarde a todos! Vamos para a próxima audiência! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos a presença das nossas convidadas e dos nossos convidados.

Agradecemos ao CNJ.

Um abraço ao Ministro Ayres Britto!

Faço um convite a todos vocês para a abertura, o lançamento, na Galeria do Senado, de uma exposição de fotos que recupera toda a história da Lei Maria da Penha e também dos trabalhos da CPMI. Todos vocês estão convidados a participar desse evento, que será realizado na Galeria do Senado daqui a pouco.

Dessa forma, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minuto.)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE AGOSTO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte um minutos do dia nove de agosto de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Davim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Lopes e Paulo Davim. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes: 1ª Parte. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 91, de 2012—CDH, aprovado em 06/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, debater “os 10 anos do Estatuto das Cidades, junto com o Conselho das Cidades”. Convidados: Carlos Antonio Vieira Fernandes, Secretário Executivo do Conselho das Cidades; Nelson Saule Júnior, Representante da Equipe Técnica do Instituto Polis; Bartíria Perpétua Lima da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Neide de Jesus Carvalho, Representante do Comitê Técnico de Habitação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Deputado Estadual Raul Carrion, do Rio Grande do Sul. 2ª Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº , de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o exercício do serviço prestado pelos cuidadores de idosos no Brasil. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: retirado de pauta. Extrapauta. Item único. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 92, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a importância da política de cotas e o Estatuto racial. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Usa a palavra o Senador Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Davim**, Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da ata da leitura anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos dar início à audiência pública programada para hoje. Ela deveria ser presidida pelo Senador Paulo Paim, mas, como S. Exa. precisou se ausentar em função de compromissos assumidos, eu vou presidi-la.

Sou o Senador Paulo Davim, do Partido Verde, membro da Comissão de Direitos Humanos, e tenho a satisfação de presidir esta audiência pública, requerida nos termos do Requerimento nº 91, de 2012, da CDH, aprovado em 6 de agosto de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater os dez anos do Estatuto das Cidades junto com o Conselho das Cidades.

Para darmos início à nossa audiência, eu convido a Dr. Bartíria Perpétua Lima da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Associações de Moradores do Brasil (Conam) para participar da Mesa. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Nelson Saule Júnior, representante da equipe técnica do Instituto Pólis. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Carlos Antonio Vieira Fernandes, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades. (*Palmas.*)

Convidamos também a Dra. Neide de Jesus Carvalho, representante do Comitê Técnico de Habitação da União Nacional por Moradia Popular. (*Pausa.*)

A Dra. Neide ainda não chegou. No momento em que ela chegar, ela tomará assento à Mesa.

A metodologia do nosso trabalho será a seguinte: cada membro da Mesa terá dez minutos para sua exposição inicial. Esse tempo poderá ser prorrogado.

Para dar início, passo a palavra ao Dr. Carlos Antonio Vieira Fernandes, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades.

O SR. CARLOS ANTONIO VIEIRA FERNANDES

– Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar a Mesa, saudando o Senador Paulo Davim, que preside esta audiência; a Bartíria Perpétua Lima da Costa, Conselheira do Conselho das Cidades e Presidente da Confederação Nacional de Associações de Moradores; e o Prof. Nelson Saule

Júnior, representante do Instituto Pólis e também Conselheiro do Conselho das Cidades.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite para esta audiência, formulado pelo Senador Paulo Paim, por trazer a proposta desta audiência com o Conselho das Cidades. Aproveitamos a nossa reunião plenária do Conselho das Cidades e trouxemos para esta audiência este tema como tema de conjuntura: a discussão e a tangibilização dos dez anos do Estatuto das Cidades.

O Estatuto das Cidades tornou-se, há pouco mais de dez anos, um marco referencial na reforma urbana no Brasil, justamente por ser fruto de um processo participativo com base em experiências vivenciadas nas cidades e pelos cidadãos brasileiros. Temos que reconhecer que foram grandes as expectativas, sobretudo dos movimentos populares, Bartíria, quando da indicação das mudanças de rumo do processo e da apropriação do espaço urbano trazidas com o Estatuto das Cidades.

Temos que reconhecer que o Estatuto é um instrumento que valoriza a participação popular na sua concepção, na sua elaboração e na sua implementação. De programas e planos que garantam nas cidades mais organização, mais participação, mais qualidade de vida. Não podemos esquecer que o Estatuto das Cidades tem no plano diretor municipal o instrumento básico do seu ordenamento.

A ampliação e a consolidação dos espaços de participação popular, como nos casos da formação dos diversos conselhos municipais e estaduais e do Conselho das Cidades, e a realização das conferências, audiências públicas, como este caso específico trouxeram espaço para aqueles que lutam pela redução das desigualdades nas cidades brasileiras. Muitos Municípios já foram capazes de reduzir suas desigualdades, através da gestão participativa, na elaboração dos planos diretores e também na aplicação desses instrumentos.

O art. 2º da Lei nº 10.257 define que a política urbana tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade”, e o Ministério das Cidades é um indutor dessa política; é indutor do planejamento urbano e também da gestão democrática das cidades, objetivando que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece.

Eu gostaria de concluir as minhas palavras, mais uma vez, saudando todos e parabenizando a iniciativa desta audiência pelo Senado Federal.

Agradeço ao Presidente desta reunião, Senador Paulo Davim, a oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/ PV – RN) – Agradecemos o Dr. Antonio Carlos Vieira.

Queremos registrar também a presença do Deputado Raul Carrion, do PCdoB. Muito obrigado por sua presença, Deputado.

Também está presente o Sr. Juarez Bispo Mateus, Conselheiro do Ministério das Cidades. Muito obrigado pela presença.

Agradeço também a presença de todos.

Passamos a palavra agora ao Dr. Nelson Saule Júnior, representante da equipe técnica do Instituto Pólis, que disporá de dez minutos.

O SR. NELSON SAULE JÚNIOR – Bom dia.

Queria, primeiro, agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e ao Conselho das Cidades por nos ter convidado para participar da audiência pública como um dos debatedores desse balanço, que já vem sendo feito desde o ano passado, relacionado aos dez anos, à primeira década do Estatuto das Cidades.

Acho que o primeiro registro importante é que o Estatuto das Cidades teve sua origem aqui no Senado. A iniciativa foi um projeto de lei do Senador Pompeu de Souza que serviu como base, como referência a todo processo de elaboração do Estatuto das Cidades aqui no Congresso Nacional, logo em seguida à elaboração da Constituição brasileira de 1988. Então, houve a primeira fase, tendo como referência o texto elaborado pelo Senador Pompeu; depois, ele tramitou por quase dez anos na Câmara dos Deputados, quando se deu o processo de discussão e de elaboração do Estatuto.

Acho que é importante esta audiência pública justamente para verificar como foi esse estágio de implementação do Estatuto, considerando as expectativas e as perspectivas que foram objeto da elaboração dessa lei nacional.

O primeiro componente fundamental do Estatuto das Cidades é que ela é lei que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição brasileira de 1988. Então, um dos principais focos, conteúdos que o Estatuto das Cidades traz é o conjunto de regras, medidas e instrumentos voltado a garantir aqueles objetivos preconizados na Constituição: o cumprimento da função social urbana – que as cidades tenham como função primordial o atendimento das suas funções sociais, focadas principalmente na perspectiva de reduzir as desigualdades sociais e territoriais existentes em nossas cidades; melhorar as condições e a qualidade de vida da população que vive nas cidades; e o componente da democracia nas cidades, que se traduz, no Estatuto das Cidades, com a questão da gestão democrática das cidades.

O Estatuto tem uma inovação importante. Ele traz um direito coletivo dos habitantes das cidades, que é o direito a cidades sustentáveis, uma grande inovação

em que o Brasil continua sendo referência no campo internacional. Sempre que se fala em legislação urbana, em uma perspectiva de promoção de direitos nas cidades e de uma política voltada à construção de cidades sustentáveis e democráticas, fala-se do Estatuto das Cidades como uma referência. Temos, então, a obrigação de viabilizar, de fato, o cumprimento do Estatuto.

Trago para esta audiência algumas questões que hoje são fundamentais para se fazer o balanço e para gente verificar quais serão os próximos passos. A primeira, que é uma reflexão, é que, quando houve a discussão na Constituinte sobre a forma da organização do Estado brasileiro, que se traduz no sistema federativo, houve uma grande aposta da sociedade brasileira e da maioria dos partidos políticos de fortalecer o poder local, numa perspectiva de estabelecer um processo de democratização do Brasil, tanto na perspectiva do Estado quanto da sociedade. E houve uma aposta muito clara de que os Municípios seriam essa figura político-institucional que estaria cumprindo esse papel, no sentido de estar mais próximo das necessidades da população, de atender às demandas existentes da população que vive nas cidades, que é a maioria da população brasileira.

A população brasileira hoje vive, na sua maioria, nas áreas urbanas, constituindo um conjunto de competências, responsabilidades e até mecanismos para o Município atuar. No Estatuto da Cidade essa aposta está bastante concretizada e na política urbana também ao definir que cabe aos Municípios ter o papel de estabelecer toda uma política, uma regulamentação, um disciplinamento sobre as formas mais adequadas de uso e ocupação de seus territórios, focando principalmente no sentido de que a propriedade, o solo, a terra urbana, venha atender a sua função social.

Houve essa aposta clara tanto na Constituinte como no Estatuto da Cidade. É claro que no Estatuto da Cidade se coloca também que existem responsabilidades e papéis, tanto para União como para os Estados, mas toda a ênfase foi dada para os Municípios. Só que na perspectiva que o Estatuto trouxe e pela própria conjuntura do processo de elaboração do Estatuto da Cidade podemos verificar que a ênfase que se deu quanto aos mecanismos, aos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade foram muito mais voltados pensando em grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, onde tem vários instrumentos voltados a estabelecer formas ou instrumentos de operação para atender interesses do mercado imobiliário como uma operação urbana, a própria outorga do direito de construir e interesses também da população, como foi a regulamentação do

usucapião urbano, mas houve uma ênfase muito clara nas cidades e a realidade do Brasil não é essa.

Grande parte dos Municípios são pequenos e quando houve o processo de elaboração dos planos diretores se verificou a dificuldade de tentar construir uma política urbana tendo como base aqueles mecanismos estabelecidos no Estatuto da Cidade que foram mais enfatizados tanto pelo setor acadêmico, quanto pelo setor técnico, pelos gestores, pelo campo da política e não houve um grande entrosamento na perspectiva de pensar a política de desenvolvimento urbano no País levando em consideração essa realidade.

Acho que temos agora como desafio pensar como trazer uma perspectiva de implementação do Estatuto da Cidade considerando essa realidade de que o Pacto Federativo não está consolidado na perspectiva urbana.

Um ponto que é crítico e que temos ainda é toda a questão das áreas metropolitanas e a dimensão regional, numa perspectiva de pensar uma política de desenvolvimento urbano e uma regulação do território. Nós do Instituto Pólis estamos fazendo um trabalho no litoral de São Paulo com 13 Municípios da baixada santista e do litoral norte em razão de que naquela região está havendo vários investimentos, até do próprio Governo Federal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NELSON SAULE JÚNIOR – Se eu puder ter mais cinco minutos pelo menos. No sentido de verificar os impactos que vão ocorrer, como uma ação estratégica para o Brasil hoje que é a exploração do Pré-Sal, a ampliação dos portos que são fundamentais para o desenvolvimento econômico não só da região de São Paulo como para o País, como é o Porto de Santos e o Porto de São Sebastião, ampliação de estradas que sempre é um fator para gerar crescimento e processos de urbanização, como ocorreu, por exemplo, em São Paulo com a abertura da Rio-Santos, que teve uma urbanização acelerada nos Municípios do litoral norte como Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e a própria Ilhabela. Estamos trabalhando nesse projeto para pensar um programa regional de desenvolvimento sustentável com esses Municípios, com a sociedade, com o governo de Estado e também, com certeza, com os agentes e gestores do Governo Federal, os Ministérios responsáveis por uma política de desenvolvimento. Estamos verificando claramente a necessidade de estabelecer uma pactuação para própria regulação do território.

Nessa região temos várias áreas de preservação do meio ambiente, que foram delimitadas ou pelo Governo Federal, como algumas unidades de conservação, você tem áreas demarcadas como de populações

indígenas, tem territórios que são de populações quilombolas que cabe à União fazer o seu papel de demarcar essas terras e reconhecer esses direitos, tem parques como é o da Serra do Mar, que é um parque estadual em que o Estado estabelece toda a regulação do uso desse território e tem os Municípios, onde a população está vivendo e tem como missão fazer a regulação do território e pensar o planejamento.

Verificamos que é impossível qualquer um dos Municípios pensar numa perspectiva de regular o seu território de forma isolada, considerando que os problemas são similares. Uma grande parte de seus territórios serão declarados de preservação ambiental, grande parte dos territórios precisam investir na área de saneamento, o crescimento populacional que vai ocorrer em razão dessas atividades econômicas que já estão em desenvolvimento. Isso tudo nos leva a uma perspectiva de pensar que o planejamento, a regulação no território e as iniciativas baseadas nas políticas nacionais, que hoje estão presentes na área de habitação, mobilidade, saneamento, resíduos sólidos, precisa ter outro arranjo institucional.

Uma das questões fundamentais que no Conselho das Cidades temos trabalhado nesses anos coletivamente e já construímos uma proposta, que para nós é fundamental, é de termos um sistema nacional de desenvolvimento urbano que possa justamente constituir um sistema que permita que haja essa possibilidade do desenvolvimento de uma política mais integrada entre os entes federativos, principalmente como cada vez mais a dimensão dos problemas ultrapassam a questão dos Municípios. Então, seria muito simples vir aqui e dizer que todos os Municípios têm a sua tarefa de fazer seus planos diretores, mas acho que não é essa a discussão que temos que fazer no Senado, mas sim como vamos, efetivamente, implantar um sistema federativo para desenvolvimento dessas políticas nacionais, que são relacionadas ao desenvolvimento urbano, numa perspectiva que seja voltada a atender as demandas existentes nas cidades, nos Municípios, da população com relação à infraestrutura e serviços, um desenvolvimento com inclusão social e, principalmente, que haja um processo que vá fortalecendo, cada vez mais, a questão da democracia nas cidades e processos democráticos de governabilidade numa dimensão não só municipal, que já está dada, mas principalmente na dimensão metropolitana e regional, que é o grande desafio que temos numa perspectiva da tarefa que deve ser assumida no âmbito nacional, tanto na esfera do Governo Federal mas também vejo que isso é uma tarefa fundamental do Legislativo, do Senado, principalmente, que representa os interesses federativos.

Então, de início, colocaria essas questões para poder dar continuidade na discussão da perspectiva, da implementação do Estatuto da Cidade com esse foco de termos um processo que venha viabilizar uma política de desenvolvimento urbano que atenda essas necessidades: a democratização do Estado brasileiro, numa perspectiva de termos cidades democráticas; da forma como se explore e utilize o território brasileiro, que venha atender de fato a perspectiva de estarmos fazendo a inclusão social de todas as populações que estão no processo de desigualdade, nas questões econômicas, sociais e ambientais e também numa perspectiva de estarmos avançando no sentido de termos cidades sustentáveis nessa relação com o meio ambiente no sentido de que temos que pensar num desenvolvimento que atenda às necessidades, tanto da perspectiva do meio ambiente, mas levando em consideração que na dimensão do meio ambiente existe claramente a pessoa humana e a dignidade da pessoa humana.

Essas seriam as questões que trago para debate nesta audiência pública. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado Nelson Saule.

Vamos passar a palavra à Sra. Bartíria Perpétua Lima da Costa, que é Presidente da Confederação Nacional de Associações de Moradores, já registrando também a presença da Sra. Neide de Jesus Carvalho, representante do Comitê Técnico Nacional por Moradia Popular. Seja bem-vinda Sra. Neide.

V. Sa. dispõe de dez minutos.

A SRA. BARTÍRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Quero cumprimentar todos e todas aqui do Plenário, nosso Conselho está presente, porque essa é uma audiência com a participação do Conselho, que hoje transferiu do seu local para cá para prestigiar esse debate, essa audiência, chamada pelo Senador Paulo Paim em concordância conosco.

Estivemos aqui, há um tempo, quando o Senador fez um grande debate em relação ao que aconteceu com Pinheirinhos e estávamos lançando a campanha do Estatuto da Cidade pelo Senador Inácio Arruda e hoje estamos aqui, a partir daquele diálogo que tivemos com ele. Queremos aqui, Senador Paulo Davim, agradecer por essa audiência, por esse chamamento e por essa participação que achamos de suma importância.

Debater os 10 anos do Estatuto da Cidade – não são mais 10 anos – porque agora amanhã completará 11 anos. No dia 10 de julho de 2001 sancionamos aqui o Estatuto e já são onze anos de debate desse instrumento fundamental. Nesses 11 anos de vigência do Estatuto da Cidade podemos dizer que há imensas conquistas a comemorar no sentido da ampliação dos

espaços, da participação popular como nos casos de formação dos conselhos, realização de conferências, audiências, culminando isso com a criação do próprio Ministério das Cidades, que foi uma luta e acho que só foi possível avançar nessas conquistas a partir de um órgão tão importante, que é o Ministério das Cidades, que ajudou nesse processo de uma lei importante, com instrumentos e diretrizes importantes e que tem uma política voltada para essa questão urbana também com a questão do próprio Conselho das Cidades, que é um órgão participativo de formulação, de fiscalização e que é e suma importância.

Falta muito. Reconhecemos que temos conquistas, mas ainda há uma grande distância do que tem de importância desse instrumento a dificuldade que temos. Então, vamos colocar aqui, num ponto de um debate do conselho e no Senado, Casa importante para ajudar numa reflexão e avaliação dessas, que temos dificuldade do acesso à terra tem sido um fator determinante de carência e desigualdade sociais.

Nas cidades, os altos preços do solo urbanizado, determina a segregação populacional, obrigando buscar moradias em áreas distantes, precárias, que não tem esses serviços públicos necessários, são exatamente os mais pobres que arcam com os custos mais elevados de transporte, de acesso a bens e serviços urbanos porque, na medida em que você tem toda essa situação, essa moradia passa a ser num local mais distante e ele passa a ter problemas e um custo mais alto. Então, é começar a pensar como você tem uma lei tão importante, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, que devem ser aplicadas e implementadas por meio de instrumentos tão importantes que essa lei tem, e você vê essa desigualdade e essa situação que ainda percebemos.

Ao pensar, portanto, nessas diretrizes, nesses instrumentos, começamos a perceber que a gestão democrática, que é um instrumento importante e temos o Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades e estabelecemos que todos também, que o Estado tem o conselho, a participação que discute a política e que avance nesse debate, que seria um local importante para aplicação e discussão dessa lei não temos ainda esses conselhos implementados nos Estados. Não valorizam isso, não dão a mínima importância para que esses conselhos sejam constituídos e implementados para que façam parte de um instrumento porque o Estatuto da Cidade prevê.

Apesar do Ministério das Cidades, quando temos esse instrumento e o conselho, fizemos a grande campanha do plano diretor, que é outro instrumento, dentro dessas diretrizes do Estatuto da Cidade, que é o plano diretor, a grande campanha para os Municípios,

o Ministério das Cidades ajudou numa participação grande dessa campanha, mas também a gestão desse plano diretor nos Municípios é um problema muito sério, muito grande.

Não dão importância para esse instrumento da gestão, do ordenamento da cidade que deveriam dar. Então, ainda temos uma luta muito grande. Apesar de termos os planos dessa discussão, a maioria ainda não obedece na sua gestão à questão dos planos. Ainda estamos nesse debate, nessa discussão de uma pressão dos movimentos do que da própria execução e da própria vontade que tem na gestão de fazer e aplicar os planos.

Na questão do IPTU progressivo, que é um instrumento importante do Estatuto da Cidade, vemos que o IPTU, que é uma sanção prevista para combater a ociosidade fundiária, o que temos presenciado são massacres como o que aconteceu no Pinheirinho, porque se aplicasse o IPTU progressivo, se fizesse isso acontecer, não teríamos situações e nem como Dandara, em Minas Gerais. Então, vemos que com instrumentos tão importantes e vemos essa situação acontecendo e não são aplicadas, não são sancionadas e são questões importantes para resolver os problemas de uma lei tão importante que temos.

Em relação também a esses instrumentos, como a regularização fundiária, não são respeitadas as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que também é uma questão municipal, porque todo esse instrumento acontece no Município em função dos mega projetos, dos mega eventos, de grandes obras nossas famílias que moram nessas áreas de interesse social têm que sair de uma relação, de um a situação precária e perversa, porque quem mora nessas ZEIS, que deveriam ser regularizadas e respeitadas ou essas não podem, em função de uma situação dessa, que, se for ocorrer por alguma obra ou por algum tipo de projeto, essas famílias teriam que ter locais decentes, apropriados, sendo discutido com ela para onde elas vão. Não, a elas são oferecidas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A periferia da periferia.

A SRA. BARTÍRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA – Não, a periferia, não, mas indenizações – não é previsto indenização numa situação dessas –, e indenizações e de situações que elas vão que não dá nem para ela, onde ela mora, naquele local, que já é precário, ela ainda vai para um lugar mais precário ainda, que não dá essa indenização para fazer. Então, são situações que a gente presencia o tempo todo e que a gente vê que a gente tem o instrumento, que a gente tem uma lei tão importante dessa e você não vê que não acontece.

Nós precisamos, numa avaliação dessa, colocar isso e ver como é que a gente pode avançar, porque a gente ainda tem essa situação... E é claro que também podemos dizer que são grandes os desafios para implementação desses instrumentos. Nós queremos também afirmar – e aí a fala do Nelson já coloca para isso –, eu quero também, já avançando para esses desafios, dizer que o Estatuto da Cidade foi um passo revolucionário na questão urbana. Nós temos isso... Isso foi um instrumento, foi uma luta nossa muito importante. Então, esse espaço revolucionário precisa avançar mais para ser mais revolucionário ainda. Portanto, nós precisamos, com urgência, do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para que esses instrumentos, para que essa lei possa realmente estar dentro do amparo legal, que é o Sistema Nacional. Nós acreditamos nisso.

Esse Estatuto, já dentro, todas essas diretrizes, todos esses instrumentos do Estatuto já estão incorporados nessa proposta de lei do Sistema constituído no Conselho das Cidades e que agora nós precisamos, e esta Casa também, saber desse projeto de lei e nos ajudar para que nós possamos ter esse sistema neste País. Nós precisamos.

Finalizando esse debate e colocando todas essas problemáticas, apesar de todos os avanços que nós sabemos, não poderíamos deixar de pontuar coisas importantes que são desses instrumentos e que a gente tem dificuldades, que esses instrumentos não estão sendo implementados, que nós precisamos que eles sejam implementados. Portanto, foi colocado pelo José Roberto Bassul, que é um arquiteto consultor aqui da Casa Legislativa do Senado, quando ele também ajudou na cartilha da campanha do Estatuto da Cidade, ele coloca: “É preciso, contudo... “Vou colocar o que ele fala, que eu acho que é uma fala nossa, ele usou uma fala nossa e colocou nesse texto da cartilha.

É preciso, contudo, que a luta pela reforma urbana, nascida nas ruas e transformada em normas jurídicas, não perca de vista a importância dos embates concretos pelo direito universal à dignidade da vida urbana. Só assim a vontade da lei será atendida no território das cidades brasileiras.

Eu acho que nós precisamos continuar na luta, nós precisamos continuar mobilizados, nós precisamos continuar na pressão, porque, enquanto não tiver o sistema, e mesmo tendo o sistema, nós vamos continuar... Nós temos uma lei que não é aplicada e precisa ser aplicada. E eu só acredito com o movimento nas ruas, com o movimento na luta, com pressão, vindo aqui a este Senado, nas assembleias legislativas, em todos os espaços, para que nós possamos realmente fazer com que as leis existentes e importantes para

a população brasileira sejam aplicadas. Eu acho que, sem esse movimento, sem esse tipo de pressão, não tem avanço.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado.

Parabéns, Bartíria, pela sua brilhante exposição.

Comunicamos que estamos ao vivo pela Rádio Senado, pela *Internet* e pela TV Senado, canais 3 e 7.

Eu deixaria para reflexão... Daqui a pouco, eu vou interpelar os membros da Mesa de uma forma muito objetiva. Nesses 10 anos do Estatuto das Cidades, qual foi o grande avanço e qual é o grande desafio? De uma forma objetiva, clara, aos milhares e milhares de brasileiros que estão nos ouvindo, nos acompanhando, pela TV, pela Internet, pela Rádio Senado. É importante que, de uma forma muito objetiva, a gente fale para que esses brasileiros e brasileiras possam, de uma forma objetiva, saber qual é o grande avanço, qual é o grande desafio.

Agora, passo a palavra e temos a satisfação de ouvir Neide de Jesus Carvalho, representante do Comitê Técnico de Habitação da União Nacional por Moradia Popular, que disporá de 10 minutos para as suas considerações.

A SRA. NEIDE DE JESUS CARVALHO – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos os meus companheiros e companheiras, conselheiros e conselheiras que estão aqui, na pessoa do Carlos, o nosso Secretário-Executivo. Cumprimento também o Senador Paulo.

As falas, tanto na Mesa quanto no Plenário, que também vão ter o momento, vão soar num coro bem delineado, porque, colocando essa reflexão, nobre Senador, eu traria a seguinte colocação: dizer primeiramente que o Estatuto das Cidades é atual; é falar da atualidade. Ao longo desses mais de 10, 11 anos, Bartíria, a luta das ideologias, dos pensamentos, muito mais já sinalizavam, e nós tínhamos uma missão, fizemos e ainda estamos fazendo-a, que é capacitar, multiplicar e trazer para a sociedade dessa forma bem objetiva, como bem você lembrou, e mostrar para a população esta palavra Estatuto das Cidades. Traduzir o que significava para nós. E dizer que isso já era um grande desafio, porque nós fomos os atores que fizeram a multiplicação da informação, das várias capacitações, das várias reuniões, de levar para a população a possibilidade de diversificar e capacitá-la para saber, de forma bem popular, o que é o Estatuto das Cidades, de que se tratava.

Nesse sentido, quero trazer aqui três elementos que, para mim, são muito importantes. Penso que é muito fundamental, nesse novo desafio que temos aqui,

que é o de implementar, tirar do papel, de multiplicar e fazer cumprir o que está no papel. O que para nós tem sido um desafio e, para mim, nas discussões que temos. Por isso, estamos aqui reunidos. É o maior desafio. E podemos traduzir aqui o que é esse desafio, de forma bem objetiva.

Primeiro, a questão da função social da propriedade, que já foi muito bem dito aqui. Mas, traduzindo para as nossas comunidades, para os Estados, para os Municípios, é trabalharmos ferramentas que estão contidas dentro do Estatuto das Cidades que possam evitar os vários despejos que até agora a gente não conseguiu. Mesmo sendo assegurado na Constituição brasileira o direito à moradia, o direito à habitação, o direito à saúde, o direito à educação e vários outros direitos, infelizmente, todos os dias são descumpridos. Isso é falar da função social da propriedade. Infelizmente, em outro momento, discutimos – eu lembro –, em outro momento em que estivemos aqui reunidos, em outra reunião do Conselho, na Câmara, falamos de uma campanha que nós lançamos. Falamos de modificar o Código Civil para que pudéssemos combater principalmente os despejos. E isso também a gente trabalha com embasamento no Estatuto das Cidades, porque já está contido nele.

Mas, mesmo tendo o Estatuto, como não é implementado, os movimentos, principalmente, junto com seus parceiros – está aqui o Instituto Pólis – e fazendo a discussão dentro desse conselho, a gente continua fazendo o nosso papel, lançando campanhas, trazendo a discussão, mas tratando de algo que já existe.

Então, esse é um elemento que eu queria trazer também para o debate, a questão da função social da propriedade, que é um instrumento importante e contido. Junto com isso, a gente trabalha com a perspectiva da posse da terra, mas terra urbanizada, junto com todos os equipamentos, para a gente poder promover o foco principal, que é a questão da habitação de interesse social.

Ontem, no Comitê Técnico da Habitação, analisamos um balanço do Minha Casa, Minha Vida, que é um programa importante que nós construímos e estamos otimizando, mas, se observarmos, está lá: o passo mais tímido é exatamente a faixa etária 1, que é a habitação de interesse social. Por quê? Porque nós temos elementos: há o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, mas, infelizmente, é muito tímido, não avança, não sai do papel, não é implementado.

Se, neste momento, depois dessa luta histórica, depois de aprovado o Estatuto da Cidade, que está completando onze anos, esse projeto estivesse realmente sendo implementado, eu acho que a gente já ultrapassaria a meta para a habitação de interesse social da faixa 1. Então, isso é uma prova concreta.

Eu estou compartilhando o balanço que a gente fez ontem na reunião no Comitê e trazendo também aqui para o debate.

Quanto à questão do controle social, eu acho que a gente tem feito muito bem o nosso papel. O Estatuto da Cidade abre uma porta que traz elementos para a gente poder fazer isso, mas também é preciso governos parceiros que não somente incentivem a comunidade. O Município não pode somente promover quando a gente provoca. Na verdade, Bartíria, somos nós que temos provocado a questão da criação dos planos diretores, mas não queremos que o plano diretor seja votado na Câmara de Vereadores e, depois, engavetado lá no gabinete do prefeito ou na Câmara de Vereadores. É preciso implementar! Ter coragem de romper com o setor empresarial, que não olha a questão da perspectiva de dividir por igual com a sociedade. É necessário romper e aplicar as ferramentas de que a Bartíria aqui já falou. Eu não preciso repetir.

Basta o Estatuto da Cidade, que nos orienta, que fala da questão do Plano Diretor. É fundamental criar ferramentas com as quais a gente possa democratizar as cidades ou, como bem falou aqui o Senador, de forma objetiva, torná-las igual, porque não há rico, classe média nem pobre, não. O Estado brasileiro deve ser dividido e compartilhado de forma igual. Não pode haver categoria.

A distribuição. Quando a gente apontou, quando a gente sonhou... Muitos companheiros e companheiras que iniciaram a luta não estão mais aqui hoje nem puderam ver, Beto. Em 2001, 2002, quando a gente aprovou – eles não estão mais aqui nem puderam ver... Quando a gente fala da questão do planejamento inclusivo, não se trata de pensar em um ponto ou em outra da cidade, não. Nós não queremos uma cidadezinha bonitinha, toda ordenada, não; nós queremos que seja igual, que possam todos conviver e usufruir dos serviços daquela cidade de forma igualitária. Não é porque eu tenho um poder aquisitivo maior, porque eu moro na zona mais nobre da cidade que eu posso usufruir do bom e do melhor. Não! Quem mora na favela, na periferia também tem direito e precisa ter essa vontade.

Então, eu acho que nós temos cumprido muito bem o nosso papel, que é de mobilizar, que é de ir para as ruas, que é de estar no Conselho, trabalhando a questão das resoluções, trabalhando para incentivar e poder botar objeto dentro das portarias, mas o papel principal é este: ter sensibilidade e coragem, por conta dos governos, para poder implementar.

Portanto, trago esse ponto para o debate. É isso que nós temos discutido. Acho que o nosso papel a gente tem feito, e muito bem. Recebemos algumas críticas? Podemos receber, mas eu acho que o desa-

fio maior é este: de que forma – acho que precisamos discutir isto – vamos implementar?

Todo esse arcabouço está no Estatuto da Cidade, transformado em planos, mas, repito, não basta colocar em letras e ficar engavetado. É preciso colocar em prática, para que a gente possa vivenciar, para que a gente possa otimizar.

É com esse sentimento e nesse sentido que nós viemos para cá. Elogiamos a iniciativa de transmitir a reunião para que chegue à casa da D. Maria, para que chegue à casa do Seu João, e queremos dizer que o Estatuto das Cidades é uma realidade, é atualidade. O desafio é implementar, mas não depende só de nós, repito: depende da coragem principalmente dos Governos e de contar também com o apoio do Legislativo, que tem feito seu papel, mas que precisa também impulsionar mais ainda.

Senador, quando se trata de plano diretor das cidades e colocam todas as ferramentas, tudo bonitinho lá no papel, vemos que passa pelo Legislativo, lá pela Câmara de Vereadores, mas depois fica engavetado. E nós não queremos que fique engavetado. Queremos que vá à prática para podermos regularizar a situação das terras, para podermos ter elementos a fim de, repito, combater a questão dos despejos, para que possamos ter equipamento dentro das vilas e favelas, para que possamos ter direitos.

Então, é nesse sentido que a gente traz aqui essa provocação, que a gente lembra o assunto para poder aqui nortear e apimentar esse debate. E é com essas palavras que a gente coloca o nosso sentimento, para que a gente continue em mobilização, a fim de implementar. E acho que aqui o coro agora deve ser este nas nossas falas: implementação, implementar. É nesse sentido que nós vamos seguir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Neide de Jesus.

Meus amigos, minhas amigas, é inegável que o Brasil, nos últimos anos, tem avançado nas políticas sociais. Isso é inegável. Isso é incontestado. Mas todo esse avanço demanda um esforço muito grande da sociedade. É lento. Exige o engajamento de todos, até porque é responsabilidade de todos e de cada um, não só dos poderes constituídos, mas de todos a construção de uma sociedade mais justa, mais cidadã. E isso é difícil, é um desafio, haja vista o SUS – Sistema Único de Saúde, que completou sua maioridade, 21 anos, mas a gente encontra pelo interior do Brasil Municípios em que os conselhos são vicariantes, os conselhos são inexistentes, são inoperantes ou são apenas instrumento de legalização, digamos, dos equívocos administrativos dos seus gestores ou dos Prefeitos.

Não obstante essa realidade, nós não vamos arrefecer o nosso espírito de avançar com a sociedade, com as políticas sociais. As mesmas dificuldades foram elencadas aqui por Bartíria e eu anotei, quando ela deu muita ênfase à questão dos conselhos das cidades que não são implementados. Isso é um desafio.

Nós temos também este problema na saúde: nós não conseguimos implementar os conselhos municipais, não conseguimos dar organicidade aos conselhos. Mas o pior de tudo, Bartíria, é que a gente não consegue capilarizar pelo Brasil esse trabalho de conscientização. A gente não está conseguindo. Essa é a grande verdade. Isso acontece com o Estatuto das Cidades, acontece com o ECA, acontece com a Lei Orgânica do SUS, o Estatuto do Idoso, enfim... Então, são essas as dificuldades que a gente tem.

O Brasil é um País continental, tem suas particularidades regionais, tem suas diferenças, tem essa variedade de nível educacional, cultural, de acessibilidade às informações. As dificuldades de acessibilidade às informações ainda são uma realidade. Por incrível que pareça, nós vivemos num mundo globalizado, o mundo das infovias, mas ainda nos deparamos com dificuldades em acesso à informação. Então, claro que é um desafio. Isso vai levar tempo e exigirá uma mobilização muito intensa de toda a sociedade. Cai sobre nós uma responsabilidade maior, porque nós fazemos parte de uma elite neste País, a elite que tem consciência política, a elite que tem o privilégio de enxergar desigualdades e a elite que tem o privilégio de poder fazer alguma coisa pelos que não podem fazer,

Então, eu acho elogiável o envolvimento de todos vocês, uma abnegação um desprendimento, eu diria até, um altruísmo das pessoas que levantam essas bandeira do bem coletivo com o objetivo precípuo de ser útil a outros. É louvável esse empenho.

Nesses 10 anos do Estatuto da Cidade, eu acho que valeu por tudo. Eu fiz uma sessão solene, no ano passado, aqui no Senado, nos 20 anos do SUS. Todos nós sabemos, não vou chover aqui no molhado, todos nós temos a consciência das dificuldades do sistema público de saúde do Brasil, apesar de ser um sistema mais bem concebido até hoje, do qual sou militante, na condição que médico que sou, defensor fervoroso desse modelo. Mas, não obstante esse sentimento e esse reconhecimento, a gente sabe das dificuldades da sua implementação. E lá se vão 22, anos, Bartíria.

O SUS é algo que diz respeito diretamente ao cidadão, porque as dificuldades são democráticas. A doença, as epidemias, as dificuldades de acesso aos serviços públicos. Muitas vezes, o indivíduo tem a condição de ter saúde suplementar, mas existem algumas patologias para as quais você tem que procurar o serviço público. Então, há certa democratização, se

posso assim dizer. Mesmo assim, a gente não consegue destravar.

Mas a luta continua. Amanhã, será um novo dia e a gente tem que acreditar nessa capacidade que nós temos de sonhar. E vamos edificando sonhos, espalhando sonhos por onde a gente caminhar, nas estradas por onde a gente passar, nas ruas, nas casas, tentando construir consciências mais abertas, mais comprometidas. É o nosso trabalho e a gente não pode ser omissa nessa tarefa que o destino nos deu.

Quero me solidarizar com todos aqueles que têm essa visão e esse compromisso na implementação do Estatuto das Cidades.

O Regimento Interno do Senado não nos permite maiores flexibilidades, mas eu quero ter uma deferência especial ao Deputado que aqui está nos prestigiando, Deputado Raul Carrion, e eu gostaria, por essa deferência, de facultar-lhe a palavra.

O SR. RAUL CARRION (PCdoB – RS) – Em primeiro lugar, eu queria saudar, Senador Paulo Davim, os meus colegas que compõem a mesa do Conselho – o Carlos, a Bartíria, o Saulo e a Neide –, saudar todos os colegas aqui presentes e fazer breves considerações; parabenizar o Senado, onde nasceu o Estatuto e onde foi aprovado.

Em primeiro lugar, eu acho que, para avaliar esses 11 anos – vamos dizer, que estamos chegando amanhã – do Estatuto, é interessante e importante compreender que ele surgiu para regulamentar a nossa Constituição Federal, que, pela primeira vez, criou um capítulo próprio para a questão urbana, e com dois únicos artigos, os artigos 182 e 183. Mas esses dois artigos, eu diria, fizeram uma revolução na compreensão da questão urbana – e é isso o que o estatuto trata. O que foi? Eles eliminaram, acabaram com o conceito, vindo do código napoleônico, da propriedade absoluta. Isso acabou na Constituição. A propriedade passou a ser legítima se ela cumpre a sua função social. Essa é a grande definição. E o art. 182 diz que a propriedade do solo urbano cumpre a função social se corresponder às tarefas, aos objetivos que o plano diretor coloca para aquela área da cidade. Se não respeita as determinações do plano diretor, ela não cumpre a função social.

E ele ainda coloca – ainda a Constituição, o que é, depois, repetido no estatuto... Acho que isso é o cerne do estatuto. Se nós não compreendermos o cerne, porque o estatuto é muito longo, ele trata de n coisas, mas ele regulamenta o art. 182 e o art. 183. E diz assim: se a terra não cumpre a função social, o Poder Público pode: primeiro, obrigar a parcelar; segundo, obrigar a edificar; terceiro, aplicar o IPTU progressivo no tempo; quarto, desapropriar sem dinheiro vivo. É a única exceção que a Constituição coloca. Pode desapropriar com títulos da dívida pública.

E, no art. 183, coloca outras duas questões-chave: o direito real de uso, que é na propriedade pública, e usucapião especial urbano em cinco anos, na propriedade privada.

Então, o interessante é que a Constituição e, depois, o Estatuto não tratam só da propriedade privada; tratam da função social da terra urbana, pública e privada.

Bem, o estatuto veio para regulamentar isso, e o regulamentou. Agora, passaram-se 24 anos da Constituição; 11 anos de Estatuto, nove anos do Ministério das Cidades; oito anos do Conselho das Cidades; nove anos do Código Penal que absorveu algo disso também: êxitos evidentes, avanços evidentes, mas muito a desejar, no meu entendimento. E o momento de balanço é o momento de vermos, como disse muito bem o Senador, em que se avançou. O que se avançou está dito. Mas quais são os desafios? O que falta avançar?

E aí um detalhe: quando a Constituição estabeleceu a questão da função social da propriedade, que é o cerne do capítulo e é fruto da luta pela reforma urbana – tanto o capítulo da Constituição quanto o Estatuto são frutos da luta pela reforma urbana, que teve eco no Congresso. Aí foi um movimento histórico.

O que diz lá? Primeiro, diz que tinha que ter uma lei federal. Esta lei federal levou 11 anos, que foi o Estatuto. Tantas coisas que são tão rápidas. A gente tem que perceber isso. Por que 11 anos? Porque toca questões, digamos, estratégicas: a propriedade urbana. Por que a propriedade urbana é diferente? Porque o valor dela não decorre da terra nua – tanto que a terra rural é baixo valor –, decorre dos investimentos da sociedade: ruas, saneamento, escolas, hospitais. Quer dizer, ela valoriza porque toda a sociedade colocou. Então, ela tem que cumprir uma função social.

Mas dizia outra coisa: o plano diretor tem que ter uma lei específica – quer dizer, além da lei federal, que foi o Estatuto, e levaram 11 anos, precisa lei específica para as áreas que serão consideradas que não estão cumprindo a sua função social.

Eu pergunto: quantos planos diretores identificam essas áreas? E, dos que identificam essas áreas, em quantas áreas aplicou-se a obrigatoriedade do parcelamento? Em quantas áreas aplicou-se a obrigatoriedade da identificação? Em quantos Municípios se aplica, efetivamente, o IPTU progressivo? Em quantos Municípios? Nenhum. Desafio a dizerem um que aplicou a desapropriação com títulos da dívida pública. E não se conta nos dedos de uma mão, Senador, quantos estão aplicando IPTU progressivo no tempo; ou quantos estão exigindo a edificação e o parcelamento compulsório.

Então, o cerne do Estatuto não está ocorrendo. Digo mais e faço um desafio ao Ministério das Cida-

des: por que até hoje não foi feito um censo fundiário no País? O que é o censo fundiário? A identificação das áreas sem uso ou com uso inadequado, os vazios urbanos. Há tudo quanto é estudo no nosso Ministério, plano das cidades, isso, aquilo outro. Não existe até hoje o censo fundiário, porque as áreas estariam identificadas, e os Municípios estariam com o povo atrás: vem cá e esses vazios urbanos identificados aqui?

Então, eu vejo que esse problema é sério.

E aí, às vezes, eu sinto, até entre nós no Conselho, que nós estamos virando gestores, que estamos virando administradores. E a luta pela reforma urbana, a luta política, o embate para essa transformação, nós estamos deixando de lado, nós estamos discutindo regras de construção de habitação. E o que vemos? A fome de terra. Falou bem a Neide, falou bem a Bartíria. Por que, com o PAC 1, com o PAC 2, com o Minha Casa, Minha Vida 1, com o Minha Casa, Minha Vida 2, as terras, os vazios urbanos começam um pouco... Mas aí a gente observa, vem para a faixa três, vão para a faixa dois, e a faixa um fica defasada. Ah, porque há dificuldade. Claro. Não se aplica o Estatuto. Pergunto: se se aplicasse o Estatuto, edificação compulsória, parcelamento compulsório, IPTU progressivo, desapropriação com título de dívida pública, botava ou não botava terra o mercado? Botava. E o que acontecia ao botar a terra no mercado? Baixava. O Poder Público podia adquirir terra, podia fazer projetos etc.

Então, eu acho que nós temos na mão um instrumento poderosíssimo – vou encerrando –, um instrumento poderosíssimo. O Congresso foi sensível à luta do povo, agora eu acho que a gente meio que se acomodou, gente. Estamos lá, há a lei, como disse a Bartíria, sem povo na rua, sem mobilização, sem exigir do Ministério das Cidades, sem exigir das prefeituras, do Ministério das Cidades o censo fundiário. O Ministério das Cidades, que talvez, no Minha Casa, Minha Vida 2, se aplique, se ele faz para o faixa dois e três, tem que fazer para o um... Tem que estar articulado, tem que estar casado, não pode pegar o pouco estoque de terra que tem e usar só... Não é que o nível dois seja abonado, mas o um é 90% do déficit habitacional. Essa tem que ser a prioridade. O que vemos? Constrói-se mais para o nível dois, constrói-se mais para o nível três que para o nível um. Ah, porque há dificuldade, falta terra. Então, vamos atacar a terra, gente. Reforma urbana é o problema da terra. Não tem para onde correr. Assim como reforma agrária é o problema da terra. Não vamos nos enganar.

Então, é isso. Eu quero parabenizar essa audiência pública, o Senado, mas eu quero: dizer o desafio é implementar o Estatuto da Cidade, e nós não vamos implementar o Estatuto da Cidade sem enfrentar o monopólio da terra, sem enfrentar a especulação urbana, e nós não estamos enfrentando. É o meu convencimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Deputado Raul Carrion, pela brilhante exposição.

Registramos a presença de Paulino Rodrigues, do Sindiferro. Registramos também a presença de Valmir de Lemos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil.

Bom, eu tenho feito uma solicitação à Mesa, e nós vamos começar pelo Carlos Antonio.

Carlos Antonio, de uma forma bem objetiva, direto ao ponto: o grande avanço e o grande desafio.

O SR. CARLOS ANTONIO VIEIRA FERNANDES – Obrigado, Senador, pela oportunidade.

Grandes avanços. O primeiro: nós tivemos uma estruturação macroeconômica no País, e, a partir de 2003, principalmente, quando se deram condições de que saíssemos no caso específico da habitação ou do investimento do Governo Federal em habitação de algo em torno um pouco menos de R\$3 bilhões, considerando os recursos amplos e todos, considerando faixas um, dois, três, mercado, para, este ano, consolidarmos algo acima de 100 bilhões de aplicações só com recursos pelos agentes financeiros oficiais. Isso é um grande avanço, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Foi o grande avanço, na sua opinião? Nesses dez anos?

O SR. CARLOS ANTONIO – Um dos grandes avanços.

Um avanço específico, indo a ele, eu acho que a consolidação do Estatuto das Cidades, um avanço fundamental, e esta mudança de fase: ele sai da sua primeira infância para uma idade já de onze anos, entrando numa adolescência para se consolidar futuramente na sua maturidade. Esse é o grande avanço.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – E o desafio?

O SR. CARLOS ANTONIO – O desafio, eu vou trazer o desafio por meio de um exemplo. Recentemente, eu estava ouvindo uma discussão da cidade de Nova Iorque sobre a utilização de... E aí se falava de saúde, mas era no âmbito do conselho das cidades. O Prefeito de Nova Iorque propondo ao conselho das cidades a discussão sobre o uso de bebida adocicada que ele queria reduzir de 500 mililitros para a metade disso, a distribuição na cidade. E o prefeito não consegue impor isso. E isso é discutido no âmbito do conselho das cidades. Então, para mim, o grande desafio é chegar a um estágio dessa natureza nos conselhos municipais, principalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Carlos, quero aproveitar e agradecer a sua brilhante participação na mesa desta audiência pública.

Agora, Bartiria, eu gostaria que você, que vai falar para milhares de brasileiros, tem lá a d. Maria, o Sr. Francisco, o Sr. Joaquim que estão lá no interior do Brasil e a estão ouvindo agora. Eles estão interessados no Estatuto das Cidades, 11 anos. Ele quer ouvir de Bartiria, qual foi o grande avanço do Estatuto das Cidades porque ele também quer comentar isso e ele também quer saber qual o grande desafio e que ele possa inclusive fazer parte dessa legião de pessoas que querem enfrentar esse desafio.

Por favor, Bartiria.

A SRA. BARTIRIA LIMA – Primeiro para todos que estão nos ouvindo aqui, o grande avanço para o Estatuto das Cidades foi uma mudança neste País que foi a eleição do governo Lula. Nós fizemos uma grande mudança neste País e isso ajudou que hoje nós temos a lei sancionada. Porque poderíamos ter todo o processo que houve, mas se não houvesse uma mudança de gestão, de governança diferenciada neste País não estaríamos debatendo aqui os 11 anos do Estatuto das Cidades. Então para mim este é um grande avanço porque hoje nós temos o Estatuto das Cidades, esse instrumento. O grande desafio, a parte de toda essa mudança, eu também diria que precisamos avançar ainda nessa gestão e ter uma mudança mais socialista para avançar mais na democracia. Não avançamos mais porque ainda temos um processo neste País, um sistema que não permite os desafios nem as mudanças. Portanto, precisamos avançar no sistema de governança e, aí, na implementação do Estatuto das Cidades que é o grande desafio na conscientização da nossa população para a implementação dele.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Bartiria. Quero agradecer desde já a sua participação nesta audiência pública.

Vamos ouvir da mesma forma o Dr. Nelson Saule Junior sobre estes dois pontos, o grande avanço e o grande desafio.

O SR. NELSON SAULE JUNIOR – Na verdade, eu não consigo dizer que há um grande avanço, mas acho que temos avanços; grande eu acho que a gente ainda não tem. Por isso não vou falar um grande, mas vou falar alguns avanços.

Primeiro, de o próprio Estatuto das Cidades não ter sido modificado aqui no Congresso Nacional porque acho que a maioria das pessoas não sabem que o que não falta são projetos de lei, desde que ele foi aprovado, para modificar, para 'retirar, justamente, essas conquistas que foram colocadas aqui pelos colegas. (*Palmas.*)

Isso foi um processo de monitoramento que a sociedade fez aqui com os Parlamentares, compromisso com os partidos políticos, para o Estatuto da Cidade não ser alterado, ser modificado. Acho que isso, em face da conjuntura que nós temos de tentar refrear as

conquistas sociais, é um avanço não ter nenhuma alteração enfraquecendo a política preconizada no Estatuto da Cidade e na Constituição.

O segundo avanço que eu vejo, como já foi colocado aqui, é justamente termos hoje a possibilidade de aplicar uma política que seja voltada para garantir que, de fato, a terra urbana, o território da cidade, venha a ter uma função social. Antes do Estatuto da Cidade não era possível, mesmo que governantes – prefeitos, vereadores – tivessem a vocação, a vontade, o compromisso, sem o Estatuto da Cidade isso não era possível por determinação constitucional, como o Deputado Carrion colocou aqui muito bem.

Então, um avanço é que hoje existe concretamente a possibilidade de enfrentar essa problemática fundiária nas cidades porque o Estatuto da Cidade tem instrumentos que podem ser aplicados e que devem ser aplicados. Eu acho que é um avanço, considerando o histórico do sistema fundiário no Brasil, que vem, principalmente, do século XIX, comparar a questão da Lei de Terras, que é uma questão secular, com o Estatuto da Cidade, que visa, exatamente, fazer uma revolução na estrutura fundiária brasileira, principalmente, na perspectiva urbana.

Acho que esse é um avanço, e a gente tem de levar de consideração essa condição política, essa capacidade, de poder fazer isso com respaldo constitucional e respaldo legal. Não é um sonho apenas; existe concretamente essa possibilidade.

A terceira é que, cada vez mais, existe uma utilização dos instrumentos pelo Estatuto da Cidade para as populações, moradores das cidades que estão sofrendo lesões, ameaças, do seu direito à cidade, usando até a própria Justiça. Eu coloco dois casos em São Paulo; um com relação a um processo de rever o plano diretor sem participação popular, que foi paralisado na Justiça por uma ação de grupos da sociedade que utilizou o Estatuto para defender a participação e outro de um projeto de revitalização da região central de São Paulo, Nova Luz, que também estava sendo feito sem a devida participação da sociedade. Com base no Estatuto da Cidade, foi também paralisado esse processo de promover essa revitalização sem a participação da população. A questão da participação é também um avanço. Quanto aos desafios, coloco pelo menos dois; um – concordo com o Deputado Carrion – é preciso agora ficar muito atentos para saber quem vamos eleger nos Municípios, prefeitos, vereadores, porque têm uma tarefa fundamental, que é formar os bancos de terra nas cidades. Essa tarefa não foi feita nesses governos quando fizeram seus planos diretores. São pouquíssimos os Municípios que se preocuparam em fazer seus bancos de terra para fins de atender não só à habitação, que é primordial, mas também a outras necessidades sociais, como equipamentos, serviços.

Esta é uma questão fundamental: aplicar o Estatuto da Cidade.

O outro desafio que coloco é a necessidade de, realmente, termos esse sistema federativo democrático, que garanta a possibilidade da pactuação desses territórios envolvendo a sociedade local, envolvendo os vários governos. A gente precisa ter claro também os vários governos, porque a gente precisa ter claro também que não é só o governo municipal que influencia nesse pacto territorial; há influência também do governo federal. As terras públicas também não vão ser destinadas para finalidade social. Então, é preciso estar nesse pacto também, e isso tem de estar vinculado ao sistema federativo, que é o Sistema nacional de Desenvolvimento Urbano.

Colocarei aqui, bem brevemente, pelo menos esses dois desafios para a gente, nas próximas fases da implementação do Estatuto. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Nelson.

Da mesma forma, Neide, bem objetiva, “o grande avanço e o grande desafio”. Por favor.

A SRA. NEIDE DE JESUS CARVALHO – Seguindo os colegas, primeiro, a questão do avanço. Eu acho que, mesmo já sendo traduzido aqui nas falas, acho que o avanço foi este mesmo, ter mantido a mobilização, para manter acesa a chama do Estatuto da Cidade, para sempre ser colocado em evidência. Para mim, isso foi avanço.

Seguindo o Nelson, eu queria citar aqui também um modelo do Nordeste, a exemplo do Ceará, que foi o Ceará Periferia, junto com as comunidades, que fizeram uma grande campanha lá. Recordo que terminou virando uma campanha nacional, porque juntou o Fórum Nacional de Reforma Urbana, os Estados vizinhos. A gente foi para lá e quebramos o tabu de um plano diretor que tinha sido aprovado, que era uma ferramenta contra e feria todos os princípios do Estatuto da Cidade. E a gente conseguiu, numa campanha bonita de quase um ano, acabar com isso, barrar e criar um novo plano diretor, que teve participação intensiva dos segmentos da sociedade civil, inclusive todas as entidades que fazem parte do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que foi muito bem lembrado. Então, isso é um avanço.

Quero dizer que, quanto à questão do desafio, mesmo eu já tendo citado, eu acho que é isso mesmo, Deputado Carrion. Acho que, principalmente, ter um compromisso por parte das gestões nessa questão de romper com o medo e ter o compromisso, de fato, com quem precisa ter, que é exatamente com as camadas mais críticas da sociedade, ou seja, é quem mais precisa, é quem está lá na ponta.

Então, o desafio é, dentro do Estatuto da Cidade, implementar. Para mim, esse é o maior desafio, além de

a gente continuar nas ruas. Se não tem sensibilidade, se não tem compromisso com a gestão, com certeza, a gente vai ter que continuar dobrando, triplicando nosso serviço, que é o que a gente tem feito, que é ir para as ruas pressionar para que seja cumprido o que está no papel. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos a Neide e queremos agradecer a todos os participantes desta mesa, a todos que prestigiaram com sua presença esta audiência pública alusiva aos dez anos do Estatuto da Cida. Na verdade, são 11 anos. Amanhã faz 11 anos.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado aos senhores.

Passamos à segunda parte. (Pausa.)

Item único:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº , DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater o exercício do serviço prestado pelos cuidadores de idosos no Brasil. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

O autor solicita a retirada de pauta do requerimento.

Aqueles que concordam com a retirada de requerimento de pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Extrapauta:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso, II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a importância da política de cotas e o Estatuto Racial. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Os que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais, declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos,, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE AGOSTO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes: 1ª Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 93, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a importância das ouvidorias para a efetivação dos direitos humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. 2ª Parte. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 93, de 2012–CDH, aprovado em 27/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater “a importância das ouvidorias para a efetivação dos direitos humanos”. Convidados: Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Regina Fontes, Coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal; Sebastião Coelho da Silva, Desembargador Eleitoral Ouvidor do TRE do Distrito Federal; Edson Luiz Vismona, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores – ABO; Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Hilton Soares Sacerdote, Ouvidor da Secretaria de Justiça do Distrito Federal; Ricardo Garcia França, Ouvidor-Geral substituto da Controladoria Geral da União – CGU; Eduardo Dualibi Murici, Ouvidor do Tribunal de Contas da União – TCU; Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque 100 – Disque Direitos Humanos; Renato Ferreira, Assessor Parlamentar da SEPIR. Faz uso da palavra o senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A primeira parte da reunião de hoje começa com um item único: a aprovação de um requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CDH

Requeiro a realização de audiência pública para debater a importância das ouvidorias para a efetivação dos direitos humanos.

Autoria: *Senador Paulo Paim e outros.*

Aqueles que concordam com o requerimento ou discordam se posicionem.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A segunda parte da nossa audiência pública, nos termos do Requerimento nº 93, de 2012, da CDH, aprovado no dia de hoje, tem o objetivo de debater a importância das ouvidorias para a caminhada efetiva dos direitos humanos.

Foram convidados para este evento o Sr. Hilton Soares Sacerdote, Ouvidor da Secretaria de Justiça do Distrito Federal; Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; José Eduardo Luiz Romão, Ouvidor-Geral da Controladoria Geral da União (CGU); Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Regina Fontes, Coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal; Márcia Maria da Silva, Representante da Ouvidoria do Ministério da Justiça; Renato Ferreira, Representante da Ouvidoria da Seppir; Sebastião Coelho da Silva, Desembargador Eleitoral Ouvidor do TRE do DF; Edson Luiz Vismona, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO).

Para situar – e vou pedir ao pessoal do som para aumentá-lo, pois estou com a voz prejudicada –, os Parlamentares estão todos envolvidos na campanha eleitoral. Cheguei ontem à noite, depois de participar,

nesse fim de semana e durante a semana, se somarmos todo o período do recesso, de mais de 100 comícios – no mínimo 100 comícios. Mas isso foi lá, agora, aqui, é outro momento. Estou com a voz meio prejudicada. Se derem uma melhorada no som, aí eu não forço a voz.

Vamos só fazer uma introdução, só para situar, a todos que estão assistindo, pela TV Senado, esta nossa audiência pública. Farei uma rápida introdução, e os nossos convidados é que vão aprofundar o debate sobre a importância das ouvidorias e a política de direitos humanos, já que o ouvidor é para ouvir. Ele ouve a população, naturalmente apontando propostas, sugestões, críticas e até denúncias.

Enfim, hoje, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a importância das ouvidorias para a efetivação dos direitos humanos. As ouvidorias são órgãos de instituições públicas e privadas, são locais criados, dentre outras funções, para registrar queixas, denúncias, sugestões, ideias e críticas da própria sociedade, dos consumidores, trabalhadores, usuários, enfim, de todos os setores.

As ouvidorias representam um canal para promover e aumentar a satisfação, ou a insatisfação, da sociedade em relação aos seus direitos assegurados em lei ou diz respeito aos mesmos. Esse é o resultado do movimento pela democratização do Estado. Expressam a necessidade da garantia da participação social nas atividades que regem a economia, a política, os direitos humanos, enfim, todas as áreas.

Segundo José Eduardo Romão, Ouvidor-Geral da CGU, as ouvidorias têm contribuído muito para a solução de conflitos sociais, individuais e coletivos. Falar em ouvidorias é falar de um meio utilizado para a solução de conflitos em todas as áreas. Nesse sentido, achamos por bem promover essa audiência, que tem por princípio não só a abrangência dos direitos humanos, como também o incentivo da participação popular, para que os ouvidores possam, então, receber as demandas da sociedade.

Enfim, vamos ao nosso debate. Aos que estão presentes, peço, neste momento, que se dirijam à Mesa. Estão presentes:

Dr^a Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, por favor (*Palmas.*).

Dr^a Regina Fontes, Coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal, seja bem-vinda à Mesa (*Palmas.*).

Dr. Sebastião Coelho da Silva, Desembargador Eleitor Ouvidor do TRE do DF, seja bem-vindo à Mesa (*Palmas.*).

Dr. Edson Luiz Vismona, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO).

Com relação aos outros convidados, faremos duas mesas. Na segunda mesa, então, teríamos mais quatro convidados, que farão uso da palavra.

Então, vamos começar esta primeira mesa, pela ordem com que chamei aqui.

De imediato, passamos a palavra à Dr^a Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, para nos situar a importância desta Ouvidoria, especialmente e naturalmente na questão da pasta correspondente.

A SR^a ANA PAULA GONÇALVES – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite. Essa temática realmente vem sendo discutida ao longo desses últimos anos, que é a importância do papel das ouvidorias, para ser um canal de acesso à população para receber informações sobre seus direitos, orientação, e também registrar denúncias.

No caso da Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ela foi criada em 2003, junto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Essa Ouvidoria teve uma evolução muito interessante, porque, quando começamos, em 2003, a grande reivindicação das mulheres era em relação à inexistência de serviços de proteção às mulheres e inexistência de uma legislação de proteção às mulheres em situação de violência doméstica.

Então, nós tivemos muitas demandas relativas a esses temas. À medida que fomos ouvindo essas mulheres, porque nosso atendimento é feito de várias formas, seja pessoalmente, seja por telefone, seja por *e-mail*, nós percebemos que a Ouvidoria contribuiu muito não só para a formulação de políticas públicas, como também para a própria Lei Maria da Penha, pois, com o depoimento dessas mulheres, quando se iniciou um grupo de trabalho interministerial, no âmbito do Executivo, para se discutir a elaboração de um projeto de lei que se transformasse, depois, na Lei Maria da Penha, a Ouvidoria contribuiu, levando as mulheres que eram vítimas de violência, que não tinha uma legislação específica que as amparasse, para esse grupo de trabalho, a fim de que elas pudessem fazer os seus depoimentos e dizer qual era a sua expectativa em relação a uma lei específica de proteção às mulheres em situação de violência.

Então, muitos dos artigos que constam da Lei Maria da Penha são graças a essas mulheres, a esses depoimentos.

Além disso, tivemos mulheres em situação de prisão, cujas reivindicações também, em nossas visitas às penitenciárias, contribuíram para o início do debate, no âmbito do Governo, a fim de que focassem as

questões relativas às mulheres em situação de prisão nas suas políticas e até mesmo na legislação.

Então, em 2005, pela primeira vez, conseguimos colocar no decreto de indulto natalino as mulheres presas e seus filhos. A partir daí, várias políticas foram sendo realizadas não só no âmbito da Secretaria de Política para as Mulheres, como também no Ministério da Justiça, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional.

Além disso, nas conferências, a participação da ouvidoria, tendo recebido as suas contribuições por parte das mulheres dos movimentos, conseguiu aumentar e crescer, porque, à medida que começamos aumentar o recebimento das demandas, nós também vimos necessidade de ampliar o nosso trabalho, não só o da Secretaria em si, mas de identificar outras ouvidorias nos Ministérios, nas instituições, nos Ministérios Públicos, para que pudéssemos trabalhar em conjunto.

A partir disso, então, em 2010, como identificamos várias questões, por exemplo, que perpassavam mais de uma ouvidoria, como a mulher que precisava de um atendimento no serviço de saúde, ou mesmo a mulher negra cadeirante que sofria violência, enfim, muitas questões que perpassavam mais de um Ministério, mais de uma ouvidoria, aí começamos a formar o que chamamos informalmente de “liga das ouvidorias com pautas sociais”, mas que, na verdade, são reuniões permanentes de ouvidorias com pautas sociais desde 2010.

Começamos com a Ouvidoria da Secretaria de Política para as Mulheres, junto com a Ouvidoria de Direitos Humanos, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a Ouvidoria da Saúde, do SUS. Agora, ampliamos esta liga – como chamamos informalmente – para outras ouvidorias com pautas sociais, como a Ouvidoria do Ministério do Trabalho, a Ouvidoria da Previdência Social, a Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Social, enfim, nós ampliamos o rol.

Com o apoio da Ouvidoria-Geral da União, trouxemos também para esse trabalho a Secretaria-Geral da Presidência da República, fazendo com que conseguíssemos assinar um acordo de cooperação este ano, apoiado pela Ouvidoria-Geral da União e pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Elas estão dispostas a fortalecer o trabalho dessas ouvidorias, não só as de pautas sociais, mas as ouvidorias como um todo.

Seguindo na questão da Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres, nós percebemos o quanto é importante esse resultado, porque, a partir do momento em que as mulheres nos demandam – estou aqui falando das mulheres, pois a maioria do nosso público é formada delas, mas é claro que atendemos

também aos homens. Inclusive muitos deles nos ligam, pedindo ajuda para as suas companheiras, para a sua família, sua colega ou vizinha, enfim, principalmente nos casos de cárcere privado. Recebemos muitas denúncias de cárcere privado. Geralmente, quem liga são os parentes, os vizinhos, que têm notícia da situação da mulher que está presa dentro de casa.

Então, a partir do momento em que essas mulheres nos trazem os temas, nós podemos levar isso para a Secretaria, para dentro das discussões de formulações de políticas públicas, para melhoria do atendimento.

Com base nisso, nós conseguimos, também, ver a diferença, a evolução. No início, nós não tínhamos para onde orientar essa mulher a buscar ajuda e, hoje, nós temos mais serviços de atendimento à mulher.

Na época, também, nós não tínhamos legislação específica, mas, a partir de 2006, com a Lei Maria da Penha, o debate sobre a violência doméstica se ampliou e perpassa, hoje, muitos serviços e órgãos. Então, hoje, você vê juízes, promotores, delegados, até mesmo no Legislativo, ou seja, em todos os espaços você vê a discussão da violência contra a mulher, que, hoje, se tornou um tema recorrente na nossa sociedade. Com base nisso, pressiona-se para que as políticas públicas sejam feitas e sejam criados serviços e atendimentos de qualidade para essas mulheres.

A ouvidoria é o termômetro disso, porque, a partir do momento em que a gente recebe essas demandas, a gente pode trazer a pressão para dentro do órgão e para dentro do governo como um todo, para a formulação e a criação de políticas que protejam os nossos demandantes, as nossas demandantes, no caso.

Nós percebemos uma evolução das demandas, porque nós começamos, em 2003 – como a Secretaria era nova e a ouvidoria, por consequência, também –, com 56 casos e, à medida que o tempo foi passando, nós já aumentamos essas demandas e terminamos 2011 com 1.311.

É claro que se você parar para pensar, pode parecer pouco 1300 casos num ano, isso não é nada, mas, na verdade, esses 1300 se multiplicam a partir do momento em que você tem não só o registro do caso, mas você tem a orientação. Essa mulher volta a procurá-lo novamente, você tem um processo que analisa.

Nós também recebemos, Senador, muitos casos de processos que são decorrentes da Convenção de Haia, aqueles casos em que a mãe brasileira se casa com um estrangeiro, mora no exterior, tem filhos e retorna para o Brasil depois de sofrer violência doméstica lá. Chegando aqui, é acusada de sequestro internacional da criança.

Então, nós também tem recebido esses processos. Eles levam muito tempo, então, na estatística, e

eles somem, porque são um caso, um processo, mas, na verdade, o processo todo nos demanda o contato com a mulher, a ajuda, para tentar resgatar as provas que ela tem lá no exterior, de denúncia, de serviços que ela tenha procurado, enfim, são vários procedimentos que nós fazemos e que, muitas vezes, não se refletem nos dados.

Aí, eu trouxe, inclusive para deixar com o senhor, uma publicação. Nós também trouxemos para deixar para vocês, para o público. É uma publicação sobre como funciona o trabalho da Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em conjunto, inclusive – aqui são os dados mais recentes – com a criação de uma Central de Atendimento à Mulher, que é o número 180, o Ligue 180, que presta serviço de atendimento às mulheres somente pelo telefone. A ouvidoria é que faz o tratamento das demandas, é que analisa, que entra em contato, que vê documentos, que entra em contato com os órgãos, que oficia, que cobra, que leva para dentro da Secretaria essas demandas e que procura fazer disso a formulação, uma contribuição para a melhoria do atendimento e dos serviços de proteção às mulheres.

Eu quero dizer que estou lá na Secretaria, na Ouvidoria, desde 2003, desde a sua criação, então, para mim, é uma satisfação muito grande poder ver essa evolução, porque a gente fazia os atendimentos no início e tinha muita dificuldade. Hoje nós percebemos o quanto às coisas têm avançado – os serviços, o atendimento e a legislação.

É muito bom a gente saber que pode contar também com esta Casa Legislativa, para que a gente possa trazer essas contribuições aqui.

Então, agradeço a atenção de todas e todos e coloco à disposição a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esta foi a Dr^a Ana Paula Gonçalves, que falou representando a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Deixo aqui a lembrança de que, para ligar para a Central de Atendimento à Mulher, o número é 180. É isto? Ligue 180.

E apresenta dados importantíssimos aqui, principalmente estatísticos, como por exemplo, os 1.311 casos que já chegaram à Secretaria.

Ao mesmo tempo lembrou que a Lei Maria da Penha surgiu desse trabalho da ouvidoria.

Meus cumprimentos pelo trabalho.

Passo, de imediato, a palavra à Dr^a Regina Fontes, que é Coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal.

O tempo será de 10 minutos, com mais 5 minutos, se necessário.

A SR^a REGINA FONTES – Bom dia a todos.

Obrigada pelas presenças dos que aqui estão.

Obrigada, Senador Paulo Paim, pelo convite.

Antes, porém, eu queria informar a todos que o Senador Flexa Ribeiro, que é o Ouvidor do Senado, gostaria de estar presente, mas não foi possível, por isso aqui estou para mostrar um pouco da Ouvidoria do Senado, que é um órgão também muito recente, tem apenas um ano de atuação, mas uma atuação muito importante para a Casa, com dados muito significativos e ações bastante expressivas.

Na Ouvidoria do Senado, nós temos um papel pautado no nosso ato de criação. Desde a sua instalação, houve uma preocupação muito grande em como ela atuaria nos trabalhos da Casa e como o cidadão a reconheceria como sua representante, diante os trabalhos que aqui são desenvolvidos.

Nós começamos, então, com números que consideramos bastante expressivos, mas que podem ser vistos pelo restante da população como números ainda muito pequenos, mas com afirmações dos cidadãos que nos levaram, em pouco tempo, a reconhecer que o trabalho da Ouvidoria na Casa, e que o exercício da cidadania desenvolvido por ela seria muito importante.

Nós fazemos um trabalho de mediação. Nós não temos um trabalho de conciliação. Nós levamos o desejo do cidadão ao conhecimento dos Parlamentares e de toda a administração da Casa para que a ele possa ser oferecido o serviço esperado. Então, dentro desse contexto, é importante também, apesar de ela não ser uma ouvidoria de conciliação, mas, dentro do trabalho de mediação, nós temos uma atuação, que – é importante ressaltar – é expressiva e gera uma ação dentro da Casa.

Com base nisso, foram geradas atividades que levam ao conhecimento da Casa aquilo que mais se fala, ou seja, qual é o maior desejo do cidadão. Para isso, nós geramos, semestralmente, um relatório estatístico, que a gente divulga para a Casa, sobre aquilo que foi mais comentado, qual é o desejo do cidadão, para que os parlamentares possam conhecer o que o cidadão mais deseja.

Outra coisa bastante importante é que, na criação da ouvidoria, nós fizemos um levantamento daquilo que mais angustiava o cidadão e chegamos à conclusão de que ele sentia uma necessidade muito grande de conversar com a Casa, de debater os assuntos, de participar dos assuntos que aqui eram tratados. Não havia uma resposta. Apesar de a Casa acolher essas manifestações, ele queria se sentir acolhido de forma que a manifestação dele fosse lida e tivesse retorno.

Então, nós cuidamos, no nosso ato de criação, de garantir a esse cidadão que a resposta à manifestação dele seria dada em 30 dias úteis.

Cuidamos também da gestão interna dessas manifestações, porque a ouvidoria tem um papel importante no encaminhamento dessas demandas. Tudo que chega do cidadão que não requer uma resposta que o ouvidor, como representante institucional, possa dar diretamente, é feito o encaminhamento. Nesse encaminhamento, vimos necessidade de também ter um prazo. Então, hoje, temos um prazo regimental de cinco dias úteis para as demandas que são encaminhadas, para que os órgãos internos e as pessoas solicitadas possam responder à ouvidoria, possam retornar. E há um prazo de 30 dias úteis para que a mensagem seja retornada para o cidadão.

Hoje, temos um prazo mínimo de resposta para o cidadão de, no máximo, 15 dias. É uma resposta muito rápida, é uma resposta muito efetiva, ainda que não tenha atendido exatamente aquilo que se esperava, porque, muitas vezes, o cidadão confunde as competências e aí foge à atuação da ouvidoria. Mesmo assim, ela retorna para ele, explicando onde ele pode ter aquela manifestação respondida, qual é o órgão competente.

Fora da competência da ouvidoria, nós registramos, no último ano, que foi o ano de atuação da ouvidoria, em torno de 30% de manifestações que fugiam à competência da Casa. As demais estavam, sim, relacionadas ao trabalho legislativo. São muitas sugestões legislativas que, em parte, são respondidas de imediato, porque identificamos que já existe uma proposição sendo discutida na Casa, e informamos ao cidadão que ele pode participar daquelas discussões, onde estão aquelas matérias, quem são os autores que estão nas comissões, qual é o trâmite do processo legislativo. Fazemos isso numa linguagem muito simples, porque a linguagem do Regimento Interno é muito técnica. Então, esse é o papel da ouvidoria, também um papel didático.

É didático também, porque fazemos um convite ao cidadão, a toda população para que participe dos trabalhos da Casa. A atuação dele não termina a cada quatro anos, quando ele se dirige à urna e vota, quando ele elege seu representante. O acompanhamento do trabalho parlamentar, o acompanhamento do trabalho da Casa, daquilo que está sendo feito aqui e discutido diariamente, também é muito importante. Ele precisa participar, ele é o personagem mais importante de toda essa discussão.

Eu queria apresentar, agora, para vocês os números do primeiro ano de atuação da ouvidoria.

Na introdução, colocamos que esse relatório é somente um dos meios de divulgação desse trabalho. Temos também um boletim informativo, que teve a sua primeira edição lançada em agosto do ano passado, que também leva ao conhecimento da Casa a opinião de relatores que, conseqüentemente, tiveram suas matérias mais citadas pelos cidadãos, e também convidamos os autores desses projetos para que falem um pouco para o cidadão quais são os trabalhos, qual é a movimentação dentro da Casa daquele determinado projeto.

Como eu falei anteriormente, nós tivemos um crescimento muito significativo no primeiro ano de ano de atuação da Ouvidoria. Ela começou suas atividades em junho de 2011, seguindo também um trabalho de transparência da Casa, de abrir as portas para esse cidadão, para que ele possa participar, acompanhar.

Então, a ouvidoria seguiu um trabalho que já vinha sendo tratado dentro do Senado. Foram 3.327 mensagens no primeiro ano de atuação da ouvidoria, tendo um número muito significativo: 47% em 2011, com crescimento para 53% em 2012, com aumento de 12,71% de um ano em relação ao outro.

Na distribuição por mês, o número de demandas que chegam à Ouvidoria segue a característica dos trabalhos da Casa. O mês de janeiro tem um número muito reduzido, que é quando os parlamentares se encontram de recesso, e aí esse número vai crescendo a partir do mês de fevereiro, e até junho ele vai aumentando gradativamente diante dos assuntos que mais são tratados na Casa e da atuação parlamentar.

Nós também fazemos um levantamento por região, que é para que se tenha conhecimento de onde vem essa manifestação. Além do perfil do cidadão, que é muito importante para a ouvidoria, nós queremos saber de onde vêm essas manifestações, e aí fazemos um trabalho de distribuição de manifestações por região e por Estado também. É importante que os parlamentares que aqui estão representando seus Estados conheçam de onde vem a maior parte das manifestações que são tratadas na ouvidoria.

A distribuição por gênero, para nós, é muito importante. Esta Casa é uma casa propositiva, que trata de temas relacionados a mulheres, a negros, vários temas que envolvem a população. Então, também fazemos essa distribuição por sexo, tendo conhecimento de qual é o público que mais participa. No caso, continua havendo maior participação dos homens.

Também fazemos esse levantamento por faixa etária, e o público de 40 a 49 anos é o que mais participa. O que menos participa é o público até 19 anos. Para nós, esses 2,7% são uma participação expressiva diante

do público que está se formando politicamente, que já tem uma participação efetiva nos trabalhos da Casa.

O grau de escolaridade continua sendo, desde a instalação da ouvidoria, o ensino superior; pessoas com nível superior participam mais do que as que têm outros níveis de escolaridade.

Aqui, a gente trata do tipo de abordagem das demandas que chegam à ouvidoria. É interessante que, nos primeiros 60 dias de atuação da ouvidoria, ela tinha um número muito expressivo de reclamações e estavam todas no contexto de que a Casa não respondia às manifestações que aqui chegavam e não dava ouvidos aos questionamentos da população. Aí, com o retorno da ouvidoria e com o trabalho da ouvidoria, essa percepção mudou, e ele agora solicita, e solicita absolutamente de todas as formas: que sejam votadas as proposições, que seja levado ao conhecimento da população aquilo que está se discutindo aqui, o desejo dele de participar.

Então, essa mudança de perfil no tipo de manifestação também causou uma mudança na forma como a ouvidoria organizou suas ações; tanto é verdade que resolvemos ampliar essa comunicação com o cidadão, no sentido de convidar outras ouvidorias para que fizéssemos uma parceria de comunicação a fim de que nada se perdesse, e, na medida em que as ouvidorias recebem algum tema que é relacionado à Ouvidoria do Senado, que essa parceria viabilizasse o envio dessa informação para que o cidadão não se sentisse num processo tão burocrático de tornar a escrever novamente para um órgão que não estava listado na sua manifestação.

Temos um acordo de cooperação, hoje, que envolve a Ouvidoria da Câmara e a Ouvidoria do TCU e que foi assinado recentemente. Foi uma iniciativa do Presidente Sarney a fim de facilitar a comunicação do cidadão com o Senado e com as demais Casas.

A ouvidoria está voltada ao aprimoramento dos trabalhos da Casa – e aí falamos dos trabalhos administrativos. Convidamos o cidadão a participar e a tornar essa gestão mais efetiva, mais voltada ao conhecimento dele. Temos um número de 33% das demandas recebidas, no último semestre, relacionadas a esse trabalho administrativo da Casa e, em segundo lugar, à atuação parlamentar.

Aí, há uma distribuição por tema e tipo de abordagem, em que vocês podem ver que as solicitações continuam encabeçando o número de manifestações que são trazidas aqui e que são respondidas. Dessas 1.700 mensagens, 347 continuam sendo de gestão administrativa.

Dentro da gestão administrativa, o assunto mais abordado foi o concurso do Senado, que teve início

no mês de janeiro e se prolonga até hoje, porque as pessoas estão tomando posse, foram convocadas, e havia muitas dúvidas com relação à realização do concurso, mas todas elas foram esclarecidas pela ouvidoria com base nas respostas enviadas pela Diretoria-Geral da Casa.

Continua sendo uma distribuição por assunto, gênero, e, ainda dentro desse tema de concurso do Senado, que foi o assunto mais abordado, o público masculino foi quem mais se manifestou.

Esse é basicamente o trabalho da ouvidoria, que nem é tão básico assim. Sabemos que ainda há muito a se fazer e muito a se conquistar, mas é importante lembrar que a ouvidoria está de portas abertas para a comunicação do cidadão e para o público interno da Casa; está aberta também a novas parcerias que viabilizem uma comunicação mais fácil e mais efetiva para o cidadão. É assim que pensamos em levar a transparência tanto dos trabalhos que se desenvolvem aqui na Casa quanto daquilo que é estimular a participação para que ele possa também fazer parte desse público que aqui está, ou que, às vezes, está tão longe, mas que precisa muito dessa comunicação.

Este é o nosso Ouvidor, Senador Flexa Ribeiro, e esta é uma parte do nosso boletim informativo, que traz sempre uma mensagem do ouvidor, dentro do contexto das manifestações tratadas na ouvidoria.

Sempre dispensamos uma parte desse folhetim com instruções didáticas do que é a ouvidoria, de como ele pode participar e dos projetos que estão sendo debatidos – alguns muito polêmicos –, que requerem, realmente, a participação do cidadão.

E trazemos também alguns gráficos. Todos os nossos relatórios, todas as nossas informações, tudo o que está acontecendo na ouvidoria é disponibilizado no *site* da ouvidoria, para que o cidadão tome conhecimento. Essas informações são também enviadas aos parlamentares, sendo levadas ao conhecimento da Casa como um todo.

Encerro aqui a minha descrição, não tão sucinta, da ouvidoria, mas convido todos a participarem. As formas de comunicação com a ouvidoria são feitas pelo Alô Senado, o 0-800, e também pelo Portal do Senado. No *link* da ouvidoria, o cidadão pode acessar tanto o trabalho da ouvidoria quanto o formulário que lá está disponível para registro de suas manifestações. Também fazemos atendimento presencial e, em toda a Casa, distribuímos urnas com formulários padronizados, em que o cidadão pode manifestar-se de forma livre, tendo somente de identificar-se para sabermos de onde vem essa manifestação.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Regina Fontes, coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal. Vocês notaram que ela usou 20 minutos, mas é que eu sou muito elegante: são dez, mais cinco, com a tolerância máxima de mais cinco. Então, ficou na tolerância máxima. Ficou bem ainda.

Mas, Dr^a Regina, atuo muito também com as redes sociais e percebo exatamente isso. Acho que um dos segredos para a rede social ser cada vez mais incrementada é o que a senhora falou: dar retorno. A população quer retorno. Quer dar opinião, dar sugestão e quer saber o que nós achamos.

Tenho insistido muito em meu gabinete, onde recebo milhares de correspondências também, para que a gente consiga responder dentro do possível, porque é muita correspondência.

Mas parabéns pelo trabalho e parabéns ao Senador Flexa Ribeiro pelo trabalho que vem realizando aqui no Senado.

Como estão todos os convidados já presentes, vamos para a segunda mesa e convidamos agora o Dr. Sebastião Coelho da Silva, desembargador eleitoral, ouvidor do TRE–DF.

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA – Senador Paulo Paim, cumprimentando V. Ex^a, cumprimento todos os presentes. Agradeço o convite e, de início, quero reconhecer em V. Ex^a um lutador efetivo pelas causas dos direitos humanos das minorias, dentre as quais me incluo, agora com essa nova frente de trabalho das ouvidorias.

Represento o Poder Judiciário; estou no TRE cumprindo mandato, mas sou juiz de carreira e, como juiz de carreira, sou um garantista. Ao ler o art. 6º da Declaração Universal de Direitos Humanos, ela diz que “toda pessoa tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”. Parece até uma redundância que tenhamos de dizer que a pessoa tem de ser reconhecida em todos os lugares.

O Poder Judiciário, como todos sabem – não é novidade – e há muitos anos, sempre foi um poder fechado em si mesmo. Talvez até por isso, o grande desconhecimento da população, até dos órgãos de imprensa, sobre o efetivo trabalho do Poder Judiciário, o efetivo trabalho dos servidores e dos juízes. E as ouvidorias são novas. A do Tribunal de Justiça do DF, onde eu atuo, tem dez anos, mas é uma ouvidoria pioneira, uma ouvidoria com quadro efetivo, constando inclusive da Lei de Organização Judiciária, dada a sua importância como canal para a população.

Participei na sexta-feira de um debate em Goiânia, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, e fomos informados lá de que o maior tribunal de Justiça do País tem em seus quadros sete servidores na

área de comunicação, dos quais dois fotógrafos. Então, vejam que a comunicação com a população é uma comunicação absolutamente falha. E, quando nós, no âmbito interno, falamos de ouvidoria, acabamos tendo algumas resistências, porque os órgãos públicos não se conscientizaram ainda, na sua totalidade, de que nós, como servidores públicos, temos que prestar um serviço à população, e nós temos que saber o que, entre a população, o usuário desse serviço pensa do nosso serviço, o que ele entende sobre como nós estamos prestando esse serviço. E, só através desse *feedback*, nós podemos adotar procedimentos para a correção do rumo ou das rotas que, às vezes, estamos tomando, achando que estamos abafando, e, na verdade, temos muitas falhas, somos criticados e merecemos a crítica.

Mas o que interessa? Interessa a efetividade, interessa que o cidadão busque essa informação e tenha o retorno dessa informação. Na procura da nossa ouvidoria, em 86% dos casos, o contato é feito por telefone, embora nós disponhamos, nas 22 zonas eleitorais, de uma carta selo cidadão, onde a pessoa se identifica ou não, que é encaminhada para a ouvidoria; embora tenhamos *e-mail*, atendimento pessoal, o meio mais procurado é o telefone. Por quê? Porque a pessoa quer ligar e conversar com alguém, quer sentir – e eu acho que todos aqui já passaram pela situação irritante de ligar no 0-800 de alguma empresa e falar com a máquina, depois com outra máquina, depois com outra máquina, e nós nos transformamos em números –, o cidadão não quer isso, ele quer o calor humano.

Por isso o Senador acabou de dizer, aqui, no início da sessão, que esteve em 100 comícios no Estado, porque não basta ele mandar uma imagem dele daqui de Brasília, dizendo: “Olha, eu sou o Senador Paim, vocês já sabem o que eu fiz por vocês no Rio Grande do Sul [e todos sabem, o Brasil inteiro sabe], e meu candidato é fulano”. Não, ele quer dar um abraço no Senador Paim, ele quer ouvir alguma demanda que ele tenha colocado no período pré-eleitoral que possa estar sendo desenvolvida pelo Senador Paim. E a minha área eleitoral é a área, talvez, mais sensível de todas. Por quê? A área eleitoral demanda as paixões, as paixões políticas, a interpretação de cada um, do seu ponto de vista político, do que deve ser o correto ou não, e o Tribunal Eleitoral é esse desaguadouro, para orientar a população, que deveria ser e deve ser o seu principal vetor.

A cada eleição, infelizmente, nós temos uma legislação diferente, não regulamentada, *data venia* – usando a linguagem do “juridiquês” –, pelo Congresso Nacional; e o Tribunal Superior Eleitoral, a cada eleição, baixa uma resolução que, às vezes, o próprio Tribunal tem que interpretar – nós, juízes da corte eleitoral, te-

mos que interpretar, com dúvidas – e, o cidadão, com mais razão ainda.

Quando nós tratamos de prestação de contas, julgamos prestações de contas –, Senador Paulo Paim, nós, na maioria das vezes, constatamos o desconhecimento do próprio candidato. Ele não quer fraudar a sua prestação de contas, mas a sua informação não é suficiente. Imagine para o cidadão que quer a demanda do Tribunal Eleitoral.

Então, nós temos lá um quadro – a ouvidoria é recente também, de 2005 – com quatro servidores, mais quatro fixos, e, agora, para esse período pré-eleitoral, ou já eleitoral, contratamos mais 20 servidores temporários, para atender, basicamente, àquelas pessoas que vão fazer justificção aqui no Distrito Federal, que serão em torno de 200 mil eleitores. Em 2010, nós tínhamos 1,836 milhão de eleitores em Brasília; hoje, temos 1,847 milhão de eleitores – é pequeno. E em 2010, que foi o ápice do nosso processo eleitoral, nós tivemos 54.837 atendimentos na ouvidoria. No ano de 2011, tivemos 6.819 atendimentos. Neste ano de 2012, já tivemos 2.154 atendimentos feitos por nossos eleitores, pelos cidadãos aqui, do Distrito Federal.

Qualquer demanda que chega ao Tribunal Eleitoral tem o prazo máximo de cinco dias. A pessoa que fez aquela reclamação ou algum pedido de informação, de esclarecimento, terá um retorno, seja de forma satisfativa, se a demanda for simples ou, pelo menos, para dizer a ela que o pedido foi encaminhado. Existe no Tribunal Eleitoral uma cartilha – e vou deixar com os Senadores este material que eu trouxe – especificando o que é a ouvidoria, as atribuições, o que pode ser pedido, qual a forma de o eleitor, de o cidadão entrar em contato com a ouvidoria. Temos uma resolução do próprio Tribunal, de 2010, já com base em uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, estabelecendo como devem ser os procedimentos, quais as atribuições. Agora, está pendente apenas de publicação, uma portaria da Presidência do Tribunal para o cumprimento da Lei nº 12.527, que é a Lei de Acesso. Um dos primeiros pedidos que recebemos lá com base da lei foi de um Senador desta Casa, Senador Capiberibe, do Amapá. Pelo texto, creio que ele mandou para todos os tribunais eleitorais do País, com os dados. Respondemos no prazo legal e espero que tenhamos respondido satisfatoriamente.

O que é importante? Importante, para nós, servidores – e estamos tratando aqui basicamente do serviço público, vi os dados da Previdência, que é a nossa maior ouvidoria, 15 milhões de perguntas – é termos a consciência de que, quando o cidadão procura um serviço, ele não é um chato que está querendo atrapalhar – “Esse cara é um chato, todo dia liga para saber”.

Não é isso. Ele está ligando todos os dias para retirar sua angústia. Por exemplo, tenho um irmão – tenho vários, cinco irmãos surdos-mudos – surdo-mudo em Alagoas, que tinha uma demanda no Ministério sobre a pensão do falecimento do meu pai e da minha mãe. Ele ligava, mas não conseguia falar. Eles diziam: “Ligue para o setor tal e tal”. Fui pessoalmente ao local e fui atendido – estou concluindo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo, porque você tem mais cinco e mais cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA – Vou tentar ficar nos cinco. Continuando, eu disse: “Como um surdo-mudo que liga de um Estado, pedindo um favor para outra pessoa que está interpretando, fica sem um retorno imediato?” Talvez a pessoa que atendeu àquela ligação, àquele favor, aquele dia, possa não ser a mesma do contato seguinte. E aí não saberá o que foi perguntado anteriormente, qual foi a promessa feita. Então, temos que ter a conscientização de dar essa resposta aos cidadãos sem entender que estamos fazendo favores. Não estamos prestando favor nenhum. Estamos fazendo a nossa obrigação. E, graças a Deus, o Poder Judiciário, hoje, depois de muito apanhar, está tentando mostrar a cara.

Aquela história de que o juiz só fala nos autos – vocês, que estão acompanhando o julgamento, já ouviram que o juiz só fala nos autos – faz com que a sua vida, as atividades do Poder Judiciário sejam levadas à sociedade de acordo com a interpretação que a imprensa dá. E está correto, porque, se sou o juiz de uma causa e a imprensa me procura para esclarecer, mas eu não quero esclarecer, sairá o esclarecimento que a pessoa tiver. Não é diferente em relação à ouvidoria.

O que é importante, para finalizar, o nosso serviço, no TRE, tem o custo de uma ligação local. Mas o ideal seria, Senador, que, em todas as ouvidorias, essas ligações fossem gratuitas. No Senado – a Drª Regina ao apresentar – creio que uma parte dessas ligações gratuitas saia no custo do orçamento do Senado. Creio que sim. Mas o ideal, Senador – e faço uma provocação – talvez fosse V. Exª propor um projeto para que as operadoras de serviço público fossem obrigadas a distribuir entre si o custo das ligações gratuitas para os órgãos públicos, uma vez que os seus lucros já são exorbitantes para um serviço, respeitosamente, que não é prestado com qualidade. Então, talvez, eles pudessem dividir com o Poder Público um pouco dos seus lucros para que o cidadão possa acessar o serviço público e obter as informações que deseja.

Só mais um detalhe: devido a essa preocupação com as eleições deste ano – e não as temos aqui em Brasília –, no início do mês de março deste ano nós

nos reunimos em Salvador, todos os ouvidores dos tribunais eleitorais. Na ocasião, inclusive, fizemos uma cartilha sobre como deveria ser para sensibilizarmos as presidências dos tribunais para que um serviço efetivo de atendimento ao cidadão fosse estabelecido. Alguns deles estão muito bem estruturados, mas duas unidades da Federação, infelizmente – e tenho até o mapa aqui –, não tinham ouvidorias. O Tribunal Eleitoral, que faz a interface com o cidadão, não tinha ouvidoria. Em outras ouvidorias, quando se perguntava qual era o seu quadro, constata-se que era apenas o ouvidor e um auxiliar com um telefone. Impossível você atender ao cidadão dessa maneira!

Então, aquela reunião foi muito profícua, tanto que já tivemos alguns retornos relativamente à sensibilização dos presidentes dos tribunais no sentido de esclarecer realmente o cidadão. Quando alguém tem um processo específico, ele quer saber do seu processo. E, às vezes, não é específico, ele deseja uma informação de caráter geral.

Outro ponto importante é que nós entendamos também que a ouvidoria não é a corregedoria. Nós não somos órgãos... Se chegar uma demanda aqui ao Senado, a Dr^a Regina não vai poder dizer ao Senador Flexa Ribeiro, não vai poder dizer ao Senador tal que faça isso ou aquilo. Ela tem de encaminhar a demanda e os órgãos todos têm que entender a importância da colaboração interna para dar esse retorno à população.

Eu agradeço, eminente Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Sebastião Coelho da Silva, Desembargador Eleitoral, Ouvidor do TRE do DF, que, entre inúmeras sugestões, destaco essa última – e a Comissão pode discutir isso –, qual seja, a de encaminharmos um projeto no sentido de que o cidadão possa, gratuitamente, por telefone ou mesmo pela Internet, ter contato com o atendimento junto aos órgãos públicos, e eu diria principalmente à ouvidoria – para fortalecer aqui as ouvidorias – para que, assim, ele possa estabelecer contato com as ouvidorias sem nenhum custo.

No Senado já é assim?

A SR^a REGINA FONTES – Já. Nós usamos o 0-800, que é uma ligação gratuita para o cidadão, pela qual ele pode registrar a sua manifestação. A fala dele, em todo o sistema, é gravada para que a manifestação seja registrada de forma fidedigna. Essas manifestações são, então, encaminhadas aos órgãos da Casa para que se manifestem sobre aquela determinada demanda. Quando elas são encaminhadas à ouvidoria, elas cumprem um prazo regimental de 30 dias. Mas também há outras formas de comunicação que dão acesso à informação com base na lei de acesso.

Eu queria fazer um aparte com relação a esse tipo de comunicação. Quando a Ouvidoria do Senado foi instalada, havia uma insatisfação do cidadão, porque, mesmo ele sendo ouvido, ele queria uma resposta imediata, sendo que, às vezes, essa resposta não é possível. Mas é preciso que se diga ao cidadão o porquê de não ser possível, o porquê de aquela resposta não poder ser fornecida ali, naquele momento, diante do questionamento dele. E a ouvidoria faz esse trabalho: ela informa o porquê de ele não ter aquela resposta imediata, mas assegura que ele terá essa resposta, que é garantido, que nós temos o dever, que nós não estamos fazendo um favor a ele em responder.

Isso, para a Casa, é muito importante. O cidadão começou a participar mais por telefone, porque ele tem a certeza de que ali é o primeiro registro e que aquela manifestação será analisada e respondida. Então, isso dá uma transparência aos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Regina; muito bem, Dr. Sebastião; que tinha fortalecido essa ideia também. Isso é fundamental.

Sabem que, às vezes, eu digo, nas palestras que faço por este Brasil afora, que muita gente pensa – como vocês falaram – que nós que estamos na vida pública estamos fazendo um favor para eles. Eu digo a eles: “Esses que dizem isso não entendem que o nosso patrão são os senhores.” Quem mantém o nosso mandato, quem mantém a nossa vida, quem paga o nosso salário é a população. Nós temos mais é de prestar atendimento e responder. Eles têm todo direito de, no próximo mandato, dizer ao eleito, que é o meu caso: “Não deu mais. Você não correspondeu à expectativa e tem de sair.”

Recentemente me perguntaram – e vocês devem ter acompanhado, porque eu tenho uma briga muito grande para acabar com o fator previdenciário e pelo reajuste do aposentado – e falei publicamente e falo aqui também que o eleitor tem todo direito, quando o Deputado for lá agora pedir voto para o seu Prefeito, de dizer para ele: “Como é que você vai votar no fator?” E, se ele disser “Vou votar para manter o fator”, diga então: “Pode saber que nesta e na próxima eleição vou votar contra você.” É democrático ter opinião. Eu faria isso e diria: “Pode ter certeza de que eu não te reelejo e vou trabalhar contra o seu candidato.”

É uma pressão democrática, e digo isso aqui abertamente, porque considero o tal do fator, de fato, o maior crime que já foi cometido neste País contra os que mais precisam, porque eles só pegam aquela faixinha dos celetistas que ganham entre um e cinco salários – porque dez salários é piada; ninguém se aposenta com dez. Então, 99,99% ficam, no máximo,

até cinco ou seis salários; e eu digo que 90% ficam com até dois, que são os que pegam o fator e onde a Previdência tem um superávit de mais ou menos R\$15 bilhões por ano, e ninguém desmente isso. Essa é a faixa que dá o superávit de R\$ 15 bilhões por ano, e eles sofrem essa paulada. Então, o eleitor, via ouvidorias, tem de cobrar. Se quer meu voto, não vá lá votar contra mim. O mínimo que eu peço é isso.

Como vou dar, em outras palavras – não irei usar o termo que iria usar –, como vou armar o diabo – pelo menos isso – para o diabo ficar lá colocando fogo e me jogar na panela? O que é isso?

Mas vamos lá. Hoje a palavra é de vocês; não é minha.

Edson Luiz Vismona, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO).

O SR. EDSON LUIZ VISMONA – Bom dia, Ex^{mo} Senador Paulo Paim, senhoras ouvidoras e senhores ouvidores, em nome da ABO, Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman, eu queria agradecer esta oportunidade. Nós temos centenas de associados e é um momento importante para ampliar o conhecimento sobre a instituição da ouvidoria em nosso País, este momento que temos aqui no Senado Federal.

A nossa associação foi instituída em 1995. À época, Senador, havia 20 ouvidores conhecidos no nosso País. De 1995 para cá, em 17 anos, já passamos de mais de mil ouvidores profissionais que atuam em todos os níveis de governo, em todos os Poderes da República. Aqui estamos com representantes da ouvidoria do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e temos ouvidores municipais, estaduais, federais. No setor financeiro, todos os bancos hoje são obrigados a manter seus ouvidores por determinação do Banco Central; o mesmo nas empresas seguradoras. Ou seja, nós vivemos em um momento de constante expansão desse quadro de profissionais dedicados a ouvir, a entender, a atender ao cidadão em nosso País, mostrando que é uma verdadeira necessidade que se impõe para todas as instituições.

A nossa ouvidoria, Sr. Senador, resgata os princípios da atuação do chamado *ombudsman* clássico, de origem parlamentar, instituído especialmente na Suécia, a partir de 1809. E qual é esse princípio que nós assumimos? O de representante do cidadão. A palavra *ombudsman* significa exatamente isto: representante (*ombud*) do cidadão (*man*) – *man* não é na condição de homem, mas de pessoa. E é esse o resgate que nós fizemos a partir de 1985, especialmente com a redemocratização do nosso País.

E, nesse contexto de resgatar este princípio de representante do cidadão, temos, como conceituação essencial, que nós representamos os legítimos interesses do cidadão dentro das instituições. Nós defende-

mos, como um princípio, o exercício da independência e da autonomia.

Há uma discussão: o *ombudsman* clássico é parlamentar, eleito pelo parlamento, e atua fora da instituição, fora do governo; tem autonomia, com orçamento próprio. Ele exerce, então, com muita precisão essa independência, essa autonomia ao recepcionar reclamações, queixas, sugestões dos cidadãos e demandar autoridade pública nos seus diversos níveis.

No nosso caso, a partir de 1995, a ABO, aprofundando esse conceito, na verdade, inserindo essa questão na nossa realidade republicana, presidencialista, entende que o ouvidor interno atua dentro das instituições – ele é nomeado, muitas vezes, pelo diretor, pelo secretário, pelo ministro –, ele teria um pouco mitigada essa questão da independência e autonomia, porque, evidentemente, ele foi nomeado, ele não foi eleito.

Mas nós temos, pela nossa realidade nesses 17 anos, identificado que este princípio de independência autonomia tem feito uma diferença. Nós temos conseguido, apesar dessa situação não igual ao *ombudsman* clássico europeu, os nossos ouvidores que atuam dentro das instituições, nomeados, com respaldo até por lei, por decretos, ele consegue exercer essa independência e autonomia: a independência de sugerir o que quiser, o que achar conveniente. O grande poder do ouvidor é o de persuasão: nós não decidimos, persuadimos. Manifestamo-nos com base nos relatórios e nas manifestações que os cidadãos apresentam à ouvidoria, temos esta legitimidade de sugerir. E a autonomia de identificar onde o problema se encontra. Porque, muitas das demandas apresentadas pelos cidadãos demandam essa fiscalização, essa investigação para identificar o que está acontecendo de errado. Por que o cidadão não está tendo aquele atendimento?

E, com isso, então, nós exercemos, apesar de termos essa inserção dentro dos órgãos públicos e privados, esse princípio que, desde a fundação da ABO, nós temos defendido, que é da independência autonomia.

Inserindo essa nossa apresentação, Sr. Senador – e eu vou pedir, falando de direitos humanos, a tolerância dos 20 minutos –, nos direitos humanos – por favor, a próxima –, eu resgato aqui um ensinamento de Norberto Bobbio: direitos humanos é uma conquista que consagra as vitórias dos cidadãos sobre o poder.

Essa é uma visão muito forte que deve movimentar a todos nós.

Na formação do Estado brasileiro, Sr. Senador – nós temos essa lição histórica –, o Estado chegou primeiro. Eu sempre costumo resgatar aqui também uma frase do Tristão de Ataíde – Alceu Amoroso Lima

–, que dizia que o Brasil começou pelo fim. Nós começamos pelo Estado, não pela sociedade.

Portugal, quando nos achou, instituiu a sua estrutura estatal, a sua burocracia, depois a população foi sendo formada, a sociedade brasileira foi sendo formada sob a égide do Estado imperial.

Isso tem um DNA muito forte para todos nós. Nós responsabilizamos o Estado por tudo, nós culpamos o Estado por tudo. E, muitas vezes, nós, cidadãos, nos colocamos a parte dessa realidade: “Isto é um problema do Estado, um problema do governo. O governo que não funciona, o governo que não faz”. E este nosso DNA, do Estado que se antepôs à própria sociedade, tem consequências até hoje. E nós temos que, de uma forma mais enfática, defender o cidadão, defender os nossos direitos individuais, que, aí sim, nós vamos identificar claramente, no resgate constitucional com a Constituição cidadã de 1988, nós temos que os nossos direitos e garantias individuais saíram do art. 153, na época da ditadura, num arremedo de Constituição que nós tínhamos na ditadura, para o art. 5º, consolidando as chamadas cláusulas pétreas. Identificamos claramente na nossa Lei Maior, que um dos princípios da nossa República é a dignidade humana, já no seu art. 1º. Depois, temos os direitos e garantias fundamentais do art. 5º; ali está constituído um capítulo extremamente importante da nossa história, resgatando esses nossos direitos.

Agora, qual é o nosso desafio permanente, especialmente quando falamos em direitos humanos? É transformar esse enunciado de princípios, que é uma conquista do povo brasileiro, na prática, em exercício prático, cotidiano. E é nesse sentido, Sr. Senador, que nós temos a força da ouvidoria, nesse sentido da prática cotidiana.

Por favor, a próxima.

Como eu disse, na nossa realidade, estamos nos contrapondo a uma situação que já vimos historicamente, do Estado violador dos direitos, para o Estado garantidor dos direitos. Pelos largos períodos de autoritarismo, de ditadura, a cidadania não era reconhecida. A sociedade civil era desarticulada. O cidadão não só não tinha o direito de falar, e logo a sua representação era mitigada, como, se falasse muito, ele poderia ser punido, como muitos foram, por conta dessa visão autoritária de Estado.

Não é sem razão que a ouvidoria começou a ser mais incentivada com a redemocratização, porque aí, nos canais de abertura que nós fomos conquistando, começou a se identificar a necessidade de termos também esses canais de uma forma institucional, e a ouvidoria se insere exatamente nesse papel.

Com a Constituição cidadã de 1988, nós fortalecemos o processo democrático, e aí uma grande lição que nós tivemos como nação: democracia não é a solução para tudo. Quem lutou contra a ditadura, e o Senador foi um dos nossos líderes nesse processo, tinha uma concepção até inocente – eu era estudante à época – de que, com a conquista da democracia, nós teríamos nossos problemas solucionados. A nossa grande meta era a democracia. Conquistada a democracia, tudo o mais está resolvido. Ingênua essa postura, porque aí nós vamos identificar que é um processo de aprendizado constante, de fortalecimento de direitos, de discussão do papel do Estado, de identificação das nossas instituições, do papel das nossas instituições nesse contexto.

Ou seja, nós começamos, a partir de 1985 e depois, com a primeira eleição presidencial em 1989, a identificar claramente que processo é esse. Houve a identificação de que os conflitos fazem parte da nossa realidade humana. A ditadura, até nisso ela conseguiu essa marca, de que conflito era da democracia, que sem democracia não havia conflito. E até ouvimos esses comentários nos primeiros movimentos das entidades sociais, muitas pessoas dizendo: “Ah, que bom, na ditadura não havia conflito nem greve.” Ou seja, é evidente que tinha, só que era absolutamente abafado. Isso era cortado e, com a democracia, naturalmente, esses conflitos afloram. Ou seja, a relação humana é conflituosa.

Reconhecendo esses conflitos, nós precisamos identificar meios e formas de enfrentar os conflitos. O que justifica uma democracia não é a existência ou não de conflito, mas como nós solucionamos esses conflitos. Aí é que se insere fortemente o conceito de democracia: como nós vamos resolver nossos conflitos. E, mais uma vez, a ouvidoria aí está presente; nos conflitos diários que surgem na relação Estado/cidadão e empresa/cidadão, nós vamos ter que estabelecer mecanismos de solução democrática desses conflitos.

E um último aspecto desse processo de construção da nossa democracia: nós temos a visão do autoritarismo *versus* exercício da autoridade. Até isso a ditadura causou: esse conflito. Muitas vezes – e eu, no exercício de algumas funções públicas, me deparei com isso – no exercício da autoridade, as nossas autoridades têm receio de exercer autoridade, com medo de serem chamadas de autoritárias. Só que autoridade é um dever do governante; ele tem que exercer essa autoridade em alguns momentos; ele tem que cumprir a lei e fazer com que a lei seja cumprida.

Várias vezes, eu tive oportunidade de ter discussões, e sempre mantive um canal aberto com os movimentos sociais, especialmente na área dos sem-

-terra, e dizia isto a eles sempre: “Olha, vou discutir com vocês, vou debater com vocês, vou viabilizar as possibilidades de solução com vocês, mas se vocês ultrapassarem o limite da lei, eu tenho que cumprir a lei, não posso me furtar a isso, porque isso também é um exercício da democracia.

A próxima, por favor.

O que temos nesse processo democrático é um lado da nossa democracia previsto na Constituição e que não temos exercitado. Claramente conquistamos a representatividade, elegemos os nossos representantes a cada dois anos, isso já está consolidado, mas esquecemos outro lado, uma outra face da nossa democracia, que, por força constitucional, é uma democracia representativa e participativa. E aí é que temos um grande desafio a cumprir: como estimular essa participação? É dever do Estado estimular a participação do cidadão, é dever do Estado fazer com que o cidadão brasileiro tenha, no processo de comunicação com o Estado, mecanismos de participação das decisões que os seus representantes assumem. O Senador disse aqui, e é verdade, que as pessoas se esquecem que o Poder Público tem que servir ao público. Muitas vezes se identifica o Poder Público como o que dá, e, aí, volto ao princípio, o Estado chegou primeiro, então, sempre se pede para o Estado. É como se tivéssemos que ficar clamando favores. Em muitas inaugurações, às vezes, a gente percebe isso, quando um governador ou um prefeito fala: “Eu estou dando este viaduto, estou dando esta ponte”. Não dá nada, é uma obrigação dele. Eu gostaria de saber se esse viaduto, essa ponte foi construído com exação, com critérios de rigidez no uso do orçamento, enfim, isso é que é importante a gente estimular.

E, aí, temos nesse processo, a visão de cidadania como direitos e deveres. Às vezes, também, esquecemos os nossos deveres, clamamos pelos nossos direitos e deixamos os deveres um pouco de lado. Então, a ouvidoria também participa desse processo, muitas vezes, ao esclarecer o cidadão, ela fala: “Olha, você também tem esse dever, você teria que ter tomado tal providência para obter tal resultado.” Ou seja, há um processo didático também nesse trabalho das ouvidorias.

E temos que fortalecer esses instrumentos de estímulo. Em São Paulo, temos uma lei de defesa dos usuários, Sr. Senador, desde 1999. O Governador Covas propôs e promulgou essa lei, fortalecendo um sistema de ouvidorias dentro do Estado, todos os órgãos públicos estaduais têm que ter um ouvidor, para atender ao cidadão. Hoje, temos 240 ouvidores atendendo a todas as secretarias, órgãos públicos e concessionárias; todos os contratos de concessão obrigam a instituição de ouvidorias na área de rodovias, energia.

Isso, então, já é uma realidade, que se espalhou por todo o Brasil, ou seja, a força das ouvidorias, hoje, no Poder Executivo Federal, é concreta, temos inúmeros ouvidores, que já se consolidaram nessa prática, e não só as ouvidorias, mas outros mecanismos também de participação. Temos procurado incentivar, por exemplo, mediação popular – algo muito interessante, uma ideia que teve um início muito forte, especialmente no Estado do Ceará, e temos identificado diversas iniciativas, no sentido de fortalecer na comunidade essa possibilidade de discutir os seus problemas e identificar soluções. Essa é uma visão muito interessante da participação popular.

Enfim, posso afirmar que a ouvidoria estimula a participação do cidadão, e, aí, vamos identificar de que forma isso vem ocorrendo.

Por favor, a próxima.

E, aí, voltando aqui ao tema proposto nesta reunião, a ação da ouvidoria e os nossos direitos humanos.

Como sabemos, o ouvidor é um representante dos legítimos interesses do cidadão e estabelece um canal direto e permanente com esse cidadão. Muitas vezes, nós identificamos numa grande empresa, num órgão estatal, uma estrutura muito complexa, e não temos contato com essa estrutura, não temos porta de acesso a essa estrutura, ao contrário, muitas vezes, esse contato é afastado, várias vezes em vários órgãos públicos, encontramos num guichê uma placa explicitando o seguinte: “Art. 330 do Código Penal: desacato à autoridade”. Geralmente, está atrás do guichê de atendimento. Algo dizendo assim: “Olha, você tome muito cuidado com o que você vai falar para mim, porque sou autoridade, e, se eu entender que estou sendo desrespeitado, posso incriminá-lo por desacato.” Ou seja, é a parede, é o muro que se coloca no atendimento. Temos de quebrar esse muro. A ouvidoria é esse instrumento, porque viabiliza esse canal direto de comunicação, dá consequência às demandas. Falamos aqui a resposta. É necessária a resposta. Esse cidadão se surpreende ao encontrar um canal de comunicação, ele ainda não está acostumado com isso. E quando ele se comunica e recebe uma resposta, para ele é um milagre.

Uma vez, visitando uma área muito carente de São Paulo, identifiquei, na casa de uma senhora que me convidou para tomar um café, a imagem de Nossa Senhora e, ao lado, a carta de um ouvidor enquadrada. Eu perguntei: por que a senhora colocou a carta desse ouvidor em um quadro? Ela falou assim: “Porque, pela primeira vez, o Estado me reconheceu, não me mandou uma conta, me mandou uma resposta. Para mim, isso é quase um milagre.” Na simplicidade dela, ela descreveu exatamente a nossa situação. É quase

um milagre o Estado, o órgão público responder para ela. E esse sentido é que temos de valorizar – e muito – para fortalecer esse sentido de cidadania.

Internamente, estimulamos a avaliação permanente das nossas ações. Ao recebermos demandas, ao respondermos a essas demandas, estamos exercendo um processo de autocritica, de discussão de nossos processos. Essa visão de processo como algo imutável tem de ser mudada sim, temos de rever os processos, especialmente no Judiciário. Muitas vezes, o processo engessa, e ninguém discute. E o cidadão vai discutir. Sem conhecimento técnico, ele vai apresentar ao seu desembargador questões muito pontuais que podem levar o desembargador, na sua conceituação técnica, a dizer: “Puxa, isso pode ser mudado.” O cidadão traz esse insumo tão precioso para a própria estrutura do Estado.

Incentiva a melhoria e a defesa dos direitos. E nós atuamos desde as questões básicas do cotidiano, como o problema da conta de luz, problema da manifestação de como obter determinada informação, as agruras do dia a dia do cidadão, até as grandes questões dos direitos humanos. Nós temos ouvidores nas áreas de segurança, saúde, educação, na área prisional, são extremamente delicadas essas relações. Imaginem o ouvidor prisional!. Sempre defendo que, na ouvidoria, no caso dos presídios, temos que aceitar, sim, a denúncia anônima, as manifestações anônimas, porque, se ele se identificar, ele corre o risco de perder a própria vida. Temos situações muito delicadas que a ouvidoria exerce e participa.

Nós complementamos o grande sistema de defesa dos direitos humanos que temos no Brasil. Temos o Ministério Público, o Poder Judiciário, os conselhos, nos seus diversos níveis, tutelares, das minorias, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, aqui na Câmara federal, nos diversos níveis do Poder Executivo, os conselhos que discutem os grandes direitos. E a ouvidoria participa disso. Com essa inserção que talvez o Ministério Público não tenha, talvez os conselhos não tenham, de cuidar do detalhe, da pessoa com suas dificuldades pessoais, desse atendimento temos conseguido dar conta, e é um grande avanço da nossa ouvidoria nesses anos de desenvolvimento.

Já finalizando, Sr. Senador, e agradecendo pela tolerância, temos que tratar aqui de questões caras a todos nós. Percebemos, muitas vezes, nas manifestações dos cidadãos, certa descrença com relação às nossas instituições, bombardeados pelas notícias cotidianas dos jornais. E o Senador deve enfrentar isso quando em contato com seus eleitores, e isso é muito claro. As pessoas têm a ideia de que cada um defende o que é seu, de que as estruturas do Estado estão

voltadas para o próprio Estado e não para os interesses do cidadão. E aí perdemos um pouco os nossos princípios republicanos, que ainda estão por ser consolidados – a verdade é essa. Então, a quem o Estado serve? É coisa pública ou coisa de ninguém? A visão patrimonialista: eu entro no Estado, eu conquisto uma vaga de vereador, e vou defender primeiro os meus interesses? E, às vezes, o próprio cidadão espera isto: vou votar em tal vereador porque ele prometeu emprego para minha irmã. Então, isso faz parte desse caldo que temos de combater. E combater didaticamente.

Eu fiz uma palestra, uma vez, numa escola pública totalmente pichada, totalmente deteriorada, e perguntei para os alunos: “Quem fez isso?”. Eles ficaram meio tímidos, mas aí um meio corajoso disse: “Ah, ‘foi’ nós mesmo”. Eu perguntei: “Por que fizeram isso?”. E eles: “Ah, não é de ninguém!”. Eu falei: “Como não é de ninguém? Essa escola é minha, essa escola é sua, nós é que bancamos essa escola. Como não é de ninguém?”.

É essa situação que temos de, cada vez mais, com grande responsabilidade, enfrentar. E eu acho que, nesse processo, nós estamos resgatando os princípios republicanos com um fundamento essencial dos direitos do cidadão.

Por fim, a última tela, ainda dentro da tolerância. Eu comecei com Bobbio e termino com Aristóteles.

Mais uma tela, por favor.

Há mais de dois mil anos, Aristóteles dizia que virtude é transformação dos valores em ação. Eu acho que nós, das ouvidorias públicas e das ouvidorias privadas, temos trabalhado nesse sentido, fortalecendo esses passos importantes, para transformar os nossos direitos humanos em prática cotidiana, em ação cotidiana. Eu acho que a ouvidoria tem de ter essa meta como uma grande lição para todos nós, porque é assim que vamos fortalecer a nossa Nação.

Mais uma vez, Sr. Senador, agradeço esta oportunidade e coloco a ABO à disposição para todos os debates e todos os processos de que pudermos participar, para fortalecer a luta pelos nossos direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Edson Luiz Vismona, Presidente nacional da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO). Ele usou 23 minutos, o que eu entendi ser mais que justo, até porque ele é Presidente nacional da Associação Brasileira de Ouvidores e, no meu entendimento, deu uma bela contribuição nesta manhã, como os outros painelistas, fechando esta mesa.

Permitam que eu destaque que, nessas minhas andanças todas, é exatamente isso que V. Ex^a falou. O cidadão diz: “Não, mas você está lá, te vira, faz...”,

como se ele achasse que a gente tivesse uma caneta na mão resolvendo todos os problemas dele. Na verdade, é o exercício da cidadania que vai fazer com que as coisas aconteçam. Aí a importância fundamental da ouvidoria.

Por exemplo, se houvesse ouvidoria nos presídios em todos os Estados, sabendo como funcionam os presídios, talvez não estivéssemos na situação em que nos encontramos hoje, inclusive no Rio Grande do Sul. Os presídios são uma coisa... Eu estou recebendo agora um vídeo que faz qualquer um se apavorar. Ele foi feito dentro das prisões e me enviaram. Hoje à tarde, eu vou poder assisti-lo com mais calma e comentar com as assessorias. Sei de situações graves, mas a questão dos presídios é, de fato, uma das mais...

O senhor queria comentar alguma situação? Depois, vamos trocar de mesa.

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA – Trinta segundos.

Eu fui juiz de execuções penais aqui, em Brasília, e as dificuldades que encontramos lá foram descobertas através de cartas anônimas de parentes dos presos que lá entregavam. Imagine se alguém denunciasse diretamente! Então, nós íamos lá com o Ministério Público e localizávamos o problema. Já sabíamos o que íamos procurar. Importantíssimo.

Mais uma coisa: a independência do ouvidor, a autonomia que ele tem de ter para, nas ações que ele tentar implementar, ele não ser retirado. Nós temos o exemplo da *Folha de S. Paulo*, que tem lá um *ombudsman*, que tem um mandato de dois anos. Ele critica os colegas publicamente e mantém seu mandato. No caso do TRE de Brasília, ele é indicado pelo Presidente para um mandato de um ano, com recondução, e aprovado pelo Plenário da Corte. E não há possibilidade de o Presidente se sentir desagradado e retirá-lo.

Só para uma homenagem também aos nossos servidores, que são a base, quero dizer que começamos, neste ano de 2012, uma pesquisa de satisfação das pessoas que ligam. O retorno é o seguinte: sobre os serviços, 86% satisfeitos; sobre o atendimento, 86%; sobre as instalações, 80%; sobre o tempo de atendimento, 76%. Esse é o retorno daqueles usuários do serviço.

Obrigado pela compreensão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. EDSON LUIZ VISMONA – Sr. Senador, só um registro que acho importante.

A Presidenta Dilma promulgou uma lei, no início deste ano, definindo, então, o dia 16 de março como o Dia Nacional do Ouvidor. Esse foi o dia de fundação da nossa associação, da Associação Brasileira de Ou-

vidores, que foi fundada no dia 16 de março de 1995. A Presidente, em reconhecimento a isso, constituiu o dia 16 de março como o Dia Nacional do Ouvidor. É um dia importante para comemarmos, inclusive aqui, nesta Comissão, representando aqui nossos ouvidores, para que apresentem seus relatórios, mostrando o dia a dia dos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é importante. Eu mesmo não sabia que a data de 16 de março era o Dia Nacional do Ouvidor. Vamos deixar já assegurado, na Comissão de Direitos Humanos, que, no dia 16 de março, um dia depois do meu aniversário, sempre lembraremos aqui do Dia Nacional dos Ouvidores.

O SR. EDSON LUIZ VISMONA – Não é por acaso que o Dia Mundial de Defesa do Consumidor é o dia 15 de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pelo complemento.

Vamos para a segunda mesa.

Convido vocês a retornarem para a primeira fila, de preferência, porque vocês vão participar do debate.

Quero dizer também que os quatro convidados que voltam para a primeira mesa terão toda a liberdade de interagir com aqueles que falarem na mesa principal.

Esta audiência tem uma repercussão grande pelas mensagens que já estou recebendo aqui e pela sua importância.

Convido, de imediato, então, para participar da segunda mesa a Ouvidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr^a Maria Rosynete de Oliveira Lima; o Dr. Hilton Soares Sacerdote, Ouvidor da Secretaria de Justiça do Distrito Federal; o Dr. Ricardo Garcia França, Ouvidor-Geral Substituto da Controladoria-Geral da União (CGU); e também o Dr. Eduardo Duailibi Murici, Ouvidor do Tribunal de Contas da União (TCU). (*Palmas.*)

Estão aqui nossos quatro convidados da segunda mesa. Ainda haverá uma terceira Mesa com a Dr^a Márcia Maria da Silva, com o Dr. Renato Ferreira e com o Dr. Pedro Costa Ferreira.

Passamos, de imediato, a palavra à Dr^a Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O tempo é o combinado: 10 minutos, com mais 5 minutos, se necessário. A tolerância máxima é de 20 minutos.

A SR^a MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA – Obrigada.

Bom dia a todos!

É com imensa satisfação que compareço a esta Comissão de Direitos Humanos para tratar de um tema

que, para nós do Ministério Público, é muito caro, que é a proteção dos direitos humanos.

Sou ouvidora desde o mês de março deste ano. A nossa ouvidoria foi criada no ano de 2004, antes da Emenda Constitucional nº 45. Represento também o Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, na qualidade de diretora regional.

Estamos integrados todos os Ministérios Públicos de todas as unidades federativas do Brasil, e procuramos encontrar uma forma de dar uniformidade, um tratamento mais igualitário às nossas ações da ouvidoria do Ministério Público.

Em particular, a Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal recebe, mensalmente, uma média de 400 manifestações. Há o atendimento por formulário eletrônico, o atendimento presencial, o atendimento por telefone. Nas unidades do Ministério Público do Distrito Federal que não têm o serviço de ouvidoria presencial, nós dispomos de urnas para o recebimento das manifestações.

Como já foi dito aqui anteriormente pelos nossos colegas, o que a gente percebe é que o cidadão quer ser ouvido. Às vezes, ele se sente satisfeito de poder desabafar, de poder dizer: “Olha, eu estou com este problema”. E mais satisfeito ainda ele fica quando recebe uma resposta à demanda dele.

Para nós do Ministério Público, é muito importante a abertura desse canal de comunicação e de diálogo com a sociedade. Apesar de já termos a postura de defesa da sociedade estabelecida constitucionalmente, verificamos a necessidade de criar, dentro da instituição, um órgão que pudesse atender a esse cidadão de forma individualizada, prestar a ele as informações de que ele necessitava – e que, muitas vezes, não dizem respeito ao nosso trabalho de Ministério Público – e também receber dele as suas denúncias, as suas reclamações com relação ao nosso serviço; se o nosso serviço está satisfazendo a expectativa do cidadão ou se ele precisa ser melhorado. Daí a nossa atuação propositiva dentro do órgão, de mostrar à direção da instituição que talvez seja necessária uma mudança de rumos, de atuação, para melhor atender àquele a quem servimos. O cidadão é nosso patrão, e nós devemos servi-lo da melhor forma possível.

Então, a ouvidoria, no contexto de Brasil, tem um perfil diferenciado do *ombudsman*, seja o europeu, seja o latino-americano. Por quê? Porque nós não temos um mandato, nós não fomos eleitos; nós somos indicados pela diretoria da instituição. E, dentro dessa indicação, no Ministério Público do DF, nós temos a liberdade de atuar, a liberdade de propor, de criticar, de pedir a mudança de estratégia da instituição para atender a esse cidadão.

Para nós é muito importante a fala desse cidadão, e ele não precisa se identificar. Nós recebemos denúncias anônimas, nós preservamos o sigilo do manifestante, caso ele peça, para que nós possamos atender ao maior número possível de cidadãos que necessitem da proteção especial do nosso Estado.

A nossa ouvidoria não tem apenas perfil de atendimento interno. Nós não queremos apenas resolver apenas a nossa administração interna ou formular melhor as nossas estratégias de atuação; nós queremos também melhorar a vida desse cidadão. A participação dele no Estado se faz através da ouvidoria. Ele se sente parte do Estado quando lhe é permitido falar, dizer: “O promotor chegou atrasado à audiência, e isso teve reflexo no meu trabalho”. Eu não sou corregedora, mas eu vou encaminhar essa reclamação ao corregedor e vou monitorar o resultado dessa reclamação, porque, ainda como instância superior à correção dos atos administrativos, há ainda o Conselho Nacional do Ministério Público, que também dispõe de uma ouvidoria. Então, o grande desafio para nós é atingir toda essa gama de reclamações e dar a elas resultado no menor prazo possível.

Paralelamente a esse trabalho de ouvir, de ser esse canal de comunicação, temos para nós, Ministério Público, uma vantagem maior, porque nós podemos encabeçar ações judiciais, nós podemos propor ações civis públicas, nós podemos realizar termos de ajustamento de conduta, mediando os conflitos que se estabelecem no dia a dia do cidadão. Então, agregamos à posição do ouvidor, que ouve e que encaminha, a posição do Ministério Público como garantidor dos direitos fundamentais. E o nosso papel assume relevância. No aspecto prisional, por exemplo, tivemos o terceiro encontro, na semana passada, e a Ministra Maria do Rosário reconheceu publicamente que o Estado, ao mesmo tempo em que deveria proteger, também é o ator das violações dos direitos humanos. E o Ministério Público aparece nesse cenário para canalizar essas denúncias e levá-las ao Judiciário, buscando a responsabilização desses atores. Ao mesmo tempo em que leva ao órgão de execução do Ministério Público essa demanda de correção, também atua procurando compor esse conflito, ou seja, perguntando: como se pode melhorar? Por que a situação chegou a esse ponto? É um problema administrativo apenas ou precisamos caminhar, conversar com os administradores e buscar uma solução mais equânime?

Saímos de um período de ditadura e entramos em uma suposta liberdade, mas uma liberdade que não pode ser uma liberdade para matar, como reconheceu alguns anos atrás o chefe de uma missão da ONU aqui, no Brasil. Não se deu a liberdade para

matar. O número de homicídios é muito alto no Brasil, e parte deles é praticado pelos órgãos do Estado. Então, a proteção desse direito maior, desse direito à vida tem que achar foro para ser resolvida. Para nós, é extremamente importante abrir a porta do Ministério Público e ouvir esse cidadão, que, às vezes, tem um parente preso ou que teve um parente morto e dar vazão a essa reclamação, levando-a para uma solução efetiva e justa.

Nós, do Ministério Público do Distrito Federal, procuramos atender com muita simplicidade a esse cidadão. Temos um grupo de oito servidores, a nossa ouvidoria está recebendo agora um espaço maior para fazer esse atendimento presencial, mas vemos a necessidade de que isso melhore a cada dia. Por quê? Porque a demanda é crescente. Ela não diminui. É tanto servidor público que trabalha comigo e diz: “Olha, não estou satisfeito com isso e aquilo”. Mas é também aquele cidadão que chega ao Ministério Público e diz: “Eu já reclamei aqui, ali e acolá e, por favor, me ajudem”. Então, a Ouvidoria do Ministério Público tem este perfil de não restringir o âmbito de atuação. Nós não atuamos só internamente. Nós recebemos todas as demandas da população e procuramos agir da melhor forma possível e da forma mais rápida também.

E aqui eu faço um adendo ao que a Dr^a Regina Fontes colocou, ou seja, que há um convênio entre a Ouvidoria do Senado com a Ouvidoria da Câmara. Proponho à Comissão de Direitos Humanos que, em um momento futuro, possamos reunir em uma rede as ouvidorias públicas e o Ministério Público. Ao tempo em que uma ouvidoria pública recebe uma demanda que não consegue resolver internamente ou que ela tenha um âmbito de atuação muito maior do que aquele órgão interno pode resolver, que ela encaminhe à Ouvidoria do Ministério Público. Nós receberemos com satisfação e procuraremos dar solução, no menor prazo possível, a essa reclamação e a correção principalmente dessa violação de direitos humanos.

Agradeço ao Senador Paulo Paim. Nós, do Ministério Público, nos sentimos honrados de participar dessa discussão e continuamos abertos ao diálogo. A Ouvidoria do Ministério Público, inclusive, no âmbito da União, tem um anteprojeto de lei para modificar nossa lei complementar, criando na sua estrutura da Ouvidoria um conselho consultivo composto por pessoas da sociedade, que vão auxiliar essa ouvidoria no recebimento dessas manifestações, na definição de suas estratégias de atuação e dará um retorno para a sociedade sobre o que o Ministério Público está fazendo para proteger o cidadão, para fomentar a cidadania e a proteção dos direitos humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do DF e Territórios.

Eu já deixo aqui a sua sugestão, depois podemos conversar, já que está aqui o Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores, para articularmos algo nesse sentido e até, quem sabe, se necessário for, numa outra atividade: Ministério Público e ouvidores interagindo para defender melhor ainda o cidadão.

Parabéns pela palestra!

Passamos a palavra agora ao Dr. Hilton Soares Sacerdote, Ouvidor da Secretaria de Justiça do DF.

O SR. HILTON SOARES SACERDOTE – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer imensamente esta oportunidade do convite do Senador para estarmos aqui hoje e falar a respeito de ouvidoria, um assunto que muito me palpita. Apesar de ser novo, pois estou começando agora na ouvidoria, estou me aprofundando bastante e estou gostando muito. E já estou começando a ter um *know-how*, um conhecimento dessa área de atender ao público e dar uma resposta a ele.

Estou na Secretaria de Justiça como ouvidor. É uma secretaria do Distrito Federal, como todos sabem, nova, foi fundada em 2008, e nós começamos lá em 2009.

Nós já passamos por turbulências no governo, que todos sabem; passamos por três governadores em pouco espaço de tempo. Agora, com o nosso novo governador, Agnelo Queiroz, todas as secretarias passaram por uma reestruturação, com relação à criação de um fortalecimento das ouvidorias.

A nossa ouvidoria da Secretaria de Justiça foi fortalecida, foi reestruturada com um número maior de funcionários. Antes era só um ou dois; hoje estou com três e posso dizer que estou mais fortalecido.

Na Secretaria de Justiça, nós temos – para dizer mais basicamente como nós atendemos o povo de Brasília – subordinados a nós o Procon, a defesa do consumidor. As demandas pertinentes ao Procon são carreadas através do 156, um serviço de atendimento ao cidadão, e vai desaguar na Secretaria de Justiça através da ouvidoria. É redistribuída ao Procon, para um atendimento ao povo, volta e, depois, eu dou o retorno direto ao cidadão – no caso do Procon.

Como todos têm conhecimento, nós temos também o serviço Na Hora, que é uma vitrine de Brasília. Tivemos fazendo parcerias com outros Estados e estamos vendo como funciona – no caso do Rio Grande do Sul, Senador, e outros também. Estamos sempre procurando parcerias para aprender e para melhorar.

Nós temos hoje, dentro do Na Hora, 25 órgãos que trabalham integrados e as demandas que lá exis-

tem dos serviços prestados são carreados para a nossa ouvidoria.

Além do Na Hora, nós também atendemos a serviços de reclamações com relação a cemitérios e funerárias de Brasília. Como todos vocês sabem, os cemitérios de Brasília foram privatizados e quem controla isso tudo é a nossa Secretaria de Justiça, onde há um setor especial que cuida só disso, que carrega também para a ouvidoria.

Nós temos também as subsecretarias, muito fortes com relação a direitos humanos e cidadania, e temos serviços no metrô que também trabalham nesse sentido. Hoje, mais forte também, com relação à Lei de Acesso à Informação. Já estamos bem implementados, com um atendimento à altura, pois há uma grande procura no setor por essa lei, com maior rapidez na informação. Hoje, é um sistema em que a pessoa está mais... Claro, todos sabem, não é preciso fazer explanação a respeito. Estamos bem atentos a essa situação.

Uma novidade, que foi uma iniciativa da Ouvidoria-Geral do GDF junto ao Governador Agnelo Queiroz, é a melhoria com relação ao sistema de informação. Já está criado e para ser implementado o sistema TAG. TAG é um sistema em homenagem a Tomás Aquino Gonzaga. Esse sistema veio do Governo da Bahia, está implantado lá, deu certo em Minas Gerais também, já está implantado naquele Estado, e nós somos os próximos. Foi enviado um projeto de lei para a Câmara Legislativa, foi aprovado, e hoje é lei, só falta ser implementada.

Qual é o objetivo número um do sistema TAG? É um sistema para o retorno ao cidadão, que hoje é feito por meio do telefone 156. O Governo observou que estava ficando muito caro esse retorno ao cidadão pelo 156. Como deve funcionar hoje? Qual é a melhor ideia? Pelo sistema eletrônico, via *e-mail*. Brasília vive hoje uma situação – e não é diferente de outros Estados – em que 85% das pessoas usam o sistema eletrônico, a Internet. A pessoa faz sua demanda, sua reclamação, que é documentada, recebe uma senha, um documento, e acompanha no próprio sistema, para ver para onde foi. Ela entrou pelo sistema 156, passou pelo Ouvidor, que vai fiscalizar todos os funcionários, onde entrou, para onde ela foi, e depois retorna para ele.

Basicamente é isso, Senador. Muito obrigado.

Agradeço o convite, a oportunidade de estar aqui presente em nome do Governador Agnelo e em nome do nosso Secretário Alírio Neto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Dr. Hilton Soares Sacerdote, Ouvidor da Secretaria de Justiça do DF, que mostrou o trabalho que vem

realizando e já enviou os cumprimentos a todos, em nome do próprio Governador, que foi Deputado Federal comigo, durante um longo período, e por quem tenho muito respeito.

Vamos, agora, de imediato,...

Deixe-me apenas ler estas informações.

Embora a representante tenha estado aqui, chegou neste momento a seguinte justificativa:

Sr. Presidente, dirijo-me a V. Ex^a para comunicá-lo que, devido a compromissos políticos agendados no Estado, lamentavelmente, não poderei comparecer à audiência pública que irá debater a importância das ouvidorias para a efetivação dos direitos humanos.

Senador Flexa Ribeiro, Ouvidor-Geral do Senado Federal [que foi muito bem representado pela Dr^a Regina Fontes, Coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal].

Também registramos a presença da Sr^a Cláudia Varella Barca de Miranda, Ouvidora da Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc).

Para a informação de todos, nossa audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado para todo o Brasil e, além da TV Senado, que é canal aberto na maioria dos Estados, também pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, e, também ao vivo, pela Rádio Senado, presente em diversos Estados.

Vamos agora ao Dr. Ricardo Garcia França, Ouvidor-Geral Substituto da Controladoria-Geral da União (CGU).

O SR. RICARDO GARCIA FRANÇA – Obrigado.

Bom dia a todas e a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite e dizer que é um prazer estar aqui. Infelizmente, o Dr. Romão não pôde estar presente. Com certeza falaria com muito mais qualidade que eu, mas vou tentar dizer algumas pequenas palavras sobre as reflexões a que temos chegado com relação a esse tema.

À Ouvidoria-Geral da União (OGU), que se situa dentro da Controladoria da União (CGU), compete a coordenação técnica do trabalho das ouvidorias públicas do Poder Executivo federal, o que representa, é claro, um grande desafio, mas também uma grande motivação. Com relação ao desafio, podemos dizer que o grande desafio, a grande prioridade deste momento para nós, da OGU, é a constituição daquilo que chamamos, informalmente, de sistema nacional de ouvidorias. Se é verdade – aí usando o velho dito – que uma andorinha sozinha não faz verão, entendemos também que uma ouvidoria sozinha não gera participação. Isso já foi mencionado por outras pessoas que nos antecederam. Como o nosso próprio Ouvidor-Geral costuma dizer, não existe ouvidoria no singular. Ouvidoria sempre é dita no plural.

Nos últimos dez anos, nós passamos por um momento muito importante no Brasil, que foi a constituição de um grande número de ouvidorias públicas, ouvidorias essas com as mais diversas capacidades operacionais, os mais diversos perfis, desde ouvidorias totalmente profissionalizadas, com *call center*, com grande número de servidores, até ouvidorias ainda muito incipientes, com muita dificuldade de trabalhar. Por isso, essa ideia de um sistema nacional se torna tão importante.

Uma das contribuições que nós queremos dar à constituição desse sistema nacional... Nós lançamos, recentemente, a Política Nacional de Formação para ouvidorias públicas. Com isso, queremos contribuir para ter um conjunto de pessoas, um conjunto de servidores, ao longo do tempo, profissionalizados, habilitados, com um conjunto de conhecimentos necessários para executar o trabalho de uma ouvidoria pública.

Outros grandes desafios que se mostram nessa nossa ambição da constituição do sistema são a própria integração de dados e a uniformização de conceitos e procedimentos. Hoje, quando vamos às ouvidorias, mesmo o nosso linguajar ainda difere muito. Algumas usam o termo reclamação separado do termo crítica; outras só usam reclamação. Isso gera uma dificuldade de processamento dos dados e até de ter um conhecimento maior de como são essas manifestações que o cidadão encaminha às ouvidorias.

Bom, como estamos falando, hoje, o grande desafio, talvez, para o trabalho de ouvidoria pública é, antes de mais nada, provavelmente, o reconhecimento pelos gestores do papel central que a ouvidoria pública tem na sua instituição, inclusive para ajudar na sua gestão. Na ouvidoria, que, em alguns momentos, é vista como aquela área que traz as más notícias, que traz as reclamações, que corre o risco de expor as fragilidades do órgão, você já tem gestores que percebem a ouvidoria como um constituinte fundamental da gestão, que gera a melhoria constante da qualidade dos serviços públicos oferecidos.

É claro que a constância e a estabilidade na ouvidoria também são uma questão central. Com as ouvidorias indicadas pelo mandatário da instituição, o risco de interrupção, o risco de instabilidade, não continuidade do trabalho é sempre muito grande. E aí se destaca, novamente, a importância da formação. As ouvidorias precisam passar para um momento de maior e maior profissionalização. É claro que existem características individuais que o ouvidor precisa ter – a paciência, a capacidade de mediação, o entendimento, a visão sistêmica, a capacidade de diálogo com o cidadão –, mas também há um conjunto de técnicas,

um conjunto de conhecimentos formais que, cada vez mais, se tornam necessários. E isso é fundamental.

Por fim, destaco o último tema, que já foi mencionado por alguns dos colegas que nos antecederam, que é a Lei de Acesso à Informação. Hoje, nós entendemos que a Lei de Acesso à Informação muda tudo, muda tudo na Administração Pública e, em especial, nas ouvidorias. Hoje, é muito difícil se falar em ouvidoria, se pensar em ouvidoria sem levar em conta a Lei de Acesso à Informação, seja por causa do papel central que alguns ouvidores e ouvidorias estão tendo na implementação da lei, seja porque o acesso à informação representa, em certa medida, uma nova política que também pode gerar reclamações, também pode gerar críticas, necessidade de correções. Então, hoje, essa nova dimensão da Lei de Acesso à Informação, que tem prazos estabelecidos, que tem um procedimento claramente expresso, ela se torna também uma grande aliada das ouvidorias no sentido do seu fortalecimento, da sua capacidade de demonstrar a sua importância, a sua capacidade de trabalho.

Voltando à temática do sistema, já existem, independentemente de qualquer esforço da própria OGU, à qual a gente se alia, grandes exemplos de integração de ouvidorias, e nós achamos que esse é o caminho que temos de seguir. Existe um conjunto de ouvidorias a que a gente denominou, ou melhor, que passou a se autodenominar “Liga de Ouvidorias”, da qual alguns membros estão aqui presentes, que são as ouvidorias que nós chamamos de ouvidorias garantidoras de direitos, as ouvidorias da área social, que se articularam para tentar, num primeiro momento, trocar experiências, mas, em especial, se articulam em torno do entendimento de que uma demanda que chega de um cidadão marginalizado, ao mesmo tempo em que pode afetar a Ouvidoria dos Direitos Humanos, também pode dizer respeito à Ouvidoria do MDS, assim como à Ouvidoria da Igualdade Racial. E a capacidade pela qual essas ouvidorias têm conseguido se articular é um grande exemplo de integração para outras tantas ouvidorias. Claro que as ouvidorias do Sistema Único de Saúde também têm demonstrado isso, bem assim, como já foi colocado aqui, é o caso da relação da Câmara e do Senado com o próprio TCU para o estabelecimento de um mecanismo formal de colaboração.

Esse é o caminho que nós entendemos que tem de ser seguido. Uma ouvidoria sozinha se torna fragilizada. Quando uma ouvidoria, num primeiro momento, atua em rede e, posteriormente, em sistema, permitindo a troca de informações, buscando a melhor solução para o problema que o cidadão aponta, nós temos mais condições de garantir a melhoria na política pública e, ao mesmo tempo, a satisfação dos cidadãos.

Enfim, a nosso ver, a ouvidoria é espaço de controle social; a ouvidoria é espaço de participação social; a ouvidoria é também um espaço de gestão. É o espaço em que o gestor tem a capacidade de dialogar diretamente com o conjunto dos cidadãos que usam o serviço público oferecido por aquele órgão e fazer uma melhora constante, uma melhora que não venha apenas da cabeça do conjunto dos servidores, mas também do cidadão.

Por fim, um anúncio que a gente gostaria de fazer – e é a primeira vez que a gente faz esse anúncio em público – é uma contribuição que nós pretendemos dar – e aí mais especificamente para Estados e Municípios: nós conseguimos, em uma discussão com a Anatel, chegar a um acordo sobre a utilização de um tridígito pelas ouvidorias. Ainda não está estabelecido que número será, mas, em resumo, o que aconteceria – claro que dependendo da vontade das ouvidorias estaduais e municipais de aderirem ou não, pois não haveria nenhuma obrigatoriedade com relação a isso – é que, por exemplo, estando aqui no DF, o cidadão, ao discar esse tridígito, a ligação cairia na ouvidoria do GDF; estando no Rio Grande do Sul, cairia na ouvidoria do Rio Grande do Sul ou no Município em que ele se situar, caso este tivesse aderido ao sistema. A gente acha que isso ajuda também a criar essa mentalidade de sistema, fazendo com que o cidadão entenda que o conjunto das ouvidorias públicas participa, todo ele, de um sistema só e que elas são todas membros da mesma máquina que serve para atender ao cidadão.

O mais já foi falado pelos que nos antecederam. Então, eram apenas essas as breves reflexões e o nosso agradecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Garcia França, Ouvidor-Geral Substituto da Controladoria-Geral da União. Essa contribuição que você anuncia é bem interessante. Seria importante, depois, deixar conosco mais detalhes, a fim de que nós possamos, inclusive, uma vez que o resultado seja positivo, anunciar aos Estados e seus Municípios para que se interessem.

Vamos, de imediato, passar ao Dr. Eduardo Duailibi Murici, Ouvidor do Tribunal de Contas da União (TCU).

O SR. EDUARDO DUAILIBI MURICI – Bom dia a todos!

Senador Paulo Paim, sou muito grato pelo convite para participar deste evento. Quero dizer que estou à frente da Ouvidoria do TCU há um ano, completando dois anos agora no final deste ano, e, para nós, é uma grande satisfação estar aqui, como um órgão de controle, assim como a CGU no âmbito do Executivo. Nós temos muita similaridade de atuação e muita di-

ficuldade, até porque nós não recebemos demanda e crítica só em relação à nossa atuação, ao órgão interno Tribunal de Contas da União, mas de toda a Administração Pública federal, talvez o Ministério Público também. Então, esses órgãos de controle têm umas demandas muito mais complexas para a gente atender, porque temos de envolver os outros órgãos da Administração Pública federal.

Nós lá recebemos, em média, 500 manifestações/mês. Isso é crescente. Iniciamos este ano com a média de 300 manifestações e já estamos chegando a quase 600 manifestações/mês, sendo de todos os tipos: críticas, reclamações, denúncias, grande número de denúncias recebidas no Tribunal. A maioria das demandas que chegam ao Tribunal é relativa a denúncias, que nós chamamos, lá, de comunicação de irregularidades, porque as denúncias têm um formalismo do Tribunal para receber. A Ouvidoria recebe essas denúncias como comunicação de irregularidade. A gente protege o denunciante, a gente dá o direito de proteção ao denunciante, até porque um órgão que trabalha com fiscalização não pode desprezar esse canal de informação. Isso, para nós, é importantíssimo e tem gerado bons resultados essa denúncia anônima.

Nós temos um corpo de auditores lotado na Ouvidoria – somos dez auditores – e isso faz um pouco a diferença, porque nós atendemos grande parte da demanda que chega ao Tribunal. Somos nós, lá na Ouvidoria, que respondemos diretamente, porque temos esse corpo de auditores lotado na Ouvidoria. As pesquisas de orientações técnicas, dúvidas dos gestores, dúvidas dos Municípios que caem para a gente lá, a gente tem autonomia para responder, baseado na jurisprudência do Tribunal, no entendimento que o Tribunal tem sobre aquele tema. Então, isso desafoga a nossa unidade técnica de controle externo, que seria a demanda que desaguaria, certamente, no controle externo. Nós, lá na Ouvidoria, resolvemos.

O restante a gente conta, porque, às vezes, são demandas específicas, e nós contamos com o auxílio da nossa unidade técnica para responder.

Desenvolvemos um sistema que chamamos de Sisouv Web, que está na nossa página do Portal do TCU. Tem um *link*, lá: pedidos de acesso à informação. A pessoa, entrando nesse *link*, abre de imediato um formulário para o cidadão cadastrar a manifestação dele. Lá, tem os dados obrigatórios que a lei exige, a identificação do cidadão, e ele, de um modo bem simples, registra o pedido de acesso à informação.

Isso nos chega e, imediatamente, eu dou o tratamento e faço a distribuição disso para o corpo técnico do Tribunal, para os auditores lotados na Ouvidoria, de acordo com o perfil de cada um, para que a gente

possa dar uma resposta imediata. Nosso prazo de resposta, lá, tem sido, em média, de dez dias, nos casos de pedido de acesso à informação.

O sistema também dispara para o cidadão, de imediato, quando o cidadão recebe a resposta, uma pesquisa de satisfação, e essa é a nossa base de avaliação de desempenho interna, para saber se estamos atendendo bem ao cidadão ou não.

O sistema gerencia todo o ciclo da informação. Na hora em que chega lá, recebe o número, o cidadão já é comunicado do número da manifestação dele para acompanhamento e nós, ali, damos o tratamento e respondemos. Quando não respondemos, repassamos para as unidades técnicas, com prazo máximo de dez dias para que elas nos retornem essa informação, e nós repassamos ao cidadão aquela resposta.

Então, nós estamos com esse sistema funcionando razoavelmente bem. Foi um sistema que desenvolvemos internamente. Ele está disponível para todos os órgãos. O Tribunal o está cedendo através de um acordo de cooperação. O Tribunal está disponibilizando esse sistema para todos os órgãos da Administração Pública federal.

A Regina anunciou, aqui, o acordo de cooperação que fizemos – TCU, Câmara e Senado – e esse é um passo que nós estamos dando no sentido de avançarmos mais ainda os nossos trabalhos, no sentido de atender melhor a sociedade. Vislumbro isso como um excelente canal e uma excelente forma de trabalhar porque podemos juntar esforços economizando recursos, fazendo eventos. A lei exige que a gente divulgue, que a gente dê, convoque, na realidade, a sociedade, para participar junto com a gente das nossas políticas públicas, e o Tribunal tem um campo excelente na área de controle dos gastos públicos, Câmara e Senado, no desenvolvimento das políticas públicas brasileira. Então, temos um manancial de trabalhos a serem feitos para que, convocando a sociedade a participar junto conosco desse processo, possamos melhorar os nossos procedimentos internos e melhorar, inclusive, a aplicação dos recursos públicos, a utilização melhor dos recursos públicos.

Só para citar um exemplo de um evento que achei interessantíssimo, uma demanda: um professor da Universidade de Brasília está nos demandando coisas, em termos de quantidade, uma coisa absurda, mas estamos atendendo, estamos num esforço muito grande para atender. E por quê? Ele está fazendo uma pesquisa sobre como se dá o controle dos gastos públicos na área da saúde e na área de educação, e temos uma atuação muito forte lá, no Tribunal, nessas duas áreas. A defesa da tese dele de doutorado vai ser justamente sobre esse tema. Então, vai ser um trabalho riquíssimo

mo para todos nós, para o Tribunal conhecer as suas deficiências nessa área, em que precisa avançar mais no controle dos gastos públicos, na área de saúde e educação, que são áreas sensíveis, talvez a área que mais nos demanda. O maior número de denúncia que nos chega lá, certamente, é nesta área educação e saúde, principalmente de Estados e Municípios: onde o dinheiro chega, onde o dinheiro é aplicado.

A gente nota a população municipal muito carente de apoio no controle dos gastos, eles não têm acesso a um bloqueio. Os prefeitos controlam aquela verba pública de tal sorte que a sociedade não tem conhecimento daquilo, nem os conselhos municipais que foram criados para ajudar na fiscalização dos recursos, esses conselhos municipais são, via de regra, capturados pelo Poder e ficam manietados no seu direito de fiscalizar. E eles apelam. É impressionante a quantidade de demandas que chegam de lá desses conselhos pedindo: pelo amor de Deus, TCU, venha aqui. Só que, infelizmente, não temos braço operacional para estar presente em todos, nessa aplicação desse dinheiro pulverizado.

Mas é impressionante essa quantidade de denúncia que nos chega, parece-me que há uma necessidade de se rever essa autonomia dos conselhos municipais. Acho que uma legislação com mais clareza, dando maior autonomia a esses conselhos municipais seria de fundamental importância, porque é grande o número de denúncia que chega neste sentido de que eles não têm autonomia para atuar, e nos pedem, pelo amor de Deus, socorro. Estão pedindo: socorro, venham aqui. Isso ocorre por falta de autonomia, porque os prefeitos, via de regra, capturam os seus membros, os membros do Conselho Fiscal são todos dominados pelos prefeitos. E é lá que o dinheiro está sendo aplicado.

A Lei de Acesso à Informação veio dar uma dimensão maior na questão dos direitos do cidadão, da sociedade. Por quê? Porque já existe a transparência ativa, aquilo que os órgãos já expõem nos seus bancos de dados pela Lei do Regime Fiscal, a Lei 101, a Lei de Licitações; já existe a obrigatoriedade dos órgãos colocarem à disposição os seus contratos, seus projetos, seus programas de governo, sua execução fiscal e financeira. Mas a Lei de Acesso veio trazer uma dimensão maior, que é a necessidade do cidadão. Esses dados contábeis, esses dados de execução, nem sempre interessam para o cidadão. Para este, interessa saber por que o dinheiro não está chegando lá na prefeitura, por que o hospital de saúde não funciona, por que a escola não funciona?

Essa nova demanda tem chegado bastante para a gente. Lá estamos em um esforço muito grande até de modificação de sistema nosso para que a gente possa

atender melhor a sociedade e criar até uma área de controle social no Tribunal. Esta é uma das próximas etapas nossas: criar uma área de fiscalização para controle social.

Senador, muitíssimo obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Eduardo Dualibi Murici, Ouvidor do Tribunal de Contas da União, TCU.

Dr. Eduardo, já que V. Ex^a abriu para esse formando, o que é muito bom, se V. Ex^a concordar, sempre tive uma curiosidade. É uma curiosidade minha – estou aqui há muitos anos, no Parlamento – e não é contra ninguém. Quando levanto tese, alguém diz: “O Paim está contra ciclano”. Não estou contra ninguém, estou a favor de ter as coisas esclarecidas e claras.

Se conseguíssemos, seria difícil, da Constituinte para cá, até hoje, um balanço de todas as fontes de recursos da Previdência, de tudo o que abrimos mão que a Previdência arrecadasse e onde foi efetivamente aplicado... Porque, em todo lugar por que passo, às vezes participo de debates, ouço “mas a Previdência não está falida?”. Digo, às vezes, que, se estivesse falida, eu não teria aberto mão da contribuição de 20% do empregador sobre a folha para 1,5% ou 1% e até zero. A maioria paga zero hoje. Não paga nem faturamento, nem folha, desde a Constituinte para cá. Fui Constituinte e colocamos lá todas as fontes de recursos da Previdência, porque sabíamos que só a folha não resistiria. Abrimos mão até da contribuição sobre a folha. Mas só para ter esse indicativo para ver.

A Previdência, sempre digo, é nossa. Não é do Governo. Quem recolhe para a Previdência é o empregado, o empregador e o contribuinte brasileiro pelas fontes correspondentes. Então, a Previdência é nossa! Então, temos que saber isso com clareza para que possamos com mais firmeza dizer se pode ou não pode dar esse ou aquele reajuste para o aposentado, o pensionista.

Esse debate fica permanente e sempre tem diversas versões: está falida, não está falida. Temos aquele setor que ganha salário mínimo, temos serviço público e temos o Regime Geral da Previdência. Onde está o problema? O que pode ser feito? E como podemos garantir uma aposentadoria decente para todos? Dá para fazer esse estudo? Com calma, não é do dia para a noite. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO DUALIBI MURICI – Dá. É um trabalho gigantesco, Senador, mas poderia partir do Senado uma solicitação desse levantamento e certamente iríamos nos debruçar sobre ele e atender.

O Tribunal tem feito vários trabalhos, via de regra, nas contas do Governo. No último relatório, inclusive, o

Tribunal enfoca essa questão da Previdência e fornece dados bastante claros de que a Previdência não é tão deficitária ou não é deficitária, mas de que existe uma má aplicação desses recursos. Um diagnóstico com muito mais profundidade iria, certamente, ajudar. Nesse sentido, seria bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pela palestra.

Convidaríamos os senhores a retornar para a primeira ou a segunda Mesa. Vamos para a última Mesa e, depois, todos farão as suas considerações finais.

A última Mesa: Assessor Parlamentar da Seppir, Renato Ferreira – o Renato estava aqui há poucos minutos – e o Coordenador-Geral do Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Dr. Pedro Costa Ferreira.

Sei que vocês não vão ficar chateados, ninguém vai ficar chateado, mas vou convidar para o encerramento, para que participe da Mesa, o Dr. Edson Luiz Vismona, já que é o Presidente Nacional da Associação Brasileira dos Ouvidores. Pode ser? (*Pausa.*)

Em nome de todos os painelistas, que o Dr. Edson participe da última Mesa.

Temos confirmada a presença aqui do Renato Ferreira, Assessor Parlamentar da Seppir, e poderíamos inclusive interagir com todos os outros nossos convidados.

Dr. Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque Direitos Humanos, Disque 100 da Presidência da República, com a palavra.

O SR. PEDRO COSTA FERREIRA – Obrigado.

Bom dia a todos, companheiros de ouvidoria, ouvidores. Quero agradecer, Senador, pelo convite. A Ouvidoria de Direitos Humanos fica muito honrada em poder participar desta discussão. Acredito que podemos, ainda, evoluir na parte do debate, porque as ouvidorias aqui tratam do mesmo tema, mas de formas muito diferentes. Eu acho que estes são os momentos em que a gente consegue construir uma identidade para essa nova forma de participação da população.

Bem, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos foi criada em 2003, com a criação da então Secretaria Especial de Direitos Humanos e, até 2009, funcionava numa estrutura de Ouvidoria-Geral da Cidadania, ligada ao Ministério da Justiça, ainda vindo de uma estrutura do Ministério da Justiça. A partir de 2003, há essa mudança e, em 2009, traz para a Ouvidoria a responsabilidade do Disque Direitos Humanos, que, até então, tratava só de denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Essa reformulação fez com que a Ouvidoria passasse a atender, também, por meio do telefone, idosos, população LGBT, população em situação de rua, pessoas

com deficiência, denúncias de tortura, denúncias relacionadas a comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, sistema prisional e outros temas correlatos à questão dos direitos humanos.

Na Ouvidoria de Direitos Humanos, hoje, o nosso lema é a proteção. Então, nós trabalhamos sempre com a perspectiva de proteção da vítima, entendendo como importante a questão da responsabilização, mas sempre focando na questão da proteção. Por que isso? Bem, o que nós temos visto, principalmente com a experiência do Disque 100, no atendimento de crianças e adolescentes e, mais recentemente, de outros grupos sociais vulneráveis, é que a população, no que diz respeito a direitos humanos, nos procura não porque a Secretaria de Direitos Humanos seja a responsável pela manutenção dos serviços que protegem os direitos, como serviços socioassistenciais, delegacias ou Ministério Público, não, mas porque ela entende que seja uma porta de entrada no caso de algum direito que não está sendo garantido ou até mesmo de uma prática que, embora ainda não estabelecida como crime, vá de encontro, vamos dizer assim, à dignidade daquela pessoa, ou que fere a dignidade humana. E eu entro aqui com a questão LGBT, em que, apesar do projeto de lei, ainda não temos o crime relacionado à homofobia, mas a Ouvidoria de Direitos Humanos acata como se fosse, porque fere a dignidade humana.

Tudo o que fere a dignidade humana e chega até nós recebe o seguinte tratamento: há o acolhimento inicial – a maioria dos atendimentos é feita por meio do Disque 100. Hoje, o Disque 100 recebe, em média, de 650 a 700 denúncias por dia –, todas essas denúncias são encaminhadas para os órgãos de defesa, principalmente os órgãos de proteção, e também para órgãos de responsabilização, caso haja, por exemplo, risco iminente da vida da pessoa – ela pode perder a vida – ou a questão de cárcere privado ou questões que envolvam a possibilidade de flagrante delito. Então, nós corremos com essa denúncia para tentar fazer com que haja a responsabilização.

De qualquer forma, onde a pessoa deveria se sentir mais protegida na vida dela seria dentro de casa, com seus familiares e quem deveria ter a função ou tem a função de zelar pela garantia dos seus direitos fundamentais é o Estado. Infelizmente, nós recebemos, na Ouvidoria de Direitos Humanos, muitas denúncias em que a violência acontece dentro de casa ou pelo Estado. Então, isso remete a uma perspectiva importante da Ouvidoria. Por quê? Nos mecanismos de controle social, como os conselhos, as conferências, entre tantos outros, a pessoa, muitas vezes, tem que estar engajada. Ela faz parte ali de uma associação e isso a leva a um conselho e, nesse conselho, é discutida

uma determinada questão e aí, por ser representante de um coletivo, vai a uma conferência e participa ativamente. Na Ouvidoria, nos Disques, a pessoa quer participar de qualquer forma. Ela sabe que está tendo uma violação de direitos e ela quer participar, ela quer ligar e quer se manifestar dizendo: “Olha, eu não concordo com o que está acontecendo”. Sempre que nós recebemos uma ligação como essa, nós, primeiro, damos parabéns para a pessoa por ter feito essa ligação, pela coragem de ter ligado.

E outra questão que acho que é importante ser discutida no tema da ouvidoria é a questão do anonimato. Na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, nós acolhemos denúncias anônimas. Essas denúncias anônimas recebem o mesmo tratamento de uma denúncia que não é anônima. Por quê? Porque, muitas vezes, a pessoa, ao se manifestar indicando seu nome, coloca a sua própria vida em risco e, infelizmente, o Estado ainda não dá conta de garantir à pessoa que está denunciando uma violação que nada vá acontecer a ela. Então, nós acolhemos a denúncia anônima; a denúncia anônima tem trazido resultados importantes e tem trazido também uma satisfação da população, entendo eu, uma confiança da população nesses serviços, na Ouvidoria, no Disque 100, porque, na verdade, o Disque 100 e os disques relacionados à ouvidoria nada mais são do que mais uma porta de entrada. O volume de atendimentos se dá em razão da facilidade de a pessoa ligar, de forma gratuita, 24 horas, um número de três dígitos.

Eu queria aproveitar para reforçar a questão de que, hoje, as empresas de telefonia são concessionárias, é um serviço público, é uma concessão. E eu acho que o mínimo que tem que ser garantido para a população é gratuidade de entrar em contato com os órgãos públicos.

O Disque 100, assim como o 180, tem uma característica especial: a de ser um serviço de utilidade pública de emergência; então, não paga nem quem liga, nem quem recebe. Isso permite que nós consigamos ter uma capacidade de atendimento muito maior, porque se nós tivéssemos que tirar o dinheiro de pagar a conta, para transformar em teleatendentes, nós teríamos que tirar, em média, um terço dos atendentes. E aí, um terço dos nossos atendentes hoje significa, em média, cem pessoas. Cem pessoas a menos atendendo a população é uma quantidade significativa, considerando o volume de ligações que é feito para o Disque 100.

Além da questão do Disque 100, nós recebemos também cartas, *e-mails*, visitas de movimentos organizados, movimentos sociais. Estamos presentes no que diz respeito à mediação de conflitos agrários. O nosso Ouvidor, hoje, está em São Paulo, discutindo

questão de violência policial com a Defensoria Pública. Estamos acompanhando também questões indígenas, questões quilombolas, em parceria com as demais ouvidorias, pois a Secretaria integra a Liga das Ouvidorias, a Secretaria de Direitos Humanos, a Ouvidoria dos Direitos Humanos. Essa Liga das Ouvidorias é muito importante. Eu tive a oportunidade de trabalhar seis anos na Ouvidoria do Ministério da Saúde, três anos na Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a Ana Paula, e agora estou, há três anos, na Secretaria de Direitos Humanos.

Uma das questões que temos que rever é essa da resposta ao cidadão, porque, muitas vezes, no caso da Ouvidoria dos Direitos Humanos, a resposta não é da Ouvidoria dos Direitos Humanos, porque, se uma pessoa liga relatando uma questão de violência contra a criança, nós vamos acionar os órgãos da ponta, vamos acionar Conselho Tutelar, se for caso a delegacia especializada, e vamos acionar também o Ministério Público. Tivemos a grande felicidade de institucionalizar uma parceria com o Ministério Público brasileiro. Como foi dito pela Ouvidora do Ministério Público – inclusive nós temos uma reunião, se eu não me engano, em Santa Catarina, para discutir a interação da Ouvidoria dos Direitos Humanos com as ouvidorias dos Ministérios Públicos, no próximo encontro do conselho –, nós conseguimos, via CNPG, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, assinar um termo de compromisso operacional.

Então, hoje, todos os Ministérios Públicos da infância, por meio dos Centros de Apoio Operacional, os CAOPIJs, recebem a denúncia instantaneamente. A denúncia é registrada no Disque 100 e, ao mesmo tempo, o Centro de Apoio Operacional dos Estados recebe a denúncia também no nosso sistema. Eles têm *login*, colocam o CPF e o *login*, recebem e acionam o promotor de execução que está preparado e que tem a atribuição de fazer o controle, inclusive da atuação do sistema de garantia de direitos.

Entendo que a Ouvidoria tem que promover a articulação, tem que articular as instituições de forma que, quando o cidadão entre, ele já tenha um aparato, tenha uma rede de acontecimentos que ocorram após a denúncia registrada, que faça com que ele perceba que: “Bem, acionei uma ouvidoria”, que seja a Ouvidoria de Direitos Humanos, “e quando liguei lá para saber o que aconteceu...”, e eles fazem isso, e eles têm que fazer mesmo, a população tem que fazer, e aí nós informamos: “A sua denúncia foi encaminhada para tal, tal e tal órgão; até agora nós não tivemos resposta, mas, se você quiser, nós podemos lhe fornecer o contato de lá”, até para que o cidadão já saiba: “Então, quer dizer que, em denúncias dessa natureza, eu posso procurar

um órgão aqui, na minha cidade, e o órgão que atua é tal órgão, é o Ministério Público, nesse caso é o Conselho Tutelar”. De repente, o Conselho Tutelar pode ficar a duas quadras da casa da pessoa e a pessoa ligou para Brasília para Brasília retornar a ligação para o Conselho Tutelar, que fica ali, do lado dela.

A Ouvidoria traz esse papel, esse novo protagonismo do cidadão. O cidadão que participa não só da vida pública, mas participa na avaliação da política pública. Às vezes, ele não sabe exatamente qual é o nome do programa que financia aquele órgão, aquele Creas que vai ajudá-lo, mas ele sabe que tem um idoso que é vizinho dele, cujo filho está pegando o cartão do benefício e o está usando para outra finalidade, e esse idoso está num estado de negligência, que logo, logo pode vir até a óbito. Quando a pessoa nos liga dizendo isso, é um cidadão dizendo: “Olha, os direitos, a dignidade humana não está sendo garantida aqui na porta ao lado da minha”. Nesse caso, nós entendemos que a Ouvidoria tem um papel fundamental. Por quê? Porque uma pessoa que sofre discriminação, uma travesti que sofre discriminação, liga para o 190, mas, por muitas vezes, não tem o atendimento que precisa ser dado a ela.

Existe um processo de revitimização muito grande que as ouvidorias têm que tomar muito cuidado, porque uma pessoa que liga buscando ajuda, se não é atendida de forma correta – ou se é tratada como uma “batata quente”... “Opa, deixa eu tirar logo daqui para ir para outro lugar” –, essa pessoa, enfim, pode desacreditar de vez de qualquer possibilidade de o Estado ajudá-la. E nós também acreditamos que o Estado não precisa chegar sempre de sirene ligada na casa da pessoa. Pode ser que nós consigamos fazer de uma forma que a população, ao perceber que a violação de direitos humanos, quando você negligencia, não denuncia, quando você deixa uma situação, que você está vendo, acontecer, isso não é ruim para a pessoa que está sofrendo a violência, é ruim para a sociedade como um todo. E aí, a questão da garantia dos direitos humanos significa que cada um é responsável por todos e que cada um tem a possibilidade real, por meio de um serviço preparado para isso, de fazer a sua denúncia, fazer a sua manifestação, pedir informações – a Lei de Acesso à Informação entrou na rotina da Ouvidoria de Direitos Humanos de forma marcante –, porque nós temos muitos pedidos de jornalistas, muitos pedidos do pessoal na Academia fazendo TCC, tese de mestrado, doutorado, de vários outros temas, e temos também outros órgãos públicos pedindo informações para poder subsidiar a avaliação das suas políticas.

Então, como a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos recebe do Brasil inteiro, nós temos a possibilidade também, reforçando a fala da Ouvidoria-Geral da União, desse papel de gestão, de poder entregar e falar: “Olha, no seu Estado, no seu Município nós recebemos tantas denúncias, nós acionamos tal rede e a rede funcionou assim, ou não funcionou, e, a partir daí, o Ministério Público, o gestor governamental, pode implementar ações para que, num próximo atendimento, numa próxima ligação, numa próxima busca por ajuda, a pessoa encontre o que precisava.

Nós tratamos muito do monitoramento da denúncia individual, em casos muito graves, mas, para nós, a Ouvidoria tem esse papel de gestão. E nós temos visto, em muitos Estados, que esses dados têm, de fato, ajudado no direcionamento da política, porque, quando nós colocamos as informações georreferenciadas, temos um retrato geral. Nós não achamos que isso seja um retrato da incidência da violência, mas podemos dizer que quem buscou ajuda nos trouxe essas informações. E essas informações – assim como você, no PPA, vê quanto você tem de recurso, qual a forma de execução e a que ação você chegou ao final – temos que considerá-las relevantes, pois representam a manifestação da população sobre se na sua cidade, e isso está se tornando muito comum, está acontecendo determinado tipo de violência, exploração sexual de adolescentes num determinado estabelecimento, que por muitas vezes já acionou os órgãos, mas nada aconteceu até agora.

Então, a partir do papel de Ouvidoria, nós reencaminhamos, dependendo da informação que seja dada, e é mais uma ferramenta de pressão da sociedade. Nós nada mais estamos fazendo do que dando o devido valor àquela fala; a pessoa traz uma manifestação que ela já levou, só que não foi dada a devida atenção. Quando você coloca lá o brasão da Presidência, coloca que isso caracteriza uma violação de direitos humanos e pede providências do gestor, o que você está fazendo é dando voz ao cidadão, dando poder ao cidadão, no sentido de que ele pode participar que vai ser ouvido, sim. Caso isso não aconteça, nós vamos pegar essas informações gerenciais e batalhar para que sejam feitos os ajustes na rede de atendimento, a fim de que esses ajustes promovam a garantia dos direitos fundamentais não só de crianças, mas de idosos e de pessoas com deficiência.

Nós estamos agora acompanhando o caso de Sorocaba, que é um caso gritante de violação de direitos humanos, em que órgãos já haviam sido acionados e, a partir da atuação *in loco* do Governo Federal, da Ouvidoria de Direitos Humanos do Ministério da Saúde, do Ministério Público, da Anvisa e de outros órgãos,

nós conseguimos começar um processo para tentar acabar com aquela... Não sei nem valora o nome do que está acontecendo ali, porque é uma situação deprimente a violação dos direitos humanos.

Pois, então, já para encerrar, eu queria só deixar claro que nós, que somos da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, temos todo o interesse em fazer com que essa liga de ouvidorias cresça cada vez mais e que as parcerias institucionais se fortaleçam e que a gente consiga criar modelos e seguir modelos que estão dando certo, porque, para gente construir uma democracia participativa efetiva, nós precisamos fazer com que a população acredite que as ouvidorias funcionem. E, para que as ouvidorias funcionem, é preciso que os gestores façam com que os órgãos que apuram, no nosso caso, deem vazão às denúncias que são recebidas. A Ouvidoria de Direitos Humanos está sempre aberta a receber manifestações, nós estamos tentando melhorar um pouco a questão da denúncia via *e-mail*, porque muitas vezes a gente recebe três linhas de denúncia e quando a gente manda para órgão da ponta ele fala: “Não tenho informações suficientes”. Então, acho que uma discussão interessante é: o que é fundamental para que a gente consiga formalizar uma manifestação, uma denúncia de violações dos direitos humanos. A partir desse escopo, a gente vai conseguir fazer com que a população também entre em contato, já nos dando as informações que a gente precisa para conseguir garantir a proteção das vítimas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque Direitos Humanos, Disque 100 da Presidência da República.

Deixem-me só... É um esclarecimento para mim, eu só quero apoiar todo o movimento. Mas tem aqui na mesa o Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores e tem também a Liga Nacional. É isso? (*Pausa.*)

A Liga de Ouvidorias, que vai no mesmo sentido, e também o Conselho Nacional. Muito bem. Parabéns.

Então vamos agora ao Assessor Parlamentar da Seppir, Renato Ferreira, Ouvidoria de Direitos Humanos.

O SR. RENATO FERREIRA – Bom, gostaria de saudar a todos pela presença neste evento tão importante, nesta audiência pública, gostaria de saudar o Senador Paim em nome da nossa Ministra Luiza Bairros, do nosso Secretário Mário Lisboa Theodoro e também do nosso Ouvidor Carlos Alberto que, justiça seja feita, só não está aqui hoje porque está fazendo um curso muito importante no Maranhão para defensores públicos da União, inclusive com esta pauta de promoção dos direitos dos quilombolas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não pude falar que era ouvidor, porque é isso então, ouvidor não é o Dr. Renato é o Dr...

O SR. RENATO FERREIRA – É o Dr. Carlos Alberto, que me pediu que viesse cumprir essa agenda Senador. Dada a importância do evento, a Seppir não poderia deixar de estar presente. Gostaria de agradecer e comunicá-lo dessa questão.

Vou falar um pouco do papel da Seppir, mais propriamente da ouvidoria, no que diz respeito à questão dos direitos humanos. Mas antes gostaria de fazer aqui uma digressão com as senhoras e com os senhores, acerca do tema que envolve a nossa política. Este tema, Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, não é um tema como outro qualquer na esfera dos direitos humanos. E por que estou chamando a atenção para isso? Porque todos os direitos humanos são contra-hegemônicos, todas as matérias de direitos humanos são contra-hegemônicas. Alguém citou aqui uma frase do Bobbio muito pertinente, um dos maiores autores que tratam das questões dos direitos humanos. Ele, com toda a razão, estabelece alguns nortes para gente poder interpretar os direitos humanos.

Mas aqui eu chamo a atenção para uma questão peculiar: enfrentar o racismo e promover igualdade racial dentro da esfera dos direitos humanos tem uma peculiaridade muito específica que faz com que essa luta em prol dos direitos humanos nesse assunto seja muito difícil.

O Estado brasileiro, ao longo de sua formação histórica, sempre relegou aos negros um papel secundário, subalterno, por que não dizer, excludente. E a sociedade brasileira, então, forjada nesta situação histórica e social de que o negro, aqui, tem um certo lugar, banalizou essa situação e, de certa forma, não se escandalizou com enormes violações de direitos humanos que, de tempos em tempos, são cometidas contra brasileiros negros e brasileiras negras.

Então, o papel dos direitos humanos, no que toca à questão da igualdade racial no Brasil, tem, impropriamente, uma dupla questão. A primeira de ser uma questão contra-hegemônica, como outra qualquer dos direitos humanos e, a segunda, de ser, especificamente no Brasil, a área em que a gente vai tentar o tempo todo nadar contra a maré. E aí há uma contradição. Quer dizer, a sociedade do Estado brasileiro, que tanto discrimina a população negra, é a mesma que, ao longo da história, nega a importância, a incidência e, por que não dizer, a densidade do racismo no Brasil.

Então, aqui, o papel da Ouvidoria da Seppir é muito peculiar, porque, para além de simplesmente encaminhar, também tem o papel de convencimento muito grande, que é anterior, que é o de mostrar para

as pessoas que nós só podemos funcionar com a visibilidade das questões, porque ainda há quem duvide; há quem duvide do racismo, ou da força, ou da densidade do racismo no Brasil. Mais informação sobre isso basta ver os argumentos que foram sustentados contra a política de cotas no Supremo Tribunal Federal, que dão bem a linha do que eu estou querendo chamar a atenção aqui.

Mas para que a gente possa, de uma maneira mais efetiva, acompanhar como a Ouvidoria da Seppir, propriamente, vem desenvolvendo o trabalho nessa condução, eu chamo a atenção para alguns marcos legais que, de certa forma, norteiam a atuação da Seppir nesse assunto.

Ali, evidentemente, a Constituição da República Federativa do Brasil, sobretudo na parte em que trata especificamente de colocar o racismo não mais como contravenção penal, mas como crime, repudiando o racismo e, posteriormente a isso, a Lei Caó, que, logo em 1989, regulamenta, então, essas práticas – e a gente não pode deixar de também citar os tratados e convenções internacionais contra a discriminação –, o Código Penal, e aqui, não é porque eu estou na presença, a questão da injúria racial, uma alteração que foi feita na Lei Penal por iniciativa do nosso Senador Paim, que estabelece a conduta de injúria racial e, mais recentemente, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 1.288.

Eu coloquei também na transparência, mas infelizmente não está aparecendo ali, o PNDH-3 – Plano Nacional de Direitos Humanos nº 3, que também trata dessa questão. A gente vem dialogando com a SDH na busca de efetivar essas questões.

Bom, o que é importante a gente ter em conta? Aqui, por parte da Ouvidoria, nós computamos aproximadamente 656 demandas, sendo que dessas ali, 74 ligadas a reclamações; 219 denúncias; 310 informações e dúvidas; 53 elogios e sugestões.

Eu vou me ater mais à questão da denúncia, que é um aspecto mais importante.

A denúncia tem um aspecto extremamente agravante, pois, ao ser levantado indício, mobiliza a Ouvidoria a atuar e acionar o Poder Público para averiguar o que pode, ali, ocasionar a aplicação de penalidades ou de promover ações de modo a inibir condutas. Aqui é que a questão do racismo toca de maneira mais forte.

Existem alguns doutos que, ao analisarem a situação específica do crime de racismo ou da própria injúria racial, detectam aquilo que se convencionou chamar de racismo institucional no aparelho Judiciário brasileiro.

Desde o funcionário lá da delegacia que, diante de uma situação de injúria racial, ou diante de um crime de racismo – e eu, como advogado anteriormente

à minha chegada à Seppir, trabalhei, alguns anos, na Comissão de Direitos Humanos da OAB, no Rio de Janeiro, pude diligenciar nesse assunto e perceber esse tipo de situação –, a autoridade policial não se sensibiliza com a necessidade de registrar, de fomentar e de levar adiante aquela situação discriminatória. Há sempre, ali, uma espécie de persuasão, muitas vezes, que constrange a própria vítima e que, muitas vezes, transforma a vítima no próprio agressor. Várias teses denunciam isso. Esse tipo de racismo institucional faz com que a gente tenha uma subnotificação ou sub-representação nos casos de racismo no Brasil.

E aqui eu gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a, Senador Paim. Está havendo nesta Casa, neste momento, um debate importante sobre a alteração do Código Penal. Se não me engano, é o PLS nº 236. E já há uma Comissão Especial discutindo o assunto.

A proposta que foi apresentada pela Subcomissão é a de reunir todas as figuras de discriminação racial no que toca aos crimes contra os direitos humanos, inclusive transformando o racismo em crime hediondo. Está certo? Daí também fariam parte a injúria racial e a figura nova do *apartheid*.

A Seppir constituiu um grupo de juristas especializados em direitos e em relações raciais, para que pudessem apresentar propostas a essa alteração do Código Penal, para que a gente pudesse dar mais efetividade ao combate ao racismo no Brasil.

A gente gostaria de contar com sua ajuda nesses encaminhamentos, inclusive com o Presidente da Comissão e com o próprio Relator. A gente espera contar com o senhor nesse termo.

É fundamental que a gente tenha a perspectiva de que um problema sério que ocorre no que tange à efetividade dos direitos humanos no Brasil é que, em relação à questão racial, muitas práticas de discriminação não são levadas a julgamento, não são sequer levadas ao conhecimento de todos, por conta de uma situação muito fática que a gente vê no dia a dia: a vítima não vê a autoridade como um aliado na promoção dos direitos humanos. Daí a importância das ouvidorias. A gente recebe lá as denúncias, e a maioria dos casos retrata exatamente isto: a pessoa recorre à Seppir, mesmo sabendo que, muitas vezes, o crime tem de ser apurado na esfera estadual. A injúria tinha de ser apurada lá, mas lá não se conseguiu fazer isso.

Tive de acompanhar, como advogado, um caso em que um rapaz não pôde entrar na agência bancária por três vezes. Ele ficou parado por três horas. Ele ameaçou tirar a roupa, não conseguiu entrar na agência, foi discriminado pela segurança. E, ao procurar a delegacia, ele não conseguiu sequer registrar o Boletim de Ocorrência.

A gente tem de lidar com essas situações e compreender como isso é importante. Estamos partindo, nesse assunto, de outro ponto de análise: há um grande racismo institucional que impede que os direitos humanos, no Brasil, em relação a esses temas, sejam efetivados.

Ali, a gente vai colocar, basicamente, pela análise que a Ouvidoria fez, quais são as principais demandas que chegam e dizem respeito à questão racial.

Ali, a gente vê agressões diretas ou de clarividência, comunidades tradicionais, muita intolerância religiosa. É impressionante como as pessoas ligadas à matriz de religiões africanas são discriminadas no Brasil! O jornal *O Globo*, certa feita, saiu com uma matéria bem interessante, mostrando pessoas que, se vão para o trabalho de branco na sexta-feira, estão na rua na segunda-feira. Ao expressarem sua profissão religiosa, aquilo que acreditam religiosamente na esfera de trabalho, sofrem uma discriminação violentíssima por parte de seus empregadores. E, quando vão às autoridades, há sempre uma persuasão no sentido de não registrar o ocorrido “porque não foi bem isso”.

Há casos em que há flagrante crime de racismo. E, como o crime de racismo é inafiançável, é imprescritível, então, dizem: “Vamos desqualificar essa conduta. Vamos colocar injúria racial, que já é mais brando”. Quer dizer, é uma figura típica que a gente desconhece. A gente poderia até dar um nome novo, sugerir um neologismo, e isso, talvez, pudesse se chamar de eufemismo constitucional. O constituinte quer que a conduta de racismo seja punida com o crime de racismo. Aí vem a autoridade, que entende que é injúria racial e que, nos casos de injúria racial, entende que é injúria, dando uma interpretação à Lei Maior, à Constituição, que o próprio constituinte não quis que fosse dada.

Vejam vocês que a questão da intolerância religiosa é seriíssima no Brasil. É um dos pontos em relação ao quais mais temos recebido demandas. Inclusive, já foi alvo de audiência pública aqui, nesta Casa, e tratado pelo próprio Senador esse tema de discussão, que está sempre voltando, mostrando como eles são desrespeitados.

Ali há algumas informações processuais.

A gente coloca peculiarmente como as situações nos são trazidas. As agências bancárias são verdadeiras campeãs nesse assunto. Há até uma manifesto no YouTube, o manifesto Porta na Cara. Não sei se alguém aqui já teve a oportunidade de assistir a esse manifesto, em que um rapaz branco entra, com o mesmo tipo de vestimenta, trajando uma bolsa com metais, numa agência bancária por várias vezes sem problema. Depois, eles trocam a pessoa: um rapaz negro, com a

mesma vestimenta, com a mesma bolsa, não consegue entrar em nenhuma agência bancária; toda hora, ele é barrado na porta. É impressionante o vídeo do manifesto Porta na Cara! As agências bancárias, por mais que a gente tenha denunciado, continuam sendo verdadeiras campeãs em matéria de discriminação contra as pessoas negras no Brasil.

Ali, mostramos as autoridades, as instituições de ensino. Aqui, a gente deve chamar a atenção para o fato de a LDB ter sido alterada pela Lei nº 10.639; e uma das reivindicações do Movimento Negro Brasileiro é exatamente essa.

O racismo na escola. Hoje essa questão se chama *bullying*, que a comunidade negra já sofre há muito tempo nas escolas brasileiras, como racismo. E há necessidade, então, dessa legislação que altera a LDB, mais especificamente a Lei nº 10.639, ser cada vez mais difundida nas escolas brasileiras, para que a gente consiga acabar com a prática discriminatória nas escolas.

Ali também em relação às seguranças, à Internet, a gente recebe muitas denúncias sobre *sítes* racistas. Ameaça à população quilombola, por exemplo. Ali, conflito de terra e questão racial, também capitaneando de maneira muito contundente a discriminação contra quilombolas no Brasil, mormente aqui em Brejo dos Crioulos, Rio dos Macacos, com situações muito sérias que retratam uma discriminação muito forte dessas comunidades.

Há também, ali, mais uma vez, a questão da celebração de cultos religiosos, de impedimentos. Sobre tudo em comunidades há registros de situações mesmo de perseguição a líderes religiosos, que têm de abandonar suas casas inclusive para que não percam a própria vida. Então, alguma coisa sobre recursos; administrativo e financeiro.

Qual o papel da Seppir? Ela tem encaminhado essas demandas para os órgãos competentes e responsáveis. Há muita dificuldade para monitorarmos o desdobramento dessas ações, por exemplo, sobre como a delegacia se portou em relação àquele caso; como o próprio Ministério Público ou o próprio Magistrado se mostrou naquele caso, em relação àquela conduta que foi levada.

Há, cada vez mais, por parte da Seppir, a necessidade de integração com esses órgãos, a fim de que recebamos as respostas dessas demandas o quanto antes e tenhamos um trabalho mais efetivo para a população.

Eu só queria chamar atenção, Senador Paim, já encerrando a nossa participação aqui nesse primeiro momento, deixando claro que aqui há uma situação específica de discriminação muito séria em relação

às pessoas que são vítimas de racismo. Imaginem vocês que as pessoas são discriminadas, procuram a autoridade policial, não são atendidas da maneira adequada muitas vezes, são persuadidas a não registrar o Boletim de Ocorrência, não são informadas dos seus direitos. Muitas vezes, em casos de injúria racial, por exemplo, há um prazo decadencial, não é? E se não for a vítima recorrer ao Poder Judiciário, a ação falece, porque a ação é privada. A ação falece e a pessoa nem tem direito à informação do que poderia estar buscando.

Então, cada vez mais o papel da Seppir é buscar, nesse caso, uma integração maior com os Poderes, com as demais ouvidorias, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública da União, onde, agora, nesse momento, a Seppir dá um curso de capacitação para defensores públicos, sobretudo quanto à questão quilombola. E esperamos que com esses esforços e também com a ajuda das senhoras e dos senhores, que trabalham em outras áreas de ouvidoria mas também podem ter relação conosco, cada vez mais efetivemos essa esfera específica dos direitos humanos, relegada ao plano do direito e das relações raciais, que tanto sofre para ser efetivada no Brasil.

Aqui há uma questão séria, para a qual a gente chama atenção, em que fazemos política, mas que não conseguiremos sozinhos operar essa transformação social.

Vejam, a decisão do Supremo Tribunal Federal, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e mais recentemente aqui nesta Casa a aprovação da lei sobre as cotas no ensino superior demonstram que o Estado brasileiro está saindo cada vez mais, nesse assunto, da esfera do simbólico e partindo para um campo da seara mais efetiva dos direitos.

Então, há necessidade também de a sociedade representada e organizada ajudar nessa caminhada. Aí, a gente conta também com os órgãos públicos, que têm obrigação de fazer esse diálogo com a sociedade, para nos ajudarem na efetivação dos direitos humanos, mormente no enfrentamento ao racismo, no combate à discriminação racial no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Renato Ferreira, Assessor Parlamentar da Seppir.

Quero dizer ao Dr. Renato que eu me sinto contemplado na íntegra com o seu texto ali, com a abertura. Eu fui Constituinte e juntamente com o Caó, o Edmilson e a Benedita, nós coordenávamos a redação que ficou no texto da Carta Magna do combate aos preconceitos.

Fui Relator da Lei Caó, na época. Fui o autor da lei de injúria, fui o autor do Estatuto da Igualdade

Racial e fui o Relator da política de cotas aprovada aqui. E na política de cotas – permita-me, Renato, dar esse gancho aqui neste momento – a desonestidade intelectual de alguns setores que são contra as cotas. Tu podes ser contra, é legítimo; mas tu não podes ser desonesto.

Alguém falou, num *blog*, uma bobagem tão grande – que eu só não vou chamar de maluco porque eu não quero ofender as pessoas que têm algum tipo de deficiência mental; eu estou ofendendo ele, o malandro que faz isso –, que nós tínhamos dito, aqui, no debate que houve na política de cotas – e, diga-se de passagem, que só houve um voto contra as cotas, só o do Senador que defendeu, e legitimamente, a opinião dele; nem o partido dele votou, foi praticamente unanimidade; no Supremo, foi unanimidade; mas o camarada lançou, então, bravo, porque perdeu o debate, talvez –, que só os negros trabalham. Olha que frase maluca essa! Desculpem as pessoas que... Uma bobagem tão grande! O que nós dissemos foi que não era justo que brancos e negros que trabalham durante o dia tenham que pagar universidade à noite, aí vem a cota social. O camarada distorceu isso. E houve um outro, também, desonesto intelectualmente, que pegou essa frase e lançou num jornal do Rio Grande do Sul, como se nós tivéssemos dito isso.

No Rio Grande do Sul, a política de cotas, por exemplo, só vai atingir 16% da população, que é proporcional ao critério adotado pelo próprio IBGE. Mas, felizmente, caminhamos bem, a política foi aprovada, e eu tenho certeza de que vai ser sancionada. O argumento mais sólido que eu entendo, que eu usei, foi quando nós mostramos que praticamente 90%, 87%, 90% da juventude brasileira estuda em escola pública. De 10% a 11% estudam em escola privada. E o que a lei diz? A lei é muito mais social do que outra coisa. A lei diz que 50% das vagas são para alunos de escolas públicas; e os outros 50% são só para os 10% das escolas privadas. Praticamente, é isso. Quando a gente explica isso, as pessoas nos dizem: “Mas, assim, fica uma enorme injustiça”. Daí, eu digo: “Calcule como era antes, então”. Porque aqueles que estão contra estão contra isto: que 50% das vagas sejam asseguradas para os 90% da juventude brasileira que estudam em escola pública. Aí, vêm aqueles que são desonestos, usam o espaço na mídia para confundir a população, dizendo: “A política de cotas nas escolas públicas é para negros e índios”. Eles não dizem que é para brancos, negros e índios, e que índios e negros ficarão, no máximo, com 20%, 25%, nos Estados como o da Bahia, por exemplo, onde a ampla maioria é negra; os outros 75% ficariam, aí sim, para os não negros.

A distorção é tão grande, bem como a má intenção e a desonestidade! É por isso que eu fico indignado. Agora, ser contra ou a favor é legítimo, porque é um processo democrático, qualquer um pode ser contra. Mas a forma que muitos colocam é que, às vezes, me deixa sem voz. Quando eu vou para o palanque, eu conto essa história, mas, felizmente, é a hora em que a população mais bate palmas, viu?, quando eu conto essa história, inclusive.

Mas vamos, Dr. Sebastião Coelho, para as considerações finais. Então, Dr. Sebastião, já a partir desse momento, o senhor tem cinco minutos. Eu começo com V. Ex^a, e cada um fará as suas últimas considerações.

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA – Quero agradecer o convite, a participação, a contribuição de todos, e tratar de dois aspectos.

Primeiro, o que foi trazido pelo Dr. Pedro, quanto à denúncia anônima. Os juristas têm uma grande resistência quanto a esta questão da denúncia anônima, mas a denúncia anônima que leve ao fato concreto tem que ser aceita. Não importa que alguém diga que a mulher, ou a criança, está em cárcere privado; o importante é que a autoridade pública, o Ministério Público, a Polícia vá àquele local e efetivamente constate que o fato é real. Se o fato é real, não importa a origem de onde ele veio. Eu assim penso. Então, a questão do anonimato é primordial para a integração desta política de realmente dar efetividade aos direitos humanos. Eu me ponho totalmente de acordo.

Com relação ao Dr. Renato, o último que aqui falou, eu queria dar um testemunho, na verdade. Houve uma propaganda, em determinado tempo, não sei se era institucional, que perguntava: qual o tamanho do seu racismo? Não sei se era institucional, não tenho certeza agora. Certa vez, no ano de 2000, comprei um Santana zero quilômetro em 36 vezes, a maior loucura que fiz, mas comprei. Na garagem do prédio do Tribunal, um colega, brincando comigo, disse: “Sebastião, veja que país maravilhoso o nosso, um negão como você andando em um carro destel!”. Então, veja, foi uma brincadeira, mas em que poderia estar embutido um pensamento dominante.

E ainda mais um testemunho. Estou há 21 anos na magistratura. Eu estava há menos de dois anos e, em um clube daqui de Brasília, houve uma pequena discussão sobre determinado assunto, e a manifestação da senhora a meu respeito foi dizer assim: “O clube que é culpado, por permitir um preto sujo como você entrar aqui”. Evidentemente que eu prendi a mulher. (*Palmas.*) Era um dia de carnaval, e fomos para a delegacia. A delegada também era negra. Bom, primeiro, ela disse que eu estava embriagado. Eu sou crente, eu não bebo. Segundo, ela disse que a delegada estava

me protegendo, porque eu era negro e ela também. O fato é que, na imprensa, a notícia que correu era a de um juiz bêbado. Lógico que isso é notícia. Como diz o Alexandre Garcia, nas palestras de que já participamos, se o cachorro morder o homem é normal, mas se o homem morder o cachorro é uma grande notícia. O fato é que o Congresso não estava funcionando, a imprensa queria ver o juiz bêbado que praticou alguma coisa, o que absolutamente era inverídico.

Mas o fato concreto é este: a discriminação existe, é patente. O negro, e eu falo isso até com certa emoção, é tolerado pela sua posição social, se ele for rico ou se tiver cargo importante. Essa é uma verdade neste País, que nós falamos, mas que algumas pessoas não gostam de ouvir.

Então, Renato, me ponho totalmente de acordo com sua manifestação. Alguém pode dizer assim: “Você é julgador e não pode falar”. Eu posso, porque sou cidadão. Antes de ser julgador, sou cidadão deste País que lutei como muitos lutam para conquistar seu espaço. Então, cumprimento-o efusivamente, cumprimento o Senador Paulo Paim por ser um defensor dessas causas das minorias.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sebastião Coelho da Silva, Desembargador Eleitoral, Ouvidor do TRE do DF. Meus cumprimentos.

Vamos agora à Dr^a Regina Fontes, coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal.

A SR^a REGINA FONTES – Eu queria também agradecer a todos a participação, agradecer à Comissão de Direitos Humanos pela iniciativa, agradecer ao Senador Paulo Paim por ter propiciado este momento de discussão, que é muito importante não só para descrevermos o nosso cotidiano, mas para compartilharmos experiências que nos chegam e que são vivenciadas por nós diariamente, com relação à participação e ao desejo do cidadão de ser ouvido, compreendido nas suas necessidades, nas necessidades do seu meio. Queria parabenizar a todos que, de uma forma diferente de se expressar, desejaram dar um nome a suas parcerias, que são ligas, cooperações, que estão, de uma forma geral, com o único objetivo de prestar um bom serviço ao cidadão, de deixar que ele seja ouvido na esfera pública, nas diversas áreas da Administração Pública.

Obrigada a todos por terem vindo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Regina Fontes, Coordenadora da Ouvidoria do Senado Federal, que aqui representou o Senador o Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra à Dr^a Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A SR^a ANA PAULA SCHWELM GONÇALVES

– Gostaria de parabenizar e agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite para esta audiência, que foi tão rica, com uma série de assuntos diversificados e de identidade de ouvidorias que até mesmo nem conhecíamos, nem sabíamos da existência. Então, acho que é importante termos este espaço para trocar essas experiências, essas informações, nos conhecermos pessoalmente, não só pelos boletins, pela Internet – nós pudemos aqui estar diante de cada um e cada uma – e dizer da importância deste trabalho conjunto, desta possibilidade, a partir do momento em que vamos nos conhecendo, de pensarmos num trabalho conjunto, numa parceria. Isso é fundamental para que possamos garantir e ampliar o atendimento aos cidadãos e às cidadãs, inclusive garantir também o aperfeiçoamento e a criação de novas políticas para essa população. Então, quero dizer que foi uma satisfação muito grande estar aqui. Mais uma vez, estamos à disposição para trabalharmos em conjunto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Passamos a palavra, neste momento, à Dr^a Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do DF.

A SR^a MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA

– Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste diálogo e frisar, mais uma vez, que o grande mérito da Ouvidoria é identificar na comunicação com o usuário do serviço público um instrumento de redução de conflitos e de melhoria dos serviços prestados e, acima de tudo, buscar proteger os direitos de todos, não só resolvendo, dentro da instituição, as suas demandas, mas também responsabilizando aqueles que ultrapassaram a margem tolerável de comportamento para que não voltem a infringir esses direitos.

Muito obrigada. O Ministério Público, mais uma vez, agradece estar aqui. Em nome também do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público do Brasil, nós agradecemos a oportunidade e nos colocamos abertos a promover essa grande rede de proteção aos direitos humanos de que o Brasil tanto necessita. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do DF.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Ouvidor da Secretaria de Justiça do DF, Dr. Hilton Soares Sacerdote.

O SR. HILTON SOARES SACERDOTE – Em nome da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, eu gostaria, imensamente, de agradecer esta oportunidade ímpar de aqui expor e ouvir experiências de vários ouvidores aqui. Eu, que estou iniciando, agora, um assunto que muito me palpita, que desejo muito, quero dizer o seguinte – a maioria dos que aqui estão é morador de Brasília: lá, na Secretaria de Justiça, temos – quando vejo aqui o assunto do cidadão a respeito da Coppir – a Coppir também, que trata desse assunto de igualdade racial; lá temos o grupo GVL; lá temos palestras de combate muito forte ao *bullying*, palestras em escola, e combate à pedofilia. Temos feito palestras muito fortes em escolas, em entidades. Também fazemos muitas palestras sobre drogas. Temos também um programa de atendimento à vítima, do nosso Secretário Alírio Neto – todos falam dos direitos humanos –, o Pró-Vítima. Há outros Estados que já têm, mas estamos com um trabalho muito forte hoje no atendimento a vítimas. Muito se fala em atendimento a outros, hoje não, nós temos o Pró-Vítima para saber o que aconteceu realmente com as vítimas.

A Secretaria é composta hoje de corpo jurídico, de pessoas que vão ao local do crime para estar ali presente para dar melhor atendimento às vítimas.

Senador, foi muito profícua esta reunião. Deixo aqui à disposição a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Quero agradecer aqui, em nome, mais uma vez, do Governador Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, e do nosso Secretário de Estado da Justiça, Deputado Alírio Neto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Hilton Soares Sacerdote, Ouvidor da Secretaria de Justiça do DF.

Vamos de imediato ao Dr. Ricardo Garcia França, Ouvidor-Geral Substituto da Controladoria-Geral da União.

O SR. RICARDO GARCIA FRANÇA – Nós também queríamos somarmo-nos aos outros e agradecer o convite e nos colocarmos à disposição, tanto especificamente a Ouvidoria-Geral da União quanto a CGU como um todo.

Acho que do conjunto de falas alguns temas de importância que surgiram várias vezes, essa característica de diversidade entre as ouvidorias, tanto em termos de estrutura, tema, forma de atuação, a necessidade de instrumentos de integração entre as ouvidorias e

sistemas de qualidade, desde sistemas informatizados, mas também sistemas de procedimentos, capacidade de tradução e qualificação da demanda do cidadão e, por fim, o tema do acesso à informação, que surge em relação a tudo isso.

É importante a gente continuar na conscientização, principalmente dos gestores públicos, da importância das ouvidorias. É claro que esse tema também é afeto a empresas privadas, o conjunto de ouvidorias que existe.

Com relação à nossa área de atuação no serviço público, é importante essa conscientização do papel das ouvidorias, porque o cidadão já se conscientizou, o cidadão já entende a Ouvidoria como seu espaço de diálogo, e amadurecer o debate, inclusive o debate legislativo, com relação a uma reflexão com as funções, estruturas, prerrogativas das nossas ouvidorias públicas, enfim, com o objetivo de criação de um modelo brasileiro de ouvidoria, um modelo inspirado na experiência internacional, na experiência do passado, mas que, no final das contas, se constitui num desenho próprio de ouvidoria – como a gente pode dizer? – feita com um alfaiate, nas medidas do cidadão brasileiro, da necessidade da sociedade do Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Garcia França, Ouvidor-Geral da CGU – Controladoria-Geral da União.

Passamos a palavra ao Dr. Eduardo Duailibi Muri, Ouvidor do Tribunal de Contas da União (TCU).

O SR. EDUARDO DUAILIBI MURICI – Senador Paulo Paim, eu gostaria também, em nome do Tribunal de Contas, de agradecer a oportunidade de estarmos aqui debatendo num evento da maior significância para a sociedade brasileira.

A nossa Ouvidoria foi criada em 2004, já tem um tempo de maturação nesta área e, com a Lei de Acesso à Informação, nós temos agora um trabalho redobrado, que é de ampliarmos significativamente o nosso acesso ao cidadão. Estamos empenhados, lá no tribunal, nesta vertente de nos aproximarmos mais da sociedade e abrirmos mais os nossos arquivos, os nossos trabalhos, para darmos acesso ao cidadão, porque informação é poder e o cidadão, com poder, com a informação na mão, pode nos auxiliar muito no controle dos gastos públicos federais.

Eu queria só aproveitar a ocasião, Senador, e mostrar ali na tela, o portal do TCU, em que se tem acesso à informação. Pode clicar ali que vai abrir o formulário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui tudo é ao vivo. É por isso que acontecem

esses detalhes. E quem está assistindo já ficou em silêncio: “O que aconteceu lá?”.

Enquanto localizam aí, eu vou aproveitando o gancho, porque aquilo que eu falei eu sei que muita gente vai me perguntar depois, relacionado inclusive com a sua fala. Nós temos pedido um estudo das contas da Previdência da Constituinte até hoje: receita, despesa, aquilo de que abrimos mão, o que deixamos de arrecadar e por que abrimos mão. Isso vai ser interessante para o debate que vamos travar ainda este ano, para assegurar o fim do fator e o reajuste real dos aposentados.

Houve um compromisso aqui do Dr. Eduardo Duailibi Murici, do Tribunal de Contas da União, de receber um pedido formal da Comissão. Eu o farei em nome desta Comissão e também em nome da Comissão de Trabalho e Previdência, que é uma Subcomissão que eu coordeno, para que se faça esse estudo. É claro, no tempo possível.

E daí, doutor?

O SR. EDUARDO DUAILIBI MURICI – Essa é a tela com o formulário. O cidadão, ao entrar no portal do Tribunal de Contas da União, clica e abre esse primeiro formulário, em que registra a sua informação, o seu pedido. Isso entra no nosso sistema, lá na Ouvidoria, e aí nós vamos fazer a triagem, dar todo o tratamento e até a resposta para o cidadão, tudo via Sisouv, o sistema nosso.

Esse sistema está disponível para qualquer órgão. Gratuitamente, o Tribunal serve a qualquer órgão.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Dr. Eduardo Duailibi Murici, ouvidor do Tribunal de Contas da União (TCU).

Agora vamos a quem participou da última Mesa. Passamos a palavra ao Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, da Presidência da República.

O SR. PEDRO COSTA FERREIRA – Pois bem, assim como os demais colegas, eu gostaria de agradecer, em nome da Secretaria de Direitos Humanos e também em nome do Ouvidor Nacional, Bruno Renato Teixeira, o convite e parabenizar o Senador por sua atuação, até porque eu acho que a população precisa participar desse debate, precisa saber que esses órgãos estão trabalhando, as ouvidorias, e que são formas efetivas de a população entrar em contato com os órgãos. Ela tem que saber da existência, tem que discutir, tem que criticar, porque esse instrumento só conseguirá alcançar mesmo o seu potencial a partir desse tipo de atuação, a partir do conhecimento da população sobre o seu funcionamento e da discussão

de como devem atuar as ouvidorias com referência às questões de direitos humanos no Brasil.

Além disso, eu queria reforçar a importância de divulgar ações de intersetorialidade, assim como acontece com a liga das ouvidorias, que é um trabalho que temos de fazer de não revitimizar o cidadão, de fazer com que o cidadão entre por qualquer uma das portas e tenha o tratamento adequado, e a importância de associações como a ABO e também a Anop, que é uma Associação Nacional de Ouvidores Públicos. Quando se trata de ouvidoria pública, é importante que tenhamos a noção de que as ouvidorias, de forma geral, envolvendo as ouvidorias das empresas, dizem respeito a uma relação entre um cliente e uma empresa; o que está sendo discutido ali é um serviço, um produto. Nas ouvidorias públicas, a relação é entre o cidadão e o Estado, e o que está sendo discutido ali é o direito. Então a perspectiva muda muito, e isso dá outra característica para as ouvidorias públicas.

Fiquei muito feliz de ouvir a fala dos colegas, dos ouvidores e ouvidoras, e de perceber que estamos caminhando para a construção de um sistema de ouvidorias, como a Ouvidoria-Geral da União tem trilhado, que garanta que a população se sinta protegida na sua dignidade humana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Dr. Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque Direitos Humanos – Disque 100 da Presidência da República.

Para encerrar, entre aqueles que usaram a palavra, Renato Ferreira. Dr. Renato Ferreira é assessor parlamentar da Seppir. O Dr. Renato Ferreira eu conheço já de algumas caminhadas, não é, Doutor?. Tive a alegria de lhe conhecer em uma época em que eles estiveram aqui, acho que eram recém-formados, você e o Thiago. Daí, um deles começou a trabalhar comigo, pela exposição que fez, que foi o Dr. Thiago. Hoje, o Dr. Renato assessora a Seppir e o Dr. Thiago, o Ministro Mercadante pediu e ele foi, então, cedido para o Ministério da Educação e está lá na assessoria direta do também Dr. Mercadante.

Dr. Renato Ferreira com a palavra.

O SR. RENATO FERREIRA – Quero mais uma vez agradecer aqui em nome da Seppir, da Ministra Luiza Bairros o convite. O senhor sempre trazendo essas pautas importantíssimas para a discussão! Esta de hoje está ligada ao trabalho das ouvidorias e da promoção dos direitos humanos. Gostei muito da fala do Desembargador Sebastião. De fato, há uma identidade e um reconhecimento muito grande de muitas autoridades no Brasil de que isso precisa mudar. O que nós precisamos fazer cada vez mais é integrar essas ações. Há muita gente no Brasil, muita gente

boa fazendo muita coisa, mas ainda de maneira muito dispersa. A gente precisa integrar um pouco essas ações e talvez o papel da Ouvidoria da Seppir seja também rumar mais nesse sentido.

Uma outra questão é que a Seppir tem um e-mail que é o Seppir.ouvidoria@planalto.gov, Seppir com pp, em que a gente recebe lá as demandas, boa parte das demandas relativas à questão das relações raciais, discriminação etc. O trabalho é intenso porque a gente sabe que, infelizmente, a discriminação não para. É no supermercado, na porta de banco, nas relações de trabalho. E qualquer tipo de solicitação que for feita à nossa Secretaria, imediatamente, a Ouvidoria se coloca à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Também gostaria de dizer que foi colocada aqui uma situação importante de alguns intelectuais que tratam das relações de direitos humanos e que são referenciais importantes para a gente debater. Mas nós, no Brasil, temos um intelectual importantíssimo, já falecido, que era o pedagogo Paulo Freire, e que sintetiza muito essa ideia que o Senador conseguiu conjugar hoje de trazer vários órgãos de ouvidoria aqui para o debate. O Paulo Freire dizia que ninguém liberta ninguém, que ninguém se liberta sozinho; que as pessoas só se libertam em comunhão. Então, para a gente poder levar os direitos humanos à prática, eu acho que é exatamente dessa comunhão que a gente está tratando aqui hoje neste evento que V. Ex^a promoveu tão bem, Senador Paim.

Parabéns! Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Renato Ferreira, Assessor Parlamentar da Seppir e que faz assessoria para a Ministra Luiza Bairros.

Eu deixei para final, para que fizesse também a sua explanação, o Dr. Edson Luiz Vismona, pela simbologia das entidades de caráter nacional, já que ele é presidente da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO).

O SR. EDSON LUIZ VISMONA – Senador Paim, eu quero, primeiro, fazer um agradecimento pessoal. Eu tive o privilégio de ser apresentado ao Instituto da Ouvidoria em 1990 e me apaixonei por esse tema, especialmente por ser essa uma necessidade sempre premente do nosso cidadão brasileiro de ter esse mecanismo institucional de comunicação, de defesa dos seus direitos junto ao Poder Público e às empresas privadas. Então, desde 1990, eu venho trabalhando nesse instituto e eu fico extremamente grato, Sr. Senador, por esta oportunidade, porque, ao nos depararmos com esta audiência pública, nós percebemos, com todas as apresentações ricas que foram aqui demonstradas, a

importância cada vez mais forte da presença da ouvidoria na nossa realidade institucional. Isso para mim pessoalmente representa uma grande satisfação.

E também em termos institucionais, porque a ABO, a Associação Brasileira de Ouvidores de Ombudsman sempre teve como foco o cidadão. Por isso é que nós não temos de forma muito clara essa diferença entre o público e o privado, porque para nós o cidadão é usuário dos serviços públicos, ele tem os seus direitos, os seus deveres e ele também é consumidor, ao mesmo tempo – a gente não consegue dissociar isso. Nós da ABO sempre defendemos, então, a abordagem do tema ouvidoria, de forma temática, então sempre incentivamos a instituição de fóruns temáticos da ouvidoria pública. E, dentro da ouvidoria pública, as ouvidorias da saúde, da educação, da segurança, dos tribunais de justiça, do Ministério Público, porque cada um desses setores tem uma realidade própria. Nós temos que incentivar a integração, a discussão desses temas, porque cada um tem as suas peculiaridades, que se unem numa grande visão mais sistêmica.

O mesmo ocorre regionalmente. Nós incentivamos a instituição de seccionais nos diversos Estados. Já temos várias seccionais estruturadas, inclusive aqui no Distrito Federal, porque também existe uma raridade regional no espaço territorial.

O que representa essa visão é essa proposta que foi aqui discutida, que é a visão sistêmica. Isso é fundamental. O cidadão não consegue ver o Estado de forma segmentada. Nós temos essa visão da repartição, e esse nome já tem uma força muito grande. O Estado é repartido em dependências, por exemplo, quem pega um organograma do Estado vê como ele está dividido, de forma muito complexa, e o cidadão não vê isso. Ele vê o Estado, ele vê a ideia de união, que o Estado é o responsável. Ele não sabe se tem que caminhar para a secretaria a ou b, para a coordenadoria a ou b, ele vê isso como um todo.

E, privilegiando essa visão do cidadão, temos que intensificar essa visão que foi aqui colocada por diversos dos nossos ouvidores e ouvidoras de buscar sempre uma integração, uma busca de trabalho em rede, a viabilização de sistemas de contato entre os diversos ouvidores, porque muitas vezes o ouvidor procura o Tribunal Regional Eleitoral, chega ao Dr. Sebastião, e ele começa, pela primeira vez tendo acesso a alguém que dá ouvidos a ele, a falar também de problemas da área de saúde, de segurança, da questão da discriminação, de questões mais amplas. Se ele recepcionar isso e fizer com que essa manifestação seja encaminhada para um setor competente, será um avanço significativo no relacionamento do cidadão com o Poder Público.

Então, Senador Paim, esta oportunidade nós tivemos aqui nesta audiência pública, de fortalecer esses elos e, a expensas ricas que foram aqui representadas, fortalecer essa presença institucional, essa visão institucional.

A Associação Brasileira de Ouvidores está à disposição, Senador, de todos os ouvidores para intensificar esses processos de integração e fortalecer eventualmente convênios, para que possamos efetivamente criar essa visão mais sistêmica e essa ação sistêmica em defesa do cidadão.

Eu queria, mais uma vez, agradecer, Senador, por esta oportunidade, colocar à disposição a nossa Associação Brasileira pelos seus fóruns temáticos, pelas seccionais existentes, para fortalecermos cada vez mais esses importantes elos de fortalecimento da cidadania.

Por fim, Senador, não regimentalmente, eu gostaria de fazer um pedido para parabenizar aqui a Comissão de Direitos Humanos porque recebeu agora, como integrante do quadro funcional do Senado, uma batalhadora dos direitos humanos, forjada na luta dos direitos humanos, especialmente na área da reforma agrária, a Tânia Andrade, com quem tive o orgulho de trabalhar num período de governo. Quero parabenizar, então, a Comissão de Direitos Humanos do Senado por termos aqui, deste novo concurso, os recentemente empossados, os novos integrantes do quadro administrativo. E reencontrar a Tânia aqui foi uma grande satisfação. Isso reafirma essa vocação dos direitos humanos no nosso Senado Federal, especialmente com a Presidência do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Edson Luiz Vismona, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores.

Eu só quero agradecer a todos por este momento tão importante, quando o Brasil conheceu mais o serviço dos ouvidores e ouvidoras, e todos aqueles que dedicam a sua vida por esta causa.

Com certeza esse fechamento aqui feito agora pelo Presidente da Associação Brasileira de Ouvidores [e ouvidoras] – V. Ex^a que deu o destaque – mostra o compromisso de todos nós. Quero agradecer pessoalmente então. Agradeço a Dr^a Ana Paula Gonçalves pela presença, agradeço a Dr^a Regina Fonte, agradeço o Dr. Sebastião Coelho da Silva, o Dr. Edson Luiz Vismona, agradeço a Dr^a Maria Rosynete de Oliveira Lima, o Dr. Hilton Soares Sacerdote, o Dr. Ricardo Garcia França, o Dr. Eduardo Duailibi Murici e, por fim, o Dr. Renato Ferreira e o Dr. Pedro Costa Ferreira, dizendo a todos que todas as propostas encaminhadas, inclusive aque-

la da ligação do cidadão diretamente com os órgãos públicos, nós vamos tentar viabilizar aqui na Casa.

A assessoria pegou todas as propostas que foram resumidas e nós faremos o devido procedimento para avançar ainda mais nesse espaço tão importante que é o da ouvidoria.

Eu me lembro, logo que cheguei aqui eu tive a ousadia de apresentar um projeto também, tão forte era o racismo. E não diminuiu, mas se olharmos para trás, avançamos. Hoje temos a Seppir, temos um Ministro no Supremo Tribunal Federal que é negro, temos pelo menos um Senador negro e temos alguns Deputados Federais também negros. E eu coloquei uma ouvidoria específica para o combate aos preconceitos. E daí avançou e ampliou para uma ouvidoria-geral, o que acho que foi adequado e correto, instalada a partir do Presidente Sarney, se não me engano. Então estamos vivendo também esse grande momento.

Só agradeço a todos. Não é preciso grandes discursos, porque o trabalho é apenas uma etapa, continua, e com certeza avançaremos muito mais.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatorze minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Davim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim e Paulo Davim. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira Parte: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 87 de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o serviço exterior brasileiro. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Participantes: Helena Maria Calil, Vice-Presidenta da Associação

Brasileira de Transtornos Afetivos – ABRATA; Daniel Fuentes Moreira, Diretor da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia – SBNp; Iane Kestelman, Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA, Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP. 2ª Parte. Pauta. Item 1. Requerimento Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 94, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a questão racial na reforma do Código Penal. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 95, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o envelhecimento no Brasil, desafios e possibilidades. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 96, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o sindicalismo no Brasil. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 97, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o direito de greve no Brasil. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 98, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a desoneração da folha de pagamento e as relações com os movimentos sociais. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 99, de 2012, que requer, nos termos do Artigo 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada em definitivo do Requerimento nº 61, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o qual versa sobre inspeção nas plantações de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo, nos Municípios de Araraquara e São Carlos. Autoria do Projeto: Senador Wellington Dias. Resultado: Aprovado. Usa a palavra o Senador Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador PAULO DAVIM

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Vamos dar início à audiência pública, nos termos do Requerimento nº 87, de 2012, da CDH, aprovado em 09/7/2012, de autoria do Senador Paulo Davim, para debater o tema: Psicofobia é um Crime?

Para compor a Mesa, convidamos Iane Kestelman, Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA).

Convidamos o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Convidamos o Dr. Daniel Fuentes Moreira, Diretor da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, em substituição ao Sr. Leandro Malloy-Diniz, que é o Presidente.

Convidamos a Drª Helena Maria Calil, Professora titular da Universidade Federal de São Paulo, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transtornos Afetivos (Abrata).

Informamos que esta audiência pública está sendo gravada pela TV Senado e deverá, nos próximos dias, ir ao ar.

Queremos agradecer a presença dos senhores convidados que se dispuseram a deixar seus afazeres e estar presentes aqui no Senado Federal para discutirmos um tema tão relevante para a saúde pública do Brasil. Agradeço penhoradamente a presença dos senhores. Da mesma forma, pedimos desculpas pelos contratempos que tivemos, mas esse tema é tão importante e o objetivo é tão nobre, que essas dificuldades, tangenciamos e buscamos sempre acertar e contribuir com a nossa ação parlamentar e ação profissional de cada um dos senhores.

Iniciando a primeira participação, convido a Drª Helena Maria Calil, Professora titular da Universidade Federal de São Paulo, para as suas considerações iniciais, no tempo de 10 minutos.

Por favor, Drª Helena Maria.

A SRª HELENA MARIA CALIL – Muito obrigada, Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Davim. Agradeço o convite para participar dessa audiência pública. De fato, acredito na importância e relevância desse tema. Titubeei um

pouco aqui porque eu, como professora universitária, não costumo falar sentada, é meio estranho para mim.

Quanto ao nosso tema, Psicofobia é um Crime?, preparei um material para apresentação. Como eu disse, sou Professora da Unifesp, Professora titular de Psicofarmacologia e Vice-Presidente da Abrata – Associação Brasileira de Familiares Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos. Transtornos afetivos é transtorno do humor atualmente, que engloba depressão e transtorno bipolar.

Sou também membro de um comitê de defesa de pacientes bipolares numa associação internacional de transtornos bipolares, que organizou esse comitê como uma ponte entre as organizações de defesa dos pacientes e que estabelece parceria com essas associações para encontrar maneiras de educar os indivíduos, as comunidades, os governos, e um esforço conjunto para combater o estigma associado com o transtorno bipolar, criar condições para que os pacientes possam viver uma vida plena.

Quando nós falamos em transtorno bipolar, transtorno bipolar é uma doença cíclica que tem períodos de depressão, em geral depressão grave, profunda; períodos de normalidade e outros períodos de mania, isto é, agitação, aceleração. Então, o peso da doença do transtorno bipolar é muito grande em termos dos sintomas, como eu estava dizendo; em termos de processos cognitivos; do seu tratamento, que tem um custo econômico muito alto; de comorbidade, quer dizer, ela se associa com outras doenças, como, por exemplo, o uso e abuso de álcool e drogas, e o estigma que essa doença apresenta.

Mais ainda: quando vamos analisar o peso da doença do transtorno bipolar, vamos ver que, na prática clínica, o peso do estigma e da comorbidade é muito maior ainda do que aquele que é inicialmente percebido. Essa doença tem um estigma muito grande.

Próximo, por favor.

O estigma é um problema muito real para as pessoas que têm doença mental em geral. Por quê? Porque é baseado em estereótipos, é um julgamento negativo, moldado pela sociedade e baseado num traço pessoal. Nesse caso, ser portador de transtorno bipolar, ser instável, ter altos e baixos.

Então, quando alguém parece ser diferente da gente, quer dizer, voltando a falar do estigma, nós podemos vê-lo ou vê-la de uma maneira negativa e estereotipada. Ignorância no sentido de falta de conhecimentos, imagens inadequadas em filmes e outras mídias são alguns dos fatores que contribuem para o estigma em relação ao portador do transtorno bipolar.

Portanto, estigma é uma realidade para as pessoas com transtorno bipolar e elas relatam que o modo

como os outros as julgam é uma das maiores barreiras para que consigam levar uma vida completa e satisfatória. Os efeitos prejudiciais do estigma em relação a transtorno bipolar levam à negação da doença pelo paciente, na tentativa de achar que nada está errado ou pela necessidade de preservar uma percepção normal de si mesmo. Na Abrata, no dia a dia, com portadores, mesmo pessoas que estão lá ajudando outras, que foram treinadas como facilitadoras de grupos de autoajuda, elas discutem o autoestigma por terem essa doença, o que leva também muitos a recusar a busca de tratamento; leva à rejeição pela família e amigos, dificultando a capacidade do paciente de conseguir manter o equilíbrio, o estado de equilíbrio – o que é possível com o tratamento medicamentoso e psicoterápico – e por falta de uma rede de apoio tradicional.

Essas pessoas, então, vão ter dificuldade de achar ou manter um emprego e discriminação no trabalho.

Continuando, podem ter problemas na escola quando a doença se inicia precocemente – pode começar até na infância. O fato de receber um diagnóstico, um rótulo, assim chamado, leva a percepções errôneas, suposições também, dificuldade, muitas vezes, de encontrar moradias, porque é uma pessoa instável, que fica sujeita à violência física ou *bullying*. E ainda temos a cobertura inadequada dos planos de saúde para as doenças mentais, baseada em suposições que guiam a recusa de fornecer igualdade a esses pacientes.

Juntos nós podemos combater o estigma. Como? Com educação e cooperação entre os vários setores: associações profissionais, associações de defesa de portadores da doença e o governo, os agentes reguladores. Então, vamos lutar contra o estigma. Um exemplo: estacionamento para deficiente físico. Todo mundo aceita facilmente um deficiente físico. Alguém foi lá e colocou embaixo: “Eventualmente usado por deficiência mental”. Quer dizer, falta de educação não é deficiência mental. Então, é uma ignorância muito grande.

Muito obrigada.

Um segundinho só, vamos passar para outra mídia para encerrar a minha apresentação, que é uma gravação de uma atriz, feita gentilmente para a Abrata, que foi veiculada há alguns anos na mídia, mas de uma maneira muito limitada. É a Cássia Kiss. Nós não estamos ouvindo o som, o que seria muito importante. Será que tem como? (*Pausa.*) Tem? Então, vamos voltar, por favor.

Cássia Kiss já declarou que tem transtorno bipolar. Então, transtorno bipolar tem depressão e mania. São duas faces da doença.

Não está liberado o som? (*Pausa.*)

Nesse vídeo, Cássia Kiss fala muito claramente da doença, dessa alternância de estados.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª HELENA MARIA CALIL – Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos à Drª Helena Maria Calil pela brilhante exposição.

Vamos ouvir as considerações do Dr. Daniel Fuentes Moreira, Diretor da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia.

Por favor, Dr. Daniel, para as suas considerações.

O SR. DANIEL FUENTES MOREIRA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de também agradecer muitíssimo ao Senador Paulo Davim por essa oportunidade – convite do Prof. Antônio Geraldo –, para aqui representar a Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, que é uma entidade que reúne, aglomera profissionais das neurociências. São profissionais que têm uma atuação clínica, acadêmica e científica relacionada a transtornos mentais.

O que tenho para colaborar aqui com vocês? Mais do que falar de um transtorno em específico, só para atualizar, eu também sou Diretor do Serviço de Psicologia e Neuropsicologia no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas. O IPq tem já, por iniciativa própria, todo um programa de ação e de combate do estigma ao paciente de saúde mental. Hoje chamamos esse projeto de IPq Portas Abertas. Qual é a intenção? O que nós temos é que, no Brasil, cerca de 50 milhões de pessoas sofrem de algum transtorno mental, cerca de pouco mais de 20% da população. Esse número alarma as pessoas. Algumas agem até com dificuldade de acreditar nesse número. Por quê? Porque sem perceber nós agimos de maneira preconceituosa. Quando se fala de transtorno mental, as pessoas pensam nos transtornos mentais mais graves, que acometem cerca de 1,5% da população. Mas todos nós temos, na família, pessoas que sofrem de transtornos mentais, dos graves aos leves, e sabemos o quanto nossos familiares, amigos, parentes não têm a mesma oportunidade de desenvolver todo o seu exercício de cidadania.

Vou dar um exemplo muito simples. Nós trabalhamos, na Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, com pessoas que têm transtornos mentais, sejam eles primariamente psiquiátricos ou primariamente neurológicos. São pessoas que, muitas vezes, são acometidas de pequenos déficits, déficits que não deixam a pessoa completamente inadequada. Ela não vai precisar ser internada, o quadro dela não exige uma intervenção aguda, mas um acompanhamento ambulatorial. Ainda assim, essas pessoas seguem, por exemplo, o que é muito comum, com déficits cognitivos, com dificuldades de atenção e de memória.

Nas leis de cotas, temos reservas de vagas para deficientes físicos. Essa é uma população que, a partir da reserva de vagas, passa a ter a oportunidade de fazer o seu papel na sociedade, de assumir cargos. Agora, o doente mental não tem essa oportunidade. Não existe a categoria de doença mental. Primeiro, porque a doença mental não é incapacitante. Algumas poucas doenças mentais são incapacitantes em períodos de crise e, sobretudo, na imensa maioria das vezes, quando não são tratadas ou quando são maltratadas.

Para fechar, gostaria só de deixar um alerta maior para compreendermos como é importante o combate do preconceito ao doente mental. Em muitos dos transtornos mentais, os sinais são sutis, são leves, mas são evidentes para qualquer um de nós e nós fazemos vista grossa. Vamos olhar outras culturas. Vou pegar aqui o exemplo da cultura norte-americana. Na cultura norte-americana, de tempos em tempos, jovens invadem escolas, invadem grandes centros e promovem uma série de assassinatos, um grande assassinato em massa. Quando a gente olha a história pessoal desses jovens fica evidente que todos os seus colegas e familiares sabiam que aquele jovem tinha algum problema, que ele não estava bem, ele mostrava esses sintomas. Mas a gente vê que, de alguma forma, os familiares não buscam ajuda. Por quê? Porque é um jovem que ainda não apresentou um quadro grave. Ele não apresentou um surto psicótico, algo que destoa e no qual fique evidente que não dá para fechar os olhos. Mas os sintomas de um desequilíbrio, de um transtorno mental, são evidentes anos antes de um grande episódio trágico como os que a gente vê. Meu alerta é: o preconceito dentro de cada uma das famílias é, em grande parte, um impeditivo para o diagnóstico no tratamento de pessoas com transtornos mentais. Acredito que seja dever do Poder Público auxiliar as pessoas a receber informações, disponibilizar tratamento e, sobretudo, entender o transtorno mental como algo corriqueiro, comum e não necessariamente grave. Quantos desses episódios não teriam sido evitados se essas pessoas tivessem sido assistidas?

Termino aqui com o alerta de que o Brasil já inaugurou seu primeiro episódio de assassinato em massa de jovens, feito por outros jovens.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Daniel, pela sua brilhante exposição.

Vamos ouvir as considerações da Drª Iane Kestelman, Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA).

Por favor.

A SR^a IANE KESTELMAN – Antes de mais nada, Senador, eu queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui hoje levantando um tema de tanta importância, não só para os portadores de deficiência mental, mas para toda a sociedade brasileira.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), que é uma associação de portadores de TDAH. Não somos uma associação profissional; somos a sociedade civil organizada buscando a inclusão e os direitos das pessoas portadoras do TDAH.

Vou começar a minha exposição, brevemente, passando uma visão geral do que é o TDAH, porque provavelmente muitos de vocês não sabem o que é o TDAH. O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a vida. Caracteriza-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. A prevalência desse transtorno na população brasileira é de 4% a 6%, uma prevalência grande.

É importante registrar quem reconhece o TDAH no mundo. Mais à frente vocês vão entender o porquê dessa afirmação. O TDAH é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), através do Manual de Classificação Internacional de Transtornos Mentais e do Comportamento, e recebe o código de F90.0. O Brasil é signatário da Organização Mundial de Saúde, através do Ministério da Saúde.

Quem reconhece o TDAH no Brasil? Alguns exemplos: a Associação Brasileira de Psiquiatria, representada aqui pelo nosso Presidente Antônio Geraldo; a Academia Brasileira de Neurologia; a Sociedade Brasileira de Pediatria; a Associação Médica Brasileira e dezenas de outras entidades, universidades e renomados pesquisadores.

Essas instituições todas que acabei de citar reconhecem que existem mais artigos científicos publicados sobre TDAH do que sobre os demais transtornos em psiquiatria. Reconhecem também que existem centenas de estudos científicos mostrando alterações na anatomia e no funcionamento cerebral no TDAH. Reconhecem também que os artigos científicos de autores brasileiros mais citados por cientistas em todo o mundo, em todas as áreas da ciência, são sobre o TDAH. Não temos dúvida de que o TDAH é uma condição neurológica.

Essas instituições, essas associações, essas entidades reconhecem também que as consequências do não tratamento do TDAH são: menos anos de educação completados – todos os dados que estou mencionando são baseados em pesquisas científicas

–; reconhecem que há mais abuso de drogas entre os portadores de TDAH; menor autoestima; habilidades sociais pobres; mais tentativas de suicídio; maior isolamento social; maior número de comorbidades psiquiátricas. Ou seja, 70% das pessoas portadoras de TDAH têm outra doença associada: depressão, transtorno de ansiedade, transtorno bipolar, como foi dito anteriormente, e também mais acidentes de trânsito, mais acidentes domésticos, por conta da desatenção, e de maior gravidade.

Reconhecem também que há um comprometimento grave no âmbito escolar para essas pessoas. As pesquisas mostram que essas pessoas possuem 2,5 anos a menos de estudo do que os não portadores de TDAH. Reconhecem também que os portadores de TDAH permanecem empregados em função de menor importância na vida adulta, não são capazes de desenvolver todo o seu potencial.

Um gráfico rápido, de uma pesquisa que foi realizada, entre várias, nos Estados Unidos. O item em vermelho são as pessoas portadoras de TDAH, o azul é o grupo-controle, os que não têm TDAH. Vocês podem ver, pelo gráfico, que a gravidez na adolescência em portadores de TDAH é de 38%, enquanto nos não portadores de TDAH é de 4%. Doenças sexualmente transmissíveis: 17%, contra 4% dos não portadores. Transtorno de uso de substância, que é abuso de drogas: 52% nos portadores de TDAH contra 27% nos não portadores. Doenças e acidentes: temos 46% de prevalência nos portadores contra 15%. E acidentes de trânsito: 49% de portadores contra 11%.

Apesar desses dados que acabei de mostrar para vocês, pesquisas científicas, dados, gráficos, dados absolutamente fidedignos, no Brasil, alguns “especialistas” – entre aspas – dizem na mídia: “Pais usam a droga da obediência para ‘domar’ os filhos”. Isso foi uma matéria que saiu há um mês no jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro.

Também há um mês, numa matéria que saiu no portal UOL: “Programa da Ana Maria Braga levanta polêmica sobre transtorno do déficit de atenção”.

Como assim? Polêmica?! Nós temos um transtorno mental, um transtorno incapacitante reconhecido por toda a comunidade científica nacional e internacional – médicos, psicólogos e fonoaudiólogos –, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, com milhares de artigos publicados em todo o mundo, e nós temos uma matéria no programa da Ana Maria Braga levantando uma polêmica sobre o transtorno. Isso é uma expressão genuína e marcante de preconceito e de um desrespeito profundo às pessoas que sofrem dessa doença.

Outra matéria dessa mesma ocasião: “TDAH: doença ou conspiração contra a infância?”.

Outra matéria da mesma ocasião – isso tudo tem um mês: “Hiperatividade em discussão”. Estamos discutindo se a doença existe ou não existe no Brasil.

Ameaça: “Uso de drogas contra déficit de atenção explode e ameaça a saúde de milhões de crianças” – jornal *O Estado de Minas*.

Uma pergunta que não cala: quem são os especialistas que levantam essas polêmicas? Fizemos uma breve tabela para vocês terem a dimensão do que estamos tentando dizer sobre o preconceito.

O jornal *Folha de S. Paulo* levantou esse título, esta manchete: “Diagnóstico de déficit de atenção divide especialistas”. Vamos lá. O primeiro especialista, que tem uma posição favorável à existência, ao tratamento e à importância da inclusão dessas pessoas na sociedade através da saúde e da educação, posição favorável. Quais são os argumentos desse especialista? Resultados de estudos científicos. Número de artigos científicos publicados por esse especialista favorável: mais de cem.

Segundo especialista, posição desfavorável: discurso teórico. Quantos artigos científicos foram encontrados no PubMed, que é o maior banco de dados de pesquisa científica do mundo? Nenhum, zero.

Terceiro especialista, posição desfavorável: discurso teórico. Quantos achados científicos de trabalho desse profissional foram encontrados? Zero.

Estamos diante, sim, de opiniões pessoais e de preconceito. “Achismo”, opiniões pessoais, ataques aos portadores de TDAH e a seus familiares são a expressão mais genuína desse preconceito.

Falo aqui não só como Presidente da Associação, mas falo como psicóloga. Minha formação é essa, sou psicóloga, sou psicanalista. E o que me faz estar aqui não é a minha atividade profissional, mas o fato de ser mãe de dois jovens portadores de TDAH, que fizeram uma travessia muito difícil para conseguir o seu lugar de inclusão na sociedade, a despeito de terem tido todas as oportunidades de boas escolas, de bons médicos. Então, este talvez seja o maior motivo que legitime esta minha fala aqui no dia de hoje.

Por conta dessa onda de preconceito e de exclusão que a gente vem enfrentando, especialmente no último ano, a ABDA, que é a nossa associação de pacientes, com o apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria, mais 32 entidades médicas e universidades e mais outras associações civis lançaram um manifesto, em julho de 2012, explicando à população a importância do diagnóstico de TDAH, da inclusão dessas pessoas e do tratamento. Tenho uma cópia, vou distribuir para os senhores.

A nossa missão como associação de pacientes é difundir informações científicas sobre o transtorno do déficit de atenção e, especialmente, apoiar os portadores. Fazemos grupos de apoio, fazemos seminários, damos assistência a essas pessoas, nosso trabalho é todo sem fins lucrativos e gratuito. Já que uma das nossas missões é divulgar informações baseada em ciência, este é um exemplo de saúde baseada em evidência: um profissional, seja de qualquer área que for, faz uma pesquisa, busca uma amostra – não é, Daniel? – e publica um artigo para que todos os seus pares possam concordar, refutar e buscar novas hipóteses. Estamos falando de doença neurológica. Isto é um exemplo de saúde não baseada em evidência: tivemos um evento, em São Paulo, cujo tema era A Educação Medicalizada – Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos.

Dizemos, como informadores de textos de natureza científica, que, infelizmente, a ciência não é democrática. O debate científico exige hipóteses que possam ser testadas. Os argumentos devem ter coerência e serem fundamentados cientificamente, as discussões não são vencidas pela maioria, muito menos no grito, e, sim, pelo questionamento implacável das hipóteses com os fatos.

Preconceito, estigma, opressão. Não bastasse ter TDAH, que já é, como diz a própria palavra, um transtorno, como se não bastassem todas as dificuldades que o portador de TDH tem que atravessar até que ele consiga... E muitos não conseguem, muitos ficam no meio do caminho. Não bastasse tudo isso, a gente ainda tem que enfrentar hoje, na mídia, o questionamento sobre a própria doença. Os pais, quando veem essas matérias, a sociedade civil de uma maneira geral, ligam e nos procuram desesperados. Recebemos 200 mil visitas no nosso portal de pessoas indignadas, revoltadas. Temos um gráfico sobre isso, que achamos que não era pertinente, mas, se for do interesse dos senhores, podemos mostrar, dizendo exatamente isto: que a travessia dessas crianças é extremamente mais difícil, é praticamente um *rafting*, a travessia pela vida.

Então, precisamos repensar o que divulgamos, o que falamos, quais são os nossos objetivos quando lançamos para a sociedade a ideia de que doenças que são realmente, em alguns momentos, incapacitantes podem não existir, o que aumenta terrivelmente a dificuldade dessas pessoas de inclusão social.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Quero parabenizar a Dr^a Iane pela brilhante exposição, convincente exposição.

Como a senhora disse mesmo, ciência não é democrática, você tem que ter evidência, comprovada sobejamente. A sua exposição foi muito feliz. Parabéns!

Vamos ouvir o Dr. Antônio Geraldo da Silva, que é o Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Por favor, Dr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Paulo Davim.

O Senador, desde o primeiro dia em que nós pedimos que nos recebesse, prontamente aceitou, recebeu-nos e não deixou... No discurso, o Senador já entrou com a emenda, está na minha mão, ao Código Penal brasileiro, em que ele pede uma mudança de redação na emenda e coloca o seguinte:

Dê-se a seguinte redação aos arts. 472, 475 e 476 e ao título da Seção I do Capítulo VI do Título XVI do Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2012:

Art. 472. Constitui crime, quando praticado por motivo de discriminação ou preconceito de gênero, raça, cor, etnia, identidade ou orientação sexual, religião, condição de pessoa com transtorno ou deficiência mental, procedência regional ou nacional ou por outro motivo assemeelhado indicativo de ódio ou intolerância [...].

Isso já é uma realidade. O Senador já fez o pedido de emenda. Agora nós precisamos correr atrás para que os outros Senadores votem e que isso passe a ser uma realidade dentro do Código Penal brasileiro.

Próximo eslaide, por favor.

Eu, Antônio Geraldo, tenho de fazer a minha declaração de conflitos de interesse, porque é necessário que seja feita por uma norma da Anvisa e uma resolução do CFM. Meus conflitos são: sou Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; sou preceptor da Residência Médica da Unimontes, Minas Gerais; médico psiquiatra da Secretaria de Estado da Saúde do DF. Eu não tenho nenhum vínculo empregatício ou qualquer outro com ONGs, laboratórios, federações, seitas. Meu trabalho é esse, meu vínculo é todo claro, e eu trabalho hoje em prol de defender os doentes mentais no Brasil e os profissionais da área, porque nós precisamos muito acabar com o preconceito.

Próximo eslaide.

A ideia desse nome veio pela facilidade de circulação e porque já estava inclusive na Wikipédia e outros dicionários, dizendo que psicofobia é o preconceito contra os portadores de deficiências e transtornos mentais.

Próximo.

A situação do estigma vem de há muito tempo, com a cicatriz feita por um ferro quente, onde eram marcadas as pessoas com a marca de desgraça ou

de vergonha, uma marca que caracterizava e diferenciava uma pessoa das outras, um sinal específico de uma doença. Já mostra que é uma marca, uma queimadura, é algo para identificar criminosos, escravos, traidores. E é isso que nós temos em relação aos transtornos mentais.

Próximo.

É um estigma que tem levado a perdas enormes. As dimensões do estigma passam pelo estereótipo, como crença negativa sobre um grupo, mostrando periculosidade, fraqueza em relação ao preconceito como uma reação emocional negativa a um grupo, o que gera medo e raiva daquele grupo específico. A discriminação como uma resposta comportamental ao preconceito: evitar essas pessoas, negar emprego para essas pessoas, negar relações pessoais, relações afetivas.

A **IstoÉ** mostra, em um dos seus artigos, isto, que é extremamente grave, que é o abandono que hoje nós temos dos doentes mentais. O abandono é muito grande, por causa do “preconceito, falta de hospitais decentes e equipados, e omissão do Estado – o doente continua a ser tratado em depósitos de gente”. É difícil conseguir unidade de psiquiatria em hospital geral. É quase impossível isso. Os próprios colegas médicos se assustam com a possibilidade de, às vezes, trabalhar num posto de saúde, com psiquiatras atendendo. Em clínicas privadas, quando nós queremos trabalhar com outros colegas, a primeira questão é: “Mas aqui nós não vamos ter os ‘doidinhos’, ou os loucos, atrapalhando o funcionamento da pneumologia, da oftalmologia, da ginecologia não, né? Você garante que nós não vamos ter esse tipo de problema?”.

Próximo.

Nessa revista, coloca-se: “O Brasil sempre cuidou mal de seus enfermos mentais.” É verdade. Isso não é questão de momento político, de um partido político ou de uma política de governo não. Isso é secular. “[...] a mais recente perda de qualidade se deu a partir do efeito colateral daquilo que um dia se imaginou ser o grande remédio: os movimentos antimanicomiais”. Esses trouxeram em si um grave preconceito, querendo cada vez mais isolar o paciente doente mental, tirar o paciente doente mental do circuito do tratamento, da possibilidade de tratamento, negando, inclusive, a existência, chamando os transtornos mentais de sofrimento mental e outros nomes, que descaracterizam a necessidade de cuidado do paciente

Morreram e continuam morrendo pessoas nos trilhos dos trens, moradores de ruas doentes mentais, por uma situação irresponsável, como se fôssemos acabar com a doença mental por decreto.

Capitaneados por alguns médicos, poucos intelectuais e muitos políticos, que elegeram como ideólogo o cientista italiano Franco Basaglia, [...] exigiram o fechamento de uma infinidade de hospitais e promoveram a desinternação em massa de pacientes.

Na verdade, fizeram despejos de ambientes que eram podres, ambientes absurdos, e a Lei 10.216 é contra eles, e nós também somos. Saímos de um modelo centrado no hospital, fomos para um modelo centrado no CAPS, que também não atende, que leva em si, em seu bojo, um preconceito, que são ambientes separados da unidade hospitalar, separados das outras especialidades médicas, como se o doente mental não pudesse se integrar com as outras áreas, como se não pudéssemos atender os doentes mentais em postos de saúde, tendo na unidade uma equipe de saúde mental, como se não pudéssemos ter dentro dos hospitais gerais unidades de psiquiatria, ambulatorios especializados, como o que ocorre no maior e melhor serviço de psiquiatria da América Latina, que é o Instituto de Psiquiatria da USP. Mas isso custa dinheiro. É mais fácil fechar porque, fechando, você para de gastar, você sai dos 6,3% que eram da verba da área da saúde, e caiu agora para menos de 1,6% de investimentos na área de saúde mental. É um absurdo, é criminoso isso!

A maioria desses hospitais e clínicas, operando como verdadeiras masmorras, tinha mesmo de ser implodida porque estava em questão a humanização dos tratamentos, ponto com o qual, naturalmente, todos concordavam e concordam. [...] o Estado pouco fez para que em seu lugar surgissem unidades modernas e adequadas de atendimento.

Hoje, precisamos que o Estado reconheça que a psicofobia é um crime. Temos de agradecer diuturnamente ao Senador Paulo Davim por colocar essa emenda, porque essa é a maior campanha de todas, Senadores, que podemos fazer. Nós vamos ter mídia espontânea e reação espontânea de todas as pessoas. Quando eu, por exemplo, chego num lugar e digo: “Sou psiquiatra”, ou a lane diz que é psicóloga, o Daniel diz que é psicólogo, a Helena diz que é psiquiatra, e as pessoas dizem assim: “Nossa, é psiquiatra, é meio doido ou só cuida de doido!”. É o que nós ouvimos. Imaginem vocês, os doentes mentais! Nós ouvimos isso. Estou cansado de chegar numa festa e alguém dizer: “Vamos mudar de assunto porque chegou um psiquiatra e em psiquiatria a gente não confia, a gente não acredita, psiquiatra não é médico.” Isso é um fato que eu vivo há 25 anos!

[...] os escassos leitos psiquiátricos, mais de 70% deles ocupados por alcoolistas, não atendem à demanda e as instituições novamente se tornaram

“depósitos de enfermos”, como diz a diretora do Conselho Federal de Serviço Social, Maria Bernadette de Moraes Medeiros.

Tudo isso na *IstoÉ*, fazendo essa denúncia grave em 2011, e as coisas não mudaram. As coisas pioraram agora, com o *crack*, e pioraram muito. O *crack* existe no Brasil, chegou ao Brasil vindo dos Estados Unidos em 1980, e apenas há 2 anos se começou a fazer algo, e a ABP não consegue ser ouvida. Por quê? Pelo preconceito. “Eles são psiquiatras, psiquiatra não é médico, psiquiatra não entende de medicina.” Não somos ouvidos!

O próximo.

“A esquizofrenia está presente em 10% dos sem-teto”, isso é grave, e nada é feito, “e 90% deles são alcoolistas”. Isso é muito grave! A maioria dos doentes mentais está morando nas ruas ou está nas cadeias, porque cometem pequenos delitos e vão parar nas prisões, que se tornaram os novos manicômios.

“Infelizmente, a política tem mais força do que as evidências científicas e a saúde mental ou fica abandonada ou é equivocadamente enfocada pelos governantes.” Isso é fala do nosso Presidente do Conselho de Psiquiatria, do Instituto de Psiquiatria da USP, Wagner Gattaz, que nos cedeu vários desses eslaides, porque a USP é o nosso ponto de pesquisa, Unifesp, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trabalham com ciência.

Próximo.

“O doente mental só comete crime por negligência do Estado que não o trata”, fala de Antonio Serafim, psicólogo da USP, que está também na *IstoÉ*.

Só para vocês terem ideia, os CAPS receberam 63,4% das verbas destinadas à saúde mental, e, de suas 1.500 unidades, apenas cinco internam, gente! Não se acaba com doença mental por decreto. Não acredite que isso aqui, essa verba – 1,6 –, vai resolver os nossos problemas. Jamais resolverá. Nós tínhamos que ter um sistema ambulatorial atendendo com facilidade, chegar, marcar consulta e voltar para casa. Eu, Antônio Geraldo, não teria condições de, todos os dias, levar um familiar, às 8 horas da manhã, a um CAPS, e de buscar, todos os dias, às 5 horas da tarde. E, nos finais de semana, eu não teria condição de ter que lidar com isso, porque se fecha o serviço. Graças a Deus, a Presidente Dilma disse isso: “Não pode os serviços ficarem fechando às 6 horas da tarde nas sextas e reabrindo na segunda.” Não há férias para a doença mental, não há feriado para a doença mental.

Próximo.

Foi publicado na *Folha*: “Doenças psiquiátricas roubam mais anos de vida do brasileiro”. Isso está mais do que provado. Cinco das dez causas de afastamen-

to do trabalho são por doenças mentais. Cinco! E nós não temos nenhum sistema público para atendimento especializado para essas cinco das dez causas, para ter sistema ambulatorial aberto, de agenda aberta, para poder atender a essas pessoas. Onze mil pessoas se suicidam por ano, no Brasil, e nós não temos nenhuma campanha para tratar disso, nós não temos nada de promoção da saúde, nós não temos nada de prevenção da doença. É uma luta, no Brasil, para fazer isso. Agora, por exemplo, com o trabalho bonito que o Senador também fez em relação ao HPV, é o que nós pedimos para fazermos em relação à doença mental: aprovar isso, aprovar que psicofobia é crime é lançar uma campanha de proteção à saúde, em que as pessoas terão que ser tratadas adequadamente. Nós não temos que levar nossos filhos para a escola ou o Conselho Tutelar nos pega? Nós temos que ter a obrigação de levar o doente mental para o tratamento, senão nós vamos entrar na mesma linha em que já estão os Estados Unidos, em que as pessoas não são tratadas por preconceito, depois pegam armas e saem por aí matando pessoas. Ai, nós falamos assim: “Ah, o doente mental é perigoso.” Não! Não! Noventa e três por cento dos doentes mentais não têm nenhum risco de cometer essas atrocidades que normalmente acontecem. No País inteiro, 93% não são violentos.

Próximo.

O estigma da doença mental vem de muito tempo. Nesse livro, mostrando exatamente, falando sobre o doente mental, que se chama *O Homem sem Qualidades*, Robert Musil diz o seguinte: “Característica desses infelizes é que eles não somente têm uma saúde inferiorizada, eles também sofrem de uma doença inferiorizada.”

Próximo.

O Norman Sartorius publicou no *The Lancet*, em setembro de 2007, um artigo interessante, com essa frase dizendo o seguinte: “O estigma não se limita à doença mental: ele marca os doentes, as suas famílias através de gerações, as instituições que os tratam, os medicamentos psicotrópicos e os profissionais de saúde mental.”

Ora, quando o menino cometeu, em Realengo, aquele absurdo, a família teve a casa pichada, foi perseguida, teve que mudar de cidade. Ora, quando nós chegamos com a receita toda diferenciada na farmácia, os outros já falam: “Ih, olha, é doente mental, é medicamento controlado, é medicamento que dá dependência.” A maioria dos medicamentos psicotrópicos não dá dependência, a maioria dos medicamentos psicotrópicos não vicia, mas o preconceito é monstruoso, o tempo inteiro, em todos os lugares a que nós vamos.

Próximo.

Isso aqui é para mostrar que o impacto na saúde mental em relação ao estigma é que nós deixamos que as pessoas não sejam tratadas, e é um índice altíssimo, olhem só: 28% das doenças que levam a graves perdas de anos de vida perdidos são neuropsiquiátricas, esse grupo inteiro aqui de doenças – 28%.

Digam-me, por favor, se tem alguma política de saúde mental para atender de forma adequada a 28%, um terço, Senador, das doenças que levam a anos de vida perdidos.

Próximo.

Consequências: menor prioridade para políticas públicas em saúde mental; 40% dos países não têm política de saúde mental, Senador – 40%. No Brasil, apenas 2% dos gastos da saúde vão para a saúde mental. Na verdade, agora é menos de 1,6 e caindo, cada vez cai mais.

Na tabela do SUS, a USP – esse é um eslaide da USP –, em média, pelo tempo de consulta, quer seja na psiquiatria, na psicologia, na fonoaudiologia, na nutrição, em todas as áreas no ambulatório de psiquiatria que temos lá – o senhor está convidado a conhecer, porque é um local maravilhoso, que deveria ser replicado; deveria não, deve ser replicado – pela consulta psiquiátrica de 45 minutos, recebe, do SUS, R\$10,00. Isso é um preconceito sem tamanho. Não tem como manter serviços de for depender desses valores. É impossível ter uma equipe multidisciplinar para trabalhar interdisciplinarmente enquanto tivermos esse tipo de valor. Imaginem um transplante de fígado, são R\$119 mil. Imaginem isso!

Próximo.

Para evitar o estigma, pacientes não procuram tratamento; a maioria dos nossos pacientes psiquiátricos está por aí sem tratamento. A estimativa de casos de esquizofrenia não tratados – e isso é doença gravíssima – é de 32% no mundo, 58% no Brasil, esquizofrênicos não tratados.

Gente, 1% da população. Isso é muito grave! No Canadá, 50% não remarcam consultas por medo de serem estigmatizados. Ora, essa é a oportunidade de o Brasil sair na frente no mundo.

O Senador Paulo Davim está fazendo uma emenda que vai fazer história no Brasil e no mundo, e todos os outros Senadores desta Casa têm oportunidade de fazer história junto com o Senador Paulo Davim. Além de lembrar que nós estaremos atendendo a 50 milhões de pessoas no Brasil. Pela baixa autoestima, os pacientes deixam de procurar empregos, independentemente de suas capacidades. Ele não acredita que vai conseguir, até porque ele terá de se submeter a um psicotécnico, a uma avaliação psicológica, exame que é apenas indicativo do que possa ter, e já ali, Senador,

a pessoa é excluída da possibilidade de trabalhar. Que País é este que fala em cidadania e permite situações como essa, que tiram...?

A perpetuação do estigma: o mito da associação com violência. Isso, temos que replicar, gente. A crença de que as doenças mentais estão associadas à violência é historicamente constante e culturalmente universal. Essa crença vem sendo perpetuada pela mídia. Nos Estados Unidos, de 3.300 notícias sobre doenças mentais, 39% com foco em violência e periculosidade.

Próximo.

Aparições do termo esquizofrenia que tivemos nos sites da *Folha de S. Paulo*, *Folha.com*, *Estadão*, *O Globo*, sites de *Veja*, *Época*, reportagens, blocos e colunas, eu vou mostrar aqui, agora. Isso foi um trabalho feito na USP. Eles têm, na equipe deles, uma jornalista que fez 4 anos de neurociências em Harvard e que trabalha nessa equipe e faz um trabalho muito sério.

Próximo.

Esquizofrenia na mídia em 2011: o uso metafórico foi em 33% das matérias. Ciência e saúde, 37%; crime e violência, 30% correlacionando esquizofrenia com crime e violência. O que acontece no dia seguinte? As famílias chegam ao nosso consultório querendo fazer uma jaulinha em casa, acorrentar pacientes. É uma realidade que vivemos hoje. As famílias ficam temerosas de manter os pacientes em casa.

Próximo.

Essa aparição na mídia, onde se fala de macanha. O paciente, onde ele é ouvido? Doze por cento; 12% de tudo isso. Fala-se de pesquisas em genética e neurociências, divulga-se e tudo o mais, mas ouvir o paciente, dar oportunidade ao paciente, é só quando precisa de alguém para mostrar algo horroroso que aconteceu.

Próximo.

O massacre de Realengo ocupou, na mídia, em 2011, 55% do que se falava em esquizofrenia. Era uma pessoa que tinha indícios e ninguém cuidou, e depois todos diziam que aquele menino tinha esquizofrenia, sem poder, inclusive, afirmar isso.

Próximo.

Foi capa do *Estadão*: “Massacre no Rio”. E aqui dentro se falou várias vezes que era um portador de esquizofrenia, na verdade sem ter sido feito o diagnóstico.

Próximo.

“A mãe biológica de Wellington, segundo os moradores da Rua Jequitinhonha [...] dava sinais de esquizofrenia”. Ainda criança, Wellington recebeu diagnóstico de esquizofrenia. “Ele tinha de 6 a 7 anos quando começou a tomar remédios controlados”. Todas as colocações dizem duas coisas: confirmam o que o nosso colega Daniel Fuentes falou, do fato de não ir a

tratamento por preconceito e acabar cometendo crimes horrendos, como nessa situação, e também o preconceito: de cara, se cometeu alguma coisa, já dizemos que tem esquizofrenia. “Ah, é um esquizofrênico.” “Um primo e uma irmã adotiva do atirador disseram à polícia que a mãe biológica dele sofria de esquizofrenia.” Quer dizer, é toda uma história, e sabem o que tem de tratamento? Nada. Cuidado? Nenhum.

Próximo.

A violência e a doença mental. Isso é fato ou ficção? Então, eu vou direto mostrar que isso é ficção, porque 93% das pessoas com doenças não são violentas. Elas não são violentas. Os violentos são os outros.

Próximo.

Noventa e cinco por cento dos homicídios são cometidos por pessoas que não sofrem de nenhum transtorno psiquiátrico. Esse é um dado muito importante. A mídia explora exaustivamente os episódios violentos envolvendo doentes psiquiátricos porque eles reforçam o medo dos seus leitores. Há um interesse em reforçar essa situação de medo. “É sempre mais fácil reforçar as ideias do público do que desafiá-las.” Esse trabalho saiu no *British Medical Journal*, já mostrando como o estigma vem se perpetuando no mundo inteiro.

Próximo.

Distância social. Foi feita uma pesquisa com cerca de 1.500 psiquiatras brasileiros, 2.001 pessoas da população em geral e também com psiquiatras suíços sobre preconceito. Reparem bem: pessoas que nunca se envolveriam com alguém com esquizofrenia na situação determinada aqui embaixo: trabalhar com esquizofrênicos, 10% da população brasileira não trabalharia com esquizofrênicos. Aqui, 1% de psiquiatras não trabalharia com esquizofrênicos, e 42% dos psiquiatras suíços não trabalharia com esquizofrênicos. Olhem que preconceito, que situação enraizada!

Apresentar a um amigo: 10% da população brasileira não apresentariam a um amigo; 2% dos psiquiatras brasileiros não apresentariam a um amigo; 32% dos psiquiatras suíços jamais apresentariam uma pessoa esquizofrênica a um amigo.

Mudar-se para apartamento em que um vizinho fosse esquizofrênico: 11% da população brasileira não se mudariam; 4% dos psiquiatras não se mudariam para ser vizinhos de um esquizofrênico; 10% dos psiquiatras suíços não morariam ao lado de um esquizofrênico.

Apoiar casamento com alguém da sua família – um esquizofrênico casar com um familiar: 24% da população brasileira não apoiariam; 21% dos psiquiatras brasileiros não apoiariam; 30% dos psiquiatras suíços não apoiariam.

Oferecer vaga de emprego. Isso aqui é terrível: 27% da população brasileira não ofereceriam vaga

de emprego. Isso é mentira, é muito mais do que isso, basta dizer que foi ao psiquiatra e já começam a dizer: “Vamos dispensar. Faz tratamento psiquiátrico, isso é complicado.” As pessoas chegam ao nosso consultório e pedem assim: “Você não tem um atestado que não tenha escrito psiquiatria? Porque se eu for levar no meu trabalho escrito psiquiatria eu vou ser demitido, eu vou perder meu cargo de confiança.”

Mas é muito pior com os psiquiatras suíços, olhem só: 55% dos psiquiatras suíços não ofereceriam uma vaga de emprego.

Confiar para cuidar dos filhos por algumas horas?

Metade da população brasileira não confiaria numa pessoa que tivesse um transtorno mental, que tivesse esquizofrenia para cuidar dos filhos por algumas horas; 20% dos psiquiatras brasileiros também não confiariam e 66% dos psiquiatras suíços. O preconceito está enraizado de uma forma terrível, e nós temos que dar um golpe potente em cima disso para que isso seja mudado.

Próximo.

Porcentagem de pessoas que concordam com as seguintes afirmações: concordam com internação involuntária, 67% da população brasileira concordam com a necessidade de fazer uma internação involuntária de pacientes psiquiátricos que precisem dela, e 97% dos psiquiatras brasileiros concordam que existe a necessidade de se fazer internações involuntárias, que é o caso de usuários de drogas, de *crack*, pacientes – no caso de esquizofrenia, por exemplo, os pacientes precisam da internação – e 70% dos psiquiatras suíços. Agora, engraçado, apenas 70% concordam, mas são todos preconceituosos na relação social, na vida e no dia a dia, os psiquiatras brasileiros, que têm menos preconceitos, concordam, porque sabem, cientificamente, da necessidade de ter uma internação involuntária em casos específicos em que isso é necessário.

Pessoas com esquizofrenia não têm o direito de votar: 6% da população brasileira acham que não têm o direito de votar; 6% dos psiquiatras também, e 19% dos psiquiatras suíços.

Pessoas com esquizofrenia não podem ter habilitação de motorista: 45% da população brasileira acham que não podem; aqui, 24% dos psiquiatras brasileiros acham que não podem e 65% dos psiquiatras suíços acham que não podem.

Próximo.

O preconceito é muito grande.

Na população, 17% acham que os psicofármacos não são o melhor tratamento para tratar esquizofrenia – uma doença gravíssima –; 3% dos psiquiatras acham que não é o melhor tratamento. E não existe outro tratamento a não ser o tratamento com medicamentos e

outras, eletroconvulsoterapia e outros procedimentos associados com psicoterapia, com arte terapia, com toda uma abordagem multidisciplinar.

Grande risco de viciar: 59% da população brasileira acha que os psicofármacos têm grande risco de viciar, sendo que a maioria dos psicofármacos não vicia; 10% dos psiquiatras também acham que têm grande risco de viciar.

Tem riscos maiores do que benefícios: 21% da população e 2%, apenas, dos psiquiatras acham isso.

Servem apenas para acalmar: 38% da população acham isso, enquanto 2% dos psiquiatras, apenas, acham isso.

Vinte e seis por cento acham que os psicofármacos deixam as pessoas ainda mais doentes e 15% acham que não encurtam uma internação.

Isso é um engano, quanto mais você tem a possibilidade do acesso ao melhor tratamento, menos tempo de internação você vai ter para os pacientes.

O crime da psicofobia precisa passar. Esse é meu penúltimo eslaide e mostra o seguinte: nós temos preconceito nos concursos públicos, existe edital em que já sai, inclusive, que não se aceitam portadores de transtornos e deficiências mentais.

Na carteira de habilitação, se você declarar que tem qualquer quadro psiquiátrico – qualquer um, depressão, ansiedade, fobia, qualquer quadro psiquiátrico – eles te barram na carteira e querem uma junta para poder liberar.

A Farmácia Popular não tem medicamentos psicotrópicos para atender a população. Isso é um preconceito governamental seriíssimo.

O exame psicotécnico, como eu já disse, que é apenas indicativo, ali já corta a pessoa, já reprova, é excludente.

Planos de Saúde têm um número limitado de psiquiatras e de psicólogos e não aceitam se houver a pré-existência de doença mental. Nas relações sociais, isso é fato. Se você tem um filho que tem TDAH, as pessoas dizem: “Nossa! Você vai levar aquele capetinha lá para casa? Você vai levar aquele menino inquieto? Não, aquele menino não para!”. Se você fala que há outros transtornos mentais, é a mesma coisa. “Ah! Não dá certo a pessoa se envolver com a gente. É melhor não levá-la.” Ou, então, param de convidar as pessoas por puro preconceito.

Relações escolares. Os pacientes que têm dislexia, os pacientes que têm TDAH são discriminados absurdamente nas escolas; os pacientes que têm deficiências mentais são discriminados nas escolas. Nós não temos um atendimento digno como deveríamos ter.

As políticas públicas por si só, por tudo que eu já disse antes, já mostram isso. Quando você não tem,

no sistema público de saúde, medicamento para tratar, com a qualidade que todos merecem, transtorno bipolar, transtornos depressivos, TDAH, transtornos alimentares, transtornos fóbicos em geral, transtornos obsessivo-compulsivos, transtornos de pânico e várias outras doenças mentais, isso mostra claramente que a política pública não atende... Uma política pública que não apregoa um sistema ambulatorial para que possamos entrar nos postos de saúde e ter atendimento lá, ter equipe de saúde mental nos postos de saúde, isso é preconceito. Quando nós não conseguimos criar unidade de psiquiatria em hospital geral, isso é o quê? Isso é preconceito. Nós temos que mudar isso.

Quando a mídia diz assim: “Esquizofrênico atropela uma pessoa na via Dutra”, “Bipolar adentra um banco e briga”, isso é preconceito, porque ninguém diz assim: “Diabético atropela uma pessoa em via pública.” Ninguém diz isso. Ninguém diz: “Hipertenso adentra um banco e briga.” Isso é preconceito. Claro que é preconceito, na arte, na cultura, e temos o próprio autopreconceito.

Próximo.

O autopreconceito vem numa pergunta que ouvimos diuturnamente nos nossos consultórios: “Doutor, eu melhorei muito. Agora só falta eu me livrar desses remédios.” Ninguém fala isso de óculos; ninguém diz isso; ninguém diz isso de uma insulina que trata o diabético; ninguém diz isso de um anti-hipertensivo que trata a pressão arterial.

Próximo.

O crime da psicofobia tem que ser institucionalizado no Brasil, porque “o estigma dos transtornos mentais é a mais importante barreira a ser superada na comunidade, por impedir o tratamento e a reabilitação adequados dos pacientes”. Isso é dito pela Organização Mundial de Saúde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Dr. Antônio Geraldo, Dr^a Lane, Dr^a Helena, eu confesso que estou profundamente feliz com o que acabo de ouvir nas exposições de todos aqui da Mesa e com a consciência tranquila, porque a nossa iniciativa, se Deus quiser, vai lograr êxito, porque é justa. Nós estamos defendendo o que é justo. Nós estamos verdadeiramente defendendo uma cidadania ampla. Nós queremos universalizar a cidadania. E os argumentos que os senhores e as senhoras trouxeram para esta Mesa, na manhã de hoje, foram sobejamente convincentes. Isso dá robustez aos nossos argumentos nos debates, na defesa das nossas propostas.

Eu quero tomar a iniciativa de, já de antemão, convidá-los para uma segunda audiência pública em outra comissão. Eu acho que esta audiência pública

de hoje, que deverá ir ao ar na sexta-feira, o Brasil inteiro vai acompanhá-la. Os dados que aqui foram levantados, que foram apontados, os números, o apelo, a experiência individual de cada um, eu acho que vão servir de balizador para a próxima audiência pública.

Dr. Antônio Geraldo, eu tenho absoluta certeza de que o seu trabalho à frente da Associação Brasileira de Psiquiatria é um trabalho juncado de dificuldades, de desafios, exatamente porque o Presidente da ABP precisa desmistificar esse preconceito que existe em torno do profissional. “Mas é verdade isso que ele falou? É psiquiatra? Mas ele é meio doido mesmo.” “Não, psiquiatra...”. Se existe essa discriminação com o profissional, imagine do paciente.

O depoimento da Dr^a Lane foi muito tocante. As suas palavras foram palavras muito fortes. E também bonito o seu gesto, a sua entrega, a sua doação a essa causa.

Da mesma forma, D. Helena, a senhora, que trouxe aqui a sua experiência.

São pessoas como vocês, que abraçam essas causas, levantam essas bandeiras de uma forma corajosa, destemida, abnegada, de pura doação, que melhoram a vida de milhares e milhares de brasileiros e brasileiras.

Eu disse há pouco, numa entrevista, que todas as formas de discriminação são abomináveis – todas. Mas a discriminação, a psicofobia traz um traço de crueldade maior. Por quê? Porque quando você discrimina alguém pela etnia, pela orientação sexual, a vítima da discriminação tem capacidade de estabelecer um debate, um enfrentamento, se opor àquela violência. Mas, muitas vezes, o indivíduo que tem transtorno mental não consegue, de uma forma pronta, convincente, articular sua própria defesa, o que o torna muito mais vulnerável e que torna a discriminação muito mais cruel.

Portanto, eu abraço essa causa, mas na plenitude do meu exercício como Parlamentar. Abraço essa causa na consciência que tenho como profissional médico. (*Palmas.*) Mas, sobretudo, abraço essa causa como cidadão brasileiro que não pode tolerar, em hipótese alguma, por menor que seja, a discriminação com qualquer que seja o indivíduo.

Portanto, eu saio muito pleno desta audiência pública. E já deixo, de antemão, o convite para repetirmos essa audiência pública. Vamos esperar as eleições, que as coisas se acomodam melhor. Teremos um tempo para recebermos as respostas. Vamos ouvir. Seguramente, essa audiência pública, milhões de brasileiros vão assisti-la, e aí vamos receber o *feedback* e preparar uma segunda audiência, trazendo os convidados que aqui nos honraram com suas presenças e outros. Vamos procurar sensibilizar os nossos pares para que

se façam presentes e participem desse debate, que é um debate justo e necessário.

Agradeço, penhoradamente, a presença de todos aqui. E, mais uma vez, reitero o meu pedido de desculpas pelas dificuldades que tivemos na audiência de hoje.

Muito obrigado.

Está encerrada esta parte da reunião.

Na segunda parte desta audiência, quero ler alguns requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a questão racial na reforma do Código Penal. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os que o aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 95, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o envelhecimento no Brasil, desafios e possibilidades.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Há alguns requerimentos, extrapauta, que passarei a ler, e os apreciaremos em bloco.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 96, de 2012

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o sindicalismo no Brasil. Os convidados serão

enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em votação a inclusão extrapauta do referido requerimento.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 97, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o direito de greve no Brasil. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em votação a inclusão extrapauta do referido requerimento.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a desoneração da folha de pagamento e as relações com os movimentos sociais. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em votação a inclusão extrapauta do referido requerimento. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 99, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada em definitivo do Requerimento nº 61, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o qual versa sobre inspeção nas plantações de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo, nos Municípios de Araraquara e São Carlos.

Autoria: Senador Wellington Dias.

Em votação a inclusão extrapauta do referido requerimento.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE AGOSTO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minuto do dia trinta de agosto de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por

aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 81 de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater sobre Fundos de Pensão. Participantes: Ruy Brito, Representante - Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB; Fernando Amaral Baptista Filho, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; Isa Musa, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil; Claudia Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão; Sérgio D'andréa, Desembargador Aposentado. Às dez horas e cinco minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Eduardo Lopes. Às dez horas e vinte e três minutos o Senador Eduardo Lopes devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Usa a palavra o Senador Paulo Paim e Eduardo Lopes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 81, de 2012 (CDH), aprovado em 28/06/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater os fundos de pensão.

Foram convidados Ruy Brito, representante da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil; Fernando Amaral Baptista Filho, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; Isa Musa, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil; Claudia Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão; Warley Martins Gonçalves, da Cobap; Sérgio D'Andréa,

Desembargador aposentado; João Marreze de Sousa, Vice-Presidente da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado, e Paulo Roberto Gomes da Silva, Coordenador de Planejamento Estratégico da Fundação dos Economistas Federais – Funcef.

Nesta audiência pública, também estariam presentes os representantes do Aerus e do Aeros – aquela situação da Varig tão conhecida por todos nós –, mas eles tiveram que estar presentes num seminário previamente agendado, há muito tempo. Então, pediram desculpas e, numa outra oportunidade, estarão aqui conosco.

Eu quero aqui registrar que recebi, hoje pela manhã, aqui na Comissão, uma caravana chamada Caravana Brasília, que busca o reajuste das bolsas por uma política permanente de valorização. Essa caravana que busca esse reajuste de 40% nas bolsas de estudantes vai estar aqui durante estes três dias. A caravana reivindica uma bandeira histórica para o movimento nacional de pós-graduandos, o estabelecimento de uma política permanente de valorização, isonomia das bolsas de pesquisa.

Recentemente, tivemos um reajuste de pouco mais de 10% das bolsas, que foi já um avanço, mas não recuperou a perda dos últimos quatro anos.

Estive conversando com os líderes desse movimento de valorização das bolsas de pesquisas, e o que eles querem é que haja uma política de reajuste do valor das bolsas, pelo menos acompanhando o crescimento da inflação.

Eles voltarão numa outra oportunidade para fazer uma conversa mais longa com os Senadores desta Comissão.

Vou fazer uma rápida introdução, só para situar aqueles que assistem e vão assistir a este debate sobre os fundos de pensão.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater os fundos de pensão.

Os fundos de pensão são entidades de direito privado e atuam na chamada previdência complementar fechada, que é aquela acessível a apenas empregados de uma empresa, de grupos de empresas ou associados ou membros de entidades de classe ou corporações profissionais.

Essas entidades administram planos e benefícios. Esses têm regulamento e congregam uma massa de pessoas compostas por patrocinadores, participantes, aposentados e pensionistas, na ativa, dependentes, enfim, é de interesse de todos.

Os fundos de pensão têm a função previdenciária, além de serem fundamentais na área do investimento e aplicações financeiras na formação de uma grande poupança interna.

Há quem diga que os fundos de pensão tocam grandes economias de países no mundo todo. E claro que ao mesmo tempo em que nós reconhecemos a importância dos fundos de pensão, também estamos preocupados com a situação de alguns deles, como, por exemplo, é o caso do Aerus, que por falta da devida fiscalização teve o dinheiro desviado, acabou indo à falência e hoje nós temos aí milhares de pessoas que ficaram sem receber o benefício.

Eu tenho acompanhado a questão dos ex-funcionários da Varig e, recentemente, ganhamos – digo ganhamos até porque acompanhei esse debate até na Justiça – ações em algumas instâncias, mas o Governo continua recorrendo eternamente, enquanto as pessoas estão morrendo. O tal de conforto legal que diziam que tinha que haver a Justiça já deu.

Eu faço, mais uma vez, um apelo aqui para que o Governo pare de recorrer, protelando a decisão dos pagamentos, porque, com isso, milhares de pessoas continuam nessa expectativa e mais de mil já faleceram sem receber. Por exemplo, um comandante de um avião ganhava em torno de R\$10 mil, R\$12 mil, agora está ganhando um salário mínimo. A situação é desesperadora. A Justiça tem dado ganho de causa inúmeras vezes, mas a AGU continua recorrendo eternamente e isso, naturalmente, preocupa a todos.

Faço somente esta primeira introdução, já mostrando as minhas preocupações com os fundos de pensão.

Esperamos que a última decisão da Justiça seja cumprida, porque os funcionários do Aerus dependem do pagamento agora, no dia 4. Se o Governo não depositar o que corresponde à ação, eles ficarão, mais uma vez, sem salário.

Vamos para a nossa composição da Mesa.

Estão presentes o Ruy Brito, representante da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – convido-o para vir compor a Mesa; Isa Musa, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Claudia Ricaldoni também está conosco; o Warley Martins Gonçalves, da Cobap, a quem convido também a compor a Mesa.

Está presente, entre os convidados que havíamos agendado, o Dr. Sérgio D'Andréa, Desembargador aposentado, a quem convido também a vir compor a Mesa.

Se algum dos convidados já se encontra no plenário, a gente também já convida para compor a Mesa.

Já convidamos a Isa Musa, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil

Então, essa é a formação da Mesa dos primeiros quatro convidados. Se outros chegarem, nós faremos a devida adequação aos trabalhos.

Dr. Ruy Brito, o senhor é o primeiro da lista. Eu fiz uma pequena introdução da importância dos fundos de pensão e agora a palavra está com V. S^a.

Cada um terá dez minutos, com mais cinco, se necessário, para fazer a sua exposição sobre como está vendo a situação dos fundos de pensão no Brasil.

Dr. Ruy Brito com a palavra.

O SR. RUY BRITO – Senador Paulo Paim, meus companheiros e minhas companheiras da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, nós consideramos esta audiência pública extremamente importante na medida em que ela nos proporciona a oportunidade de fazermos uma avaliação do sistema complementar fechado, tendo em vista que, desde a sua origem, já ficou comprometido pela presença de *lobby* de grupos que pretendiam explorar o sistema com a finalidade de lucro.

Já no governo do Presidente Ernesto Geisel, quando o governo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto da Lei 6425, existiam fundos de pensão constituídos por iniciativa de empregados e empregadores, atuando sem nenhum dispositivo legal que disciplinasse suas atividades senão em decorrência dos normativos aprovados reciprocamente por empregados e empregadores.

Esses fundos de pensão, entre os quais a Previ, do Banco do Brasil, tinham sólidas reservas técnicas que eram aplicadas com o máximo de segurança em operações de financiamento a seus associados. Como a Bolsa de Valores se encontrava em crise desde 1971, o Ministério da Fazenda tinha interesse, – digamos como se fala comumente – estava de olho gordo nas reservas desses fundos de pensão – o que foi revelado durante apresentação do projeto da Lei nº 6.435 – para torná-los investidores institucionais nas Bolsas de Valores a fim de salvá-las.

A própria Lei nº 6.425, atendendo ao *lobby* das seguradoras e dos bancos, contribuiu para que o sistema complementar fosse dividido em duas fases: uma fase sem fins lucrativos, as entidades fechadas; a outra fase as entidades abertas, administradas por empresas seguradoras – e a lei foi muito honesta neste particular – com o fito de lucro. Os fundos abertos, administrados pelas seguradoras, seriam supervisionadas pela Susep e as entidades fechadas pelo Ministério da Previdência Complementar.

Logo no Decreto nº 81.240, que regulamentou a lei, o Governo introduziu um – digamos – contrabando e aí já começou o processo de deformação dos fundos de pensão. O Governo não havia conseguido obter aprovação na Lei nº 6.435 de um dispositivo exigindo

limite de idade; a lei não contemplava isso. Porém, no decreto, foi instituído que o associado de um fundo de pensão aposentado pela Previdência Social só teria direito ao complemento pago pelo fundo de pensão se, no momento da aposentadoria, contasse com 55 anos de idade.

Por paradoxal que possa parecer, os fundos de pensão, sobretudo os patrocinados pelos chamados Entes estatais, ao invés de se adaptarem à lei se adaptaram ao decreto. Com isso ficaram prejudicados os associados dos fundos de pensão. Ou seja, a estatização permitiu a ingerência do Governo no sistema, favoreceu o *lobby* das seguradoras, que queriam explorá-la com o fito de lucro, e restringiu e prejudicou o direito dos associados. A estatização ampliando poder do Estado não foi benéfica para os trabalhadores.

No desdobramento, na continuação desse fato, aumentou uma incompreensão, sobretudo na área do Ministério da Fazenda, com relação à função dos fundos das empresas estatais.

Com o projeto de lei que criou a Emenda Constitucional nº 20 acentuou-se a influência do poder econômico. Tive oportunidade, por acaso, de participar de um seminário promovido pelo Instituto Liberal, em São Paulo, do qual participavam o então Ministro da Previdência Social Reinhold Stephanes, o secretário tinha um posto qualquer no Ministério da Fazenda José Roberto Mendonça de Barros e o embaixador do Chile no Brasil.

Esse seminário foi realizado para empresas seguradoras e ali foi confessado claramente que havia setores do governo que tinham interesse em seguir aqui o modelo chileno de previdência complementar, que naquela ocasião estava na moda. O governo iria encaminhar – e isso aconteceu – um projeto de lei que criou o Fapi, Fundo de Aposentadoria Programada Individual, administrado por bancos e seguradoras, reforçando a presença do poder econômico no sistema. E aí também se impôs uma restrição aos chamados fundos das empresas estatais, que passou e se acabou aprovando a Lei Complementar nº 108, que é rigorosamente, no nosso entendimento, inconstitucional, porque cria restrição para as sociedades de economia mista que patrocinam fundos de pensão.

No meu entender, em rigor, não existem no Brasil empresas estatais, porque as chamadas empresas estatais do setor produtivo, as sociedades de economia mista, são empresas juridicamente de direito privado. As suas relações de emprego são regidas pela mesma legislação aplicável à empresa privada. Essas empresas só têm direito a benefícios e incentivos fiscais que sejam aplicados às empresas privadas. Elas atuam no mercado como repassadoras de custos aos preços.

Sobretudo as suas contribuições para a Previdência Social são repassadas, contrariando um ponto de vista generalizado defendido no Governo, segundo o qual quem paga a contribuição das empresas estatais é o Tesouro Nacional. Isso não passa de uma falácia para liquidar o sistema fechado de previdência complementar e instalar no Brasil um sistema mercantilista que fracassou no Chile, fracassou na Argentina e fracassou onde foi implementado.

Pois bem, na sequência, o chamado Departamento de Controle das Empresas Estatais, que está submetido rigorosamente aos interesses de grupos econômicos, estimulou muito os fundos abertos administrados pelos bancos. E a Previ é exatamente o exemplo a não ser seguido, a ser evitado, porque ali, por pressão e por influência governamental, aliada à cumplicidade daquilo que eu chamo de burocracia sindical parasitária, criou-se um sistema que tem prejudicado sensivelmente os associados e inaugurou-se uma era em que o patrocinador passou a ser capitalizado com recursos do fundo de pensão; não do fundo de pensão, porque o fundo de pensão simplesmente administra as poupanças de contribuição dos associados; quem é onerado, quem recebe recursos e quem paga recursos é o plano de benefícios. Então, qualquer ônus que se crie onera não o fundo de pensão, mas onera o plano de benefícios.

Foi feito um acordo na Previ, por influência do governo, na época do governo Fernando Henrique Cardoso, pelo qual o Banco do Brasil se livrou de uma dívida de R\$10,9 bilhões, com abatimento inicial de R\$5,075 bilhões e o direito de se apropriar de dois terços dos futuros superávits do fundo de pensão para amortização da dívida, que estava prevista para ser amortizada em 32 anos e acabou sendo paga em 5 ou 6 anos, com recursos do plano de benefícios.

Pois bem, por ocasião da Emenda à Constituição nº 20, criou-se, então, a Lei nº 108, que, como eu já tive oportunidade de dizer, é rigorosamente inconstitucional.

Na sequência desse fato, inaugurada a era em que o patrocinador passou a ser capitalizado com recursos do fundo de pensão, os mesmos grupos que haviam contribuído para que isso ocorresse na Previ foram os mentores da chamada Resolução CGPC 26, que atribuiu ao patrocinador o direito de participar das reservas apuradas pelos fundos de pensão na proporção das suas contribuições. Isso é promover o enriquecimento ilícito do patrocinador, na mesma medida em que debilita os fundos fechados.

E agora, com o projeto de resolução que pretende regulamentar a retirada do patrocinador, em primeiro lugar, estabelece-se um critério pelo qual se consagra o princípio da retirada injustificada. O patrocinador não

precisa justificar a sua retirada. Ele cai fora na hora em que quiser, com uma clara violação de direitos. Aos próprios aposentados é oferecida a opção de ou receberem, de uma tacada só, as suas reservas – e isso é um absurdo, porque viola o direito adquirido –, ou então optarem por um fundo aberto administrado por bancos e seguradoras. Ou seja, estimula-se, mais uma vez, a existência de fundos abertos, e fragiliza-se, em definitivo, o sistema de previdência complementar fechado.

Então, é preciso alertar o Congresso Nacional para esse fato, de extrema gravidade. Estamos em uma marcha batida para que o sistema complementar seja inteiramente constituído por fundos abertos, com objetivos mercantis, descartada inteiramente a possibilidade da existência de fundos fechados com objetivos exclusivamente sociais. E aí, ter-se-á desnaturado inteiramente o sistema e sacrificados os objetivos sociais daqueles que inspiraram, no início do século passado, a criação de um sistema com objetivos sociais para proteger os trabalhadores.

É para isso que queremos alertar V. Ex^a e o Congresso Nacional, que é uma espécie de desaguadouro das aspirações populares, para que tome providência no sentido de sustar, de frear essa marcha batida do sistema complementar para ser caracterizado única e exclusivamente por um sistema com bases mercantilistas para dar lucros ao sistema financeiro.

É isso que poderei inicialmente lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (Palmas.)

Esse foi o Dr. Ruy Brito, representante da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Já está conosco a Senadora Ana Rita, que é Vice-Presidente desta Comissão.

Vamos passar a palavra, neste momento, à Dr^a Claudia Ricaldoni, que aqui representa o Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão.

Claudia com a palavra. Depois, teremos também – que até já chegou aqui – a fala do representante da Cobap. Mas, na sequência, faremos outra Mesa.

A SR^a CLAUDIA RICARDONI – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Senador, Senadora. É sempre bom a gente vir ao Congresso falar um pouco de previdência complementar, porque o nosso sistema tem o hábito de ser divulgado com as más notícias e com notícias de outros interesses.

O sistema previdência complementar no Brasil nasceu... A palavra nasceu é um pouco forte, mas é porque a partir da Lei 6.435 é que a maior parte das entidades de previdência complementar no Brasil foi

criada. Essa lei com uma visão muito clara – o Dr. Ruy já falou – tinha o objetivo de fomentar a poupança previdenciária de longo prazo e fomentar o mercado de capitais no Brasil.

Essa lei é de 1977. Embora já tenhamos no Brasil algumas entidades antes dessa data, a grande maioria foi criada a partir daí.

Criou-se um modelo no Brasil de previdência – estou falando um modelo geral – que tem dois pilares: o pilar público e o pilar complementar. São regras diferentes e visões diferentes. Agora, tanto na Constituição quanto na lei, nas duas leis – a 6.435 já dizia isso – nós estamos falando de modelo de previdência. A diferença é a forma de chegar ao objetivo. A Previdência Pública é um regime de caixa, todos nós conhecemos como funciona. A previdência complementar trabalha com regime de capitalização; então, ela precisa aplicar esses recursos. Agora, é uma questão de forma, o objetivo é um só: é previdência.

Como bem disse o Dr. Ruy, ao longo desse tempo acho que a visão previdenciária do sistema complementar começou a ser deturpada e hoje nós temos uma visão muito mais financeira do que de previdência. Vamos pontuar por que a gente imagina que seja assim.

Hoje, no Brasil, nós temos 256 – pouco mais, pouco menos – entidades fechadas de previdência complementar. Essas entidades administram hoje em torno de 1.030 planos de previdência, o.k.? A grande maioria dessas entidades e desses planos é patrocinada por empresas privadas e não por empresas públicas ou estatais, não é? Se o sistema, em determinado momento, nasceu com a forte presença de patrocinadores estatais, com o processo de privatização desses patrocinadores, hoje a relação mudou. E, nesse processo de privatização que se inicia na década de 90, a gente começa a ter o ataque – e eu chamo de ataque mesmo – ao conceito previdenciário dessas entidades. Não há um fundo de pensão no Brasil, não há um plano de benefício neste País que não tenha sido mexido em relação ao seu contrato original, Senador. O nosso sistema hoje padece do que eu chamo de instabilidade institucional.

Em 2001, foi aprovada a Lei Complementar nº 109, que, no seu art. 17, diz exatamente o seguinte:

As alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observado o direito acumulado de cada participante.

O grande problema é que ninguém neste País sabe o que é direito acumulado. Direito adquirido a gente sabe: é aquele elegível ao benefício.

Esse dispositivo da lei significa exatamente o seguinte: eu entro numa entidade, compro aquele plano – e comprar o plano é aderir ao seu regulamento, que estabelece regras, direitos e deveres de patrocinadores e de participantes – e vou contribuir sobre aquele contrato previdenciário.

O que tem sido feito nessas entidades é que, a partir do art. 17, quando ocorre algum problema, as entidades de previdência mudam a regra do jogo e alteram o regulamento.

Na verdade, qualquer um de nós que entrar hoje no sistema de previdência sabe o que está comprando hoje; não tem a menor ideia do que vai receber no futuro, independentemente de problemas de solvência da entidade ou de problemas de aplicação.

Semana retrasada estive na Previc, que é o órgão que fiscaliza o sistema e também aprova essas alterações, e o que se vê é isso: a entidade tem algum problema na gestão do plano e altera o regulamento, de forma a modificar direito futuro dos participantes não elegíveis.

Então me parece pouco razoável que se tenha um sistema de previdência complementar com caráter previdenciário, que deve dar segurança aos seus 2,9 milhões de participantes, mas a maioria dos participantes não sabe que o que estão comprando pode ser mudado a qualquer momento, a partir do interesse do patrocinador.

As Leis nºs 108 e 109 instituíram a participação dos membros na gestão das entidades, com uma diferença: para o pessoal da Lei nº 108, patrocinado por empresas estatais, os conselhos deliberativo e fiscal têm paridade, sendo que o voto de desempate é sempre do patrocinador no conselho deliberativo, o que vale dizer que não há mudança que o patrocinador queira fazer que ele não faça. E, no conselho fiscal, o voto de minerva é do participante presidente.

Já nas entidades sob a égide da Lei nº 109, o participante tem um terço. Não é obrigatória a eleição. Há entidades no Brasil, senhores, cujo patrocinador indica aquele que vai representar o participante. Geralmente é o gerente de benefícios da empresa. Então sabemos que tipo de representação será essa.

O Dr. Ruy falou muito bem. Existem setores do Governo – e não podemos dizer que é o Governo como um todo, nós que militamos e trabalhamos o tempo todo nessa área – que entendem a previdência complementar como um produto financeiro. E, a partir desse entendimento equivocado, é possível compreender porque fizeram tanta força para sair a CGPC nº 26, que, no nosso ponto de vista, é absolutamente ilegal, porque passa por cima da lei. A Lei nº 109 diz claramente o que se faz com excedentes. Superávit de

planos de previdência tem que ser investido no plano, exatamente porque existe um conceito de previdência. Estamos falando de previdência e não de produto financeiro. Fundo de pensão não dá lucro. Fundo de pensão tem déficit ou superávit. E a lei é muito clara ao definir como se equaliza e equilibra tanto o déficit quanto o superávit.

Por pressão das patrocinadoras, deve-se dizer que não só patrocinadoras estatais... Vou fazer um parêntese. Muito do superávit dos planos de previdência no Brasil, Senador, é criado a partir de política de demissão dos trabalhadores da ativa. Então, se uma empresa privada quiser criar um superávit num plano de benefício definido nessa modalidade, demite metade, principalmente os mais velhos, e cria o superávit. Nesse momento de privatização no Brasil, na década de 90, foi exatamente isso que nós vimos: grande contingente de trabalhadores sendo demitidos das empresas patrocinadoras, deixando nas entidades fechadas recursos gerando esse superávit, que, depois, foram apropriados pela patrocinadora.

A CGPC 26 não veio para atender a patrocinador A ou B. Veio para atender ao conjunto de patrocinadores que olhava ali aquele superávit. E acho prudente não deixar o ser humano olhar com esse olho ganancioso para esse dinheiro. Nós estamos falando, só da Previ, em 7 bilhões; da IBM, um bilhão e qualquer coisa; da Fundação Itaúbanko, acho que mais 900 milhões; da Gerdau, 780. É disso que nós estamos falando.

A Lei nº 6.435 não falava uma linha sobre retirada de patrocínio. Mas, em 1988, criou-se uma resolução que estabelecia a possibilidade de o patrocinador se retirar. Você regulamenta uma coisa que a lei não prevê.

A Lei nº 109, no seu art. 125, prevê a retirada de patrocínio. Ela não diz como se dá essa retirada, diz que é possível. Vamos entender que nosso sistema é facultativo para patrocinadores e para participantes. Então, da mesma forma que eu posso entrar, eu posso sair. O curioso é que esta mesma Lei 109 diz que o participante em gozo de benefício elegível tem direito às regras do plano, que é o direito adquirido dele. Para passar por cima disso, o que tem sido feito ao longo dos últimos 12 anos? Para você não ter problema do direito adquirido, você acaba com o plano de previdência. São milhares de participantes idosos em gozo de benefício que recebem à vista o que resta do benefício.

E aí é uma questão técnica. Em planos de benefício definido, quanto mais idoso a gente é, menor a reserva futura. Chegou-se ao absurdo, Senador, de um processo de retirada de patrocínio em que na hora que fomos fazer o cálculo das reservas, havia uma participante que estava devendo para o Fundo. Ela tinha 94 anos. Essa é minha “ídola”, Dona Bernadete, porque

fez o que todo mundo tem que fazer: entrar na Justiça para garantir o benefício dela.

Então, fico pensando como é possível, se está na Constituição, se faz parte da previdência no Brasil esse pilar de previdência complementar, nós vivermos nesse nível de instabilidade de regra. Eu posso mudar o plano a qualquer momento, o patrocinador pode se retirar e, depois de eu contribuir 30, 50 anos, já estando com 80, 85 anos, alguém me dá um dinheiro e me manda ir ao mercado comprar meu benefício. Isso, além de ser uma maldade de todo tamanho, não me parece razoável no Estado que a gente está vivendo. A Anapar, junto com outras entidades, estamos tentando aprovar uma resolução de retirada que proteja o participante.

Vocês não têm ideia da dificuldade que é convencer setores do Governo – e vamos dizer muito claramente –, os representantes da Fazenda, os representantes dos patrocinadores, de que eles têm que respeitar o direito das pessoas. A visão é a seguinte: Claudia, qual o problema de a gente dar o dinheiro para essas pessoas? Na verdade, as pessoas não compraram um valor monetário, compraram um benefício de renda vitalícia.

Só para encerrar, tivemos, nesse processo, um parecer da Advocacia-Geral da União dizendo que, para eles, é absolutamente claro que o direito adquirido ao benefício de renda vitalícia existe, está consolidado. Só que esse direito vitalício pode ser pago à vista.

E aí eu quero saber como você consegue traduzir um direito que é vitalício para você e seus dependentes, trazer a valor presente e dar um valor monetário?

Essa retirada de patrocínio, do jeito que está sendo feito, só é possível porque o nosso sistema perdeu o foco de previdência. O foco, hoje, é estritamente financeiro. E a nós, participantes, e acredito que a nós, Governo, e a nós, representantes do povo, interessa que esse sistema volte a ser previdenciário, porque é o desenho da previdência no Brasil. Eu acho que está sendo desvirtuado por pessoas que têm uma visão que a gente chama de cabeça de planilha.

Estamos trabalhando com a vida das pessoas, com a vida, com a segurança, com a tranquilidade. Dinheiro é meio, não é o fim em si mesmo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr^a Claudia Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes do Fundo de Pensão.

Na abertura dos trabalhos – a Senadora Ana Rita vai ter que se retirar por causa do plenário, mas, se puder voltar, nós a aguardamos –, eu falei da situação do Aerus, na abertura, e recebi aqui o seguinte documento, da Graziella Baggio e do Celso, que pediram

que eu o lesse aqui, porque os dependentes do fundo de pensão Aerus estão num desespero muito grande, acho que vocês acompanham.

Esta é a posição, até o momento, que vou aqui retratar:

Justiça mantém antecipação de tutela para aposentados do Aerus.

Recurso ingressado pela AGU foi negado pelo TRF-1. Expectativa das entidades cutistas é de que a União pague os benefícios a partir do mês que vem. [Tem que pagar até o dia 4] Nesta terça-feira, [dia 21 passado], os diretores sindicais da Fentac/CUT e dos sindicatos de aeronautas e aeroviários, Celso Klafke e Graziella Baggio, reuniram-se em Brasília com os advogados do escritório do Dr. Castagna Maia, para discutir a ação do Aerus. Após a reunião, os advogados postaram no blog o texto “o motivo do silêncio”, no qual relatam os acontecimentos da última semana.

Após a decisão da Justiça a favor dos aposentados do Aerus, a AGU (Advocacia Geral da União) informou que já havia solicitado à Previc (Secretaria de Previdência Complementar) informações sobre quanto custaria cumprir a decisão para a União. Todavia, a AGU também entrou com pedido de suspensão de liminar para cassar a antecipação de tutela conquistada pelos aposentados [desse Fundo]. Diante do recurso, o escritório do Dr. Maia [já falecido, faço aqui uma homenagem a ele, um lutador por esta causa] imediatamente apresentou à Justiça, nos autos da ação, um memorial da defesa dos trabalhadores, para justificar os motivos pelos quais a suspensão não deveria ser concedida. Na terça, às 18 horas, saiu a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), mantendo a antecipação de tutela.

A decisão afirma que “não há motivos para que a sentença não produza seus efeitos, frustrando, mais uma vez, justas expectativas de aposentados e pensionistas de perceberem a complementação de seus proventos após o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 2004.34.00.010.319-2 na primeira instância, como decidiu a Suprema Corte no Agravo Regimental na Suspensão de Liminar 127-2, em 14/04/2010”, e indefere (nega) o pedido da União.

O escritório esclarece que a AGU ainda pode ingressar com recurso, porém sem efeito suspensivo. Assim, a expectativa dos sindicalistas

[de todos] é de que a União pague as pensões e aposentadorias já no próximo mês. [Conforme me disseram, dia 4] E, caso isso não ocorra, os sindicatos cutistas [sindicalistas] e a Fentac/CUT, através do escritório do Dr. Maia, tomarão as medidas judiciais necessárias. Os sindicalistas [que estão nessa batalha] seguem em Brasília para conversar com Senadores e demais autoridades, em defesa dessa [buscando uma] solução [definitiva] para o caso Aerus.

Os sindicalistas cutistas e a Associação de Pensionistas da Transbrasil ingressaram [também] com a ação em 2004. Ganham a tutela antecipada em 2006. A AGU derrubou a antecipação em 2008. Em 2010, houve audiência no Supremo Tribunal Federal, na qual a Suprema Corte, no Agravo Regimental, decidiu pela suspensão da liminar. Em 2012, no dia 13 de julho, é julgado o mérito da ação, a favor dos aposentados e pensionistas, pelo Juiz Jamil Rosa de Jesus Oliveira, da 14ª Vara Federal do DF.

Esclarecemos, ainda, que todas as providências estão sendo tomadas,

Esse é o resumo, é o comentário que eles fazem. Enfim, esperamos que seja depositado o correspondente a que têm direito os aposentados e pensionistas, para que eles possam receber o seu benefício no dia 4.

Estou me referindo aqui à informação: “Justiça mantém antecipação da tutela para aposentados do Aerus”.

Vamos aqui, agora, passar a palavra para a Dr^a Isa Musa, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

A SR^a ISA MUSA – Muito obrigada a Sua Excelência, Senador, colegas, companheiros de luta, Srs. Presentes, eu quero vos falar de medo. Eu quero vos falar de insegurança jurídica. Eu quero vos falar em nome de aposentados, pensionistas, que, no outono da vida, se sentem ameaçados pelas instituições nas quais mais depositaram a sua confiança, o seu antigo empregador, no nosso caso específico, o Banco do Brasil, e na nossa cria, a Previ.

Diferente de outros grandes fundos de pensão do País, a nossa Previ nasceu de iniciativa nossa, trabalhadores conscientes, preocupados com um futuro, cientes de que a previdência oficial não poderia oferecer a esses a mesma qualidade de vida depois de deixarem a vida laborativa e criaram um fundo, uma caixa, para assegurar a complementação das suas aposentadorias.

Isso funcionava muito bem até que sucessivos governos entenderam que era uma grande ideia para o

patrocinador. É um grande negócio ter fundo de pensão, é um grande negócio ter plano de previdência complementar. Significa ter disponível um caixa a sua mão.

As leis, Excelência, que deveriam proteger o mais fraco, os mariscos, que somos nós, aposentados, pensionistas, participantes, as leis, sucessivamente, têm violado direitos adquiridos, atos jurídicos perfeitos. Eu vos falo de insegurança jurídica.

Por que não assistimos a uma reação de proteção desta Casa, o Congresso? O nosso Congresso permite que nove iluminados do Conselho nacional de Previdência Complementar sentem e elaborem resoluções que extrapolem leis. E, quando uma entidade recorre com uma ação de inconstitucionalidade, recebemos outro balde de água fria, ao ver que a questão não é de inconstitucionalidade, mas de ilegalidade.

Nós temos a pecha de privilegiados, que é difundida pela imprensa. No dia 22 de agosto, a revista *Exame* ousou dizer que, na década de 90, o banco do Brasil teve que capitalizar a Previ. A revista *Exame* tem um alcance muito limitado porque não é uma revista popular, mas alcança setores da sociedade que conhecem planos de previdência, que discutem, que investem e que têm uma séria preocupação com o Banco do Brasil. Então, o Banco do Brasil investe dinheiro, teve que cobrir rombo do seu fundo de pensão? Isso é uma mentira! É uma mentira deslavada que nós, da Federação, tentamos direito de resposta junto à revista *Exame*. Vamos ver se vamos conseguir.

Mas esta sessão, esta audiência está sendo gravada, está sendo transmitida, também, ao vivo para todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Só para ajudar, estamos ao vivo para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Internet, pelos canais 3 e 8 e, também, pela Rádio Senado. Claro que, quando começar a sessão do plenário, ela será retransmitida à noite.

A SRª ISA MUSA – Pois não. E nós só queremos gravar, para poder multiplicar isso, Senador. Até já passei uma mídia para a equipe técnica.

É preciso que o Brasil saiba que jamais o Banco do Brasil teve que injetar dinheiro na Previ para cobrir rombos. Não existe isso. Ao contrário, o Banco do Brasil inaugurou, a partir de 97, todo um processo de se apropriar de recursos de patrimônio da Previ, que não é da Previ, é de participantes e assistidos. Patrocinador não se enquadra em nenhuma dessas categorias. Não é participante nem é assistido.

O que nós percebemos é que a legislação, que deveria nos proteger – nós, os mariscos, quanto ao patrocinador e ao fundo; nós, participantes e assistidos, somos os mariscos –, a legislação não nos protege.

A 6.435 alterou direitos. O decreto...

Ruy, como é o Decreto de 81?

SR. RUY BRITO – É o 240.

A SRª ISA MUSA – De 81, o 240. Veio bulir nos nossos direitos.

A Emenda Constitucional nº 20 é altamente inconstitucional. As Leis 108 e 109 ainda causam uma discriminação entre participante e assistido de entidade de previdência fechada e entidade aberta. Então, somos discriminados por termos nossas origens estatais.

E agora a Resolução nº 26 e a minuta, que está em estudo no mesmo Conselho, que ousou redigir uma resolução que permite a divisão de reservas do plano, está preparando uma minuta de retirada de patrocínio. Já existe uma norma em vigor que versa sobre retirada de patrocínio. A alegação é de que ela é velha, é caduca. Então, é preciso reformulá-la.

Fomos conversar com autoridades do Governo sobre o nosso receio, em particular de aposentado e pensionista do Banco do Brasil, com relação à Previ do Banco do Brasil querer se retirar do Plano 1. E ouvimos: ora, mas o Governo jamais vai permitir que o Banco do Brasil se retire do Plano 1.

Este Governo talvez não. Mas, e os demais? Quem estará na cadeira da Senhora Presidenta, Dona Dilma, daqui a 15, 20, 30, 40 anos?

É esta a tranquilidade que nos querem dar? Não, o Governo não vai se retirar da Previ. É?

Eu vos digo: a questão não é se, mas quando. E esta instabilidade é que nos traz aqui, ao Congresso. Nós precisamos colocar ordem na desordem jurídica. As resoluções têm feito as leis. Uma resolução não pode vir ferir o espírito do legislador. E é o que tem sido feito, senhoras e senhores.

É muito difícil falar depois do Ruy, da Claudia, porque eles têm um embasamento técnico – a Claudia, principalmente –, um conhecimento da realidade de todos os fundos de pensão. Eu cuido apenas dos meus velhinhos e velhinhas do Banco do Brasil, mas eu sei que a Previ é a pedra de toque, porque é onde existem os recursos mais expressivos e onde, também, sucessivos governos têm olhos gulosos.

Eu peço às autoridades, peço ao Congresso, que tenham carinho com relação às normas que regem a previdência complementar, principalmente agora que o Governo está criando o fundo de pensão do funcionário público. Já vai criar um fundo de pensão desacreditado em que o participante não sabe o que o espera lá, na frente, quando, na velhice, mais precisar. Fosse eu jovem, de 20 anos, funcionária pública, eu não iria aderir a esse fundo de pensão do Governo, não. Eu teria receio, se eu soubesse que o contrato que assinei em 1970, quando eu tomei posse no Banco do

Brasil - que dizia que, para eu tomar posse no Banco do Brasil, eu teria de aderir à Previ, ou seja, era vinculado ao meu contrato de trabalho -, seria rasgado por uma resolução de nove iluminados do Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Muito obrigada.

Era só isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Sr^a Isa Musa, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, que faz um alerta, eu diria, à Nação e levanta aqui as suas preocupações.

Passamos agora a palavra ao Desembargador aposentado Dr. Sérgio D'Andréa.

O SR. SÉRGIO D'ANDRÉA FERREIRA – Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, eminentes companheiros de Mesa, meus amigos presenciais e virtuais, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer da honra que experimento em participar desta Mesa e deste evento e dizer que esta Comissão é efetivamente a comissão certa para tratar desse assunto, porque a previdência é um direito humano básico.

A nossa Constituição elege a previdência, no seu art. 6º, como um direito subjetivo social fundamental. Essa é a base de tudo. Se não olharmos a previdência, do ponto de vista jurídico, como parte da ordem social, como direito social fundamental, que existe para proteger, para assegurar, para beneficiar – a prestação se chama benefício, não por ser uma benesse, porque há contribuição, mas, sim, porque tem de ser para beneficiar, para favorecer –, se não olharmos o quadro desse modo, não chegaremos, nem do ponto de vista concreto, material, muito menos do ponto de vista jurídico, a um porto seguro.

Se é assim, se o aspecto jurídico é fundamental e o enfoque social é básico, o papel do Congresso é inafastável. Na verdade, Senador, o Congresso tem de recuperar, retomar o seu papel legislativo no campo da previdência complementar, muito especialmente a previdência complementar fechada. Por que isso? Porque, como foi aqui salientado tão bem pelos ilustres colegas, a legislação que tem existido e que existe – a legislação mesmo, lei formal – não assegura, com esse caráter realmente previdenciário e social, os direitos e os legítimos interesses da comunidade a que tem de servir. É preciso, portanto, pensar-se, desde logo, na reforma da legislação vigente. Do ponto de vista jurídico e muito mais do ponto de vista humano e social, ela contém erros gravíssimos, não trata adequadamente dos institutos e, dessa forma, abre caminho para que autoridade administrativa se substitua ao Legislativo, que é isso que está ocorrendo.

Nós sabemos que, com a introdução no Direito da figura da regulação, que não é legislação do ponto de vista formal, mas que é mais que regulamentação - temos aí as agências reguladoras -, a regulação é um complicador nessa inter-relação entre normas, do ponto de vista da sua hierarquia. E assim como quem regula quer quer... se sente com a tentação de exorbitar e, portanto, de legislar, aquele que regula quer regular e legislar. E nós temos essas duas figuras na previdência complementar. Temos a regulação, como foi salientado aqui, com propriedade, por um órgão administrativo que integra o Ministério da Previdência; e temos uma autarquia executiva que pensa que é agência reguladora – e não é – a que cabe tão somente regulamentar, portanto, criar os procedimentos adequados, e que quer, por sua vez, regular. Portanto, há um abuso hierárquico do ponto de vista do escalonamento das normas jurídicas.

Então, é preciso – é essa a opinião – que o Congresso Nacional assuma seu papel e legisle – legisle adequadamente, legisle dentro desse enfoque social, respeitando os princípios e as regras constitucionais que também forem válidas, e dê a segurança e a higidez necessárias ao setor.

O conjunto de lacunas na legislação é enorme, ou/e há erros. Assim, por exemplo – aqui foi tantas vezes focalizado –, o direito adquirido. O conceito de direito adquirido que está na Lei nº 109 é um conceito paupérrimo, confunde direito adquirido com direito consumado, que é aquele do já elegível. Há todo esse problema de mudança de regulamento, de plano, atingindo os que já celebraram o contrato. E a Constituição estabelece que o vínculo entre o participante e o plano e, conseqüentemente, o fundo de pensão, é um vínculo contratual, portanto, um ato jurídico perfeito, gerador de direitos adquiridos etc. O direito adquirido é muito mais do que isso. É preciso que ele anteceda a elegibilidade, sob pena de ficarmos à mercê dessas modificações.

Outra falha grave, que é uma falha básica, de fundo: é preciso dar a configuração juridicamente correta do que seja o plano. O plano é um ente jurídico que não tem personalidade. Talvez seja de se pensar em ter, tendo em vista a criação dos fundos múltiplos, em que, em vez daquelas entidades ortodoxas, como é a Previ e outras... Talvez fosse preciso dar personalidade jurídica. Mas isso não tem importância. Ele continua, tal como o condomínio edilício etc., sendo um ente jurídico, que tem três elementos básicos: o regulamento; a massa de patrocinador, de participantes etc., e tem o que é fundamental, o patrimônio.

O regulamento não é um regulamento que pode ser modificado senão para o futuro. Por quê? Porque

o regulamento é uma proposta de contrato. A própria lei diz que o plano tem de ser oferecido, portanto, o regulamento é uma proposta de contrato. Essa proposta pode mudar para os futuros contratos, mas não para os contratos já celebrados, já consolidados – situações, portanto, jurídicas subjetivadas.

Há um patrimônio – patrimônio vinculado ao plano, o patrimônio é do plano. E quem detém esse patrimônio, na verdade? São os participantes. A patrocinadora contribui, mas não é comunheira nesse patrimônio. O patrimônio é dos participantes, tanto assim que, quando se liquida a entidade, quem recebe? São os participantes, ativos, assistidos, etc., quando existe possibilidade disso. O patrimônio está entregue à entidade, fiduciariamente, para que ela administre, e administre bem. Mas o patrimônio, volto a dizer, é dos participantes. E isso resolve o problema da atribuição, por exemplo, do superávit, que é um problema grave, do qual participa a patrocinadora quando não é titular daquele patrimônio.

E muitos outros aspectos merecem o tratamento legal para que prevaleçam os dois princípios básicos do Estado de direito, que é a reserva legal – quer dizer, há determinados assuntos, institutos, etc., que só podem ser tratados em lei, e não em atos administrativos – e a preferência legal – quer dizer, mesmo que, em princípio, possa ser feito por uma autoridade administrativa, se a lei dispuser, se sobrepõe a ela. Ou seja, não basta mencionar a retirada de patrocínio, palavra que dá ideia de fuga, não é? Retirada. E saída, saída pelos fundos. Juridicamente, esse fenômeno da retirada é um fenômeno seriíssimo, é uma denúncia do contrato que a patrocinadora tem com o plano, com o fundo e, conseqüentemente, com cada um dos patrocinadores. E, dessa forma, essa denúncia é uma denúncia cheia, como se dizia na época da legislação do inquilinato. Quer dizer, é preciso que a retirada seja motivada, porque nós devemos entender que a vida econômica, a vida social vai apresentando mutações que têm de ser atendidas. Mas não dessa forma imotivada, ao bel-prazer da patrocinadora. Isso é absolutamente antijurídico. Não é inconstitucional, é anticonstitucional, porque fere exatamente um direito humano.

Existe o problema dos recursos. Os atos da Previc não têm, salvo na questão disciplinar, uma instância de recursos, diferentemente da Previdência Social, que tem lá aquela Justiça, quer dizer, Justiça administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Sérgio, se V. S^a me permitir, vou ter que ir ao plenário rapidamente, porque está para ser votado um requerimento de minha autoria que é fundamental para os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Se eu

não estiver lá, eles derrubam o requerimento na hora. Então, nós vamos dar uma corrida até lá.

O SR. SÉRGIO D'ANDRÉA FERREIRA – Claro, vá tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesse período, o Senador Eduardo Lopes vai assumir a Presidência, me fazendo a gentileza. O Senador Eduardo Lopes tinha um compromisso agora com uma frente parlamentar, mas me disse: “Não, Paim, se é importante para os trabalhadores, eu fico com você até você resolver esse problema.”

Então, o Senador Eduardo Lopes assume aqui enquanto eu vou lá, e eu retornarei para cá.

Senador Eduardo Lopes, por favor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Bom dia a todos. É com alegria que faço essa gentileza, esse favor ao nosso querido Senador Paulo Paim e também em defesa dos trabalhadores.

O senhor tem a palavra.

O SR. SÉRGIO D'ANDRÉA FERREIRA – Muito obrigado.

Como eu dizia, lacunas e erronias legais estão aí, a desafiar o próprio Congresso Nacional.

Lembro, por outro lado, que, enquanto essa legislação não alcança o nível desejado, o Congresso detém um instrumento muito importante para impedir o abuso na regulação, um instrumento que está no art. 49, V, da Constituição, que dispõe que compete ao Congresso Nacional “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”.

Finalmente, gostaria aqui de, mais uma vez, realçar a necessidade de uma emenda constitucional que crie a Justiça Previdenciária, justiça essa que seria criada à semelhança da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho.

Primeiro, há uma querela infundável de competência entre a Justiça comum e a Justiça do Trabalho. Uma Justiça especializada em matéria previdenciária teria uma visão completa dos vários ramos da previdência – a previdência naquilo que ela tem de comum a todos, portanto, esses institutos jurídicos básicos, a teoria geral do Direito Previdenciário, que ainda falta por fazer, e teria as suas especializações na Previdência, no Regime Geral da Previdência Social, na Previdência do Regime Próprio dos servidores e, agora com essa complementação, o regime complementar não só do Regime Geral da Previdência, como também do Regime Próprio.

Essa Justiça seria composta de primeira instância, evidentemente, de um tribunal intermediário e de um tribunal superior, à semelhança do que ocorre com a Justiça do Trabalho. Isso fortaleceria a Previdência

como instituição, fortaleceria o Direito Previdenciário, permitiria uma especialização e, conseqüentemente, também uma agilização de processos.

Portanto, clamo ao Congresso que ele assuma sua real posição em defesa da sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Encerrada a primeira Mesa, eu quero agradecer a todos, convocando a segunda Mesa.

Está desfeita, então, a primeira Mesa.

Quero convidar, para a segunda Mesa, Fernando Amaral Baptista Filho, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; Gilson da Costa Matos, Diretor de Seguridade Social da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap); também o Sr. Paulo Roberto Gomes da Silva, Coordenador de Planejamento Estratégico da Fundação dos Economistas Federais (Funcef). Sejam bem-vindos.

Pergunto se seguimos a ordem aqui ou se desejam que eu siga outra ordem. Posso dar a palavra conforme essa ordem? (*Pausa.*) Então, dou a palavra ao Sr. Fernando Amaral Baptista Filho.

O SR. FERNANDO AMARAL BAPTISTA FILHO – Bom dia, Sr. Senador, companheiros de Mesa e senhores que nos antecederam na Mesa anterior e demais presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a iniciativa desta audiência pública.

Conforme já ficou plenamente registrado na Mesa anterior, a angústia por que passam os participantes de fundos de pensão a cada momento que se discute a possibilidade de alteração nas regras que garantem a eles os direitos adquiridos quando da adesão aos seus respectivos contratos, angustia demais esse coletivo de pessoas e seus respectivos pensionistas.

Neste momento eu gostaria, depois de vários técnicos da área que falaram na Mesa anterior, de abordar um pouco as questões das premissas e dos fundamentos do regime de Previdência.

A previdência participa do sistema de seguridade do País. Participando do sistema de seguridade, ela tem uma diferença entre os outros dois pilares, que são a saúde e a assistência social. Assistência social e saúde não são sistemas contributivos, para eles o Governo destina verbas e vai trabalhar dentro da possibilidade com base na reserva do possível, na tese da reserva do possível: enquanto eu tiver recursos, o máximo que eu posso fazer. A previdência, ao contrário, não tem essa mesma lógica, apesar de fazer parte do sistema de seguridade social. É o Instituto Nacional do Seguro Social que diz: o sistema previdenciário requer a contribuição do participante para que tenha, em con-

trapartida, a garantia da sua subsistência quando da impossibilidade de manter a sua capacidade laboral.

Ela começa ainda no século XIX, com a primeira atividade de previdência, que era a substituição do trabalhador, recebendo, quando do acidente de trabalho. Depois, estendeu-se para a possibilidade de incapacidade laboral quando de doenças e, mais tarde, estendeu-se também para a incapacidade laboral quando da velhice e, portanto, o fim da sua capacidade laboral.

A previdência complementar faz parte desse sistema previdenciário. Não tem direito nem a Previdência nem a previdência complementar aquele que não contribui para ela. O caráter de todo o sistema é de seguros: participante contribui e, portanto, ele tem um direito a ser reconhecido.

Em outros fóruns, debatendo com alguns magistrados, tive um pouco a ousadia de, não ainda, à época, formado no campo do Direito, já questionar a ideia da expectativa de direito, porque uma das coisas que nós discutimos é: se o contrato foi feito ao amparo da lei, tendo o objeto lícito e factível, o contrato e a manifestação do interesse das partes tornam legítimo e um direito adquirido no momento em que se assina o contrato. O que havia de expectativa era do exercício do direito, que já está adquirido quando do contrato legítimo feito. E isso vale para a Previdência oficial, vale para a previdência complementar.

Quando se começava a discutir, ainda na década de 80, no movimento sindical, representando os funcionários do Banco do Brasil, em debates no Tribunal Superior do Trabalho, naquele momento, encontramos meu primeiro embate com relação à previdência complementar. Quando os funcionários que se desligavam do Banco do Brasil levavam a sua reserva de poupança, ou seja, aquela para que ele mesmo, pessoalmente, contribuiu, o Banco do Brasil, na época, dizia: “Eu levo, então, a outra parte da minha contribuição.” E nós discutíamos, naquele momento, a possibilidade dessa intenção do banco ou não.

O banco entendia que aquela contribuição dele, como participante, era uma despesa diferida, que os senhores da contabilidade conhecem bem, mas que significa eu gastar hoje e aportar hoje um dinheiro para uma despesa que eu vou fazer no futuro. E o banco dizia: “Eu pago hoje o patrocínio para esse trabalhador para, caso ele se aposente, ter dinheiro para pagar sua aposentadoria no futuro.” Porém, se ele sair antes, eu quero meu dinheiro de volta.

Nós, então, começamos a debater no TST, com o Ministro Guimarães Falcão; Ministro Marco Aurélio de Farias Mello, à época Corregedor; o Ministro Pimentel, e, naquela época, sentando em discussão com o banco, chegamos à conclusão, em dissídio coletivo, de

que a contribuição do patrocinador não era despesa diferida, era salário indireto. Portanto, no momento que é pago ao fundo de pensão, pertence ao trabalhador.

E, naquele momento, discutia-se o seguinte: a Previ, no nosso caso, é uma empresa ou é um fundo de pensão? Qual é a diferença entre eles? Tem CNPJ, por isso é empresa? Não, a empresa tem fim lucrativo, e o fundo de pensão não tem fim lucrativo. O excedente que ocorre numa empresa é distribuído aos seus sócios como lucro. No fundo de pensão, tanto a sobra como a falta são considerados desequilíbrios; o objetivo de fundo de pensão é o equilíbrio permanente, e por isso a lei, corretamente negociada neste Congresso... Porque a lei é um ato político quando ela é feita; o ato jurídico é verificar se ela está sendo cumprida ou não, se o pacto está ou não sendo cumprido, vai-se ao Judiciário, mas o ato de criação de uma lei é um ato de negociação política nesta Casa. E aqui, então, foi decidido que, no caso de falta, os trabalhadores e a patrocinadora têm que discutir um aporte maior de recursos para garantir o direito adquirido de todos os que assumiram o contrato na entrada a que, no futuro, tivessem o direito da segurança pela qual estão pagando, que é o salário de aposentadoria, que é o gozo do benefício.

E dizia-se: se não houver possibilidade financeira para você garantir esse futuro, terá de ser negociada com todos os participantes a redução dos seus benefícios futuros, para que neste novo pacto este novo benefício, mesmo reduzido, também estivesse garantido. Mas diz também a legislação: se houver sobra, essa sobra ela tem que garantir ou uma redução da contribuição ou um aumento dos benefícios para todos os trabalhadores do plano, uma vez que aqueles recursos lhes pertencem.

É com base nessa ótica que a gente quer discutir a criação do instituto da retirada de patrocínio e a criação do instituto da reversão de valores pela CGPC nº 26. Ela extrapola a lei, ela torna o patrocinador um sócio da empresa. Fundo de pensão não tem sócio; fundo de pensão tem participante, tem assistido, tem beneficiário. Pode ter patrocinador ou instituidor, mas não tem sócio. Então, a sobra de dinheiro não pode voltar ao patrocinador, uma vez que, consagrado ser um salário indireto, pertence aos beneficiários, aos participantes, que devem decidir como melhor usá-lo: reduzindo contribuição ou aumentando os benefícios.

Mas isso ocorreu. A CGPC nº 26, como bem colocou o Desembargador, extrapolou das suas funções. Ao agente, que seria regulador ou fiscalizador, deram a possibilidade de transformá-lo num legislador. E nós queremos, sim, que a Casa legislativa utilize da prerrogativa constitucional para dizer “Isso é uma extra-

polação e nós vamos, então, anular o ato.” É por isso que a gente faz um trabalho ativo, participando nesta audiência e conclamando outros companheiros de fundos de pensão, outros participantes. A companheira Claudia, que administra a Anapar de forma brilhante, vem colocando toda a experiência que ela tem não só com fundos de estatais, mas com todos os demais, trazendo os dados que ela nos trouxe aqui.

Eu tive a infelicidade de estar presidindo o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro quando houve o problema com o fundo de pensão do Banerj, a Previ; o banco foi incorporado pelo Itaú, e a legislação da época dizia: no caso de retirada de patrocínio ou de fusão, quem incorpora assume o patrimônio do fundo de pensão, e a lei foi solenemente ignorada. E estiveram na fila, na porta do Sindicato dos Bancários n Rio, ex-diretores, presidentes, gerentes do Banerj esperando para que nós déssemos a eles cestas básicas. Essa humilhação e a dor que a gente sentia por fazer isso eu não quero ter de novo.

Então, como hoje estamos discutindo aqui o processo de retirada de patrocínio, é importante que a gente saiba que não é uma questão financeira. A questão financeira é decorrente da garantia do direito do participante e não sobra ou falta para que o participante pague pela eventual má administração ou má decisão de aporte ou não.

O contrato previdenciário não é um contrato de 30 ou 35 anos; ele é um contrato de 60 ou 70 anos, porque há o período de contribuição e o período de gozo dos benefícios que o beneficiário pactuou e pagou, sem romper o compromisso enquanto viveu. Por que os outros têm o direito de romper? Qual é a lógica de se dizer que o patrocinador pode, a qualquer momento, sair sem assumir os ônus dos direitos daqueles que nele acreditaram? É claro que tem que poder sair. Se ele chega e diz: “Olha, haverá um momento a minha empresa vai quebrar se eu mantiver o plano.” Perfeito. Não entra mais ninguém no plano, discute-se que você vai sair, não faz mais aporte normal, mas vai pegando todos os companheiros que têm adquirido e continue lhes pagando. Acabe o plano; ninguém mais entra, mas o direito adquirido de quem estava lá ele tem de garantir.

Não adianta chegar para alguém que está no final da vida, com 80 anos e cuja expectativa de vida é de 85 anos e tem reserva para mais cinco anos, e dizer “pode pegar em dinheiro”. E se ele viver o 86º anos? Morre de fome, depois de todo processo? Está errado! E, se qualquer órgão regulador ou órgão fiscalizador decidir impor à sociedade um entendimento legal que não está previsto em lei, cabe ao Congresso, sim, vetá-lo, usando do seu direito constitucional de

inibir as extrapolações do que é o pacto social firmado no Poder Legislativo. Nós estamos acompanhando o processo e participando.

Eu gostaria de fazer um convite todos os presentes, o Sr. Senador, os membros da Comissão e os demais membros da Mesa. Na próxima semana, nos dias 4 e 5, a Associação Nacional dos Funcionários do Bando do Brasil realizará um seminário aqui em Brasília, no hotel Naoum. É gratuita a inscrição. O nome é: Previdência complementar: impasses e soluções.

Estamos chamando representantes do Ministério da Previdência, da Previc, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, representantes de fundos de pensão, da Anapar, e representantes de trabalhadores das centrais e das confederações de bancários. Estamos querendo discutir, primeiro, qual é o papel da previdência complementar no sistema previdenciário como um todo e qual é o papel da Previc na garantia dos direitos dos participantes.

Estabilidade do sistema é fazer com ele funcione e não fazer com ele simplesmente tenha dinheiro. Ele tem que chegar lá e dizer que funcionar é garantir a quem assumiu o compromisso de contribuir que o benefício a ele será pago e não defender patrocinadores. Portanto, como pertencem aos trabalhadores os recursos dos fundos de pensão – por ser salário indireto, pertencente a eles – e o fundo de pensão só pague benefícios – e patrocinador não tem como receber benefício, já que quem recebe benefício é o participante –, é a ele que pertence esse patrimônio. Então, a Previc participará.

Nós vamos chamar também a Anapar. Vamos debater todas essas questões sobre estes institutos: instituto da reversão de valores, o instituto da retirada e como ficarão os passos seguintes, em casos de incorporações e de fusões no próprio Banco do Brasil, cujos funcionários nós representamos. Incorporamos os funcionários do Besc, mas o seu fundo de pensão não foi incorporado; incorporamos os funcionários da Nossa Caixa, mas o fundo de pensão não foi incorporado; incorporamos o pessoal do Banco do Estado do Piauí, mas esse pessoal não foi incorporado nem ao nosso plano de previdência nem ao de saúde.

Está na hora de todos nós trabalharmos juntos. A Anabb está à disposição de todos os senhores.

Eu gostaria de contar com a presença de pelo menos da maioria neste seminário, que começará no dia 4, a partir das 9 horas.

Entrando no *site* da Anabb – www.anabb.org.br –, vocês irão encontrar o *banner* da inscrição, que é gratuita. Nós gostaríamos de ter a presença e a participação de todos vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Lopes. Bloco/PRB – RJ) – Agradeço ao Dr. Fernando Amaral.

Agora, quero devolver a Presidência ao nosso querido Senador Paulo Paim.

Peço licença a todos, porque temos compromisso. A nossa vida aqui é assim: bater o escanteio e correr para cabecear.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Eduardo Lopes.

Como não começou a Ordem do Dia ainda – há três oradores inscritos –, eu pude retornar para esta importante audiência pública.

Fez uso da palavra o Dr. Fernando. Neste momento, passo a palavra ao Dr. Gilson da Costa Matos, Diretor de Seguridade Social da Cobap, aqui representando o Presidente da Cobap, Sr. Warley.

O SR. GILSON DA COSTA MATOS – Bom dia a todos.

Companheiro Paulo Paim, Senadores, achei interessantes todas as falas, mas eu lamento muito quando se fala em déficit na Previdência Social. A televisão anuncia muito a Previdência Social deficitária, mas por que, mesmo com o déficit, existe tanto interesse dos bancos em criar uma previdência? Se o negócio não é tão bom assim, por que criar uma previdência privada, um fundo de pensão que, daqui a 20 anos, começará a pagar?

Fala-se muito em direito adquirido, mas onde está o nosso direito adquirido? Quando se fez a Constituição de 1988, foram colocadas as aposentadorias em números de salários mínimos. Cadê os nossos direitos adquiridos? Onde está o direito adquirido de quem se aposentou nesta época? O governo cortou tudo e diminuiu. Hoje, nós estamos ganhando um mísero salário de aposentadoria. E o direito adquirido? Fala-se muito em direito adquirido, mas onde está o nosso direito adquirido? Nós perdemos isso tudo. Há pessoas que se aposentaram com dez, oito salários mínimos e que, hoje, estão ganhando R\$2 mil por mês. E o direito adquirido? Quem garante que nós teremos essa garantia daqui a 20 anos? Se o próprio Governo não mantém esse direito adquirido, a iniciativa privada irá mantê-lo? O próprio Governo mudou o que estava na Constituição – mudam a Constituição, mudam o que quiserem –, o nosso direito acabou. Não temos direito a nada, não temos direito a nada.

Tivemos um aumento no governo Lula de 16%. Esse aumento nosso foi aprovado pelo Congresso – Câmara e Senado –, e o Presidente vetou. E esse nosso direito adquirido? Por que se fala em direito adquirido? Nós, aposentados da Previdência Social,

esquecemos a expressão direito adquirido. Nós nunca tivemos direito adquirido.

O nosso projeto de autoria do Senador Paulo Paim, o Projeto nº 4.034 está tramitando, tendo sido aprovado no Senado, está na Câmara até hoje para ser votado. Quem garante que a Presidente não irá vetar esse nosso projeto, que prevê a recuperação das nossas perdas que começaram desde o governo Fernando Collor, passando pelo o governo de Fernando Henrique e pelo Governo Lula e, agora, pelo Governo da Presidente Dilma? Nós só estamos perdendo, e o direito adquirido acabou.

Queremos ver o seguinte: em um país capitalista, quem vai investir em alguma coisa para ter prejuízo? Não acredito nisso. Ninguém vai investir em alguma coisa que vá dar prejuízo. Então, se os banqueiros estão interessados em criar esse fundo, é porque a coisa é viável. Se ela é viável, por que a Previdência também não é viável? Por que a Previdência é sempre deficitária? Eu jamais entraria em um negócio que fosse deficitário, e a Previdência é deficitária. É deficitária, mas todos os anos se retiram 20% dela, através da DRU, para o Governo gastar onde ele quiser. Por que ele não mantém esses 20% para manter as aposentadorias?

Então, senhores e senhoras, a Cobap é contra qualquer movimento que venha prejudicar os aposentados. Por quê? Qual é o aposentado da Previdência Social que terá a condição de pagar um plano complementar? Fala-se do pessoal do Banco do Brasil, mas esse fundo foi criado há muito tempo, e o Banco do Brasil dá uma complementação. Não é só o funcionário; o Banco do Brasil dá essa complementação. A Usiminas tem uma caixa que ela complementa. O funcionário paga uma parte, mas a Usiminas também faz uma complementação. Se não me engano, existia o Fundo Montepio da Família Militar; onde está o dinheiro desse fundo? Até hoje ninguém sabe o que aconteceu. Pagou-se durante anos e anos e, até hoje, não temos notícia nenhuma desse Fundo da Família Militar.

Então, meus senhores, a Cobap é contra qualquer movimento para diminuir o salário do aposentado, porque, se hoje o Governo não mantém nosso direito adquirido, quem irá manter isso daqui a 20, 30 anos para os futuros aposentados? Então nossos filhos, nossos netos talvez estejam numa situação idêntica à nossa? Se fosse o próprio Governo que mantivesse esse fundo para garantir, como o são os de funcionários públicos de alguns setores, tudo bem, mas são capitais externos, são banqueiros que querem fazer isso. E quem garante que eles irão garantir isso?

O nosso companheiro falou do pessoal do Banco Itaú que passou para o Banco do Brasil. Quem garantiu esse pagamento? Ficou ao deus-dará. Então,

nossa posição, gente, é recuperar as nossas perdas, fazendo valer o direito adquirido de todos aqueles que estavam naquela época aposentados, e todo mundo perdeu. Que se mudasse a aposentadoria, mas os que já tinham direito adquirido continuariam com ele. Mas, não, todo mundo foi lesado, e agora a nossa esperança é o projeto do Senador Paulo Paim, que é a 4.434 que, se aprovada na Câmara... Já foi aprovada no Senado e foi aprovada na Câmara.

Outra coisa ainda que nos prejudica muito é o fator previdenciário. O fator previdenciário já foi derubado na Câmara e no Senado, mas foi vetado pelo Presidente e continua até hoje. Por que o fator previdenciário? Se, antes, não havia o fator previdenciário e funcionava tudo muito bem, agora querem enfiar o fator previdenciário por quê? Porque já tira uma parte também do trabalhador. Ele contribuiu durante determinado período com aquela expectativa de chegar à aposentadoria e ter uma aposentadoria. Aí, descontam-se 30 a 40% do seu benefício.

Gente, isso aí é um roubo! Isso aí não é uma coisa correta.

Se você paga... Todo mundo falou em contrato. Existe um contrato com o trabalhador. Ele faz um contrato. Ele tem uma carteira profissional, que é um contrato de trabalho. E onde está esse contrato que não é respeitado no final?

Então, estamos nessa posição, gente. Queremos os nossos direitos. Não precisamos de complementação, não. Que a Previdência pague o que é de direito nosso. Isso já é o suficiente. Não estamos comparando nossos salários com salário de funcionário público, de militar, nem nada. Queremos o nosso direito como aposentado, dentro daquilo que é previsto na Previdência Social. Que ela nos pague aquilo de direito. Esse nos interessa. Não estamos preocupados se A ganha 20, e B ganha 50. Nós queremos o nosso direito da Previdência Social.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Gilson da Costa Matos, Diretor da Cobap, que aqui falou em nome do Warley.

Só uma complementação rápida.

De fato, pessoal, a situação do trabalhador do Regime Geral da Previdência, para mim, é caso quase de polícia. Por quê?

O único setor da Previdência superavitário é o deles. O deles não tem déficit. Saiu a última agora, e deu 13,5 bilhões de superávit nesse último ano, porque temos o Regime Geral da Previdência, que é a contribuição do empregado, do empregador, enfim, aquelas que vão. Estamos falando da Previdência urbana, regime geral. E só eles pegam o fator, e só eles

vão ter reajuste nenhum. É uma violência. É uma violência. Só eles pegam o fator no ato da aposentadoria, os da Previdência urbana, porque todos sabem que a rural está vinculada a um salário mínimo, e o salário mínimo, pelo menos, está subindo agora. Isso não dá para negar. Mas a situação deles, do Regime Geral da Previdência, a Previdência urbana, vocês podem pegar ano após ano o levantamento, que é divulgado pelo próprio Ministério da Previdência. A média do superávit é 15 bi. Daí, na hora de calcular o salário deles, no caso da mulher, ela perde 51%; o homem perde 40%, e eles não têm reajuste algum.

Claro, se aposentou com oito, com nove, com dez, a tendência é ganhar um. Por isso, eles defendem uma tese – não sei se não é correta – de que, se a tendência deles é ganhar somente um salário mínimo, sem escape ou alternativa, por que não se contribui somente sobre um salário mínimo e vamos pegar o restante e fazer uma poupança particular? Mas, vou fazer uma poupança e aplico como eu entender. Muito bem, vou para o mercado de risco, mas já que vou ganhar um salário mínimo, o outro componente eu aplico onde eu bem entender.

Bom, os projetos que aprovei aqui estão na Câmara, mas faz seis ou sete anos, e a Câmara não aprovou nenhum deles. São três projetos, que trariam dignidade para os aposentados e pensionistas. Falo isso só para reforçar que é uma maldade o que estão fazendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De direito adquirido ninguém fala mais.

Mas, vamos lá. Passamos a palavra ao Dr. Paulo Roberto Gomes da Silva, coordenador do Planejamento Estratégico da Fundação dos Economistas Federais, Funcef.

O SR. PAULO ROBERTO GOMES DA SILVA – Bom dia a todos, bom dia Senador. É um prazer estar aqui. Pela identificação, vocês podem perceber que sou um técnico diferente dos demais que já falaram, mas eu gostaria de trazer um elemento para essa discussão que me parece extremamente importante. É uma questão que temos procurado trabalhar nesses últimos anos nesse setor de previdência: previdência complementar.

Sempre me deparo, quando estou dando um curso ou fazendo uma palestra sobre o tema previdência, com a falta de informação que a maioria das pessoas tem sobre esse tema. E me espanto em constatar, nessas turmas, que pessoas que estão ali e que são advogados, pessoas que trabalham em vários setores da nossa economia, pós-graduados, doutores, mestres, são pessoas que passaram a vida inteira no ensino

formal e não se depararam, em sala de aula, com este tema previdência. É um tema que, por algum motivo, foi abandonado do nosso ensino formal. Raros cursos trazem esse tema à discussão e, quando trazem, na maioria absoluta das vezes se limitam à previdência oficial e com informações bastante elementares, bastante básicas.

Considero isso, Senador, uma das grandes dificuldades que temos ao tratar a questão da previdência. Trago aqui, de início, para reflexão, o fato de que talvez seja a hora de começarmos a nos preocupar mais seriamente com essa questão e, de alguma forma, incentivar a inserção desse tema no nosso ensino formal.

Eu estava aqui ouvindo, na primeira Mesa, algumas questões dessa visão que percebemos – com a qual concordamos – que começa a prevalecer da previdência menos como uma questão social e mais como uma questão financeira. Trago aqui o exemplo da própria Funcef, para desmistificar algumas coisas. Hoje, a Funcef tem planos com características previdenciárias e é um fundo de pensão que vai muito bem, graças a Deus! Está tudo indo bem, ou seja, seus planos têm obtido resultados positivos. E é evidente que isso decorre de uma série de elementos e de fatores, mas há dois que gostaríamos de trazer aqui, porque, no nosso entendimento, são os mais emblemáticos para a busca desses bons resultados.

Primeiro, a estrutura de governança, que comporta o que está previsto, evidentemente, na lei para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal, que é a paridade nas cadeiras: metade indicada pela patrocinadora, metade eleita pelos participantes. Na realidade, expande essa ocupação de cadeiras de forma paritária para outras estruturas de governança dentro da entidade. A própria diretoria executiva tem hoje metade das cadeiras indicada pela patrocinadora, metade eleita pelos participantes. E há comitês de assessoramento para os Conselhos. Esses comitês também têm a sua composição dividida entre indicados pela patrocinadora e pela própria Funcef e indicados pelos conselheiros eleitos.

Por que acreditamos que esse seja um dos fatores de sucesso dos planos administrados pela Funcef? Porque essa é uma forma de atingir transparência e atingir comunicação com os participantes. E é fundamental que os participantes estejam o máximo possível interados da gestão de uma entidade de previdência. Esse é um elemento que agrega valor às decisões, torna as discussões mais amplas, torna, portanto, as decisões mais trabalhadas na sua essência, na sua forma de serem efetivadas.

Para concluir, para ser breve, já que estamos adiantados na nossa hora, outro aspecto que é rele-

vante para o sucesso é a qualificação profissional. O nosso sistema de fundos de pensão avançou, está diante de novos desafios, e, de alguma forma, os profissionais que militam em fundos de pensão, sejam os gestores, sejam os técnicos, precisam também dessa qualificação, e essa também é uma lacuna de formação que nós ainda temos: a de técnicos específicos para o nosso setor de previdência.

Então, a questão da estrutura e a questão da qualificação técnica são dois elementos que estão muito ligados à questão do sucesso. Eu estou citando aqui a Funcef, mas vale para todos os fundos de pensão que a gente for analisar, tá, gente? São questões, então, fundamentais e que nos colocam, apontam para a mesma direção, que é essa preocupação com a questão da formação, com a questão da qualificação, com a questão da comunicação e com o envolvimento dos participantes na gestão.

De resto, Senador, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer questão depois da nossa... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Paulo Roberto Gomes da Silva – eu saí, voltei e peguei do último para o primeiro –, coordenador de Planejamento Estratégico da Fundação dos Economistas Federais – Funcef.

Vocês podem ver que está havendo sessão no plenário. Se tem sessão no plenário, acaba sendo uma dificuldade enorme para os Senadores participarem.

O que nós poderíamos fazer, agora, neste momento, já que todos usaram da palavra, é pensar no que poderíamos encaminhar a partir desta audiência pública. Aí, se vocês tiverem alguma sugestão de encaminhamento...

Dr. Ruy, por favor.

O SR. RUY BRITO – Senador, em primeiro lugar, uma observação para o técnico, Dr. Paulo, sobre essa questão da gestão participativa.

A expressão não significa muita coisa; é preciso detalhá-la. Eu acho que há um avanço quando se fala em gestão participativa ou gestão compartilhada, em que as partes participam da gestão. Mas o modelo adotado no Brasil é ultrapassado e promíscuo, e, por isso, é um fator de crises, porque ambas as partes administram e depois vão fiscalizar o que administraram. Ou seja, não fiscalizam. E gera disputa pelo poder. Exemplo é o que aconteceu na Previ, em que houve disputa pelo poder e nós saímos perdendo; e houve um retrocesso. Esse modelo de gestão compartilhada em que as duas partes participam da administração e da fiscalização, evidentemente, é um atraso. Nós defendemos o modelo que nós chamamos de segregação de funções com separação, que não gera disputa pelo

poder. Ou seja, uma parte administra e outra parte fiscaliza, porque ambas as funções são administrativas e igualmente importantes; porque quem fiscaliza, se não participar da administração tem interesse em fiscalizar direitinho, coisa que não acontece hoje.

Então, uma das providências que devem ser tomadas – fica aqui uma sugestão ao Senador Paulo Paim – seria a apresentação de um projeto de lei para substituir esse modelo ultrapassado e promíscuo por um outro modelo de gestão participação com segregação de funções – uma parte administra, e outra parte fiscaliza. A parte que fiscaliza pode perfeitamente ficar com aquela função normativa, para que a parte que dirige a administração diária fique submetida a ela sem excesso de poder.

De outro lado, Senador, nós encaminhamos a esta Comissão, como uma sugestão participativa da sociedade, um anteprojeto subscrito por uma série enorme de entidades para sustar a vigência de artigos da Resolução CGPC 26, porque ela é indevida; ela promove o enriquecimento ilícito do patrocinador.

Relembro aquilo o que o companheiro Fernando Amaral falou: o patrocinador é patrocinador, não é beneficiário. O patrocinador repassa a terceiros. Esse é o aspecto econômico. A empresa é um agente repassador de custos aos preços. Quando repassa, quando vende o seu produto ou o seu serviço, ela zera os seus custos, passa adiante. Além disso, patrocinar proporciona lucro à empresa, porque ela, em seguida, ainda é beneficiária; depois de ter zerado o seu custo, ela é beneficiária dos incentivos fiscais e, antes da apuração do lucro líquido para efeito do pagamento do Imposto de Renda, ela recebe, em devolução, uma parcela que hoje é de 20% – já houve uma época em que era de 100%. Então, é preciso corrigir isso, porque está havendo abuso. É um órgão do terceiro escalão do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento que está legislando, usurpando competência do Congresso Nacional.

É verdade que a realidade atual criou certa limitação ao Poder Legislativo, mas, o Poder Executivo tem abusado dessa sua prerrogativa para impor ao Congresso Nacional uma aparente paralisação. E o resultado disso é que, sendo o Congresso Nacional a instituição que representa efetivamente as aspirações populares, o verdadeiro poder político tem sido marginalizado das decisões.

Então, fica-se legislando, como é o caso da Legislação CGPC 26, que nós esperamos... Já faz quase um ano que foi encaminhado o pedido para que fosse apresentado esse projeto de lei, sustando, para dar exemplo, a vigência da Resolução CGPC 26, que promove o enriquecimento ilícito do patrocinador, que,

como falou aqui o companheiro Fernando Amaral, transforma o fundo de pensão numa empresa mercantil; transforma o superávit como se fosse lucro; e transforma o patrocinador como se fosse sócio, recebendo o lucro a ser distribuído.

Então, faço um apelo a V. Ex^a. Não há uma questão partidária nisso. Há uma questão política, porque estão criando dissenso, jogando empregados contra empregadores e vice-versa para atender a uma visão que é economicista. É preciso, então, que o Congresso Nacional – fica esse apelo... Há uma iniciativa concreta nesse sentido que está fundamentada, tem razão de ser. Se não for tomada uma providência urgente, os fundos de pensão fechados, que administram planos sem objetivo de lucro, com simples objetivos sociais, tendem a desaparecer. Daqui a pouco, quando se falar em previdência complementar no Brasil, só teremos previdência complementar com o fito de lucro explorado por bancos e por empresas seguradoras. Desaparecerá uma iniciativa concreta. Essa é uma sugestão que fica aqui a V. Ex^a.

Já estivemos em contato como o Senador do Piauí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Wellington Dias.

O SR. RUY BRITO – Sim, Wellington Dias, que recebeu o projeto para dar parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. É o Relator da matéria.

O SR. RUY BRITO – Ele estava esperando o pronunciamento da Ministra das Relações Institucionais.

Se for o caso, nós pedimos a V. Ex^a que nos possibilite uma audiência com a Ministra Ideli Salvati, porque nós queremos explicar isso a ela. Não há, absolutamente, nenhuma motivação de caráter político-partidário, porque esse processo de desmonte da Previdência Social para atender o ser humano aparentemente se transformou numa política de Estado, pois começou no governo Fernando Henrique Cardoso, continuou no governo do ex-Presidente Lula e está vigendo agora. Eu não acredito que os Presidentes da República tenham conhecimento desse fato. Há setores do Governo que trabalham com um *lobby* poderosíssimo, em que corre muito dinheiro, o que está levando a Previdência complementar ao descrédito que já afeta a Previdência pública.

Só para terminar, eu diria que, no caso, a Previdência pública começou na década de 30 pelo regime de capitalização, que foi dilapidado! E dilapidado por governos! Sucessivos governos liquidaram com as reservas técnicas da Previdência social, e, se não me trai a memória, foi no governo Médici que, quando a Previdência começou a pagar os benefícios, não ha-

via mais a reserva, senão contabilmente, e o governo, num passe de mágica, inventou a história do regime de repartição como o pacto intergeracional; e é por isso que o sistema vive em crise.

Depois, com a Constituição de 88, criou-se o sistema de seguridade social, onde só a Previdência é contributiva – os outros dois são alimentados por verbas orçamentárias –, e o Governo joga nas costas do sistema contributivo, que é a Previdência social, encargos que não são dela e depois diz que a Previdência social é deficitária. Essa mistificação precisa acabar. E o Congresso Nacional cumpre um papel extremamente importante.

Fica o apelo a V. Ex^a, para ver se nós ganhamos um tempo muito precioso com a apresentação desse projeto, que representa a iniciativa popular, porque representa a aspiração de uma série enorme de fundos de pensão, cujos associados estão visivelmente preocupados com o possível fim da Previdência complementar fechada sem o fito de lucro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Só para dizer que a proposta foi apresentada. Eu recebi, dei o despacho em 2012, e ela está com o Relator Wellington Dias desde o dia 16... A data da apresentação foi 15 de maio, e ela está com o Relator Wellington Dias. Vamos solicitar a ele; se ele estiver com o parecer, ela voltando à Comissão, eu coloco em votação, e os senhores todos serão comunicados.

Quanto àquela outra sugestão que o Dr. Brito agora apresentou, eu só peço a ele que, se puder, envie por *e-mail*, encaminhe para o Canindé aqui na Comissão, para que a gente possa ver qual é o procedimento para transformá-lo numa sugestão, que vem para mim, e eu também indico o relator da proposta.

Pois não, Dr^a Claudia.

A SR^a CLAUDIA RICARDONI – Em relação à questão da CGPC 26, a Anapar junto com a Confederação Nacional dos Bancários ajuizamos uma ação direta de inconstitucionalidade. O relator foi o Ministro Celso de Mello, em cuja decisão monocrática estabeleceu que essa questão talvez não fosse de inconstitucionalidade, mas de ilegalidade. Nós recorremos ao Pleno do Supremo, que confirmou a decisão do Ministro.

Então, o que nos resta neste momento, Senador e demais participantes, é entrarmos com as ações, questionando cada distribuição de superávit. Isso a Anapar pretende fazer. Nos dias 21 e 22 de setembro, teremos um encontro jurídico nosso aqui em Brasília, e um dos objetivos desse encontro é estabelecer a estratégia para combater a CGPC 26 e a questão da retirada de patrocínio.

Acho que essa iniciativa do Legislativo é tomar para si aquilo que foi usurpado. Na questão da CGPC 26, a Anapar vê com muito bons olhos porque há um momento em que a gente tem de colocar um basta no que temos visto neste País. Eu costumo dizer na Anapar que o fato de termos mudado o Governo, na superestrutura, de uma política neoliberal para uma política mais de visão popular, não significa que a estrutura do Estado tenha acompanhado essa mudança. O que a gente percebe é que, nas estruturas de Estado, a visão ainda é neoliberal, a visão ainda é financeira, a visão ainda é contra o conceito social. E eu acho que o Congresso, neste momento, tem um papel fundamental de rediscutir essa questão e tomar para si aquilo que foi usurpado pelo CNPC.

Só lembrar, Isa, embora a Anapar tenha assento no CNPC, na questão da CGPC 26, que a gente se recusou a votar isso. Pedimos vistas do processo e o então coordenador e presidente disse “não tem vistas e vamos votar a revelia de vocês”. Então, nós nos retiramos no sentido de não legitimar esse absurdo. Nós temos acompanhado isso com muito carinho, digamos assim.

Nos últimos 45 dias foram aprovadas 16 retiradas de patrocínios; significa que 16 planos de previdência no Brasil foram extintos. E esse processo continua. Esse processo continua.

A Anapar solicitou, fizemos uma pressão grande no Ministério da Previdência para que a CGPC regulasse, criasse uma resolução que protegesse o direito dos participantes. A tentativa foi essa. Ao que assistimos foi que, dentro do CGPC, temos agentes do Estado brasileiro, não são todos, e patrocinadores privados com interesse muito claro de desmontar o sistema. Eles não estão preocupados com o sistema, estão preocupados com a empresa. Infelizmente, não conseguimos a resolução. O que a Anapar vai fazer daqui para frente, Senador e demais, é o seguinte: a cada processo de retirada, a gente entra com ação civil pública contra o Estado brasileiro. Vamos mandar uma notificação da Previc agora dizendo para eles o que nós vamos fazer. E a gente espera que o Legislativo nos ajude nisso porque é o que alguém bem disse aqui: pelo fato de estar na lei, a possibilidade da retirada é uma possibilidade. E o artigo 25 da lei é muito claro: a Previc poderá aprovar. O verbo ali não é deverá, é poderá. Poderá significa que há uma condicionante, que tem que haver justificativa. Não é o que acontece hoje. Nós estamos assistindo ao desmonte do sistema e precisamos colocar um fim nisso.

Em relação à governança, acho que precisamos fazer uma distinção. Dos 256 fundos de pensão que existem no Brasil hoje quatro têm gestão compartilhada:

Previ, Funcef, Faceal e Regius, patrocinada pelo BRB. A Petrus não tem gestão compartilhada na diretoria; a diretoria da Petrus hoje é 100% indicada pelo patrocinador. Eles têm eleição para conselho deliberativo e conselho fiscal.

Em relação aos patrocinados por empresas privadas, não se tem nem sequer eleição na grande maioria das entidades. Quando entra para as fundações multipatrocinadas, não se tem nem sequer conselho deliberativo funcionando.

Então, a preocupação da Anapar nesse momento – costumo dizer que a gente sobe um degrau de cada vez – é criar condições para que haja paridade e eleição em todos os níveis de governança das entidades do Brasil, sem distinção da 108 com a 109. Por quê? Porque o participante da 109 é menos participante da 108. Então, nós elaboramos, junto com outras entidades, uma sugestão de projeto mudando a 108 e a 109, que foi encaminhada pelo Deputado Berzoini e é o PLC nº 161.

Paralelamente, o Ruy Brito tem uma questão que é muito importante – no caso da Previ isso acontece, acho que na Funcef também, não é, Paulinho? –. Quando a gente elege essas entidades, conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva, se elege com uma chapa completa. Aí, podemos ter problemas de governança. Como se vai eleger aquele que fiscaliza na mesma chapa daqueles que são fiscalizados? Nesse sentido, estamos elaborando uma proposta de resolução para disciplinar as eleições no âmbito da previdência complementar segregando essas funções. Quem fiscaliza não pode fazer parte do mesmo grupo. Essa resolução não está pronta, está em estudo ainda. E acho que, neste momento, o que a gente precisa saber – estamos abertos à sugestão – é permitir que o conjunto dos participantes de previdência complementar fechada no Brasil possa estar na gestão dessas entidades.

Existem, inclusive, sugestões mais avançadas de você incluir o corpo social em algumas decisões. Eu, particularmente, acho muito interessante. Por exemplo, para você ter uma alteração de plano, não basta o conselho aprovar, ainda que seja com quórum qualificado, que é o que a nossa proposta de legislação diz. Mas por que não fazer uma consulta ao corpo social? Eu me lembro de que somente a Previ tinha isso, a Previ. As outras entidades não têm.

Então, neste momento acho que estamos num momento absolutamente importante para criar esses mecanismos, mudar a lei permitindo a eleição e definindo a eleição em todos os fóruns para todos os participantes e construir uma resolução de como essa eleição se dará. Não sei se os senhores sabem. Hoje

vale tudo. Vale inclusive colocar num regulamento que o conselheiro, para ser eleito, precisa ter dez anos de gestor na patrocinadora para ser candidato. Vale, por exemplo, a patrocinadora indicar três participantes e o conjunto eleger um desses três.

Então, é preciso colocar ordem nesta casa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. RUY BRITO – (Inaudível.) em conjunto com diretoria, conselho fiscal e conselho deliberativo. Quem ficar com o conselho deliberativo e conselho fiscal, por exemplo, disputa entre si. Quem ficar com a diretoria disputa entre si, separadamente. É simples isso. É preciso acabar.

A SRª CLAUDIA RICARDONI – Mas isso é numa resolução e não lei.

O SR. RUY BRITO – Finalmente, eu tinha esquecido um aspecto sumamente importante, Senador. Fica essa sugestão.

Existem empresas, grandes empresas, as maiores empresas do Brasil... E eu uma vez debati esse assunto com um dos dirigentes de uma dessas grandes empresas, que, numa audiência pública aqui no Senado, botou banca. A sua empresa patrocina um fundo de pensão que não cobra absolutamente nenhuma contribuição dos seus beneficiários. Quem paga isso são eles. No momento em que existe uma crise mundial que pode impactar algumas empresas que alegam essa dificuldade de concorrência com o similar estrangeiro que está aqui dentro, é preciso que o Governo também coíba a existência – e estaria democraticamente atuando – desses fundos de pensão que não cobram absolutamente nada dos seus beneficiários. E podem fazer o levantamento estatístico. São exatamente os beneficiários aqueles que, na pirâmide dos empregados, compõem os 4% ou 5% da administração, um privilégio que é pago por todos nós, inclusive pelo trabalhador de salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Se os senhores concordarem, eu pediria que as contribuições sejam remetidas, endereçadas ao Canindé, aqui da Comissão de Direitos Humanos, e a gente, quem sabe, vai fazer uma reunião de trabalho e dialogar sobre elas.

Quanto àquela que foi encaminhada – e estava olhando aqui – nós já recebemos, encaminhamos, fizemos o projeto internamente ainda no mês de maio. Então, é só chegar aqui que nós colocaremos em votação. E as próximas sugestões vão também chegando, vamos dar o devido encaminhamento, indicar o relator e pedir que a matéria comece a tramitar na Casa, o.k.?

Eles estão me chamando lá no plenário e eu vou ter que correr para lá, para que esse requerimento eu consiga ainda aprovar.

Agradeço a todos. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE SETEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia três de setembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador Paulo Paim e a não membro Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira Parte: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 97 de 2012, aprovado em 29/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de audiência pública para “debater o direito de greve no Brasil”. O Senhor presidente convida os participantes a tomarem lugar à mesa e exhibe dois vídeos extraídos da internet, que tratam do movimento sindical na década de 80. Em seguida, dá a palavra aos senhores convidados, nesta ordem: Álvaro Sólón de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Paulo Barela, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente Encarregado de Imprensa do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, em representação à senhora; Marinalva Silva Oliveira, Presidente; Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em representação ao Senhor Carlos Daudt Brizola, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Remi Castioni, Representante do PROIFES; José Almiram Rodrigues, Diretor da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Públicas Brasileiras – FASUBRA, em representação a

Senhora Janine Vieira Teixeira, Coordenadora Geral; Ánibal Moreira Junior, 1º Vice-Presidente do SINDILEGIS; Após as apresentações dos senhores convidados o Senhor Presidente franqueia e palavra aos senhores Senadores e a diversas lideranças presentes no plenário da Comissão. 2ª Parte. Item 01. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, RDH nº 101, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a precarização do trabalho no Brasil, abordando a terceirização, o Simples Trabalhista e a reforma da CLT. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Extrapauta. Item 2. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater o direito de greve, com as Centrais Sindicais. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Usa a palavra o Senador Paulo Paim e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Primeira parte: audiência pública, nos termos do Requerimento nº 97, de 2012, CDH, aprovado em 29/08/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater o direito de greve no Brasil.

Entre os convidados do dia de hoje está Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, em representação ao Sr. Carlos Daudt Brizola, Ministro do Trabalho e Emprego. Já convido o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo, para que venha fazer parte da Mesa, e agradeço pela sua presença, representando o Ministro. (*Palmas.*)

Dando sequência, convido Álvaro Sólón de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfp). (*Palmas.*)

Convido Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical Popular (CSP – Conlutas). (*Palmas.*)

Haverá mais de uma Mesa, e completando-a, colocamos aqui, pela assessoria, por ordem de chegada, o Sr. Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente encarregado de Imprensa do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, em representação à Presidente Marinalva Silva Oliveira. (*Palmas.*)

Primeiro, gostaria de dizer que estamos ao vivo, para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Todos são bem-vindos. Faremos mais do que uma Mesa. Os primeiros quatro falam, voltam aqui para a primeira fila, participam de todo o debate, e os outros quatro virão para a Mesa.

Qual o motivo desta nossa audiência, em uma segunda-feira, convocada às pressas? Percebi que havia um movimento, para aprovar, ainda na semana passada, no esforço concentrado, um projeto sobre o direito de greve que me preocupou muito. Ele poderia ser aprovado sem nenhuma audiência pública, com poder terminativo na CCJ, e encaminhado diretamente para a Câmara dos Deputados.

É claro que seria difícil para mim conseguir o número de assinatura necessário para que ele não fosse direto para a Câmara. Só tive um encaminhamento a fazer: primeiro, requisitei esse projeto, como Presidente desta Comissão, para que ele viesse ao Plenário da Comissão de Direitos Humanos, e fiz o mesmo pedido para a Comissão de Assuntos Sociais.

Na quinta-feira, consegui aprovar a vinda desse projeto a esta Comissão. Aqui, naturalmente, vou avocar a mim a relatoria deste projeto, que me preocupa muito, ou vou encaminhar a um Senador que tenha uma visão clara, no meu entendimento, na defesa da democracia e do pleno direito de greve.

Entendo eu que uma matéria como essa, primeiro, não pode ser votada do dia para a noite, já que ficou 20 anos por aí. Quando era ainda Deputado Federal Constituinte e ajudei a escrever o princípio da Constituição que assegurar o direito de greve a todos, mas, durante mais de 20 anos, ninguém quis regulamentar o direito de greve. Apresentei aqui, em 2007, outro projeto regulamentando o direito de greve. Também não houve interesse, principalmente do Estado brasileiro, dos seus representantes, de fazer a devida regulamentação.

Do dia para a noite, principalmente quando havia um movimento, quando sentiam que as negociações não avançavam e havia paralisação, houve quase uma

avalanche de notícias e de pronunciamentos exigindo a regulamentação imediata do direito de greve.

Regulamentar o direito de greve é uma coisa; proibir o direito de greve é outra coisa. Entendo que nós temos de estabelecer aqui um debate franco e aberto, não permitindo que isso possa acontecer. Esse é o motivo desta reunião.

Eu não entendo que deva ser só esta audiência. Pretendo, ao fim desta reunião, já marcar outra audiência pública, no prazo que nós vamos definir, para continuar esse debate. Faria o mesmo lá na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a minha posição clara, é a posição de quem veio do movimento social e sabe o quão importante é ter esse instrumento como força de negociação. Não devemos avaliar um projeto que proíba o direito de greve, seja na área pública, seja na área privada.

Eu pedi rapidamente, só para ilustrar à nossa audiência, um vídeo, mas não sei se a assessoria já conseguiu pelo menos um.

É só para mostrar que o direito de greve é assegurado a todos, e não há, agora, por que nós, inclusive eu sendo da Base do Governo, permitirmos que esse direito tão importante e que foi até instrumento para conquistar a democracia nos seja retirado. Por isso, eu pedi agora pela manhã, rapidamente. Confesso que não foi nada pensado em função da correria. Eu estava em Pernambuco fazendo um debate sobre a questão dos idosos e as pessoas com deficiência, mas fiz o pedido que a gente jogasse na tela para o Brasil ver que o direito de greve deve ser assegurado a todos.

Vamos lá, então? Esse documentário tem 9 minutos.

Caso outros painelistas tenham vídeos a apresentar, terão a liberdade de fazê-lo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k., pessoal.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao nosso primeiro convidado.

Convido o Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Álvaro Sólón de França, para fazer seu depoimento, por 10 minutos com mais 5, ou seja, com o limite de 15 minutos.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Bom dia a todos!

Senador Paulo Paim, é um prazer estar aqui, companheiros de mesa.

Primeiramente eu gostaria de dizer que levantar às 5 horas da manhã para pegar um voo para vir a Brasília segunda-feira de manhã retrata o meu apre-

ço, o meu sentimento e a minha confiança no Parlamento brasileiro.

Nós que, ao longo do tempo, lutamos por democracia temos hoje, mais do que nunca, de reafirmar a nossa profissão de fé no Parlamento brasileiro, bem como nas instituições, e no Judiciário, principalmente.

Eu gostaria de começar nossa conversa nesta manhã fazendo um histórico do direito de greve na legislação brasileira. Isso é importante para que nós possamos ver e verificar que o direito de greve é uma conquista da democracia brasileira.

Em 1890 o Código penal e o Decreto nº 1.162 proibem a greve; em 1891, a Constituição é omissa em relação à greve; em 1934, a Constituição é omissa em relação à greve; em 1935, a Lei nº 38 classifica a greve como delito contra a ordem social; em 1937, a Constituição outorgada do Estado Novo cita a greve como recurso antissocial, nocivo ao trabalho e incompatível com o interesse da produção nacional; em 1938, o Decreto-Lei nº 1.431 tipifica a greve como crime contra a segurança do Estado e contra a ordem social e estabelece a pena de um a 3 anos de prisão; em 1939, o Decreto-Lei nº 1.237 prevê punições em caso de greve, suspensão e dispensa; em 1940, o Código Penal considera crime a paralisação com perturbação da ordem ou contrária ao interesse público; em 1943, a CLT prevê pena de suspensão e dispensa, além de multa e perda do registro para o sindicato; em 1946, a Constituição reconhece o direito de greve, condicionando seu exercício à condição de lei posterior; em 1964, a Lei de greve, a Lei nº 4.330, impõe limitações e dificuldades; em 1967, a Constituição assegura o direito de greve para o setor privado, proibindo-a para o setor público e de serviços essenciais;

Quanto à Constituição de 1988 é importante que se faça uma ressalva: trata-se da primeira Constituinte eminentemente democrática no Brasil, em que se adotou a tendência moderna em relação aos direitos sociais consagrados nas Convenções nºs 87 e 151 da OIT.

No texto original da Constituição de 1988, a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos exigia uma lei complementar, que, dado o seu caráter, precisaria de quórum mais qualificado para tratar do direito de greve. A Emenda Constitucional nº 19, do Governo Fernando Henrique Cardoso, retira o quórum qualificado da Lei Complementar e estabelece lei ordinária.

Em 1994, o STF julga o Mandado de Injunção nº 20DF, decidindo comunicar ao Congresso para que tomasse providências de regulamentação do direito de greve. Em 2002, o Mandado de Injunção nº 485 do STF considera impossível adotar lei de greve do setor privado na ausência da legislação específica para

regulamentar a greve no serviço público. Em 2007, o MI nº 712 do STF adota, com julgamento ainda não concluído, o entendimento de que mora legislativa excessiva justifica a aplicação parcial da lei greve do setor privado.

Essas breves considerações deixam claro que o direito de greve foi uma conquista da sociedade brasileira, assim como é uma conquista a democracia. Antes, o direito de greve era tratado pelo Código Penal; hoje o direito de greve dos servidores públicos é tratado pela Constituição cidadã.

Apesar de ter sido retirado o quórum qualificado para aprovação de lei complementar, estabelecendo lei ordinária, isso não prescinde que a medida provisória possa ser adotada. Mas é preciso de uma lei ordinária.

E aqui eu fiz um levantamento, Senado Paulo Paim, para resgatar o Parlamento brasileiro. Muitos dizem “Ah, é uma mora legislativa. O Parlamento não adota as suas prerrogativas para regulamentar o direito de greve.” Não é verdade! Não é verdade, por quê?

Começando pela Câmara antes de irmos ao Senado:

Em 1991, PL nº 401, de autoria de quem? Do Senador Paulo Paim, que o apresentou em 20 de março de 1991. Apensado, tramita em conjunto com o PL nº 1.802, de 1996, do Poder Executivo; o PL nº 2.180, de 1996, de Raquel Capiberibe; PL nº 3.190, de 2000, de Aldir Cabral; PL nº 424, de 2003, do Deputado Paes Landim; PL 1.418, de 2003, do Deputado Rogério Silva; PL nº 3.879, de 2004, de Celso Russomanno; PL nº 569, de 2009, de Osório Adriano; PL 7.350, de 2006, de Bernardo Ariston; PL nº 7.051, de 2010, do Deputado Cleber Verde; PL nº 295, de 2010, do Deputado Luiz Couto; PL nº 8.010, de 2010, de Milton Monti; PL nº 3.229, de 2002, de Nilson Leitão; PL nº 3.262, de 2012, do Deputado Onofre Santo Agostini.

Também há o PL nº 4.497/2001, da autoria de Rita Camata, apensado a nove outros projetos: ao PL nº 4.276, de 2012, do Deputado Arnaldo Faria de Sá; PL nº 3.670, de 2008, da Comissão Legislativa Participativa, de sugestão do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo; PL nº 981, de 2007, de Regis de Oliveira, PL nº 1.950, de 2003, de Eduardo Paes; PL nº 6.775, de 2002, da comissão legislativa do Sindicato Especialista em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo; PL nº 6.668, de 2002, de Elcione Barbalho; PL nº 6.141, de 2002, de Iara Bernardi, do PT de São Paulo; PL nº 6.032, do Poder Executivo; e PL nº 5.662, de 2001. Isso tudo na Câmara dos Deputados, onde há um número enorme de PLs tramitando.

No Senado Federal: PLS nº 84/2007, de autoria do Senador Paulo Paim, apensado ao PL nº 83/2007,

do próprio Senador Paulo Paim; PL nº 710/2011, autoria de Aloysio Nunes Ferreira, que está na Comissão de Constituição e Justiça e que, a partir de quinta-feira, estará aqui.

Então, colegas da Mesa, Senador Paulo Paim, colegas do plenário, matéria legislativa para tratar do direito de greve dos servidores públicos existe à exaustão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, desde 1991, e a Constituição de 1988 trata do direito de greve. Essas matérias até hoje não tramitaram, porque não houve interesse dos governos anteriores e do Governo atual para que a matéria fosse regulamentada. Então, pergunto: por que, agora, querer tramitar, de afogadilho, um projeto de lei posterior a uma paralisação dos servidores públicos?

Essas questões todas precisam ser tratadas e debatidas aqui, na Câmara e no próprio Governo com as entidades sindicais, associativas, com a sociedade brasileira, para que o direito de greve dos servidores públicos possa ser um direito que tenha em consonância o interesse dos servidores públicos e os interesses da sociedade brasileira que, em síntese, é a detentora do Estado brasileiro. Então, é uma matéria que deve ser tratada com extrema cautela para que não tenhamos o não direito de greve; ao invés de tratar do direito de greve, teremos uma regulamentação do não direito de greve.

Essas questões todas são importantes para que tenhamos a consciência de que os servidores públicos brasileiros são servidores da sociedade brasileira. É claro que os servidores públicos não querem nada em prejuízo da sociedade brasileira, mas devemos ter cautela também. Reafirmo muito isso, porque o direito de greve – mais à frente vou falar sobre os pilares da Convenção da OIT nº 151 – deve ser tratado também em consonância com o art. 37, X da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata da reposição das perdas salariais. Se tratarmos somente da regulamentação do direito de greve e não tratarmos de uma política salarial, haverá uma situação em que haverá um descompasso. Como os servidores terão condições de advogar a reposição das suas perdas salariais somente com o movimento grevista?

Nós precisamos regulamentar e dar a aplicabilidade à recomposição das perdas salariais. Depois de muita luta, inclusive do Senador Paulo Paim, os aposentados do Regime Geral da Previdência Social têm, anualmente, a recomposição das suas perdas salariais pelo INPC. Por que essa mesma política não pode ser adotada e não foi adotada ao longo do tempo pelos servidores públicos?

Há uma situação que precisa ser extremamente observada. Todas as categorias que tratam da reivindicação

cação argumentam, com razão, que há perda salarial acumulada. Passam 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos sem a aplicação do art. 37, X, da revisão geral anual dos salários dos servidores públicos. É claro que, quando há uma negociação, há uma perda acumulada de 40%, 50%, porque, ao longo do tempo, essas questões não foram tratadas. Aí o Governo diz “Ah, mas os servidores estão querendo um absurdo de 30%, 40%, 50%!” Por quê? Porque, ao longo do tempo, essas perdas não foram recompostas.

Por isso nós gostaríamos, Senador Paulo Paim, que, quando se tratasse da regulamentação do direito de greve, se tratasse também, em conjunto, de uma política salarial para os servidores públicos, de recomposição das suas perdas salariais, para que nós não haja, a cada ano, para recomposição das perdas, movimentos de paralisação, movimentos de greve. E mais: que haja uma mesa permanente de negociação, porque o que se vê é que se começa uma negociação em abril e, no final de agosto, é que há uma proposta. Não há um tempo para maturação, para discussão de uma contraproposta.

Então, feitas estas considerações, eu gostaria de dizer que os três pilares da organização sindical produzida pela OIT, criada em 1919, são: direito de sindicalização, direito de negociação e direito de greve.

A Convenção nº 151 da OIT, com *status* de lei ordinária, mesmo que venha a ser regulamentada, também não terá força normativa para equiparar o direito de negociação do servidor ao dos trabalhadores do setor privado, cujos acordos e convenções coletivas constituem lei entre as partes.

A instituição do direito de negociação do servidor público via infraconstitucional, como nós já dissemos, já foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal, na ADIn nº 492, relativas às alíneas “d”, negociação coletiva, e “e”, de ajuizamento individual e coletivo frente à Justiça do Trabalho. O Supremo entendeu que, sem modificação da Constituição, a lei não poderá instituir o direito de negociação coletiva, acordo ou convenção coletiva e tampouco as entidades de servidores públicos poderão ingressar com dissídio coletivo de natureza econômica junto à Justiça do Trabalho.

Assim, enquanto não houver a alteração do texto constitucional para permitir expressamente o direito à negociação coletiva, qualquer solução infraconstitucional no que diz respeito à negociação será incompleta ou insuficiente. E aqui eu digo: se, ao menos, o Governo cumprisse o comando constitucional do art. 37, inciso X, e a Lei nº 10.331, que asseguram, respectivamente, a revisão geral e a data-base para o reajuste salarial dos servidores no mês de janeiro de cada ano, ele te-

ria alguma autoridade para dialogar sobre os limites de direito de greve no serviço público.

Aqui é bom que se faça uma ressalva. O inciso X do art. 37 estabelece que a remuneração assegura a revisão geral anual sempre na mesma data e sem distinção dos índices. Então, seria a recomposição das perdas salariais porque essa é igual para todas as categorias, para todas elas. E, depois, cada categoria vai discutir as suas pautas específicas: reestruturação de carreira, questões ambientais de trabalho, os chamados benefícios indiretos. Cada categoria discutiria essas questões, essas especificidades que lhe afligem. Mas a revisão geral estaria sendo garantida.

Então, Senador Paulo Paim, quais são as preocupações dos servidores que eu gostaria que ficassem registradas?

Primeiro, nós precisamos de uma política salarial que recomponha as perdas salariais. É preciso dar efetividade ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal; segundo, que a lei que regulamenta o direito de greve verifique os interesses dos servidores e da sociedade brasileira, sem ser transformada numa lei que regula o direito de não fazer greve. Aí, entra a situação que trata dos serviços essenciais, dos limites de trabalhadores para que aquele serviço seja contínuo durante um período de paralisação ou de greve.

Essas questões, para começo de conversa, são importantes. E eu gostaria de agradecer pedindo ainda mais: que o direito de greve seja tratado como uma conquista social, como uma conquista da democracia, e não como algo que seja visto como uma situação que aflige a sociedade brasileira.

Para finalizar, eu gostaria de fazer um apelo ao Parlamento brasileiro, ao próprio Governo e aos servidores para que não haja o aspecto de satanização dos servidores públicos perante a sociedade brasileira, para que haja um diálogo, porque são servidores da sociedade brasileira, são servidores de Estado e têm feito um trabalho que dá excelência aos serviços que são oferecidos à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Álvaro Sólón de França, Presidente da Anfip.

Não vou fazer comentários agora. Farei no final para ganharmos tempo. E vou, de imediato, passar a palavra ao companheiro que representa CSP – Consultas, Diretor Paulo Barela.

O SR. PAULO BARELA – Bom dia, Senador Paulo Paim, nosso conterrâneo lá do Rio Grande do Sul.

Registro também os meus cumprimentos ao companheiro Álvaro de França, Presidente da Anfip, e ao meu grande companheiro Schuch, que é da direção

do Andes, também presente. Meus cumprimentos ao Manoel Messias, Secretário de Relações do Trabalho do MTE.

Companheiros e companheiras, meus cumprimentos e boas-vindas aqui. Estamos, numa segunda-feira, fazendo um debate importante como esse. E eu queria fazer um registro que considero fundamental neste momento: o autor de uma matéria tão importante como essa, que coloca uma série de restrições ao direito de greve dos servidores públicos, objeto desta reunião do dia de hoje não está aqui presente. Deveria estar, não é? É o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero confirmar. Pessoal, foi convidado o autor do projeto de lei? (Pausa.)

O.k.

O SR. PAULO BARELA – Eu não tinha dúvida alguma de que a Comissão, a coordenação iria fazê-lo, porque afinal de contas é um tema que tem a ver com o aspecto do fortalecimento da democracia no Brasil ou não.

Ao encaminhar esse tipo de projeto, que estabelece como bases para a realização da greve pelo funcionalismo público o máximo de 50% de trabalhadores em greve... Vejam só que projeto draconiano. Ele já estabelece, em primeira mão, que no setor público só podem fazer greve 50%. E vai restringindo, na medida em que diz que, nos setores essenciais, são permitidos apenas 20%. Para além disso, ainda faz uma exigência preliminar de que, na medida em que há deflagração da greve, no máximo 30% do salário devem ser pagos aos grevistas. Então, esse projeto, na verdade, trata praticamente da proibição do direito de greve no setor público. Esse é o objetivo central.

Eu queria fazer alguns registros que acho importantes. Precisamos considerar a história da greve, do direito de greve no setor público. O companheiro Álvaro, da Anfip, fez uma historiografia da construção de projetos e do estabelecimento do direito de greve no Brasil, mas é importante que se diga que os servidores públicos permaneceram marginalizados até a Constituição de 1988, e não só como detentores do direito de greve, mas também para serem reconhecidos como trabalhadores e terem direito à sindicalização, porque foi só na Constituição de 5 de outubro de 1988 que os servidores públicos tiveram o direito à sindicalização, a se organizar associativamente em sindicatos.

É evidente que, independentemente dessa situação, o final dos anos 70 e início dos anos 80 foram marcados na esteira do grande ascenso de mobilização da classe trabalhadora, que o Senador Paulo Paim nos mostrou aqui, nesse vídeo, muito importante, das greves do ABC. Nós, também, servidores públicos,

construímos mobilizações e greves, ao arrempio da lei discricionária do período que ainda vigia, que era o período do regime militar. Nós realizamos grandes greves naqueles momentos e, inclusive, conseguimos, naqueles períodos, celebrar acordos coletivos de trabalho.

Então, a correção de um direito histórico da classe trabalhadora, para um setor da classe trabalhadora, como os servidores públicos, começou a ser escrita na Constituição de 1988. Portanto, é uma conquista histórica não só para os servidores públicos, mas para a classe trabalhadora em conjunto, porque, afinal de contas, se há um setor da classe que tem uma obrigação maior com a outra, com o restante da classe trabalhadora, é exatamente o dos servidores públicos. Em tese, pelo menos na nossa compreensão, os serviços públicos têm de atender exatamente aquele setor da sociedade que mais necessita dele, que são os pobres, os menos afortunados, os trabalhadores. Nesse sentido, nós cumprimos com um papel que é muito importante na sociedade brasileira. E, pelo menos em nossa opinião, da nossa Central, entendemos que a forma como o direito de greve está inscrito na Constituição de 1988, no que se refere aos servidores públicos, por si só, é autoaplicável.

Eu estava me referindo aqui às greves que nós fazíamos no período anterior à Constituição de 1988, quando não tínhamos direito sequer à organização sindical. Realizávamos greves e celebrávamos acordos coletivos. Nesse período, as greves que nós realizávamos, que o setor público realizava... Não estamos falando aqui apenas do setor público federal, mas de todos os servidores, sejam eles da esfera federal, estadual ou municipal. Sempre houve uma preocupação do ponto de vista da garantia dos serviços essenciais, regulamentado ou autorregulamentado pelo próprio movimento. Essa sempre foi, digamos assim, uma responsabilidade primária do movimento grevista no Brasil. Nós sempre fizemos isso. Nunca deixamos de atender, num hospital, emergência; nunca deixamos de atender processos de que dependiam a subsistência de um determinado segmento da classe ou de responsabilidades que só dependiam do setor público, dos servidores.

Então, no que se refere às questões relacionadas aos serviços essenciais, nós sempre preservamos como autorregulamentação do próprio movimento. Portanto, há aqui que se fazer uma avaliação, um debate mais concreto do porquê de se querer fazer uma regulamentação do direito de greve no setor público, senão apenas um objetivo de amordaçá-lo, restringi-lo, a ponto de evitar que haja greve no setor público.

Há uma diferença. Hoje, em geral, utiliza-se como base para regulamentar o direito do servidor público

à greve a mesma lei; pelo menos o Supremo Tribunal Federal, em alguns momentos, manifestou-se a esse respeito, e o Governo tem utilizado muito esse aspecto dessa decisão do STF, de usar como isonomia do direito de greve para o servidor público o mesmo do setor privado.

O problema é que aqui há distinções concretas. Não estamos falando de esferas similares. São diferentes. Uma greve deflagrada no setor público, numa fábrica, exige do patrão uma ação imediata, uma ação rápida, porque traz consigo, durante a greve, a paralisação dos trabalhos, uma perda de lucratividade, uma perda na produção. Então, evidentemente, para o patrão, dono de uma fábrica, urge a busca da negociação com os seus trabalhadores, no sentido de pôr fim ao conflito, tentando resolvê-lo de uma maneira em que ele tenha o menor prejuízo possível.

Ocorre que, no setor público... E quero aqui fazer um registro da irresponsabilidade do gestor público que, em geral, deixa as greves alastrarem-se, chegarem a períodos de 1 mês, 2 meses, sem que haja qualquer tipo de negociação. É importante, inclusive, fazer referência à greve deste ano do setor público federal, quando realizamos, nada mais, nada menos, durante um período de 4 meses, nove reuniões com os representantes da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento sem haver avanço algum na negociação e na pauta apresentada pelo conjunto dos trabalhadores do setor público.

A greve tentou ser evitada pelos próprios servidores e suas entidades através do Fórum Nacional das Entidades de Servidores Públicos, quando abriram o processo de negociação e a busca do diálogo com o Governo em fevereiro de 2012, mas estendendo-se esse debate durante praticamente todo o primeiro semestre de 2012. No entanto, em determinado momento, o próprio Governo disse que não haveria possibilidade de abrir concessão naquele momento, sequer apresentando sinalização de negociação e dizendo que 31 de agosto seria o limite para apresentação da Lei de Orçamento Anual e que, até 31 de julho, fariam as projeções em relação ao Orçamento para os servidores públicos. Isso levou a uma situação insustentável em relação aos trabalhadores do setor público, que vêm acumulando perdas há muitos anos.

É preciso registrar que os servidores federais, assim como os demais setores das outras esferas, sofreram, durante os anos de chumbo que nós consideramos para a classe trabalhadora, que foram os anos 90, um corte violento nos seus direitos e nos seus salários. Se a Constituição de 1988 concedeu uma série de direitos aos servidores públicos e conquistas, registradas na Carta Magna e nos acordos firmados a

partir da grande mobilização realizada nos anos 80, em 90 houve uma cassação de direitos. Nada mais nada menos do que 70 itens do Regime Jurídico Único dos servidores públicos foram cassados, retirados, durante os anos 90, e evidentemente houve consequências.

O primeiro movimento feito no primeiro governo do Lula foi, seguindo a mesma lógica – lamentavelmente, porque não era essa expectativa do conjunto da classe trabalhadora, sobretudo em relação aos servidores públicos que votaram e apoiaram massivamente a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – aplicar a reforma da Previdência, que implicou um prejuízo bastante significativo para o conjunto da categoria. Boa parte dos trabalhadores, hoje, têm de trabalhar em torno de 40 anos, 42 anos – são 42 anos de contribuição, não estamos falando aqui de trabalho, mas de contribuição – para poderem-se aposentar, e assim mesmo o Senador Paulo Paim conseguiu aprovar a PEC Paralela. Caso contrário, todos estariam naquela situação de se aposentar apenas com 60 anos.

A realidade que vivemos logo imediatamente foi essa. Após esse processo, houve uma recomposição, ainda que parcial, dos salários perdidos durante dez anos. Porém, efetuada essa recuperação, digamos, parcial, não houve uma política definida pelo Governo no sentido de corrigir e recuperar as perdas que ocorrem ao longo do tempo, com a corrosão inflacionária. Portanto, ainda estamos sem política salarial definida para os servidores públicos, sem direito a negociação coletiva e sem poder celebrar acordo coletivo de trabalho. Essa é a realidade que persiste até hoje. Os processos desenvolvidos no setor público ainda são para garantir o direito mais preliminar, que é o direito à negociação coletiva, o direito à data-base, para garantir o direito de greve.

Eu disse que, no setor privado, o patrão se preocupa em reduzir seu prejuízo e, portanto, negocia. No setor público, é o inverso. Procura-se estender as greves para atuar com três vieses. O primeiro é tentar protelar, cansar o movimento – ou seja, fazer com que um movimento muito longo acabe cansando ao longo do tempo – e, ao mesmo tempo, jogar com a opinião pública, dizendo que os servidores públicos fazem greves longas, não têm respeito pelo cidadão e que, portanto, é preciso coibir, é preciso proibir, é preciso limitar a greve no setor público.

Vejam, companheiros e companheiras, companheiros da Mesa, que não é uma política voltada para sustentar um direito histórico ou para aprimorá-lo, senão para desmoralizá-lo, buscando, com isso, encontrar um ambiente favorável para acabar com o direito de greve do funcionalismo público. E não é a troca de nada. O companheiro e Senador Paim, agora, na abertura

desta reunião, falou exatamente sobre isso. Depois de um período de greves como esse... Os servidores vão à greve depois de 4 meses de tentativa de negociação, e é uma greve forte, é uma greve que, de fato, é um marco histórico na vida deste País e que inclusive atravessou a conjuntura atual.

Quero registrar aqui, Senador, que a greve inclusive trouxe como consequência a queda de popularidade da Presidente Dilma em pelo menos 10 pontos percentuais nas principais capitais do País. A população viu nessa greve a justeza das reivindicações que os servidores públicos estavam propondo e reconheceu que é preciso ter valorização para o setor público atender bem exatamente a população que precisa desse setor público.

Evidentemente eu não vou ter aqui tempo para avançar na avaliação dos projetos de lei que tramitam hoje. O Presidente da Anfp já citou vários deles, mas é importante registrar que, além dos projetos que se encontram no Congresso Nacional, há dois grupos de trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego – com parte das centrais sindicais, vamos registrar – e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Secretaria de Relações de Trabalho, que tratam do tema da regulamentação do direito de greve. No entanto, infelizmente, os dois anteprojetos que estão em discussão trazem também, no seu escopo, no seu conjunto, na sua redação, restrição ao direito de greve.

E nós entendemos que a regulamentação tem que partir do direito de greve e, a partir daí, nós garantirmos que a greve seja definida pelos próprios trabalhadores. Eles devem definir em que momento deflagrar a greve, devem definir que serviços essenciais serão mantidos nesse momento e, em negociação, evidentemente, devem avançar em acordos coletivos de trabalho que representem os interesses da categoria, combinados com os interesses públicos. Essa é a nossa visão sobre a forma de estruturar e regulamentar o serviço público.

Por fim, eu queria fazer o registro – eu não poderia deixar de fazê-lo – de que a nossa greve, a greve dos servidores públicos federais, neste ano, assim como tem sido nos anos anteriores, debate-se contra um projeto econômico que não beneficia o conjunto dos trabalhadores no nosso País, lamentavelmente.

Neste ano, foram destinados 47% do Orçamento total da União, algo em torno de R\$1,1 trilhão, para o pagamento da dívida pública e dos serviços da dívida pública, o que vai engordar ainda mais a poupança dos financistas e dos especuladores nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, só neste ano, foram gastos mais de R\$100 bilhões em renúncia fiscal a partir da redução do IPI, a partir de redução de impostos, para, no geral, garantir a lucratividade dos grandes empre-

sários. A GM, no ano passado, recebeu alguns bilhões desses e, neste ano, durante o último período de um ano, demitiu 1,4 mil trabalhadores. E, neste ano, estava querendo fechar toda uma planta, toda a unidade que fabrica o Meriva e o Corsa, em São José dos Campos, colocando no olho da rua 2 mil trabalhadores, apesar de ter recebido incentivo do Governo, com a redução do IPI, para aumentar a sua lucratividade.

A Presidente Dilma, Sr. Presidente – preciso registrar aqui –, no começo desta nossa greve, falou que não havia como considerar, neste momento, um grande aumento de salário para o funcionalismo público dado que a prioridade do Governo era garantir os empregos. Digamos que, do ponto de vista de uma ação mais global do Estado, é preciso se preocupar com aqueles que não têm carteira assinada, que não têm estabilidade no emprego, que estão, a todo o momento, sujeitos às intempéries da economia.

Há uma perspectiva de crise. Existe uma crise internacional, e há a perspectiva de se atingir o Brasil, e a crise já vem atingindo o nosso País com a queda e a desaceleração da produção. Mas o problema é que os empresários não veem dessa forma, não querem manter o emprego; eles querem que as políticas do Estado favoreçam o aumento da sua lucratividade, não a manutenção de empregos ou de bons salários. E a GM deu demonstração disso recentemente. Não fosse pela mobilização dos trabalhadores metalúrgicos da região, com o apoio, inclusive, do Senador e com o apoio de alguns Parlamentares que estão, digamos, mais concatenados com os interesses dos trabalhadores, e não fosse a própria pressão sobre o Governo, talvez, tivéssemos visto agora uma situação bastante complicada, porque, como consequência de 2 mil demitidos em São José dos Campos, 15 mil ficariam sem recursos financeiros para sobreviver, em função do que significa toda essa malha de trabalhadores que incentiva a economia naquela região.

Aqui, queremos registrar que, infelizmente, a política não está voltada a fortalecer o Estado, para que haja um serviço público que atenda ao conjunto da classe trabalhadora, com políticas sociais que favoreçam, sim, a manutenção do emprego, que favoreçam, sim, o salário digno, que favoreçam, sim, a valorização dos trabalhadores.

Nesse sentido, queremos deixar aqui muito claro o nosso repúdio – falo dessa forma – ao projeto de lei que está sendo proposto pelo Senador Aloysio Nunes. Quero registrar, inclusive, que o Senador Aloysio Nunes, quando entrou na disputa eleitoral em São Paulo em 2010, na última eleição, logo no começo, nem sequer aparecia nas pesquisas com 1%. Ele não aparecia sequer nas pesquisas. Foi o poder econômico, que é o

que determina neste País quem se elege e quem não se elege, que levou o Senador a ser eleito Senador da República. E nós esperamos que esse projeto seja retirado da pauta. E queremos contar com o apoio, com o qual já estamos contando, do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Diretor Paulo Barela, da CSP – Conlutas).

De imediato, vamos conceder, então, a palavra ao Sr. Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente, encarregado de imprensa do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, em representação à Presidenta Marinalva Silva de Oliveira.

V. Sª terá 10 minutos, com mais 5, mas eu estou tendo uma tolerância. No máximo, no máximo, 20 minutos. Com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, atento Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; demais membros da Mesa: Manoel Messias, representando o Ministro do Trabalho; o companheiro Paulo Barela, coordenador da Central Sindical e Popular (Conlutas); Álvaro França, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais; demais presentes ilustres aqui nesta plenária; grandes companheiros do Comando Nacional de Greve do Andes, Sindicato Nacional (*Palmas.*); e companheiros de outras entidades e representações sindicais – vejo aqui companheiros dirigentes do Sinasefe e da Fasubra.

É importante este momento. A atenção do Senador Paulo Paim a respeito do que acontece tem que ser louvada. O chamamento desta audiência pública tem que ser louvado.

Estou aqui representando o Andes – Sindicato Nacional, uma entidade que tem mais de 60 mil filiados na base, uma entidade que no setor público Federal tem o índice de sindicalização de aproximadamente 80% dos professores nas instituições filiadas, uma entidade que se organiza pela base, sem verticalismo, uma entidade que se sustenta única e exclusivamente pela contribuição voluntária dos sindicalizados – tem disposição estatutária contra o imposto sindical –, uma entidade que tem 100% dos votos das suas instâncias deliberativas eleitas em assembleias de base especificamente para aquela instância, e uma entidade que tem uma experiência histórica de lutas, inclusive quando era proibido fazer greve no serviço público, inclusive quando era proibido sindicalizar no serviço público. É uma experiência histórica que, parece-me, ilustra bem o significado social da organização dos servidores públicos para um País em constituição social, em

constituição como República, em constituição como elos e vínculos entre Estado e povo.

Muitas e muitas vezes, são os próprios servidores públicos que militam dentro dos órgãos públicos. São os primeiros a ter a sensibilidade, são os primeiros a serem chamados à via, à rua, em defesa das políticas públicas e do interesse social. Quando as políticas sociais não funcionam, quando sequer a sociedade, que é a principal prejudicada, consegue se mobilizar em defesa de seus interesses, tem sido de dentro da organização dos servidores públicos que a mobilização se dá, em defesa do direito social.

Muitas vezes criminalizados e rotulados, os movimentos de greve, os movimentos de organização dos servidores públicos, são taxados como corporativos contra a sociedade. Não é essa realidade que temos tido a experiência de vivenciar neste País.

Talvez alguns exemplos sejam bem emblemáticos a respeito do que eu estou falando. Ainda no governo Sarney, quando o último reduto da tecnocracia do regime militar encastelado no Ministério da Educação tentava dar uma cajadada final no espaço público do ensino superior deste País, constituindo uma comissão para reforma do ensino universitário, houve uma resposta imediata de uma greve nacional, que se constituiu em menos de uma semana, que nós chamamos inclusive, na época, de greve-conceito, em defesa não da própria categoria, mas da possibilidade do espaço público da educação superior, da pesquisa, da ciência e tecnologia neste País. De certa forma, isso se reflete agora durante essa greve forte, bonita, politizada, que temos no Brasil inteiro.

Diante da intransigência do Governo em discutir uma verdadeira reestruturação da carreira docente e uma recuperação das condições de trabalho nas universidades federais, nas instituições federais, o movimento, numa atitude corajosa, abre mão das reivindicações salariais – isso agora, 20 dias atrás – e faz uma contraproposta ao Governo, dentro dos marcos salariais do piso e do teto do próprio Governo, mas demonstrando que é necessária uma recuperação, uma reestruturação, uma reorganização das relações de trabalho, destruídas no último período, para construir uma universidade do futuro. Isso não pode ser chamado de movimento corporativo.

E aqui está o primeiro equívoco de quem se levanta, neste momento, oportunisticamente, tentando fazer passar um projeto que não é em defesa da sociedade. É um projeto de classe, é um projeto de dominantes da sociedade, que, oportunisticamente, é resgatado neste momento, como já foi declarado aqui nas manifestações anteriores.

Têm sido, de certa forma, frustradas as experiências pós-Constituinte dos últimos anos na evolução – especialmente na evolução da institucionalização – das relações de trabalho no serviço público. Já foram mencionados aqui alguns recuos. Ora, a Constituição trouxe duas grandes novidades para o serviço público: a liberdade de organização sindical – esse dispositivo constitucional inovador no Brasil – combinado com outro dispositivo, que é o do direito de greve, que bastariam entre si – o Barela demonstrou muito bem –, para que o processo e as responsabilidades no processo dessem a dinâmica adequada.

A nossa experiência – mesmo quando era proibido greve no serviço público – a nossa experiência é de que, nas assembleias de deflagração de greve, deflagra-se a greve, aprova-se a pauta, e há duas ou três deliberações canônicas: a primeira, constituir o comando de greve; e a segunda, constituir uma comissão de ética da greve, que, a partir daquele instante, está autorizada a discutir com a autoridade pública, com o chefe de departamento, com o diretor da unidade, com o pesquisador, com o professor, as essencialidades da greve. Há consideração ao risco do prejuízo irreparável, ao risco da vida, ao dano irreparável. Então é contra esse tipo de movimento que se levanta agora uma postura autoritária, criminalizadora, nitidamente de classe, repressiva, e não de construção de boas relações sociais nesse processo.

Nós acompanhamos, há muitos anos, esse debate aqui. A memória foi trazida, aqui, pelo companheiro Álvaro. Participamos de comissões, de reuniões de comissões, de audiências públicas. Lembro, com essa juntada de projetos – alguns deles citados aqui –, tentativas de relatório do Vicentinho e, há menos tempo, tentativa de relatório do Tarcisio Zimmermann, sempre defendendo esta posição que acabo de trazer aqui: a combinação das duas inovações constitucionais de 1988 – a liberdade de organização sindical, inclusive no serviço público, e o direito de greve no serviço público – são bastantes, em si, para resolver, para equacionar, como bem tem equacionado, essas relações.

Não há um sistema institucionalizado de negociação coletiva no serviço público. Não há data-base no serviço público. Aliás, é o contrário. Ainda discutíamos isso na mesa da Secretaria de Relações de Trabalho há poucos dias. Acabou-se constituindo uma data-base ao revés, com o dispositivo da LDO que define 31 de agosto como limite para ingresso de projetos com repercussão orçamentária de pessoal no ano seguinte. Digo uma data-base ao revés, porque a data-base abre um processo construtivo de negociação; esse dispositivo da LDO faz o contrário: ele fecha – e fecha, sabe-se, a favor de que interesses? São os mesmos interesses

de classe – a possibilidade de processos de negociação. As iniciativas desenvolvidas – inclusive, algumas delas, com grande badalação midiática...

Eu lembro que, do primeiro para o segundo ano do governo Lula – isso seria 2003/2004 ou 2004/2005 –, houve um ato com nove Ministros de Estado, assinando a institucionalização, ou desencadeamento do processo de institucionalização da Mesa Nacional de Negociação Permanente do serviço público federal. E temos que registrar, aqui, que a experiência não foi boa. Essa Mesa Nacional de Negociação, que foi institucionalizada com esse ato de nove Ministros, definiu um regimento interno, que foi publicado no Diário Oficial da União, e tratou de alguns assuntos. Casualmente ou não, a última grande reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente foi aquela em que o conjunto das entidades dos servidores públicos lá presentes considerou consenso e apresentou, num *data show*, o que seriam as diretrizes para os planos de carreira do serviço público. Aí acabou a Mesa. Lamentavelmente, eu estava presente, também, no momento, no ato em que acabou a Mesa. E se estabeleceu um processo irregular, que mais tem sido chamado de “Mesa de Enrolação” ou “Mesa de Embromação”, que, eventualmente, resulta, já pelo estrangulamento de possibilidades, em alguns chamados acordos, que não têm valor efetivo, a não ser como um conjunto de intenções, que, muitas e muitas vezes, não é cumpridos, e fica por isso mesmo.

Nós, agora, tivemos a experiência do movimento amplo, com as características que eu mencionei aqui. Depois de um ano de conversações ou negociações ou reuniões com o Governo, assistimos a um simulacro de acordo, relegando a quem, evidentemente, representava a categoria em greve estar fora desse simulacro de acordo. E estamos ainda diante dessa situação para ser resolvida, num ato, tipicamente, nitidamente, antissindical. Então, temos que avançar.

A Convenção da OIT foi chancelada pelo País com uma ressalva, que diz que se precisa, ainda, de outros elementos para sua institucionalização. Mas precisamos resolver essas questões preliminarmente ao momento em que se viria discutir a necessidade, a não necessidade e as condições da questão da regulamentação do direito de greve, a que nós temos nos manifestado contrários.

Estamos diante da possibilidade de um evidente retrocesso social. Quem lida no mundo jurídico sabe o que significa isso e o peso, para a institucionalidade, de um país que chancela esse tipo de movimento, de retrocesso social. O Senador Paim, com a experiência sindical que tem, certamente reconhece que se enganam aqueles que pensam que, ao baixar o tacão a

respeito do direito de greve da organização dos trabalhadores, por meio de uma medida burocrática, mesmo que seja constituída em lei, vão amainar ou evitar os conflitos. Ao contrário, provavelmente, se esse tacão for tentado, a conflagração virá. E virá com mais radicalidade, virá, inclusive, para reverter essa tentativa de amordaçamento, porque o movimento social não se amordaçou, não se amordaça e não se amordaçará.

Portanto, repudiamos essa iniciativa de tentativa de retomada de um interesse antissocial, que esconde, por trás de um discurso simpático à sociedade, uma atitude classista, uma atitude de dominação, uma atitude de defender o capital em detrimento do mundo do trabalho. E louvamos a atitude do Senador na Presidência desta Comissão, que, certamente, frutificará e retomará o bom caminho deste debate.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente, encarregado de Imprensa, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior, que aqui representa a Srª Marinalva Silva Oliveira, Presidente. *(Palmas.)*

Então, vamos agora ao representante do Ministro do Trabalho e do Emprego, Sr. Carlos Daudt Brizola, o nosso ministro. Aqui falará o líder Manoel Messias Nascimento Melo, representando o ministro.

Com a palavra.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– Obrigado, Senador Paim. Cumprimento os participantes da Mesa, o Sr. Álvaro França, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita; **O SR. PAULO BARELA**, da CSP – Conlutas; e Henrique Schuch, da ANDES – Sindicato Nacional.

Primeiro, peço desculpa, porque eu estou gripado. Esse convite foi sexta-feira, eu fui designado sexta à noite para vir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu explicar o porquê da pressa, pessoal. Para eu conseguir fazer que, na quinta, eu aprovasse um requerimento no Plenário para que o projeto viesse para essa Comissão, eu sustentei que já havia marcado uma audiência pública aqui na segunda-feira. Com isso, eu convenci o Plenário a aprovar o meu requerimento. O projeto em debate sai da CCJ, vai para a Mesa e vem para mim, aqui. E, aqui, nós vamos fazer tantas audiências quantas forem necessárias até que a gente decida encaminhar o referido projeto. Por isso, essa urgência. Eu agradeço a sua presença.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Boa iniciativa do Senador. O Senador tem sido sempre vigilante nos temas mundo do trabalho, e creio que foi uma boa iniciativa propiciar o debate

mais aprofundado, menos açodado, como fruto desse processo de negociação e de greve que se vivencia. Eu creio que, nesse debate, é importante que tenhamos calma, que não seja pautado pelas emergências o debate, tendo clareza de que discutiremos, na realidade, um tema que é muito caro: as relações de trabalho maduras que pretendemos que se tenha no Brasil e, inclusive, no serviço público.

Como fui chamado em cima da hora, vou, na verdade, fazer algumas observações situando como o tema nós estamos vendo no Ministério do Trabalho e também diálogos que nós temos com outros setores do Governo sobre o debate desse tema.

Primeiro, quero reconhecer, como já foi dito aqui, que o direito de greve foi uma conquista da sociedade brasileira no processo da Constituição de 1988, foi fruto da participação intensa da sociedade e dos trabalhadores e trabalhadoras no processo de redação da Constituição. Quer dizer, todos sabem que o processo constituinte foi um dos processos mais ricos de participação social que nós tivemos no Brasil. Esta Casa, o Congresso Nacional ficou permanentemente ocupado por representantes da sociedade dos mais diferentes interesses. Felizmente, a Constituição conseguiu recolher alguns pontos importantes se nós queremos ter democracia real no Brasil, especialmente nas relações de trabalho, como o direito de greve.

No entanto, alguns aspectos positivos também foram colocados. A Constituição conseguiu reconhecer o direito de organização sindical, como já foi dito aqui, e o direito de greve aos servidores públicos. Nós temos clareza, sabemos que, infelizmente, no Brasil, não se aplicam ainda plenamente os direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Além dos servidores públicos, existem outros setores da sociedade e da classe trabalhadora que não têm direitos plenos; exemplo disso são as trabalhadoras domésticas, a que o Senador Paim tem ficado muito atento, e outros setores sociais.

Então, por que eu digo isso? Na verdade a Constituição, as leis, como sempre foi, são fruto de um processo social e das disputas que acontecem no tecido social. Na sociedade em que nós vivenciamos existirão, certamente, avanços e recuos decorrentes do próprio processo de disputa na sociedade. E é natural que assim seja. Daí a importância de alguns princípios, alguns direitos serem inseridos na Constituição, para que estes princípios de direito não sejam definidos a cada momento, de acordo com a correlação de forças.

Nós já vivemos nesse País um período muito intenso em que os direitos dos trabalhadores foram atacados, fortemente atacados, e a existência de alguns direitos na Constituição evitou que houvesse retroces-

sos graves, como agora estamos vivendo, vindo em outros países, inclusive na Europa.

No entanto, em relação aos servidores públicos, a Constituição acertou em definir que era livre a organização sindical, acertou em definir o direito de greve ao servidor público, mas fez, no caso do direito de greve, fez a ressalva de que deveria ser feita com base numa lei que posteriormente foi definida como lei complementar e, depois, transformada em lei ordinária.

No entanto, a Constituição não atendeu, como foi bem dito aqui, ao terceiro pilar de qualquer relação de trabalho, que é o direito de negociação coletiva. A Constituição se omitiu em relação ao direito de negociação coletiva, omissão essa que foi corrigida pela ratificação da Convenção nº 151 por esta Casa, pelo Congresso Nacional. Por iniciativa do governo do Presidente Lula foi enviada a esta Casa a ratificação da Convenção, mas ela ainda está carente de regulamentação.

E aí cito um ponto importante. Para o Ministério do Trabalho, parece que é, no mínimo estranho, definir, discutir uma regulamentação do direito de greve sem antes ou concomitantemente explicitar e regulamentar o direito à negociação coletiva. Nós sabemos que a maior parte dos conflitos entre servidores e governos, não só a União, mas nos Estados e nos Municípios – eu diria mais ainda nos Estados e mais ainda nos Municípios – é motivada pela inexistência de regras para negociação coletiva, pela não efetivação do direito de negociação coletiva no serviço público, das suas regras.

Como já foi dito aqui, o próprio Supremo já definiu que não cabe ao servidor público nem a figura do dissídio coletivo, nem a figura do acordo coletivo, instrumentos esses que são produtos de uma negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores na iniciativa privada, aqueles abrangidos pela CLT. Então há a indefinição de regras do processo de negociação e a indefinição de regras válidas e que se efetivem do ponto de vista do resultado da negociação.

Como foi dito aqui, os acordos assinados são acordos que comprometem, do ponto de vista moral, do ponto de vista político as negociações, mas não têm força de lei e não poderiam ter dada a natureza do serviço público. Mas sequer tem um regramento do que deve ser feito, quais os procedimentos devem ser seguidos, após eventual acordo assinado entre sindicatos de servidores e governos. Isso mostra como é importante enfrentar esse tema.

Creio que para que o direito de greve seja regulamentado é importante, friso, é fundamental que se regule a Convenção nº 151, o direito de negociação coletiva dos servidores públicos. Eu creio que a democracia brasileira exige isso.

E, quanto mais distante do Planalto, quanto mais distante dessa instância – quem vivencia as discussões no serviço público nos Municípios sabe –, mais difícil negociar. Sequer há respeito à organização sindical. Vocês sabem que há muitos Municípios em que sequer se respeita o direito do servidor de se sindicalizar e de ter sua consignação, sua mensalidade, sua contribuição social consignada em folha. Há alguns Municípios até hoje entendem que essa é uma decisão, que podem proibir isso.

A Constituição ainda precisa avançar muito do ponto de vista de efetivar os princípios em relação ao serviço público.

Em relação à regulamentação da Convenção nº 151 e do direito de greve, também é claro um aspecto importante. Parece-me que é importante que tenhamos a visão de que os direitos dos trabalhadores e trabalhadores em geral devem ser os mesmos, com algumas especificidades, no caso do serviço público, dada a natureza da relação de trabalho que se estabelece no serviço público.

Aos trabalhadores regidos pela CLT, existe uma regulamentação que o Supremo mandou aplicar ao serviço enquanto não houver uma nova regulamentação.

Eu creio que, do mesmo jeito que mundialmente se discutem os serviços essenciais na iniciativa privada, o que é importante, também na regulamentação da greve no serviço público deverão ser definidos quais os serviços essenciais e como eles deverão ser mantidos, ainda mais porque alguns serviços públicos são absolutamente necessários para o cidadão. Então, como aqui nós estamos falando de serviço público, aqui há que se definir quais desses serviços são e como não serem interrompidos aqueles que causem ameaças concretas à vida, à segurança das pessoas.

Do mesmo jeito, ao regulamentar, vamos ter que enfrentar debates importantes, debates que, tanto no Ministério do Planejamento como no Ministério do Trabalho, nos últimos anos, foram enfrentados. Soluções foram construídas, mas, infelizmente não foi possível o consenso, com toda a representação dos trabalhadores, dos servidores. Internamente foram paradas pelo Governo com dois projetos de lei distintos: um elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o outro, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Há que ressaltar que os dois enfatizam a necessidade de garantir os serviços essenciais, um percentual mínimo, mas não detalham isso, não delimitam, não prescrevem. Deixam um campo muito amplo para discussão a partir da autorregulamentação dos servidores.

Não sei será esse o caminho que seguiremos nesse debate no Congresso Nacional e nem a própria discussão interna do Governo. No entanto, do ponto

de vista do Ministério do Trabalho, o esforço que nós estamos fazendo neste momento é: primeiro, junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também com a própria Secretaria-Geral da Presidência, já que o tema regulamentação não foi pautado pelas Centrais Sindicais brasileiras na sua apresentação de pontos para a discussão com o Governo da Presidenta Dilma, articular esses três espaços para desenvolver esforços no sentido de construir uma única minuta de projeto de lei; e que esta minuta de projeto de lei seja construída, ouvidas a representação das centrais sindicais e a representação dos servidores.

Pacificar os entendimentos entre o Ministério do Trabalho e o Ministério do Planejamento é importante para que essa ausência de consenso entre os dois ministérios não seja justificativa para não avançar nesse debate, do ponto de vista do Executivo, e, principalmente para que, nessa ausência de posição clara, negociada entre Governo e centrais sindicais, prosperem projetos de lei que sejam restritivas ao direito de greve e que não atendam esses pressupostos importantes da democracia.

Claro que há temas polêmicos, temas difíceis que deverão ser enfrentados. Há uma grande resistência dos sindicatos, mesmo os da iniciativa privada, para definir a lista de serviços essenciais, apesar de ser aceito internacionalmente que são importantes e que devem constar da regulamentação da greve esses mecanismos.

Segundo, há outros pontos polêmicos também. Vocês sabem que eles existirão. Por exemplo, o exercício da greve nos setores ligados à segurança pública. Esse é um ponto polêmico, de difícil discussão. Não há um padrão internacional a ser seguido neste ponto, fora a costumeira vedação ao exercício da greve por parte dos membros das Forças Armadas. Em relação aos aparelhos policiais, há diferentes posições no mundo. E, claro, haverá muitos debates a serem feitos aqui.

No entanto, um ponto me parece que é importante: em se regulamentando o direito de greve nesse setor, há que haver mecanismos que evitem que os grevistas utilizem o porte de arma durante o período de greve. Não há como pensar em exercício de direito de greve de elemento da segurança pública, que exerça esse direito de greve tendo a posse de armas. É assim em vários países, e é um tema que devemos debater.

Estou colocando que elementos polêmicos temos que enfrentar.

Termino dizendo que não há da parte do Governo, neste momento, uma minuta, não há. Há a vontade, a intenção de, nos próximos dias, reunir esses três Ministérios que falei: Ministério do Trabalho, Ministério do Planejamento e Secretaria-Geral da Presidência para

retomar o debate, partindo da busca de um consenso interno do Governo e do diálogo com as centrais sindicais que representam o sindicato dos servidores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o representante do Ministro do Trabalho, o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo.

Neste momento, terminamos os trabalhos desta Mesa.

Convido o representante do Ministro a permanecer conosco, até porque tenho notado muito que há uma desvalorização – na minha ótica, e assumo aqui – do Ministério do Trabalho e uma supervalorização do Ministério da Fazenda e do Planejamento.

Eu sou daqueles que entende que temos de fortalecer o Ministério do Trabalho e Emprego, pela própria história do Ministério. E a sua posição, pelo menos que me passou aqui, me agradou, primeiro, porque o Ministério do Trabalho e Emprego, pelo menos na sua posição, não é a favor desse ou daquele projeto que esteja tramitando aqui. Isso já me interessa. E, segundo, é totalmente aberto ao diálogo e ao entendimento com o movimento sindical e que não há pressa nenhuma de votar uma lei de greve.

O que não foi votado em 20 anos, não é correto... Esses dias, cheguei a usar o seguinte discurso na tribuna – desculpem a comparação: quando há um crime violento no Brasil, a extrema direita vem toda correndo para cá: “Pena de morte! Pena de morte! Pena de morte!”. Nós temos de fazer o que estamos fazendo aqui agora, para evitar que eles aprovem a pena de morte do dia para a noite.

Na questão de uma greve – no meu entendimento legítima, que repercutiu em todo o Brasil. E por isso estamos aqui e por isso estivemos na semana passada –, já vem o mesmo setor dizendo: “Tem de proibir, tem de proibir o direito de greve!”.

Então, percebi que a posição do Ministro vem na linha do que entendemos razoável. Se apresentei o projeto há 20 anos e o reapresentei, o fiz na linha de que é para se discutir o tema. Nós construímos uma redação que garante a todos o direito de greve, claro, dentro das limitações – e isso está no meu no projeto original –, quando está em risco diretamente a vida. Aí, temos que, de fato, ter o cuidado adequado.

Eu cumprimento os três. Peço uma salva de palmas a eles e peço que eles retornem ao Plenário. (*Palmas.*)

Eu convido, agora, a segunda Mesa.

Depois vai haver o debate, e todos vão participar dele.

Se quiserem passar aqueles 3 minutos de “O Evangelho segundo Teotônio” enquanto formo a Mesa...

No intervalo, vou passar as greves atuais. Como estão resumindo quatro matérias numa só, vamos ver como está sendo comentada, pela mídia, a greve dos servidores.

Agora, rapidamente, 3 minutos de O Evangelho segundo Teotônio, que também se refere às greves.

Convido para a Mesa Remi Castioni, representante do Proifes; José Almiram Rodrigues, Diretor da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e Aníbal Moreira Junior, Vice-Presidente do Sindilegis.

(Procede-se à exibição do vídeo O Evangelho segundo Teotônio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Vamos começar a nossa segunda Mesa e, nos intervalos vamos passar como é que estão sendo comentadas na mídia as greves de hoje.

Com isso, eu quis mostrar um pouco da retrospectiva histórica, dizendo que a greve foi um instrumento, inclusive, de combate à ditadura, de fazer com que retornasse a democracia no Brasil. Se a greve serviu como um dos instrumentos de derrubada da ditadura e fortalecer a democracia, por que, nos dias de hoje, em plena democracia, a greve não pode ser usada como legítima pressão para melhorar o salário e a condição de vida dos trabalhadores? Depois, veremos o momento atual.

Segunda Mesa.

Remi Cassioni, representante do Proifes.

O SR. REMI CASSIONE – Bom dia.

Bom dia Senador Paulo Paim. Agradeço o convite em nome do Proifes-Federação e cumprimento também os demais companheiros das entidades sindicais que aqui me antecederam e os que compõem esta mesa.

Eu gostaria de dizer que estou aqui representando o Prof. Eduardo Rolim, nosso Presidente do Proifes-Federação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que nós nos somamos a todas essas intervenções que foram anunciadas aqui pelos companheiros das representações sindicais.

Vou aproveitar esses poucos minutos que temos para fazer uma retrospectiva e destacar o nosso entendimento sobre essa questão, importantíssima questão.

Primeiro, quanto ao Senador Paulo Paim, temos o privilégio de estar contando com um Senador que é memória viva do processo de construção da Constituição cidadã até os nossos dias, de forma ininterrupta. S. Ex^a esteve presente no Parlamento, acompanhou, inclusive, a discussão da primeira Lei de Greve, a Lei nº 7.789, que foi estendida ao setor público recentemente.

Entretanto, uma das questões que nós, ao analisarmos esse conjunto de projetos que tramita na Casa – particularmente o da Deputada Rita Camata, de 2001, e este projeto do Senador Aloysio Nunes, do ano passado – há uma diferença entre eles, eu diria, mas que, na sua essência, não foge da linha mestra na qual eles se estruturam.

Primeiro, há uma tentativa de regular o efeito e não, a causa. Ora, o direito de greve no setor público é assegurado, como o Sólon apresentou aqui, pelo art. 37, inciso X, da Constituição. No entanto, o que há são iniciativas, no âmbito do Parlamento, no sentido de, de alguma forma, restringir o exercício desse direito.

O Proifes é a única entidade representativa dos professores que participou de uma iniciativa concluída há 2 anos, que foi o GT de negociação coletiva. Ora, a origem desse GT e os resultados a que ele chegou não são obras do acaso.

Senador, eu quero recuperar as nossas discussões do passado. Quando o Projeto de Lei nº 7.789 foi aprovado, foi fruto de um processo de recrudescimento do curso inflacionário após o Plano Cruzado, uma tentativa de debelar com o Plano Bresser e, em seguida, com o Plano Verão. E no bojo dessa discussão, lá em meados de 1989, nós tínhamos dois projetos tramitando. Um deles, que acabou se consagrando, era uma iniciativa, diríamos assim, espetacular do Senador Paim, que foi a instituição de uma espécie de escala móvel de salários. Coube a mim traduzir a iniciativa, quando era assessor dos bancários de Porto Alegre, de proteger os salários mais baixos naquele recrudescimento da inflação. E a resposta a isso, com o recrudescimento da inflação e um grande número de greves, foi que o setor empresarial se organizou e aprovou, no bojo dessa discussão, esse projeto de lei que restringe em boa parte o direito de greve no setor privado e que, de lá para cá, foi-se aprofundando. Inclusive, hoje, na esfera das relações de trabalho no setor privado, nós temos mecanismos talvez mais perversos, como aquele da Lei nº 7.789, que é o interdito proibitório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há uma iniciativa minha também na CCJ, que apresentei para derrubar o interdito proibitório há mais ou menos 7 anos e nem relator foi indicado até hoje.

O SR. REMI CASTIONI – Pois é. Esse, inclusive, foi um dos entraves para que, na recente Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, realizada aqui em Brasília entre 7 a 11 de agosto, que contou com a presença do Manoel representando o Governo, não se chegasse a um acordo nas discussões. Ainda há um vazio nessa medida que limita enormemente o papel da representação sindical.

Mas a questão de regulamentar o efeito e não a causa é uma tentativa posterior à lei de greve, de 1989, iniciativa que surgiu no Governo Itamar Franco, tendo à frente o Ministro Walter Barelly, que permitiu a criação do contrato coletivo de trabalho que, em certa medida, iniciou-se com uma discussão muito efervescente no âmbito do setor privado, haja vista que, naquele momento, já havia uma discussão no âmbito das centrais sindicais sobre a institucionalização do contrato coletivo de trabalho e incorporou muito timidamente, a meu modo de ver, a discussão sobre as relações de trabalho no setor público. Inclusive, o relatório final desse grande grupo que se reuniu durante mais de um ano e produziu um documento exaustivo mostrou, inclusive, certa dificuldade que havia nas representações do setor público de se enxergarem naqueles princípios. Por isso, alguns solicitaram, naquele momento, que a Justiça do Trabalho pudesse ser invocada para a solução dos conflitos. No entanto, isso se perdeu.

Na sequência, o Governo Fernando Henrique não deu continuidade a essa iniciativa. E nós só vamos acompanhar a retomada dessa discussão no GT de negociação coletiva, no âmbito, evidentemente e exclusivamente, do que se refere ao setor público. E no que se refere a esse setor, esse GT produziu, há 2 anos, um entendimento que estrutura o que poderíamos chamar de sistema democrático de relações de trabalho no setor público, em que o direito de greve, assegurado pela Constituição, é, na realidade, enaltecido.

No entanto, a grande questão colocada é exatamente a nossa tradição. E isto acontece e vem nas nossas origens, no nosso achamento: que nós sempre tratamos a questão social como caso de polícia, como bem disse aqui o Sólon, descortinando a legislação lá de antes da República. Enquanto as sociedades modernas entenderam o conflito como algo inerente às relações de trabalho e, portanto, desenvolveram mecanismos de composição desses conflitos, no caso brasileiro, sempre foi tratado como caso de polícia ou como algo à margem da lei.

E o que nós, na realidade, não conseguimos introduzir, no âmbito da legislação, são formas e mecanismos de composição desses conflitos que, evidentemente, existirão enquanto houver as relações entre quem vende a sua força de trabalho e quem a compra. Isso é inerente ao processo de acumulação capitalista. E essas relações que se estabelecem no setor privado não “desacontecem” no setor público.

Então, diria que o grande exercício que momentos como este que estão sendo propiciados pela história podem nos permitir é que nós possamos construir, no âmbito do Congresso Nacional, mecanismos e procedimentos que possam incorporar, primeiro, a

democratização das relações de trabalho, o processo de reconhecimento dos atores: de um lado, os trabalhadores e suas representações sindicais, e, nesse papel extremamente importante, o reconhecimento das representações sindicais, sejam elas de que matizes forem – isso está assegurado no art. 8º da Constituição –, quer dizer, os trabalhadores têm liberdade para definir a quem querem se filiar, e esse é um aspecto importante assegurado pelo processo constituinte. Então, nós precisamos reconhecer esse mecanismo – o art. 8º disciplina que as representações se estabelecem a partir do momento em que os trabalhadores acharem que aqueles os representam ou não os representam – e, por outro lado, instituir, no âmbito do poder público, um processo negocial. Com a sofisticação dos mecanismos de construção do orçamento público, isso hoje começa a ficar mais evidente, queiramos ou não.

Temos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece e sinaliza uma data de referência, que é quando o Congresso Nacional recebe o projeto de lei do orçamento anual. Então, essa é uma questão de referência que precisa ser levada em conta por nós, queiramos ou não.

O processo de negociação no setor público, como aquele análogo ao setor privado, tem três fases muito bem distintas: a fase de apresentação de propostas, a fase de negociação e a fase de assinatura do acordo. No setor privado, essas fases são, digamos assim, estabelecidas dessa forma. Quando se estabelece o conflito no setor privado – o nosso sistema democrático de relações de trabalho ainda não estabeleceu as formas de composição desse conflito –, há invocação da Justiça do Trabalho, do poder normativo para a solução desses conflitos; acho que não seria o nosso caso aqui.

Então, para encerrar, Senador Paim, para finalizar esta intervenção, eu queria dizer que, não sei se todos tiveram acesso, está disponível na página do Ministério do Trabalho um trabalho que eu tive o privilégio de coordenar, que consolidou a realização das 26 conferências estaduais no âmbito da Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em que, com a pactuação dos atores que lá estiveram presentes, nós asseguramos um conjunto expressivo de questões suscitadas no âmbito das conferências estaduais que diziam respeito ao setor público.

Permita-me aqui apenas falar o que essas conferências trouxeram para a Conferência Nacional. Buscaram, primeiro: regulamentar a Convenção nº 151 sobre direito de sindicalização e relações de trabalho da OIT; garantir o ingresso na Administração Pública federal, estadual e municipal apenas mediante concurso público; promover a capacitação continuada dos servidores públicos; assegurar o processo de democratização na

gestão pública, garantindo aos servidores de carreira participação na gestão; valorizar os servidores públicos com a criação de um índice nacional de reajustes das carreiras do serviço público; proporcionar condições adequadas de trabalho e de vida aos servidores públicos em relação aos recursos materiais e humanos; combater o desvio de função do serviço público; estabelecer data base para serviço público em todas as esferas; regulamentar o direito de greve dos servidores públicos; garantir direitos trabalhistas ao trabalhador temporário; combater a prática de terceirização; ampliar capacidades; estabelecer gestão paritária entre Estados e servidores públicos nos regimes próprios da Previdência.

Esse conjunto de proposições formuladas por um conjunto significativo das representações dos trabalhadores que se fizeram presentes nas conferências estaduais as mais de 1.200 pessoas que aqui estiveram nesse primeiro final de semana de agosto referendaram, nesse grupo de trabalho, por consenso.

Então creio que essa é uma questão de extrema importância para ser discutida por esta Comissão, presidida pelo Senador Paim, para que possamos de fato amadurecer o nosso entendimento sobre o processo de negociação no setor público e assegurar mecanismos de participação e de reconhecimento daqueles que compõem e defendem tanto o Estado brasileiro como o papel dos servidores públicos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Remi Castioni, representante do Proifes.

Quero só lembrar, Remi, que eu acabei trazendo para esta Comissão também outro projeto que diz simplesmente o seguinte: é proibido o direito de greve no setor bancário. Nem o bancário tem o direito de fazer greve. E quando percebi que estava avançando, consegui também trazer o projeto para a nossa relatoria. E de outro, que desmonta o movimento sindical e consegui na Comissão de Assuntos Sociais, assumi a relatoria. Quer dizer, nós estamos vigilantes aqui, mas vocês todos podem ajudar. Quando entenderem que é um projeto perverso, me avisem.

Passo a palavra, neste momento, ao José Almiram Rodrigues, Diretor da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação nas Universidades Públicas Brasileiras – Fasubra, que aqui representa a Sr^a Janine Vieira Teixeira, Coordenadora-Geral.

O SR. JOSÉ ALMIRAM RODRIGUES – Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Senador Paim e, por meio dele, toda a Mesa e todos os companheiros aqui presentes.

Nós somos da Fasubra, uma federação que está no seu 34º ano e representa os trabalhadores técnico-administrativos das universidades.

A Fasubra, assim como quase todo movimento sindical do serviço público, se iniciou com as associações na época em que nós não tínhamos o direito de sindicalização, e tínhamos as associações. A partir daí, houve a tomada pelos próprios trabalhadores, a transformação dessas associações em sindicatos. Assim também aconteceu com a Fasubra. Inicialmente era uma federação de associações.

Por que estamos dizendo isso? Porque a história dos sindicatos do serviço público se confunde com o próprio processo de redemocratização do nosso País, ou seja, mesmo antes de podermos organizar sindicatos, mesmo antes de podermos nos manifestar, por conta do regime militar, nós começamos a fazer esse movimento e trabalhamos na redemocratização do País, assim como na consolidação da democracia, através da nossa participação efetiva na construção de leis, na discussão da Constituinte e, particularmente nós, da universidade, na construção da LDB, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na construção do Regime Jurídico Único, dando uma contribuição bastante qualitativa nesse processo de consolidação da democracia no nosso País.

Com essa participação, nós nunca abrimos mão do que é o recurso do trabalhador: a greve. E tivemos greves importantes, não só greves corporativas, greves por salários. Isso foi necessário, porque, ainda hoje, os trabalhadores da universidade, os trabalhadores técnicos administrativos são as menores tabelas do serviço público federal, porque, infelizmente, quando o Governo diz que está valorizando a educação, a rigor, isso não se reflete em salário para nenhuma categoria da educação. Portanto, não faz uma afirmativa verdadeira o Governo quando diz que está valorizando a educação.

Fora isso, nós tivemos, juntamente com os companheiros docentes, juntamente com os estudantes, greves importantes para a manutenção da universidade. Tivemos greves, como foi citado pelo que me antecedeu aqui, na época do Sarney, mas também tínhamos, na época do Collor, greves importantes para a manutenção da Universidade. Embora com salários altamente defasados, nós achamos importante isso. E se hoje a Universidade não está na mesma situação da educação básica, onde há um enorme fosso entre o ensino público e o ensino privado, é por conta dessa luta que fizemos também. Aliás, na educação superior, ocorre o contrário: a educação pública tem bastante qualidade, enquanto a privada não tem, muito embora o Governo insista em continuar investindo bastante

dinheiro na universidade privada, em vez de investir na universidade pública.

É essa a história da Fasubra.

Concordo com os companheiros: qualquer lei que venha regulamentar não vai desmerecer o processo que foi construído, porque, quando nós começamos a construir greve, não existia lei – aliás, existia para proibir e, mesmo assim, a despeito de toda lei, foi construída greve, foi construída movimentação e demos essa contribuição para o País.

No último período, nós vivenciamos mais uma greve aqui. E assinamos um acordo, mas com muito problema. Existe um processo de desrespeito aos trabalhadores. Infelizmente, a resposta que vem, ao invés de ser para suprimir isso, é justamente para tirar o direito que nós temos ainda de lutar. Isso é muito complicado.

Nós participamos de discussões sobre a questão do direito de greve. Foi feito um grupo de trabalho no Ministério do Trabalho e, em determinado momento, nós tivemos que sair. Nós saímos por quê? Saímos do grupo de trabalho justamente pela imposição do representante do Ministério do Trabalho de ter que discutir a questão de negociação coletiva – era isso o que se discutia no grupo de trabalho – com a questão do direito de greve. Suprimiam algumas categorias desse direito de greve e nós não achamos que podemos decidir pelos outros quem deve fazer greve ou não, porque cada um sabe onde o calo aperta, não é?

Nesse próprio projeto que nós estamos discutindo agora, que, dentre os diversos projetos de lei, li alguns deles, parece ser o pior, o pior deles, o que mais ataca os trabalhadores, está escrito, por exemplo, que bombeiro não pode fazer greve. Mas o que tem em contrapartida? Nós vimos, no ano passado, a greve dos bombeiros do Rio. O que ela conseguiu mostrar? Conseguiu mostrar para toda a sociedade a miséria de salários que eles ganham para fazer o trabalho importante que realizam. Portanto, como podemos dizer para essas pessoas que elas não podem se manifestar? Da mesma forma, as polícias de vários Estados conseguiram mostrar isto: “Olha, estou trabalhando na rua, sacrificando.”

Você vê, tem cada contradição! Em Estados que têm o maior índice de pobreza no País, o salário do governador, o salário dos deputados federais, o salário de vereador, o salário de prefeito é lá nas alturas, enquanto, para pagar aos servidores públicos, é uma miséria.

Então, a gente não pode determinar quem pode, de fato, fazer greve ou não. Isso tem que ser determinado pelos trabalhadores.

Nós viemos de um período em que nós mesmos fizemos a autorregulamentação, como já foi citado, mas

quero falar especificamente da universidade, aliás, de toda a greve do serviço público. Nós constituímos nossos comandos de greve. Nesses comandos de greve, há as comissões. E nós, inclusive, negociamos com os gestores os setores que podem parar e os setores que não podem parar.

Portanto, nós sempre agimos com bastante responsabilidade nas nossas greves. Infelizmente, a falta de responsabilidade com as greves tem sido sempre do Governo, naturalmente para servir às suas intenções. No ano passado, nós fizemos uma greve. E depois de um longo período de negociação, nós passamos 110 dias de greve, o Governo sequer nos recebeu. Disse: “Não recebemos trabalhadores em greve.” E usou para isso, como artifício, a Mesa Nacional de Negociação Permanente, criada pelo Governo, que foi uma experiência que consideramos bastante negativa em determinados pontos, porque, como ele criou a Mesa de Negociação Permanente, realizou uma negociação interminável. Ou seja, o Governo recebe os trabalhadores por diversas vezes, mas não apresenta propostas e tal. Eu vivenciei isso nas mesas com o Governo.

O que acontece? Nós vamos à reunião lá na SRH, discutimos toda a pauta, vamos a outra reunião e é como se fosse uma escada rolante, que sempre está voltando. O Governo diz que desconhece a pauta, apresentamos novamente – isso nós fizemos por diversas vezes. Depois de mais de 50 reuniões, nós entramos em greve. E o Governo usou a negociação que ainda estava em curso, não havia terminado – isso depois de mais de 60 reuniões sem chegar a canto algum –, repito: a reunião ainda estava em curso, e criminalizou a greve. Ao invés de se dispor a negociar, criminalizou a greve.

Talvez isso seja um processo de desvalorização dos serviços públicos. Isso é uma desvalorização talvez da educação. Outras categorias não sei como ele trata, mas eu acho que, no geral, tem tratado assim.

Esse projeto que está colocado em pauta agora traz diversos problemas. Todos vêm para suprimir o direito de greve; só vêm para isso. Não é preciso chegar aos pontos, acho que todos já viram aqui, mas é importante reforçar o repúdio a esse projeto. E nós sabemos muito bem que aqui nesta Casa só passa o que o Governo quer. O Governo tem uma ampla maioria que construiu, às vezes, até de forma complicada – a gente não vai mencionar isso aqui. Tem uma ampla maioria, assim, passa o que ele quer. Então, a gente tem que atuar – sabemos que o Senador Paim é da Bancada do Governo – para que o projeto seja retirado.

É preciso um processo de negociação com os trabalhadores que considere a história do que foram os trabalhadores do serviço público, que construíram

a ferro e fogo esse direito de se sindicalizar, o direito de fazer greve. Infelizmente todos os projetos vêm contra esse direito. É preciso negociar levando em conta isso, e ter, de fato, data-base, mesa de negociação, mas uma mesa de negociação séria, porque nós entendemos que, no processo construído lá, em determinados momentos, não houve, como eu falei, seriedade no encaminhamento da questão nas mesas de negociação permanentes. Infelizmente foram negociações permanentes usadas contra os trabalhadores, porque sempre se marcou uma reunião e outra, e nunca se chegou a lugar nenhum. Fazemos o movimento de entrar em greve e essa negociação não terminou, porque havia outra reunião marcada. Ora, mas para que tanta reunião marcada se não vai chegar a lugar nenhum?

Agradecemos o convite. A Fasubra sempre esteve disposta a negociar. Acabamos de sair de uma greve. E o que nós, trabalhadores da educação, recebemos não foi o que a nossa categoria merece.

Infelizmente, há um processo de imposição do Governo. Oferecem as propostas já no último dia de prazo para mandar para o Congresso Nacional a proposta orçamentária, dizendo: ou aceita; ou é isso ou é nada. São situações muito complicadas. Ou seja, existe uma mesa de negociação permanente, mas, de fato, não há negociação. De fato, não há negociação. Para os trabalhadores do serviço público, para quase ninguém houve negociação de fato; houve uma coisa impositiva.

É preciso que se dialogue não a limitação da lei de greve, mas a criação de data-base para os trabalhadores, a criação de uma política salarial, de fato, porque não temos política salarial. E sempre que procuramos entrar em greve é para poder iniciar um processo de negociação. Mesmo havendo hoje uma negociação permanente, de fato, ela não existe durante o tempo em que você não está em greve. Portanto, serve sempre para iniciar um processo de negociação.

É preciso ter data-base. Não essa data-base que foi criada e que também é usada a favor do Governo e a favor do sistema.

Agradecemos aqui a participação. A Fasubra e, acredito, os demais trabalhadores do serviço público, os nossos sindicatos organizados não vão se dobrar a uma legislação que venha de forma autoritária. Quando nós começamos, a legislação já era autoritária e, mesmo assim, nós enfrentamos.

É esse o recado que temos para dar.

Estamos sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Almiram Rodrigues, Diretor da Fasubra.

José, para que fique claro para quem está assistindo pela TV Senado e pela Internet, esse projeto é de um Senador e só ele pode retirá-lo. O que devemos fazer – no caso, é a minha posição –, naturalmente com o apoio de vocês, é rejeitar o projeto caso ele venha a ser votado. Mas o Governo, como falou aqui o representante do Ministério, está discutindo nas suas instâncias e poderá mandar um projeto ao Congresso para o debate.

Passo a palavra ao Sr. Aníbal Moreira Junior, 1º Vice-Presidente do Sindilegis.

O SR. ANÍBAL MOREIRA JUNIOR – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Paulo Paim!

Eu gostaria de agradecer o convite feito ao Sindicado para participar desta audiência pública, o que é muito importante.

Senador, eu gostaria de parabenizá-lo pela atuação neste evento e em todos os outros eventos que acompanham a sua carreira. O senhor demonstra ter toda a história do sindicalismo em suas veias, e isso nos tranquiliza, porque temos percebido que é uma instância a que podemos recorrer no caso de necessidade.

Eu represento o sindicato do Poder Legislativo, que é exatamente o sindicato desta Casa. Nós representamos a Câmara, o Senado, e os servidores do TCU.

Historicamente, nós não temos muita experiência com greves. Particularmente eu, que já fui da iniciativa privada, da Telebras, tive alguma experiência nessa área. E o que percebo é o seguinte: a greve nunca é desejada. O servidor não deseja fazer greve; ele é levado a isso. E é o único instrumento de pressão que ele tem para falar do que está precisando, do que ele precisa até como condição de trabalho.

A greve, pelos vídeos que vimos aqui, Senador, pode destruir vidas. Então, ela tem de ser evitada ao máximo pelas partes. E é nesse sentido que o sindicato do Poder Legislativo vem a esta comissão, considerando o repúdio de todos, unânime, a esse projeto de lei.

Senador Paulo Paim, o importante é que qualquer projeto de lei nesse sentido, que regulamente o direito de greve do servidor público, traga obrigações a todas as partes para que a greve seja a última escolha. Então, temos de trabalhar para que a lei que venha a ser aprovada crie o máximo possível de dificuldades para a instauração da greve, para que force ambas as partes a negociar.

Do jeito que está nesse projeto, somente o servidor público tem obrigações a cumprir; não há nada reservado ao Poder Público. E isso nós temos de mudar nesse projeto. Não tem condição ser dessa forma. Para que uma situação de greve seja evitada, a outra parte tem de ser obrigada a sentar à mesa.

Nesse sentido, a definição de uma data-base é fundamental. O servidor público precisa de uma definição de data-base que lhe permita apurar os prejuízos que tem tido nos períodos anteriores. Passamos anos e anos sem reajustes salariais, com o nosso poder aquisitivo sendo corrompido. Informações estatísticas que não correspondem à realidade são publicadas para segurar o nosso direito. E quando a situação se torna insustentável, nós estamos 100% prejudicados.

Nesse sentido de evitar que toda negociação culmine em greve, é muito importante que a Convenção nº 151 da OIT seja respeitada e uma mesa de negociação permanente seja obrigatória para todos os Poderes, de forma que a negociação se dê ao longo do tempo, evitando que, no último momento, as coisas culminem em greve.

Então, esta é uma reivindicação que o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo faz a esta Comissão: que na análise do projeto considere a definição da data-base – a nosso ver 1º de maio seria a data mais interessante –, e a mesa permanente de negociação, para que as instâncias possam, ao longo do tempo, negociar e evitar a greve, porque, na legislação proposta, criaram somente uma mesa de negociação emergencial específica para greve. E não deveria ser assim. O mais interessante para todos nós e também para o Estado seria a mesa permanente de negociação em todos os níveis: no Poder Legislativo, no Poder Judiciário e no Poder Executivo.

Outra coisa que para mim fica clara nessa discussão é a necessidade de criação de um novo marco regulatório para o servidor público. A Lei nº 8.112 foi modificada durante os anos. Inclusive, na comemoração do seu aniversário, o Senador Fernando Collor mencionou que ela foi totalmente desvirtuada nesse período. Então, precisamos retomar a criação de um novo marco regulatório, Senador – e aí nós pedimos o seu apoio – para que os direitos do servidor público sejam resgatados.

Essa fica sendo a nossa mensagem, a mensagem do Sindilegis, o sindicato que representa exatamente o Poder Legislativo.

Muito obrigado.

Senador, muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Vice-Presidente do Sindilegis, Aníbal Moreira Júnior.

Quem me pediu a palavra aqui, por entender que também deveria fazer uso dela, foi o representante do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação, Nei Jobson da Costa Carneiro.

O Nei pode falar da mesa mesmo, basta apertar o botão, quando acenderá uma luz verde.

O SR. NEI JOBSON DA COSTA CARNEIRO – Senador, o Sindicato das Agências Reguladoras entrou em greve. A regulação federal, as dez agências: Anatel, Anvisa, Aneel, DNPM e todas as que fazem a regulação do setor mineral entraram em greve no dia 16 de julho, exatamente por todo processo que os companheiros das entidades sindicais já grifaram aqui nesta excelente audiência pública, que são reuniões intermináveis, acordos de anos passados que previam serem feitas coisas. Por exemplo, as agências reguladoras tinham um acordo com o Governo, em 2008, para fazer um grupo de trabalho para dar encaminhamento a certas coisas, mas o grupo de trabalho nunca foi feito.

Então, são as situações que, ao longo de 3 ou 4 anos de não encaminhamento, de não debate, de não seriedade da discussão, a fundo, do que significa o anseio da categoria – “o que é anseio desse cargo?; quais são os anseios desse outro cargo?; vamos ter uma posição de Governo!; olha, a resposta é essa” –, a falta desse processo culmina, irremediavelmente, em greve. É aquilo que o companheiro do Proifes colocou: o Governo não trata da causa; ele quer só resolver efeitos.

E na questão de efeitos, Senador, eu queria destacar dois exemplos importantíssimos em relação ao que alguns segmentos, às vezes, por falta de informação ou não, fizeram ao longo dessa greve das agências reguladoras, a algumas publicidades. Senador, houve casos extremamente exagerados em relação principalmente à questão da Anvisa, que trata do controle de vigilância sanitária, da barreira sanitária do País e é uma das barreiras mais elogiadas do mundo, uma das que a OMS mais elogia. Sou servidor da Anatel, mas tenho um acúmulo de mais de 7 anos em relação ao debate da barreira sanitária do País.

Nesse caso, Senador, diversas publicidades foram feitas – e faço essa minha fala para reiterar a importância também de outros marcos regulatórios que deveriam existir, como para a questão da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, o marco regulatório das comunicações – em que os servidores da Anvisa, na TV, foram chamados de assassinos. Isso está gravado. Semana passada, na Band, foram chamados de assassinos, porque estava faltando remédio aqui e ali. Saíram falando que estava faltando remédio as farmácias e laboratórios ou hospitais. Ao longo dessa greve, foram falando: “Vai desabastecer aqui e ali.”

Desde o início da greve, há uma cartilha orientando o que não pode faltar: “Pessoal, é preciso fazer; não se pode deixar de fazer tais assuntos.” Senador, não faltou nada, não estava faltando nada. Na hora

em que foi pedido – “Ah, você reclamou? O que está faltando?” –, foram ver a lista e viram que nem importaram o remédio, ou importaram e nem saiu do país. Nem entraram com o processo e nada.

(Falha na gravação.)

O SR. NEI JOBSON DA COSTA CARNEIRO –

Senador, não faltou nada. Não faltou absolutamente nada.

Semana passada, falaram isso novamente. Aí o Ministério da Saúde e Anvisa provaram de novo que não estava faltando nada.

Então, Senador, é complicado estar numa greve onde há várias entidades e, às vezes, a imprensa repete o que fez com essas entidades e publicam o que não condiz com a realidade fática. Houve um caso, – às vezes, a gente tem esse conflito inclusive com níveis, esferas de Governo diferentes –, houve um filiado do sindicato, do Sinagências, grevista da ANP aqui em Brasília, que tem um problema excepcional, necessita de remédio derivado de sangue, que nos questionou, porque teve a seguinte resposta de um Governo estadual: “O remédio não chegou.” E é um remédio excepcional – graças a Deus a gente tem o SUS que fornece esse tipo de remédio! Disseram: “Seu remédio não chegou.” – e ele precisa, senão tem complicações todo mês – “seu remédio não chegou ainda por culpa da greve da Anvisa”. Ele, filiado e grevista da Agência de Petróleo, fez contato com o comando de greve e a gente foi atrás. O que está acontecendo? Por que falaram isso para ele? Aí chamamos o comando de greve: “Entrem, vamos resolver, não pode estar parado, não é para estar, essa não é a orientação.” Fizemos contato com o comando, fizemos contato com a Anvisa, fizemos contato com a área do Governo que disse isso para o servidor, para o companheiro. Foi comprovado, Senador, que estavam com problemas. Não estava parado, não tinha nada parado nessa linha de remédio. Não tinha problema do nosso lado. E a gente comprovou com as áreas internas do Governo que disseram isso ao nosso companheiro que, na verdade, estavam com problema de importação, de licitação.

Então, Senador, é importante que a gente lide com essa questão do direito de greve, é importante que o processo de negociação coletiva, de fato, que não existe, seja feito por fases e seja convergente, para que sempre se evite a greve antes e não se deixe estourar.

Senador, antes da nossa greve, duas semanas antes, Senadores da República ligaram para o negociador do Governo: “Não deixe a greve das agências estourar; você não sabe que há problema, é um setor de regulação, de fiscalização? Não deixe isso ocorrer.” Senador, houve greve, mesmo um Senador da República tendo que alertar o negociador 15 dias antes para

não deixar ocorrer. O Senador, inclusive, viajou para a China, esperando que a greve não fosse ocorrer e, quando chegou lá, os navios estavam no mar por causa da greve, não por que a gente queria, mas por causa da intransigência dos negociadores.

Então, para acabar, Senador, e agradecendo a abertura da nossa fala, lembro que os anseios dos trabalhadores da regulação federal não foram atendidos. A gente entrou em greve porque há distorções internas, além de reajuste. O Governo levou 30 dias para começar a nos receber, fez reuniões e reuniões sem conteúdo, para, no domingo passado, no outro domingo, colocar uma tabela destoante daquilo que foi negociado no sábado à noite. Quando chegou a tabela, veio diferente daquilo que foi falado. Chegou uma tabela no domingo, antes do prazo, de última hora, e como sendo definitiva. Fizemos contraproposta, o Governo não negociou. Disse: “É isso e acabou!”. A categoria rejeitou, a gente continuou no movimento, finalizamos a greve, porém, continuamos a tentar negociar com o Governo, porque esse setor não foi devidamente atendido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Nei Jobson da Costa Carneiro, Diretor do Sindicato dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação.

Vamos, agora, para as considerações finais de 5 minutos de cada um dos convidados.

Seria importante a manifestação se tiverem algumas propostas de encaminhamento além daquelas que já tomei nota aqui. Por exemplo – vamos ver se os senhores concordam e podem complementar –, antes de aprovar uma lei de greve, tem que haver uma política salarial para os servidores, primeiro ponto. Segundo, que seja discutido direito de greve, mas que seja uma discussão tranquila, equilibrada e sem nenhuma pressa – se não foi votado até hoje, não podem querer votar do dia para noite – e que a mesa de negociação seja permanente. São as três questões básicas de que eu tomei nota aqui. E também pedem que haja movimento em relação à data-base.

O SR. CARLOS MAGNO – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho.

Estou tendo cuidado aqui, porque, no plenário, temos, no mínimo, cem pessoas. Eu tenho que abrir com cuidado a palavra, porque, se eu permitir a todos que falem agora, não chegaremos ao encerramento. Há aqui oito convidados, e os oito usarão a palavra novamente.

O sindicalista a que dei a palavra fez um pedido logo no início, porque sentiu que não estava representado, na visão dele, até o momento.

Vamos fazer o seguinte, pessoal: vou atender você por 5 minutos, mas peço a todos que me entendam também, porque nós temos que ir para os “finais” da nossa audiência pública. Diga o seu nome e pode usar a palavra.

O SR. CARLOS MAGNO – Carlos Magno. Eu sou da Direção Nacional do Sinasefe.

Eu queria fazer um pedido de esclarecimento, porque, pelo que me consta, o Sinasefe, que representa os trabalhadores da educação também dos institutos federais, não foi convidado, pelo que me consta. Na chegada, eu havia, inclusive, conversado com o companheiro que estava fazendo o credenciamento, e não sei o que ocorreu. De repente, a gente está aqui. E eu gostaria de colocar essa posição do Sinasefe rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O seu argumento já me convenceu. Então, o senhor tem o mesmo tempo dos outros. Pode usar a palavra.

O SR. CARLOS MAGNO – Bom dia a todos!

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa e os demais companheiros que falaram, representando os trabalhadores – Fasubra, Andes, e CSP – Conlutas, central sindical, representando os trabalhadores da educação, que estão, ainda, num processo final de uma greve que apenas se instaurou neste ano, praticamente em continuidade à greve que se passou no passado, em 2011, greve esta a que esses trabalhadores foram empurrados pelo próprio Governo.

Então, queremos aqui colocar a nossa insatisfação com o Governo, que vem de uma origem, na verdade, dos movimentos sindicais – como vimos nos vídeos –, que vem dos movimentos sociais e que, hoje, quando lá chega, se porta de maneira lamentável. O Governo, que, nas mesas que deveriam ser de negociações, como o companheiro do Andes colocou, as mesas, que passaram a se chamar de...

(Falha no microfone.)

O SR. CARLOS MAGNO – Enfim, o Governo, infelizmente, num processo de greve, apresenta, como negociação, propostas que vão deixar pior ainda a situação dos servidores, como no caso da desestruturação da carreira. Um exemplo claro: o interstício, que se amplia de 18 para 24 meses, o que, eu acho, não é a aspiração das bases, mas foi assinado por uma entidade que diz representar os trabalhadores e que, infelizmente – é uma questão que quero lamentar –, faz parte da Mesa. E o Sinasefe, que representa, de fato, trabalhadores dos institutos federais, não faz parte. Lembramos que essa entidade, representada na

Mesa, representa algo em torno de apenas 3% dos servidores da educação federal. Então isso é uma grave criminalização, uma grave ostentação de poder de um Governo que consegue, com a greve, deixar a situação cada vez pior.

Quero também colocar aqui – já que o tema é a questão da greve, a lei da greve –, quero falar que, no Estado onde resido hoje – sou membro da direção nacional, mas sou de um instituto federal baiano, o Campus Santa Inês, no sertão da Bahia –, mesmo fazendo parte de uma greve nacional dos servidores federais da educação, nós acompanhamos e vivenciamos uma greve absurda em relação ao trato que se teve por parte de um Governador do PT, Jaques Wagner. No segundo dia de greve, a partir do segundo dia de greve – começou no dia 11 de abril, se não me falha a memória, mas, no dia 13, já fez o anúncio –, determinou o corte do ponto, cortou o Planserv, que é o plano de saúde, cortou o direito desses servidores do Estado ao uso, por exemplo, do supermercado, que é uma conquista desses trabalhadores, e, enfim, cortou também o consignado. Quer dizer, professores lá passaram mais de 100 dias em greve, todo esse tempo apenas embrenhados em questões de luta, com vontade de transformar a educação e lutando por uma questão simples, Senador, que é a garantia de que o Governo pagasse a Lei do Piso naquele Estado.

Então é lamentável que um Governo que vem de uma origem dos movimentos sociais se porte dessa maneira, de um modo que criminaliza, usa criminalmente o seu *status* de Governo para condenar trabalhadores em greve.

Queremos também afirmar que essa proposta de Aloysio Nunes, que vai tentar regulamentar a questão da lei da greve, pode ser chamada de lei da não greve, porque nós sabemos de onde vem, quem está por trás disso, qual é a finalidade desses interesses de regulamentar e regular a questão da greve.

Agora, o que nos deixa também intrigados é que o Governo, que tem toda essa origem da qual muito já se falou aqui, a que nós assistimos aqui no vídeo, também se aproveite dessa situação, desse projeto. Sabemos, como o companheiro Paulo Barela colocou, que há toda uma estrutura financeira por trás desse Senador possivelmente e que este Governo atual também talvez tenha esse interesse profundo em conduzir essa lei da greve. Se nós pegarmos a fala do Luiz Inácio Lula da Silva ainda naquele momento da fase de reestruturação, de reabertura política no Brasil, como nós vimos ali no vídeo sobre o ABC da greve, veremos que a fala do Lula naquele momento era uma e hoje, a maneira como se comporta este Governo PT, Lula-Dilma-PT, é extremamente outra. Quer dizer, a

questão de inclinar-se para a direita, nesse sentido, são as opções que fazem, enfim, no momento em que se chega ao Governo.

Então, quero aqui marcar a posição do Sinasefe, dizer que nós também estamos, para encerrar, abertos sempre nesse processo de negociação. Também fomos empurrados a essa greve. Quero dizer que o Sinasefe, de fato, representa os trabalhadores da educação dos institutos federais, técnicos e docentes – está certo? – e que, infelizmente, tem que estar convivendo com uma greve dessas, em que o Governo tenta criminalizar e jogar os trabalhadores a uma situação deplorável. Então, a posição do Sinasefe é que estamos sempre abertos aos debates, abertos a essas negociações.

Vimos aqui agradecer também esta oportunidade de fazermos esta fala.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos Magno.

Só para explicar o entendimento que teve a assessoria, como falou aqui o representante do Conlutas – esse foi o entendimento que tiveram, mas, assim mesmo, abri a palavra para você –, ele falaria também pelas entidades filiadas e, no caso, o sindicato em questão é filiado ao Conlutas. Mas, tudo bem. A palavra foi aberta e você expressou o seu sentimento.

Como eu havia dito antes, pessoal, não dá para abrir a palavra a todos. Há, no mínimo, mais cinco que pediram a palavra. Não há como. Vou passar a palavra à Senadora Ana Amélia, que veio aqui prestigiar este nosso debate neste momento.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, caro Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, e convidados para fazerem a exposição sobre direito de greve.

No momento, ainda existem muitas dúvidas sobre muitas categorias do serviço público federal em relação às negociações feitas com o Governo e, em alguns casos, à manutenção da paralisação do serviço.

Eu recebi, no final da tarde de quinta-feira, representantes de agências reguladoras da Aneel também preocupados, porque não haviam sido cobertos nos reajustes concedidos nos acordos feitos. Então, é uma preocupação nossa. Temos a responsabilidade de fazer essa interlocução.

Quando fizemos a audiência pública que V. Exª presidiu na Comissão de Educação, no caso específico dos professores e dos técnicos na área do ensino, deixamos claro que estamos, sim, abertos e dispostos a colaborar intensamente nesse diálogo. A confrontação não é um caminho bom no regime democrático

e V. Exª é um mestre na arte da negociação com as categorias diversas.

Estou apenas aqui, Senador Paim, renovando a minha convicção da necessidade da questão da regulamentação do direito de greve. Tive a sorte de ser, digamos, intimada a assumir a relatoria do seu projeto relativo ao direito de greve e, discutindo com as centrais sindicais, com todos os envolvidos, acho que construímos um caminho possível.

No meu entendimento, a boa lei é a que está no centro, nem pende para um lado, nem pende para outro. Isso, em todas as matérias que tenho relatado ou projetado aqui. Temos esse desafio de evitar que haja uma radicalização, diante da paralisação, de talvez estimularem uma restrição muito dura ao direito da greve dos servidores.

Então, penso que o que construímos até agora foi o possível e que, claro, até a votação da matéria na Comissão e no plenário, teremos ainda mais espaço para algum tipo de aperfeiçoamento, se for o caso.

Eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública e dizer que continuo à disposição, como Relatora do seu projeto que trata do direito de greve no setor público.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, pela contribuição que tem dado a este debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O bom das suas audiências, Senador Paim, é o fato de elas serem a única em que a gente ganha aplauso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu sou o primeiro a puxar as palmas. Até para mim eu puxo, quando termino de falar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É bom, é bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos às considerações finais dos nossos convidados.

Como a gente começou com o Álvaro, vamos inverter agora. Vou passar a palavra ao Aníbal Moreira Júnior, para suas considerações finais.

Devido ao tempo, se puderem ficar entre 3 e 5 minutos, eu agradeço.

Quem tiver alguma contribuição quanto a encaminhamentos faça, pois vamos registrar para ver se, no debate que esperamos que continue sem pressa durante este ano, a gente possa chegar ao entendimento no momento adequado.

Aníbal, com a palavra.

O SR. ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR – Obrigada mais uma vez, Senador.

Eu considero muito importante que fique clara para a sociedade a diferença entre o direito e a gestão, porque isso, em momentos de tensão, fica muito confuso. A sociedade, insatisfeita com os serviços hospitalares, com os serviços públicos de educação, de transportes, transfere para o servidor público toda culpa pela ineficiência desses serviços prestados pelo Estado. Isso eleva neles o sentimento de repúdio aos movimentos grevistas que se iniciam no serviço público.

Normalmente, essa ineficácia, essa ineficiência não está relacionada ao servidor público e ao seu trabalho, mas, sim, à corrupção, à impunidade, à atuação do mercado privado nos interesses públicos. Essa é uma preocupação que a gente tem de começar a reverter.

O servidor público não pode ter seus direitos prejudicados em função da ineficiência do Estado na prestação dos serviços públicos. É uma coisa que nós temos de dissociar no entendimento da sociedade, e, para isso, o debate é importante. Se há problemas na prestação do serviço público, ele tem de ser resolvido nas instâncias devidas, mas isso não pode trazer ao servidor público o ônus, o peso, o pagamento da ineficiência do serviço público.

Então, juntando isso com o que eu falei anteriormente, as partes precisam trabalhar antes de qualquer negociação culminar em greve. É nesse sentido, Senador, que eu deixo o meu pedido: que a gente possa trabalhar um projeto de lei que possa evitar ao máximo a greve, com uma mesa permanente.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Aníbal.

Falou o Aníbal Moreira Júnior, o 1º Vice-Presidente do Sindilegis.

Agora, vamos para o Remi Castioni, do Proifes.

O SR. REMI CASTIONI – Mais uma vez agradeço, Senador, a oportunidade de estar aqui e externar a nossa opinião sobre essa importante questão colocada.

Para finalizar, eu gostaria de reiterar o trabalho que esse GT de negociação coletiva produziu ao longo de mais 3 anos e que trouxe informações extremamente importantes. Eu diria que avançou muito a discussão sobre a composição dos conflitos.

Diferentemente da greve no setor privado em que, quando se estabelece o conflito, o poder da Justiça é invocado, e diferentemente das experiências de outros países em que se restringe o direito de greve – como os Estados Unidos, que invoca a arbitragem de uma chamada Triple A, que é, na realidade, uma entidade privada de composição dos conflitos –, o GT de Negociação Coletiva instituiu um mecanismo que, a nosso ver, foi extremamente inovador: a criação de um observatório de relações de trabalho no setor público

que permite, quando o conflito se estabelece, invocar a participação desse observatório para a composição do conflito e a sua solução. Nisso, eu diria, houve um amadurecimento muito importante nesse GT, o que dá enormes perspectivas para as entidades que atuam no setor público. Acho que é importante ter vagar com essa questão.

Acho que nós precisamos reconhecer, primeiramente, o que diz o art. 8º da Constituição Federal. A discussão sobre representatividade sindical tem de estar respaldada no art. 8º. Quer dizer, se os trabalhadores decidem democraticamente se organizar como tal, é preciso que isso seja respeitado.

No caso brasileiro, a única aproximação para medir representatividade é uma tabela que, no mês de abril, o Ministério do Trabalho publica das relações de entidades, por centrais sindicais, com vistas a dividir o recurso do imposto sindical. É o melhor mecanismo? Eu creio que não. Nós também precisamos aperfeiçoar esse sistema.

O Manoel está presente e eu acho que este é um apelo de todas as entidades sindicais: que o Governo Federal, de fato, encaminhe ao Congresso Nacional o resultado desse esforço enorme que foi feito por parte das entidades sindicais que atuaram nesse GT e que esse seja, digamos, o fio condutor para a discussão sobre a negociação coletiva no setor público e a regulamentação do direito de greve.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Remi Castioni, que falou pelo Proifes.

Agora, passo a palavra ao José Almiram Rodrigues, falando pela Fasubra.

O SR. JOSÉ ALMIRAM RODRIGUES – Primeira-mente, sobre a questão do próprio fórum, há um problema colocado. Quando se constitui um observatório, um conselho, nós defendemos que, se for criado qualquer conselho para discutir a questão dos trabalhadores, ele tenha de ser paritário e que a representatividade de 50% seja dos trabalhadores. Infelizmente, o que está construído lá, apontado, não é assim. Nós não concordamos com o que está colocado lá.

Sobre o projeto em questão, o grande problema colocado é que a responsabilidade da greve recai sobre os trabalhadores; e vem para vetar, com diversos artigos, inibir a greve, o direito de greve. Portanto, acho que a responsabilidade que está colocada sobre os ombros do Senador é a de trabalhar justamente para que esse projeto seja derrotado. Nós, naturalmente, acho que desde já, vamos mobilizar todos os trabalhadores do serviço público, para lutar contra esse projeto e contra outros que tenham esse mesmo perfil.

Realmente, se tem de regulamentar, se isso está previsto, então que se abra um diálogo correto com os trabalhadores, em que, de fato, seja trabalhada a responsabilidade dos dois lados: do Governo e dos trabalhadores, e que não se procure colocar a responsabilidade apenas para os trabalhadores.

Portanto, é isso. Acredito que os trabalhadores vão discutir com seriedade um projeto que coloque a responsabilidade do Governo sobre os problemas que acontecem, sobre as greves. Acho que a maioria das greves que acontecem e, principalmente, o seu prolongamento, é culpa do Governo, que não atende os trabalhadores para um diálogo correto. Com certeza, todos vão chegar a um acordo.

Quero agradecer a oportunidade de participar deste debate. Acredito que isso vai se amplificar na base, na medida em que, parece, o Governo vai investir em regulamentar o direito de greve. Naturalmente que a lógica que o Governo quer regulamentar não é a correta, e esse debate começou agora. Embora o conjunto dos trabalhadores do serviço público esteja saindo de uma greve em que a maioria assinou acordo, ninguém vai se inibir da luta e, se precisar, irá às últimas consequências para derrotar esses projetos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o José Almiram Rodrigues, que falou pela Fasubra.

Vou destacar aqui nos encaminhamentos: direito de greve, política salarial, mesa de negociação permanente e, inclusive, que haja o debate sobre o direito de greve com todas as entidades antes de tomar qualquer outra posição.

Quero também registrar a presença aqui de Maria Helena da Silva, da Fenasp; Carlos Magno Sampaio, da Sinasefe; Wagner Ferreira, da Fenajud.

Vamos agora ao Sr. Luiz Henrique Schuch, que fala aqui pelo Andes.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Senador, companheiros e companheiras, iniciamos esta reunião com um vídeo, o qual mostrou claramente que, em 1979, se tentou enquadrar o movimento social com a Lei de Segurança Nacional. O movimento social não será enquadrado por um tacão de lei de greve extemporânea destinado a não cumprir o desiderato da Constituição; ao contrário, para tentar, na regulamentação da Constituição, vedá-lo.

As relações sociais se constituem, amadurecem, aperfeiçoam a democracia no próprio processo. Nós temos uma base constitucional, uma novidade, na Constituição de 88, tão saudada, que nos dá o empurrão para consolidar essas relações no serviço público,

que é, já citei aqui, a liberdade de organização sindical, combinada com o direito de greve.

Tivemos um passo importante há menos tempo, que foi a chancela por esta Casa da Convenção 151 da OIT, que cristaliza um escopo em torno do qual se dão essas relações. E creio que temos, com tropeções aqui e ali, aperfeiçoado essas relações. Acho que é preciso registrar, pela temática, que um dos tropeções tem a ver com a face de comportamento do Governo Federal, até presentemente, no caminho que poderia ser de mais aperfeiçoamento.

Esse tropeção a que me refiro significa que, talvez no afã de reserva de poder de quem está ocupando cargos no Executivo ou do projeto do Executivo, se atua não para reforçar o movimento social, que seria capaz de fazer avançar os direitos neste País, mas no sentido de neutralizar a força dos movimentos sociais. Temos assistido a isso muitas vezes, temos dolorosamente vivido isso neste debate, quando a autoridade federal atua para dividir, para desconstituir, para separar. Mas acho que nós já temos inclusive espaços como o GT para discutir a regulamentação, mas é um GT dos amigos no Ministério, um GT de outras centrais noutro Ministério, o que acaba, dentro do próprio Governo, criando afastamentos e excluindo. Quer dizer, há um espaço necessariamente plural para essa construção.

É preciso que avancemos, mas certamente será na sequência da chancela à Convenção nº 151 e não na via antecipada de tratar do direito de greve com tacão.

Nesse sentido, as propostas são: cadência, que respeitem o processo social. Se houver aceleração, a tentativa de aceleração numa questão que é nitidamente de classe a respeito da antecipação do direito de greve, que haja rejeição e que atuemos no sentido do aperfeiçoamento das nossas relações na esteira da 151 da OIT.

Por último, Sr. Senador, dirijo aos membros desta Comissão uma proposta: que esta Comissão faça uma manifestação dirigida ao Poder Executivo no sentido de que retome as conversações, que agende negociação efetiva com os movimentos em greve, especialmente o movimento dos professores das instituições federais de ensino, que completa 110 dias em greve no dia 17 de maio deste ano, um movimento bonito, de assembleias massivas, que tem um significado que não é só corporativo; pelo contrário, é especialmente um significado que dirige ao futuro desta sociedade brasileira o espaço público da educação, da ciência e tecnologia necessário para nossa emancipação como condição humana, como Nação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Luiz Henrique Schuch, que falou

pela Andes e abordou – estou colocando aqui nos encaminhamentos, e a Comissão fará a sua parte – a retomada das negociações com os movimentos que ainda estão em greve.

Passo a palavra, neste momento, ao representante do Conlutas, o dirigente Paulo Barela.

O SR. PAULO BARELA – Sr. Presidente, a Central Sindical Popular – CSP – Conlutas quer agradecer a realização desta audiência pública para tratar de um tema tão importante para o conjunto dos servidores públicos, mas fundamentalmente para o conjunto da classe trabalhadora em nosso País e para as relações democráticas que devem primar num Estado de direito.

Nós estamos preocupados com a inversão desse processo. É preciso que tenhamos, inicialmente, o direito à celebração de um acordo coletivo de trabalho. É preciso que tenhamos, primeiramente, a definição de uma data-base de acordo com as reivindicações do conjunto da categoria do funcionalismo público.

Há aqui que se avaliar, ainda que à luz do direito do Estado, que os servidores públicos são, em última instância, trabalhadores como quaisquer outros e que, portanto, devem ter o direito à negociação coletiva e o direito à greve consagrados de forma democrática, para que se preservem inclusive as instituições e as relações na sociedade brasileira.

Nesse sentido, nós achamos que precisamos afirmar o debate em torno da Convenção nº 151 da OIT substancialmente no que trata da garantia do direito à negociação coletiva e do respeito à negociação coletiva por parte do Governo. Falamos isso em função de que o que tem ocorrido ao longo dos anos é um desleixo em relação aos interesses do servidor público no que tange ao seu direito de negociação, ao seu direito de reivindicar melhorias do ponto de vista salarial e do ponto de vista de condições de trabalho.

Quero fazer o registro aqui, Senador Paulo Paim, de que as mobilizações do conjunto dos servidores públicos não se dão – ao contrário do que fala a imprensa e do que é corroborado pelos organismos governamentais – na busca de reivindicações corporativas, senão da própria defesa do serviço público.

Nas pautas de reivindicações do conjunto dos servidores públicos entra, como instância máxima, como presidindo as pautas, a defesa do serviço público: mais verbas para a educação, mais verba para a saúde, mais verba para a aplicação em políticas sociais que atendam o nosso povo que é mais necessitado. Essa tem sido a nossa política.

Evidentemente, reivindicar melhorias salariais e melhorias de condições de trabalho significa trabalhar com investimento no setor público para atender aqueles que precisam dele. Então, nós presidimos as nos-

as pautas a partir dessa hierarquia e, evidentemente, vamos reivindicar melhorias nas carreiras, valorização do servidor público.

Bom, em relação a esse tema, eu quero aqui corroborar as propostas apresentadas pelo Presidente sobre o problema da política salarial; que o direito de greve seja discutido no tempo necessário para fechar um projeto que esteja de acordo com o conjunto das partes. Portanto, não há que existir celeridade nesse processo, que deve inclusive ser subtraído de uma situação conjuntural como a que nós estamos vivendo. Não é, digamos, aconselhável que se aprofunde o debate sobre esse tema de forma célere exatamente num momento de conflito como este que vivemos, porque a tendenciosidade vai estar à frente de qualquer decisão responsável sobre o tema. Então, nós achamos que não deve haver essa celeridade. Faço coro com meu companheiro Schuch, do Andes.

É preciso avançar no tema da data-base e é preciso avançar no tema da negociação. Para além disso, nós aqui queremos defender, Senador, que os Senadores discutam, inclusive com seu colega Aloysio Nunes, para que retire esse projeto. Não contribui para o processo democrático a apresentação de um projeto que, na verdade, restringe as liberdades democráticas e a liberdade de organização sindical. Este é o tema central que está impresso no conteúdo desse projeto: a restrição à livre negociação sindical, ao livre direito de exercício da greve. Então, cremos que precisa ser retirado esse projeto, ou então ser rejeitado, evidentemente.

Por fim, quero chamar a atenção aqui para dois temas, para finalizar, muito rapidamente.

É preciso que se retomem as negociações com os vários setores que não fecharam acordos até 31 de agosto. A situação mais dramática, Sr. Presidente, é a dos docentes das universidades federais e dos docentes das escolas técnicas e tecnológicas. O projeto do Governo embute uma recomposição salarial, apresenta esboço de recomposição salarial, mas prejudica substancialmente a carreira, o que vai trazer consequência não só à vida laboral do professor, mas à própria educação no nosso País. Então, é preciso rever os parâmetros da construção da proposta que foi apresentada pelo Governo. É necessário, por uma responsabilidade com a educação no nosso País. É por uma responsabilidade com a educação com o nosso País que eu creio que a Presidente Dilma deve ter preocupação com isso. Então, eu quero chamar a atenção para isso, porque esse é um tema muito caro.

Mas creio também que nós devemos reabrir a discussão com os companheiros das agências reguladoras; com os trabalhadores do Incra, por exemplo,

que não fecharam acordo; com vários outros setores. Não é possível que nós nos abracemos à lei, ao prazo e digamos: “A partir de agora, quem fez acordo fez, quem não fez aguarde num próximo ano”. É um equívoco por parte do Governo.

Por fim, o outro tema para o qual eu queria chamar a atenção é a fala, que não ajuda muito, da Ministra de Relações Institucionais do Governo, a Ideli Salvatti, que foi companheira nossa em greves em Santa Catarina, foi uma das principais dirigentes das greves dos educadores da rede estadual de ensino no Estado e forjou-se como alternativa política dessa forma. As falas da Ministra não têm contribuído. Ao contrário, elas vão ao encontro da política que está sendo apresentada no projeto do Senador Aloysio Nunes, e nós achamos que isso é um equívoco.

Então, gostaria, finalizando, Senador, com a sua responsabilidade, com a sua audiência inclusive no Governo – boa parte dos quadros deste Governo o respeitam, eu sei muito –, de fazer um contato com a Ministra no sentido de represar um pouco esse ímpeto neste momento, porque não contribui muito para que nós possamos definir e ter um saldo positivo nesse processo agora ao seu final, reafirmando a necessidade de se buscar a negociação com os setores que ainda têm pendências.

Obrigado. A CSP – Conlutas agradece muito o espaço aqui definido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Paulo Barela, que falou pelo Conlutas e, mais uma vez, reforça a ideia de que esta Presidência entre em contato com o Executivo para a retomada das negociações.

Eu quero só informar, com a presença aqui do chefe de gabinete do Senador Aloysio, que ele me manda aqui uma correspondência – eu quero ser fiel ao que eu recebi, esclarecendo ao público, como eu disse no início. Ele disse que recebeu uma correspondência, pela qual ele estava sendo comunicado de que haveria esta audiência para discutir o direito de greve, mas que não sabia que seria, no entendimento dele, painelistas, de forma que ele teria o direito, inclusive, de participar do debate. Acho boa a justificativa que o Senador nos manda. Com certeza, hoje mesmo, eu já vou aprovar um outro requerimento para debater o direito de greve, inclusive com a presença das centrais sindicais, e ele vai ser convocado pessoalmente por mim.

Esclarecido o fato.

Já há o requerimento aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O requerimento está com você. O.k.. Então, vou

aprovar o requerimento e vou convidá-lo para participar como autor do projeto, porque este debate não termina hoje. Eu sinto que aqui não há pressa de se querer que essa matéria seja votada do dia para a noite. Faremos tantos debates quanto forem necessários tanto aqui quanto na Comissão de Assuntos Sociais.

Está feito o esclarecimento.

Pode comunicar ao Senador que eu fiz o esclarecimento, que no entendimento dele não era um convite como autor e, sim, para assistir ao debate numa segunda-feira. Essa nossa iniciativa foi tomada na quinta-feira. Segundo o Senador, quando chegou o documento, ele já havia saído de Brasília. Mas tenho certeza de que, na próxima audiência, ele vai estar presente, assim como todas as centrais sindicais e também as lideranças do serviço público, porque é principalmente o serviço público que está em debate nesses projetos.

Vamos agora, então, ao Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Álvaro Sólton de França.

O SR. ÁLVARO SÓLTON DE FRANÇA – Como ficou claro aqui na digressão de todos os painelistas, o direito de greve é uma conquista social democrática e foi conquistado no decorrer de toda a vida laboral dos trabalhadores.

Não adianta regulamentar o direito de greve sem uma política salarial porque se não nós teríamos um direito de greve capenga, porque não há como construir a negociação para a reparação das perdas salariais. É fundamental que nós tenhamos a efetividade do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que trata da reposição das perdas salariais.

Nós devemos ter em mente aquilo que aprendemos nos bancos escolares das escolas de Direito, que a lei deve ser construída como pacificadora dos conflitos sociais, e não para acirrá-los, como pretende o projeto do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Devemos ter em mente que os trabalhadores do setor público são trabalhadores como os outros. E mais ainda: mais importantes, pois são servidores da sociedade brasileira. Trabalham em prol da redução da pobreza, das desigualdades sociais via educação, via distribuição de benefícios, e devem ser vistos como servidores de Estado, e não de Governo.

Quero referendar ainda que, sem um marco legal, esse fica o pior dos mundos. Não há um marco legal regulatório da lei de greve, nem da recomposição das perdas salariais, e isso faz com que nós tenhamos decisões judiciais de forma disforme, sem que sejam equânimes.

Então, Senador Paulo Paim, eu acho que essa matéria deve ser discutida até a exaustão. Está para

ser regulamentada há 24 anos e não pode ser regulamentada de afogadilho.

Há, como dissemos aqui, uma série de legislações propostas por Senadores e Deputados Federais desde 1991, como um projeto de sua autoria. Então, nós temos matéria-prima legislativa suficiente para que tenhamos um debate qualitativo e uma lei de greve e uma política salarial que redunde na paz e na redução dos conflitos sociais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Esse foi Álvaro Sólón de França, Presidente da Anfip.

Para encerrar, o representante do Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro Carlos Daudt Brizola, o líder Manoel Messias Nascimento Melo, que é Secretário de Relações do Trabalho daquele Ministério.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– Nesta fala final, eu gostaria de reafirmar alguns pontos que, creio, são importantes neste debate.

Primeiro, a regulamentação do direito de greve deve ser feita concomitantemente à regulamentação da Convenção nº 151, que garante o direito de negociação coletiva. São dois temas que, para mim, se complementam, se completam.

Na regulamentação da Comissão, há que se definir qual será o rito de negociação a ser seguido em cada instância da Federação, há que se definir também quais os mecanismos de soluções de conflitos para que aí se possa estabelecer o regramento para o exercício do direito de greve no serviço público.

Creio que não devemos fazer essa regulamentação sem um debate aprofundado, o amadurecimento do tema entre os atores sociais na sociedade, no Parlamento e com os governos.

Gostaria de colocar, para a consideração de todos vocês, que, se de um lado, não podemos fazer essa regulamentação no calor do movimento de tensão que toda greve traz, de outro, não podemos cair no equívoco de postergar essa discussão e perdermos o momento de um debate mais maduro.

Creio que não foi bom termos perdido a oportunidade de discussão que estava sendo buscada durante a regulamentação da Convenção 151 de 2010. Então, se perdeu isso, de um lado, por divergências internas, falta de amadurecimento de uma posição unificada no Governo, mas também por diferenças entre a representação dos servidores, entre as centrais sindicais e, em minha opinião, por juntar esse tema da negociação e do direito de greve, colocar em discussão a questão da organização sindical ou como se aplica no serviço público os conceitos ou se se aplica no serviço público os conceitos de unicidade sindical e contribuição sindi-

cal. Para mim foi um equívoco juntar esse debate com esse tema. Algumas centrais ponderaram nessa direção, foram ouvidas. Creio que nós deveremos retomar.

Na minha opinião, como Secretário das Relações do Trabalho, a proposição é que foquemos a discussão na negociação coletiva e no direito de greve, não colocando outros temas no debate, porque penso que não ajuda a costurar, a construir um consenso no curto prazo.

Temos de ter claro também que precisaremos regulamentar o direito de greve. Não podemos pensar que o exercício da greve no serviço público acontece e acontecerá do mesmo jeito do exercício da greve na iniciativa privada. São de naturezas diferentes, e nós temos de ter essa clareza.

Há um terceiro componente na equação que se chama sociedade. Então, nós temos de pensar também sob esse ponto de vista e incluir a visão da sociedade na regulamentação necessariamente. Isto não é se colocar em uma posição contra o exercício do direito de greve; é colocar componentes que possam fazer com que sociedade seja parte no processo de discussão com todos.

Penso que devemos seguir esse caminho. Estamos dispostos, o Ministério do Trabalho, a dialogar com as centrais sindicais.

Creio que teremos um conceito importante, que é o do equilíbrio da liberdade e autonomia sindical da representatividade. Ou seja, vamos sair do discurso da defesa da liberdade e autonomia sindical para o exercício efetivo dela, vendo como se faz isso do ponto de vista da representatividade.

E lembro que os trabalhadores na iniciativa privada não têm garantida por lei uma política salarial automática de reposição de perdas, o que é justo e está lá colocado como um artigo da Constituição. Eu só penso que, se nós formos vincular esse debate da regulamentação da greve e da negociação coletiva à questão da definição imediata de uma política de reposição das perdas salariais, podem-se se ampliar dificuldades. Falo do ponto de vista individual e não como Governo. Creio que nós colocaremos mais um elemento de dificuldade e poderemos perder o momento de regulamentar o 151. Creio que nós, como atores importantes não poderíamos perder esse momento.

A ratificação da Convenção nº 151 foi feita há 2 anos, deveria ter sido regulamentada até o ano passado e, por falta de acordo, se pediu mais um ano e estamos chegando ao final do processo sem regulamentá-la. Então, corremos o risco de ela, por falta de regulamentação, perder sua eficácia, perder a oportunidade de nós superarmos essa falha da Constituição, essa ausência da Constituição de colocar para o servidor

público o direito da negociação coletiva. Creio que nós não deveríamos perder essa oportunidade.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário de Relações do Trabalho, que já está convidado para a próxima audiência pública, representante do Ministro Carlos Daudt Brizola.

Vamos aos encaminhamentos finais.

Pelo que percebi ser consenso, seria fundamental regulamentar a convenção coletiva antes do direito de greve. É isso?

Vou ler tudo aqui.

(Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Regulamentada no conjunto.

Foi falada aqui a importância da data-base. Foi lembrada pela Anfp a questão da política salarial, mas percebi que há aqui uma discordância. A Anfp registrou a importância de termos uma política salarial.

Foi lembrada a importância de tudo ser visto à luz da Convenção nº 151 da OIT – parece que isso é consenso.

Pelo que percebi desse movimento, em relação ao projeto apresentado em 2011 – uma dezena de outros vieram antes –, há até um pedido para que eu falasse com o Senador, porque só ele pode retirar o projeto, que ele retirasse o projeto, porque senão, pelo que percebi aqui, é trabalhar pela rejeição. É isso? Mas eu faço o pedido ao Senador para ele retirar o projeto. Enfim, que haja a retomada das negociações das categorias que estão em greve e que a Comissão faça um movimento junto ao Executivo. *(Palmas.)*

Quero registrar a presença de José Roberto Paladini, que representa aqui o Sindicato dos Trabalhadores do IBGE, e também o Sr. Jorge da Hora, diretor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz.

Com esses encaminhamentos, termina a primeira parte da reunião.

Vou falar agora da segunda parte, mas é importante também para todos.

Requeiro a realização de audiência pública para debater a precarização do trabalho no Brasil, abordando inclusive a terceirização, o Simples trabalhista e a dita reforma da CLT, que está sendo tão falada e pode vir por aí.

Peço a todos que concordam com esse requerimento que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Faremos essa audiência pública nesta quinta-feira, para discutir a precarização dos direitos dos trabalhadores.

Outro requerimento extrapauta faz referência a esta reunião de hoje, quando eu estaria propondo a realização de outra audiência, ainda sem data marcada, para discutir o direito de greve.

Os que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater o direito de greve com as centrais sindicais e demais entidades. Os convidados serão enviados posteriormente a essa secretaria.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Está aprovado que teremos outro debate sobre esse tema tão importante. E aqui eu reafirmo que farei pessoalmente o convite ao autor do projeto que hoje foi o eixo do debate.

Com isso, agradeço a presença de todos e encerramos a presente audiência pública.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 04 DE SETEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia quatro de setembro de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 98, de 2012, aprovado em 29/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater a desoneração da folha de pagamento e as relações com os movimentos sociais”. Convidados: José Aparecido Carlos Ribeiro, Técnico de Planejamento e

Pesquisa do IPEA, em representação de Vanessa Petrelli Corrêa, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores; Clóvis Roberto Scherer, Supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Álvaro Sólón de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP e Wanderley José Maçanero, assessor econômico da ANFIP; Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, Vice-presidente da UGT; Eduardo da Silva Pereira, Coordenador-Geral de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência Social – MPAS; Paulo Luiz Schmidt, Vice-presidente, em representação de Renato Henry Sant’anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; e Joilson Antônio Cardoso, Secretário de Política Sindical e Relações institucionais da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Vereador Ivo Fiurotti e Irmão Antônio Cechin. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 98, de 2012, aprovado em 29/08/2012, de autoria deste Senador e de outros, com o objetivo de debater a desoneração da folha de pagamento e as relações com os movimentos sociais.

Foi convidado para esta audiência pública José Aparecido Carlos Ribeiro, Técnico de Planejamento de

Pesquisa do Ipea, representando a Sr^a Vanessa Petrelli Corrêa, Presidenta. Seja bem-vindo, José Aparecido.

Convidamos também, mas até o momento, pelas informações, ainda não chegou, Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores.

Foi convidado também e já está aqui presente o Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, companheiro de longas jornadas. Convido já para a Mesa o Canindé.

Miguel Sarabelli Filho, mas não está presente, pelas informações que me chegaram.

Clóvis Roberto Scherer, Supervisor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que foi convidado, mas não chegou ainda.

E já está conosco aqui também Álvaro Sólón de França, Presidente da Anfip.

Esta é a primeira Mesa. Depois, numa segunda Mesa, teremos Eduardo da Silva Pereira, Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Previdência Social; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Paulo Luiz Schmidt, Juiz do Trabalho e Presidente em exercício da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que aqui representa o Sr. Renato Henry Sant’anna, que é o Presidente, e Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, grande Warley, que já está conosco. Eles farão parte da segunda Mesa.

Serão duas Mesas, e todos terão direito a 10 minutos com mais 5, o mesmo tempo para ambas. Claro que não seremos tão rígidos.

Cortizo também já está aí, participará da segunda Mesa.

Para fazer uma introdução para aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, e como é um período de recesso branco aqui, só vamos confirmar que devemos estar ao vivo para todo o Brasil, inclusive pelos canais da Internet.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a desoneração da folha de pagamento e as consequências no movimento social. Warley já me olha, e depois dizem que não têm dinheiro para pagar o aposentado, mas abrem mão de recursos da Previdência.

Desonerar a folha de pagamento, do ponto de vista do setor produtivo, significa, segundo os argumentos que nos chegam, aumentar a competitividade. Mas, por outro lado, a preocupação fica: quem vai pagar a conta?

Para os trabalhadores, a desoneração enfraquece principalmente a seguridade, que fica com fontes incertas e aí, no futuro, essa é a preocupação, o discurso tão dito por muitos poderá se tornar realidade: a Previdência está falida. Se continuar desonerando, desonerando sem limite, vai chegar um momento em que alguém vai ter de dizer isso. Eu já dizia ontem na tribuna do Senado e repito aqui: alguém, um dia, vai pagar essa conta. Porque, a Previdência urbana, e que me digam e me provem o contrário, até pouco tempo tinha um superávit na linha de 13 a 15 bilhões, e, se no futuro, a Previdência urbana começar a ter déficit, alguém vai ter que explicar por que isso aconteceu. E ninguém me diga: “Não, o Governo vai cobrir.” Vai cobrir de onde? De onde vai sair o dinheiro para cobrir se era uma fonte precisa e sustentável? Eu levanto essas preocupações e esse é um dos motivos desta reunião que estamos fazendo aqui hoje.

Isso aqui é só uma introdução. Nós poderíamos lembrar, não preciso nem recorrer ao texto, que, segundo a Anfip, que depois pode confirmar ou não, se pegarmos os últimos 15 anos, tivemos prejuízo em matéria de arrecadação de mais de R\$100 bilhões. Os dados, se não me engano, foi a Anfip que me passou. São estes os dados: mais de 100 bi. E quando falamos em reajustar o benefício do aposentado, e falam que é 3 bi, 2 bi, 4 bi, não dá; mas dá para abrir mão de mais de 100 bi.

Não estou falando deste ou daquele governo; quero deixar muito claro que tem sido uma política dos governantes ao longo da história. Se pegarmos da Constituinte até hoje, não quero chutar, mas tenho certeza que mais de 200 bi nós já deixamos de arrecadar das fontes que seriam destinadas aos trabalhadores. Se todos os recursos daquela época tivessem sido mantidos, o quadro seria bem diferente.

Mas vamos lá. Muito mais do que falar, quero ouvir nossos convidados.

Começamos, de pronto, com o Ipea, que pode nos dar um quadro que, a partir daí, podemos aprofundar com os outros convidados. Então passo a palavra, neste momento, ao Sr. José Aparecido Carlos Ribeiro, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea que aqui representa a Sr^a Vanessa Petrelli Corrêa.

José Aparecido, com a palavra.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO –

Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Agradeço o convite do Senador Paulo Paim e, em nome dos colegas do Ipea, quero ressaltar ao Senador, a todos os presentes e à instituição do Senado como um todo que o Ipea está sempre à disposição. Nós fazemos trabalhos nas mais diversas áreas e, às vezes, com mais de um enfoque na mesma área, por-

que é uma instituição razoavelmente plural. Então, quero deixar o recado de que estamos sempre dispostos a vir, porque o nosso papel institucional mais nobre, digamos assim, é poder contribuir para o avanço das políticas públicas e para o bom debate. Então, sempre que os senhores considerarem necessário, saibam que estamos à disposição e viremos para dar a contribuição que for possível.

Quero cumprimentar os colegas da Mesa também.

Devo dizer que fiquei bastante mais tranquilo com o preâmbulo feito pelo Senador, na medida em que coloca que é uma discussão muito mais sobre a desoneração, no sentido mais estrutural e perene no tempo e nas discussões, do que exatamente sobre este plano específico, o Brasil Maior 1 ou o Brasil Maior 2, de que teríamos menos informações, até porque está mais recente e fica difícil. Então, o que eu trouxe aqui é à luz dos trabalhos do Ipea dos últimos 3 ou 4 anos. Nós temos o livro mais recente, que fizemos com o Dieese e com o Sindifisco, e temos um livro mais antigo, um pouco mais pesado, pelo volume vocês já percebem, da lavra do próprio Ipea, que há vários temas como tributação, desoneração, etc.

Eu havia preparado uma apresentação pelo Power Point, mas o que dá para fazermos à luz do que está nestes livros aqui é mais ou menos o seguinte: são dois ou três recados. O primeiro, é que a desoneração aparece o tempo todo como solução para diversos problemas. E temos que ficar sempre com a postura crítica no sentido de que uma mesma solução para problemas diferentes nem sempre é uma boa ideia; a coisa fica como uma panaceia que pode servir para vários problemas diferentes. E a cada momento os problemas mudam; mas a solução lembrada é sempre a mesma: a desoneração.

Então, no primeiro recado, como já falei, isso foi feito em outros momentos, e não foi à luz do Brasil Maior, mas da proposta de reforma tributária anteriormente feita e à luz do que estava aparecendo na imprensa no começo do ano passado, que era uma desoneração ampla, geral e irrestrita.

Há aqui uma pequena conta que mostra o seguinte: como cada ponto percentual de desoneração na alíquota patronal gera uma perda de arrecadação considerável para o INSS. Então, naquela coisa ali, se cair de 20 para 19, de 19 para 18, estamos falando de perdas na arrecadação de 2%, 5%, 7%, 10%. Uma desoneração de 10 pontos percentuais, de 20 para 11, se fosse geral para todos os setores, geraria uma perda de 22% na arrecadação do INSS, o que geraria um aumento de quase 100% no resultado previdenciário que chamamos de necessidade de financiamento e que a imprensa gosta de chamar de déficit da previdência.

Próximo.

Uma desoneração ampla e geral que levasse a alíquota patronal a zero geraria perda de arrecadação de quase 50% do INSS, o que elevaria a necessidade de financiamento da previdência em mais de 200%. Estamos falando de mais de 120 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Era isso que eu ia perguntar. Esse número é interessante para ilustrar. O percentual e depois o número. E você já lembra ali que é mais ou menos 120 bi que deixaríamos de arrecadar.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO – Estamos falando ali de perda de arrecadação de oitenta e poucos bilhões, se fosse até a zero e fosse mais ou menos geral, o que elevaria a necessidade de financiamento da previdência para a casa dos 120 bilhões. Há toda essa discussão do superávit da previdência urbana, que ajuda a financiar a necessidade da previdência rural. Não fiz um Power Point sobre isso, Senador, mas, em princípio, chamo a atenção para o dado, que é correto.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas esse dado é interessante você destacar, porque aqui está se falando do Ipea. Porque quando falamos, eu até me socorro do Ipea e da Anfip, uma das entidades, dizem: “Isso é coisa do Paim.” Não é coisa do Paim coisa nenhuma; isso é coisa do Ipea, da Anfip, é coisa das entidades, das centrais que me passam esses números. E, até por obrigação e transparência, já que tenho a tribuna do Senado todos os dias, eu tenho de falar sobre isso, porque estou muito preocupado. Queria cumprimentá-lo pelas informações.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO – Mais à frente deve haver mais algum dado sobre como está o financiamento do INSS hoje, na atual conjuntura.

Então, uma coisa que é muito dita e, verdade seja dita, atualmente o discurso não é mais esse, mas, nos anos 90, principalmente, se falava muito, é que a desoneração geraria muito emprego; uma redução de impostos, de tributos geraria um choque positivo na economia e geraria muito emprego. Hoje em dia, pelo menos a discussão está mais transparente. Fala-se direto de competitividade e de recuperação de margens para certos setores empresariais. Mas, enfim, o que está nesse gráfico...

O próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ou seja, não está gerando mais empregos?

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO – A preocupação, pelo menos – não sei se está gerando ou não, não dá para dizer isso –, não é mais essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me interromper um pouquinho vocês, até porque estou marcando já para um dia daquela semana de esforço concentrado, para a quarta-feira, às 11 horas, porque me pediram alguns setores do movimento sindical, uma audiência pública para discutir o desemprego a partir dos incentivos e da desoneração. Eles querem me trazer dados principalmente das montadoras, que estão demitindo, começaram a demitir mais, mas tiveram benefícios recentemente. Só para ilustrar. Não quero atrapalhar sua palestra.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO – Como eu falei, Senador, concretamente, não tenho dados sobre o plano que está em curso, mas o alerta no caso era o seguinte: mesmo considerando que a desoneração pudesse gerar algum emprego, os dados mostram que teria que ser uma quantidade enorme. Então, por exemplo, uma redução geral de uma alíquota de 20% para 10% na patronal exigiria a formação de 11 milhões de novos vínculos, e isso demoraria sei lá quantos anos, haveria um processo longo de adaptação do financiamento, mesmo que desse certo e gerasse esses empregos todos.

Próximo.

Uma desoneração geral que fosse total exigiria 50 milhões de novos vínculos, o que é uma fábula, de todo modo, mesmo considerando o médio e longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para informar a todos, agora não estou interrompendo nosso palestrante, estamos no ar, ao vivo, pela TV Senado para todo o Brasil, pela Rádio Senado e pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Vou descontar o tempo que tirei aí com essas informações.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO – Não tem problema, Senador, tranquilo.

Bom, então, o primeiro recado é este: a desoneração é uma coisa que envolve perda de arrecadação considerável para o INSS. E mesmo considerando que é possível ter algum choque positivo na geração de emprego, essa geração de emprego teria que ser numa quantidade e num volume extremamente forte, o que certamente não aconteceria no curto prazo, o que daria um problema de transição, para dizer o mínimo.

No caso específico do Plano Brasil Maior 1, que falava de desoneração para alguns setores – próximo, por favor –, fizemos algumas contas muito simples para ver se esta fazia sentido do ponto de vista dos setores alcançados. E a conta demonstrou que, com a compensação da contribuição sobre faturamento, o número mágico ficou na casa de 7,5%. O que significa? Para qualquer setor que tivesse um custo de mão

de obra superior a 7,5% do seu faturamento valeria a pena, mesmo com a compensação.

Por que isso é importante? Porque, como podemos ver no próximo, os setores alcançados pelo Plano Brasil Maior 1, de fato, em média, tinham uma parcela de mão de obra superior a 7,5%, na casa de 20%, 18%, 15%. Então, mesmo com a compensação, a desoneração valia a pena.

Quanto mais exportadoras forem as empresas desse setor, melhor, porque, se eu tiver uma empresa, por exemplo, que exporte 50% do seu faturamento, esse número mágico cai para a metade também. Deixa de ser 7,5%. Passa a ser 3,75%. O que estou dizendo com essa numerologia? Que a desoneração patronal com a compensação da contribuição sobre faturamento vale a pena para setores que tiverem uma intensidade do custo de mão de obra a partir de um certo volume, no caso a partir de 7,5%, e que será tão mais vantajosa quanto mais capacidade exportadora esses setores tiverem. Por que isso é importante? Os setores são muito amplos e são muito diferenciados. Provavelmente, algumas empresas estão conseguindo aproveitar melhor as oportunidades que outras à medida que a inserção no mercado interno vai variar muito também.

Próximo, por favor.

Bom, então, na média, os setores de confecção exportam pouco; calçados e móveis exportam um pouco mais. Mas isso é uma média dentro desses setores. Alguns vão conseguir aproveitar melhor a desoneração por estarem exportando mais.

Próximo.

Agora, ainda assim – eu achei que tinha destacado com colorido, mas não destaquei –, a última linha fala do aumento da competitividade no preço. Mesmo supondo tudo isso, da média do setor exportador e do custo da mão de obra envolvido, ainda assim estamos falando de uma recuperação de margem de 3%, de 2%, de 1,7%. Então, não é à toa que, na imprensa, os empresários do setor continuem reclamando que não adiantou nada, que foi muito pouco, porque as pessoas esperam que vá haver uma modificação desse porte, uma desoneração ampla na folha de pagamentos e esperam que vá haver uma recuperação de 10%, digamos, na margem. E, na verdade, não é bem assim. O efeito acaba sendo significativo para uma economia madura de inflação baixa, etc., mas abaixo das expectativas das pessoas.

(O SR. PRESIDENTE faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO –

Desculpe-me o meu tempo já está passando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. S^a tem mais cinco e mais a tolerância.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– Chamo a atenção para o fato de que, mesmo com isso tudo funcionando, na média, estamos falando de uma recuperação de margem ou de preço na casa de 3%, 2,5%.

Próximo, por favor.

Isso posto, em termos da desoneração, o recado é o cuidado com a preocupação com o financiamento da Previdência. A necessidade da geração de empregos para compensar essa brincadeira é extremamente elevada.

E a compensação? Bom, aí eu vou chegar ao terceiro recado. A compensação poderia nos deixar tranquilos até certo ponto. Por que seria? Porque, se o Governo está se comprometendo a usar a compensação para garantir o financiamento da Previdência, para isso, a princípio, não haveria grandes problemas, mas há pelo menos um, que é mais dinâmico em questões de médio prazo do que problemas de curto prazo. É o seguinte: essa compensação que o Tesouro vai dar para a Previdência poderá ser feita por algum outro tributo ou poderá ser feita por recursos ordinários, para usar o termo orçamentário, mas, de todo modo, ela não aparecerá como uma contribuição do INSS, o que significa que, para a opinião pública e para boa parte dos colegas acadêmicos, o que vai aparecer na contabilidade é que o chamado déficit da Previdência vai aumentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– ... o que pode ser complicado em termo dinâmicos, porque o debate vai aparecer de novo de modo complicado. Estou chamando atenção para esse dado, que é bastante simples, não é do Ipea, é um dado da Receita Federal. Nós do Ipea só montamos essa tabelinha.

Reparem naquele segundo grupo ali, que são os benefícios previdenciários. Aquilo ali, na verdade, apesar do nome, são benefícios tributários previdenciários, são as isenções que já existem antes do Plano Brasil Maior. Então, está ali o Simples, estão ali entidades filantrópicas, há alguma coisa para exportação rural, sem discutir o mérito dessas políticas. O Simples é importante. A coisa da filantropia é muito questionada, mas, em algum grau, tem o seu valor também. Mas é para chamar a atenção: antes de qualquer desoneração recente, 0,5% do PIB já era desonerado da Previdência em nome de outras políticas, como o Simples, como a filantropia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dá para traduzir? Alguém aqui pode ajudar? Meio por cento do PIB significa mais ou menos quanto?

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– Está ali a conta. Está na casa de 22 bi, 21 bi . Naquela conta ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só ali já prova que abrimos mão de 22 bi.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– Dados daquela época. Por ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por ano.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– Por ano. Num ano específico, que é 2011, a partir de dados da Receita. Não são dados nem dos sindicatos nem do Ipea, Senador.

Então, o que acontece? Esse dado não aparece. Quando aparece o debate de reforma de Previdência, de opinião pública, ninguém chama atenção para o fato de que pelo menos 22 bilhões daquela necessidade de financiamento que aparece, na verdade, estão sendo financiados pela Previdência em prol de outras políticas, que podem ser importantes ou não, mas a questão é que deveria aparecer de modo mais transparente. E esse número vai aumentar à medida que novas desonerações apareçam.

Próximo, por favor. Esse eu fiz o coloridinho.

Próximo.

Próximo.

Próximo.

Então, nos últimos anos, devido ao movimento de crescimento econômico, movimento de inclusão previdenciária, movimento de crescimento com distribuição de renda, o que nos permitiu gerar um número maior de empregos formais nos últimos anos, a arrecadação da Previdência melhorou, a contribuição da Previdência urbana melhorou com esse crescimento econômico, o que fez com que a necessidade de financiamento do Regime Geral da Previdência tenha caído de alguma coisa na casa de 28% para algo na casa de 14%. Quer dizer, a Previdência, mesmo considerando a questão do urbano *versus* rural e mesmo considerando a questão das desonerações, que já existiam antes e que não apareciam na contabilidade, o déficit estava em queda. Certo?

Próximo, por favor.

Em termos de percentual de PIB, significa que estávamos saindo de algo em torno de 1,7%, 1,8% do PIB de necessidade de financiamento do Regime da Previdência – quer dizer, o valor teria que ser compensado pela seguridade e pelo Tesouro – de alguma coisa em torno, em 2011, chegamos a 0,84%. Ali no gráfico está 1%, acumulado até junho de 2011, mas no cantinho da tabela, no cantinho do gráfico está lá: o dado final de 2011, de acordo com a própria Previdência, é de 0,84% do PIB.

Ora, o que significa isso para o debate? Significa que estávamos, nos últimos 5 ou 6 anos, mesmo o conceito de déficit da Previdência, tal como formulado por alguns acadêmicos e pela opinião pública na imprensa, estava em queda de 1,8% do PIB, em 2006, para 0,8% do PIB, em 2009. Esse valor vai começar a aumentar. Não sei se vai aumentar muito, não sei se vai aumentar pouco, mas é natural que, com a desoneração, esse valor aumente no curto prazo pelo menos.

E aí como é que vai aparecer isso no debate? Vai parecer que o déficit da Previdência está aumentando. E ninguém vai lembrar que ele está aumentando por outras políticas, decisões legítimas, soberanas do Governo e tal. Mas para vestir um santo descobre-se outro. E aí o recado final é que a Previdência deve estar sempre se ajustando.

Nós temos – o próximo, por favor – uma pauta de inclusão previdenciária que é importante. Nos últimos anos, houve várias iniciativas, como a do Microempreendedor Individual, do Simples, do Supersimples, para tentar trazer um pessoal que está excluído da Previdência para dentro do sistema, não só pela questão do contribuinte, mas pelas questões do direito a que essas pessoas têm acesso. Nós temos algumas coisas talvez ali para ver em termos de pensões, como é que são as regras e essa questão que todos conhecem do fator *versus* limite de idade. Então, temos várias coisas talvez para consertar. Agora, não podemos debater essas mudanças num ambiente com informações truncadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– E neste ponto: necessidade de financiamento da Previdência, o chamado déficit da Previdência estará aumentando e fomentando um debate. Mas estará aumentando não pelas razões inerentes à Previdência. Pelo contrário, porque, nos últimos tempos, estava reduzindo essa questão. Mas estará aumentando por outras questões que não vão aparecer na hora que o “bicho pegar”, para usar um termo bem coloquial.

Agradeço o convite. Espero ter sido útil.

Bom dia a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Esse foi o José Aparecido Carlos Ribeiro, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, que aqui representou a Presidenta Vanessa Petrelli Corrêa.

Meus cumprimentos.

São dados importantíssimos. Vou inclusive solicitar, se você puder, deixar com a Comissão a sua fala. Já está, então, à disposição. Deixe aqui o “kitizinho” completo. Isso só vem provar tudo aquilo que nós todos aqui, não só eu, vimos dizendo, não com tanta precisão, com dados, com números. Na verdade, são

preocupações que o Ipea demonstra e que nós também temos demonstrado ao longo da história. Com esses documentos, fica muito mais tranquilo fazermos o bom debate, transparente, claro, com a preocupação que nós todos temos e que é o motivo desta audiência pública.

De imediato, passo a palavra ao Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO – Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo convite formulado à nossa central sindical.

Quero cumprimentar todos os companheiros aqui presentes, o nosso Vice-Presidente, companheiro Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, Presidente da Contcop, e os demais membros da Mesa.

Como o tempo é bastante restrito e tem que ser assim mesmo para dar oportunidade para os demais falarem e para o debate inclusive, vou fazer o seguinte, Senador: vou procurar, de uma forma um pouco didática, fazer algumas perguntas e, ao mesmo tempo, tentar respondê-las, falando justamente do significado da desoneração da folha de pagamentos.

Inicialmente, no dia 25 de maio deste ano, tivemos a primeira reunião no Ministério da Fazenda sobre essa discussão. Tratamos das propostas iniciais que o Governo iria apresentar sobre a desoneração na folha de pagamento, e, com isso, o Governo apresentou justamente a proposta objetiva, que seria substituir a base da folha pela base de faturamento que se aplica apenas à contribuição patronal paga pelas empresas, equivalente a 20% de suas folhas salariais.

Então, o que é desoneração da folha de pagamento? A desoneração da folha de pagamento é constituída de duas medidas complementares. A primeira: o Governo está eliminando a atual contribuição previdenciária sobre a folha e adotando uma nova contribuição previdenciária sobre a receita bruta das empresas, em consonância com o disposto na própria Constituição Federal.

Em segundo lugar, essa mudança de base da contribuição também contempla uma redução da carga tributária dos setores beneficiados, porque a alíquota sobre a receita bruta foi fixada em um patamar inferior à alíquota da maneira inalterada à arrecadação que se chama de alíquota neutra.

Quais são esses setores para os quais estão sendo fixadas essas alíquotas? São os setores: têxtil, de confecções, couro e calçados, plásticos, material elétrico, bens de capital, mecânico basicamente, ônibus, autopeças, naval, aéreo, móveis, tecnologia da informação, hotéis, call center e design houses, ou seja, chips.

O que essa desoneração atinge? Atinge todas as contribuições sobre a folha? Não, porque as empresas continuam pagando ou permanecerão inalterados, inclusive, o FGTS, a contribuição dos próprios empregados para o Regime Geral da Previdência Social. Ou seja, a empresa que for abrangida pelas mudanças continuará recolhendo a contribuição de seus empregados e outras contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento, como seguro de acidente de trabalho, salário educação, FGTS, Sistema S, da mesma forma como é hoje. Então, apenas a parcela patronal deixará de ser calculada como proporção dos salários e passará a ser calculada como proporção da receita bruta.

Agora, o objetivo dessa desoneração na folha, Senador, como o senhor bem iniciou dizendo, em primeiro lugar, é ampliar a competitividade da indústria nacional por meio da redução dos custos laborais e estimular as exportações, isentando-as das contribuições previdenciárias. E, quando fala em redução de custos laborais, há que se dizer aqui, de forma bastante objetiva, clara e definitiva, que a redução de custos laborais significa também não tocar em direitos trabalhistas; não tocar em direitos trabalhistas.

Em segundo lugar, estimula a formalização de um mercado de trabalho, uma vez que a contribuição previdenciária dependerá da receita, e não mais da folha de salários. Num cálculo rápido, o que significaria? Significaria o seguinte: ao desonerar a folha em 20% e cobrar no faturamento, para uma empresa que tenha um faturamento de R\$20 milhões, por exemplo, o custo da folha poderá ser de 17%, a título de exemplo; então, esses 17% do custo da folha referentes aos R\$20 milhões de faturamento significam apenas R\$3,4 milhões. Seria o custo da folha num faturamento de R\$20 milhões. A Previdência de 20% sobre esses R\$3,4 milhões seria R\$680 mil. Com essa proposta de desoneração, seriam 2% cobrados sobre os R\$20 milhões, que são o faturamento. Então, esses 2% seriam R\$400 mil. Nesse caso aqui, hipotético, em vez de a empresa pagar R\$3,4 milhões de Previdência, ela pagaria R\$400 mil de Previdência Social, o que seria realmente um ganho muito alto.

Mas, Senador, como a União fará a compensação, justamente para que o Fundo do Regime Geral da Previdência não seja atingido? A própria legislação estabelece:

A União compensará o Fundo do Regime Geral da Previdência Social no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O que nós temos de impactante nessa questão da desoneração? É a forma perversa do sistema tributário brasileiro. Se o senhor me emprestar essa cartilha aí, eu vou lhe mostrar, Senador, algo que provavelmente muitos não sabem. Por exemplo: considerando-se todas as propriedades rurais do País, todo o agronegócio do País, todos os impostos sobre propriedade rural no País, ITR – Imposto Territorial Rural, foram arrecadados apenas, no ano de 2009, R\$420 milhões. Com isso daí, Senador, qualquer um tem o direito de chegar e dizer que a propriedade é produtiva. Esses R\$420 milhões, na verdade – podem ficar certos todos os brasileiros –, são pura enganação que ocorre no cenário da tributação no País. Imaginem os senhores: estou falando de todas as propriedades rurais do País. Elas contribuem apenas, em termos de imposto, com R\$420 milhões.

Muito bem, o que é perverso também, Senador? Sei que aqui todos nós assalariados não temos lanchas, iates, helicópteros e jatinhos. Mas esses itens aí não pagam imposto! Eles não pagam, por exemplo, IPVA, enquanto o pobre trabalhador que tem o seu carrinho para trabalhar paga o IPVA.

Quer ir mais longe, Senador? A Lei nº 9.249/95 isentou do pagamento de Imposto de Renda os lucros e dividendos recebidos pelos sócios e acionistas das empresas. Enquanto isso, quem ganha R\$1.550 já está sujeito ao pagamento do Imposto de Renda na fonte.

Mais ainda, Senador: nesse regime de tributação regressiva, ocorre também que quem tem dinheiro e aplica na bolsa de valores até o limite de R\$20 mil de ganhos obtidos na bolsa está isento de Imposto de Renda.

Então, eu digo o seguinte: deveria haver uma mudança na base tributária de impostos, ou seja, transformar realmente nossos impostos num imposto de base progressiva, de tributação progressiva. O imposto pago hoje sobre consumo representa 48% de toda a arrecadação brasileira, o que significa dizer que o mesmo pãozinho que eu compro na padaria de manhã e qualquer grande empresário brasileiro pode comprar também, naquele pãozinho, nós estamos pagando igual, o mesmo imposto, o imposto sobre o consumo. E isso está errado.

Então, o Governo tem condições, o Congresso Nacional tem condições de fazer mudanças na base tributária brasileira, no sentido de termos realmente um regime tributário com base na progressividade e não no consumo, que é absolutamente inviável, pois o pobre paga igualzinho ao rico.

Querem ir mais longe também? Vamos fazer, então, a reforma para haver o Imposto sobre Grandes Fortunas, que, desde a Constituição atual, não foi regulamentado ainda.

Então, há canais, há vias para financiar qualquer déficit e também, repassar isso para cobrir a Previdência Social. Mas, com a desoneração da folha de pagamento, que nós objetivamos no sentido de que se estimulem mais empregos, que as compensações que os empresários receberão por uma possível desoneração não sejam simplesmente dadas como uma benesse do Estado, uma benesse do contribuinte. Quem se beneficia tem que ter a medida compensatória. E a medida compensatória que nós queremos é geração de emprego, são empregos com melhor qualidade, são melhores salários. Com isso, nós temos convicção de que é possível, sim, desonerar a folha de pagamento, baseado justamente em objetivos ou princípios que ainda não foram tocados dentro do Congresso Nacional – como já mencionei aqui. E isso tem toda a necessidade de ser examinado, tem toda a necessidade de ser revisto, para que a contrapartida social do emprego seja garantida a partir da desoneração da folha de pagamentos.

Então, já começou. Alguns setores já estão se beneficiando dessa desoneração, mas nós não estamos vendo, de jeito nenhum, essa contrapartida que aqui nós estamos cobrando.

Então, Senador, fica aí esse posicionamento da União Geral dos Trabalhadores, focalizando ou fortalecendo essa grande questão que é a desconfiança, no mundo do trabalho, de que a desoneração poderá tocar nos direitos trabalhistas. E isso nós não admitimos de forma alguma.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi Francisco Canindé Pegado, Secretário-Geral da UGT, que defende a desoneração, mas exige a contrapartida: que haja efetivamente a sustentação por parte do Governo e que não haja demissão dos trabalhadores na fonte geradora de emprego.

Só para alertar todos, na quinta-feira, às 9 horas da manhã, nós vamos discutir aqui, em outra audiência pública, exatamente esta questão: a precarização dos direitos dos trabalhadores. Diga-se que essa audiência foi provocada pela própria Justiça do Trabalho, que está muito preocupada com a precarização que está avançando cada vez mais no País.

Depois do Canindé, agora chamamos o Supervisor do Departamento Intersindical, Dieese, Sr. Clóvis Roberto Scherer.

O SR. CLÓVIS ROBERTO SCHERER – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentar V. Ex^a, todos os presentes nesta audiência e também os colegas da Mesa, companheiro Pegado, José Aparecido, nosso parceiro em várias atividades que resultaram nessas publicações

que estão sendo distribuídas, e também o representante da Anfip.

O Dieese tem debatido essa questão dos encargos sociais, do custo do trabalho há muito tempo, já que, na década de 90 – como, inclusive, consta das nossas publicações –, travou-se no Brasil um debate sobre a questão do custo do trabalho e dos encargos sociais no País.

Inicialmente, esse debate vinha muito dirigido – e até hoje encontramos ainda intervenções nesse sentido –, fazendo uma confusão muito perigosa entre encargos sociais e direitos trabalhistas. O Pegado aqui já mencionou essa questão, mas nós encontramos na literatura autores que, a pretexto de se reduzirem os encargos sociais no Brasil, também miram certos direitos do trabalhador, inclusive, parte da sua remuneração que consideramos diferida, por exemplo, o direito às férias, a gratificação de um terço constitucional e mesmo o Fundo de Garantia. Então, colocando tudo no mesmo balaio, esses analistas e esses autores defendem a redução, indiretamente, dos direitos trabalhistas e de parte da remuneração do trabalhador.

O Dieese, nesse sentido, publicou duas notas técnicas esclarecendo a necessária diferenciação que precisa ser feita entre a remuneração do trabalhador, o direito e o que são de fato os encargos sociais, que, nas nossas contas, representam 25% do que um empresário normalmente desembolsa em termos de salários e remuneração do trabalhador e não números que, na conta de outras fontes, chegam a mais de 100% de encargos sobre a folha, dos quais nós discordamos, números que rejeitamos firmemente. Felizmente, o debate hoje – pelo menos em parte – ainda não atinge essa questão de propostas que possam atingir os direitos trabalhistas.

Ficamos especialmente felizes em ver que, no anúncio das medidas do Plano Brasil Maior, a própria Presidenta fez uma declaração muito enfática de que o Governo, apesar de estar propondo a desoneração da folha, se compromete em não afetar os direitos dos trabalhadores. Então, essa é uma questão para a qual estaremos, claro, sempre alertas, mas é importante registrá-la.

O Dieese, a partir daquela intervenção no debate sobre encargos sociais, posteriormente manteve uma série de atividades e de discussões com relação à questão tributária que resultaram em algumas publicações, como esse livro que está à disposição de vocês, que traz alguns elementos sobre dois temas para os quais julgamos necessário alertar. Um deles, mais de curto prazo, é a questão da desoneração da folha, e o outro, que é, de fato, a grave injustiça que nós temos no nosso sistema tributário. O Pegado aqui, de

maneira muito clara, pontuou os principais exemplos de características do nosso sistema tributário que fazem com que ele seja extremamente desigual e concentrador de renda.

Então, nós temos – não foi possível providenciar aqui cópias para todos – uma cartilha que aborda esse tema da injustiça no nosso sistema tributário. Está disponível na Internet e, de maneira muito clara e fácil, explica essa questão que muitas vezes é difícil de ser apreendida pelo cidadão comum e pelo trabalhador em especial.

Bom, o Dieese também acompanha, como instituição de assessoria das centrais sindicais, os debates que está havendo em torno dessa medida específica de desoneração da folha. Esteve presente em reuniões que ocorreram no ano passado entre as centrais e o Governo, em que foi anunciada a intenção de fazer essa supressão da contribuição previdenciária patronal.

Eu gostaria apenas de lembrar que, já em maio do ano passado – não é, Pegado? –, o Governo havia se comprometido com a questão de que essa desoneração da folha fosse feita de maneira bastante cautelosa, permitindo que se avaliasse, num primeiro estágio, um piloto da medida com a instalação de uma comissão tripartite que iria estudar a fundo os dados relativos aos efeitos dessa desoneração tanto na questão da seguridade quanto nas outras dimensões do problema. No entanto, essa comissão tripartite só foi instalada há poucos dias e hoje mesmo, à tarde, nós teremos uma reunião com as centrais sindicais para, de fato, dar um pontapé inicial nesse trabalho.

O próprio José Aparecido, do Ipea, já mencionou a dificuldade que existe em ter uma noção muito precisa e um cálculo prévio dos potenciais impactos da desoneração. E nós temos, claro, uma visão geral das possíveis implicações, mas uma mensuração mais precisa ou objetiva requer um conjunto de dados que normalmente não estão disponíveis para o público, pois se referem à questão tributária, dados de bastante difícil acesso para qualquer um.

Então, nós esperamos que, com essa comissão tripartite instalada e funcionando, tenhamos condições de acessar os dados que nos permitam avaliar mais precisamente todos os possíveis reflexos da medida da desoneração, pois, até o momento, o que nós temos são algumas questões gerais que gostaríamos de pontuar aqui.

Já foi dito – e as centrais foram muito claras na discussão com o Governo – que a principal preocupação realmente é com os possíveis efeitos no financiamento da Previdência Social e da seguridade social em geral. Essa é uma preocupação que transcende os interesses específicos da classe trabalhadora, porque

afeta toda a sociedade, dada a importância que a seguridade social tem tido, tanto no aspecto econômico quanto no social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, da miséria, da pobreza. Então, essa preocupação é central e vai ser o foco das nossas discussões prioritariamente.

No entanto, existem questões a serem examinadas. A primeira é a possibilidade de a desoneração aumentar a competitividade. O José Aparecido já apresentou aqui alguns dados que mostram que o impacto da medida pode ser bastante limitado. Em que pese a consideração que o Pegado fez com relação a empresas que venham a ter um substancial incentivo, estímulo ou benefício com a substituição da contribuição sobre a folha por uma contribuição sobre o faturamento, mesmo assim, se considerarmos que, por exemplo, de meados do ano passado até abril, a taxa de câmbio, o Real se desvalorizou em relação ao dólar em 30%, qualquer medida de desoneração que implique um benefício de 3% ou 5% sobre o faturamento de uma empresa será bastante reduzida.

Nós temos, portanto, a competitividade dos produtos brasileiros sendo determinada, no Brasil, principalmente – nós acreditamos – pela questão do câmbio, dos juros, da infraestrutura e por uma série de outros pontos que são seus principais determinantes, e não necessariamente a folha de salários, já que, numa comparação internacional, todos sabem que os nossos níveis de salários são muito mais baixos do que, por exemplo, em países concorrentes situados no mundo desenvolvido e mesmo em vários países em desenvolvimento.

Com relação ao aumento do emprego, que é outro argumento para defender a desoneração da folha, esse parece não ser o problema da economia brasileira. Desde 2004, nós temos tido um excelente desempenho em termos de geração de empregos formais no País. Então parece que as condições econômicas, macroeconômicas mais gerais são o fator decisivo para a geração de empregos no Brasil.

Além disso, eu queria reforçar esse argumento que o José Aparecido apresentou, que dificilmente qualquer aumento previsível de empregos poderá compensar a perda de arrecadação direta com a contribuição previdenciária patronal para efeito do financiamento da seguridade e da previdência social.

Também consideramos que, com relação à informalização, há dúvidas sobre se essa medida vai gerar de fato mais formalização, já que os mercados de trabalho formal e informal não são tão contínuos, ou seja, não é porque vai haver redução dos encargos sociais que imediatamente esses empregos informais serão formalizados. Além do mais, essa medida vai

beneficiar, beneficia empresas que são regidas pelo regime do lucro real ou presumido, que normalmente já operam no ambiente formal devido a vários outros fatores. Por esse motivo, também acho difícil acreditar que vá gerar um impulso substancial na formalização.

A questão de como financiar os programas sociais e a questão previdenciária, como falei, é decisiva.

Outro aspecto que tem sido colocado por alguns autores é que a substituição de uma contribuição sobre a folha por uma contribuição no faturamento agrava o perfil regressivo da nossa estrutura tributária, já que uma contribuição sobre a folha é normalmente neutra do ponto de vista da estrutura tributária, enquanto um imposto sobre o faturamento, um tributo sobre o faturamento normalmente incide regressivamente, ou seja, incide mais sobre quem ganha menos, e isso teria um efeito nefasto do ponto de vista daquela preocupação que temos com a justiça tributária no nosso País.

É claro que, neste momento, nós temos aí pouco mais de quinze setores envolvidos, mas, se projetarmos uma desoneração para um conjunto maior de atividades econômicas, aí, sim, teríamos uma mudança significativa no sentido contrário àquele que temos defendido, que é de maior justiça tributária. Então, por isso nós precisaríamos justamente fazer aquilo que o Pegado lembrou aqui: discutir meios de aumentar a tributação direta em detrimento da tributação indireta.

Por fim, as contrapartidas sociais.

Já foram colocados aqui os valores, os benefícios tributários estimados por esse conjunto de medidas. O Senador Paim lembrou essa preocupação com relação ao emprego ou desemprego que acompanha alguns processos de benefícios tributários e assim por diante, que é uma preocupação nossa também. Precisaríamos avançar nessa discussão das contrapartidas sociais aos programas de estímulo da competitividade e do desenvolvimento das empresas.

Com isso, eu agradeço a oportunidade e coloco o Dieese sempre à disposição para quaisquer debates nessa área ou em outros temas do mundo do trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Clóvis Roberto Scherer, Supervisor do Departamento Intersindical do Dieese, que, ao mesmo tempo em que comenta a desoneração, mostra uma série de preocupações que são motivo inclusive desta nossa audiência pública.

Vamos, de imediato, ao Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Anfp, Sr. Álvaro Sólón de França.

O SR. ÁLVARO SÓLÓN DE FRANÇA – Bom dia a todos, bom dia, Senador Paulo Paim, colegas da Mesa, colegas do plenário. Quero registrar aqui a

presença dos conselheiros da Anfip, colega Floriano, Presidente da Fundação Anfip, colega Vanderley, que foi um dos arquitetos da construção desse nosso livreto que está sendo distribuído hoje aqui – eu pediria aos colegas que distribuíssem a todo o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à assessoria que, se puder, ajude na entrega do livro para cada um.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Correto. Vamos democratizar o conhecimento, até porque a nossa luta é meio inglória. São as entidades demonstrando o caráter superavitário da seguridade social, e a mídia e todo um conglomerado tentando desconstruir o orçamento da seguridade social. É esse o grande debate travado no Brasil hoje.

Eu estava conversando aqui com o colega do Ipea e disse a ele que nada como a realidade para desmistificar algumas questões. Todos, ao longo do tempo, diziam que a desoneração da folha de pagamentos é que iria colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento, e nós verificamos aqui, por todas as palestras que estão sendo proferidas e pelos estudos, que o Brasil padece de outras situações mais prementes e que a desoneração da folha não ia dar o resultado esperado, até por que, como foi dito aqui e temos discutido também na Anfip e em vários foros, a massa salarial no Brasil é muito inferior à massa salarial dos demais países. Então, esse impacto não é o que era esperado, não é?

Hoje, Senador Paulo Paim, a grande discussão que nós temos é quanto à manutenção ou não do orçamento da seguridade social no Brasil. Essa é a grande questão que se está discutindo. Por quê? Porque ao longo do tempo a Anfip tem demonstrado que o orçamento da seguridade social é superavitário – no ano passado, foi de R\$77 bilhões.

Quando da construção do capítulo Da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 aqui no Congresso Nacional – naquela época o Senador Paulo Paim era Deputado constituinte –, quando se construiu o modelo de seguridade social, a grande indagação feita pelo Centrão naquela época era a seguinte: o Brasil está propondo o paraíso e não está dando os meios, mas o constituinte, à época, foi extremamente sábio. Por quê? Porque as receitas da seguridade social não são somente as da folha de pagamentos – Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição sobre o Lucro Líquido. E mais: você poderia diminuir uma ou outra alíquota dentro do próprio orçamento da seguridade social para manter esse equilíbrio.

O orçamento da seguridade social, desde aquela época até hoje – o orçamento da seguridade social é para custear despesas de saúde, assistência e previdência social – é superavitário.

Então, a discussão hoje da desoneração da folha de pagamentos deve ser vista com bastante cautela. Por quê? Porque a desoneração está sendo feita e a compensação, aqui referida, não está sendo feita via orçamento fiscal, mas pela própria seguridade social. Ora, está-se tirando recursos da seguridade social e compensando com a própria seguridade social? Deveria ser compensado com o orçamento fiscal via impostos, porque todos nós aprendemos na escola de Direito que as contribuições têm destinação específica e os impostos, não. Então, se está tirando dinheiro da seguridade social, deveria compensar com o orçamento fiscal e não com a própria seguridade social e não se colocar um dilema que nós trazemos neste livreto *Desoneração da Folha de Pagamentos – Oportunidade ou ameaça?* Nós não podemos ter esse dilema de que precisamos desmontar o orçamento da seguridade social para que o Brasil seja competitivo.

Existem outras situações que fazem com que o Brasil não seja competitivo. Aqui já foram levantadas questões como o câmbio, a infraestrutura, a grande sonegação que existe, porque as chamadas contribuições e os impostos que são descontados via folha de pagamentos e via salário são aqueles que são mais fáceis de serem arrecadados enquanto em outros se tem uma sonegação absurda.

Então, não há esse dilema de que nós precisamos destruir, desmontar o orçamento da seguridade social para que o Brasil seja competitivo. Nós precisamos melhorar a infraestrutura e resolver a questão do câmbio.

Nesse livreto *Desoneração da Folha de Pagamentos*, nós tratamos da lei nº 12.546 e da MP nº 563. Só aqui você tem uma desoneração ou uma renúncia das contribuições previdenciárias de R\$7 bilhões estimada para 2012. Essa compensação não é feita orçamento fiscal; é feita via a própria seguridade social.

Alguns outros dados são importantes e devem ser aqui destacados.

Ao longo dos últimos anos, a própria Previdência Social teve renúncias da ordem de R\$100 bilhões, via filantropias, empresas optantes pelo Simples, desoneração da comercialização da produção rural. Então, ao longo desse tempo, a Previdência já teve renúncia de R\$100 bilhões que não foi coberta pelo orçamento fiscal.

Bem disse o colega do Ipea que você vai criando um argumento falacioso de que o sistema é deficitário, e eu tenho dito que a seguridade social no Brasil e a previdência, em particular, têm feito milagres, porque, apesar de todas essas situações aqui levantadas, no sistema urbano brasileiro, você tem superávit, o que o próprio Ministério da Previdência Social reconhece mensalmente.

Então, Senador Paulo Paim, nós devemos ter atenção para alguns pontos que eu gostaria de abordar aqui. Primeiro, os custos com salário no Brasil não são altos. Pelo contrário, são muito baixos, quando comparados a outros países, como aqui já foi dito.

A desoneração da folha de pagamento não tem força para melhorar a posição brasileira em termos de competitividade internacional. O custo da desoneração é de 5 bilhões para cada ponto percentual retirado da folha de pagamento.

A afirmação de que a desoneração vai aumentar o nível de emprego não pode ser tomada como verdadeira. A experiência internacional mostra isso. Na Argentina e no Chile, por exemplo, não há registro de melhorias para a população ou mesmo de geração significativa de empregos com a redução da folha de pagamento via desoneração. As micros e as pequenas empresas, onde há o maior quantitativo de trabalhadores na informalidade, já não contribuem sobre a folha de pagamento. A parte patronal já é via faturamento. Então, não há esse impacto para a geração de emprego. A contribuição patronal para a Previdência Social, proporcionalmente ao conjunto de despesas, não é alta para os padrões internacionais.

Implementar reformas fatiadas ou não que possam desconstituir a seguridade social pode ser o primeiro passo para um amplo retrocesso das conquistas de 1988. Essas abordagens iniciais aqui feitas levam a uma reflexão maior. Há que se defender o orçamento da seguridade social no Brasil. O orçamento da seguridade social no Brasil é responsável pela redução da pobreza, das desigualdades sociais, e é feito hoje como modelo para o mundo de como o Brasil tem melhorado os patamares da qualidade de vida do povo brasileiro, via previdência social, via SUS e via a assistência social desse conjunto de benefícios que são pagos pela seguridade social.

Mais à frente, talvez agora a partir do final de outubro, começo de novembro, nós alcançaremos, no Brasil, o pagamento do benefício de número 30 milhões, levando em consideração os benefícios da Previdência Social e os benefícios assistenciais. Segundo dados confiáveis, para cada benefício pago, você tem 2,5 beneficiários indiretos. Isso remonta ao fato de que a seguridade social no Brasil é responsável pela renda direta ou indireta e pela melhoria da qualidade de vida e redução da pobreza de mais de 100 milhões de pessoas. Não estamos falando de uma política pública qualquer. É uma política pública responsável por dar dignidade a mais de 100 milhões de pessoas. E isso tudo fruto da visão histórica do Constituinte de 1988, que optou pela seguridade social, pelo instrumento de solidariedade entre os povos e as gerações.

Sei que essas questões hoje são difíceis de serem tratadas, porque vivemos num mundo em que impera a individualidade, em que as pessoas pensam que vão se salvar sozinhas. E não é assim. Vivemos em uma Nação em que todos somos responsáveis uns pelos outros, por construir uma Nação civilizada para nós e para os nossos filhos.

A desoneração hoje é um modismo. Não se vê outra política econômica no Governo a não ser desoneração. Até brincamos, dizendo: “Olha, vai haver um lançamento de um novo pacote ou de uma nova proposta, que será mais do mesmo, virá uma nova desoneração.”

Os exemplos citados aqui e os que trazemos neste livro *Desoneração da Folha de Pagamentos*, sobre o qual fizemos um debate em 7 de junho de 2011 na Câmara dos Deputados, provam que não é isso; que o Brasil precisa enfrentar outras questões. E aqui é bom que se registre e que se louve a iniciativa da Presidenta Dilma de redução da taxa de juros. O *spread*, a taxa de juros no Brasil ainda é vergonhosa, precisa ser enfrentada, porque, assim, teremos condições de ter investimentos em infraestrutura, em distribuição de renda via salários. Não existe uma distribuição de renda tão eficaz quanto a melhoria da massa salarial da população brasileira.

Então, estou fazendo aqui hoje, Senador Paulo Paim, a defesa que a Anfip faz desde 1908: uma defesa intransigente da seguridade social do Brasil, do modelo de seguridade social do Brasil.

Para enfrentar essas questões via reforma tributária ou qualquer outro mecanismo, deve-se levar em consideração se queremos preservar ou não o orçamento da seguridade social no Brasil. Queremos combater ou não os desvios dos recursos da seguridade social, no Brasil, feitos para outras áreas? Essa, hoje, é uma profissão de fé da Anfip na defesa do orçamento da seguridade social. Houve renúncias de mais de R\$100 bilhões nos últimos tempos, renúncias, somente em 2012, estimadas em R\$7 bilhões, apenas com a Lei nº 12.546 e a MP nº 563. Todas essas questões devem ser tratadas, preservando o orçamento da seguridade social e fazendo a compensação via orçamento fiscal, para que tenhamos o que todos almejamos: uma Nação livre, justa, solidária.

Essas são as considerações iniciais, Senador, que eu gostaria de fazer, pedindo permissão para que o nosso colega Vanderley apresente aqui na tela a maneira pela qual construímos esses dados estampados no livro *Desoneração da Folha de Pagamentos*, que chegam a quase R\$7 bilhões em 2012, somente com esses dois instrumentos legais. Isso é importante, é fun-

damental. Por quê? Porque, recentemente, a MP tratou de uma questão que não está sendo muito debatida.

A Constituição da república do Brasil, em seu art. 195, diz que pode haver essa desoneração, mas que deve ser por atividade econômica. E a desoneração foi feita por produto. Isso significa, primeiro, a nosso ver, que é inconstitucional, e, segundo, que vai se tornar extremamente difícil, complicado para nós da fiscalização verificar se essas questões estão sendo tratadas em consonância com o dispositivo legal, porque, se a atividade econômica já é difícil fiscalizar, porque uma empresa tem várias atividades econômicas, imaginem verificar se o rol, a gama de produtos que existem naquela empresa estão dentro dos padrões legais ou não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Vanderley é o que vai entrar agora, para complementar os últimos 5 minutos.

O SR. VANDERLEY JOSÉ MAÇANEIRO – Vanderley José Maçaneiro, Assessor Econômico da Anfip.

Bom dia Senador, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores do plenário. Vou fazer uma apresentação bem rápida, baseada no livro que estamos lançando *Desoneração da Folha de Pagamentos – Oportunidade ou Ameaça?*

Antes disso, eu não me aguento sem fazer um pequeno comentário sobre alguns mitos que pairam em relação a esse assunto. Rapidamente, gostaria de falar só de um desses mitos: a competitividade.

Se olharmos os dados, notadamente para o produto brasileiro alcançar os demais mercados mundiais, analisando as exportações de 2009, veremos que, entre os três maiores exportadores mundiais, nós temos a Alemanha e a China. A China exportou, em 2009, US\$1,5 trilhão, com um custo de mão de obra próximo a US\$5,00 com os encargos. Ou seja, até nos faz acreditar que seja possível ser mais competitivo com custo menor de mão de obra. Mas, ao olharmos a Alemanha, que foi o terceiro país que mais exportou – aproximadamente US\$1,2 trilhão –, vemos que o custo da mão de obra na Alemanha é um pouco superior a US\$35,00 a hora. Então, isso tem de ser mais bem debatido para vermos as reais condições, as condições macroeconômicas que influem na competitividade.

Este livro foi produzido pela Anfip, e eu gostaria aqui de registrar um agradecimento especial aos elaboradores do livro, os Auditores Fiscais Airton Nagel Zanghelini, o Francisco Rodrigues Braga Junior e o Murilo Moreira Duarte. Nós apenas tivemos o trabalho de coordenar o que eles fizeram.

Nós estudamos a desoneração contida no art. 7º e no art. 8º da Lei nº 12.546 e MP nº 563. Nós obtivemos uma matéria-prima formidável mediante convênio da Fundação Anfip com a Secretaria da Receita Federal

do Brasil e nós obtivemos o faturamento por código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, conhecido como CNAE, do País inteiro, o faturamento separado, com exportação e sem exportação, para, obviamente, poder medir os efeitos da Emenda Constitucional nº 33. Ao mesmo tempo e na mesma linha, conseguimos os dados da massa salarial com e sem Simples por razões óbvias, porque o Simples não está contemplado no nosso estudo, pois já está desonerado.

Então, agradecemos, de público, também, a Receita Federal do Brasil pela disponibilização desses dados.

Os dados são de 2009, e vamos apresentá-los em valores correntes.

Para fins de efetividade, para calcularmos a efetividade da arrecadação previdenciária, nós calculamos uma alíquota média de 20% como contribuição da empresa para o financiamento geral, mais 2% como contribuição para o financiamento vulgo SAT – Seguro Acidente do Trabalho, e também 8% como contribuição dos empregados.

A efetividade é muito importante até para não sermos enganados, porque não pensem os senhores que, aplicando uma alíquota de 2% sobre o faturamento, um faturamento hipoteticamente de cem, vamos conseguir R\$2,00 de arrecadação. Nós temos de olhar a efetividade. E esse dado também é muito preocupante, porque, se pegarmos a Cofins, contribuição social que incide sobre o faturamento, a efetividade sobre o faturamento, a média nacional, em 2009, foi de apenas 29,9% para as empresas em geral e de apenas 11% para as empresas do setor financeiro.

Se os senhores consultarem o nosso livro – na página 24, nós temos o faturamento por seções do CNAE –, verão que a atividade que mais faturou em 2009 foi a indústria de transformação: pouco mais de R\$1,7 trilhão – obviamente, dividido por milhares de empresas. A segunda atividade que mais faturou em 2009 foi a atividade financeira: mais de R\$1,5 trilhão. Obviamente, nós conhecemos, de grandes, seis bancos; e há outras instituições de menor porte. Mesmo assim, na atividade financeira, se aplicarmos o que eles recolhem de Cofins sobre seu faturamento, veremos que a efetividade é de apenas 11%.

Então, nós consideramos as questões da efetividade para identificar qual seria a alíquota necessária para compensar a desoneração da folha de pagamento, incidindo uma alíquota sobre faturamento.

Por gentileza.

Aí há uma apresentação meio chata. Vamos analisar, primeiro, a desoneração estabelecida no art. 7º, que é para aquelas empresas de tecnologia da informação, comunicação, hotéis, *call center* e assim por diante.

A tela apresenta faturamento interno e exportações. Vê-se que, nessas atividades, o efeito da exportação, o volume de exportações é insignificante, e também a massa salarial em cada uma dessas atividades. Em seguida, o valor que se arrecadou do INSS em 2009 e, logo após, a efetividade, quanto se arrecadou em função da base de cálculo apresentada por esses segmentos. Então, vimos que temos uma efetividade de 90,5%.

Na próxima tela, para ficar um pouco mais compreensível, já temos a efetiva demonstração de quanto se ganha ou se perde, ou seja, o que se perde nessas atividades, com exceção do item Portais de Provedores de Conteúdo e Outros Serviços da Internet. Então, tomando como exemplo o primeiro item, Desenvolvimento de Programas de Computador sob Encomenda: faturamentos sem exportações, 12 bilhões; massa salarial, 2 bilhões; massa salarial sobre o faturamento sem exportações, 16%; arrecadação que nós obtivemos naquele ano, arrecadação previdenciária, 251,6 milhões; contribuição que seria obtida com a desoneração, ou seja, 2% sobre o faturamento – me perdoem –, 251; contribuição patronal à Previdência: 20% sobre essa mesma massa, 416. Então, nessa atividade, passaremos a arrecadar somente 60% com a desoneração.

Não vou repetir, mas logo abaixo estão demonstradas as demais atividades, em que temos uma perda média de 36% da arrecadação. Por quê? Porque, com a desoneração, somente vamos arrecadar 53,6%.

Por gentileza, a próxima tela.

Impacto. A maioria das empresas tem expressiva redução. A arrecadação resultante, com essa alíquota, atinge 1,31 bilhão, contra 2,45, que seria com a contribuição sobre a folha. Então, a perda da arrecadação nas empresas do art. 7º é de 46,4%, que deve se repetir nos anos futuros, daqui para frente.

Vamos correr um pouquinho.

Próxima tela.

Aqui temos mais três telas bastante parecidas com as anteriores, nas quais nós estudamos a desoneração estabelecida no art. 8º, em que nós temos mais de 2 mil produtos, 2 mil códigos da tabela Tipi. Como nosso Presidente disse aqui, há uma preocupação nossa, porque a Constituição, no §9º do art. 195, determina a desoneração por atividade econômica. Acho que aqui temos um risco jurídico bastante grande.

Então, das 118 atividades que foram elencadas com aproximadamente 2 mil produtos da tabela Tipi, relacionei aqui somente as principais na mesma linha, demonstrando faturamento interno com exportações. Obviamente, aqui, as exportações, notadamente nas indústrias que se classificam como de transformação, são bastante expressivas, por quê? Porque a indústria

de transformação é responsável por quase 70% das exportações industriais brasileiras e a massa salarial, o valor da arrecadação do INSS e a efetividade nesses segmentos.

Próxima tela, por gentileza.

Aqui há a perda ou o ganho ocorrido com a desoneração. Olhando o primeiro item, na fabricação de automóveis, há um ganho com a desoneração, porque o faturamento foi de 109 bi na massa salarial ajustada de 4,313 bi e aí repetem-se os dados das telas anteriores, o que representa 1% sobre o faturamento e, logo em seguida, o que representa 20%, a arrecadação previdenciária sobre a folha. É exclusiva da fábrica de automóveis; temos vantagem. Nas demais atividades, isso não acontece, pelo menos na maioria delas. A regra geral de todas as atividades é que iremos arrecadar, apenas com a desoneração de folha de pagamento, 65% do que teríamos com a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos.

Por gentileza, a última tela.

Aqui também, nesse segmento, nas empresas do art. 8º, a desoneração é muito vantajosa, bastante vantajosa para a maioria dos segmentos. Então, há uma arrecadação que seria de 10,35 bi sobre o faturamento de somente 6,73, e a perda de arrecadação para a Previdência Social de 35%, o que corresponde a 3,62 bilhões. Esses valores, obviamente, do ano de 2009, atualizados pela média da nossa arrecadação até 2011, importariam em 5,38 bilhões em 2012.

Próximo, para finalizar.

Aqui está a nossa preocupação. Preocupa o critério adotado para a seleção das empresas que serão beneficiadas. Como foi falado, foram classificadas pela Tabela Tipi e não por atividade econômica, como dita a nossa Carta Maior. Isso aqui é muito interessante para reflexão, senhoras e senhores. Considerando que a indústria de transformação respondia por 68,7% das receitas de exportações do Brasil em 2009, na medida em que a desoneração estabelecida no art. 8º da Lei nº 12.546 estimular o aumento das exportações, a perda de receita previdenciária crescerá na mesma proporção, por efeito das exclusões das receitas de exportações da base de cálculo, atendendo o contido na Emenda nº 33.

Então, é cachorro correndo atrás do rabo.

Obrigado, senhores. Mantenho-me à disposição para eventuais esclarecimentos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Com essa exposição, terminamos esta Mesa. Pediria aos nossos convidados que retornassem para a primeira fila, onde vão participar dos debates, e vamos, de imediato, para a segunda Mesa.

Então, para ganhar tempo, segunda Mesa: Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap; Eduardo da Silva Pereira, Coordenador-Geral de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência Social; Paulo Luiz Schmidt, Juiz do Trabalho, Presidente em exercício da Anamatra; e Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, Vice-Presidente da UGT.

Depois, teremos a terceira Mesa, que será composta por Moacyr Roberto Tesch, Osmar José Gomes e Joílson Antonio Cardoso, representante da CTB.

Sr. Osmar José Gomes, se quiser compor a terceira Mesa, é nosso convidado. Se não, fique à vontade. O Moacyr o representará? Está bem, então.

Então, segunda Mesa: Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, está aqui; Eduardo da Silva Pereira, está aqui; Paulo Luiz Schmidt e Warley.

Nessa Mesa, até para que ele possa falar um pouco, na sua visão, sobre a repercussão da questão dos aposentados e pensionistas, inicio com o Presidente da Cobap, Sr. Warley Martins Gonçalves.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Paim e à Mesa.

Nós aposentados e pensionistas estamos muito preocupados e também apoiamos todo esse movimento da Anfiip que acompanhamos em suas matérias.

Vimos hoje o Ipea mostrando esse problema que nós estamos tendo com a desoneração da folha. Senador, estamos preocupados, porque as centrais estão se reunindo com o Governo para discutir a desoneração da folha, mas nem a Cobap, nem a Anfiip foram convidadas para participar dessa discussão. Quem deveria estar junto com eles era a Cobap, que representa todos os aposentados do nosso País. Nós temos técnicos, muitos técnicos, tanto na Anfiip quanto na Cobap, que deveriam estar nessa reunião.

Somos totalmente contra, a Cobap é totalmente contra a desoneração da folha. Nós não apoiamos isso, porque todo mundo sabe, todos os brasileiros sabem que, quando vai haver uma negociação de aumento para os aposentados, dizem: “Vai quebrar a Previdência.” Não há aumento para os aposentados e pensionistas neste País. Estamos preocupados mesmo com essa desoneração, porque, falou que é dos aposentados, dizem: “A Previdência está quebrada.” E nós estamos preocupados porque, além da desoneração da folha, vão tirar dinheiro nosso para jogar na Copa do Mundo já, já, de novo. Já, já, nós estamos dando dinheiro também da nossa Previdência para a Copa do Mundo. Já acabaram com o Fundo de Garantia, não é? Já não tem dinheiro no Fundo de Garantia e agora também vão mexer conosco, aposentados e pensionistas. Então, Senador, estamos preocupados.

Nós acabamos de fazer um grande ato aqui em Brasília. Participamos de um movimento, entregamos uma pauta à Presidente da República, e, no outro dia, ela vetou o aumento. Aumento, não! A negociação com o Senador e o Deputado Arnaldo Faria de Sá tinha colocado o aumento na LDO. No outro dia, após o nosso movimento, vetou, dizendo que não tem dinheiro para os aposentados e pensionistas.

Eu estava torcendo tanto para dar certo essa greve que houve recentemente, dos servidores federais. Pena que eles fecharam esse acordo. Se sou eu o presidente de uma entidade como essa, não fechava nunca! Não fecho mesmo! Receberam um aumento de 15% em 3 anos? Nem a inflação não dá. Já que pararam mesmo, os companheiros deveriam ficar, deveriam lutar.

Senador, ontem eu vi nos jornais que a Presidente Dilma quer implantar imediatamente a lei da greve. Quando o PT era da esquerda, não queria ter a lei da greve. Agora que está no poder, em vez de deixar nossos companheiros fazerem a greve, vai implantar. Sei lá o que vai virar essa lei de greve, mas pode crer que vai prejudicar os trabalhadores que estão aí, os companheiros federais, os companheiros que estão na ativa. É o que estamos pensando.

Nós aposentados e pensionistas não temos mais onde lutar, onde defender a nossa Previdência. Nós precisamos da ajuda das nossas centrais.

As centrais não podem concordar com o Governo em desonerar a folha antes de ter um projeto de lei que retorne esse dinheiro para a Previdência. Essa lei está parada. Não foi votada ainda essa lei que manda devolver. Faz 2 anos que estão desonerando a folha, e até agora não retornou um tostão para a nossa Previdência. Eu fico sentido com isso.

Até conversei com o nosso Ministro da Previdência, porque hoje a Previdência não tem ministro, não tem mais nada; quem manda é a Presidente da República. É ela que manda. Não adianta discutir aqui com o Ministro Garibaldi, porque ele diz: “Vou discutir lá no Planalto; tem que ir lá.” Então, hoje é tudo lá. O que vem de lá está certo. Não sei para que ministro, eu não sei para que secretário de Previdência, porque eles também não apitam mais nada. Deveriam substituir tudo por um só. Larguem lá só para o Guido Mantega, para o pessoal do Congresso, que não recebe a Cobap. E não sei por que não recebem a Cobap. É porque nós estamos fazendo movimento? É porque nós somos contra? É porque nós debatemos isso daí?

Nós estamos preocupados com os nossos aposentados. Sabem o que eles pensam que o aposentado é? Igual a papel higiênico: usa e joga fora. É isso

que eles pensam de nós. Trabalhamos a vida inteira e agora não dão o que é direito nosso.

Nós estamos com uma perda de 87% na nossa aposentadoria e nós não conseguimos sequer conversar com o Governo para repor as nossas perdas salariais. Agora, para desonerar a nossa folha existe dinheiro. O próprio Senador falou no começo que, para dar 3 ou 4 milhões de aumento para nós, aposentados e pensionistas, não existe.

Faço um apelo aos companheiros da ativa: amanhã vocês vão ser aposentados – se Deus quiser! Então, nós temos que lutar por essa Previdência nossa, que é a melhor do mundo hoje. As outras, como as da Europa, estão quebrando todas e o Governo quer quebrar a nossa, acabar com ela. Será que nós não vemos isso? Desonerando a nossa folha, vão acabar com a nossa Previdência. Vão recuperar, vão devolver o dinheiro? É mentira! Por que não devolvem o dinheiro da Loas, que é nosso, que tomam de nós? Por que não devolvem o dinheiro do rural, que é nosso? Por que não devolvem para a Previdência? Em vez de desonerar a folha, devolvam o que estão tirando de nós. Então, a preocupação nossa – da Cobap – é essa.

Eu sugeriria, Senador, que, neste debate, não colocassem a Cobap, não. Coloquem a nossa Anfip, que é fiscal, que sabe defender os aposentados e defende plenamente a nossa seguridade social. Não pode essa grande categoria ficar fora desse movimento da desoneração. Eles podem mostrar também que as centrais têm os grandes técnicos, mas deveriam chamar a Anfip para mostrar a realidade, deveriam chamar o Ipea, que mostrou completamente o que vai acontecer com a nossa Previdência.

Agora, nós não podemos deixar ocorrer o que está acontecendo na Europa, companheiros! Nós não podemos deixar acontecer. Depois que o leite derramou, não o recuperamos mais não. Eles querem acabar com a nossa Previdência e nós não podemos deixar. A Cobap vai fazer de tudo para lutarmos e para defendermos o que é dos aposentados.

Então, Paim, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES – Queria agradecer e pedir desculpas pelo meu desabafo, mas não dá para aguentar mais. Nós, da Cobap, não aguentamos mais o desafio que nós estamos tendo deste Governo para com os aposentados deste País. O aposentado trabalhou a vida inteira, então, merece pegar o que é dele. O que eles fazem conosco, aposentados e pensionistas, é um roubo de mão armada. Eles tiram dos nossos aposentados para dar aos grandes

empresários, para dar aos grandes banqueiros e não dão o que é dos aposentados e pensionistas.

Então, por isso falo que, pelo que é nosso, vamos lutar e buscar aquilo que é de direito dos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap, que tem feito uma série de mobilizações aqui e em outros Estados, e, pelos anúncios que nos chegaram, outras vão acontecer ainda neste ano.

Quero dizer, Warley, que fiz tudo o que poderia, pedindo as audiências públicas, mas, até o momento, de nenhum daqueles a quem pedi eu recebi retorno, de todas aquelas listas que você me deu de lideranças, pedindo que recebessem a Cobap. Digo aqui que não recebi retorno, é fato e é real, quer seja do Executivo, quer seja do Legislativo, quer seja de outras entidades.

Conforme você me disse, se não houvesse retorno, os movimentos vocês fariam. Só deixo isso no ar e ainda faço um apelo àqueles a quem eu pedi: não que recebam o Paim; que recebam a Cobap para dialogarem sobre a situação desesperadora dos aposentados.

Eu sou obrigado, Warley, ouvindo seu desabafo, a ouvir desaforos. Em campanha eleitoral, vocês sabem, temos que visitar todos os Municípios. Em todos Municípios a que eu vou, é só xingação e desespero sobre dois temas: o reajuste dos aposentados e por que não acabam com esse maldito fator previdenciário, que só pega o trabalhador exatamente onde é superavitário, que é na Previdência urbana. Ali, ele está pagando e perde.

Todos nós reconhecemos que a Previdência urbana tem um superávit em torno de 13 a 15 bi por ano, e o fator cai exatamente ali, confisca pela metade o salário. E são esses que não têm um centavo de reajuste. Aí ninguém me responde, ninguém me explica.

Ontem cheguei a dizer o seguinte na tribuna: eu entrego o meu mandato se alguém me provar que a Previdência urbana é deficitária. Dou o meu mandato, entrego, renuncio. Assume o meu suplente. Daí, tudo bem. Não foi a primeira vez que eu disse isso. E ninguém me apresenta a contrapartida, dizendo: “Olhe, você está errado e tal, vai perder o mandato.” Não, eu entrego o meu mandato se me provarem que a Previdência urbana foi, eu digo foi, porque com tudo o que estão fazendo, ela continua sobrevivendo e é superavitária.

Então o Warley tem a sua razão. Entendo o seu desabafo. É o mesmo que eu ouço nas ruas. Eu cheguei a dizer, vou repetir o que digo lá fora, que, se eu fosse a população, diria o seguinte para o cara: você é candidato a quê? “Não, não sou candidato a nada,

mas apoio tal prefeito.” Como é que você vota no fator e no reajuste dos aposentados? “Ah, eu voto contra.” Então não conte comigo. É natural. Eu faria isso se estivesse nas ruas.

Se eu não estivesse aqui dentro, faria – desculpem a expressão – uma “puta duma campanha” neste sentido: não terá o meu voto quem for contra os aposentados e por esse maldito fator, que é uma ladroagem. Concordo com você: é uma ladroagem. Eu não sei como isso se mantém vivo ainda. É um assalto, um crime! Chego a dizer que é um caso de polícia esse tal fator. E os trabalhadores estão vivendo com isso. Eles têm tanto ódio do fator, Warley; tanto ódio a população já pegou desse fator previdenciário, que aqueles que são aposentados pensam que o fator ajuda, mas, a quem é aposentado, não ajuda. Nós sabemos disso. Vai ajudar quem vai se aposentar. Mas o ódio é tanto que todo mundo diz: “Paim, esse maldito fator vai ou não vai terminar?”. Essa marca é tão forte na sociedade! E me parece que alguns não querem entender.

Adotei algumas bandeiras quase por profissão de fé para aprovar aqui no Congresso. Aprovei todas as que eu quis, mas o maldito fator parece que tem uma praga. Parece que o diabo sentou em cima e disse: “Não, esse você não vai conseguir!”. Até as cotas, que eram difíceis, nós aprovamos, Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, política do salário mínimo, com a qual as centrais colaboraram muito, mas o debate se iniciou aqui dentro. Tudo isso nós conseguimos aprovar. Hoje é lei.

Estamos agora enfrentando outro debate aqui. Vamos enfrentar. Não pensem que vai ser assim, que alguém vai aprovar aqui dentro uma lei antigreve. É direito do trabalhador fazer greve, e estão querendo aprovar uma lei antigreve. Não é bem assim. Eu consegui entrar com um requerimento, puxei para esta Comissão e, se for preciso, assumirei a relatoria da matéria. Havia dois outros projetos circulando. Estou dizendo que até nisso nós avançamos, porque consegui segurar o maldito projeto. Um maldito daqueles, não é?

Sendo claro, eu não faço disputa pessoal com ninguém. Eu defendo ideias e causas. Não tenho nada contra quem quer acabar com o direito de greve, mas eu tenho a minha convicção de defender o direito de greve e vou defender. Eu defendo a causa e não faço ataque pessoal, mas, essa questão desse maldito fator não consigo entender por que não conseguimos derubar até hoje. Não consigo entender, se no Senado aprovamos por unanimidade.

Estou quase fazendo um desabafo na mesma linha que você, viu? Não pense que Senador não tem coração, também não sente. É uma desgraça esse fator. Mas eu sempre digo que o velhinho lá de cima

vai ajudar ainda, o universo vai conspirar. Espero que ainda consigamos acabar com esse fator. Eu não quero fator para ninguém. Sempre digo que não há um país que tenha esse fator. Você conhece, Álvaro, algum país que tenha esse fator? Eu não conheço, só aqui. Já falei demais.

Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, Vice-Presidente da UGT, que chegou cedo aqui, está com a palavra.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Bom dia a todas e a todos. Cumprimentando S. Ex^a o Senador Paulo Paim, cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Apenas vou acrescentar alguns dados à fala do nosso Secretário-Geral da UGT Canindé Pegado, que já apresentou aqui a posição da nossa central com relação à desoneração da folha de pagamentos.

Socorro-me do livro que está sobre aquela mesa – e aconselho a quem quiser pegar um a ler, porque é interessante, eu li rapidamente e vou me socorrer dele –: *Progressividade da Tributação e Desoneração da Folha de Pagamentos: elementos para reflexão*. Foi dito aqui, pelo companheiro Clóvis Scherer, que é o supervisor do Dieese, a diferença entre a visão metodológica dos empresários e a do Dieese com relação ao percentual da folha de pagamento, de oneração dela. Os empresários entendem que é de mais de 100%, foi dito por ele, e o Dieese entende que são 20%. Nesse livro, nós temos, didaticamente, exatamente como é essa forma metodológica, essa metodologia. À página 77, o item 3, subtítulo “Como se chega à porcentagem de 102% sobre salários.” Essa é a visão dos empresários. Se me permitem, é interessante ler esse trecho. São poucas linhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O representante da Central Sindical de Profissionais (CSP) está se retirando para outro compromisso e me pediu que eu registrasse a presença dele, o Ernesto Luiz.

O.k. Ernesto, está registrada aqui a sua presença.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO – Está bem, Senador.

Para se chegar a uma porcentagem de 102% de encargos sociais, parte-se de um conceito bastante restrito de salário. Tal conceito considera como salário apenas a remuneração pelo que se chama de tempo efetivamente trabalhado. Para o cálculo deste tempo, são excluídas: parte da remuneração relativas ao repouso semanal remunerado; férias remuneradas,

adicional de 1/3 sobre o valor das férias; feriados; 13º salário; aviso prévio em caso de demissão sem justa causa por iniciativa do empregador; despesas de rescisão contratual (equivalentes à multa sobre o saldo do FGTS) e a parcela do auxílio-enfermidade custeada pelo empregador, os três últimos calculados com base em uma média de incidência sobre o total de empregados.

Essa é a visão dos empregados com relação à oneração na folha de pagamentos.

O Dieese tem outra visão. Diz que não, não é isso, não são 102%, são 25,1%. E aqui está: como se chega a essa percentagem?

A remuneração média mensal total recebida integral e diretamente pelo trabalhador compõe-se de duas partes.

A primeira delas refere-se ao salário médio mensal recebido de fato a cada ano pelo trabalhador [...] [Ou seja, soma-se tudo que ele ganhou durante o ano, tira-se a média e aí nós temos o quanto ele ganha, enquanto se encontra empregado.] Essa parte é obtida pela adição, ao valor do salário contratual registrado na carteira, do percentual relativo à proporção mensal do 13º salário (8,33%) e do percentual relativo à proporção mensal do adicional de 1/3 de férias (2,78%), ambos recebidos anualmente.

Portanto, estamos aqui, didaticamente, mostrando as diferenças de metodologias. O empresariado diz que a folha de pagamento dele onera em 102%, quando não é verdade, não dobra a folha de pagamentos e encargos sociais e o Dieese comprova, por outra metodologia, que é de apenas 25%, ou seja, um quarto sobre o valor da folha de pagamentos.

Mais adiante, nesse mesmo livro a que estou me socorrendo – porque tudo em termos de UGT já foi dito pelo companheiro Secretário-Geral Canindé Pegado, nossa posição com relação à desoneração da folha de pagamentos –, eu gostaria de acrescentar a visão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os encargos sociais e custo do trabalho.

Diz aqui a literatura:

Os encargos sociais e os salários são dois dos componentes do custo total do trabalho. Salários devem ser entendidos como o total da remuneração, direta e indireta, recebida pelo trabalhador como contrapartida pela prestação de trabalho a um empregador. As contribuições sociais referem-se aos encargos incidentes sobre a folha de salários e que não revertem diretamente em benefício do trabalhador. [Ponto técnico do Dieese, 2006.] O custo total do trabalho é, assim, conceito mais amplo, sendo definido, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como: “o custo incorrido pelo empregador na contração de mão de obra. O conceito estatístico de custo do traba-

lho compreende a remuneração pelo trabalho realizado, os pagamentos relativos ao tempo pago, mas não trabalho, bônus e gratificações, o custo da comida, bebida e outros pagamentos em espécie, o custo de habitações sociais a cargo dos empregadores, gastos patronais com encargos sociais, custo para o empregador para a formação profissional, serviços sociais e itens diversos, tais como transporte de trabalhadores, a roupa de trabalho e de recrutamento, juntamente com os impostos considerados como custo do trabalho.”

Isso foi o que os peritos da OIT entenderam como custo do trabalho em 1967.

Sendo assim, em termos da inserção competitiva da empresa no mercado, especialmente no mercado internacional, já foi dito aqui, o custo relevante é o custo total do trabalho e não apenas os custos e encargos incidentes sobre a folha de salários.

Ainda me socorrendo dessa publicação fantástica, da qual gostei muito, à página 125, temos um relato das oficinas sobre progressividade na tributação e desoneração da folha de pagamentos. Essa nota é de José Aparecido Carlos Ribeiro, que está aqui presente, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria do Ipea, e do nosso companheiro Clóvis Scherer, economista e supervisor do Dieese.

Aqui temos, finalmente, já me resta pouco tempo, à página 147, o que eles disseram. Depois de várias oficinas ocorridas em todo o País, eles captaram aquelas informações com relação à desoneração da folha de pagamentos e disseram, à página 147:

Desoneração da folha de pagamentos.

Sobre o tema da desoneração da folha de pagamentos, as propostas surgidas no debate foram as seguintes:

- *demonstrar o alcance da Previdência Social e da seguridade social para a sociedade brasileira [o que foi muito debatido aqui, repisado pelo Senador Paulo Paim e pelo companheiro Warley Martins Gonçalves, há poucos instantes, também];*

- *tornar mais transparente a destinação dos valores arrecadados para o Sistema S [até hoje não há transparência];*

- *aumentar o teto de contribuição para a Previdência Social, ampliando-se a progressividade dos encargos [ainda não foi feito isso];*

- *não desonerar a folha, com base no próprio argumento usado pelo Governo de que é preciso reduzir o déficit da Previdência Social [há controvérsias quanto à existência de déficit em nome da Previdência];*

Segundo o Senador Paulo Paim, não há déficit na Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo menos, na Previdência urbana, deixando bem claro isso; pelo menos ali.

O SR. ANTONIO MARIA THAUMATURGO CO-RIZO – Continuando:

- *buscar garantir as fontes de financiamento da seguridade social caso a proposta de desoneração da folha seja de fato encaminhada;*

- *evitar que a desoneração acentue a regressividade ao ser compensada por tributo indireto;*

- *garantir a vinculação da contribuição ao financiamento da Previdência Social se houver desoneração;*

- *esclarecer os parlamentares sobre os riscos da desoneração [é o que estamos fazendo neste momento, aqui, nesta audiência pública];*

- *tratar a questão no contexto de reforma tributária ampla e que torne o sistema mais progressivo;*

- *demonstrar a fragilidade do argumento sobre impacto na competitividade e no mercado de trabalho; e*

- *demonstrar que o superávit não é necessidade da seguridade social.*

Terminando meu tempo, mais uma vez, reafirmo tudo que foi dito pelo companheiro Canindé Pegado, Secretário-Geral da UGT, com relação à desoneração da folha de pagamentos. Essa é a posição da UGT.

Essa publicação achei fantástica, muito bem feita, muito bem redigida, muito didática para aqueles que são leigos no assunto.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Antonio Cortizo, Vice-Presidente da UGT.

Reafirmo que nós todos sabemos, e está aí a Anfip, que mostra isso, que a Previdência não é deficitária. Só quis falar da Previdência urbana, citando a última publicação do próprio Ministério, que mostra, como o Ministério publica, que ali há um superávit. Pelo conjunto da obra, continuo reafirmando aquilo que a Anfip tem dito, que ela não é deficitária.

Passamos a palavra ao Sr. Eduardo da Silva Pereira, Coordenador-Geral de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência Social.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite do Senador Paim para participar desta Mesa, lembrando que já estive aqui, se não me engano, em abril, também em uma mesa sobre desoneração. Na época, para discutir os efeitos da MP nº 540. E, agora já com uma nova MP promulgada, a MP nº 563, que expande o processo de desoneração da folha para outros setores econômicos.

Enfim, o que eu havia dito naquela época, penso que permanece válido hoje.

Mas eu queria fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, observar que existem diversas considerações que foram feitas aqui em que o Ministério da Previdência tem discordância.

Nós temos um debate antigo com a Anfip em relação ao cálculo da necessidade de financiamento da Previdência Social, a discussão do fator previdenciário, a discussão do reajuste dos aposentados são temas sobre os quais o Ministério da Previdência o Ministério da Previdência tem uma posição muito clara, que já foi debatida várias vezes. Eu, pessoalmente, coloco-me à disposição do Senador para, quando S. Ex^a achar necessário ou interessante, participar do debate sobre esses temas. Penso que é importante fazermos uma discussão em que os pontos divergentes sejam apresentados, para que consigamos chegar a uma visão mais ampla e mais real dos temas. Porque não há discussão quando todas as pessoas têm a mesma opinião. A discussão se dá quando há opiniões divergentes. Você só consegue avançar no choque dessas opiniões, na apresentação pública dessas opiniões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero fazer-lhe uma pergunta; não é provocação. É só uma pergunta.

O Ministro da Previdência em todo evento em que eu vou, ele bate mais duro no fator que eu. Você representa o Ministro ou atua... Porque o Ministro da Previdência, eu digo aqui, em público, que o Ministro Garibaldi bate mais contra o fator do que eu! Eu digo: “Ministro, daí, então ...” Ele diz: “Vamos achar uma saída.”

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Sim, mas a questão é como achar a saída. A discussão é se o fator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a posição do Ministro é a mesma que a sua ou não?

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – É. É a posição do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É contra o fator.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Exatamente.

A posição do Ministério da Previdência hoje, em relação ao fator previdenciário, é a de que ele foi uma solução adotada em determinada época, em determinada circunstância, com determinados objetivos. Alguns objetivos foram atingidos, outros não, mas há efeitos secundários, que não foram antecipados à época e de que devemos tratar hoje. Então, é possível se discutir o fim do fator desde que – aí vem a situação – haja uma alternativa que permita que se consolide os ganhos que foram obtidos com o fator e, ao mesmo

tempo, se consiga remediar os problemas que foram criados com sua introdução.

Esse é o ponto de vista do Ministério da Previdência hoje a respeito do fator previdenciário.

Hoje o tema é a desoneração da folha. Fiz essa apresentação só para deixar claro que existe divergência de opiniões, mas podemos avançar em relação à discussão da desoneração. Penso que, aqui, existe algum grau de concordância.

A posição do Ministério da Previdência a respeito da desoneração é a de que o relevante, para a Previdência Social agora, é que seja garantido que, em havendo a desoneração, seja garantido o ressarcimento do Fundo de Regime Geral dos efeitos financeiros dessa desoneração, de forma que não seja afetada a necessidade de financiamento do sistema.

Isso foi contemplado na MP nº 540 e também na MP nº 563, na medida em que elas estabelecem que a renúncia fiscal observada, estimada, dos efeitos da substituição da contribuição patronal sobre a folha por uma contribuição sobre o faturamento vai ser ressarcido pelo Tesouro Nacional ao Fundo do Regime Geral.

Aí – esclarecendo –, em termos práticos, em decorrência disso, a SOF já encaminhou ao Congresso um projeto de lei pedindo a abertura de crédito orçamentário para este ano, para que, em sendo aprovado o crédito, esse crédito seja feito no Fundo do Regime Geral. Ele vai aparecer no fluxo de caixa e nas demonstrações contábeis da Previdência Social como uma receita própria do Fundo do Regime Geral.

Então, em termos contábeis, a Previdência vai ser ressarcida. Isso vai estar explícito nas contas tanto no fluxo de caixa quanto na contabilidade. Isso atende à demanda principal do Ministério da Previdência e evita o que ocorreu com as renúncias previdenciárias que hoje apresentamos no nosso demonstrativo mensal, que são as renúncias do Simples, das filantrópicas, da exportação de produtos rurais, que, embora nós as apresentemos no fluxo, aliás, na apresentação do resultado, elas não são contabilizadas como receita própria. Então, elas acabam ampliando a necessidade de financiamento. No caso da desoneração da folha, isso foi evitado, e o fundo vai ser ressarcido da renúncia observada. Enfim, esse aspecto atende à posição do Ministério.

Numa perspectiva um pouco mais analítica, de conteúdo mesmo da proposta de desoneração, acredito que há algumas considerações que precisamos fazer.

Primeiramente, um dos argumentos da desoneração é que ela contribui para a formalização do emprego, a redução da informalidade e, consequentemente, o aumento da cobertura previdenciária.

Um ponto que deve ser observado é que estudos empíricos feitos em vários países do mundo a respeito de desonerações que foram realizadas apontam resultados contrários. Em alguns países, há formalização, em outros, não há. Então, não dá para afirmar categoricamente que uma redução do custo de mão de obra vai levar ao aumento da formalização ou ao aumento da intensidade do uso de mão de obra.

A formalização é um processo que decorre de um contexto institucional mais amplo, no qual o custo da mão de obra é um fator importante, mas não é o único. Mesmo que o custo de mão de obra fosse um fator determinante na formalização, seria necessário observar que a contribuição patronal ou previdenciária é só um dos elementos que compõem o custo de mão de obra, que talvez seja, individualmente, o que aparece mais, porque a alíquota é maior – 20% –, mas ele é só um dos elementos.

Então, se você desonera a contribuição previdenciária, como o colega do Ipea apresentou, parece que está havendo um grande efeito em termos de redução de gastos, de custos para a empresa, mas, quando você vai ver o resultado final, esse impacto é marginal. Porque, por exemplo, só o custo de 13º, férias e FGTS já são, aproximadamente, 27% por mês do custo da mão de obra. Só estes três itens já são maiores do que a contribuição previdenciária.

Portanto, a contribuição reduz o custo de mão de obra, mas não o tanto que se imagina ou o que parece, quando se fala da desoneração e, consequentemente, tem um impacto ainda menor em termos de formalização.

Outro ponto a se observar é que as empresas optantes pelo Simples já estão totalmente desoneradas há muitos anos da contribuição patronal sobre a folha. E as empresas optantes pelo Simples são as menores empresas em que se observa o maior grau de informalidade, de contratos de trabalho informal, enfim. Então, para essas empresas, a desoneração atualmente proposta não tem impacto nenhum. O que se está desonerando hoje são basicamente médias e grandes empresas dos setores definidos nas duas medidas provisórias.

Outro aspecto a respeito da formalização é que temos observado, nos últimos 10 anos, 11 anos, um crescente processo de aumento da cobertura previdenciária pelo aumento do emprego formal.

Ontem mesmo foi publicado no *Valor Econômico* um artigo, uma coluna, a respeito de alguns estudos que estão sendo feitos e comentários de técnicos e estudiosos da área de mercado de trabalho, observando que uma das causas dessa redução, do aumento da formalização observado nos últimos 11 anos – uma

questão estrutural relacionada ao mercado de trabalho – é o efeito da transição demográfica.

As novas cortes de jovens que estão entrando no mercado de trabalho estão cada vez menores. Então, entre 16 e 24 anos, a cada ano há menos gente nessa faixa etária entrando no mercado de trabalho. Isto diminui a pressão de entrada no mercado que, associada a uma dinâmica favorável, leva àquilo que observamos, nos últimos 10 anos, um crescimento acentuado em nível de formalização e de cobertura previdenciária.

Quer dizer, esse fator mais estrutural, que é a demografia não depende de redução de custo de mão de obra. Nós estamos caminhando para um cenário, no meado da próxima década, em que a quantidade de trabalhadores em idade ativa vai cair em termos absolutos – a cada ano vai haver menos gente entre 16 e 60 anos de idade. Então, estamos caminhando para um mercado de trabalho que vai apresentar, daqui a não muito tempo, uma restrição de oferta de mão de obra.

Outro aspecto que eu acredito importante observarmos em termos de desoneração é que a Previdência é uma despesa de longo prazo. Eu concedo um benefício e vou pagá-lo por 15, 20 anos.

Para fazer frente a um benefício de longo prazo, é preciso haver uma fonte de financiamento que seja estável também, porque eu estou assumindo um compromisso de longo prazo e preciso financiá-lo com uma base tributária que seja estável. E a folha de salários é uma base tributável mais estável do que o faturamento. O faturamento varia muito de acordo com o ciclo econômico. Por exemplo, claramente, em 2009, durante a crise, a receita de Cofins, a receita das contribuições que dependem da atividade econômica caiu muito. Por outro lado, as receitas previdenciárias cresceram em termos reais 4% a 5%. Quer dizer, cresceram mesmo num cenário econômico adverso.

Então, a folha de salários é muito mais instável do que o faturamento, em termos de comportamento. Tributando-se a folha, tem-se uma garantia de receita mais estável do que o faturamento.

Então, essa é uma questão a ser considerada, porque quando estivermos num processo de baixa econômica, e é cíclico, em algum momento – não estou trazendo mau agouro – o ciclo econômico vai entrar em uma fase de baixa, a receita tributária vai cair, e aí o Tesouro vai sofrer com a obrigação de cobrir a necessidade de financiamento da Previdência, em função da desoneração, e vai ter que comprimir outras despesas, que não são obrigatórias, para fazer frente a essa despesa. É como se estivéssemos trocando uma fonte mais estável por outra instável e, em algum momento, o Tesouro vai sofrer os efeitos dessa

desoneração, na medida em que vai pressionar outras despesas no momento de ciclo econômico de baixa.

Outro ponto que acho importante observar é que todo mundo concorda que contribuição previdenciária no Brasil é muito acima do que se cobra em outros países. Para o trabalhador empregado, 30%, 31%, comparado com 15% dos Estados Unidos, 11% no Chile. Enfim, são alíquotas muito mais baixas do que as nossas.

Agora, outro ponto a ser observado é que as nossas despesas são muito altas. Então, não se tributa porque se gosta; tributa-se porque têm-se que pagar as despesas.

Na realidade, a despesa, em termos globais, do Governo é maior do que a receita, porque fechamos com déficit nominal de 2% a 3% do PIB normalmente.

Gastamos mais do que arrecadamos, e em Previdência também. A contribuição é alta porque a despesa é alta, se se quer reduzir a receita, necessariamente, há que se fazer uma discussão sobre a despesa; não dá para achar que se vai cortar receita e vai ficar tudo bem. Tem-se que fazer uma discussão casada, principalmente porque, hoje, não há ninguém que possa contestar que a tendência da despesa previdenciária no médio e longo prazos é de crescimento, em função do processo de envelhecimento, dos cortes dos que estão chegando agora à idade de aposentadoria serem maiores, porque refletem um processo de inclusão previdenciária, ocorrida nas décadas de 60 e 70, enfim, a despesa vai aumentar, e estamos aqui discutindo redução de receita. Existe aí um paradoxo. Teríamos que tratar isso de forma um pouco mais equilibrada e discutir receitas e despesas.

A forma como o Governo conduziu desse processo de desoneração da folha, temos que fazer alguns comentários sobre aspectos que acho que são positivos. O primeiro é que as duas medidas provisórias estabelecem prazo temporal para essa desoneração. Se não me engano, até dezembro de 2014, essas atividades estão desoneradas e, simultaneamente nas Medidas, principalmente na de nº 540, cria-se um grupo interministerial de trabalho com o objetivo específico de fazer a avaliação dos impactos da desoneração tanto em termos de comportamento de receitas previdenciárias como os efeitos no mercado de trabalho, vinculando claramente, ao criar esse grupo com esse objetivo, o Governo claramente vinculou o processo de desoneração e seus impactos sobre o mercado de trabalho. Esse grupo foi criado, se não me engano, em abril, por portaria interministerial, e vamos começar a fazer os trabalhos de avaliação desse primeiro ano. Este é o primeiro ano integral em que estamos tendo o processo de desoneração da MP nº 540.

Outro ponto importante, o primeiro item que mencionei, é a vinculação desta contribuição substitutiva sobre o faturamento ao Fundo do Regime Geral. Penso que é um aspecto importante aí, e marca uma diferença em relação a outras legislações que tratam de desoneração de contribuição previdenciária.

Bom, são esses os pontos que eu gostaria de apresentar.

Encerro aqui a minha apresentação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (Palmas.)

Ouvimos o Sr. Eduardo da Silva Pereira, Coordenador-Geral do Ministério da Previdência Social.

Como vimos, por tudo o que foi dito aqui, nós todos aprendemos, ao longo das nossas vidas, que quem mais gera emprego são as micros e pequenas empresas neste País. E as micro e pequenas empresas já não pagam a Previdência. Então, a maioria das empresas no Brasil não paga a Previdência. Agora, estamos estendendo para as grandes. Daí as preocupações levantadas, inclusive pelo Dr. Eduardo, procedem. As preocupações que todos já, aqui, as levantaram: despesa aumenta e receita diminui. É uma conta que não vai fechar lá na frente. Todos nós sabemos. A despesa aumenta porque o número de anos/vida da população vai aumentar; a receita diminui, aí o Warley vai chorar por alguns anos.

O SR. WARLEY MARTINS – Mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí o discurso é sempre o mesmo: “Não dá para reajustar os aposentados.”

Vamos continuar o debate.

Passemos a palavra ao Juiz do Trabalho, Presidente em exercício da Anamatra, Sr. Paulo Luiz Schmidt.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Senador Paim, membros da Mesa, prazer em voltar à Comissão.

Quero dizer, desde logo, que a impressão que fico com a fala do Eduardo é de que nós caminhamos para o precipício, para o cadafalso.

E, obviamente que o Eduardo viria aqui para dizer que ele não concorda conosco. Seria surreal, para dizer ao menos, se o Governo concordasse com as críticas que têm sido objeto, especialmente em relação às suas políticas previdenciárias.

Eu estou meio, aqui, Paim, num regime de responsabilidade, porque a área econômica, tributária é tal que não é a área... Então, vou atirar um pouco para tudo que é lado e pegar apenas, assim, alguns dados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem a liberdade total. Cada um fala o que pensa.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Pegar assim alguns dados que dão para pontuar, que escaparam

dos anteriores que já falaram aqui. Por exemplo, o percentual, o aumento percentual, um eventual aumento percentual da alíquota previdenciária *versus* a informalidade, aumento, diminuição da informalidade.

Há um estudo na revista de seguridade social do México com um dado interessante. O aumento de 1% na alíquota patronal da seguridade importaria em reflexo na informalidade de 0,3%, ou seja, um terço. Já o aumento do PIB em 1% reduziria a informalidade em 1,7%. Cada 1 ponto percentual. Então, esse é um dado isolado que apenas indica que o que nos tira da informalidade, o que formaliza é o crescimento da economia, é o aumento do Produto Interno Bruto. E é esse resultado que nós vimos ao longo desses últimos 4, 5 anos.

Espanta-me, por exemplo, que vamos ter que buscar no orçamento fiscal receitas extras para a Previdência da ordem de mais de R\$4 bilhões para cada 1% que se diminua na cota patronal. Para compensar isso, para não buscar no orçamento fiscal, teríamos que criar, para cada 1%, mais ou menos 1 milhão de empregos. Isso é um negócio, assim, praticamente de sonho. Não dá nem para pensar numa coisa desta.

E aí nós vamos para o sistema que já está sendo implantado, que vai criar um paradoxo, Paim, de algo assim impressionante. Se em futebol, dizemos “há coisas que só acontecem com o Botafogo”, há coisas que só acontecem no Brasil. Desculpem-me os torcedores do Botafogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa do Botafogo foi boa. Quando eles contrataram aquele lá na Holanda...

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – O Seedorf.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu fiquei animado, e não deu em nada.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Mas, enfim, se a contribuição patronal previdenciária incidente sobre a folha tem, vamos dizer assim, natureza neutra – ou seja, ela não agrava a distribuição de renda e nem mexe nela, nem redistribui, é mais ou menos isso –, desonerar em troca de criar outros tributos gerais, IVA, por exemplo, sobre o lucro e coisas do gênero, é criar mecanismos tributários ou tributos com forte característica regressiva. E forte característica regressiva quem paga, efetivamente, é a população; e quem vai pagar mesmo é a população mais pobre, que, por sua vez, é a que está mais na informalidade. Ou seja, quem vai financiar a Previdência é quem não usufrui dela, quem está fora dela. Esse é o paradoxo. Quem faz política pública... Eu confesso, fica difícil para quem não é da área entender esse tipo de paradoxo, esse tipo de questão. Efetivamente a população brasileira tende a caminhar para a dificuldade naquilo que é hoje, inclu-

sive, um mecanismo forte de redistribuição de renda. O Governo, nos últimos anos, pelo menos, tem sido usado como um instrumento importante nesse aspecto.

Agora, combinando isso, Senador Paim e colegas, o que está acontecendo nas propostas e já nas medidas implementadas na questão da desoneração, se nós olharmos o que está no horizonte da formalização ou da precarização daquilo que é a massa que sustenta a Previdência, que são os empregos formais, nós vemos que o quadro, a moldura é ainda sensivelmente pior do que nós estamos vislumbrando aqui. Se os projetos, por exemplo, de terceirização vingarem e vierem a ser cancelados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos discutir na quinta, por provocação da própria Anamatra.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Fui eu mesmo que fiz aqui essa provocação na última audiência em que aqui estive, Senador, exatamente para tentar trazer alguém do Executivo, parece-me que não sei se vai vir, para dizer, afinal, qual é a posição do Governo. Aqui, o Eduardo disse claramente qual era a posição do Ministério, pelo menos em relação a essa questão da progressividade e do fator previdenciário.

Nós vemos alguns discursos erráticos no Governo nessa questão da precarização. E digo errático porque estamos assistindo a algumas coisas, como piorra; ora o vento bota para lá, ora, para cá, dependendo da interlocução.

Senador, promessa de campanha ouvimos e vemos muitas. Aliás, alguém lembrou aqui no fim de semana alguma coisa que eu li. Foi o sociólogo Ricardo Antunes que disse ontem no Roda Viva: que tanto a Presidenta eleita quanto o candidato derrotado juraram de pés juntos que eram contra a terceirização na época da campanha eleitoral. A Presidenta já afirmou isso em algum momento na interlocução com as Centrais que seria contra a terceirização.

Mas por que esse assunto entra aqui agora? Porque um dos principais objetivos, enfim, é quebrar a espinha dorsal daquilo que hoje minimamente coloca um marco civilizatório nessa questão da terceirização, que é a questão da atividade fim.

No momento em que a terceirização... Essa questão da atividade meio, da ilicitude ou não está pendurada na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assim como a subsidiariedade, que é o outro marco que mantém mais ou menos alguma civilidade nisso aí e que veda um pouco, impede, dificulta a quarteirização, a quinteirização, e assim por diante, que também não estão expressamente vedadas nos projetos que estão lá.

Warley, se hoje nós temos, para cada 13 empregos formais da empresa tomadora, um terceirizado, de quatro... São mais ou menos 43 milhões de empregos formais – corrija-me o José Aparecido se eu estiver errado –, mas mais ou menos 11 ou quase 11 são terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Onze milhões.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Ou, então, de 44 arredondado para 11 é um quarto; quer dizer, 25% da mão de obra formalmente contratada hoje é terceirizada. Essa mão de obra tem condições precárias, tem massa salarial inferior.

O que vai acontecer se esse projeto de terceirização avançar é que a atividade fim, onde estão efetivamente os melhores salários das empresas, também serão objeto de terceirização e obviamente de empregos mais precários.

Então, o que podemos enxergar no horizonte são empresas de manufatura que produzem coisas concretas, caneta, pneu, carro, sem empregados. Organização sindical, esqueçam, acabou a partir daí; há um completo esfacelamento disso. Mas o reflexo disso na massa salarial vem imediatamente impactar na questão do financiamento do Regime Geral da Previdência. Esse é também um risco que está muito seriamente apontado no horizonte. Claro, há outros projetos menos impactantes, por exemplo, o Simples Trabalhista, que também ataca a massa salarial e que há grande possibilidade de entrar na agenda de discussões, o que na nossa avaliação, Senador, iniciativas desse gênero ofendem a Constituição naquilo que ela é nuclear, que são os fundamentos da República, a valorização do trabalho humano e contra atos discriminatórios, enfim, de falta de isonomia.

Uma segunda questão, ainda no âmbito constitucional, aprovar uma legislação desta ordem, empregos de segunda categoria, ofende a Constituição na medida em que há uma cláusula de não regressividade implícita naquilo que se fez em 1988, Senador, ocasião em que o senhor estava lá presente. Quer dizer, não podemos olhar o País pelo retrovisor. Nós temos que olhar para frente, qual é a nação que, enfim, queremos deixar para o futuro. O futuro da Nação passa necessariamente pela valorização do trabalho humano e por tudo que daí decorre.

Eu não vim aqui, Senador, nem para concordar nem para discordar. Como disse, hoje estou meio franco atirador. Nesse debate, a impressão que me fica é que se não temos demonstração nenhuma de que a desoneração cria emprego e se a desculpa para desonerar é formalizar, e nós sabemos que a formalização já está em um setor da economia, nas micro e pequenas já há

desoneração, eu só tenho que entender que essa desoneração é, na verdade, explicitamente transferência de renda para o grande capital. E aí nos vem de novo aquilo que, lá no final dos anos 90, pregávamos contra: vamos desprivatizar o Estado. Nós não estamos em época de privatização, Senador. Nós temos que desprivatizar o Estado, e isso passa necessariamente pela transferência de renda efetiva para setores que produzem para a sociedade.

Então, Senador, não sei se contribuí com esse debate, mas, enfim, chamo a atenção para aquilo que efetivamente são as contradições dos elementos que estão colocados. E, pegando aqui e ali, conseguimos juntar algumas coisas para achar ou para concluir que essa conta não está fechando, e as razões não estão justificando os meios que estão sendo adotados.

Obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Juiz do Trabalho, Presidente da Anamatra em exercício, Sr. Paulo Luiz Schmidt.

Eu convido todos que estão aqui a retornarem à primeira fila ou à segunda; depois todos farão as suas considerações finais.

Vamos para os encaminhamentos.

Vamos para a terceira Mesa: Diretor-Presidente da Contratuh, Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald; Sr. Joílson Antônio Cardoso, que aqui falará pela CTB. São os últimos dois convidados, já que o Omar abriu mão, devido ao horário. Agradeço ao Presidente da CNTT, Omar José Gomes, este jovem líder sindical. Levante-se aí, Sr. Omar. O senhor é líder sindical há quantos anos? (Palmas.)

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Noventa e três de idade e 50 de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos.

Agradeço a V. S^a, que abriu mão.

Passamos, de imediato, a palavra para o Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Contratuh, e, em seguida, para o Joílson, do CTB. Depois, vamos para as considerações finais dos nossos convidados.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar **O SR. PAULO PAIM**, Senador da República, por quem temos o maior respeito e consideração pela sua luta, pela sua defesa pelos trabalhadores, pelos aposentados, luta essa incansável que, possivelmente, se tivesse outra origem já teria abandonado a bandeira. Não é de hoje que vemos V. Ex^a trabalhando e fazendo o mesmo pronunciamento; é porque acredita que isso é importante.

Senador Paulo Paim, eu começaria falando o que todo mundo diz: que a Previdência do Brasil está à beira do precipício. Isso é o que todo mundo fala; o Governo fala, os empresários falam, e parece-me que essa mentira que vão colocando, que vão dizendo está quase virando verdade. A proposta dessa fórmula milagrosa... Nós tivemos inclusive a participação, em uma matéria, do Prof. Pastore, que prega que a Previdência Social chega a 100%. Ele criou uma fórmula que inclui como se todos os trabalhadores tivessem aviso prévio, como se todo trabalhador faltasse ao emprego, como se todo trabalhador ficasse doente, custo sobre a folha, que daí consegue jogar na folha de pagamento cento e poucos por cento, mas tem-se demonstrado, através do Ipea, do Dieese, um órgão respeitado, que isso não é verdadeiro.

Mas aí a dizemos assim: o bom contador não é aquele que te diz efetivamente a realidade. E aí a temos que imaginar quem é que está financiando o Pastore. É a mesma coisa que perguntar, quando se vai fazer a seleção de um contador, o que também sou, quanto é cinco mais cinco. Se ele te responder na tampa que é dez, fique preocupado. Agora, se ele te disser aqui: quanto você quer que dê? Aí você pode fazer a contratação que ele dá um jeito, o cara é bom. Assim é o Pastore. Ele, como se diz, é financiado, tem a vocação empresarial, então, não podemos pensar assim.

Estou fazendo essa explanação porque o Prof. Pastore, em uma matéria que ele colocou, ele diz o seguinte – vou ler um pedacinho só: “O novo sistema vai gerar uma enorme incerteza e isso vai afetar a receita da Previdência Social, a pontualidade do pagamento aos pensionistas e aposentados.” Então, quando uma pessoa como o Prof. Pastore, que é defensor da flexibilização, é defensor radical de todo esse emaranhado de flexibilização, de tudo o que for para tirar direito dos trabalhos, tem essa preocupação, então, a preocupação é bem maior. Nós temos, nessa questão da Previdência, a preocupação – até fizemos uma matéria em nosso jornal da Contratuh, no mês de maio de 2012, em que se diz que a Previdência é a casa da mãe Joana. Se me permitir, eu faria a leitura:

Depois de usar e abusar dos recursos da previdência social brasileira, que abasteceu os cofres públicos e possibilitou entre outras coisas o desenvolvimento econômico, social e até mesmo de infraestrutura do País, (como a construção da ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, além da própria Capital Federal e outras obras menos conhecidas) o governo resolve abrir a mão de mais uma vez da arrecadação da Previdência.

Desta vez, liberando a arrecadação patronal contida na folha de pagamento e como não bastasse ta-

manha irresponsabilidade, a renúncia fiscal vem sem nenhuma contrapartida para os trabalhadores. Mais uma vez os empresários são beneficiados pelo Governo e os trabalhadores pagam a conta dos altos lucros do setor produtivo. Esse retrocesso não é uma novidade, por vezes a Previdência Social é alvo de empresários, do Governo, sem contar no mercado financeiro, que ávido pelas cifras produzidas pelas contas da Previdência tenta se apropriar desse recurso para promover mais riqueza para poucos. Agora, com um discurso em prol de competitividade da indústria nacional e da geração de empregos formais no País, a Presidente e sua equipe econômica estão abrindo mão da arrecadação proveniente dos impostos pagos por empregadores à Previdência Social. A renúncia na arrecadação abrange 15 segmentos do setor produtivo, com redução significativa na contribuição patronal previdenciária, de 20% para 1% e 2%, que será baseado no lucro das empresas. Além das aposentadorias, os recursos da Previdência são utilizados na Assistência Social como a licença remunerada para as mulheres grávidas, o pagamento aos trabalhadores acidentados que não têm como continuar na atividade laboral, entre outras tantas ações de proteção custeados pela contribuição previdenciária para os que são a parte mais fraca da pirâmide social. Portanto, a Previdência Social que é, segundo estudos recentes, superavitária, serve para garantir distribuição de renda e proporcionar um futuro melhor para uma sociedade que ainda é carente de proteções básicas, apesar de garantidas na nossa Carta Magna. Nesse sentido, colocar em xeque essa ferramenta de proteção e de amparo aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil é relegar essa classe em segundo plano.

A continuidade do programa “Brasil Maior”, lançado pela presidente Dilma Rousseff, mais uma vez favorece o setor produtivo sem qualquer garantia para os trabalhadores brasileiros.

Presidente Dilma, tornar a indústria brasileira mais competitiva e manter seus altos índices de lucratividade sem que os empresários possam garantir, entre outras coisas, a estabilidade dos empregados, um programa de capacitação dos trabalhadores, é apenas olhar para aqueles que exploram a mão de obra e pagam barato para manter a riqueza do País nas mãos de dez por cento da nossa sociedade. [...]

Senador, já foi colocado aqui pelo Ipea, pelo Dieese, os índices de prejuízo da Previdência Social. E nós temos uma preocupação muito grande com essa questão. O Warley foi muito claro aqui quando colocou a preocupação dos aposentados.

A proposta do Governo e do Ministro Garibaldi parece aquelas propostas de passa-moleque, que

quando queremos forçar uma situação, colocamos metas altas, inatingíveis às classes que estão trabalhando. Ou então, faz promessas como os pais, no dia a dia das pessoas: “Se você atingir tal objetivo, se você conseguir notas boas, vai acontecer tal coisa.” E acaba não cumprindo.

E assim acontece coma questão do fator previdenciário. O Governo tem dito que vai mexer no fator previdenciário, mas me pedem uma fórmula. Se toda a estrutura do Governo não tem essa fórmula, como é que vai ser colocado. E cada vez parece que a intenção do Governo é sangrar a Previdência e sangrar a Previdência aos pouquinhos, os recursos vão indo, o sangue vai indo, vai indo e, quando menos se esperar, nossos netos já não vão ter previdência. É tão forte a Previdência que, conforme eu coloquei aqui, a mata tomou conta da Transamazônica e sua construção foi com dinheiro da Previdência. A ponte Rio-Niterói agora está terceirizada, estão cobrando pedágio, mas esses valores não vêm para Previdência. E assim sucessivamente.

Nós temos uma grande preocupação também que, em nome das pessoas, em nome de gerar empregos, estão fazendo barbaridades. Se nós pegarmos no final do mês, e o Dieese tem essa capacidade – nós temos, inclusive, um escritório agora no Dieese, dentro da Contratuh, que tem nos ajudado muito a mexer com esses números –, temos verificado que, de um mês para outro, esses empresários que têm se beneficiado dessas isenções, o emprego, muitas vezes, dá negativo. Não tem dado emprego positivo.

E quando dá positivo o emprego, é em número de 400 ou 500. Quer dizer, o pagamento, a abertura de arrecadação de impostos é tão grande que o consumo, a contrapartida desaparece. Então, nós temos que tomar um cuidado muito grande nesse sentido.

Eu gostaria, finalizando a minha participação aqui, agradecer a oportunidade e cumprimentar os companheiros dirigentes sindicais, as centrais sindicais aqui presentes, as pessoas que já passaram por aqui e, em nome do companheiro Calixto e do companheiro Omar, que aqui estão presentes. Agradeço a oportunidade e quero dizer, para finalizar, que a Previdência, da forma como se encontra, deu um passo à frente. Se ela estava à beira do precipício, ela deu mais um passo à frente, para cair no precipício.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Contratuh, que faz as suas considerações, demonstrando todas as suas preocupações. Ele faz uma simbologia, ninguém fala mais do dinheiro – eu sei que foi lá atrás – em que foi utilizado em Brasília e

companhia limitada. Ninguém mais fala. Eu quero ver daqui a 20 anos, quando a Previdência estiver com dificuldades, se alguém vai dizer que tem que se devolver aquilo que em tal época foi retirado.

Os dados que o próprio Canindé deu aqui – eu tomei nota –, de R\$3 milhões para R\$440 mil a diferença do que vai se deixar de arrecadar. Calcule isso ao longo dos anos! E as informações que eu tenho é que os empresários estão fazendo fila pedindo para entrar nessa. Vai ampliar muito, muito e muito.

Por isso as preocupações para nós.

Vai lá, meu amigo.

Joílson, da CTB.

O SR. JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO – Senador Paim, quero saudá-lo pela iniciativa, mais uma iniciativa que temos que comemorar, de debater um tema tão importante, tão caro para a sociedade brasileira, como é a questão da Previdência Social e a sua estabilidade, o seu equilíbrio.

Trago aqui um abraço do Presidente Wagner Gomes, que me delegou esta missão de estar aqui representando a visão da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Em primeiro lugar, gostaríamos de cumprimentar aqui a exposição de todos que aqui estiveram, em especial a da Anfip, do Dieese e do Ipea, pelos dados. A Anamatra também, que fez um pronunciamento importante; estaremos juntos na discussão sobre a questão da terceirização, que é uma chaga que temos que debater e combater no Brasil.

Queria saudar já essas exposições e apenas me reportar aos aspectos de quando as centrais sindicais foram convocadas para discutir esse tema da desoneração da folha.

A questão da desoneração da folha se soma a uma série de outras ações que o Governo brasileiro, ao anunciado da conjuntura econômica adversa, da crise econômica mundial e o rebatimento dessa crise no Brasil, tem anunciado e nós não podemos nos acostumar a ouvir do Governo central, do Poder central no Brasil, os anúncios de renúncia fiscal. E a questão da desoneração da folha se soma a esse pacote de renúncias de dinheiro público sob o argumento de combater a crise, sob o argumento de manter os empregos.

Esse é o ambiente em que estamos. As centrais sindicais, via de regra, estão sendo convocadas em várias audiências aqui em Brasília, ora nos Ministérios, ora no próprio Palácio do Planalto, para esses anúncios. E temos reclamado bastante. Temos reclamado, porque as centrais sindicais não podem vir a Brasília apenas para ouvir uma ideia e uma visão de renúncia fiscal a pretexto de manter os empregos, a pretexto de combater a crise, sem a devida contrapartida social,

sem a devida segurança de que essas contrapartidas sociais irão ocorrer. Como nós já nos deparamos e analisamos as renúncias fiscais realizadas desde a primeira crise de 2008 até aqui, é um montante de recursos públicos absurdo – chega a R\$200 bilhões.

No que tange à questão da desoneração da folha, eu participei da primeira reunião no início deste ano coordenada pela Fazenda, com a presença do Ministro Guido Mantega e também o Secretário Nacional da Fazenda, em que se anunciava e nós questionávamos – naquela ocasião, eram só quatro setores que seriam desonerados para que houvesse um teste – qual era a fórmula que o Ministério da Fazenda estava apresentando para propor essa medida, uma vez que as centrais sindicais não concordavam e não concordam com a evasão de recursos da Previdência Social.

E a Fazenda, o Nelson Barbosa, na ocasião, nos disse que eles tinham uma fórmula que nós poderíamos consagrar, que era a troca da oneração na folha, da arrecadação na folha, pela troca no faturamento das empresas, desses setores que estariam sendo desonerados.

Logo nos primeiros 3 meses dos quatro setores iniciais, nós observamos, pelos números que nos foram apresentados, um déficit efetivo para a Previdência Social. E a Fazenda, então, nos respondeu que esse déficit seria corrigido pelo Tesouro Nacional.

Então, esta é a fórmula que a Fazenda apresenta: dizendo que desonerar a folha de pagamento e incidir a arrecadação sobre o faturamento dos setores desonerados, haveria uma compensação. Estou aqui relatando o pensamento da Fazenda, que não é o pensamento, obviamente, das centrais sindicais. E estou aqui falando em nome da CTB.

Queremos dizer que o fato de existir hoje uma renúncia que beira os R\$7 bilhões, segundo cálculos que estamos prevendo, para a Previdência, que será ou seria compensada supostamente pelo Tesouro Nacional, não é uma boa fórmula para a Previdência Social. Por que não é uma boa fórmula? Porque nós estamos liberando R\$7 bilhões e estamos tirando R\$7 bilhões de outro lugar, de outra política pública, ou da saúde, ou da educação ou da própria seguridade social. Esta é a verdade!

E nada nos garante que esses R\$7 bilhões, de renúncia, irão promover, para o nosso País – e é verdade, a premissa é verdadeira – que quanto mais empregos formais tivermos na economia brasileira, no setor de trabalho no Brasil, mais arrecadaremos para a Previdência Social. Essa é uma premissa verdadeira. Mas o estudo até hoje realizado por essa renúncia da desoneração da folha necessariamente não promove a efetivação de mais e melhores empregos.

No Brasil, nós não podemos analisar a questão do índice de desemprego ter caído aos patamares de hoje, de 6%, 5,5% de desemprego, o que contrasta com a realidade do Velho Mundo, de 30% na Espanha e outros números absurdos que ocorrem em outros países. Quer dizer, esse é um contraste brasileiro. Mas isso não representa, para o mundo do trabalho, no Brasil, o acúmulo ou aumento da massa salarial, proporcionalmente ao aumento desses empregos criados.

E mais ainda, Paim, porque as questões aqui que nós estamos debatendo, da desoneração da folha, são questões que se combinam, combinadas com outras questões estruturais de alta importância no nosso País. Essa questão dos empregos combina, por exemplo, com a alta rotatividade, que é um fator também de esvaziamento da Previdência. Porque na alta rotatividade há uma perda de salário do trabalhador demitido e há um período em que fica desempregado, quando não é convidado – e há uma cultura brasileira nesse sentido – a cair na informalidade.

No Brasil consagrou-se que um trabalhador bem-sucedido é aquele que trabalha durante um médio período da sua vida e após esse período ele sai do trabalho, do emprego formal e vai abrir um negócio qualquer, uma barraca, uma carrocinha de cachorro-quente, onde irá trabalhar infinitamente, sem segurança social alguma. E conseguimos consagrar isso como um sucesso. É o empreendedorismo precário.

Portanto, nós não podemos discutir essa questão da Previdência Social, da desoneração da folha sem combinarmos essas outras questões de grande monta e que se combinam com essa questão da instabilidade da Previdência Social.

Quero dizer mais: que o debate sobre a Previdência Social brasileira também, hoje, é focado em três aspectos. O primeiro é esse aspecto da sustentabilidade econômica. A renúncia de verbas, de recursos da Previdência Social desestabiliza a economia da Previdência Social que, como foi dito e repetido aqui, é superavitária. Isso assumido inclusive pelo Ministro da Previdência. *O.k.?*

O segundo aspecto é sobre a questão do pacto social, do que nós aceitamos como pacto social no Brasil, ao incluir na Previdência chamada urbana, que é superavitária, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. Isso foi uma decisão do pacto social brasileiro, consagrado na Constituinte Cidadã de 1988. Nós não podemos reclamar disso. É uma decisão, no nosso entender, na opinião da CTB, acertada.

E o terceiro aspecto é a quebra do pacto social, pela inclusão de uma herança maldita do Governo FHC, que foi o fator previdenciário. Essa, sim, é uma quebra do pacto social para quem está dentro do sistema,

contribui na regra do jogo e no meio do jogo muda-se a regra para se penalizar quem contribuiu num sistema contributivo como é a Previdência Social brasileira.

Portanto, no bojo dessas questões todas nós temos que discutir a desoneração da folha de pagamento.

E mais ainda, Paim, nós, das centrais sindicais, temos nos deparado com uma realidade muito adversa. Primeiro, as centrais sindicais que têm uma pauta trabalhista positiva para o Brasil, porque se demonstra que ela é positiva, por exemplo, com o aumento do salário mínimo. Diziam que aumentando o salário mínimo para US\$100, na época em que lutávamos, iríamos quebrar a Previdência, as prefeituras e, conseqüentemente, o País. Isso não ocorreu. Ao contrário. O maior acordo trabalhista do mundo foi celebrado entre as centrais sindicais. Aqui eu quero registrar a participação efetiva e combatente do Senador Paim nesta matéria. Ao consagrarmos o salário mínimo, que hoje está em patamares... Eu me lembro da época em que lutávamos para que o salário-mínimo chegasse a US\$100. Hoje, nós estamos a mais de US\$300.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chamaram-me de demagogo por causa disso.

O SR. JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO – O Senador Paim era chamado de demagogo porque dizia que era possível nós aumentarmos o salário-mínimo para um patamar de US\$100. Hoje, nós estamos a US\$300.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais de US\$300.

O SR. JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO – Mais de US\$300, pela variação do dólar, que é permanente, pela instabilidade econômica.

Mas quero dizer, então, que essa medida que se apresentava como uma medida absurda está em voga no País, distribui renda, garante, em grande parte... Aqui quero fazer uma homenagem ao companheiro Warley, Presidente da Cuba, porque, na verdade, quando ele combate aqui, luta para promover, no nosso País, o reajuste dos aposentados, que tem o apoio da CTB para essa matéria, quero dizer, Warley, que essa iniciativa de reajustar o salário dos aposentados, nós sabemos o que significa: injeção na veia da economia do nosso País. Porque nenhum aposentado, neste País (*Palmas.*) guarda o seu salário para especular na bolsa. Ao contrário. É com esse salário dos aposentados que nós garantimos, inclusive, segurança social para muitos setores em risco da nossa sociedade, como, por exemplo, a juventude.

Há um dado alarmante do Dieese no nosso País. Existem, no nosso País, jovens de 15 a 22 anos, 6 milhões de jovens que não trabalham e não estudam. Eu tenho certeza de que muitos desses são salvos pelo

apoio efetivo dos seus avós ou da sua família, que tem lá um ou dois aposentados com o seu salário-mínimo contribuindo para manter esse jovem fora do risco social.

Portanto, essas são as medidas que nós achamos que devem estar em voga. E são medidas estruturais.

A última questão que eu quero citar, e faz parte do debate desta tribuna, liderada pelo Senador Paim, aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, é a questão da redução da jornada de trabalho.

Se nós queremos caminhar para fortalecer a economia nacional, gerar mais e melhores empregos, por que não reduzimos a jornada de trabalho no Brasil, que é muito alta, de 44 horas para 40 horas, com impacto de 1,9% nas empresas, com geração de mais 2,5 milhões de empregos com qualidade, gerando, consequentemente, a formalidade, que vai aumentar o caixa da Previdência Social e, consequentemente, vai gerar, para os trabalhadores e pra as trabalhadoras, melhor qualidade do seu trabalho, uma melhor qualidade de saúde nos trabalhadores?

Nós sabemos que o fator saúde, a incidência de acidente de trabalho, a incidência de doenças do trabalho na população economicamente ativa é muito alta, no Brasil. E qualquer ação que fizemos na direção de atenuar esses efeitos do trabalho na saúde do trabalhador, nós sabemos o que significa e o impacto positivo que isso geraria para a Previdência Social.

Portanto, Paim, quero dizer que a CTB colocou todas essas preocupações na mesa, quando fomos convocados. E quero acalmar o meu amigo Warley e dizer que as centrais sindicais nem sempre combinam tudo. Nós temos, em muitas matérias, posições diferenciadas, como, por exemplo, no Fator Previdenciário.

O que o Governo quer, no fator previdenciário, é reeditar outro fator, que é o 8.595. E quero dizer que a CTB foi uma das centrais que não concordou, na mesa, em fazer o acordo do 8.595. E digo que não aceitamos a quebra do contrato social.

Em segundo lugar, sobre a questão da desoneração da folha, nós colocamos todas essas preocupações e afirmamos: não aceitamos renúncia de orçamento da Seguridade Social e muito menos da Previdência Social brasileira. E nos foi garantido que no final do ano... Porque os estudos iniciais apresentavam uma queda da receita e disseram: “Não, mas há questões sazonais, há questões ainda em que precisamos fechar os números no final do ano.” E a CTB, inclusive na mesa, disse que era contra qualquer esvaziamento das receitas da Previdência Social. Portanto, Warley, companheiro Senador Paim, V. Ex^a sabe que pode contar com a posição da CTB e acredito que é uma posição de todas as centrais nessa matéria.

Não é a mesma situação na questão da terceirização. E eu acho que as centrais sindicais estão caminhando para o fechamento de uma posição contrária ao escancaro ou à quebra da ordem jurídica trabalhista brasileira sobre essa questão da terceirização, que tem um rebatimento muito negativo sobre a Previdência Social. E nós acreditamos que podemos caminhar e avançar no sentido de preservar a Previdência Social como um bem brasileiro, como um bem da sociedade brasileira, e um pacto social seguro de estabilidade no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, que falou pela CTB, mostrando as suas preocupações.

Nós temos aqui no plenário – e chegou nesse momento – o Ivo Fiorotti, que foi meu assessor durante um longo período lá em Canoas; e também foi assessor do hoje Presidente da Câmara Marco Maia. Eu tenho algum problema com os meus assessores, porque outros os levam. O Mercadante me levou o Tiago, que me assessorava aqui; o Marco Maia, na época, levou o Ivo. Mas ele está acompanhado aí pelo mestre de todos nós, um homem que deu a sua vida pelas causas sociais, que é o Padre e mestre Cechin. Eu queria convidá-lo para sentar-se à mesa para ouvir as considerações finais dos nossos convidados. (*Palmas.*)

Ivo, pode acompanhá-lo. Não tem problema algum.

Eu vou passar às considerações finais dos nossos convidados.

Este homem tem uma história tão bonita que vocês não imaginam, viu? É uma história linda, linda, linda. Trabalha com catador de rua, pessoas abandonadas, crianças abandonadas; e ainda se mete a ensinar a trabalhar as lideranças sindicais. Ele foi um dos primeiros que me convocou a... Não é, Ivo? Na época tu eras padre também, não é? Agora, não é mais; Frei, Frei, Frei. Agora não é mais. Mas este aqui foi um dos que recrutou a mim e a outros para entrarem na vida sindical. Então, é um orgulho muito grande ele estar aqui.

Eu vou passar a palavra – não sei qual é o tempo de vocês. Têm um tempinho? – às considerações finais dos nossos convidados. Depois, vou dar a palavra para o nosso mestre. Aqui é a Comissão de Direitos Humanos. Aí, eu não preciso dizer o que o senhor tem que falar, porque o senhor vai dar aula para todos nós aqui, durante alguns minutos, pelo menos.

Então, voltamos às considerações finais dos nossos convidados. Vamos retornar a palavra ao José Aparecido Carlos Ribeiro, que fala pelo Ipea. Cinco minutos para as considerações finais.

O SR. JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO

– Está o.k.

Obrigado, Senador.

Farei alguns comentários e algumas perguntas.

Primeiro, sem querer discordar do que foi falado aqui às vezes, como é só chamar, quer dizer, eu entendo que todos estamos muito preocupados com a situação – eu queria apenas chamar a atenção para alguns dados que passamos rapidamente no Power Point e que certamente vão estar nas publicações. Se, por um lado, temos muita preocupação com o financiamento da previdência, por outro lado, é importante chamar a atenção para algumas coisas que estão acontecendo e que são favoráveis no sentido da formalização do salário-mínimo, como foi lembrado pelo companheiro Joílson, e uma série de iniciativas de políticas do Ministério da Previdência na linha da inclusão previdenciária dos microempreendedores, com alíquotas que seriam alíquotas subsidiadas que poderiam ser chamadas de desoneração também. Isso no sentido da inclusão previdenciária, que é o que interessa mais.

Então, temos a preocupação com a questão de futuro, de conjuntura do financiamento, mas também não podemos perder de vista que, nos últimos 5 anos, 8 anos ou 10 anos algumas coisas estão sendo colocadas e estamos avançando. Então, a ideia é tentar defender o que conquistamos. Digo isso porque há muitos colegas preocupados, falando do precipício e dos riscos. Temos a noção dos riscos, de combater os riscos, mas sem perder de vista que em algumas coisas nós acertamos de vez em quando. Algumas políticas têm que ser fortalecidas.

Eu queria fazer um comentário e uma pergunta para o Eduardo, quando chegar a vez de ele comentar. Ele disse que foi encontrada uma solução contábil, em que a compensação que o Tesouro daria para a Previdência seria feita de um modo que não ampliaria o chamado déficit da Previdência, tal como aparece na imprensa. Como esse foi um ponto acerca do qual fiquei muito preocupado na minha apresentação, chamo a atenção para que, quando falar, o Eduardo me responda se ele está realmente confiante em que essa solução contábil é suficiente para dar uma acomodada na preocupação de que o déficit da Previdência está reduzindo, como vimos – a necessidade está na casa de 0.8% do PIB – e que o Plano Brasil maior não vai contribuir para inflar esse dado, o que seria complicado para a opinião pública e todo o tiroteio que virá daí. Então, achei que foi uma boa notícia que o Eduardo trouxe eu quis confirmar se ele acha que vai ser suficiente para essa questão pelo menos.

Em relação aos colegas da Anfip, chamo a atenção para algumas coisas que achei interessante. Pri-

meiramente, o trabalho que eles fizeram foi muito interessante. Segundo, quero dar os parabéns porque eles conseguiram arrancar uma base de dados da Receita Federal. Acho que, nunca antes na história deste País, alguém conseguiu arrancar um banco de dados da Receita Federal para fazer um trabalho, alguém que seja de fora do Governo, fora da Fazenda. Então, dou os parabéns, que eles continuem, que esse banco de dados possa ser também franqueado para outras instituições, compartilhado. Eles chamaram a atenção para algo importante nos dados deles: nessa troca de contribuição patronal para contribuição sobre faturamento, há várias questões que são importantes para além do volume de recursos envolvidos.

O Eduardo chamou a atenção para a questão da estabilidade, dizendo que, frente à conjuntura econômica, é natural que haja conjunturas econômicas mais favoráveis e, às vezes, mais desfavoráveis, e que é notório que o faturamento flutue muito mais frente à conjuntura econômica do que à folha de pagamentos. A troca da contribuição para o faturamento implicaria, primeiro, a preocupação maior com a estabilidade do fluxo de caixa ao longo do tempo. Uma segunda questão que foi levantada também, se não me engano, pelos colegas da UGT e também pelo colega da Anamatra, é a questão da regressividade. A contribuição patronal, segundo dados empíricos, tem uma incidência neutra sobre a distribuição de renda. Na medida em que se substitua isso por tributos indiretos, que são tributos sobre faturamento, há um risco de que a regressividade do sistema tributário piore um pouco. Estaríamos substituindo uma coisa que é neutra por uma coisa que é potencialmente regressiva.

E o trabalho da Anfip colocou uma terceira questão, que, até então, era novidade para o nosso trabalho lá no Ipea, que é o da efetividade, substituindo uma efetividade de 90% de incidência de arrecadação da contribuição patronal por uma incidência na casa de 30%, 40%, que é a efetividade que eles encontraram sobre a contribuição do faturamento. Toda aquela contabilidade de regra de três, de número mágico, de quem ganha e quem perde com a desoneração, na medida em que a efetividade da contribuição sobre o faturamento é menor, aquela numerologia tem que ser refeita também. Quer dizer: está-se mudando a arrecadação não é um por um; está-se trocando o um por 0,4, por 0,3, ou pela dúvida. Então, é um dado bastante interessante.

E, aí, concluindo, dois pontos rápidos: comentar o que o Juiz Paulo da Anamatra disse sobre a precarização, que é, sim, uma coisa preocupante, no momento em que todo mundo está preocupado com desenvolvimento sustentável e trabalho decente. Então, é um

debate que está na contramão do que estamos vendo frente o que está acontecendo. De outra parte, agradecer os elogios feitos pelos colegas da UGT e outros ao livro e à cartilha. Espero que, de fato, o trabalho seja útil. É o trabalho que o Ipea tem feito em parceria com o Sindifisco e com o Dieese. Então, agradeço a utilização dos dados e os elogios.

Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao José Aparecido Carlos Ribeiro, que falou pelo Ipea, bem como pela palestra e pelo trabalho, que vieram só fortalecer essa nossa batalha aqui em defesa da Previdência pública.

De imediato, passo a palavra ao Secretário-Geral da UGT, Francisco Canindé Pegado do Nascimento.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO – Certamente não precisarei utilizar os 5 minutos, Senador, apenas para contextualizar em dois aspectos.

Primeiro, nós poderíamos estar aqui falando sobre desoneração do custo do produto, dos componentes do custo do produto, caso não existisse agora, ou seja, ouvindo a história, a proposta do Governo relacionada à desoneração da folha de pagamentos. Então, quer dizer, já está em curso, já existem os setores de atividades, já está em andamento, alguns já estão beneficiados. Então, é sobre isso que temos, na minha visão, que nos deter efetivamente.

Se fosse para apontar determinados aspectos que poderiam reduzir o custo do produto, aí a história era outra. Iríamos falar em redução do custo da energia; nós deveríamos falar em redução de custos, pois sabemos perfeitamente que, no produto nacional, qualquer produto produzido aqui no Brasil, temos, realmente, algo em torno de 48% de despesas relacionadas especificamente a custos de produção, enquanto salário não chega nem a 30% no componente da despesa de um produto nacional.

Então, como não existe isso, o que está colocado é justamente desoneração da folha de pagamento. O Governo já deu o mote, já está colocada a discussão, e temos que partir, na nossa visão, para amenizar a proposta no sentido de que, como já disse antes, seja 100% garantida a remuneração da nossa Previdência Social e que o conjunto das nossas conquistas sociais e trabalhistas não sejam afetadas, em hipótese alguma, e que, pela própria legislação, o Governo faça a cobertura relacionada aos incentivos que são retirados ou que, na verdade, são dados por conta da Previdência Social, que, no caso, seriam os 20% de redução da folha de pagamento nesse quesito previdenciário.

Então, eu acho que as centrais sindicais têm que se deter sobre a realidade concreta, o que está ocor-

rendo agora. E, hoje à tarde, haverá, Senador, uma reunião, inclusive no âmbito ministerial, e nós estaremos lá para, evidentemente, trocar mais informações e discussões com a área econômica do Governo.

Então, para não fugir do assunto, detemo-nos no que está pautado, porque, se fosse para o outro lado, nós teríamos, evidentemente, uma série de outras propostas na redução do componente do custo do produto brasileiro.

Está lá, por exemplo, o Sistema S, que todos nós pagamos. O Sistema S incide sobre toda a folha. Quem financia o Sistema S, na verdade, é o trabalhador, e para quê? Para o trabalhador não ter o direito de colocar os pés sequer na calçada do Sistema S, porque tem que pagar R\$1 mil, R\$1,5 mil, R\$2 mil por um curso simples oferecido pelo Sistema S. Então, haveria outras questões senão fosse essa especificamente a convocada pelo senhor para nós debatermos.

Então, nós estamos no item desoneração da folha de pagamento, que está pautado, está ocorrendo, e temos que ser muito inteligente, como centrais sindicais, no conjunto da nossa unidade de ação, para não afetar o mundo do trabalho com essa proposta e não saírem ganhando apenas os empresários. Eles têm que ter medidas compensatórias no sentido de obter realmente esse tipo de ganho.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário-Geral da UGT, que lembra inclusive que as centrais terão uma reunião, ainda hoje à tarde, para continuar esse debate.

Vamos agora para o Supervisor do Departamento Intersindical do Dieese, Clóvis Roberto Scherer. *(Pausa.)*

Ah, ele avisou que teria de sair por conta do seu voo.

Então, passamos a palavra ao Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólón de França.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – As nossas considerações vão na direção de que a preocupação básica de todos nós deve ser contra o desmonte do orçamento da Seguridade Social. Os dados aqui levantados são categóricos ao afirmar que quem está perdendo com a desoneração é o orçamento da Seguridade Social. E o que isso significa? Menos investimento para a Previdência Social, para a assistência social e para a saúde.

Focando somente na questão da desoneração, a pedido do colega Canindé, os dados são categóricos ao afirmar que a desoneração não cria empregos e

não aumenta a competitividade da indústria nacional. Alguns dados que poderiam ser levantados aqui, mas não são objeto desta Comissão hoje neste debate, mas poderia sê-lo mais à frente, dizem respeito à remessa de lucros para o exterior das empresas que estão obtendo vantagens com as renúncias fiscais.

Somente as montadoras, no ano passado, remeteram para o exterior mais de R\$5,6 bilhões. Para cada carro produzido no Brasil, remete-se para o exterior mais de US\$1.647. Então, o que muitas vezes as renúncias fiscais estão fazendo é tirar do vermelho as empresas nos seus países de origem; é uma transferência de recursos. Esse é um debate de fundo que eu acho que deveria ser travado no Brasil.

Ora, há renúncias fiscais? Sim, há; mas, então, é para incentivar a indústria nacional, para aumentar o nível de empregos, a qualidade dos empregos e não par tirar do vermelho as chamadas empresas transnacionais. Esse é um debate que deve ser travado mais à frente, porque esse é um debate de fundo: quem é que está levando vantagem com as renúncias fiscais? O trabalhador brasileiro, a sociedade brasileira ou as empresas transnacionais? Esse é um debate que reputo importante e deve ser travado.

Agora, a preocupação da Anfip, ao longo da sua história, é com a preservação do orçamento da Seguridade Social. As receitas das contribuições previdenciárias, da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social, da Contribuição sobre o Lucro Líquido, são pagas pela sociedade brasileira com um fim específico: custear a Previdência Social, saúde e assistência social, que é o chamado tripé da Seguridade Social. E está provado que cada real colocado nessas políticas públicas reduz significativamente a pobreza.

Pelos últimos dados divulgados, a Previdência Social é responsável por retirar da pobreza mais de 20 milhões de pessoas. E nós levantamos aqui que, para cada benefício, há 2,5 pessoas indiretamente envolvidas. A Previdência é uma política pública que atinge 100 milhões de pessoas, pelos benefícios da Seguridade Social. Então, não é uma política pública qualquer que pode ser objeto de mudança aqui segundo os humores do mercado. É uma política pública importante para a chamada coesão do tecido social brasileiro.

Essas são as nossas preocupações, dizendo que a Anfip está sempre à disposição do Ipea, do Dieese, das centrais sindicais e do Parlamento para que as políticas públicas atinjam as suas finalidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Álvaro Sólón de França, Presidente da Anfip, que inclusive lançou um livro que

faço questão que o Ivo receba, pois não o recebeu, e o irmão Antônio Cechin também.

Passamos a palavra, agora, para à segunda Mesa dos que participaram.

De imediato, a Antônio Maria Cortizo, Vice-Presidente da UGT, para os seus 5 minutos.

O SR. ANTONIO MARIA CORTIZO – Sr. Presidente, para agradecer a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me registrar, eu não havia visto, que chegou aqui meu querido amigo e sempre batalhador pelas causas sociais, Senador Eduardo Suplicy. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO MARIA CORTIZO – Para agradecer a V. Ex^a a oportunidade dada à UGT de participar desta audiência pública sobre desoneração da folha de pagamento, cuja opinião foi externada aqui pelo Secretário-Geral da UGT, nosso companheiro Canindé Pegado.

Quero também deixar registrados dois pontos que anotei e espero que sejam objeto de reflexão de todos. O primeiro é com relação à desmistificação da onerosidade da folha de pagamento na visão empresarial e na visão dos trabalhadores. Foi dito pela publicação *Progressividade da Tributação e Desoneração da Folha de Pagamentos* que o empresariado entende que são 102%, e os trabalhadores, via Dieese, demonstram que são 25% apenas. Portanto, não é o que o empresariado anda alardeando e sendo publicado pela grande imprensa brasileira.

O segundo ponto que me chamou a atenção trata da precarização do trabalho via terceirização, o que foi alertado aqui pelo nosso Vice-Presidente em exercício da Anamatra. Não só a precarização, mas, mais grave ainda, por conta dessa precarização, do baixo salário das empresas que são terceirizadas, a Previdência Social passa a ter uma redução drástica na sua receita, fazendo com que tenhamos adiante um País de miseráveis, e não um País de pessoas com dignidade, de acordo com a nossa Constituição.

Muito obrigado, Senador, pela participação da UGT nesta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Vice-Presidente da UGT, Antonio Cortizo.

O Warley, não sei se já teve que sair, já falou em nome da Cobap.

Agora, passamos a palavra ao Coordenador-Geral de Estatísticas e Atuária do Ministério da Previdência Social, Sr. Eduardo da Silva Pereira, que já esteve aqui em outras oportunidades e sempre tem se mostrado à disposição para vir debater nesta Comissão, o que é uma alegria para todos nós.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Bom, Senador, obrigado.

Respondendo à pergunta feita pelo colega do Ipea, nos termos em que foram editadas a Medida Provisória nº 540 e a Medida Provisória nº 563, o Tesouro tem que compensar o Fundo do Regime Geral pela estimativa da renúncia previdenciária decorrente da substituição da contribuição patronal sobre a folha para uma contribuição sobre o faturamento. Nesses termos, como eu disse, a SOF encaminhou um projeto de lei ao Congresso, solicitando abertura de crédito orçamentário para este ano, e na proposta de orçamento do ano que vem já existe esse crédito.

E, da forma como está estabelecido, o Tesouro vai transferir o recurso que estiver nessa rubrica específica para o Fundo do Regime Geral. E na demonstração contábil no fluxo de caixa, o fluxo de caixa do INSS apresenta dois grupos de receitas, as receitas próprias e as transferências governamentais. Quer dizer, o cálculo da necessidade de financiamento é sempre feito em cima das receitas próprias. E essa transferência vai entrar nesse grupo de receitas, assim como as transferências do Simples, do Fies e algumas outras receitas que fazem parte desse grupo de receitas próprias da Previdência.

Então, na necessidade de financiamento, quando você olhar o resultado líquido, em princípio, não haverá impacto da desoneração. Estou falando em princípio porque, evidentemente, o que vai acontecer vai depender, primeiro, de uma estimativa do valor dessa renúncia. E aí nós já fechamos com a Receita Federal uma metodologia para fazer uma estimativa dessa renúncia. Não dá para ter os dados exatos por questões operacionais, mas dá para chegar a um número estimado próximo. Uma vez definida a tecnologia, temos que definir o sistema para fazer a apuração dessa sistemática, e, depois, o outro ponto é ver se esses créditos, se o valor que foi apurado da renúncia está contemplado no orçamento, para permitir que o Tesouro faça a compensação do Fundo do Regime. Mas, em princípio, a desoneração não teria impacto sobre a necessidade de financiamento da forma como é calculada hoje, dada essa sistemática que foi estabelecida.

Em relação à minha apresentação, eu só queria dizer para o Juiz Dr. Paulo, se não me engano, Presidente da Anamatra, que ele começou a apresentação dele dizendo que eu havia desenhado um cenário sombrio. Na realidade, eu queria destacar aqui que os pontos que eu levantei são estudos realizados pelo Ministério da Previdência Social, divulgados em publicações do próprio Ministério, no Ipea mesmo, de técnicos do Ministério. Então, não há nenhuma novidade, nenhuma questão ali que estou apresentando que, acredito, não

tenha uma visão catastrófica de Previdência Social. São temas relacionados à questão da desoneração que preocupam o Ministério da Previdência, quanto aos efeitos da desoneração em termos da sustentabilidade do sistema de Previdência Social.

Por outro lado, há efeitos também que eu coloquei, questões que eram defendidas pelo Ministério da Previdência Social que estão contempladas nessa medida, que é a questão da compensação do Fundo do Regime, que é um ponto central. Os outros dois aspectos é o fato de nós termos essa medida temporária, em princípio, até dezembro de 2014.

E uma coisa importante, até para o pessoal da área de estudo, é que vamos ter a possibilidade de ter um caso prático para avaliar os efeitos de desoneração do mercado de trabalho, no caso brasileiro.

Quer dizer, dada a criação desse grupo de trabalho interministerial para fazer essa avaliação, vamos poder um pouco estudar, no caso específico do Brasil, dado o contexto institucional que vivemos. Quer dizer, qual é o impacto de desoneração em termos dos seus efeitos sobre mercado de trabalho, sobre emprego, sobre informalidade, sobre Previdência Social, seus diversos aspectos? Isso é uma coisa importante também. Vamos sair um pouco talvez do impressionismo e talvez tenhamos possibilidade de trabalhar com uma coisa mais concreta, com dados mais objetivos.

Era isso.

Eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim e, novamente, nos colocar à disposição para sempre que for necessário, que achar interessante o Ministério da Previdência participar desses debates.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Coordenador-Geral de Estatísticas do Ministério da Previdência, Sr. Eduardo da Silva Pereira.

O Paulo Luiz Schmidt, que foi citado pelo Eduardo, Juiz de Trabalho e Presidente da Anamatra já se retirou por questão de voo.

Vamos agora, somente, aos últimos dois, que são da terceira Mesa.

Com a palavra o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Contratuh.

O SR. EDUARDO DA SILVA PEREIRA – Eu, mais uma vez, gostaria, Sr. Presidente, de agradecer, em nome do nosso Presidente Calixto e do Vice-Presidente Omar, da Nova Central, a oportunidade de estarmos aqui e dizer que nossa preocupação da Nova Central, da Contratuh, é com a questão de futuro.

Vamos fazendo algumas coisas, vamos empurrando com a barriga, “daqui a uns dias termina o meu mandato e o outro que se dane”. E essa bomba vai ter efeito prolongado. É uma bomba-relógio que está sen-

do colocada agora e que não vai ser estourada neste momento e, talvez, nem daqui a 2, 3 ou 5 anos, mas lá na frente. É só lembrarmos um pouquinho da CPMF. Brigou-se tanto para acabar com a CPMF, dizendo que ia aumentar emprego, ia ter redução de custo das coisas. Eu até hoje não senti, na prática, a redução da CPMF. A saúde ficou sem o recurso, e esse recurso fez uma diferença enorme dentro da saúde.

Então, nós temos que ter uma responsabilidade social muito grande com as pessoas que se estão aposentando e não têm recurso, não têm recuperação das perdas, e com os futuros. Pensou que quando, daqui mais alguns anos, chegar um filho seu, um neto e dizer:

Que droga de mundo! Que droga de Previdência! Que droga de País para o qual você contribuiu no passado e nos deixou! Agora estou eu sem uma previdência, sem uma aposentadoria, e o emprego que vocês tinham formalizado hoje não existe mais.

Eu acho que temos que repensar essas questões com muito carinho, muita responsabilidade.

É só para nós termos uma ideia. Vamos supor, na conferência agora, trabalho decente, quando foi negociado, quando começaram a discutir a questão do fator previdenciário, como diz o nosso amigo Magri, era “imexível”, a não ser que houvesse alguma proposta concreta de alteração. Então, isso é difícil.

E quando se começa a discutir a questão da responsabilidade social, na própria conferência, meia hora antes do seu término, os empresários simplesmente viram as costas e deixam o Governo e os trabalhadores sem resposta, sem o respaldo; simplesmente abandonam a conferência. Essa é responsabilidade social que eles têm?

Eu tinha até colocado aqui para ser discutida, para ser repensada a questão da remessa, os lucros das montadoras. Nós estamos sustentando a má administração e os problemas lá de fora, isentando de IPI e, agora, mais a folha, mais não sei o quê. Daqui a alguns dias, como vai ficar essa questão?

Então, só gostaria que repensássemos essas questões com afinco e gostaria de pedir às pessoas que aqui estão que não desistam, porque, se arriarmos a bandeira, com certeza, o canhão vem muito mais forte.

Acho que é dever e obrigação nossa participar efetivamente dessas defesas e ficarmos atentos, com o apoio da AnfiP, que tem dado uma demonstração assim... É quem mexe com a grana, quem mexe com os números, e o Ipea, o Dieese, que eu acho que são órgãos pelos quais temos que ter o maior respeito e sustentabilidade para que nos deem apoio para o nosso discurso, para sustentarmos o contraponto que nos é colocado.

Quero agradecer, Senador, e desejo que Deus lhe dê muita força e muita luz para continuar brigando por nós todos, trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Contratu. Parabéns pela sua participação.

De imediato, passo a palavra para o representante da CTB, o Diretor Joílson Antônio Cardoso.

O SR. JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO – Senador Paim, quero, mais uma vez, saudá-lo pela iniciativa, mas gostaríamos, neste final, de focalizar algumas questões objetivas, transgredindo um pouco o pedido do meu amigo Pegado, porque acreditamos que essa questão da desoneração da folha, que incide sobre a questão da Previdência, está relacionada com vários outros aspectos, inclusive concordando aqui com o que foi dito pelo nosso companheiro da AnfiP, o Álvaro.

Nós temos que ver que a medida que está sendo proposta pelo Governo, de incidir no faturamento das empresas, trocar a incidência sobre a folha sobre o faturamento das empresas é uma proposta instável, ela não é estável, para o custeio da Previdência Social.

Em segundo lugar, é afirmar que, apesar de haver uma compensação do Tesouro no caso de perda, o Tesouro, ao aportar essa perda, nós estamos tirando recursos de outras políticas sociais; não se está criando um novo imposto para compensar; ao contrário, nós estaremos tirando de outros setores da política pública brasileira.

A outra questão é que achamos que não só as centrais sindicais, o movimento social que está aqui representado, as entidades como a AnfiP, como o Dieese, como vários outros órgãos que estiveram aqui da sociedade civil e entidades sindicais, não só o Parlamento, mas também o Ministério da Previdência deveria se pronunciar mais efetivamente sobre essa questão.

Nós não podemos assistir à passividade ou apenas à contemplação do Ministério da Previdência Social, do Ministro da Previdência Social sobre um aspecto que prejudica a Previdência ou, no mínimo, vai prejudicar outros setores.

E mais ainda, para finalizar: o objetivo que está sendo proposto não será atingido devido aos dados que estão postos, depois praticamente a um ano da implementação dessa proposta, que seria a criação de mais e de melhores empregos. Repito: mais e melhores, porque não basta apenas mais empregos. Nós temos que ver para onde está indo o acúmulo dessa renúncia.

Nós, no caso da CTB, achamos que essa renúncia não deveria se somar aos montantes de lucros que as empresas estão tendo. Ao contrário. Nós sabemos que o Brasil é um País desigual, é um País com alta concentração de renda. Portanto, essa medida não vai

a favor da distribuição de renda, que nós defendemos. Ao contrário. Ela acumula renda. E mais do que isso: essa renda pode ser evadida do País, pode sair do País para cobrir situações de instabilidade em outros países devido às relações internacionais, como já foi dito aqui pelo representante da Anfp.

Então, nesse sentido são as preocupações da CTB, da nossa central sindical, e acredito que são as preocupações de todas as centrais, que unitariamente estão discutindo essa matéria e que veem essa matéria como uma proposta para não ser efetivada. Nós sabemos que ela é transitória – ela vai até 2014 –, mas ela não pode virar uma lei efetiva e definitiva. É nesse sentido o pronunciamento da CTB.

Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Joílson Antonio Cardoso, representante da CTB, que reafirmou aqui seu ponto de vista e suas preocupações.

Eu queria passar a palavra, neste momento, para encerramento dos nossos trabalhos, ao Irmão Antônio Cechin.

Eu lhe falo de coração mesmo, para quem está assistindo – nós estamos ao vivo para todo o Brasil –, que se eu pudesse fazer uma sessão de homenagem para alguém do meu Rio Grande, em vida, eu faria uma sessão de homenagem ao Antônio Cechin, aqui, no Congresso Nacional.

Talvez vocês não tenham a dimensão do trabalho deste homem. Ele dedicou sua vida só a defender as causas sociais. O Ivo até pode dar um depoimento, se quiser complementar, inclusive vou passar a palavra para ele.

Após a fala do Irmão Cechin, vou passar a palavra para o senhor.

Eles podem achar que estou enfeitando aqui a história do Cechin.

O SR. IVO FIOROTTI – Rapidamente.

Primeiro, bom dia, Senador, bom dia a todos os participantes da Comissão.

Eu sou suspeito porque trabalho com o Irmão Antônio Cechin há mais de 35 anos. O Irmão Antônio Cechin, lá, é o pioneiro da maioria das lutas, tanto dentro da Igreja Católica quanto na sociedade. O Irmão Antônio Cechin começou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faz inclusive culto ecumênico para dizer que o que interessa é o social.

O SR. IVO FIOROTTI – É inter-religioso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inter-religioso.

O SR. IVO FIOROTTI – Mais do que ecumênico.

É uma pessoa com uma visão humanitária, de um humanismo integral, total.

O Antônio Cechin, lá, está no início da luta do movimento dos sem terra, dos sem moradia, dos catadores, do novo sindicalismo, do qual o senhor foi um dos primeiros protagonistas nas comunidades eclesiais de base e nos seus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ajudou a organizar aquela greve geral de 1983.

O SR. IVO FIOROTTI – Isso. Dos desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você também.

O SR. IVO FIOROTTI – É. Estávamos lá.

E, aos 85 anos de idade, continua na luta. Depois ele pode colocar um pouquinho, porque estamos aqui inclusive para colher alguns frutos, porque o senhor tem participado também agora na luta pela causa indígena, com o nosso Sepé Tiaraju.

Vou deixar o Irmão Antônio falar.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu, Ivo Fiorotti.

Por favor, Irmão Antônio Cechin.

O SR. ANTÔNIO CECHEIN – Exmos Srs. Senadores, excelentíssimos trabalhadores, porque, olhando à minha esquerda, na minha frente, vejo que são entidades de trabalhadores; mais do que excelentíssimo, queridíssimo amigo, militante junto comigo tanto na Igreja quanto na sociedade, Senador Paim. Eu estou surpreso com isto que acontece neste momento. A minha emoção não sei se vai me permitir dizer alguma coisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai, sim. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO CECHEIN – É a primeira vez que eu piso na Casa do povo do meu Brasil. Aos 85 anos. Jamais poderia imaginar isto que acontece aqui. Aqui é a Casa do povo.

Fiz a experiência de ser brasileiro na totalidade. E o que eu poderia dizer vendo o reverso do mundo? Da classe mais baixa de trabalhadores, que são os moradores de rua, catadores e, de vocação, a mais atual do Brasil no momento, porque são, ao mesmo tempo, profetas da ecologia e médicos do Planeta, através da despoluição em que estão metidos, a partir dos resíduos que são descartados. Impedem que o lixo continue a ser jogado dentro dos mananciais, como as gerações antecedentes, desde a primeira do universo, talvez, que tenha tomado os rios como o lugar onde todo o tipo de lixo tem que ser jogado.

Então, a partir daí, eu venho a Brasília. E por acaso estou aqui, graças ao meu amigo, que me trouxe, porque temos algumas horas de sobra. Venho por

causa de hoje à tarde, da cerimônia de entronização do empoderador de todos os movimentos populares, em primeiro lugar do Rio Grande do Sul. E, por causa destas duas Casas do povo, ele, além de ser herói, guarani, índio, missioneiro, rio-grandense, estas duas Casa transformaram-no também em herói brasileiro.

Aqui, na minha frente acaba de entrar o Senador Suplicy. E eu vi que esta Casa, através de um pronunciamento dele, quando uma autoridade, no Município de São Gabriel, onde Sepé Tiaraju foi abatido pelos dois exércitos mais fortes do mundo, Espanha e Portugal, este índio, que tem o grito “esta terra tem dono” – porque o ideal do povo guarani é a busca incansável da terra sem males –, pressentiu que os dois exércitos queriam defenestrar os sete povos das nações, das missões. Ele não teve dúvida: por cima dos padres e de tudo, ele foi o comandante, fazendo uma guerra e um mutirão, porque não foi general de pijama. Ele foi à frente e morreu num acidente de percurso, numa emboscada. No dia seguinte, o sucessor dele, que não tinha o curso de artes marciais como ele tinha tido, porque os jesuítas aprimoravam, segundo o livro de Santo Inácio, fundador deles, os alunos bem-prendados. Mas ele tinha vocação e enfrentou os dois exércitos numa guerrilha. Por isso se tornou, para o Rio Grande, o homem mais perigoso de anos passados. E eu, em função do Sepé e em função do empoderamento de povos, de organizações, também fui captado pela ditadura militar e, realmente, não sou famoso, apenas famigerado. Conforme vejo no dicionário, famigerado é a palavra para quem foi preso uma vez.

Só tenho, então, mais duas ou três frases a dizer, que são as seguintes: venho só para o Sepé, mas levo esta emoção. E, agora, pela frente, a poucos dias, vamos ter a maior movimentação política popular, que vai realmente abastecer as Casas do povo a nível municipal.

Então, com os meus catadores, a partir da minha pouca prática, realmente em contato com Câmaras e essa coisa toda, eu vejo, a partir dos critérios do Mestre por excelência Jesus Cristo, que, para votar em alguém, seja do Executivo, do Legislativo, o critério do Mestre é: “Pelos frutos os conhecereis.”

Então, não tenho nenhum constrangimento em dizer que, até eu morrer, o meu candidato a Senador, enquanto ele for vivo, será Paim, porque ele colocou os últimos do País como meta de seu trabalho aqui neste Senado. (*Palmas.*)

E, além de vasculhar a vida dos candidatos junto com meus catadores, nós também olhamos o que fazem os partidos para também votar naquele partido que tem candidatos desse tipo e que, como partido, também coloca os últimos como centro de sua administração.

Então, é com essa mensagem, a partir do reverso disso aqui, reverso do mundo praticamente, que eu digo estas poucas palavras dentro da maior emoção e dou parabéns ao Senador Paim, porque ele realmente é meu facho de luz como o foi o Sepé Tiaraju, quer dizer, em guarani, facho de luz, aquele que conduz o povo para ir se organizar.

Então, parabéns a vocês.

Congratulo-me com vocês e muito obrigado por esta emoção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse é nosso querido irmão Antônio Cechin.

Acho que, com essa fala, nós podemos encerrar nossa audiência do dia de hoje, a não ser, Senador Suplicy, que queira dizer algumas palavras, porque V. Ex^a é meu convidado a dar as últimas palavras em nome de nossa Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Querido Presidente, Paulo Paim, quero muito cumprimentar a formidável contribuição de cada um dos senhores que aqui expuseram sobre o tema da desoneração das folhas de pagamento e suas consequências.

Quero, especialmente, cumprimentar o irmão Antônio Cechin, Aliás, acabo de escrever, aqui, uma dedicatória a respeito de *Como Caminharmos para Uma Terra sem Males*, com aplicação dos princípios de justiça, relacionados ao tema da desoneração da folha de pagamentos, eu queria ressaltar a todos os estudiosos e representantes das centrais sindicais que é muito importante que nós, brasileiros, estejamos a par das formas segundo as quais os países hoje mais desenvolvidos, arrecadam recursos de toda a sociedade e contribuem para que os trabalhadores, aqueles que não tenham uma renda até certo montante, tenham uma contribuição a mais, um crédito fiscal por remuneração recebida, que tornam suas economias mais competitivas em relação às nossas, se não pensarmos a respeito.

Desde 1975, os Estados Unidos da América criaram o chamado *Earned Income Tax Credit*. Se um trabalhador nos Estados Unidos, hoje, com sua esposa, tiver dois filhos, para dar um exemplo apenas, e sua remuneração for, digamos, US\$18 mil por ano, então esse trabalhador está, com sua família, abaixo da linha oficial de pobreza nos Estados Unidos onde, para um casal com duas crianças, é de US\$23 mil. Mas esse trabalhador, então, pela lei do *Earned Income Tax Credit* (Crédito Fiscal por Remuneração Recebida) tem direito a receber US\$5,25 a mais e sua renda vai para US\$23,25.

Ora, é o conjunto da sociedade que, pela arrecadação de impostos, contribui. Sabem quantos trabalha-

dores recebem isso, quantas famílias? No ano passado, aproximadamente, 26 mil famílias foram beneficiadas com o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida. Mais e mais outros países, nas últimas décadas, que mais competem com a dos Estados Unidos, resolveram aplicar sistemas semelhantes, como no Reino Unido, *Family Tax Credit*.

Ora, chamo atenção para isso, mas observo, para quem queira estudar, que melhor ainda do que esse sistema será proporcionarmos um dia uma renda básica como um direito à cidadania para toda a população.

Não vou me estender aqui, porque já estamos concluindo, mas faço questão de, em homenagem a todos e ao irmão Antônio Cechin dar o livro sobre a renda de cidadania a respeito desse assunto.

Muito obrigado.

Parabéns, Presidente Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy. Concluiu muito bem falando da importância da renda mínima, uma luta que você tem levado para o Brasil e para o mundo.

Só quero agradecer a todos. Tenho certeza de que o irmão Antônio Cechin coroou aqui com a sua fala essa importante audiência pública.

Muito, muito obrigado a todos.

Lembro a todos que quinta-feira discutiremos a precarização e a terceirização. Todas as centrais e entidades estão convidadas.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE SETEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia seis de setembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira Parte: Item Único. Audiência Pública

nos termos do Requerimento nº 98, de 2012, aprovado em 03/09/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de audiência pública para “debater a precarização do trabalho no Brasil, abordando a terceirização, o simples trabalhista e a reforma da CLT”. Convidados: Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da ANAMATRA, em representação ao Senhor Renato Henry Sant’anna, Presidente; Maria das Graças Costa, Representante da CUT, em representação ao Senhor Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT; Joilson Antônio Cardoso, Representante da CTB; Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES – SN; Hélio Gherardi, Diretor Técnico do DIAP, em representação ao Senhor Antonio Augusto de Queiroz, Assessor Parlamentar; Marilane Oliveira Teixeira, Economista, Pesquisadora do Centro de Estudos sobre Sindicalismo e Relações do Trabalho da UNICAMP; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; e Antônio Guillen, Membro da Coordenação Executiva da CSP – Conlutas. 2ª Parte. Deliberativa. Item Único. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - RDH, nº 102, de 2012 que requer a realização de audiência pública para debater as demissões nas montadoras de veículos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Extrapauta. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - RDH, nº 103, de 2012 que requer a realização de audiência pública para que sejam ouvidas as autoridades policiais e judiciárias dos Estados do Pará e Maranhão, e de outros Estados, conhecedores do caso, bem como uma especialista em criminologia, sobre a autoria dos assassinatos de crianças na cidade de Altamira/PA, e no Maranhão entre os anos de 1989 a 1993 no que ficou conhecido como “Os Emascarados de Altamira”. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: aprovado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - RDH, nº 104, de 2012 que requer a realização de audiência pública para debater a questão dos Quilombolas com os convidados abaixo relacionados, havendo possibilidade de que sejam incluídos novos nomes posteriormente, junto à Secretaria da Comissão. Lilian Cristina Bernardo Gomes, Pós Doutora em Ciência Política UFMG; Cesar Baldi, Representante da Procuradoria Geral da República; Sandra Maria da Silva, Representante da CONAQ - Quilombos do Brasil; Representante do Ministério Público; Representante do Ministério da Justiça; Representante da

Secretaria da Promoção da Igualdade Racial - SEP-PIR; Representante do INCRA; e Representante da Fundação Cultural Palmares. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: aprovado. Usa a palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 101, aprovado em 03/09/2012, deste Senador e de outros, que tem por objetivo debater a precarização do trabalho no Brasil, abordando a terceirização, o Simples Trabalhista e as propostas que já surgiram, na sociedade e no Congresso, sobre a reforma da CLT.

Vamos fazer duas Mesas porque alguns convidados estão ainda chegando.

Convidados para este evento...

Só lembro, Roberto, que o companheiro, representante da CTB, te deu o nome ontem, que já devia estar na lista e não está, e ele já está presente. Já está na lista? (*Pausa.*) Não, não está nesta lista. (*Pausa.*) Está em outra, é a que está valendo.

Convidamos para a Mesa, neste primeiro momento, o Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da ANPT.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos pela presença.

O Dr. Carlos será o primeiro a usar a palavra porque, inclusive, está com problema de voo.

Chamamos também o Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Anamatra, que aqui representa o Presidente Renato Henry Sant'Anna.

Chamamos ainda, para esta primeira Mesa, Maria das Graças Costa, representante da CUT, que já está

aqui conosco, em substituição ao Sr. Vagner Freitas de Moraes, Presidente.

Chamamos também Joílson Antonio Cardoso, representante da CTB.

Em seguida, teremos outros três convidados.

A audiência pública de hoje visa debater um tema que preocupa todos nós, trabalhadores e trabalhadoras deste País, e os futuros trabalhadores e trabalhadoras.

Todos sabemos que, com a crise, inclusive, na Europa e nos Estados Unidos, há um movimento para, cada vez mais, abrir-se mão de direitos dos aposentados, dos trabalhadores, que vai na linha da precarização e da terceirização dos direitos dos trabalhadores.

Aqui no Brasil não é diferente. Alegando que a suposta crise poderá chegar aqui, os setores mais conservadores já começaram a se movimentar também com esse objetivo, querendo precarizar o trabalho, avançando na terceirização, no Simples Trabalhista e na própria reforma da CLT.

Estamos nos antecipando a esse debate, mostrando que faremos aqui uma trincheira de resistência a esses movimentos, inclusive em relação àqueles que querem acabar com o direito de greve na área dos servidores e simplesmente deixar na área dos trabalhadores da área privada, que já estão anunciando que setembro será um mês de muito movimento, e movimentos legítimos.

Por isso, esta audiência vem em um bom momento.

Agradecemos à Anamatra, que foi uma das entidades que nos procurou para suscitar esse debate, agradecemos a presença de representantes das centrais e de todas as entidades que concordaram com nosso convite.

Para que todos se situem, estamos ao vivo pela TV Senado para todo o País e também pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 e, ainda, pela Rádio Senado, que hoje alcança a maioria das capitais do País.

Não lerei texto nenhum, porque, nessa fala resumida que fiz, aponto o motivo desta reunião.

Mas para introduzir o assunto, nada melhor do que vermos um vídeo pequeno feito pela TV Ceará, sobre a precarização do trabalho. O vídeo tem em torno de 6 minutos.

Em seguida, passaremos a palavra aos debatedores.

Conforme o Dr. Germano Siqueira, esse vídeo foi produzido pelo TRT do Ceará.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k., pessoal. Já deu para ter uma ideia sobre

o vídeo. É um vídeo de 5 minutos, só para mostrar que esse debate está dado em todo o País.

Vamos, de imediato, passar a palavra, conforme o que foi ajustado com a Mesa, ao Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da ANPT.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– Obrigado, Senador Paim.

Como Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, entidade de classe que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o País, agradeço a oportunidade, ressaltando que, para a ANPT, é sempre uma honra participar das audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos do Senado, dada a relevância dos temas aqui tratados. Dividir a Mesa com tão seletivo grupo e tão seleta plateia para debater temas tão relevantes, como esse de hoje, certamente é motivo de grande honra para todos nós.

De fato, quando menciono que, da nossa ótica, os temas são da maior relevância, não é força de expressão, Senador. No vídeo que V. Ex^a pediu que passassem e que tivemos oportunidade de assistir há pouco, nós observamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, doutor.

Quero dizer aos companheiros do movimento social que estão lá no fundo que aqui o trabalhador está em primeiro lugar. Podem usar aqui as primeiras filas, a não ser que não queiram. Mas não encabulem. Podem usar todas as cadeiras. Estão à disposição, *o.k.*?

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– Como eu dizia, quão preocupante é essa questão da precarização, cada vez mais crescente, das relações de trabalho! É exatamente essa linha, esse viés, que nós observamos com bastante preocupação em diversos projetos de lei que tramitam aqui no Congresso Nacional, não necessariamente no Senado, mas em ambas as Casas. Os de que trataremos hoje estão, atualmente, tramitando na Câmara dos Deputados, como o projeto da terceirização, aqui mencionado, o projeto que trata do chamado Simples Trabalhista e também o próprio Código do Trabalho, felizmente, em nosso entendimento, hoje adormecido – esperamos que assim continue –, mas que nos preocupa bastante.

Iniciando, para tratar da questão da terceirização, esse projeto, dos três, é o que certamente já tem a tramitação mais avançada. Já tivemos oportunidade de falar sobre ele em outras ocasiões. Ele, com o pretenso e declarado objetivo de regulamentar da forma mais ampla possível a terceirização, traz uma precarização cada vez maior das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados.

O trabalho terceirizado é uma realidade – o Senador Paim já realizou outras audiências para tratar

dessas questões também – que nos preocupa, sem dúvida nenhuma, porque há milhões, mais de 10 milhões, certamente, de trabalhadores nessa situação, que são trabalhadores que, se você for olhar os dados estatísticos, verá que são trabalhadores que trabalham mais, têm uma jornada de trabalho maior, que ganham menos – a média remuneratória é menor, sem sombra de dúvida –, têm maior rotatividade – em média, eles ficam 3 anos a menos do que a média dos trabalhadores não terceirizados, os trabalhadores em geral –, em suma, ganham menos, trabalham mais e têm menos direitos, e, o que é ainda mais preocupante, as estatísticas referentes a questões atinentes ao meio ambiente do trabalho e, mais especificamente, aos acidentes de trabalho são infinitamente mais preocupantes em relação a esse segmento da classe trabalhadora, já que são trabalhadores que, quanto aos acidentes de trabalho – aí incluídos os acidentes fatais –, em torno de 80% envolvem trabalhadores terceirizados. Então, de cada dez acidentes, oito são de trabalhadores terceirizados. Os senhores vejam o quão preocupante é essa realidade e o quanto precisamos tratar dela, evidentemente, com cada vez um enfoque especial e uma preocupação maior.

Especificamente no que tange ao projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados, atualmente sob a relatoria do Deputado Arthur Oliveira Maia, nós nos preocupamos inicialmente com a própria inexistência, naquele projeto... Nós, da ANPT, assim como a Anamatra e outras entidades, apresentamos nota técnica com o objetivo de contribuir. Uma das primeiras coisas que mencionamos é justamente que não há vedação expressa – embora, claro, esteja no próprio espírito da legislação trabalhista como um todo, como questão principiológica – da mera intermediação da mão de obra. Desde a Declaração de Filadélfia, Declaração Universal de Direitos Humanos, enfim, as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, da OIT, todas dizem e frisam que o trabalho não pode ser tratado como mera mercadoria, mas alguns dispositivos desse projeto de lei e de outros que tentaremos abordar infelizmente acabam levando para esse lado; inclusive, há possibilidade de terceirização de todas as atividades, até as finalísticas, sob o pretensioso argumento da especialização ou outro equivalente.

A nosso ver, isso preocupa sobremaneira, até porque, se você permite – e esse projeto permite – terceirizar todas as atividades, daqui a pouco teremos escolas sem professores que sejam empregados efetivos dessas escolas, bancos sem bancários, e qualquer exemplo que pensarmos, porque ninguém mais vai contratar... Na realidade, de fato, eles serão empregados nesses exemplos de bancos ou de esco-

las, mas formalmente não serão. E haverá um campo aberto para fraudes e para a redução cada vez maior dos direitos trabalhistas, com todas as consequências que isso representa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Porque vai diminuir a qualidade do ensino...

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– Sem dúvida nenhuma, porque, se se precarizam as condições de trabalho, precariza também a qualidade do serviço prestado pelos trabalhadores, que demanda cada vez mais capacitação, qualificação. Para isso, evidentemente, há necessidade de uma maior atenção a esses trabalhadores.

Não se preocupe, Senador. Tentarei falar um pouco mais rápido, fazer só um panorama, porque o tempo é curto e temos brilhantes expositores para ouvir.

Outro ponto que nos preocupa também e que eu destacaria é a questão da não vedação – e nós nos manifestamos expressamente sobre isso – da limitação das subcontratações, porque não seriam terceirizações. Seriam chamadas quarteirizações, quinteirizações, sexteirizações.

Não precisamos tecer maiores comentários acerca dos problemas que isso acarreta. Eu só traria o exemplo que acredito que seja conhecido de todos, da cadeia produtiva do setor têxtil em São Paulo. Esse é só um exemplo, mas poderia trazer outros, como a questão das carvoarias ou das siderúrgicas.

No setor têxtil de São Paulo, nós vimos grandes multinacionais com faturamentos bilionários a cada ano que tinham, na sua cadeia produtiva, trabalhadores em condições precárias. E chamar aquelas condições de precárias é muito pouco; havia trabalhadores em situação análoga à de escravos, dadas as condições degradantes às quais eles eram submetidos em seus mais variados aspectos.

Então, sem dúvida, essa é uma questão que nos preocupa bastante, essa vedação ou a limitação das subcontratações para evitar isso.

E uma das questões que consideramos relevantes para avançar na terceirização é a responsabilização solidária tanto do tomador quanto do prestador de serviços. Todos devem ser responsáveis solidariamente. E, na nossa ótica, o próprio ordenamento jurídico já ampara isso, independentemente de qualquer legislação nova que venha a existir.

Fala-se muito na Súmula 331 do TST, que menciona a responsabilidade meramente subsidiária, ou seja, se o devedor principal não pagar é que você vai cobrar do tomador, como devedor subsidiário. Na solidária, não: o credor escolhe de quem vai cobrar.

A nosso ver, quando a Súmula 331 foi editada, ela estava sob a égide do Código Civil anterior, que

tratava, principalmente nos seus arts. 1.521 a 1.523, da responsabilidade por ato de terceiro e se referia sempre à culpa, culpa *in elegendo*, culpa *in vigilando*, eventual negligência, mas sempre se referindo à culpa.

Desde 2002, sob a égide do novo Código Civil, quando se trata de responsabilidade por ato de terceiro, não há mais essa necessidade de se atentar para a questão de culpa, mas independentemente dela. Inclusive, nos arts. 932, 933 e 942, o Código Civil menciona expressamente que é independentemente de culpa e menciona também a expressão responsabilidade solidária.

Então, a nosso ver, hoje não mais se justifica que essa responsabilização seja meramente subsidiária.

Se não bastassem esses argumentos, poderíamos lembrar também que o crédito trabalhista tem natureza alimentar, como todos sabemos. Daí a facilidade maior do tomador de serviços para fazer valer esse crédito, até com retenção dos pagamentos para a empresa prestadora de serviços, para condicionar a liberação dos pagamentos à demonstração de regularidade de quitação das verbas trabalhistas, seja depósito de FGTS, contribuições previdenciárias, pagamento de salários em dia e tudo o mais. Então, sem dúvida, não haveria maior dificuldade para a empresa tomadora ter essas precauções e com isso avançar no combate a essa precarização.

Ressalto mais uma vez: o que nos preocupa é principalmente a questão do meio ambiente do trabalho. Nessa questão, aí sim, entendemos que não há necessidade de qualquer alteração, porque hoje é mais do que amparada no nosso ordenamento jurídico a responsabilização solidária. A própria Constituição deixa isso claro quando menciona a questão do meio ambiente – evidentemente que, no meio ambiente, está incluído o meio ambiente do trabalho – e também convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº 155, da OIT, que menciona também a responsabilidade solidária nesses casos.

Também destacaria, Senador, a questão da necessidade do tratamento isonômico dos trabalhadores, sejam terceirizados ou não, prestem eles serviços como empregados formalmente reconhecidos da empresa na qual eles trabalham efetivamente ou como trabalhadores terceirizados, ali estando como empregados formalmente de uma tomadora de serviços.

Aí, o ordenamento jurídico é vasto, é pródigo em dispositivos que amparam isso. O próprio princípio isonômico basilar, previsto na Constituição Federal, já deixa isso claro; o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, hoje consolidado, inclusive, já há algum tempo, numa orientação jurisprudencial, no caso, salvo engano – eu tinha anotado, mas não estou localizando

agora – na OJ 383 da SDI1, deixa clara a necessidade de pagamento de salário e remuneração idêntica para quem desenvolve idêntico trabalho; convenções da Organização Internacional do Trabalho também, como a Convenção nº 100, deixam isso também muito claro; o art. 461, da CLT... Enfim, só para ilustrar e mostrar que não faltam elementos que já demonstram claramente – inclusive entendimento jurisprudencial consolidado em orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho – que o trabalhador que presta serviço idêntico deve ser remunerado também de forma idêntica.

Antes de passar para o outro projeto, o do Simples Trabalhista, ainda mencionaria uma preocupação que temos – ressaltamos isso na nota técnica já entregue ao Relator do projeto –, que é a questão do enquadramento sindical, porque, a nosso ver, isso é da maior relevância até para poder fazer valer outros direitos. Se o trabalhador não consegue se organizar de maneira efetiva para fazer valer os seus direitos, a precarização será cada vez maior, e ele não terá como lutar contra isso.

Entendemos que o enquadramento sindical que vemos em alguns lugares do País, de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, ou algo do tipo, não é o mais adequado, até porque você reúne toda uma gama de trabalhadores que prestam os mais variados tipos de serviços, que desempenham as mais diferentes funções e que, evidentemente, não têm uma unidade de forma de trabalho comum; por conseguinte, não têm como eles se reunirem para lutar pela melhoria das condições de trabalho. Dessa forma, ao nosso ver, acaba se atentando contra a própria liberdade sindical.

Acredito que não há necessidade de maiores exercícios de raciocínio para imaginarmos trabalhadores... Vamos só pegar alguns exemplos: recepcionista, copeiro, vigilante, manobrista, auxiliar de serviços gerais, enfim, as mais variadas funções, que, como vocês veem – e poderíamos citar inúmeras outras, como telefonista –, são funções diferentes, cada uma com suas peculiaridades, e cada trabalhador que presta serviço específico deve se reunir com aqueles que desempenham funções idênticas, porque, a partir daí...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem mais 5 minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Obrigado, Senador. A partir daí eles vão poder lutar por melhores condições de trabalho e combater essa precarização cada vez mais crescente das relações de trabalho que constatamos.

Essa é uma realidade também que nos preocupa bastante para um segmento específico de trabalha-

dores: o Projeto de Lei nº 951, de 2011, que trata do chamado Simples Trabalhista, atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados, cria trabalhadores de segunda ou de terceira categoria, absolutamente de forma injustificada. Os trabalhadores, os empregados das micro e pequenas empresas e empresas de pequeno porte ficam com bem menos direitos do que os demais, sob o pretenso argumento de diminuir a informalidade, porque haveria 15 milhões de trabalhadores, na própria justificativa do projeto, informais no Brasil. Claro que somos totalmente favoráveis, e não poderia ser diferente, ao combate à informalidade, mas não à custa dos direitos dos trabalhadores, não à custa da precarização ainda maior da relação desses trabalhadores, tornando-os, repito, trabalhadores de segunda categoria.

Só alguns exemplos, para ilustrar, do que esse projeto traz de questões danosas, ao nosso ver: os depósitos de FGTS, hoje, todos sabemos, de 8%, nesse projeto, passam para 2%, durante certo período e em algumas condições, mas para 2%, ou seja, um quarto, 25% do que os outros trabalhadores têm; divisão do pagamento do 13º em até seis parcelas – perde totalmente o sentido do 13º, e não apenas para aquele trabalhador, mas para a sociedade em geral e para o próprio mercado, tendo em vista que, naquela época, injetam-se recursos no mercado, criam-se empregos, que, com o parcelamento em seis vezes, evidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Carlos, só para ajudar no debate. Veja a grande contradição. Nós todos estamos trabalhando para assegurar para o empregado, a empregada doméstica, os mesmos direitos dos outros trabalhadores, e há um movimento nesse sentido de diversos setores da sociedade. Como é que você vai fazer? A empregada e o empregado doméstico passam a ter os mesmos direitos dos outros trabalhadores, e os da micro e pequena empresa não passam a ter os direitos que tem o empregado ou a empregada doméstica. Quer dizer, não dá para entender algumas iniciativas que surgem, e, às vezes, são as mesmas figuras que estão fazendo esse movimento para retirar o direito da micro, mas que concordam com o outro direito, que eu concordo também, naturalmente: o empregado doméstico não pode perder os direitos trabalhistas, como alguns também pensam. Mas é uma contradição enorme.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Sem dúvida nenhuma, Senador, e também é nossa preocupação manter a coerência desse discurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, a coerência é ampliar e não retirar.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– Exatamente. É exatamente nessa linha a nossa preocupação. Outro exemplo de algo danoso trazido por esse projeto é que ele coloca a jornada de trabalho normal durante o período do aviso prévio. Perde, também, completamente o sentido, porque, evidentemente, durante o período do aviso prévio, o trabalhador precisa de uma jornada diferenciada justamente para buscar uma nova colocação no mercado de trabalho. E por aí vai.

As questões ligadas ao meio ambiente do trabalho, ele coloca como responsabilidade exclusiva do Sistema Único de Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Previdência Social. Fica algo de faz de conta. Não se coloca para as empresas efetivamente; fica só formal, essa responsabilidade pelo meio ambiente de trabalho, e esses milhões de acidentes de trabalho ocorrendo a cada ano, certamente, vão só piorar, sem dúvida nenhuma.

Diversas outras questões ali trazidas, que favorecem o surgimento de fraudes, como a não obrigatoriedade de homologação do termo de rescisão do contrato de trabalho no sindicato, desde que o trabalhador autorize. Há várias passagens nesse projeto que falam “desde que com autorização”. Ora, senhores, convenhamos: essa autorização não vai ter como ser negada. Ou você autoriza, ou você não vai trabalhar para mim. É óbvio que isso...

Reitero que entendemos como razoável que se pense em soluções, em medidas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só para ilustrar, doutor. Aqui, inclusive, no Senado, eu tive esse debate. Eu disse: “Sim, mas ele vai fazer a rescisão sem acompanhamento nenhum?”. “Não, é livre, espontaneamente. Ele decide como quer.” Só que do lado da empresa há todo um aparato de advogados, documentos todos mostrados e vão dizer para ele: “Assina aqui.” E eu digo: “Mas nem o advogado?”. “Não há necessidade.” Eu digo: “Nem o sindicato?”. “Mas, para quê o sindicato?”. Quer dizer, a maldade é tão grande que tu vês nos olhos daqueles que defendem essa tese de que uma rescisão de contrato não precisa ser na DRT, não precisa ter o sindicato e não precisa ter o advogado da parte que está sendo demitida.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– É verdade. Em suma, são vários os dispositivos que falam isso. Ainda que alguns condicionem à aceitação do empregado, mas nós sabemos que essa aceitação não tem como não ser dada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma imposição.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– É uma imposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É que nem o fundo de garantia. Eles falam que é uma opção, quando nós tínhamos a estabilidade há 10 anos. Quem não assinar na hora não é admitido.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– Exatamente. E, também, reitero que nós concordamos que se busquem alternativas, medidas especiais para empresas de pequeno porte, microempresas, mas não à custa dos direitos dos trabalhadores. Elas, inclusive, já têm um tratamento diferenciado em questões previdenciárias, tributárias, notadamente. Que se venha estudar outras, mas não, repito, pagando o preço...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– ... e já caminho para a conclusão, não pagando o preço da precarização ainda maior das condições de trabalho. Por fim, com relação ao Código do Trabalho, não vou me estender, até porque, como falei, no início, felizmente, ele está atualmente adormecido, e esperamos que assim continue...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a vigilância é importante.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA

– E diuturna, Senador. Porque o Código do Trabalho, na realidade, é um projeto bem extenso, que, na prática, acaba revogando 36 diplomas legais e, dos 922 artigos da CLT, ele revoga mais de 400, sempre com esse discurso de diminuir os direitos dos trabalhadores para poder viabilizar que ele consiga mais trabalho, mais empregos, para viabilizar a atividade econômica. Sempre com essa linha.

É importante frisar – com todo respeito ao autor do projeto – que foi um projeto apresentado sem discussão, sem levar em consideração o que pensam as entidades representativas dos trabalhadores, dos próprios empregadores também, porque não foi discutido com eles, Governo, Ministério Público, Judiciário, auditores fiscais, centrais sindicais. Enfim, não houve essa discussão ampla. O processo legislativo, normalmente, já impõe a necessidade disso, mas, no caso, um projeto dessa magnitude, dessa relevância e dessa amplitude precisaria, sem dúvida nenhuma, de discussões ainda maiores. Então, também vemos com enorme preocupação.

Na realidade, Senador, agradecendo mais uma vez a oportunidade, queríamos só trazer alguns comentários a respeito dessa nossa preocupação, acima de tudo e independentemente de questões específicas e pontuais que tentei abordar aqui, acima de tudo, com esse viés cada vez mais precarizante de projetos que tramitam aqui no Congresso Nacional, e é preciso que todos nós, a sociedade em geral, estejamos atentos e acompanhemos diuturnamente a tramitação desses

projetos para evitar que a situação, que já é grave, se torne ainda pior.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da ANPT, que aqui deixou clara a posição da entidade contra a precarização, contra a terceirização e contra o novo Código. Digo que é novo, mas é o velho Código que eles querem fazer. Não tem nada de novo. É um retrocesso, que voltaria ao tempo de antes da própria CLT. O novo velho Código que eles querem aprovar.

Então, de imediato, vamos ao Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Anamatra.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Bom dia a todos.

Novamente, Senador Paulo Paim, é uma honra estar aqui na CDH representando a Anamatra, que é uma entidade de juízes de todo o País disposta sempre ao debate, debate em temas importantes como este, que é o tema da precarização do trabalho.

Nós recebemos, agora há pouco, um panfleto, um documento de companheiros aqui que falam dos 110 dias de greve dos docentes das instituições de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão até aqui. (*Palmas.*)

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Mais do que um documento, uma faixa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor combinou com eles. Eu não vi que estavam aqui.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Não combinamos, não, mas os fatos combinam por si...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que está escrito, doutor?

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – “Mais de 110 dias de greve. Carreira docente em condições de trabalho.”

A vista ainda alcança de perto.

Mas eu fiz este registro porque eu havia anotado aqui uma questão para, logo no início, registrar. Eu dizia aqui, no meu registro, que os tempos são muito delicados – muito delicados – e nós temos que prestar atenção nisso.

Falamos aqui no trabalho precário, mas não é só o trabalho precário, porque o trabalho precário não é um trabalho precário pelo fato de ser precário. Há condicionantes políticas para isso. E há um autor polonês – alguns amigos já não aguentam mais me ouvir falar dele – chamado Zygmunt Bauman. Num livro dele, de 4 anos atrás, ele diz o seguinte: o Estado assistencial para os ricos voltou aos salões. O que se falava aqui

antes, do Estado assistencial para o trabalhador, já não é mais para o trabalhador, o Estado do bem-estar social. Agora, o empresário, o grande empresário já fala do “*kit* felicidade”. A cultura da privatização chegou a este Governo. Surpreendentemente, chegou a este Governo. E lembra o próprio Bauman o que foram os partidos social-democratas na Europa, do que dizia Schröder, que política econômica não é de esquerda, nem de direita, não é boa, nem má, mas é, pura e simplesmente, uma política econômica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a Europa deu no que deu.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Deu no que deu, quando os partidos social-democratas foram praticamente varridos eleitoralmente, e só agora, com o François Hollande, que ainda não disse a que veio na França, conseguiram retomar uma posição política na Europa.

Isto que digo aqui é uma modesta advertência, até de caráter pessoal. Não trago aqui uma posição institucional. É uma modesta advertência, porque trabalho precário não é nada além de uma decorrência de uma postura política, e não há, infelizmente, por parte do atual Governo, uma disposição de luta contra esses projetos de natureza precarizante. O Governo, quando chamado a dizer algo firme e forte contra o Projeto nº 4.330, contra o Simples Trabalhista, lamentavelmente, tem se omitido e deixado a banda tocar.

É uma breve introdução.

E essa postura do Governo repercute na relação com os movimentos sociais. E digo mais uma vez: infelizmente.

É necessário, portanto, para que o preço lá adiante não seja o mesmo do acontecido na Europa – uma história já contada – que haja um realinhamento, não digo que seja ideológico, porque creio que não seja, mas um realinhamento do modo de lidar com os movimentos sociais e com o mundo do trabalho. É importante que essa leitura seja feita.

Quanto aos projetos que estão aqui hoje para serem discutidos, o da terceirização primeiro, eu poderia, pura e simplesmente, subscrever o que o Carlos Eduardo disse, até para ganharmos tempo. Mas tenho mais alguma coisa a dizer.

A terceirização, pelo modo como hoje ocorre e como está para ocorrer caso esses projetos sejam aprovados, é absolutamente perversa. Recebi um e-mail de um juiz do trabalho do Amazonas no dia 31 de maio sobre um caso concreto que quero trazer aqui. Um trabalhador, desde 2004, trabalha no setor elétrico como terceirizado. Pois bem, essa mesma companhia abriu um concurso público para a vaga em que ele lá trabalha como terceirizado. Ele fez o concurso.

Cadastro de reserva. Foi aprovado nos primeiros lugares. Ele nunca foi chamado porque dizem que não há disponibilidade de vaga. E ele está lá, trabalhando como terceirizado. Ele ingressou com ação judicial, esse juiz, esse colega determinou que ele fosse contratado. Houve um recurso para o tribunal. Isso foi agora, já em 2012. Está pendente, portanto, de recurso. Tomara que seja mantida a decisão.

Esse exemplo concreto já indica que, do ponto de vista de quem toma e de quem vende a mão de obra, deve haver um custo muito interessante – e precarizante – para se manter um trabalhador nessas funções. A lógica só pode ser essa, porque outra lógica não determina racionalidade alguma, manter um trabalhador terceirizado e negar a racionalidade da inexistência de vagas.

Mas nós temos feito, como a ANPT também, uma série de críticas ao Projeto 4330, partindo, inclusive, da inviabilidade de se indicar a total liberalização, como se pretende, para que haja terceirização nas atividades meio e fim, apesar do alegado critério da especialização, um falso critério. Como já disse aqui o Carlos Eduardo, teríamos o risco de ter escola sem professor, banco sem bancário... Lembro que hoje o maior índice de acidentes de trabalho está exatamente no trabalho terceirizado.

Temos também discutido e negado... Há um representante da CUT, que está aqui na Mesa. O Deputado autor do projeto diz que este outro item que estamos levantando aqui, a possibilidade de recontração do trabalhador seguidamente, é uma reivindicação da CUT. Eu gostaria de ouvir se é, porque o maior indicativo de fraude no trabalho terceirizado é a recontração continuada de trabalhadores.

Há locais em que o mesmo trabalhador terceirizado está lá há 20 anos. A empresa vai à falência, muda de local, não paga os direitos trabalhistas daquele terceirizado, vai embora. Vem outra prestadora de serviço e ele continua lá, precarizado. E o Deputado Sandro Mabel esteve na Anamatra e disse: “Essa é uma reivindicação da Central Única dos Trabalhadores.”

Eu tenho a expectativa de que isso seja desmentido hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A representante da CUT já pode nos dizer pelo microfone .

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Já está desmentido.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Ótimo, então. A representante disse que já está desmentido. (Palmas.)

Só estou transmitindo o fato.

Outra ponderação que fizemos aqui e apresentamos como nota técnica é que haja paridade de direitos, porque a lógica desse sistema, como houve no caso de Manaus, o que faz funcionar o sistema é a ausência de paridade de direitos. Senão o sistema não funciona, não faz valer.

Então, colocamos que haja paridade de direitos, econômica e dos próprios direitos.

Levamos essa questão também.

Para nós, trabalhamos então com um binômio: a máxima responsabilidade do tomador e a mínima autorização, numa perspectiva de vir a regulamentar, a mínima autorização da utilização dessa mão de obra, que deve ser limitada à atividade meio, e ainda assim para trabalhos altamente especializados.

Há uma série de itens, no projeto como lá está, em que nós ponderamos para que haja modificações.

Um dos pontos que o Deputado trabalha é que a empresa tem que integralizar o capital, num limite em que não possa haver fraude. Muitas, hoje, são pequenas empresas. E o Deputado diz: “Mas pequena empresa vai agir hoje aqui e vai embora.” É verdade. Ele pondera: “Mas, integralizando o capital, em 180 dias, isso não ocorrerá mais.” Nós dissemos: “É muito tempo para integralizar o capital.” Ponderamos: “Tem que integralizar em 30 dias.” Em 30 dias; 180 dias é o tempo em que ela eventualmente presta serviços, vai integralizar depois? Depois do contrato encerrado? Já não adianta mais.

Ponderamos também substituir responsabilidade subsidiária por solidária. Esse nível de responsabilidade subsidiária já não nos interessa mais.

O tempo já está indo, mas vou aqui adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Sª tem mais 5 minutos depois daquele tempo.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Está bem. É que ainda vou falar no Simples Trabalhista.

Bem, quanto a essa questão da responsabilidade do ente público, no plano da moralidade, deixar o ente público de fora? É alimentar, é retroalimentar a irresponsabilidade do gestor público. Hoje há um debate de que o ente público, o Estado, o Município, a própria União não podem responder ou não devem responder, salvo em situações absolutamente especiais, não devem responder pelo direito trabalhista da empresa que é prestadora. Nós estamos ponderando que esta regra deve ficar de fora na Lei 8.666.

Então, em rápidas palavras – tenho que abordar ainda a questão do Simples Trabalhista –, ponderamos que esse diploma, se vier a ser construído, deve ficar a salvo dessas questões.

No tema do Simples Trabalhista, vamos entrar em uma lei que vai promover – e já foi dito pelo pró-

prio Senador Paulo Paim – uma espécie de *apartheid*, *apartheid* social. Trabalhadores com direito a toda a proteção legal, constitucional, e outro grupo de trabalhadores de micro e pequenas empresas que não terão direito a isso.

Que sistema jurídico é esse? É um sistema absolutamente injusto, e a lei, portanto, o projeto de lei, uma lei que eventualmente viesse nesses termos, seria absolutamente inconstitucional, um ferimento frontal. Mas está naquela lógica da economia, que permite aos trabalhadores da Apple, por aquela empresa Foxconn, que funciona na China, trabalharem sem limitação de jornada.

Nós queremos incorporar, em alguma parte do nosso território, esse modelo econômico, esse modelo que vai permitir aos subtrabalhadores brasileiros montar uma base em nosso País, que permita trabalhar sem limite de jornada, Senador, com salários inferiores ao mínimo, ou, ainda que não sejam inferiores ao mínimo, mas com limite total de dependência econômica, que permite perder até a dignidade? É essa a construção da nova economia brasileira, com o tom de ironia que carrego nas minhas palavras?

Pois é esta lei, é este modelo legislativo que se quer construir no Brasil, com a reforma da CLT, porque, em outros países, uma lei, quanto mais antiga ela for, melhor. No Brasil temos essa ironia, a lei velha – parece o Sérgio Reis; o contrário de Sérgio –, a lei antiga, não, ela é antiga, ela é ruim. Ela não se enraíza na cultura brasileira.

A lei ruim tem que ser modificada, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me.

E o retrocesso de não ter direitos, que lembra quase o tempo da escravidão, virou moderno.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – É, virou moderno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso que é o novo, na visão deles.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Mas é um ajuste de conveniências. Claro que foi um ajuste de conveniências, encaixado nesse modelo econômico. Porque, veja, o Estado perdeu valor; o mercado ganhou valor, mas o Estado, não. E a lei do mercado, essa aí é “incontradizível”, inventando aqui uma palavra. É incontrastável.

A lei do mercado importa. O Estado, não. A dignidade, não.

O homem flexível, que é uma expressão de um sociólogo alemão chamado Robert Kurz, o homem que faz tudo, o homem assediável, esse importa. Mas o homem dignidade, esse, não.

Então é isso, esse projeto de lei em que a ANPT já apontou vários pontos, que permite inclusive que, numa mesma empresa, um tenha direito a piso salarial e outro, não. Ou que um tenha um piso de R\$1.000,00 e o outro tenha um micro piso, de R\$500,00, fazendo a mesma atividade. Isso viola o princípio da isonomia, da isonomia constitucional, da isonomia legal.

Que política de administração de empresas considera como razoável esse tipo de projeto, em que eu e o Senador Paulo Paim trabalhamos na mesma empresa, eu tenho um salário de R\$500,00 e o Senador de R\$1.000,00, sendo nós dois operários, na mesma função, fazendo a mesma coisa?

É uma situação absolutamente imprópria.

Enfim, a própria Constituição estabelece que as empresas têm direito, as micro e pequenas, a ter uma remodelação de obrigações administrativas tributárias, previdenciárias e creditícias, mas ressaltou, quanto aos direitos sociais, que a lei não pode estabelecer diferenciação.

Então, o projeto é, e uma lei que vier a ser, é de fato inconstitucional. E não vou repontuar, porque isso já foi feito. Apenas destaco alguns outros.

A questão do 13º salário, dividir em meia dúzia de vezes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O objetivo é incorporar para desaparecer.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – É incorporar para desaparecer.

E, por fim, a questão da reforma da CLT.

Além do projeto de Código do Trabalho, que é um projeto que desfigura a CLT, já houve outras iniciativas. Já tivemos no passado – de autoria ou sob a relatoria do Deputado Cândido Vaccarezza – a chamada “reconsolidação da CLT”. Nós temos, também, outra memória recente: o Governo começou a falar em rever a CLT e, quando se fala em rever a CLT, há apenas uma palavra a ser usada: flexibilidade. Flexibilizar a CLT. Para quê? A ideia, claramente, não é a de radicalizar – vou usar essa palavra –, ou tornar mais dura a CLT. Não, não é. A ideia, quando se fala disso, é tornar mais dóceis os direitos trabalhistas.

Uma queixa muito grande do setor empresarial é, na verdade, à carga tributária e previdenciária. Isso é outra coisa. Essa distinção nunca é feita, mas não porque as pessoas não saibam disso. Sabem perfeitamente que o regime tributário previdenciário do trabalho é uma questão – e isso foi até discutido aqui nesta semana – e que os direitos trabalhistas, como limitação de jornada, o intervalo na jornada de trabalho, a questão dos acidentes de trabalho, a proteção, a segurança do trabalho, são intocáveis, ou devem ser intocáveis. Nós entendemos que são intocáveis.

A limitação de direitos do art. 7º da Constituição Federal não pode ser mexida, absolutamente não pode ser mexida. Mas isso é um incômodo, um inconveniente.

A Constituição de 1988 foi editada em um dado momento histórico; eu tenho certeza de que hoje seria muito mais complicado. O Senador Paulo Paim foi Constituinte e, talvez, possa dizer isso de maneira mais apropriada, mas eu acho que seria muito mais complexo produzir aquele conjunto normativo da Constituição de 1988 hoje. Uma vez existente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hoje não passaria de jeito nenhum.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Embora houvesse o centrão e aquela complexidade.

Não seria, mas, uma vez editada, como está, ela é um valor cultural constitucional da sociedade brasileira, e temos de garanti-lo, de assegurá-lo do modo como está. Então, os movimentos de tentativa de flexibilização da CLT e as garantias constitucionais são de responsabilidade dos trabalhadores, dos Parlamentares; é responsabilidade política de todos assegurar que se mantenha desse modo, porque é o mínimo, e a perda dessas garantias é para nunca mais.

Eu concluo por aqui. Acho que já falei bastante, mais do que deveria.

Agradeço-o. Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Anamatra.

Ele fez uma série de considerações que nos deixam, mais uma vez, em estado de alerta.

Há um amigo meu – não sei se alguém aqui é bancário – do tempo em que fui Secretário-Geral e Vice da CUT Nacional, o Gilmar Carneiro. Quem se lembra do Gilmar? Ele tinha um ditado. Ele dizia: “Paim, guarda essa frase.” “Qual é a frase, Gilmar?”. “Orai e vigiai. Só rezar não adianta. Reza bastante, mas fica de olho, porque os setores conservadores são sempre espertos.” Essa frase é do Gilmar Carneiro.

Passamos a palavra, neste momento, a Maria das Graças Costa, representante da CUT, representando o Presidente Vagner Freitas aqui.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Obrigada, Paim.

Para mim, é uma felicidade, ao assumir a Secretaria de Relações do Trabalho da CUT Nacional, recém-eleita, ter esta oportunidade de fazer este debate aqui, com todos e todas.

O que acontece aqui no Brasil, neste período, toda essa movimentação, esses desejos da classe empresarial de retirar direitos e dos representantes dos empresários aqui no Congresso Nacional que têm

feito um trabalho, não condiz com o andamento, com o que está acontecendo no Brasil.

Em primeiro lugar, quando você olha para o Brasil de fora para dentro, você consegue perceber que temos aqui uma legislação muito vasta, em que muitos países querem se espelhar, porque há muitos avanços, apesar de a gente estar em luta toda hora para melhorar. Então, todo esse movimento não condiz, não combina com o momento por que o Brasil está passando.

A questão da precarização do trabalho, colocada através dos projetos para legalizar – porque, de fato, já existe muita coisa precarizada no Brasil –, para legalizar e para retirar mais direitos, não combina com o momento que nós estamos vivendo. O que nós temos, aqui no Brasil, é que toda essa crise mundial que está em curso... Aqui no Brasil, nós tivemos a geração de empregos formais, o aumento do valor do salário mínimo e a distribuição de renda, que, para nós, ainda é acanhada.

É isso que fundamenta a melhoria do mercado, o avanço, o desenvolvimento, fazendo com que o Brasil não entre na mesma rota em que entraram outros países, principalmente os países da Europa. Então, isso é totalmente contrário ao que, na prática, está acontecendo.

Os empresários, em sua maioria, querem, na verdade, muito mais lucro. Se você for analisar, não sou só eu que estou dizendo, não é só a CUT que está dizendo; vocês podem ver o que os economistas têm dito.

Então, para iniciarmos a nossa conversa, quero colocar desta forma, porque temos viajado bastante, temos feito muita discussão em outros países, e as pessoas realmente olham para o Brasil como sendo um exemplo a ser seguido neste momento. Toda essa movimentação não combina com o que está em curso. “Ah, mas nós estamos com medo de que a crise venha e pegue a gente de vez.” Então, para as crises instaladas, tem que haver, realmente, remédios, para podermos trabalhar e não deixar... Mas não o que estão querendo fazer.

Eu trouxe alguns dados. Acho que o que foi colocado aqui já está bastante fundamentado, não só o histórico do que tem acontecido, mas também o conteúdo desses projetos que estão tramitando.

Vou pedir para passar. Trouxe alguns dados que, acho, são importantes, só para a gente abrihantar o que já foi dito.

De fato, nós temos uma discriminação muito contundente entre os trabalhadores permanentes e os trabalhadores terceirizados. Nós temos aqui uma remuneração que é 27% menor para os terceirizados. Nós temos o que a gente está dizendo aqui, que há um calote – já foi dito aqui – numa base sindical. Numa

única base, nós temos quatro empresas, agora em 2011, que têm um calote de 65 milhões.

Nós temos discriminação. Os trabalhadores têm a mesma função, na mesma empresa, mas são tratados, realmente, de forma muito diferente, não só na questão salarial.

O tempo de emprego – já foi até dito aqui – é de 3,2 anos. Então, aqui no Brasil, nós temos uma baixa muito grande, comparando com outros países, do emprego permanente. E quando a gente vai para o terceirizado, ainda é bem menor.

Agora, o que eu acho mais grave, que nós temos batido de frente, não é só essa questão das diferenças salariais. O mais grave é o número de mortes e o número de trabalhadores e trabalhadoras doentes, que há nesse setor terceirizado. Nós trouxemos aqui um exemplo: no setor elétrico, a taxa de mortalidade entre os terceiros foi de 47,5%, e a taxa dos trabalhadores permanentes é de 14,8%. Então, há uma morte constante, principalmente nesses setores. Isso, para nós, tem que ser levado muito a sério, porque, além dos prejuízos trabalhistas e de organização, são as vidas das pessoas. Quarenta e seis por cento não contribuem para a Previdência Social, apesar de terem empresas terceirizadas, a coisa formalizada, não têm a Previdência Social, o que é um grande prejuízo, porque as pessoas que, hoje, estão trabalhando, têm força de trabalho significativa para seu tempo, para sua idade etc.; quando elas chegam a 30 anos de trabalho ou mais, realmente, a força de trabalho é totalmente diferente. Quem já está com 50 anos aqui, que já tem quase 30 anos de trabalho, já sente a diferença da sua disposição para o trabalho. Acho uma imoralidade termos um sistema em que os trabalhadores dão toda a sua energia, todo o seu potencial e, no final da sua vida, não têm a proteção que merecem e a que têm direito. O Estado tem que se responsabilizar também por isso.

Aqui, também, há a redução fraudulenta dos custos. A grande questão da terceirização está aí, pessoal. Todas as justificativas que existem para serem aprovados os projetos são para reduzir custos, fazer mais investimento, etc. Isso não é verdade. Em alguns setores, é muito presente a questão da demissão, o que faz com que o Brasil tenha, hoje, um nível de emprego alto, louvável, mas o número de trabalhadores que são demitidos é quase tão alto quanto o número de trabalhadores que entram no mercado. A rotatividade é tão violenta que, quando se faz a subtração entre os empregos criados, formais, e as pessoas que foram demitidas no mesmo período, a diferença é muito pouca, de quem realmente ficou. Isso é muito prejudicial.

Como já foi dito aqui, no próprio vídeo, ao invés de se pegar o trabalhador e a trabalhadora e investir

na formação, investir na qualificação e amadurecer a relação de trabalho entre essa pessoa e a empresa, não se investe, e acontece ao que temos assistido.

Podemos passar?

Rapidamente, coloquei um quadro em que temos remuneração: a média é de R\$1.824 para os trabalhadores permanentes, e R\$1.329 para os terceirizados. Essa é uma média geral, mas quando buscamos as empresas, se formos a uma prefeitura municipal – sou professora da Prefeitura de Quixadá, no Ceará, e sou Presidenta da Confederação dos Municipais do Brasil, da CUT –, é uma calamidade. Não se encontram esses valores nos salários das prefeituras municipais; nas pequenas prefeituras, 80% a 90% dos servidores ganham salário mínimo, e há servidor que não ganha nem salário mínimo. Quando vamos para os terceirizados – e a terceirização no Município é totalmente diferente dessa que estamos discutindo aqui, das grandes empresas, Senador – é muito complicado, porque a precarização é muito maior, o desrespeito aos servidores, aos trabalhadores é muito maior. E a jornada de trabalho é bem maior. Aqui, neste, quadro, não estão inclusas as horas extras. Isso aqui é a carga horária normal, colocada para os terceirizados.

Podemos passar.

Algumas considerações. Eu acho que aqui o debate já foi bastante contundente, mas nós queremos destacar pelo menos isto: os setores mais precarizados no País são setores que comumente exercem atividades terceirizadas no Brasil. Então, isso aí já está celebrado. Onde existe terceirização, realmente, existe precarização e muita discriminação, não há igualdade de direitos, o que a gente sabe que fere totalmente a Constituição Federal.

Podemos passar. Eu estou olhando o tempo lá – é falando e o tempo...

O que nós queremos? Construir uma regulamentação que incorpore as mudanças já consolidadas no mercado de trabalho e reverta a precarização resultante do processo de terceirização.

Eu quero dizer que, do conteúdo, temos total acordo que o que está colocado no projeto de lei da terceirização... A gente tem de ter realmente estabelecido que a terceirização não toque na parte permanente das empresas.

Aí eu quero aproveitar para dizer que o que o Sandro Mabel disse não tem sentido. Ele não tem autoridade para falar em nome da Central e dizer que nós fazemos essa defesa. Ao contrário. Nós queremos que... Quem defende que tenha rodízio, aliás, que tenha a recontração dos trabalhadores... Você vai atingir diretamente os trabalhadores permanentes. Você permanece, mas vai ser demitido e volta e volta... Nós

somos totalmente contrários. Nós queremos é que a terceirização... Nós somos contra, mas, já que ela existe da forma como existe e tomou corpo no Brasil, que ela seja regulamentada, mas que não atinja a espinha dorsal das empresas, do trabalho. No serviço público, tem de ter muito mais cuidado.

Aí, Senador, quando a gente diz que, daqui a pouco, não vai ter bancário nos bancos, não vai ter professora... Nas prefeituras, tem... Agora, como isso acontece? A professora de nível superior é substituída por uma professora de nível fundamental, para dar aula. Ela está dando aula no 5º ano, no 8º ano, mas ela também só tem o 8º ano, só terminou o 8º ano. Aí tem o risco – e, de fato, acontece – de, realmente, a qualidade do serviço descer bastante, porque temos casos em vários locais do Brasil em que acontece dessa forma.

Olhando para o serviço público e olhando para o setor privado, nós temos que, realmente, ter uma mobilização cada vez maior contra esse tipo de relação de trabalho que se tem, esse tipo de sistema que se quer implantar, de forma legalizada, no Brasil.

Podemos passar?

O que nós temos discutido? O que nós propomos dentro dessa questão do projeto? Dizemos aqui que são diretrizes: o direito à informação prévia, a proibição da terceirização na atividade fim, a responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias, a igualdade de direitos e condições de trabalho e a penalização das empresas infratoras. Esse é o recado da CUT. É isso que estamos defendendo.

Para isso, nós temos uma campanha nacional permanente. Nós lançamos uma campanha, agora. No congresso da CUT que aconteceu em julho, nós lançamos novamente outra campanha nacional. Estamos fazendo chegar às nossas bases, com maior velocidade, esse debate. Produzimos material. Estamos fazendo *lobby*. E estamos fazendo a discussão em todos os segmentos da sociedade, porque nós não queremos que seja aprovado esse projeto.

Quando levamos aqui – por conta do tempo, eu vou abandonar aqui, um pouco – essa questão do Simples, ontem à noite, Senador, eu fui dar uma olhada nos projetos para ter mais elementos aqui para a gente discutir. Eu me recuso a discutir esse projeto de lei. Isso é um absurdo! É você rasgar a Constituição no momento histórico em que o Brasil está vivendo uma mobilização permanente, dura, haja vista o que nós assistimos aqui do serviço público federal, dos outros segmentos que estão em mobilização pelos seus direitos, para garantir os seus direitos, para ampliar direitos. Temos aqui uma democracia representa-

tiva, os Parlamentares representam a nossa opinião, a opinião do povo. Os nossos sentimentos não são iguais, esses sentimentos são totalmente diferentes do que está colocado nessa movimentação. Nós saímos agora de uma Conferência do Trabalho Decente, na qual tivemos oportunidade de envolver milhares e milhares de pessoas no debate para termos trabalho decente no Brasil.

É verdade que, no momento da Conferência Nacional, nós tivemos um grande entrave por conta de a bancada dos empresários não querer avançar nas discussões, mas nós acumulamos um grande debate, Senador, sobre o trabalho decente. O que nós queremos como trabalho decente aqui no Brasil? É tudo contrário ao que está nesse projeto. Como a gente vai pegar um 13º salário e dividir em seis parcelas, pessoal? Boa parte dos trabalhadores brasileiros recebe salário mínimo. Como você divide isso? Isso é uma afronta ao que nós estamos vivendo, com o que estamos convivendo aqui no Brasil neste momento, pessoal.

Aí, eu digo: “Vou dizer que me recuso a discutir.” Claro que nós estamos discutindo e colocando aqui a nossa posição, mas fico indignada com um negócio desses. Quando vamos olhar quem é relator, quem é proponente, quem preside esse conjunto de projetos que vão nessa linha, vamos encontrar as mesmas pessoas, os mesmos Parlamentares. Façam uma pesquisa, que vocês vão constatar que há um grupo que tem uma equipe que trabalha para poder realmente defender, não o empresariado somente, mas defender o fim dos direitos que nós temos aqui, que já foram consagrados e estamos lutando para melhorar, não para piorar. Inclusive, das muitas coisas que nós debatemos na Conferência do Trabalho Decente, se tivesse realmente ido a voto e finalizado o texto, nós teríamos aqui a base para um Plano Nacional de Trabalho Decente bem mais avançado do que o que está na legislação brasileira hoje. Infelizmente, não tivemos esse êxito total, mas acumulamos muito debate, que nos encorajam a continuar na luta.

Por fim, nós somos totalmente a favor da negociação coletiva, pessoal, uma das principais bandeiras nossas. Ontem, na marcha que fizemos aqui em Brasília, a principal bandeira era a regulamentação da negociação coletiva no setor público. Nós não vamos aceitar essa história de “Ah, agora vamos abrir para discutir a regulamentação do direito de greve sem discutir a negociação coletiva no setor público.” Somos totalmente contra o Decreto 777. Solicitamos que realmente seja revogado imediatamente, porque isso não é brincadeira. Você propor substituir servidores federais por servidores estaduais e municipais no serviço não tem sentido. Nós somos contra! (*Palmas.*) Solicitamos

que a nossa Presidenta revogue imediatamente, que negocie com todos os setores que estão em greve.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Maria das Graças Costa, que aqui falou em nome da Central Única dos Trabalhadores, representando o Presidente Vagner.

Deixe-me só dizer, Maria das Graças: primeiro, quero cumprimentar os dados que você deu aqui, que são, de fato, preocupantes. Só estes dados que quero reforçar: morte, em torno de 48% entre os terceirizados no trabalho e 15% nos formais; 46% não contribuem para a Previdência, significando que não têm direito a nada no futuro em matéria de velhice, como você colocou muito bem; e outro dado que você coloca também é que recebe 27,1% a menos na mesma função, na mesma atividade. É tão grave esse quadro que isso pode ser avançado, pessoal. Eu peguei para relatar um projeto que chegou aqui que só dizia que a mulher, na mesma função, na mesma atividade – eu digo: pode botar se quiser até a mesma idade – enfim, tudo idêntico, dizia o projetinho que a mulher teria o mesmo direito que o homem, mas ele engessava tudo. Nem esse projeto nós conseguimos aprovar! Aprovamos na comissão, foi para o plenário, houve recurso, as forças ocultam trabalharam, dizendo que a mulher não tem que ter o mesmo direito que o homem, fazendo exatamente a mesma atividade e com o mesmo tempo na empresa. Para vocês sentirem as nossas dificuldades.

E a lei de greve, deixe-me dizer também para vocês, eu aprovei aqui um requerimento só para discutir o tema, para evitar que votassem de forma atropelada; querem derrubar aquela sessão porque dizem que a lei de greve não pode nem ser discutida, tem que se votar direto no plenário. Claro que eu não aceito. E fizemos aqui o debate, muitos estavam aqui presentes no outro dia, em que a decisão foi exatamente essa que vai na linha da tua fala: queremos primeiro discutir a convenção coletiva, discutir uma política salarial para os servidores e discutir, se não me engano, a Convenção nº 151 da OIT. Então, essa posição é a nossa posição, mas para vocês saberem claramente como as coisas aqui não são fáceis. Eu fiz um requerimento, porque iam votar no plenário a lei de greve, e trouxe para esta Comissão. E aqui, se necessário for, eu vou avocar a relatoria para mim, eu a avoco, e vamos devagar com o andor, como você está colocando muito bem, e vamos tentar fazer a decisão que foi tomada aqui dos precedentes e evitar que essa coisa seja votada... Eu cheguei até a dar o exemplo, quando há um crime hediondo, a direita vem e quer votar a pena de morte, do dia para a noite. E nós somos contra a pena de morte

sempre, até porque não seria nem digno de um Presidente da Comissão de Direitos Humanos dizer que é a favor disso ou que é a favor de uma lei antigreve. Isso eu digo para os Senadores.

Segundo, quando acontece qualquer crime grave que envolva um menor, eles já querem baixar a idade. Se bobear, vai para 10 anos, para 8 anos, para 6 anos botar na cadeia a criança. Porque isso é o que os setores mais conservadores defendem. Então, fique tranquila, que nós aqui estamos na mesma trincheira. E parabéns pela sua fala! Eu fiquei sabendo que ontem, se não me engano, houve uma reunião com as centrais, e vocês bateram duro no fim do fator. Eu rezo todo dia para acabar com esse fator e eu digo: “O velhinho lá de cima um dia vai dar uma força para nós todos para acabar com esse maldito fator que confisca a metade do salário do trabalhador.” O tal de fator previdenciário maldito... Pior que isso não existe, só o inferno – se existe inferno. Se existir, pior que o fator só o inferno, e os trabalhadores neste momento estão sob o tacho do fator.

Mas nesse momento passamos a palavra ao representante da Central dos Trabalhadores do Brasil, Joílson Antonio Cardoso, que esteve aqui no debate de anteontem e fez uma bela defesa dos direitos dos trabalhadores.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Eu queria saudar o Senador Paim pela iniciativa. Esta Comissão do Senado Federal se consagra pela participação da sociedade, a participação popular. Nós da CTB frequentamos muito permanentemente esta Comissão, não só como debatedores, mas também como testemunha da história sobre os debates que se fazem aqui e nos somamos à iniciativa do Senador Paim no combate que estamos fazendo contra o fator previdenciário.

Nós da CTB fomos uma Central que, na ocasião da negociação com o Presidente Lula, foi contra a reedição, inclusive, do 85/95, que nada mais era do que a reedição de um novo fator para a Previdência Social brasileira – inclusive eu estava na reunião com o Presidente Lula naquela ocasião.

Queremos dizer, Paim, e reafirmar que o fator previdenciário, na verdade, é uma herança maldita do governo FHC, que, não conseguindo fazer a reforma da Previdência, criou uma novidade brasileira. Não existe em lugar nenhum do mundo a quebra do contrato previdenciário, porque, na verdade, o fator previdenciário quebra o contrato, muda a regra do jogo para quem já está no sistema, que é contributivo. Esse contrato está sendo quebrado. Os aposentados estão sendo usurpados nos seus direitos de ter o contrato atingido. Quer dizer, quem contribuiu tem o direito de se aposentar

integralmente. Essa é a face cruel e inconstitucional do fator previdenciário, que está aqui no Congresso para derrubar o veto do Presidente Lula.

Eu queria saudar aqui os companheiros e as companheiras docentes dos IFEs – Institutos Federais de Educação, que estão em greve. Nós queremos emprestar a solidariedade da nossa Central à luta da educação brasileira, porque nós sabemos que vocês estão lutando pela educação brasileira de qualidade. (Palmas.)

O tema que está aqui em pauta, Senador, é muito caro para o movimento sindical brasileiro, mas, infelizmente, não há consenso entre as centrais sindicais. Há dissenso no seio das centrais sindicais sobre os temas que estão sendo postos aqui, como a questão... Talvez haja apenas um consenso: contra a precarização. Todas as centrais são contrárias à precarização. Ninguém, até aqui, defendeu a precarização. Mas, no que tange à reforma trabalhista, existe dissenso.

A PEC nº 369... Aqui no Congresso Nacional há vários esqueletos nos armários, que são projetos que já tramitaram e estão na boca do forno para, talvez num dia de jogo da seleção brasileira ou na véspera de um grande feriado, ser colocados em pauta e aprovados para o mal da sociedade brasileira, não para o bem. É bom dizer que alguns projetos aqui envergonham a Nação brasileira, envergonham o Parlamento brasileiro.

Nós estamos divididos nessa questão da PEC 369, porque acreditamos que essa PEC subestima a organização sindical brasileira, que é a reforma sindical, e, mais do que isso, promove um conceito que, no nosso entender, está em voga no debate nesta audiência: a questão da defesa que fazemos à negociação, uma vez que não colocamos jamais o conceito da negociação sobre o legislado. Ou seja, a supremacia da negociação não pode suprimir direitos. É importante falar sobre isso, porque assistir aos setores empresariais debatendo, defendendo a negociação e dizendo “vamos deixar para o sindicato negociar” é muito bom! É bom ouvir isso, mas praticar isso não é muito bom no Brasil, principalmente na realidade das relações trabalhistas que se estabeleceram no País.

Portanto, a CTB faz uma ressalva: nós defendemos, sim, a negociação. A negociação, por exemplo, no setor público é um instrumento importantíssimo, inclusive para otimizar os recursos públicos, porque muitas greves no serviço público economizam para o Erário, para os prefeitos de plantão que, não atendendo às reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras, deixam as greves se prolongarem exatamente para economizarem naquela política pública relevante que está ali dada e atingida pela greve. Por isso, eu gostaria de consertar, inicialmente, esses aspectos.

A outra questão é sobre o Código do Trabalho. A qualquer iniciativa do Congresso Nacional, assim como fizemos quando da iniciativa no Governo Fernando Henrique da reforma trabalhista, daquela que nós conseguimos barrar aqui, no Congresso Nacional, também nessa nova governança do Brasil, no Governo Dilma, nós estamos atentos. E, na audiência que tivemos com ela – desde a primeira, em abril do primeiro ano, e, agora, este ano já tivemos várias audiências das centrais sindicais –, nós colocamos e perguntamos: “É verdadeira a notícia da *Folha de S. Paulo* de que a Presidenta Dilma fará uma reforma trabalhista?”.

E recebemos a boa resposta, dizendo que não haverá reforma trabalhista no Brasil. Nós nos acalmamos, mas, ainda estamos com algumas espadas sobre a cabeça, como é o caso da PEC nº 369, que está na Comissão de Constituição e Justiça parada, travada, mas, daí para ir para o plenário, é um pulo. Portanto, orar e vigiar, o conselho dado pelo antigo sindicalista ao Senador Paim, está, mais uma vez, em voga, correto?

Então, Senador Paim, eu gostaria de começar a fazer uma abordagem sobre a questão da terceirização, e eu tive oportunidade, nesses últimos 4 anos, de acompanhar – representando a CTB, obviamente – vários fóruns, debatendo essa matéria. E, em especial, as audiências públicas que aconteceram aqui, na Câmara Federal, versando sobre três projetos: o PL nº 4.302, de 1998, de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de escancarar a terceirização; o PL nº 4.330, de 2004, de autoria de Sandro Mabel, que também objetiva escancarar a terceirização; e o Projeto nº 1.621, de 2007, do Deputado Vicentinho, que visa regulamentar a terceirização. Além desses três projetos, existe um que nós ajudamos a escrever, as centrais sindicais – eu representei a CTB na estruturação desse anteprojeto de lei –, que é um projeto das centrais sindicais, que foi construído pelas centrais sindicais do Ministério do Trabalho e que está, hoje, na Casa Civil, para apreciação da Presidência da República.

E, mais do que isso, é bom dizer que existem projetos para todos os gostos, inclusive no Ministério da Justiça, no Ministério do Planejamento. Na verdade, a terceirização entrou na ordem do dia devido à realidade brasileira. Ainda este ano, nós nos deparamos com muitas pesadíssimas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra empresas importantes do nosso País, contra o sistema dos correios, contra as empresas do sistema elétrico brasileiro, Petrobras, etc., que têm, inclusive, um TAC, um termo de ajuste promovido pelo TCU também, obrigando essas empresas a se adequarem à legislação, e não terceirizarem onde não devem terceirizar.

Portanto, eu queria fazer essa introdução. Na Câmara Federal, existe uma comissão especial, que já concluiu os seus trabalhos, que é presidida pelo Sandro Mabel. Aqui está o relatório final, nós participamos dos debates dessa Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições, voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil. E existe, aqui, como conclusão, como relatório final, o relatório do Deputado Sandro Mabel, de que nós divergimos.

Então, vamos, agora, colocar por que nós divergimos. Em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, gostaria de fazer um pequeno histórico sobre como surge a terceirização no mundo. A terceirização surgiu, após a Segunda Guerra Mundial, sob o argumento de que as empresas deveriam se dedicar às suas atividades fins, ou seja, aquelas atividades que não diziam respeito ao centro das ações daquela empresa poderiam ser terceirizadas e passadas para outras empresas. Esse é o conceito inicial, é a origem da terceirização no mundo.

Na década de 70, 80 e 90, esse conceito foi totalmente subvertido, foi totalmente invertido. As empresas, a pretexto da competitividade, a pretexto das novas tecnologias, a pretexto de uma série de elementos, começaram a terceirizar, inclusive nas atividades fins. Quer dizer, subjugando o início, a origem do problema. E aí começaram a fazer isso buscando redução de custos. Embutida na redução de custos, não mais a gestão, não mais a otimização da produção, veio a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Na Europa, no Velho Mundo, que não é exemplo para ninguém hoje – essa crise mostrou que a Europa não é um bom exemplo para ninguém –, os sindicatos conseguiram, sob a supremacia do negociado sobre o legislado, embutir cláusulas compensatórias à terceirização. Ou seja, os trabalhadores e as trabalhadoras da terceirização seriam compensados e ganhariam, inclusive, direitos maiores do que aqueles da empresa. Em acordos coletivos, no Velho Mundo, isso foi consagrado.

Aqui, no Brasil, se nós estivéssemos discutindo essa matéria nos anos 90, nós, talvez, tivéssemos sido chamados de os mais equivocados do mundo, devido aos argumentos que nós estamos aqui colocando contra a precarização, a flexibilização dos direitos trabalhistas, que tem a ver com a terceirização. Por quê? Porque, durante esse período, as décadas de 70, 80 e 90, permeou o mundo um tipo de pensamento, que era o pensamento único, o pensamento neoliberal de que o mercado, por si só, se regularia e de que, na verdade, os entraves que existiam para o desenvolvimento eram exatamente a alta regulamentação, principalmente a regulamentação trabalhista.

Não seria pouco ouvir, na década de 90, que o emprego assalariado, formal, estava condenado a ser extinto. Não seria difícil ouvir que o Brasil, o nosso País, estaria condenado, ou melhor, seria um País de empreendedores. Quer dizer, a formalidade do emprego não existiria mais, como também a CLT, a nossa CLT, com seus mais de 500 artigos, seria arcaica e desnecessária. Mais ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, também a Constituição, porque dizem que ela foi muito detalhista. Mas se não tivéssemos incluído tudo o que incluímos lá, calcule o que teria já acontecido! Para eles retirarem de lá vão ter que fazer força. No Brasil, está dando certo.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – E aqui queremos alertar e vigiar também, porque existem grandes autores e grandes personagens da governança do Brasil que defendem que a nossa Constituição é inócua exatamente por isso, porque ela garante, consagra uma série de conceitos ali, como os arts. 7º e 37, por exemplo, que atingem diretamente a questão do serviço público e da proibição da terceirização.

Os defensores dessa proposta de reduzir a Constituição...

É interessante, Senador Paim, porque há algo que nos deixa, realmente, indignados: os argumentos utilizados para reclamarem da nossa Constituição cidadã, de 1988, usam como exemplo o modelo da Constituição americana. Via de regra, aqui no nosso Parlamento, costuma-se atribuir como bons exemplos os da vida na sociedade americana. Eu discordo totalmente disso. Acho que a sociedade brasileira, com a sua cultura, com o seu povo, com a sua história, enfim, com tudo o que se estabeleceu aqui, um povo tolerante no que tange aos direitos de cada um, como a tolerância religiosa, enfim, a democracia, nos nossos moldes, é uma democracia que, no nosso entender, apesar de ser menina, de estar começando e agora dando passos mais largos, é uma democracia consolidada, que não deve a muitos países que se dizem democráticos.

Feita essa introdução, gostaria de entrar nos conceitos.

O primeiro conceito da terceirização é a questão de que existe uma empresa tomadora de serviço e uma prestadora de serviço – se nós aqui aceitarmos que pode existir a terceirização como algo irrevogável. E nós da CTB e as centrais sindicais, principalmente as duas centrais sindicais que estão aqui representadas, defendemos que não devemos transigir e aceitar a terceirização na atividade fim, que é outro conceito de que adiante irei falar.

Mas, caso nós aceitemos que não haverá, que será proibido na atividade fim – hoje já está sendo

transgredido – e somente na atividade meio, mesmo nessa atividade meio deveria haver critérios entre a tomadora e a prestadora. Que critérios são esses? Primeiro, a responsabilidade. A responsabilidade não pode ser subsidiária, como garante hoje o “barbante”. Tenho chamado a Súmula 331 de o barbante segurando toneladas sobre as nossas cabeças, porque, na verdade, essa Súmula pode cair da noite para o dia. Ela já foi reformulada em 2011 para pior. Portanto, o 331, que é o único barbante que sustenta hoje o princípio da atividade fim, a proibição da terceirização da atividade fim, pode ser revogado a qualquer instante, porque está lá no TST.

Nós acreditamos que, uma vez existindo a terceirização, ela tem que ter uma responsabilidade solidária, e não subsidiária, como está hoje consagrado.

Deverá haver, entre a tomadora e a prestadora, pela tomadora, justificação: justificar, comunicando ao sindicato porque está terceirizando. Que a terceirização não seja para precarizar e muito menos para reduzir custos acerca da folha.

Sobre a folha, é bom dizer – já tivemos um debate na quarta-feira sobre a Previdência –, Senador Paim, que, segundo estudos do Ipea, o trabalhador terceirizado, para conseguir contribuir com a Previdência durante 1 ano, precisa trabalhar 3. Vou repetir: para que um trabalhador terceirizado tenha 1 ano de contribuição previdenciária, ele precisa trabalhar 3 anos. Por quê? Exatamente devido à alta rotatividade e à sonegação – infelizmente, outro elemento que prejudica os cofres da Previdência Social.

Mais do que isso, é bom dizer também que essa nociva rotatividade, que eu acredito que deveria ser objeto, Paim, também de uma audiência pública, a rotatividade no Brasil é um fator absurdo de precarização e de penalização dos que trabalham. Para cada trabalhador terceirizado, apenas 30% conseguem trabalhar durante 1 ano inteiro e, para voltar ao trabalho, apenas um terço consegue, durante o ano seguinte, se reempregar. Para se ver como é trágico. E 25% da mão de obra formalizada no Brasil hoje são terceirizados. Essa é a tragédia que está posta. Esses são os dados que estão postos para debatermos.

Atividade fim e atividade meio, outro conceito importante na questão da terceirização. E aí, no Congresso Nacional, quando estamos debatendo essa matéria, alguns dizem “não, o conceito de atividade fim é muito subjetivo”. Ora, para nós não é subjetivo. Uma escola, por exemplo. Aqui já foi dado o exemplo da universidade. A atividade fim de uma universidade é educar. Então, não se admite que tenhamos, numa escola, professores terceirizados, porque se assim aceitarmos, nós estaremos quebrando o sistema jurí-

dico do País e fazendo uma reforma trabalhista escondida. E estaríamos instalando no Brasil o que existe no setor não produtivo, no setor bancário, que tão mal faz à economia mundial e à economia brasileira, que seria o empresário que não tem servidor, que não tem trabalhador. Quer dizer, ele é empresário, tem lá uma empresa, uma PJ, uma pessoa jurídica, e apenas vai lidar com os lucros. As suas obrigações sociais não existirão. Isso é algo que se contrapõe ao conceito de empresa da própria Constituição Federal, de que tem que haver uma visão social da empresa. A empresa, para existir e para explorar, para ter mais valia, precisa justificar o seu valor social. Ela precisa ter um valor social. Então, atividade fim e atividade meio, para nós, são conceitos que não devemos abandonar, que devemos consagrar num projeto de regulamentação dessa matéria da terceirização. Direitos iguais.

E aí, os que defendem a “escancaração” da terceirização usam o exemplo muito simbólico de que o trabalhador da empresa – o que é uma verdade – tem um refeitório, com ar-condicionado, com as condições de higiene etc., e aquele que é terceirizado come uma marmita, de cócoras, embaixo de uma árvore. É realmente um simbolismo. E de que lado nós ficaríamos? Nós ficaríamos do lado daquele trabalhador, e gostaríamos que todos os trabalhadores e trabalhadoras tivessem um ambiente daquele primeiro, que eu citei. Entretanto, ao dizer isso, que é o discurso do Sandro Mabel, o Presidente da Comissão Especial, ele diz: “Então, vamos fazer terceirização para todos e colocar todo mundo dentro do refeitório, tirar todo mundo de baixo da árvore e colocar dentro do refeitório.” Eu digo: “Olha, Sandro Mabel, o seu argumento é esse, mas a realidade não é essa, porque se formos ver os dados do Brasil, a realidade”...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra foi do Dr. Germano, aqui: “Se vacilar, ele inverte.”

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – No passo seguinte, seria invertido. Todos iriam almoçar de cócoras, embaixo da árvore, comendo uma marmita normalmente gelada.

Os dados da terceirização no Brasil são dados alarmantes, inclusive no setor público. Nós devemos diferenciar o setor público do setor privado, por um motivo simples. No setor público, existe um instituto que não pode ser revogado, que é um instituto constitucional chamado concurso público. Nos serviços públicos, nós temos o conceito de concurso público, portanto, isso não pode ser revogado.

Os órgãos, inclusive do judiciário, têm dado muitas pesadas, como eu falei no início da minha exposição aqui, ao sistema Petrobras, por exemplo. Na Petrobras,

para cada trabalhador concursado, existem hoje quatro trabalhadores terceirizados, inclusive em condições precárias. Quero dizer que aquela plataforma, a primeira que afundou, que teve o acidente, a P-36, tinha na sua operação 92% de terceirizados. E os laudos apontam que essa terceirização foi um dos motivos de ter ocorrido aquele acidente, tão prejudicial à economia brasileira, mas principalmente ceifando vidas de brasileiros e brasileiras. O outro conceito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem mais 1 minuto, meu amigo.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – O outro conceito, para encerrar, Paim, é o de direitos iguais. É inadmissível que uma pessoa, exercendo a mesma tarefa, um servidor aqui do Senado Federal, que faz a limpeza e é estatutário, receba um provento que seja digno, e de uma terceirizada não receba. Isso é inadmissível.

É inadmissível em atividades iguais, como é inadmissível nas relações de gênero hoje no mundo do trabalho. Como nós sabemos, as mulheres continuam recebendo menos 40% de salário do que os homens. (Palmas.) É inadmissível. É inaceitável. Como também as mulheres do Brasil continuam exercendo trabalhos extras numa quantidade muito superior, mensalmente: segundo dados da OIT, em 20 horas mensais.

Para finalizar, meu tempo já acabou, Paim, mas quero pedir desculpas porque, pela importância, estou me estendendo um pouco, concordando aqui com os dados que já foram levantados aqui. Mas quero dizer o seguinte: para nós da CTB é importante dizermos que o Brasil que caminha para o desenvolvimento, o Brasil que caminha para a sua modernização, a sexta economia do mundo, o Brasil que está mais protegido diante da crise internacional – e os números mostram isso, a realidade brasileira mostra isso – esse desenvolvimento tem a ver com justiça social. Nós não podemos admitir que haja um Brasil que se desenvolve, que se moderniza, sem a efetiva justiça social. E é isso que nós estamos proclamando aqui, nesta audiência pública, sob a Presidência do Senador Paim, que sempre acerta nas suas convocações, sempre acerta nos legados que a história colocou sobre os seus ombros.

Muito obrigado, Senador Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Joílson Antonio Cardoso, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Trabalhadores e trabalhadoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, muito bem! A Maria das Graças havia pedido 1 minuto só.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Duas coisas. Na minha fala, eu me esqueci de dizer uma coisa muito importante. No setor público municipal, neste ano, que é um ano eleitoral, chamo a atenção para uma questão dos terceirizados: eles são muito assediados, pessoal. É uma situação muito difícil, de muita pressão, porque, quando há processo eleitoral municipal, quem tem contrato e não é permanente no serviço público sofre muito. E, quando termina o processo eleitoral, quem não ganha faz logo uma demissão em massa, sem nenhum direito. Então, nós lançamos uma campanha nacional: Município Decente, Justo e Solidário. Estão os sindicatos unidos para que a gente possa fazer este debate do processo eleitoral.

E a segunda coisa é que eu recebi um telefonema, agora, do assessor jurídico da minha Confederação, dizendo que foi dada entrada, no Supremo, de uma nova ADIn contra o piso do magistério. E ele está me dizendo aqui que os Governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí, Roraima e Bahia estão entrando para derrubar o reajuste retroativo a 2008. Se fosse consagrado esse direito para eles, nós teríamos que devolver para os gestores que pagaram o reajuste desde 2008 até agora. Isso, realmente, é um absurdo. Já estamos aqui nos organizando e nos mobilizando. Vamos entrar imediatamente com uma *amicus curiae* – a nossa Confederação, a Confetam – e vamos mobilizar os outros setores, para que a gente possa, imediatamente, barrar esse tipo de atitude absurda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu peço que os meus convidados retornem ao plenário. Eu vou chamar uma outra Mesa, e o representante da Andes fala nessa última Mesa.

Muito obrigado a todos. Se quiserem voltar ao plenário, vocês terão espaço, ainda, para as considerações finais, no encerramento dos trabalhos. (Palmas.) Fica o representante da Andes, que não usou a palavra ainda.

Na segunda Mesa, convidamos a Srª Marilane Oliveira Teixeira, economista, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Sindicalismo e Relações do Trabalho da Unicamp.

Seja bem-vinda à Mesa. (Palmas.)

Convidamos Hélio Gherardi, Diretor Técnico do Geap, em representação ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, que representa o Geap, normalmente, nos debates. (Palmas.)

Lembro à assessoria que precisamos de mais uma cadeira na Mesa.

Convidamos **O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ**, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latinoamericana de Advogados Laboristas. (Palmas.)

Convidamos Antonio Guillen, membro da Coordenação Executiva da CCP-Conlutas. (*Palmas.*)

Esta é a última Mesa. E registramos a presença conosco de Carlos Magno Augusto Sampaio, Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal, e também de Mário Lacerda, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (Fitrae-BC). Com esses registros, nós passaremos, neste momento, a palavra ao representante da Andes, que esteve conosco, aqui, no outro... da Andes.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Eu explico logo, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, explica, porque o que leio está escrito aqui: “Representante” – aqui está “da”, mas é “do”. Vamos acertar aqui, em vermelho, para não ter... Nota vermelha para quem escreveu aqui. Vocês, que são professores, sabem... No meu tempo, era nota vermelha. E pior é que eu recebia nota vermelha.

Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente da Andes, *o.k.*? Está com a palavra, então, o Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Saudação, Senador Paim, que tão nobremente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para justificar para alguns outros que gostariam de falar que não dá para dar a palavra para todos, e que o Luiz Henrique esteve aqui na quarta, quando eu o convidei para que viesse hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Muito obrigado, Senador Paim. Preciso iniciar dizendo que, sob a Presidência do Senador, esta Comissão tem se caracterizado como espaço de expressão do debate sobre a realidade social brasileira e como espaço de expressão dos movimentos sociais.

Saudação aos demais componentes da mesa e, em especial, aos combativos companheiros do Comando Nacional de Greve – da greve que completa hoje 112 dias – dos docentes da rede federal de ensino. (*Palmas.*)

E nós ouvimos, agora ao final, no último minuto da última intervenção, um registro importante e lamentável: não é só no setor privado que se veem movimentos que degradam as relações de trabalho. É lamentável ter essa notícia de que há Governadores de Estados, de vários partidos, entrando com uma ADIn contra o piso do magistério, um preceito constitucional tão amplamente defendido pela sociedade.

Mas é importante que se registre neste debate que, quando o espaço da discussão sobre a intensificação do trabalho – que vem de muitos fatores, inclusive associados com novas tecnologias, com o redesenho metodológico das relações, desde a fábrica

até o serviço público, passando pelas empresas do setor de serviços – é dado como inexorável, na verdade, ela acompanha um processo de modernização, antes de tudo, de acumulação do capital, um processo de redesenho das formas de exploração do trabalho, que alcança também o setor público. E o registro que fazemos, a partir do debate feito, em especial, na nossa categoria, a categoria docente, é de como se expressa essa nova forma de exploração do trabalho naquela fatia chamada de trabalho intelectual, que é trabalho braçal também, mas que tem características particulares.

Nosso sindicato já vem para o terceiro encontro nacional a respeito da saúde do trabalhador docente, precedido de encontros regionais, e avança muito na compreensão de como isso se dá, através de novas formas, inclusive pela utilização dos novos meios de comunicação – a Internet, o computador –, formas que nos mantêm em contato permanentemente. Elas têm esse lado positivo, mas também representam, para esse tipo de trabalho e para esse tipo de trabalhador, praticamente não se desligar do trabalho, praticamente desconsiderar o horário de trabalho como um limite entre o seu empenho laboral e o restante da sua vida, da sua vida afetiva, da sua vida familiar, o que, na nossa constatação, tem levado a um sem-número de problemas, problemas físicos e psicológicos.

O Sinpro do Rio Grande do Sul foi precursor numa pesquisa com a base da categoria docente, em que se constatou que, para a maioria da categoria docente – assim como em outras situações de limite da exploração do trabalho, como em matadouros e frigoríficos –, três, quatro, cinco, seis anos de trabalho são suficientes para acabar com as condições físicas ou mentais dos trabalhadores.

Então, é uma temática importante que se coloca em discussão, de uma maneira geral.

Há um estudo, inclusive, de uma síndrome específica em relação ao docente, mas também em relação a outros setores do serviço público que trabalham com o público, que trabalham com a obrigação, em nome da sociedade, de servir à sociedade através do Estado, cuja tradução seria uma espécie de queima de dentro para fora, ou incineração de dentro para fora: a síndrome de *Burnout*, que hoje é tipificada inclusive como resultante de doença de origem laboral, para efeito de dispensa do trabalho e que se expande enormemente justamente pelo tipo de cobrança que vem com a ideia da flexibilização e do contato e do compromisso permanente com o trabalho.

O setor público poderia ser uma referência, mas, quando estamos tratando aqui de um movimento que vem do setor mais conservador da sociedade, o setor

que vem para esta Casa, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para representar exatamente quem olha para o trabalho a partir da perspectiva unicamente do lucro, lamentavelmente, nós encontramos exemplos no serviço público, no setor público. E, em boa medida, a greve que está colocada no Brasil inteiro, esse movimento importante que aconteceu neste ano de 2012 e marca a retomada da luta dos trabalhadores do setor público federal articuladamente diz em boa medida disto: o Governo não tem dado bom exemplo, o Governo Federal não tem dado bom exemplo, e a categoria dos professores é uma expressão disso.

Iniciamos o ano de 2012, nas universidades federais e nos institutos federais de ensino, com mais de 6.800 professores chamados temporários. É o precarizado do precarizado, e assim mesmo não foi suficiente para cobrir todas as disciplinas que estavam necessitando de professor para iniciar as aulas em março deste ano.

Na nossa organização do trabalho, existe o professor de carreira, que tem o seu cargo, há o professor visitante, há o professor substituto, para determinadas funções definidas, e, lá na ponta, se criou essa figura do professor temporário. Professor temporário não tem nem contrato. É quase que o recibado para responder para determinada...

Há anos, nós criticávamos o pior do pior ensino privado no Brasil; chamávamos de “tubarões do ensino” aquelas escolas privadas que exploravam o professor e vendiam um diploma praticamente, e criticávamos muito a figura do professor horista, que era o típico dessas instituições privadas. Pois agora, no serviço público, estamos convivendo com situações que acabam se assemelhando em termos de precarização a essa figura.

Lamentavelmente, assistimos passar por esta Casa, a toque de caixa, no ano passado, a uma configuração legal, que ainda está sendo questionada no Supremo e que representa uma outra fórmula, que pode ser vista como uma fórmula maquiavélica, de implantar e querer transformar em situação perene e legal a terceirização no serviço público. Falo da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que, talvez, vá se equiparar à Petrobras em número de terceirizados, porque a atual rede de hospitais universitários do sistema federal é a maior rede pública do SUS no Brasil inteiro, disparado, e nós vimos convivendo há muito tempo com a falta de criação de cargos públicos para fazer funcionar esses hospitais. Começou a haver convênios, começou a constituição de terceirizações através de fundações, e a solução que é dada a esse problema é a pior solução: é a solução de consolidação de uma situação de milhares e

milhares, talvez 30 mil, 40 mil funcionários, médicos, funcionários de todos os perfis que atuarão via uma empresa que tem funcionamento sobre características privadas, pela CLT ou sob outras formas de terceirização, cobrindo as necessidades de pessoal dessa rede de hospitais, como disse, a maior rede de hospitais públicos que servem ao SUS de Norte a Sul deste País.

Mas um movimento bem recente, com ingresso no Congresso Nacional agora no último dia 31 de agosto, é um símbolo lamentável sobre essa perspectiva. Vários dos exemplos que foram colocados aqui nesta Mesa do movimento feito pela ala mais conservadora presente dentro neste Congresso Nacional sobre a CLT – flexibilização, retirada de critérios, desnortização – aparece num projeto de lei vindo do Executivo. Depois de um ano e meio de, podemos dizer hoje, falsas negociações com o movimento docente, o que seria o projeto para fazer a reestruturação da carreira docente, que vem sendo degradada nos últimos anos, aparece no Congresso Nacional como a desestruturação, a desconstituição de critérios.

Transponho, para a situação específica trazida por esse projeto de lei, alguns exemplos que foram colocados aqui em relação à CLT, que tem a ver com a igualdade de tratamento, com a isonomia.

Por exemplo, nesse projeto que vem para o Congresso Nacional, não aparece, no corpo da lei, fixada qualquer relação, qualquer critério em termos de regimes de trabalho, índices no processo de evolução da carreira, relação com a titulação. Então, o que aparece é a criação de figuras e se remete para uma tabela anexa de números soltos, em valores nominais soltos naquela estruturação, o que não garante constituição de direito, nem relação entre eles.

Por exemplo, vivemos, há trinta anos, com uma situação em que determinado professor, ao obter doutoramento, agrega à sua remuneração 75% de diferencial salarial. Mas nós temos agora situação relacionada aos mesmos professores: ao concluírem seu doutoramento, alguns têm crescimento salarial com um percentual; outros, com outro percentual; outros, com percentual bem mais baixo. Assim também ocorre para as outras titulações.

A situação mais objetiva de desestruturação e desse critério tem a ver com a relação de regimes de trabalho. Parece óbvio que a hora trabalhada de quem trabalha 20 horas ou quem trabalha 40 horas deva ter relações: o mesmo valor da hora de trabalho para quem está na mesma posição na carreira. Pois não é isso que aparece na proposta do Executivo. Quem trabalha 40 horas não recebe o dobro de quem trabalha 20 horas, na mesma função, na mesma situação, na mesma caracterização.

O movimento em greve – e continua em greve, uma greve forte e bonita, politizada e que dialoga com a sociedade – demonstra que o objetivo da greve não é corporativo. O objetivo, que se identifica com a necessidade da sociedade, é de uma política pública de educação adequada, tão reclamada pela sociedade. Talvez a grande crise para a sociedade, para o homem e para a mulher real deste País, a grande crise por que passa o País é a falta de políticas públicas que deem conta das suas necessidades de educação, de saúde, de segurança e assim por diante. Pois é esse o movimento dessa greve.

Essa greve levou ao debate nacional sobre uma categoria que, evidentemente, deseja ver seu patamar salarial corrigido. Um debate de tal qualidade e de tal ordem política que a categoria compreendeu, na unanimidade das assembleias, que era o momento de recuar da reivindicação salarial e dizer ao Governo que, sim, nos dispusemos neste momento a discutir uma reestruturação da carreira, dentro do próprio piso e teto que o Governo propõe, mas estruturando, definindo critérios, definindo direitos. E, mesmo assim, o Governo até hoje se mantém de costas para o movimento e se nega a negociar. Por isso, estamos vendo aqui nos cartazes: “Negocia, Dilma. Negocia, Mercadante. Negocia, Ministério do Planejamento.”

Essa é a expectativa do movimento, e em nome da luta específica que se faz, mas da luta do movimento mais geral da sociedade que aparece nesta mesa, que é da estruturação de direitos, que é de relações sociais equilibradas, que é de relações sociais onde todos se respeitem, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada e nas relações gerais entre categorias no nosso País.

Muito obrigado pelo espaço, Senador. É muito importante para o nosso movimento e para a sociedade como um todo que esta Comissão exista, sob sua Presidência, e dê espaço e dê expressão para o que o País quer falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente da Andes.

Quero só dizer a todos, pessoal, que eu tenho adotado um critério aqui: seja quem for e para quem for que usasse expressões ofensivas ou mesmo de vaia... Em todas as reuniões que eu presido, eu tenho mantido esse critério. E o que foi feito aqui por vocês com as faixas e cartazes está dentro do meu entendimento, da minha posição. Eu não vejo nada ofensivo com o cartaz “Negocia”. Não há nada ofensivo. (*Palmas.*)

Então, não vejo problema algum.

E que fique claro: se fosse ofensivo – e eu sei que vocês não fariam isso –, vocês não concordariam também. Mas pedir que se abra a negociação é o mínimo que esta Comissão pode fazer.

Por isso, nós permitimos, e a moçada aqui conversou com a moçada que está com os cartazes para que eles circulassem, mas não ficassem permanentemente aqui. E eles estão cumprindo exatamente o que foi combinado. Eles não estão fazendo nada daquilo que a gente combinou. Eles circulam com as faixas e os cartazes, mostrando que querem só negociar.

Um abraço para todos. (*Palmas.*)

Vamos continuar o nosso trabalho na Mesa, passando de imediato a palavra, pela ordem, ao Diretor Técnico do Diap, o Hélio Gherardi, que aqui representa o chamado Toninho do Diap, o Antônio Augusto Queiroz.

O SR. HÉLIO GHERARDI – Senador Paim, que nesta Casa representa, com o seu trabalho constante e incansável, a garantia de defesa dos direitos dos assalariados e hipossuficientes, através do qual cumprimento os demais componentes desta Mesa, eu queria lhe entregar o trabalho de monitoramento do Diap de todos os projetos que se encontram no Congresso Nacional e os pareceres específicos que elaboramos sobre o Simples trabalhista e sobre terceirização.

Vamos tentar falar especificamente do Simples. Temos vários artigos.

O Diap está preocupado com as pretensões do setor econômico. Essas pretensões não são de hoje. Elas se encontram agora mais aprimoradas.

Devemos recordar o que diz a Constituição Federal em suas cláusulas pétreas, estabelecendo os princípios do nosso País, notadamente o princípio da cidadania, o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio dos valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa.

O art. 3º da Carta Magna preceitua ainda os princípios da construção de uma sociedade justa, livre e solidária, a necessidade de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos sem preconceitos e discriminação, não nos esquecendo do princípio da isonomia, fixado no art. 5º da Constituição Federal.

Com relação à terceirização, para quem está lembrado, ela veio quando se falava em automação e se dizia que ela não se retiraria empregos; ao contrário, eles seriam aprimorados. Uma verdadeira ameaça ao emprego é o trabalho terceirizado, porque, teoricamente dirigido para funções acessórias, ele está sendo utilizado em inúmeras funções-fim.

Há projetos dentre esses que entregamos ao insigne Senador que chegam ao absurdo de permitir a

subcontratação pela empresa terceirizada. Além disso, a quarterização já está sendo realizada hoje.

Algumas empresas de telefonia, por exemplo, contratam terceirizados e contratam uma outra empresa para administrar os terceirizados, para que elas não sejam responsáveis. Essa é a quarterização. A subcontratação é um terceiro contratar uma outra empresa para fazer o serviço para o qual ela foi contratada pela tomadora.

Um dos projetos pretende garantir única e exclusivamente os direitos decorrentes de convenção coletiva, ignorando completamente o acordo coletivo específico de uma determinada empresa e, principalmente, uma decisão judicial de dissídio coletivo.

A terceirização objetiva, dentre outras, evitar o trauma patronal, que é o da equiparação salarial. Se não é da mesma empresa não há o que se equiparar. Por isso, terceirizados que fazem exatamente a mesma função dos contratados diretamente recebem menos.

Há inclusive um exemplo marcante sobre a terceirização na questão da telefonia que todos conhecem. É o teleatendimento. Antigamente ele funcionava nas próprias empresas de telefonia; hoje é feito por terceiros. Outra questão ocorre nas empresas de telefonia e de eletricidade: sobem ao poste trabalhadores de terceirizadas que ganham salários completamente diferentes, diversos dos salários pagos pela empresa tomadora.

Quando a tomadora não renova o contrato – e esse é um absurdo que está generalizado – e contrata uma outra para reduzir os seus custos, ela mesma, a tomadora, apresenta para a nova contratada a relação dos empregados que esta deveria chamar, ou seja, que estavam na outra empresa e que vão ser contratados com salários menores ainda. Isso dentro da própria terceirização.

Há projetos que permitem a terceirização por contratação por pessoa física. Há projetos pelos quais o empregado doméstico tem de ganhar os mesmos direitos, e há projetos de terceirização pelo qual pode ser terceirizado o emprego doméstico. Não vai ter nem os direitos que ele tem hoje garantidos pela Constituição, nem o que tem hoje. Inclusive, esses projetos permitem a contratação por pessoa física no setor rural, o que é um absurdo sem qualificação.

A necessidade – entre aspas – “criou” a terceirização, mas invadiu setores, razão pela qual se faz premente a regularização e a concreta regularização, mas sem fraudes legais e sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores.

O grande obstáculo em relação à legalização da terceirização é como impedir a fraude por parte do tomador de serviço e por parte da empresa terceirizante.

A responsabilidade solidária da empresa contratante é condição essencial para o contrato de terceirização.

Nós gostaríamos de agora falar sobre o Simples trabalhista, um projeto tendencioso que objetiva clara e cristalinamente a fraude legal. E ele assinala, logo de início, que é indispensável a negociação direta entre empregado e empregador.

A negociação direta entre empregado e empregador é muito fácil. Estamos vendo agora pelos próprios professores. Nós fomos negociar diretamente e não conseguimos obter nada.

Numa indústria metalúrgica, em determinado período de necessidade, a negociação direta é mais fácil; numa indústria química, numa empresa de grande porte. O que nós indagamos é o seguinte: como vai reivindicar e como vai negociar o trabalhador de uma padaria, o trabalhador de uma farmácia, de um bar, de um posto de gasolina, de clubes pequenos – pelo interior de todo o Brasil nós temos inúmeros clubes; só se falam dos clubes que têm time de futebol, mas os que não os têm são clubes pequenos. Como esses trabalhadores vão negociar? Como vão reivindicar e como vão obter alguma vantagem?

O projeto do Simples, em seu artigo 2º, inciso I, assinala que acordos ou convenções coletivas de trabalho específicos poderão: a) fixar regime especial de piso salarial – ou seja, redução salarial; b) dispensar as horas extras através da criação de banco de horas anual – nós sempre falamos que o problema do banco de horas é quem gerencia; o gerente do banco de horas é a empresa. Se nós temos vários problemas em inúmeras empresas com banco de horas mensal, o que dizer de um banco de horas anual?; c) estabelecer a previsão para participação nos lucros ou resultados. Isso na negociação direta; d) permitir o trabalho em domingos e feriados, sem prejuízo da compensação pelo banco de horas. Ou seja, não há mais horas extras, trabalha-se domingo e feriado, e vai ser tudo calculado num banco de horas que a empresa for calcular. Há inclusive o evidente objetivo de aniquilar as imposições contidas no art. 611 e seguintes da CLT, que estabelecem como é a negociação coletiva, quais as formas, como fazê-la e o que fazer se não der resultado a negociação direta.

O inciso II do citado art. 2º pretende anular direitos obtidos através da luta de classe em nosso País, pois assevera que poderá fixar horário normal de trabalho durante o aviso prévio, prevê o pagamento do 13º salário em até seis parcelas e fraciona as férias em até três períodos. Ou seja, não tem mais férias, não tem mais... Para que é o 13º, se ele vai ser dividido em seis vezes?

A alínea *a* contraria as disposições contidas no art. 487 e seguintes da CLT, pois se refere ao período integral do aviso prévio.

O inciso IV do referido art. 2º contraria os mais comecinhos princípios do judiciário trabalhista. Ele faculta à empreendedora individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte, fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros, ainda que não possuam vínculo trabalhista, ou seja, pega-se uma pessoa na rua e diz a ela: me represente naquela audiência. A pessoa não conhece a empresa, não conhece os fatos, não sabe o que aconteceu. A figura do preposto é exatamente para haver a confissão ou não do que está sendo pleiteado no processo. O inciso V pretende a redução do depósito prévio para a interposição de recursos perante a Justiça do Trabalho, ou seja, recorra-se e prolongue-se o processo e não se paguem os direitos. O inciso VI estabelece a solução dos conflitos através da arbitragem quando o próprio colendo Supremo Tribunal Federal, através das ADIs 2.139 e 2.160 declarou inconstitucional o art. 625 da CLT, que instituiu as Comissões de Conciliação Prévia. O inciso VII pretende permitir a celebração de contrato de trabalho por prazo determinado, anulando expressamente os permissivos legais do art. 443 da CLT.

O art. 3º objetiva desvirtuar a própria razão de ser do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Devemos nos recordar aqui por que foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em 1967. Foi instituído porque o empregador não queria mais pagar a estabilidade que havia depois de dez anos de trabalho na mesma empresa e não queria mais pagar os processos de obstativa estabilidade que se ajuizavam depois de nove anos e meio, pois configurava que não queriam que atingissem a estabilidade dos dez anos. Para acabar com a estabilidade, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que, em alguns casos, dá ao trabalhador a sensação de que se ele levantar o Fundo de Garantia vai resolver todos os problemas que tem, todas as dívidas que tem, que vai comprar uma casa, que vai solucionar tudo e que vai ficar vivendo tranquilamente. Na realidade, não é nada disso. Todos nós sabemos que não é assim. Imaginem, então, reduzir o Fundo de Garantia para 0,2%. E isso o trabalhador “aceita” – entre aspas – em um contrato individual, em uma negociação individual.

O art. 5º remete ao Ministério do Trabalho e Emprego a elaboração do modelo de acordo padrão para ser firmado entre empregado e empregador, o que, evidentemente, transforma o “acordo” – entre aspas – em mera assinatura de documento que poderá ser adquirido em qualquer papelaria, sem a necessidade

– evidentemente, segundo o projeto – da assistência sindical.

O artigo 7º, de modo unilateral, anistia – e isso é um absurdo – os empreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte da imposição de qualquer penalidade pecuniária ou administrativa, desde que formalizem, no prazo de um ano, os contratos de seus trabalhadores. Ou seja, o Simples assinala que as empresas não pagam mais impostos e que não precisam mais pagar impostos ou penalidade pecuniária ou administrativa. Isso não contraria, somente, o princípio da isonomia, mas também objetiva fraudar o próprio Fisco.

O art. 8º isenta as empresas do pagamento de salário maternidade, remetendo-o única e exclusivamente à Previdência Social.

O art. 9º contraria permite a redução do limite de uma hora para repouso e refeição, através, de novo, do nefasto acordo individual, objetivando, ainda, alterar o §3º, em vigor, do art. 71 da CLT, que assinala que somente em empresas autorizadas pelo Ministro do Trabalho e Emprego, com refeitório adequado para seus trabalhadores e desde que não exerçam horas extras, podem reduzir a jornada.

Por outro lado, ainda, o art. 10, candidamente, pretende alterar o §1º, do art. 477 consolidado, permitindo que o trabalhador, por escrito, novamente, dispense a homologação da rescisão contratual com mais de um ano de serviço, seja perante o sindicato da respectiva categoria, seja perante o Ministério do Trabalho e Emprego; ou seja, demite-se e não há homologação, demite-se não há pagamento de direitos.

É público e notório que, não havendo o pagamento de direitos, o empregado vai para a Justiça do Trabalho. Na Justiça do Trabalho, segundo o projeto, qualquer pessoa pode representar a empresa sem saber se o que o empregado está falando é verdade ou não é verdade, qual é a contestação da empresa, o que aconteceu, trazendo inclusive um verdadeiro transtorno processual.

É público e notório, por exemplo, que qualquer trabalhador, quando contratado, assina uma opção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O que este projeto objetiva é que o trabalhador, quando contratado, assine todas essas autorizações que nós já expressamos e que se encontram no projeto.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO GHERARDI – Pois não, concluindo.

O art. 11 assinala a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego para criar um modelo simplificado de cadastro de empregados e desempregados a ser preenchido pelo empregador individual.

Não seria essa uma lista branca? Nós sabemos que existe a lista entre as empresas; esta o próprio Ministério iria criar.

Verifica-se dessa forma serem totalmente incabíveis os projetos apresentados, objetivando anular direitos conquistados após décadas e décadas de lutas sociais pela classe trabalhadora, razão pela qual opinamos sejam informadas as entidades sindicais, inclusive para que divulguem o absurdo que pretende ser perpetrado pelos assalariados.

A reforma da CLT, Senador Paim, não pode traduzir a precarização das conquistas oriundas das lutas do movimento sindical. Quando se fala em modernização, terceirização, quarteirização, flexibilização, na verdade, o objetivo é reduzir direitos. Há necessidade de reformas, mas, única e exclusivamente, para que resultem em mais clareza, mas nunca para que se reduzam ou se eliminem direitos.

Recordando, para finalizar, a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho é a legislação mais atualizada que nós temos no Brasil e em todo o mundo, tanto pela alteração das leis cotidianamente quanto pelas alterações da própria jurisprudência. Por que, então, a reforma?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Este foi o Dr. Hélio Gherardi, Diretor técnico do Diap, que aqui deu a sua contribuição se posicionando contra todos os projetos que vão na linha de retirar direitos dos trabalhadores.

Vamos, de imediato, à Dr^a Marilane Oliveira Teixeira, economista, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Sindicalismo e Relações do Trabalho da Unicamp.

A Dr^a Marilane com a palavra.

A SR^a MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Obrigada, bom dia para todas, para todos. Agradeço o convite, Senador, para estar aqui e cumprimento-o pela iniciativa; cumprimento a Mesa e os demais presentes.

O Cesit, que é o Centro de Estudos sobre Sindicalismo e Relações de Trabalho, é vinculado ao Instituto de Economia, à Unicamp. Entendemos que assim como os outros, vamos dizer, atores sociais, a academia também tem um papel importante nesse processo de discussão, de elaboração e de construção de síntese em relação a esses grandes temas que envolvem a sociedade brasileira e, particularmente, o mundo do trabalho, ao qual o Cesit vem se dedicando a estudar há muitos anos.

Primeiro eu gostaria de iniciar dizendo que uma sociedade como a nossa, uma sociedade que busca o desenvolvimento com sustentabilidade deve pensar que parte disso, sem dúvida nenhuma, passa por um mercado de trabalho forte, estruturado e principal-

mente para a estruturação de direitos. Portanto parece paradoxal, justamente em uma década em que nós vivenciamos um contexto econômico muito mais favorável, a despeito da crise econômica internacional com a qual estamos convivendo e da capacidade, nesses últimos oito anos, de o mercado de trabalho ter gerado em torno de quase 18 milhões de postos de trabalho, ter crescido a formalização, ter conquistado a valorização do salário mínimo, de ter, em alguns setores econômicos, principalmente o privado, conquistado reajustes, aumentos reais significativos nessa última década, voltarmos a discutir os entulhos que nos foram apresentados na década de 90 pelos oito anos de neoliberalismo.

Então é lamentável que, por exemplo – além do tema da terceirização, no qual eu vou concentrar a minha apresentação, porque eu considero um tema premente e um tema fundamental neste momento, em função do debate que está ocorrendo no Congresso, na CCJ, e dos encaminhamentos em relação aos projetos de lei –, tenhamos que conviver ainda com um grau de informalidade extremamente grande, com banco de horas, com contratos por prazos determinados, com formas de remuneração variável, que estavam, vamos dizer, que nos foram apresentados durante os anos 90 como a grande saída para a geração de postos de trabalho.

A terceirização se constitui, digamos, na face mais perversa da precarização do trabalho. Por que face perversa? Porque ela oculta um discurso de modernização e de eficiência: terceiriza-se, porque é moderno, e terceiriza-se, porque se busca eficiência, se busca a especialização. Esse é o discurso da terceirização. Poucos ousam afirmar, no meio empresarial, que a terceirização é uma estratégia para redução de custos, embora em todas as pesquisas que são realizadas, inclusive no âmbito empresarial, indiquem isso. Por exemplo, a CNI faz pesquisas com certa frequência nos setores empresariais, e numa delas, quando justamente a enquête era sobre a terceirização, a principal motivação era a motivação relacionada com a redução de custos.

Eu não vou, até porque não vai haver tempo, divagar um pouco sobre como esse processo se constituiu historicamente, mas é importante destacar que ele assume essas proporções a partir dos anos 90. Embora ele esteja presente, é difícil identificar, porque, quando a gente vai falar, por exemplo, das facções, elas já eram uma realidade do século XVIII, na indústria têxtil, na indústria do setor de confecções, e que, por incrível que pareça, 2 séculos depois, ainda é uma das modalidades e uma das formas de como a terceirização se apresenta.

Então, primeiro eu gostaria de destacar alguns mitos que são os fundamentais de serem respondidos para que a gente possa, de fato, considerar a terceirização como um processo de precarização do trabalho. Primeiro, foi o discurso de que a terceirização era uma forma de geração de postos de trabalho; era através da terceirização que geraria postos de trabalho. Primeiro, a dinâmica do mercado de trabalho ela não se dá através do próprio mercado de trabalho; a dinâmica do mercado de trabalho se dá pelo dinamismo econômico. Geram-se postos de trabalho se a economia está em crescimento, em crescimento sustentável. Não se geram postos de trabalho se a economia não está crescendo.

Um exemplo claro disso é que, entre 1995 e 2002, foram gerados cinco milhões de postos de trabalho; entre 2003 e 2010, foram gerados 17 milhões de postos de trabalho. A despeito de quem governava ou qual a política que foi, vamos dizer, desenvolvida nesses períodos, evidentemente a geração de postos de trabalho esteve diretamente associada a um dinamismo econômico. Ou seja, a economia cresceu e, portanto, gerou postos de trabalho de qualidade, formalizados etc.

Bom, quando a gente olha os anos 90, a tese, então, da terceirização indicava que uma das saídas era terceirizar, era flexibilizar. Em 1989, dos de postos de trabalho formais que eram gerados, em torno de 10% eram em atividades tipicamente terceirizadas. Quando a gente olha para dez anos à frente, em 1999, já, dos postos de trabalho formais que eram gerados, em torno de 90% eram gerados a partir de atividades tipicamente terceiras. Só que, em 1989, o desemprego era de 8,7%; em 1999, o desemprego atingia 19,3%.

Então, quer dizer, nos anos 90, toda a política feita em relação à incrementação da terceirização não só não gerou postos de trabalho, como ela, pelo contrário, vamos dizer, aumentou o nível de desemprego e as remunerações equivaliam quase à metade das remunerações de um trabalhador de uma atividade, digamos, tipicamente contratante.

Então, o primeiro mito da geração pós-trabalho precisa ser derrubado, porque esse mito volta recentemente na fala de uma importante empresa de consultoria. A LCA fez um estudo aprofundado a pedido do TST, na ocasião da audiência pública do ano passado, tentando embasar as argumentações econômicas que sustentavam a terceirização, e uma tese era a de que os empregos que estavam sendo gerados, principalmente no Nordeste do País, eram basicamente empregos determinados pelo processo de terceirização e que, se não fosse a terceirização, esses empregos certamente não seriam gerados. E todo mundo conhece, não precisa ser especialista nem economista para saber que o dinamismo que está sendo implementado nessas

regiões do País se deve muito mais aos projetos que estão sendo, vamos dizer, viabilizados e às políticas de transferência de renda do que propriamente uma forma de contratação. Mas isso foi dito por uma grande empresa especializada na área de consultoria.

Bom, outro aspecto que eu gostaria de destacar aqui se refere às diferentes formas de terceirização. A gente não trabalha com uma forma apenas; a gente trabalha com várias formas de terceirização e, muitas vezes, elas passam despercebidas.

A terceirização que se constitui dentro do local de trabalho, quando a contratante contrata uma empresa prestadora de serviço para realizar parte do processo de trabalho dentro da unidade produtiva é uma das formas de terceirização, talvez uma das formas mais aviltantes, porque ali deveriam se estabelecer relações de igualdade e é onde se manifestam diferenças do ponto de vista salarial, das condições de trabalho, etc.

Mas também existem outras formas, porque também existe o deslocamento de parte da produção para outras empresas; existe o trabalho em domicílio, que é um escândalo. Na semana passada, tive oportunidade de fazer um debate como este com a Federação dos Trabalhadores da Indústria de Santa Catarina, com representantes do setor têxtil, de calçados, químico, etc, e os depoimentos do setor têxtil e de confecção são aterrorizadores, porque é aquela condição de trabalho em que o trabalhador sequer sabe para quem está prestando serviço; ele não tem nem ideia. Se, inclusive, não receber, se o pagamento não for efetuado pelo serviço, não ele tem nem de quem cobrar. Então, há uma cadeia dentro de alguns setores econômicos, principalmente do setor têxtil, que é uma cadeia que vai da empresa-mãe para as empresas de facção, que são contratadas para prestar serviços para essas empresas e que, por sua vez, contratam o trabalho a domicílio para realizar parte do processo. E isso também é uma forma de terceirização.

Então, já foi destacado aqui por várias pessoas que me antecederam que essa situação dos salários menores, quando se está exercendo atividades iguais, inclusive é inconstitucional, porque fere o preceito da igualdade. Isso é visível, inclusive em empresas grandes. Por exemplo, eu tive oportunidade, há dois anos, de fazer uma pesquisa sobre a terceirização na Petrobras e, ouvindo uma trabalhadora, nós montamos um quadro comparativo, entre ela e uma terceira, das diferenças de salário entre elas, que tinham praticamente o mesmo tempo de serviço. A terceirizada tinha seis anos, e ela tinha quatro anos; as duas tinham curso superior; as duas foram contratadas com nível de exigência de curso médio, e os salários correspondiam à metade; de PLR nem se fala, porque a empresa terceira não

paga, assim como convênio médico, etc. Não vou expor a tabela aqui, porque não vai haver tempo, mas, para mim, ela um sinônimo, um reflexo do que é o processo.

Em relação às condições de trabalho, isso tem sido denunciado recorrentemente. Vou dar um exemplo da Petrobras. O Anselmo, que inclusive está aqui, é dirigente e tem ocupado boa parte do tempo dele cuidando desse tema. Entre 1995 e 2012, houve mais de 320 óbitos na Petrobras, a maioria de terceirizados. Só este ano, já foram cinco óbitos de terceiros na Petrobras. O caso mais recente aconteceu agora, há cerca de uma semana, de um trabalhador que perdeu a vida. Então, isso é recorrente. É na Petrobras, é no setor elétrico. Há o problema do treinamento e das condições de trabalho pioradas.

Há também uma relação de construção de relações de pertencimento no ambiente de trabalho. Isso é uma coisa que fere a dignidade. O trabalhador terceiro não se vê parte daquele processo, porque hoje ele pode estar naquele local de trabalho e amanhã ele poderá estar em outro. Não cria identidade de classe.

Por isso, para nós, não se pode entrar no debate em que muitas vezes se propõe discutir conceito: atividade-fim, atividade-meio, especialização, que é o novo conceito introduzido pelo substitutivo do Santiago. Não nos interessa discutir esse tipo de conceito; o que nos interessa é que, se está no mesmo local de trabalho, pertence à mesma categoria profissional e tem os direitos, independente se a atividade é fim ou meio, se é apoio ou é acessório, se é especializada ou não é especializada. O importante é o ambiente de trabalho. É isso o que nos constitui, inclusive, como classe e nos dá identidade como classe.

Passando rapidamente para os projetos em tramitação, tanto o projeto do Mabel quanto o substitutivo do Santiago, que está na CCJ e cujo Relator é Arthur Maia, legaliza as práticas de terceirização e as universaliza, uma vez que ele abre a possibilidade da terceirização para qualquer tipo de atividade, seja atividade-fim, seja atividade-meio. Ao menos, o que existe hoje, a Súmula 331, resguarda a atividade-fim e acaba sendo um instrumento para que o trabalhador possa recorrer.

Então, esse conceito de especialização, que foi introduzido pelo substitutivo do Santiago, é um conceito que não faz sentido. E mais: dentro do próprio projeto ele propõe a subcontratação. Se a empresa é tão especializada, porque ela precisa subcontratar. Há uma contradição dentro da própria formulação.

Então, para nós é importante reafirmar – e já isso foi dito aqui – que o projeto que foi formulado no âmbito das centrais e no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e que está na Casa Civil seja recuperado,

porque ele é, hoje, o projeto que melhor expressa, que melhor sintetiza o que é uma regulamentação sobre a terceirização protetora do trabalho.

Para fazer frente a esse processo todo, eu gostaria, então, de usar o tempo que falta para comentar que, no final do ano passado, por ocasião dessa audiência pública que foi convocada pelo TST, no início de outubro, naquele momento se formou um fórum, do qual nós, inclusive, fizemos o lançamento do fórum aqui em Brasília, em dezembro de 2011. Trata-se do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, composto por operadores do Direito, por magistrados, pelo movimento sindical, pelas centrais sindicais, por acadêmicos. Naquela ocasião, lançamos um manifesto, que está circulando nacionalmente. E temos mantido esse fórum aceso; ele tem se reunido com bastante frequência.

O manifesto define claramente – e é isso o que nos une – o que consideramos deva ser, o que deva conter um projeto que regule a terceirização. Primeiro, a terceirização é proibida em atividades permanentemente necessárias à empresa. Então, isso já elimina essa discussão sobre atividade-meio e atividade-fim. “Permanentemente necessária” é tudo, claro, salvo os casos de terceirização lícita, que são os que já estão previstos em lei. Então, para nós, “permanentemente necessária” é tudo: a atividade de embalagem, de manutenção, de limpeza.

Há a proibição da terceirização em atividade-fim, no caso, as atividades lícitas; a responsabilidade solidária; a igualdade de direitos; a prevalência do acordo mais benéfico; e a representação pela categoria preponderante.

Na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, realizada em agosto aqui em Brasília, um dos aspectos importantes destacados foi justamente a possibilidade que se teve de que as centrais sindicais chegassem a um acordo em relação ao projeto das centrais. É importante destacar que são poucas as centrais que, de fato, estão comprometidas com esse debate. Só há duas, exatamente, só duas.

As outras centrais sindicais não se posicionam publicamente embora, nas suas bases sindicais, nos seus sindicatos de representação, os trabalhadores, os dirigentes sindicais tenham se manifestado, inclusive publicamente, contrários tanto ao projeto do Sandro Mabel quanto do Roberto Santiago.

Para concluir, eu só gostaria de relatar dois casos. Um é o de que hoje há uma empresa brasileira, uma empresa nacional do setor de celulose e papel que é uma das maiores empresas do Brasil, que tem nos seus quadros – inclusive ela é pioneira no tema

da terceirização, foi ela que praticamente introduziu a terceirização, no Brasil, no Rio Grande do Sul, na sua terra, Canoas. Você vai lembrar, a empresa é dos anos 80, a Borregar, que depois virou Klabin, etc. A Klabin está revertendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Produção de papel, só para situá-los.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso, Guaíba, exatamente.

A Klabin começou a terceirização e, do ano passado para cá, 40% dos efetivos dela eram terceirizados. Ela iniciou um processo de reversão da terceirização, com uma estratégia. Primeiro, porque há uma avaliação de que aquela busca por menores custos não está surtindo resultado. Isso é uma coisa que importante. Acho bom a gente divulgar e dar publicidade para essas experiências.

Outro informe também que ajuda, corrobora com essa ideia de que a terceirização é um elemento utilizado para a redução de custos, foi um acordo assinado – eu não vou dizer quem fez o acordo, para não comprometer – em uma negociação coletiva de uma categoria importante, em um Estado brasileiro importante, que prevê a possibilidade da empresa “primeirizar”, contratar o trabalhador terceiro – isso está previsto em negociação coletiva, está lá explícito – desde que a contratação ocorra com o salário menor do que o piso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Menor do que o piso?

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Menor do que o piso.

Então, inclusive a própria redação contradiz, porque a mesma convenção coletiva define o piso e prevê a possibilidade de uma contratação menor do que o piso para o terceirizado.

Então isso tudo ajuda, corrobora com a ideia de que, de fato, a terceirização seja um elemento de precarização e redução de custos.

E nesse contexto em particular em que as empresas estão num processo muito grande de pressão por competitividade, por aumento de rentabilidade, por redução de custos, sem dúvida nenhuma, o tema da terceirização assume uma dimensão muito importante para todos nós.

Obrigada pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Economista e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, Drª Marilane Oliveira Teixeira.

Só para esclarecer: para mim tanto faz. Se fosse na minha cidade, eu seria contra também, mas, se não me engano, a Borregar é em Guaíba, não é?

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – É em Guaíba.

Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu, na verdade, nasci em Caxias e moro em Canoas; meus pais vieram de Bom Jesus e meus parentes são de Caxias. Aí, aí eu vou permeando por todo o Rio Grande.

Dizem que isso é coisa de político, quando fala isso. Em toda cidade ele tem uma reivindicação.

Passamos a palavra, neste momento, ao Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Sr. Maximiliano Nagl Garcez.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Bom dia a todas e todos.

Primeiramente, agradeço o gentil convite do Senador Paim, que tive a honra de conhecer há dez anos aqui em Brasília. Tenho admirado muito a sua atuação e parabeno-o pela realização do evento. Também parabeno o povo gaúcho por mandar aqui para o Congresso Nacional o maior defensor dos direitos dos trabalhadores aqui no Parlamento. Se nós tivéssemos mais “Paulos Paim” aqui em Brasília, aqui no Parlamento, a situação dos trabalhadores brasileiros seria bem melhor do que hoje é.

E cumprimento, na pessoa da companheira Marilane, os companheiros da Mesa.

Primeiro, eu queria dizer que eu estou numa situação um pouquinho desconfortável aqui, porque os senhores e as senhoras ouviram belas palavras contra a terceirização com as quais eu comungo.

Então neste momento eu me sinto um pouquinho como o oitavo marido da Elizabeth Taylor na noite de núpcias, mas, assim como ele teve esse desafio, também vou tentar trazer um pouquinho de novo aqui. Vou adaptar minha apresentação, pulando aquilo que já foi tratado e tentando trazer alguma coisa de novo.

Por favor.

Primeiro, vou colocar o contexto do projeto da terceirização, do simples trabalhista e de outros que vou citar aqui, o contexto político atual, que é dentro da guerra contra os sindicatos e os movimentos populares.

Essa é a capa da revista *The Economist*, que é o grande bastião da direita internacional, das grandes empresas, colocando uma edição especial contra os sindicatos, especialmente do setor público, dizendo que era a próxima batalha que o mundo civilizado tinha que enfrentar contra os cavaleiros do atraso, que são os sindicatos. A mídia brasileira tem reverberado esse tipo de ataque aos movimentos populares, que é a grande resistência contra o neoliberalismo.

O Senador Paim vem reiteradamente tentando lutar contra projeto de lei que tenta criminalizar os movimentos populares.

Recordo que uma grande emissora de televisão, há pouco tempo, fez uma minissérie tratando de um sujeito que, por acaso, ocupa a Presidência da República e queria implementar um projeto anticorrupção. E os grandes opositores ao projeto seriam as centrais sindicais, que foram à rua para lutar pela corrupção; e todos sabemos que é exatamente o contrário. Se não fossem os movimentos populares e o movimento sindical, não teríamos democracia, não teríamos algo próximo a um caminho para a justiça social. E foi o direito de greve, tão sagrado, que proporcionou esses avanços democráticos.

Próximo.

Outra matéria dessa mesma revista, mostrando que, no Brasil, o coitado do empregador e do trabalhador estariam amarrados pelo Judiciário, aquela defesa de poder deixar a relação de trabalho dentro do mercado, no salve-se quem puder.

E aqui esse movimento norte-americano de tentar colocar na ilegalidade os sindicatos dos servidores públicos. Infelizmente, conseguiram, no Estado de Wisconsin. É só para dar um exemplo aqui da grande luta que nós estamos enfrentando, e o projeto do Sandro Mabel é só uma gota dentro desse oceano de precarização.

Próximo.

Aqui há um pequeno glossário. Na verdade, quando eu disser terceirização, estarei mentindo, porque, no Brasil, 98% dos casos, quando se diz terceirização, não são de terceirização. Terceirização seria quando a empresa não tem capacidade de atuar em algum tipo de atividade e precisa contratar uma empresa altamente especializada. Isso é 2% dos casos. O que são os 98% dos casos no Brasil? Aluguel de pessoas, arrendamento de pessoas. O sujeito que compra, aluga uma pessoa e aufere recursos como se fosse um imóvel, como se fosse um animal, como se fosse uma propriedade. E, quando eu disser PL 4.330 não é apenas um PL, é uma grande reforma trabalhista e, a meu ver, política também. E vou expor para os senhores por que considero que isso é uma grande proposta de reforma política autoritária.

Próximo.

Quando o Brasil participou da fundação da OIT – e o companheiro da Anamatra já tratou disso – o princípio fundante era exatamente a seguinte frase: o trabalho não é uma mercadoria. Não se pode auferir lucro comprando e vendendo pessoas. E no Brasil é exatamente isso que tem sido feito, ainda que de uma maneira limitada pelo vácuo legal sobre a terceirização.

Mas, caso o PL do Deputado Sandro Mabel – que é muito semelhante ao PL que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, mandou ao Congresso e que o Presidente Lula mandou retirar – seja aprovado, seria uma tragédia para o Brasil, para os trabalhadores e para a sociedade.

Vou pular esses dados, acompanhando a Graça, que já expôs informações relevantes e estatísticas, mas vou deixar a exposição à disposição de quem quiser, no meu *e-mail*, tratando da mortalidade, da expectativa de vida menor dos terceirizados.

Vou citar um pouquinho, só reiterando o que já falaram antes, que esses projetos são inconstitucionais, flagrantemente inconstitucionais. O TST já tem dito reiteradamente que a terceirização em atividade-fim vai contra o princípio da dignidade da pessoa humana. Esse princípio tem sido utilizado, com bastante capacidade e clareza, pelo Senador Paim, em vários PLs que ele tem conseguido aprovar aqui no Senado, assim como o princípio da valorização do trabalho.

Aqui há outro julgado em que o TST considerou ilegal a terceirização em uma grande empresa elétrica, também com o mesmo fundamento.

Próximo, por favor.

E aqui, vamos um pouquinho para o lado político do PL: por que é uma reforma política também?

E aqui há um texto. Depois eu vou indagar aos senhores sobre quem vocês acham que escreveu este texto. É um texto que mostra que a terceirização em atividade-fim visa exatamente a pulverizar os sindicatos e visa a enfraquecer os trabalhadores.

Caso seja aprovado o PL do Sandro Mabel, ele prevê que a empresa não precisa ter funcionários; a empresa tem só um CNPJ e contrata e subcontrata, e “quarteiriza” e “quinteiriza” quem quiser.

Então, imaginem o Senador Paim, quando era um sindicalista atuante no Rio Grande do Sul. O empresário chegava lá e dizia: “O Paim está criando muito problema pra gente, é greve, é denúncia; vamos terceirizar nossa empresa toda para um sindicato em que a gente sabe que tem os nossos amigos; ou a gente cria um sindicato amarelo e coloca todo mundo pra trabalhar naquele setor”. Ou seja, o empregador escolhe com quem ele quer negociar. E, com isso, se acabaria com o movimento sindical.

Então, o objetivo do PL não é só economizar dinheiro: é atender setores da sociedade que não estão contentes com uma democracia cada vez mais efetiva, é tentar destruir a grande força motriz da esquerda brasileira, os movimentos populares, que é o movimento sindical.

E quem escreveu este texto – próximo eslaide – foi o TST, numa decisão da SDI, já também combatendo

a terceirização no setor elétrico. Mas a fundamentação serve para qualquer setor.

Próximo, por favor.

Aqui se mostra que, com a terceirização, vem junto com o que há de pior na área do trabalho. A terceirização é uma porta aberta para o trabalho escravo – o caso da Zara foi um caso paradigmático disso –, para o trabalho infantil, para o trabalho degradante. No setor público, serve também como uma burla ao concurso público, deixa os terceirizados amedrontados, é uma porta aberta ao nepotismo e traz uma série de prejuízos à sociedade.

Vejam os casos do apagão telefônico que temos sofrido e que obrigou o Governo a intervir em várias empresas. O que essas grandes operadoras vêm dizendo? “A culpa não é nossa. Nós terceirizamos para algumas empresas, que não agiram adequadamente” – como se alguém tivesse obrigado as empresas a terceirizarem uma concessão pública.

Os bueiros da Light explodindo no Rio de Janeiro: o que aconteceu? Terceirização. Esses apagões todos. Esses problemas na saúde brasileira: quantas mortes já foram causadas pela terceirização? E a qualidade do ensino brasileiro nessas escolas sem professores?

Outro ponto de que vou tratar aqui é a impunidade generalizada que acontece hoje no Brasil em relação à terceirização, e proponho aqui uma ficha limpa trabalhista. A gente aprende desde pequeno em casa que nós somos responsáveis pelo que a gente faz de errado. Nosso pai e nossa mãe explicam isso. Mas e o empregador que terceiriza para uma empresa que ele sabe que não tem capacidade, que coloca um trabalhador em cima de um andaime sem cinto, sem EPI, sem nada? O sujeito olha na rua e diz: “Isso não vai dar certo; esse trabalhador vai cair.” O sujeito vai e morre. Alguém aqui – nós temos aqui líderes sindicais com muita experiência – sabe de algum empregador que tenha ido para a cadeia pelo falecimento de um trabalhador, terceirizado ou não, por acidente de trabalho? Alguém já ouviu falar nisso?

Contudo, se você mata alguém por dirigir bêbado, a sociedade já vem evoluindo e dizendo que você é responsável. Se você entra numa briga em um bar e mata alguém, você vai preso. Agora, o empregador faz uma atitude que todo mundo sabe que tem um risco grande de morte, e não acontece nada! No meu dia a dia como advogado, nós vamos às delegacias para tentar incluir o dono da empresa como investigado em inquérito policial, mas o delegado nos olha com uma cara estarecida, e segue o seguinte diálogo:

– Não, doutor, isto não é aqui. Isto é na Justiça do Trabalho que o senhor tem de tratar.

– Não é o senhor que investiga homicídio? Não é o senhor que investiga lesão corporal grave, de alguém que perde um membro?

– É, doutor, mas não é bem assim, não é?

– Não é bem assim, significa o quê?

– Não, aqui a gente investiga pobre, e não rico.

Isso tem que mudar. O movimento sindical tem muitas armas que não estão sendo usadas: o Direito Penal é uma delas; a Lei de Transparência, para tentar obter dados em relação ao que acontece nas empresas públicas e punir os administradores públicos que causam isso; tentar denunciar quando é feita uma licitação para terceirizar a atividade-fim, já ir diretamente à licitação e denunciar: “Essa empresa não é idônea, ou esse serviço não pode ser feito”.

Próximo item.

Aqui, uma série de exemplos de atuações que podem ser feitas.

Volte, por favor.

No Tribunal de Contas da União, o pessoal do setor elétrico teve várias vitórias contra a terceirização na Eletrobrás; ações coletivas para equiparação: o movimento sindical não tem utilizado adequadamente esses instrumentos tão fortes das ações coletivas, inclusive, com base na OJ 383, que prevê a equiparação completa entre terceirizado e trabalhador direto; ações populares, para que o Administrador Público que terceiriza ilegalmente responda com seu patrimônio pessoal; denúncias do Ministério Público do Trabalho ao Ministério Público estadual, em casos de lesão à saúde do trabalhador; denúncias ao BNDES de empresas que usam dinheiro público para terceirizar ilegalmente.

Próximo, por favor.

Vamos tentar rapidamente dar mais alguns exemplos aqui do que pode ser feito.

Utilizar ações judiciais, como alguns companheiros já citaram, para que quem é aprovado em concurso obtenha a vaga, mostrando que há um terceirizado ocupando a sua vaga, dizendo que ela realmente existe.

Próximo, por favor.

Citar vários dispositivos constitucionais que impedem a terceirização no serviço público, art. 37.

Próximo, por favor.

Há outros instrumentos para tentar lutar contra isso. Um deles é internacionalização da luta. Está aqui o companheiro Anselmo, da FUP, que tem tido um trabalho muito eficaz no sentido de pressionar a Petrobras contra a terceirização em vários países, com base em acordo internacional que foi feito; também boicotes e alianças com outros setores da sociedade, no caso, os usuários dos vários serviços públicos que são terceirizados.

Próximo, por favor.

Bom, do PL já se falou exaustivamente, mas ele é uma tragédia, é extremamente nefasto e inconstitucional. Permite a quarteirização, a quinteirização, não prevê igualdade de direitos; prevê, inclusive, anistia a multas anteriores ao PL, ou seja, é um trem da alegria pela impunidade.

Vou deixar, para quem tiver interesse, os vários dispositivos da Constituição Federal que são violados pelo PL.

Próximo, por favor.

Também no art. 8º, que trata da organização sindical, o PL interfere diretamente, à medida que permite que o empregador defina quem é o sindicato representativo dos seus trabalhadores, o que seria uma piada. É a isso que o PL visa exatamente.

Próximo, por favor.

Em breve o PL deve ser votado pela CCJ da Câmara dos Deputados. Aqui, deixei um *site* que tem a composição da CCJ. Eu recomendo aos companheiros e companheiras contrários ao projeto que verifiquem a composição da CCJ, que vejam quais são os Deputados do seu Estado e que visitem pessoalmente o Deputado no gabinete em Brasília ou no seu escritório local e digam:

Olha, venho pelo meu sindicato, pelo movimento que eu represento ou como cidadão. Caso V. Exª aprove esse projeto, vai ser considerado um inimigo dos trabalhadores e nós vamos divulgar isso. (Palmas.) Da mesma maneira, caso V. Exª se manifeste contrariamente ao projeto e atue contra ele, vamos divulgar que o senhor tem essa atuação relevante.

O momento é extremamente nevrálgico para a classe trabalhadora e para a democracia brasileira, como eu coloquei, por essa proposta de reforma política autoritária. Se nós nos ausentarmos, não vigiarmos, como tem defendido o Senador Paim, vamos nos arrepender durante muito, muito tempo.

Próximo, por favor.

Aqui, outros exemplos que têm acontecido na CTASP, desde o ano passado. Aprovaram um projeto que prevê que a homologação do sindicato quitaria tudo e inviabilizaria a ação trabalhista; o PL 1.153 prevê que, com uma mera petição, o empregado ou o empregador chegaria ao juiz do trabalho, que homologaria e acabaria com qualquer direito, sem ouvir testemunha alguma. Quanto ao PL do Simples Trabalhista, e eu concordo com o que os antecessores falaram aqui.

Temos mais alguns desafios a enfrentar em relação à área trabalhista. Um deles são as novas tecnologias, e nós vemos as pessoas sendo cada vez mais ludibriadas e oprimidas, com base no trabalho durante

24 horas por dia, a que boa parte de nós somos submetidos: as pessoas checam constantemente o seu celular – eu sou um exemplo disso, vítima disso –, há o computador em casa, telefone com *e-mail*. Isso é uma espoliação de que em geral as empresas se beneficiam, é trabalho gratuito e, em geral, pouca gente recebe hora extra com base nisso.

Recentemente, eu tive um exemplo dessa mudança do mundo do trabalho com meu filho. Ele tem três anos de idade, eu estava andando de carro com ele, ele viu um sujeito consertando o meio fio, ele falou:

“– Papai, o que ele está fazendo?”

Eu falei:

“– Ele está trabalhando, está consertando a calçada.”

Ele olhou para mim assim e disse:

“– Trabalhando?”

Ele olhou para o sujeito e disse:

“– Mas cadê o computador dele?”

Aí, eu falei:

“– Não, meu filho, tem gente que trabalha sem computador.”

Aí, eu expliquei para ele:

“– Não, meu filho, tem gente que trabalha sem computador.”

A isso o movimento sindical tem que ficar atento.

O Márcio Pochmann tem denunciado bastante quanto isso tem servido como uma nova forma de opressão dos trabalhadores. E nós temos sido, uma expressão que se usa no Sul, boi da canga; nós temos aceitado essa canga com muito prazer: “Oh, o empregador me deu um *BlackBerry*. Estou poderoso.”

Próximo, por favor.

Aqui a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que também é um fundamento importante contra todos esses projetos de que a gente tratou aqui.

Finalmente, queria o convite da companheira Marilane, para que todos participem do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. O nome é comprido para mostrar que nós não somos contra os terceirizados; somos contra a opressão que eles sofrem e contra a opressão que a sociedade vem sofrendo pela terceirização. Nós queremos que os terceirizados tenham condições de serem contratados diretamente e não sejam, infelizmente, na falta de outra expressão, ‘alugados’ por esses empregadores.

Convidar também quem quiser conhecer a ALAL – Associação Latino-Americana dos Advogados Laboralistas, que já tem uma posição formal, aprovada no nosso último congresso no Chile ano passado, contra o PL 4.330. Subscrita por juristas de toda a América

Latina, nós produzimos uma carta sociolaboral, com princípios que nós sugerimos ao movimento sindical de combate à opressão e à precarização, a qual está disponível no nosso *site*.

Quero dizer que foi extremamente proveitoso ouvir os meus colegas painelistas aqui e uma honra extrema poder estar presente aqui com alguém por quem tenho tanta admiração, que é o Senador Paim. A ALAL e o Fórum estão à disposição dessa grande luta que o Senador tem feito contra a precarização no Brasil.

Obrigado e bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas. Parabéns pela palestra. Foi uma bela contribuição.

Como nosso último painalista, o Sr. Antonio Guillen, membro da Coordenação Executiva da Conlutas.

O SR. ANTONIO RICARDO MARTINS GUILLEN – Bom dia a todos, eu saúdo o Senador Paim, por intermédio de quem eu saúdo o conjunto da Mesa. Também faço uma saudação especial aos professores em greve do Andes, do Sinasefe, que representam neste momento a luta dos trabalhadores brasileiros, representando de 400 mil servidores públicos, dos quais uma parte importante continua até hoje em greve.

Como já foram ditas muitas coisas sobre isso, eu queria considerar alguns aspectos que considero também importantes.

Em termos gerais, a terceirização tem um objetivo bastante claro, que é, por um lado, rebaixar os direitos dos trabalhadores e obter cada vez uma taxa de lucro maior. Além disso, ela também traz no seu bojo uma coisa muito importante, que é a possibilidade que os empresários têm de se apropriar do Estado e de suas verbas, acumulando uma margem de lucro maior ainda.

Acreditamos que esse comércio de gente de humana feito pelos capitalistas, cada vez mais acentuado, vai ganhar uma dimensão muito maior na atual conjuntura. Por quê? Porque entramos num momento em que o sistema capitalista, em nível mundial, está numa séria crise. O PIB brasileiro está caindo, provavelmente nós vamos em direção a uma estagnação da nossa econômica – está aí o PIB de 0,4% no trimestre. E, em nível mundial, a mesma coisa; nós temos visto na Europa violentos ataques por parte dos Estados e dos patrões contra os direitos sociais acumulados por décadas e décadas por um proletariado muito mais organizado, com maiores tradições de lutas.

Por isso esse tema, Senador Paim, é muito importante nessa conjuntura. Também por isso que esses PLS voltam agora à tona.

E nós acreditamos que, na próxima etapa, os trabalhadores terão que resistir cada vez mais, porque a lógica da crise é descarregar sobre as nossas costas, procurando reverter a queda dos lucros, procurando superexplorar ainda mais os trabalhadores, retirando os seus direitos. Esse é o contexto que em a gente está entrando cada vez mais.

Então, a Conlutas se coloca claramente contra a qualquer processo de precarização das condições de trabalho, da retirada de direitos e das terceirizações. Comungamos com o que foi dito aqui: para nós, não existe uma diferença de atividade-meio e atividade-fim. Isso na verdade interessa a uma lógica de administradores de empresa, mas os trabalhadores nos seus locais de trabalho devem ser tratados de forma igual.

Inclusive, eu queria destacar que o processo de terceirização no setor público e também nas fábricas leva a uma dificuldade muito grande de organizar greves, lutas e mobilizações. E, em geral, é utilizado para fragmentar os trabalhadores em vários sindicatos e, ao mesmo tempo, para dificultar as suas greves, substituindo a mão de obra dos grevistas.

Então, achamos que devemos, cada vez mais, combater a terceirização no setor público e avançar na estatização desses postos de trabalho e de todas as atividades. Para nós, é inconcebível, por exemplo, numa escola ou numa universidade admitir a privatização dos técnicos administrativos. Isso para nós é inconcebível dentro de uma universidade, dentro de uma escola pública, que é o que está ocorrendo de forma generalizada hoje em dia.

Nós queremos também fazer algumas reflexões importantes. Hoje, a sociedade, pela sua capacidade técnica, produz cada vez mais informações e aumenta cada vez mais a sua capacidade de produzir riqueza. Isso é uma coisa inquestionável. Hoje, um ano de produção científica equivale ao que foi produzido durante décadas; a capacidade produtiva das fábricas é gigantesca, e assim a de toda a sociedade. Um exemplo desta crise é que, segundo o FED americano, 79% da capacidade produtiva dos Estados Unidos estão ativos; 21% estão parados. Ou seja, a sociedade tem condições de produzir, mas não produz, porque não consegue vender. Outro exemplo: aqui no Brasil, quando cai a produção industrial, a gente vê que 40% das máquinas estão paradas; ou seja, estamos usando apenas 60% da capacidade nossa, e por aí vai.

Neste momento em que a gente vive hoje, ocorre o oposto em relação aos trabalhadores. Ao invés de a sociedade socializar essa riqueza, socializar esse conhecimento, aumentando a capacidade dos salários, ampliando os direitos, diminuindo a jornada de trabalho, já que existe tanta capacidade de produção,

vemos o caminho inverso: o capital, cada vez mais procura retirar os direitos dos trabalhadores, arrochar ainda mais, superexplorar, aumentar a jornada, etc. Então, achamos que não existe nenhuma justificativa moral ou econômica para que esses ataques sejam feitos aos trabalhadores.

Eu queria relatar aqui para vocês uma situação bastante recente da General Motors de São José dos Campos, cujo sindicato faz parte da CSP – Conlutas. Está em curso o processo de demitir 1.800 metalúrgicos da GM. A GM está com plano mundial: já demitiu 40 mil, nos Estados Unidos; pretende fechar uma fábrica na Alemanha e em outros locais; e, no Brasil, está fazendo uma ofensiva grande sobre a GM. Pois bem, no último dia 23 de agosto, a GM retomou as negociações, e as 1.800 demissões foram barradas momentaneamente. Houve essa retomada agora, e eles apresentaram a proposta deles.

Passo a ler aqui um pequeno relato:

A empresa reafirmou a sua intenção de fechar o setor e, com essa medida, demitir os 1.840 trabalhadores. Propôs ainda um pacote de maldades de 17 pontos, que visam, segundo a empresa, reestruturar a produção. Entre os pontos, estão: congelamento salarial por três anos; não ao pagamento da segunda parcela da PLR; fim da estabilidade para os lesionados; uma nova grade salarial para toda a fábrica; a redução do adicional noturno de 30% para 25%; uma rotatividade do turnover autorizado de 1% para 1,5%; a implantação do banco de horas; além de outras medidas.

Cabe destacar que a GM paga, por ano, para cada trabalhador, em São José, R\$104 mil e lucra R\$1 milhão. Cabe destacar, ainda, que bateu todos os recordes da indústria automobilística de produção; que um carro, no Brasil, é vendido de 30% a 100% a mais do que lá fora e com os salários muito mais baixos no Brasil.

Além disso – algo bastante grave e que a gente vê no caso da GM também –, é o Estado, através do Governo Dilma e de outros Governos estaduais e municipais, incentivando esse processo. Nesses momentos de crise, a gente vê o quê? A lógica do Estado dando subsídios, isentando os impostos e, ao mesmo tempo, se omitindo em relação à luta dos trabalhadores – como é o próprio caso da GM, em que nenhuma ação é feita contra as demissões – ou até mesmo reprimindo essas lutas, como os próprios servidores públicos estão vivendo hoje.

Então, essa vai ser cada vez mais a lógica nesta próxima etapa, a nosso ver. Ou seja, o Estado vai

arrochar os servidores públicos. Já se fala, inclusive, numa nova reforma da Previdência, para que esse Estado tenha cada vez mais grana para subsidiar o setor público.

E a gente vê isso também através das parcerias público-privadas, as PPPs que estão sendo anunciadas, sejam em nível federal, sejam em nível estadual. Aqui em Brasília, por exemplo, anunciaram agora a PPP em dez áreas, inclusive abastecimento, escolas, saneamento, metrô, e por aí vai. E, em nível nacional, vocês têm acompanhado todos esses planos apresentados sobre as ferrovias, as rodovias, aeroportos e outros milhares de parcerias público-privadas que estão sendo feitas em nível nacional.

Então, a CSP agradece pela oportunidade de participar aqui e reafirma a necessidade de os trabalhadores, cada vez mais, organizarem as suas lutas.

A CSP estende um chamado unitário a todas as centrais sindicais e sindicatos, para que se armem numa grande frente de luta contra esses PLs, contra esses ataques, para que a gente possa, de fato, organizar uma luta unificada dos trabalhadores. Nós temos certeza de que o Senador Paim vai ser um ponto de apoio a essas lutas aqui dentro.

A gente não pode deixar de dizer que, infelizmente, setores do movimento sindical mais ligados aos patrões, ao Estado, às vezes também fazem movimentos combinados com essas iniciativas patronais. Por exemplo, estamos fazendo uma denúncia e uma campanha nacional contra o acordo coletivo especial, de iniciativa de alguns sindicatos que procura reafirmar o princípio de que o acordado está acima do legislado. Então, nós somos contrários a isso e achamos que não é necessário fazer uma reforma trabalhista para retirar esses direitos dos trabalhadores.

A gente quer agradecer a participação nossa aqui.

Temos a certeza de que, na próxima conjuntura, vamos ter de deparar com um processo cada vez mais acirrado de ataque aos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, dirigente Antonio Guillen, que é da Executiva Nacional da Central Conlutas.

Vamos, agora, dar três minutos para as considerações finais de nossos convidados e vamos iniciar do último para o primeiro, invertendo a ordem. Como o Antonio falou agora, eu vou convidar, então, o Maximiliano Garcez para seus três minutos; depois, o Antônio teria mais três minutos; e eu vou voltando para aquele que iniciou, terminando com o Germano Silveira de Siqueira, da Anamatra.

Maximiliano, três minutos para as considerações finais.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador.

Vou aproveitar este tempinho aqui para mostrar um pouquinho do viés político da terceirização e do PL, que tornaria mais trágico ainda, fazendo um exercício histórico aqui, mostrando a gênese do sindicalismo mundial e do Direito do Trabalho.

É um paradoxo, mas foi o próprio empregador que viabilizou a geração dos sindicatos pela criação da fábrica, com a Revolução Industrial. Organiza-se a produção, coloca-se todo mundo junto num mesmo local, incrementa-se a produtividade, mas, ao mesmo tempo, tem um espaço em que as pessoas se conhecem, se veem e aprendem a lutar, a conspirar, a ver opressão uns nos outros. Foi isso que deu a força para o movimento sindical se ampliar e criar raízes.

O que permite a terceirização? Quebra-se isso, resolve um dilema histórico do capital, em que se pegam esses trabalhadores e colocam uns contra os outros, os terceirizados contra os trabalhadores diretos; coloca um trabalhando aqui e outro trabalhando lá; coloca gente trabalhando em casa. Dissipa-se esse meio de lutas que são as pessoas trabalhando juntas numa mesma categoria e esfacelam-se os sindicatos.

É contra isso que temos de lutar. É isso que os vários colegas aqui que falaram na mesa. Eu concordo com o que foi dito. São todos do mesmo campo, cada um na sua área, mas lutando contra a precarização no Direito do Trabalho.

Enfatizo a necessidade de os movimentos populares e dos sindicatos ficarem mais presentes aqui, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu, durante alguns anos, assessoriei a Bancada do PT em Direito do Trabalho e lembro que, dez anos atrás, eu conheci o Senador Paim. Foi um momento de muita tensão para mim, porque o Senador fazia parte da banca examinadora do meu processo de seleção. Foi quando eu o conheci, naquele dia. Foi um momento de muita admiração, mas também de muita tensão. Eu tenho visto, no decorrer desses dez anos, depois que eu saí da Câmara, um processo de – o Diap vem expondo isto com muita qualificação – aumento da bancada patronal, tanto na Câmara quanto no Senado. O Código Florestal é exemplo disso, e uma série de votações tem demonstrado que não podemos permitir que esse PL avance, porque seria um risco muito grande.

Finalmente, queria dizer que a terceirização não é inevitável; ao contrário do que uma parte do movimento sindical coloca, de que temos que nos adequar, de que ela veio para ficar, e não há como resolver, existe uma série de países que organizam produção sem a terceirização e sem o aluguel de pessoas, dito, eufemisticamente, como terceirização.

Recentemente, perdi a melhor piada das minhas palestras, em que eu dizia que poucas coisas eram inevitáveis na vida: a morte era inevitável, o Corinthians ser eliminado na Libertadores era inevitável – essa acabou –, mas a terceirização não é inevitável; pelo contrário, ela é prejudicial para a sociedade e até para os empregadores, na verdade, porque, ainda que eles economizem um pouquinho na terceirização, quando economizam – a companheira Marilane mostrou o caso da Klabin, que não estava economizando –, perdem por destruírem a capacidade de consumo da classe trabalhadora, perdem porque a terceirização aumenta os custos com o SUS, com essa mortalidade toda que vemos, e destrói todo o mundo do trabalho, destrói a capacidade de a economia brasileira crescer. Ela vem crescendo, como o Senador Paim destacou, nos últimos anos, em boa parte pelo avanço dos salários no Brasil, do Bolsa Família, dos programas sociais, da capacidade da população de consumir e gerar riqueza até para os empregadores.

Então, vejo um pouquinho como aquela parábola do sapo e do escorpião, em que o escorpião quer picar o sapo, mesmo sabendo que isso vai ser prejudicial para ele – até por uma vontade de o empregador não só auferir mais lucros, mas poder oprimir mais. É isto que a terceirização permite: incrementar a opressão, porque, muitas vezes, a motivação não é econômica só, mas a vontade de ter poder sobre outro; e é a isso que cabe a nós resistir e auxiliar o Senador Paim, que, muitas vezes, fica, infelizmente, isolado, porque há poucos Parlamentares com tanta contundência quanto ele em relação à defesa do mundo do trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

Queria me ausentar por conta de um compromisso.

Agradeço muitíssimo e parablenizo o senhor e todos os colegas e a plateia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Paim. – PT/RS) – Muito bem. Esse foi o Maximiliano Garcez, Diretor de Assuntos Legislativos da entidade Advogados Laboralistas.

Antonio Guillen, da Conlutas, 3 minutos; em seguida, o Hélio.

O SR. ANTONIO RICARDO MARTINS GUILLEN – Só queria, em primeiro lugar, dizer que a Conlutas, por meio de seus sindicatos, tem se colocado contrária e organizado a luta dos trabalhadores contra a precarização e a terceirização.

Quero esclarecimento: não entendi direito por que a pesquisadora da Unicamp disse que somente duas centrais sindicais não formalizaram isso perante o Congresso. Não sei... Se for o caso, a Conlutas vai tomar essa iniciativa formal de apresentar uma carta,

uma declaração das suas instâncias, mas, na prática, temos nos esmerado em combater todo esse processo. Um dos exemplos mais claros é o que acabei de falar: o exemplo da GM. O que a GM quer fazer em São José dos Campos – na prática, é o que ela já faz em São Bernardo e em vários outros Estados, inclusive com a anuência de dirigentes sindicais – é adotar o mesmo sistema de trabalho que ela já adota em outras fábricas, e lá tem enfrentado uma resistência muito grande o sindicato dirigido pela Conlutas. Estamos à frente dessa luta e, claro, se for o caso, vamos fazer essa formalização frente à Comissão.

De nossa parte, fica aqui uma disposição clara – e vou levar para lá isso – de, nos nossos materiais sindicais, no sindicato, nas nossas instâncias – vou levar para lá isso – e aqui existem outros companheiros da Conlutas, no Andes mesmo, que é um sindicato filiado à Conlutas –, iniciar uma divulgação maior de todos esses PLS nº. Esse é um posicionamento claro de quem está fazendo isso, para que a gente possa, de fato, conscientizar o trabalhador e cada vez mais organizar a luta para manter e ampliar os nossos direitos.

Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Esse foi o Antonio Guillen, Dirigente da Central Conlutas.

Vamos agora ao Hélio, do Diap.

Por favor, o Sr. Hélio tem os três minutos.

O SR. HÉLIO GHERARD – Senador, na verdade, todos se lembram da privatização das estatais, e a terceirização está indo pelo mesmo caminho, qual seja, a propaganda massificada. O atendimento nas estatais iria melhorar, o atendimento na telefonia iria ficar perfeito, e nós vimos, depois desses anos todos, que não houve mudança nenhuma, muito pelo contrário. E as próprias empresas usam, como foi dito aqui, a desculpa de que a culpa não é dela, mas do terceirizado.

Nós temos que impedir a fraude trabalhista; a responsabilidade solidária da empresa tomadora é essencial. Temos que impedir seja a fraude trabalhista da tomadora, seja a fraude trabalhista do terceiro, porque há inúmeros processos, no Judiciário trabalhista, de empresas que somem, simplesmente somem. Empresas que prestavam serviços, como terceiros, no Estado de São Paulo somem para o Estado do Paraná, somem para o Estado de Sergipe, e os processos chegam à execução, e não há onde executar; é preciso pesquisar com os advogados conhecidos onde estão os sócios, onde estão as empresas, para tentar executar nos outros Estados, porque naquele não há mais ninguém.

Com relação ao Simples Trabalhista, ele objetiva, como já dissemos aqui, antes de mais nada, retirar o sindicato, porque o sindicato é uma pedra no sapato

que incomoda o empregador evidentemente; ele não pode fazer nada, porque o sindicato não deixa. E, através do acordo individual do empregado com o empregador – nós todos sabemos que, quando o empregado entra numa empresa, ele assina todos os documentos que lhe são apresentados, senão ele não é empregado, ele não vai ter aquele emprego. Isso origina, em todos esses acordos que foram colocados, que estão colocados no Simples Trabalhista, por exemplo, a redução de salários, o aumento da jornada de trabalho, o fracionamento do 13º em seis vezes, a divisão das férias, a redução no Fundo de Garantia, e o banco anual de horas extras –, quando o empregado entrar na empresa, ele vai assinar a concordância com todos. Reforma sindical não significa redução de direitos.

Para concluir, o movimento sindical precisa se movimentar realmente, pois já tentam, de todas as formas, diminuir a arrecadação dos sindicatos e não reconhecem a estabilidade sindical do membro do conselho fiscal, querendo deixar os sindicatos à deriva. Querem, agora, extirpar direitos consagrados pelas lutas sociais que vêm desde a escravidão, objetivando colocar uma nova canha no trabalhador brasileiro, sob o açoitamento do desemprego.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Hélio Gherardi, Diretor Técnico do Diap.

Agora, passamos a palavra para a Drª Marilane Oliveira Teixeira, da Unicamp.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Pontualmente, eu quero retomar algumas coisas que não me foi possível concluir na minha fala.

Primeiro, acho que a gente tem que ter claro que, nesse processo de crise, intensificam-se as pressões em torno da terceirização. Isso ocorre, primeiro, porque as empresas dos grandes grupos internacionais reduzem suas margens de lucro, no mundo inteiro. Então, elas precisam recompor essas margens de rentabilidade. E vão recompor onde? Nos países emergentes, nos países como o nosso – Brasil, China, Índia, Argentina, México. Então, há uma pressão por rentabilidade muito grande.

Vou dar um exemplo de uma política internacional da Avon. A Avon – grande grupo econômico, no setor de cosméticos, contrata mais de 40 mil trabalhadores, no mundo inteiro – anunciou que pretende reduzir em 6% o número de pessoal, ou seja, 2.400 trabalhadores no mundo; desses, só numa unidade aqui no Brasil que da parte distribuição, vão ser demitidos 400 trabalhadores. Então, ela tem que refazer suas margens, tem que reduzir seus custos e, obviamente, em nossos países recai a carga maior.

Então, é importante a gente acompanhar esse processo, porque essa pressão se mantém, na medida em que a crise é longa, e a gente não tem nenhuma expectativa de quando e se essa crise, de fato, vai recrudescer; ou se ela não vai se aprofundar ainda mais, porque ela faz parte das próprias contradições do capitalismo.

Outro aspecto que eu queria também destacar é em relação à questão das doenças provocadas pelo ambiente de trabalho, que são as doenças provocadas principalmente por movimentos repetitivos, as doenças invisíveis, e que são muito frequentes entre as mulheres. Há um exemplo de uma grande indústria farmacêutica em São Paulo, a Novartis, que é uma das maiores do mundo; para a área de embalagens, ela só contrata mulheres de uma empresa prestadora de serviço, inclusive de uma cidade vizinha, e essa prestadora de serviço todos os dias leva um ônibus com um número em torno de 50 mulheres para trabalharem nessa linha. Evidentemente, é uma linha de produção em que, dados os movimentos repetitivos, o processo de adoecimento é muito grande; então, são mulheres que, certamente, vão ter problemas de LER etc. Então, a terceirização ela também não pode ser vista só do ponto de vista econômico. Ela também tem que ser olhada desse ponto de vista, porque as empresas também não querem assumir um passivo em relação às doenças profissionais. Então, elas também terceirizam esse problema para as empresas prestadoras de serviço.

E, para concluir, nós já realizamos, com iniciativa do Fórum, articulado nacionalmente com as outras entidades, já realizou três audiências públicas no âmbito dos Estados. Uma das estratégias do Fórum Nacional é organizar audiências públicas nos Estados. Fizemos em São Paulo, na Bahia e em Santa Catarina, e estamos pressionando para fazer audiência pública em todos os Estados do Brasil.

Antônio, em relação ao meu comentário, ele era mais referente à própria participação no Fórum. Então, eu acredito, não tenho dúvida nenhuma, inclusive pelo histórico de vocês, de que você tem uma posição muito firme em relação a esse tema. A gente gostaria muito é de tê-los inseridos no Fórum, fazendo parte desse processo e dessa luta. Então, convido você e, inclusive, o Conlutas, para se incorporarem ao Fórum.

Agradeço mais uma vez, o convite, a oportunidade e cumprimento-o, Senador, pela iniciativa.

Quero dizer que o Cesit e o Instituto de Economia estão totalmente à disposição para colaborar e contribuir nesse debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Muito bem, Dr^a Marilena Oliveira Teixeira, da Unicamp.

Eu me lembrava – os anos vão passando – de que, de fato, nós estivemos juntos no tempo da Oposição Sindical Metalúrgica do Sindicato de Metalúrgicos de Porto Alegre. Você está lá na Unicamp, e eu sou aqui um humilde Senador da República.

A SR^a MARILENA OLIVEIRA TEIXEIRA – Humilde Senador, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Fazendo bela vida aqui. Bom tempo aquele.

Passamos a palavra, de imediato, agora, ao Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente do Andes.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Vamos logo, então, Senador, à questão, ao gênero do artigo que precede a sigla.

A Andes – Associação foi criada no apogeu do movimento Novo Sindicalismo, no final da ditadura, de 1980/1981, como uma entidade nacional unindo associações de docentes das universidades; como uma boa parte delas era pública, não poderia haver sindicalização. Logo depois da Constituição de 1988, houve um movimento rápido, um congresso extraordinário, e a transformação de “a” Andes – Associação Nacional em “o” Andes – Sindicato Nacional, com carta sindical e assim por diante. Então, essa é a primeira colocação. Não temos problemas maiores com o gênero, mas só para buscar precisão aí.

A outra explicação é a respeito da série de sorrisos que surgiram no plenário as várias vezes em que a Mesa citou como um dos defeitos da terceirização a possibilidade de escolha pelo patrão de com quem negociar. É porque recentemente nós tivemos uma experiência muito triste e traumática, que temos classificado, inclusive com denúncia a organismos internacionais, de ato antissindical: depois de um ano e meio de negociação com a Secretaria de Relações de Trabalho, do Ministério do Planejamento, e Secretaria de Ensino Superior – Sesu, do Ministério da Educação, acabou-se simulando um impasse na negociação; naquela mesa os representantes oficiais fizeram a opção de escolher um aglomerado, que também participava da mesa e que todos sabiam que não representava a categoria em greve, para assinar um simulacro de acordo, pensando que, com isso, acabariam com greve. Hoje faz 50 dias, a greve continua e o malfeito foi escancarado para a opinião pública.

Sobre o tema em si, que está colocado aqui, temos uma posição nítida em que o negociado é válido, é prioritário como agregador de direitos ao legislado e não, em troca do legislado. Portanto, é uma posição veementemente contrária a essas duas iniciativas que foram as mais pautadas aqui na Mesa: a flexibilização da CLT e o Simples, por outra via, fazendo a mesma coisa.

E, ao final, reiteramos o que discutimos na segunda-feira. Que essa Comissão e o próprio Senador possam fazer os movimentos junto ao Governo Federal para retomar o caminho regrado das coisas, para retomar a negociação. E, à medida que o Senador e/ou a Comissão dirigirem correspondências ao Governo ou às instâncias de governo, que pudessem repassar cópias para que o movimento também seja abastecido com esse tipo de informações.

Obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Luiz Henrique Schuch, 1º Vice-Presidente do Andes.

Faremos esse encaminhamento e daremos cópia para V. Ex^a.

Agora, vamos para a última Mesa.

Não é preciso sair, eles falarão de lá mesmo, porque são os últimos 3 minutos.

Começamos agora com o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Joãoilson Antonio Cardoso, por três minutos.

O SR. JOÍLSON ANTONIO CARDOSO – Agradecemos ao Senador o convite e nos colocamos à disposição para outros debates.

Acreditamos que essa audiência não encerra os assuntos que foram tratados aqui. O Simples Trabalhista, no nosso entender, é uma iniciativa de reforma trabalhista, como outras que já derrotamos aqui no Congresso Nacional.

O Código Trabalhista e a reforma da CLT se somam a outras iniciativas que estão no armário, a que chamamos de “esqueletos”. É o caso da PEC nº 369, que trata da organização sindical, de quebrar a organização sindical brasileira, que não deve nada a nenhum outro modelo. O que se tenta é transladar um modelo que quebra a unicidade sindical, e a CTB cerra fileiras em defesa da unicidade. Não achamos que os sindicatos são “sabonetes”, e que pode o patrão escolher com quem negociar. Em consequência da pluralidade, também os sindicatos viriam se oferecer à categoria como sendo o melhor ou o pior. Acho ruim, entre nós do movimento sindical, existirem os mais puros e os menos puros.

Acho que todos nós temos contradições, mas temos algumas bandeiras a seguir. A principal delas é o legado de o sindicato defender a classe trabalhadora, ter essa visão de classe. Por isso, pertencço ao sindicalismo classista. A CTB dele participa não só no Brasil, mas com articulações, com filiações internacionais, no nosso caso, a FSM – Federação Sindical Mundial.

Mas, voltando à matéria em debate, rapidamente, Senador, no setor público, a terceirização, no nosso entender, é inconstitucional, porque ela suprime o

estatuto do concurso público e o princípio da carreira pública. Mais do que isso, acredito que as empresas que prestam serviço, principalmente às Prefeituras, que não são poucas, mas muitas – via de regra, muitas são “laranja”, entram em processo de falência antes de completar um ano e recontratam todo mundo; os trabalhadores ficam calados, porque senão não serão recontratados – não resistiriam a uma CPI no Congresso Nacional. No dia em que o Congresso Nacional chamar uma CPI para ver as terceirizadas por este Brasil afora, vamos ver os escândalos que são essas terceirizadas no setor público, com assédio moral, além de todas as coisas de que nós falamos aqui que elas fazem contra os trabalhadores. O custo para o setor público é três a dez vezes maior do que a contratação direta pelo concurso. Esses são os dados do Ipea.

Nós achamos que a terceirização legal, fora da atividade-fim – defendemos o conceito de atividade-fim e atividade-meio –, deve ter regras, que nós já colocamos, e deve penalizar; a empresa que a transgredir deve ser exemplarmente penalizada.

Outros conceitos que foram levantados, como negociados e legislados, defendemos a negociação, mas não a supremacia, como já foi dito aqui.

Por fim, gostaríamos de falar uma coisa. O Simples, o PL do Sandro Mabel, que se combina com o PL do Fernando Henrique e mais 26 projetos que estão aqui, no nosso entender – 25, com o do Vicentinho, que tem que excluir –, só visam a uma coisa: aumentar a jornada de trabalho e reduzir os salários dos trabalhadores.

Por fim, gostaria de afirmar que a terceirização é um colesterol do mal. Existe o colesterol bom, não é? Nós queremos afirmar categoricamente que a terceirização, nos moldes em que é aplicada no Brasil, é um colesterol do mal. Faz mal a toda a classe trabalhadora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Joãoilson Antonio Cardoso, representante da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Passamos a palavra à líder Maria das Graças Costa, representante da CUT, que aqui fala também em nome do seu presidente, Vagner Freitas de Moraes.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Eu quero parabenizar o Senador pela iniciativa e dizer que esses espaços são muito importantes, porque dão oportunidade aos movimentos, a todas as entidades, aos órgãos que estão interessados no assunto e a muitas pessoas que estão em casa e que não têm a oportunidade de vir aqui de participar desse evento, seja através da televisão ou das emissoras de rádio. Acredito que nós temos que continuar com esse movimento.

Tenho só três coisas para enfatizar. A primeira é que, para nós, do movimento, nós temos que trabalhar muito seriamente a nossa unidade nesse processo, porque, pelo que está em curso no Brasil sobre a precarização, a terceirização, o Simples, enfim, sobre todas essas questões colocadas para retirada de direito, nós temos que agir de forma muito unida e derrubar toda e qualquer possibilidade que haja deste Congresso, no Senado ou na Câmara dos Deputados, de aprovar alguma coisa que tenha retrocesso, depois de tantos anos, de tantas lutas e também, principalmente, de todas as vitórias que nós tivemos até aqui. Não vamos admitir retrocesso na nossa história.

No momento em que nós estamos vivendo – eu comecei minha fala, vou terminar pelo que eu comecei – não cabe retirada de direito, não cabe esse tipo de atitude. Não cabe retrocesso no processo da democracia. Ao contrário, nós estamos num processo de amadurecer e de mostrar nossa cara, cada vez mais, nos movimentos.

E, por fim, quero dizer que a CUT se coloca à disposição para todos esses debates e que vamos continuar fazendo o que nós sabemos fazer muito bem, que é mobilizar e travar esse tipo de processo contra a classe trabalhadora, como fizemos ontem: colocamos aqui em Brasília companheiros e companheiras de todos os Estados brasileiros numa marcha, em defesa não só do fim do fator previdenciário, mas dos 10% para educação, da qualidade do serviço público. Na nossa pauta de ontem estava o combate à terceirização como um dos principais pontos por que nós estamos batalhando.

Chamo a todos e a todas que estão nos assistindo para que se envolvam, que leiam, que realmente atuem no seu Estado, no seu sindicato, mas também como eleitor dos Deputados e Senadores neste processo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Líder Maria das Graças Costa, representante da CUT, que falou também pelo seu Presidente Vagner Freitas de Moraes.

Meus amigos, nós vamos encerrar a nossa audiência pública, mas, antes disso, eu tenho que aprovar três requerimentos.

Segunda parte dessa audiência.

Requeiro a realização de audiência pública para debater as demissões nas montadoras de veículos. A autoria é deste Senador, mas foi provocado por representantes do movimento sindical.

A data prevista será no dia 16 de outubro. Esta audiência ficou acertada com os representantes das centrais e também das montadoras. Nós dialogamos com eles também, e eles concordaram que esse de-

bate aconteça no dia 16 de outubro, para debater as demissões nas montadoras aqui – uma já citada, mas há mais duas que também já apontaram o caminho das demissões, o que naturalmente preocupa a todos.

Além de representantes das montadoras, nós vamos chamar das centrais sindicais, do Ministério do Trabalho, do Planejamento e também da Fazenda.

Quem concorda com o teor do requerimento permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há ainda dois requerimentos extrapauta.

Um dos requerimentos é do Senador Magno Malta.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 103, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para que sejam ouvidas as autoridades policiais e judiciárias dos Estados do Pará e Maranhão, e de outros Estados, conhecedores do caso, bem como uma especialista em criminologia, sobre a autoria dos assassinatos de crianças na cidade de Altamira/PA, e no Maranhão entre os anos de 1989 a 1993 no que ficou conhecido como “Os Emasculados de Altamira”.

Autoria do Projeto: Senador Magno Malta

Quem concorda com o extrapauta já se manifestou.

Agora, o teor do requerimento.

Quem concorda permaneça como se encontra.

(Pausa.)

Aprovado.

Outro requerimento extrapauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 104, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater a questão dos Quilombolas com os convidados abaixo relacionados, havendo possibilidade de que sejam incluídos novos nomes posteriormente, junto à Secretaria da Comissão.

- Lilian Cristina Bernardo Gomes- Pós Doutora em Ciência Política UFMG
- Cesar Baldi, Representante da Procuradoria Geral da República
- Sandra Maria da Silva, Representante da Conaq – Quilombos do Brasil
- Representante do Ministério Público
- Representante do Ministério da Justiça
- Representante da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
- Representante do INCRA
- Representante da Fundação Cultural Palmares

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Naturalmente nesse caso eu também já vou incluir aqui tanto a Seppir como a Fundação Cultural Palmares.

Quem concorda com o requerimento extrapauta fique como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o teor do que aqui eu li também permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Enfim, meus amigos, terminamos a nossa audiência de hoje.

Eu apenas vou tentar sintetizar. Pelo que percebi, todos aqui são contrários aos projetos que entraram em debate. Isso vai constar da nossa Ata. Além dessa posição firme de todos os convidados contra os projetos da terceirização e da flexibilização de direitos da forma como estão, reafirmam a sua posição, pelo que percebi, de que a Comissão se manifeste mais uma vez para que haja a negociação e se resolva, de uma vez por todas, a questão dos servidores em greve, aqui representados pelo Andes e também pelo Sinasefe.

O.k.?

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 3 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE SETEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia dez de setembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 92, de 2012, aprovado em 09/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater a importância da política de cotas e o Estatuto Racial”. Convidados: Mário Lisboa Theodoro, Ministro de Estado Interino em representação a Senhora Luiza Helena Bairros, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR; Humberto Adami, Diretor de Relações Étnicas do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA, e representante do Senhor Ophir Cavalcanti, Presidente da OAB; Ilma Fátima de Jesus, Coordenador-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Thiago Thobias, Assessor Especial do Ministério da Educação, ambos em representação ao Senhor Aloísio Mercadante, Ministro de Estado da Educação; Carlos Alves Moura, Coordenador-Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Cultural Palmares, em representação ao Senhor Eloi Ferreira de Araújo, Presidente; Ticiane Imbroisi, Assessora Parlamentar da FUNAI, em representação de Marta Maria Azevedo, Presidente da FUNAI; Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educafro/Brasília; Josefina Serra dos Santos, Secretária da promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Sérgio José Custódio, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade – MSU; Key Carvalho de Lima, Educafro. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 92, aprovado em 09/02/2012, de autoria deste Senador e de outros.

O assunto de hoje: debater a importância das políticas afirmativas, cotas e o Estatuto da Igualdade Racial.

Convidados: Mário Lisboa Theodoro, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial interino, em representação à Sr^a Luiza Helena de Bairros, Ministra; Ilma Fátima de Jesus, Coordenadora-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais, e Thiago Tobias, Assessor Especial do Ministério da Educação, ambos em representação ao Sr. Aloizio Mercadante, Ministro; Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educafro, Brasília; Carlos Alberto Moura, Coordenador-Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Palmares, em representação ao Sr. Eloi Ferreira de Araújo, Presidente; Humberto Adami, Diretor de Relações Éticas do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara); e representante do Sr. Ophir Cavalcante, Presidente da OAB.

Nós convidamos, ainda, Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos Calons; Frei David, Diretor Executivo da Educafro; e Sérgio José Custódio, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU).

Vamos fazer a primeira Mesa com os nossos convidados que estão presentes.

Eu convido a Sr^a Coordenadora-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Dr^a Ilma Fátima de Jesus.

Seja bem-vinda, doutora.

Convidamos o Carlos Alberto Moura, Coordenador-Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Palmares, e Humberto Adami, que é o Diretor de Relações Éticas do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental.

Como nós estamos aguardando, ainda, outros convidados, houve a sugestão de nós iniciarmos um vídeo. Esse vídeo, na verdade, trata do trabalho escravo, não especificamente da questão negra, mas do trabalho escravo no mundo.

Se houver entendimento da Mesa de convidados, como nós temos um tempo maior, nós começaríamos passando esse vídeo que combate o trabalho escravo. É uma luta de todos nós combater o trabalho escravo, seja contra negro, branco, índio. Esse é o objetivo.

Então, vamos ver esse documentário, que foi uma sugestão que mandaram para a Comissão. Acharam

interessante que eu, numa Comissão, num dia desses... Essas audiências públicas já são uma tradição, eu diria, porque um número expressivo – não vou “chutar” número aqui – de brasileiros assiste à TV Senado, as segundas-feiras, pelos temas que ela trata, entre eles, o combate ao trabalho escravo.

Como nós sempre lembramos, o povo negro passou por quase 400 anos de escravidão e nunca é tarde para lembrar como está o trabalho escravo no mundo.

É um vídeo que ganhou um prêmio, se não me engano, internacional.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Acho que dá para diminuir um pouco as luzes. Eu sei que tudo não dá, mas dá para diminuir um pouco.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu queria só lembrar que a PEC do Trabalho Escravo não foi aprovada aqui, no Senado, ainda. Então, que este vídeo sirva para que o Senado aprove rapidamente a PEC do Trabalho Escravo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Inclusive aqui em São Paulo nós tivemos uma situação dessa na indústria têxtil e no trabalho escravo. Ainda temos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse vídeo está sendo passado em praticamente todo o mundo, numa linha de incentivo ao combate à escravidão.

Eu fiz questão de exibi-lo hoje, na Comissão de Direitos Humanos. Eu o recebi na sexta. Não conhecia o vídeo e confesso que não o tinha visto todo, mas resolvemos passá-lo aqui.

Que sirva esse vídeo para que o Congresso vote, de forma definitiva, a PEC de combate ao trabalho escravo, que ainda não foi votada. Ela começou a tramitar aqui no Senado e foi para Câmara, onde ficou anos e anos. Voltou para cá, e até hoje não a votamos.

Avançamos no Estatuto da Igualdade Racial, vamos debatê-lo hoje; avançamos na política de cotas; avançamos na política do salário mínimo; debatemos aqui, na última semana, a precarização do trabalho e a terceirização; mas é importante também que a Comissão de Direitos Humanos assuma a dianteira nessa caminhada para que se vote, com rapidez, a PEC de combate ao trabalho escravo.

Aqui, ele mostrou o mundo, mas não vamos desconhecer que recentemente – e comentávamos na

Mesa –, principalmente no setor de tecelagem, em São Paulo, vimos algo semelhante. Não vamos desconhecer que os fiscais do Ministério do Trabalho, em um trabalho belíssimo que vêm fazendo, deram o depoimento aqui de que, seguidamente, eles encontram trabalho escravo também no Brasil.

Como disse muito bem a senhora que faz o comentário, o trabalho existe em praticamente todo o mundo. E nós todos temos compromisso no combate ao trabalho escravo, ou seja, contra branco, negro, índio, cigano, independentemente da origem, da etnia, da raça ou da própria procedência.

Eu queria convidar o representante da Sr^a Ministra Luiza Bairros, o Sr. Mário Lisboa Theodoro, Ministro de Estado Interino Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que aqui representa a Ministra Luiza Helena Bairros, para fazer parte também da primeira Mesa, como já havia suscitado. Depois vamos a uma segunda Mesa. (*Palmas.*)

Vou fazer aqui uma rápida introdução acerca do motivo desta audiência pública.

Nós vamos aqui debater, no dia de hoje, a importância da política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial.

No último dia 29, a Presidenta Dilma sancionou a Lei de Cotas nas universidades e nas escolas técnicas. Estivemos lá no Palácio. Foi um dos momentos, para mim, mais emocionantes da minha vida, uma sessão singela, em que estiveram presentes em torno de 10 pessoas, mas que, no meu entendimento, pode levar a uma grande revolução no campo da educação no País.

A política de cotas, com certeza, representa muito para nós, brancos, negros, índios e pobres, principalmente – eu diria até para a classe média, para os mais pobres. Eu não preciso aqui explicar a política de cotas, porque os nossos convidados falarão o que ela representa e como será aplicada.

Para todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado – é bom lembrar, que estamos ao vivo para todo o Brasil –, pela Rádio Senado, pela Internet, pelos Canais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Lembro, aqui, alguns dados que eu considero importante.

O que nós aprovamos aqui não é nada tão impactante como alguns tentam demonstrar.

Países como Estados Unidos, África do Sul, Índia, Canadá, México e outros já aplicam a política de cotas ou a aplicaram durante um longo período.

É bom lembrar que 88,8% da juventude brasileira estuda em escolas públicas e 11,2% em escolas privadas. E nós sabemos que há uma inversão: 90% estudam, no ensino básico, em escolas públicas; 10%, na escola privada. Depois, há uma inversão de valores,

porque aqueles que vêm da escola pública acabam tendo que ir, grande parte, não todos, à universidade privada.

Eu tenho viajado muito pelo Brasil, nesse período pelo Rio Grande, e quando eu explico que dos 90%, 50% são da escola pública; e dos 10% vão ter os mesmos 50%, as pessoas que eram contra, num primeiro momento, passam a ser favoráveis e ainda acham que isso é uma grande injustiça.

Eu acho que avançamos. O importante é que avançamos, fortalecendo a escola pública e dando a possibilidade real de filho de classe média, eu diria, de pobre, ter acesso à universidade.

Destaco sempre, ao contrário do que alguns dizem, que o setor da elite é minoritário, no meu entendimento, mas faz barulho, que as cotas são importantes para brancos, negros, indígenas, pobres, enfim, como eu digo, para os filhos do vazio social.

É claro que temos que investir mais na educação básica – ninguém tem dúvida quanto a isso. Vamos fazer de tudo, e o nosso objetivo, inclusive, é esse.

É bom lembrar que não só nas universidades, mas também nas escolas técnicas os filhos dos pobres terão um lugar ao sol, assim como brancos, negros e índios.

Reafirmo, mais uma vez, que grande parte das universidades brasileiras já adotam algum tipo de cota ou de ação afirmativa.

Nunca é demais lembrar que o Supremo decidiu a questão por unanimidade.

Nunca é demais lembrar que a cota é também social, porque muitos procuram distorcer esse posicionamento, como se o nosso projeto só olhasse para os negros. Quando eu digo nosso projeto, falo do Congresso, e não da pessoa do Paim, ou do João, ou do Paulo. Ela tem o corte social e racial, tanto que 50% das vagas na universidade federal, repito, independentemente inclusive do salário, vão para a escola privada e os outros 50% nós destinamos com o corte social e racial. Ainda 25% são sociais; os outros 25% é que ainda serão divididos entre negros e índios e, ainda, com o corte social.

Enfim, esse é um rápido comentário.

Vamos aos nossos convidados.

Eu vou começar, nesta Mesa, se assim ele entender adequado, com o representante da nossa Ministra, porque ele pode situar como o Ministério está vendo. Então, com muita satisfação, Dr. Mário Lisboa Theodoro, que nunca se negou em vir aqui quando convidado. Ele esteve aqui representando a Ministra, em nome da Ministra, e, hoje, ele está aqui como Ministro interino.

Quero passar a palavra para o Dr. Mário Lisboa Theodoro, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial, interino, aqui representando a Sr^a Luiza Helena de Bairros.

Nossas palmas para o nosso Ministro interino Mário Lisboa Theodoro, que já foi funcionário desta Casa. (*Palmas.*)

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Eu sou funcionário desta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está só licenciado?

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Só estou licenciado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Emprestado. Vai voltar para cá.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Emprestado. Se Deus quiser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois de ficar um tempão lá.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Senador, muito obrigado, muita satisfação estar aqui com os colegas de Mesa, companheiros antigos, aqui, dessa temática. Cumprimento, aqui, Carlos Moura também.

Falar um pouco da questão das cotas é falar das ações afirmativas, Senador. Ações afirmativas é um conjunto mais amplo de políticas, dentro do qual a cota é, vamos dizer assim, o que é mais utilizado no caso brasileiro. Nos Estados Unidos, não se usam tanto cotas, mas se usam ações afirmativas no sentido de pontuação. Mas o espírito é o mesmo. O espírito é de dar oportunidade para um conjunto que, hoje, não tem tantas oportunidades, em função de alguns problemas que eu nominaria como problemas raciais. As cotas são o único instrumento que existe para combater o racismo, em todas as suas mazelas; as portas fechadas pelo racismo.

Então, eu diria mesmo que, do nosso ponto de vista, as cotas vêm complementar o conjunto de políticas sociais que, hoje, estão aí. As políticas sociais, hoje, redistribuem renda; as políticas sociais, hoje, reduziram bastante a pobreza e a miséria no Brasil, os dados estão aí para corroborar isso que eu estou falando. Mas, quando nós vamos ver o que acontece, por exemplo, com a renda de negros e brancos, as rendas estão subindo, está diminuindo a participação de negros e brancos na pobreza e na miséria felizmente, mas não há uma aproximação entre as rendas de negros e brancos. O que significa dizer o seguinte: além da questão social, nós temos uma questão racial que impede que nós tenhamos, de fato, uma equalização de situação dos dois. Esse último baluarte da desigualdade é o racismo, e ele tem que ser combatido com algumas políticas específicas. No nosso caso, nós estamos trabalhando com as políticas de cotas, como políticas que vão combater o racismo e complemen-

tar as políticas sociais no Brasil. Essa é a expectativa que nós temos.

Hoje, nós temos 8,7 mil alunos negros nas universidades públicas, em função de programas diversos de cotas, vários programas de cotas, alguns são cotas sociais e raciais, outros cotas apenas raciais, enfim, temos uma diversidade de programas. Hoje, nós temos, com esses programas todos, 8,7 mil alunos.

A nossa expectativa na Seppir é de que, com esta Lei nº 12.711, nós tenhamos, agora, aproximadamente 52 mil estudantes negros contemplados com as cotas nas universidades públicas federais. O que significa um avanço sem precedentes. Significa que nós vamos dar oportunidades para as pessoas que hoje não conseguem essa oportunidade. O que vai fazer muito bem para o País, na medida em que vai dar para o País uma elite intelectual, uma elite pensante muito mais parecida com a sua população, o que é de bom grado para todos nós.

Duas ou três coisas sobre as cotas – eu não queria me alongar muito aqui, eu queria muito mais fazer o debate, enfim, e ouvir, também, os colegas – eu gostaria de colocar com relação às cotas no Brasil.

A primeira é que as cotas já existem, no Brasil, há muitos anos. Nós temos o exemplo da Lei do Boi, que vigeu dos anos 50 aos anos 80, em que os filhos de fazendeiros tinham o ingresso direto por cotas nas universidades. Temos também experiência exitosa das cotas para as mulheres nos partidos políticos, nas vagas, nas candidaturas. Ou seja, não é uma experiência nova, o Brasil convive com as cotas, e nunca isso foi motivo de nenhum tipo de problema com relação à validade ou não das cotas.

Outro ponto que acho importante ressaltar é que ninguém vai sair por cotas das universidades. As pessoas entram por cotas, mas só saem profissionais se cumprirem todos os requisitos da universidade. Ninguém vai sair menor porque entrou por cotas. Ao contrário. Na universidade, ele vai ter toda a formação que qualquer pessoa vai ter e vai sair um profissional como qualquer outro.

Além disso, a própria entrada por cotas não fere a meritocracia, na medida em que só podem ser contemplados por cotas os alunos que tiverem atingido a nota mínima de corte na universidade. Quem não conseguir essa nota mínima, ou seja, quem não conseguir aprovação na universidade não vai entrar, seja por cotas, seja por qualquer outra forma. Ou seja, as cotas não ferem a meritocracia, mas, antes, garantem que a meritocracia válida possa ser optada por um tipo de aluno ou outro em função do que for melhor para a população.

Por último, o que me parece muito interessante é que grande parte, Senador, dos detratores das cotas, muitas vezes, são pessoas que foram estudar em universidades estrangeiras, num sistema muito parecido com cotas. PhDs que foram para os Estados Unidos e outros países, onde existe uma ação afirmativa para países do Terceiro Mundo, países como o Brasil. Então, essas pessoas entraram lá por sistemas muito parecidos com o de cotas e hoje vêm detratar aqui a questão das cotas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há uma fala que o Senador Cristovam fez nessa linha, que eu coloquei inclusive no Twitter, que diz exatamente que inúmeros reitores que estão aí questionando são aqueles que usufruíram – quero só reforçar o que o senhor está dizendo – da política de cotas. Foram estudar no exterior pela política de cotas. Agora, são contra o jovem brasileiro ter acesso à política de cotas.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – É curioso isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Achei interessante. Eu tinha ouvido isso do Senador Cristovam no Plenário e, depois, também, numa matéria que ele escreveu.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Sim, curioso. Mas é verdade, isso acontece.

Então, acho que a questão das cotas reflete uma postura que ainda é muito complicada no Brasil, que é ainda a existência de discursos “racializados”, discursos racistas e que impedem que uma camada da população tenha acesso ao que é um bem para todos os brasileiros. As cotas – tenho o costume de dizer isso – não são para a população negra, nem para a população indígena. As cotas são para o Brasil. As cotas são a única oportunidade que o Brasil pode ter de acabar com as sequelas, ainda, de um passado escravista e que estigmatiza um conjunto da população por seu estereótipo, por ser fenótipo.

As cotas vêm acabar com isso. As cotas vêm para colocar o Brasil no rol dos países em que suas elites pensantes, suas elites intelectuais, suas elites econômicas são parecidas com a sua população.

Hoje não acontece isso. Hoje, a população brasileira tem um fenótipo diferente das suas elites. A população brasileira tem um fenótipo diferente dos seus ídolos, dos seus estereótipos positivos, como podemos ver no caso das novelas, pode ver nos casos dos programas de TV. Temos de mudar isso, e isso vai começar a mudar significativamente a partir das cotas, que são um complemento importante. Não são a úni-

ca ação afirmativa existente, nós mesmos, na Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, estamos trabalhando com um programa de ação afirmativa mais amplo, mas as cotas são, talvez, o mais importante neste primeiro momento e vão dividir as águas de uma política de fato inclusiva, em que todos os brasileiros consigam, de fato, ser cidadãos de primeira categoria.

Eu não queria me alongar, Senador, porque estou querendo muito ouvir meus colegas.

Do nosso ponto de vista, a Lei de Cotas, a Lei nº 12.711 veio de uma maneira muito importante. Assim como o Supremo deu o ar da graça posicionando-se a favor, unanimemente, das cotas, do ponto de vista do Judiciário, aqui nesta Casa, junto com a Câmara dos Deputados, o Legislativo também deu a sua contribuição, mostrando-se também a favor das cotas. Agora, ao Governo Federal, ao Executivo, cabe a execução, e nós vamos fazer isso da forma mais célere possível.

Muito obrigado a todos.

Era isso o que eu tinha para falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ministro Mário Lisboa Theodoro, interino da Seppir.

É bom lembrar que, aqui no Senado, só houve um voto contra. Aqui, no Senado, foi praticamente unanimidade. Só teve um voto, um único Senador que levantou o braço e disse que votaria contra. Todos os outros Senadores concordaram.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Humberto Adami, Diretor de Relações Éticas do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), representante também

do SR. PRESIDENTE da OAB, Dr. Ophir Cavalcante.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Muito bom dia, Sr. Senador Paulo Paim, que enobrece o Senado brasileiro com a sua presença constante; Sr. Ministro de Estado; querido Mário Lisboa; Carlos Moura, Ilma; todos os presentes; os que nos ouvem pelas ondas de rádio e de TV, da TV Senado e da Rádio Senado.

Quero, primeiro, agradecer a confiança do Presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, que me nomeou representante do Conselho Federal da OAB neste momento. Também, como Diretor de Relações Éticas do Instituto de Advocacia Racial, quero dizer que é mais uma vez uma honra muito grande estar presente perante a Comissão de Direitos Humanos.

Aproveito para noticiar, antes de entrar propriamente no tema, Sr. Senador, dizer que amanhã quando se fala em cotas, na verdade, está-se falando de ações afirmativas em relação à inclusão da população afrodescendente no Brasil. Isso implica uma série de medidas. Como amanhã, no Supremo Tribunal Federal,

nós teremos uma audiência de conciliação num mandado de segurança impetrado pelo Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – Iara, e o Antonio Gomes da Costa Neto, um técnico, pessoa de muito valor, técnico em gestão educacional daqui do Distrito Federal, mandado de segurança contra a Presidente Dilma, contra o Ministro da Educação, contra o Conselho Nacional de Educação por conta das passagens racistas do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato. Isso provocou, no Ministro Fux, um Ministro que enobrece o Judiciário brasileiro, ele chamou a uma conciliação dentro do mandato de segurança, contrapondo os princípios de enfrentamento do racismo, que é o que se trata aqui, à medida que trata de cotas, e os princípios de liberdade de expressão por conta das passagens racistas com relação à personagem Tia Nastácia, que estão inseridas no livro *Caçadas de Pedrinho*. Isso provoca uma polêmica, uma discussão que é muito salutar. E amanhã, às 19 horas e 30 minutos, no gabinete do Ministro Fux, nós teremos essa audiência de conciliação com a presença do Ministro Mercadante inclusive. O Ministro Fux incentivou a busca da conciliação possível. Então, este é um Judiciário que vem trazendo bastante participação na vida pública e que também faz parte desse enfrentamento ao racismo que ocorrerá amanhã.

Também estamos em mobilização, por conta dessas novas medidas, com uma personagem, não sei se têm conhecimento, da personagem Adelaide, do programa Zorra Total, que vem trazendo o sofrimento, dor à figura da mulher negra, com passagens e expressões absolutamente racistas que estão por certo a merecer, e já estão sendo tomadas as providências com relação à Rede Globo de televisão para que isso não só seja cortado do cenário nacional, mas também venha a sofrer as agruras da responsabilização penal e civil da reparação de dano moral coletivo.

Falar em políticas de cotas é lembrar que as políticas de cotas começaram na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E desde 2001 o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental vem acompanhando o desenrolar, no âmbito do Judiciário, através de sucessivos amigos da corte, com entidades do movimento negro nacional, pessoas jurídicas e pessoas físicas como Abdias Nascimento, Frei Davi, da Educafro, o ex-Ministro Edson Santos também, que desde a época que era vereador, lá no Rio de Janeiro, já ingressávamos em juízo defendendo as cotas para afrodescendentes. E isso fez com que o Supremo Tribunal Federal fosse acompanhando os sucessivos ingressos daqueles que eram contrários às cotas, ingressos no Judiciário para tentar cortar as experiências. Isso foi sempre rechaçado pelos sucessivos ministros do Supremo Tribunal

Federal, até que no julgamento da ADPF nº 186, que foi ingressada pelo DEM, o Supremo Tribunal Federal teve aquele expressivo resultado de 11x0 a favor das ações afirmativas, e demonstrando que isso era absolutamente legal e constitucional. Um julgamento memorável, com a participação, inclusive, de V. Ex^a em todo esse tempo.

E a própria Ordem dos Advogados federal teve um avanço sucessivo, porque, na primeira audiência pública, o Presidente Ophir enviou um representante, e a OAB não havia debatido sobre esse tema. Instado por advogados negros que estavam presentes, o Presidente Ophir, numa atitude bastante democrática, de avanço, chamou para o julgamento interno...

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Para ser honesto, quem liderou essa atuação junto à OAB, naquele momento, foi o Dr. Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Muito obrigado.

E o Presidente, então, chamou o Conselho Federal para a discussão – atitude corajosa –, e o Conselho Federal acabou por aprovar também a posição da OAB, externando isso ao Relator do processo, Ministro Lewandowski, que foi mais um argumento, mais um tijolo importante na construção da ação afirmativa, que resultou na aprovação da política de cotas, que, cotas, por enquanto, discutidas apenas no âmbito da universidade. Mas as cotas do emprego público já estão no Paraná há pelo menos 5 anos, numa lei do Governo Estadual de que não se tem notícia de questionamento, inclusive judicial.

Também no Governo do Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, implementam-se, por meio de um decreto do Governador Sérgio Cabral, cotas para negros no emprego público. Portanto, isso vem sendo uma construção que está tendo uma ampla aceitação.

Agora, com o advento da Lei nº 12.611, as cotas nas universidades públicas federais se implementam de forma bastante calma. Todo aquele alvoroço dos contrários às cotas, que, durante 10 anos ficaram nos periódicos, nos jornais, fazendo um grande alarido, instalando o terror, dizendo que o horror instalar-se-ia nos *campi* das universidades, e que era a importação do ódio racial norte-americano, nada disso aconteceu. E é uma pena que essas pessoas não venham a público, agora, dizer que estavam erradas, porque os cotistas dessas universidades todas já se formaram há muito tempo, comprovando que nada disso que eles anunciavam estava por acontecer. E até alguns que estavam nesta Casa, também bradando pela inconstitucionalidade e pela importação do ódio racial, não estão aqui mais, tragados que foram por fatos outros.

É importante dizer que o Brasil avança, e temos que celebrar esses avanços, que não têm sido poucos, numa luta histórica.

Lembramos, neste momento também de Abdias Nascimento, que há pouco tempo estava entre nós, e que foi um dos grandes baluartes desse cenário. Como eu disse na tribuna do Supremo Tribunal Federal, temos também o legado de Zumbi, de Luiz Gama, e de todos que participaram e participam dessa luta, que faz avançar o afrodescendente no Brasil.

Quero dizer ainda que, no tocante ao Estatuto da Igualdade Racial, há muito por fazer. Ele foi aprovado aqui – eu estava como Ouvidor, à época, na Seppir, e parece-me que ainda não saiu, em sua grande maioria, do papel.

A Seppir produziu um documento, um grupo de trabalho, que dizia que 85% dispensavam a regulamentação, e apenas 15% precisavam dela. É preciso saber por que não só o Governo Federal, mas o Governo dos Estados e dos Municípios não avançam nestes 85% da implementação do Estatuto da Igualdade Racial, que não precisam de regulamentação? Porque não é tarefa só do Governo Federal. Esta tarefa é dos Governos Estaduais, é dos Governos Municipais. E a pergunta que fica é: por que nos outros campos do Estatuto da Igualdade Racial, que não necessitam de regulamentação, não avança com a lei, não avança com a implementação das ações afirmativas?

Cito alguns exemplos, como a questão das comunicações, que está ligada ao assunto da personagem Adelaide, da Zorra Total, o programa da Rede Globo de televisão, que envergonha o Estado brasileiro no tocante à forma como trata a mulher negra, a forma como a achincalha, como faz traçados estereotípicos em que só jogam para baixo a pessoa. Em vez de jogar a pessoa para cima, só estigmatizam e a colocam como um personagem, aliás, é o único personagem negro feminino de todo o programa. Todas as vezes que o assistimos, procuramos outros personagens e só aparecem... Não sei se viram agora, na última vez, em que apareceu uma filha com o personagem representando o Morro do Urubu branco. Isso tem sido comentado em vários lugares e a Ouvidoria da Seppir também já tomou providências. Nós, em breve, tomaremos providências. Porque o Estatuto da Igualdade Racial dá oportunidade para que o Ministério das Comunicações tenha uma atuação mais firme em relação a isso.

Também citaria como exemplo a questão da capoeira. Estão por vir as Olimpíadas e, até agora, não temos notícia de que o Ministério dos Esportes tenha avançado na questão da capoeira como esporte olímpico. Não têm sido poucos os mestres de capoeira que têm reclamado isso por todo o País.

Mas, no Estatuto da Igualdade Racial, a questão dos recursos do FGTS colocados a favor da ação afirmativa. Eu não entendo, até hoje, se não se precisa de regulamentação, o porquê de o próprio Governo Federal não ter uma atitude firme, uma atitude de orientação. Não basta fazer a lei. O Congresso faz a lei, a Presidente da República a sanciona, como é o caso da Lei nº 2.711, mas uma série de medidas administrativas poderia estar sendo tomadas.

Portanto, basta um olhar diferente, que é a questão das ações afirmativas: colocar todos estes montantes de recursos – o Sistema S, Sesc, Sebrae, Senac, Senai – à disposição dessas instituições que, na verdade, é um dinheiro do trabalhador brasileiro, através do Fundo de Garantia. Por que não há uma orientação das ações afirmativas, já que isso está previsto no Estatuto da Igualdade Racial, no art. 58, se não me engano?

De qualquer jeito, esse olhar diferente a partir desse momento de inclusão do afrodescendente é um momento importante.

Quero dizer ainda, já finalizando, Sr. Presidente e Senador que ilustra o Senado brasileiro, que, na verdade, tudo isso, quando se tratar da reparação histórica, da reparação por conta da escravidão, essas coisas, na verdade, terão um tamanho muito reduzido.

Se começarmos a falar sobre a reparação da escravidão no tocante a cada Município brasileiro, sobre qual é a reparação por conta da escravidão em cada Município brasileiro, discutir cotas para estudantes é uma coisa muito pequena. Ela vai ficar colocada como um instrumento que foi utilizado durante o percurso. Mas, na verdade, a grande luta vai ser a reparação por conta dos resquícios da escravidão para o negro no Brasil que perduram até hoje.

Nesse sentido, eu quero lamentar muito a perda do terreno que foi colocado para o Centro de Referência da Memória da Escravidão, quando o Presidente Mandela esteve aqui, às margens do Lago Paranoá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Eu estive lá, naquele dia. Eu não sabia que não é mais...

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR – Pois é.

Eu lamento, assim como muita gente lamentou, a perda desse terreno por conta da não edificação no prazo da concessão do Governo do Distrito Federal, era um prazo curto, e não foi feita a edificação. Por isso o Governo do Distrito Federal fez a retrovenda. Inclusive pediria a intervenção do seu mandato na tentativa de que, se não houver a possibilidade de fazer essa busca do terreno de volta, que ele fosse deferido para os quilombolas, como um centro de permanente, porque dizem que estão invadindo tudo. Então, que

os quilombolas do Brasil inteiro, que eram os quilombolas que estavam por conta da Fundação Palmares, que o nosso querido Carlos Moura representa, e com certeza vai poder se manifestar, que eles pudessem ter esse terreno em nome deles mesmos, como um centro permanente de organização dos quilombolas do Brasil, já que no período em que foi deferido lá, a Fundação não teve oportunidade de fazer edificação do prédio e acabou, por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, tendo que fazer a rescisão.

No mais, quero agradecer pela a oportunidade de estar aqui mais uma vez, e parabenizar a Comissão de Direitos Humanos, nobre Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Humberto Adami, falou em nome da OAB e também do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental. (Palmas.)

Está conosco o Senador Cristovam. S. Ex^a, como sempre, não estando, a convite, no exterior fazendo palestra – eu sei que muitas vezes S. Ex^a usa os fins de semana para isso –, sempre, na segunda-feira, está conosco aqui. Agradeço a sua presença e, como é praxe, seja bem-vindo. (Palmas.)

Passamos a palavra de imediato à Dr^a Ilma Fátima de Jesus, Coordenadora-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que assessora diretamente o Ministro Aloizio Mercadante e aqui o representa.

Por favor.

A SR^a ILMÁ FÁTIMA DE JESUS – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Senador Paulo Paim, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo aqui no Senado, sempre em defesa da população negra – a gente acompanha esse trabalho há muito tempo; Mário Theodoro, representante da Seppir, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Carlos Moura – também acompanhamos muito tempo a trajetória de Carlos Moura, o Humberto Adami o citou à frente da Fundação Palmares, a gente o acompanha desde então; Humberto Adami, do Instituto Iara, de relações raciais, que também tem sido muito veemente no acompanhamento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no debate que vem sendo travado a partir da nossa presença mais incisiva cobrando direitos.

E, quando falamos de política de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, nós devemos sempre lembrar que tudo se iniciou com a discussão de ações afirmativas. Então, ao abordarmos a importância da política de cotas, é necessário entendermos as ações afirmativas. E o termo chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que, em grande parte,

reflete os debates e experiências históricas dos países que desenvolveram as ações afirmativas.

A expressão tem origem nos Estados Unidos, num local que até hoje é referência nesse debate. Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas expressas principalmente pelo movimento pelos direitos civis. Então, a bandeira de luta era a oportunidade a todas as pessoas. E o surgimento das ações afirmativas acompanha o debate pela eliminação das leis segregacionistas nos Estados Unidos.

Então, o movimento negro na época, com lideranças atuantes, que nós podemos lembrar como Martin Luther King, foi apoiado também por segmentos não negros na defesa desses direitos.

E a ideia de uma ação afirmativa exigiu que o Estado, além de garantir que as leis antissegregacionistas fossem eliminadas, garantisse a inexistência dessas leis segregacionistas, também assumisse uma postura ativa para a melhoria das condições de vida da população negra norte-americana.

Então, a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Há experiências semelhantes em vários países. Na Europa ocidental, cito Reino Unido, Irlanda, França; nos países baixos, Suíça, entre outros; além disso, Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina e Cuba, onde há experiências de ações afirmativas.

Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, e a expressão era “ação ou discriminação positiva”, para essa política de eliminação das desigualdades.

Em 1982, a discriminação positiva foi inserida no primeiro Programa de Ação para Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Europeia. Nesse formato, a ação assumiu diversas formas: ações voluntárias, de caráter obrigatório, estratégia mista, programas governamentais ou privados, leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação.

A ação afirmativa é uma forma de planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos segmentos pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinadas áreas, como aqui já foi citado: empregos ou escolarização. É o que estamos debatendo mais.

As áreas contempladas são grupos étnico-raciais discriminados e mulheres. As principais áreas são mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários, e o sistema educacional, especialmente o ensino superior e também a representação política.

Quando debatemos a política de cotas, é importante dizer que a ação afirmativa envolve vários desenhos. O mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em uma área específica por grupos definidos. Isso pode ocorrer de maneira proporcional ou de forma mais ou menos flexível.

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, no dia 29 de agosto de 2012, a lei que instituiu o sistema de cotas nas universidades federais de todo o País.

A lei prevê que as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais de nível médio reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição de vagas entre negros, indígenas e tendo como base as estatísticas mais recentes do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Durante o ato de sanção da lei, o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, enfatizou que a Presidenta observou que o mecanismo precisa associar a inclusão a qualidade do ensino superior público.

As universidades e institutos federais terão prazo de 4 anos para implantar progressivamente o percentual de reserva de vagas, estabelecido pela lei, inclusive as que já adotam algum tipo de sistema afirmativo na seleção de estudantes.

O Senador Paulo Paim, no início desta audiência, enfatizou tudo isso.

O Enem 2012 continuará a servir como um dos parâmetros para o novo sistema. Ao longo deste ano, será feita a regulamentação complementar.

As cotas fazem parte das políticas de ação afirmativa. As ações afirmativas têm sido aplicadas a diversos segmentos da sociedade brasileira. O termo “ação afirmativa” chega ao Brasil e reflete os debates e experiências históricas que temos tido hoje.

Os anos 90 acompanharam algumas dessas mudanças.

Em 1995, encontramos a primeira política de cotas adotada no País por meio da legislação eleitoral, que estabeleceu uma cota mínima de 30% para as candidaturas de todos os partidos políticos.

Mas, antes, nós tínhamos cotas que nem eram conhecidas por todos os brasileiros e brasileiras: a Lei da Cota do Boi é uma delas. Ela tem sido mais debatida ultimamente. Então, os filhos de fazendeiros já entravam nas universidades por meio dessa cota.

E, no âmbito do movimento negro, a Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida, em 1995, representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público, com propostas de políticas públicas para a população negra, sugeridas

para o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, apresentado pelo Movimento Negro ao Governo Federal. Algumas dessas políticas foram implantadas, contudo, seus recursos ainda são muito limitados e seu impacto permanece ainda muito restrito.

O Estatuto da Igualdade Racial, que nós acompanhamos desde que o Senador Paulo Paim o apresentou, é importante. E a sanção da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, indica, no Título II, Dos Direitos Fundamentais, Capítulo II, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que “o Poder Público adotará programa de ação afirmativa”. Quando essa indicação é feita e o Estatuto da Igualdade Racial é aprovado por lei, em 2010, nós já tínhamos um longo caminho na adoção de ações afirmativas. Humberto Adami lembrou muito bem isso quando citou o exemplo da UERJ. E nós acompanhamos o coletivo de negros da UERJ nessa luta – e pela permanência inclusive, com muitas campanhas – para permanecer na UERJ, e foram os que saíram com melhor desempenho nesta Universidade.

Então, desde 2001, as instituições públicas de ensino superior, com base nas deliberações de seus órgãos colegiados, têm adotado ações afirmativas num movimento que se expandiu progressivamente em todo o País, sendo fruto de iniciativas diversas, atendendo a demandas locais, resultando de uma expressiva diversidade de experiências. Isso é o que a gente chama de um processo de democratização do acesso às universidades públicas do País.

E, pelo caminho da autonomia universitária, as universidades respondem ao desafio do enfrentamento da desigualdade, de acordo com a realidade da região e consciência de responsabilidade social, promovendo essa igualdade de oportunidades e respeito à diversidade e à busca pela igualdade.

Com respeito à materialização das ações afirmativas, há uma colocação da Prof. Nilma Lino Gomes que eu gosto muito de citar. Ela diz que assumir a diversidade em nosso País significa muito mais do que um elogio às diferenças; representa não somente fazer uma reflexão sobre a diversidade que há em nosso País, os grupos sociais que aqui se encontram, mas também implementar políticas públicas, alterar as relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia.

E, aqui na plateia, temos a nossa Secretaria da Igualdade Racial do Distrito Federal, Josefina (*Palmas*), que representa um pouco dessa diversidade que nós estamos assumindo na democratização do acesso a postos na Nação brasileira.

Então, as cotas fazem parte de um contexto das ações afirmativas e são fundamentalmente um avanço

nas políticas de eliminação do racismo e de suas manifestações, como a discriminação e o preconceito racial.

O Estado brasileiro coloca em prática vários instrumentos jurídicos internacionais que aderiu, a exemplo da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinada em 1969, e, mais recentemente, o Plano de Ação de Durban, resultante da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban em 2001. O Plano de Durban corrobora a ênfase já colocada pela convenção dos anos 60 pela adoção das ações afirmativas.

Aí, nós poderíamos dizer muito mais.

Falando da Constituição da Índia, nós temos o exemplo que o Senador Paulo Paim nos deu com a exibição do filme sobre o trabalho escravo, e a Índia está lá, também figurando como um dos países que têm trabalho escravo, além do nosso, mas tem constituição dos países adotada pela Malásia, Estados Unidos, África do Sul, e, desde então, pelo Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Colômbia e México, conforme consta do Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, assinado por diversos intelectuais, militantes, personalidades negras e não negras que lutam contra o racismo, e professores dos núcleos de estudos afro-brasileiros das universidades federais.

O Programa Universidade para Todos também não pode ser esquecido, porque ele foi criado com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior a estudantes de baixa renda. Tem dados atuais do Inepi que demonstram que os bolsistas do ProUni tiveram nota igual ou superior às dos estudantes no Enade, todos estudantes de ensino superior, o que coloca por terra o mito de que as cotas, as ações afirmativas diminuem a qualidade no ensino superior. É a comprovação de que o investimento em políticas públicas que democratizam o acesso ao ensino superior, contemplando jovens de baixa renda, tem tido sucesso.

Então, o bom rendimento desmascara as críticas preconceituosas que afirmam que as instituições de ensino superior perderiam a qualidade com a entrada de estudantes bolsistas oriundos de escolas públicas e oriundos de famílias de baixa renda, e demonstra a capacidade de superação de jovens que agarram com as duas mãos a possibilidade de cursar uma faculdade.

No Brasil, apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos cursam o ensino superior; a grande maioria em instituições públicas de portas fechadas; são restritos nessas instituições. Então, a grande maioria está em universidades particulares. Aí, há o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, para que o acesso seja possibilitado a essa larga maioria que não tem acesso.

Então, as instituições particulares ainda abraçam mais esses estudantes.

Eu me lembro da minha passagem pelo ensino superior e mesmo pela pós-graduação, desde os anos 70 até o início dos anos 80, da dificuldade que tínhamos. Não se entrava em uma universidade federal, e na universidade particular nós tínhamos, no meu curso, apenas duas estudantes negras. Então, eu e uma colega de turma, nos anos 80, finalizamos essa experiência.

Então, eu penso que as ações afirmativas, além de democratizarem o acesso, no Estado brasileiro, a estudantes sem possibilidades, e sou oriunda de uma família negra, pobre, nordestina, que passou por essa trajetória, podem, também, contribuir com políticas públicas para a permanência desses estudantes.

O estudante que chega ao ensino superior sendo oriundo das classes populares tem mais dificuldade no seu período de graduação: dificuldade de transporte, para conseguir livros. Então, as políticas públicas são necessárias nesse sentido.

Aí, nós queremos dizer que a discussão sobre ações afirmativas está no debate que se trava sobre as cotas nas universidades públicas no Brasil. O ganho foi a aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, da constitucionalidade das cotas nas universidades.

O ProUni mostra tudo isso, e o Enade tem mostrado esse rendimento.

Quero dizer que a Constituição Federal já contempla a igualdade de oportunidades a todos.

Tenho o desempenho dos concluintes do ensino médio. Na verdade, temos 150 mil estudantes que concluíram na rede pública com melhor desempenho. Temos um percentual de estudantes que vão agora para o ensino superior, e um total da população negra que perfaz mais de 50% – 51,07% da população brasileira são negros. Temos ainda muitos analfabetos, uma maioria negra. É bom falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O dobro.

A SRª ILMA FÁTIMA DE JESUS – O dobro, 7,1% de brancos contra 16,9% de negros.

Temos muito que avançar, inclusive na educação básica: 32,3% dos negros com analfabetismo funcional e 18,4% de brancos. Olhem só a desigualdade. Temos uma escolaridade em que os negros que concluem o ensino médio são 28,2%, e brancos, 52,4%. Então, a desigualdade é de 50%.

Queria dizer que 3,8% de negros estão matriculados no ensino superior. Olha só a necessidade que temos de ampliar esse acesso.

Então, se formos pensar, precisamos de muito mais debate sobre as políticas de cotas e sobre a apli-

cação do Estatuto da Igualdade Racial, como bem enfatizou Humberto Adami e como tem debatido, e eu tenho assistido o Mário Theodoro sobre a política de cotas.

Fico por aqui, porque o tempo não é tanto, mas o debate continua.

Gostaria de saudar também o Senador Cristovam Buarque, que está aqui na plateia e que também tem sido parceiro do Senador Paulo Paim nesse debate, e parabenizar o Senado Federal e a Comissão que chama essa audiência pública para que a gente consiga debater mais e mais sobre a importância da política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Ilma Fátima de Jesus, que aqui representou o Ministro Aloizio Mercadante.

Dr. Carlos Moura, Coordenador-Geral do Centro Nacional de Formação e Referência da Cultura Negra da Fundação Cultural Palmares, representando o Presidente Eloi Ferreira de Araújo.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, a quem saúdo. Saúdo também os componentes desta Mesa, o Ministro Mário Theodoro; a Prof^a Ilma de Jesus, Coordenadora Geral de Educação das Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação; o Dr. Humberto Adami, que aqui representa o Instituto Socioambiental e Racial; e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante. Quero ainda saudar a Dr^a Josefina dos Santos, que é a Secretária de Igualdade Racial do Distrito Federal, e também o Senador Cristovam Buarque, e já nesta linha, não respondendo, mas chamando a atenção para um fato importante relativo à questão levantada pelo Dr. Adami com relação ao terreno que pertenceu à Fundação Palmares, aqui, em Brasília, às margens do Lago Paranoá. Esse terreno foi doado à Fundação Cultural Palmares pelo então Governador Cristovam Buarque... (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco – PT/RS) – Eu nem sabia, viu?

O SR. CARLOS ALVES –... na presença do Presidente Mandela, numa radiosa manhã, memorável manhã.

E, provavelmente, nós teremos, nós, Fundação Cultural Palmares, nós, movimento negro, nós, sociedade de um modo geral, teremos o apoio deste Senado Federal, nas pessoas do Senador Paim e do Senador Cristovam Buarque, para que as articulações que estão sendo feitas para que, não esse mesmo imóvel, mas um outro imóvel aqui no Distrito Federal possa ser doado à Fundação Cultural Palmares, para a instalação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra.

Costumo dizer, quando tenho oportunidades iguais a esta, que dar a palavra às pessoas mais antigas é um pouco arriscado, porque as pessoas mais antigas ficam pensando muito no passado. Mas há histórias que precisam ser contadas, porque, senão, elas não ficam registradas. E nesta oportunidade, em que os meios de comunicação do Senado Federal permitem que as vozes da democracia sejam ouvidas em todo o território nacional, eu quero lembrar que o Senador Paulo Paim inaugurou, no Congresso Nacional, a política relativa à inserção da problemática do racismo, do qual a comunidade negra é vítima, e também não só na perspectiva da denúncia, mas na perspectiva de que o Estado brasileiro incorporasse políticas que pudessem favorecer a comunidade negra.

Eu me recordo de que, já nos idos de 1995, o Senador Paulo Paim apresentava ao Congresso Nacional uma proposta para uma política de cotas. Posteriormente, em função de articulações e acordos – porque, para que se chegue a um consenso, é preciso que se discuta, é preciso que haja várias reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco – PT/RS) – Permita-me, só por uma questão de justiça, a lembrança: àquela época, nós apresentamos o Estatuto da Igualdade Racial, em que estava embutida a política de cotas. Mas, naquele mesmo ano, o Presidente Sarney – é uma questão de justiça – aprovou, aqui no Senado, a política de cotas, e nós inserimos também o projeto dele, na íntegra, ao Estatuto. E depois tivemos que retirar para poder votar o ...

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Pois é. Já que estamos falando em história, temos que lembrar também que a Fundação Cultural Palmares, que está fazendo 24 anos, foi criada por proposta do Presidente Sarney ao Congresso Nacional.

Eu estava pensando no vídeo aqui apresentado, relativo ao trabalho escravo, ao sofrimento por que homens e mulheres passam para exercerem o seu labor, e pensava também em quanto os nossos antepassados sofreram na construção do Brasil.

Lembrava-me também, apesar da delicadeza do Ministro Mário Theodoro e da delicadeza da Prof. Ilma Santos, que a Lei do Boi é a lei do latifúndio. A lei que vigorou até os anos 80 era para proteger e facilitar o acesso à universidade dos filhos dos latifundiários. Latifundiários que, no passado e ainda agora insistem que seus trabalhadores, sobretudo os trabalhadores rurais, exerçam atividade análoga ao trabalho escravo. Mudou pouco. Mudou pouco.

Voltando à temática que nos traz a essa colação, eu diria que a política de cotas, no âmbito de ações afirmativas, deu também uma oportunidade à socie-

dade brasileira para que abertamente fosse discutido o racismo introjetado em toda a nossa sociedade.

Nunca é demais, Senador Paim, revelar isso. Nunca é demais. Mas também é preciso reafirmar – como já foi dito aqui – que estamos avançando: o Estatuto da Igualdade Racial; a Fundação Cultural Palmares, que está fazendo 24 anos; o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, que criminaliza a prática do racismo; a Lei Caó, que disciplina o inciso XLII, o art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, que determina que o Estado garanta a propriedade aos ocupantes das terras remanescentes dos quilombos; a criação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e, agora, a Lei nº 12.711, a Lei das Cotas. Esse elenco de legislação e de atos administrativos vem contribuir para que os excluídos estejam na universidade. E o que é mais importante, vem fazer com que o mandamento da Constituição que fala em igualdade seja efetivamente praticado: a igualdade de oportunidade para todos.

É o Estado brasileiro, por intermédio da Lei nº 12.711, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidente da República, que avança no sentido de que todos aqueles que cursaram a escola pública, negros e indígenas, tenham acesso à universidade.

Mas eu diria, Senador Paim, que, para o acesso, é necessário haver condições de permanência e condições de progresso. Ingresso, permanência e sucesso, e esse sucesso já está sendo provado porque há vários estudos que mostram – e a Professora Ilma de Jesus já nos trouxe isso – que aqueles que ingressam mediante a política de cotas na universidade progredem e saem da universidade aptos a exercerem a função para a qual foram bacharelados.

É preciso investir no ensino fundamental e no ensino médio, mas é necessário também que se dê igualdade de oportunidade para que negros possam ingressar na universidade.

Nós só iremos efetivamente cumprir os arts. 3º e 5º da Constituição Federal quando o Estado e a sociedade permitirem que nós, comunidade negra, possamos estar nos mais diversos níveis da escala social, política e econômica do País.

Isso já foi dito aqui, e, felizmente, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal estão cumprindo com seu dever. Estão, em respeito à Constituição e, evidentemente, em respeito e atenção às reivindicações do Movimento Negro e dos seus aliados, caminhando no sentido da superação do racismo, do preconceito e da discriminação.

Por tudo isso, Senador Paulo Paim, a Fundação Cultural Palmares cumprimenta o Congresso Nacional na sua pessoa, para que possamos caminhar cada vez

mais no sentido de superarmos o racismo, mas há necessidade também de que toda a sociedade cumpra também essa tarefa. E aqui vai também um alerta ao empresariado, para que, nos postos de trabalho, haja maior ingresso, maior permanência e maior sucesso de negros e negras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Dr. Carlos Alves Moura, que aqui representou a Fundação Cultural Palmares e o seu Presidente Eloi Ferreira de Araújo.

Eu pediria aqui aos nossos convidados para que retornassem à primeira fila. Vamos chamar outra Mesa. Peço apenas que o Ministro continue na Mesa, enquanto formamos a outra Mesa e, depois, vamos ao debate.

O SR. HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR

– Sr. Presidente, eu só queria pedir para constar o requerimento, independentemente dos esclarecimentos do querido Carlos Moura, para que saísse desta Mesa um ofício, do gabinete de V. Ex^a, cobrando da Ministra Ana Hollanda informações, solicitações a respeito da perda do terreno doado na época do então Governador Cristovam, hoje Senador aqui, porque o que se fala também é que há poucos recursos, e os recursos, quando são colocados à disposição das instituições para promover a inclusão do afrodescendente, têm de ser bem geridos.

É inaceitável que um terreno que foi doado, com a presença do então Presidente Mandela, para a construção de Centros de Referência Negra no Brasil seja perdido pela má gestão dos recursos, por falta de edificação! Então, o Tribunal de Contas do Distrito Federal já retomou o terreno não porque o Tribunal de Contas achou ruim, mas porque havia uma cláusula de edificação em determinado prazo. E era preciso fazer o quê? Construir. Ao invés disso, pagando-se aluguéis exorbitantes, não se construiu.

Então, é preciso que a Ministra Ana de Hollanda, que é a responsável pelo Ministério da Cultura, venha a público para dar as explicações necessárias para o movimento social, dizendo o porquê de ter havido essa perda de um terreno que foi doado para o Movimento Negro Brasileiro.

Quero reiterar a proposta de que o Movimento Quilombola – a gestão da demarcação de terras está a cargo da Fundação Palmares –, os próprios quilombolas, então, façam um requerimento para que esse terreno, que é caro e que está às margens do Lago Paranoá, possa ser entregue à administração dos próprios quilombolas, para que eles possam fazer, talvez, outro tipo de gestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Humberto Adami! Nos encaminhamentos, faremos, então, o devido processo legal para o ofício em questão.

Nós vamos formatar a segunda Mesa. Enquanto a segunda Mesa é formatada, já anuncio que a palavra será passada ao Senador Cristovam Buarque.

Chamo para compor a segunda Mesa **O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO**, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU); a Dr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; o Dr. Fernando Benício de Santos, Coordenador da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), em Brasília; a Dr^a Ticiane Imbroisi, Assessora Parlamentar da Fundação Nacional do Índio (Funai), representando aqui a Presidenta da Funai, Marta Maria do Amaral Azevedo. (Palmas.)

Com esses cinco convidados, todos estão na Mesa, todos os convidados estão usando seu espaço. Na primeira Mesa, foram quatro convidados, e, agora, são mais quatro, com a presença do Ministro aqui.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao Senador Cristovam, que já havia se inscrito para usar da palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu poderia até esperar para falar no final, mas, de qualquer maneira, de repente o que vou colocar pode provocar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É até bom, no intervalo entre uma Mesa e outra, eles ouvirem um Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero, em primeiro lugar, dizer que, na primeira Mesa, eu ia reivindicar cota para brancos na Mesa, para que houvesse alguém defendendo as cotas com toda a tranquilidade por não querer defender interesse de grupos, de pessoas. Eu defendo as cotas por razões patrióticas, porque o Brasil precisa mudar a cor da cara da sua elite, para que essa cara passe a ter a cor do povo brasileiro, que é também composto de negros.

Então, em primeiro lugar, quero deixar claro isto: as cotas não visam a beneficiar os negros, mas visam a beneficiar o Brasil. A gente usa os jovens negros que fizeram o curso médio, que passaram no vestibular, mas que não foram classificados, dando-lhes vagas, para que eles mudem a cor da cara da elite brasileira, como outros países fizeram. Na África do Sul, quando o Presidente Mandela chegou, é óbvio, todos os diplomatas eram brancos, e ele determinou que 50% seriam negros. Ele não poderia ter feito de forma diferente. Uma diplomacia de brancos não representava a África do Sul após o *apartheid*. E alguns dizem que isso levou a uma queda na qualidade. Isso pode até ter

levado a essa queda do ponto de vista de saber sentar à mesa. Falar idiomas não era problema, porque, na África do Sul, fala-se inglês.

Mas a qualidade não vem só de como você se senta à mesa. Vem de como você representa o seu País. E um embaixador negro representa pelo menos tão bem quanto um branco da África do Sul. Era preciso fazer cotas para negros.

Mas, no caso da Universidade, a ideia de que a qualidade vai cair é mais absurda ainda. As pessoas esquecem que só vai se beneficiar de cota para negros aqueles que passarem no vestibular. Nenhum jovem que não tenha terminado o ensino médio vai poder se beneficiar das cotas. Nenhum jovem que não tenha passado no vestibular vai poder se beneficiar das cotas. O que as cotas fazem é: aqueles que passaram no vestibular e se classificaram além do número de vagas, ter direito de entrar, mesmo que suas notas tenham sido inferior às daquelas de alguns.

Agora vejam bem: não tem nada, mas nada a ver a nota que você tira no vestibular com o seu desempenho futuro como profissional, gente. Alguém já foi a um médico e perguntou: “em que lugar você passou no vestibular?”. Duvido que alguém pergunte isso. Você pergunta em que universidade estudou, você pergunta onde fez a residência, que cursos adicionais fez. Mas a entrada no vestibular praticamente nenhuma influência tem no desempenho do aluno, e eu até diria que os que passam em primeiro lugar, às vezes se demonstram tão brilhantes que mudam de profissão. Nada tem a ver.

É absurdo que algumas pessoas que se consideram sérias digam que vai cair a qualidade. Até porque é difícil a qualidade da universidade brasileira cair mais do que já caiu nos últimos anos. A qualidade da universidade brasileira não tem nada a ver com as notas que os alunos tiram no vestibular. Tem a ver com a qualidade do ensino básico que eles receberam.

Hoje, os que passam em primeiro lugar no vestibular – em média, é claro, não estou falando de todos – não estão suficientemente preparados para um bom ensino superior, porque tiveram uma educação de base deficiente. Porque saíram da educação de base sem falar dois, três idiomas, incluindo o português – e isso é fundamental hoje –, com uma formação de matemática deficiente, por isso 30% abandonam os cursos de engenharia, independente da raça. Quem abandona os cursos de engenharia não são os jovens que entraram pela bolsa. São os jovens – ponto – brasileiros.

Além disso, sempre houve cotas no Brasil e a Prof. Ilma falou isso. Sempre houve cotas. Houve o tempo que a cota era para os fazendeiros. Entrava-se na universidade indicado, ou pelo imperador. Com

a democratização veio o vestibular. Mas o vestibular sempre usou cotas, Senador Paim. Era uma cota ao contrário. Só entra os que estudaram em escolas particulares – de alta renda dos pais. Então, sempre houve uma cota no Brasil para filho de rico. Não para branco, para filho de rico.

Só que no Brasil, a cor da pobreza é negra. Hoje há cota. Quem nasce em uma família pobre tem a cota negativa de que não vai entrar na universidade boa, porque não vai ter chance de se alfabetizar – são 14 milhões de analfabetos –, que se alfabetizam, mas não terminam o ensino médio. São pouquíssimos. Porque terminam o ensino médio, mas sem qualidade para passar no vestibular. Há cota sim. É uma cota perversa. Diferente da cota patriótica de mudar a cor da cara da elite brasileira.

E há outra cota que as pessoas entendem. Eu não vou dizer a maior parte, mas, muitos dos que eu vejo, intelectuais brasileiros contra as cotas, fizeram seus doutorados graças às cotas: cotas para os brasileiros, cotas para latino-americanos. Eu entrei em uma universidade francesa com uma cota para exilado político. Será que eu seria aceito – brasileiro – se não fosse o gesto solidário do governo francês de apoiar jovens brasileiros que estavam obrigados a sair de seus países?

Mas vamos olhar, todos, procurem fazer uma análise: onde estudaram os que, hoje, doutores, PHDs são contra em nome da qualidade? Onde eles estudaram? Como eles entraram naquelas universidades? Receberam, inclusive, mais do que vaga na universidade. Receberam uma bolsa para pagar os seus custos que eram caros nas universidades americanas.

Então, não há por que o Brasil deixar de ter cotas, se quer dar dignidade à elite brasileira.

Eu sou de Recife, um lugar de muita negritude, perde para Salvador, não sei se para o Rio. A primeira vez que fui a um médico negro, eu tinha 60 anos e estava em Angola. Confesso que senti um estranhamento, porque não se vê, não há, que eu saiba, um único embaixador negro no Brasil. Tenho um ex-aluno que não deve demorar para ser promovido, mas são raros os que estão lá dentro. E vão começar a aparecer, porque o Itamaraty está com uma política correta, uma espécie de cotas diferente, facilita-se o preparo de jovens negros para fazerem o concurso do Instituto Rio Branco. Tem que mudar essa cor da cara da elite brasileira, daí as cotas.

Dito isso, quero propor uma nova bandeira de luta, porque as cotas já foram adotadas, já é lei. Na verdade, deveríamos estar aqui comemorando. Eu quero que o Movimento Negro lute por uma cota de 100% de negros alfabetizados neste País. Eu não vejo

essa luta. (*Palmas.*) Já conversei com o Sérgio algumas vezes sobre isso.

Eu quero uma cota de 100% dos jovens negros terminando o ensino médio com a mesma qualidade dos filhos dos ricos. Eu não vejo o Movimento Negro lutando para que a escola do negro seja tão boa quanto a escola do branco e para que o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão. Não vejo essa bandeira. Aí inclusive transfere o problema da raça para o problema social.

A Profª Ilma falou que temos apenas 3,8% de negros nas universidades, e não vamos poder aumentar muito. Sabe por quê? Porque são poucos que terminam o ensino médio. A percentagem dos negros que terminam o ensino médio é muito menor do que a de brancos. E não vamos defender cotas para os que não terminam o ensino médio poderem entrar em uma universidade. Jamais o Movimento Negro defendeu isso.

Só tem um jeito de chegar às cotas na mesma proporção da distribuição racial no País: é todos terem escola igualmente boa. Até lá, tem que ter cota sim. Alguns dizem: é paliativo. É um paliativo necessário. Eu tomo aspirina quando estou com dor de cabeça. O Brasil tem uma dor de cabeça que é a dor de cabeça de uma elite branca em uma sociedade que não é só branca. Essa dor de cabeça cura-se, provisoriamente, de uma maneira não satisfatória, com as cotas.

Mas precisamos avançar, precisamos não só curar a dor de cabeça, mas a doença que a sociedade brasileira tem de uma educação que divide as pessoas socialmente e aí também racialmente. Nós precisamos dar um salto adiante e começarmos a lutar por uma educação igual para todos, de tal forma que, um dia, nem cotas mais sejam necessárias, porque todo mundo passou a disputar em qualidade. Na hora em que todo mundo disputar com a mesma qualidade não vai ter necessidade de cotas para negros, porque negro é tão inteligente quanto branco, desde que tenha chance de estudar.

Alguns dizem que é para proteger negros. Não é para proteger negros; é para proteger o Brasil da vergonha de ter uma elite só branca em um país multiracial. Não é para proteger negros. E não é para proteger pessoas com qualidade menor do que outros. É para proteger o Brasil dando incentivos para aqueles que, por uma razão ou outra, não tiveram 0,2% a mais na nota, ficaram de fora. E sabemos que, em vestibular, muitos são reprovados por acaso, não por incompetência e outros são aprovados por acaso, não por competência.

Então, ao mesmo tempo em que quero dizer da satisfação de estar aqui, e me sinto até comemorando, porque a Presidenta Dilma já sancionou a lei, já é uma coisa do passado... Aqui, quero, citando o Sérgio,

cumprimentar todos os que realmente lutaram. Foi um grande número, mais você é o que mais vi aqui juntamente com o Frei. Todos vocês lutaram. Foi uma grande vitória para o Brasil, não foi para os negros. Mas quero cobrar de vocês. Vamos lutar agora por uma educação igual para todos desde o nascimento da criança. Pode até começar lutando para que os negros estudem na mesma escola dos brancos, com alta qualidade. Aí, os brancos também vão ter alta qualidade. Não precisa lutar diretamente pelos brancos; deixem eles lutarem pelos brancos, mas, quando lutarem por uma educação boa para os negros, vão lutar por uma educação de base boa para os brancos também.

Esta é a luta que eu gostaria de ver: uma campanha grande do movimento negro pela erradicação do analfabetismo no Brasil. Os maiores beneficiados serão negros, porque a maior parte dos analfabetos é negra. Não porque tenha uma inteligência menor, mas porque tem no Brasil uma chance menor por serem pobres. Eu acho que há racismo no Brasil, mas não é o racismo na entrada da universidade; ninguém diz: “Esse aqui entra porque é branco; esse aqui entra porque estudou na escola de rico.” Por isso, a gente precisa criar as cotas.

É isso, Senador Paim. Eu vim aqui – estou aqui, na verdade – para dizer que temos de comemorar esse salto, mas, ao mesmo tempo, temos que começar a lutar por mais coisas, e essas coisas a mais é a escola de qualidade para todos. E igualmente de qualidade para todos, independentemente da cidade onde se vive e do berço onde nasceu. É por isso que gente precisa lutar. Nessa luta, eu creio que o ardor que vocês tiveram na luta pelas cotas para a universidade vocês poderiam transferir para a luta pela educação de base e também pela alfabetização de adultos.

E, para concluir, eu lembro algo que o movimento negro não está percebendo: diminuiu o número de alunos na EJA – Educação de Jovens e Adultos, daqueles que não conseguiram estudar na época certa. Se vocês olharem, a maior redução de vagas foi de alunos negros, e a gente não está preocupado com isso aparentemente. E isso vai pressionar na hora de entrar na universidade, porque, através do EJA, muitos que não fizeram o curso na hora certa conseguem terminar o ensino médio e passar no vestibular. Não vi ainda a luta de vocês contra esse absurdo. E poderia ser uma grande coisa a redução da EJA se se dissesse: “Não, é porque agora já estão na idade certa e não precisam mais da EJA.” Não! Diminuiu o número de matrículas na educação de base nesses últimos dois anos. Aí, alguns dizem: “Não, é porque está nascendo menos criança.” Não. Essa redução do número de crianças vai aparecer daqui a alguns anos, mas não

apareceu ainda; ainda é preciso aumentar o número de vagas, mas diminuiu o número de vagas. Aqui no Distrito Federal, diminuiu o número de crianças nas creches. Se vocês olharem, a maior parte dos que ficaram sem creches são meninas negras e meninos negros, e a gente só está pensando – vamos falar francamente – na universidade.

Eu quero cotas para jovens negros na universidade, mas eu quero cota de 100% de negros em escola de qualidade boa. E esses 100% só vêm com a radical publicização da educação de base no Brasil com qualidade para todos.

Deixo aqui os meus cumprimentos pela vitória de vocês, que é do Brasil inteiro. Seria o mesmo dizer que Joaquim Nabuco lutou pela escravidão para beneficiar os negros. Não. Ele lutou para erradicar a escravidão – e naquela época não havia a de brancos e hoje há – e pelo Brasil, que tinha vergonha. Um dia D. Pedro II foi visitar Victor Hugo, e Victor Hugo se negou a apertar a mão dele e disse que não apertava a mão de um Imperador de um país onde havia escravos.

A gente quer que lá fora apertem a mão dos nossos Presidentes. Para isso tem que escurecer a cara da elite brasileira, “desbranquear” a cara da elite brasileira, para que a cara da elite se pareça com a cara do povo brasileiro. Só com cotas, até o dia em que a escola for igual para todos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Cristovam, brilhante como sempre, dando uma contribuição enorme à nossa Comissão e ao país.

Eu também, Senador Cristovam, tenho me indignado, porque há aqueles para os quais eu chego a dizer que usam de uma desonestidade intelectual, porque eles sabem que não é isso. Eles tentam dizer que essa política que o Senado aprovou são só para os negros; eles vendem, botam editorial e matéria em jornal.

Houve um sujeito – inclusive, eu peguei isso em uma fala sua – que escreveu a matéria, eu diria, mais hedionda contra as cotas, dizendo que era uma coisa só para negros. E ele era exatamente um daqueles que V. Ex^a denunciou. Ouvi de V. Ex^a que ele era um daqueles que usou as cotas para fazer doutorado no exterior.

Então, meus cumprimentos a V. Ex^a.

Vamos de imediato aos nossos convidados, começando pela Ticiane Imbroisi, que falará pela Funai.

Deixa eu te perguntar algo, porque eu sou muito franco.

Eu não sabia que o Presidente da Funai mudou. Mudou?

A SR^a TICIANA IMBROISI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiquei sabendo hoje. Há tanta denúncia contra a Funai aqui, e eu não sabia nem que tinha mudado. Agora é uma Presidenta, não é?

A SRª TICIANA IMBROISI – Presidenta Marta Azevedo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mudou quando?

A SRª TICIANA IMBROISI – Desde o começo do ano. Já há alguns meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom saber. Aqui na Comissão nós continuamos sempre criticando o mesmo ainda. O cara já não é mais presidente e continua sendo criticado aqui.

Mudou em que data? Quando ela tomou posse mesmo?

A SRª TICIANA IMBROISI – Eu não tenho a data correta para o senhor, mas eu posso enviar para o seu gabinete. Já há alguns meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que foi ali por março.

A SRª TICIANA IMBROISI – Agora é uma presidenta, como a nossa Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marta Maria do Amaral Azevedo.

Olha, ele estava apanhando até há poucos dias aqui. Eu vi aqui a comunidade indígena fazendo um movimento e batendo no antigo presidente.

A SRª TICIANA IMBROISI – Bom dia! Cumprimento todos em nome da Presidenta da Fundação Nacional do Índio Marta Azevedo. Quero dizer que ela gostaria muito de estar aqui neste momento, mas infelizmente nós só fomos avisados na quinta-feira à tarde. Quando o convite chegou ao nosso gabinete, na assessoria parlamentar, ela já tinha outra pauta.

Eu sou Assessora Parlamentar da Funai e trabalho diretamente com a Presidência. Quero agradecer por estar participando deste debate, principalmente ao Senador Paulo Paim, ao gabinete dele, que nos contactou.

Cumprimento todos os presentes aqui na mesa: o Dr. Sérgio, o Dr. Mario Lisboa, a Josefina, o Dr. Fernando e os demais. Cumprimento também os Parlamentares aqui presentes, o Senador Cristovam.

Em primeiro lugar, é interessante que todos saibam que existe na Funai uma postura extremamente favorável à questão das cotas, que isso é de interesse da Fundação. Como disse o Senador Cristovam, é preciso que cada vez mais a educação neste País seja acessível a todos e a todas. Entretanto, nós gostaríamos de dizer que não estamos inseridos em nenhuma estrutura formal de regulamentação de cotas, governamental.

Até tive a feliz notícia de saber aqui que, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, existe um grupo de trabalho sendo criado. A gente gostaria, inclusive, de pleitear uma vaga, a possibilidade de participar desse grupo para garantir os direitos indígenas, as cotas para os indígenas.

Entendemos que neste momento é que essa proposta teria de ser discutida regionalmente com os grupos indígenas das diversas partes do País. Como a gente há uma multidiversidade, como a comunidade indígena não é um povo só, o mais interessante para a Fundação seria que isso fosse discutido regionalmente. Talvez uma oportunidade para isso fossem as discussões que estão acontecendo sobre a regulamentação da Convenção 69, da OIT. Esse trabalho já está sendo feito e, talvez, seja uma oportunidade, um locus onde essa discussão poderia acontecer. Até mesmo pelo fato de ainda não estarmos formalmente discutindo as cotas, nós apenas gostaríamos de deixar como sugestão que a gente pudesse aproveitar a discussão da regulamentação da Convenção 69 para poder discutir as cotas.

E, no mais, estamos à disposição de todos os órgãos que estão presentes, de todos que estão à frente da discussão de regulamentação das cotas. Há todo o interesse, e gostaria de frisar isso aqui, por parte da Fundação Nacional do Índio em discutir e ampliar a participação dos indígenas por uma educação igual para todos.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem, essa foi a Ticiania Imbroisi, Assessora Parlamentar da Funai, representando a Presidenta da Marta Maria do Amaral Azevedo, que foi empossada neste ano.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educação Brasileira.

Dr. Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Bom dia, primeiramente, ao Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, agradecendo o convite.

O Frei David mandou uma bênção e um abraço fraterno a todos aqui. Ele mandou uma mensagem hoje para mim e pediu para dar um abraço no Paulo Paim, Presidente da Mesa, e em todos vocês. Todos conhecem o Frei David e sabem que ele é um dos senadores aqui. Ele é do Congresso; ele é senador de luta, a gente sabe muito bem. Inclusive também mandou um abraço para o nosso advogado, o Humberto Adami.

Quero agradecer e dar um bom-dia também ao Senador Cristovam, que luta dele pela educação no País e cujos trabalhos a gente também acompanha.

Agradeço também ao Ministro Mário Lisboa, interino, que também participa dessa luta desde o início; à Josefina, companheira; ao Sérgio e ao José Custódio.

A Educafro agradece muito a oportunidade de sempre estar presente nestes debates.

Há um mês e meio, eu vi um caso bem interessante de um colega de infância cresceu junto com a gente na cidade-satélite de Ceilândia, uma cidade que está altamente discriminada pela sua cor, pela sua pobreza, pelo seu alto índice de criminalidade. Talvez por ser refém de toda a situação brasileira, os pais do colega Cláudio colocaram na Certidão de Nascimento do filho que ele é branco. Só que ele é da minha cor, e ele se autodeclara branco, ele não se vê como negro, infelizmente.

A gente vê também que não é culpa dele; a gente tem que ver todos os significados para que ele não se autodeclare negro. E o IBGE e o Ipea colocam que a população brasileira negra já é mais de 50%. Então, por ignorância dessas pessoas, ao não se autodeclarem, nós temos um problema nesses dados.

Eu estive em um debate aqui, na TV Câmara, duas semanas antes de a Presidenta sancionar essa lei extraordinária, e o Cláudio me procurou e contou uma historinha bem interessante. Lá, na Ceilândia, estava havendo uma batida policial, quando aconteceu o nosso maior forró do Cerrado, a nossa festa de nordestinos na Ceilândia, que já ocorre em âmbito nacional. A Polícia fez uma varredura na Ceilândia, para que não acontecesse nenhum caso que chamasse a atenção da mídia, principalmente na Ceilândia. E o Cláudio estava indo para a casa dele, voltando da padaria, quando foi abordado pela Polícia e foi revistado normalmente. Ao retornar de casa, foi abordado novamente por outra viatura. E, quando entrou na rua, foi abordado uma terceira vez. E aí ele falou: “Poxa, eu fui abordado três vezes!” E um policial teve a audácia de falar para ele assim: “Quem mandou você ser preto?”

O Cláudio, no outro dia, contou essa história para a gente lá num barzinho, tomando a cervejinha dele. E a gente perguntou: “Você não pegou nem o nome do policial?” Ele disse: “Não ligo para essas questões, não. O cara falou por falar.” Quer dizer, é normal que uma pessoa negra, que não se autodeclara negra e a quem o policial chamou de negra, ser abordada três vezes pela polícia – e a gente sabe qual é a forma de abordagem quando é um negro –, e ela deixar por isso mesmo.

Depois, eu trouxe o debate e o coloquei na roda mesmo, conversando com o pessoal, e observei que a população negra, uma boa parte, é contra as políticas de ações afirmativas. Então, há algum processo errado ainda. A nossa grande mídia não está trabalhando

para isso. Nós temos uma lei sancionada, e houve uma matéria pequenininha, curtíssima na cadeia de informação brasileira, e as pessoas não têm informação adequada, ainda não sabem como vai funcionar o sistema de cotas.

Hoje, neste debate, a gente está vendo como vai funcionar todo o processo dessas 50 vagas. Por exemplo, nós temos aqui alguns dados, até mesmo da Educafro, que mostram que 50% das vagas são para as pessoas que não vão concorrer pelas cotas; e os outros 50%, para as cotas sociais, cotas raciais e indígenas. E aí nós temos um dado também interessante, Senador Cristovam, que mostra que o número de alunos formados no ensino médio na rede pública é de 88%, e o número de alunos formados no ensino médio na rede particular é 11,2%, e eles estão com a maior parte dessas vagas. Então, há ainda uma coisa estranha e que a gente ainda vai buscar. Como você falou, a gente tem que buscar os 100%, melhorando na base também. Vamos buscar isso agora.

Foi bom o senhor provocar essa discussão, porque a Educafro já vem trabalhando também com a rede de escolas particulares e públicas com os informativos. E a gente não vê o MEC, ainda, com os informativos, tratando até mesmo da questão da isenção da taxa de inscrição no vestibular. Ou seja, o pobre é excluído já na inscrição do vestibular, porque, se tiver de pagar R\$80 na inscrição, ele já está excluído; não vai fazer o vestibular, não vai fazer o vestibular!

Há uma outra situação aqui interessante, que foi sobre um médico, aqui em Brasília. Não sei se vocês estão lembrados do médico que foi ao cinema e humilhou, rebaixou uma funcionária do cinema, uma atendente, na frente de várias pessoas. Aí, a gente faz a seguinte colocação: se esse médico, quando estava cursando Medicina, estivesse em sala com alunos negros, será que ele teria esse posicionamento de discriminação contra outra pessoa? Ou será que é normal as pessoas se formarem, como nossa amiga colocou aqui no relatório dela sobre a sua situação de vida em que havia ela e outra pessoa negra dentro de uma faculdade, dentro de uma sala de aula? Se esse médico tivesse companheiros, amigos, alunos negros estudando com ele Medicina, será que ele teria essa mesma reação? E a gente também não viu o depois, o que aconteceu com esse médico. Passou na grande mídia, o delegado ia apurar o fato, só que ele incorreu em alguns crimes. A gente pode colocar aqui injúria; é tudo crime. Se for injúria racial, ele praticou um crime, e a lei tem que puni-lo. A mídia não passa o que aconteceu com ele, talvez porque ele seja médico, talvez porque ele seja na elite. Foi esquecida essa situação,

e ela aconteceu aqui em Brasília, neste ano. Então, a gente não pode esquecer isso também.

Outra situação que a gente vai colocar aqui – o nosso Ministro interino bem disse aqui, o Senador Cristovam também –, é que a questão das cotas não surgiu agora. Também vamos lembrar da Era Vargas. Quando as indústrias estrangeiras chegaram ao Brasil, ele exigiu cotas para os brasileiros trabalharem nessas indústrias. Então, ninguém está inventando o sistema de cotas agora, não; ele já vem há muito tempo. E vamos também falar dos portugueses, que, quando vieram para o Brasil e ganharam terras para poder residir aqui, eles foram cotistas também, para poder povoar o Brasil. Então, as cotas não estão surgindo agora, não. Estamos precisando de cotas porque...

Eu tenho vergonha de falar que nós estamos com uma lei aprovada – graças a Deus, a gente está feliz, mas, ao mesmo tempo, com vergonha – para colocar os pobres nas universidades. É um pouco interessante essa colocação.

Eu tenho uma outra situação aqui. É um estudo da Educafro que a gente fez. Inclusive, a pedido do Frei David eu vou colocar esses dados aqui. Neste ano nós estamos comemorando dez anos de cotas. Em apenas cinco anos de cotas, foram colocados mais alunos negros do que nos longos 500 anos. Então, são dez anos, eu falei aqui em cinco anos. Então, esse número já triplicou, com certeza. Agora, a gente também tem que pensar numa outra situação: esse número triplicou, mas não foram todas as universidades que adotaram cotas. Então, vocês imaginem, se todas as universidades tivessem adotado cotas, Senador, qual número nós teríamos de pessoas? A gente estaria comemorando, hoje, os dez anos de cotas, não com o triplo, mas com muito mais; com um número com que a gente perderia até as contas. Então, é um pouco interessante.

Ticiane, eu tenho uma outra situação aqui com que nós convivemos, lá em Mato Grosso, que foi interessante. A gente foi fazer uma visita na Universidade Federal do Mato Grosso, acho que era o segundo dia de aula, e havia uma sala que estava tumultuada, bem tumultuada, todo mundo tirando foto, todo mundo correndo. A gente fica preocupado quando há tumulto, porque que há alguma coisa estranha acontecendo. Quando chegamos lá, era o pessoal tirando foto com um índio que passou no vestibular e estava estudando. Quer dizer, é estranho as pessoas acharem estranho um índio dentro da Universidade. Então, é só no Brasil mesmo que isso é um absurdo, porque não há condição. As pessoas tirando foto com aquele índio: “Vou guardar, porque é inédita uma coisa dessas.” Então, assim, será que é inédito, será que é normal a gente ver os nossos índios vendendo pulseira na Rodoviária,

onde nós vamos sempre encontrá-los? Será que a gente não pode encontrar nas universidades?

Então, as cotas vão mudar essa história, sim. A gente sabe que não vai diminuir a discriminação. Até mesmo o nosso Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, contou uma historinha para a gente bem interessante: ele estava chegando ao Tribunal, no carro oficial, e havia uma fila. Ele resolver descer, para ir mais rápido para o seu gabinete. E, quando foi adentrar a porta, um segurança negro falou para ele assim: “Aqui só entra autoridade.” A gente perguntou a ele qual foi a providência que ele tomou. Ele nos respondeu que, automaticamente, riu e falou: “Não, eu sou autoridade. Vou entrar”. Ele falou que a pessoa já foi colocada no trabalho com a visão de que o negro não vai ter acesso a nada, aos largos escadões da sociedade, à grande escala do Poder Público. Então, a gente não vê as pessoas em altos escadões.

Esses são relatos que o Frei David sempre pede para a gente colocar, porque isso vai fazer com que a gente reflita mais também sobre toda a nossa história.

Aqui nós temos um dado interessante da Educafro: há cem mil bolsas do programa Ciências sem Fronteiras. Para quem, depois, quiser conhecer o programa, a gente vai distribuir aqui umas cartilhas com os nossos companheiros. Menos de 1% de negros está com essas bolsas, Senador, e são mil bolsas. Nós tivemos uma reunião, em junho, com o Presidente do CNPq perguntamos para ele: “Por que isso está acontecendo?”. E ele colocou bem claro: “Essa é uma política nova que a gente está adotando com essas bolsas.” Vem cá, então é uma política nova, com os vícios velhos, porque já vem viciada? Se de cem mil bolsas, menos de 1% é destinada aos negros, então, há alguma coisa errada.

A gente vai debater agora as cotas, não mais nas universidades; a gente vai debater agora as cotas, na questão do pós-cotas. Nós vamos começar a debater agora as cotas no emprego público. Nós vamos começar a trabalhar as cotas – como o próprio Senador falou –, na questão da educação básica. Mas vai melhorar a educação básica, Senador, quando nós tivermos os nossos cotistas formados e empregados nos melhores empregos, que são de uma minoria branca e elitizada. Aí, sim, nós vamos começar a trabalhar essa situação. Vamos trabalhar agora, já com os movimentos, os movimentos negros. Eu entendi a sua colocação, de que a gente tem que começar a trabalhar, sim.

Nós já estamos entrando nas escolas públicas e tivemos um dado alarmante: os diretores de escolas públicas e alguns professores não estão preocupados com o aluno que está concluindo o ensino médio. Os alunos não sabem nem em que universidade vão en-

trar, não sabem nem o curso que vão fazer. Eles vão terminar o ensino médio e, pronto, vão procurar trabalho, vão procurar trabalho nos empregos subjetivos que a gente sabe quais são os que eles vão incrementar. Então, a gente está preocupado demais com a situação da escola pública, sim. Estamos entrando nas escolas, aos poucos, e percebendo qual é o trabalho que a gente vai ter que retomar com as direções das escolas, com a Secretaria de Educação, principalmente aqui do Distrito Federal. A gente foi à periferia e, quando a gente perguntou para o aluno: “O que você vai fazer, em qual o curso você quer se graduar?”, ele respondeu: “Não, não sei.” Ele não tem visão disso. Então, há alguma coisa errada. Alguns alunos não estão se formando porque existe uma barreira para eles dentro da própria escola, dentro das próprias instituições. Então, Sérgio, o Senador tem razão ao dizer que a gente precisa, agora, criar mecanismos para entrar nas escolas públicas e fazer com que aquele aluno termine o ensino médio e já entre na universidade, pensando em um curso.

Outra situação é quando a gente fala assim: “Você já conhece o sistema de cotas?” Ele responde: “Eu não sou incapaz de passar no vestibular.” Mas ninguém aqui está falando de incapacidade. No sistema de cotas, o aluno negro cotista e os cotistas da rede pública irão fazer o vestibular, sim. Quem disse que ele não vai ter que fazer o vestibular. Ele vai ter que fazer uma redação, só que os critérios para as notas dos alunos serão diferenciados, porque não tem como o aluno competir com aquele aluno que sai de casa com o café todo bonzinho, bonitinho, com frutas. O pobre não tem isso. Então, ele vai ter que fazer uma prova diferenciada, sim, mas ele vai fazer a prova. Quem disse que ele não vai fazer a prova? Aí, sim, ele vai merecer a vaga, depois dessa prova, porque a gente vai tirar isso da questão da meritocracia, como o Frei David sempre fala. A questão da meritocracia, que existe aí. Como o próprio Senador colocou aqui, os primeiros alunos...

Eu conheci um aluno, quando eu me formei, que era um aluno que tirava as melhores notas nas Ciências Exatas, mas, quando íamos fazer um trabalho em grupo, ele não conseguia fazer esse trabalho em grupo porque era individualista. Ele foi programado para passar em vestibular, ele foi programado para ser o primeiro em qualquer coisa, mas sempre para ele, e não para a sociedade. Enquanto isso, os outros, que entraram lá com notas mais baixas, são pessoas que hoje estão trabalhando pela sociedade, trabalhando pelo País. Estamos cansados de programar robôs, que vão passar em vestibulares. Por que esses, então, não estudam em Harvard? O pai teve condições de pagar

um curso de R\$3 mil, R\$4 mil de mensalidade, mas agora ele está estudando em uma universidade pública.

Então, a Educafro acha muito estranho o fato de que a situação das cotas não está avançando no pós-cotas, que será para concursos públicos, em geral, já vamos começar a trabalhar nisso agora. Estamos já preocupados com alunos que vão se formar nas universidades e com os alunos que entraram pelo sistema de cotas e não concluíram. Estamos preocupados também com esse dado. São várias as situações que levaram a isso: o transporte, a compra de livros etc. Vamos exigir do MEC as cartilhas para que se orientem os alunos que são contra as cotas e que têm direito a ingressar pelo sistema de cotas no sentido de que, depois de esclarecidos, façam parte dessa grande gama de alunos, ou seja, os que serão beneficiados pelo sistema de cotas. Infelizmente, eles estão mal informados ainda pela nossa sociedade por culpa dessa mídia elitizada, como foi dito aqui.

Passam programas totalmente discriminatórios, como podemos perceber na televisão. Não vemos propagandas com negros. Aliás, o negro também come manteiga, come margarina, vamos lembrar disso. Não vemos propaganda deles. O negro compra carros. É interessante, não é? Também compramos carros e não vemos propagandas. Cerveja, então, nem se fala! É melhor até eu parar por aqui. Houve uma propaganda da Coca-Cola, falando sobre a Copa do Mundo, que era uma propaganda totalmente voltada ao racismo. Ela mostra o nosso futebol, com o negro saindo da favela. Todo mundo se viu aí, as pessoas falavam: “Estou me enxergando agora, mas será que a gente não pode se enxergar no alto escalão?” Então, a população vai ficar sempre nessa, engolindo essas coisas que temos que engolir. Não vamos aceitar isso no País na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. Queremos propaganda que mostre o negro com *status*, negros médicos, negros com emprego, negros engenheiros, por aí vai.

Muito obrigado a todos. O Frei David manda um abraço caloroso para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Fernando Benício dos Santos, da Educafro – Brasília, que representou o Frei David.

Passamos a palavra, neste momento, à Secretária de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Dr^a Josefina Serra dos Santos.

A. SR^a JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Mais uma vez, agradeço, Senador Paim, felicitando a todos da Mesa em nome do senhor, por me convidar. Primeiramente, já vou dizendo, Senador Cristovam, que o senhor é uma referência para as pessoas que gostam do Brasil. Quando as pessoas lutam pela educação, pela diversidade,

estão dizendo que se preocupam com o nosso País, com o nosso povo.

O senhor colocou – e essa é uma das propostas que vim defender aqui – que temos que comemorar. Agradeço ao Senador Paim, ao Ministro Mário Theodoro, ao Adami, ao Carlos Moura, que saiu daqui agora, à Professora Ilma, ao Frei David, que são pessoas que nos fizeram ganhar de sete a zero no Supremo Tribunal. Foi por causa dessas pessoas, foi por causa da gente, que representa a população do Brasil, principalmente a população negra, que a Presidenta Dilma sancionou a Lei das Cotas. Foi por causa do senhor também, Senador Cristovam. Então, é isso que temos que agradecer.

A partir de agora, digamos assim – eu estava ali falando com minha colega Leila, que me cortou de pronto, dizendo que não pode –, como os senhores e nós, negros, somos os continuadores da luta do Zumbi e, além de nós, há pessoas que estiveram em linha de frente, agora, no Século XXI, então, temos que reverenciar essas pessoas e mostrar aos alunos nas escolas que essas pessoas que lutam são referências para nós, da comunidade negra.

E a gente teria que colocar isso, mas ela disse que, num primeiro momento, não pode, porque, senão, você estaria evidenciando a pessoa. Mas por que não pode? Perguntei. Por que eu não posso? Por que a comunidade negra não pode fazer cartazes e mostrá-los nas escolas, mostrando essas pessoas que são referência para esses alunos que têm uma tão baixa autoestima? Essa é uma maneira de fazer com que esses alunos pensem: “Se ele pode, por que eu também não posso?”. Se o Senador Cristovam é uma referência, se o Senador Paulo Paim é uma referência, se o Mário Theodoro é uma referência, se Frei Davi é uma referência, se Humberto Adami é uma referência, se o Carlos Moura é uma referência, por que eu não posso levar isso em cartazes e mostrar que, se essas pessoas são uma referência, então a gente também pode? Era isso que eu estava me perguntando. Assim, eu gostaria que, depois, alguém me respondesse: por que eu não posso fazer isso? Por que a Secretaria da Igualdade Racial não pode fazer, uma vez que isso também é aplicar a Lei nº 10.639?

Então, em função disso, eu vim aqui para comemorar toda a luta do meu povo, toda a luta do povo negro, do povo brasileiro – porque a luta do povo negro é a luta do povo brasileiro –, principalmente quando eu falo que, aqui, no Distrito Federal, nós somos 57% da população.

Então, nós teríamos que fazer um pacto, todos os parlamentares, todas as pessoas realmente preocupadas com o Brasil, a partir de agora, que foi sancionada

a lei, que passou no Supremo Tribunal, no sentido de que nós iremos, juntos, levar para as escolas, junto com a Secretaria de Educação, junto com o MEC, Professora Ilma, e mostrar aos alunos o que significa a cota, o que significa a lei das ações afirmativas.

Há um mês – não é, Leila? – fomos a uma escola da Ceilândia, da DRE de Ceilândia, e levamos os alunos negros da UnB que ingressaram pelo sistema de cotas, e colocamos o seguinte: os que passaram pelo sistema de cotas da UnB, alunos da Ceilândia, não passaram porque a escola, a Secretaria de Educação teve a preocupação de falar sobre o sistema de cotas. Não existe essa preocupação; os professores não têm essa preocupação. Os alunos que passaram pelo sistema de cotas, de vários locais aqui do Distrito Federal, souberam das cotas porque as suas famílias lhes explicaram ou por outros alunos.

Então, o que está faltando é isso: junto com a Educafro, junto com o Senador Paim, junto com a Sespir nacional, junto com o Senador Cristovam, que a gente faça esse pacto de explicar o que significa o sistema de cotas, que não é vergonha você passar pelo sistema de cotas, que você é tão competente quanto qualquer outra pessoa. Era essa, digamos assim, a minha preocupação quando a Professora Ilma fala dos alunos negros que conseguem concluir o segundo grau – e são só 28%: que a gente lute para que esses 28% consigam entrar na universidade, o que já seria um grande ganho para nós realmente. A partir disso, a gente vai ter esse trabalho; somos nós que temos que ter esse trabalho, porque nada que conseguimos foi por benesse, mas por luta do nosso povo, luta das pessoas comprometidas com o nosso País. E isso a gente tem que agradecer a essas pessoas que estão aqui na Mesa.

Em função disso, quando o Governo do Distrito Federal criou a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, ele o fez no seio de uma luta para a gente conseguir implementar a Lei nº 10.639. E temos que ter esse compromisso, os parlamentares têm que ter esse compromisso, as pessoas que estão aqui têm que ter esse compromisso, toda a sociedade brasileira tem de ter esse compromisso de implementar a Lei nº 10.639, que é quanto à verdadeira história do povo negro e da contribuição do povo negro para o País e para o mundo.

Então, nós, da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, temos, como principal bandeira, a implementação da Lei nº 10.639, e, a partir daí, uma segunda bandeira é a questão de emprego, que é a maneira de se assegurar a sobrevivência, uma vez que, sem emprego, você também não consegue ir à escola, você não consegue estudar.

O Dr. Carlos Moura falou sobre a questão de acesso ao trabalho, e, no dia 21 de março deste ano, nós lançamos o Selo pela Igualdade Racial, que é uma maneira de a gente trabalhar com as pessoas comprometidas; essas pessoas têm o compromisso de nos ajudar.

Como o nosso povo terá acesso a emprego? A gente está batalhando junto com o Governo do Distrito Federal e com essas pessoas aqui que, espero, se comprometam: como fazer um pacto para conseguir que o Governo do Distrito Federal sancione um decreto para que haja cotas nos concursos e cotas nos estágios, tanto nos órgãos públicos como nos privados. Só assim a gente consegue que nossa população tenha realmente acesso à sobrevivência. Essa é uma das bandeiras da Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial.

Gosto muito de repetir isso, porque no Distrito Federal, Senador Cristovam, ninguém imagina que nós, negros e pardos, somos 57% da população. Então, eu vejo que a gente tem de começar a se preocupar.

Eu me lembro de que a Seppir nacional fez um seminário no TST com a preocupação de que quem está concorrendo no pleito de 2012 nos outros Estados – aqui no Distrito Federal não há eleição – tivesse essa preocupação, de que essas pessoas tivessem esse compromisso, principalmente com a sociedade brasileira. É impactante quando se coloca na sua plataforma de governo o número da população negra brasileira. Isso dá um impacto, e as pessoas refletem sobre isso, digamos assim. “Então, quem sempre votou para eu estar aqui, e o que eu faço por esse povo depois?”

Isto eu também estou incluindo: no Distrito Federal há cinco mil indígenas, e nós também tivemos a preocupação de fazer um mapeamento junto com a Codeplan de quantos ciganos existem no Distrito Federal, e não são poucos.

Infelizmente, quando o IBGE faz o Censo, ele não colocou o cigano como etnia, mas como branco, porque o cigano na sociedade brasileira é considerado branco.

(O SR. PRESIDENTE faz soar a campanha.)

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Então, hoje a gente está tendo essa preocupação de fazer o recorte com a Codeplan, para que a gente possa trabalhar a questão das políticas públicas. Então, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquila porque ainda tem mais cinco minutos. A campanha é automática.

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Tenho cinco minutos.

Então, Senador Paim, primeiro, uma das coisas por que a gente luta muito na Secretaria de Políticas

de Promoção à Igualdade Racial, lógico, com todos os parceiros, com as outras secretarias, é essa questão do racismo institucional, que é uma das coisas que muita gente não entende. É bem complicado e complexo, mas é evidente, e a gente está tentando trabalhar essa transversalidade dentro das outras Secretarias, principalmente na Secretaria da Mulher, porque a maioria que mantém os seus lares e que se preocupa aqui no Distrito Federal com esses 57% é mulher e negra.

Então, a gente tem essa preocupação e, de pronto, agradeço. Fico feliz por ter esses lutadores, digamos assim, e me sinto uma lutadora.

Há uma coisa que a Prof. Ilma e o Senador Cristovam falaram e que sempre me preocupou: sempre falaram que a sociedade brasileira, que o povo brasileiro não gosta de ler. Eu lembro que, até hoje, eu nunca tive tempo de ler e fui aprendendo as coisas no dia a dia. Não, assim, no livro, porque eu não tinha tempo de ler. E tenho até os meus livros hoje, do Machado de Assis e de todas as referências brasileiras; até do próprio Joaquim Barbosa comprei e não tive tempo de ler. E dói muito você não ter tempo de até se preparar intelectualmente para falar o que você gostaria de falar. Então, quando eu falo sobre a questão da educação, Senador Cristovam, uma das coisas a que eu sempre me ative são os seus textos, porque os seus textos são aulas.

Digamos que, quando você não tem acesso à informação, não tem acesso ao saber, você é um analfabeto, mas um analfabeto político. Lembro da minha mãe, que não sabe fazer – desculpem a expressão – o “o” com o fundo do copo, mas é minha referência, como minha mãe. Ela dizia assim: “Eu não tive oportunidade de estudar porque os meus patrões, quando trabalhava em casa de família, não deixavam, mas os meus filhos vão aprender.” E ela sempre falou, lá naquele casebre, na casinha de palha: “Minha filha e meus filhos, a única maneira de a gente ser, de começar a ser gente, de se sentir gente, é a gente saber.” Ela sempre falou: “Saber é poder.” E quando a gente tem acesso às cotas... Eu não tive acesso às cotas, porque senão eu seria médica, pois meu sonho era passar na UnB para ser médica, e não tive oportunidade. Mas Deus me deu, digamos assim, o Senhor me deu a bênção de hoje ser advogada, com muito sacrifício. Não passei nas cotas e também por isso não me sinto diminuída. Mas, se tivesse oportunidade, ia passar nas cotas. Estudei em escola particular e tive que pagar, ainda não tinha o ProUni, ainda não tinha nada disso. Eu agradeço por ter tido acesso a pelo menos saber abrir a minha boca, porque saber é poder. Saber não é poder econômico, saber é poder de tudo.

Eu sempre falo que ninguém coloca, que nem os sabedores conseguem dizer isso: a gente sabe da história de Jesus Cristo até os 13 anos, depois passa para os 33 anos. Onde Jesus Cristo estava? Com certeza, ele estava estudando. Quer dizer, o homem que mudou o mundo passou quase a vida toda dele estudando. Então, estudar é poder.

Muito obrigado, Senador Paim, por mais essa oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi a Dr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária da Promoção de Igualdade Racial do DF, que sempre prestigia esta Comissão. Não houve uma vez que ela tenha sido convidada e tenha dito que não podia ou não viria ou que o debate não era para ela. Sempre esteve conosco aqui. Agradeço a presença permanente aqui.

Agora, passamos a palavra a **O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO**, Presidente nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU).

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Bom dia a todas e a todos, aos trabalhadores e a todos que estão aqui.

Como fala o Movimento Hip Hop, na humildade, oxalá que a gente consiga, aqui, expressar um pouco da nossa alegria.

Esse primeiro momento da nossa fala é uma fala em nome do Movimento dos Sem Universidade e também do Comitê Brasileiro pela Aprovação do PLC 180, das cotas.

Eu queria saudar Mário Theodoro, Carlos Moura, Ilma Fátima de Jesus, Humberto Adami, Ticiane, Josefina, Fernando.

Creio que agora nós temos um fotógrafo aqui, e eu queria chamar o querido Senador Cristovam Buarque para vir aqui conosco, porque, de fato, no dia 29 de agosto, na história do Brasil, a Presidente Dilma, num gesto que rememora, lembra o gesto da Princesa Isabel, assinou uma nova abolição no País. Esse gesto precisa ser fortalecido no Brasil. Queríamos aqui convidar o Senador Cristovam para vir até aqui, o Senador Paim está aqui; nós queríamos entregar a camiseta do Movimento dos Sem Universidade e o livro *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. S. Ex^{as} são os representantes dessa instituição da República brasileira, do Senado Federal, aqui presentes. Quero convidar o Fernando, porque de fato é um grande momento para nós. (*Palmas.*)

É isso, é um momento de grande vitória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O livro para o Cristovam, a camiseta para mim, não sei por quê...

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Pode-se trocar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, estou brincando. Foi um gesto bonito, tem tudo a ver com sua história.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Infelizmente, como já foi falado aqui, há setores da imprensa brasileira que... Se você abrisse as páginas dos jornais no dia 30 de agosto, não havia nada sobre as cotas. Compreende? Esse é o País real, esse é o Brasil real, e é nesse Brasil real que, saindo da cidade de Tiradentes, onde pisou o então Ministro da Educação Cristovam Buarque, para tentar construir uma universidade federal no lugar onde há mais negros e exclusão na cidade de São Paulo, na extrema Zona Leste de São Paulo...

Nos cursinhos populares da Educafro, um sem universidade corajoso... Esse homem aqui é negro e não fez universidade.

É preciso ter o sentimento do que é, no Brasil, não ter universidade, mas é preciso mais do que isso: ter o sentimento de solidariedade a quem não tem universidade no País. Esse sentimento de solidariedade, esse sentimento de luta, de necessidade de transformar o Brasil foi trazido para o Congresso Nacional pelas pessoas simples do povo brasileiro: os negros, os indígenas, os sem universidade. Foram várias manifestações em mais de dez anos de luta, manifestações em que ônibus vieram para Brasília, dormiram dentro deles, comeram no supermercado Big, voltaram para casa no ônibus por muitas horas sem ter o que comer. Isso é prova de que na sociedade brasileira há algo em movimento, que é modesto, mas em que vale a pena o Congresso Nacional investir.

Entristece-nos ver a onda conservadora no Congresso Nacional, que aboliu o direito de passagem para as entidades do movimento social participarem de audiências públicas, para estarem presentes na cena viva da democracia brasileira.

Então, comemorar é um gesto de necessidade do povo sofrido brasileiro. Comemorar significa que vale a pena lutar, significa que, como dizia D. Pedro Casaldáliga, estamos levando conquistas para o povo brasileiro, mudança real para o povo e não, meros discursos. Isso faz toda a diferença.

A história aqui remete à luta abolicionista, remete a Zumbi dos Palmares. No dia 20 de novembro de 2008, a Câmara dos Deputados, com o apoio de todos partidos políticos, aprovou o projeto de cotas, um consenso obtido pelos movimentos populares. O Fernando estava presente aqui, no dia 19 de maio, em

uma feliz articulação, demonstrando que há políticos sérios no País, que há partidos sérios no País e que há maturidade política em algumas lideranças deste País.

Ora, quem foi derrotado nessa história? É importante dizer, porque muitas vezes, quanto à história do negro, do indígena e do povo pobre do Brasil, querem contar uma história de derrotas. É importante saber que, dessa vez, um outro setor social foi derrotado. Quem foi derrotado no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, especificamente, foi um grande líder da coalizão brasileira contra as cotas chamado Demóstenes Torres. É importante que todo o Brasil saiba disso.

Nós não lutamos contra moinhos de vento. Até podemos ser acusados de quixotescos, mas nós não lutamos contra moinhos de vento; lutamos contra interesses reais.

Atualizou-se nesta Casa o discurso do racismo no País. Ora, em todo o acordo feito com os partidos políticos, quis-se, imperiosamente, com o apoio de setores da mídia, não ser considerada uma afronta à própria democracia. Eram sérios aqueles líderes lá da Câmara que fizeram o acordo, eram legítimos representantes dos partidos. Havia até um ex-Ministro da Educação, o Sr. Paulo Renato. Ora, um Senador da República desafiou o acordo político e pagou um alto preço: foi desmascarado neste País.

Mas importa dizer que não foi apenas um caso de polícia a sua passagem por aqui ao tentar, a fórceps, usando de instrumentos que lhe facultavam a condição de Presidente da CCJ, tirar os negros, tirar os indígenas do projeto de cotas, ressuscitar o discurso vulgar da Princesa Isabel, no sentido vulgar que ele inventou nesse discurso, ressuscitar o discurso de Darcy Ribeiro, ressuscitar o discurso da democracia racial. Não há problema para o negro no País. As mulheres negras não foram estupradas; foi consensual.

A história deste País está registrada nos autos deste Congresso Nacional, nos autos do Senado e na audiência pública no STF. É importante saber, tristemente, que setores da torre de marfim universitária brasileira preferiram se aliar a esse tipo de liderança a se aliar com os negros das favelas, das baixas periferias, das quebradas, das vilas, das escolas públicas brasileiras. Não quiseram sair da zona de conforto. Preferiram defender a cota do privilégio ao lado de Demóstenes Torres e viraram as costas para nós outros.

Dei muita aula em cursinho popular no sábado e no domingo, no Jardim Ângela, em Cidade Tiradentes, em A. E. Carvalho. Vi o sonho dessas pessoas se despedaçar em muitas situações. Como foi dito aqui, não havia dinheiro para pagar a taxa do vestibular. Tivemos que lutar por isenção. Não havia um sistema

público de bolsas de estudo. O que havia era a bolsa na mão do político para cevar o voto na região pobre.

Lutamos e conquistamos o ProUni. Do mesmo jeito que aqui o Senador Paim, um sem universidade, enfrentou aqui todo tipo de tirania nesta Casa para aprovar o projeto de cotas, no dia 13 de janeiro de 2005, o Presidente Lula, também um sem universidade, vestiu o boné e sancionou a lei de cotas no sistema privado, que foi o ProUni, a maior entrada de negros nas universidades em toda a história do Brasil, um milhão de pessoas. Nenhum conflito surgiu, nenhum problema de qualidade surgiu. A união do Brasil surgiu, a coesão social do País foi vitaminada.

Tudo que estão dizendo hoje ouvimos quando da aprovação do ProUni. Tudo. Diziam: “Vai cair a qualidade”. A mesma lenga-lenga.

O Prof. Ricardo Henrique fez um artigo, em 2001, no Ipea, em que ele mostra aqueles dados que o Florestan Fernandes usou e também os que o próprio ex-Presidente Fernando Henrique usou nos seus estudos no chamado Grupo da Unesco, que desmentiu uma ideia vã de democracia racial no País.

O Ricardo Henrique chamava a atenção para uma coisa: em que medida, segundo dados objetivos da condição do negro, da condição do pobre, da condição da escola pública, dos indígenas na sociedade brasileira, em que medida a nota 8 do filho da elite, do filho da cota do privilégio deste País é maior que a nota 5 do filho do pobre, do filho da sobrevivência? Em que medida? Em que medida uma nota não diz nada ou diz muito pouco? O esforço intelectual para tirar um 5 numa condição de desconforto, de desigualdade social – o fato de o País ser o quarto em desigualdade no relatório último da ONU não me deixa mentir – mostra o quão inteligente é o nosso povo, o quão inteligente, e o quão sagaz, e o quão corajoso é o povo negro, é o povo indígena brasileiro. Há que relativizar essas coisas.

Ainda no sentido histórico da minha fala, há que lembrar a iniciativa do Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento, porque, ao buscar colocar artistas negros no palco – pintavam-se os brancos de negro por não existir a alfabetização para os negros, que, então, tinham dificuldades de ler um texto –, o Abdias percebeu que tinha de levar a educação antes de fazer o Teatro Experimental do Negro, e fez juntas essas coisas. O Abdias também foi um dos primeiros parlamentares que colocou a questão das cotas.

A nossa luta é meio que pegar um bastão histórico e passá-lo. Nesse sentido, Senador Cristovam Buarque, o senhor está de parabéns, porque, quando o senhor era Presidente da Comissão de Educação, ao contrário do que disse o Senador de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira – que a Comissão de Educação

não havia debatido o problema –, foi o senhor quem primeiro aprovou, na condição de Presidente da Comissão de Educação, por unanimidade, o projeto de cotas, que, depois, se juntaria, na Câmara, como bem relatado pelo Senador Paim, no dia da votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti. Quem me indicou para relatar foi ele.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Projeto da Senadora Ideli Salvatti.

De forma que há condições de se colocar em marcha um time. Concordo com o senhor com a ideia de time, porque, se aqui não houvesse o movimento indígena, o movimento negro... Esta sala estava cheia no dia de levarmos para o Plenário o projeto, não é, Senador Paim? Vibrante! Se não tivéssemos uma ideia de coalizão social, não avançaríamos no projeto, porque dependeu de muita gente. Então, é boa a ideia do senhor, e podemos enquadrá-la de forma maior, generosa, de novo abolicionismo no Brasil, no sentido de nos mantermos mobilizados e juntarmos novas lutas, como as lutas que o senhor sinalizou muito bem: do analfabetismo, da EJA, do ensino médio, no particular.

Aos críticos, ainda, gostaria de dizer que olhem para frente e não olhem para trás! Olhem para os acertos do nosso povo e não para as suas mazelas! Temos um País que descobriu petróleo; temos o Plano Nacional de Educação, que chega neste Senado agora; temos o desafio de regulamentar uma lei federal. Quero falar sobre esses temas.

Falou muito bem aqui a Secretária do Distrito Federal da Igualdade Racial. As escolas públicas não sabem que a Lei das Cotas foi aprovada. Há um problema de comunicação no Brasil. Eu pediria que os Srs. Senadores encaminhassem um ofício para o Ministério da Educação, pedindo que ele encaminhe a íntegra da lei aprovada para toda escola pública que tem Ensino Médio e Ensino Fundamental no País. Isso é uma questão institucional.

O SR. KEY CARVALHO DINIZ – Presidente, se você perguntar para um aluno da instituição privada, ele vai saber falar sobre as cotas, e, nas instituições públicas, os professores, os diretores, as pessoas responsáveis por isso não divulgam. Se você estiver na rua, divulgando as cotas, e encontrar um aluno da escola privada, ele vai saber do que se trata. Aí está a diferença nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio, você tem mais um minuto e meio para que possamos fazer o debate. Dei a você os mesmos 20 minutos que dei para todos.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Agradeço também, aqui na Casa, o Presidente Sarney, que,

institucionalmente, como o Senador Paim falou, teve grande carinho com a questão das cotas.

Há um problema de comunicação, e acho que o Senado pode fazer esse gesto e encaminhar para as escolas públicas, autonomamente.

No caso da regulamentação da lei, o seu art.6º da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, Lei das Cotas, diz o seguinte:

Art. 6º. O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Nós temos um pedido dos movimentos sociais, da Educafro, do MSU, de todos os movimentos. É que também os Srs. Senadores encaminhem um ofício ao Ministério da Educação indicando que seja instituído um conselho nacional de acompanhamento e controle social da Lei, com base neste artigo, com participação da sociedade civil, nos moldes que conquistamos para o ProUni, para que sejam incluídos, especificamente, o MSU, a Educafro, a UNE e a Ubes, nos moldes do que tem a Conap. Isso para nós é importantíssimo, neste momento histórico.

Nós também achamos que o Senado Federal deve usar a sua imaginação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Eu vou concluir. Tenho muitas coisas para falar, mas peço um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Haverá debate depois, e as pessoas poderão... Todos aqui, tenho certeza, sobre esse tema, fariam no mínimo duas horas cada um.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Só algumas coisinhas relevantes, extremamente relevantes.

Esse projeto, para o Senado, para o legislador, é um abre-alas – eu disse isso à Senadora Ana Rita –, porque vai precisar de vários subprojetos de suporte. Nesse sentido, Senador Paim, o Fies precisa avançar no financiamento de computadores e de livros para o estudante da escola pública, para as famílias. O Fies precisa se abrir. A Caixa Econômica Federal precisa se abrir para o financiamento, para qualificar os estudantes da escola pública que chegam à universidade pública.

A moradia estudantil é uma questão séria e precisa ser incluída no projeto Minha Casa, Minha Vida, para dar sustentabilidade e permanência nas universidades. Os restaurantes populares dentro das universidades precisam garantir alimentação para o nosso povo se

sustentar na universidade e precisam estar dentro do programa do MDS.

Ou seja, do mesmo modo que falta comunicação, falta suporte. E são políticas intersetoriais, não restritas ao âmbito do Ministério da Educação. Certo? Para nós, isso é fundamental para a sustentação do projeto.

Outro item – e há mais outro item para terminar, se o senhor me permite – é que o art. 12 do PNE, que trata do acesso à universidade, fala, especificamente, em seu item 12.10 “12.10 – Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação”. Aqui, Senador Paim, é a Lei nº 12.711, tem que ser incluído isso, e é a Lei do ProUni. São duas leis que se abrem.

Por último, para finalizar, esta é uma Casa política. Nós somos dos movimentos sociais. Nós fazemos política para não deixar a política apenas nas mãos dos políticos profissionais. Mais do que tudo, neste momento, nesta lei, é preciso fazer política. Há três Estados, pelo menos, aqui bem representados: Rio de Janeiro, DF e Rio Grande do Sul. Precisamos operacionalizar esta lei, via acordo de cavalheiros, com os Governadores de Estado, particularmente com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que participou do ProUni como Ministro da Educação. Que convide, no acordo de cavalheiros, as universidades federais daquele Estado para avançarem nos 50% das cotas desde já, e não nos 25% a cada ano. O mesmo vale para o Governador do PMDB do Rio de Janeiro, dado o apoio que o PMDB deu a essa causa, para que juntem as universidades federais e não deixe que sejamos engolidos pela burocracia universitária. O mesmo vale para o DF, porque o Senador Paim tem história na UnB e nós temos que fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Histórico eu queria até ter, mas quem tem histórico mesmo é o Senador Cristovam.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Desculpe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, vai lá, vai lá!

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Que fizéssemos uma reunião, um acordo de cavalheiros, entre os Srs. Governadores de Estado, a Seppir e os movimentos sociais, a Educafro e o MSU, para que rompêssemos a ética do fim da escravidão, que é uma ética perigosa para nós nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem que concluir, meu amigo.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Lei do Sexagenário, Lei do Ventre Livre e depois Abolição. Demorou vinte anos. Quatro anos é muito tempo para o critério de 25%. Operacionalmente, não justifica.

Era isso, Senador. É um convite para que nós nos reunamos com esses três Governadores já e, obviamente, com todos os outros depois.

Agradeço muito à Comissão de Direitos Humanos, particularmente todos os trabalhadores desta Comissão, em nome do Movimento dos Sem Universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco – PT/RS) – Muito bem, esse foi o Sr. Sérgio José Custódio, Presidente nacional do Movimento dos Sem Universidade, que, inclusive, acabou a sua fala encaminhando uma série de propostas. Como são muitas propostas, eu queria pedir que você as faça por escrito, e eu as remeto ao MEC. Está aqui a representante do MEC – que vai poder usar a palavra, inclusive –, mas eu já encaminho, em mãos, para ela, naturalmente, fazer chegar ao Ministério. Se precisar, eu protocolo também, em nome da Comissão. Outras, que você me mandar por escrito e que forem de competência da Comissão, nós assim o faremos, o.k.?

Então vamos, agora, ao debate, antes, passando a palavra – por isso que ele ficou na mesa – ao Ministro Mário Lisboa Theodoro, para os seus comentários. E, depois, vou passar a palavra a todos os nossos convidados.

O Senador Cristovam usará a palavra no momento em que entender adequado.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO – Obrigando, Senador.

É uma oportunidade muito grande e muito boa esta de a Seppir estar, aqui, ouvindo os parceiros, os estudiosos, os militantes da causa, de forma que nós pudéssemos colher informações, as mais diversas possíveis – de uma riqueza muito grande –, e levá-las para o nosso trabalho.

Eu queria fazer algumas pequenas observações com relação a algumas falas. Destaco a primeira, da Secretária Jô, Josefina dos Santos, quando ela coloca, com muita propriedade, a questão dos estudantes secundaristas. É muito importante trabalharmos essa questão, porque, na verdade, é o segmento que vai sentir, na pele, a questão das ações afirmativas mais diretamente. E o que nós temos percebido é que há uma desinformação muito grande por parte do estudando, com relação a isso, mas também por parte dos professores do segundo grau, que muitas vezes vendem uma imagem distorcida do que são as cotas, de que é um privilégio, de que é um privilégio inaceitável etc., quando, na verdade, como o Senador Cristovam falou,

as cotas são para mudar este País, não é? Positivamente. Então, a primeira coisa, e nós temos trabalhado muito isso na Seppir, é de trabalharmos diretamente esse segmento, dando explicações, fazendo debates, desmistificando e tirando alguns ranços preconceituosos com relação à própria política de cotas. Então eu queria agradecer muito à Secretária Jô, a nossa amiga de sempre, acerca dessa observação.

O segundo ponto que eu queria falar, pegando a fala do colega Fernando, da Educafro, é sobre o Ciência sem Fronteiras. É importante o Ciência sem Fronteiras. Em princípio, ele destinaria 100 mil vagas em universidades no exterior, não só de pós-graduação, mas na graduação – uma espécie de sanduíche de graduação –, e nós estamos em conversa com CNPq e Capes, que são os dois organismos responsáveis por essas bolsas, para colocarmos a questão de uma cota mínima. Estamos trabalhando alguma coisa em torno de 30%. É uma negociação ainda. Estamos trabalhando, fizemos uma nota técnica e estamos estudando para vermos como conseguimos viabilizar isso da melhor forma possível.

Mas quero só dizer que estamos de olho e concordamos completamente com que é uma política importante e que o povo negro tem que estar contemplado.

O Humberto Adami fez uma fala também muito significativa, e, sobre a questão do Estatuto e da regulamentação, eu queria dizer que, do nosso ponto de vista, algumas coisas têm que ser regulamentadas. A ouvidoria tem que ser regulamentada – e já estamos em processo de regulamentação – e algumas outras, como o próprio Sinapir, que é o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que vai proporcionar um diálogo com Estados e Municípios sobre uma política nacional de igualdade racial.

Mas, no resto, já estamos trabalhando diretamente com os Ministérios para que a questão da igualdade racial, o Estatuto da Igualdade seja respeitado, tanto que, no nosso próprio PPA, nós trabalhamos com todos os Ministérios, de forma que, hoje, estão envolvidos mais de 20 Ministérios numa política, num programa que se chama Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, que é totalmente inspirado no que diz o Estatuto. Temos trabalhado nisso.

Há também dois programas que estão em fase final de desenho. Um deles é o Programa Nacional de Ações Afirmativas, também inspirado no Estatuto da Igualdade Racial, tratando de ações afirmativas não só na área de educação, mas também na área de trabalho e na área de comunicação. Como se colocou aqui, temos problemas sérios com a comunicação no Brasil, não só do ponto de vista da veiculação de produção de artistas negros, mas também do ponto de vista de

estereótipos, que são terrivelmente reproduzidos. Temos trabalhado isso.

E há outro programa de combate àquilo que, talvez, seja o grande problema da população negra neste momento, que é a mortalidade de jovens negros por morte violenta, principalmente homicídio. Os números são estarrecedores. O crescimento de morte de jovens negros é imenso, é muito grande. A estatística mostra que, a cada 25 minutos, morre um brasileiro jovem negro de morte violenta, por conta de homicídios, o que é inaceitável. Estamos trabalhando num grande programa nacional de combate especificamente a isso, também inspirado pelo Estatuto da Igualdade Racial.

Além disso, eu queria também contrapor um pouco, concordando com a fala do Sérgio Custódio, com relação às faltas de oportunidade do negro. Quero fazer uma pequena ressalva com relação ao Teatro Experimental do Negro, uma experiência fantástica, maravilhosa, realizada pelo Abdias do Nascimento, nosso decano, nosso grande companheiro e referência do movimento negro. O Teatro Experimental do Negro veio não porque não existissem artistas negros. Existiam esses artistas, mas não existia espaço – é a questão racial. Nelson Rodrigues fez uma peça que se chama Anjo Negro, que foi encenada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em que o artista principal era negro, e pintaram o artista de branco, porque não podia haver negros. Então, a força do Teatro Experimental do Negro foi também uma forma de abrir espaço numa sociedade que não dava espaço. Nesse sentido, é um pouco o que a gente tenta fazer aqui com as cotas: abre-se espaço numa sociedade que não tem dado esse espaço e que vai passar a dar espaço a partir das cotas.

Por último, Senador, sem querer abusar do seu tempo, eu queria fazer um convite a todos aqui. Hoje, esta reunião é destinada a discutir cotas. Hoje, à tarde, a Seppir vai realizar mais uma Roda de Conversa, que é uma atividade mensal. Na de hoje, de 15 horas às 18 horas, vamos debater exatamente as cotas nas universidades públicas, com os seguintes participantes: a jornalista Miriam Leitão, de *O Globo*; a escritora e também militante Ana Maria Gonçalves; a Prof. Zélia Amador, pesquisadora e ex-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadoras (es) Negras (os) (ABPN); e o Reitor José Geraldo de Souza Júnior, da Universidade de Brasília (UnB).

Vamos discutir a questão das cotas nas universidades, abordando vários pontos de vista. A reunião vai ser realizada no auditório térreo do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, mas o acesso também – a gente tem feito isso – é feito via rede de computação, pela Internet, pelo endereço www.aids.gov.br/mediacenter. Vou repetir: www.aids.gov.br/mediacenter. De 15 horas

às 18 horas, realizaremos esse debate, que também vai abrilhantar um pouco mais essa discussão importantíssima, que tinha sido colocada aqui. Lembro que a atividade será realizada de 15 horas às 18 horas.

Por fim, mando um abraço fraterno ao meu eterno professor Cristovam Buarque, com quem aprendi muito. Foi uma pessoa muito importante em determinado momento da UnB. Trouxe para o Departamento de Economia um tom humanista, que, até hoje, o Departamento tem. Eu queria, mais uma vez, saudá-lo, professor. Um grande abraço!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi Mário Lisboa Theodoro, Ministro de Estado substituto, interino, aqui representando a Ministra Luiza Helena Bairros.

Vou passar a palavra, de imediato, à Dr^a Ilma Fátima de Jesus, que aqui representa o MEC.

Ela é Coordenadora-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais e representa o Ministro Aloizio Mercadante.

A SR^a ILMA FÁTIMA DE JESUS – Eu gostaria de parabenizar a Mesa e dizer que, no MEC, temos debatido muito sobre as ações afirmativas e sobre a política de cotas. Temos um milhão de alunos no ensino médio, 150 mil concluindo o ensino médio, e 50% deles são negros e também têm sido beneficiados pelo ProUni.

Tive uma experiência como professora de uma faculdade privada que atende alunos e alunas de bairros periféricos em São Luís, Maranhão, e a maioria dos estudantes negros entraram por meio do ProUni. Além de ampliarmos as possibilidades da entrada de estudantes no ensino superior, fazemos com que estudantes que geralmente não teriam acesso sejam bolsistas de forma integral. O ProUni faz isso. Quer dizer, há a bolsa integral, mas quem tem uma renda que possibilite pagar pode receber uma bolsa de 50% do ProUni.

A sanção da Presidenta Dilma, no dia 29 de agosto, fez com que a maioria vislumbrasse a possibilidade de alcançar o ensino superior. Essa maioria que está na escola pública, como afirma a Secretária da Igualdade Racial, ainda não sabe exatamente, porque quem pode facilitar o acesso a essa informação que são professores e professoras e eles não a levam para sala de aula.

Também fui professora do ensino médio, da educação de jovens e adultos, e a maioria dos estudantes na educação de jovens e adultos no ensino médio são negros; são aqueles que deixaram de estudar na idade que seria apropriada, pois estavam trabalhando, e hoje retomam os estudos. Quando há professores que, além de professores e professoras, são militantes, essa informação chega mais tarde. O que queremos

é a elevação dessa escolarização para estudantes negros e negras.

A maioria das trabalhadoras domésticas já está, na educação de jovens e adultos, no ensino médio, pelos menos no Maranhão, Estado em que eu e Jô nascemos. Ela é minha conterrânea, só que ela é de outro Município, eu sou de São Luís.

Então, fico muito feliz com a sanção, porque tive muita dificuldade para entrar na Universidade de São Paulo, eu vivi a maioria do tempo em São Paulo e tentei, por três anos, entrar na USP. Eu tinha um sonho, eu queria ser advogada. Esse sonho que o Martin Luther King escreveu não foi possível. Eu entrei em uma das universidades da FUVEST e fiquei feliz porque fui aprovada. Eu trabalhava o dia todo, na Av. Paulista, em uma companhia estatal, e ia para faculdade a pé, porque era a São Luís, e havia juntamente com a São Luís a PUC. Então, as duas universidades católicas possibilitaram a entrada de estudantes negros.

Nós formamos um grupo de jovens negros, naquela época, porque éramos apenas seis: duas estudantes no curso de Letras, duas no curso de Pedagogia e dois estudantes no curso de Ciências Sociais. Os seis estudantes fizeram um grupo negro, como a PUC fez também, e debatíamos a necessidade, desde aquela época, final dos anos 70 início dos anos 80, de trazer o debate sobre as desigualdades que atingem negros e negras para a universidade.

O Prof. Kabengele Munanga foi, em 1980, fazer parte desse debate conosco, a jurista Eunice de Jesus e o jornalista Hamilton Cardoso também. Então, eu faço parte de uma época em que havia muita dificuldade para estudar, e eu comemoro, como o Sérgio e o Fernando, essa sanção.

Eu assumi um cargo, agora em agosto, no MEC, mas as dificuldades foram grandes. Em 1992, eu tentei fazer o mestrado – e lia o livro *Apartheid Social*, do Senador Cristovam – e desisti porque era numa universidade paga. Então, as dificuldades ainda eram muitas para quem queria fazer pós-graduação. Eu consegui na Universidade Federal do Maranhão, mais tarde, cinco anos após ter iniciado o mestrado.

Mas eu queria dizer que a gente lê e critica; a gente fala que precisa chegar à condição de entendimento de que a gente vive mesmo um *apartheid* à brasileira. Hoje esse entendimento é explícito.

O Estado brasileiro assumiu, em 2001, que é um Estado de racismo velado. E estar no MEC à frente da Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais nos traz um grande desafio, que é o desafio de acompanhar a implementação da Lei nº 10.639, que é uma necessidade, é lei, é uma alteração da LDB. Então, é preciso cobrar o cumprimento

da LDB, e que o MEC promova ações de formação de professores e professoras, para que a implementação se dê e que os alunos e alunas tenham acesso a informação sobre a história e cultura brasileira e africana. Isso é importante para que a autoestima de que a Jô falou seja elevada, a autoestima negra, e a identidade étnico-racial resgata.

Muitos não se afirmam como negros e negras até hoje porque nosso País mostra uma mídia que não nos representa. E a lembrança de Abdias do Nascimento é oportuna por quê? Porque ele, com o teatro experimental do negro, já promovia cursos de alfabetização para trabalhadoras domésticas, naquela época, no final dos anos 40, 50. Então, quanto tempo depois? A organização da qual eu sou oriunda, Movimento Negro Unificado, já pedia, no primeiro estatuto, a inserção de História da África, e nós só conseguimos no governo Lula a alteração na LDB.

A Constituição Federal, no art. 242, §1º, já dizia que precisava tratar da história de todos os povos que compõem a Nação brasileira. Entretanto, quando se tratava de ensinar sobre história da África, história dos afro-brasileiros, não se fazia isso. Então, precisou-se da alteração da LDB, no art. 26, com o 26-A, e também a inserção do 79-B, considerando o dia que homenageamos Zumbi Dia Nacional da Consciência Negra, para que nós pudessemos avançar.

Então, nós temos que comemorar a sanção, mas ainda temos um longo caminho a seguir, porque a nossa história ainda não é retratada, apesar da existência da lei. No MEC, a gente pretende fazer com que materiais didáticos sejam levados para as escolas para vislumbrar essa mudança de mentalidade com o trato da temática étnico-racial no currículo escolar brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Ilma Fátima de Jesus, Coordenadora-Geral de Educação para Relações Étnico-Raciais, falando em nome do Ministro Aloizio Mercadante.

Vou passar a palavra ao Senador Cristovam, mas queria apenas dizer, doutora, que a restrição é tão grande que todas as Comissões fazem audiências públicas e eu venho fazendo toda segunda-feira de manhã, aqui, religiosamente. Para mim é fácil, porque eu me desloco domingo de noite para cá, para estar aqui na segunda-feira de manhã, e a equipe prepara. Pois já há quem questione por que eu faço audiências na segunda-feira de manhã. Porque este espaço é um espaço democrático dos movimentos sociais, enfim, todo mundo fala, expressa a sua opinião...

E já há um movimento – que sinto – meio subterrâneo: “Por que o Paim faz essas audiências na segunda-feira pela manhã?” Como diz aquela frase de Mário Quintana: “Eles passarão... Eu passarinho!”

O Senador Cristovam está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Eu já falei bastante, mas queria fazer duas referências ao que foi falado nessa segunda parte da Mesa, aproveitando para pedir desculpas porque vou ter que sair para gravar alguns programas de candidatos, inclusive negros, cujos nomes não vou citar e nem mostrar aqui, embora estejam presentes, porque vai parecer que estou usando a TV Senado para programa eleitoral.

Eu quero falar, fazendo referência ao que disse o Sérgio sobre o teatro: o futebol também! No começo o futebol não permitia jogadores negros. Meu time, o Clube Náutico Capibaribe de Recife, não aceitava negros até os anos 60. É preciso dizer isso. A ideia do pó de arroz de alguns times é porque os moreninhos botavam pó de arroz na cara para não parecerem negros. Agora vejam o que o Brasil perderia se até hoje os negros fossem proibidos de jogarem futebol. A incorporação dos negros deu um salto. Isso a gente tem que fazer para incorporar os analfabetos, ensinando-os a ler, porque permitiram negros no futebol, mas exigiram deles serem bons jogadores, como dos brancos, de todos. E a referência é essa. Precisamos cuidar de trabalhar a exclusão dos excluídos.

Há dois tipos de excluídos. Os excluídos visíveis e os incluídos invisíveis. Um jovem que não teve uma escola pública boa e termina o ensino Médio ele faz parte do MSU, porque não entra na universidade com facilidade. Mas o jovem que ficou lá atrás, não chegou ao final do Ensino Médio, ele fica invisível. Ele é invisível.

O MSU, de que sou francamente apoiador e até aceitaria trocar com o Paim a camisa pelo livro, não inclui entre os sem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos providenciar que o senhor receba uma camiseta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O MSU não inclui entre os sem universidade os analfabetos, os que não terminam o ensino médio. Temos que incluir. São invisíveis, pior que os excluídos.

Por exemplo, os sem sindicato no Brasil não lutam, não têm chance de terem os aumentos de salário que têm os sindicalizados. As mulheres que trabalham em casa são vistas como se não produzissem nada. Não entra no PIB o trabalho doméstico. E se tem um trabalho útil para o País é o trabalho da mãe, da dona de casa que fica em casa cuidando dos filhos. Vejam como é engraçado. Se você contrata uma funcionária para uma creche, ela entra na renda nacional. Mas se você não paga uma mãe para que cuide do filho, não entra esse produto.

Os sem leitura: não colocamos os sem leitura nas nossas preocupações. Os sem transporte públi-

co: nós temos luta para baixar tarifas para melhorar o transporte público de quem pode pagar. E os que não podem? E os que andam de casa para o trabalho ou que dormem na porta do trabalho?

Os pós-cota, por exemplo, acho muito boa essa luta, mas precisamos incluir também os pré-cota, aqueles que não têm direito nem mesmo de usarem as cotas.

Esse é o recado que dou. É hora de parabenizar. E não é a primeira vez que isso acontece. Em 13 de maio de 1888 houve um gesto positivo, ninguém pode negar que foi importante a Abolição, absolutamente insuficiente.

Então, a lei que a Presidenta Dilma sancionou, da qual o Paim aqui foi o grande baluarte, e por que você, Sérgio, o Frei e outros foram os grandes lutadores, a lei é boa. Ela tem que ser comemorada, mas é insuficiente, tanto para os pós-cota, a que sou favorável, para aqueles já formados exigirem cotas em serviço público, como também para os pré-cotas, aqueles que são invisíveis. Precisamos fazer visíveis os excluídos invisíveis e lutar para que eles sejam incorporados, depois de serem invisíveis, inclusive, usando cotas, quando for preciso.

Parabéns a vocês pela luta!

Eu fico orgulhoso de ter vivido esse momento com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Passamos a palavra, de imediato, ao Dr. Humberto Adami, Diretor de Relações Éticas do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) e que também representa a OAB aqui.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Senador Paulo Paim, apenas para agradecer a presença aqui e também a confiança do Presidente do Conselho Federal da OAB, o advogado Ophir Calvalcante.

Durante os trabalhos aqui, recebi um ofício do Ministério da Educação, convidando para uma audiência sobre o *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, cuja audiência se realiza amanhã no Supremo Tribunal Federal. Gostaria de contar com a presença do Senador Paulo Paim e também do Senador Cristovam Buarque, no gabinete do Ministro Luiz Fux.

Quero dizer que o momento é de comemoração. Quando a gente que vive tão empenhado na luta, acaba achando que não está avançando nada. E é preciso ter uma palavra e dizer: “Olha, as coisas estão andando. Já fizemos muita coisa e precisamos fazer muito mais.”

Eu vejo com alegria as palavras do Secretário-Executivo Mário Theodoro, hoje Ministro de Estado, com o qual também já trabalhei quando estive na Seppir, mas vejo que, na verdade, outros Ministérios, além dos que ele falou, precisam ser alcançados pelo Estatuto

da Igualdade Racial, porque a lei é para todos os Ministérios, para todos os governos e não só para alguns.

Esso é uma coisa que queria ponderar. Nós, que somos da área do direito, Senador, vimos que muitos reclamam da judicialização, quando, na verdade, falta combinar com aqueles que deveriam estar obedecendo à lei, sem você precisar judicializar. Senão, não resta outro caminho para aqueles que precisam da obediência da lei e para aqueles que deveriam estar obedecendo à lei. E, para todos os agentes do Estado, quem não obedece à lei está em improbidade administrativa. Seria o momento de uma grande massa – chamam de chuva de ações –, o Ministério Público poderia estar promovendo mais essa demanda da improbidade administrativa daqueles agentes que estão obrigados ao cumprimento da lei, especialmente as Leis nºs 10.639 e 11.645, que foram mencionadas, aqui, pela representante do MEC, Professora Ilma. Por todo o País, não dão a menor pelota para a 10.639, que já vai fazer dez anos.

Foi um esforço do Congresso Nacional, um esforço do Poder Executivo. Embora a gente possa discordar ou concordar, na verdade, a obrigação do cumprimento da lei que torna obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira é um esforço de todos nós, porque, na verdade, é uma lei que refunda essa Nação, é uma lei que vai trazer ao conhecimento da população brasileira um Brasil que ficou desconhecido, um Brasil que ficou fora da historiografia oficial. E, na verdade, por isso é que reitero os esforços no caminho da reparação da escravidão neste País.

Então, quero agradecer mais uma vez e, desde já, colocar-me sempre a disposição do mandato de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, agradeço ao Dr. Humberto Adami.

Ele sempre, de fato – eu confirmo também –, esteve à disposição dos movimentos sociais, do nosso gabinete. Em muitas dúvidas, V. S^a disse: “Não, eu acho que é isso, Paim. Acho que é por aqui, tal”. Então, eu quero agradecer publicamente a colaboração que V. S^a sempre deu ao nosso gabinete, independentemente de estar aqui na Comissão de Direitos Humanos hoje.

O Dr. Humberto Adami, repito, é Diretor de Relações Éticas do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) e aqui falou em nome do Presidente da OAB, Ophir Calvalcante. Diga-se que a OAB sempre foi favorável às políticas afirmativas e à política de cotas.

Então, agora, vamos à segunda Mesa. Nós, vamos inverter, começando pelo Sr. Sérgio Custódio, que fala pelo MSU, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade, e terminando pela representante dos indígenas.

SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e assumo o compromisso de que, depois, nós vamos encaminhar, por escrito, as reivindicações dos movimentos, para que elas sejam encaminhadas para os órgãos competentes no tocante à regulamentação da Lei.

Agradeço, especialmente, ao Senador Paim. Como já disse, faz muita diferença haver segunda-feira nesta Casa, no Congresso Nacional. faz muita diferença ter a voz do povo, podendo participar, nesse espaço democrático. Espero que o senhor se anime e sempre persevere nessa missão, eu diria, em sentido patriótico e democrático no País. Agradeço também à Seppir e ao Ministério da Educação, por se somarem na aprovação do Projeto de Cotas.

Lembro que o protesto negro nesta Casa se fez das mais variadas formas, mas uma em particular talvez tenha causado certa estranheza aqui. Foi aquela feita em frente à sala da CCJ, onde representantes de todos os Estados do País, do Movimento dos Sem Universidade, de outros movimentos, colocaram as mãos nas paredes. Aqui, o Fernando relatou a questão do negro na batida policial, e todos simularam uma batida policial, para dizer que o País sabe, maldosamente, muito bem quem é negro neste País. Ora, aquilo foi um gesto que é o gesto de luta que nós aprendemos dos que vieram antes da gente e que tem que ser continuado pelos que vêm depois da gente.

Lembro que, culturalmente, como uma onda, o projeto de cotas vai ganhar a sociedade brasileira, particularmente as famílias, o homem trabalhador, a mulher trabalhadora, que conformam cem milhões deste País e que estão sendo chamados, agora, de nova classe média. Ora, aquele que vai para a universidade por cotas, o negro que vai virar médico e vai resolver o problema da Doença de Chagas vai estimular a sua sobrinha e vai estimular a sua mãe e seu pai, se não estudaram, para que continuem a estudar; eles vão se sentir estimulados.

É esse movimento nacional que essa Comissão de Direitos Humanos emana, hoje, para o Brasil. É um movimento de alegria, mas também de convocação, convocação para o exercício de um direito, que é o direito da presença do povo negro, do povo pobre, do indígena e da escola pública na universidade pública, rompendo, de vez, com a cota do privilégio que reinava, no Brasil, desde que, em 1808, chegaram os primeiros cursos superiores.

Um agradecimento do Movimento dos Sem Universidade a todos os presentes e também do Comitê Brasileiro pela aprovação do Projeto de Cotas.

A luta continua! (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi **O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO**, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU).

Passamos a palavra agora à Dr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária da Promoção da Igualdade Racial do DF.

A SR^a JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Senador Paim, eu agradeço, mais uma vez.

Eu gostaria de retomar uma coisa que sempre me preocupou, mas não sei se é momento de colocar. Eu que, infelizmente... Senadores são 81, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim.

A SR^a JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – E é só há o senhor de Senador; Ministros só existem a Ministra Luíza e o Mário Theodoro, e um substitui o outro, ou seja, é um ou outro; no Supremo Tribunal Federal, só há o Ministro Joaquim Barbosa; no Superior Tribunal de Justiça, não há nenhum, não lembro se há algum; e, na Justiça Federal, existe a Dr^a Neuza.

A gente já tem que se preocupar, já que as cotas estão aí; para complementar, para ter a cota realmente, porque a cota não existe nesses espaços; se é só um não dá nem para representar a cota. E como é que a gente vai formar essas pessoas, para estarem nesses espaços? Essa é uma preocupação também, e ela vem em função da cota pela qual, com certeza, os senhores estão lutando para que haja outras pessoas. E isso é muito preocupante.

Espero que o Dr. Adami se candidate, espero que o Dr. Hédio se candidate e que a Dr^a Ilma se candidate, porque, digamos assim, está desfalcado, e a gente está lutando para isso, a cota também significa isso.

Dr. Adami, eu estava me lembrei de uma coisa, quando o senhor falou sobre a questão do programa Zorra Total, que eu nunca assisti. Primeiro, eu já vi várias manifestações, e a primeira coisa que eu falo nesse sentido – embora seja muito difícil, já que vem pela mídia – é que a primeira coisa que a gente teria que fazer é campanha – sei que aqui não sou movimento social – para a gente não assistir a essas mídias, a essas esferas de comunicação que colocam coisas, digamos assim, de racismo contra a gente. Que a gente faça campanha para ninguém assistir.

Só vou dar um exemplo: lá onde moro, no Guará, há várias lojas. Já entrei em várias lojas, e deixei de comprar o que eu ia comprar, dizendo que não ia comprar, porque não havia negro para atender ninguém. Por que tenho de eu sou consumidora, e não há ninguém para me atender? Rapidinho, começaram a colocar gente negra lá no espaço.

A gente tem de começar a fazer isso. Se não começar, eles não vão fazer. É uma maneira de a gente também incitar. É igual à Lei nº 10.639. Não querem

fazer? A gente vai ter que provocar. A gente vai ter de ir para o embate, infelizmente.

Não sou movimento social, e tenho muita preocupação com isso, porque não sou movimento. A gente vai ter que dizer: “Nós estamos aqui”.

Então, quando colocam uma pessoa agredindo a gente, colocam uma pessoa com um estereótipo daquele, por que a gente tem de deixar? Na hora do programa, todo mundo desliga a televisão. Quero ver se eles não vão mudar.

Então, a preocupação que eu queria colocar, porque cota vem também em função disso. A preocupação dos senhores, da gente, que já está numa idade, digamos assim, mais avançada, é a de preparar outras pessoas.

Senador Paim, que preparemos. Que existe o senhor e que existam outros, porque, estamos em um local em que há um Senador que é nossa referência; uma Ministra que é nossa referência; uma Ilma, que é nossa referência; um Mário Theodoro, que é nossa referência. Tem que haver mais. Somos mais de 50% da população brasileira. Cadê a gente?

Não posso dizer o resto, mas agradeço, parabenezo o senhor, parabenezo este espaço, porque sei que o senhor, ao mesmo tempo em que está cansado, não desiste. E a gente está aqui para não desistir nunca.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Josefina Serra dos Santos, Secretária da Promoção da Igualdade Racial do DF.

Passamos, agora, a palavra ao Dr. Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educafro, Brasília.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Não vou me estender muito também, porque acho que o debate já foi bem amplo.

Mas queria agradecer, aqui, em nome da Educafro, não só de Brasília, mas de todo o País, e em nome do Frei David, que mandou um axé para todos nós, e colocar, Senador, uma outra situação interessante.

Houve um amigo nosso que teve a oportunidade de ir ao exterior. Na primeira viagem dele ao exterior, ele mandou um *e-mail* para mim. Nesse *e-mail*, perguntei para ele: “Como está na Europa? Como está se adaptando aí?” Ele falou: “Rapaz, está bacana. Agora, eu achei interessante um programa de televisão aqui passar um documentário em que se falava assim: Brazil in Black and White, de que até Humberto Adami participa e também o Senador Paulo Paim.”

Na Europa o documentário está passando até hoje. Ele foi feito, se não me engano, há uns oito anos, há uns dez anos, sobre a situação da cotas no Brasil, um documentário bem interessante.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Brazil in Black and White, do Adam Stepan.

O SR. FERNANDO BENITES DOS SANTOS – Isso, esse mesmo.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Passou no PSB da TV americana.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Perfeitamente. Então, é interessante a gente ter uma pessoa aqui do Brasil, que teve de ir para o exterior para ver um documentário feito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não vi o documentário. Confesso que não vi.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Foi interessante a apresentação da implementação das cotas na UnB. Foi quase uma hora de filme, e foi pouquíssimo divulgado aqui no Brasil. Passou uma hora na TV americana, e aqui não. É muito importante.

Fica a sugestão para fazer um dia de sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Já há autorização, inclusive, para fazer.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Inclusive, ao Frei David pedi uma cópia desse DVD. Vou pedir que ele nos encaminhe, para podermos distribuir aqui, inclusive, nas redes públicas.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Tem de ser a versão completa.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – Tem de ser a completa. Inclusive, aquela parte do debate, que acho até que são norte-americanos que vieram debater.

O SR. HUMBERTO ADAMI – O NACP norte-americano esteve presente.

O SR. FERNANDO BENÍCIO DOS SANTOS – É estranho, realmente, porque, lá na Europa, já foi divulgado em mais de 20 países esse documentário e com uma grande repercussão, com discussões e debates, e, aqui, a gente está perdendo essa oportunidade.

Inclusive, até na escola na Ceilândia onde parte dele foi feito, o diretor desconhece o documentário. Está sendo providenciado que se passe o documentário para todos, para que possam assisti-lo e debater, com mais convicção, a questão das cotas.

Agradecemos demais este convite. A Educafro está sempre aberta para todos. Nós temos mais de 80 núcleos espalhados por todo o País, preocupados também em inserir o máximo de alunos nas universidades, seja por sistema de cotas, seja pelo ProUni também, não é, Sérgio? Nós trabalhamos muito essa situação.

E também a gente quer debater de forma incisiva a questão do Enem, porque estão tentando sabotá-lo, já fizeram isso duas vezes. A gente acha muito estra-

inha esse tipo de sabotagem de acabar com o Enem de qualquer forma. A mídia está dando grande espaço para essa sabotagem, mas nós não vamos permitir, não vamos aceitar. A Educafro não vai permitir essa sabotagem que estão tentando fazer com o Enem. Inclusive, a Presidenta, sabiamente, está vetando o art. 2º, sobre a questão do acesso, sobre a questão da renda. A gente concorda plenamente que o Enem é um excelente mecanismo de acesso para as pessoas pobres, nessa situação das cotas. Estamos a favor do Ministro da Educação.

Termo aqui a minha fala com uma frase de uma banda da Bahia, de capoeiristas, que fala assim – eles cantavam para a população há dez anos, se não me engano: “O negro tomou jeito, já cansou de ser prefeito e agora é governador”. E eu venho agora falar para eles que o negro tomou jeito, já cansou de ser prefeito e não é mais governador; ele é presidente do mundo. Então, vamos ficar de olho nessa situação.

Inclusive, ontem, assistindo à Fórmula 1 – infelizmente, estamos preocupados com os brasileiros – mas nós tivemos um negro campeão. Então, é oportunidade, sim, que a gente tem que dar para o povo negro. Quando se dá essa oportunidade, nós chegamos lá, onde todos têm a capacidade de chegar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Fernando Benício dos Santos, Coordenador da Educafro.

Vou passar a palavra à Ticiane Imbroisi.

Apenas para eu não ficar muito desatualizado, eu vi que, no início do ano, nós tivemos um protesto aqui no Abril Indígena e que a nova Presidente da Fundação Nacional do Índio assumiu no dia 26/04/2012.

Durante o mês de abril, houve protesto e quem foi cobrado muito foi o então presidente, que na época não era a atual Presidente Marta Maria do Amaral Azevedo, cuja posse foi no dia 26/04/2012. Então, o Abril Indígena foi ainda sob outra conjuntura.

V. S^a está com a palavra, Ticiane Imbroisi, Assessora Parlamentar da Funai.

A SR^a TICIANA IMBROISI – Sim, Sr. Senador.

Em nome da Presidenta Marta Azevedo, que assumiu recentemente a Fundação Nacional do Índio, quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, Senador Paulo Paim, por nos ter convidado.

Quero dizer que estamos sempre à disposição para estar aqui nas audiências públicas, que sabidamente agora o senhor está realizando todas as segundas-feiras.

Quero relembrar que, de acordo com os dois Censos do IBGE, a comunidade indígena neste País cresceu exponencialmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em torno de 250%.

A SR^a TICIANA IMBROISI – Exatamente.

Entretanto, são poucos os que já ascendem à universidade. Essa nova política vem ao encontro das expectativas da Funai e da população indígena, sem dúvida nenhuma. E nós esperamos – vou frisar novamente – que nós possamos ter consultas regionais a esse respeito de modo a atender a diversidade étnica neste País, para que os indígenas possam, enfim, agora sendo convocados para o exercício do direito, ao acesso à educação, como bem frisou o Dr. Sérgio, cada vez mais, assumir esse papel de protagonismo na educação e realizar o sonho de estar dentro da universidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ticiane Imbroisi, Assessora Parlamentar da Funai, que aqui representou a Presidenta.

Apenas para aqueles que às vezes questionam, e eu sei que questionam, as nossas audiências públicas, só vou repetir que, na segunda-feira passada, nós debatemos aqui o direito de greve, numa visão do direito de greve e não numa visão de querer proibir o direito de greve. Nós realizamos aqui, na terça passada, dia 4, só para lembrar as últimas, a discussão sobre a desoneração da folha de pagamento e nossas preocupações com a Previdência. Nós discutimos, na quinta-feira passada, a precarização no trabalho e a terceirização, que lembram muito a questão do trabalho escravo.

Hoje, debatemos a política de cotas, o Estatuto; amanhã, teremos audiência pública aqui para discutir o envelhecimento no Brasil. Está prevista a discussão dos planos de saúde, que são uma preocupação muito grande, por causa da maracutaia que existe nos planos de saúde; e, na quinta-feira, dia 13, ainda vamos discutir aqui a questão dos mares e a questão do Instituto de Oceanografia, que é uma iniciativa inclusive do Senador Pedro Simon.

Quero dizer a todos que essa questão dos filmes, passando no exterior, eu me lembro que vai haver um agora, A Negação do Brasil, de Joel Zito, muito interessante. E também esteve aqui o Spike Lee, que fez também um documentário grande, que deve estar passando já no exterior, mas é bom que passe aqui também, para nós mesmos vermos um pouco da realidade.

Enfim, meus amigos, a todas as propostas aqui encaminhadas, nós daremos o passo seguinte.

Pode falar, doutora.

A SR^a ILMA FÁTIMA DE JESUS – Eu gostaria só de passar um recado do assessor do Ministro Aloysio Mercadante, Thiago Tobias. Nós temos um grupo de

trabalho com uma representação das universidades para tratar da regulamentação, neste ano ainda, da sanção da Lei de Cotas.

E a Sesa – não é a Secretaria em que trabalho; eu trabalho na Secad –, a Secretaria que trata do ensino superior, continua adotando o Enem para a entrada de estudantes nas universidades; e também o SisU, que é o sistema que faz com que as pessoas tenham acesso inclusive para 2013.

É só um aviso.

Agradeço muito, Senador Paulo Paim, a oportunidade que nos foi dada de representar o MEC aqui, nesta audiência, e quero dizer que seu trabalho é valioso para nós, da população negra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, doutora.

Assim mesmo, para terminar a nossa reunião, eu já digo a todos que a todas as propostas que foram encaminhadas à Mesa eu darei o passo seguinte, como se diz, o *day after – day after* é “amanhã”; é isso mesmo? Não me deixem errar, porque daí os meus críticos já me pagam lá e já me fazem uma criticazinha.

O pessoal está batendo as propostas que você encaminhou por escrito, e eu vou encaminhá-las aos órgãos correspondentes, o.k., pessoal?

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia onze de setembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Paulo Davim, Vicentinho Alves e o não membro Senador Tomás Correia. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da sequin-

te Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 95, de 2012–CDH, aprovado em 29/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater o envelhecimento no Brasil: desafios e possibilidades”. Convidados: Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Glaucia Gauch, Embaixadora, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; Vera Soares, Secretária de Políticas para Mulheres da Presidência da República; Vicente Faleiros, Professor e Pesquisador na Área do Envelhecimento. O Senhor Presidente convidou a tomar lugar à mesa o Senhor Frederico Bastos, Diretor de Temas Sociais do Itamaraty, substituindo, na mesa e para as considerações finais, a Senhora Embaixadora Glaucia Gauch; e a Senhora Maria da Penha Silva Franco, Superintendente de Política para a Pessoa Idosa do Estado do Rio de Janeiro, em substituição na mesa e para as considerações finais, a Senhora Maria do Rosário, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Em seguida, o Senhor Presidente monta uma segunda mesa de debates e convida os seguintes convidados: Karla Cristina Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; Isis Simões Menezes, Representante do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; Matheus Stivali, Diretor de Estudos Sociais do IPEA; Ana Maria Ferreira Melo, Coordenadora Arquidiocesana de Brasília da Pastoral da Pessoa Idosa; Professor Rodrigo Mendes, Diretor-Geral do Instituto Federal de Brasília, Unidade Campus São Sebastião, em substituição ao Senhor Wilson Conciani, Reitor do Instituto Federal de Brasília. Em seguida, o Senhor Presidente franqueia a palavra a lideranças presentes no plenário. O Senhor Presidente exhibe o primeiro bloco do Programa Repórter Justiça da TV Justiça, que nesta edição aborda a questão dos idosos no país. O Senhor Presidente anuncia a turma de formandos do Curso de Formação de Cuidadores de Idosos do Instituto Federal de Brasília, Unidade Campus São Sebastião e entrega, em mãos, o diploma à Técnica Jailde Cardoso Pimentel Fontes, Diretor-Geral Professor Rodrigo Mendes da Silva, Coordenador-Geral de Ensino Professor Fabrício Ademar Fernandes. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. Senador **Paulo**

Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 95-CDH, aprovado em 29/08/2012, de autoria deste Senador e de outros. Motivo da audiência: debater o envelhecimento no Brasil: desafios e possibilidades.

Vou fazer apenas, neste primeiro momento, fazer a leitura dos convidados que estão chegando, e, depois, montamos a Mesa.

Já informo a todos que a Ministra do Rosário Nunes já se encontra conosco. No momento em que for chamada, ela estará aqui para abrir os trabalhos.

Convidados: Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Glaucia Gauch, Embaixadora-Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; Vera Soares, Secretária de Políticas para Mulheres da Presidência da República; Karla Cristina Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; Vicente Faleiros, professor e pesquisador na área do envelhecimento; Matheus Stivali, Diretor de Estudos Sociais do Ipea; Isis Simões Menezes, representante do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Cofito.

Então, de imediato, já que ela adentrou a sala, com muito orgulho e satisfação, convido a nossa Ministra Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Palmas.*)

Vamos formatar aqui duas Mesas, pelo número de convidados. Num primeiro momento, eu convidaria, dos nossos convidados que se encontram aqui conosco, para fazer parte desta primeira Mesa, pela ordem de chegada, Maria do Rosário Nunes, nossa Ministra; Glaucia Gauch, Embaixadora-Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; em seguida, pela ordem que recebi, Vera Soares, da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República, e, ainda nesta Mesa, Vicente Faleiros, professor e pesquisador na área do envelhecimento.

Então, está formada a primeira Mesa.

Está conosco já a Representante do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Isis Simões Menezes, que fica para a segunda Mesa.

Tínhamos combinado de passar um vídeo curto de 8 minutos, só para abrir os trabalhos.

Em seguida, convidarei a Ministra Maria do Rosário para abrir os trabalhos e usar o tempo que julgar necessário para a sua palestra.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos à TV Justiça, que cedeu esse vídeo de um trabalho que eles fizeram sobre o idoso.

Vou fazer uma rápida introdução, para situar aquilo a que estamos assistindo neste momento.

Nós estamos ao vivo, pela TV Senado, para todo o Brasil.

Isso é o prestígio da Ministra, ouviu? Na terça-feira, nem sempre é ao vivo, mas, com a Ministra aqui, vai ser ao vivo, pela Rádio Senado também, para todo o País, e pela Internet, pelos canais 1, 2, 3, 4 e 5.

Eu só vou fazer um rápido comentário. Enfim, nós vamos debater aqui, hoje, envelhecimento no Brasil: desafios e possibilidades.

Segundo fontes do Ministério da Previdência e números que serão anunciados ainda neste ano, a tendência é nós nos aproximarmos dos 30 milhões de idosos no País. É claro que, aqui, entra aquela questão de aposentados ou não.

Vale também dizer que, de 1997 a 2007, a população idosa brasileira apresentou um crescimento de 21,6%.

Temos dados do Ipea, e o Ipea, mais do que ninguém, depois vai falar: o Censo 2010 elaborado pelo Ipea mostra que, em 2000, de cada cem brasileiros, sete já tinham mais de 60 anos. Em 2050, a taxa será de 66%, isto é, haverá mais idosos em idade de aposentadoria do que a população ativa.

Um dos maiores desafios é vencer o preconceito contra a velhice, garantir meios que garantam a essa parcela da população meios dignos de sobrevivência. É preciso investir em estratégias que garantam a qualidade de vida e o acesso a direitos e garantias de todos – tio, avô, pai, filho, enfim – que estejam com idade igual ou maior que 60 anos.

Dentro de 30 anos – este dado eu achei interessante –, de cada quatro brasileiros, um vai ser idoso. Enquanto esse patamar não é alcançado, temos de ficar atentos ao que está sendo feito pelos governos e pela sociedade.

É preciso incluir a velhice, mais do que nunca, na pauta de nossas conversas, de nossos objetivos,

preocupações. É necessário desenvolver uma cultura previdenciária cidadã, de forma educacional, criar meios, projetos que incluam as pessoas idosas, que as coloquem como peça fundamental e imprescindível ao desenvolvimento social, econômico, cultural e, eu diria até, político do País. E digo isso com muita segurança, já que a tendência, no futuro, é que os idosos decidam qualquer processo eleitoral. A velhice deve ser vista como uma fase positiva da vida, e não como sinônimo de debilidade e fraqueza.

É preciso que se criem, de fato, políticas públicas que amparem as demandas que a velhice introduz. Uma das possibilidades é criar... Eu falava com a Ministra Maria do Rosário, que está dialogando dentro do Governo sobre a possibilidade de se criar uma Secretaria Nacional do Idoso – é o que ela me dizia, pelo menos é o que ela pensa –, que tenha uma equipe com estrutura, com orçamento e que esteja sob esta visão de política de direitos humanos, porque a questão dos idosos é, de fato, uma política de direitos humanos.

Eu lembro aqui o projeto do Waldemir Moka, que vai ser votado amanhã, provavelmente, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre o cuidador do idoso. Segundo o texto – só vou ler essa introdução e aqui encerro –, “o cuidador de idoso é o profissional que, no âmbito domiciliar do idoso ou de instituição de longa permanência para idosos, desempenha funções de acompanhamento de idoso”. Aqui tem tudo o que consta no projeto – não vou ler –, mas entendo que é um projeto fundamental e, claro, que pode merecer correções, adendos, para que seja aprovado na forma que atenda a todos. A Senadora Marta Suplicy é a Relatora e, segundo ela, a possibilidade é de que a matéria possa ser votada amanhã.

Eu até tinha solicitado mais uma audiência pública, mas ela me explicou depois – e quero de público dar a justificativa – que já foram realizadas inúmeras audiências públicas e que a matéria deve ser votada amanhã, ouvindo-se os Senadores e, enfim, aqueles que têm posição de alguma mudança.

Com isso, encerro essa pequena introdução, mas, primeiro, Ministra – sei que V. Ex^a vai fazer isso – agradeço muito à sua equipe, porque esta audiência pública foi montada, organizada com a equipe do seu Ministério. A equipe trabalhou muito...

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – A Neuza Muller.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Neuza Muller está aqui, esteve inclusive conversando comigo antes do evento há 1 mês, calculo eu.

Então, uma salva de palmas para toda a sua equipe e, claro, para a equipe da Comissão de Direitos Humanos também. (*Palmas.*)

Registro a presença – estiveram hoje comigo conversando sobre a questão da velhice – da Dr^a Irene Marquesan, Presidente da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, e também da Elívia Kerstner da Silva – pronúncia por minha conta e risco –, que também trabalha nessa área, gerente de projetos, trabalhou muito e organizou a Conferência Internacional sobre Envelhecimento, para a qual fui convidado, mas infelizmente não pude estar presente.

Registramos a presença também da Secretária Executiva da Presidência da República, Dr^a Patrícia Barcelos.

Ministra, o plenário é seu. O Brasil todo a está ouvindo agora. São milhões de pessoas que assistem a essas audiências.

Nesta Comissão, disse um Senador ou uma Senadora que é a única comissão onde, antes de falar, já se recebem palmas, Ministra. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Obrigada. Essas palmas são em confiança, para que tenhamos mais força ainda para trabalhar.

Eu agradeço, Senador Paulo Paim, e quero, aqui, na oportunidade desta Comissão de Direitos Humanos, sob sua presidência, fazer mais uma vez uma referência à importância do seu trabalho parlamentar e da sua vida dedicada às melhores causas do Brasil e das pessoas.

Muito obrigada pelo Estatuto do Idoso, muito obrigada pela luta pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Muito obrigada pelo Estatuto da Igualdade Racial. Nós poderíamos fazer, assim, um levantamento de boas práticas e de contribuições dos mandatos parlamentares do Senador Paulo Paim, mas especialmente. Mas especialmente muito obrigada por imprimir, no trabalho desta Comissão, um olhar sobre todos os brasileiros e brasileiras, a dimensão dos direitos humanos com a amplitude que deve ter, que é cada brasileiro e brasileira, cada pessoa, na sua condição humana, sendo respeitada.

Agradeço e declaro, sem dúvida, minha admiração pelo seu trabalho, que é uma referência para mim e para todos nós. Quero agradecer também pela possibilidade de estar ao lado da Embaixadora Glaucia Gauch, que é Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty. É fundamental o nosso Ministério de Relações Exteriores para afirmação daquilo que está definido como o fundamento do Brasil, que é a cooperação internacional, a defesa dos direitos humanos e da paz. É uma honra para nós trabalharmos com o Ministro Patriota, representado pela Embaixadora.

Quero declarar a importância de termos pessoas como o Prof. Vicente Faleiros, pesquisador, Professor

da UnB, uma referência de trabalho na política pública da assistência social em todas as temáticas e, aqui, na temática especialmente da pessoa idosa.

Quero agradecer também pela possibilidade de estar com a Vera Soares, que representa, neste momento, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e, de modo especial, Vera, declarar o nosso trabalho conjunto e agradecer pelo trabalho conjunto com a Ministra Eleonora Menicucci, que é uma pessoa excepcional, hoje à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Esta mesa de trabalho que contará com a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Cristina Giacomini, a Dr^a Isis Simões Menezes, o Dr. Matheus Stivali e a Dr^a Ana Maria Ferreira Melo. Serão mesas de trabalho muito importantes.

Temos também a presença do Reitor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília, Wilson Concianni, a quem cumprimento.

Agradeço pela possibilidade, sempre olho para a Penha, que é do Conselho Nacional do Idoso, que é gestora do Rio de Janeiro, ciente de que falar diante da Penha é uma responsabilidade redobrada. Essa senhora maravilhosa aqui. (*Palmas.*) A Maria da Penha, neste caso, é a própria bandeira desta causa. Muito obrigada, Penha. Nós nos encontramos recentemente em um encontro internacional de direitos humanos no Rio de Janeiro. Ela representa, entre muitas pessoas, mas ela aqui representa a força da pessoa idosa militante, ativa da causa dos direitos humanos da pessoa idosa. Muito obrigada.

Senhoras e senhores, Senador Paim, Patrícia, que nos acompanha, nossa coordenação da política da pessoa idosa no Brasil, temos uma responsabilidade muito grande com essa temática. Senador Paim, o senhor, que leva essa bandeira ao longo de toda uma vida, sabe que, no âmbito dos governos, do Governo Federal e dos Estados, ao longo do tempo, desenvolvemos políticas públicas especialmente de seguridade social, mas, nessa política pública de seguridade social, o acesso à aposentadoria, o acesso a benefícios de um modo geral é essencial como afirmativo de políticas públicas e faz a diferença em todo o período em que se lutou para manter e ampliar, no Brasil, a política de seguridade social. Mas, ao mesmo tempo, essa política de seguridade social, em si, talvez não tenha tido um olhar sobre a temática do idoso, dos direitos da população idosa, ainda que assegurasse direitos para a população idosa. Hoje, além de desenvolvermos políticas de seguridade social – e o Brasil é referência para o nosso próprio povo, sobretudo, mas internacionalmente também –, trabalhamos para que toda política pública tenha um olhar de direitos huma-

nos para todos os segmentos populacionais, incluindo aqui destacadamente a população idosa.

Primeiro aspecto, Senador Paim: no Governo brasileiro e na sociedade brasileira, trabalhamos para afirmar um conceito, que o envelhecimento humano é uma das principais conquistas da humanidade. O envelhecimento humano não nos traz uma sobrecarga, não pode ser visto como um peso sobre os governos e a sociedade ou sobre as famílias.

O envelhecimento humano é fruto de passos que foram trilhados nas políticas públicas, na sociedade e nos governos, que nos permitiram avançar no tempo de vida e que, portanto, acima de tudo, devem ser considerados como uma conquista para um país como o Brasil.

O envelhecimento humano, portanto, que é uma conquista, deve receber a atenção dos governos e a adequação das suas políticas públicas, para que seja vivenciado com qualidade.

Então, um aspecto em que precisamos avançar sempre mais é a qualidade de vida – qualidade de vida para a pessoa idosa, qualidade de vida para a sociedade, qualidade de vida no âmbito da família.

O segundo aspecto conceitual com o qual trabalhamos é que há, na dimensão do envelhecimento humano, uma heterogeneidade. Por exemplo, nós já reconhecemos que há um desequilíbrio no envelhecimento humano, quando tratamos da dimensão de gênero.

Cinquenta e sete por cento das pessoas acima de 60 anos são mulheres, 43%, homens. E, a cada ano a mais de vida, há uma maior, uma acentuada diferença na proporção entre homens e mulheres, com uma perspectiva de vida de longevidade maior para as mulheres, menor para os homens, que nos traz também a necessidade – aqui a Secretaria de Políticas para as Mulheres presente, com a Vera Soares – de um olhar sobre políticas públicas em dupla dimensão: primeiro, para compreendermos a motivação, as causas que fazem com que a longevidade seja menor para os homens, para enfrentarmos essas causas e garantirmos também uma vida mais ampla e mais longa igualmente para os homens, mas, por outra via, um olhar sobre a condição feminina, sobre as condições de saúde, da presença na família, a situação de cuidadores, a autonomia, que é palavra-chave no envelhecimento humano, também com o olhar de gênero, percebendo-se, inclusive, aquela condição de gênero que é constitutiva da nossa cultura e da nossa sociedade, que são as atribuições que foram especialmente desenvolvidas pelas mulheres ao longo das suas vidas e que certamente devem ser olhadas e percebidas também no período de envelhecimento como atribuições a serem referidas e preservadas na vida das mulheres, que se

sentem participantes da família e da sociedade, como ativas no mundo do trabalho, mas também como ativas e presentes no cuidado com a família e na atenção no conjunto da vida familiar e comunitária.

Então, primeiro, o envelhecimento humano é uma conquista, é um bem, e o Brasil deve comemorar; segundo, nós devemos adequar políticas públicas; terceiro, há uma heterogeneidade de gênero e também nas diferenças camadas sociais. É uma situação diferente ser um idoso empobrecido e ser um idoso com melhores possibilidades de vida econômica, ainda que possamos dizer que oito entre dez idosos no Brasil têm uma garantia já de cobertura, de preservação de direitos econômicos, assegurados através da política de seguridade social do Brasil.

Então, o fenômeno do empobrecimento, da pobreza entre os idosos é menor comparativamente com a pobreza que há com as crianças. Há mais crianças pobres do que idosos pobres, mas há a situação da exploração econômica dos idosos, a violência contra os idosos, a retirada dos seus direitos econômicos por familiares, por pessoas no entorno. Temos a situação de instituições de longa permanência de idosos que devem ser regradas e que muito nos preocupam no atual período.

Existe a situação do abandono econômico, mas também do abandono afetivo dos idosos. São questões que nos preocupam sobremaneira e que demonstram essa heterogeneidade, ou seja, envelhecer não é igual para todos. Envelhecer com autonomia é diferente de envelhecer em uma condição de menor autonomia diante das suas necessidades, de cuidado e atenção do seu corpo, enfim, de um modo geral.

Neste rol de preocupação e de conceitos com os quais o Governo trabalha na formulação de políticas públicas, temos o reconhecimento de que há uma particular condição de vulnerabilidade. A condição humana dos idosos é uma condição particular de vulnerabilidade.

Neste sentido, desde o final de 2010, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República mantém um canal de contato com a sociedade para denúncia, Senador Paim, de violências existentes contra a população idosa.

O ano de 2011 foi o primeiro ano de funcionamento do Disque 100. O número 100, com que nos acostumamos, meu querido Vicente Faleiros, é um número de telefone com uma estrutura de trabalho que foi inicialmente formada para atender denúncias de violência contra crianças. E com o *know-how*, com a formação que tivemos, mantendo-o como um canal sobre denúncias de violência contra crianças, nós também temos hoje esse Disque 100 como um canal de denúncias para atender aqueles que querem levar ao

conhecimento das autoridades violências existentes contra a pessoa com deficiência, contra vários segmentos populacionais e particularmente violências contra a pessoa idosa.

No primeiro ano, sem uma grande divulgação de que já tínhamos o Disque 100, com uma equipe especializada para ouvir e registrar denúncias de violências contra a pessoa idosa, nós recebemos 43.628 denúncias de violações dos direitos humanos da pessoa idosa, sendo que abuso financeiro e econômico e violência patrimonial como uma das principais num *ranking* da perversidade contra os idosos. Eu posso dizer aqui que no número 100, em 2011, o principal número de denúncias se deu sobre negligência, abandono, portanto, não atendimento das necessidades de idosos em condição de vulnerabilidade, porque com menos autonomia de cuidar de si próprios, sozinhos. Nós tivemos 17 mil denúncias de negligência, de abandono.

Depois desta denúncia, tivemos 13 mil denúncias de violência psicológica. São maus-tratos reiterados. Denúncias que se transformaram em algo articulado, por exemplo, com quase 7 mil denúncias de violência física, em geral por familiares. Ainda 6.456 denúncias de violência patrimonial ou abuso financeiro. Também aqui se destaca a presença de pessoas próximas ao idoso e percebe-se que muitas vezes, no ambiente familiar, o abuso do álcool e da droga pelos mais jovens leva a que a primeira vítima seja o idoso.

E também destacaria, além da violência psicológica, a presença da tortura, da violência sexual e da discriminação em geral em órgãos públicos.

Com essa ferramenta de trabalho, procuramos aprofundar, Senador Paim, a existência de uma rede, porque, quando recebemos uma denúncia desse tipo, quem nos apoia para verificarmos lá *in loco*? O Ministério Público dos Estados. Hoje podemos dizer que temos o Conselho Nacional do Idoso, e todos os Estados com conselhos estaduais, mas não temos uma presença positiva de conselhos municipais.

Então, nesta audiência pública, uma das primeiras medidas que quero propor para um trabalho conjunto com a sociedade e com a própria Comissão de Direitos Humanos é trabalharmos juntos, o Conselho Nacional do Idoso, a Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional do Idoso, com todos os que participam desta Mesa, para que, no Brasil, tenhamos, agora, com os novos prefeitos e prefeitas que tomarão posse em janeiro próximo, um grande mutirão para instalarmos em cada Município um Conselho Municipal do Idoso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que as palmas sejam já o sinal do selo de pacto que podemos fazer.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Com esses conselhos implantados, sobre os quais já firmamos um acordo com a Frente Nacional de Prefeitos, podemos ter uma presença ativa dos idosos lutando pela sua própria causa e também de associações profissionais, da OAB, da área de fonoaudiologia, que temos aqui presente, da área de saúde de um modo geral, da gerontologia, da geriatria, dos institutos federais, dos promotores, do Ministério Público, e fomentar – como a Lei Maria da Penha, de forma tão coerente e positiva, propôs para o caso das mulheres –, por meio da própria Lei Maria da Penha, a atenção à mulher idosa e, por meio também de delegacias que tenham pessoas destacadas como especializadas, uma rede nacional para a atenção, diante da violência contra a pessoa idosa, para impedirmos essa condição de impunidade e incluímos... Aqui presente o Senador Paulo Davim, parceiro desta causa, alerta-me o Senador Paulo Paim.

Temos, hoje, 87 delegacias especializadas no Brasil. Podemos ainda – Neuza me alertava sobre isso – avançar neste número com uma política de sensibilização. Podemos e devemos avançar nisso. Mas precisamos, em cada Município, ter uma conexão para motivar os prefeitos, para acompanhar as políticas públicas de saúde, de educação de assistência social e de seguridade que ocorrem no Município, ainda que financiadas no plano federal.

Quero dizer, Senador Paulo Paim, ainda que não queira avançar muito, até para podermos ouvir os nossos colegas, que sentimos principalmente que o Brasil está vivendo uma grande e rápida mudança.

A população brasileira, que o Senador Paim destacou, poderá rapidamente chegar a 30 milhões de idosos. Segundo o IBGE, no Censo 2010, o Brasil possuía 11,3% da sua população idosa. Metade dessa população passou a maior parte da sua vida no campo. Por isso, também temos, no perfil de escolaridade e de alfabetização, entre os idosos, o maior número de brasileiros que se encontram na condição ainda de analfabetos e com direito de decifrar os códigos linguísticos, matemáticos, ou as letras, porque já decifraram códigos de vida, e que muito têm a nos ensinar – temos que ter esse respeito –, inclusive na formulação das políticas, porque fazer políticas para a população idosa é diferente de fazer políticas públicas.

Talvez... Não pode haver uma analogia entre a população idosa e a população infantil nesse plano. Nós devemos separar a formulação de políticas públicas quando tratamos da população infantil daquilo que tratamos quando abordamos a população idosa. Se na população infanto-juvenil nós temos uma responsabilidade de ouvir, cada vez mais, as crianças e os adolescentes – e a última conferência que realizamos

sobre crianças e adolescentes contou com uma presença importante, sobretudo, de adolescentes –, com a população idosa não se trata de termos qualquer formulação diferenciada para essa escuta.

A população idosa, necessariamente, deve estar incluída – necessariamente em todos os sentidos – na formulação para as suas vidas. E a política pública sobre envelhecimento humano, como a nomenclatura diz, não é uma política pública somente para o idoso; ela é uma política pública sobre envelhecimento, sobre um processo no qual nós devemos perpassar todas as fases da vida, compreendendo o envelhecimento humano desde o momento do nascimento, compreendendo que cada etapa da vida – na infância, na adolescência e na vida como adultos – demanda uma qualidade de vida ao longo de todo o seu período, portanto também para a população idosa.

A política para o envelhecimento humano constituiu-se como algo que inicia na infância, que inicia na escola, que inicia, portanto, quando temos consciência de que cada ano de vida, cada tempo da nossa vida deve ser valorizado em si, como uma etapa fundamental da vida.

Agora, a diferença para o Brasil é que nós estamos rapidamente fazendo essa mudança. Outros países, primeiro, cresceram, se desenvolveram, tiveram políticas de seguridade social plena, de renda plena; depois, chegaram a ter uma população idosa numericamente mais pronunciada, mais significativa. No Brasil, nós estamos vivendo mudanças hoje que vêm com muita força. A França demorou 100 anos para ter um salto na sua população com mais de 65 anos de 7% para 14%. O Brasil teve o mesmo crescimento, e muito mais, em 25 anos. Então, nós precisamos planejar e realizar a inclusão social, enfrentar a questão da pobreza, que é a principal motivação do Governo da Presidenta Dilma, isto é, que até 2014 não tenhamos nenhum brasileiro ou brasileira vivendo abaixo da linha da pobreza, o que beneficia toda a população e, particularmente, a população idosa, mas nós precisamos fazer isso ao mesmo tempo em que nós estamos superando todas as marcas de longevidade que qualquer país do mundo produziu. E, para isso, nós precisamos ter a seguridade social ativa e plena.

O Brasil fez uma opção por um modelo de Estado capaz de atender a sua população. Quando alguns apregoavam o Estado mínimo, ativistas como o Senador Paulo Paim lutaram para que o Estado não fosse privatizado. E o que nós podemos ver como saldo principal de um Estado com a capacidade de manter e ampliar serviços públicos é justamente que ele atenda as necessidades recorrentes da sua população, como nós percebemos aqui, no plano da população idosa.

Portanto, Senador Paim, o nosso objetivo é que, como fator primordial do planejamento do desenvolvimento econômico, social, cultural, humano e de participação política, no Brasil, tenhamos em conta a mudança do perfil demográfico como um benefício para a sociedade brasileira, como algo de que a sociedade brasileira pode se valer no plano do conhecimento, da contribuição social, da vida familiar e comunitária, mas assegurando a qualidade de vida a que todos nós temos direito, sejam os idosos de hoje, sejam aqueles que ficarão idosos nos próximos 15, 20, 30 anos, para que essa qualidade de vida seja compromisso intergeracional. Na Rio+20, recentemente, ouvimos um pronunciamento de uma jovem que disse que devemos pensar a infância como compromisso intergeracional. Digo a vocês que devemos pensar todas as idades como compromisso intergeracional. (*Palmas.*)

Talvez eu não tivesse percebido isso até assumir a tarefa que tenho diante de vocês na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Mas foi convivendo com o Conselho Nacional do Idoso, aprendendo com a terceira conferência nacional realizada no ano passado, com as conferências estaduais, com exemplos de vida como a do Senador Paulo Paim e com as prioridades que a própria Presidenta Dilma tem para o Brasil que quero renovar o nosso compromisso com um envelhecimento ativo e saudável.

Por último, Senador Paim, se o senhor me permite, talvez possa parecer que o tema que vou aqui abordar diante de vocês não se relacione com este que estamos trazendo, mas não tenho dúvidas de que a temática dos direitos humanos, na sua amplitude, reconhece que todos os acontecimentos, tudo o que vive uma nação do ponto de vista dos seus cidadãos e cidadãs implica permanentemente reflexos na vida da nossa comunidade, das famílias. Portanto, eu não poderia, estando no Senado, deixar de dizer a vocês, de sofrer, de empenhar meu profundo sentimento e dizer, representando o Governo Federal, que para nós é impossível continuarmos convivendo com os índices de mortalidade juvenil que o Brasil vivencia.

Tivemos, ao longo dos últimos 20 dias, três assassinatos em uma unidade socioeducativa aqui, em Brasília, de jovens sob guarda do Estado, no Caje. Nesta madrugada, tomamos conhecimento de uma chacina contra jovens no Rio de Janeiro. Mais uma. A principal causa de morte dos adolescentes brasileiros está vinculada à violência. Não serão brasileiros que chegarão à nossa idade. Não chegarão à idade madura. Suas famílias sofrem suas perdas no dia de hoje. E, nós, como brasileiros, devemos sofrer essas perdas. O Brasil não pode permanecer criminalizando sua juventude. O Brasil não pode continuar sob o

marco, nas polícias em unidades socioeducativas, de manuais, Senador Paim, que foram produzidos nos períodos de exceção da ditadura militar, que viam nos jovens negros e pobres uma ameaça à segurança do País. Não podemos mais ter chacinas em que os jovens das periferias são olhados como se não tivessem direito à vida, como se eles nos ameaçassem simplesmente pelo fato de existirem. Não podemos continuar, no Brasil, com a morte juvenil que temos. E me perdoem por estar diante de vocês, em uma agenda para tratar de população idosa, reconhecendo que, neste País – isso me dói e me envergonha, precisamos mudar isso – ainda estamos com a morte dos nossos jovens impedindo que eles cheguem a viver isso que comemoramos como longevidade. Se nós comemoramos um País que agora tem idosos, queremos que a juventude tenha esse benefício. Não queremos e não podemos, como autoridades neste País, no Governo Federal, nos Estados, permitir que a vida seja ceifada no momento da juventude, porque nós devemos defender que o envelhecimento humano – a possibilidade de chegarmos à vida madura, de estarmos no mundo do trabalho, da família, da comunidade, e de chegarmos até aqui com os nossos cabelos brancos – é um direito de todo brasileiro e brasileira. Se em algum momento, por causas naturais, sofreremos a perda de alguém, isso já é duro e difícil. Mas pensarmos em um país cuja principal causa de morte são as armas de fogo, apesar do empenho que o Governo tem feito pelo desarmamento, são causas externas, na sua juventude, é hoje dizermos que nós precisamos fazer essa mudança.

Então, eu inclusive me desculpo diante dos senhores e senhoras, de trazer um tema tão duro e difícil. Mas na função que exerço, com a responsabilidade que tenho, ao mesmo tempo em que comemoro a vida diante de vocês, porque o envelhecimento humano no nosso País significa vida – vida, que é o que nós queremos para todos –, eu não posso deixar de me posicionar, como Ministra dos Direitos Humanos, diante da mortalidade dos nossos jovens, porque responsabilidade para enfrentar isso é o que não pode nos faltar, no dia de hoje e em todos os dias do nosso mandato.

Então me compreenda, Senador Paim, ao trazer este tema, porque quero exercer, diante dos senhores, plenamente a minha responsabilidade. E, ao comemorar a vida, neste momento, diante dos idosos e idosas do Brasil, que também são avôs e avós desses jovens que perdem as suas vidas, eu quero dizer do nosso compromisso para superarmos essas marcas de violência que atingem os idosos, mas que, neste momento, no Brasil, atingem a juventude brasileira também, sobretudo como morte. Para termos um país

em paz, precisamos enfrentar a violência que atinge cada brasileiro, cada brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Ministra Maria do Rosário, que fez uma bela exposição sobre a situação do envelhecimento no Brasil. Que bom que estamos envelhecendo! Ao mesmo tempo, no encerramento... Na sua palestra, foi importante, no meu entendimento, fortalecer essa ideia – e a Comissão já assumiu o compromisso de se somar com a sociedade civil, liderada por V. Exa – de que tenhamos, em cada Município, um Conselho Municipal do Idoso. É fundamental. Quero aqui cumprimentar essa iniciativa.

E encerra com essa notícia, que eu vou ter que ler aqui, até para mostrar a gravidade do fato que a Ministra comentou.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro realiza operação para prender responsáveis pela chacina da Baixada Fluminense. Os corpos de seis jovens foram encontrados mortos [nessa madrugada]. *Polícia encontra [...] seis jovens desaparecidos [...].*

Políciais civis e militares realizaram desde o início da tarde uma operação para prender os suspeitos de assassinar seis jovens [...].

Aqui, acho que o mais importante, primeiro, é a gravidade do fato, o assassinato da juventude. “As vítimas foram encontradas mortas na manhã de hoje, à beira da Rodovia Presidente Dutra, sentido Rio, altura do Município de Nova Iguaçu.” Aí que vem o dado: “Alguns garotos tiveram as mãos amarradas. Eram moradores de Nilópolis.” E aqui, havia o resumo disso, que eles foram tomar banho numa cachoeira.

O titular da delegacia [...] afirmou que as vítimas foram torturadas e os corpos tinham marcas de facadas, tiros de fuzil e membros fraturados. Segundo ele, nenhum dos jovens tinha passagem pela polícia.

Parentes das vítimas negam que os rapazes tenham envolvimento com o tráfico [de drogas].

Enfim, meus cumprimentos à Ministra Maria do Rosário, que, como nossa liderança maior no País na luta pelos direitos humanos, teve a sensibilidade, num debate sobre envelhecimento aqui, de trazer essa situação da nossa juventude. E permita que eu diga: enquanto não vínhamos para a audiência pública, ela estava aqui telefonando para o Rio, para Brasília, preocupada com essa situação, dando uma série de encaminhamentos. Quero, de pronto, aqui dizer que, então, a Comissão, com a sua presença, vai apoiar

hoje uma moção de solidariedade às famílias que perderam a sua juventude e uma moção de repúdio a essa violência total que está acontecendo no Rio de Janeiro contra a nossa juventude.

Meus parabéns, Ministra Maria do Rosário, pela forma como soube tratar dos dois temas, da velhice e a importância da defesa também da nossa juventude!

Vamos, de imediato, agora...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Paim, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só dizer que o nosso querido Senador Paulo Davim é médico e dedica muito a sua vida também à política de direitos humanos. Entrou na política, se não me engano, por essa porta...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... por essa janela, por essa luz. Então, é com alegria que passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar a todos os convidados da Mesa e parabenizar a abordagem da Ministra Maria do Rosário. Vi essa matéria ontem, Ministra, e fiquei muito indignado, e eu esperava que acontecesse o que aconteceu ou o que está acontecendo: a Ministra dos Direitos Humanos sensibilizada e tomando medidas cabíveis, porque não podemos, jamais, banalizar atrocidades como essa, de que tomamos conhecimento ontem pelos jornais, rádio e TV. Um absurdo! Não podemos fazer de conta que esse tipo de violência... Acontece no nosso Brasil. Que país queremos para os nossos filhos, para os nossos netos? Como é que se pode aceitar que, no Brasil, o nascimento de homens seja maior do que o de mulheres e, entretanto, a população feminina é maior? Para onde estão indo esses jovens? Qual a justificativa dessa desproporção de nascimento e a população real do Brasil? Estão morrendo. E estão morrendo, mas não é por causa natural, estão morrendo pela violência, pela brutalidade, e não podemos banalizar isso. Precisamos nos indignar, o povo brasileiro precisa se indignar, as autoridades estão se indignando, mas a sociedade civil precisa levantar essa bandeira. Temos filhos, netos, isso pode acontecer com qualquer um. Essa desgraça, essa tristeza pode bater à porta de qualquer brasileiro, qualquer família brasileira.

Estamos aqui e não vamos nos cansar nunca de defender, sobretudo, o direito à vida, porque o envelhecimento é a consequência da garantia do direito à vida desses jovens, senão, não vamos ter um país envelhecido.

Muito obrigado e parabéns, Ministra! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, agora, a palavra à Embaixadora-Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, Dr^a Glaucia Gauch. Está certo, mais ou menos isso?

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Senador, fica muito ruim se eu for trabalhar? E talvez Patrícia ou Neuza possam ficar em meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, com certeza, não, até porque sabemos que você está dialogando com o Brasil sobre esse tema que pregou para todos nós.

Muito obrigado pela presença, então, da Senadora. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – A Neuza pode ficar aqui um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Neuza, pode me representar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Ministra avisa que ela não volta porque vai para o Rio para ver essa situação. É mais um motivo de uma salva de palmas, Ministra. (*Palmas.*)

Vou ver quem substitui a Ministra na Mesa.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Paim, desculpe, é que a Neuza mesma propõe, e eu também acho, que, se Penha vem para cá, nós nos sentimos representadas triplamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí, viu, foi convocada, foi convocada pela Ministra, viu? (*Palmas.*)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos a Sr^a Maria da Penha, que é gestora de política do idoso no Rio de Janeiro, para representar, neste momento, a Ministra Maria do Rosário, que se deslocou, exatamente, para o Rio de Janeiro, para ver o assassinato desses jovens.

Passamos, de imediato, a palavra à Embaixadora Glaucia Gauch, para que faça o seu depoimento, enfim, a sua exposição.

A SR^a GLAUCIA GAUCH – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, por realizar esta audiência, que é muito importante para todos os brasileiros e as brasileiras. Também agradeço à Ministra Maria do Rosário, pelas palavras gentis que dirigiu ao Itamaraty. Eu quero dizer que é recíproco o espírito de cooperação mantido com a Secretaria de Direitos Humanos, na elaboração das suas políticas públicas, visando à melhoria das políticas públicas direcionadas ao envelhecimento e aos idosos, e com o Itamaraty, buscando refletir, reforçar essas políticas públicas no plano exterior, e buscar,

obviamente, trazer as contribuições do exterior para cá, para que possamos, cada vez mais, direcionar as nossas recomendações e políticas em direção ao envelhecimento e ao direito dos idosos.

Quero também agradecer à Secretária Vera Soares, da SPM, com quem também temos mantido uma estreita colaboração, no mesmo sentido, levando, também, as nossas políticas públicas para o exterior e trazendo as contribuições, também negociando todos os tratados e as convenções e buscando sensibilizar os atores internacionais de diferentes países, para a questão do envelhecimento e dos idosos.

Também cumprimento a Sr^a Maria da Penha e **O SR. VICENTE FALEIROS**, pela colaboração que têm dado ao tema dos idosos e do envelhecimento.

Eu quero dizer que, no plano internacional, a preocupação com a questão do envelhecimento é igual à que temos aqui no Brasil, porque os números também crescem assustadoramente. Eu posso dizer que o envelhecimento, hoje, é um dos fenômenos demográficos mais significativos do nosso mundo contemporâneo e ele afeta países, tanto desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. Nós temos notado isso com precisão. Estimamos que, hoje em dia, um número atual de pessoas com mais de 60 anos, no mundo todo, corresponde a mais de 700 milhões de pessoas. Atualmente, 65% dessas pessoas idosas vivem em países em desenvolvimento. E esse percentual deverá atingir 80% até o ano de 2050. Isso é estimativa das Nações Unidas. Neste ano, a população idosa está prevista para alcançar a marca de 2 bilhões de pessoas, cerca de 22% da população mundial. Todas as regiões do mundo, então, vão experimentar, nas próximas décadas, em maior ou menor medida, um acelerado processo de envelhecimento populacional, também pelas questões que foram já colocadas, em decorrência do aumento da expectativa de vida, do declínio das taxas de fertilidade e de outros dados que são considerados indicadores dessa melhoria e desse prolongamento da vida das pessoas.

Evidentemente que esse impacto do envelhecimento e essa crescente mobilização social em defesa dos direitos desse grupo social, desse segmento social, que é particularmente vulnerável sobre os sistemas de saúde, de proteção e de assistência social – vai ter reflexos em finanças públicas, também – vai trazer desafios para todos os países, tanto para os desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento.

Por isso é que nós dissemos que o envelhecimento populacional vai demandar revisões substantivas e substanciais nas estruturas trabalhistas, nas estruturas previdenciárias, assistencialistas e sociais

de grande parte dos países, especialmente dos países em desenvolvimento.

Além disso, temos que, com a expansão do número de pessoas idosas, vamos ter, obviamente, um aumento das nossas preocupações em relação às violações dos direitos humanos das pessoas idosas, a menos que o esforço concentrado da comunidade internacional busque reverter, não só de cada Estado, mas também de todos os Estados em conjunto, essa situação, esse quadro, por meio também da criação de um conjunto de obrigações para os Estados, e a reafirmação e ampliação de direitos para o segmento populacional dos idosos.

Então, à medida que as pessoas envelhecem, a preocupação com os atuais sistemas de seguridade social para a população idosa vai ganhando novas dimensões. E, obviamente, se isso significa um grande progresso, o fato de a população mundial estar envelhecendo rapidamente – temos, hoje, um número maior de pessoas com melhor expectativa de vida –, isso também cria desafios, tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento, sobretudo porque eles terão de se adaptar – todos nós teremos de nos adaptar – às rápidas transformações sociais que temos em curso nestes últimos anos.

De que se compõe, hoje em dia, o sistema internacional de proteção dos direitos das pessoas idosas? Vou falar um pouquinho sobre o que estamos fazendo em relação a isso. Temos dois instrumentos, hoje, que compõem a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos: a Declaração Universal de 1948 e os dois pactos internacionais sobre direitos civis e políticos e os direitos sociais, econômicos e culturais. A criação e elaboração destes dois pactos foram importantes, mas eles não proibiam especificamente a discriminação contra os idosos com base na idade. O que eles consideravam? Eles datam da década de 60 e consideravam como fatores de discriminação raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião qualquer, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro *status*.

Então, eles não tinham aquela preocupação com a discriminação em relação às pessoas idosas, ou seja, discriminação com base na idade. Não digo nem com base em gênero. Em 1960 ainda não se cogitava muito esse tipo de discriminação.

A partir daí, essas preocupações todas foram se consolidando e nós tivemos a I Conferência Internacional sobre Envelhecimento, que data de 1982, que representou um marco importante no debate internacional sobre a questão dos idosos, a questão do envelhecimento, porque daí resultou um Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Eu,

particularmente, participei da elaboração deste Plano de Ação. Foi importante porque ele enfatizou a necessidade de chamar a atenção para esse tipo de temática, para a necessidade de formulação de políticas públicas específicas para os idosos nas áreas de saúde, nutrição, moradia, meio ambiente, família, bem-estar social. Então, criou-se aquele marco, aquela atenção internacional em relação à necessidade de que os países se dedicassem à elaboração de políticas públicas para esse setor da população.

Em 2002, portanto, quase 20 anos depois, nós tivemos a II Conferência Internacional, que foi realizada em Madri. Daí resultou a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento. Foi também um marco porque esse plano de ação já passou a dar atenção especial à situação que estava ocorrendo nos países em desenvolvimento e já começou a definir prioridades, garantias e promoção dos direitos dos idosos como direitos fundamentais, direitos humanos, civis e políticos desse segmento. E também, aí sim, entra o problema da eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra os idosos. Então, isso é importante porque ele introduziu essa peculiaridade na discussão internacional, o que nós consideramos bastante positivo.

Mas, se eles foram importantes porque criaram uma base para discussão sobre a situação, tinham e têm uma peculiaridade: eles não são vinculantes. O que significa isso? Que os Estados não têm obrigação de seguir todas as recomendações que estão ali, contidas nesses Planos de Ação e na Declaração.

Então, com base nisso, no plano internacional, à luz de toda essa movimentação e toda essa problemática positiva – estou dizendo problemática, mas é uma questão positiva de lidar e conseguir políticas públicas de cada Estado para a eliminação da discriminação contra o idoso, da violência contra o idoso e também para a elaboração de políticas públicas em favor dos idosos – nós começamos a pensar que seria interessante incluirmos, nas nossas discussões internacionais, na agenda internacional de direitos humanos, a temática dos idosos e a necessidade de fazer uma convenção internacional sobre os direitos dos idosos.

Então, essas discussões, temos feito em vários planos. Temos feito no âmbito do Mercosul; tem sido realizada no âmbito da Cepal, que é Comissão Econômica para a América Latina; no âmbito da Organização dos Estados Americanos OEA e da Organização das Nações Unidas ONU, sendo que, nestas duas últimas organizações, OEA e ONU, o Brasil tem tido um papel bastante atuante e tem dado uma colaboração bastante construtiva em favor da criação dessa convenção internacional. Porque consideramos que representa

um instrumento fundamental para a efetiva garantia dos direitos dos idosos, tanto para as nações desenvolvidas quanto para as nações em desenvolvimento, e sobretudo para nações onde não existe – não é o caso do Brasil – um conjunto de normas que garantam e promovam esses direitos. O Brasil não, o Brasil é reconhecido como um país que tem avançado muito nesse tema de elaboração dos direitos dos idosos. Como a Ministra Maria do Rosário colocou, nós assumimos, o Brasil assumiu que o Estado é capaz de atender a sua população, então, com isso, tem desenvolvido uma série de políticas públicas e vai continuar desenvolvendo. A Ministra Maria do Rosário colocou isso aqui muito bem. Portanto, nós somos muito demandados no plano internacional.

Além disso, interessa também a nós colocarmos, no plano internacional, nossas próprias experiências e conseguir maior reforço dos outros países para termos uma convenção internacional que possa ser vinculante, porque as convenções internacionais, sim, são vinculantes, então, passam a ser incorporadas como um instrumento e uma política a ser seguida também por todos os Estados.

No âmbito da Organização das Nações Unidas, temos um grupo de trabalho que é aberto, funciona em Nova York, sobre envelhecimento. Infelizmente, as discussões têm revelado uma falta de consenso. Existem países que são muito ativos, como o Brasil e Argentina na América Latina. Nós somos muito ativos em relação à necessidade dessa convenção, mas outros países acreditam que não há necessidade de que nós criemos, elaboremos e firmemos uma convenção internacional, seja no âmbito da OEA, como nós vamos ver depois, seja no âmbito da ONU.

Os países da América Latina e do Caribe, obviamente, defendem a posição de que há necessidade de uma convenção específica sobre os direitos dos idosos e a sua conveniência, mas há alguns países, como o Canadá, os Estados Unidos, a Suíça e, de certa forma, basicamente a União Europeia e, no mundo asiático, o Japão, que se opõem à iniciativa, já argumentando que há instrumentos internacionais que são capazes de proteger esse grupo que é considerado também vulnerável e que, portanto, a convenção, no âmbito da ONU, seria desnecessária.

Volto a dizer que essa não é a posição do Brasil e contra ela seguiremos, no plano internacional, debatendo e tentando sensibilizar os países da necessidade de haver essa convenção no âmbito da ONU e no âmbito da OEA.

Infelizmente, também houve pouco avanço no que diz respeito a uma iniciativa que se aventou e que conta também com o apoio do Brasil de se criar um

relator especial, no âmbito do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Pelo menos, ajudaria, pois o relator especial teria a função de ir aos países e verificar a situação dos segmentos, no caso, o dos idosos, e fazer recomendações aos países para que eles possam enfrentar essa questão de uma maneira muito mais positiva e muito mais construtiva. Não tem, tampouco, avançado essa ideia.

Agora, em agosto, houve outra reunião do Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento no âmbito das Nações Unidas para a elaboração dessa convenção, e nós conseguimos aprovar a renovação do mandato desse grupo, o que já foi um grande passo. Por não haver consenso, poderia haver um retrocesso, mas nós conseguimos aprovar uma nova resolução que estende o mandato desse Grupo de Trabalho para mais um exercício e cogita também elevar esse Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento à condição de Comitê *ad hoc*, o que conferiria uma estrutura muito mais estável e eficiente para o curso dos trabalhos. Isso seria o ideal.

Outro ponto positivo que nós tivemos durante essa reunião que ocorreu mês passado nas Nações Unidas foi uma maior participação de representantes dos países em desenvolvimento. E, quando digo países em desenvolvimento, digo, além dos países da América Latina e Caribe, os países africanos e os países asiáticos, que compareceram em número muito mais elevado. Com isso, abre-se o caminho para uma maior mobilização em torno da necessidade, da possibilidade de termos essa convenção internacional.

Já no âmbito do Conselho dos Direitos Humanos, em Genebra, cuja 21ª Sessão se iniciou ontem, o grupo da América Latina e Caribe também concluiu que seria necessário introduzir esse tema no âmbito desse Conselho e acordamos em apresentar, conjuntamente, um projeto de resolução sobre o direito dos idosos.

Então, nós achamos que, uma vez que nós consigamos introduzir e fortalecer as discussões dentro do Conselho de Direitos Humanos, por meio de discussões, de troca de impressões e de um projeto de resolução dentro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, nós podemos futuramente conseguir levar essa temática mais facilmente, também, no âmbito da Assembleia das Nações Unidas e no âmbito, de um modo geral, de todos os órgãos das Nações Unidas, criando, inclusive, um procedimento especial, que é a relatoria especial sobre a questão.

Então, como eu já disse, também, agora, entrando um pouco no âmbito da Organização dos Estados Americanos, nós também, no âmbito dessa Organização, estamos em negociação para uma futura convenção: a Convenção Interamericana sobre os

Direitos das Pessoas Idosas. Avançamos, temos um grupo de trabalho, também, que foi criado em 2011. Os trabalhos têm avançado de uma maneira positiva, talvez até mais positiva do que no âmbito das Nações Unidas, mas também nos falta consenso regional em favor da elaboração e aprovação dessa Convenção Interamericana.

Um pouco à semelhança do que ocorre nas Nações Unidas, existem alguns países que também acreditam que já há instrumentos, já são vinculantes e, portanto, seriam suficientes para garantir e promover os direitos dos idosos.

Bem, quero dizer que, na Argentina – eu tenho um lembrete –, vai ocorrer agora – a Neuza, inclusive, está à frente da organização da nossa delegação para ir à Argentina –, de 19 a 21 de setembro, em Buenos Aires, a reunião do grupo de trabalho no âmbito da OEA, e, durante esses trabalhos, nós vamos tentar negociar os termos finais de um projeto de futura convenção, para levar para o âmbito da OEA.

Esse projeto, a ser discutido, tem várias... Para a redação, o Brasil tem contribuído muito, e temos feito várias recomendações e várias sugestões. E as funções, se o senhor me permite, rapidamente, Senador, vou dizer aqui quais são as funções que nós estamos tentando discutir e que vamos apresentar em Buenos Aires: definir um conjunto mínimo de direitos humanos, civis, políticos, sociais e econômicos, bem como proibir e combater a violência e a discriminação contra pessoas idosas. A segunda seria criar mecanismos de proteção daqueles direitos, de combate à violência e à discriminação contra os idosos e de reparação das vítimas de violações de direitos ou de discriminação. Um terceiro ponto seria estabelecer claramente as obrigações dos Estados-membros em relação à garantia e à promoção dos direitos previstos nessa futura convenção; suprir as deficiências e lacunas de documentos internacionais sobre o envelhecimento que já existem hoje em dia; servir de referencial para os Estados-partes da convenção na formulação e no aprimoramento das normas legais internas relacionadas ao tema; conferir, no plano doméstico e internacional de cada país, maior visibilidade e reconhecimento à necessidade de proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas; oferecer, aos Estados-partes da convenção, uma plataforma para o intercâmbio de boas práticas em políticas públicas; e, por último, permitir, por meio de um encorajamento do diálogo entre os Estados, à sociedade civil, às organizações – entidades da sociedade civil de modo geral, incluindo as organizações não governamentais –, ao setor privado e às próprias pessoas idosas, um monitoramento e a implementação da convenção, bem

como a identificação de práticas discriminatórias ou violações dos direitos previstos na Convenção.

Então, o que quero reafirmar aqui é que o Itamaraty está atento aos desenvolvimentos das políticas internas aqui no Brasil; está atento ao desenvolvimento das políticas e da situação dos idosos nos diversos países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento; e que continuaremos a dar a nossa colaboração, no plano internacional, para que, nessa convenção – tanto a convenção no âmbito da ONU, internacional, quanto a Convenção Interamericana –, os trabalhos e as negociações possam ser concluídos de forma a reforçar as nossas políticas públicas e os nossos compromissos em relação a esse segmento da sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Embaixadora-Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, Glaucia Gauch. A Embaixadora deixou, inclusive, uma contribuição de uma série de sugestões que ela vai levar para essa reunião internacional.

Se quiser deixar como uma contribuição, para nós termos aqui, eu agradeço muito.

E eu sei que a Embaixadora vai ter, também, que se retirar. Então, Embaixadora, fique bem à disposição.

A Embaixadora convida o Dr. Frederico, que trabalha na divisão de Temas Sociais, para, se puder, substituí-la aqui na Mesa.

Seja bem-vindo, Dr. Frederico, aqui, na Mesa, conosco.

E eu quero registrar a presença conosco do Senador Tomás Correia, grande lutador. Contava para mim a sua vida – permita que eu diga isso, que eu contaria com orgulho –, e me dizia outro dia que ele começou, quando menino, lavando carro, aqui dentro do Senado. Hoje, é um empresário bem-sucedido e Senador da República.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*) Isso, para mim, é currículo. Sabe o que é o dia a dia da nossa gente, do nosso povo. Por isso que eu o citei, nobre Senador.

Obrigado, Embaixadora. Eu que agradeço a todos. Uma salva de palmas para a Embaixadora, que está saindo. (*Palmas.*)

E o Dr. Frederico assume.

Eu quero registrar a presença conosco do Paulo Egon, da Diretoria de Articulação de Apoio ao Sistema de Educação Básica, ligada ao Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. O Paulo Egon, quando era menino, trabalhou comigo, viu? Ele foi meu assessor. Vocês calculem, agora, a idade que ambos temos. Ele me assessorou no tempo em que eu era Deputado Federal.

Quero registrar a presença também de Luiz Eduardo Oliva, Secretário de Estado de Direitos Humanos e Cidadania, Governo de Sergipe.

Quero também registrar a presença conosco de 16 Estados, de 16 gestores de 16 Estados, responsáveis em direitos para a pessoa idosa. Então, sejam bem-vindos todos os citados e esses 16 gestores que estão conosco. (*Palmas.*)

Quero também registrar a presença do Instituto Federal de Brasília, unidade Campus de São Sebastião: Diretor-Geral Professor Rodrigo Mendes da Silva, Coordenador-Geral de Ensino, e Professor Fabrício Ademar Fernandes. Então, sejam bem-vindos os Professores. E estão aqui com 20 formandos, e pedem que, simbolicamente, eu entregue o diploma para os 20 formandos do Curso de Formação de Cuidadores de Idosos. Vai receber o diploma Jailde Cardoso Pimentel Fontes, em nome de todos os formandos. Então, neste momento, eu já entrego, aqui, Jailde Cardoso Pimentel Fontes, em nome de todos os formandos, o seu diploma de Cuidadora de Idosos. É com muito orgulho que o faço, viu? (*Palmas.*)

Mostre o diploma para a gurizada! (*Palmas.*)

A SRª MARIA DA PENHA SILVA FRANCO – A Presidente do CNDI está aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou chamá-la na segunda Mesa, Srª Giacomini, não é? Boa lembrança. Ela está aqui vigilante. Já está assessorando a Presidência.

Eu queria só informar, também, que eu fui convidado para ser paraninfo dos primeiros 70 advogados do curso de Direito da Universidade Zumbi dos Palmares, e a formatura desses jovens, negros e brancos, será nesta sexta-feira. Eu quero dizer para eles que eu consegui mexer na agenda, e vai ser com muito orgulho que eu estarei lá como paraninfo dessa moçada, que, quem sabe, serão os dirigentes do País no amanhã, não é? A nossa juventude vai ser dirigente no amanhã, mas nunca se esqueçam de olhar para os homens e mulheres de cabelos brancos, porque eles têm a sabedoria da vida.

Então, uma salva de palmas para os formandos da Universidade Zumbi dos Palmares. (*Palmas.*)

Estaremos lá, nessa sexta-feira, com muito orgulho. E, talvez, assim como entreguei aqui o diploma, eu vá entregar lá para os jovens que estão se formando em Direito.

Vamos passar a palavra, neste momento, à Drª Vera Soares.

A Drª Vera Soares é Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Nós vamos fixar um tempo para podermos depois, quem sabe, abrir também para o plenário. Se vocês

permitirem, eu daria 10 minutos com mais 5, mas, se for necessário, eu darei mais 5.

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – Obrigada, Senador.

Em nome da Ministra Eleonora Menicucci, eu queria cumprimentá-la, em reconhecimento também ao seu trabalho, como disse a Ministra Maria do Rosário, e lembrar a sua intensa discussão em relação à Previdência e ao fator previdenciário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todo o fator recebeu palmas. É para acabar com o fator. (*Palmas.*)

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – ... que, de certa forma, se formos pensar, tem uma repercussão bastante importante para as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Principalmente para as mulheres. Você tem razão.

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – Então, a Ministra não pôde estar aqui. Foi convidada a estar junto da Ministra Maria do Rosário, mas hoje é a primeira reunião, Senador, do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, do qual participam mais de vinte ministérios. E, hoje, na primeira reunião, ela tinha o compromisso de fazer a abertura, apresentar o plano, que é uma consequência da nossa conferência, que aconteceu no ano passado.

Então, trago essas lembranças dela e o cumprimento pelo seu trabalho.

Eu queria cumprimentar agora o Frederico, mas lembrando que a Embaixadora Glaucia tem sido uma grande parceira da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do plano internacional. E aqui também no sentido de fazer implementar as muitas recomendações que vêm dos nossos acordos internacionais.

Cumprimento o Vicente Faleiros. Nós já estivemos juntos em outras trajetórias da nossa vida.

Que bom que você está aqui!

Pensei, Senador... E eu queria observar, como o Senador fez agora, a presença no público.

Eu queria cumprimentar, antes disso, a Maria da Penha, que acabo de conhecer, e queria chamar a atenção um pouquinho – é disto que vou falar – para o fato de que a Maria da Penha é Superintendente de Políticas para a Pessoa Idosa do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Então, ao final da minha fala, Senador, eu gostaria de lhe fazer uma proposta, pensando nesse título que a Maria da Penha tem, representando, então, toda essa política nacional que acontece nos Estados em relação ao idoso.

Vou ser um pouco repetitiva, tendo em vista o nosso plenário, no qual há militantes, gestores, Se-

nadores e também esses alunos que hoje se formam num curso que é uma novidade. Isso é decorrência do que estamos discutindo aqui, que é esse processo de envelhecimento. Então, nós temos um curso, num instituto federal, de cuidadoras. Eu vou dizer que é um curso de cuidadoras. Vou colocar no feminino.

Tenho certeza de que vocês foram muito pouco acompanhadas por meninos, por jovens.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – Só teve um. Em turma de quantos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – Vinte. Então, essa é uma discussão que eu gostaria de trazer porque eu gostaria de falar um pouquinho do significado desse envelhecimento em relação às mulheres e o que significa envelhecer no feminino. E, como já foi apontado pela própria Ministra, hoje são as mulheres um número muito significativo nesse processo de envelhecimento.

Antes de entrar na minha fala, Senador, eu queria dizer que nós estamos profundamente comprometidas com essa questão que a Ministra Maria do Rosário trouxe em relação à juventude, ao que acontece hoje com a nossa juventude. Nós podemos dizer que há mesmo uma chacina dessa juventude, e eu queria observar que, em geral, é uma juventude negra, Senador.

Então, eu acho que é necessário um empenho nosso, tanto do Governo quanto do Congresso Nacional, no sentido de estarmos juntos nessa preocupação que trouxe a nossa Ministra Maria do Rosário, para que juntos enfrentemos esse problema, que nós achamos da maior gravidade.

Bem, então, repetindo o que algumas pessoas, em especial, a Ministra falou, nós temos um envelhecimento da população brasileira como um fenômeno, nós estamos chamando de um fenômeno impressionante, não é? Por que nós chamamos de um fenômeno impressionante? Porque a mudança na estrutura etária da população é muito visível. Ou seja, quando nós estávamos nos bancos escolares, Senador, nós pensávamos, e era assim explícito, uma pirâmide etária. Como era essa pirâmide etária? Na nossa cabeça é um triângulo no qual, no topo, poucas pessoas com uma idade acima de 65 anos ou 60, e uma base muito grande, no sentido de que havia muitas crianças e jovens. Hoje essa pirâmide se transforma muito rapidamente. Ou seja, este topo, que antes correspondia a 4,8% da população, em 2010 quase que dobrou em relação a 1999: temos quase 8% nessa população acima de 65 anos.

Se é certo, como disse a Embaixadora, que o envelhecimento é uma questão mundial, o problema no nosso País é a velocidade com que isso acontece e as implicações que isso tem, como tanto a Embaixadora como a Ministra Maria do Rosário falaram, em relação ao impacto que tem que haver na revisão das nossas políticas públicas, sociais, das nossas políticas econômicas, da visão que nós temos de como tratar uma população e garantir a ela os seus direitos.

Agora, vale a pena dizer, como a Ministra disse, que saúda este fenômeno, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Ministra, como a Senhora fala tanto, e enfatizou a juventude negra, me chegou aqui, por mensagem, uma notícia de que V. Ex^a tem toda razão, e, no caso do Rio, pelas fotos, são todos negros.

A SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – Eu não tinha dúvida disso. E eu imagino que, também, esses que ela citou de Brasília. Não tenho dúvida também. Eu não tenho dúvida, Senador.

Então, nós estamos juntos com a Seppir e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Eu acho que este é um problema que nós temos que tratar com muita seriedade, porque ele tem vários significados e, entre eles, eu acho que a dimensão racial é muito determinante.

Retomando, nós estávamos dizendo de que a Ministra saúda esse envelhecimento e esses dados, e nós podemos dizer que é para saudar mesmo, porque isso significa, no mínimo, entre outros determinantes, que aumentou bastante o que nós chamamos da esperança de vida, que antigamente, no século passado – onde eu experimentei a minha juventude –, no século XX, ela não passava de 33 anos. Hoje nós chegamos em 2010 com uma esperança de vida em torno de 74 anos. Agora, o que é determinante e que o Senador Paulo Davim falou é que há uma diferença importante entre homens e mulheres, sendo que a esperança de vida para as mulheres é em torno de 73 anos e a esperança de vida para os homens é em torno de 70 anos.

É claro que isto, Senador, se nós considerarmos agora o que está acontecendo com a juventude, isso vai acarretar ainda uma diferença maior, não é? Nós saudamos esse fato de que isso implicou, obviamente, uma política de atenção à saúde, que melhorou substantivamente essa perspectiva da mudança da esperança de vida. Agora, eu acho que vale a pena observarmos aqui, como temos a presença da Maria da Penha, que um dado importante dessa população que está envelhecendo é que uma grande parcela mantém a sua autonomia, sua autonomia total ou parcial. Significam pessoas que estão ainda em condições, estão inseridas neste processo de construção do nosso País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai tranquila, porque é automático. Você está dentro do seu tempo. Todos levam um susto.

A SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – E chamo a atenção para um evento novo que aparece, que é um aumento muito significativo de pessoas idosas que estão vivendo sozinhas. E obviamente aqui aparece essa função dessa nova profissão que hoje está aqui e que vai ter um papel determinante no acompanhamento dessa população que vive sozinha. (Palmas.)

E aí nós podemos dizer que há um outro fato, que é o fato de que mais de 40% dessas pessoas que estão vivendo sozinhas são mulheres. E nós vamos depois tratar um pouquinho disso. Além disso, eu queria dizer que não podemos deixar de observar a importância que tem essa renda, a contribuição que o idoso faz, hoje, sistematicamente, à condição de vida das famílias. Eu tenho certeza de que hoje, ao compormos a renda familiar, na qual as mulheres hoje têm uma contribuição econômica substantiva, agora também o idoso tem uma contribuição substantiva na renda familiar.

Eu queria apontar rapidamente que essa mudança da nossa composição da população veio acompanhada de mudanças estruturais também importantes. A mudança na composição, Senador, de como se organizam as nossas famílias hoje é muito diferente da composição da família há 10, 15 anos atrás. Nós temos hoje uma composição das famílias em que a mulher que vive sozinha com filhos está em um número muito crescente; e o número de casal com filhos, que era uma composição normal das famílias, hoje, tende a diminuir, e as pessoas estão vivendo sozinhas.

Nós vamos ter o lançamento em breve do IBGE, que vai fazer uma boa análise da composição da família, a partir do Censo 2009. Além disso, nós temos uma diminuição da fecundidade, que aconteceu de uma maneira gigante, quer dizer, muito acelerada no nosso País. Nós somos de uma geração, Senador, que falava de uma explosão demográfica, uma preocupação de que se ia ter...

Hoje, o que acontece? O número de pessoas, de famílias com filhos se reduziu, e o Brasil está entrando numa situação demográfica em que o número de crianças que nascem quase não está mais repondo a população que está morrendo e envelhecendo. Então, esse é um papel extremamente importante.

Outra questão que temos que colocar nessa dimensão de mudança se refere também aos papéis tradicionais para os quais as mulheres estão designadas na sociedade. Hoje nós temos um número significativo de mulheres que, com relação à idade, postergam o seu casamento, que têm menos filhos e que estão muito

inseridas no mercado de trabalho. Mais de 50% das mulheres estão inseridas, hoje, no mercado de trabalho.

Eu vou aceitar a sua sugestão e vou acelerar um pouquinho o que estou me propondo a falar. Então, vou pular aqui uma série de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai tranquila, porque as mulheres são maioria. Se eu diminuir o tempo da representação das mulheres, eu estarei numa situação ruim aqui.

A SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – Não, está certíssimo. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai tranquila. Você tem 2 com mais 5 ainda; então, são 7 minutos.

A SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – Sim, e quero chegar ao fim.

Eu queria dizer que, com relação a toda essa dimensão e discussão, nós temos um arcabouço de políticas públicas que tratam dessa questão do envelhecimento, mas eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que tanto na sociedade como nos gestores e na concepção da política, nós temos que superar vários mitos em relação à velhice. É o mito de que o idoso está num lugar, e bastante estereotipado, que é o momento do seu recolhimento interior; ele é frequentemente infantilizado na sua condição de idoso; ele se considera...

A Ministra falou, e aqui eu queria me deter um pouquinho e dizer que o envelhecer não é um fator homogêneo. É muito diferente envelhecer na cidade e no campo. É muito diferente o envelhecer das mulheres e dos homens. É muito diferente o envelhecer de uma mulher negra e o de uma mulher branca. Isso porque nós temos uma trajetória. A velhice traz consigo toda a sua trajetória de vida, tudo o que foi construído e tudo aquilo que a sociedade lhe impôs e lhe segregou. Então, nós precisamos romper com essa ideia de que o envelhecer é do idoso. Não é. Ele é um fato heterogêneo. E, obviamente, nesse processo de envelhecimento, a vida constrói essas trajetórias, que são muito diferentes do ponto de vista subjetivo, social e cultural.

Nós precisamos superar o mito de que na velhice não há nenhuma sexualidade, que não há lugar para a expressão da sexualidade. Sabem o que acontece como decorrência disso? Hoje nós temos um aumento substantivo de mulheres acima de 60 anos que são portadoras de HIV. E a política não olha para isso, porque, ao acreditarem que, em razão desse envelhecimento, acabou o desejo sexual, acabaram as relações amorosas, então, não há uma política que olhe para isso.

Obviamente, na trajetória das mulheres, ao nos colocarmos subordinadas em relação aos homens na nossa sociedade, se já era difícil, na nossa juventude

e vida adulta, negociar essa relação de como acontece o ato sexual, de prevenção, no qual os métodos existentes cabem mais aos homens, imaginem o que acontece na velhice, idade em que a maioria das pessoas acha que não há esse desejo e essas relações.

Eu queria fazer algumas reflexões e pensar nesse envelhecimento feminino para chegar à minha proposta. Nós podemos afirmar que hoje a conquista da liberdade feminina de certa forma vem redefinindo esse envelhecimento das mulheres, embora tenhamos enormes desafios.

Está aqui a Maria da Penha, uma gerente, uma superintendente, ocupando um lugar que certamente tempos atrás não se pensaria.

A SRª MARIA DA PENHA SILVA FRANCO – Setenta e oito anos.

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – Olha! Que beleza!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Setenta e oito anos e com muito orgulho! (Palmas.)

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – Mas, na nossa sociedade, se nós mulheres construímos nos últimos anos a conquista dessa diferença no sentido de que ser homem ou mulher é diferente e que isso não significa subordinação, isso não significa que nós vencemos uma sociedade que ainda podemos dizer que é sexista, é uma sociedade racista e é uma sociedade gerofóbica. O que quero dizer com isso? Que ela usa, portanto, a sua capacidade produtiva... Ela vê as mulheres ainda sob esse mito do que significa uma mulher negra na nossa sociedade, então, obviamente são colocadas numa posição subordinada, então, são geralmente as mulheres que exercem, por exemplo, o trabalho doméstico, ou é a mulher sensual. Imaginem o que significa para essa população o seu envelhecimento ao se olhar no espelho e ver que aquela imagem que a sociedade projeta do seu papel não corresponde mais.

Nós estávamos falando de todos os mitos que estão presentes na sociedade, e temos que pensar também que agora há esse outro preconceito que eu chamaria de gerofobia ou a discriminação pela idade; que se caracteriza como uma sociedade orientada para a juventude; que estimula preconceitos e estereótipos em relação às pessoas idosas e especialmente às mulheres, sejam elas brancas ou negras.

Nesse sentido, eu queria dizer que é de responsabilidade da sociedade observar mais a situação dessas mulheres, a fim de corrigir injustiças que estiveram presentes durante toda a sua vida, de forma que o envelhecer seja digno tanto para homens como para mulheres. Se estamos falando de um envelhecimento ativo, o que podemos esperar das mulheres? Nós sempre fomos cuidadoras. Nós sempre cuidamos, a

nós isso foi designado. Nós fomos para o mercado de trabalho, é certo; conquistamos uma série de espaços em que não estávamos. Hoje temos uma Presidenta da República. São espaços inimagináveis tempos atrás. Enfim, o Estado brasileiro hoje é governado por três mulheres, um fato que nunca aconteceu, que estão diretamente relacionadas à gestão. Então, essa transformação aconteceu, mas ainda existe o preconceito, e temos que pensar neste conjunto dessa população que envelhece.

A experiência das mulheres, portanto, é uma rede complexa, ela é resultado de uma rede complexa de determinações sociais que inclui gênero, raça, etnia, orientação sexual e etapa da vida. Então, o que implica uma sociedade que acha que a juventude não é uma parte da nossa fase, mas ela é um modo de vida? Ela estabelece uma série de determinantes de como as pessoas têm que se ver, ou seja, estar jovem o tempo todo e parecer jovem, e as marcas de velhice, portanto, têm que desaparecer do nosso rosto, do nosso corpo. Portanto, a experiência das mulheres é definida a esse lugar que é destinado, ao longo das nossas vidas, como cuidadoras, com menor acesso ao exercício de cidadania. E são essas mulheres que, hoje, envelhecem, são essas mulheres que, eu tenho certeza, dentro das famílias, ainda assumem essa dimensão de cuidadoras e que, pelo fato de terem uma expectativa de vida maior, vão ficar sozinhas. E quem vai cuidar delas? Certamente, outra mulher. Agora, é outra mulher que também, hoje, está conquistando o seu lugar na sociedade, completamente atribulada, embora com menos filhos.

O envelhecimento, portanto, aguça as pressões, as opressões, a consequência do seu papel tradicional e a desqualificação do sujeito na vida.

(Soa a campanha.)

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – Senador, eu já entendi que meu tempo está acabando mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não sou eu, é a tal de campanha que é culpada. Não culpem a mim!

Pode concluir tranquilamente.

A SRª VERA LUCIA LEMOS SOARES – Mas, como acho que vale a pena conversar bastante sobre o debate, vou encurtar as minhas reflexões, aqui, sobre o que significa, Maria da Penha, o nosso envelhecimento como mulheres. Contudo, obviamente, a Maria da Penha superou um monte de estereótipos para estar no lugar em que ela está, e militante e gestora, como ela está.

Então, nesse contexto, acho que chama atenção o problema das mulheres idosas, que ainda são pouco visíveis. A mulher envelhece no papel social que lhe

foi atribuído, e suas vozes permanecem em silêncio absoluto durante muitos séculos.

É muito comum que as queixas das mulheres, por exemplo, no sistema de saúde, não sejam ouvidas. Quantas vezes o sistema de saúde atende, durante um bom tempo, uma mulher que reclama da dor de cabeça?

Bom dia, Senador Suplicy.

Eu tenho vários casos assim. E o que acontece com essa mulher? Ela sofria violência, ela estava em processo de sofrimento de violência durante todo esse tempo, e o sistema de saúde não percebeu. Imaginem o que são esse silêncio e essa dificuldade de ouvir para uma pessoa mais velha.

Portanto, eu queria enfatizar o que disse a Ministra Maria do Rosário aqui, que é necessário que as nossas políticas, que, hoje, existem, estão presentes, se fortaleçam, eu acredito, pensando em toda a heterogeneidade do que é esse envelhecer da nossa população, e que fortaleça, portanto, a autonomia de todas as pessoas que estão nesse processo de envelhecimento, sejam homens ou mulheres, sejam brancos ou negros, e temos que entender que a condição é muito diferente.

Nesse sentido, o envelhecimento ativo não pode contribuir para continuar a reproduzir os papéis de subordinação e os papéis de racialização e de racismo presentes na nossa sociedade. Quer dizer, a nossa política de atenção ao idoso tem que levar em conta também esses determinantes que construíram as nossas trajetórias de vida.

E, finalmente, Senador, eu fico muito feliz, ao ler o cargo que a Maria da Penha ocupa, porque ela está dizendo que ela é uma Superintendente de Política para a Pessoa Idosa. O que ela está dizendo com isso? Ela está trazendo esse nome na heterogeneidade que compõe o envelhecimento.

Eu fico um pouco preocupada, Senador, embora eu reconheça a importância política que tem o Estatuto do Idoso, por exemplo, mas, quando eu falo Estatuto do Idoso, eu estou dizendo que há um componente aí, não é? Vamos fazer essa reflexão que a Presidenta Dilma fez, ao pedir que seja chamada de Presidenta. É para que todos lembrem que há uma mulher na Presidência da República, o que é diferente do que aconteceu durante todos os nossos anos da República. Mudamos, também, a maneira como nós emitimos os nossos diplomas. Agora, são engenheiros e engenheiras. Ela permitiu e fez um decreto disso, do que as pessoas têm que ser nomeadas. Então, eu me pergunto, Senador, se o senhor me permite, se nós podemos fazer uma proposta de que a Política Nacional do Idoso tenha como denominação a Política Nacional da Pessoa Idosa. Eu me pergunto se nós não poderíamos alterar o nome

do Estatuto do Idoso, para Estatuto da Pessoa Idosa, nesse sentido de que nós estamos preocupados com essa heterogeneidade. Então, eu faço esta proposta e esta reflexão aos Senadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– As palmas aqui já dizem que há uma concordância.

Então, nós vamos providenciar da seguinte forma, se a Dr^a Vera concordar: nós vamos pegar uma entidade de caráter nacional, que entra com o projeto aqui na Comissão de Direitos Humanos – esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa –; eu indico um relator ou avoco a relatoria para mim – se eu avocar para mim, está assegurada que a posição vai ser favorável –, e o projeto começa a tramitar, não em nome de um ou de outro Senador, mas em nome da Comissão de Direitos Humanos, pedindo que o nome do Estatuto mude para Estatuto da Pessoa Idosa. É isso?

SR^a VERA LUCIA LEMOS SOARES – Ótimo.

Então, precisamos convocar uma entidade para propor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Uma entidade de caráter nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Isso, a Sociedade Brasileira de Geriatria. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pode ser mais de uma entidade, se quiserem.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Desculpem, eu falei a Sociedade porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Você colocou à disposição.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Coloquei à disposição. Mas é claro que, se o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso puder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Claro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Diga o seu nome.

A SR^a NILDA GORAYB FLÓRIO – Ah, desculpem, tem que ligar! Eu não estou habituada a isto, politicamente. Eu sou de São Paulo. Meu nome é Nilda Gorayb Flório. Acho fantástico o que você falou sobre envelhecimento ativo. Essa é a preocupação. O Brasil não está preparado para esse *boom* de envelhecimento. A Maria da Penha, graças a Deus, é a Maria da Penha e tem a felicidade de estar sentada. Quantos idosos nossos, hoje, são recebidos por ministros? Nenhum. Quantos idosos, hoje, sentam assim? Nenhum. Quantos idosos, hoje, têm o direito de falar? Eu tenho, graças à Ministra Maria do Rosário, que está nos ajudando.

Eu estou, desde 2006, trazendo a primeira edição dos Jogos Brasileiros do Idoso, batendo de porta em porta, me autofinanciando. E, se não fosse a Ministra dar um alento, um entusiasmo, nós ainda estaríamos a ver navios. Por quê? Porque o Ministro do Esporte não recebe uma idosa – quem sou eu? Eu represento, hoje, na cidade de São Paulo, toda a Região Sul, 329.079 idosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos tomar uma decisão aqui, para ajudar?

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Olha, eu estou desde às 2h30, no voo. Eu espero ter uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos tomar uma decisão, agora, aqui. A Comissão de Direitos Humanos vai pedir, em nome da Comissão, que o Ministro receba a delegação, para discutir o assunto.

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Mesmo porque ele tem interesse agora, lá. Estou com uma eleição lá e ele tem que ter interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a senhora quer que...

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – A candidata a vice-prefeita dele, do Haddad, é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a pergunta que eu faço é: a senhora gostaria de ser recebida pelo Ministro?

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Claro, mas eu gostaria de deixar dito que a minha vida inteira... Eu vou dizer: bendita seja a hora que a Presidenta colocou lá a Ministra Maria do Rosário, porque essa está me animando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem. Eu tenho certeza de que a Ministra Maria do Rosário concordará e fará gestão, como eu farei, para que o Ministro a receba no momento em que a senhora entender mais adequado.

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Já ganhei o dia. Mas isso, eu preciso rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos isso hoje. Faça o requerimento hoje.

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Ela disse que chegamos a 73. Mas estou com 77 e posso jogar basquete com o senhor na hora em que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Foram aceitas as duas proposições; o Conselho, então, encaminhará o pedido junto com as entidades.

De imediato, vamos passar a palavra ao último orador desta Mesa. Mas todos no final terão direito a fazer as suas ponderações, inclusive, naturalmente, Maria da Penha e Frederico, que representam os dois painelistas que já falaram e tiveram que sair.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Vicente Faleiros, professor e pesquisador na área do envelhecimento.

Antes, no entanto, permita-me registrar a presença do nosso Senador Eduardo Suplicy, um homem comprometido com os direitos humanos, de ponta a ponta, homens e mulheres. (*Palmas.*)

Aceite as nossas palmas.

O Senador Tomás Correia vai ter que sair, mas deixou a sua saudação a todos vocês.

O SR. VICENTE FALEIROS – Queria, em primeiro lugar, lembrar que hoje é o dia 11 de setembro e que houve, na história recente, do século XX e XXI, duas grandes violações dos direitos humanos: uma no Chile, pelo Pinochet, onde eu estava; e outra com o atentado do 11 de setembro, pelo terrorismo.

Também gostaria de saudar o Dr. Paulo Paim, militante dos direitos humanos, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só não tenho o DR. Pode chamar de Paim mesmo. O DR não existe.

O SR. VICENTE FALEIROS – Saúdo também a Vera, a Maria da Penha, o Frederico, a Drª Glaucia e a Maria do Rosário.

Quero dizer que ouvi duas notícias importantes aqui da Drª Glaucia, dizendo que vai implementar a Convenção dos Direitos da Pessoa Idosa, na qual o Brasil está empenhado, mas há oposição da Europa, Estados Unidos e Canadá. E não é à toa, porque esses países não querem assegurar os direitos da pessoa idosa. Assim, não se trata de uma discordância superficial, mas de uma discordância profunda em relação ao envelhecimento no mundo.

Além disso, a Maria do Rosário colocou que já está em andamento a criação da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O primeiro desafio para o envelhecimento é a cidadania, que é um pacto social; e esse é o horizonte do envelhecimento. Envelhecer com cidadania é o que está assegurado na nossa Constituição.

Por favor, próximo.

A Vera já falou sobre a pirâmide. Aqui, mostra-se que o Brasil está passando de uma pirâmide para um barril. Vemos, nessa pirâmide, a previsão de que, em 2050, o número dos mais velhos será muito superior ao número de jovens e crianças.

Temos o primeiro desafio, que se chama de bônus e ônus demográfico. Temos mais idosos e mais longevos. Em 2050, por exemplo, a maioria que está aqui vai estar idosa.

Faço um parêntese para homenagear a D. Corina Pereira, que é uma idosa militante que já faz parte dessa população. (*Palmas.*)

O aumento da idade traz os riscos de fragilidade e dependência.

Mas também temos o bônus da poupança. E vou me referir várias vezes ao relatório do Banco Mundial, que é, porque ele vê o envelhecimento apenas como acúmulo de capital e não como acúmulo de vida. Então, a política brasileira vai contra a proposta do Banco Mundial de que envelhecer é acumular vida e não só acumular dinheiro e poupança. Mas, nós temos hoje, também, que aproveitar esse bônus demográfico para investir na preparação do envelhecimento.

Por favor.

O principal desafio para o envelhecimento no Brasil é a desigualdade. Apesar da redução da pobreza com transferências públicas, o Brasil ainda tem o desafio de incluir os idosos mais pobres. O Bolsa Família tem impulsionado a Previdência Social e principalmente o BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, uma política introduzida pela Constituição de 88 e que é uma garantia de renda fundamental. O Senador Paulo Paim tem defendido muito essa política previdenciária, mas o BPC é uma política fundamental que garante a renda de um salário mínimo para os idosos. Mas tem o desafio também na redução da desigualdade de ampliar a educação pública, não só para idosos – a inclusão dos idosos na educação –, mas para crianças e adolescentes.

Os gastos públicos do Brasil, segundo o relatório do Banco Mundial, ainda mostra essa desigualdade pelos quintis de renda. Ou seja, nós temos um déficit de investimento nos mais pobres. Apesar da política atual, os mais ricos, que são o quintil cinco, ainda recebem mais investimentos dos gastos públicos do que os mais pobres.

Por favor.

Sem esses investimentos, a pobreza seria ainda muito maior. As taxas de pobreza sem as transferências seriam a cor azul; então, vocês veem como a velhice seria muito mais desigual se não houvesse as transferências públicas. Então, o Estado é a garantia da possibilidade de inclusão da população.

Por favor.

No Brasil, nós temos uma transferência dos mais velhos para os mais jovens. Há transferências privadas como porcentagem do consumo total. Vocês veem a linha que está à direita? Representa a Ásia, onde há uma transferência dos mais jovens das famílias para os mais velhos. E, no Brasil, é o país onde há mais transferência de renda dos idosos para os mais jovens. Ou seja, apesar dos idosos terem menos pobreza relativa que as crianças e adolescentes, os idosos estão sustentando as famílias. Há uma transferência de renda inigualável no mundo, que é o país onde os idosos

estão contribuindo para os filhos, para os netos, para outras gerações.

Por favor.

O que o Banco Mundial ainda propõe são novas reformas da Previdência. A reforma de 98 introduziu o tempo de contribuição e o fator previdenciário; a de 2003 a idade no serviço público; a de 2012, que está implementando ainda a de 2003, os fundos privados para servidores públicos. Mas o Brasil não pode ficar esperando que o Banco Mundial defina o que nós vamos fazer na Previdência Social. É preciso um pacto social para a Previdência, uma discussão, o Senador tem feito isso, com a CUT, com outras centrais sindicais, com lutas, força sindical e outras para poder discutir que pacto social nós vamos estabelecer diante do envelhecimento.

Por favor.

Então, o Banco Mundial estabelece que o sistema previdenciário precisa ainda ser modificado, chamando a atenção para o baixo limite da idade, sistema de aposentadoria por período de contribuição, sem elegibilidade de idade mínima, e critica justamente a política de gasto público, dizendo que é a política que estimula a informalidade.

Não é a política do BPC que estimula a informalidade. E eles colocam no último parágrafo a necessidade de assegurar que uma grande parte da população contribua com o sistema e que se tornará cada vez mais crítica. Então, há um terrorismo diante da Previdência Social. E esse terrorismo é promovido pelo Banco Mundial.

Precisamos discutir esse pacto social para poder dizer que a Previdência Social não tem déficit, ela é um sistema que assegura às pessoas idosas uma renda mínima e que é necessária a discussão desse pacto social.

Por favor.

Além do desafio da Previdência, o envelhecimento do Brasil traz desafios para a saúde, a transição epidemiológica, e estamos longe ainda de termos serviços adequados de saúde e medicamentos para a população. Apesar da farmácia popular, dos medicamentos gratuitos, as consultas são demoradas, há principalmente falta de pessoal, de geriatras, gerontólogos, para atender essa população.

A proposta da estratégia de saúde da família incorpore cada vez mais o atendimento, a preparação para o atendimento das pessoas idosas. E principalmente em relação à dependência, vamos ter necessidade de novos serviços que atendam as pessoas idosas.

O Pacto pela Vida do SUS, de 2006, abriu o caminho para a nova política de saúde, mas é necessário aprofundar.

Por favor.

A articulação em rede se torna fundamental. Todas as políticas brasileiras hoje falam de intersectorialidade. Mas é preciso construí-la no território, com prioridades comuns, compartilhamento, compromisso de cada setor com o todo, responsabilidade dividida, qualidade dos serviços para o público, potencialização da ação e otimização do processo de trabalho em rede.

Por favor.

Já foi falado aqui, a Ministra, a Vera, sobre o enfrentamento da violência. É preciso ampliar as campanhas contra discriminação pelo respeito à vida e à memória, a capacitação institucional que nós vemos nas denúncias de violência, pouca referência à violência institucional. A Ministra já se referiu à violência intrafamiliar, à violência financeira. E mais, a violência institucional é fundamental ser enfrentada. E a violência por causas externas é muito grande também entre idosos. Aproximadamente 75 mil jovens de 20 a 29 anos morrem por causas externas, homicídios, agressões, e outras causas externas. Mas há 35 mil idosos e idosas que morrem por causas externas, principalmente com acidentes de transportes, quedas...

Então, a cidade tem que ser preparada para o enfrentamento da violência. E os CRAs e CREAs, principalmente, têm que estar preparados para a mediação de conflitos, porque é muito diferente o enfrentamento da violência de crianças e adolescentes e de idosos, que não querem ver seu filho na cadeia. Então, é necessária uma nova metodologia de enfrentamento da violência da pessoa idosa.

Por favor.

O protagonismo e a atividade já foram muito acen tuados. A Vera e a Maria do Rosário falaram muito do envelhecimento ativo, mas é preciso que os Municípios assumam, com uma atuação no território, um estímulo à vida ativa, com as escolas, para poder preparar novas condições pessoais. Temos que mudar as condições estruturais, mas também as condições pessoais.

Por favor.

E políticas e serviços articulados: a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa, que é urgente; a capacitação dos serviços existentes – e isso, eu acho que esta audiência pública deve encaminhar a pressão para a criação dessa Secretaria –; a atenção progressiva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Professor, porque chegou para mim, aqui, por e-mail, que a audiência está sendo muito assistida. Muita gente está até pedindo cópia da audiência. E uma das perguntas é esta: vai ou não vai sair a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa? Vejo que o senhor coloca que é urgente. Acho que, depois, na rodada final, os representantes do Governo pode-

rão responder a esse questionamento que está sendo feito e cobrado.

O SR. VICENTE FALEIROS – Está certo.

Então, é preciso lazer, políticas de lazer... (*Palmas.*), saúde da família, os CRAs e os CREAs, repúblicas para idosos, melhoria dos hospitais e ILPIs mais adequadas. A quase totalidade das ILPIs são privadas, filantrópicas. É necessário que o Estado passe, também, a fazer isso.

Por favor.

Bom, e, nesse sentido, é fundamental esta discussão. E cada vez que o Senador propõe uma discussão do envelhecimento sob a ótica dos direitos humanos, o Brasil amplia a visibilidade do envelhecimento. Porque a velhice ainda está escondida, ela não aparece nas discussões. E hoje, uma audiência deste tipo é fundamental para darmos mais visibilidade a uma questão que está mudando a cara do Brasil para a cara dos cabelos brancos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, o nosso convidado terminou agora. Então, faço questão de registrar a presença da Senadora Ana Rita, militante – militante mesmo – dos direitos humanos. Coordena, junto com a Senadora Angela Portela, a CPMI da Violência contra a Mulher, é Vice-Presidente desta Comissão, foi a Relatora, na CCJ, da política de cotas, para permitir que negros, pobres, brancos e índios tenham acesso à universidade. Eu sei que você volta, mas quero dar aqui uma salva de palmas a V. Ex^a neste momento. (*Palmas.*)

Não quero deixar, claro, de fazer um comentário rápido sobre a palestra do Prof. Vicente Faleiros, pesquisador na área de envelhecimento, que fez uma palestra abrangente, sobre a questão do idoso, do BPC, da previdência, e falou sobre a questão do fator previdenciário.

Essa questão do fator, de fato, é gravíssima, é gravíssima. Eu sempre insisto nesta tese, vou dizer de novo aqui: só quem pega o fator, são só os mais pobres. É só quem está na previdência urbana, e ali o superávit é em torno de 15 bilhões – superávit de 15 bilhões, como você falou muito bem. E são só eles que pegam. Não dá para entender como não conseguimos derrubar esse maldito fator previdenciário, que é um assalto, principalmente à mulher, que aqui a Dr^a Vera destacou. A mulher perde a metade do salário dela. A mulher que é celetista, que tem carteira de trabalho assinada, não é? Não é justo isso!

Se tivesse déficit, cheguei a dizer na tribuna, inúmeras vezes, e digo de novo, que renuncio ao meu mandato. Tenho 7 anos ainda e renuncio ao meu mandato se tiver algum sujeito no Brasil e no mundo que

me diga que a Previdência urbana não é deficitária. E, ainda digo mais, se acabarem com o fator e ela for deficitária, eu renuncio também ao meu mandato. Não sei por que não conseguimos fazer – a Câmara, porque o Senado já votou o fim do fator.

Que esta audiência pública seja uma audiência de pressão. Câmara dos Deputados – sei que estamos ao vivo –, pelo amor de Deus, esse fator é um crime, votem o fim do fator previdenciário! (*Palmas.*)

Agora, convoco os meus convidados a voltarem ao plenário, os que estão na Mesa, para irmos para a segunda Mesa. Todos terão direito à palavra, num segundo momento, na hora do debate, a Maria da Penha, o Frederico, que aqui representaram a Ministra. Você representou a Embaixadora.

Convido, neste momento, a Karla Cristina Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso... (*Palmas.*); Isis Simões Menezes, representante do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Coffito; Matheus Stivali, Diretor de Estudos Sociais do Ipea... (*Palmas.*); Ana Maria Ferreira Melo. (*Palmas.*)

O Senador Suplicy vai ao Palácio, porque tem lá o lançamento da proposta da Presidenta da redução dos gastos com energia elétrica, o que é muito bom para todos.

Ana Maria Ferreira Melo, Coordenadora da Arquidiocesana de Brasília da Pastoral da Pessoa Idosa... (*Palmas.*); e Wilson Conciani, Reitor do Instituto Federal de Brasília. (*Palmas.*)

De imediato, vamos a segunda Mesa. Dr^a Karla Cristina Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

A SR^a KARLA CRISTINA GIACOMINI – Bom dia a todos e todas. Eu havia feito uma lista com as autoridades anteriores e quero, de toda forma, agradecer o convite, a oportunidade, de participar deste evento.

Raramente o envelhecimento é pautado, e todas as vezes em que isso ocorre nós nos esforçamos para participar, para comparecer. Cumprimento a primeira Mesa, que já aconteceu. Lamento não ter podido fazer parte da abertura, mas isso se deveu ao problema de voo, que não me permitiu chegar a tempo.

Cumprimento a Ex^{ma} Ministra Maria do Rosário Nunes; a Maria da Penha Silva Franco, amiga e defensora da pessoa idosa; a Embaixadora Glaucia Gauch; o seu representante e Conselheiro Nacional, Frederico Bastos; a Secretária Vera Soares, Secretária de Política para Mulheres da Presidência da República; o amigo, professor e militante, Vicente Faleiros; e os componentes da atual Mesa, a Sr^a Isis Menezes, representante do Coffito; Matheus Stivali, Diretor de Estudos Sociais do Ipea; Ana Maria Ferreira Melo, Coordenadora Arquidiocesana de Brasília na Pastoral da Pessoa Idosa;

Wilson Conciani, representante do Reitor; o Senador Paulo Paim e demais Senadores que participam desta solenidade; a Senadora Ana Rita e os Senadores Tomás e Eduardo Suplicy, que já estiveram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Eurípedes, à nossa direita.

A SR^a KARLA CRISTINA GIACOMINI – Eu queria cumprimentar também aquela pessoa que for a mais idosa deste plenário, para nela representar cada um dos idosos brasileiros. Não vamos disputar, mas também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga o seu nome, somente o nome.

A SR^a NILDA GORAYB FLÓRIO – Eu acho que o Brasil inteiro já sabe... Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora fala bem! Eu perguntei seu nome e a senhora já faz um pronunciamento. Parabéns! Quero cumprimentá-la. A resposta foi belíssima!

A SR^a KARLA CRISTINA GIACOMINI – De toda forma, pediram-me que, em 20 minutos, eu traçasse o panorama dos dez anos do Conselho Nacional do Idoso. Certamente, essa análise é sacrificada, e tivemos de fazer opções para poder contemplar, em 20 minutos, os 10 anos do Conselho.

Em um breve histórico, a criação do Conselho estava prevista no texto da Política Nacional do Idoso, mas foi vetada e o Conselho seria criado de fato e de direito em 2002, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Só que ele o cria na forma de um decreto presidencial. Nós entendemos que, com a promulgação, em 1º de outubro de 2003, do Estatuto da Pessoa Idosa, futuramente, essa Lei serviu de estímulo e de instrumento para a atuação do Conselho Nacional e dos demais Conselhos de Idosos em todo o país.

Eu posso falar dos últimos 10 anos do Conselho sem falar dos últimos 10 anos da Política Nacional do Idoso? É impossível, porque as duas histórias correm em paralelo e a função do Conselho é lutar pela implementação da Política Nacional do Idoso. A Política Nacional do Idoso, nestes 10 anos, trocou de mãos quatro vezes. A nosso ver, isso demonstra que ou ela é uma batata quente ou, realmente, é difícil criar uma identidade para a política da pessoa idosa dentro do Governo Federal.

Nascida no Ministério da Previdência e Assistência Social, com o desmembramento daquele Ministério em dois, ela permanece ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome até 2009. Naquele ano, a Coordenação da Política vai para a Secretaria Especial de Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, e hoje ela está na Secretaria de Direitos Humanos, órgão diretamente ligado à Presidência da República. Contudo, em todas essas mudanças, em

cada uma delas, as mudanças não vieram acompanhadas da estruturação necessária para que a Secretaria pudesse agir, para que a Coordenação da Política pudesse agir a contento na defesa dos direitos do idoso.

A cada mudança, além da descontinuidade da gestão federal da Política Nacional do Idoso e à revelia das manifestações contrárias do Conselho Nacional, o CNDI tem o seu funcionamento prejudicado e a população idosa sai penalizada. Infelizmente, dificuldades semelhantes se repetem nos Estados, no Distrito Federal e em municípios brasileiros. A cada eleição muda a gestão, muda o gestor, muda a equipe de referência, o trabalho é descontinuado, o Conselho de Idosos acompanha a Política Nacional para onde o Chefe do Executivo assim decidir, sem, no entanto, corrigir as condições inadequadas de funcionamento e a falta de autonomia dos Conselhos para exercer o seu papel de controle social.

Assim, a existência do Conselho Nacional do Idoso deve ser comemorada pelo povo brasileiro, pois ela significa que o dispositivo constitucional que prevê o controle do Estado pelo povo está sendo reconhecido também para o segmento idoso. Falar de controle democrático significa falar de canais institucionais de participação na gestão governamental, em um processo contínuo de democratização do Estado brasileiro pelo qual o cidadão pode e deve avaliar as ações do Poder Público e exercer democraticamente esse direito/dever.

Aos Conselhos de Idosos está colocado o desafio de se constituírem em espaço democrático destinado ao exercício e à construção da cidadania da pessoa idosa, bem como a educação política da sociedade e do Governo para um país em franco processo de envelhecimento de sua população, em um diálogo aberto que propicie a formatação de políticas públicas balizadas pelos principais interessados, ou seja, o segmento idoso representado no Conselho.

Na teoria, parece bastante razoável essa aproximação entre governo e sociedade, na busca pelo bem comum. Na prática, nem tanto. Um terço dos Municípios brasileiros tem Conselhos de Idosos, com representações governamentais e não governamentais frágeis e um poder muito limitado em controlar o Estado. Porém, conforme demonstraram a Ministra Glaucia e a Secretária Vera Soares, informações acerca do rápido e intenso processo de envelhecimento, como corroborado pelo Professor Faleiros, estão disponíveis e acessíveis ao Estado brasileiro há pelo menos 40 anos.

Essa novidade anunciada em documentos da Organização das Nações Unidas e de suas sucursais, do IBGE, do Ipea, de vasta produção científica nacional e internacional, ainda não foi incluída na pauta das políticas públicas brasileiras. Porém, o que era anunciado

para o futuro, já nos alcançou. Os velhos de ontem, de hoje, de amanhã, somos nós. De modo desconcertante e arriscado, o Brasil insiste em negar esse processo de envelhecimento populacional.

A cada nova política lançada, a cada novo plano intersetorial, a cada plano plurianual orçamentário, o CNDI procura o que está reservado para a parcela idosa – e há perspectiva de envelhecimento populacional do País –, é com perplexidade e frustração que o Conselho reiteradas vezes não encontra sequer citadas, nestes documentos, as palavras pessoa idosa e envelhecimento.

Se o princípio constitucional da Equidade manda tratar de modo desigual os desiguais, na medida de suas desigualdades; se a Lei Estatuto do Idoso estabelece que o envelhecimento deve ser considerado na formulação e dimensionamento de políticas de forma prioritária; se existem dados disponíveis, como explicar esse fenômeno de negação? O que falta para que o País considere o processo de envelhecimento populacional anunciado e percebido em pesquisas nacionais, como o Censo 2010 e as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílio, dentre outros?

Essa opção política de desvalorizar a pessoa idosa e de desconhecer o impacto do envelhecimento nas políticas públicas fragiliza, inclusive, o papel de liderança internacional que o País tem assumido, como uma das maiores economias mundiais, pois demonstra que o Brasil não tem correspondido às demandas educacionais, culturais, previdenciárias, sociais e sanitárias que sua população envelhecida e “envelhecete” introduz. A realidade de hoje é que o Brasil já está envelhecido e ficará cada vez mais. Porém, as demandas da população envelhecida e “envelhecete” confluem e batem à porta de políticas sem, contudo, encontrar respostas satisfatórias. A velhice digna é um direito personalíssimo, expresso no art. 8º do Estatuto do Idoso, direito de todo cidadão brasileiro, mas a parcela idosa e o envelhecimento populacional não aparecem entre as prioridades do orçamento público e das políticas. Vamos insistir no que já foi dito, que envelhecer repercute diretamente em todas as políticas, redimensionando demandas e anseios de vários grupos etários, mulheres e homens.

Portanto, não existirem políticas públicas eficientes representa o descumprimento das leis pelo Estado, cujas repercussões já são sentidas. Vocês falaram, o Vicente falou, da falta de políticas na saúde, na assistência social; de recursos que estão previstos nas leis e não são efetivados; da previdência social, que não recompõe salários de quem ganha mais de um salário mínimo e propõe como alternativa para a sua viabilidade econômica punir quem sobrevive, enquanto a renda

decai. Paradoxalmente, as demandas de cuidado aumentam e oneram a pessoa idosa e suas famílias. Para piorar, na educação, os idosos ficam de fora das escolas, e o envelhecimento fora dos currículos, enquanto cidadãos e profissionais são formados desconhecendo o que representa viver em um país envelhecido, e são reforçados os mitos “gerontofóbicos” e tolerados a discriminação e o preconceito contra a velhice e contra as pessoas idosas. Portanto, mudar esse panorama é o que nos compete, a cada um de nós.

Bom, não vou falar da cultura individualista, da globalização que acultura o País, mas da desigualdade social e de gênero, em que o CNDI atua, amadurece e tem se fortalecido e trabalhado para ser referência nacional na promoção da defesa e garantia dos direitos dos idosos. Os desafios são múltiplos.

Agora eu vou pedir licença para aquele momento teórico e nós vamos chegar a uma prática difícil, cruel. O primeiro desafio é a falta de autonomia do Conselho, prerrogativa fundamental para o exercício de sua função e do controle democrático. A fragilidade administrativa do Conselho Nacional é patente. Ele conta com uma funcionária de carreira, cedida, e uma coordenadora em cargo comissionado. Na prática, o Conselho depende, para funcionar, da estrutura administrativa do próprio órgão gestor que ele deveria fiscalizar. Ora, se ele depende, para funcionar, do gestor que ele deveria fiscalizar, isso reduz consideravelmente sua capacidade de atuação e autonomia.

Além disso, o processo de publicação de resoluções no Conselho é muito complicado, havendo inclusive resoluções de gestões anteriores e da atual que foram aprovadas, mas não foram publicadas. Esta gestão já observou, em plenária, que a participação dos representantes governamentais e não governamentais deve se dar de forma construtiva e responsável, para defender os direitos da pessoa idosa em nosso País. O Conselho entende que o debate que leva à publicação de uma resolução é democrático. Ele passa pelo estudo do tema em comissões, pelo processo de votação em plenária, no qual Governo e sociedade civil deliberam conjuntamente.

Nas duas últimas gestões, o Conselho solicitou ao gestor federal a disponibilização de assessorias – jurídica e de comunicação social – para apoiar o Conselho em suas ações. Porém, isso não aconteceu. A Comissão de Normas do Conselho é formada por representantes governamentais e não governamentais, entre os quais advogados, promotores, defensores públicos, afetos à temática do envelhecimento. Porém, recentemente, as resoluções do Conselho aprovadas para publicação também têm sido objeto de análise pela Advocacia Geral da União, gerando a noção de

que poderia haver uma segunda instância de deliberação, com poder de julgar e modificar o que o Plenário já decidiu, o que reduz ainda mais a autonomia e o papel de controle democrático reservado ao Conselho. A nossa proposta é de que a AGU apoie o CNDI ao longo do processo de formulação, o que vai favorecer a publicação, porque ela já vai ter participado, já vai ter colaborado. Mas ela fazer isso após a publicação é o que nós estamos questionando.

O segundo desafio é a incompreensão acerca do papel de Conselhos de Idosos nas três esferas de Governo. Quando um conselheiro da sociedade civil aponta falhas ou contraria a proposta do Governo, ele sofre pressão, não pela impropriedade de sua avaliação, mas pela censura velada a sua ousadia. É como se o Governo fosse um exemplo de eficiência, e não lhe coubesse nenhuma crítica. Quando um Conselho solicita ao gestor a revisão de uma decisão que contraria o Conselho, o que se espera é o diálogo democrático, sem intimidações. Porém, o que se verifica é a falta de prática dos governos com os questionamentos do controle democrático em todo o País.

O terceiro desafio é a própria falta de implementação da Política Nacional do Idoso, que completa 18 anos em 2012, e do Estatuto, que no ano que vem completa 10 anos. Isso denota claro desrespeito às leis. Um exemplo que nós damos: na constituição do Plano Nacional de Educação, que está em trâmite no Congresso Nacional, o CNDI apontou que sequer aparecia a palavra “idoso” e a palavra “envelhecimento” no documento que foi encaminhado inicialmente. Mas, para nós, deixar a velhice de fora da escola, da educação, é inibir a transformação da sociedade e favorecer o distanciamento entre as gerações, e a falta de solidariedade entre as gerações. Por isso, o próprio Estatuto e a Política Nacional já preveem a inclusão do tema de envelhecimento nas grades curriculares, fato que tem sido amplamente descumprido pelo Estado.

Aproximando-se mais do tema desta audiência, o quarto desafio se refere à necessidade de política de cuidados continuados para a pessoa idosa, com a criação de estruturas intermediárias de cuidado, prevista nas políticas de assistência social e de saúde, e a previsão de profissionais qualificados para prestar tal cuidado.

Vocês querem saber quantas pessoas idosas precisam de cuidado no Brasil? Nós temos hoje 700 mil idosos totalmente acamados, não saem de casa, não saem da cama. Nós temos mais de três milhões de idosos em todo o País que demandam cuidados para comer, tomar banho ou ir ao banheiro. Se considerarmos as pessoas idosas que têm alguma demência, alguma síndrome demencial, essa cifra atinge entre

um milhão e dois milhões de idosos. Se considerarmos o grupo de maiores de 80 anos, 35% dos idosos octogenários do Brasil precisam de ajuda para o seu próprio cuidado.

Novamente vamos buscar na lei a proteção diferenciada para quem dela precisa. A Constituição Federal estabelece no artigo 230 que a família, a sociedade e o Estado são responsáveis pelo amparo à pessoa idosa em caso de necessidade. Porém, no âmbito das pessoas idosas que necessitam de cuidados, o cuidado recai sobre a família e, como a Secretária Vera já anunciou, sobre uma mulher. No artigo 299 da Lei Magna, os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. E, no §1º, o mesmo artigo estabelece que programas de amparo ao idoso serão executados preferencialmente em seus lares, direcionando o cuidado para a esfera doméstica.

Porém, a família brasileira, conforme anunciando, experimenta profundas transformações. Assim, as políticas que definem a família como instituição matriz para suas ações devem reconhecer que a família atual é uma construção social, dinâmica e mutante. É um espaço privilegiado de sobrevivência e de proteção integral de filhos e membros, mas também é um espaço de conflitos. Não existe uma família, existem famílias, no plural, que não contam com o apoio do Estado para cuidar.

Políticas de cuidado pressupõem o diálogo e a divisão de responsabilidades, papéis e recursos entre os vários Ministérios e gestores da política nacional, nos três níveis de Governo. A cada dia, SUS e Suas, o Sistema Único de Assistência Social, estão sendo desafiados a cuidar de idosos frágeis, com e sem família, que poderiam ou deveriam estar sendo apoiados pelo Estado.

O Estado já propôs iniciativas como o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos, de 1999, que, porém, não saiu do papel. Quando a Ministra Maria do Rosário acenou com a perspectiva de criar um grupo intersetorial com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, nós vibramos no Conselho e solicitamos que houvesse vaga para o Conselho neste grupo, porque é impossível não pensar cuidado sem pensar mulheres e sem pensar idosos, pessoas idosas.

Bom, a própria profissão de cuidador não está regulamentada, enquanto, em todo o País, milhares de pessoas exercem essa função sem que haja controle sobre a formação, as regras previdenciárias para este profissional, quando ele atuar no espaço doméstico, quando ele atuar no espaço institucional, as garantias trabalhistas, entre outras.

Por falar em instituições, é urgente a melhoria das condições de cuidado nas instituições de longa permanência para idosos, as quais carecem historicamente de investimentos governamentais, haja vista que há 16 anos o valor do *per capita* para instituições de idosos no Governo federal não é revisto – eu estou falando de 16 anos sem revisão.

No caso das instituições filantrópicas, apesar de prevista em lei sua assimilação pelo Suas como equipamento de alta complexidade dessa política, essas entidades dependem fundamentalmente da renda dos internos: 80% da renda das instituições filantrópicas advém dos rendimentos dos próprios idosos internos. E isso acontece a partir de uma prerrogativa criada pelo nosso querido Estatuto do Idoso, em seu art. 35, que faculta ao idoso o direito de contribuir. É muito diferente, Senador Paulo Paim, de obrigar o idoso a contribuir. Vá o senhor tentar institucionalizar uma pessoa idosa sem renda! E sem deixar lá, contrariando a própria lei, o cartãozinho do idoso para garantir a transferência não de 70%, mas muitas vezes, de 100%, e inclusive contraindo empréstimos em nome da pessoa idosa, sem a anuência dele, sem o conhecimento dele.

Enquanto a política não se efetiva, a população envelhece, principalmente no caso do idoso frágil e pobre, cuja falta de cidadania já o acompanha desde a infância, agora o alcança na perspectiva de uma velhice desamparada.

Outro desafio é a falta de educação para o controle democrático. O País tolera o não cumprimento das leis que protegem idosos, tolera uma cultura discriminatória na sociedade.

Hoje, no avião, estava escrito assim: “Vinte e seis por cento dos jovens sofrem *bullying*.” Quantos idosos será que sofrem *bullying*? Que entram no ônibus como “pé na cova”, que vão para o serviço de saúde e lá eles dizem: “o que ela veio fazer aqui!”.

Então, falta a politização do segmento idoso, que decorre da própria falta de educação anterior, do período de ditadura militar, da falta do exercício democrático.

Outro reflexo e causa desse cenário é a ausência de recursos para a temática do envelhecimento no Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

A política do idoso diz que o orçamento das políticas setoriais destinados aos idosos deva passar pelo Conselho. Isso não acontece. Mas não por falha do Conselho. O Conselho solicita, tem solicitado aos gestores a previsão orçamentária, mas não há resposta.

Três conferências de idosos já aconteceram, mas o que elas mostraram é que elas não estão na pauta dos governos. Na última conferência não compareceram a Presidenta Dilma, na etapa nacional, nem um

dos Governadores, nem dos Estados nem do Distrito Federal, raríssimos prefeitos e raros Parlamentares.

(Soa a campanha.)

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Já estou acabando, viu, Senador.

Como não há respeito às deliberações das três conferências, a cada edição elas deliberam ações para cada uma das políticas que já estão citadas na política nacional do idoso, além do tema recorrente da violência.

No tema da violência, há conselhos que sequer poderiam ter parte na rede, porque a sede deles é a pasta do seu presidente. Ele não tem sede. Aonde vai o presidente, vai o conselho.

Não existem mecanismos institucionais de apoio ao conselho. Não há telefone. Não há *e-mail* institucional em tempo de Internet. Acabando o conselho daquela gestão, acaba o *e-mail*, acaba o contato do conselho.

Os conselhos têm o seu lugar garantido na Constituição Federal como espaços de articulação entre sociedade...

(Soa a campanha.)

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Já estou acabando. Estou acabando mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo-lhe mais 3 minutos.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Deve ser papel do Conselho, Governo e sociedade debater e deliberar sobre as políticas dos Estados.

O Conselho Nacional se reconhece um Conselho gregário, que quer ouvir e está interessado em conhecer como os Conselhos Estaduais funcionam.

Ao longo de todo o processo de mobilização da 3ª Conferência, nós pudemos observar a falta de recursos, de condições de funcionamento dos próprios Conselhos Estaduais.

Recentemente, com a criação do Fundo Nacional do Idoso, nossas esperanças de mudança de realidade foram revigoradas. O Conselho definiu grupos de trabalhos e participou para certamente preparar a aplicação do fundo. Nossa gestão está se encerrando e o fundo ainda não foi operacionalizado.

Esperamos que a publicação da resolução já aprovada do fundo favoreça a redação de editais e o acesso a recursos por pessoas idosas.

O Conselho tem participado de debates no Congresso e opinado em vários projetos.

No âmbito internacional, a participação do Conselho é modesta, mas acompanha o que a embaixadora já avisou.

Concluindo, após haver estado, nos últimos 4 anos, na condição de Conselheira Nacional e como Presidente do CNDI, na gestão 2010/2012, entendo que o primeiro passo para modificar essa realidade e

caminhar no sentido de que as conquistas democráticas que a Constituição de 1988 estruturou sejam efetivadas, é que vocês tomem consciência dessa realidade de funcionamento do Conselho e de como a política do idoso foi tratada nestes últimos 10 anos.

Eu dou o testemunho da dura realidade porque passam Conselhos e pessoas idosas em nosso País, e torno público o meu agradecimento a todos aqueles que participam e trabalham em Conselhos, que defendem os interesses públicos e que resistem na defesa do segmento idoso.

Tenho certeza de que essa participação em muito contribuirá para o aprimoramento da cidadania brasileira, para o reconhecimento do envelhecimento como conquista social e como direito fundamental da pessoa humana.

É certo, Senador, que nenhum conselho sozinho é suficiente para construir uma política de direitos. Mas é dever do Conselho fazer cumprir a lei. Mas nenhuma lei é suficiente para reduzir desigualdades. Só que a lei é um dispositivo necessário para controlar o poder do Estado sobre o cidadão e para que o Estado proteja os que estejam em condição de vulnerabilidade social, respeitando os direitos à liberdade, igualdade, respeito e dignidade.

(Soa a campanha.)

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Nenhuma conferência é suficiente para modificar a realidade de um país. Mas, se construída democraticamente de forma representativa, certamente ela traz a voz dos principais interessados.

Nenhum poder público, sozinho, é suficiente para construir a democracia de um país.

Como no planejamento do Estado não há previsão orçamentária para o investimento em políticas que promovam a velhice, como não há políticas específicas, o Estado só reconhece a velhice como problema.

Portanto, a nossa proposta no âmbito do CNDI é cumprir, seguindo e aperfeiçoando os processos internos e externos, os fluxos e encaminhamentos por meio dos quais o Conselho se relaciona com os vários públicos do seu interesse.

Quando a Vera anuncia que haverá um plano da mulher, nosso desejo, além de apoiá-lo, é que haja um plano nacional da pessoa idosa, com o diálogo dessas políticas que não aconteceram ao longo destes 18 anos.

Por fim, o que o CNDI mais deseja? Que o Estado brasileiro cumpra as leis. Isto pressupõe o respeito à Constituição, à Política Nacional do Idoso e ao Estatuto do Idoso dentro de todo o serviço público.

Concordamos com a Aldaíza Sposati quando ela afirma que a construção de uma política não é papel exclusivo do Poder Executivo, pois é o Poder Legis-

lativo que a torna uma política de Estado quando a reconhece como lei duradoura e contínua. É o Poder Judiciário que a confirma como direito de cidadania quando reconhece a violação de direitos do cidadão ou omissão do Estado em sua prática.

Sem esses trânsitos morreremos na praia do discurso sem efetividade para o cidadão que quer ter certeza da atenção social e de sua cidadania reconhecida.

Quem viver verá! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Cristina Giacomini, que levanta as suas preocupações quanto ao Estatuto do Idoso, da Política Nacional do Idoso e a falta de estrutura do Conselho Nacional do Idoso e dos Conselhos de todo o País, ou seja, Município, Estado e União.

Fica a reflexão de como nós podemos nos somar. Penso que já vi algo semelhante lá em Porto Alegre, em uma conferência.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMINI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a transformei em um discurso. Achei tão importante aquela conferência e a sua fala que eu a transformei em pronunciamento na tribuna do Senado, exatamente na íntegra.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMINI – Ao pular algumas partes, deixei de falar na Secretaria Nacional do Idoso.

Acredito que, como pessoa, ter uma secretaria temática tal qual a da igualdade racial, da política da mulher, vai fazer as pessoas comprarem a causa.

Nas políticas setoriais, ela vai depender de uma equipe que estará restrita à pauta de toda a política. Essa é uma opinião pessoal minha. Este assunto já foi debatido no Conselho, mas ainda não foi deliberado. Então, não trago a opinião do Conselho, mas faço questão de registrar que o que temos observado é que falta essa briga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, neste momento, passar a palavra à representante do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Srª Isis Simões Menezes.

A senhora tem a palavra.

A SRª ISIS SIMÕES MENEZES – Em nome do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Coffito, gostaria de agradecer o convite do Senador Paim para estar aqui, ele que tem um trajeto tão bonito e tão longo de obras tão boas, as quais já foram citadas aqui, não preciso repetir. Para nós, ele é um exemplo a ser seguido por todos.

Essa preocupação com o adulto idoso é realmente muito importante. E vejo que há uma temática muito sua, uma preocupação muito sua.

Também gostaria de cumprimentar as pessoas que estão aqui e as que passaram por aqui.

É um prazer para o Coffito participar de todas as discussões relativas à pessoa idosa, porque os nossos profissionais, que são fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, participam de todas as discussões e estão muito engajados nas lutas relativas ao idoso, já que o trabalho do fisioterapeuta e do TO está diretamente ligado aos idosos. Temos uma participação muito grande em todas as fases da saúde e também na fase de prevenção.

É um trabalho ligado diretamente ao idoso, desde o hospital ao CTI e até o momento da prevenção, quando ele ainda nem está hospitalizado. Nós temos vários programas que abrigam essa parte da prevenção, que é um trabalho muito do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional.

Nós também temos uma preocupação imensa com o envelhecimento ativo, que é uma temática com a qual estamos lidando muito, e com ações de verdade em relação à prevenção.

É grande o número de profissionais – fisios e TOs –, mas será cada vez maior o número de profissionais que vão se capacitar para trabalhar com esse segmento da população. Temos muitos cursos. Eu trabalho na UERJ, que tem uma universidade aberta da terceira idade. Mas há cursos de pós-graduação e mestrado fora da UERJ que não capacitam propriamente só para a questão do idoso, mas também a abrangem.

Assim, é uma preocupação muito grande do Conselho, do Coffito, que seus profissionais se capacitem, que façam cada vez mais cursos, porque para trabalhar com o idoso é preciso que se instrumentalize, e isso vem com essa formação que se busca.

É claro que concordo que essa formação tem que vir desde a criança. Por exemplo, como trabalho com idoso há muito tempo, a minha filha, que hoje tem 19 anos, tem um linguajar em relação ao idoso diferenciado, isso porque ela cresceu vendo a mãe e o pai falarem de idosos, contarem coisas. Ela foi vendo isso comigo, eu fazia questão de levá-la e me orgulho em dizer que ela é uma jovem, hoje estudando, que vê o idoso de uma forma diferenciada.

Penso que quando investimos na criança, no jovem, apesar de a velhice estar muito distante para eles, isso dá fruto, dá certo.

O Coffito estimula seus conselhos regionais a trabalharem as causas relativas ao envelhecimento através da formação de câmaras técnicas de envelhecimento

e saúde do idoso. Cada um tem a sua. Sou do Crefito do Rio de Janeiro e temos a nossa câmara técnica.

Essas câmaras pelo Brasil afora têm ações muito voltadas para o trabalho com o idoso em todos os níveis, principalmente em nível de prevenção. É cada vez maior a preocupação dessas câmaras técnicas em fazerem ações muitas vezes integradas com outros grupos.

A SBGG, que foi mencionada aqui, é uma entidade que trabalha muito com o nosso Conselho. Temos uma parceria muito íntima e muito interessante, já que, com isso, fortalecemos o número de gerontólogos, como foi citado pelo Prof. Faleiros, o que é muito bom.

Somos uma categoria que tem profissionais na sua grande maioria jovens, mas estes procuram cada vez mais a capacitação, porque sabem que o Brasil é um país que está cada vez mais velho. Progressivamente, o número de idosos está aumentando.

Muitos desses idosos são saudáveis, mas muitos já têm a sua artrose, a sua artrite, as suas doenças degenerativas que vão acontecendo e que precisam ser cuidadas. Então, a busca pela capacitação é muito grande entre os profissionais. E isso é um estímulo que procuramos dar cada vez mais.

Temos uma assistência ao idoso, no ambulatório, dentro do hospital, fora dele, e temos também... Recentemente, começamos um trabalho na comunidade. Vamos até... O Rio tem muitas comunidades, muitas favelas, e já fazemos visitas aos idosos que estão nesses locais.

Há lugares aonde vimos coisas absurdas: idosos que ficam sozinhos, dentro de uma casa minúscula; os filhos, na maioria das vezes, trabalham. Assim, eles são pouco vistos, são quase que abandonados mesmo.

Há pouco tempo vimos uma idosa com uma seqüela grave de AVE que ficava sozinha em casa, já que a filha trabalhava. Quem a ajudava era uma vizinha que ia alimentá-la e, às vezes, cuidar dela um pouquinho. Então, temos esse trabalho, essa preocupação de sair do consultório e ir até a comunidade. E como no Rio há muitas delas, fazemos isso também em parceria com o Município.

Outra coisa que quero destacar – e não quero falar muito porque sei há outros colegas que querem falar – é que sabemos, temos uma consciência bastante forte de que o Brasil está envelhecendo. E como eu falei, quando comecei esse trabalho na Uerj... Há mais de 20 anos, fui convidada a trabalhar pelo Prof. Américo Piquet Carneiro, que, na época, era um idoso de 80 anos.

Os idosos, então, começaram a participar, já que o ambulatório começou a funcionar, depois de um tempo, dentro da Uerj.

Quem conhece a Uerj sabe que aquilo ali é uma loucura. São muitos andares, é um prédio de cimento. E eu escutava muito os jovens falando no elevador que a universidade estava virando um “velhódromo”, pois se viam velhos em todos os lugares e esses jovens não gostavam disso. Os idosos andavam de um lado a outro da universidade.

Depois de anos comecei a ver que os jovens já viam os idosos com naturalidade. É verdade que os idosos também ficavam um pouco queixosos quando viam algum namoro mais ardente. Como a UnATI fica no andar da Psicologia, viam-se certos namoros mais ardentes que chocavam um pouco os idosos. Mas isso também começou a ser visto por eles com naturalidade. Ou seja, hoje há uma geração quase que se encontrando com a outra.

O trabalho com o idoso tem que ser feito com uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar. Mas também acontece – e vimos isso lá – idosos chegando perto de jovens e vice-versa.

Vemos hoje, na UERJ, idosos que vão para todos os lugares, restaurantes, eventos que existem na universidade, ou seja, não ficam sofrendo esse *bullying* que você falou. Mas no início era um fato real: eles não gostavam de ver aquele monte de idosos, perdidos, de lá para cá. Era realmente alguma coisa que incomodava em um ambiente que antes era só de jovens. Que “velhódromo” é este que apareceu aqui? Agora não. E acho que isso foi um ganho muito importante.

Também queria registrar aqui o que observamos, ou seja, a forma de envelhecer varia de idoso para idoso. Vemos idosos que têm um jeito de enfrentar os problemas da terceira idade de um jeito e há outros que enfrentam de outra forma. O enfrentamento é algo muito particular. Temos que nos perguntar – e procuramos estimulá-los a isso – o papel social do idoso. É uma construção pessoal esse papel social. Buscamos formar neles essa consciência de que eles têm esse papel social. Não é só ficar em casa vendo televisão ou cuidando do neto – de repente, até é, porque eu escolhi cuidar do neto. Tem que ser uma escolha.

A busca do papel social do idoso é algo que temos que realmente reforçar, todos nós, que somos entidades, que trabalhamos com idoso. Buscamos fazer isso mesmo.

Outra coisa que também acho importante é reforçar aquilo que você falou. Percebemos no nosso ambulatório muitos idosos que sustentam suas casas. Filhos que se separaram, perderam emprego voltam para a casa dos pais e são sustentados pelos pais idosos. Alguns filhos alcoólatras torturam seus pais para darem dinheiro. Eles sofrem torturas físicas mesmo, mas o interessante é que as mães idosas nunca de-

nunciam seus filhos. Queremos encaminhar alguma reclamação formal, mas a mãe sempre perdoa. O pai menos, mas a mãe sempre dá um jeito de pedir para não. É algo que vemos: uma inversão. Hoje os filhos voltam para casa do idoso e esse idoso sustenta-se muito mal, porque há muitos remédios a comprar...

Concordo com o senhor, professor, há remédios que têm que ser atualizados naquela lista, há muitos que já não servem mais, mas isso não foi feito ainda.

Queria deixar registrado aqui a nossa preocupação com aquele idoso portador de demência. Cada vez mais vemos no ambulatório idosos com demência. Isso é um problema para o idoso e para o seu cuidador, para o seu familiar, um problema sério, um problema crescente. Há idosos demenciados que vivem muitos anos; outros, menos. Onde colocar? Quem vai ajudar? Agora o cuidador existe, mas há uma discussão muito grande, no Rio de Janeiro, com relação a quem é esse cuidador, como ele vai ser capacitado. Temos que nos preocupar com isso, porque realmente é um problema que traz uma mudança total na vida da família do idoso. O fator ser pobre, idoso e demente é realmente difícil. Equacionar isso é realmente difícil. O Estado dá a medicação, fraldas, etc., mas o cuidado com esse idoso ainda é uma coisa muito difícil para a família, até mesmo a compreensão do que é a doença.

Queria finalizar aqui agradecendo. É uma honra para nós estarmos aqui. Reforçar que nós, Coffito, estamos nessa luta também junto com as entidades todas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Dr^a Isis Simões Menezes, representante do Conselho de Fisioterapia e do Coffito, naturalmente, que fala da sua experiência no trabalho no Rio e da sua entidade. Meus parabéns!

Passamos de imediato ao Diretor de Estudos Sociais do Ipea, Matheus Stivali, para que faça a sua palestra.

O SR. MATHEUS STIVALI – Obrigado, Senador.

Queria agradecer em nome dos técnicos do Instituto. Só queria esclarecer que não sou o Diretor. O Diretor é meu chefe. Houve um equívoco aqui, senão vou ficar mal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas pode ser diretor um dia. Qual o problema?

O SR. MATHEUS STIVALI – Quem sabe? Tomara! (Risos.)

A Comissão chamou o Ipea para falar alguma coisa, em números, do que achamos de envelhecimento e que números seriam úteis para planejar as políticas públicas. Então, é um pouco nessa linha que vou falar. São coisas mais macro. Ouvi as pessoas falando aqui de experiências de quem está na ponta da política, que

é uma experiência que não tenho. É um conhecimento que não tenho. Isso foi muito bom. Espero que agregue um pouco esse olhar mais macro de quem está mais perto dos Ministérios.

Por favor, o segundo.

Mais ou menos é essa a estrutura que pretendo falar. Perguntaram-me também se havia alguma diferença regional de incidência de envelhecimento. Vou falar rápido sobre isso.

Por favor, terceiro.

A primeira coisa que temos que ter claro é que o envelhecimento populacional é mais do que o aumento da longevidade. Depende menos do aumento da longevidade do que da avaliação do número de filhos que as famílias estão tendo.

Imaginem que a população que vai ser velha daqui a 10 anos, que vai ser idosa daqui a 10 anos é a que está dada. A população que vai ser jovem ainda está para nascer. São variações na taxa de fecundidade, na quantidade de filhos que as famílias têm que vão afetar, que vão dizer quanto uma sociedade é mais velha ou mais jovem. Então, o envelhecimento populacional tem que ser entendido como o aumento da proporção de velhos ou de idosos nessa sociedade.

O aumento da expectativa de vida contribui, mas não é o determinante.

Nesse processo de envelhecimento, ocorre o que o professor já falou e que chamamos de transição demográfica, que, em geral, é entendida em dois passos: primeiro, queda da natalidade, que é o fator determinante, e, segundo, elevação da expectativa de vida. A queda da natalidade é um fenômeno mais cultural. Tem que ter acesso a poucos recursos médicos. A queda da mortalidade depende de várias outras coisas: educação, infraestrutura urbana, saneamento. Em todos os países isso acontece em dois momentos. Essa defasagem das duas quedas é o que vai gerar o que o professor já chamou de bônus demográfico, que é o momento em que a sociedade tem a maior parte da sua população em idade ativa, quer dizer, tem a maior parte da população podendo trabalhar ao mesmo tempo.

Passe, por favor.

Isso é o que eu já falei antes, mas ali há o que já foi citado na primeira Mesa. A queda da fecundidade foi muito rápida no Brasil. É o fenômeno mais gritante. Falamos muito em médias. Estou aqui falando de uma mulher brasileira que não existe porque é uma média de várias pessoas. Em 1970, essa mulher média, ao finalizar sua idade reprodutiva, teria tido quase 6 filhos, 5,8. Hoje, em 2010, ela tem 1,86, menos que 2. Já foi falado, e não me lembro por quem, que o necessário, para se manter a população de um país estável, sem

redução, é 2,1. Tem que nascer um pouco mais de meninos do que de meninas. Se mantivermos essa taxa de fecundidade, a população do Brasil vai diminuir, independentemente de envelhecimento ou não. Isso é o que se chama de envelhecimento da base da pirâmide. Quando eu mostrar a pirâmide etária, vai ficar mais claro.

Ali é outro ponto: expectativa de vida, expectativa de sobrevida. Nós calculamos expectativa de vida com os dados demográficos para a pessoa que está nascendo, por exemplo, em 2010. O que acontece é que esse indicador é muito influenciado pela mortalidade infantil, que ainda é razoavelmente alta no Brasil. Quando se avalia a expectativa de sobrevida para uma pessoa de 60 anos, seja 40, ela vai estar limpa desse efeito da mortalidade infantil e vai ser mais alta do que esperaríamos. Com o aumento da expectativa de vida ocorre o envelhecimento no topo da pirâmide.

Por favor.

Esses são os dados em dois momentos de expectativa de vida e expectativa de sobrevida. Queria ter uma série mais longa, mas não consegui. Um homem que nascesse em 2000 esperava viver 67 anos; em 2009, já são 71 anos. A mulher, e já foi falado mais cedo também, que nascesse em 2000 viveria quase 75 anos. Ela ganhou 3 anos nascendo em 2009. Essa diferença entre as expectativas de vida de homens e mulheres se deve a uma causa, digamos, natural, não externa. Um demógrafo que trabalha conosco lá disse que os homens não são muito aptos a sobreviverem, então, naturalmente, eles já morreriam antes que as mulheres. Mas, com as causas externas, essa diferença fica muito grande. Se se olhar para 2009, há 7 anos de diferença, o que é muita coisa.

De novo, do bônus acho que já falei. O Professor já falou também que o bônus pode virar um ônus no momento seguinte.

A boa notícia é a de que estamos vendo uma conjuntura muito boa, neste momento em que a nossa população está em idade ativa – uma conjuntura muito boa de economia.

Passe o eslaide, por favor.

Isso aqui vamos ver... Fiz dois indicadores aí, que são a razão de dependência econômica e a população que não esperaríamos que estivesse trabalhando – em cima, os menores de 14 e os maiores de 65; embaixo, a população em idade ativa, que poderia estar trabalhando.

Essa é a primeira linha, aqui, da tabela de baixo. Vê-se que ela vai caindo, quer dizer, há cada vez menos gente dependendo dos que estão no mercado. Isso reflete um pouco do que o Senador falou também: o bom momento em que a Previdência vive. Há muita

gente trabalhando, contribuindo, e são relativamente poucos os segurados. Isso vai refletir um bom resultado da Previdência.

O que acontece é que, com a população envelhecendo de fato, que é um fenômeno que ainda não aconteceu, a razão de dependência volta a subir: vai haver mais idosos dependendo das pessoas que ainda estão no mercado de trabalho. E o índice de envelhecimento não volta a subir. Na verdade, ele é os idosos sobre os jovens. Os idosos só vão aumentar, os jovens só vão diminuir daqui para frente.

Por favor.

O resultado de tudo isso está nessas duas curvinhas aí. São vários censos – censos muito antigos. E a curva azul é a taxa de variação da população total do Brasil. Ela é positiva, mas decrescente. Já a verdinha é dos idosos e está sempre acima do resto da população. Isso é um indicador forte do envelhecimento, de que esta falando aqui, desde de manhã.

Por favor.

Agora, começam as pirâmides. Não sei, não lembro quem falou que antigamente a pirâmide era um triangulzinho bonitinho. Essa pirâmide bonitinha é dos anos 70, com a base larga: muitas crianças, a população em idade ativa não é a maioria, e são bem poucos os idosos, se pegarmos os de 60 ou mais, que é a nossa convenção.

Pode ir passando.

Chega até 2010. Isso é como já estamos hoje. Vê-se que o bolo, a onda da pirâmide etária, está chegando às idades ativas. Esse é o bônus demográfico.

A hora em que esse grupão de pessoas, a maioria da população, chegar em cima é que é o desafio que temos de discutir hoje aqui. E já estamos discutindo.

Por favor.

Isso aqui é um pouco do que me pediram para falar: onde estão os idosos, se há alguma diferença importante.

Isso é a proporção de pessoas com mais de 60 anos nas grandes regiões. Vê-se que ela aumenta em todas as regiões e que aumenta menos no Norte e Centro-Oeste. E a explicação para isso é bastante razoável, embora já exista Brasília há muitos anos e na região Norte também. Essas são as áreas novas de colonização no Brasil. O Brasil sempre teve uma colonização costeira no Sul, Sudeste e Nordeste.

Então, já são populações mais envelhecidas. As das outras regiões são migrantes e naturalmente são mais novas. Em geral migra o homem jovem primeiro, depois ele traz a esposa ou a família. Então, é normal que essas duas regiões sejam mais novas que as outras, mas elas também apresentam a tendência de envelhecimento.

Por favor.

Aqui, já vou passar para os desafios. O principal ponto do conjunto de políticas que temos para idosos é que, seja através da Previdência, seja através do BPC, eles estão muito bem cobertos. Acho que há menos de 10% de idosos sem algum desse tipo de renda. Eles não ficam pobres. E os que não têm esse tipo de renda estão em algum domicílio em que há uma pessoa que trabalha, não estão em domicílios pobres também.

Então, a notícia é a de que as nossas políticas atuais são bastante boas para os idosos no sentido de proteção da pobreza extrema.

O principal desafio é que tudo que vimos de indicador aponta que a clientela dessas políticas vai aumentar muito em 20 ou 10 anos e que as fontes de renda, que são basicamente folhas de pagamento, vão diminuir, porque vai diminuir a população em idade ativa.

Então, elenquei uns pontos aqui, e não tenho grandes respostas para nenhum deles.

Previdência é um assunto caro ao Senador – e trabalhei muito tempo com isso também. Quando a população começar a envelhecer de fato, vai-se começar a bater nisso. E temos de ter... O fato de estarmos aqui é para discutir já o financiamento para daqui a 10 anos, como ele vai ser. É uma coisa que temos de pensar com bastante antecedência.

Outra questão que, falando com vocês aqui, hoje, vi um pouco é que há uma questão já discutida em sociedades mais velhas, como na Europa: a pessoa se aposenta, mas isso não quer dizer que ela necessariamente vá para a inatividade. Aliás, é até bom que ela não vá para a inatividade de uma vez só. Lá existe o que eles chamam de *bridge jobs* ou empregos-pontes. Quer dizer, a pessoa não passa totalmente para a inatividade, mas trabalha meio período. Há outras regras, para a pessoa não ter o choque de passar para a inatividade.

Por favor.

Já falamos aqui de assistência. O Prof. Faleiros falou bastante do BPC, outra política que vai ter um grande impacto, porque a regra de acesso ao BPC é renda – tem de haver um corte de renda e um corte de idade.

Com o envelhecimento da população, se não enriquecermos, se o Brasil como sociedade não enriquecer suficientemente, vai haver um público muito maior para os benefícios de BPC.

Impactos no sistema de saúde.

Aqui pus o SUS, porque é o mais claro, é o que pensamos e porque tendemos a deixar um pouco de lado a saúde privada. Mas há muita gente e muitos dos idosos, no momento atual, que têm planos de saúde. Em que isso vai nos impactar?

Toda regra nossa de preços para planos de saúde é baseada na idade da pessoa. Com o envelhecimento, mantida a regra atual, os planos vão apresentar problemas não só para os idosos, mas para os jovens, também, que participam do esquema de rateio dos seguros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATHEUS STIVALI – Posso ir mais um pouquinho?

Outra coisa que já foi falada – acho que a Isis falou aqui – é a de medicamentos. Nós discutimos lá no Ipea que temos caixinhas, não é? Algumas pessoas falam de saúde, outras, de previdência.

Às vezes a pessoa vem reclamar que a Previdência paga pouco, e o primeiro argumento dela é o de que não dá para pagar os remédios. Mas o ponto é que ela não deveria pagar os remédios. Uma falha no sistema de saúde está cobrando da Previdência, não do sistema de saúde.

Então, um dos desafios seria haver um equacionamento melhor das diferentes políticas para uma que seja mal desenhada não prejudicar a outra.

E demanda por novos serviços, que já foi bastante falado aqui.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Matheus Stivali, Diretor de Estudos Sociais do Ipea, que mostrou dados e números.

Deixe-me chamar de diretor. Achei boa a sua palestra. O Diretor não vai demiti-lo, não. Ele é meu amigo lá. Quero apenas mostrar o seu potencial. Um dia você pode chegar a diretor.

Passamos a palavra agora à Dr^a Ana Maria Ferreira Melo, Coordenadora da Arquiodicesana de Brasília, da Pastoral da Pessoa Idosa.

A SR^a ANA MARIA FERREIRA MELO – Bem, a minha fala vai ser rápida dado o tempo.

Nós gostaríamos de agradecer muito o convite. Na pessoa do Senador Paulo Paim, todas as outras autoridades sintam-se cumprimentadas.

Estou aqui representando a Coordenadora Nacional da Pastoral da Pessoa Idosa, a Irmã Terezinha Tortelli. Sinto-me também bastante honrada por participar desta Mesa.

Hoje, já ganhamos o dia com a proposta de se colocar toda nomenclatura na pessoa idosa, porque, desde o dia 5 de novembro de 2004, nós somos Pastoral da Pessoa Idosa. (*Palmas.*)

É uma pastoral muito jovem no Brasil. Ainda é filha da Dr. Zilda, da nossa inesquecível Dr. Zilda Arns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Dr. Zilda.

A SRª ANA MARIA FERREIRA MELO – Então, tem a mesma metodologia da Pastoral da Criança de visitar os idosos nas comunidades carentes.

Não vou repetir nenhum dado, nem os desafios, as realidades, as possibilidades que já foram faladas aqui, porque nós enfrentamos tudo isso. Há falta de estrutura. Então, o nosso desafio está lá, nas comunidades mais pobres, onde temos como prioridade o acompanhamento dos idosos não ativos. Os ativos estão mais bem beneficiados; eles podem passear, eles podem dançar, eles podem jogar, eles podem muitas coisas. E os inativos, aqueles dependentes que estão lá no seio das suas famílias, muitas vezes são empobrecidos e abandonados. Muitas vezes não são abandonados pelos recursos financeiros, mas abandonados porque não recebem afetividade e carinho da própria família e dos filhos. Tudo isso já foi falado aqui.

A Pastoral faz o trabalho de resgatar essas vidas, proporcionando melhor qualidade de vida e, acima de tudo, a promoção humana, para que o idoso saiba que ele é um ser humano à imagem e semelhança de Cristo, e nós buscamos isso em todas as nossas comunidades.

Então, com muito carinho, com muito respeito, agradecemos pela oportunidade de participar aqui. Queremos oferecer as nossas mãos. Vamos dar as mãos, como Pastoral, como serviço voluntário de base, de comunidade aos nossos representantes no mais alto escalão, na sociedade, para que possamos dar aos nossos idosos alegria para viver, a alegria da vida e, como já foi falado também, a conquista de chegar aos 69 anos, como eu cheguei, e outros, aos 60, 70, 80.

Então, como idosa e como nossos idosos aqui do Distrito Federal – já acompanhamos 650 idosos nas nossas comunidades –, agradecemos por tudo isso. No Brasil, já somos 180 mil idosos acompanhados nas comunidades mais diversas. Mas a Pastoral já está implantada e já está se enraizando em todo o Brasil.

Então, nós agradecemos e oferecemos nossa parceria. Queremos ser parceiros e, vice-versa, queremos parceiros dos nossos representantes em todos os níveis do Governo Federal nas várias políticas públicas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Coordenadora Arquidiocesana de Brasília da Pastoral da Pessoa Idosa, a Srª Ana Maria Ferreira Melo, que mostra o trabalho e lembra a nossa querida Zilda Arns, inesquecível para todos nós e que esteve aqui na Comissão de Direitos Humanos inúmeras vezes.

Passamos a palavra, neste momento, ao Diretor-Geral do Campus São Sebastião do Instituto Brasília, Sr. Rodrigo Mendes da Silva.

O SR. RODRIGO MENDES DA SILVA – Boa tarde a todos.

Eu queria começar dizendo que, independentemente de sermos idosos ou não, todos sentimos fome e vou ser rápido, vou ser breve.

Estou aqui em nome do nosso Reitor, Wilson Conciani, do Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, parte da Rede Federal de ensino profissionalizante.

Gostaria de agradecer o convite do Senador Paulo Paim, da Neuza Pivatto, da SDH, consequentemente, da Ministra Maria do Rosário e cumprimentar a Mesa que estava aqui anteriormente e esta Mesa composta agora.

É muito gratificante perceber a amplitude da discussão que foi feita hoje e das contribuições que foram dadas da transferência do foco da figura do idoso para o processo de envelhecimento. É aí que nós entramos. A educação aqui representada pela Rede Federal pode sim somar esforços nessa temática e nessa questão.

Estamos lá no Campus São Sebastião desbravando um curso que é novo para a Rede Federal. Tivemos apenas uma experiência em outro instituto – se não me engano, no Paraná – e estamos, com muita bravura, tentando descobrir como fazer, pesquisando muito, sem economizar esforços para desenvolver um curso de cuidador de idosos.

Inicialmente, estamos com uma turma de formação inicial continuada, que são cursos mais rápidos, cursos de 200 horas. O plano de cursos já está sendo revisto, pretendemos torná-lo um curso de 300 horas para vislumbrar futuramente – onde a regulamentação da profissão vai auxiliar muito –, fazemos cursos técnicos de 1.200, 800, de uma formação mais sólida em relação à carga horária.

É muito interessante a nossa forma de acesso aqui no Instituto Federal de Brasília por sorteio, não é uma meritocracia pura. Nós temos hoje mais de 20% dos nossos alunos com mais de 50 anos. Então, o Instituto Federal de Brasília atende, de certa forma também, essa população, visando a uma melhoria nessa qualidade do envelhecimento. Foi destacado por vários profissionais da área aqui hoje a importância da qualidade desse envelhecimento e a importância de se sentir, de estar produtivo nesse processo de envelhecimento.

Nós temos num *campus* em implantação – Campus de Ceilândia – um curso voltado só para idosos, um curso com 40 alunos da área de informática, que não é passatempo, eles não estão lá para passar tempo, eles estão lá aprendendo sim um ofício, que, se con-

seguirmos, vamos buscar pontes para conseguirmos inserir esses profissionais no mercado de trabalho, o que também é uma de nossas atribuições.

Então, venho aqui – creio que serei o último a falar – dizer que, apesar de todos esses desafios, nós temos também uma luz, nós temos caminhos, nós temos possibilidades de reverter esse quadro de desatenção em relação ao envelhecimento, em relação à pessoa idosa e, através da educação – além de todos outros esforços, a educação também está aqui muito bem representada –, poderemos reverter esse processo, esse quadro; dizer que, além da intenção de fazermos um curso técnico e de fortalecermos esse curso em São Sebastião, que ele pode ser replicado, sim, em outros *campi*, em outros institutos – são mais de 350 *campi* no Brasil todo – e que o próprio programa lançado recentemente pelo Governo, o Pronatec, pode, sim, demandar turmas de formação inicial de cuidador de idoso. E já estamos trabalhando nessa modalidade de cuidador de idoso no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, ao ensino profissionalizante.

Estamos à disposição para ampliar os debates, para ampliar as discussões e somar esforços para disseminar esses cursos nacionalmente.

Tenham todos uma boa-tarde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Diretor-Geral do Instituto Federal de Brasília – Campus São Sebastião, Rodrigo Mendes da Silva, que falou do trabalho do instituto, inclusive na formação de cuidadores.

Agora, vamos destinar, para as considerações finais, devido ao nosso tempo, em torno de 3 minutos para cada um dos nossos convidados.

Vamos começar com a representante da Ministra Maria do Rosário, se estiver presente. (*Pausa.*)

Srª Maria da Penha, que foi indicada pela Ministra, sem prejuízo de Neuza complementar.

A SRª MARIA DA PENHA SILVA FRANÇA – Eu queria dizer, Sr. Senador, que, para mim, foram dois momentos muito felizes. Primeiro, pela lembrança da Ministra Maria do Rosário, ao ter me convidado para ficar em seu lugar quando ela teve que se ausentar, e, segundo, por sentar ao seu lado, com quem eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora vou bater palmas! (*Palmas.*) Vou bater palmas porque eu gostei!

A SRª MARIA DA PENHA SILVA FRANÇA – Tive a felicidade de, em 2003, participar de várias reuniões da discussão do Estatuto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Estatuto do Idoso, estou lembrando.

A SRª MARIA DA PENHA SILVA FRANÇA –

... que retiramos da gaveta depois de 8 longos anos. Por coincidência, no dia da votação em plenário da Câmara, estávamos realizando uma capacitação de gestores e presidentes de conselhos estaduais quando recebemos de sua diligente secretária um telefonema, dizendo que naquele momento seria votado o Estatuto. Então, nós tivemos o prazer e a felicidade de assistir à votação em plenário do Estatuto do Idoso em 2003, e na assinatura, no Palácio do Planalto, estávamos com 4 mil idosos no Parque da Cidade, comemorando na mesma data, no mesmo dia.

Então, é uma felicidade dupla estar aqui.

Eu gostaria só de pinçar três coisas, Senador, que foram faladas aqui, principalmente pela Ministra.

Não vamos repetir que a nossa legislação é linda, maravilhosa, perfeita; vamos lamentar que ela não seja linda e perfeita na sua implementação. Acho que falta o principal de tudo isso, que é nós aprendermos a trabalhar com a articulação das políticas públicas. Isso não é feito, isso talvez seja até um processo histórico em que cada um fica dentro do seu quadrado e um não fala com o outro.

A segunda coisa a que eu queria também fazer referência é na questão dos índices de violência. Temos aqui um estudioso do assunto. O senhor sabe que já está, no nosso Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, no Rio de Janeiro, provado que um dos índices de violência econômica é pelo fato de o idoso ser analfabeto, e nós não temos uma política de educação que discuta envelhecimento, embora esteja escrito e discutido no Estatuto. Não temos nenhuma iniciativa, mesmo com os espaços construídos, centros de convivência, etc., que explore essa questão da alfabetização dos adultos, dos idosos. Então, isso é outra coisa.

E quando a Ministra fala na importância da implementação de conselhos de idosos, de conselhos municipais. Conselho, Senador, é o espaço de participação popular e de cidadania mais adequado para resolver as políticas públicas. E não basta ter uma lei criando o conselho. Tem que haver a lei e condições de funcionamento, como a Karla apontou. O aqodamento de sair abrindo conselhos pelo Brasil afora também não vai resolver o problema. Tem que se investir na capacitação de conselheiros, para que eles saibam exercer seu poder de controle social.

Era essa a costura que eu queria fazer. Acho que avançamos muito. E esperávamos muito que, no dia 1º de outubro, a nossa Presidenta criasse a Secretaria Nacional de Políticas para a Pessoa Idosa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Maria da Penha, que falou muito bem, mais uma vez. A Neuza vai complementar.

Algumas perguntas me chegaram. Se vocês puderem, eu gostaria que respondessem. Entre elas está: “Secretaria Especial do Idoso, sai ou não sai?”. Está aqui, E: “Como caminha o Fundo Nacional para os Idosos?”.

A SRª NEUZA PIVATTO MULLER – Meus cumprimentos, Senador.

Para a Secretaria de Direitos Humanos, sua sensibilidade em atender a solicitação de uma audiência pública para darmos visibilidade à questão do envelhecimento foi extremamente importante. Este é um momento rico para a sociedade brasileira, e assim deve ser considerado.

Eu queria, primeiramente – na verdade, é um serviço de utilidade pública –, reforçar que temos um serviço de denúncia de violência contra o idoso, que é o Disque 100. Qualquer pessoa, de qualquer lugar do País, pode fazer uso desse serviço e se manifestar diante de situações de violência.

Em segundo lugar, quero dizer para a Isis Menezes, que trabalha diretamente com idosos, que, independentemente da vontade do idoso, existe a notificação compulsória, que é lei. É a Lei nº 12.461, de 2011. Portanto, independentemente da vontade, nós temos de socorrer, porque, em muitos momentos, os pais ou avós estão impotentes e amedrontados. Nós temos de fazer valer uma lei criada para proteger a pessoa idosa. É nesse sentido que pessoas de todo o País podem fazer uso desse instrumento em favor dos idosos.

Quanto à questão da criação da Secretaria, Senador e todos os presentes,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E também o fundo. Se puder falar também do fundo...

A SRª NEUZA PIVATTO MULLER – Em primeiro lugar, também é um desejo da Secretaria de Direitos Humanos que ela se torne realidade. E como a criação da Secretaria foi demanda da conferência do ano passado, de que participaram representantes da sociedade civil e do Governo, e é um desejo nosso, o encaminhamento foi feito. Então, de parte da Secretaria de Direitos Humanos, houve um primeiro passo nesse sentido. O encaminhamento já foi feito, está junto à Casa Civil. Essa foi a nossa parte de colaboração no processo para que ela exista de verdade, e é um desejo deste Governo.

Fundo nacional. A Presidente do Conselho está conosco. Nós acabamos de regulamentá-lo, não é, Presidente? Está em processo de finalização agora, para que possamos, de fato, dispor de recurso. Já existem

instituições no País sensíveis a contribuir. E aproveitamos este momento também para solicitar que, além de criarmos os conselhos, criemos também os fundos municipais, que é uma grande possibilidade de também financiarmos a capacitação dos conselheiros e de darmos visibilidade ao processo em âmbito nacional.

Hoje à tarde e amanhã, estaremos reunidos com cerca de 20 gestores estaduais tratando inclusive de cumprimento de metas. E uma das propostas que vamos fazer ao final da tarde de amanhã é justamente a de nós termos, até 2014, conselhos em todos os Municípios deste País. É um desafio que estamos propondo também para os gestores estaduais, para que eles incentivem essa construção.

O fundo é uma grande possibilidade sim. Ele ainda está a passos lentos de modo geral; em âmbito nacional, nós conseguimos andar agora, finalizando esse processo, e precisamos andar de forma mais acelerada nos Estados e nos Municípios também. Então, ele já existe e está finalizando o processo de regulamentação.

Era isso, Senador.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Obrigado, D. Neuza, que foi uma das articuladoras, em nome da ministra, desta audiência pública.

Passamos a palavra agora à Embaixadora Glauçia, se estiver presente, ou ao seu representante. (*Pausa.*)

Saiu? Foi o Frederico Bastos que saiu.

Então, passamos a palavra a Vera Soares, que também teve que se retirar e me comunicou aqui.

Passo a palavra a Vicente Faleiros, Professor e Pesquisador na área do envelhecimento. Depois vamos para a segunda Mesa.

O SR. VICENTE FALEIROS – Nós ouvimos aqui o Executivo, o Legislativo e faltou o Judiciário, porque também, na área do Judiciário, há muitas iniciativas. A criação de promotorias de defesa da pessoa idosa tem sido muito importante e, inclusive, de varas em algumas cidades maiores, varas de defesa dos direitos da pessoa idosa. Embora saibamos que não resolve os problemas do Executivo, mas o Legislativo cumpriu o seu papel – inclusive, estava aqui o Senador Suplicy, que também tem defendido os direitos da pessoa idosa, e a renda mínima é fundamental para isso. O Estatuto da Pessoa Idosa – vamos chamar assim – já é uma realidade simbólica no Brasil; muitos idosos já têm assumido essa incorporação imaginária de que têm direitos. Agora o desafio na ponta está com as famílias.

Quando há um idoso dependente em casa – a Pastoral tem lidado com isso –, os obstáculos para a

atenção a esse idoso, no atendimento domiciliar, são imensos. A família tem que fazer uma corrida de obstáculos para poder chegar à saúde pública, para poder chegar à estratégia da família, para poder ter uma vaga – e custa caro – no serviço privado.

A classe média pode arcar mais ou menos com isso. Não se encontra vaga hoje por menos de R\$2 mil no mercado. A filantropia tem mais ou menos coberto, mas o Executivo, o Serviço Público, tem que dar passos na implementação dessa política. Ela ainda está no papel. É preciso avançar muito mais na sua efetivação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Professor e Pesquisador na área do envelhecimento Vicente Faleiros!

Agora vamos passar à segunda Mesa.

Passamos a palavra para a Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Dr^a Karla Cristina Giacomini.

A SR^a KARLA CRISTINA GIACOMINI – Eu gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de participar. Eu acredito que este é um momento histórico para o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, porque foi possível aqui, de fato, reconhecer que o envelhecimento populacional brasileiro é uma realidade; foi possível reconhecer que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso se interessa não apenas pela defesa dos direitos da pessoa idosa, mas por esse processo de envelhecimento que está aí, diante dos nossos olhos, e que não está sendo adequadamente tratado.

Algumas explicações que poderiam justificar essa negação da velhice pode ser o medo de morrer que cada um de nós tem, e de reconhecer no idoso a condição da finitude humana. E, como nós não queremos ser velhos, como nós não nos reconhecemos frágeis, como nós temos medo da morte, ninguém quer, ou todos preferem não ver, deixar relegar essa perspectiva da condição humana, representada em uma pessoa idosa. Só que é da condição humana a finitude, é da condição humana a fragilidade, é da condição humana a necessidade de cuidado. E quem cuida de um ser humano é outro ser humano. Não nos adiantam robôs, não nos adiantam tecnologias avançadas. Nós precisamos é de gente. É gente do lado de gente que precisa de cuidado. Isso é o que estamos gritando e não estamos sendo ouvidos.

O Estado brasileiro, quando se recusa a criar uma política de cuidados, a estabelecer uma política que assuma esse contexto de envelhecimento populacional, a única coisa que ele faz é pôr em risco o seu próprio futuro, porque envelhecer muda tudo, e nós vamos envelhecer num contexto de desigualdade de gênero, de pobreza ainda. Nós estamos melhorando, mas falta melhorar mais, porque a nossa maior pobreza é a po-

breza educacional. Há dois terços dos idosos brasileiros que não sabem ler, que são analfabetos funcionais.

Então, uma parte das pessoas tem medo de morrer; a outra parte tem medo de se identificar com a condição social de muitos idosos de hoje, que são heróis da resistência, que ficaram aí sem ter pré-natal, sem ter vacina contra a pólio, sem ter educação, sem ter condição trabalhista, sem ter garantia previdenciária. E chegaram até aqui.

Então, essa história de que brasileiro não desiste nunca é verdadeira. Começou com eles. Agora, eu queria que eles tivessem mais dignidade, porque envelhecer com dignidade é possível. É isso que o Conselho está tentando demonstrar com a sua denúncia, com a sua cobrança, uma cobrança dura.

Não é fácil estar na minha posição, não, Senador! Não é fácil vir aqui e questionar a Ministra Maria do Rosário, compenetrada, comprometida com os direitos humanos. Mas eu preciso revelar para a sociedade brasileira a condição em que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso está funcionando, em que os conselhos de idosos estão funcionando.

Portanto, não é fácil estar no meu lugar, mas eu passo o bastão. A nossa gestão está acabando, e eu entrego a cada um essa responsabilidade. Eu vou continuar, mas vocês têm que levar isso adiante.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Veio uma pergunta nesse sentido, de alguém que, naturalmente, pelo que eu vi, te admira. Perguntou se a senhora não vai continuar na Presidência do Conselho.

A SR^a KARLA CRISTINA GIACOMINI – Não. Agradeço profundamente. Foi uma honra para mim. Vocês não imaginam o que representou para a minha pessoa estar nesse lugar de defesa da pessoa idosa.

Sabe, eu tenho uma história de vida muito peculiar. Eu sou filha de pai analfabeto. Já faço questão de contar isso, não como virtude, mas como circunstância, um fato. E meu pai toda a vida me ensinou que tínhamos que aprender, respeitar e falar a verdade. Aí, o que eu aprendi recentemente? Há um ditado latino que fala isto, que, no final, a verdade transparece.

Por isso que quando eu disse que quem viver verá, eu estou dizendo que, no final, a verdade vai transparecer. E é essa a verdade pela qual temos que lutar e preservar como virtude também da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Karla.

Só quero fazer um comentário rápido da sua posição, que, para muitos, pode parecer incômoda. Eu sempre digo o seguinte: quem fala a verdade e tem algumas posições, o outro lado tem que entender que não se está sendo contra ninguém. É que estamos de-

fendendo causas nas quais se acredita, em relação às quais se está convicto. Então, que ninguém ache que se está contra sicrano, beltrano, ou esse ministro, ou esse governo. Não. É na defesa das causas.

Dizem que eu sou um pouco rebelde. Um pouco! Não digo muito. Mas, quando temos convicção das coisas, não há como não expressar, se não estaremos fazendo mal para nós mesmos. Isso vai acabar causando uma doença para mim, física mesmo. Se você não expressar aquilo que está sentindo em cada momento da vida, seja onde for... Com certeza, muitas vezes, não gostam de algumas de nossas falas. Mas expressar o que está sentindo, para mim, é a essência do homem público. Goste ou não goste, cada um tem de expressar o que está sentindo. Nesse sentido, não posso queixar-me do meu Rio Grande, porque sempre expressei o que eu penso, falo com certa rebeldia e, na última eleição, de cada três gaúchos dois votaram em mim. É sinal de que a população entende essa mensagem.

Tem a palavra o Paulo Egon.

O SR. PAULO EGON WIEDERKEHR – Não sei se é bom dia ou boa tarde, vou ser breve. Acho importante complementar, Presidente, que sou membro do Conselho Nacional do Idoso, representando o Ministério da Educação. Senador, não sei se estou certo, mas acho que esta audiência nasceu a partir de um encontro que tivemos com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você e a Neuza.

O SR. PAULO EGON WIEDERKEHR – Ela representando o Ministério da Cultura. Justamente trazendo a proposta do Conselho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive a maioria dos convidados foram vocês que apontaram.

O SR. PAULO EGON WIEDERKEHR – Queria cumprimentar todos os convidados por estarem aqui para debater um assunto tão importante. Na verdade, os idosos são apoiados por todos, ninguém é contra, mas praticamente ninguém faz nada. Na hora de fazer, não acontece.

Depois de ter cumprimentado todos e todas, vou me permitir dar uma saudação especial ao Senador, pois eu o acompanho desde que ele era guri, era Deputado Federal. O trabalho dele, a história dele nos enche de esperança. Quando representamos esperança, Senador, a responsabilidade aumenta. Mas estás de parabéns, porque hoje tu és a esperança de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Nós conseguimos falar com o Senador para incluir no Plano Nacional de Educação as questões relacionadas com as pessoas idosas. Isso demorou um

pouco. E eu queria o apoio desta audiência pública, porque o Senador se dispôs a incluir no Plano Nacional de Educação. Já foi aprovado na Câmara, e nós aguardamos passar pelo Conselho, porque não queríamos levar em nosso nome. Então, já incluímos no Plano Nacional de Educação, na meta dez, a questão relacionada com a política dos idosos. Mas o Conselho entende que deva ser incluído em outras metas e em outras estratégias. O Senador se comprometeu conosco, naquele encontro, a incluir.

Dessa forma, a nossa proposta aqui, Senador, é que se possa fazer essa inclusão e que nós possamos dar um apoio para questões como a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, a adversidade, a sustentabilidade socioambiental e a educação para a vida toda, incluindo as pessoas idosas. Entendemos a importância da educação e queremos que isso fique previsto para os próximos 10 anos na lei do Plano Nacional de Educação. Acho que, se alguém merece palmas são todos, mas quem merece palmas mesmo, para mim, são o Senador e todos os que estão ajudando nisso, porque conheço o trabalho.

Senador, estou encerrando dizendo que, para tu não seres perfeito, acho que tens um defeito, parece-me que torces para o Grêmio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para o Caxias, que já foi campeão brasileiro uma vez.

O SR. PAULO EGON WIEDERKEHR – Eu iria encerrar dizendo que, na verdade, estamos um pouco assim como perguntaram para o Galiano: Galiano, para que serve a utopia? Está lá no horizonte, eu dou um passo, ela dá um passo; eu corro dez passos, ela corre dez passos; então para que existe, se nunca vou alcançá-la? Ele disse: a utopia existe para que eu não pare de caminhar. É por isso que estamos aqui.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo. Com certeza, quem merece as palmas, e eu agradeço-o pelo gesto, somos todos nós.

Ele não trabalha comigo há mais de 10 anos, eu acho; ele trabalha no MEC, com o Mercadante. O Mercadante já levou dois. Levou o Thiago, que trabalhava comigo. Vamos lá.

Passamos a palavra, neste momento, à Dr^a Isis Simões Menezes, representante do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Coffito.

A SR^a ISIS SIMÕES MENEZES – Agradeço muito ao Senador Paim em nome do Coffito, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e ratifico o interesse deste Conselho em participar sempre de todos os fóruns em que serão discutidas as causas dos adultos idosos. Sabemos que o Coffito tem muito a contribuir com essa causa por meio da atuação dos

nossos profissionais em todos os níveis, inclusive nas políticas públicas.

Quanto à sua observação, sabemos que essa notificação é compulsória, mas é muito difícil falar para uma idosa lúcida, orientada, mãe, que ela tem que fazer esse tipo de coisa com o filho que mora na casa com ela. É difícil. A realidade fica um pouco distante do teórico. Sabemos disso, mas convencer uma mãe a notificar é uma coisa difícil. Sabemos que precisa. Queremos, de novo, agradecer. Agradeço também a presença de todo mundo. Foi realmente muito gratificante para nós estarmos aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Isis Simões Menezes, que falou pelo Coffito.

Passamos a palavra neste momento para o representante do Ipea, Sr. Matheus Stivali.

O SR. MATHEUS STIVALI – Senador, agradeço a iniciativa de nos chamar para discutir o tema do envelhecimento, nós que trabalhamos no back office, como costumamos dizer, dando suporte aos ministérios. É sempre bom ter uma experiência diferente e falar com quem está na ponta da política. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns ao Matheus. Não sei se vai ser promovido lá. Alguém disse que vai é ser demitido (Risos.). Quero dizer, Matheus, que tenho o maior respeito pelo Ipea, órgão em que você trabalha. O Ipea tem dado uma contribuição fundamental aqui. E o faz com dados, com números, na linha e no campo da verdade. E ponto. O Ipea merece todo o nosso carinho, todo o nosso respeito, e você aqui representou muito bem essa importante entidade.

Passamos a palavra à Sr^a Ana Maria Ferreira Melo, que fala pela Coordenação da Arquidiocese de Brasília – Pastoral da Pessoa Idosa.

A SR^a ANA MARIA FERREIRA MELO – Nós também queremos agradecer a oportunidade de dizer ao nosso Senador Paulo Paim da nossa admiração, do nosso respeito. Parabenizo pela iniciativa. Este momento é único para discutirmos o tema do envelhecimento no Brasil, das pessoas idosas. Agradeço também à nossa Presidenta Karla Cristina, que foi porta-voz desse convite. Manifesto a alegria de estar aqui e de nos fazer conhecidos. É uma oportunidade para que a Pastoral da Pessoa Idosa se torne mais conhecida. Estamos aqui para somar esforços. Nós nos sentimos contemplados com as palavras da Dr^a Karla acerca das pessoas idosas, enfim, com toda essa questão do envelhecimento. Queremos, então, agradecer. Sinto-me também muito honrada porque, particularmente, admiro o Senador e hoje tive oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e estar à mesa

junto com ele. Para mim, foi ímpar. Quero até pedir um autógrafo. Agradeço, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi **A SR^a ANA MARIA FERREIRA MELO**, que representou a Pastoral da Pessoa Idosa. Eu só queria ainda registrar a presença, antes de passar a palavra ao último convidado, do Sr. José Paulo da Cunha, coordenador estadual do idoso. Ele me deu aqui um livrinho, e agradeço com muito carinho. Trata-se de uma publicação da Coordenadoria Estadual do Idoso de Santa Catarina.

Muito obrigado pela contribuição. Vou ler com carinho.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Mendes da Silva, Diretor-Geral do Instituto Brasília.

O SR. RODRIGO MENDES DA SILVA – Agradeço o convite ao Senador, à Neuza, e digo que estaremos participando de uma mesa do seminário, na quinta-feira, para avançar nas discussões. Digo também do orgulho do campus São Sebastião e do Instituto Federal de Brasília em poderem contribuir com a questão da atenção à pessoa idosa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Neuza quer fazer um esclarecimento.

A SR^a NEUZA PIVATTO MULLER – Na verdade, uma informação que estamos passando. Trata-se de uma atividade, organizada pelo Conselho Nacional em parceria com a SDH – Secretaria de Direitos Humanos, na quinta-feira, quando nós reuniremos as principais instituições que trabalham com a formação de cuidadores de idosos e profissionais da área para discutirmos, durante o simpósio, a questão do cuidador, a profissão do cuidador de um modo geral. Nós discutiremos essa questão importante durante todo o dia. Nós precisamos unificar a matriz curricular, precisamos cuidar um pouco mais de como estamos capacitando os nossos presentes e futuros cuidadores de idosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria encerrar esta audiência...

Pois não, pode falar.

O SR. EVALDO – Eu sou Evaldo; sou do Ceará. Represento aqui o Conselho Estadual dos Direitos do idoso e gostaria de comunicar aos presentes que, recentemente, saiu uma pesquisa nacional sobre o suicídio do idoso, que reflete exatamente a ausência de políticas públicas. O suicídio entre idosos está aumentando assustadoramente no País. Infelizmente, esse é um reflexo da ausência de políticas públicas neste País. Isso tem que ficar registrado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Que fique registrada a sua preocupação.

Se alguém mais quiser fazer um registro, eu abria para mais uma pessoa antes de encerrarmos.

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por favor, pegue um microfone para ficar registrada a sua fala.

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Senador, apenas para dizer o seguinte: eu sou idosa, vivo todas as situações de mãe idosa, com filhos. O precisa, Senador, é este País ter comunicação. Nós não temos. Por exemplo, a Sociedade Brasileira de Fisioterapia... Nós temos coisas para contribuir.

Sabe o que acontece, Senador? O idoso que estuda, que investiu e tal, não tem oportunidade. O senhor tem que... Eu não aguento mais ficar em conferência ouvindo... E nós que já envelhecemos, que estamos estudando e temos projetos fora do Brasil, nunca tivemos a chance de apresentar a nossa proposta. Por quê? É idosa! E ainda não sou tão elegante, bonitinha, não pinto o cabelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É simpática, linda, bonita...

A SRª NILDA GORAYB FLÓRIO – Não, não, não, Senador. A palavra-chave para nós, idosos... Eu represento o grande Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Paulo, com 1,327 milhão de idosos. Em tudo que disseram aqui, nós somos o maior laboratório. Eu tenho osteopenia, uso palmilha, ando no metrô. Então, nós discutimos todos os aspectos.

Eu vou trazer uma novidade para o senhor: a periferia é mais feliz do que aquele idoso – não sei se felizmente ou infelizmente – que teve alguma herança. Essa questão de suicídio é por depressão. O idoso... Nós só falamos do idoso doente, do idoso... Eu não aguento mais ficar ouvindo isso! O senhor vai me desculpar.

Eu peço a todos aqui, inclusive a você, Karla, que se preocupem com a questão do envelhecimento ativo. Esse idoso precisa mais, Senador, O senhor vem aí de uma cultura diferente. Eu estou numa cultura mesclada. O Rio de Janeiro, hoje, está com eventos mil. Se, agora, o senhor vai conversar com um idoso carioca lá de não sei onde, ele está feliz porque está num evento. Nós estamos aqui ilhados. É São Paulo que sustenta; é São Paulo que... Agora, o idoso... Eu trabalho com o idoso de periferia. Eu sofro mais do que eles. Por favor, pensem num envelhecimento ativo e não esqueçam: nós precisamos de respeito, é só isso que eu peço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns por sua fala.

Uma senhora lá atrás pediu a palavra. Vou dar para ela e nós vamos encerrar, pessoal.

Maria Vicente, da Contag.

A SRª MARIA CAVALCANTE VICENTE – Bom dia – digo bom dia porque eu não almocei e, no meio rural, nós só damos boa tarde depois que almoçamos.

Eu estou aqui falando da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e nós temos 8,5 milhões de pessoas idosas que vivem no meio rural. Se no meio urbano a política pública é precária e não chegou, no meio rural ela não chegou e a esperança de que ela chegue está cada vez mais longe. Então, nas políticas públicas...

Falou-se aí do analfabetismo: a maior parte está no meio rural, e aí vem na contramão a política pública que fecha as escolas rurais. E esses idosos vão estudar onde? Não têm o ônibus para levá-los, não têm transporte, não têm expectativa. Então, o que vai ser feito?

Os desafios em relação ao envelhecimento são muitos, mas olhar o envelhecimento é olhar também onde os idosos estão vivendo e como é sua vida lá. Tirar um idoso do meio rural e trazê-lo para o meio urbano é arrancar suas raízes, e a política pública tem feito isso. Então, conclamo todos os gestores e também os legisladores para, nas políticas públicas, olharem para o idoso que está no meio rural, que é o seu local, a sua vida – trazer isso, esse foco.

Agradeço por este espaço tão importante e pela oportunidade de conclamar a sociedade brasileira, os espectadores que estão assistindo – e há muita gente no meio rural assistindo –, para que se dê visibilidade à pessoa idosa, principalmente a do meio rural, cuja situação é muito mais precária do que a do idoso que está no meio urbano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns. Falou pela Contag.

A SRª DIVA AZEVEDO – Senador, 1 minutinho só.

Eu sou de Brasília. Há 20 anos estamos caminhando procurando ajudar como voluntária. Fui eleita, já por 2 vezes, como delegada para defender os direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só dê o seu nome...

A SRª DIVA AZEVEDO – Diva Azevedo e resido em Planaltina.

Uma coisa que é preciso fazer com urgência: os centros de convivência de Brasília para atender os idosos. Aqui nós temos esta lei, que é a de nº 589, de 1993, mas ela não foi ainda executada. Por favor, pelo amor de Deus, veja o que se pode fazer para ajudar nossos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, **A SRª DIVA AZEVEDO** faz um apelo para que os centros de convivência sejam efetivados.

A SRª DIVA AZEVEDO – Isso, com certeza.

Temos aqui dois representantes e gostaria de pedir, por gentileza, uma foto depois, rapidinho, com eles dois para registrar este momento maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, venham os dois aqui para frente. Qual é o nome deles?

A SRª DIVA AZEVEDO – Sr. Cícero e Srª Severina, atriz, poeta, tem qualidades imensas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Atriz e poeta?

A SRª DIVA AZEVEDO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falou em poeta? Então, vai dizer uma poesia para nós.

Quem é que vai dizer a poesia? Declame uma poesia aí, qualquer uma. Olhe para lá e fale.

A SRª SEVERINA – “A minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá. As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.” (*Palmas.*)

O SR. CÍCERO – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, muito bem! Temos um repentista aí.

E qual é a última, para encerrar? Diga a última para encerrarmos aqui. Temos de terminar num clima para cima aqui, vamos continuar peleando... Diga a última.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Hoje eu não trouxe o violão, mas o meu coração está feliz por ter ver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, então nós encerramos a nossa audiência pública.

Eu queria agradecer muito, muito, a cada um de vocês pela militância, pela luta. Eu sei que é difícil, mas devagar vamos escrevendo a nossa história.

É como disse aquele poeta espanhol: “O caminho a gente faz ao caminhar.”

Uma salva de palmas para todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 08 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia treze de setembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-

-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores Paulo Paim, Clovis Fecury. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira Parte: Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 89, de 2012–CDH, aprovado em 09/07/2012, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, para “debater a criação do Instituto Nacional de Oceanografia, nos moldes dos grandes institutos oceanográficos existentes no mundo, voltados para o ambiente e a exploração dos mares. Será também debatida, a regularização fundiária e a inclusão dos corais como área de preservação permanente”. O Senhor Presidente exhibe o vídeo “Projeto Anchoita Extremo Sul do Brasil”, produzido pelo Executivo Federal. Convidados: Ministro Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia; Rodrigo Claudino, Coordenador-Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca Industrial Oceânica do Ministério da Pesca e Aquicultura, em representação ao Senhor Marcelo Crivella – Ministro; Uirá Cavalcanti Oliveira, Oceanógrafo, membro da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Oceanografia - A OCEANO, em representação a Senhora Maria Inês Freitas dos Santos – Presidente; João Carlos Brahm Cousi, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande – RS; Ernesto Luiz Casares Pinto, Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande – RS; e Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino do MEC, em representação ao Senhor Aloizio Mercadante – Ministro. 2ª Parte. Deliberativa. Item 01. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - RDH, nº 105, de 2012 que requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, destinada a tratar da situação da Unidade de Internação do Plano Piloto, antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE, onde foram assassinados três jovens nos últimos 20 dias. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: aprovado. Extrapauta. Item 02. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - RDH, nº 106, de 2012, que requer a realização de audiência pública para conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir a implementação de políticas públicas promotoras da acessibilidade dos deficientes

auditivos, especialmente no tocante à disponibilização da comunicação em Libras pelos diversos órgãos públicos, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com a presença dos seguintes convidados: Maria do Rosário Nunes -Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador do Tribunal do Trabalho da 9ª Região; Representante do ICEP Brasil – Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil; Representante do Ministério Público Federal; Representante do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 107, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a modificação do prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais, além de outras providências Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 108, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a questão dos acidentes e adoecimento relacionados ao trabalho, na categoria dos bancários Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 109, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a garantia de emprego e a exigência da prestação de serviço aos graduados em Medicina, que obtiveram os diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Faz uso da palavra o senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 89, de 2012-CDH, aprovado em 09/07/2012, de autoria do Senador Pedro Simon e deste Senador, com o objetivo de debater a criação do Instituto Nacional de Oceanografia nos moldes dos grandes institutos oceanográficos existentes no mundo, voltados para o ambiente e a exploração dos mares. Será também debatida a regularização fundiária e a inclusão dos corais como área de preservação permanente.

Nós vamos fazer, pelo número de convidados, duas Mesas. Na primeira Mesa, o nosso amigo, Ministro Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que já que está aqui conosco.

Seja bem-vindo, Ministro. (*Palmas.*)

O Ministro é daqueles meus, como a gente fala. Eu disse que às 9 horas em ponto eu ia iniciar a audiência e ele disse: “Não se preocupe porque às 9 horas eu estou aí.” E faltando 2 minutos para as 9 horas ele se sentou aqui!

Obrigado, Ministro, pela presença.

Os outros convidados estão aqui também, claro.

Convido para esta Mesa também o Dr. Rodrigo Claudino, Coordenador Geral de Planejamento e Ordenamento de Pesca Industrial e Oceânica do Ministério da Pesca e Aquicultura, representando o Sr. Marcelo Crivella. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Convidamos também, pela ordem, Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Está a caminho.

Convidamos, ainda para esta Mesa, o oceanográfico, membro da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Oceanografia (Aoceano), representando a Presidenta, Srª Maria Inês Freitas dos Santos, o Ex^{mo} amigo, Uirá Cavalcante Oliveira.

Uirá, grande Uirá!

O Ministro já me ajudou aqui. É bom ter um assessor como o Ministro. O Ministro sutilmente disse o nome dele correto em voz alta para eu entender, aí eu repeti e acertei.

Então, só falta um dos convidados à Mesa, que o Ministro fazia questão de que estivesse nesta Mesa, que é o Carlos Afonso.

Enquanto o Carlos chega, eu informo a todos que nós estamos ao vivo, pela importância desta audiência, pela TV Senado, a todo o País, pela Rádio Senado, também, ao vivo para todo o País, e pela Internet, pelos canais 4, 5, 6, 7 e 8.

O Senador Pedro Simon foi quem pediu esta audiência pública, claro, em parceria com todos os Senadores desta Comissão. Infelizmente, o Senador Pedro Simon teve que se deslocar para o Rio Grande do Sul. Ele me comunicou ontem à noite que teve que fazer esse deslocamento urgente.

Mas, assim mesmo, eu pedi a ele, que de pronto me atendeu, que me mandasse uma carta dando a posição dele, pela importância do momento, já que ele o signatário principal desta audiência. E ele me mandou a seguinte carta, para que eu lesse para vocês:

Meus amigos [e minhas amigas, se refere ao Ministro e a cada um dos convidados]:

É com grande alegria que o Senado recebe os ilustres convidados para esta importantíssima audiência pública que promove urgente e indispensável debate sobre a criação de um Instituto Nacional de Oceanografia.

Sou um entusiasta do mar brasileiro e do seu imenso potencial. Temos uma das maiores fronteiras marítimas do mundo, cuja riqueza, infelizmente, nós não utilizamos adequadamente em benefício de nosso País e da nossa gente. Por isso, tomei a iniciativa de apresentar esta proposta à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde recebeu pronto atendimento.

Este é um momento extremamente importante para todos aqueles que, como eu, têm grande preocupação com causas essenciais como sustentabilidade, educação e ciência.

O futuro do mundo, em grande parte, se encontra no mar.

Desculpem-me, mas preciso repetir um paradoxo que muito me intriga: apesar de possuir uma das mais extensas costas marítimas do mundo, o Brasil não dispensa a devida atenção ao oceano, às ciências marinhas e à exploração sustentável dos recursos do mar.

Somos uma grande nação oceânica, mas atuamos de forma dispersa e tímida nos debates e fóruns internacionais sobre o assunto.

Isso ficou muito claro durante a recente Rio+20, encontro mundial de chefes de Estado, cuja pauta foi omissa em relação às questões que dizem respeito aos oceanos.

Está mais do que na hora de o Brasil constituir um órgão federal que atue de forma unificada, tanto do ponto de vista científico e ambiental, como também com referência à exploração econômica e sustentável da rica diversidade do nosso oceano.

Muitas outras nações estão à nossa frente nessa corrida essencial para a vida no futuro.

Pois isso, saúdo todos os que [...] estão [na audiência]. *Sei que daqui sairá uma rota segura para a construção do [...] [tão sonhado Instituto].*

Encerro esta breve saudação, transmitindo ao amigo e conterrâneo Senador Paulo Paim [Presidente da Comissão], *o meu abraço e o meu agradecimento.*

Carta do Senador Pedro Simon, que aqui represento com muito orgulho, já que era a minha intenção que ele, inclusive, presidisse a Comissão, como autor do requerimento.

Já está conosco o Dr. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, do Ministério de Ciência e Tecnologia (Palmas.)

Seja bem-vindo.

Permitam que eu me pronuncie rapidamente. Ontem, para convocar esta reunião, fiz uma rápida fala no plenário, que é mais ou menos na linha do que vou aqui introduzir para aqueles que estão assistindo agora à nossa TV Senado.

Hoje, aqui, nesta Comissão, vamos debater a criação do Instituto Nacional de Oceanografia. A proposta é do Senador Pedro Simon, que considera o órgão fundamental para a coordenação de estudos e políticas marítimas. Além disso, o Instituto seria importante, entre outras funções, para servir de meio de representação do Brasil no âmbito nacional e internacional.

O Instituto seria vinculado à Fundação Universidade do Rio Grande, essa é a proposta. Simon considera estratégica a localização do Instituto, já que a Fundação Universidade do Rio Grande está localizada na região compreendida pelos países do Mercosul e próxima da cidade de Porto Alegre, Buenos Aires e Santiago.

E aqui ele sintetiza, e eu registrei isto em plenário: um dos objetivos centrais do Instituto Nacional é unificar a política nacional em relação ao oceano, do ponto de vista ambiental, científico e econômico, como eu já havia dito.

É preciso criar meios que abranjam a exploração sustentável do meio ambiente em todo o sentido. Inclusive, ele cita aqui a importância da área pesqueira.

É preciso mapear os mares brasileiros, não há só petróleo nessas águas, há certamente muita coisa ainda a ser explorada.

Isso é uma síntese da fala que eu fiz no plenário, ainda ontem, dialogando com o Senador Pedro Simon.

Antes de passar a palavra para o Ministro, nós vamos, para abrir os trabalhos, como de praxe, eu diria, nesta Comissão, colocar um vídeo que situa as pessoas sobre o tema e, naturalmente, na visão daqueles que vão debater a questão.

Então vamos passar um vídeo de 7 minutos, produzido pela Fundação Universidade do Rio Grande, com apoio do Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia e também do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Trata-se de um vídeo sobre a exploração dos recursos marinhos no Brasil.

Eu agradeço muito a equipe do Senador Simon, na figura do Chuvisco, que foi um dos grandes articuladores deste evento, junto com a equipe da Comissão de Direitos Humanos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)
– Meus cumprimentos à produção do documentário que dá abertura aos nossos trabalhos.

De imediato, passo a palavra ao nosso querido Ministro Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Gostaria de saudar o Presidente, Senador Paim, agradecendo a oportunidade de vir aqui debater esse assunto, que reputamos da maior importância, e saúdo também a todos os Senadores, colegas, cientistas, professores aqui presentes e interessados na questão do estudo dos oceanos do Brasil, no aprofundamento da nossa posição para entendimento de toda a fenomenologia dos oceanos, o que interessa ao desenvolvimento sustentável do País.

Eu saúdo também os membros da Mesa, preza-dos colegas que estão aqui para debater.

Senador, farei uma intervenção colocando a visão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre a questão da criação desse Instituto e de toda uma infraestrutura que sustenta programas permanentes de pesquisa de longo prazo em relação ao Oceano Atlântico, aos vários oceanos atlânticos que temos aqui na costa brasileira. Não é um só, há vários. E isso consolidará um apoio importante que a gente espera ter do Congresso Nacional em relação a essa iniciativa.

O nosso projeto, como os senhores verão, é um projeto que contempla uma participação de, praticamente, todos os órgãos universitários e outros que se dedicam à pesquisa científica no Brasil. A nossa ideia é, como esse projeto está sob responsabilidade da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa do nosso Ministério, que é chefiada pelo pesquisador Carlos Nobre, que está aqui na mesa, é que faço essa intervenção e, depois, passo a palavra a ele para completar, dando detalhes sobre qual é o nosso projeto que está vigorando.

Eu queria chamar a atenção, meus amigos, para o seguinte: a questão da pesquisa oceânica no Brasil tem estado sob, digamos assim, levantamento de dados sobre a região costeira brasileira. Em primeiro lugar, nós temos que pagar tributo à Marinha brasileira, que tem atuado sistematicamente e apoiado muitas das iniciativas das universidades, de várias universidades que se dedicam a essa atividade, mas a atuação da Marinha é notável, historicamente falando. Então, há que se reconhecer isso.

Quando se fala em agora estimularmos – também várias universidades brasileiras, dando destaque para a Universidade do Rio Grande, a USP e várias outras –, em articularmos uma estrutura para sustentar pesquisas sobre esse tema, temos que considerar sempre a participação de todos eles. Tem que ser um esforço conjunto em respeito à história dessas atividades no País. É algo semelhante a nossa atuação na Antártica. Quando o governo propõe iniciativas de desenvolver programas e projetos na área de pesquisas na Antártica, tem que abrir espaço para todas as organizações que tiverem essa tradição. Mesma coisa aqui na área oceânica.

Mas eu queria dizer que a visão do Ministério tem sido a seguinte, já de algum tempo: nós entendemos que uma política de desenvolvimento para o País, uma política de desenvolvimento sustentável, uma política que contempla, além do crescimento econômico, também a conservação ambiental e a inclusão social, quer dizer, uma política que seja socialmente sustentável e também ambientalmente sustentável – dois grandes parâmetros de crescimento com essas duas características – coloca grandes desafios para a ciência brasileira.

No que se refere à sustentabilidade ambiental, temos aqui grandes e importantes biomas dentro de uma classificação mundial, em função da importância que eles têm para o Planeta. Temos, para desenvolvermos atividades econômicas nesses ambientes, nesses ecossistemas, que considerar fortemente a questão da organização da atividade científica e tecnológica em relação a esses biomas. Para a utilização dos recursos naturais nesses biomas, para que mantenhamos esse espírito do crescimento sustentável ambientalmente, temos que desenvolver muita ciência e desenvolvermos tecnologias apropriadas para interferirmos nesses sistemas. Esse é o espírito.

Assim, nós temos aqui muitos desses ecossistemas. Dois em particular se destacam, a olhos vistos, pela sua extensão. Um deles é a Amazônia. E nós temos tido essa preocupação. O Ministério tem políticas especiais para a Amazônia e tem, inclusive, uma estrutura de centros de ciência localizados na Amazô-

nia, para trabalhar junto com universidades, institutos de pesquisa na região, articulando projetos maiores. Institutos do Ministério e também universidades atuam lá, mas procuramos sempre atuar de forma articulada.

Dois institutos importantes no Ministério conseguem coordenar muitos outros agentes, para termos essa abordagem participativa de todos os agentes científicos interessados: um é o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; outro é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Todos têm projetos nacionais que contemplam participação de universidades e institutos de pesquisa os mais variados.

Nós entendemos que também outro grande depósito de recursos naturais que temos intenção de utilizar para o desenvolvimento do País é o oceano. O oceano é área a que só teremos direito a ter soberania, soberania sobre esse território oceânico que nos circunda aqui, se tivermos a capacidade exatamente de – até os tratados internacionais reconhecem isso – desenvolver pesquisas científicas sobre essas regiões. Tanto da Antártica, como do Oceano Atlântico, temos que exercer isso.

Hoje, temos grandes interesses econômicos, como a exploração do pré-sal e a questão da pesca, belo exemplo colocado aqui, em que o Ministério também participa, junto com o nosso Ministério da Pesca. Eu vi ali as pessoas dando a sua chancela, a sua certificação de que o produto é bom, a anchoíta, e eu também dou, porque, tanto com o Ministro Paulo Sérgio, como depois, com o Ministro Crivella, nós fomos e somos parceiros deles nesse desenvolvimento, que foi financiada pelo CNPq, foi um dos financiadores dessa atividade o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Eles sempre me davam para testar essa anchoíta. Quero dar meu testemunho de que é um produto de altíssima qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou me convidando para testar também, quero ser cobaia.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Por favor! Eu tenho certeza, Senador, de que o senhor verá que é um produto muito gostoso, muito bom.

Mas, voltando ao meu raciocínio, quero dizer o seguinte: temos que nos dedicar ao oceano tanto quanto nos dedicamos à Amazônia. O oceano que está aqui, onde temos que fazer a exploração, é outra Amazônia, por isso um termo inicializado pelos nossos companheiros da Marinha e que hoje é generalizado: os oceanos brasileiros são a Amazônia Azul.

Então temos duas Amazônias aí para enfrentar e temos que usar, desenvolver metodologias, desenvolver ciência e tecnologia nesses dois lados.

Eu só gostaria de mencionar que o nosso projeto, e o Nobre vai falar isso melhor, de constituir esse Instituto tem vários princípios. Um deles é o de que o oceano que temos aqui para estudar começa no Amapá, na foz do Amazonas e vai até Rio Grande, ao Atlântico Sul, e a gente pode pensar que ele vai até a Antártica também, porque temos interesse na Antártica e temos que, permanentemente, estar desenvolvendo atividades na Antártica.

Vejam que é uma extensão longa e tem uma variabilidade grande. A foz do Amazonas, por exemplo, tem problemas científicos fundamentais, o volume de água doce que é descarregado no Oceano Atlântico, na foz do Amazonas é... E nenhum, quase nenhum estudo tem sido feito a respeito disso. Tem influência inclusive no clima regional. Então, é um tipo de oceano que tem lá. Nas Regiões Norte e Nordeste, temos um oceano tropical; na Região Sul, temos um oceano temperado e frio, cada vez que se avança pelo litoral.

Então, as características dos fenômenos nessas diferentes partes são distintas. Esse grande Instituto que queremos considerar tem que contemplar essa variabilidade, Senador. É muito importante exatamente aquele primeiro item de que falei aqui, que é a participação de agentes dedicados às pesquisas oceânicas no País em todas essas universidades localizadas ao longo da costa brasileira. Nosso projeto, nossa proposta tem que contemplar isso. O Dr. Nobre vai apresentá-la aqui e ele mencionará isso com certeza.

Outro elemento importante que eu gostaria de salientar e informar aos senhores que está em desenvolvimento é o seguinte: precisamos de plataformas oceânicas, precisamos de navios oceanográficos para explorar o nosso objeto de pesquisa, que é o oceano. Navios oceanográficos são fundamentais. O Ministério, Senador, está envolvido na compra de um navio oceanográfico importante. Vamos dar detalhes também aqui, para isso articulamos uma parceria. A compra desse navio vai ser de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Marinha, portanto, do Ministério da Defesa também, porque a Marinha que operará esse navio. Conseguimos, nesse esforço, trazer a participação de empresas como a Vale do Rio Doce, que vai dar uma contribuição, e também a Petrobras. Essas duas empresas estão dando contribuições significativas para a compra desse navio, porque são empresas que têm interesse na exploração do mar, na mineração, que é outra atividade importante que se desenha para um futuro próximo e que temos que enfrentar, e a Petrobras explorando aí o pré-sal – o pré-sal e essas atividades já em desenvolvimento atual de exploração de petróleo.

Então, essas empresas também manifestam esse interesse e estão participando aí. Além das atividades científicas e tecnológicas, as atividades econômicas estão se manifestando nesse interesse por desenvolver toda uma infraestrutura para podermos fazer pesquisas que façam jus ao nosso paradigma de desenvolvimento, que é o desenvolvimento, o crescimento econômico com sustentação ambiental e social.

Eu pediria que o Nobre, então... O senhor me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui o senhor manda; não pede. Eu oriento, apenas.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Se o senhor me permite que o Carlos Nobre intervenha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, claro.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – ... e explique detalhes do nosso projeto, para que os participantes possam discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas para o nosso Ministro Marco Antonio Raupp, que fez a abertura dos nossos trabalhos, nesta manhã, sobre um tema tão importante. (Palmas.)

Já sob a orientação do nosso Ministro, ele pede que o nosso próximo convidado a usar a palavra seja o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Carlos Afonso Nobre, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Bom dia a todos e a todas. Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, que preside esta Comissão; o Ministro Marco Antonio Raupp, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; meus colegas de Mesa, senhores e senhoras.

Nós preparamos uma brevíssima apresentação, que é para dar um pouco da nossa visão, que coloca alguns pressupostos básicos para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos.

Essa ideia não é nova. Ela é um pleito antigo da comunidade científica nacional de que o Brasil necessita de uma estrutura, no Governo Federal, que dê consequência a suas políticas científicas, tecnológicas; ao aproveitamento dos recursos naturais e à preservação da biodiversidade do vasto Oceano Atlântico, de uma parte considerável deste Oceano sob a nossa responsabilidade.

Então, no Ministério, nós temos pensado nessa questão já há algum tempo. E vocês vão ver o ponto a que chegamos, dessa reflexão, e o início, vamos dizer assim, da nossa proposta.

Próximo, por favor.

São muito conhecidos esses dados do potencial muito grande que o Brasil tem na questão oceânica. Em relação a esse potencial e a essa responsabilidade, nós temos muito o que fazer. O desenvolvimento das ciências oceânicas é aquém das necessidades. Esse é um diagnóstico muito claro que nós já temos há muitos anos, e é o momento mais que indicado de recuperarmos esse passivo de conhecimento e de uso dos recursos oceânicos em prol da sociedade brasileira e em prol também do desenvolvimento sustentável do nosso País e também do Planeta.

Próximo.

Esses dados também são muito conhecidos, mas o que eu queria destacar aqui, inicialmente, é o déficit de conhecimento. Às vezes, as pessoas podem não se dar conta de que o Oceano Atlântico é o menos conhecido de todos, principalmente o Oceano Atlântico Sul, para ser mais preciso, menos do que os oceanos do Sul, menos do que a margem Antártica dos oceanos.

Então, é onde existe o maior déficit de conhecimento sobre o oceano, sobre o papel do oceano nessa importantíssima regulação climática. Como o Oceano Atlântico Sul vai responder ao aquecimento global? E essa resposta tem tudo a ver com o clima do Brasil, com as variações, com os extremos e com a nossa imensa disponibilidade de água. Tudo isso tem a ver com o Oceano Atlântico. Então, é muito importante.

Fora isso, é uma imensa fonte de energia. Já o é através dos recursos minerais e, potencialmente, das energias renováveis, riqueza mineral, fontes de alimentos. E aqui já foram dados vários exemplos no filme e nas pesquisas da Furg, como fonte de alimentos. O potencial é muito grande; ele tem de ser realizado, e o Brasil tem de se preparar para isso.

Próximo, por favor.

Cada vez que se estuda o Oceano Atlântico, mais se aprende e mais se quer aprender. Esse é o resultado de um só estudo mostrando que a corrente das Agulhas, ali no Sul, que faz a volta na África, tem mostrado um aumento com os anos. As causas ainda não são muito bem conhecidas. Esse é um pequeno exemplo do quanto nós precisamos ainda estudar e aprender sobre o Oceano Atlântico.

Próximo, por favor.

O Oceano Atlântico tem tudo a ver com as mudanças climáticas. Elas afetam profundamente o oceano e, através do oceano, essas mudanças se refletem no clima do Brasil. O nível do mar está aumentando em todo o mundo, e não é diferente na nossa costa. Foram 20 centímetros no último século, com uma projeção entre 50 centímetros e 1,2 metro neste século.

Nós tivemos um furacão pela primeira vez registrado em todo o Atlântico Sul em 2004.

Erosão costeira já é um fenômeno que atinge inúmeras áreas e cidades costeiras.

Um problema que emergiu nos últimos 10 anos, mas que é de enorme repercussão, a acidificação dos oceanos, que vem acontecendo pela dissolução do CO₂ atmosférico e que pode modificar completamente a vida marinha nos próximos 50 anos ou mais, e também a influência dos oceanos nos eventos extremos que vêm acontecendo cada vez mais.

Próximo.

Enorme responsabilidade do Brasil com a biodiversidade, a pouco conhecida biodiversidade do Oceano Atlântico e do Atlântico Sul, a menos conhecida de todos os continentes. Ela em si exige uma responsabilidade grande do Brasil pela sua conservação, mas também pelo potencial uso.

Próximo, por favor.

Biotechnologia oceânica, que é uma área que está emergindo mundialmente, com muita força, uma área de ponta de pesquisa, talvez a que mais reserva boas surpresas nas próximas décadas. Não é só farmácia, não são só drogas, é o aproveitamento, através da biotecnologia, de imensos recursos marinhos.

Próximo.

Não vou me estender muito aqui. Estou do lado do colega do Ministério da Pesca e Aquicultura, que certamente vai falar mais. Muitas décadas atrás, se imaginava que o potencial era pequeno. As águas são relativamente mais pobres em peixes do que outras áreas superprodutivas em peixe, mas isso, a ciência e a tecnologia podem reverter e a aquicultura oceânica, nas zonas costeiras, reserva um enorme potencial a ser explorado.

Próximo.

Não preciso dizer muito aqui. A maior parte da independência energética que o Brasil tem hoje com relação a petróleo e gás vem do oceano, do que já está sendo extraído, e muito mais está na linha de possibilidades concretas desse imenso recurso energético que o Brasil tem descoberto na última década, no pré-sal.

Depois que esse recurso acabar... E ele vai acabar. Talvez o petróleo, o pico dele aconteça por agora ou na próxima década, depois ele vai ficar mais caro, mais escasso.

O Brasil tem a grande vantagem de que ele tem ainda esse recurso por muitas décadas, mas um dia ele vai acabar, e nós precisamos pensar quais serão as fontes futuras.

Próximo.

As fontes futuras de energia, inegavelmente, são as fontes renováveis. E outra vez ciência e tecnologia estão demonstrando a viabilidade econômica dessas fontes. A eólica já é uma fonte viável economicamen-

te; no Brasil, cada vez mais, adquire um papel importante na matriz energética brasileira, e nós ainda nem começamos a pensar... pensar sim, mas implementar, uma exploração da energia eólica *offshore*, oceânica, que é um potencial até maior do que nós temos em terra. E o Brasil tem, em terra, 350 gigawatts de potencial de energia eólica. Só dou o número da eólica porque ela já é uma realidade, mas nós temos todas essas outras, hoje já algumas com experimentação, como a energia da agitação marítima, das ondas; nós temos muito potencial de energia de maré, no Norte, no Amapá, em partes do Pará, do Maranhão, e várias outras possibilidades, como biodiesel de algas, outras formas, outros produtos de algas e também correntes oceânicas, gradiente térmico nos oceanos. O oceano também vai ser – já é em alguns lugares e será – uma grande fonte de energias renováveis.

Próximo.

Para explorar tudo isso, nós precisamos incentivar, de forma muito decisiva, a produção de novas tecnologias.

Nós já temos excelentes laboratórios no Brasil. A Coppe é, sem dúvida, um deles, de destaque, mas nós temos vários outros projetos que buscam desenvolver a tecnologia – tecnologia de aproveitamento dos recursos, tecnologia de observação, tecnologia de engenharia subaquática e várias outras tecnologias. O Brasil tem de dar essa passo, sem dúvida.

Próximo. (*Pausa*.)

O potencial no Brasil é muito grande, mas também nós carecemos de muito conhecimento. Por exemplo, essa imensa área da região oceânica amazônica do Amapá até o Maranhão é ainda uma das regiões menos conhecidas e, inclusive, o Ministro já se referiu a essa... A mim, que sou cientista da área ambiental, fascina-me demais entender o que acontece quando 230 mil metros cúbicos por segundo de água carregada de sedimentos entram no Oceânico Atlântico. Isso modifica muito as circulações oceânicas, a bioquímica do oceano, a vida oceânica. Isso tudo está para ser conhecido.

Então, nós temos um enorme desafio, e um desafio também que tem repercussões econômicas, por exemplo, em função da pesca.

Essa foi uma pequena introdução para chegar agora e colocar um pouco mais para vocês porque o País necessita de um instituto nacional.

Próximo.

Destaquei “nacional” em vermelho, porque é exatamente essa a questão, porque não estamos felizes com o arranjo institucional, com os vários institutos de pesquisa que hoje estão ligados, principalmente,

às universidades do Brasil, universidades federais e estaduais.

Por que é importante criar um arcabouço de organização das pesquisas e das atividades em Oceanografia no âmbito federal?

Deixem-me, primeiro, dar alguns breves, brevíssimos exemplos de como outros países se organizam.

Próximo.

Em todos esses países, todos desenvolvidos... E há vários outros. Aqui selecionamos apenas alguns exemplos. Poderíamos também ter citado a China, que é um país em rápido desenvolvimento como o Brasil.

Deixem-me dizer onde a Oceanografia é muito bem estabelecida, tradicional, centenária a pesquisa oceânica; como eles se organizam.

Os institutos nacionais são realmente o amálgama das atividades regionais de Oceanografia e aproveitamento dos recursos oceânicos, marinhos em todos esses países. E são instituições muito fortes, instituições nacionais.

Na França, o Ifremer; no Japão, o Jamstec; na Inglaterra, o National Oceanography Centre, em Southampton, e, nos Estados Unidos, parte da NOAA. Para aqueles que não sabem, a NOAA é centenária, ela surgiu no século XIX, nos Estados Unidos, com a pesca. Os Estados Unidos resolveram organizar a pesquisa necessária para a pesca e criou a NOAA, e hoje a NOAA cuida de muito mais. Cuida de toda a Oceanografia, de toda a Meteorologia também. Mas a NOAA é um instituto de US\$5 bilhões por ano, para lhes dar uma ideia da sua dimensão.

Próximo.

Vamos usar o exemplo só do Japão e da França, porque eles se aplicam ao conceito que nós queremos propor para o Brasil. O Japão tem cinco centros regionais, desde a ilha, aqui em baixo, de Okinawa, até o norte do Japão. São vários centros regionais, cada um com sua missão específica, uma missão regional, uma missão temática. E o Japão tem uma belíssima frota de navios de pesquisa oceanográfica, com seis navios de mar aberto, mais navios polares. Então, esse é um modelo que temos de estudar com atenção e, talvez, nos espelharmos nesse tipo.

Próximo.

Um modelo parecido é o modelo da França. A sede do instituto do Japão é Tóquio. A sede do instituto Ifremer, na França, é próxima a Paris. Paris, obviamente, não é uma cidade costeira, mas ele se distribui em cinco centros regionais, em amarelo, em vinte e um laboratórios costeiros, tanto no Mediterrâneo como no Oceano Atlântico. A França tem uma estrutura muito forte. O Ifremer é um dos institutos mais fortes em Oceanografia de todas as naturezas que existem no mundo.

Há uma frota também de navios para pesquisa costeira, para pesquisa de mar aberto, para pesquisa antártica, ártica. É também outro país em que nos espelhamos.

Então, esse conceito de um centro, que, na verdade, não é uma instalação física central, mas uma rede de centros regionais. Esse é um modelo que achamos apropriado para o Brasil.

Próximo.

Vamos falar um pouco do Brasil, sobre a pergunta que eu já fiz, retórica: já não há suficiente número e densidade de instituições vocacionadas para a Oceanografia em âmbito universitário?

Nós temos aí em vermelho todos os locais onde há institutos, pesquisa oceanográfica, a maioria deles ligada com universidades federais e universidades estaduais, por exemplo, a USP. Alguns não são costeiros, como o Inpa, lá em Manaus, mas também há grupos que fazem pesquisas oceânicas do estuário do Amazonas, ou mesmo Minas Gerais, que tem grupos também que fazem pesquisa.

Em azul, são os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia inovação implementada pelo CNPq, são 127 institutos em todo o Brasil, em todas as áreas, sendo quatro diretamente voltados para pesquisa oceânica e alguns outros fortemente ligados a pesquisa oceânica como, por exemplo, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, que tem componentes oceânicos muito importantes.

Com essa distribuição, nós podemos ver claramente que já há uma densidade, uma cobertura regional, vários institutos cobrindo praticamente toda a costa do Amapá ao sul do Rio Grande do Sul.

Próximo.

Porém, a comunidade científica tem nos solicitado, o canal que dá vazão a essa solicitação tem sido o Ministério da Ciência e Tecnologia, principalmente através da SBPC. Nós trouxemos aqui uma declaração do próprio Ministro Marco Antônio Raupp, então Presidente da SBPC em 2010, numa reunião importante da SBPC em Natal, onde houve um debate, uma mesa redonda sobre Oceanografia, sobre pesquisa oceânica, e o próprio Ministro já falava, na segunda frase, em resumo, que “precisamos de uma Embrapa para a Amazônia; precisamos de uma Embrapa para o mar”. E um documento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 2007, foi debatido nessa reunião em 2010, já propunha a implantação de um Instituto Nacional de Oceanografia. Então, a ideia da implantação de um Instituto Nacional de Oceanografia não é de hoje, não surgiu este ano, ela vem amadurecendo. E realmente se tem solicitado que se estabeleça pesquisa, como o Ministro, então Presidente da

SBPC, destacou em 2010, uma Embrapa para o mar, quer dizer, um instituto nacional que congregue uma série de centros regionais e dê outra dimensão, outro grau de organicidade às pesquisas oceânicas.

Como não é incomum em muitas áreas do conhecimento, existe também uma falta de equilíbrio, um desbalanço muito grande na produção científica brasileira por região geográfica, e aí tem Oceanografia física, química, biológica e geológica. O Sudeste responde por grande parte, quase 80% da produção, e quando somado ao Sul, isso passa dos 90%. É lógico que esses desequilíbrios regionais não são resolvidos se não houver uma enorme, ativa política pública; e o MCTI tem uma responsabilidade muito grande de criar os mecanismos para que esses desequilíbrios sejam superados. O Instituto tem que atender a essa questão importantíssima desses desequilíbrios.

Próximo.

As universidades têm feito seu papel, é só olhar esse gráfico da formação. Prestem atenção nos últimos 10 anos: um crescimento exponencial da formação de mestres e doutores em Oceanografia e nas várias áreas de Oceanografia, ainda que, quando olhamos os números absolutos, principalmente de doutores, que são os pontos importantes para a geração do novo conhecimento, para a formação de quadros para a Oceanografia, nós vemos que esse número ainda é um número que nós temos que chamar modesto. Então, também existe a importância de fazer um grande esforço para aumentar bastante o número de doutores. O Brasil, certamente, não deveria estar formando menos que duzentos, trezentos doutores em Oceanografia por ano, e nós estamos ainda formando um pouco menos de cem.

Próximo.

Dimensão geográfica. O Ministro já se referiu a isso, eu não vou me expandir muito mais, mas, obviamente, o Brasil tem 8.500 quilômetros de zona costeira, cobrindo muitos domínios bastante diferenciados de oceanos: o Atlântico Sul e a projeção do Atlântico Sul para a Antártica e a importância das pesquisas que o Brasil faz na Antártica; o Atlântico Central, subtropical, que tem uma oceanografia bastante distinta e também onde, hoje, se concentra grande parte dos recursos energéticos do pré-sal; o Atlântico Tropical, com sua tremenda importância no controle do clima de boa parte do Brasil. Quero também destacar aqui, até pela fascinação científica que essa área traduz: a foz do Amazonas. Poderia ter colocado muito mais diversidade se a gente olhar os subdomínios dessa variabilidade e, principalmente, se a gente olhar a enorme variação que existe na zona costeira, nesses 8.500 quilômetros. Então, digo isso para justificar um pouco

mais esse conceito que o Ministério traz ao debate de que nós temos de ter, realmente, uma estrutura descentralizada, um número, pelo menos em médio e longo prazos, não pequeno de centros regionais, cada um representando uma dessas regiões, com suas peculiaridades.

Próximo.

Em linhas gerais, o objetivo que nós estamos trazendo para o debate... Isso ainda precisa amadurecer muito, e até parabeno o Senado por lançar aqui essa discussão, porque temos de, rapidamente, amadurecer e chegar ao ponto de criar esse Instituto. Que ele seja criado após uma reflexão e após termos envolvido o maior número possível de parceiros.

Mas o objetivo principal é promover a pesquisa científica multidisciplinar e interdisciplinar no Oceano Atlântico Sul e Tropical, suas interações com a atmosfera e com o continente. Ele tem um sentido muito importante também de ser um centro que provê infraestrutura operacional e administrativa, as ferramentas para o desenvolvimento tecnológico, para o aproveitamento dos recursos marinhos e energéticos. Isso tudo de modo que haja uma sistematização da produção do conhecimento básico e aplicado. Uma reclamação histórica bastante pertinente da comunidade científica no Brasil é a da descontinuidade. Então, o Instituto vem, também, para que as pesquisas oceânicas tenham muito mais segurança de acontecerem no prazo em que acontecem. Pesquisas oceânicas, até pelas dificuldades logísticas, precisam de muitos e muitos anos. Então isso, essa segunda parte, principalmente... Temos de imaginar sempre um entrelaçamento muito grande do Instituto com a Marinha, que, nesse contexto, têm de ser visto quase que como uma coisa só, para dar essa possibilidade de continuidade sistemática da pesquisa. E é um instrumento muito importante na condução de uma nova política onde o Brasil, agora, começa a ver muito mais o potencial do Oceano Atlântico e suas responsabilidades com relação a ele.

Já falei, já justifiquei bastante nossa visão dos centros regionais.

Próximo.

Em linhas gerais, onde é que o Inpo se situa? Já temos bastantes pesquisas oceanográficas no Brasil. Mostrei um gráfico cobrindo do Amapá ao sul do Rio Grande do Sul. Há vários grupos já com pesquisa de excelência. Recursos humanos: muitos programas de mestrado e doutorado formando quadros de excelência, ainda que em números que precisam ser aumentados. Também já temos alguma estrutura operacional, principalmente provida pela Marinha, mas também por alguns desses institutos das universidades federais e estaduais.

O Inpo vem, realmente, para dar organização, para aumentar os recursos, para dar permanência, continuidade e sistematização à união dessas três necessidades, união da formação de recursos humanos para a pesquisa, pesquisadores, técnicos, estudantes, gestores, tripulação; da parte da estrutura operacional com laboratórios, tecnologias, capacitação e treinamento e também de navios, sensores, instrumentos, plataformas e tecnologias. Então, no *locus* da união dessas três necessidades é que o Inpo se coloca.

Próximo.

Ele vai atuar em várias áreas, ambiente, saúde, biodiversidade, alimentos, energia, tecnologias, como um grande ponto de confluência de toda a atividade de pesquisa em Oceanografia no Atlântico Sul.

O Ministério já vem atuando, principalmente junto com a Marinha, em criar condições para o surgimento do Inpo e para a expansão das pesquisas oceanográficas no Brasil. Recentemente, o ano passado e esse ano, junto com a Marinha, se operou recuperação e manutenção dos navios existentes, Cruzeiro do Sul, Antares, que já estão e já vêm realizando missões importantes. Então, as plataformas embarcadas já são um passo para criar as condições de campo, para a pesquisa.

Vou falar um pouquinho mais. O Ministro já se referiu à compra desse navio e negociação para construção de outros navios de pesquisa em estaleiros brasileiros. Também esse é um projeto importante, que nós estamos lançando junto com a Marinha e com outros parceiros.

Próximo.

Tudo isso se acelera. Por que nós estamos aqui também, por que o Ministério está trabalhando muito junto com a Marinha e outros parceiros para criarmos o Instituto? Porque nós estamos às vésperas, acho que possivelmente isso acontecerá semana que vem, da assinatura de um acordo que eu reputo como histórico no Brasil. Histórico porque nós estamos adquirindo, pela primeira vez, um navio que realmente representa o estado da arte em pesquisa oceanográfica de mar aberto. É um navio – os dados estão aí, eu não vou ler tudo para vocês – que estará, assim que chegar ao Brasil, possivelmente em 2013, entre os cinco mais importantes navios de pesquisa oceanográfica do mundo. É um navio que vai aumentar, multiplicar por um fator de cinco, talvez dez, a nossa capacidade de pesquisa oceanográfica.

Essa é uma grande coisa, uma grande notícia, a maioria de vocês já está acompanhando, está ajudando os ministérios envolvidos na aquisição desse navio, mas é também uma inovação nos termos de uma parceria público-privada, uma das primeiras que

se faz em Oceanografia nessa escala. É uma parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a Marinha, com a Petrobras e com a Vale. Então, cada um está dando uma contribuição. Esse navio não é barato, acima de US\$80 milhões, mas é isso que custa uma plataforma de ponta, que vai permitir um grande salto, um salto quântico na capacidade brasileira de fazer, de conhecer o Atlântico.

Então, isso está muito próximo de ser concretizado. Esperamos já, talvez na semana que vem, assinar o acordo entre esses quatro parceiros, e aí concluir a compra desse navio, que será entregue no Brasil em 2013. Então, até lá – antes, logicamente –, nós gostaríamos já de estruturar o Instituto Oceanográfico de uma maneira muito sólida, que ele exista e que ele já esteja funcionando.

Próximo.

Eu já estou muito próximo do fim, Sr. Presidente, eu só queria dizer... E aqui sim, e vai diretamente um pleito ao Congresso: nós conseguimos, num PPA, em parceria, muito por inspiração da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), colocar essas ações, ser um esforço integrado de inúmeros ministérios, da Marinha, através da CIRM; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Minas e Energia. Então, essas frases estão lá, o programa 2046 – objetivo mar, zona costeira e antártica – e, depois, o 0488, que é a criação do Instituto. Isso já está lá, ainda sem recursos claramente alocados. Então, nós precisamos realmente transformar essa medida em ação orçamentária e pediríamos realmente prioridade ao Congresso nessa discussão.

Próximo.

Nós fizemos um pequeno orçamento – isso aqui é ainda muito preliminar – e o que nós precisaríamos. Também é importante deixar isto muito claro: pesquisa oceânica de qualidade não é barata. Não adianta ter qualquer ilusão de que dá para fazer pesquisa oceânica. Os meios embarcados são caros, manter um navio desse 60 dias numa missão são milhões e muitos milhões de reais. Então, nós temos que realmente entender que essa pesquisa é cara. O retorno é muito alto, mas a pesquisa é cara. Esses são alguns números ainda muito tentativos. Operação e manutenção da flotilha, de três navios, por ano – aqui não está colocada a parte antártica, só os navios não antárticos, esse novo navio e mais os outros que a Marinha tem colocado à disposição da comunidade científica – óleo combustível, o complexo da construção do Inpo, recursos humanos e gestão administrativa. Então, esses são os números tentativos, e nós gostaríamos muito de ter o apoio no Congresso para que esses números se tornem realidade já a partir de 2013.

Próximo.

Terminando, os próximos passos. Então, nós temos realmente a concepção estratégica, agora, essa concepção precisa ser expandida e ser discutida amplamente com todos os setores do Brasil no âmbito do Governo Federal, nos ministérios, com as universidades federais, com os institutos de Oceanografia e com parceiros privados. Após batermos o martelo no que será o Instituto, aí, sim, temos também que converter essa ação, achar os recursos; mobilização nacional, aí uma série de ações diretas, um projeto básico, um projeto executivo da criação; o envolvimento – a gente colocou como recrutamento de mentes brilhantes. Esse Instituto existe porque a comunidade científica pediu e tem apoiado. Então, esse Instituto tem que ser visto como instituto da comunidade científica, da comunidade tecnológica, agora olhando a comunidade tecnológica também com o setor privado, com o setor empresarial, Petrobras, Vale, uma série de empresas que têm interesse oceânico, há interesse também da CPRM, em minerais, exploração de minerais, e precisamos trazer esses parceiros e fazer como um grande projeto nacional.

O meu último eslaide – e peço desculpa por ter tomado um tempo um pouco grande – é um pouco como... Nós estamos começando a montar essa grande articulação, o Instituto deve ser um grande articulador de inúmeras ações no Governo Federal. O MCTI, principalmente o Centro de Desastres Naturais, e o Inpe já têm interesse em pesquisa e necessidade de parcerias com o Inpo; o Ministério da Defesa, a Marinha é central em todo esse esforço; o MEC.

É importante esclarecer que o Ministro Mercadante tem dado muito apoio, ele considera essa área prioritária, inclusive no sentido de, na rede de Institutos Federais de Tecnologia. Um que o Ministro Mercadante está particularmente interessado em criar o quanto antes é um instituto no Nordeste, um Instituto Federal de Tecnologia para pesquisa oceânica, para aquicultura, relacionado com o Atlântico Tropical.

O Ministério da Pesca vai certamente ser um parceiro muito forte, muito importante; CPRM eu já falei; Ministério do Meio Ambiente, que tem um imenso programa oceânico de conservação da biodiversidade, de proteção ambiental, costeiro também; Ministério da Integração, desenvolvimento regional dessas zonas costeiras e também desastres naturais; e, por fim, não menos importante, toda a articulação da Cirm.

Do lado de cá, universidades e institutos, os NCTs, os institutos federais e institutos estaduais e regionais, que, na verdade, como menciono e destaco novamente, é de onde vem a fonte de inspiração para criação desse Instituto, é de onde a demanda foi feita.

Finalizo, agradecendo a oportunidade, Senador Paim, e dizendo que nós do Ministério estamos muito entusiasmados com a possibilidade de, muito em breve, colocarmos o Brasil numa outra posição com relação ao seu potencial de pesquisa oceânica.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Assim, ele complementou já a brilhante exposição do nosso Ministro Marco Antonio Raupp. Quero dizer a ambos que, podem ter certeza, nós vamos ser aliados. Eu faço parte da Comissão de Orçamento e, com apoio político do Senador Simon, que é uma pessoa muito querida e respeitada na Casa, estou acreditando que nós vamos conseguir o objetivo aqui no que tange ao Orçamento. É ou não é, Luiz Fonseca?

O SR. LUIZ FONSECA – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele aqui representa o Simon, por isso que estou olhando para ele. Eu o conheço há quase cem anos, o Simon também, aí dá uma briga de idade, desde quando eu era sindicalista e ele era jornalista nas portas das fábricas.

Mas, vamos lá, passamos a palavra agora ao Coordenador-Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca Industrial Oceânica do Ministério da Pesca e Aquicultura, em representação ao também meu amigo, sempre Senador, hoje Ministro, Sr. Marcelo Crivella.

Passamos a palavra então para o Dr. Rodrigo Claudino.

O SR. RODRIGO CLAUDINO – Bom dia a todos. Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade ao Senador Paulo Paim, ao Senador Pedro Simon pelo convite, à Mesa toda aqui e queria dar início com uma apresentação que trouxemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui tudo é ao vivo e é por isso que... Mas vamos chegar em seguida lá. Vamos lá.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ministro nos informa que ele está convocado – e eu tenho certeza que ele, inclusive, vai me representar lá, porque ela cobrou de mim também – para a posse da nossa querida Senadora Marta Suplicy, que assume em torno de 10h30 como Ministra no Palácio. Eu vou ficar aqui e os outros Senadores vão lá me representar. E o Ministro, então, justificará a nossa não presença lá – tenho certeza – porque estávamos aqui em uma missão importantíssima.

Ajustaram? Está com o senhor, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO CLAUDINO – Vamos dar continuidade, então.

O Ministério da Pesca tem total interesse na criação do Instituto Oceanográfico, apoia, com certeza.

Pode passar, por favor.

Bom, eu procurei traçar só um breve histórico. A Oceanografia é uma ciência muito antiga, remonta da época das primeiras navegações no Mediterrâneo, por volta de 1200 a.C., onde conhecimento sobre as correntes e os ventos era extremamente importante para a navegação.

O próprio descobrimento do Brasil só foi possível com estudo; a própria criação da Escola de Sagres, em Portugal, no ano de 1417, que permitiu o desenvolvimento das grandes navegações.

Próximo, por favor.

O termo Oceanografia, como ciência – é mais antiga que isso, a palavra oceanografia –, mas, como ciência, surgiu em 1872, com dois pesquisadores que, para convencer a coroa britânica a financiar uma expedição, a expedição Challenger – considerada até hoje a mais longa e contínua exploração oceanográfica, que durou 4 anos, deram a volta ao mundo –, criaram esse termo, e esse termo se consolidou até hoje.

Próximo, por favor.

Então o início da história da Oceanografia está intimamente relacionado à história das navegações. Os primeiros estudos tinham o objetivo muito prático: facilitar as viagens, o comércio e as guerras. Mais tarde, a busca pelo conhecimento se tornou o objetivo principal.

Próximo, por favor.

A Oceanografia é uma ciência de caráter multidisciplinar. Ela estuda os mares, os rios, os lagos, os oceanos, as zonas costeiras, sob todos os aspectos, principalmente os aspectos físicos, químicos, geológicos, biológicos e sociais.

Próximo, por favor.

A importância da Oceanografia para a pesca, na nossa visão: considerando o sistema de atuação total da Oceanografia, com o campo da pesca e aquicultura, é uma ciência que estuda e abrange a pesca, a aquicultura, os organismos aquáticos, a poluição aquática, a qualidade ambiental, a conservação, os ambientes de água marinha, doce e salobra, a limnologia, a meteorologia, a gestão dos recursos naturais e política pública e legislação.

As condições oceanográficas determinam uma série de fatores importantes para a pesca e aquicultura, como: disponibilidade de alimento, áreas propícias para instalação de cultivos, migração de cardumes, períodos reprodutivos das espécies, assentamento e recrutamento de larvas, flutuação da abundância dos

estoques, condições de operação de pesca, avaliação dos estoques e ordenamento pesqueiro.

Próximo, por favor.

Ordenamento pesqueiro, que é algo que, para o Ministério da Pesca, é vital, é um conjunto de operações que visam regular a atividade pesqueira. Compreende a coleta e a avaliação dos recursos pesqueiros; a propagação e distribuição de recursos pesqueiros; proteção e melhoria dos ambientes aquáticos; construção e manutenção de infraestrutura pesqueira; regulação da pesca; controle sanitário; cumprimento das disposições legais e avaliação econômica e social da pesca.

Todas as atividades relacionadas ao ordenamento pesqueiro têm a necessidade de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e de inovação.

Próximo, por favor.

Com relação aos institutos, as instituições oceanográficas são importantes instrumentos geradores de conhecimento técnico e científico para diversas áreas, auxiliando o desenvolvimento da aquicultura e da pesca.

Em todo o mundo, os institutos oceanográficos existem há mais de 100 anos, contribuindo para o avanço desses países.

Os institutos oceanográficos ainda subsidiam a exploração sustentável dos recursos naturais e aquáticos e é estratégico para o Brasil apoiar instituições de ensino e desenvolvimento.

Essa apresentação é um pouco breve. O caro Secretário fez uma ampla explanação, a qual o Ministério apoia e sempre apoiará.

E é isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Carlos Afonso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... do Ministro Marcelo Crivella, dando todo o apoio ao Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos.

Agora passamos a palavra ao último convidado desta Mesa, ao oceanógrafo, membro da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Oceanografia (Aoceano), em representação à Sr^a Maria Inês Freitas dos Santos, que é a Presidenta.

Passamos a palavra ao Sr. Uirá Cavalcante Oliveira.

O SR. UIRÁ CAVALCANTE OLIVEIRA – Bom dia. Gostaria de saudar os ilustres membros desta Mesa, em nome da nossa Presidente e dos demais diretores da Associação e agradecer também pelo convite para participarmos.

Estou representando a Presidente da Associação Brasileira de Oceanografia, Dr^a Maria Inês, e vou fazer uma breve apresentação, vou tentar ser breve, sobre

quais são as características da profissão de oceanógrafo, seu papel e importância. Mas, já de antemão, gostaria de declarar que a Aoceano apoia de forma completa, total, e se dispõe a colaborar com os trabalhos, com esses projetos que, sem dúvida, são de extrema importância para o País, considerando suas características costeiras e oceânicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Doutor, permita-me só um minuto.

O SR. UIRÁ CAVALCANTE OLIVEIRA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois desconto de seu tempo. É que o nosso Ministro terá de sair para essa missão – eu gostaria de estar junto, mas não poderei, porque vou ficar aqui – da posse da nossa querida Marta Suplicy como Ministra da Cultura.

Então, uma salva de palmas ao Ministro Marco Antonio Raupp. (*Palmas.*)

E continuamos. Registramos que o Secretário Nobre representará o Ministro nas duas Mesas.

Devolvo a palavra.

O SR. UIRÁ CAVALCANTE OLIVEIRA – Então, vou iniciar a apresentação, falando também sobre o breve histórico da Oceanografia no País, no Brasil.

Próximo.

Inicialmente, o estudo oceanográfico teve início com a criação do Instituto Paulista de Oceanografia, em 1946; atualmente, é o Instituto da USP, o famoso IO.

Próximo.

Em 1954, foi criada, em Rio Grande, a Sociedade de Estudos Oceanográficos (Seorg), e, em 1955, a fundação do Museu e Aquário Oceanográfico, que deu impulso à pesquisa oceanográfica no Brasil, principalmente no sul do País. Hoje é o Museu Oceanográfico da Furg.

Próximo.

Já a graduação, o ensino, a formação de oceanógrafos no País teve início em 1970, com o curso de Oceanologia da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Oceanologia é um termo que difere na forma, na escrita, mas é sinônimo, inclusive pela regulamentação da profissão, que ocorreu em 2009.

Próximo.

Curso de Oceanografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1977.

Próximo.

Em 1992, o curso de Oceanografia pela Universidade do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Próximo.

A partir de 1996, houve o surgimento gradual, mas contínuo, de uma série de outros cursos de Oceanografia no País, distribuídos ao longo da costa brasileira. São eles os da Unimonte, em Santos; em São Paulo,

da USP; da Federal da Bahia, em Salvador; Federal de Pernambuco; Santa Catarina também ganhou outro curso na UFSC; Federal do Ceará; no Espírito Santo; Maranhão; Pará e Paraná. Então, totalizando, hoje, no Brasil, são 13 cursos de Oceanografia.

Aqui está um mapa mostrando a distribuição.

Próximo.

Eu vou adiantar um pouco a apresentação, me prendendo aos pontos principais.

Próximo.

Sobre a Oceanografia como ciência, ela está incluída na área das Ciências Exatas e da Terra, dedica-se ao estudo dos oceanos e zonas costeiras, tanto nos seus aspectos bióticos como os abióticos, como também aos processos que ocorrem nesses ambientes. Eu acrescento aí, também, os aspectos sociais, como já foi destacado também pelo meu colega do Ministério da Pesca.

Próximo.

Então, é uma ciência multi e interdisciplinar que requer conhecimento geral integrado de Biologia, Física, Geologia, Matemática e Química.

O profissional da Oceanografia, o aluno da Oceanografia tem a sua formação técnica e científica direcionada ao conhecimento, à interpretação e à previsão dos fenômenos que ocorrem nos oceanos e ambientes transicionais, sob os aspectos físicos, químicos, geológicos e biológicos, visando à utilização racional de todos os seus domínios.

Aqui, para exemplificar as áreas de atuação do profissional, temos, então, profissionais que trabalham em áreas como modelagem da circulação de massas de água, da interação entre os oceanos e a atmosfera, com previsões climáticas, mais relacionadas à área física; investigação sobre os novos recursos alimentares, entrando na maricultura, aquicultura, pesca. Aqui é importante destacar não somente essa questão de novos recursos, mas a própria gestão dos recursos que são explorados e o que visa, em última instância, fornecer alimentos considerados saudáveis e garantir a segurança alimentar da população. Temos ainda diagnóstico, controle, mitigação da poluição, que é uma área de atuação também bastante importante, muito ligada com a área química.

Próximo.

Há os aspectos de conservação, recuperação e manejo de ambientes naturais e seus recursos. Adequação de obras e atividades humanas ao ambiente marinho também é outra área de extrema importância, que é o trabalho integrado com a engenharia costeira, com as obras de engenharia, não somente nas fases de construção, mas na própria operação na gestão ambiental dessas instalações, como portos, marinas,

estaleiros e outras instalações hoje dedicadas à indústria do óleo e do gás.

Próximo.

Desenvolvimento de tecnologias e estratégias para a melhoria das atividades de cultivos em águas continentais e marinhas: o oceanógrafo também atua em ambientes límnicos, que são os ambientes de água doce.

Próximo.

Extração e beneficiamento do pescado, e aí é a área do Ministério da Pesca.

Estudo dos organismos vivos que habitam nos oceanos, em ambientes de transição. Aqui tem o exemplo do manguezal.

Investigação geológica e geofísica na extração dos recursos minerais também é uma área importante nessa parte da indústria de *offshore*, mineração, e há outros temas vinculados aos ambientes marinhos e costeiros.

Próximo.

A Oceanografia é importante e reconhecida por agentes nacionais e internacionais como uma ciência emergente, de fundamental importância na compreensão e integração do conhecimento sobre os ecossistemas marinhos e costeiros.

Aqui, um destaque para a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, de 1982, em Montego Bay, que estabelece que todos os bens econômicos existentes no seio da massa líquida sobre o leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas marítimas de largura, na chamada Zona Econômica Exclusiva constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Essa exclusividade está condicionada, como foi bem lembrando aqui pelo Ministro, ao país ter o conhecimento e desenvolver pesquisa para ter esse conhecimento de quais são esses recursos, como eles estão distribuídos, para poder explorá-los e utilizá-los.

Para atender essa exigência, os países costeiros têm ampliado os esforços para conhecer, explorar e proteger os recursos vivos e não vivos presentes nos seus mares territoriais. Nós acreditamos que esse projeto do Instituto vem ao encontro dessa premissa e irá colaborar para o País cumprir o seu papel e poder aproveitar esses recursos.

No âmbito governamental, o Brasil estabeleceu a Política Nacional para os Recursos do Mar, que objetiva orientar o desenvolvimento das atividades que visam à utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do mar territorial, da Zona Econômica Exclusiva e plataforma continental.

Próximo.

Então, o oceanógrafo é um profissional de formação técnico-científica direcionada ao conhecimento e à previsão do comportamento dos oceanos e ambientes transicionais; está capacitado a atuar a partir de uma visão integrada das atividades de investigação, uso e exploração racional de recursos marinhos e costeiros renováveis e não renováveis; é dotado de visão crítica e criativa voltada para identificação e resolução de problemas com a atuação empreendedora e abrangente no atendimento às demandas da sociedade.

Em 31 de julho de 2008, através da Lei 11.760, foi sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a regulamentação do exercício da profissão do oceanógrafo no País. Foi uma vitória dos profissionais e contou com o apoio do Congresso Nacional, que reconheceu o valor do profissional.

Vou adiantar essa parte.

Próximo. (*Pausa.*)

Pode ir passando para a última. (*Pausa.*)

A Associação foi criada em 12 de abril de 1975 como Associação Brasileira de Oceanólogos, cujo objetivo era congregar os novos profissionais e estimular o desenvolvimento da Oceanografia no Brasil.

Próximo. (*Pausa.*)

Então, a Associação busca, dentro das suas funções, além de representar e buscar defender e assegurar os direitos dos seus associados, dos profissionais da Oceanografia, agir como uma catalisadora dos esforços de todos aqueles que trabalham para o desenvolvimento da ciência oceanográfica no Brasil e representar os interesses dos profissionais.

Essa abrangência inclui também outros profissionais que trabalham junto, porque a Associação acredita que a pesquisa, o trabalho relacionado com os oceanos no Brasil, claro que não é uma exclusividade do profissional, acreditamos que deva ser buscado de forma interdisciplinar e em associação a outros profissionais, como geólogos, biólogos, engenheiros costeiros.

Próximo.

A estrutura da Aoceano está apresentada da seguinte forma: uma diretoria nacional e seções regionais. O quadro é constituído por graduados, pós-graduados e estudantes em Oceanografia, profissionais de outras áreas que atuam na oceanografia e pessoas, instituições e empresas que têm interesse em atividades relacionadas a esse campo.

Próximo.

A Associação também desenvolve e promove diversos eventos de caráter técnico-científico no País, que são hoje considerados os eventos mais importantes na área da Oceanografia. Talvez o maior deles, de caráter nacional, seja o Congresso Brasileiro de Oceanografia, que é realizado de 2 em 2 anos e agora,

em 2012, será realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 13 a 16 de novembro.

Próximo.

Aqui está uma apresentação dos últimos congressos: em 2004, Itajaí; em 2005, Vitória; depois Fortaleza, e Rio Grande, em 2010.

Próximo.

Outro importante evento é a Feira Brasil Oceano.

Próximo.

Outra importante iniciativa, em conjunto com instituições públicas, como CNPq e Secirm, que é a Olimpíada Nacional de Oceanografia, que abriu inscrições no mês passado, em 15 de agosto, envolvendo as escolas e trazendo os estudantes, estimulando a mentalidade oceânica, digamos assim, nos estudantes e trazendo a atenção para o oceano dentro das escolas.

Próximo.

Esses próximos eslaides estão relacionados com a olimpíada.

Pode ir até o último eslaide, por favor. *(Pausa.)*

Tentei acelerar um pouco a apresentação por causa do tempo. Aqui está o contato da Associação, mas eu gostaria, para finalizar a minha participação, de ressaltar mais uma vez que a Associação apoia essa iniciativa, o projeto, que considera de extrema importância. E não só apoia, mas sente-se bastante otimista com o que foi apresentado aqui pelo MCT principalmente e fica à disposição para participar das discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Uirá Cavalcante Oliveira, que representou aqui a Aoceano e a Sr^a Maria Inês Freitas dos Santos, que é a Presidenta.

Convidaria os nossos dois painelistas da direita e da esquerda para que retornassem ao plenário. Dr. Carlos ficaria, em nome do Ministro. E eu chamaria agora a nossa segunda Mesa.

De imediato, agradecendo aos convidados, convidado o Dr. João Carlos Brahm Cousin, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande. *(Palmas.)* Convido também Ernesto Luiz Casares Pinto, Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, e Dr. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino, do MEC, em representação do meu colega, sempre Senador, hoje Ministro Aloizio Mercadante. *(Palmas.)*

Pela ordem que a Secretaria montou, de imediato passo a palavra para o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Dr. João Carlos Brahm Cousin.

Seja bem-vindo.

O SR. JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN – Muito obrigado, Senador Paim, Presidente desta Comis-

são. Ao saudá-lo, saúdo as demais autoridades que compõem a Mesa. Faço menção ao querido Senador Pedro Simon, que também foi um dos que divulgaram este evento, foi o articulador desta reunião e, talvez por conhecer a nossa instituição, a Universidade Federal do Rio Grande, fez menção em vários momentos, quando ainda não se conhecia bem a conformação do que seria esse Instituto, ao fato de a universidade poder sediar esse Instituto Nacional de Oceanografia.

Como já apareceu no vídeo da anchoíta e na fala do representante da Aoceano, a universidade tem uma tradição, digamos assim, pioneira na formação em Oceanologia, uma formação pioneira de dedicação às ciências do mar nas diferentes áreas que integram a Oceanografia.

É nesse sentido que nós estamos aqui, para ressaltar essa importância. Acho que o País, se no passado não deu muita importância para o nosso mar, para os nossos recursos marinhos, agora, em bom momento, vem com uma proposta integrada, através dos ministérios, com o apoio do Senado e certamente congregando, envolvendo e motivando muito todos nós que trabalhamos seja na formação de profissionais, tanto em nível de graduação como no de pós-graduação, mestrado e doutorado, seja em instituições que se dedicam mais efetivamente à pesquisa nesse domínio.

Então, acho que já foi ressaltado, surge em bom momento uma conjunção de esforços para que possamos tirar ainda melhor proveito desse grande manancial, a nossa Amazônia Azul, chamada Amazônia Azul.

Nesse sentido é a minha fala, Senador Paim, de como atuar, tanto com o MCT, que já está com uma configuração, uma definição do perfil, como do Senado Federal, que apoia a criação desse Instituto.

Era isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. João Carlos Brahm Cousin, que reafirma a importância do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos, na linha colocada para todos nós pelo Senador Simon; e que efetivamente ele seja lá na nossa querida cidade do Rio Grande. É isso?

Passamos a palavra agora ao Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Dr. Ernesto Luiz Casares Pinto.

O SR. ERNESTO LUIZ CASARES PINTO – Bom dia a todos que comparecem.

Quero agradecer pelo convite, pela oportunidade de poder falar um pouco sobre esse momento importante que vivemos no País de construir políticas realmente efetivas de apropriação dessa grande massa d'água da nossa Amazônia Azul.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, é uma satisfação estar aqui, como já disse; o nosso padrinho, Senador Pedro Simon, porque ele que fez a proposta, de forma espontânea, de que a sede desse Instituto ficasse na nossa Universidade Federal do Rio Grande; demais componentes da Mesa, Carlos Nobre, que já esteve na Furg (Universidade Federal do Rio Grande), inclusive algumas vezes, é parceiro; representante do MEC; nosso Reitor João Carlos Brahm Cousin.

É uma caminhada que a Furg tem que definiu muito cedo a sua política, a sua filosofia e política, em 1987, no nosso Conselho Universitário, uma vocação para o ecossistema costeiro e oceânico. Aliás, essa vocação surgiu não por acaso, mas porque vivemos imersos em água lá na cidade do Rio Grande. Só não somos uma ilha por um detalhe.

A nossa Universidade Federal do Rio Grande, por toda a tradição que já tinha a partir da criação do curso de Oceanologia, em 1970, e lá nas origens, em 1953, quando se discutia o Museu Oceanográfico – o Museu foi criado num quiosque na Praça Tamandaré da cidade do Rio Grande, e agora é uma potência – realmente é uma referência na América Latina. De lá para cá não paramos de nos desenvolver e temos realmente excelência, atingimos a excelência nas quatro grandes áreas de Oceanografia: física, química, geológica e biológica. Posso aqui colocar como exemplo – é algo que me fascina muito – o Projeto Anchoíta.

Nós temos tantas atividades, tantas pesquisas e iniciativas, projetos, programas que, às vezes, atingem a fronteira do conhecimento, Senador Paulo Paim, e que não alcançam a sociedade efetivamente; transformam-se em ciência, *papers*. Somos o 13º em produção científica no mundo, mas, em termos de novos produtos e processos, estamos devendo, e essas iniciativas só se concretizam quando se estabelece uma parceria entre as universidades, entre as empresas, entre os governos, o Poder Legislativo. Tomara que se consiga o financiamento, Carlos Nobre, naqueles níveis que foram colocados aqui, e o Senador Paulo Paim fez referência de que vai trabalhar por isso, porque são recursos... O Carlos Nobre colocou que são recursos de grande monta. Eu diria que não. Diante do desafio que se tem, da riqueza que se tem na Amazônia Azul e do que representa para o futuro da humanidade, são recursos ínfimos.

Então, nós temos o Projeto Anchoíta, que conseguiu alcançar a sociedade com um novo produto e que tem a ver com a possibilidade, inclusive, de diminuir os problemas de fome e de miséria que nós temos no País.

O nosso coordenador do projeto, Lauro Madureira, que faço questão de citar, o nosso diretor substituto – está substituindo aqui o diretor do Instituto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os senhores poderiam se levantar? Só para a gente situar. Os dois podem levantar? Muito bem. (Palmas.)

O SR. ERNESTO LUIZ CASARES PINTO – ... de Oceanografia, adjunto, o Vice-Diretor, que é o Zeca, como é conhecido. Uma distinção ao trabalho que foi feito pelo nosso coordenador, pelo Instituto, pela nossa Universidade, com esse produto fantástico e que é uma parceria entre três Ministérios. Estamos enfrentando alguns problemas em relação à sua caminhada, mas vamos vencê-los, tenho certeza, pela sua dimensão estratégica.

Então, parabéns a todos. Parabéns ao País por tomar essa iniciativa efetivamente concreta, a partir de agora, porque já estamos há muito tempo discutindo. Acho que agora é botar a mão na massa e partir para a solução dos problemas.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ernesto Luiz Casares Pinto, Vice-Reitor da nossa querida Universidade Federal do Rio Grande.

Passamos a palavra agora ao Dr. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino do MEC, que representa aqui o nosso sempre querido Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa. Agradeço o convite feito ao Ministério da Educação para participar desta importante audiência pública.

Qual é a história desse Instituto, da ideia do Instituto? Embora o NCTI já tivesse formatado e planejado e a ideia já fosse latente, em junho deste ano, o Senador Pedro Simon fez um discurso aqui no Senado sobre esse Instituto e como envolvia o desejo dele de que a sede dele fosse na Furg, a nossa coordenação foi incumbida de olhar e analisar a ideia. Para isso, pedimos o discurso aqui do Senado e vimos.

A minha ideia, especificamente, por ser um instituto dessa monta, devido à importância do oceano no Brasil, a importância de todas as matérias e de todos os assuntos que envolvem o oceano especificamente, sem falar em Oceanografia, era que o Instituto fosse nos moldes da Embrapa. Então, o maior trabalho da nossa coordenação seria ficar parado, porque, no meu entender, se um instituto como esse surge dentro de uma universidade, ele fica restrito tanto à parte orçamentária, quanto à parte de implementação e de abrangência. Então, fiquei bastante impressionado e muito contente com a ideia do Inpo, que é muito in-

interessante e nasce de forma já holística, abrangendo toda a Oceanografia. Aliás, abrangendo todo o oceano.

Qual a participação do MEC nisso, especificamente? É evidente que, a exemplo da Embrapa, o caso do próprio Inpe, do IBGE, do CBPF, são instituições que estudam alguns temas – no caso do CBPF, física; do Inpe, a pesquisa espacial como um todo – elas vão além de um tema único, e a universidade entra aí como formadora de massa crítica. O MEC, o Ministério da Educação, já participa de alguma forma através de graduação em diversas áreas. Para citar algumas: Engenharia de Pesca, Engenharia Naval, Engenharia de Alimentos, Oceanografia, Turismo, Física, Biologia, Engenharia Mecânica, Engenharia de Transportes, Engenharia Cartográfica, Engenharia de Aquicultura, Meteorologia, petróleo, Engenharia Ambiental. Então, todos esses profissionais trabalham, de alguma forma, com o oceano. E, como foi bem dito naquela frase do Ministro Raupp, nós precisamos, de fato, de uma Embrapa para o oceano. Ele traz para nós riqueza econômica muito grande, ele é importante na área de lazer, importante na área estratégica e agora, com o pré-sal, ele ganha uma dimensão econômica muito maior, e energética.

O MEC já atuamos, como foi mostrado na transparência anterior, em nove federais: na Furg, que foi a primeira; na Federal da Bahia; na Federal de Pernambuco; Santa Catarina; Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará e o Paraná, através de cursos especificamente de Oceanografia, muito embora todas essas engenharias e outras profissões que citei antes atuem de alguma forma tanto em disciplinas específicas, como na pós-graduação, atuem na parte de pesquisa. E é interessante que um instituto como esse se faça de imediato, até vir o orçamento – não é tão grande assim para começar, é da ordem de 93 milhões. Então, acho que é interessante a participação efetiva do Congresso no aporte desse recurso. Não sei se ainda é possível agora, porque o Orçamento já foi encaminhado, mas seria interessante pelo menos se formatar a ideia o mais cedo possível. Por que isso? Porque é uma área em que, embora nós tenhamos bastante pesquisa através dos NCTs e através de doutorados, especificamente, e algumas teses sobre oceano como um todo, se a gente comparar com o instituto do NOAA americano, como do NOC inglês, nós estamos bem para trás. E é uma área que, para nós, para a universidade, especificamente, é bem interessante que ela aconteça.

Nós temos alguma experiência, no Brasil, de área específica de gestão do oceano, com bastante propriedade. E uma delas, da qual a minha formação de graduação faz parte, é o DHN. Ele tem estudado há bastante tempo na parte de sondagem, mapeamento

da nossa costa, tanto no oceano como no rio. E também atuei bastante, na minha universidade de origem, na minha diretoria, da qual fazia parte a diretoria das engenharias, na área de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, como Engenharia Química, na parte específica de estudos, de disciplinas ou de pesquisas na área de oceano. É interessante que haja algum órgão sistemático que faça com que todos esses profissionais que trabalham, todos os institutos, todos as universidades que trabalham nessa pesquisa tenham algum norteador, como tem a Embrapa na área de agricultura e pecuária. Notem que a Embrapa, onde que ela é? Em lugar nenhum. Ela é no Brasil. Se a gente situá-la em algum órgão, fisicamente, bem identificado, talvez perca um pouco da sua abrangência nacional. Nós temos a Embrapa Solos, a Embrapa Milho e Sorgo, Embrapa Soja, a Embrapa, lá no Ceará, que lida com a parte de caju. Em qualquer lugar onde se faça necessário um estudo mais aprofundado, abrangendo todos os profissionais possíveis, ela está presente. Se a gente conseguir chegar ao padrão Embrapa no Inpo, a gente já começaria muito bem.

Então, nesse sentido, eu acho que a participação do MEC vai continuar sendo apoiar a ideia, formar recursos humanos, como tem formado em todos esses cursos que a gente listou aqui, e parabenizar tanto a ideia do Senador Pedro Simon de trazer esse assunto à baila, como da CDH em trazer essa audiência pública para que a gente possa se manifestar, discutir e aprofundar – e como falou o Vice-Reitor da Furg – e começar agora já a implementar, pautar e tornar a coisa real.

Então, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Prof. Dr. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão do MEC, que aqui falou em nome do Ministro Aloizio Mercadante. E quero dizer ao professor que a Comissão de Direitos Humanos se soma a essa iniciativa do Senador Pedro Simon e, claro, nós vamos conversar também com outras comissões, porque no Orçamento, se houver vontade política, sai. Podemos trabalhar com as emendas de comissões, podemos trabalhar na própria Comissão de Orçamento para ver se a gente consegue viabilizar os recursos correspondentes.

Neste momento, vou abrir ao plenário, a umas duas pessoas que quiserem fazer algum comentário sobre o que foi dito pelos nossos convidados. A palavra está aberta. Se ninguém quiser, voltarei aos nossos convidados. Pelo menos um dos dois que levantaram vai ter que falar agora, vai ter que falar alguma coisa. Se alguém mais quiser falar... Qual dos dois vai dizer

alguma coisa? Isso é democraticamente, voluntariamente, eu não provoquei sua fala... Só diga seu nome.

O SR. LAURO ANTONIO SAINT PASTOUS MADUREIRA – Muito obrigado, eu gostaria de falar na função de coordenador do Projeto Anchoita.

Lá no início do vídeo foi mencionada a participação de uma série de profissionais que reuniram seus conhecimentos para podermos gerar um novo produto. A nossa felicidade veio a partir de um conhecimento que nós tínhamos sobre a oceanografia da costa sudeste e sul, a possibilidade de identificar um recurso pesqueiro vivo e, reunindo profissionais de várias áreas, gerar um novo produto alimentar, que foi destinado às escolas da rede pública, principalmente do setor sul do Brasil.

O fato de ter gerado um novo produto alimentar saudável, como é o pescado – todo mundo sabe que é recomendado que comamos pescados, principalmente as crianças –, deu-nos uma grande felicidade de termos podido agregar esses diversos conhecimentos a partir da estrutura que a nossa universidade tinha em navios de pesquisa e da estrutura de laboratórios com o financiamento de três Ministérios: o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério da Educação.

Então, para conseguirmos estruturar esse projeto, foi necessário reunir um grande número de pessoas, três Ministérios, além de uma estrutura razoavelmente complexa, dado o que se dispõe hoje na pesquisa oceanográfica brasileira. Nós conseguimos fazer, chegamos ao produto final, testamos o nosso produto com 35 mil crianças da rede pública estadual do Rio Grande do Sul e ainda pretendemos expandir esse projeto, como é de interesse do Ministro da Pesca, em regiões do Nordeste, onde há carência, hoje, de alimento.

Mas tudo isso que eu estou dizendo é no sentido de que a Oceanografia, juntamente com outras áreas do conhecimento, tem um potencial muito grande de contribuir para a sociedade brasileira, na minha área especificamente, na geração de alimentos e na segurança alimentar.

Por outro lado, é bastante desagradável para nós quando estamos no mar trabalhando e temos certeza – porque faz muitos anos que isso acontece – de que somos, quase que 100% das vezes, o único navio brasileiro a estar efetivamente operando na costa brasileira. Quando estamos em alto-mar, tentamos nos comunicar com outros navios de pesquisa e simplesmente não há. Claro que há os navios da Marinha patrulhando, fazendo algumas atividades, mas é uma situação absurda, dadas as dimensões da costa brasileira, nós não temos navios operacionais regularmente levantando dados oceanográficos, que são diretamente responsáveis pela produção de alimentos que o nosso

brasileiro consome, além de todos os aspectos que o Prof. Carlos Nobre mencionou, ligados ao clima e a todas as outras necessidades.

Então, o Instituto Nacional de Oceanografia vem, para nós, com a perspectiva de poder alcançar um sonho muito grande para que a gente realmente disponha de ferramentas adequadas, financiamento adequado para que nós possamos efetivamente dar a resposta que a sociedade espera da Oceanografia no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Lauro! Muito bem!

Como eu disse que eram dois, apareceu lá o segundo. Diga, meu amigo. Informe o seu nome primeiro, seu nome completo.

O SR. ALEXANDER TURRA – Bom dia. Alexander Turra, docente do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

Gostaria de fazer coro com o Sr. Antônio Simões Silva no que diz respeito a essa perspectiva de formação, de estruturação. Fico um pouco preocupado com essa estrutura, porque, como já foi dito pelo Ministro e pelo Dr. Carlos Nobre, há a ideia de fomentar, de amplificar a pesquisa oceanográfica.

Em minha opinião e na opinião de vários colegas da minha instituição, temos que criar uma estrutura que consiga fazer isso, e essa estrutura não pode ter redundância em relação à universidade, não pode haver sobreposição. Ela tem que dar um fôlego a mais, que está faltando na universidade hoje.

Então fico um pouco preocupado com esse direcionamento que está sendo dado, de uma sede vinculada a uma universidade, mesmo porque isso pode não ser operacional e levar a uma série de desdobramentos que não são interessantes para a disseminação e para a amplificação da formação de recursos humanos e da pesquisa oceanográfica no País.

Queria que isso fosse debatido um pouco mais para que pudéssemos entender os prós e os contras de um caminho ou de outro para compreender as consequências disso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Deu a sua contribuição ao debate Alexander Turra.

Nesse momento, vou passar para as considerações finais dos nossos painelistas convidados, que poderão fazer ponderações sobre as intervenções que vieram do plenário ou algum complemento, se assim entenderem.

Vou deixar que o representante do Ministro fale por último. Dos que estão aqui presentes, concedo a palavra ao Rodrigo Claudino, que representa o Minis-

tério da Pesca, para as suas considerações, algum comentário.

Fique bem à vontade nas suas considerações finais, desde que não ultrapasse 5 minutos.

O SR. RODRIGO CLAUDINO – Quero, principalmente, agradecer a oportunidade de termos este espaço para expor as nossas intenções e o nosso apoio ao Instituto Oceanográfico.

Também concordamos com a postura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação quanto à disposição, à instalação e à própria condução dos trabalhos e nos colocamos à disposição para apoiar sempre que for necessário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rodrigo.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Uirá Cavalcante, que fala pela entidade Aoceano, em nome da sua Presidenta, Maria Inês.

O SR. UIRÁ CAVALCANTE OLIVEIRA – Gostaria só de reforçar o agradecimento pela nossa participação, em nome da Diretoria da Aoceano, e também a posição da nossa associação de apoiar e acreditar que esse é um projeto realmente imprescindível para um país com as nossas características, porque o Brasil, com uma costa desse tamanho, precisa de todo o esforço e todo o investimento possível para explorar mais e melhor, de forma sustentável, a costa brasileira, o mar brasileiro.

Agradeço mais uma vez, também colocando a Associação e as pessoas que fazem parte dela à disposição para os trabalhos que virão no futuro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Uirá Cavalcante Oliveira, que falou pela sua associação Aoceano, em nome da Presidenta.

Agora passamos a palavra ao Antônio Simões Silva, que fala em nome do MEC e, naturalmente, do Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – O que eu chamaria de consideração final na realidade seria consideração inicial, porque estamos lançando a ideia com nome e forma do que já chamo de Inpo.

A participação da universidade nesses institutos de pesquisa e formação no Brasil é fundamental. Boa parte, eu diria que quase 100% da pesquisa nacional é feita nas universidades, geralmente nas públicas e em algumas particulares de excelência. Não há nenhuma preocupação do MEC de que isso fique fora de recursos humanos. Seguramente, como hoje é a Embrapa, o Inpe, o CBPF e o Impa, de matemática aplicada, todos eles são formados, basicamente, se não com a universidade especificamente presente, egressos da

universidade. É a nossa participação, o nosso *link* que continua muito forte. Além da participação formal do MEC, há a participação dos elementos da universidade. Isso é interessante.

A nossa preocupação, quando pensamos nos institutos, quando nos foi dada a incumbência de analisar, nós já pensávamos que teria que ser nos moldes da Embrapa – falo da Embrapa porque é um órgão de grande sucesso no Brasil – mas sempre imaginamos que a universidade estaria lá presente, como está em todos os institutos de pesquisa feitos no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Antonio Simões Silva, que falou pelo MEC, representando o Ministro Aloizio Mercadante.

Passamos a palavra ao Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Dr. Ernesto Luiz Casares Pinto.

O SR. ERNESTO LUIZ CASARES PINTO – Quero agradecer pela participação, mais uma vez. A nossa universidade, em relação ao que o Prof. Alexander Turra, da USP, colocou, na verdade, pela sua excelência, se coloca à disposição para sediar, mas segundo a natureza conceitual de funcionamento de redes e centros de excelência, não é se apropriar. O sentido é outro, o sentido é realmente mais amplo, da forma participativa de desenvolver projetos com uma capacidade instalada e envolvendo todas as instituições que têm capacidade nesse domínio.

Agradeço mais uma vez ao Senador Paulo Paim, ao nosso padrinho, Senador Pedro Simon, e a todos que acompanham nesta Mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Ernesto Luiz Casares Pinto, Vice-Reitor da Universidade do Rio Grande.

Passamos agora a palavra ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Dr. João Carlos Brahm Cousin.

O SR. JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN – Agradeço muito e cumprimento o Senador Paim, assim como o senhor também, Senador Simon, por promoverem esse debate de tamanha importância para o nosso País.

No que diz respeito à nossa universidade, estamos juntos, engajados, colocando toda a nossa experiência de 42 anos de atuação mais direta nesse domínio da Oceanografia a serviço do País.

Quero cumprimentá-lo, finalmente, pelo apoio que foi demonstrado aqui, de valorização, principalmente, da Oceanografia e da criação desse Instituto com um formato que ainda vai ser definido, certamente, mas que será de extrema importância para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Dr. João Carlos Brahm Cousin.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao Dr. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, que aqui na mesa representa, neste momento, o Ministro Marco Antônio Raupp, que teve que sair.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Muito obrigado, Senador Paim. Também quero parabenizar a iniciativa desta Comissão por V. Ex^a presidida, também a iniciativa do Senador Pedro Simon de suscitar este debate, que vem num momento muito apropriado. Como destaquei na minha apresentação, a provável chegada dessa grande e importantíssima plataforma de pesquisa em 2013 vai nos fazer acelerar a discussão. O debate terá que ser feito, ainda que com profundidade, com brevidade no tempo. Não podemos esperar anos para a criação dessa nova estrutura, desse novo Instituto. Tenho certeza de que nós já temos pensado – nós eu digo coletivamente as instituições governamentais, as instituições de pesquisa, as universidades – em como melhor organizar a pesquisa oceanográfica no Brasil.

Eu aqui fui corrigido pelo Vice-Reitor, Prof. Ernesto Pinto, também pelo meu colega Antônio Simões Silva. Fico satisfeito de ouvir que 93 milhões não é problema. Acho que estou muito próximo ainda da comunidade científica, eu era pesquisador até algum tempo atrás, e 93 milhões parece uma soma tão grande! Então, vamos torcer para que vocês estejam certos e que o Senado e o Congresso nos ajudem a dar prioridade a esses investimentos muito importantes para tornar uma realidade esse Instituto.

A visão que nós temos hoje, e essa é uma visão que já é em função de prática aqui no Brasil, mas é assim que funciona na maior parte dos países onde a pesquisa oceanográfica é muito forte, é uma visão em que a questão da – entre aspas – “propriedade única de gestão” não se coloca mais de uma forma muito explícita. Quer dizer, é uma rede, mas, é lógico, em pesquisa oceanográfica, não pode ser rede virtual; é uma rede que tem que ter substância, tem que ter navios, laboratórios. Isso precisa ser ainda muito desenvolvido, aperfeiçoado no Brasil.

Eu até fico muito satisfeito com a visão do MEC aqui nos trazida pelo Antônio Simões Silva, porque é uma visão que nós compartilhamos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Ministro Raupp – até, talvez, com bastante premonição, porque acho que em 2010 ele jamais sonharia que se tornaria Ministro – era Presidente da

SBPC quando ele chamou uma Embrapa para o mar. A gente tem usado muito no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o nome Embrapa. O Ministro Mercadante, na condição de Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, ano passado, também usou esse nome, não só para o mar, mas também para outras atividades quando criou, por exemplo, a Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Tecnológica, que já existe. Ele também usou esse exemplo: nós precisamos, para a área de inovação tecnológica, de alguma coisa como a Embrapa. A Embrapa é uma grande história de sucesso.

E esse é o modelo que gostaríamos de discutir mais e de procurar implementar. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por sua missão constitucional de organizar, de articular, de financiar a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e pela sua tradição também de financiar a pesquisa oceanográfica no Brasil, parece-me ser o *locus* natural dessa organização, na criação de um instituto.

Mas nós amadurecemos muito neste Ministério. Por exemplo, esse Instituto não teria pós-graduação – para deixar isso bem claro –; ele não competirá, de modo algum, com a universidade. Ele vem para somar, e, por exemplo, os laboratórios desse Instituto, com suas peculiaridades regionais, como destaquei, vêm para se somarem, para serem instrumento também para o avanço da pesquisa e também para o avanço da pós-graduação. Mas, diferente de outros institutos do MCT que, por razões históricas, criaram pós-graduação – até de onde eu venho, o Inpe –, isso não acontecerá porque não há essa necessidade. Isso aconteceu no passado em alguns institutos do MCT, como aqui destacado, até o CBPF, que foi criado muito antes de as universidades terem departamentos de Física, como todas hoje têm. A pós-graduação forte em Física no Brasil hoje está nas universidades. Mas, em 2012, não teria sentido criar um instituto no âmbito do Governo Federal para ter pós-graduação. Isso já está sendo muito bem coberto pelas universidades.

Ele vem para somar, para ser um grande laboratório nacional, com várias ramificações regionais na costa brasileira. Também gosto até muito do modelo francês, como a França organiza essas atividades. Na França, isso é uma responsabilidade de um ministério – por exemplo, o ministério equivalente ao da Ciência e Tecnologia na França. Eles organizam uma atividade, que é responder a um desafio nacional, e aí, na hora em que criam uma infraestrutura física, eles comumente criam essas infraestruturas em *campus* de universidade. Eles trazem a universidade para dentro, colocam, mas são várias instituições atuando numa base física. Também, do ponto de vista do Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação, não existe nenhuma restrição em que vários desses centros no Brasil sejam estabelecidos em parceria e no *campus* de uma universidade, principalmente aquelas que já têm tradição em pesquisa oceânica de décadas, como é o caso da Furg e de muitas outras universidades no Brasil.

Então, essa sensibilidade não existe; inclusive, é muito desejável que a gente já aproveite, fazendo o binômio formação de recursos humanos de qualidade, no nível de graduação, mas, principalmente, pós-graduação e a pesquisa, um binômio que seja conjugado no Instituto, em parceria com as universidades.

Fico muito satisfeito, Senador Paim, de ter ouvido aqui várias manifestações de apoio, vindas dos mais diversos setores. Isso nos anima muito a rapidamente procurar, de novo, ainda promovendo uma discussão aprofundada, que acontecerá certamente nesta Casa e no Congresso, mas, também, nos meios científicos e acadêmicos, que nós possamos, rapidamente, criar essa nova realidade em um instituto moderno, um instituto poderoso de Oceanografia, que ajude o Brasil a dar o salto que tanto precisamos dar na questão do Oceano Atlântico.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa, que aqui falou em nome do Ministro Marco Antonio Raupp, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vou concluir a nossa audiência entendendo que é unanimidade que todos querem o Instituto Nacional de Pesquisa sobre os Oceanos. Claro que o debate vai ser aprofundado e nós tentaremos, juntamente com outras comissões, trabalhar também na questão do orçamento.

E lembro sempre aqui que a iniciativa desse debate, que dá visibilidade para um tema tão importante, é do nosso colega e muito amigo Senador Pedro Simon, que é um ícone nesta Casa. Eu gostei do termo: ele tem que assumir que ele é padrinho, agora, dessa proposta. Mas, naturalmente, ele me deu inúmeras recomendações, pediu-me que eu os recebesse aqui com carinho, o que ele estaria fazendo se estivesse na presidência, e eu estaria no plenário.

Mas quero também dizer a todos que nós da Bancada do Rio Grande, pela vinculação que temos lá com a Universidade Federal do Rio Grande, trabalhamos muito na regulamentação da profissão de oceanógrafo. Éramos eu, o Zambiasi e o Simon; trabalhamos muito e deu certo. Eu diria que somos um pouco pés-quentes. Que bom que reiniciou com o Senador Simon, que há de trabalhar, tenho certeza, com os outros dois Senadores, eu e a Senadora Ana Amélia, e os Senadores

de todos os Estados, e Deputados Federais também, pela importância de aprovar nas duas Casas.

Eu só agradeço a todos. Os senhores estão liberais, fiquem à vontade.

Vou para uma segunda parte da minha reunião, onde vou aprovar aqui alguns requerimentos. Mas fica aqui o meu agradecimento, em nome do Senador Simon, desta Comissão e das outras comissões que vão se envolver com o tema.

Aplausos a vocês e muito obrigado. (*Palmas.*)

Fiquem bem à vontade, que eu vou continuar aqui cuidando de alguns requerimentos da segunda parte da minha reunião. (*Pausa.*)

Vamos à segunda parte desta reunião.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 105, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, destinada a tratar da situação da Unidade de Internação do Plano Piloto, antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE, onde foram assassinados três jovens nos últimos 20 dias. Sugiro convidarmos os seguintes nomes: Sr^a Maria do Rosário Nunes – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos; José Eduardo Cardozo – Ministro da Justiça; Sr. Agnelo Queiroz – Governador do Distrito Federal; e Sr^a Miriam Santos – Presidente do CONANDA.

Autoria do Projeto: Senador Cristovam Buarque
Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos ainda um outro requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 106, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle, para discutir a implementação de políticas públicas promotoras da acessibilidade dos deficientes auditivos, especialmente no tocante à disponibilização da comunicação em Libras pelos diversos órgãos públicos, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com a presença dos seguintes convidados: Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador do Tribunal do Trabalho da 9ª Região; Representante do ICEP Brasil – Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil; Representante do Ministério Público Federal; Representante do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

O requerimento é de minha autoria. A reunião será em parceria com o Senador Rodrigo Rollemberg, que deverá presidir provavelmente a reunião na próxima semana, terça-feira.

Os que concordam com este requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. Quem concorda com o mérito por mim lido permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado tanto o extrapauta como o mérito do requerimento por mim apresentado.

Vou ler primeiro o requerimento para depois fazer as duas votações.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 107, DE 2012

Com fundamento no art. 93, inciso II, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a modificação do prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais, além de outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Os convidados serão enviados posteriormente a esta Comissão.

Quem concorda com esse requerimento extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito para discutir, no fundo, a estrutura sindical permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Leio o teor de outro requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 108, DE 2012

Com fundamento no art. 93, inciso II, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a questão dos acidentes e adoecimento relacionados ao trabalho na categoria dos bancários.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Os convidados serão enviados posteriormente.

Isso é do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que me mandou um documento demonstrando o número de acidentes e doenças na sua área, ou seja, no setor bancário.

Convidaremos tanto o representante dos bancos como dos trabalhadores para debater esse tema.

Os que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito do requerimento por mim lido permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Último requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 109, DE 2012

Com fundamento no art. 93, inciso II, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a garantia de emprego e a exigência da prestação de serviço aos graduados em Medicina, que obtiveram os diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Quem concorda com este requerimento extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito do requerimento também permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

